PEDRO JORGE DE OLIVEIRA PEREIRA LEITE

CASA MUSS-AMB-IKE

O COMPROMISSO NO PROCESSO MUSEOLÓGICO

Tese apresentada para a obtenção do grau de Doutor em Museologia no Curso de Doutoramento em Museologia conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Orientadora: Prof. Doutora Judite Santos Primo

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA

LISBOA, 2010

Índice

Agradecimentos 6
Resumo 8
Abstract 9
Résumé 9
Abreviaturas 11
Índice de ilustrações 13
Indice Remissívo 14
PRINCIPIO 22
1. TRÂNSITO TEÓRICO 37
1.1. A Viagem como catalisador do trânsito do olhar 41
1.2. A Memória Social como Representação 47
1.2.1. Maurice Halbwachs e a memória social 51
1.2.2. Desenvolvimentos em torno do conceito de Memória Social 62
1.2.3. A Memória Social como debate interdisciplinar 65
1.2.4. As contribuições da Psicologia Social e da Sociopsicologia 69
1.2.4.1. A identidade social e a categorização social 69
1.2.4.2. A operacionalidade do conceito "memória social" 76
1.2.4.3. Os processos cognitivos e a memória social 80
1.2.5. A antropologia e operação do conceito de cultura 84
1.2.6. A Sociologia e a Teoria Simbólica e da Comunicação 87
1.3. A operação da sociomnese 91
1.3.1. A conscientização como proposta de ação de um processo museológico 93
1.3.2. A proposta de Paulo Freire e a conscientização 109
1.3.3. Museologia e Conscientização 113
1.4. A investigação-ação como proposta museológica 118
1.4.1. As metodologias da investigação-ação na museologia 121
1.4.2. A prática da investigação-ação a partir do método da conscientização 123
1.4.3. Instrumentos produzidos para uma museologia de ação 129
1.4.4. A validação do modelo de análise da sociomnese 138
2. O TRÂNSITO DA MUSEOLOGIA SOBRE A ILHA DE MOÇAMBIQUE 141
2.1. A Ilha de Moçambique como objeto de conhecimento museológico 141
2.2. O Estado da Arte 151
2.3. Problemáticas da museologia a Sul 163
2.3.1. Estado da Arte da Museologia Africana de Expressão Portuguesa 171
3. A SOCIOMNESE NA ILHA DE MOÇAMBIQUE 178
3.1. A construção da visão do outro na ilha de Moçambique 178
3.2. A operação da metodologia da conscientização 184

3.2.1. O trânsito para uma museologia crítica da libertação 193
3.2.2. A construção da Conscientização museológica 198
3.2.2.1. As Imagens Geradoras 198
3.2.2.2. Os mapas mnemónicos: para uma semiótica da sociomnese 208
3.2.2.3. A elaboração do Mapa Mnemónico como uma narrativa 218
3.3. Os resultados da operação sobre os marcadores de memória 222
4. PROCESSOS DE EXPRESSÃO DA SOCIOMNESE EM MOÇAMBIQUE 237
4.1. A problemática da construção a ideia de moçambicanidade como politica cultural pública. 238
4.1.1. Política cultural e museologia em Moçambique 245
4.2. Propostas para uma abordagem crítica da sociomnese na museologia 248
4.2.1. A emergência da escultura maconde como símbolo da moçambicanidade 258
4.2.2. A narrativa da oralidade e a literatura em Moçambique 275
4.2.3. A construção dos sentidos: a narrativa da música e da dança na Ilha 285
4.3. A construção dos sentidos críticos na narrativa pelo processo de conscientização museológica 292
4.4. Do tráfico negreiro à modernidade na ilha de Moçambique 304
5. A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA ERUDITA NA ILHA DE MOÇAMBIQUE 323
5.1. A construção da narrativa da sociomnese dum Império na Ilha de Moçambique 324
5.1.1. A génese da sociomnese imperial 331
5.1.1.1. Alexandre Lobato o historiador da Ilha de Moçambique 333
5.1.1.2. Das Páginas de Pedras às Antiguidade Históricas da Ilha de Moçambique 337
5.1.1.3. A Ideia de Proteção e Conservação Patrimonial em Moçambique 350
5.1.1.4. A Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique 355
5.1.2. A Criação do Mito da Ilha de Moçambique 361
5.1.2.1. A Ilha de Moçambique como modelo do Luso tropicalismo 370
5.2. O trânsito da sociomnese da Ilha para a moçambicanidade 380
5.2.1. A ideia da Ilha de Moçambique como Património da Humanidade 385
5.2.2. A cristalização da sociomnese como objeto patrimonial da Ilha de Moçambique 394
5.3. Olhares híbridos para uma ilha 402
6. NARRATIVAS SOBRE A VONTADE DE FUTURO NA ILHA DE MOÇAMBIQUE 418
6.1. Os sentidos da ação nos atores moçambicanos 419
6.1.1. Premissas para a Aplicação da Análise Estratégica de Atores na Museologia 426
6.1.2. A Análise Estratégica de Atores na Museologia 429
6.1.3. O campo de atuação dos atores na Ilha de Moçambique 435
6.1.3.1. Os projetos e os relatórios atuais 437
6.1.3.2. A Estratégia dos atores na Ilha de Moçambique 453
6.1.3.3. A relação vivida na sociomnese da Ilha nos seus atores sociais 455
6.1.3.3.1. A Relação entre a estrutura do espaço e a organização social 458
6.1.3.3.2. A Relação entre a Conservação e a Modernização no espaço turístico 461
6.1.3.4. A cidade de pedra como objeto de valor: a narrativa das intervenções 466

6.2. O valor natural do objeto museológico 475
6.2.1. A participação da comunidade 476
6.2.2. O valor museológico como problemática 487
6.2.3. O valor do serviço da museologia à comunidade 490
6.3. O Compromisso museológico como valor social no processo museológico 499
7. PROPOSTA DE UM CONCEITO ESTRUTURANTE PARA UM PROCESSO MUSEOLÓGICO NA ILHA DE MOÇAMBIQUE 506
BALANÇO 514
BIBLOGRAFIA 522
APÊNDICES i
APÊNDICE I - CATÁLOGO IMAGENS GERADORAS E MAPA MENEMÓNICO ii
APÊNDICE II - A POLÍTICA CULTURAL E PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE xv
1) A emergência das políticas culturais públicas como objeto de conhecimento xv
a) A historicidade da "Política Cultural" xix
b) A constituição da UNESCO e a política cultural xx
c) As atividades da UNESCO xxiii
APÊNDICE III -A EVOLUÇÃO DA POLITICA CULTURAL E MUSEOLÓGICA EM MOÇAMBIQUE xxvi
A evolução da política cultural moçambicana xxviii
A evolução da política museológica em Moçambique xxx
APÊNDICE IV - AS NARRATIVAS EXPOGRÁFICAS NOS MUSEUS DE MOÇAMBIQUE xxxix
1. Métodos de leitura expográfica xxxix
2. Análise crítica dos museus de moçambique xliii
3. Razões para um processo museológico crítico na ilha de Moçambique lvii
APÊNDICE V - Atividade de Madalena Cagigal e Silva em Moçambique lx

Pretidão de Amor,
Tão doce a figura,
Que a neve lhe jura
Que trocara a cor.
Leda mansidão,
Que o siso acompanha;
Bem parece estranha,
Mas bárbara não.

Presença serena
Que a tormenta amansa;
Nela, enfim, descansa
Toda a minha pena.
Esta é a cativa
Que me tem cativo;
E. pois nela vivo,
É força que viva.

Luís de Camões
Endechas a Bárbara escrava

Para a Ana

Salomé, Gabriel e Santiago

Agradecimentos

Entre os autores antigos havia a norma de evocar as musas para o sucesso dos seus escritos. São desejos da universalidade na expressão da unidade que essa obra representa. Nos tempos da ciência são outras as palavras laudatórias para exprimir os mesmos desejos. Uma tese reúne numa unidade narrativa pessoal a pluralidade das leituras e dos escritos dos outros. Partimos de palavras dos outros, escritos alheios que tomamos e que nos permitem construir novos significados na incessante busca da ordem do mundo. O total é sempre maior do que a soma das partes, mas em cada parte está sempre esse total.

Permitam-nos então algumas palavras breves de agradecimento como reconhecimento aos que contribuíram para este trabalho. Ele não teria sido possível fora do ambiente universitário da Universidade Lusófona e sem o contributo dos docentes e colegas do curso de doutoramento em Museologia que ao longo de três anos de trabalhos foram nossos companheiros nesta viagem.

Em primeiro lugar agradecemos à Prof.ª Doutora Judite Santos Primo, nossa insigne orientadora pela sua disponibilidade e permanente incentivo à reflexão e à prática museológica. Agradeço a sugestão de leituras, as indicações metodológicas e sobretudo a constante exigência e incentivo à disciplina crítica no pensamento. Ao Magnífico Reitor Prof. Doutor Mário Moutinho e aos Doutores Maria Cristina Bruno, Maria Célia Teixeira, Mário Chagas e Marcelo Cunha me quedo devedor de tantos e tão ricos incentivos à leitura e à reflexão. Sem eles a escrita desta tese não seria possível. Agradeço-lhe fundamentalmente o estímulo para prosseguir, a confiança na crítica universitária e no rigor da prática museológica que nos transmitiram.

Um agradecimento especial aos nossos amigos da Ilha de Moçambique. Sem a colaboração ativa deles não teria sido possível desenvolver num tão curto espaço de tempo um conjunto de reflexões que esta tese comporta. A Isabel Osório e Sérgio Oliveira o agradecimento no acolhimento fraternal. A Margarida Botelho, Francisco Monteiro, Beatrix Oerning, Zainal, Dona Flora Magalhães, Hafiz Azizz e Zico Ferreira, fico devedor da partilha de horas de conversas sobre os projetos da Ilha. Aos nossos amigos dos Museus da Ilha e de Nampula, Dr. Silvério, Carolina e Vasco, Miso Namura, Joe, Joana Sofio e Mafalda Jorge também um agradecimento pelas condições disponibilizadas para as experiencias efetuadas e pelos ricos contributos que partilhamos.

Em Maputo, à Doutora Alda Costa um grande agradecimento pelo entusiasmo no projeto e na partilhada sobre as práticas e as reflexões sobre a museologia em Moçambique.

Ao Professor Doutor Lourenço do Rosário, reitor da Politécnica agradecemos as diligências para a abertura de canais de comunicação que nos facilitaram contactos e promoveram saberes. Ao arquiteto José Forjaz um obrigado pela disponibilidade da consulta do seu arquivo profissional. À delegação diplomática portuguesa em Maputo, Fernando de Carvalho e Graça Gonçalves Pereira um agradecimento pela atenção e deferência durante a nossa estadia.

Entre tantos outros, uma palavra para o João Manuel nosso companheiro de discussões pós-coloniais alcandorados sobre as nascentes do Likungo com os Montes Namuli por cenário; também para o Diogo Queiroz de Andrada nosso companheiro de "exploração" do Mussuril, Carrusca e ilhas de Goa, Sete Paus e das Cobras, um abraço pela amizade e pelos projetos que facilitou. Às gentes da Zambézia e da maculândia com quem fomos trilhando rotas ancestrais um obrigado pelo esplendor das experiências partilhadas.

Uma palavra para os "velhos" mestres da Faculdade de Letras de Lisboa onde trilhei os primeiros passos na investigação, Isabel Castro Henriques João Medina, e José Zaluar Basílio. Que me perdoem todos os outros mas fica também aqui o tributo *in memoriam* a Alfredo Margarido e Alfredo Tinoco pelo talento de benfazer. Bem-haja!

Finalmente um grande beijo à Ana pela paciência das muitas horas de ausência e pela sua presença permanente. Fico-lhe ternamente cativo deste trânsito do Olhar sobre a Ilha do Indico.

.

Resumo

A Casa de Muss-amb-ike é uma investigação em sociomuseologia com base na mobilização das memórias sociais da Ilha de Moçambique para a construção dum processo museológico. Apresenta-se aqui uma proposta de operação sobre a sociomnese, através de metodologias participação da comunidade, para construir uma reflexão crítica sobre a ação de futuro. Este trânsito constitui a base da nossa proposta de processo museológico e constitui o nosso compromisso com a ação museológica na criação duma Carta de Heranças.

A aplicação do modelo de análise da sociomnese decorre da validação das metodologias de conscientização aplicadas em processos sociomuseológicos. A aplicação desta metodologia em contexto museológico permitiu identificar as memórias sócias ativas e mobiliza-las para a criação duma ação museológica em contexto de participação da comunidade. O processo museológico produz objetos mnemónicos socialmente qualificados, sobre os quais se exerce uma operação de preservação e que são devolvidos à comunidade através de processos extroversão como resultado da interação dos membros dessa comunidade em contexto de ação museológica

A tese -se constitui-se como uma proposta de aplicação duma metodologia de ação sociomuseológica aplicadas em comunidades híbridas envolvidas em processos de intensa resiliência mnemónica. A ação sociomuseológica aplica através da metodologia da conscientização um conjunto de instrumentos que permite ativar as operações de salvaguarda e comunicação sobre objetos socialmente qualificados e mobiliza-los para ações partilhadas de construção do futuro. A metodologia da conscientização museológica analisa ainda as condições de aplicação no processo museológico das ações performativas como ações de produção de memória e heranças.

A tese analisa igualmente a constituição da memória social da Ilha de Moçambique como um mito do luso tropicalismo e a sua reconversão num mito de modernidade. Concluímos que a memória social da Ilha de Moçambique é uma memória híbrida e que essa memória pode ser incorporada nos processos de construção do futuro através da participação da comunidade. A proposta de processo museológico inclui uma reflexão sobre o modelo organizacional do processo museológico e uma proposta de conceito estruturante para o seu desenvolvimento.

Abstract

The “Casa Muss-amb-ike” is an investigation in sociomuseology. We mobilize the social memories of the Island of Mozambique to build a museological process. In a community participation process, we operated on a sociomnese as a main museological proposal. This constitutes our commitment with the museological action.

We present an operation model for the sociomnese analysis. The validation of the model is bases on de “awareness theory” of the Brazilian Paulo Freire, elapsed for application in a sociomuseological process. The application of this methodology allowed identifies the active social memories and share actions on his base. The sociomuseological process produces qualified mnemonic objects, on which we exerts an operation of preservation and that they returned to the community through exhibiting processes. As museological communication as build on the interaction of the members of the community.

The thesis still presents a proposal of application of practical of sociomuseológico work, with an operation of the awareness methodology in contexts of hybrid communities in situation of intense mnemonic reconstruction, show that is appropriated as a museological work. The sociomuseology acquires through this awareness methodology a set of instruments that active the operations on corporate qualified objects, to save them, to communicate them and to mobilize them for action for the future.

The awareness methodology analyzes the conditions of application in the museological process as performance action to share the social memory production and inheritances. The thesis also analyzes the constitution of the social memory in the Island of Mozambique as a myth of “luso tropicalismo” and its reconversion in a modernity myth. We conclude that the social memory of the Island of Mozambique is a hybrid memory and that this memory can be incorporate in the processes of construction of the future through the participation of the community. The proposal of museological process includes a reflection on the organizational model for action

Résumé

Le «Casa Muss-amb-ike» est une investigation en socio muséologie qui mobilise des mémoires sociales de l'Île de Mozambique pour la construction d'un processus muséologique. On part dune l'opération sur la *sociomnese* s'effectue une proposition de découverte en faisant appel à des méthodologies participatives de la communauté. Ce transit constitue la

base de la proposition du processus muséologique et constitue notre engagement avec l'action muséologique.

L'application du modèle d'analyse de la sociomnese s'est écoulée sur la validation de la méthodologie de la conscientisation appliquée sur les processus des muséologiques. L'application de cette méthodologie dans contexte muséologique a permis d'identifier les mémoires sociaux des partenaires actives et les mobiliser pour la création d'une action muséologique dans contexte de participation de la communauté. Le processus muséologique produit des objets mnémoniques socialement qualifiés, sur lesquels s'exerce une opération de conservation et qu'ils sont retournés à la communauté à travers des processus d'exhibition comme un résultat de l'interaction des membres de la cette communauté en contexte d'action muséologique.

La thèse présente encore une proposition d'application de pratiques de travaille socio muséologique, construites à partir de la méthodologie de la conscientisation appliquées en contextes des communautés hybrides en situation de reconstruction mnémonique intense. L'action muséologique acquiert à travers la méthodologie de la conscientisation un ensemble d'instruments qui lui permet activer les opérations de sauvegarde et la communication sur des objets socialement qualifiés, et les mobiliser pour actions de construction de l'avenir.

La méthodologie de la conscientisation analyse les conditions d'application dans le processus muséologique de la performance de l'action de production de mémoire sociaux et héritages collectives. La thèse analyse également la constitution de la mémoire sociale de l'Île de Mozambique comme un mythe du «luso tropicalisme» et sa reconversion dans un mythe de la modernité. Nous concluons que la mémoire sociale de l'Île de Mozambique est une mémoire hybride et que cette mémoire peut être incorporée un processus de construction de l'avenir à travers la participation de la communauté. La proposition de processus muséologique inclut une réflexion e une proposition sur le modèle organisationnel pour le processus muséologique.

Abreviaturas

ADN – Ácido Dióxido ribonucleico
AFRICOM, - International Council of Africam Museums/ Conselho Internacional Africano para os Museus
AHC- Arquivo Sócio-Cultural, Maputo
AHD – Arquivo Histórico Diplomático
AHM – Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo
AHU- Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa
APA (American Psychological Association)
ASDI Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional
BB – Biblioteca da Beira, Moçambique
BDM – Biblioteca do Departamento de Museus, Maputo
BFL – Biblioteca da Faculdade de Letras de Lisboa
BM – Biblioteca da Ilha de Moçambique
BMN – Biblioteca do Museu de Nampula
BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa
BNM – Biblioteca Nacional de Moçambique
CEA –UEM – Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane
CEA-ISCTE – Centro de Estudos Africanos do ISCTE
CG- Conferência Geral
CIDAC – Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral - Lisboa
CM – Círculo museológico
CNPCIM – Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus (o mesmo que ICOM –CP)
CSM – Conceitualização da sociomnese
CSR- Condições Sociais de Rememoração
FAO –Food and Agricultura Organization of United Nations - Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FGC – Fundação Calouste Gulbenkian
FRELIMO – Frente Revolucionária para a Libertação de Moçambique
FUNDAC – Fundo para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, Moçambique
GARCIM – Gabinete Técnico de Apoio à Ilha de Moçambique
ICCROM – International Center for Study of Preservation and Restoration of Cultural Property
ICOM – International Council of Museums – Conselho Internacional dos Museus
ICOM-CC -ICOM- Committee for Conservation
ICOM-CP - ICOM –Comissão Portuguesa
ICOMOS – International Council on Monuments and Sites - Conselho Mundial dos Monumentos e Sítios
ICONFOM- International Committee for museology
ICS – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
IICM – Instituto de Investigação Científica de Moçambique (extinto)

IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical (Antiga Junta de Investigações do Ultramar –JIU)
IPPE- Instituto Internacional para o Planeamento da Educação
ISCTE – Instituto de Ciências Sociais e Tecnologia das Empresas
MANU *Mozambique African National Union* União Nacional Africana de Moçambique
MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia
MUSART – Museu Nacional de Arte em Maputo
MUSET Museu Nacional de Etnologia em Nampula
MUSILHA Museus da Ilha de Moçambique
ONG- Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OPB – Organizações Populares de Base
OS- Organizações Sociais
OSOR- Objetivação-sensação-objetivação-resposta
Pil-Av Piloto Aviador
PME- Pequenas e Médias Empresas
PNUD /UNDP – United Nations Development Programme. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RENAMO- Resistência Nacional de Moçambique
SADCAMM - South African Development Community of Association of Museums and Monuments – Associação de Museus e Monumentos da Comunidade da Africa Austral para o Desenvolivmento
SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa
SOR – Sensação, Objetivação, Resposta. Modelo Cognitivo até à década de cinquenta
SWOT- Análise estratégica das forças e fraquezas relacionada com as ameaças e oportunidades.
UDENAMO- União Democrática Nacional de Moçambique
UNAMI - União Nacional Africana para Moçambique Independente
UNEP- United Nations Environment Programme
UNESCO – United Nations Education, Science and Culture Organization – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
US – United States of América – Estados Unidos (da América)
U$ - US Dollar – Moeda norte-americana. Usada como referencia nos projetos internacionais

Índice de ilustrações

Ilustração 1- Fases da metodologia da sociomnese (elaboração própria) 24
Ilustração 2-A relação entre fato, fenómeno e processo na museologia segundo Cristina Bruno 153
Ilustração 3- Formas de Institucionalizaçao na museologia segundo Cristina Bruno.....155
Ilustração 4 - Fases do Processo de Conscientização Museológica (elaboração própria)....207
Ilustração 5- Circulo Museologico 228
Ilustração 6- Participantes no CM1 229
Ilustração 7 - Participantes no CM2 230
Ilustração 8 - Livro de Memória (Fase 1).....231
Ilustração 9-Livro de Memória (fase 1).....232
Ilustração 10 - Estratégia de atores na museologia da acção (elaboração própria) 434

Índice Remissivo

ação comunicativa, 31, 90, 139, 153, 423, 424, 495, 496, 606
ação consciente, 31, 491
Ação Cultural, 123, 537
ação da comunidade, 419, 498, 623
ação de construção do futuro, 26, 31, 492
ação do sujeito, 83
ação futura, 129, 502, 519
ação museológica, 8, 23, 25, 26, 27, 29, 33, 34, 35, 37, 41, 46, 51, 93, 108, 123, 136, 138, 139, 141, 149, 154, 177, 178, 191, 218, 228, 229, 230, 232, 234, 249, 274, 285, 307, 321, 416, 432, 489, 491, 499, 500, 504, 506, 510, 511, 512, 513, 514, 517, 518, 519, 577
ação os atores, 120
ação social, 55, 68, 112, 113, 150, 177, 186, 226, 422, 423, 424, 428, 432, 439, 493, 500, 503, 519, 581, 586
ação transformadora, 28, 127, 187, 191, 221, 254, 498, 518
acção museológica participativa, 23
ações de futuro, 25, 395, 476
ações de transformação, 24, 518
ações diretivas, 24
ações intencionais, 23, 223, 584
AFRICOM, 11, 172, 522, 599, 601
ALTHUSSER, Louis, 67, 522
AMARO, Rogério Roque, 483, 484, 485, 486, 522
análise comunicacional, 219, 220
análise da cadeia de valor, 492
análise do sistema, 121, 187, 215
análise museológica, 23, 121, 141, 187, 491, 495, 496
ANDERSON, 64, 523
antropologia, 1, 38, 39, 40, 56, 83, 84, 86, 98, 101, 102, 104, 108, 143, 226, 250, 276, 286, 294, 299, 537, 584
Antropologia
  antropologia, 40, 45, 65, 105, 173, 188, 287, 295, 299, 381, 522, 523, 527, 528, 529, 532, 533, 538, 539, 547, 549, 553, 555, 562, 565
apropriação da informação, 137
ARCHER, Maria, 375, 523
arquivos moçambicanos, 35
arte maconde, 269, 270, 271, 272, 447
atitudes, 43, 45, 70, 75, 86, 106, 179, 182, 242, 260, 266, 276, 489
autoconsciência, 49, 130
BALOGUN, 275, 277, 524
BARTHES, Roland, 194, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 226, 524
BASTOS, Cristiana, 371, 522, 524
BENJAMIM, Walter, 37
bens patrimoniais, 43, 155, 170, 206, 392, 586
BERGSON, Henri, 50, 52, 403, 525
Bibliotheca Africana, 339
BOAS, Franz, 87, 250, 251, 525
BOAVIDA, Isabel, 329, 525
BOCARRO, 366, 525
BOFF, Leonardo, 98, 525
BORDEAUX, 342, 526
BORDIEU, Pierre, 422, 454, 526
BRITO, Raquel Soeiro, 374, 375, 526
BRUNO, Cristina, 41, 42, 43, 44, 45, 153, 154, 155, 156, 157, 206, 490, 526
Cadeia de Valor, 445, 446, 447, 448, 449, 451, 549, 583
cadeia operatória, 42, 152, 156, 206, 491
CAMÕES, Luis de, 325, 389, 527
campo da interlocução, 154
campo da museologia, 46, 112, 162, 229, 296
campo de projeção, 154
campo de saber, 22, 46, 67, 160, 198, 296, 500
campo do conhecimento, 26, 30, 33, 83, 141, 148, 153, 154, 159, 160, 209, 220, 280, 351, 488, 520
campo teórico, 38, 280
CANCLINI, Nestor Garcia, 27, 43, 105, 106, 107, 108, 165, 228, 242, 259, 304, 305, 409, 410, 527, 585, 625
CAPELA, José, 181, 317, 318, 319, 320, 413, 457, 527
CARREIRA, António, 317, 528
carta de heranças, 26, 132
cartas de heranças, 24
CASTELLS, Manuel, 105, 106, 529
CÉSAIRE, Aimé, 414
CHAGAS, Mário, 40, 136, 149, 153, 157, 158, 159, 160, 161, 165, 419, 420, 522, 530, 607, 624, 625
ciência política, 38, 582
ciências sociais, 22, 23, 27, 37, 38, 39, 45, 46, 52, 73, 98, 104, 120, 145, 146, 152, 159, 160, 165, 186, 228, 236, 280, 318, 401, 421, 453, 483, 498, 582, 584
círculo museológico, 23, 24, 139, 194, 205, 206, 218, 221, 232
círculos de memória, 25, 231

codificação do objeto, 133
cognição social, 77, 130, 136, 138
colonialismo, 39, 145, 166, 167, 181, 182, 208, 238, 240, 262, 263, 268, 276, 313, 314, 327, 330, 339, 370, 381, 507, 537, 560, 574, 587, 592, 593, 594, 595, 596
Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas, 2, 355, 359, 565, 620
competitividade, 93, 509, 584
compromisso, 8, 24, 25, 26, 29, 31, 32, 44, 47, 76, 93, 94, 112, 116, 119, 123, 124, 125, 132, 138, 185, 196, 197, 201, 204, 205, 207, 208, 218, 228, 231, 233, 234, 239, 282, 321, 384, 434, 445, 497, 499, 502, 503, 504, 511, 512, 515, 518, 520, 577, 580, 596, 597, 608
comunidades crioulas, 413
conceito de cultura, 1, 83, 84, 85, 86, 102, 105, 108, 581, 584
conceito estruturante, 8, 35, 383, 394, 505, 506, 508, 517
conceptualização da memória, 30
conceptualização da sociomnese, 30
concertação, 24, 93, 119, 193, 197, 225, 423
concetualização, 30
condições sociais, 30, 261, 485
condições sociais de rememoração, 30
CONNERTON, Paul, 64, 307, 531
conscientização, 1, 2, 8, 22, 23, 24, 25, 29, 31, 32, 33, 38, 93, 109, 110, 111, 112, 122, 123, 124, 126, 128, 132, 136, 138, 139, 178, 184, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 195, 197, 198, 200, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 218, 219, 221, 224, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 249, 278, 292, 294, 302, 304, 311, 321, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 506, 512, 518, 519, 520, 568
consenso, 43, 76, 77, 78, 132, 197, 203, 204, 207, 232, 428, 434, 451, 480, 504, 579
construção das ações, 23
cosmovisões, 182
COSTA, Alda, 269, 360, 361, 531, 532, 584, 586, 597, 598, 599, 602, 603, 610, 611, 613, 615, 618, 621
Covilhã, Pero da, 329, 369, 535, 557
CRAVEIRINHA, José, 292, 293, 294, 298, 532
CREHAN, Kate, 85, 86, 96, 97, 532
crítica literária, 284
culturas pós-modernas, 107
CUNHA, Santana, 337, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 363, 533, 605, 607
DAMÁSIO, António, 48, 51, 80, 83, 130, 533
DELEUZE, Gilles, 40, 41, 533
desenvolvimento das comunidades, 25
desenvolvimento sustentável, 38, 147, 150, 246, 597
devir, 26, 27, 28, 29, 30, 41, 53, 70, 76, 91, 92, 153, 160, 276, 281, 283, 285, 291, 414, 423, 458, 475, 496, 507, 515, 518, 520, 592
diagnóstico, 32, 34, 35, 118, 119, 122, 164, 184, 185, 196, 243, 340, 389, 391, 401, 406, 428, 433, 439, 447, 451, 452, 453, 464, 468, 475, 482, 506, 509, 520, 539, 618, 620
diálogo crítico, 25, 35
diálogos cruzados, 26
diálogos entre culturas, 170
Dias, Jorge, 173, 251, 259, 263, 264, 270, 272, 277, 299, 331, 400, 469
diferenciação, 71, 72, 75, 84, 109, 195, 267, 276, 280, 302, 390, 454, 481, 498, 581, 584, 598, 607
dinâmica do grupo, 23, 126, 189, 206, 284, 577
dinâmica social, 75, 77, 284, 294, 318, 494
dinâmicas de globalização, 26, 28
discursos de legitimação, 93
DOBLEC, André, 420, 421, 534
documento, 62, 65, 176, 336, 358, 364, 369, 382, 388, 400, 406, 434, 437, 439, 441, 445, 448, 449, 450, 563, 581, 597, 598, 599, 600, 601, 615, 621
DOISE, William, 70, 72, 534, 551
DORFLES, 201, 202, 534
DuBois, William, 91
DURKHEIM, Emile, 75, 76, 120, 159, 186, 210, 419, 420, 430, 534
economia, 36, 38, 86, 98, 180, 213, 246, 247, 266, 284, 319, 369, 392, 406, 408, 441, 446, 452, 453, 477, 478, 480, 483, 484, 488, 491, 493, 494, 581, 583, 592, 596, 599, 623
Einstein, Carl, 50, 88, 252, 253
ELIAS, Norbert, 51, 87, 88, 89, 90, 308, 484, 534, 535
emoções, 91, 183, 194, 198, 221, 222, 368, 385, 432, 486, 500, 501, 533
entrada na modernidade, 321
epistemologia, 40, 62, 156, 158, 160, 161, 163, 168, 219, 419, 486, 513, 524, 525
epistemologia a sul, 513
escolha da ação, 492
escravatura, 91, 256, 316, 317, 318, 319, 320, 363, 456, 457, 463, 512, 574
escultura, 2, 33, 85, 237, 251, 252, 253, 255, 258, 259, 262, 263, 264, 265, 266, 267,

268, 270, 271, 272, 274, 292, 295, 392, 445, 603, 609, 610, 611, 615, 616, 620, 621
espaço de diálogo, 26
Espaço Social, 422, 454, 458
esquecimento, 28, 34, 47, 52, 68, 69, 82, 83, 130, 159, 160, 184, 194, 237, 315, 321, 454, 457, 558, 623, 624
estado da arte, 177
estímulos sensoriais, 82, 606
Estratégia dos Atores, 22, 122, 428, 431
estratégias de recuperação, 137
estruturas cognitivas, 73, 133, 134
estudo dos museus, 158
Estudo Pós-coloniais, 38
Estudos Culturais, 38, 39, 85, 105, 145, 584
Ethiopia Oriental, 326, 357
eu autobiográfico, 83
experiencia do passado, 29, 395
experiencias do passado, 91, 221
expressões performativas, 24, 195
fato museal, 154, 158, 159, 291
fenomenologia, 22, 148, 184, 217, 291, 516
fenómenos de globalização, 26, 30, 107
ferramentas de observação, 157
FERREIRINHA, José, 259, 260, 263, 535
FESTINGER, 79
fluxos de informação, 136
FORJAZ, Moira, 383, 384, 385, 395, 468, 552, 555
formações híbridas, 102
formas míticas, 281
FREIRE, Paulo, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 188, 189, 190, 191, 192, 536, 537
Freud,Sigmund, 49, 52, 62, 81
FREYRE, Gilberto, 327, 371, 372, 537
FRYRE, Gilberto, 181
função social, 24, 66, 116, 117, 150, 156, 162, 175, 176, 230, 268, 291, 297, 315, 459, 489, 490, 504, 596, 597, 603, 607
Funções identitárias dos Museus, 161
Fundação Gulbenkian, 35, 265, 387, 388, 389, 395, 398, 399, 531, 540, 556, 613, 616, 619, 620, 621, 624, 626, 628
GADOTTI, Moacir, 115, 116, 117, 537
gastronomia, 210, 305, 307, 308, 309, 311, 441, 456, 513
GIDDENS, Anthony, 480, 537
GILROY, Paul, 91, 293, 319, 538
GODET, Michel, 429, 432, 538
GÓIS, Damião, 325
GRAMSCI, António, 94, 95, 538
GRUNZINSKI, 305, 306
grupos sociais, 23, 57, 58, 62, 71, 73, 78, 79
GUERRA, Isabel, 121, 420, 421, 427, 428, 429, 431, 539
GUERREIRO, Viegas, 277, 278, 539
HABERMAS, Jurgen, 90, 93, 120, 186, 423, 424, 425, 540, 606
HALBWACHS, Maurice, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 226, 540
hegemonia, 49, 67, 77, 83, 94, 95, 96, 101, 107, 109, 112, 119, 144, 179, 180, 184, 246, 256, 259, 279, 284, 324, 381, 404, 410, 494, 495, 618, 623
HENRIQUES, Isabel Castro, 256, 298, 317, 397, 541, 549
herança da comunidade, 483
HESPANHA, Manuel, 290, 541
híbrida, 8, 26, 242, 273, 304, 311, 483, 513, 516
hipótese, 28, 30, 78, 79, 83, 107, 200, 242, 253, 281, 298, 304, 394, 596, 608

HOBSBAWM, Eric, 65, 67, 301, 479, 496, 541
homeostase, 83
ICOFOM, 172
ICOM, 11, 149, 166, 172, 173, 174, 176, 177, 496, 503, 534, 542, 551, 563, 581, 589, 590, 597, 598, 599, 601, 602, 628
ICOMOS, 11, 387, 467, 471, 472, 473, 542, 543, 564, 590
identidade social, 1, 59, 69, 70, 72, 78, 79
identidades sociais, 78, 79, 546
imagens geradoras, 23, 35, 139, 140, 194, 195, 198, 202, 203, 204, 205, 218, 221, 225, 226, 229, 231, 232, 312
imagens mentais, 130, 133, 134
indígena, 99, 104, 180, 254, 259, 260, 262, 350, 366, 367, 411, 623, 626
Industrias Criativas, 247, 444, 445
informação preposicional, 133
instituições culturais, 241, 481, 583, 595
intenções de futuro, 465
interdisciplinaridade, 38, 148, 485, 606
investigação social, 32, 424
investigação-ação, 1, 22, 23, 29, 31, 32, 37, 38, 93, 109, 115, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 127, 184, 186, 198, 419, 420, 421, 427, 429, 431, 486, 501, 519, 520
IRIA, Alberto, 376, 543
JAPPE, Alan, 494, 543
JESUÍNO, Jorge Correia, 81, 82, 133, 136, 225, 543
JOPELA, Vladimiro, 289, 381, 543
KANDEL, 51, 543
KANT, Immanuel, 49, 543

KENDEL, 80, 81
KI-ZERBO, Joseph, 305, 328, 329, 404, 543, 544, 587
KNOPFLI, Rui, 331, 378, 379, 395, 544, 546
KUBIK, Gerard, 295, 296, 544
LAPA, Joaquim José, 337, 343, 344, 350, 364, 365, 403, 404, 544
LE GOFF, Jacques, 47, 544
LEITE, Ana Mafalda, 0, 179, 275, 276, 277, 303, 304, 361, 471, 544, 545
LEROI-GOURHAM, André, 63, 545
LEVI-STRAUSS, Claude, 86, 273
liderança, 94, 485, 584
LIMA, Mesquitela, 265, 266, 267, 268, 386, 387, 388, 437, 545
LINCH, Kevin, 475, 545
literatura Oral, 279
livros de memórias, 25, 231, 233
LOBATO, Alexandre, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 343, 344, 348, 350, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 373, 378, 440, 472, 473, 479, 545, 546, 560
lógica da ação, 120, 186
LOYTARD, Jean-Francois, 278, 279, 546
luso tropicalismo, 8, 9, 180, 181, 182, 324, 333, 370, 413
luso-tropical, 181, 182, 327, 331, 343, 371, 372, 378, 379, 405, 409, 416, 478
MACAMO, Elísio, 243, 546
Machel, Graça, 241, 386, 388, 393, 406, 587, 594
Malraux, André, 43, 160, 245, 583
mapa conceptual, 130, 131, 136, 207, 225, 226, 308
mapa mnemónico, 35, 131, 138, 139, 140, 196, 203, 218, 222, 309, 577, 580
mapas conceptuais, 131, 132, 136, 203, 225, 231
mapas menemónicos, 24
mapico, 269, 272
marcadores de memória, 2, 25, 138, 139, 140, 156, 196, 197, 198, 222, 223, 224, 229, 233, 234, 236, 289, 290, 416, 586
marcadores de memórias, 48, 138, 196, 222, 233, 234
Marco Teórico, 32
MARGARIDO, Alfredo, 178, 179, 181, 182, 275, 276, 305, 307, 308, 316, 339, 414, 415, 547, 548
MARX, Karl, 479, 493, 548
matéria e espírito, 130
MATUSSE, 302, 548
MAUSS, Marcel, 39, 158, 159, 548
MAZULA, Brazão, 240, 241, 549
memória coletiva, 53, 55, 59, 61, 62, 63, 65, 68, 69, 284
Memória Coletiva, 64, 65, 68
memória histórica, 55, 56, 62, 65, 68, 106
memória social, 1, 8, 22, 23, 24, 26, 28, 30, 31, 33, 34, 37, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 75, 79, 80, 83, 87, 90, 91, 92, 93, 106, 124, 130, 139, 145, 156, 170, 177, 178, 187, 192, 197, 203, 204, 205, 208, 217, 218, 221, 225, 226, 227, 229, 234, 249, 278, 285, 289, 290, 291, 297, 302, 306, 307, 308, 314, 315, 319, 320, 322, 328, 330, 331, 379, 394, 395, 415, 418, 426, 459, 490, 492, 495, 502, 506, 510, 512, 514, 517, 541, 562, 604, 608, 623, 625
memórias sociais, 8, 22, 23, 25, 26, 27, 30, 32, 35, 37, 38, 55, 70, 93, 94, 119, 120, 132, 138, 170, 180, 183, 185, 186, 187, 198, 203, 204, 206, 207, 208, 218, 226, 228, 231, 233, 234, 249, 271, 290, 291, 320, 324, 327, 419, 426, 455, 486, 489, 492, 502, 503, 506, 507, 514, 515, 518, 623
memórias vividas, 142, 194, 304, 460
memorização, 62, 83, 88, 89, 128, 136, 191
mercado turístico, 443, 448, 465, 479, 483, 496
metodologia científica, 55, 148
metodologia crítica, 22, 129, 171, 178
metodologia de participação, 34, 119, 184, 185, 434
metodologia museológica, 22, 36, 45, 162, 201, 436, 515
metodologias qualitativas, 119, 120, 121, 185, 186
metonímia, 215, 216, 287, 301, 316, 331, 379, 496, 622, 624
moçambicanidade, 2, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 258, 259, 270, 292, 302, 303, 304, 324, 380, 396, 404, 409, 416, 593, 594, 595, 596, 603, 610, 611, 617
moçambicanização, 238, 242
Modelo de Relação, 69
modelo interpretativo, 136, 138
modelo mental, 133
modelo relacional, 134
modelos de aprendizagem, 83
MONDLANE, Eduardo, 239, 242, 550
MONIOT, Henri, 102, 103, 104, 531
MONTALVOR, Luíz, 253, 254, 255, 256, 257
morfologia da narrativa, 281
MOSCOVICI, Serge, 72, 76, 77, 551

motivações, 75, 109, 120, 144, 186, 187, 482, 588
MOUTINHO, Mário, 147, 148, 150, 151, 175, 180, 182, 230, 261, 291, 489, 491, 492, 551, 552
movimentos sociais, 40, 65, 106, 159, 166, 190, 507, 597, 604
mudança social permanente, 150
Museografia, 158, 628
museologia crítica, 2, 126, 127, 190, 191, 193, 237
museologia social, 31, 149
museus indígenas, 169
Museus Universais, 167
Musicologia, 297
narrativa oral, 195, 278, 280, 282
narrativas mnemónicas, 402
narrativas orais, 65, 205, 280, 281, 285, 289, 318
negociação, 24, 43, 44, 93, 94, 95, 118, 119, 156, 184, 185, 203, 225, 233, 234, 239, 243, 406, 423, 428, 582, 588, 589
negociações, 94, 452, 582, 584, 597
NGOENHA, 241, 552
nível de memorização, 82
NORA, Pierre, 67, 143, 544, 552
nova museologia, 26, 150, 161, 165, 200, 273, 291, 475, 490, 513, 608, 625
NÓVOA, António, 109, 556, 561
o outro, 43, 71, 72, 97, 117, 135, 168, 179, 180, 181, 182, 211, 228, 236, 244, 250, 253, 254, 256, 261, 262, 272, 299, 406, 411, 606, 612
objectos mnemónicos, 23
objectos socialmente qualificados, 23, 24
objetivos comuns, 90, 119, 185
objeto da museologia, 120, 154, 186
objeto de investigação, 39, 54, 119, 132, 145, 202, 216, 307, 407, 420, 425, 431, 581, 582, 584
objetos poéticos, 25
objetos simbólicos, 40, 121, 186, 187
objetos socialmente qualificados, 8, 23, 24, 25, 26, 29, 32, 33, 132, 138, 154, 156, 168, 223, 249, 285, 315, 331, 394, 430, 475, 490, 491, 492, 495, 501, 503, 514, 518, 519, 577, 580, 604, 623, 625
oferta turística, 448, 449, 450, 452, 455
OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, 0, 251, 253, 257, 260, 261, 264, 265, 272, 553, 554
operação de análise, 22, 30, 224, 237
operação mental, 178, 180, 249, 260, 262
operações cognitivas, 129, 223
oralidade, 2, 25, 33, 39, 63, 65, 103, 237, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 291, 297, 458, 512, 515, 538
ordem social, 423
organizações sociais, 116, 292, 433, 434
paisagem, 66, 448, 471, 560
paradigma bipolar, 107
participação da comunidade, 3, 8, 23, 24, 25, 31, 32, 34, 115, 116, 118, 119, 127, 150, 154, 156, 157, 162, 170, 175, 177, 184, 187, 190, 200, 205, 232, 237, 249, 285, 289, 324, 419, 433, 445, 452, 459, 475, 476, 482, 484, 486, 492, 500, 501, 503, 506, 507, 508, 509, 511, 514, 516,낸517, 519, 520, 613, 615
participação dos agentes, 421, 433
Património da Humanidade, 2, 35, 143, 289, 381, 385, 389, 392, 393, 453, 455, 535, 555, 587, 591, 622
Paulme, Denise, 281
perceção, 30, 53, 54, 58, 70, 72, 74, 76, 80, 82, 83, 95, 97, 105, 109, 113, 117, 121, 125, 130, 132, 133, 136, 152, 154, 156, 161, 184, 187, 189, 196, 204, 206, 214, 215, 222, 226, 230, 234, 250, 282, 283, 305, 317, 404, 415, 433, 451, 454, 458, 461, 466, 475, 487, 591
PEREIRA, Luis Filipe, 0, 264, 269, 384, 486, 555, 618
PERESTRELO, Margarida, 429, 430, 431, 555
performance, 9, 10, 25, 206, 279, 289, 290, 302
PINTASILGO, Maria de Lourdes, 110, 112, 556
poder simbólico, 70
poderes sociais, 23, 90, 92, 120, 164, 249, 323, 422, 506, 517, 623
política cultural, 3, 33, 35, 237, 240, 244, 245, 277, 390, 416, 506, 536, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 592, 594, 595, 596, 597, 599, 601, 602, 622, 624
política museológica, 3, 35, 592, 593, 596, 598, 600, 601, 604, 616, 622
políticas culturais, 3, 35, 115, 173, 238, 240, 241, 245, 246, 247, 248, 274, 277, 416, 444, 560, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 592, 595, 596, 597, 623
pós-colonialismo, 165, 522
posicionamento estratégico, 34, 138, 419, 426, 451, 453
possibilidade de ação, 31, 276, 432

povos indígenas, 166, 168, 170, 176
prática museológica, 6, 23, 34, 41, 108, 116, 161, 170, 284, 399, 421, 498, 499, 504, 514, 599, 601, 616
prática social, 23, 67, 118, 153, 161, 162, 186, 202, 218, 241, 242, 419, 424, 498, 503, 520, 543
prática sociomuseológica, 22, 25
práticas museológicas, 25, 151, 177, 624
práticas sociais, 64, 143, 161, 167, 293, 313, 423, 454, 489, 498, 595
PRIMO, Judite, 126, 190, 244, 490, 557, 585
problemática, 2, 3, 26, 27, 33, 37, 38, 52, 56, 85, 95, 103, 104, 108, 118, 123, 141, 142, 147, 151, 164, 172, 179, 181, 184, 185, 222, 237, 238, 241, 243, 248, 251, 253, 256, 257, 258, 259, 261, 264, 265, 266, 267, 269, 271, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 284, 285, 294, 297, 302, 303, 304, 306, 307, 310, 316, 317, 325, 330, 335, 347, 354, 359, 403, 408, 410, 413, 415, 427, 436, 446, 449, 453, 471, 472, 477, 486, 487, 488, 489, 493, 498, 501, 513, 514, 534, 537, 538, 583, 584, 585, 586, 587, 595, 597, 602, 608, 610, 611, 618

processamento da informação, 82, 136
processo cognitivo, 46, 73, 77, 129, 134, 136, 137, 606, 607
processo de configuração, 481
processo de conscientização, 23, 187, 208, 230, 234, 249, 518
processo de desenvolvimento, 122, 274, 443, 448, 486, 511
processo de globalização, 247, 314, 495, 496, 497, 517
processo de hibridação, 27, 28, 242, 307, 321, 324, 410
processo de interação comunicativa, 424
processo de mudança social, 96, 125, 188
processo de participação, 301, 433, 482
processo de planeamento, 433, 445
processo dialógico, 28, 118, 156, 184, 304, 314
processo dinâmico, 79, 100, 132, 221, 242, 394, 412
processo metodológico, 23, 24, 132, 222, 433
processo museológico, 1, 3, 8, 22, 23, 25, 26, 27, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 45, 48, 51, 92, 93, 108, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 130, 132, 136, 138, 141, 142, 149, 154, 155, 156, 157, 159, 162, 179, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 198, 200, 204, 205, 221, 222, 230, 233, 250, 284, 290, 291, 297, 307, 320, 321, 324, 419, 421, 427, 428, 430, 434, 437, 443, 476, 489, 490, 491, 492, 496, 497, 498, 499, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 511, 512, 514, 515, 517, 519, 520, 521, 555, 580, 606, 623, 624, 625
processo narrativo, 32, 217, 284, 605, 607
processo pedagógico, 155
processo social, 28, 54, 76, 78, 88, 130, 136, 161, 162, 218, 287, 291, 489
processo sociomuseológico, 22, 23, 26, 129, 165, 230, 232, 233, 236, 285, 297, 301, 304, 305, 321, 322, 507, 508, 514, 516
processos de identificação, 157, 178
processos mnemónicos, 47, 156
processos museológicos, 23, 33, 41, 42, 92, 102, 112, 115, 116, 117, 123, 148, 150, 165, 170, 172, 173, 175, 177, 217, 259, 274, 285, 291, 314, 315, 317, 418, 427, 454, 475, 476, 489, 490, 491, 492, 497, 498, 503, 504, 507, 516, 517, 601, 624
processos participativos, 23, 24, 35, 582
procura turística, 448
produção científica, 37, 151
produção coletiva, 32, 195
produção de bens simbólicos, 247, 455, 586, 596, 603
produção de memória, 8, 31, 137, 140, 170, 459
produção do simbólico, 186
produção e o consumo, 90, 138, 156, 229, 491
produção social, 76, 493
produto cultural, 291, 448, 482
proposta de diálogo, 26
proposta metodológica, 22, 28, 29, 37, 60, 87, 110, 115, 123, 156, 279, 605
propostas metodológicas, 22, 304, 429
PROPP, Vladimir, 281, 287, 288, 557
prospetiva, 31, 429, 435, 436, 507
proteção patrimonial, 350, 465
PROUST, Marcel, 52, 557
psicologia, 38, 56, 59, 72, 73, 74, 95, 98, 133, 159, 227, 420, 488, 581
Psicologia, 1, 38, 69, 534, 545, 549, 556, 565
psicologia comportamental, 73
questão patrimonial, 316, 324, 496, 609
RAU, Virgínia, 373, 557
recursos disponíveis, 24, 93, 130, 157, 187, 218, 291, 422, 433, 497, 498, 512, 575, 582, 584, 587, 596, 601, 607
recursos humanos, 433, 448, 449, 452, 601
recursos turísticos, 448
rede de valor social, 418, 419
rede preposicional, 133

reflexão crítica, 8, 22, 23, 24, 25, 112, 125, 172, 189, 236, 437, 508
relação antinómica, 499
relação entre corpo e a mente, 130
relação interna, 30, 459
relação processual, 28, 130, 222, 476, 519
relações antinómicas, 93
relações de poder, 38, 87, 93, 95, 96, 97, 101, 102, 146, 162, 278, 428
relações do poder, 31
relações dos poderes, 31
rememoração, 22, 28, 30, 52, 53, 54, 61, 64, 67, 83, 92, 143, 276, 394, 415, 479
repatriação dos bens culturais, 166
representação de superfície, 133
representação profunda, 133
representação social, 48, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 92, 130, 517, 519
representação socialmente qualificados, 25
representações preposicionais, 133
resiliência, 8, 28, 29, 30, 34, 119, 208, 248, 305, 314, 321, 322, 323, 324, 328, 331, 394, 395, 483, 514, 515, 517
resolução dos problemas, 135, 136, 421
RIBEIRO, Manuel Ferreira, 339, 340, 341, 343, 350, 373, 374, 387, 558, 560, 583, 619
RICOEUR, Paul, 68, 69, 454, 558
ROSÁRIO, Lourenço do, 275, 279, 280, 281, 282, 289, 559
RUBIM, 245, 246, 247, 248, 559
Rússio, Waldisa, 157
saber de síntese, 39
SAID, Ernest, 39, 70, 144, 171, 559
salvaguarda, 8, 27, 29, 31, 34, 136, 139, 148, 164, 166, 168, 170, 296, 388, 465, 516, 519, 590
SANTOS, Boaventura Sousa, 46, 47, 97, 143, 144, 145, 152, 153, 163, 263, 357, 398, 403, 499, 528, 542, 546, 556, 559, 560, 561, 566, 591
SCHOPENHAUER, Arthur, 49, 561
semiótico, 30, 43, 194, 212, 221, 226
SENA, Jorge, 377, 561
SERRA, Carlos, 238, 239, 243, 244, 259, 274, 330, 529, 530, 546, 552, 553, 561, 563
serviço prestado à comunidade, 150, 517
significados sociais, 25, 30, 66, 139, 194, 224
SIMMEL, George, 475, 562
SIMPSON, Moira, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 562
sistema de orientação, 75, 310
sistema de recursos, 90
sistemas de valores, 57, 66, 75, 99, 242, 411
situações comunicacionais, 423
SOARES, Paulo, 175, 269, 270, 271, 272, 273, 474, 562, 563, 617
Sociedade de Estudos da Colónia, 259, 295, 333, 351, 525, 535, 550
sociologia, 38, 39, 48, 56, 57, 60, 65, 76, 90, 98, 106, 158, 159, 243, 245, 334, 420, 534, 539, 584, 586
sociomnese, 1, 2, 8, 9, 10, 11, 13, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 90, 91, 92, 102, 124, 129, 130, 131, 133, 138, 141, 184, 187, 188, 193, 194, 197, 201, 203, 205, 208, 221, 222, 223, 224, 226, 232, 233, 236, 237, 248, 249, 250, 285, 301, 304, 305, 307, 310, 314, 321, 323, 324, 331, 378, 380, 394, 395, 415, 416, 455, 498, 504, 506, 507, 509, 510, 511, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 577
sociomuseologia, 8, 22, 23, 24, 28, 32, 34, 37, 38, 41, 48, 93, 116, 117, 123, 127, 129, 130, 141, 147, 148, 149, 150, 151, 161, 163, 164, 165, 174, 175, 177, 183, 186, 190, 191, 193, 233, 273, 274, 295, 297, 304, 308, 311, 315, 420, 425, 429, 430, 496, 498, 501, 506, 507, 514, 517
Sofala, 326, 329, 330, 335, 338, 346, 347, 348, 352, 356, 357, 359, 362, 369, 373, 404, 559
solidariedade na ação, 166
SOPA, António, 397, 398, 413, 561, 563
TAJFEL, 70
tensão entre o singular e a totalidade, 27
teoria da ação, 90, 122, 424, 487
Teoria da Conscientização, 123
teoria do valor, 38, 466, 476, 477, 488, 490, 493, 494
território turístico, 385, 455, 480, 482
tese, 6
testemunho, 65, 356, 377, 380, 383, 401, 573
THOMPSON, Paul, 39, 65, 563, 565
trabalho socialmente qualificado, 479, 490, 491, 493, 503
tradições inventadas, 66, 67, 585
Tráfico de Escravos, 181, 527, 548
transdisciplinaridade, 38, 41, 151
trânsito, 1, 2, 7, 8, 22, 30, 37, 38, 41, 44, 46, 47, 97, 114, 141, 179, 182, 193, 196, 222, 234, 236, 248, 321, 370, 380, 384, 416, 473, 509, 511, 513, 514, 609
turismo, 38, 114, 181, 200, 247, 298, 324, 331, 334, 360, 361, 377, 379, 382, 385, 387, 405, 406, 409, 426, 436, 439, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 449, 450, 451, 452, 453, 463, 464, 466, 474, 477, 478,

480, 481, 482, 496, 498, 516, 569, 591, 613, 622
Ujama, 270
urbanismo, 38, 226, 275, 429, 564
VALA, Jorge, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 565
valor da mercadoria, 183, 477, 479, 493, 495
valor de troca, 223, 476, 479, 493, 494, 495, 496, 503
valor de uso, 162, 223, 315, 476, 479, 494, 495, 496
valor museológico, 3, 272, 437, 487, 492, 493
valor natural do processo museológico, 419
valor social, 3, 32, 34, 109, 132, 162, 203, 418, 477, 489, 490, 498, 503, 508, 623, 625
valores hegemónicos, 242
valorização de heranças, 402
VALORIZAÇÃO, Campanhas de V, 382
VALVERDE, Paulo, 299, 565
variável dependente, 30, 78
variável independente, 30, 74, 78
VARINE, Hughes, 149, 565
viagem, 6, 32, 38, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 59, 61, 68, 93, 121, 141, 142, 178, 183, 195, 264, 275, 292, 325, 326, 327, 344, 345, 347, 353, 357, 371, 372, 396, 406, 449, 450, 456, 508, 511, 524, 536, 556, 557, 566, 572, 575, 602, 608, 609, 613, 615, 626
visão do outro, 1, 178, 180, 181, 182, 184, 251, 268, 304
vivência, 54, 73, 102, 106, 144, 167, 183, 227, 231, 243, 305, 307, 403, 454, 459, 462, 473
WACHTEL, 98, 99, 100, 104, 410, 411, 412, 566
WALLERSTEIN, Immanuel, 39, 318, 526, 566
WEBER, Max, 120, 186, 421, 566
YOUNG, 63, 566
Zambeze, 238, 279, 338, 347, 376, 404, 559

PRINCIPIO

Esta tese apresenta uma proposta para um processo museológico na Ilha de Moçambique e uma proposta metodológica para operação de análise da *sociomnese*[1] aplicada na sociomuseologia. Ela é construída como uma narrativa de reflexão crítica entre a teoria e a prática sociomuseológica. As suas linhas de orientação foram geradas na tensão que se gerou no confronto entre o trânsito do olhar do museólogo sobre a análise da memória social da Ilha de Moçambique.

O trânsito é entendido como o movimento do olhar que problematiza o mundo, como elemento catalisador do diálogo entre o *Ego* e o *Alter*. As memórias sociais são aqui entendidas como processos de representação bio-socio-culturais que medeiam a interpretação e a organização simbólica dos fenómenos e que catalisam ações transformadoras. Nesta relação a Ilha de Moçambique é o território a pretexto do qual construímos o trânsito do nosso conhecimento e o espaço onde aplicamos os princípios da sociomuseologia.

O cenário da nossa ação e o pretexto para a nossa narrativa gerou-se na procura duma resposta ao desafio de aí construir um processo museológico. Do confronto entre a experiência da Ilha com a mobilização das nossas experiências profissionais formulou-se a interrogação à metodologia museológica. Esta tese emerge dessa reflexão do museólogo no âmbito das relações e das experiencias vividas com comunidade. A tese é um pedaço dessa vida que assim cristalizou. Como tudo o que é vida tem contradições e problemas para resolver. O trânsito é para continuar.

A tese justifica a necessidade de sistematizar uma metodologia museológica que responde a problemáticas associadas à investigação-ação em museologia nos territórios do sul. Propomos aqui uma releitura das propostas metodológicas do pedagogo Paulo Freire aplicadas como uma metodologia crítica na construção dum processo sociomuseológico. A metodologia da conscientização e a análise da Estratégia dos Atores constituem os principais instrumentos que manipulamos no terreno. Eles constituem as principais ferramentas com que analisamos a sociomnese da Ilha de Moçambique.

Assumimos nesta tese a museologia como um campo de saber que resulta da interação entre as memórias sociais (como uma relação de oposição entre a rememoração e o olvi-

[1] Sociomnese é um neologismo criado neste trabalho. Ele é uma palavra composta pelo ante pospositivo sócio de social; e mnese como pospositivo (do grego mnesia). Usamo-lo como analogia do conceito de memória social, uma proposta de fenomenologia nas ciências sociais constituída no século XX com Maurice Halbwachs que a seguir justificaremos.

do na qual emerge uma qualificação social de objetos mnemónicos) e os poderes sociais (como expressão da relação de regulação da apropriação de recursos entre os diversos grupos sociais) que se expressam em processos museológico. A sociomuseologia opera ações intencionais de preservação de objetos socialmente qualificados geradas nestes processos e constitui uma vontade expressa de os verter para a comunidade através duma ação museológica participativa. As expressões dos processos museológicos constituem-se como narrativas sobre objetos socialmente qualificados no espaço e no tempo onde se geram representações que fundamentam as ações intencionais no mundo material e das ideias.

A investigação e a ação museológica encontram-se intimamente ligadas como prática social. O processo museológico constitui-se como um espaço e um tempo onde a investigação se relaciona com a prática museológica. Apoiada na participação da comunidade na busca dos seus objetos mnemónicos, a sociomnese propõe processos de extroversão, com base na experiencia da comunidade para criar propostas concretas. Os fins e os meios da qualificação social dos objetos concretizam-se nesta operação de apropriação e devolução como expressão duma relação social. A sociomuseologia acrescenta-lhe a participação da comunidade como experiencia de uso dos recursos territoriais.

Com esta Tese a sociomuseologia assume o desafio de propor um processo sociomuseológico para a Ilha de Moçambique com base na participação da comunidade na mobilização das suas memórias sociais. A construção da resposta a este desafio obrigou-nos a desvelar, de um lado a operacionalização do conceito de memória social, e de outro lado uma metodologia de análise da comunidade e do desenvolvimento dos seus processos participativos. As metodologias da investigação-ação forneceram os instrumentos necessários para esta resposta.

Para a análise da memória social propomos a operacionalização da *sociomnese* como ferramenta de análise museológica. Fizemo-lo depois de termos percorrido a emergência e o desenvolvimento do conceito de memória social nas ciências sociais. A sua construção parte com base na reflexão crítica sobre o processo metodológico de conscientização. As metodologias que desenvolvemos ajustam as propostas de alfabetização ao contexto da prática museológica. Propomos a constituição do círculo museológico como raiz da prática museológica. O trabalho e a dinâmica do grupo constitui-se assim como fundamento da participação da comunidade na construção das ações. As imagens geradoras, recolhidas no espaço com elementos da vida da comunidade, são o ponto de partida para o processo de conscientização, onde através da discussão crítica se buscam compromissos na ação.

O processo metodológico produz, na sua primeira fase as preposições mnemónicas que se traduzem nos "livros de memória", e na sua segunda fase permite a emergência de vários produtos, tais como os "livros de memória social", as "expressões performativas mnemónicas", os "mapas mnemónicos" que podem evoluir para "cartas de heranças", que incluem inventários e compromissos sobre as ações sobre objetos socialmente qualificados, conforme o esquema seguinte representa.

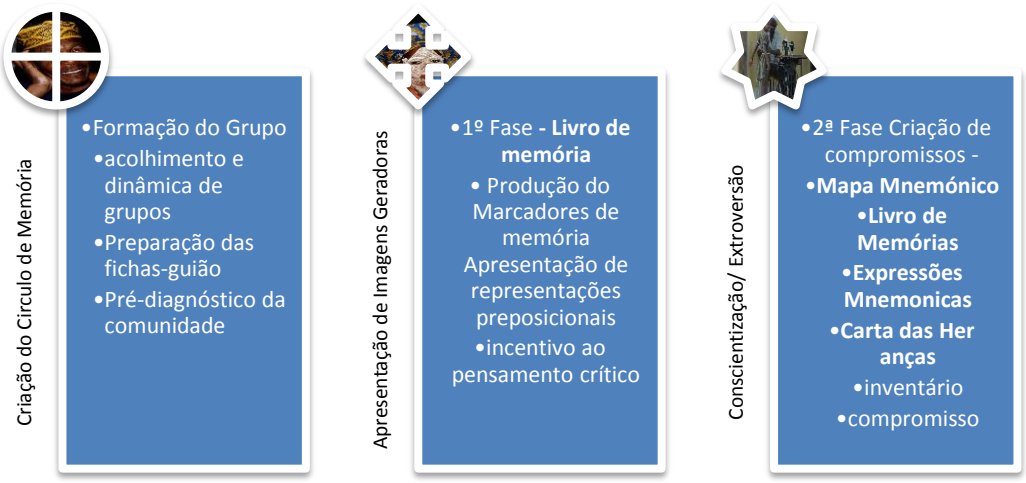


Ilustração 1- Fases da metodologia da sociomnese (elaboração própria)

A análise da comunidade e o desenvolvimento dos seus processos participativos recorre às análises das estratégias dos atores a partir duma abordagem crítica fundamentada nas metodologias da conscientização. Na maioria dos em que esta metodologia é aplicada a participação da comunidade é orientada para ações diretivas. Tivemos ocasião de confirmar essa ocorrência nas análises dos elementos recolhidos nos nossos trabalhos de campo. Propomos para a sociomuseologia a operação de metodologias que favoreçam ações com base no compromisso. O compromisso exige negociação e consensos entre os membros dos grupos em relação aos fins e aos processos de ação. A museologia de ação resulta dessa interação entre os membros da comunidade e os seus objetos socialmente qualificados que mobiliza como componente da sua função social na museologia.

Tal como na metodologia da conscientização, o compromisso museológico parte da constituição do círculo museológico ou de memória e da formulação dos problemas (formação da consciência dos objetos) através da discussão e reflexão crítica. O objetivo da ação é atingir uma concertação de objetivos em função dos problemas identificados e a partir deles gera ações de transformação a partir dos recursos disponíveis.

A aplicação da metodologia da conscientização museológica na busca do compromisso implica o trabalho de mediação do museólogo, que atua simultaneamente como facilitador de diálogos e como dinamizador de ações museológicas.

O processo museológico para a Ilha de Moçambique é o pretexto que nos permitiu relacionar a ação museológica (a prática) com a produção de memórias sociais na base na participação da comunidade (a investigação) para a construção de ações de futuro. No âmbito desse processo resolvemos as questões que nos levaram a escolher a museologia como campo de conhecimento, ao mesmo tempo que nele incorporamos, a partir duma reflexão crítica várias problemáticas que temos vindo a abordar como museólogo.

A nossa proposta de constituição dum processo museológico a partir do sul levou-nos à busca e à integração na ação museológica de um conjunto de abordagens de objetos socialmente qualificados com base nos vários modos de expressão performativa das comunidades. Integramos assim como proposta sociomuseológica a operação sobre objetos poéticos a performance e a oralidade e sobre artefactos de representação socialmente qualificados. Essa abordagem é feita com base num diálogo crítico entre as práticas museológicas construídas a norte e a sua emergência a sul como instrumento de desenvolvimento das comunidades.

Esse diálogo entre o norte e o sul constitui a ideia estruturante da nossa proposta para o processo museológico na Ilha de Moçambique. Fazer emergir a sul um espaço de ação e reflexão crítica sobre a interculturalidade como herança fomentadora da inovação dos processos sociais nas comunidades

A proposta de uma prática sociomuseológica construída sobre objetos mnemónicos socialmente qualificados aplicada na projeção de ação gerada pela participação da comunidade encontra na constituição dos "círculos de memória" uma figura organizacional estruturante. Os círculos de memória constituem-se como o espaço e o tempo de seleção de marcadores de memória, da busca dos seus significados sociais e construção de compromissos para ação de extroversão. Os produtos da metodologia, que se constituem como "livros de memórias", que se constroem como narrativas são variados. Os objetivos de produção destes "livros" são a partilha social na sua construção. A construção do livro é o pretexto para o exercício do compromisso como processo de partilha dos significados socialmente qualificados. O livro é o objeto material do processo. Um objeto que pode ser partilhado como proposta de exposição e que pode ser permanentemente reconstruído.

A museologia como campo do conhecimento tem vindo a enfrentar vários desafios que se colocam entre o homem e os seus objetos socialmente qualificados na sua relação com a comunidade no quadro de territórios inseridos em dinâmicas de globalização. A integração no conhecimento museológico dos processos de produção de memórias sociais nas comunidades do sul, no quadro das suas dinâmicas específicas é um desafio para o qual aqui procuramos contribuir no âmbito da problemática duma nova museologia pensada e construída a partir sul. O uso da "*sociomnese*" como conceito operatório da museologia é apresentado e comprovado nesta tese. A construção duma *carta de heranças* com base na metodologia da sociomnese constitui a nossa proposta de ação museológica. Essa ação concretiza-se num espaço de diálogo cuja configuração propomos como conclusão desta tese.

A construção dum processo sociomuseológico a partir do sul constitui-se como um compromisso entre a ação museológica com os objetivos de desenvolvimento sustentado, construídos a partir da comunidade. Esse compromisso é também uma proposta de diálogo sobre a problemática da complexidade no qual a museologia se encontra envolvida.

Essa necessidade de diálogo entre a memória social e a ação de construção do futuro justifica o título da tese, com "Casa "como proposta de espaço de acolhimento e reflexão, e de partilha no qual Muss-amb-ike, que para além da analogia com a Ilha, remete para a complexidade híbrida das suas memórias sociais e heranças construídas sobre diálogos cruzados e trânsitos permanentes. Enquanto conceito organizacional propõe um espaço de diálogo sobre a interculturalidade. No subtítulo o "compromisso no processo museológico", assume e reforça a proposta, onde o compromisso representa uma característica distintiva do processo museológico que se propõe, no qual está contida uma proposta de ação museológica.

A problemática desta tese inscreve-se nas questões que emergem dos fenómenos de globalização enquanto um processo de tensão de ritmos variados da tradição sobre a mudança e a permanência onde interagem processos de afirmação de diferentes níveis de poder, dotados de valências e resistências variadas observados sobre e a partir da Ilha de Moçambique. Estamos portanto no domínio duma análise da complexidade das inter-relações dos processos de globalização que observamos através dos fenómenos gerados pela singularidade neste espaço híbrido constituído pela Ilha de Moçambique.

Como instrumento da observação destes fenómenos construímos uma análise a partir do conceito de memória social. Escolhemos uma análise pelas representações dos fenómenos, ao invés de procurarmos uma análise sobre o devir ou sobre a organização de estru-

turas ou processos de transformação material. A problematização deste conceito conduziu-nos a uma análise sobre a sua emergência nas ciências sociais. Propomos a sua operacionalização como noção aplicada na museologia através da sociomnese. A memória social, como veremos é um conceito complexo, que reflete a tensão entre o singular e a totalidade cuja análise permite integrar as ações de convergência (ou de consensualização) ou de divergência (conflitualidades).

Para justificar a inclusão da Ilha de Moçambique no contexto da complexidade temos também que a problematizar como fenómeno. A ilha de Moçambique como objeto singular é a primeira questão que importa resolver. Essa singularidade resulta das dinâmicas de construção do espaço, das suas trocas com a envolvente e das suas interações internas. O ponto da observação desse processo é um olhar do museólogo, operacionalizado a partir da construção sua sociomnese, no confronto com as leituras sobre a sua construção no devir.

Olhar a Ilha de Moçambique a partir da construção da sua sociomnese é trabalhar a museologia como um processo crítico. Um processo onde se interroga a produção e o uso das memórias sociais como uma problemática de consciência sobre o mundo para mobilizar ação. Essa prática, enquanto ação museológica implica uma consciência dialógica entre a salvaguarda e a comunicação dos objetos sociomnemónicos que se constituem como socialmente qualificados no âmbito do processo museológico. Problematizar a sociomnese da Ilha de Moçambique é então a construção duma narrativa crítica sobre os elementos mnemónicos de significação que a caracteriza no presente como uma interpretação do seu passado, onde se constituem como heranças significativas e passíveis de serem alocadas como uma consciência da ação do presente na construção dos futuros da comunidade.

A questão orientadora da problemática sobre o do processo da constituição da sociomnese na Ilha de Moçambique procura confirmar o processo de produção de estruturas de significação da Ilha de Moçambique como fenómenos de hibridação. Um processo de hibridação, conforme a proposta de Nestor Canclini apresenta-se como uma interação processual onde estruturas e práticas discretas se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. Um processo de "*fusão de estruturas discretas*" (CANCLINI, 2008).

A sociomnese é então abordada como uma produção de estruturas de significação cuja análise permite inter-relacionar três componentes presentes da sua qualificação social. O objeto mnemónico é num primeiro nível uma forma identificada no espaço e no tempo. Esse objeto, ao ser identificado contém uma significação que o distingue em relação a outros objetos. Finalmente esse significação ganha uma qualificação pelo seu posicionamento no

espaço e no tempo numa relação processual com todos os outros objetos. A partilha dessas significações pelos membros da comunidade implica a sua dimensão de qualificação social como expressão duma consciência do mundo. A análise da sociomnese permite observar os objetos qualificados nessa tripla dimensão como fenómeno social, ao mesmo tempo que permite orientar a ação e a reação de adaptação ou transformação aos processos do devir. As tensões dos processos podem ser consciencializadas pela sociomnese

A sociomnese como processo social reflete os fenómenos de hibridação e constrói-se como uma representação desses processos, refletindo nas suas configurações as suas contradições processuais. O processo de hibridação é um processo de resolução de tensões e conflitos em permanente ação Essas forças de interação constituem-se como um fenómeno social podem ser geradas por tensões endógenas, quando se desenvolve como um processo dialógico ou geradas por tensões exógenas quando são geradas no âmbito dum um processo coercivo. Usar a sociomnese como instrumento de análise assume-se então uma representação da capacidade de resiliência da memória social. É essa hipótese, da Memória Social da Ilha de Moçambique como um fenómeno de resiliência gerado no processo de hibridação, que vamos procuramos fundamentar como proposta metodológica de aplicação da sociomuseologia.

Partimos da premissa de que as dinâmicas de globalização sobre este espaço podem ser observadas pelos instrumentos teóricos da sociomuseologia, que opera sobre a interação da memória social (como rememoração/esquecimento) geradas como expressão das interações no âmbito da afirmação dos diversos poderes de influência social (apropriação/resistência). Como campo de conhecimento a museologia opera o conceito da sociomnese como uma representação das tensões que se geram no confronto presente sobre o devir e que se projetam no futuro como condicionantes das ações de cada presente. A sociomnese projeta-se como uma construção de estruturas significativa em permanente transformação por ajustamento aos ritmos dos indivíduos em contextos social. A representação da sociomnese é observada como um processo de resiliência, onde as tensões vão sendo resolvidas por adaptação ou rutura.

A análise da significação estrutural da memória social observada na sua plasticidade performativa como um processo de comunicação permite operar em dois planos interligados. No plano da formação duma consciência dessa representação, e no plano da motivação duma ação transformadora por necessidade. A comprovação dessa hipótese da orienta a investigação

Utilizar a sociomnese como conceito que tipo de instrumentos se pode utilizar para operacionalizar a sua análise. Como já argumentamos a nossa proposta de analisar a sociomnese da Ilha de Moçambique constitui-se como uma proposta de investigação-ação sociomuseológica. O pedagogo brasileiro Paulo Freire propôs uma pedagogia da libertação como metodologia de alfabetização de adultos no Brasil, durante a época da ditadura. Com base na emergência da conscientização, a sua proposta torna-se numa proposta de ação de produção de literacia. Dizemos literacias porque para além da aprendizagem da leitura, da escrita e da aritmética (que se constitui num nível elementar de alfabetização), a metodologia pressupõe que na sequência dessa ação se gere uma consciência crítica do ser. A conscientização era para Paulo Freire o primeiro passo para a libertação. Independentemente dos princípios teóricos que estão subjacentes a esta proposta e que a seguir abordaremos mais detalhadamente, interessou-nos para o nosso trabalho a operação metodológica.

A partir dessa metodologia construímos a nossa proposta metodológica duma museologia solidária, onde a ação museológica medeia a formação da consciência sobre o objeto mnemónico construído sobre a partilha dos seus significados simbólicos como elementos de ação. A nossa premissa é que através da conscientização o processo de salvaguarda dos objetos mnemónicos desencadeia a sua transformação. Esta produção de mudança é um fator catalisador da ação, que se concretiza na comunicação. Como parte integrante desta metodologia, procura-se que essa ação museológica se constitua com base na comunidade e produza uma ação para a comunidade por inclusão. As funções da ação museológica de salvaguarda e comunicação sobre os objetos mnemónicos interagem desse modo com os processos sociais, com a comunidade e com os territórios no âmbito dum compromisso com a ação. A justificação dessa metodologia e os seus modos de aplicação orienta a narrativa.

A partir deste enfoque teórico e da sua operacionalização, procuramos observar as representações da sociomnese da Ilha de Moçambique sobre diversos ângulos de análise. Em primeiro lugar importa atribuir uma significação à representação da sociomnese da Ilha de Moçambique. O conceito de resiliência, como resultado do hibridismo contém a plasticidade que traduz a dinâmica de ajustamento das formas e dos conteúdos no tempo. Assumimos que a sociomnese como uma estrutura dinâmica pode ser representada na sua significação e pelo seu posicionamento em relação aos outros objetos socialmente qualificados. Os elementos de significações constituem-se assim como marcadores mnemónicos, localizados no espaço como objetos patrimoniais. Assim a sociomnese será a cada momento a representação no presente duma narrativa sobre a experiencia do passado, orientada para o devir. Pro-

curamos comprovar essa configuração através do cruzamento de eixos de análise sincrónicos e diacrónicos.

Uma vez que isolamos o espaço de análise, poderemos exercitar a análise do tempo fazendo sobre ele atuar a consciência do significado do passado no presente, e olhar o presente para projetar o futuro. Com a consciência de que esse tempo e esse espaço constituem um objeto que transcende essa narrativa, construímos o nosso corpo de investigação sobre uma proposta de produção de significações sobre a sociomnese da Ilha de Moçambique. O principal limite da investigação encontra-se nessa transcendência do objeto em relação à narrativa.

Com estas ferramentas construímos a nossa hipótese de investigação. Partindo do isolamento da variável independente, aqui representada pelo espaço da Ilha de Moçambique, fizemos nela incidir a representação das memórias sociais como uma variável dependente (explicativa), procurando a resiliência das suas configurações sobre o tempo. É contudo necessário notar que o tempo da memória social não é linear. O tempo linear como categoria de orientação é uma construção do observador, e o uso do conceito de sociomnese comprova precisamente essa plasticidade. A perceção do passado e do futuro é relativa. Mas talvez seja essa uma das vantagens da museologia como campo do conhecimento da complexidade: A possibilidade, de perante a aceleração e a complexificação das interações nos fenómenos de globalização, propor a construção de objetos mnemónicos de significação sobre o devir como orientação da ação. Essa questão não será contudo tratada nesta tese.

O que orienta nesta tese é saber como é que a memória social (a sociomnese como conceito operacional dum processo museológico) representa a Ilha de Moçambique. Assumimos que estamos perante um fato museológico que pode ser problematizado através da sua conceptualização (isto é da construção dos seus significantes), numa relação interna com as condições sociais da sua rememoração (isto é da atribuição de significados sociais). A operação de análise resulta do cruzamento semiótico entre a conceptualização da sociomnese (CSM) com as condições sociais de rememoração (CSR) abordadas no seu devir temporal. Sendo que em função da variação das condições sociais interessa analisar o grau de variabilidade da conceptualização da memória, observável pela intensidade de representação dos objetos mnemónicos.

Na nossa investigação assume-se como um trânsito do olhar sobre a Ilha de Moçambique. Partimos da sincronia e iniciamos a análise da sociomnese no presente vivido no processo de investigação. Recolhemos e analisamos as vivências da memória social. Pro-

curámos interrogar esse presente, hoje passado, como uma expressão das tensões contemporaneidade dadas pelas relações dos poderes constituídos e partilhados pela comunidade. Como instrumentos de análise operacionalizamos a representação da memória social. Para recolher os dados da análise utilizamos a metodologia da conscientização, na qual problematizamos os fenómenos observados.

A metodologia da conscientização permitiu criar ações museológicas onde se expressaram fatos museológicos. As representações da memória social geraram dinâmicas de participação da comunidade e os seus resultados constituíram-se como objetos museológicos. Estes objetos produzidos pelos indivíduos e pelo grupo foram apresentados como ações de divulgação.

A museologia operou as suas funções básicas de salvaguarda e comunicação criando uma consciência da memória social e gerou uma ação comunicativa dessa mesma memória, potencialmente motivadora da ação do indivíduo e do grupo. Ainda neste mesmo eixo da sincronia, mas com base na prospetiva, como ação de construção do futuro, procuramos observar a mobilização da memória social como produção duma consciência de possibilidade de ação.

Na análise do eixo de diacronia inscrevemos a representação da Ilha de Moçambique como um espaço mítico. Procuramos comprovar que a construção dessa mitogénese permite sustentar a construção da ideia deste espaço como objeto mnemónico, sobre o qual, ao longo da "era do património" de foram sucessivamente construindo ações de preservação, investigação e comunicação. Este espaço de heranças é analisado ao longo de sucessivas narrativas construídas e reconstruídas no tempo. Os diversos processos de produção de memória que esta análise procurou foram efetuados com base nas expressões das tensões dos sucessivos presentes, a cada momento reelaborados num diálogo das relações do poder sobre a leitura do presente sobre o passado. Não procuramos efetuar apenas uma investigação crítica sobre um fenómeno sociomuseológico. Procuramos fundamentalmente que a investigação crie condições para gerar uma ação de conscientização apoiada em práticas de construção do futuro na comunidade. Não procuramos a investigação para conhecer. Procuramos sim investigar para conhecermos e criarmos ação consciente. A chave da resolução dessa postura é a consciência de um compromisso com a ação sociomuseológica.

Convém também assumir desde já uma contradição essencial nesta tese. A nossa proposta de abordagem da museologia social através das metodologias da investigação-ação implica, no âmbito desta nossa narrativa a distinção de dois tempos e dois espaços. O espaço

e o tempo da Tese académica que é este, e o espaço e o tempo do processo museológico onde aplicamos a metodologia da investigação-ação, onde esta tese está incluída, mas que a transcende em termos de espaço e de tempo. A tese utiliza nesta narrativa um processo museológico que a transcende, formatando essencialmente a sua ideia como projeto.

A investigação-ação tem vindo a constituir-se como uma metodologia de trabalho científico onde a investigação social é abordada no quadro duma valorização das fenomenologias sistémicas. Como postura epistemológica, a investigação-ação procura criar condições de validação das suas hipóteses de investigação, no âmbito do seu confronto permanente com a sua aplicação na realidade. A validação dos resultados da investigação resulta fundamentalmente da adequabilidade dos resultados da ação.

Ao inscrevermos esta tese no campo da investigação-ação lidamos com uma contradição na aplicação do processo de conscientização e participação da comunidade. Nesta tese a participação da comunidade na produção de memórias sociais na construção do futuro é uma forma do processo narrativo que o justifica. Na ação sociomuseológica operação de relacionar os objetos socialmente qualificados duma comunidade, produzidos num território com as ações de construção do futuro, é uma produção coletiva, que gera outros processos narrativos, e outras ações museológicas. O que aqui apresentamos são apenas resultados fragmentados, dum processo que continua para além da cristalização deste texto e que fundamentalmente resulta de um tempo de diagnóstico no espaço. Assim surgem aqui propostas na sua forma reduzida como resultados de investigação e propostas de projetos de investigação. O que não conseguimos recolher no trabalho de campo foi completado com outros dados da experiência profissional, agora aqui problematizados.

Sendo o compromisso com a comunidade uma distinção da sociomuseologia, esta tese resolve apenas um compromisso académico, apresentando o nosso compromisso com um processo de museológico para a Ilha de Moçambique como o seu valor social. Mas esta tese não representa o processo museológico que falta construir, e terá como base o diálogo do sociomuseólogo com a comunidade como experiência.

A tese estrutura-se em sete capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo fixar Marco Teórico que fundamenta a tese. Começamos por efetuar uma análise dos contributos teóricos, os vários trânsitos da viagem, que fundamentam a nossa abordagem sociomuseológica. Abordamos a construção do conceito de Memória Social como uma representação. De seguida apresentamos uma proposta de metodologia de operação do conceito, com base na proposta da metodologia da conscientização desenvolvida por Paulo Freire. Na análise da

fundamentação dessa proposta serão ainda analisados vários argumentos teóricos que justificam a museologia como campo do conhecimento prático. Com base nestes contributos teóricos apresentamos a ainda a problemática e hipóteses de investigação, bem como os resultados alcançados.

No segundo capítulo apresentamos o espaço de Investigação. A Ilha de Moçambique como objeto de conhecimento museológico tem como principal objetivo argumentar sobre a singularidade do sítio e da sua pertinência como objeto de conhecimento museológico. Nos capítulos seguintes apresentamos detalhadamente os processos desenvolvidos e os resultados alcançados na nossa investigação e que comprovam a pertinência da utilização desta abordagem no âmbito de processos museológicos aplicados em comunidades envolvidas em processos de globalização acelerada.

O terceiro capítulo é dedicado à apresentação e fundamentação da metodologia de conscientização museológica, que constitui o fundamento da nossa proposta de ação museológica desenvolvida durante a nossa estada na Ilha de Moçambique. Nele são ainda avaliados os resultados alcançados e justificadas as condições da sua operacionalização em contexto museológico. O objetivo deste capítulo é responder à questão de como operacionalizar a memória social como componente da ação museológica.

No quarto capítulo adicionamos outros argumentos à metodologia da conscientização museológica através duma análise crítica aos processos de expressão da sociomnese com o objetivo de integrar os resultados da investigação no âmbito das dinâmicas de produção da memória social em Moçambique. O objetivo deste capítulo é responder à questão de que forma as vivências sociais podem ser integradas e operacionalizadas no âmbito dos processos sociomuseológicos

Essa análise crítica é feita em quatro tempos. Num primeiro momento procuramos responder à questão de como se constituiu a narrativa museológica em Moçambique. Assim viajamos sucessivamente pela construção da problematização da sua política cultural e museológica. Num segundo momento analisa as condições de expressão da sociomnese em Moçambique, com o objetivo de analisar os seus processos de produção. Assim, para responder à questão sobre que matéria é construída a memória social, viajamos através do processo de construção da ideia do outro como processo de construção duma outra memória dos objetos socialmente qualificados. Num terceiro momento partimos para uma análise dos modos de comunicação do outro. Das várias formas de mapear o real, que se vão sucessivamente construindo através da escultura e a oralidade, da música e da dança como fenómenos

de comunicação através dos quais a memória social vai operando a sua resiliência. Procuramos demonstrar que essa resiliência corresponde a um processo de comunicação característico da sociedade moçambicana, através do qual a memória se vai atualizando. Finalmente, num quarto momento abordamos as questões do esquecimento, com o objetivo de demonstrar que o processo museológico pode contribuir para o resgate de heranças e a partir delas criar instrumentos de construção do futuro.

No capítulo quinto apresentamos uma proposta de leitura da memória erudita da Ilha de Moçambique com o objetivo de responder à questão de que forma ela se constitui como uma mitogénese. É um capítulo que tem por base uma investigação de base documental e que foi desenvolvida com o objetivo de enquadrar as sucessivas ações de salvaguarda que a Ilha de Moçambique tem vindo a sofrer ao longo dos últimos cento e cinquenta anos. Não constituindo uma História da Ilha no sentido da produção dum texto explicativo da sua singularidade, acaba por com base nessa história procurar responder a algumas questões que a memória social recoloca com persistência ao longo do tempo e que em parte procuram justificar a sua singularidade do espaço

Com o sexto capítulo entramos num campo mais prático onde a investigação se funde com a prática museológica. O objetivo deste capítulo é responder a questão como é que os agentes sociais configura as suas vontades de futuro e que instrumentos a sociomuseologia pode usar para identificar essas dinâmicas. Ensaiamos neste capítulo algumas reflexões sobre as condições de aplicação das metodologias de investigação ação aplicadas à museologia. Através da metodologia de diagnóstico prospetivo procuramos desenvolver a participação da comunidade e identificar a sua vontade de futuro. Embora os resultados da análise do posicionamento estratégico dos atores, não tenham sido integralmente conclusivos, como será devidamente avaliado, o trabalho de investigação permitiu identificar vários aspetos da construção da vontade de futuro que demonstram através duma ação de diálogo entre a teoria e a prática museológica encontrar soluções para aumentar o valor social da ação museológica.

Ao aplicamos uma metodologia participativa no quadro duma investigação académica como a produção duma tese comporta alguns riscos. Um desses risco e é precisamente a necessidade de desenvolver um diálogo constante entre o trabalho teórico e os resultados que vão sendo alcançados. A metodologia de participação é uma metodologia exigente em termos de tempo e de espaço. Já acima abordamos e assumimos essa condicionante. Mantivemos aqui os resultados da nossa investigação salientando a validade dos processos e as

oportunidades que eles permitiram revelar, a partir dum quadro de diagnóstico, para a formatação do conceito estruturante do processo museológico que propomos. Este capítulo apresenta uma proposta de metodologia de intervenção sociomuseológica no âmbito dos processos participativos da comunidade em contextos de desenvolvimento. Neste capítulo ressalta a consciência dum necessidade do trabalho museológico se assumir como um diálogo crítico com os seus resultados procurando afinar constantemente os instrumentos de análise a uma realidade em movimento. Nesse sentido, esta tese assume-se como um processo.

Finalmente no sétimo e derradeiro capítulo efetua-se uma proposta dum conceito estruturante para o processo museológico na ilha de Moçambique a partir da proposta de aplicação duma museologia solidária. Fundamentam-se alguns projetos de ação museológica a constituir a partir da prática de investigação.

No final do trabalho, após a bibliografia que organizamos por ordem alfabética, apresentamos um conjunto de cinco apêndices que constituem elementos intermédios elaborados no decorrer desta tese, inicialmente pensado para integrar o seu corpo. Eles embora tenha perdido significado no decorrer da investigação, contem elementos pertinentes para contextualizar o processo de investigação que esta tese apresenta.

No primeiro apêndice apresentamos o catálogo das imagens geradoras que utilizamos no nosso trabalho de investigação e os resultados obtidos através da construção do mapa mnemónico. O apêndice II apresenta-se uma leitura crítica sobre a evolução das problemáticas das políticas culturais e a sua relação com a formação do conceito de "Património da Humanidade". No apêndice III apresentamos uma leitura crítica sobre a evolução da política cultural e da política museológica em Moçambique. No apêndice IV apresentamos uma leitura crítica sobre os equipamentos museológicos em Moçambique, constituída a partir de uma investigação no terreno e com trabalho em arquivos moçambicanos e portugueses. No final desse apêndice refletimos sobre a necessidade dum processo museológico para a ilha de Moçambique a partir das suas memórias sociais. Finalmente no apêndice V descrevemos o trabalho executado pela museóloga Madalena Cagial, ao serviço da Fundação Gulbenkian, na Ilha de Moçambique, que está na génese dos museus atualmente existentes na Ilha de Moçambique. Na produção deste anexo utilizamos elementos compulsados no arquivo Gulbenkian que cruzamos com elementos recolhido nos arquivos moçambicanos.

No decorrer do trabalho de investigação defrontamo-nos com algumas dificuldades. A distância em relação ao objeto, a curta estadia, as condições de trabalho individual para

produção duma tese, que são contraditórias com as metodologias de desenvolvimento participado dos processos, forma algumas que já salientamos.

No decorrer da construção do texto também se evidenciaram outras dificuldades. As fontes que utilizamos na sua produção resultam de técnicas de recolha oral durante o processo de investigação no terreno e de trabalho de arquivo. Relativamente às técnicas de recolha oral, ainda que o seu tratamento implique a transcrição, na justificação das nossas reflexões feitas sobre os dados por elas evidenciados, dificilmente pode ser feito sem uma transcrição dos trechos pertinentes. Igualmente para os dados constantes de relatórios consultados, em tantos e tão variados espaços de difícil, acesso. Finalmente, muitas das obras consultadas, ainda que impressas, são também elas de difícil acesso e consulta. De tudo isso resultou que as transcrições efetuadas, em alguns casos são extensas e por vezes redundantes. Daí resulta um texto extenso, onde por vezes o detalhe parece supérfluo.

Esta é uma opção que decidimos manter no corpo da tese. Sacrificamos a economia narrativa em favor do conteúdo da informação. O critério que utilizamos foi o de manter citações de documentos de difícil acesso e que, na fase posterior do processo museológico irão constituir conjuntos expositivos. Por exemplo, na conceção do capítulo quinto, a organização interna do capítulo está pensada para a partir dela se extrair um conjunto narrativo sobre a constituição da mitogénese da Ilha de Moçambique.

No final evidenciam-se os resultados e contributos alcançados para o processo museológico na ilha de Moçambique e para a construção duma proposta de metodologia museológica. Na bibliografia e para as citações bibliográficas usamos as normas da APA (American Psychological Association).

1. TRÂNSITO TEÓRICO

> *"Entre as moradas de sonho coletivo sobressaem os museus. Devia-se enfatizar neles a dialética pela qual contribuem por um lado para a pesquisa científica e por outro, para a época sonhadora do mau gosto. Quase toda a época, conforme a sua disposição interna, parece inclinada a desenvolver um problema arquitetónico específico: O gótico, as catedrais; o Barroco, o Castelo; e o nascente século XIX, com a sua tendência para voltar-se para trás e deixar-se impregnar pelo passado: o museu"* (BENJAMIM, 2007, p. 450)

Neste capítulo vamos mobilizar e justificar os vários contributos teóricos que recolhemos para enquadramento da nossa problemática. Faremos igualmente a abordagem das metodologias que mobilizamos para o processo de investigação que realizamos. Apresentamos ainda os instrumentos metodológicos que construímos bem como os resultados que procuramos atingir. A nossa abordagem teórica foi construída com base num constante diálogo com a prática de investigação.

A Casa Muss-amb-ike assume-se como um processo de investigação-ação em sociomuseologia que se centra na tensão gerada pela relação entre o trânsito do olhar as suas memórias sociais. Essa análise centra-se num caso: a Ilha de Moçambique, que aqui utilizamos como exercício de investigação-ação, com o propósito de refletir sobre as condições de operação da memória social na museologia. Referenciamos igualmente um conjunto de questões, que agora vamos procurar, através da teoria museológica, justificar. A satisfação dos argumentos científicos permitirá validar uma proposta de abordagem para a construção de um processo museológico.

A museologia conduz o nosso processo de produção científica. O trânsito do olhar sobre a memória social é a nossa proposta metodológica para a sociomuseologia. A busca da operacionalidade do conceito da memória social como instrumento de ação será portanto o centro do nosso processo de conhecimento. Será a partir das memórias sociais que iniciaremos a construção do processo museológico. Será o seu conteúdo da narrativa.

A construção da narrativa está no entanto submetida à gramática processual. O trânsito do olhar procura balizar a interação constante entre a leitura do mundo e a sua representação como consciência desse mundo. Esta é a Forma da narrativa. A tese procura solucionar a forma como a sociomuseologia, como processo de formação da consciência pode operar sobre a formação da memória social. A Tese é a construção dum discurso sobre o processo de significação da memória social e do processo da sua operação pela museologia.

O trânsito do olhar irá permitir uma abordagem do conceito de Memória Social no âmbito das ciências sociais. A museologia apresenta uma proposta de operacionalidade deste conceito, através da construção de instrumentos de análise e de ação museológica executa-

dos a partir duma leitura crítica das propostas de conscientização de Paulo Freire. Propomos nesta tese uma museologia solidária com base nas metodologias críticas de conscientização.

No capítulo anterior mobilizamos a questão da viagem como um trânsito do olhar que permite catalisar um processo de conhecimento sobre os outros. Abordamos a questão das memórias sociais. Falamos dos processos de influência e mudança social, das configurações das organizações e dos processos de consciencialização. De seguida problematizamos alguns aspetos das relações culturais, cruzamentos, encontros e convergências de culturas que são feitos a partir de leituras da Ilha de Moçambique. Levantamos a questão do hibridismo. Abordamos ainda a questão da formação das identidades nacionais, das suas composições e decomposições. Finalmente, questionamos ainda, de forma superficial a museologia como um campo científico onde a transdisciplinaridade tem lugar, e da sociomuseologia como uma área de análise da museologia que privilegia a investigação-ação. Esta é uma forma da ciência interpretar os sinais do mundo, de nela incorporar o conhecimento coletivo e ao mesmo tempo de devolver à comunidade os resultados das investigações.

Cada uma destas questões poderia ser abordada por uma área disciplinar. Poderíamos analisar o nosso objeto com vários modelos teóricos das ciências sociais. Por exemplo, da história, a sociologia (da cultura e das organizações), da antropologia (cultural), da Psicologia (Cognitiva, Social ou das Organizações), da ciência política (relações de poder, participação e cidadania, politicas culturais, politicas sociais) da economia (dos serviços, da teoria do valor, do desenvolvimento sustentável, do turismo), do urbanismo (do sócio-urbanismo, da regeneração urbana, das estratégias territoriais), e dos Estudos Culturais (com as análises linguísticas, das literaturas de viagens), com os Estudo Pós-coloniais (com a construção da imagem do outro), e das ciências da comunicação. Poderíamos ainda delimitar o campo teórico de cada uma, ou, em alternativa encontrar combinações entre várias áreas científicas.

A questão da relação entre áreas de saber é o que vulgarmente se constitui como interdisciplinaridade. Ou seja, trata-se de uma relação entre duas ou mais áreas do saber onde são aplicadas metodologias específicas comuns (a análise de conteúdo por exemplo); ou, a partir da génese numa determinada área científica e da utilização das suas metodologias, de forma criativa ou não, por outras áreas do conhecimento (por exemplo as representações sociais da psicologia social utilizadas como problemática e metodologia na Sociologia ou na História.

Não faltam exemplos paradigmáticos deste diálogo. O método desenvolvido por Marcel Mauss (MAUSS, 1993) pensado e preparado para uso da antropologia, rapidamente é apropriado pela sociologia[2]. Esta metodologia de trabalho, já criticada no passado por observar as comunidades como conjuntos estáticos, ainda hoje pode ser parcialmente utilizada em algumas áreas da sociologia. Quando, por exemplo, a área do conhecimento da História, utiliza metodologias de análise da oralidade, está a ser interdisciplinar, porque essas metodologias foram criadas para analisar os mitos e a oralidade das comunidades sem escrita.[3].

Este diálogo entre disciplinas tem vindo a criar "campos de saber de síntese", onde se tem proposto novos olhares sobre a realidade social, sobre o passado e sobre os processos de análise científica. São campos de Investigação relativamente recentes e que se têm vindo a constituir nas academias como espaços de saber institucionalizados. A área de Estudos Culturais[4], e dos Estudos Pós-coloniais[5] são exemplos dessas sínteses. Um outro exemplo de

---

[2]O método definido por Marcel Mauss (1872-195), aluno e sobrinho de Émile Durkheim é publicado no seu *"Manual de Etnografia"* em 1947 (MAUSS, 1993). A sua metodologia marcou a génese da escola antropológica europeia, (que apresentará algumas diferenças em relação à antropologia americana, marcada pelos trabalhos de Franz Boas, que mais à frente falaremos a propósito da "Arte Primitiva") que se baseava na observação e na descrição das comunidades "primitivas". O método de trabalho de campo baseia-se num preparação prévia do trabalho, através da recolha exaustiva dos dados e informações sobre a comunidade. De seguida, procedia-se à escolha do método de observação (participante ou observação indireta) que tem como objetivo a descrição da morfologia social, a análise e descrição da produção e utilização da tecnologia, a análise da estética da comunidade, com as suas formas de produção e utilização de objetos de decoração e análise dos seus significados. O método etnográfico deverá também descrever a organização jurídica e política, e o funcionamento económico (formas de produção, de consumo, distribuição e troca). No final deverá será analisado o conjunto de valores que dão sentido à organização social e a sua organização religiosa. O trabalho do investigador tem por base a observação e o registo. Cada observação é registada e classificada de acordo com critérios de taxonomia previamente preparados e integrado numa grelha de questões que decorrem da fase de preparação.

[3]Veja-se por exemplo (THOMPSON, 1997)

[4]Por exemplo ao nível das Faculdades de Letras, face ao acentuado decréscimo dos alunos nas áreas de humanidades, agrupa os vários grupos linguísticos (Estudos Portugueses, Franceses, Germânicos) em novas unidades, enriquecidas com a inclusão da cultura e com os contributos das ciências da comunicação. O seja, deu-se uma deslocação do objeto de investigação em torno da produção literária e poética, para a relação entre essa produção e os universos de consumo (de expressão linguística ou não) e para os fenómenos de comunicação no mundo.

[5]A teoria pós-colonial é disciplina inicialmente ligada aos estudos literários. Considera-se usualmente que a Teoria Pós-Colonial se formalizou com o Livro de Edward Said, professor de literatura na Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos da América. Edward Said (1900-2000) nasceu m Jerusalém e publicou em 1978, o livro *Orientalismo* (SAID, 2004), onde considera que a ideia de Oriente é uma construção do Ocidente para justificar a sua dominação política. Segundo Said, o discurso das ciências sociais e humanas foi moldado pelos padrões ocidentais que se tornaram hegemónicos pela dominação colonial. Embora esta questão não seja exclusiva de Edward Said porque já em Frantz Fanon (1925-1961), que no ano da sua morte pública "Os Condenados da Terra", (FANON, 1977) fez uma crítica aos mecanismos de dominação colonial do ocidente; o Orientalismo tornou-se uma referência para os trabalhos académicos sobre Pós-colonialismo. O Pós-colonialismo procura repensar a estrutura epistemológica das ciências sociais e humanas, colocando-se do ponto de vista das sociedades periféricas (um outro conceito introduzido por Immanuel Wallerstein (sociólogo, nasceu em 1930), (WALLERSTEIN, 1994) e Samir Amin (economista, nasceu em 1931), que classifica as

um diálogo entre áreas disciplinares é o caso dos Estudos Africanos. Aqui assiste-se a um diálogo multidisciplinar sobre um objeto de natureza geográfica (no caso o continente africano) ou sobre os fenómenos africanos no sentido lato, nomeadamente do conhecimento produzido em África (HOUNTONDJI, 2009).

A Museologia é nesse sentido um campo de saberes interdisciplinar. Ela não se distingue tanto pela sua epistemologia[6], mas mais pela área onde se exerce[7]. (CHAGAS, 2008) Como campo de saberes opera sobre o ser humano e os seus objetos qualificados (os bens simbólicos percecionados como heranças ou valores patrimoniais) em espaços socialmente construídos. (CHAGAS, 2008) Este diálogo entre o ser humano e os seus atributos (patrimónios) produz um saber (conhecimento) "mestiço" (CHAGAS, 2008) onde a arte, a ciência e a técnica se combinam em ações rizomáticas (DELEUZE & GUATARI, 2007 p. 21-49) socialmente qualificadas

Ao folhear qualquer manual de museologia podemos verificar um diálogo entre estas várias disciplinas, que vão desde a arquitetura (construção de edifícios), engenharias (processos de conservação, iluminação e ambiente, tecnologias da comunicação), das estéticas (processos de restauro, teoria da arte), da História (investigação histórica), da Antropologia, da Sociologia, da Comunicação, da Educação, segurança, mercado de valores, etc. Esta atividade era essencialmente desenvolvida pelos Conservadores, cuja formação foi durante largos anos, em Portugal, uma formação pós-graduada. Depois duma formação inicial de base (história, antropologia ou outra) reconhecia-se a necessidade de acrescentar saberes específicos dotados de uma certa complexidade. Isso derivava do conhecimento da área da museologia ter necessidade de articular vários saberes. Isso é o reconhecimento da sua base interdisciplinar. Assim podemos afirmar que a museologia sempre foi interdisciplinar, e a sua especialidade é a generalização. A generalização não deve ser confundida como simplificação. Generalização deve ser entendida, no âmbito no diálogo entre o particular como o geral.

---

sociedades hegemónicas como Centrais e as dominadas como Periféricas (AMIN, 1970). A Teoria Pós-Colonial procura recoloca igualmente, no centro do pensamento contemporâneo, as questões da alteridade (conceito introduzido por Simone de Beouvoir (1908-1986), em "Le Deuxième Sexe" (BEAUVOIR, 1975) da análise do discurso dos processos da dominação (política e cultural), e de afirmação da diferença (de grupos e de culturas) que muitas das vezes são bandeiras de movimentos sociais. A aplicação da teoria Pós-colonial não se confina aos estudos dos processos de colonização. Ela afirma-se igualmente como uma ferramenta de análise sobre a "invenção do outro" ou da forma como as leituras da realidade são feitas por diferentes olhares, sendo que nessas diferenças, muitas vezes se matem processos de dominação social.

[6]No sentido de Discurso (lógica) sobre a Ciência (Espistême ou teoria do conhecimento)

[7]Sobre o campo das memórias, heranças e patrimónios que mobilizam objetos simbólicos significativos

Os desafios da ciência hoje assumem-se também como desafios transdisciplinares. A transdisciplinaridade procura ultrapassar as barreiras das disciplinas fundindo áreas do saber na constituição dum saber rizomático. Procura uma visão holística do objeto de análise, ao invés da visão arborescente das visões disciplinares[8]. Propõe novas abordagens dos fenómenos e procura aprofundar o conhecimento ultrapassando fronteiras numa tentativa de ampliar o conhecimento. Busca a fusão de diversos campos do saber. Mais do que uma integração do conhecimento, a transdisciplinaridade procura fornecer uma integração dinâmica dos saberes. Procurar um conhecimento rizomático.

Depois de termos abordado a perspetiva teórica da sociomuseologia e de termos ensaiado uma mobilização uma leitura do "Estado da Arte", vamos neste ponto procurar abordar três macros referenciais deste nosso trabalho. Como acima afirmamos a museologia enquanto ciência de ação centra-se nos processos museológicos. O seu conhecimento deve ser constituído por uma diálogo constante entre a teoria e a prática. A nossa prática museológica, abordada como um processo de conhecimento implicou uma reflexão entre a tensão da viagem e o processo de construção mnemónico. Desta tensão emerge uma consciencialização. Viagem, memória e consciência são pois campos do conhecimento que vamos agora mobilizar como paradigmas do nosso processo de investigação e da ação museológica.

1.1. A Viagem como catalisador do trânsito do olhar

Em 2004, Cristina Bruno escreveu "*As expedições no Cenário Museal*" (BRUNO, 2004). Neste artigo a autora convida-nos a uma reflexão sobre o papel que a expedição desempenha da construção de elos de sentido patrimonial, muitos deles valorizados e preservados pelos museus, bibliotecas, arquivos e outras instituições do saber, nos mais diver-

[8] Gilles Deleuze contrapõe o conceito de conhecimento rizomático ao invés do conhecimento arborescente, construído pela tradição do Ocidente (DELEUZE, 2007). As Ciências, na sua génese no ocidente, constituíram-se a partir dum tronco comum tal como os ramos que crescem das raízes, na figuração metafórica que o autor emprega. Segundo Deleuze o conhecimento arborescente é construído sobre o princípio dessa unidade matricial e reproduz-se a partir de si mesmo numa relação de dependência vertical, onde a génese condiciona o desenvolvimento posterior. Pelo contrário, o conhecimento rizomático, que o autor procura fundamentar metaforicamente a partir da biologia através da imagem do rizoma, multiplica-se a partir de conexões múltiplas. Cada rutura dá origem a um novo rizoma heterogéneo, numa imagem que é atualmente bastante ilustrada pelas redes sociais. Este elogio da multiplicidade e da heterogeneidade permite, por exemplo à museologia, incorporar nas suas metodologia a capacidade de gerar conexões entre o tempo e o espaço. A capacidade de conexão entre tempos diferentes, entre espaços diferentes, entre políticas diferentes como campo de aplicação da museologia, permite-lhe operar como uma plataforma de comunicação entre o singular e o conjunto (ou entre o/os átomo/os e o/os cosmos). A abordagem da museologia como uma capacidade de conexão inscreve-a como um saber do devir e do dever. Não há portanto uma teoria museológica sem uma prática museológica, inscrita no devir do social e no seu exercício do direito à memória.

sos contextos e territórios. "*A idealização de rotas, a preposição de percursos para esquadrinhar, investigar, explorar, proteger, dominar, propiciando a realização de coletas de espécimes de natureza, de artefatos e de outras expressões culturais, são ações que se entrelaçam nas raízes do colecionismo e na origem de muitos museus. É impossível refletir sobre os antecedentes das expedições sem abordar algumas caraterísiticas que evidenciam a singularidade no cenário museal e o seu comprometimento com a formação de acervos e coleções*. (BRUNO, 2004, p. 36). Colecionar implica portanto uma operação de seleção de objetos significativos, num dado tempo e conservados num dado espaço. Essa operação constrói uma narrativa, um percurso, que é simultaneamente condicionado por quem opera e pelo universo dos objetos possíveis de colecionar num determinado espaço.

Ainda segundo a autora supracitada, nos últimos anos do século XX, integrada na discussão sobre a historicidade dos fenómenos museológicos, os estudos dos museus tem vindo a ser orientados por três perspetivas: A primeira, mais técnica, orientada para a reflexão dos problemas que envolvem o trabalho de preservação e conservação de coleções e acervos, bem como de todas as atividade inscritas na cadeia operatória dos procedimentos museográficos. A segunda, mais reflexiva inscreve-se no âmbito da análise das razões dos processos museológicos e das especificidades que as instituições museológicas desempenham no contexto sócio cultural. A terceira e última perspetiva que segundo Bruno complementa as duas anteriores, relaciona-se com o levantamento histórico das origens das coleções e das especificidades institucionais.

Esta última abordagem permite uma operação holística do fato museológico, integrando a herança patrimonial nas dinâmicas socioculturais da comunidade. No âmbito desta última perspetiva metodológica, afirma Cristina Bruno que se podem observar as mentalidades que presidiram à constituição dos museus, a sua evolução ao longo dos anos, e revelar os princípios que nortearam as instituições museológicas, sobretudo os sentidos das escolhas patrimonialmente relevantes em cada tempo. Através destas análises podemos identificar os processos de rutura epistemológica que os processos museológicos têm vindo a sofrer. "*São estudos que caracterizados pela busca de princípios que norteiam as lógicas das instituições, que pontuam as estruturas de longa duração relativas às funções sociais dos processos de musealização e, também, que analisam as ruturas que vêm incentivando novos modelos de musealização*". (BRUNO, 2004, p. 37).

Esta metodologia da análise da historicidade do fenómeno museológico a partir da constituição de acervos permite uma visão crítica dos mesmos abrindo um campo de possibilidades aos atuais museus para que se constituam como centros de saber, de valorização

territorial e de atração cultural. Essa postura permite considerar o museu como um vetor de desenvolvimento estratégico da comunidade. "Considera-se *hoje, que estes lugares, para a "administração da memória" são por um lado, fóruns para a negociação cultural e, por outro, podem ainda ser considerados "a sede cerimonial do património onde se reproduz o regime semiótico com que os grupos hegemónicos o organizam*" (BRUNO, 2004, p. 37)**.** Nesta última abordagem recorre a Nestor Garcia Canclini[9] quando se interroga sobre a possibilidade da existência de museus nacionais após a crise do nacionalismo (CANCLINI, 2008). Mais à frente voltaremos a este ponto.

A visão destes estudos, conforme salienta Cristina Bruno, permite revelar a importância das expedições, das viagens e das missões, como "***razões impulsionadoras da formação de instituições museológicas***" BRUNO, 2004, p 37). A autora faz um bosquejo da história da formação de várias das coleções museológicas que tiveram origem em expedições. O interesse destas coleções é semióforo[10]. "*Pode-se afirmar que os fenómenos museológicos são o resultado do entrelaçamento entre os indicadores de memória transformados em bens patrimoniais e a sociedade contemporânea permeada, como em outros períodos, pela necessidade de dominar, rememorar, comemorar e deixar as suas marcas*." (BRUNO, 2004, p. 37)

E prossegue "*É consenso que um museu, qualquer que seja, deve responder a uma questão fundamental:* ***o que é a condição humana*****?** [11] *As respostas a esta questão têm moldado instituições com diferentes perfis, mas sempre ancoradas nas potencialidades dos acervos identificados, organizados e protegidos. É fundamental entender quais são as estratégias utilizadas pela sociedade para a constituição das suas coleções, como os cidadãos selecionaram os seus referenciais patrimoniais, quais são as principais atitudes que têm impulsionado a coleta e a guarda de indicadores de memória, entre muitas outras inquietações*" (BRUNO, 2004, p. 37).

A viagem, como busca duma resposta para esta inquietação torna-se uma das formas privilegiadas de constituição de coleções museológicas ao longo dos séculos. "*As rotas,*

[9] A obra de Nestor Canclini é de 1990. Nós utilizamos a tradução portuguesa publicada em 2008

[10] Semiófero significado literal Alferes, Porta-Bandeira. No seu significado implícito, como campo mnemónico, representa objetos sem utilidade prática mas com significado simbólico. (ENAUDI, 1997, 1)

[11] Pergunta feita por Neil Postman, na XV Conferência Internacional dos Museus, Haia, 1989. Este é também o título da obra de André Malraux (1933), *La Condition Humaine*, Paris, edição Portuguesa Lisboa, Livros do Brasil, (1964), onde o autor exprime uma visão sobre a ação do homem e do seu destino. Uma humanidade confrontada com a solidão e com a morte, que no encontro com a fraternidade, o sacrifício, a esperança e o amor lhe permite recriar uma nova visão da sua própria humanidade. No fundo o autor retrata a experiencia do confronto do indivíduo com o outro, operação que lhe permite reconstruir-se a sim mesmo. O museu torna-se assim o local onde cada um se reencontra consigo mesmo na totalidade que transporta. Cada museu deverá, mais do que ser uma galeria de objetos, ser um espaço de interrogação sobre o sentido do ser, do estar e do fazer

os roteiros e os percursos, concebidos, realizados em nome das mais diferentes razões, têm justificado a origem de grandes contingentes de património musealizado. " (BRUNO, 2004, p 37).

Foram as viagens que permitiram multiplicar os acervos e os ressignificados das exposições e a multiplicação dos saberes. Foram também elas que permitiram compreender a importância do respeito pelo outro, pelos seus objetos e pela sua cultura. É a partir do reconhecimento da cultura do outro que se criaram normas de conduta e de proteção do património cultural; (que inclui questões como diversidade cultural, a polaridade erudito/popular, a tensão entre a tradição e a inovação, o uso de recursos naturais, os símbolos nacionais). Esse reconhecimento levou à constituição de convenções internacionais e recomendações para a conservação e preservação de patrimónios da humanidade.

A viagem foi no passado o processo de eleição da constituição da maioria dos museus. Na atualidade a expedição museológica obedece a códigos de ética que implica uma negociação entre os atores. O que se busca é uma partilha de saberes e conhecimentos com os distintos setores da sociedade. Já não se trata duma atividade simplesmente recoletora, duma "troca desigual" mas sim duma atividade de conhecimento e de produção de ciência que deve implicar uma troca de saberes.

A viagem museológica é hoje essencialmente um trânsito do olhar, um processo que ao gerar inquietação catalisa a troca de conhecimento e saberes e de experiencias. Um trânsito entre sujeitos de conhecimento e os objetos de conhecimentos. A viagem torna-se hoje num diálogo onde se assume o risco duma convivialidade entre as etnopaisagens (paisagens constituídas pelos fluxos de pessoas em deslocação) as tecnopaisagem (paisagens constituídas pela tecnologias em circulação, as financiopaisagem (paisagens constituídas pelos fluxos de capital) e pelas mediapaisagem (paisagens constituídas pelos fluxos de conteúdos multimédia em circulação), que se podem traduzir em objetos que se constituem como socialmente qualificados a cada momento transitivo (APPADURAI, 2004) e (APPADURAI, 2006).

Mas a viagem apresenta ainda uma outra importante função. Se retiramos conhecimento da comunidade, devemos refletir sobre aquilo que devolvemos em troca à comunidade. Esse é o "compromisso museológico" que mais à frente abordaremos. É por isso que "*A articulação essencial às expedições deve respeitar acordos e normas internacionais. A articulação, essencial às expedições, entre as intenções, olhares e registos, ocorre a partir de outros princípios. A lucidez e a reflexividade são assumidas a priori, na perspetiva de encontro potenciado nos percursos*." (BRUNO, 2004, p 45-46)

Como metodologia de trabalho museológico a viagem é também uma forma de externalizar os museus e do os inscrever no âmbito da inovação organizacional. *"O acumulo de acervos deu lugar ao respeito a práticas culturais, as referencias patrimoniais têm, gradativamente, ocupado o espaço das coleções exaustivas, e as ações de extroversão têm procurado os caminhos da inclusão social. Hoje as expedições percorrem as suas rotas conscientes da necessidade do diálogo e do refinamento de atitudes nas trocas culturais*" (BRUNO, 2004, p. 46).

Finalmente a viagem inserindo-se num contexto de metodologia museológica clássica representa também uma atitude de inovação metodológica. "*As intenções das rotas têm sido profundamente alteradas e o registo do que é visto contam hoje com infinitos recursos tecnológicos. É preciso refinar o olhar, treina-lo para estar apto a descobrir a re-entrância da cicatriz, perceber as inflexões, descobrir o relevo na inscrição, para encontrar aquilo que singulariza e identifica"* (BRUNO, 2004, p. 36)

Em suma a viagem ao gerar a inquietação como um elemento catalisador dum processo de conhecimento. Toda a viagem contém um potencial de musealidade, que pode ou não constituir-se como um processo museológico. Um exemplo dessa condição encontra-se na proposta do Museu da Cidade de São Paulo (FRANCO, 2009), onde a partir duma deslocação dentro do espaço urbano, com a mobilização de associações de moradores de grupos de intervenção cultural, se foi criando um programa de memórias afirmativas. A Expedição foi o processo que permitiu coletar essas memórias. O espaço museológico previsto seria essa casa de memórias em permanente recomposição, tal como o espaço urbano da mega cidade é um espaço em permanente transformação.

A relevância da viagem no campo das ciências sociais é reconhecida como um dos processos de problematização e incorporação de novos conhecimentos. A emergência da Antropologia como ciência que explica/ordena o "outro" nas categorias do pensamento científico, a "domesticação do espaço" pela produção da cartografia, a "domesticação do corpo e do pensamento dos outros" são temas que são explicados, a partir da crítica pós-colonial, pelos processos de trânsitos dos europeus. Também na museologia, a constituição de gabinetes de raridades e curiosidade, ou a criação de museus de ciência (com a coleção de objetos classificados por taxonomia), constituem formas de "domesticação" do diferente e do raro. Também poderíamos alocar sem grande problema a importância da viagem para a formulação de teoria da evolução por Charles Darwin[12].

[12] Charles Darwin (1809-1882). Naturalista (Biólogo). Recolheu durante a sua viagem na "Beagle" uma informação abundante que lhe permitiu publicar em 1850 o livro "A Origem das Espécies", um livro paradigmático para a Biologia, que sustenta que as espécies evoluem por adaptação ao meio exterior.

Poderíamos acrescentar um conjunto vasto de argumentos, mas o que nos interessa alocar para a museologia é essencialmente a viagem como método de trabalho. A viagem implica o trânsito do corpo no tempo e no espaço. É um movimento de partida (daqui), com uma duração e um percurso, para chegar (além). É portanto uma relação de transitoriedade. Mas no interior dessa transitoriedade da matéria criam-se também condições para o trânsito do pensamento. Esse trânsito, embora situado no espaço e no tempo pode transcender esse espaço e esse tempo. É nesse sentido que a experiencia museológica é uma experiencia de transitoriedade. A busca desse catalisador, da essência do movimento, do todo no interior do particular ou do momento em que o todo se individualiza, constitui-se como a utopia do objeto museológico (e a sua "*ucronia*"[13]). Embora o objeto museológico tenda a ser captado (canibalizado) para ser conservado (tornado imóvel), ele não deixa de ser um objeto em movimento, pois sobre eles os olhares multiplicam-se em função do tempo, do lugar e dos sujeitos que o observam. A introdução da ideia de transitoriedade é fundamental, no nosso ponto de vista, para a análise do objeto museológico.

Mas a viagem é igualmente importante para o campo da museologia porque, ao introduzir a transitoriedade implica a necessidade do reconhecimento do fundamental. A incerteza na ciência contemporânea é hoje reconhecida como um fenómeno do conhecimento. Os fenómenos são incertos, e a tensão entre o provável e a imprevisibilidade estão presentes. A museologia, ou melhor o conhecimento museológico enquanto campo de saber, busca, no homem a sua condição humana. Por isso, na nossa perspetiva, esta ciência só faz sentido se tratar dos problemas fundamentais da humanidade incluindo o problema da memória social como objeto de conhecimento transitivo.

A questão que se coloca é como reconhecer os problemas fundamentais da humanidade. Como diz Boaventura Sousa Santos "*os problemas fundamentais estão na raiz das nossas instituições e das nossas práticas, modos profundamente arreigados de estruturação e de ação sociais considerados por alguns como fontes de contradições, antinomias, incoerências, injustiças, que se repercutem com intensidade variável em diversos setores da realidade social* " (SANTOS, 1994, p 244). Nestas *condições de base*, prossegue o autor, tem criado uma crise na ciência atual, em particular nas ciências sociais, com busca de "*engenharias de soluções de curto prazo, estreitas no âmbito e superfi-*

[13] Todo o objeto pertence a um tempo e a um espaço. O objeto para além do espaço e do tempo é um paradoxo na museologia. A impossibilidade de representar um objeto fora do tempo e fora do espaço sem nele também diluir o sujeito, obriga, para estabilizar o processo cognitivo a atribuir a todo o objeto um espaço e um tempo de representação. A produção de significação social aos objetos, um campo de produção da ação museológica é uma forma de resolução deste paradoxo.

ciais na espessura" Esta "*crise da confiança epistemológica*" (SANTOS, 1994, p 244) tem permitido uma maior consciência dos limites do conhecimento científico, e através dessa consciência tem sido possível criar uma maior disponibilidade para a interrogação sobre as questões primordiais.

Esta consciência dos problemas primordiais: a consciência da condição humana, e da ciência como ferramenta de construção da liberdade, da igualdade e da solidariedade pode ser mais facilmente catalisada por uma viagem que permita a experiencia do trânsito do olhar. Boaventura Sousa Santos propõe uma viagem ao Sul. Uma viagem epistemológica até junto dos deserdados, dos pobres, dos que tem fome, dos que vivem com recursos mínimos. Propõe também uma viagem ao interior das cidades do norte, das relações entre os humanos, uma viagem ao mundo do trabalho, ao mundo da relação social (da cidadania). Boaventura Sousa Santos propõe uma deslocação do centro para a margem, propõe uma nova visão do centro a partir da periferia (SANTOS, 1994, p. 280)

A viagem como busca das memórias dos outros torna-se então no trânsito na busca das nossas próprias memórias. A viagem como um processo transitivo confronta-nos constantemente com outros cenários, com outros processos, com outras dinâmicas e Interlocutores. A viagem implica catalisar os processos mnemónicos. As observações do detalhe, a disponibilidade do espírito para observar, para entender, para partilhar os significados, para construir e reconstruir os saberes são ferramentas ativadas pelo trânsito e que se inscrevem na essência do compromisso do museólogo com a comunidade.

1.2.A Memória Social como Representação

Neste ponto abordamos o problema da memória social. O que é a memória. Aparentemente é uma questão simples de resolver: podermos afirmar que é "*a propriedade de conservar informações*" (LE GOFF, 1997, p. 11).No âmbito das Ciências Humanas a questão da memória torna-se no entanto um rapidamente um conceito complexo. Como diz Le Goff *"reenvia-nos para um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, que ele representa como passadas*" (LE GOFF, 1997, p. 11). Ou seja, é um conceito crucial para um conjunto vasto de ciências, não só humanas como igualmente das ciências naturais e em particular das ciências cognitivas.

Acima já referenciamos a memória como um conceito chave na museologia. A relação da memória com o poder social determina a valoração dos patrimónios e das heranças, e consequentemente determina a não valoração, ou o esquecimento, de outros tantos

objetos. Essa relação, que se concretiza em sociedade, levanta igualmente a questão da memória como "memória social". Ou seja, enquanto trabalhamos com indivíduos, a memória é uma propriedade inscrita no sistema cognitivo. Mas o que necessitamos de demonstrar, para utilizar o conceito de memória social na museologia, é o que constitui a "memória social". Possui o corpo social um mecanismo de conservação de informações idêntico aos indivíduos? Se há uma memória social onde é que ela está? E como é que funciona? Para que serve?

Já acima verificamos que o processo museológico opera sobre marcadores de memórias[14]. Se acrescentarmos ainda os princípios da sociomuseologia, de elaboração duma museologia centrada na mobilização das memórias da comunidade, para incrementar os seus processos de participação na construção do seu próprio futuro, verificamos que Efetivamente é necessário clarificar a nossa abordagem da conceituação da memória social no âmbito desta complexidade[15].

Esta questão não é sem dúvida fácil de resolver. Durante uma boa parte da modernidade os filósofos dedicaram-se a pensar sobre o lugar da memória. Sobre a relação da memória com a matéria e com o espírito. Descartes[16] descobre a razão e inaugura o racionalismo com a convicção de que a formação da consciência pode explicar o mundo dos objetos. Constitui um mundo, mecânico e matematizavel (o que é possível medir em extensão, quantidade movimento e forma) que se distingue do que a consciência perceciona (cheiro, sabor, temperatura cor) e sente (dor, emoção). Nesse mundo sem alma é o sujeito que conhece e é a razão o instrumento que o torna cognoscível[17]. Também Hobbes[18] e Locke[19] trabalham sobre a formação do espírito e sobre a forma este ordena o mundo. Primeiro dará um importante contributo à organização racional do mundo dos homens, o segundo desloca o centro da reflexão para o movimento do tempo e a sua influência na leitura do mundo.

[14] Veja-se a proposta de Cristina Bruno, que acima referenciamos.
[15] Por exemplo, se colocarmos a questão de como é que o sujeito representa o mundo envolvente, chegamos rapidamente ao conceito de "Representação Social". O conceito de representação social, introduzido por Serge Moscovici, que à frente será detalhado sugere que há um conhecimento que é produzido pelos "especialistas" (cientistas, políticos, publicitários, jornalistas, padres ou pastores, professores, lideres de comunidade, etc.) e que posteriormente é apropriado pelos não especialistas, que lhes conferem uma significação partilhada e consensual. A "representação social" torna-se então uma explicação de "senso comum" que permite a compreensão do mundo exterior. Diz a sociologia que a representação social, uma vez construída, ganha uma força própria, orientando a ação e impõe-se como forma de conhecimento (não científico). A representação social é então uma ordenação do mundo e uma interpretação (compreensão) desse mesmo mundo. Nesta perspetiva a memória social poderá ser analisada como uma "representação social"
[16] René Descartes (1596-1650), filósofo
[17] Hoje considera-se que é na emoção que se gera o pensamento (DAMÁSIO, 1995).
[18] Thomas Hobbes (1588-1679) filósofo.
[19] John Locke (1632-1704) filósofo.

Com Leibniz[20] introduz a questão da experiencia. A intuição torna-se o princípio organizador da mente. Razão e intuição constituem uma linha divisória que fundamentará as polémicas filosóficas durante vários anos. Kant[21] inaugura o ensaio da metafísica transcendental ao procurar esclarecer o modo e as condições como se constituía a ação. Como é que a experiencia (humana) podia contribuir para os fins morais e espirituais da humanidade. Desencadernaram-se discussões apaixonadas sobre as interações entre o espírito e a matéria. A dialética hegeliana[22] é fundada sobre a reflexão da relação entre o espírito e a matéria, onde aquele influência esta. Essa preposição será invertida pela dialética marxista[23] que se fundamenta, entre outras na hegemonia da matéria sobre o espírito.

Todas as obras de filosofia europeia que fundamentam o conhecimento do mundo são naturalmente mais complexas do que temos vindo a enunciar. O objetivo é fundamentalmente elencar o caminho que conduz a emergência do conceito de memória como representação. O primeiro momento dessa conceptualização, surge em 1818 quando Schopenhauer[24] o " *Mundo como Vontade e Representação*[25]*"* (SCHOPENHAUER, 1969). Segundo este autor e seguindo a *Critica da Razão Pura de Kant* (KANT, 1985) afirma que o mundo apenas é cognoscível através das categorias do pensamento. É através do Eu como vontade que a consciência intui o mundo exterior. Esse mundo exterior ao ser conhecido por essas categorias do pensamento constitui-se como uma representação.

Ao contrário de Hegel, onde através da consciência a vontade permitira elevar a qualidade do espírito criando uma autoconsciência crítica, Schopenhauer associa a vontade à manifestação da natureza, ao impulso da natureza que impele à sobrevivência. A consciência afirma-se então como uma luta contra a vontade. É uma manifestação da inconsciência. No seu tempo Schopenhauer terá poucos seguidores, mas a sua filosofia pessimista influenciará um conjunto de pensadores do século XX, tais como Bergson[26], que irá prosseguir os seus trabalhos sobre as formas de consciência, e Sigmund Freud[27], que explorará o inconsciente.

[20] Gottfried Leibniz (1646-1716), filósofo
[21] Immanuel Kant (1724-1804) filósofo
[22] Georg Hegel (1770-1831) filósofo.
[23] De Karl Marx (1818- 1883), filósofo
[24] Arthur Schopenhauer (1788-1860), filósofo
[25] "The World as will and representation".
[26] Henri Bergson (1859-1941) filósofo e diplomata francês. Prémio Nobel da Literatura em 1927
[27] Sigmund Freud (1856-1939). Filósofo e criador da Psicanálise

A influência do filósofo que explora e escritores como Jorge Luís Borges[28], Samuel Beckett[29] e André Breton[30]

A memória como categoria do pensamento vai emergir com Henri Bergson, que em 1896 escreverá "*Matéria e Memória*" (BERGSON, 1928) O método desenvolvido por Bergson tem por base a Intuição o Tempo e a Energia Espiritual. A intuição é o contacto imediato do cérebro com a realidade. A capacidade de entender um fenómeno na sua totalidade só é possível se sobre ele a mente o entender como na sua duração. É nessa totalidade que a consciência emerge.

Bergson faz uma crítica à ciência no seu tempo. Bergson afirma a as leis que formulava apenas situavam os fenómenos no espaço. Mediam as suas propriedades físicas sem levar em linha de conta a duração do fenómeno. A totalidade do fenómeno só era revelada pela análise da sua duração, adicionando a dimensão temporal, que segundo Bergson não podia ser entendido pelas leis da ciência, porque esse total não podia ser decomposto num tempo físico. A consciência, como experiencia espiritual era o único processo de ter acesso ao conhecimento. A memória dos fenómenos tornava-se através dessa conceção no processo o local no espírito onde fermentava a dimensão espiritual do homem e que não poderia ser reduzida a um conjunto de leis análogas às das ciências naturais. A intuição torna-se experiência metafísica, um domínio da consciência pura. A matéria é uma experiencia do espaço e rígida. A memória é o que medeia a relação entre a matéria e o espírito.

Como sabemos a questão da análise do objeto na sua dimensão espácio-temporal tinha teoricamente sido resolvida pela teoria da relatividade de Albert Einstein[31] que intui a chave para esta questão ao propor adicionar à análise a posição do observador. Através dessa deslocação, Einstein propõe que tudo é energia. A matéria é energia em movimento. Não sabemos se esta teoria influenciou os trabalhos de Bergson e a sua teoria da experiencia de vida como uma duração. A memória torna-se assim na expressão da consciência dessa totalidade. O fluxo da energia espiritual. Bergson influência de forma notável o pensamento filosófico no seu tempo. Os seus trabalhos foram amplamente divulgados e discutidos, sobretudo no âmbito das filosofias da vida de inspiração cristã.

[28] Jorge Luís Borges (1899-1986), escritor surrealista
[29] Samuel Beckett (1906-1989). Escritor
[30] André Breton (1896-1966). Médico e escritor
[31] Albert Einstein (1879-1955). Físico

O contributo de Bergson para o estudo da memória é ainda enriquecido pela sua abordagem da experiencia[32]. Com Bergson a dimensão da consciência pura emerge como uma necessidade na ação. Então o filosofo não pode comunicar a sua totalidade, mas apenas ajudar, através da facilitação da experiencia, a intuir.

1.2.1. Maurice Halbwachs e a memória social

Para o âmbito desta nossa tese interessa-nos mobilizar o conceito de memória como "representação do mundo". A ciência explica hoje de forma convincente e clara as questões das funções e processamento da memória (KANDEL & SQUIRE, 2002)[33] A memória é indispensável da formação da consciência do mundo exterior, e é operada por cada um dos indivíduos. A questão que nos interessa problematizar é então a razão por que é que, num determinado tempo e num determinado espaço um dado conjunto de indivíduos, que podemos associar como um grupo social, partilham e desenvolvem experiencias de memória semelhantes. Ou seja o que nos interessa é problematizar o conceito de memória social. A memória vivida e experimentada socialmente.

É este conceito que nos propomos operacionalizar enquanto elemento gerador de uma ação museológica no nosso processo museológico. Partimos portanto da formulação da memória social como uma experiencia de representação do mundo. Como um resultado duma operação com origem nas perceções individuais, que produz uma informação que é retida, informação essa que posteriormente é mobilizada como ação, seja através da linguagem, seja do saber ou do conhecimento. (ELIAS, 2006, p. 12 13) [34]

A questão da "representação do mundo" é outra questão complexa e que atravessas vários problemas ontológicos. Temos essencialmente presente que pretendemos operacionalizar a memória como uma representação do mundo. O que nos interessa é entender como as comunidades constituem informações em memória e como é que elas transformam essas

[32] Vários autores têm referido a influência do pragmatismo de James (1924) na obra de Bergson, com quem o autor se relacionou intensamente a partir de 1908.

[33] Já depois de termos concluído a redação deste capítulo foi publicado um Livro de Manuel Damásio onde a questão da memória é abordada como uma componente essencial da formação da consciência nos indivíduos (DAMÁSIO, 2010)

[34] Estamos aqui a utilizar a proposta de Norbert Elias em que as noções de linguagem, razão e memória são tratadas como um "Complexo de Conhecimento". Elias afirma que estas noções têm sido tratadas como objeto de conhecimento, por diferentes ciências. Elias defende que elas representam diferentes funções dum mesmo processo, o do conhecimento. Eles são formas simbólicas dum conhecimento individual e social, e que esse processo é cognoscível pelas diversas formas de comunicação. A teoria simbólica também afirma que os símbolos apresentam uma dupla função. Para além de comunicação, sob a forma de sínteses, eles também servem como funções orientação.

informações em propostas de ação. Vamos para já fazer um roteiro sobre a forma como esta problemática emerge nas ciências sociais

Maurice Halbwachs[35] é geralmente considerado o criador do conceito de Memória como fenómeno social, quando em 1925 publica "*Les Cadres Sociaux de la Mémoire*" (HALBWACHS 1925). Em 1939 apresenta a sua proposta de metodologia sociológica (HALBWACHS, 1941). Em 1941, naquela que será uma das suas últimas obras publicadas em vida, surgirá "*La Topographie Légendaire en Terre Saint*". (HALBWACHS, 1941) Finalmente, já postumamente, em 1950, será publicado *La Mémoire Colective*. (HALBWACHS, 1950) O conceito de memória social nas obras do autor é fluído na forma. Umas vezes surge como social, outras vezes como coletivo, assumindo até ao presente uma significação sinónima. Preferimos, por razões de método utilizar o fonema social. O nosso interesse é a sua conceptualização.

Os trabalhos desenvolvidos por Halbwachs são efetuados num ambiente de exaltação das memórias e do passado. Já vimos que as influências do pensamento de Bergson, de quem foi aluno, podem certamente explicar o contexto da sua busca intelectual. Também já vimos que a obra de Sigmund Freud havia tratado a questão a memória e do esquecimento. [36]As grandes obras da literatura retratam um ambiente de nostalgia pelo passado que se vivia na Europa, no período que antecedeu a guerra mundial de 1939-1945. Marcel Proust[37] publicará "*À La Recherche du Temps Perdu*" (PROUST, 1968), um ciclo de 7 romances[38] publicados em França entre 1913 e 1927. Nesta obra Proust mostra uma influência da ideia de subjetividade do tempo que Bergson, de quem foi aluno, apresentara em "*Os Dados Imediatos da Consciência*" (BERGSON, 1988). A obra "*Em busca do Tempo perdido*" é uma obra

[35] Maurice Halbwachs (1977-1945), discípulo de Bergson, contemporâneo de Simiand, Levy-Brhul e Durkheim, foi professor em Caem e no Colégio de França. A sua obra tem sido bastante estudada pela sua contribuição para a questão das categorizações sociais. Os seus primeiros trabalhos abordam questões sobre a organização socialista das comunidades.

[36] No seu método Freud procura ativar as relações entre o consciente (id) e o inconsciente (ego)., através da livre associação de ideias ou objetos. Na época considerava-se que a mente estava sujeita a "feixes de energias" (forças) que condicionavam a consciência dos valores (o interdito por exemplo resultaria do recalcamento). O problema da relação entre o consciente e o inconsciente, que Freud trata em "*Os mecanismos Psíquicos do Esquecimento*", publicado em 1898, quando se encontrava em Paris é um indicador da preocupação sobre as razões e os processos de rememoração que Freud associa a um recalcamento ou a uma inibição do inconsciente de relações neuronais (FREUD, 1991).

[37] Marcel Proust (1871-1922). Escritor francês. Descende duma família católica francesa, mas sua mãe era de origem judaica. Passou parte da sua juventude perto de Chartres, em Illieres, onde muitas das ações das personagens que cria são descritas. Proust é um impressionista que busca o absoluto intemporal

[38]Os 7 volumes são: "*No Caminho de Swan*"; "*À Sombra das Raparigas em Flor*"; "*O Caminho de Guermantes*"; "*Sodoma e Gomorra*"; "*A Prisioneira*"; "*A Fugitiva*"; "*O Tempo Redescoberto*". Em Portugal, a tradução dos livros de Marcel Proust terão inicio apenas em 1963, pelos livros do Brasil, e será necessário esperar pela primeira década do século XXI, para o Circulo de Leitores publicar a série completa do autor.

que marca a narrativa do século XX. O autor narra acontecimento, personagens, locais, fixando-se em pequenos incidente e pormenores, inusitados ou mesmo surpreendentes, partir dos quais se reconstrói a narrativa. A descontinuidade do tempo da rememoração torna-se assim o eixo da narrativa. James Joyce[39], por sua vez escrevera o seu tríptico, onde em Ulisses, a personagem, um único homem, num único dia viaja por todos os acontecimentos. Se a arte transporta os sinais das tensões vividas em cada tempo estes são sinais inequívocos desse pressentimento duma mudança que se procurava explicar.

A obra produzida por Maurice Halbwachs pode ser lida a partir deste eixo de busca da inteligibilidade memória social. A inteligibilidade da memória social é uma das suas principais preocupações de investigação. Uma busca dos processos básicos da formação dos grupos e, à época, um dos seus mais ocultos domínios. Se a lembrança é a consciência de si mesmo nos indivíduos, há também na lembrança um fenómeno social, de partilha de sentidos coletivos. Havia naturalmente uma história, uma história que era contada nos livros. Mas Halbwachs procura uma memória como vida. Procura o movimento da totalidade que se forma na consciência do tempo e do espaço.

Nesse sentido, como veremos mais à frente, Halbwachs distancia-se da história como racionalização onde o passado é interpretado em esquemas construídos pelo sujeito. Ele procura o espírito do tempo no lugar concreto. Na senda de Bergson Halbwachs procura a perceção do espaço na sua forma de materialização no lugar. E nesse sentido que Halbwachs se vai distanciar da História como memória, e construir uma memória social apoiada na projeção das ações nos espaços concretos como representações do passado e do devir. As imagens do passado, cristalizadas na memória como representação, são valoradas na consciência como crenças espirituais do grupo. A procura da consciência social do grupo torna-se assim uma procura do lugar onde a consciência se materializa. Nesse sentido a sua obra de busca da Geografia lendárias dos evangelhos na Terra Santa, um estudo prático da memória coletiva ganha uma dupla relevância: Apresenta um método de trabalho que apenas ganha relevância pela sua experiencia. O exercício da memória social é uma experiencia onde o passado é reconstruído pela consciência. O espírito torna-se cognoscível pela prática.

[39]James Joyce (1882-1941). Nasceu na Irlanda e a sua obra-prima é constituída pelo tríptico: Ulisses, Finnegans Wake e Retrato do Artista Quando Jovem. Joyce é um dos escritores que marca uma geração literária. A sua escrita assume a busca da totalidade dentro da multiplicidade. As personagens de Joyce serpenteiam em labirintos, do tempo, do espaço e da linguagem. Todas as suas personagens se encontram num constante diálogo interior, entre as suas memórias e a busca dos fins do homem.

Esta conceptualização duma memória social dinâmica, em constante adaptação aos ritmos do mundo pela experiência renovada dos membros dos grupo que se sucessivamente transfigurando no espaço e no tempo pela experiencia da dessa partilha; uma memória construída e trabalhada a partir da individualidade, ligando-se aos membros do grupo pela sua partilha que influência e por quem é influenciada foi na época uma contribuição epistemológica notável.

Halbwachs procura o elemento comum partilhado entre membros do grupo que se materializa num espaço. Halbwachs procura o elemento coesão que materializa algo que está presente na consciência de todos os membros desse grupo em diferentes graus de consciência, adquirida pela experiencia. À consciência dessa agregação (campo de forças), à uma correspondência no campo da matéria, verificável no espaço, através de elementos materiais e atos praticados pelos membros da comunidade. Através dessa operação, a memória social pode assumir-se como um objeto de investigação científica.

O que interessa a Halbwachs no estudo da memória social é o processo da sua génese e a interação com os membros do grupo que permite a permanente reconstrução de elementos de conformidade (HALBWACHS, 1950) Para a formação do grupo, enquanto processo social, o que é relevante é a sua conformidade narrativa. Assim o grupo privilegia o que é comum e tende a ocultar o que é diferente. Mas, como o processo mnemónico é dinâmico, essa conformidade é transitória. Cada grupo interage com os outros grupos, estabelecendo uma hierarquia. A memória do grupo serve também para diferenciar. Assim, a absorção das memórias do grupo dominante, a sua partilha, tende uniformizar-se, e ao confluírem geram uma ilusão da conformidade (imagens fora do tempo), e a partir dessa ilusão de conformidade gera-se a reconstrução da diferença. (HALBWACHS, 1950)

Halbwachs vai defender que a memória é construída pelo indivíduo, a partir da sua perceção individual, e condicionada pelo grupo de pertença. A partilha da recordação é o que confere valor de rememoração. A rememoração apresenta-se assim como uma experiencia percecionada e interiorizada de através de rituais, através da vivência comum de histórias, de objetos, de momentos ou de formas de ser, estar e sentir. O que é individual é frágil e perecível e o que é socialmente partilhado torna-se mais forte e permanente. Uma outra questão salientada por Halbwachs na sua abordagem da memória é a questão da Linguagem,

enquanto processo de representação. A Língua [40] é uma estrutura mediadora da realidade. As palavras conferem uma organização espacial e uma referência temporal ao discurso. A memória social é organizada sobre o espaço e o tempo, ainda que a sua apresentação lho possa conferir o caráter de fora do espaço e fora do tempo. Tal sucede, porque as noções de espaço e tempo, são também elas, para Halbwachs, construções sociais (HALBWACHS, 1950, 138 – 168). Deste modo a memória social está ligada a cada época. Ela adapta-se ao movimento da comunidade, reelaborando a si mesma. É essa adaptação da memória social que vai selecionar os elementos que são relembrados e os que são olvidados.

A memória social evoca portanto para Halbwachs os acontecimentos significativos dum grupo social, independentemente da sua extensão. Cada indivíduo, na sua ação social, participa simultaneamente em vários grupos, e cada grupo tem a sua memória. A memória social no entanto, dentro da sua diversidade, contém elementos que são comuns a todos os grupos. E é essa a memória social que interessa a Halbwachs enquanto fato social. A memória social é objetivada por um conjunto sequencial de acontecimentos (traços materiais inscritos no espaço e no tempo) constituindo a imagem do grupo em relação a si próprio. A constituição e ritualização da origem do grupo tornam-se um elemento crucial para a análise das memórias sociais do grupo. Essa imagem original está todavia em permanente avaliação, sendo a todo o tempo reconstruída em termos de significados. Assim, os acontecimento do passado, são sucessivamente reatualizados, ritualizados e revividos em função da leitura do presente sobre o próprio passado. Neste processo, as instituições de memória e os objetos patrimoniais, enquanto campos de cenografia da memória social, tornam-se objetos de análise dessa memória social

No entanto, é necessário realçar que memória social e memória histórica, para Maurice Halbwachs são opostas (HALBWACHS, 1950): Enquanto a primeira opera essencialmente sobre a tradição (um tempo sincrónico de cada grupo social), a memória histórica opera sobre os acontecimentos que decorrem do conhecimento descontínuo, efetuado fora dos próprios grupos produtores e é efetuada por uma metodologia científica. Assim, a oposição entre tradição e ciência acabam por se confrontar no campo da análise da memória.[41]

---

[40] Recorde-se que Ferdinand de Saussure (1857-1913) publicara em 1913 o seu Curso de Linguística Geral. A contribuição de Saussure para o entendimento dos sistemas de signos. Segundo Saussure, uma língua é um sistema signos ligados entre si. Cada signo está ligado ao que lhe sucede e ao que lhe antecede por uma dependência relacional. Eles diferenciam-se e delimitam-se mutuamente. Os seus trabalhos são determinantes na Linguística e constituem uma importância fundamental para o Estruturalismo.

[41] Esta distinção entre a memória coletiva (social) e histórica feita por Halbwachs (1952, p 142) é importante para contextualizar a operacionalização da memória social pela História. Segundo Halbwachs na memória

Como construção social ambas as abordagens se constituem como objetos de conhecimento com diálogos por vezes contraditórios. Em síntese, ao analisarmos os vários contributos para o estudo da memória, verificamos que a memória social se tem mais constituído como objeto da antropologia e da sociologia, e a memória histórica como um campo da História tendo prosseguido, durante quase trinta anos, um percurso paralelo. Será necessário esperar alguns até aos anos oitenta para encontrarmos um o diálogo entre as várias disciplinas sobre o campo da análise da memória social (COSER, 1991).

Quando em 1939, apresenta a sua Morfologia Social (HALBWACHS, 1941b) [42] (propõe um estudo sobre aquilo a que hoje chamamos o método sociológico. Dizia então: "*A velha demografia, outrora chamada estatística da população, a geografia humana, a ciência dos fenómenos económicos, que se segue no espaço e no tempo, a evolução dos estabelecimentos industriais e rurais, são todas aproveitáveis para o estudo que vamos fazer; e que Incidirá sobre o estudos das Estruturas Materiais dos Grupos e Populações. No entanto impressiona imediatamente o fato dos fenómenos e noções se apresentarem, todas elas, se não em desordem, pelo menos numa ordem dispersa, de não se distinguir o que dá unidade ao seu conjunto"* (HALBWACHS, 1941b, 3*)* E continuava "*Durkheim tinha um critério mais sistemático. Propunha chamar Morfologia Social a um estudo que incidiria sobre a forma material das sociedades, isto é, sobre o número e a natureza das suas partes e a maneira como elas se dispõem sobre o solo, e, ainda sobre as migrações internas e de país para país, a forma das aglomerações, das habitações, etc*." (HALBWACHS, 1941b, p 3). Para concluir mais à frente *"Em resumo, esta primeira visão de conjunto levou-nos a distinguir do resto da realidade social os aspetos materiais da vida dos grupos. Esses aspetos resultam do fatos destes existirem e se moverem no espaço, terem um corpo, membros, e serem constituídos por uma massa de elementos que são, eles, próprios, organismos justapostos.*" (HALBWACHS, 1941b, 12)

Assim, para Durkheim a morfologia social, como estudo da forma, não pode prescindir da análise da sua dinâmica interna. Ou seja, a morfologia social não é um estudo duma qualquer forma social pura, mas sim dos movimentos que existem no interior do con-

---

coletiva misturam-se as várias memórias individuais, onde a memória individual se constitui como um discurso (um ponto de vista, uma leitura) sobre a própria memória coletiva. Como tal é uma visão particular, que depende do lugar que cada indivíduo ocupa na sociedade (HALBWACHS, 1950, p 33). A memória coletiva combina várias memórias individuais, assim como a memória individual também combina várias formas de memórias coletivas, em função da posição de cada indivíduo. Esta de dupla forma da consciência da memória social distingue-se do método científico da História, que é um discurso exterior a essa memória. Como consciência exterior ao grupo, o estatuto da memória histórica procura-se afirmar como um discursos acético que assume a sua condição magistral ao indicar o que é que deve ou não ser lembrado. Essa visão que será partilhada por Pierre Norá (como veremos mais à frente), não é no entanto unânime no campo da historiografia. Essa querela, que não iremos aqui prosseguir por se situar fora da nossa problemática será posteriormente problematizada por Raymond Aron (1957) com o conceito de história como uma forma de consciência (histórica).

[42] Publicado em Paris, pela Livraria Armand Colin. Utilizamos a versão portuguesa "Morfologia Social", publicada em 1941 em Coimbra pela Amado Editor.

junto social. "*Em todo o caso, a morfologia social, como a sociologia, incide especialmente, sobre representações coletivas. Se fixarmos a nossa atenção sobre estas formas materiais é para descobrir, atrás delas, uma grande parte da psicologia coletiva. Porque a sociedade insere-se no mundo material, e o pensamento do grupo encontra, nas representações que lhe proveem das condições espaciais, um princípio de regularidade, exatamente como o pensamento individual necessita de conhecer o corpo e o espaço para manter o equilíbrio"* (HALBWACHSb, 1941, p. 13)

É desta forma que o autor distingue a Morfologia Social em sentido restrito, como as formas de organização do corpo social mais estruturais[43], como diríamos atualmente. Estas formas distinguem-se da "morfologia social em sentido lato", que descreve estas formas dinâmicas do corpo social, que resultam das interações dos sistemas de valores dos seus membros[44]. Distingue ainda neste sentido lato A "morfologia económica", como o estudo do conjunto de atividades que os homens exercem diretamente sobre a matéria. "Atividade em que o espírito e as ações humanas chocam com os princípios da matéria". Espaços de Produção, que dependem do acesso a matérias-primas, espaços de técnicas, estruturas produtivas e espaços de produção, população que trabalha, organização de classes. Ou seja as condições base que determinam a capacidade de cada comunidade explorarem o seu próprio território.

Em Conclusão: O que é distingue a Morfologia Social da Demografia e da Sociologia. Halbwachs responde assim: *"Augusto Comte propunha dividir a sociologia numa anatomia e numa fisiologia social, estudo dos órgãos da sociedade. Será pois a morfologia o estudo dos órgãos da sociedade? Em biologia, visto sob o aspeto de estrutura, os órgãos representam o que há de permanente no organismo, o que menos muda, ou pelo menos, o que só lentamente se modifica. A função é, também constante no sentido de que reproduz, de ordinários, periodicamente o mesmo processo. Mas é um processo, isto é, uma sucessão de estados, uma mudança incessante através de passagens sucessivas pelas mesmas fases. Evidentemente os órgãos gastam-se, renovam-se, evoluem. Mas a forma fica, e é a esse aspeto estável do corpo que nós chamamos a sua estrutura. Nos grupos sociais existem funções, arranjos, disposições que tendem a subsistir, a manter-se tal e qual estão, e que opõem resistência a qualquer modificação. Sempre que as instituições se modificam é necessário que elas se adaptem a uma estrutura anterior, e aos hábitos que lhe estão ligados nos grupos que são ou devem ser os esteios das instituições*" (HALBWACHS, 1941b, 190 -191).

Pergunta então de onde provém essa força característica das agremiações duráveis nos grupos humanos, força de inércia na maior parte dos casos, mas também força de evolu-

[43] São as configurações do território, a composição e distribuição da população, os estudos das grandes cidades, os movimentos migratórios, bem como a demografia propriamente dita.

[44] Distingue assim a "Morfologia Religiosa", onde distingue a instituição territorial (o domínio da igreja, que se concentra e dispersa), os seus próprios dogmas (o corpo doutrinal) que também se movimentam, modificam. A "Morfologia Política", como o Estudo dos diversos sistemas de governo e de administração, nas suas relações com as formas exteriores dos grupos a que se aplicam. Platão (Leis) Rousseau, (Contrato Social), Montesquieu (Espírito das Leis), Durkheim (estrutura política). Assim considera que há Estados e instituições políticas que tem formas permanentes, que resistem á mudança, e formas solidárias que adotam os princípios de adaptação

ção? E Responde *"Ainda que uma sociedade seja formada, sobretudo, por pensamentos e tendências, só pode existir e as suas funções só podem exercer-se se ela se instala, algures no espaço, se nele tiver o seu lugar* (HALBWACHS, 1941b, p 192). Deste modo o objeto da morfologia social é: "*Os aspetos da vida coletiva dos grupos tal como existem no mundo dos corpos e se encontram presos à corrente de vida biológica; mas sobretudo (visto que nessa condição continuam no domínio do social, do pensamento coletivo) pelo que elas representam uns para os outros, como coisas no espaço e como realidades orgânicas"* (HALBWACHS, 1941b, p 192).

Para Halbwachs os grupos sociais, vistos do exterior apresentam-se como corpos mais ou menos vastos, formados por unidade materiais. Como é que eles conservam a sua forma e a sua estrutura, como é que eles se deslocam em conjunto se " *não tivessem, de qualquer maneira, consciência do número e da disposição das suas partes, e também dos seus movimento? Essa consciência é muitas vezes obscura, mal definida, mas não deixa, por isso, de existir, e nem é menos ativa*" (HALBWACHS, 1941b, p 205) E pergunta: O que é que leva um indivíduo, numa praça ao mesmo tempo que se distingue dos outros na sua individualidade, tenha consciência de pertença ao grupo, aja em conformidade com as normas sociais. "*Temos, portanto, aqui, uma ordem completa de representações coletivas, que resultam, simplesmente, do fato da sociedade tomar consciência, diretamente, das formas do seu corpo material, da sua estrutura, do seu lugar e das suas deslocações no espaço, e das suas forças biológicas a que ele está submetido*" (HALBWACHS, 1941b, p 207)

Segundo Halbwachs as condições de mudança sucedem a partir dos grupos minoritários que tomam consciência da sua situação *"Agora a esse género de representações podem sobrepor-se outras, que não tem qualquer relação direta com o espaço, nem com os aspetos biológicos dos corpos sociais. Todavia elas desenvolvem-se em grupos e têm a pretensão de agir sobre eles. Mais ainda, o género de atividade que elas figuram, e que determinam, exercem-se no fim de contas, sob condições de espaço, visto ter por objeto reduzir-lhes a ação, triunfar dos obstáculos que elas opõem à vida propriamente coletiva*" (HALBWACHS, 1941b, p 208) Ou seja, dentro de certos grupos, primeiro minoritários no corpo social, começariam a gerar-se uma "consciência de mudança" que conduziria a uma mudança nas representações.

Assim, pergunta de seguida o autor, como é que as representações mudam nestas condições? Ora este afirma que as representações morfológicas, no sentido estrito ou o poder direto que a sociedade tem sobre o espaço e a matéria, podem ser modificadas em função dos fins, mas sempre dentro da satisfação das necessidades orgânicas da sociedade. "*Compreendemos bem, agora, que as formas materiais da sociedade atuam sobre elas, não em virtude de um constrangimento físico, como um corpo atuaria sobre outro corpo, mas pela consciência que nós dela adquirimos, como membros dum grupo que distingue o seu volume, a sua estrutura física, os seus movimentos no espaço. Trata-se aqui dum género de pensamento ou de perceção coletiva, a que poderíamos chamar dado imediato de*

consciência social, que se destaca de todos os outros, e que ainda não foi suficientemente percebida pelos sociólogos, por várias razões. (HALBWACHS, 1941b, p 210) De seguida explica porquê.

Em primeiro lugar, verificou que a psicologia ainda não tinha identificado consciência do grupo como corpo social (não havia sido formalizada a identidade social). E depois porque a representação coletiva é algo mais do que a soma de pensamentos individuais. Aqui é importante entender a proposta do autor de como é que se toma consciência da "consciência de grupo"?

Ora a visão de cada indivíduo em relação aos outros e ao espaço é formado pela consciência. A consciência é o que é estável no âmbito do movimento. " *O espaço, o mundo dos corpos é estável. As formas são duráveis, imutáveis, ou se mudam segundo leis fixas, com regularidades e regressos, que mantêm e restabelecem, constantemente em nós a ideia de um meio em equilíbrio. Mas é essa consciência que adquirimos do nosso corpo, da sua forma, daquilo que o cerca, que constitui a condição do nosso equilíbrio mental. Se ele se altera, veremos aparecer diversas perturbações psíquicas, da alucinação à loucura. O mesmo sucede no mundo coletivo. O pensamento comum, no grupo, correria o risco de tomar um pensamento maníaco, incoerente, excitando-se com todas as divagações sociais, dissolvendo-se em sonhos e nas imaginações mais quiméricas, se não se representasse de maneira contínua o volume e a figura estável do grupo, e os seus movimentos regulares no mundo material. Isto representa, sem dúvida, para ele, um peso morto, porque a atitude que tomou em presença dessas formas tende a imobilizar-se ela própria; mas é também um lastro necessário, e, por vezes, como que uma força viva, pois que nessas formas se conserva tudo o que a sociedade adquiriu, e até a sua força*" (HALBWACHS, 1941b, p 213-214)

Ou seja, segundo Halbwachs, nesta sua proposta de morfologia social conclui que estas representações sociais são uma parte integrante do estudo das sociedades, e que é a consciência que os indivíduos vão tomando do mundo que geram as condições de mudança.

Esta proposta teórica de utilização do conceito de memória coletiva (ou social) que Maurice Halbwachs introduziu nesta sua obra é alvo dum exercício prático em *La Topographie Légendaire des Évangiles en Terre Sainte: étude de Mémoire Collective*, publicado em 1941, é praticamente a sua última obra. (HALBWACHS, 1941s) Segundo o autor, a viagem à terra santa para muito é uma experiência espiritual: Uma peregrinação. Para Halbwachs no entanto o ponto de partida da sua viagem é confrontar a sacralidade do lugar original do cristianismo. Confrontar Deus com o seu espaço. As tradições do evangelho existem. Essa tradição foi formada no século IV (como afirma Renan[45]). Mas essas crenças têm uma corres-

[45] Ernesto Renan (1823-1892). Historiador e Filosofo francês. Aborda a questão do ceticismo a partir de Averróis. Com erudição e arte, que marca um estilo literário muito próprio. Em 1863 vai escrever a Vida de Jesus. Este livro foi no tempo um escândalo para os ortodoxos do cristianismo. Escrito após uma viagem a Jerusalém, faz uma leitura de Cristo como homem, expurgando dos elementos sobrenaturais descritos nos evangelhos. A partir deste livro Renan faz uma incursão nas origens do cristianismo, defendendo Cristo como o último dos

pondência com a realidade, pergunta Halbwachs. Quando lhes damos atenção, quando há pessoas que nelas acreditam, elas existem como crenças coletivas. O autor propõe-se então identificar o que existe por detrás dessas crenças coletivas. Saber se elas são autênticas. Vai procurar a sua força e o seu grau de extensão na consciência do seu tempo. Procura inscrever no tempo a busca dos monumentos a partir das descrições dos peregrinos. Tem como objetivo tomar conhecimento o que dá consistência à memória coletiva.

O autor identifica a existência de uma literatura abundante, desde o século IV até ao seu presente, que trata a questão das peregrinações a Jerusalém. Faz a descrição dos textos. Muitos deles são anónimos, mas pelos detalhes fornecidos permitem identificar vários elementos das características das personalidades dos viajantes. A escrita também é diversa: uns são mais bem escritos do que outros. Uns são mais conhecedores do que outros. Tanto de uns como de outros, Halbwachs recolhe informações e aplica o método desenvolvido por Gustave Lanson[46] para a análise de obras literárias. Boa parte do livro é a descrição dessas análises que descreve os lugares chave de Jerusalém a partir das obras: "O Peregrino de Bourdoux, Béthléem, O Cenáculo da Tumba do Rei David, O Pretório de Pilatos, A Via-sacra, o Monte das Oliveiras, Nazaré, o Lago de Tibério.

O que é que Halbwachs conclui da aplicação desta proposta metodológica é a questão que nos interessa. Ora segundo o autor, em primeiro lugar, que não podemos mais do que concluir sobre as hipóteses de localização dos lugares santos antes do século IV. Ora se assim é, pergunta como se criou então a memória dos lugares santos para os cristãos. Se os evangelhos parecem ser uma obra coletiva, já tardia, a distância entre o momento físico da sua execução e a lembrança (os fatos da memória) foi grande. Assim Halbwachs afirma que a fixação do texto, a partir da memória é feita por diversas vias, e explica: "*Uma verdade abstrata não é uma lembrança (souvenir). Uma lembrança reporta a um passado. Uma verdade abstrata, pelo contrário, não dispõe de nenhum contacto com a sequência dos acontecimentos. Ela confunde-se com uma promessa, como uma aspiração*" (HALBWACHS, 1941s, p 158). Onde é que está a permanência e onde está a criação (conforme a proposta de Lanson).

---

grandes profetas. Defende ciência como método de trabalho para a salvação da humanidade a o trabalho como forma de consciência do domínio da natureza. Defendi essencialmente um governo pelas elites. A sua influência em Portugal é grande. Por exemplo em Eça de Queiroz. Correspondência de Fradique Mendes

[46] Gustav Lanson (1857-1934). Linguista. É responsável pela introdução da análise cultural nos estudos literários em França (o que hoje podemos chamar a análise do campo literário na sociologia da literatura). O método de Lanson partia do princípio que um texto literário era o resultado do esforço do escritor, condicionado pelo ambiente social em que vivia. Em cada texto emergem forças ou energias que resultam de permanências e forças e energias que implicam criação literária ou "génio". Da relação entre estas forças emerge o significado literário (LANSON, 1965)

Essa verdade abstrata, que Halbwachs identifica com "*A ideia de expiação*"; de alguém que morre para expiar os pecados dos seus companheiros tem raiz no século I, o autor até admite a sua anterioridade no mundo oriental. O autor propõe como conclusão que no século I um grupo de judeus galileus tinha conservado a memória viva dum companheiro, seu mestre, das conversas mantidas nas várias viagens, antes de morrer de forma violenta. Mas, constata, que os lugares onde isso aconteceu estavam há muito destruídos. Mas, na sua viagem verificou que as casas tinham sido reconstruídas, não nos locais originais mas em novos locais. Os espaços reais tinham sido substituídos por outros. Isso sucedera para que a lembrança da morte de Cristo fosse capazes de durar era necessário associa-los a espaços concretos. Assim a ideia de expiação associou-se a uma narrativa que estava associada a um espaço que podia ser percorrido. É essa narrativa que, segundo Halbwachs constitui a memória coletiva.

Dessa forma a memória coletiva transferiu-se nos primeiros tempos do cristianismo para os objetos de culto em volta do seu caráter sagrado. Posteriormente, com a fixação dos evangelhos, a narrativa dos acontecimentos e dos lugares associaram-se, adaptaram-se às novas configuração, recriando novas associações entre acontecimento e espaços. É essa história que cristaliza uma memória dum grupo religioso criando um novo mito. A memória torna-se assim uma consciência do mundo, e os atos de rememoração constituem-se como a representação dessa consciência, seja através do rito, seja através da viagem.

Ora é esta escala de representações que interessa a Maurice Halbwachs. Como é que as ideias se associam, se dissociam e se combinam no interior duma consciência. Halbwachs estuda a memória dum grupo cristão, aplicando as memórias coletivas aos lugares onde se fundaram. Ora, segundo a sua metodologia sociológica essas relações não são um processo casuístico. Deverão existir algumas leis simples, leis que regulem as memórias dos grupos, que façam amarrar os fatos em si mesmo (HALBWACHS, 1941s, p 185).

Ora o primeiro elemento destas leis é a "concentração no espaço" das memórias do grupo. A concentração num espaço revela algumas memórias e dilui outras memórias. O espaço obriga a selecionar memórias para ajustar, dar conformidade às narrativas.

Outro elemento que o autor salienta é que "não há uma replicação de memórias" no mesmo grupo. Cada memória é única e revela-se num espaço e num tempo próprios, e são partilhadas pela comunidade. É esta condição de partilha que a torna memória coletiva.

Um terceiro elemento da memória coletiva é que ela não é estática. Ela está em constante renovação em função dos acontecimentos na comunidade. A comunidade está em

constante apropriação das suas memórias, reelaborando as sucessivamente em função da sua congruência em relação á experiencia da comunidade.

Finalmente, um quarto elemento da memória social dos grupos é de que ela não retém apenas acontecimentos, mas ela constitui essencialmente um conjunto de ensinamentos A memória social, enquanto narrativa decompõe os fatos de modo a fazê-los corresponder à necessidade de mostrar a cada um a um significado que o ultrapassa (HALBWACHS, 1941s, p. 190), ou seja um processo que mobiliza a tomada de consciência.

1.2.2. Desenvolvimentos em torno do conceito de Memória Social

Este conceito introduzido nas Ciências Humanas por Maurice Halbwachs vai-se portanto diferenciar o conceito de memória individual, como resultado da experiencia do indivíduo[47]. A questão no entanto não é pacífica no âmbito da epistemologia.

Se para Halbwachs a memória social é exterior ao indivíduo e as suas manifestações são transmitidas pelas ações dos grupos sociais, o que pode ser observado é a sua metamorfose em memória histórica. É a partir daqui que surgem defensores da impossibilidade de tomar a memória social como objeto de estudo, uma vez que a memória social é exterior aos indivíduos, não se pode exercer sobre ele, diretamente, uma observação empírica. Assim alguns autores vão investigar, não a memória social em si, mas os locais ou os processos de memorização das sociedades[48]. Mas por outro lado e na sequência das propostas conceituais de Halbwachs existe uma extensa linha de estudos, com base no argumento de que a memória coletiva é algo que é partilhado pelo grupo ou pela sociedade. Essa memória social é transmitida e reelaborada pelas sucessivas gerações. Essa memória social assume-se como uma Herança ou como Património[49] que pode ser mobilizado e reconstruído pela ciência.

---

[47] Como já vimos será abordado por Freud em "Sobre o Mecanismo Específico do Esquecimento" (FREUD, 1991)

[48] É por exemplo o caso da História, que trabalhando com os vestígios do passado, utiliza o documento como objeto da memória, exercendo sobre ele a sua crítica. No entanto, como habilmente fez Pierre Nora, aborda a narrativa mnemónica pelo lado dos eventos (da forma como se revela) ao estudar os "Locais de Memória". Assim a história também tem como objeto de estudo a narrativa das memórias. Na abordagem museológica, na nossa perspetiva, embora a análise da narrativa seja igualmente um objeto de análise, é igualmente importante constituir como objeto de análise os processos de produção mnemónicos. E na produção da narrativa mnemónica que podemos encontrar os elementos de inovação a introduzir como representação do mundo.

[49] Até aqui temos usado estas duas palavras cujos significantes são idênticos. Património, no sentido daquilo que é legado pelos Pater (o conjunto de bens que podem ser mobilizados para a continuidade) ou Herança,

Por exemplo, Leroi-Gourham[50] em *O Gesto e a Palavra: Memória e Ritmos* afirma que "*o homem é simultaneamente um indivíduo zoológico e criador de memória social; e talvez assim se esclareça a articulação entre o específico e o étnico, bem como o circuito, que no domínio do progresso (característica específica das sociedades humanas), se estabelece entre o indivíduo que inova e a comunidade social" (*LEROI-GOURHAM, 2002, p 22). É esta condição, simultaneamente biológica e social que confere ao indivíduo uma margem de exploração do mundo, incorporando informações que armazena, para utilização futura. "*O homem é livre de criar ele próprio as suas próprias situações, mesmo as meramente simbólicas*" *(*LEROI-GOURHAM, 2002, p 22). Essa memória social é resultante do próprio processo de socialização. Essa característica de aprendizagem do mundo é também o que permite a criação da técnica. A mobilização de um conjunto de memórias apreendidas do mundo exterior que quando combinadas em função das necessidades do grupo, dão origem a instrumentos (artefactos) que as permitem satisfazer. Esse conceito de "memória operatória" *(*LEROI-GOURHAM, 2002, p. 25) é o que inscreve o individuo no âmbito da experiencia (ensaio-erro), cujos resultados produzem inovação, se partilhados com o conjunto social.

A faculdade de significação do real é não só uma característica inata da humanidade, como é também "o fato fundamental (é) a libertação do verbo, essa propriedade única de que o homem dispõe, a possibilidade de situar a memória à margem de si próprio, no organismo social" *(*LEROI-GOURHAM, 2002, p. 31). Ou seja segundo Leroi-Gourham, a memória e a linguagem são duas expressões dum mesmo fenómeno que reflete o esforço e a condição do sujeito (o individuo) a libertar-se da sua condição biológica, projetando para um grupo as suas experiencias significativas, ao mesmo tempo que recebe dos vários elementos desse grupo as diversas experiências significativas de cada um. Através dessa experiência vivida cada membro do grupo recolhe e seleciona a experiencia do coletivo.

A partir da ideia de memória comunicativa, James E. Young introduz a noção de "Memória Coligida" (YOUNG, 1993).A memória coligida diferencia-se da memória social e constitui-se pela parte da informação inerente a cada indivíduo, apropriada de forma indiferenciada e aleatória pela respetiva experiencia individual. Esta memória seria portanto o mecanismo que opera a troca comunicacional, no dia-a-dia (por exemplo a memória oral, exprime-se nesta dimensão mnemónica). Esta forma de memória capta pontos e fragmentos da realidade, transmitindo-os pelo processo de comunicação. Cada indivíduo colabora na

[50] André Leroi-Gourham (1911-1986) Historiador francês que se dedicou ao estudo das comunidades europeias da pré-história. É um dos renovadores dos estudos da pré-história.

formação da memória, mobilizando estes fragmentos, que, pelo processo de seleção de frequência dominante e congruência com a experiencia, viriam a formar a memória coletiva. (YOUNG, 1993).

Este debate tem prosseguido na atualidade face à emergência da cultura digital, que permite a reprodução exponencial de fragmentos de memória (imagens), num processo que vem alterar os mecanismos das culturas da oralidade e dos ritos espaciais Veja-se a este propósito o conceito de "comunidades imaginadas" de Benedict Andersen onde a análise da autora conclui que, através de imagens, as comunidades partilham memórias (de espaços e tempos) no presente sobre o passado sem que com eles tenham uma necessária ligação ou conexão física no espaço e no tempo (ANDERSON, 1991)

Por sua vez, um outro contributo, mais recente Paul Connerton, um antropólogo com intervenção no âmbito dos estudos culturais publica o livro "How Societies Remember" (CONNERTON, 1993), vem propor uma reavaliação da proposta de Halbwachs. O seu livro depois de rever os processos como a ciência trabalhou a memória, nomeadamente através da análise dos objetos de memória, o que a sociedade contemporânea constitui debaixo da designação de Património, avança para uma análise dos processos que, segundo ela, são fundamentais na criação das funções de orientação e posicionamento dos indivíduos.

Ele parte duma proposta de Halbwachs já abordada na "Memória Coletiva", (Halbwachs, 1950) e que integra questões como a gestualidade, as formas de vestir, as abordagens artísticas, como objetos de estudo da memória social. Estas formas, segundo o autor, constituem espaços de retenção e divulgação de memórias. Esta noção alarga a noção de património para além dos objetos singulares, reinscrevendo as memórias no próprio quadro quotidiano, ou seja a memória como fato social permanente.

Na sua reflexão. Connerton aceita a possibilidade de estudar o objeto "memória social". No entanto, ao contrário dos autores anteriores, considera que esse conceito é mais operativo noutros campos de análise, como por exemplo, as cerimónias comemorativas e as práticas corporais. O ponto de partida da sua reflexão é saber como é que a memória dos grupos é transmitida e conservada. A Memória Social, segundo o autor, é uma expressão do conhecimento do grupo. É uma leitura "*do mundo inteligível, definido em termos de experiencia temporal, é um corpo organizado de expectativas, baseadas na recordação*". (CONNERTON, 1993, 7). Cada recordação tem um momento inicial. A memória é um elemento que recorda esse momento inicial, o momento da génese mítica do grupo, ou o momento fundador. Ele é construído a partir desse momento, através de operações de rituais de rememoração, onde

são incorporadas as novas informações, e vividos, no quotidiano, através das práticas corporais.

Ao analisar as cerimónias rituais e as práticas sociais, nomeadamente os comportamentos e os modos de gestão do corpo, acaba por considerar que são estes elementos, transformados em memórias, que constituem o tecido da memória social orientadora. Esta abordagem alarga bastante o campo de análise da Memória Social, e sobretudo operacionaliza a sua análise pela incorporação como objeto de estudo, das comemorações e das práticas sociais.

1.2.3. A Memória Social como debate interdisciplinar

Uma outra interessante questão neste debate resulta da apropriação do conceito de memória social por outras disciplinas das ciências humanas. Este fenómeno da formação da memória coletiva tem vindo a ser elaborado por outras disciplinas para além da sociologia e da Antropologia. A História é naturalmente, por proximidade do campo do saber, um caso a verificar, ainda que de forma sintética. Há uma contradição base entre o objeto da História e o Estudo da Memória Social. A História aspira a uma síntese do passado. Uma interpretação do presente com base no contínuo temporal, um resultado das tensões entre grupos, entre formas de produção, entre formas culturais. A memória coletiva é o resultado das práticas dos grupos ou comunidade, materializados nos documentos. A História pode usar a memória coletiva como documento, como testemunho, mas o seu trabalho é sempre abordar, de forma crítica os dados recolhidos. As experiencias do grupo são apenas uma parte da história. Aliás, o próprio Halbwachs, na sua Memória Coletiva, como já vimos, afirma que a Memória coletiva se opõe à Memória História

Contudo, os campos epistemológicos entretanto desenvolvidos levou a que muitos historiadores de "apropriassem "do conceito memória social para criar novos objetos de estudo. Por exemplo, no campo da história Oral[51], onde os historiadores se socorrem das memórias individuais para tentar reconstituir movimentos sociais não documentados (em suporte escrito) para aí fundamentarem uma memória histórica. Um caso desse tipo de traba-

[51] Veja-se por exemplo (THOMPSON, 1997), onde propões uma metodologia para a análise histórica da oralidade. A metodologia da história oral é bastante desenvolvida durante os anos oitenta pelos historiadores sociais em Inglaterra. Também as metodologias do trabalho sobre a memória social estudadas a partir de fontes das narrativas orais virá a ser usada pelos Estudos Pós-coloniais, como adiante veremos.

lhos encontra-se nos estudos sobre o movimento operário dos mineiros de gales (THOMPSON, 1997)

Por exemplo Eric Hobsbawm em "As Tradições Inventadas" (HOBSBAWM, 1988) reflete sobre a questão da memória. "*Uma tradição inventada significa uma série de práticas em geral orientadas por regra abertas ou tacitamente aceite, de natureza ritual ou simbólica que procura incutir através duma repetição, a qual implica automaticamente uma ligação com o passado. De fato, sempre que possível, elas tentam estabelecer uma ligação com um passado histórico adaptável.*" (HOBSBAWM, 1988, p. 4) Para o autor uma tradição é sempre uma invariabilidade. São práticas fixas, formalizadas com a repetição fora do espaço e fora do tempo. Distinguem-se do costume das sociedades tradicionais, onde os ritos têm uma dupla função social. O de orientar o grupo e de lhes dar uma razão para a ação. As tradições inventadas não têm qualquer função ritual na comunidade. São eventos que se esgotam em si mesmo. São despojadas dos significados sociais, no âmbito da regulação e inovação social. Não incorporam valor para a sociedade. Assim, uma tradição inventada, ainda que seja um fenómeno social, e como tal possa ser analisado, torna-se num não objeto pelos seus significados não se inscreverem na dinâmica da comunidade.

O autor, na sua distinção categórica utiliza uma valoração da tradição como um elemento da base social e não da sua superstrutura (a que pertencem as manifestações ideológicas e de ciência). O que distingue uma tradição inventada dum costume é a sua função. O uso de um capacete quando se anda de bicicleta tem uma função. O uso dum capacete duro, por exemplo, numa situação sem riscos físicos, é desprovido de função. A utilização simbólica desse objeto retira-o do tempo e do espaço. Assim, essas memórias, constituídas como elementos fora do tempo e fora do espaço são vistas como tradições sem significado social.

Uma outra questão que o autor aborda, é a distinção da tradição, da recriação de novos objetos a partir dos antigos. Essa operação, onde por exemplo se enquadra a música popular, a construção, o artesanato urbano, é vista como uma característica da utilização criativa dos objetos do passado. Assim, isso distingue-se da "reconstrução", das manifestações de grupos folclóricos, de encenações históricas. Ainda segundo Hobsbawm, a invenção da tradição, que tem a sua raiz no romantismo, deu origem no século XX a instrumentos de dominação social por via de três tipos: a) pela invenção tipos ou filiação de grupos socais que dão origens a comunidade artificiais; b) a legitimação de instituições ou relações de autoridade, e c) a criação de novos sistemas de valores ou normas de comportamento. Um

dos exemplos de uma tradição inventada encontra-se na criação das tradições das nações. Ora ainda segundo Hobsbawm essas tradições inventadas tiveram, no século XX, um amplo espaço de implantação nas sociedades europeias, por via da profunda transformação da paisagem, social e ecológica. Nesse sentido os museus cumprem a função de recolher os objetos fundacionais que estavam na origem da nação.

Essas tradições inventadas preencheram em parte, o espaço deixado vazio pela fragmentação das comunidades e, na sequência, pela sua necessária recomposição. "*Pode observar-se uma diferença notável entre práticas antigas e inventadas. As primeiras eram específicas e fortemente ligadas a aspetos sociais, enquanto as segundas tinham tendência para serem totalmente gerais, vagas no que respeita à natureza dos valores, os direitos e as obrigações de filiação no grupo*" (HOBSBAWM, 1988, p. 14). Não quer isso dizer, que as tradições inventadas, não apresentam nas sociedades contemporâneas caráter de universalidade, tanto maior quanto mais indefinida for o seu significado.

A característica que conduz à filiação numa tradição, segundo o autor, é a consciencialização[52] da pertença ao grupo. Segundo o autor, tradições inventadas, como por exemplo nos corpos dos aparelhos ideológicos do estado, essas tradições inventadas mostram um elevado grau de coesão e consistência como prática social. E é neste âmbito, da consciencialização de tradições, que o autor defende a necessidade de se estudar a sua filiação. Com a consciência que as tradições procuram sempre uma justificação na história, Hobsbawm afirma que ao historiador cabe selecionar as novidades criadoras de progresso social, que necessitam de inventar também as suas tradições, das tradições inventadas, apenas com o intuito de reproduzir as relações de dominação (HOBSBAWM, 1998 p. 18). O estudo das tradições como campo de saber interdisciplinar constitui-se como uma ferramenta teórica para analisar as" memórias inventadas".

Ainda no âmbito do desenvolvimento da relação entre a História e a Memória Social temos o já citado trabalho de Pierre Nora, onde ao longo de sete volumes se dedica a analisar os "locais de memória" (NORA, 1984,). É uma publicação que surge na sequência de um conjunto de seminários da Escola de Altos Estudos da Universidade de Paris, a propósito das comemorações do bicentenário da Revolução Francesa. Segundo Pierre Nora os "*Locais de Memória*" são espaços desabitados. Ou seja não existem senão em função do valor que lhe é atribuído pela sociedade. Tal como cada um de nós tem espaços de referên-

[52] Aqui o autor segue a proposta de consciência como expressão da luta pela hegemonia que tem uma correspondência nos" aparelhos ideológicos do estado" (ALTHUSSER, 1980)

cia, de rememoração, as sociedades, nesta caso, as nações, recriam espaços de rememoração, que são espaços partilhados onde são erigidos memoriais Esses memoriais são espaços sem vida, sem habitantes, que recordam as outras vidas. Locais escolhidos para celebrar os momentos fundadores da comunidade (NORA, 1984, I, p. VII- XLII). Nas sociedades contemporâneas esses locais deixam de representar os espaços míticos de génese e passam a representar os momentos de conflito onde a partir do velho se reconstrói o novo mundo habitado[53].

Um outro contributo para o Estudo da Memória Coletiva é o de Paul Ricoeur[54] um dos filósofos contemporâneos que também desenvolveu um conjunto de estudos sobre a memória. No seu trabalho, publicado em 1995 "A Memória a História e o Esquecimento" (RICOEUR, 2006), o autor apresenta a sua conceção de memória. A tese de Ricoeur é de que o passado só faz sentido quando nos envolvemos nele como uma representação. Há uma parte do passado que é completamente inacessível para nós, mas desse mesmo passado há traços que chegam até ao nosso presente. A memória permite-nos a viagem por esses traços. A memória, no entanto não permite o conhecimento histórico. Ricoeur admite a possibilidade do conhecimento histórico total (no sentido positivista do termo, e defendido por Marx e Hegel), mas a memória não é uma metodologia para o alcançar. Não é porque a memória é naturalmente seletiva, apresentando falhas de congruência nas suas narrativas. Por isso mesmo não pode representar a totalidade do passado, mas faz parte desse mesmo passado, e desse modo, é no nosso presente, uma parte desse passado. A História constitui-se no resgate do sentido desse esquecimento.

Os argumentos com que justifica esta sua posição são os seguintes: O que é lembrado (rememorado) é apenas uma parte da história. Sem a memória individual não poderíamos escrever uma memória social. Há portanto uma memória individual que opera dados que resultam da nossa experiencia individual e que nos foram transmitidos por outros membros do grupo. De igual modo, há um conjunto de memórias que partilhamos com os outros membros do grupo. Esta memória partilhada é uma "memória coletiva". Cada grupo tem

[53] A consciência da memória nacional, visível nos "locais de memória" constitui para Pierre Nora uma construção específica de uma memória história. Estes locais de memória são instituições (arquivos, bibliotecas, museus, monumentos públicos) e objetos colecionáveis (medalhas, selos, moedas) que se ligam à ação celebrativa ou comemorativa. Com esta abordagem da memória histórica não é apenas o passado que se revela, mas também a intenção da construção do futuro. Essa lógica de construção do futuro pode ser analisada, por exemplo através da produção dos manuais escolares ou da lógica da formação dos sistemas de governo (políticas) e assistência (equipamento de ação social).

[54] Paul Ricoeur (1913–2005). Filósofo francês

acesso ao passado através dessa memória coletiva, que por ser selecionada, é apenas parte do total. Esse passado é reconstruído e reelaborado para ser devolvido à comunidade. Assim, quando um indivíduo toma consciência da sua pertença ao grupo, entra na posse das memórias desse grupo. Nós nascemos no interior de memórias familiares, que são constituídas por um discurso sobre o mundo, sobre a ordem e a organização das coisas. Essas narrativas incluem o posicionamento de cada grupo em relação às outras comunidades locais, às nações ou a outros grupos de pertença. A nossa experiencia individual é acrescentada a essa memória nos processos de comunicação, ou de devolução da memórias à comunidade. A memória coletiva é portanto um processo interativo de construção duma narrativa congruente do passado. (RICOEUR, 2006)

Isso implica que cada um de nós é simultaneamente uma testemunha ativa do passado e da construção do presente. Esse conhecimento comum, que é a memória coletiva, é partilhado pela comunidade e representa um espaço de coesão dessa mesma comunidade. E é no seu interior que se constroem os laços de implicação social, que permitem aos indivíduos confiar um nos outros por pertença ao mesmo universo de conhecimento.

A partir deste argumento, Ricoeur, inscreve a necessidade do trabalho do historiador. A operação da história é criar o suporte, corrigir e refutar a memória coletiva quanto produto que emana do conhecimento comum. A História não trabalha diretamente com as memórias individuais. Trabalha sobre memórias do grupo, a partir de três constituintes de interpretação inseparáveis.

O primeiro constituinte é a construção do corpo documental que transporta os traços do passado. É sobre esses traços que inicia a interrogação sobre os problemas. O segundo constituinte é a explicação/compreensão. Ou seja a construção dum discurso que produz sentido para os membros do grupo (académicos). O terceiro e último constituinte do método da produção da história, segundo Paul Ricoeur, é a produção da representação do passado através do texto. Ora a História segundo Paul Ricoeur implica sempre, tal como o trabalho sobre a memória, uma escolha (RICOEUR, 2006). A interpretação é feita sobre documentos, sobre objetos. Isso implica a escolha de uns e o esquecimento de outros.

1.2.4. As contribuições da Psicologia Social e da Sociopsicologia

1.2.4.1. A identidade social e a categorização social

A Psicologia como processo de conhecimento que problematiza os processos e a sua interação com o mundo exterior é uma outra área que tem trabalhado a partir da concep-

tualização deste objeto que temos vindo a explorar. Para além do campo da memória como de estudo dos processos mentais individuais, podemos na sua abordagem social encontrar outros conceitos operativos que podemos agregar ao campo de significados do da memória social e que nos interessa agora mobilizar como campo de significação da complexidade.

Um destes conceitos, o da identidade social, forma-se no âmbito das relações inter-grupais. O Grupo define-se como o conjunto de indivíduos que se inter-relacionam e partilham valores comuns. O grupo enquanto um Modelo de Relação foi estudado nos anos 50 por William Doise[55] (DOISE, DESCHAMPS, & MUGNY 1980). Doise começa por se interrogar sobre o que é um grupo? Um grupo é um conjunto de indivíduos que participa num processo de interação social. Na busca dos mecanismos de criação do grupo, um outro psicólogo, Kurt Lewin[56] adiciona também a sua contribuição, procurando qual é o mecanismo que cria o grupo. Ou seja qual é o campo psicológico que implica o sujeito com outros sujeitos, que com ele também de implicam. A conclusão é de que é a discriminação (a afirmação da diferença) que cria o mecanismo de agregação. A teoria comportamental desenvolve-se a partir deste dois autores e alarga-se posteriormente às análises dos processos de organização e funcionamento dos grupos.

Resumidamente o que é dizem as teorias comportamentais, é que um grupo se define pelo que exclui. Por exemplo, o Judeu só existe na cabeça do antissemita, assim como o Oriente é uma criação do Ocidente, tal como Ernest Said também virá firma una anos depois (SAID, 2004). Portanto as interações sociais são relações de dominação baseadas em diferenças de poder simbólico. O grupo dominado é uma entidade subjetivamente constituída, que reúne os seus membros em função dum "destino comum". (VALA & MONTEIRO, 1996, p. 305) A diferença é que confere a identidade.

Vejamos agora o conceito de **identidade social.** A identidade é igualmente um fenómeno de interação entre o indivíduo e a sociedade. A identidade tem por base a "o reconhecimento ao grupo de pertença e o seu significado emocional a avaliativo, ou seja, trata-se duma relação de poder, onde um sujeito adere aos princípios de regulação de outros sujeitos

[55] Willem Doise. Psicólogo Social. Trabalha a partir dos processos cognitivos desenvolvendo os trabalhos de Jean Piaget

[56] Kurt Lewin (1890-1947). Psicólogo Desenvolveu a teoria do campo psicológico, onde defende que as alterações do comportamento individual com relação à norma são condicionadas pela tensão entre as perceções que o indivíduo tem de si mesmo e pelo ambiente psicológico em que se insere. Esse processo é definido como o espaço vital. Por sua vez, cada grupo dispõe igualmente dum espaço vital onde os comportamentos sociais são determinados pela relação entre as normas (memórias sociais) e ao ambiente psicológico que o grupo vivencia (perceção do devir).

adquirindo comportamentos e atitudes que estes cultivam. Há portanto um conjunto de valores que implica uma adesão e uma prática (VALA & MONTEIRO, 1996, p. 307).

Estes estudos, sobre a identidade foram desenvolvidos pela escola de Bristol, onde Tajfel[57] & e Tunner[58] se dedicaram a diversas análises sobre a identidade social (TAJFEL & TURNER, 1986). No entanto, após algumas conclusões acabaram por considerar que o modelo da identidade social dos grupos, a partir das metodologias que utilizaram estava, a ser pouco operacional. Por exemplo, encontraram, nas análises dos seus sujeitos, pertencentes a culturas ocidentais, que uma característica comum de que a adesão a uma identidade social dependia da recompensa máxima que com que o grupo retribuía a sua adesão. Para que isso sucedesse implicava a existência dum envolvimento emocional e cognitivo dos indivíduos no seu grupo de pertença, e às consequentes expressões comportamentais desse envolvimento no quadro da relação e diferenciação intergrupais. Ora estas relações, que eram estudadas em situações laboratoriais, acabavam por não ser comprovadas na vida social, porque, nos grupos sociais em situações reais cada sujeito é ou pode ser membro simultaneamente de vários grupos e partilhar identidades diferenciadas.

Por sua vez Tunner desenvolve a teoria da categorização entre o *eu* e o *outro*, que deu origem a diversos estudos sobre a atração, coesão e conformismo nos grupos. "*Numa relação intergrupal meramente conjuntural, os grupos constituem realidades concretas face às quais os indivíduos tem possibilidades de definir modos de estar, cujos sentidos são delimitados pelas fronteiras espaciais e temporais dum contexto intergrupal específico. Os grupos constituem entidades subjetivamente constituídas, que reúnem os seus membros sob um determinado modo de ser, predefinido num universo simbólico-ideológico, onde se encontram os próprios elementos da construção de uma representação de si, enquanto pessoa, e cujas modalidades elucidam a expressão do comportamento de indivíduos em diferentes contextos"*. (VALA & MONTEIRO, 1996, p. 307).

Ou seja a diferenciação categorial, é um processo psicológico de estruturação do meio, que integra a análise do processo situacional ou estrutural. A formação de categorias, pelo sujeito, depende dos critérios e avaliação da sua posição no interior do grupo, das suas expectativas pessoais em relação a esse grupo, e da sua evolução no âmbito da dinâmica

[57] Henri Tajfel (1919-1982). Psicólogo. Cria a teoria da identidade. Segundo Tajfel, cada individuo identifica-se com o grupo em função da máxima distintividade positiva. Os grupos permitem-nos criar uma identidade (dizer quem somos) e uma autoestima (dizem-nos como somos). A identidade e a autoestima produzem um estado de equilíbrio que favorece a ação. Quando o individuo não se encontra nesse equilíbrio tende aumentar a sua defesa em relação aos outros. O desenvolvimento dos trabalhos sobre identidade social e autoestima estão na base da atual gestão e dinâmica de grupos

[58] J. C. Turner, Psicólogo Social. Desenvolveu vários estudos sobre Relações intergrupais e categorização social

desse grupo. Mas este processo de categorização implica igualmente um processo de valoração entre a semelhança e a diferença. Jorge Vala nas suas investigações mais recentes trabalha sobre esse processo de diferenciação categorial pelo conflito cognitivo gerado pelo antagonismo (VALA, 2006, p. 106). Nesses trabalhos Vala defende que "*sendo a identificação grupal um fator básico no processo de construção de identidade, podemos propor que a identificação só se torna um fator explicativo das dinâmicas intergrupais quando se entende que um outro grupo ameaça a identidade do nosso grupo e as funções que essa identidade representa*". (VALA, 2006, p. 106). Ou seja, segundo vala a identidade é uma forma de consciência do eu que se posiciona em função dos outros, tal como a identidade social é um processo de consciência do grupo de si em relação com os outros. E é nessa relação com os outros que se geram os processos de inferiorização. Desse modo a inferiorização do outro torna-se numa representação de dominação que se concretiza em contexto de relações culturais.

Mas essa diferenciação por uma representação de inferiorização do outro, pela construção duma perceção de ameaça é tanto mais provável que surja, quando menor forem os graus de relações estabelecidas com o outro. Essa conclusão deixa entender que quanto maior for o processo de comunicação e de traça entre os membros da comunidade, menor será a perceção de ameaça ao grupo. No entanto o autor não deixa de salientar o aparente paradoxo que emerge dos estudos sobre as identidades de grupos, quando a criação duma forte identidade de grupo marca a necessidade de distintividade e da afirmação da diferença em relação ao outro (VALA, 2006, p. 110). Esta é uma área de investigação ainda em desenvolvimento.

Uma outra teoria oriunda da psicologia social é o Modelo das Representações Sociais, proposto por Serge Moscovici em "Os Padrões de Cultura (MOSCOVICI, 1976) e (MOSCOVICI & DOISE, 1991). O conceito de representação social articula a dimensão coletiva da criação do conhecimento com uma dimensão individual e grupal de reinterpretação ativa desse mesmo conhecimento, rejeitando a lógica da mera reprodução social. (MOSCOVICI & DOISE, 1991, p. 203)

Ou seja uma representação social é uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (VALA, 2000, p. 478 Para Jorge Vala, que entre nós tem trabalhado a partir da operacionalização deste conceito, verificam-se dois campos das representações sociais: Um primeiro, onde se cria a "**construção do sentido**", onde as representações sociais são construções geradas coletivamente e socialmente partilhadas; e num

segundo campo de representação o "**a sua dinâmica**", onde as representações sociais são "estudadas" e reelaboradas como forma de reinterpretar o que o social nos dá por adquirido. Nesta segundo campo estudar as representações sociais é estudar a atividade mental. (VALA, 2000, p. 459)

Para Serge Moscovici a representação social objetiva e ancora os dados do mundo exterior no conhecimento. A objetivação é a atribuição de materialidade e a transformação do conceito numa imagem; a sua ancoragem é sua incorporação, assente no princípio da familiaridade, localizando o novo objeto nas categorias preexistentes[59]. Continuando com o conceito de representação social, os autores trabalham ainda as representações hegemónicas, que são representações largamente partilhadas, não discutíveis e que constituem os pilares duma sociedade; as representações sociais emancipadas, que produzem relações intergrupais e permitem diferenciarem grupos divergentes.

A teoria da Representação Social do Moscovici permite diferenciar a categorias do "Outro" e o seu papel no pensamento dos indivíduos. A teoria das representações sociais permite ainda criar produção de conhecimento assente em modelos perceptivo-cognitivos. O caráter de construção de conhecimento faz-se por processos dos saberes leigos, do senso comum, pela vivência do quotidiano, pelo estudo da atividade simbólica. O estudo da representação social é o estudo duma construção coletiva de significados (VALA & MONTEIRO, 1996, 357).

Finalmente Jorge Vala pergunta como é que a teoria da representação social se pode constituir num conceito específico no quadro dos conceitos para diferentes tipos de estruturas cognitivas. De acordo com o autor segundo o ***Critério Quantitativo***, uma representação social é partilhada por um conjunto de indivíduos, mas não é uma representação idiossincrática (não distingue um indivíduo do outro). Pode portanto ser utilizada nos estudos dos grupos. De acordo com o ***Critério Genético***, uma representação social é socialmente construída. Portanto também pode ser uma categoria de análise aplicada aos grupos sociais.

A representação, grosseiramente, segundo a psicologia comportamental, é um reflexo do mundo exterior (duma realidade externa). A Representação Social, como surge nos trabalhos de Moscovici, indica que não há uma rutura entre o mundo interior e exterior de cada indivíduo. Há uma interação entre o cérebro e o mundo percecionado, ou o processo cognitivo. Assim sendo representação social não é uma reprodução, mas sim uma construção

[59] Com esta operação, de codificação e incorporação, estamos muito próximo da "memória"

que resulta da atividade dos indivíduos e dos grupos. Este é o contributo epistemológico de Moscovici para a psicologia social seria determinante para a emergência duma serie de estudos das ciências sociais com base no conceito de representação social.

Como podemos verificar há uma formulação de problemáticas nas ciências sociais que convergem num campo semântico complexo. A psicologia social tem sido uma das áreas onde estes estudos têm sido mais férteis, com uma correspondente "apropriação" das suas metodologias por outras áreas do conhecimento social

Tradicionalmente da psicologia baseava-se no sistema SOR (sensação-objetivação-resposta e a representação media o estimulo à resposta). A partir dos modelos experimentais dos anos sessenta passou a ser OSOR. (Objetivação-sensação-objetivação-resposta), onde as representações já não são apenas mediações, são fundamentalmente fatores constitutivos dos estímulos e modeladores da resposta). Com esta contribuição, a representação deixa de ser uma variável mediacional[60], para ser uma variável independente. As representações são fatores produtores de realidade. *''uma vez criada a representação, os indivíduos tendem a escolher (criar) uma realidade que valide as explicações e as previsões decorrentes dessa representação*" (VALA & MONTEIRO, 1996, 356).

Uma representação social constitui-se como um conceito polissémico remetendo para outros conceitos mais vastos. No âmbito do Processo Socio-cognitivo: "*a objetivação permite organizar os elementos constituintes da representação e ao percurso através dos quais os elementos adquirem materialidade e se formam expressões de uma realidade vista como natural*". (VALA & MONTEIRO, 1996, 360)

A primeira categoria do processo Socio-cognitivo de resposta é a ***Objetivação***, um processo que se constitui em três momentos: Num primeiro, por ***Redução:*** implica seleção e descontextualização das ideias, das crenças e das ideias, formando um todo coerente, implicando apenas uma parte da informação disponível, a informação considerada útil; de seguida através da ***Acentuação***, que acompanha o processo de redução, e resulta na valorização ou majoração de determinados elementos que se tornam nucleares na nova mensagem. Esta nova estrutura explicativa opera muitas vezes uma síntese ou uma conclusão ou avaliação. Alguns autores falam do processo de *Assimilação* em que algumas características são incluídas e outras excluídas; finalmente numa terceira etapa, ***Naturalização***, onde os novos conceitos tornam-se categorias naturais e adquirem materialidade. O abstrato torna-se concreto

[60] O debate sobre a existência de variáveis mediacionais em psicologia é um tema dos debates sobre o behaviorismo e o neo-behaviorismo. Sobre essa questão veja-se os autores citados.

através de imagens ou metáforas. A perceção torna-se realidade. A cada palavra corresponde um objeto. (VALA & MONTEIRO, 1996)

De seguida a **Ancoragem** é a segunda categoria dos processos de formação das representações. É o processo de implicação da informação trabalhada nos processos cognitivos previamente existentes[61]. A construção do novo objeto vai ser analisada em função de informações pre-existentes *"Se a objetivação explica como os elementos representados de uma teoria se integram enquanto elementos duma realidade, a ancoragem permite compreender a forma como eles contribuem para exprimir e constituir as relações sociais*" (VALA & MONTEIRO, 1996, 360). A gestão do fluxo de informação que atravessa o quotidiano faz-se através da mobilização de uma estrutura semântica organizada em categorias. Conhecer é então classificar. Dar um nome: criar rótulos, criar conjuntos de classes que constituí o sistema de categorias.

Como se processa então a integração do social na representação. Os autores defendem que a representação ganha sentido no âmbito da **dinâmica social**. Mas este processo é condicionado pelas condições prévias da organização dos seus conteúdos e das suas próprias dinâmicas no âmbito da estrutura da sociedade. Essa estrutura social remete para **clivagens e diferenciações. São e**stas diferenciações que se vão refletir na organização das representações de um mesmo objeto em cada um dos sujeitos. Ou seja o processo de construção das representações é influenciado pelas condições de partida ao mesmo tempo que contribui para a sua estruturaação. As diferenciações sociais dependem das condições socioeconómicas dos indivídos e estruturam diversos níveis do sistema de orientação social (sistemas de valores, atitudes e motivações específicas). Estes vários níveis são complementares. É a diferenciação dos quadros valorativos e socioeconómicos dão origem à pluralidade de representações no social. No seio desta pluralidade emergem representações que se afirmam integrando-se de formar diferenciadas no social. (VALA & MONTEIRO, 1996)

As condições para esta pluralidade de representações é outra questão que Jorge Vala adiciona à sua reflexão. Como refere o autor, dependem de vários critérios: O primeiro é a ***dispersão da informação***: desfasamento quantitativo e qualitativo entre a informação disponível e a informação necessária para a compreensão do problema. A informação circula de forma diferente por diferentes canais; a segunda depende da ***focalização***: os recursos educativos, interesses profissionais parametrizam a focalização dos indivíduos em diferentes domínios, e geram representações mais sólidas ou mais fluidas do mesmo objeto, em função

[61] Como vimos acima estamos portanto muito próximos do campo de significado da memória

dos seus interesses e experiencias pessoais; e finalmente a ***pressão à inferência***: entre a constatação dum fenómeno e a tomada de consciência sobre o mesmo medeia um tempo mínimo. A consciência da ação depende da adequação dos recursos à estratégia do grupo e ao tempo de decisão. Em muitos casos, os recursos são eles próprios representações que refletem o posicionamento social dos indivíduos na sua relação com o grupo.

Como temos vindo a analisar entre o conceito de Memória Social e Representação verifica-se uma convergência de significações com ambos a procurarem uma explicação para um processo de conhecimento e de ação

1.2.4.2. A operacionalidade do conceito "memória social"

Émile Durkheim, nas suas "Regras do método sociológico" (DURKHEIM, 1987), abordou a questão da representação coletiva, "*A vida social é essencialmente formada de representações*" de representações coletivas que apesar de comparáveis às individuais são radicalmente diferentes destas. "*a sociedade não é uma simples soma de indivíduos; o sistema formado pela associação destes representa uma realidade específica que tem as suas características próprias. Sem dúvida que nada pode produzir o coletivo se não houver consciência particulares; mas esta condição necessária, não é suficiente. É necessário ainda que estas consciências se associem, se combinem, e se combinem de certa maneira; é desta combinação que resulta a vida social, e por conseguinte, é esta combinação que a explica*" (DURKHEIM, 1987, 119)

A conceptualização de uma produção social que se impõe ao indivíduo, são os elementos do que de poderia chamar a "coesão social". É a coesão social, ou dos grupos, que permite a criação, organização e produção de fenómenos coletivos, desde a caça dos tempos pré-históricos à organização guerreira, à produção agrícola, ao comércio e às indústrias, até aos nossos tempos na criação da ciência, de religião, da política, e da cultura: é em grupos que os indivíduos produzem ação.

A partir do contributo de Moscovici, que parte do conceito de representação coletiva de Durkheim e o transforma em representação social, o objeto da análise do processo social olha para o grupo, para a sua constituição e ação. Esse processo constitui-se também, a partir de outras contribuições teóricas que a seguir veremos, num processo de comunicação.

Mas o que é que leva as pessoas a agir em comum, é igualmente uma questão que se coloca a partir desta questão. O que é que motiva a adesão a um grupo. "*Digamos que existem três instâncias capazes de por fim às nossas discussões mediante uma escolha a que cada um adere. Uma é a* ***tradição*** *que condensa e acumula as nossas experiências passadas, herança de regras e de exemplos que,*

em todas as circunstâncias, mostra o caminho, a outra é a ***ciência*** *cujo raciocínio se fundamenta a observação e cujo cálculo reconhece a solução que melhor corresponde aos dados objetivos. Em suma* ***o consenso*** *explora os diversos pontos de vista que estão em discussão, congrega-os e dirige-os para um entendimento reconhecido por todos*" (MOSCOVICI, 1991, p. 6)

Esta questão do consenso, que **"***Vai muito para além da simples adesão e do mútuo acordo. Implica uma convergência dos indivíduos, envolvendo-os mutuamente em matérias de interesse ou de ideias, alimenta a sua confiança recíproca. Significa que tudo pode ser discutido, porto em questão mediante atos ou palavras; tudo exceto a obrigação de chegar a conclusões comuns e esperar que sejam mantidas*" (MOSCOVICI, 1991, p. 8) é determinante para a criação duma sociologia do conhecimento, que depende das condições de compreensão dos mecanismos sócio psicológicos que subjazem à produção de conhecimento. O compromisso emerge então como um elemento que precede a ação, catalisando-a com base numa representação, do passado projetado no devir.

O estudo das perceções acabou por formular a noção de "perceção" como resultado de dois fatores: os **fatores autóctones**, relativos às características do estímulo e à estrutura da informação, e os **fatores comportamentais**, relativos aos aspetos motivacionais, emocionais e sociais do indivíduo *"Quando um organismo é estimulado por um objeto exterior, reage, associando-o a uma categoria de estímulos, ao mesmo tempo que lhe atribui as características das categorias para o qual o inclui Nos inícios dos anos 60 a emergência dos modelos O-S-O-R e a emergência da sociedade pensante. "os indivíduos, longe de serem recetores passivos pensam por eles próprios, produzem e comunicam incessantemente as suas próprias representações e as soluções para as questões que eles próprios colocam (...) os acontecimentos, as ideologia e as ciências oferecem simplesmente um alimento para pensar*" (MOSCOVICI, 1984, p. 16).

Mais tarde Vigotsky vai dizer que o processo cognitivo não é um processo exclusivamente individual, e que a génese do pensamento se encontra na interação social, e que o pensamento é uma forma de interação individual. (VALA & MONTEIRO, 1996, p. 491) Aquilo a que se chama cognição social. Processo de internalização do conhecimento, gera-se a partir das relações entre os indivíduos, que depois de interiorizadas são motivadoras de ação (atenção voluntária, memória lógica e formação de conceitos). A experimentação, na área do conhecimento dos processos psicológicos superiores (linguagem e pensamento) não podem ser estudadas em laboratório. Tem que ser eles próprios experiência (VALA & MONTEIRO, 1996, p. 491)

Como é que as representações sociais são construídas, é uma outra questão que importa colocar. As representações sociais **s**ão construídas pelos atores (os atores tem papel ativo). Qual é a relação entre a representação social e as configurações culturais dominantes,

e a dinâmica social no seu conjunto? Destas tensões decorrem as tensões para a hegemonia e homogeneização. (aqui aproxima-se do conceito de Durkheim de representação coletiva). Há representações que perduram no tempo, outras que se alteram rapidamente (modas).

As representações sociais são constituídas pelos atores em contexto de interação. Elas representam as tensões e as configurações dominantes dos conflitos na comunidade. A representação tem um duplo efeitos. Ao mesmo tempo que exprime uma área de hegemonia social como resultado dum consenso em torno de determinadas narrativas, também induz a adesão do representado como espaço de pertença ao grupo. A negação dessa representação surge portanto quando o indivíduo deteta uma falta de conformidade e se gera um desequilíbrio.

Se a partir do contributo de Serge Moscovici dispomos de um método de análise do processo de produção das representações sociais, falta ainda explicar porque é que os indivíduos agem em comum. Sabemos porque aderem ao grupo, através da adesão às suas representações. Mas como é que a inteligibilidade do mundo induzida por essa representação gera uma ação. Nesta análise ainda falta analisar a representação como um processo de comunicação.

O problema de se estabelecer o consenso e a homogeneização social pode ser constituído pela partilha dum canal de comunicação. O exemplo da televisão, por exemplo, mostra como funciona como um filtro de validação. A partilha dá consistência à mensagem e a sua adesão valida o respetivo conteúdo. As representações são como metáforas: são meta imagens. O canal de comunicação determina a força da credibilidade. Por essa razão, a produção de imagens é socialmente poderosa. A imagem tem um poder de síntese, de condensação do todo. O audiovisual torna-se assim num laboratório de experiências de socialização. A construção das representações sociais através dum estímulo, ao qual se sucede uma acomodação emerge então como um processo social. Por exemplo, na televisão, no cinema, na rede Web, as duas sensações complementam-se num mesmo tempo. Ao estímulo sucede a equilibração quase instantânea.

Quais são então os principais problemas na formulação da representação social na sua relação com as identidades sociais[62]. As representações sociais podem ser estudadas a

[62] Identidade Social exprime a relação ou interação do indivíduo com o meio social exterior. Cada indivíduo apresenta um conjunto de pertenças a grupos (classe, sexo, idade, território), que se classifica como identidade. Identidade é portanto um conceito que inclui e exclui simultaneamente, e constitui um instrumento de orientação social. Veja-se a propósito desta questão a relação de identidade social com identidade cultural (CUCHE, 1999, p 136)

partir duma dupla perspetiva: em primeiro lugar a partir do estudo duma hipótese segundo a qual as representações sociais sobre os diferentes domínios da vida social e sobre as relações sociais geram grupos ou categorias sociais com as quais os indivíduos se identificam. Ou, em alternativa o estudo de hipótese de que as categorias e grupos sociais com os quais os indivíduos se identificam constituem espaços sociais de criação, transformação e aprendizagem de representações sociais. *"Os indivíduos constroem representações sobre a própria estrutura social e as clivagens sociais, e é no quadro das categorias oferecidas por estas representações que se auto posicionam e desenvolvem redes de relações, no interior das quais se produzem e transformam as representações: por um lado, as representações sociais sobre a estrutura social, enquanto variável independente, criam formas de categorização social ou grupos sociais; mas por outro, as representações sociais, enquanto variável dependente, são construídas no interior destas categorias ou grupos sociais*" (VALA & MONTEIRO, 1996, p. 495)

No primeiro caso, as representações sociais são âncoras que constituem as categorias identitárias,"as representações sociais são produtoras de categorias identitárias". Tal como considerava Willem Doise, estas são um elemento categorizador das identidades sociais. O conceito de representação social confere ao conceito de Identidade Social (de Tajfel) uma forma de entendimento de génese e hipóteses de categorização (organização dos conteúdos identitários), por seu lado a teoria da Identidade social oferece a possibilidade de organizar os espaços sociais, a construção das aprendizagens de representações e construção de hipótese sobre os mecanismos cognitivos (VALA & MONTEIRO, 1996, p. 496).

Haverá então alguma operacionalidade na utilização dos conceitos de Grupo e de identidade social e Representação Social. Todas estas categorias constituem parte dum processo de construção social. Os grupos não são entidades organicamente definidas, mas resultados dos processos de interação social. A categorização social ao permite a compreensão da construção dos grupos sociais e a identificação dos grupos. A comparação social (FESTINGER, 1954) permite compreender os processos de aprendizagem, integração e avaliação das representações sociais. A descriminação das categorias sociais). Uma identidade social está associada à partilha de valores e normas pelo grupo. Por sua vez o estudo das relações entre categorias pode ser de orientação: Topográfica ou taxonómica (a investigação é orientada pela hipótese segunda a qual a dimensão, ou conjunto de dimensões da identidade social orienta a estruturação da representação dum objeto); ou em alternativa processual (trata-se de analisar a hipótese de que as relações entre grupos, ou entre identidades, tal como se organizam num determinado contexto, orientam a reconstrução contextual a mudança da representação social. Cada indivíduo pode ter várias identidades sociais e várias representa-

ções sociais. Não é possível antever quais as representações sociais que são mobilizadas como repostas a situações de estímulo em contextos diferentes.

A utilização das noções de *identidade social*, *representação social* e mesmo *identidade cultural* (embora pertençam a um campo semântico muito da memória social), surgenos na nossa perspetiva pouco operacionalizável para o estudo da memória social duma comunidade.

Como verificamos cada indivíduo é simultaneamente pertença de vários grupos. A sua categorização obriga-nos a reduzir a sua operacionalidade a classes de conteúdos precisos. A construção da classificação, em regra, perde o processo dinâmico onde se produz a adaptação e da conformidade. Se por um lado há representações que se impõem aos indivíduos, que são hegemónicas e em larga medida indiscutíveis; também há por outro lado representações discutíveis e discutidas pelos diferentes grupos sociais, que se vão construindo e desconstruindo a cada momento, de acordo com a conflitualidade contextual ou estrutural que atravessa as relações sociais e as atividades sociais. Necessitamos portanto de outras ferramentas

1.2.4.3. Os processos cognitivos e a memória social

Os avanços dos estudos sobre a memória produziram uma crescente aproximação de campos das ciências que anteriormente trabalhavam separadamente. Nos pontos anteriores demos conta de várias abordagens que foram feitas, uma tomando a memória diretamente como objetos, outras, utilizando outros conceitos, mas cobrindo áreas de significância de clara intersecção. A contribuição da biologia tem a vantagem de adicionar contribuições ajuda a compreender o conceito de memória na sua expressão de fenómeno biofísico.

É vulgar afirmar-se, hoje em dia que René Descartes[63] estava errado quando concluiu que "cogito ergo sun".[64] (DAMÁSIO, 1995) Está errado porque Descartes acreditava que existia uma separação entre o corpo e a atividade mental. A biologia, e em particular as neurociências concluíram que a atividade mental resulta da atividade do corpo, ou mais propriamente da parte especializada que constitui o corpo, o portanto, a frase deverias ser "eu existo, logo penso". Mas a neurociência também afirma que a expressão desse pensamento, dessa atividade é possível porque existe a memória. A memória é torna-se assim o conjunto

[63] René Descartes, filósofo francês (1596-1650). Descartes introduz na filosofia um método de pensamento, baseado na dúvida metódica. Veja-se o "Discurso do Método"
[64] Penso logo existo.

de informações, ordenadas pelo cérebro, que orienta a ação. "Cada pensamento que temos, cada palavra que dizemos, cada ação que levamos a cabo, - na verdade, o próprio sentido de nós mesmos – deve-se à nossa memória, à capacidade do nosso cérebro registar e armazenar as nossas experiências. A memória é a cola que aglutina a nossa vida mental, a base que sustenta a nossa história pessoal e que possibilita o crescimento e a mudança ao longo da vida" (KENDEL, 2002, p. 5).

Portanto o termo Memória é um termo genérico que cobre diferentes formas de aquisição, retenção e utilização da informação e conhecimento. Até ao momento considerava-se que a informação chega ao Cérbero através de dois modelos explicativos. O Modelo Construtivista, (BRUNER) onde a perceção resulta de estímulos do mundo exterior ou da experiência mnemónica, distingue a informação sensorial (a que resulta de estímulos), da informação contextual, (que resulta da inferência do mundo exterior). O contexto de onde decorre a informação. No segundo modelo Feixes Óticos (GIBSON), as perceções resultam da adaptação do indivíduo aos feixes em função dos seus movimentos no espaço. Os feixes podem ser invariantes, resultantes de referentes fixos na movimentação (pontos de referencia) e variantes, que produzem a necessidade do sujeito se adaptar (adaptação ao nicho ecológico) (JESUÍNO, 2000, p. 314).

O trabalho sobre a análise dos processos de memória, realizados por Kendel e Squire foram orientados com base em duas questões. Por um lado, "*segundo se descobriu, algumas porções idênticas de ADN codificam domínios ou regiões de proteínas caracteristicamente reconhecíveis, (...) que mediavam a mesma função biológica*" (KENDEL, 2002, p. 15) A observação da sequência de codificação dum gene podia-se inferir a função da proteína que o mesmo codificava. Comprando então as sequências procurou-se reconhecer as relações entre proteínas em contextos diferentes, em diferentes células do corpo de um dado organismo. Dessa forma descobriu-se como é que as células comunicavam entre si, o que forneceu a conceptualização para o entendimento dos processos da vida (KENDEL, 2002, p. 15). A partir daqui a pesquisa orienta-se para a compreensão dos cérebros dos mamíferos.

Por outro lado, agora mais próximo da questão da memória, através da cartografia das funções cognitivas (o que foi possível pela aplicação dos métodos representações internas dos processos cognitivos), é possível registar a atividade das células nervosas nos cérebros. Estas imagens do cérebro vivo permitem compreender o que realmente acontece quando uma pessoa é sujeita a um estímulo sensorial, quando iniciam uma atividade motora, quando aprendem e quando recordam. (KENDEL, 2002, p. 15). Ou seja, neste momento a

memória pode ser estudada aos níveis dos mecanismos celulares e moleculares, e ao nível da organização dos sistemas neuronais

Onde é que estão armazenadas as memórias é a pergunta que desde sempre foi perseguida pelos investigadores. Há uma memória declarativa, para fatos, ideias e eventos. É uma informação que pode ser convertida para recordações conscientes sobre a forma de preposições verbais ou imagens visuais (KENDEL, 2002, p. 23). Estas memórias estão armazenadas no cérebro. O outro tipo de memórias não-declarativas é uma memória inconsciente (no sentido atribuído por Freud). Ambas resultam da experiencia. O primeiro caso é o sentido comum da memória como recordação. No segundo caso, não se verifica uma verbalização, mas, em consequência da experiencia vivenciada, verifica-se uma alteração de comportamento. O caso da aprendizagem do andar de bicicleta ilustra essa competência. Ainda que uma pessoa se possa lembrar das regras da aprendizagem, o uso da competência é independente da capacidade de rememorar essa competência. (KENDEL, 2002, p. 23). O corpo humano dispõe de vários domínios de memórias não declarativas. São memórias biológicas, não dependentes do hipocampo.

Como é que as memórias são armazenadas, é outra questão que interessa identificar. As memórias declarativas e não declarativas mobilizam diferentes sistemas cerebrais e utilizam estratégias diferentes para armazenar as memórias. Aqui verificamos que os organismos vivos armazenam memórias de curto prazo, que duram alguns minutos, e de longo prazo, com uma duração de várias semanas. A durabilidade das segundas depende da repetição ou treino sobre as primeiras.

Em termos do homem poderemos considerar que as memórias de curto prazo são memórias de trabalho. Estas organizam-se em unidades, com o limite máximo de sete. Cada unidade está ligada a dois subsistemas escravos (um anel circulatório através do qual se reproduzem subvocalmente os elementos verbais, um mapa espacial que representa imagens visuais). A forma de retenção desta memória é a repetição das unidades armazenadas. A repetição faz baixar o número de unidades processadas, tornando o sistema menos complexo. As memórias de Longo Prazo correspondem a informação não processada (são passado). Estas memórias assumem três formas: **Episódicas** – que são formas de conhecimento declarativo, são suscetíveis de ser vivenciadas de forma direta; **Semântica** – que corresponde a um conhecimento declarativo, ou à memória necessária para utilizar a linguagem (corresponde ao conhecimento organizado do mundo) e inclui o uso das palavras e o conhecimento não-verbal. E finalmente, um terceiro tipo **Procedimental** – onde. Indivíduo não tem conhe-

cimento de forma direta, designadamente verbal, mas mobiliza os procedimentos para a ação (é o caso do andar de bicicleta). Os dois primeiros casos são considerados **saber** (saber ser e saber estar) o segundo é **saber fazer**. Esta proposta é também a base da teoria da aprendizagem em Anderson. (JESUÍNO, 2000, p. 314)

A questão do esquecimento, ou seja da não mobilização da memória, analisado a partir desta proposta, faz depender, fora os casos de lesões físicas, da profundidade dos processamentos. A profundidade da perceção pode determinar o nível de memorização. Por exemplo, estímulos de baixa profundidade, como por exemplo os estímulos sensoriais à intensidade do brilho, do som, dos cheiros, do corpo, produzem memórias pouco duráveis. No extremo inverso, temos que uma relação complexa de imagens, com mobilização de significados e memórias persistentes.

O produto do processamento da informação é um traço de memória. Se o nível analisado é frágil, é rapidamente esquecido; e se for analisado um nível mais profundo é mais durável. Também o contexto de evocação é determinante para a rememoração. A implicação da memorização para a teoria da aprendizagem torna-se evidente. Por exemplo, o modelo defendido pela "Escola Nova", com base nas experiencias, em cognição chamados Modelos Conexionistas, assumem-se como alternativos aos modelos de aprendizagem com base na memória. Em conclusão, a informação é armazenada de forma dispersa, em múltiplas localizações do cérebro e o seu processamento é feito por associação de nódulos de informação. Não há, ao contrário do que se pensava no início do século uma acumulação traços e a memorização não é feita em série. Posto isto falta ainda responder a uma questão. Como é que a memória nos sujeitos se relaciona como uma memória social.

António Damásio no seu livro sobre formação da consciência (DAMÁSIO, 2010) formula a hipótese que fundamente o papel da memória na formação da consciência do homem. A memória é criada no cérebro do individuo ao longo do processo de evolução biológica. Como elemento da evolução reflete, simultaneamente o estado interno do corpo, fornecendo indicações sobre a sua homeostase, e sobre os dados recolhidos do exterior através da perceção. O mapeamento desses dados permite criar uma consciência do eu, e numa fase posterior do eu autobiográfico. Esse mapeamento é "lido" em função das semelhanças com experiencias anteriores e em função da perceção de ameaça que transporta. A ação do sujeito gera-se na resposta aos estímulos que a desencadearam (DAMÁSIO, 2010). Ainda no mesmo livro o auto tece algumas hipóteses explicativas para o fenómeno de socialização da memória e da consciência. Segundo Damásio elas sujem através da comunicação e dos

fenómenos que hoje chamamos de arte, que constituíam narrativas sobre ao experiencia partilhada (DAMÁSIO, 2010, p. 329).

1.2.5. A antropologia e operação do conceito de cultura

Temos vindo a afirmar que a Museologia, como campo do conhecimento trabalha a relação da memória/esquecimento como o poder/resistência. Para a questão do poder, nomeadamente para o estudo da hegemonia interessa-nos agora analisar e mobilizar o conceito de cultura. Este é uma outra palavra complexa, cujo significado tem vindo a variar consoante as abordagens de que é alvo[65]. Uma vez que a museologia é geralmente considerada, em termos de atividades sociais, uma atividade cultural, sendo os objetos com que trabalha, objetos "culturais", porque produto da atividade humana, façamos rapidamente uma revisão do mesmo.

A palavra começa por surgir em inglês "culture" e é um substantivo de processo: "cuidar de alguma coisa, basicamente colheitas ou animais". A palavra começa a ganhar um significado no campo de significância das atividades de conhecimento no século XVIII, a propósito das análises da diferenciação dos estádios do desenvolvimento da humanidade. Joham Herder (1749-1791), em "*Ideias sobre a Filosofia da História da Humanidade*", editado em 1794, faz uma crítica ao determinismo iluminista que considerava o desenvolvimento da civilização europeia como um único caminho de progresso. Afirmava então que dentro de cada unidade civilizacional existiam culturas diferentes. Para além disso refletindo já os problemas de afirmação de unidades políticas (que mais tarde irão ser consideradas unidades nacionais) afirma que em cada época e em cada nação se exprimiam como culturas diferentes. Nesta época afirma-se uma oposição entre o conceito de cultura, como expressão do que tem na base a tradição popular, e a civilização como expressão da elaboração e elevação do espírito humano. Enquanto o iluminismo afirmava a unidade do homem, o movimento romântico vem, com base na ideia de cultura, afirmar a diversidade desse mesmo homem. Assim cultura assume o significado do mais puro, do mais autêntico. Os românticos vão assim procurar as raízes mais profundas da nação nas tradições populares, nos seus contos tradicionais, nas suas formas de vida.

A questão do romantismo, e da sua busca da autenticidade vai também ser determinante nas políticas de valorização patrimonial. Os monumentos começam, por influência do

[65] Para a análise da evolução do conceito e das suas problemáticas pode-se consultar por exemplo (EAGLETON, 2003) ou (CUCHE, 1999).

pensamento românticos, a serem reconhecidos como objetos de culto dum passado perdido, formas que se perderem com a afirmação do progresso e da fé cega na mudança. Cultura começa então a ser um antónimo de civilização.

O significado atual do termo cultura, contudo será introduzido por Edward Taylor[66], que em "Primitives Cultures" em 1817 define cultura como um conjunto complexo, interdependente e inter-atuante de conhecimentos, crenças, leis, tradições, artes, costumes e hábitos de um determinado conjunto de seres humanos constituídos em sociedade e adquiridos pelo seu trabalho. Ao longo do século XIX e XX existirá um debate constante entre os defensores das semelhanças e diferenças dos conceitos de cultura e civilização. O termo pode ser usado tanto como sinónimo, tanto como antónimo, ainda que atualmente o termos civilização tenda a ser menos usado. [67]

O conceito de cultura mantém sua riqueza polissémica. Ele engloba tudo o que é "*produto da atividade intelectual e especialmente artística*" (CREHAN, 2004, p. 61). Hoje em dia, para muitas pessoas ao nível do senso comum "*cultura*" significa sobretudo música, literatura, pintura, escultura, teatro, cinema. Por outro lado, num sentido mais alargado, "cultura" pode ser vista como um processo geral de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético dos indivíduos, dos grupos e das comunidades. Por todas essas razões a problematização do conceito revela uma complexidade operacional. Tudo o que é obra do homem e das comunidades, as suas ações e as suas produções são, ou podem ser, abordados como fenómenos culturais. Assim, todo o fenómeno social é simultaneamente um fenómeno cultural. Cultura e Sociedade acabam, em termos de problemática por convergir como campos de significação.

A problematização do conceito de cultura implica portanto uma delimitação do seu campo de análise e dos métodos de análise. Por exemplo, na tradição americana, de onde emergem os "Estudos Culturais"o conceito "culture" designa essencialmente a tensão os processos de modernização na sociedade sobre as suas tradições e as relações entre culturas diferentes. Ora o que nos interessa mobilizar para a análise das tensões entre os grupos, ou se quisermos precisar melhor, para a análise de como é que determinadas representações se tornam hegemónicas no seio duma comunidade, pela emergência da modernidade sobre sociedades tradicionais, teremos necessariamente que delimitar o "ponto de partida" (a tradi-

[66] Edward Taylor é considerado o pai da antropologia

[67] Nos anos oitenta a questão ainda era discutida na Faculdade de Letras de Lisboa. Veja-se (ANTUNES, 1999).

ção) e descrever como é que ela se modifica até atingir um "ponto de chegada" (na modernidade, ou numa modernidade incompleta).

A noção de "**Padrões de Cultura**", que já acima abordamos, como conceito introduzido por Serge Moscovici[68], é uma proposta de operacionalidade para esta questão. A cultura é vista como o reflexo de padrões de comportamento. A cultura é um sistema e o seu estudo é a análise dos conflitos no interior desse sistema.

A partir destes padrões podem-se isolar a **Conjunto Padronizados** que são sistemas de crenças e ideias, uma influência da ideia de Max Weber "do homem como um animal suspenso em teias de significados tecidas por ele mesmo". A cultura é essas teias e a sua análise não é uma ciência experimental em busca de normas mas uma ciência interpretativa em busca de significados (CREHAN, 2004, p. 64) "*O conceito de cultura ao qual adiro denota um padrão historicamente transmitido de significados corporizados em símbolos, um sistema de conceções herdadas expresso em formas simbólicas, por meio do qual homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as suas atitudes sobre a vida*" (GEERTZ, 1973, p. 89)

Ora o conceito de cultura, nesta perspetiva pode ser visto como uma estrutura [69]"*Existe uma interação dual entre a ordem cultural tal como ele é constituída pela na sociedade e tal como é vivida pelas pessoas: Há uma estrutura entre a convenção e a ação virtual e real. As culturas têm as suas lógicas e historicidades próprias. Elas mudam em função das suas dinâmicas internas*" (LEVI-STRAUSS, 2004).

O que podemos retirar desta ontologia da cultura. A questão que nos interessa mobilizar para a nossa tese é a seguinte: Se a cultura é uma entidade distinta onde é que elas se ligam? Como questiona Kate Creahan, Quem é o homem da "*declaração universal dos direitos humanos*? (CREHAN, 2004, p. 65). Quem é o português, o francês, o moçambicano, o brasileiro. Como é que distinguimos uma cultura da outra. Pela língua, pelos gestos, pelos gostos, pelos modos de comer. Facilmente se conclui que o conceito Homem é abstrato. É um símbolo, uma construção social. Como tal também todas as representações de cultura, as culturas nacionais também são narrativas socialmente construídas. Convém no entanto não esquecer que essas narrativas são participadas Poe aqueles membros dos grupos que nelas se reveem, e como tal são também elas geradoras de ação.

A cultura como um campo de entidades associadas gera no entanto contestação. A impossibilidade de definir as fronteiras duma cultura conduziu, por exemplo, a antropologia

[68] Veja-se ponto anterior
[69]Defendido por Claude Lévi-Strauss e Marshall Salins

ao estudo das margens e das interpenetrações das culturas. Isto é feito a partir da crítica da antropologia a partir da análise do outro, esquecendo a análise dos mecanismos de reprodução social nos países centrais. [70]

Numa primeira fase da antropologia, o estudo e compreensão das sociedades tradicionais, por exemplo uma "aldeia",eram vistas sistema autónomo. Em primeiro lugar devia-se estudar a sua unidade interna, a sua estrutura. Só depois é que se ia procurar compreender as suas ligações externas, e as suas dinâmicas. Ora em muitos casos, esse segundo movimento não era executado, uma vez que os instrumentos utilizados não permitiam revelar essas dinâmicas. Procurar explicar a reprodução e a mudança através da génese mostrou, a certa altura os limites destas metodologias. A solução foi privilegiar o estudo das relações de poder. Será Franz Boas[71], com a sua obra "Culturas Primitivas" (BOAS, 1996) a iniciar esse movimento da moderna antropologia de equacionar a questão da formação de áreas de dominação social que através da partilha de ações criam hegemonias e dominações.

1.2.6. A Sociologia e a Teoria Simbólica e da Comunicação

Como verificamos até aqui, o campo da Memória Social é extenso e complexo, possibilitando múltiplas abordagens. A memória social é um campo fluido, em permanente mutação onde se manifesta a experiência e se afirmam as hegemonias. Ela constitui-se como um objeto de conhecimento através da análise das suas manifestações. Como veremos a teoria da comunicação vai fornecer uma resposta que permite integrar as ações individuais como processos individuais numa resposta aos processos de tensão entre os vários poderes sócias em confronto. O processo de comunicação exprime essas tensões, fornecendo ao mesmo tempo memórias e indicadores de ação.

A este nível a proposta interdisciplinar de Norbert Elias[72] torna-se importante para focalizar o campo de análise da memória social. Segundo Elias *"Os antropólogos e os sociólogos, do passado e do presente, que investigaram os símbolos tenderam a privilegiar a sua função na coesão social e nos rituais (Durkheim, 1912, Tunner, 1967, Firth, 1975, Augé, 1982) ou na preservação das fronteiras sociais (Douglas, 1966). (...) os filósofos, os estruturalistas e os semiólogos têm-se preocupado com a relação*

[70] São as teses formuladas por Samir Amin na economia política, onde defende que o sistema económico dispõe de um centro, e de uma periferia, local onde as relações económicas são desiguais, imperfeitas e de dependência. Veja-se (AMIN, 1977)
[71] BOAS, Franz, (1858-1942). Antropólogo.
[72] Norbert Elias, (1897-1990), sociólogo inglês. A sua obra inacabada, A Teoria Simbólica, é publicada pelos seus discípulos após a sua morte, apresenta uma interessante proposta metodológica. Veja-se (ELIAS, 2002). e (ELIAS, 1980).

entre o símbolo e o que ele representa" (ELIAS, 2002, p. 16). Esse é também o seu objeto de estudo.

A sua proposta da Teoria Simbólica é "*a descoberta dos laços entre a linguagem, o conhecimento e o pensamento*:" Elias afirma que os símbolos são também eles formas de comunicação. As formas simbólicas transportam significados emocionais, que tem uma orientação dinâmica. (aqui a investigação confronta-se com o caráter essencialmente sincrónico da teoria estruturalista) Segundo Elias, os símbolos são padrões sonoros tangíveis. O sistema simbólico criado pela sociedade não é exterior à sua estrutura.

A localização dum fato social no espaço (comprimento, largura, profundidade/altura) não pode ser feita sem ser acompanhada na sua localização no tempo (teoria da relatividade). Qualquer alteração na dimensão espacial implica uma alteração na dimensão temporal. Antes de Einstein não havia a consciência disso, ainda que os fatos acontecessem. E é a partir dos níveis de representações simbólica, as representações do espaço e as línguas que a memória entra na Teoria Simbólica. Estas representações simbólicas são armazenadas na memória, e através do processo de comunicação são transmitidas a outras gerações. Os padrões sonoros, pela estandardização, podem ser igualmente reconhecidos no interior duma sociedade. (a estandardização é dada pelo código) A ausência de representação simbólica implica o não reconhecimento da comunicação.

Ou seja, segundo Elias Conhecimento – linguagem – memória -e pensamento são expressões simbólicas dum mesmo fenómeno. A aprendizagem é nesse sentido um instrumento de conhecimento que deriva da experiencia e da memorização.

Elias parte da explicação do processo biológico para defender, que através da produção de símbolos, ele se torna num processo social. E lança uma questão: Uma pessoa individual, solitária, com um gesto capta do nada alguns temas do conhecimento. Como é que esses temas podem ser transmitidos? Como é que esses temas se podem inserir numa teoria da comunicação? "*Como é que os padrões sonoros podem transmitir aos recetores, imagens (ou seja significados) que o emissor lhes associou*" (ELIAS, 2002, p. 8). Elias afirma que é uma tarefa impossível. Não podemos procurar o início, a génese dum problema, porque o conhecimento é um processo contínuo. A questão da comunicação é normalmente uma questão da distribuição do poder dentro duma sociedade (ELIAS, 2002, p. 8) e o poder é a capacidade de controlar os padrões de conhecimento e da fala numa sociedade.

Ou seja, segundo Elias na teoria do conhecimento, o cientista deve abandonar o estudo das causas para se centrar nas análises dos processos. Hume a Kant colocaram as

questões sobre a"*crença na natureza satisfatória das soluções causais para toda a espécie de problemas não pode ser fundamentada na experiencia dos indivíduos*", e *"A expectativa de um tipo específico de explicações não se deve à experiencia pessoal dum indivíduo, mas às experiencias coletivas de um grupo como um todo ao longo de muitas gerações"* (ELIAS, 2002, p. 10).

Por essa razão o mundo newtoniano, concebido como uma ordem prefeita. (Uma ordem mecânica feira pelo desígnio dum espírito), ou o mundo como história, onde há alguns acontecimentos que se repetem e outros que são únicos, deve ser abandonado e substituído pela análise das relações e processos. No mundo mecânico os indivíduos têm duas experiencias no mundo: Numa o mundo que pode ser representado pelas regularidades; e noutra segundo a experiencia, em que o mundo pode ser representado pelas estruturas sequenciais duma mudança. Numa ou em várias direções complementares, estas experienciam produzem dois códigos diferentes. O código natureza, e o código história /cultura. São dois modos diferentes de ordenar as perceções, duas formas de adequar aos problemas. São dois mundos separados.

Segundo Elias não há razão para essa separação. Nós temos conhecimento, temos linguagem e temos memória. São três funções que têm sido tratadas separadamente. A função linguagem é tratada como um objeto de um processo de conhecimento, a função conhecimento como outro e a memória como um terceiro Elias diz que estas são funções dum mesmo processo complexo de conhecimento. Eles são potencialmente individuais e sociais.

"A observação de Hume, de que o conceito de uma relação causal não pode ser explicado com base em experiências pessoais de um único indivíduo era inteiramente correta. Ela representa um nível de síntese conceptual que ultrapassa as experiências pessoais dum indivíduo humano. Pressupõe uma capacidade de ligação entre acontecimentos a um nível que nenhuma pessoa individual pode alcançar sem auxílio das experiencias das outras pessoas, Pressupões uma constituição biológica de uma espécie que permite aos seus membros individuais aprender armazenar e agir sobre as experiencias realizadas e transmitidas a uma pessoa através duma longa linha de gerações antecedentes" (ELIAS, 2002, p. 16).

A teoria Simbólica afirma que a aprendizagem simbólica é uma característica essencial dos humanos. É simultaneamente biológica e social. A linguagem como recurso de aprendizagem e um instrumento de construção social. Os humanos constroem e transformam o mundo, as sociedades biológicas mantêm o determinismo biológico, porque não mobilizam símbolos. Daí que se fale em evolução na biologia e desenvolvimento nas sociedades.

Essa aprendizagem inicia-se com a aprendizagem vocal na criança, por convivência com os outros membros do grupo, em regra adultos. Através de troca de sons vocais, a criança procede à memorização de significados e, gradualmente, passa a dominar o uso

duma linguagem específica dum grupo. A linguagem dos mais velhos. Além da língua as crianças também adquirem experiências. Essas experiências produzem uma adaptação ao mundo que os rodeia. Através dos mais velhos, as experiencias do grupo são transmitidas. A sua repetição dá origem à sua memorização. Segundo Elias natureza, cultura e sociedade são conceitos socialmente construídos.

Assim, a linguagem como sistema simbólico é um elemento crucial para a análise do conhecimento, que pode ser Socialmente apreendido através do processo de aprendizagem. Essa linguagem pode variar de uma sociedade ou grupo para outra, pode variar no tempo, no interior duma mesma sociedade.

Há uma tendência nos humanos de reduzir os processos de conhecimento a condições estáticas antiéticas. A criação de oposições é uma redução conceptual de acontecimento. A antítese pode ser simbólica. Os seres humanos são compostos de uma matéria tangível (corpo) e outra intangível (alma, mente, com estatuto ontológico incerto). O nosso pensamento faz muitas antíteses (céu/inferno, bom/mau, claro/escuro). A linguagem contemporânea é muito rica em sínteses simbólicas complexas. O símbolo, surge assim como uma quinta dimensão da humanidade (para alem do espaço-tempo). Os símbolos são os meios de comunicação e identificação da humanidade. Tudo pode ser representado através de padrões sonoros. "*Numa sociedade os objetos sem símbolos não são reconhecidos e não são cognoscíveis pela sociedade*" (ELIAS, 2002, p. 48).

Ainda no campo da sociologia, um outro contributo é de Jürgen Habermas com a sua teoria da ação comunicativa. (HABERMAS, 2010). Sucessor da escola de Frankfurt, Habermas vai propor uma análise da racionalidade da ação. Na sociedade contemporânea coexiste a materialidade dos sistemas (com uma lógica instrumental) e a vida que é dada pela comunicação. Se no primeiro sistema se verificam tensões entre a produção e o consumo, que são resolvidas no mercado através dos sistemas de trocas e reguladas pelos sistemas de poder; no sistema comunicacional, que coexiste como um espelho com o sistema material, domina a produção e o consumo simbólicos, que se adequam aos campos dos valores determinados pelas relações de dominação. (HABERMAS, 2010, p. 263)

Habermas vai ao longo da sua obra afirmar a necessidade de equilibrar a gestão do social através da mediação e da participação. Na senda da crítica marxista da escola alemã, estava convicto da alienação que o sistema de recursos estava a produzir no mundo global. O que nos interessa agora mobilizar é o contributo da análise deste autor na formação do conceito de ação comunicativa que implica a coordenação da ação dos atores sociais, por via da

emergência da comunicação, na busca de objetivos comuns por via da criação de compromissos. Mais à frente retomaremos esta questão.

1.3.A operação da sociomnese

Até aqui verificamos um conjunto de teorias que articulam a questão do processo de produção da memória social na sua relação com a afirmação dos diversos processos de poderes sociais. Também verificamos que enquanto operação cognitiva, operado pelos indivíduos, a memória social se expressa no campo do social como uma representação que pode ser analisada como um fenómeno de comunicação. É através da comunicação que a dinâmica da partilha de memória social se constitui e gera ações. Também analisamos um conjunto de conceptualizações que expressam uma área de convergência de problemas de conhecimento sobre os processos sociais.

A memória social como processo exprime a atividade da comunidade através da representação que ela faz de si própria e dos outros. É uma representação sobre o devir da vida de uma dada comunidade e das suas relações com o mundo e com os outros. Ela é exterior ao indivíduo, portanto não pode ser medida, mas existe pela implicação do indivíduo com a sua comunidade através das representações que este elabora e conceptualiza. Ao nível do indivíduo é possível medir os efeitos das representações da memória; seja através da análise ao Cérbero (resultado das emoções), seja através da análise das suas ações e representações (que resultam da influência do contexto social sobre a sua atividade de conhecimento). É neste último campo que nos interessa agora fundamenta a abordagem teórica desta tese.

A ***sociomnese*** *é um processo através do qual um conjunto social partilha valores da sua experiencia (social) representados na construção de narrativas (que são socialmente partilhadas na forma e no conteúdo) e que os orienta em relação aos outros e gera o fundamento da ação (social)*.

O que podemos então observar, tomar como objetos de estudo, são as suas manifestações, as formas de como a memória se vai socialmente representar. Cada individuo, pela ação simbólica representa a sua experiencia individual que por sua vez traduz uma experiencia do conjunto social e essa representação é permanentemente reconstruída. O processo da sociomnese é uma dinâmica permanente de adaptação da inteligibilidade e produção de significados é uma forma de consciência das experiencias do passado que são interpretadas pela adaptação ao presente, resolvendo as tensões geradas no processo e desencadeando novas ações. Ações que podem ser mecânicas se incidirem sobre a ação no mundo exterior, ou de

processos de consciencialização se incidiram sobre o mundo reflexivo do indivíduo. Cada indivíduo transporta uma dupla consciência[73], entre o que é como indivíduo e como é através dos grupos a que pertence que se expressa num processo de representação.

Os postulados que vamos utilizar para abordar a questão da sociomnese são os seguintes:

- A sociomnese é uma representação social, ou seja são objetos socialmente construídos, percecionados pela comunidade, reelaborados pelos indivíduos em imagens simbólicas (padrões de representação: linguagem, razão e conhecimentos), que são mobilizados pela memória e devolvidos à comunidade depois de reelaborados. (critério da construção permanente)
- A sociomnese, como representação social, é construída e é um objeto partilhado por vários membros dum grupo, que entre si utilizam determinados valores gerados pelas interações das experiências comuns (memórias/patrimónios/heranças), para produzirem ações partilhadas pelos indivíduos. (critério da organicidade)
- A sociomnese resulta dos processos de interação social, da comunicação entre os membros do grupo e é partilhada de forma desigual e diferenciada, porque resulta das tensões geradas por diferentes poderes sociais. Ou seja, nem todos os membros do grupo partilham o mesmo tipo de memórias, nem todas as memórias são partilhadas da mesma forma por todos os indivíduos, dependendo do seu posicionamento no espaço social (critérios da variabilidade)
- É possível identificar a sociomnese no tempo, analisando a configuração das suas representações. Ou seja, ainda que a memória social seja transcendente (enquanto arquivo mnemónico do grupo) ao inscrever imagens fora do espaço e fora do tempo com função de referenciar a comunidade (no interior do seu espaço e do seu tempo). Ela é uma forma de consciência do presente sobre o devir e que se constitui em relações hegemónicas que são convocadas como formas de ações.
- Se a sociomnese pode ser convocada para o presente, pode ser mobilizada para construir novos processos de interação social.
- Se a sociomnese pode servir para construir novos processos de interação social e se a memória social é apropriada por cada indivíduo, quais são os espaços e os tempos onde os indivíduos podem partilhar essas ações.

Para operar a sociomnese é necessário aplicar um método de análise e esse método terá que ocorrer num espaço e num tempo como um processo. Os processos museológicos podem constituir-se como espaços e tempos para essa apropriação. Como processo de

[73] O Conceito de Dupla consciência foi Introduzido pelo filósofo americano W. Du Bois (1868-1963) como uma característica dos negros americanos que transportavam uma consciência da sua nova condição de cidadania e a consciência da escravatura. Esse conceito foi posteriormente apropriado por Paul Gilroy nesta mesma aceção, como uma identidade dos negros americanos em "*The Black Atlantic*" (GILROY, 1993). Aqui defendemos que a consciência social como memória social é um fenómeno relacional que mapeia a posição do indivíduo no mundo exterior face aos outros. Expressa-se como uma síntese que inclui a experiencia individual e a narrativa social sobre a experiencia que através da resolução das contradições permite gerar ação.

comunicação o processo museológico necessita de se apropriar das significações das heranças e dos patrimónios da comunidade para as preservar, investigar e para as devolver como processo à comunidade. O processo museológico pode realizar-se em qualquer tempo e em qualquer espaço sobre qualquer objeto. Só se concretiza em função da vontade de rememoração como expressão dum poder social. Falta esclarecer um método de trabalho

Tratamos a questão da memória social como objeto do conhecimento. Falta agora verificar como é que o podemos operacionalizar em termos de investigação. Como trabalhar a memória social como um processo que da seleção das experiencias da comunidade, que exprime a sua tensões, as sua assimetrias nos discursos e nas relações de poder como representação do compromisso entre a inovação e a conservação.

1.3.1. A conscientização como proposta de ação de um processo museológico

Como temos vindo a expor, a nossa proposta de construção dum processo museológico na ilha de Moçambique, parte duma proposta de viagem centrada na análise da memória social como ferramenta. Mas, como também afirmamos um processo museológico centra-se na ação. A museologia assume-se como um processo de investigação-ação. Falta-nos portanto inserir os fundamentos da ação museológica. O objetivo deste nosso trabalho não é efetuar uma investigação teórica sobre as memórias sociais, mas sim como procurar explicar como é que as memórias sociais podem ser mobilizadas para a construção dum processo museológico.

Nas abordagens sobre a memória social, tal como nas representações socais, nas dinâmicas de grupos, nos fenómenos de comunicação, as questões das relações de poder está sempre presentes. A ciência social atual analisa as tensões ou as relações antinómicas, na busca de sentidos sociais. Não há uma neutralidade na ciência, como não há uma neutralidade na vida social. A competitividade, a negociação, os compromissos, em maior ou menor escala ou intensidade estão presentes. No passado os museus e a ciência, assumiram os discursos de legitimação de uma ordem e dum saber. Foram instrumentos de dominação social e das suas configurações. Essa instrumentalização pode ser questionada nas sociedades contemporâneas (HABERMAS, 2010), através da ciência como um instrumento de solidariedade. A museologia, e em particular a sociomuseologia dispõe de especiais condições para se constituir como instrumento de criação de liberdade e de solidariedade de igualdade, ou, num termo mais contemporâneo, de construção e prática de cidadania.

Quer isto dizer, que quando as trocas tem por base o critério da desigualdade na distribuição dos recursos disponíveis, verificam-se relações de dominação de indivíduos, grupos ou comunidades sobre os outros. Se as trocas tiverem por base o princípio da liberdade, da igualdade e da solidariedade, as relações entre indivíduos, grupos e comunidades tem que se constitui na base da negociação e concertação, na busca dos compromissos da ação. O princípio é a obtenção do máximo benefício para todos os membros do grupo, com o menor sacrifícios de cada membro do grupo e dos recursos disponíveis. Uma estratégia de otimização das trocas.

Como vimos as memórias sociais resultam da negociação entre os membros dos grupos. Mas a negociação entre os grupos não é uma negociação com base nas igualdades Os grupos hegemónicos (GRAMSCI, 1974) impõem suas memórias numa negociação desigual. O acesso e o domínio dos vários instrumentos do poder e do saber, a inclusão das organizações de ensino e de comunicação, numa estratégia de divulgação sistemática, permitem que a capacidade de influência social dos produtores organizados suplante ou se imponha as memórias desses grupos sobre outras memórias de outros grupos.

A questão que e iremos agora tratar não é saber como e se as memórias podem ser negociadas porque já concluímos que esse é sempre o resultado dum processo. A questão que nos interessa mobilizar, é saber como é que introduzimos mecanismos de negociação na produção de memórias sociais centradas na comunidade com base no compromisso da participação na cidadania. Nem a museologia, nem as memórias que trabalha estão fora do tempo e do espaço. A Ilha de Moçambique é uma sociedade organizada. Ela terá uma estrutura interna[74], uma estrutura social cujas tensões se exprimem na composição das relações entre os diferentes grupos. Teremos portanto, como em qualquer outra comunidade uma configuração política (GRAMSCI, 1974).[75]. A política para Gramsci é um processo que medeia as relações entre a ideologia (a superstrutura) e a sociedade (as formas de organização social, incluindo as formas de atividade económica).

A sociedade política exprime portanto a organização do poder no interior da comunidade. Uma das expressões do poder no interior duma comunidade são as expressões de dominação. Os elementos de dominação são, por ação das unidades orgânicas, as expressões hegemónicas. Uma dominação social efetua-se não só pela hegemonia de indivíduos ou gru-

[74] Veja-se capítulo seis onde esta questão será trabalhada
[75] Utilizamos aqui o conceito de sociedade política na conceção de GRAMSCI

pos sobre outros indivíduos ou grupos, mas também, pela legitimação dessa hegemonia por conceções ideológicas que conduzem e orientam a sociedade

A hegemonia é então, em política, uma liderança intelectual e cultural da sociedade, que expressa um resultado das negociações (Gramsci chama-lhe, política de alianças) e tensões entre os diferentes grupos. O grupo dominante, que lidera o processo de dominação social, ao mesmo tempo que toma ações para conservar a sua dominação, incorpora as inovações necessárias para adaptar o processo de dominação aos efeitos das tensões que se vão desenvolvendo na sociedade. A liderança na esfera da política não se circunscreve ao aparelho do estado. Elas incluem também as organizações privadas, iniciativas e energias privadas, os princípios éticos ou morais as formas de organização cultural, ou seja os elementos que expressam os ajustamentos dos homens ao mundo através de ações conscientes.

Segundo Gramsci, o homem individualmente não têm consciência da dominação a que está sujeito. A consciência é para Gramsci o elemento que o une ao grupo e um sistema de valores que herda do passado e que aceita acriticamente (GRAMSCI, 1974). Gramsci confere um duplo significado à noção de consciência. Por um lado ela é essa lembrança do passado que aceita acriticamente, que o autor chama de consciência acrítica; e uma segunda significação que constituem os elementos que permitem ao indivíduo decidir a ação, e que chama *consciência crítica*. Como a seguir veremos Paulo Freira irá adotar de Gramsci este contributo sobre a consciência.

A consciência política, na proposta de Gramsci, é importante para a análise dos processos de afirmação da hegemonia nas sociedades políticas. Uma hegemonia pode-se afirmar de forma coerciva ou por persuasão. As sociedades políticas que se afirmam pela coerção, desenvolvem formas políticas de elevada pressão para a conformidade e para a conservação dos elementos fundadores e a orgânica interna. A afirmação da hegemonia efetua-se de forma violenta recorrendo a sistemas repressivos, procurando subjugar ou mesmo suprimir as desconformidades nos sistemas de representação. Nas sociedades políticas que se afirmam pela persuasão a hegemonia política mantém-se através de negociação e de estratégias de distribuição de benefícios, com vista a assegurar a maior adesão possível aos sistemas de dominação hegemónica e de representação.

Gramsci utiliza a problemática da consciência[76] para estudar as relações de poder. Isto é das formas mentais como são realmente vividas Para o autor a história é uma totalidade A sucessão dos eventos apresentam significados ordenados que resultam dos processos de composição social (luta de classes) entre as culturas hegemónicas e as culturas subordinadas. Estudar as culturas hegemónicas, o sujeito político confronta-se com a dialética da possibilidade da ação histórica. Na dialética de Gramsci, o confronto entre a necessidade e a liberdade gera uma práxis, um saber sobre o mundo, ordenado na hermenêutica de história, que fornece uma visão do passado e do presente que impele à criação do futuro, percebido como uma necessidade.

A consciência da história confere a possibilidade aos "militantes" (para Gramsci eram os trabalhadores) de criar uma práxis[77] que é o momento em os sujeitos que tomam consciência de si próprios e da sua liberdade de construção do seu próprio futuro de forma livre e autónoma. É uma forma de consciencialização não só do seu lugar no mundo, como igualmente a sua consciência da possibilidade de agir, de forma livre e autónoma para modificar esse mesmo mundo de acordo com os princípios da própria necessidade.

Em Gramsci, o processo de consciencialização dos trabalhadores não se esgota nas lutas operárias. A práxis é uma atitude integral. Qualquer aspeto da sociedade, em qualquer momento, pode servir para o sujeito tomar consciência dos processos de hegemonia que se teçam nas relações de poder. A hegemonia, para Gramsci, embora seja um conceito relati-

[76] Consciência. Do latim Conscientia, (Cum+scire). Significa uma forma de conhecimento partilhado. Um processo de como o ser tem acesso ao mundo como significado. Distingue-se da perceção e das sensações pelo nível de profundidade. Em Filosofia a intuição pode ser uma forma de consciência. Em psicologia o termo é usado como o conhecimento dos atos próprios ou dos estados internos. Opõe-se ao inconsciente, pelo desconhecimento do uso da razão. O conhecimento de si próprio resulta duma operação de separação do sujeito que conhece, do objeto, que é o próprio sujeito tomado como objeto de conhecimento. A consciência de si próprio é uma separação do eu em relação a um objeto que implica uma ação, ou pelo menos um potencial de ação. A consciência surge assim como uma espécie de revelação dum significado, que até estava oculto, e que ao ser revelado, implica que o sujeito assuma uma nova leitura. O termo por sua vez também pode ser utilizado numa ação moral (pela teologia, os pelas ciências da moral), como forma de conformidade do ser (do dever ser e do dever estar).Por sua vez o termo "consciência coletiva" também é utilizado nas ciências humanas, a partir de Marcel Mauss, para indicar os processos desenvolvidos pela sociedade para agregar valores. Mas tarde, surgirá ainda o termos Inconsciente Coletivo, tratado pela História das Mentalidades Philippe Ariès, "As Atitudes Perante a Morte" (ARIÈS, 1983). Em suma consciência é outro conceito polissémico que opera num campo de proximidade com o da Memória, sendo que a memória implica a consciência e a consciência implica uma memória. "A memória poderia assim ser definida como uma consciência dos objetos/heranças patrimoniais".

[77] Práxis A categoria da Práxis é um tema da dialética que operacionaliza a teoria, dele fazendo parte integrante. Práxis é o ato de agir com intenção, e que se opõe ao Pathos, ou à experiencia por reação. Para Aristóteles a práxis é o conjunto das atividades humanas auto télicas, (que não apresenta qualquer utilidade para além de si mesmo) como por exemplo a arte da política. Para o empirismo a práxis é uma possibilidade que emana do espírito. Na dialética, pelo contrário, a prática é uma necessidade que resulta do confronto entre a matéria e o espírito. A práxis na dialética concilia o conhecimento e a transformação da natureza. É na práxis que se executa a ação da sociedade na natureza. O termo evolui mais recentemente para pragmática ou ação prática, como adiante veremos.

vamente difuso (CREHAN, 2004, p. 122-129). Aplicado às sociedades políticas é no entanto útil para entender o processo de mudança social, sempre fluido em função das suas tensões interiores.

Kate Creahan que estudou a aplicação às situações coloniais do conceito de hegemonia nas sociedades políticas proposto por Gramsci coloca a questão se a "dominação colonial é uma dominação por hegemonia ou uma dominação por persuasão" (CREHAN, 2004, p. 122-129). E conclui que o Estado colonial (inglês) na Ásia foi muito oposto e até fundamentalmente diferente do estado burguês metropolitano que o gerara. A diferença consistia no fato do Estado metropolitano ser de caráter hegemónico, com a sua pretensão de dominar com base numa relação de poder em que o momento de persuasão prevalecia sobre a coerção; ao passo que o Estado Colonial era não hegemónico, com a persuasão suplantada coerção na sua estrutura de dominação. (CREHAN, 2004, p. 149).

Uma outra abordagem das relações de dominação das hegemonias encontra-se nos trabalhos de Boaventura de Sousa Santos e na sua proposta duma ecologia dos saberes (SANTOS, 2010, p. 23- 57). Segundo o autor o pensamento ocidental, que se constitui como dominante no mundo global é um pensamento abissal que consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis. A componente visível expressa-se através da tensão entre a apropriação e a resistência. A sua componente invisível expressa-se através da tensão na regulação emancipação do sistema. Este pensamento dual expressa-se em múltiplas representações. Uma dessas formas é aquilo a que o autor chama a "cartografia moderna dual", que se exprime, na sua componente visível pela cartografia jurídica e na componente invisível na cartografia epistemológica (SANTOS, 2010, 30). Se a primeira regula o que é incluindo e o que é excluído, criando os termos das "legalidades" e da "ausências" dos não lugares e dos grupos humanos sacrificados; a segunda linha invisível determina o que é conhecimento e exclui os não conhecimentos dos excluídos.

As epistemologias do sul acabam por se transformar numa proposta de trabalho de criar uma ecologia dos saberes como prática de regulação social. Os caminhos da construção dessa proposta partem duma diagnose dos diferentes tipos de saber, da distinção do conhecimento científico do não científico, do conhecimento ocidental e dos outros conhecimentos. Um segundo momento da proposta centra-se na análise dos elementos da convergência e de denominador comum. As linguagens e as ações como produtos de processos de resolução de problemas. Estamos nos domínios da produção do hibridismo. Finalmente um terceiro tipo de questões, que é um desafio à criação de instituições adequadas as intervenções no mundo

real. Que espaço, que tempos e que formas de sociabilidade e podem reconstruir para evitar a reprodução da reprodução das linhas abissais. (SANTOS, 2010, p. 56).

Esta é uma proposta que vamos procurar seguir. A introdução das questões das relações de poder e dos contactos regionais e inter-regionais entre culturas produziu uma interessante aproximação ao estudo das culturas, das identidades e das comunidades do sul. Nesses trabalhos procura-se um entendimento sobre os modos de construção do outro, que são também modos de conhecimento do eu. Procurar o outro é um trânsito de autoconhecimento. A perceção de que as culturas também viajam, levou a crescente perceção da questão da apropriação dos mecanismos hegemónicos do discurso para a produção de novas sínteses culturais. Nessa nova síntese cultural, as culturas hegemonizadas, ou que até aí estavam subalternizadas ou dominadas encontravam espaço de sobrevivência de reconstrução.

Por exemplo a Teologia da libertação, vista como um cristianismo híbrido, vai permitir a adaptação e a reelaboração de símbolos dominantes na produção de uma nova síntese que permite, às culturas dominadas, emergiram com discursos sociais de afirmação (BOFF, 1976). Dizia Leonardo Boff "*A palavra libertação se tornou significativa, não somente para a práxis política e para a reflexão teológica. Ela veicula a emergência de uma nova consciência histórica, como maneira de compreender e de se situar face à totalidade da história. A linguagem da libertação, por mais diversas que se apresentem as suas ramificações, articula uma nova ótica pela qual se interpreta a história humana no seu presente e no seu passado. Pensar e atuar em termos de libertação em política, em economia, em pedagogia, em religião, em sociologia, em medicina, em psicologia, em crítica ideológica, etc. Implica numa virada hermenêutica e na entronização dum novo estado de consciência. A partir do ocular da libertação todos os conteúdos, sejam religião, da política, ou quaisquer outros ganham uma dimensão nova. Não é que essa nova dimensão não estivesse neles presentes. Mas agora que foi desvelada, tirada da sua latência a articulada na consciência e com isso na história do homem".* (BOFF, 1976, p. 13) Neste curto discurso é interessante para entender as profundas implicações desta prática libertadora em vários campos da intervenção social.

Regressando à produção de novas sínteses, verificamos que a partir do final dos anos setenta o objeto do estudo das sociedades contemporâneas começa a incluir a questão das culturas mistas ou híbridas como hoje as referenciamos. Por exemplo Nathan Wachtel em 1977 no seu artigo "Aculturação" (WACHTEL, 1977, p. 149 172) tenta sistematizar as ambiguidades do termo, que chega às ciências sociais por via da antropologia americana no final do século XIX. "*O fenómeno queria significar todos os fenómenos de interação que resultam do contacto entre duas culturas. Mas que contactos? Que fenómenos? Que Culturas? Por outro lado, se os estudos de aculturação se desenvolveram no terreno da etnologia, situam-se de imediato numa perspetiva histórica, orientados para o estudo da evolução e modificação."* (WACHTEL, 1977, p. 149) Mas esta trans-

ferência, das múltiplas influências intergrupais, para o campo da história não poderá "*ao ampliar-se, a incluir difusões, influências, imitações e modas demais?*" (WACHTEL, 1977, p. 149).

Por isso propõe uma clarificação: Na sua génese os estudos sobre aculturação inseriram-se no âmbito dos Estudos Coloniais[78]. Na época a ideia a ideia duma supremacia europeia, era incontestada, pelo que a missão civilizadora consistia na transmissão das características da cultura ou da civilização europeia aos povos primitivos. Ora, nos anos 70, essa questão estava já ultrapassada pela crítica científica. Segundo o autor, importa recolocar a questão da interpenetração das culturas. Não é só a europeização dos indígenas que interessa, mas igualmente a integração da cultura indígena na cultura europeia (WACHTEL, 1977, p. 150). A ideia de aculturação conserva da sua matriz teórica (colonial) uma relação entre duas culturas de força desigual. Aqui desenvolvem-se duas relações complementares: Uma interna, de heterogeneidade das culturas em presença; e a outra externa, onde uma domina sobre a outra*"* (WACHTEL, 1977, p. 149).

Segundo o autor será no âmbito dos estudos pós-coloniais que será possível ultrapassar esta limitação teórica. Mas mesmo usando o conceito de aculturação, no estudo de situações coloniais, como é que o termo de pode operacionalizar. Como explicar a produção de tantas situações diferentes."*A própria noção de aculturação não tenderá a diluir-se na infinita diversidade de culturas e seus encontros? Será portanto necessário estudar primeiro cada caso concreto para depois, através do método comparativo, reunir os múltiplos elementos de análise"* (WACHTEL, 1977, p. 151). Assim prossegue o autor a "*Análise e comparação dos carateres externos da aculturação, que permitam elaborar uma tipologia e talvez uma combinatória das sociedades em presença, das modalidades de contacto e dos resultados produzidos. A isso acresce que os contactos produzidos nas sociedades coloniais dependem dos agentes que participam no processo*" (WACHTEL, 1977, p. 151). Assim, ao analisar os processos de aculturação na América Latina, propõe uma tipologia com base nos espaços de "*Aculturação Imposta*" (WACHTEL, 1977, p. 154) e "*Aculturação Espontânea*". O primeiro resultante duma colonização integral (feita pelos espanhóis no México e no Peru), com a segunda a situar-se nas fronteiras destes territórios. No entanto esta última é um território fluido, que à medida que a penetração europeia avança no território americano, se vai deslocando. Assim, em função destes contactos, os processos de aculturação foram classificados como de integração ou de assimilação (WACHTEL, 1977, p. 156). Estes são dois

[78] No caso Português foi efetuado pela Escola Superior Colonial, criada em 1911, mais tarde Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Mais à frente falaremos dessa produção "científica"

polos dum processo, em que na integração o elemento indígena absorve do colonizador algumas das suas técnicas e sistemas de valores, reelaborando e recriando a sua própria cultura; na assimilação, o que acontece é a apropriação da totalidade dos sistemas de valores dos colonizadores, implicando o abandono da identidade indígena. Entre os dois polos podem constituir-se tipos intermédios, que o autor chama de sincretismo e disjunção. O primeiro é a combinação de elementos oriundo de culturas diferentes, que dá origem a um novo sistema, ordenado de acordo com novos princípios (WACHTEL, 1977, p. 157); enquanto a disjunção representa uma outra aculturação intermédia, em que uma cultura adota apenas um domínio particular sem uma integração no seu sistema cultural. (por exemplo adotam uma cultura agrícola, sem abandonar formas rituais das culturas que substituíram). (WACHTEL, 1977, p. 158)

Mas, salienta ainda, diversos processos de aculturação: integração, assimilação, sincretismo e disjunção, podem combinar-se no tempo numa mesma sociedade. A integração corresponde a uma adesão espontânea ou no início do domínio. As outras formas acontecem à escala da sociedade global, no termo dum domínio completo e podem resultar em sociedades estáveis, não isentas de contradições. Mas, as tensões vividas entre duas culturas podem afirmar-se como casos intermédios, de "dualidade cultural", local onde numa cultura se vivem ambiguidades fundamentais.

E como metodologia conclui: "*Tipos de sociedade em presença, tipos de contactos, tipo de processos e de resultados: a partir da multiplicidade dos casos concretos, o método comparativo permite definir um certo número de variáveis, cuja combinação fornece um esquema, ou pelo menos os princípios duma ordem na complexidade dos fenómenos. Poder-se-á multiplicar as variáveis e suas combinações para chegar a uma tipologia mais completa e mais refinada. Quadros indispensáveis, mas devemo-nos proteger de um risco que consistiria em reduzir os fatos de aculturação a uma simples combinatória, a um jogo de categorias abstratas: quais são no interior das categorias, ou entre as categorias, os processos concretos? Os dinamismos criadores? Como se operam as escolhas, as rejeições?*" (WACHTEL, 1977, p. 158) Conclui então que a aculturação é um processo dinâmico. As categorias operatórias da aculturação não bastam para uma análise da sua complexidade. É necessário aplicar ainda dois métodos complementares. O inventário comparativo e a análise estrutural e histórica de cada caso concreto.

Por sua vez cada caso de aculturação depende das estruturas onde se inserem e das "práxis" que escolhe os elementos adotados e lhes dá sentido (WACHTEL, 1977, p. 169). Na época a teoria da aculturação ainda estava em formação. Segundo o autor era ainda necessário fazer a prova, pela análise de outros casos para além do domínio do ocidente

sobre os outros povos (islão sobre africanos, civilização chinesa, hindu, japonesa). Assim o conceito poderia alargar-se à análise da própria história, permitindo-se, no final a uma interrogação pertinente se a história, não será ela própria um processo de aculturação

No final interroga-se se será por acaso que à época se assistia a uma grande vitalidade dos trabalhos de análise do passado de um conjunto de temas que a racionalidade havia afastado. Por exemplo propõe uma linha de investigação, um caráter comum correspondente às sociedades em crise é a existência dum fenómeno messiânico, "*que na base de tradições mais ou menos reinterpretadas, esperam um cataclismo cósmico ou o fim dos males do presente*" (WACHTEL, 1977, p. 169), Pergunta essa que o autor coloca como uma interrogação como uma constatação de um fenómeno das sociedades bloqueadas. Os estudos sobre a aculturação permitiram, pelo menos, redescobrir outras humanidades. Permitiu redescobrir noutros espaços outras culturas que resultam de síntese de integração de base europeia. Num primeiro momento, a Europa inferiorizou as culturas que integrou, para depois a valorizar as diferenças. Uma valorização, como veremos mais à frente, resulta mais dos esforços emancipatórios dessas culturas do que uma "dadiva" europeia.

Ora durante muito tempo, as culturas híbridas não tiveram um estatuto ontológico. Negava-se a autonomia ontológica porque não era possível definir as fronteiras das respetivas raízes. No passado, derivado essencialmente das noções de cultura da antropologia cultural pressupunha-se que as culturas constituíam conjuntos padronizados com a sua própria lógica interna. A função dos cientistas do social seria decifrar essa própria lógica interna, organiza-la e revela-la. Se bem que se intuísse que as culturas constituem um certo tipo de conjuntos globais relacionados, complexos e com fronteiras por vezes muito difusas, a cultura era fundamentalmente vista como uma unidade. A partir dos anos setenta sobretudo pelos estudos desenvolvidos nas grandes cidades europeias, nas áreas de fronteiras, e pelos problemas da dependência na América de Sul e situações coloniais em África, começaram a emergir alguns problemas novos. Uma das questões que se começava a tomar consciência era de que a libertação implicava também a construção duma nova formação cultural. Implicava abandonar vivências e tradições arcaicas e assumir novas formas de estar. O caso da educação é em relação a isso paradigmático. A educação, ou melhor a aquisição de competências básicas para a leitura, para a escrita e para a contagem, no século vinte é vista como uma ferramenta básica para cada cidadão construir o seu caminho na sociedade.

Nas várias abordagens que os estudos culturais foram efetuando, o paradigma da tensão entre tradição e modernidade era uma constante. E é aqui que os pressupostos desen-

volvidos por Gramsci nos parecem relevantes. Ora os mundos culturais subordinados são tudo menos mundos sistemáticos. À hegemonia não interessa a explicação dessa racionalidade dominada. Os elementos da cultura dominada não tinham nenhum interesse, por isso não eram preservados e eram-lhe negadas as memórias. A preservação do mundo folclorista foi um instrumento do poder hegemónico para reconstruir as memórias dos grupos subordinados no interior das suas ordenações. Aos povos subordinados é negada qualquer preservação. O primado da cultura hegemónica é o poder, e quem o afirma é o Estado. Mais especificamente, a cultura hegemónica resulta das constelações das relações de poder em determinados tempos e lugares. O poder colonial é essencialmente canibal.

A partir duma reflexão dos processos museológicos orientada a Sul, não interessa ter como objeto de análise os conjuntos culturais estáveis e ligados (universos ou padrões de cultura) mas a forma como as relações entre elas criam unidade sociais fluidas e mutáveis. O ponto onde o teórico do social traça a fronteira depende da questão que está a ser abordada. Ao centrar-se a análise nas relações de poder, qualquer oposição básica na comunidade não incide mais numa relação simples entre o tradicional e a modernidade (ou entre estabilidade e mudança), como se estudou durante o século XIX e grande parte da história do século XX; mas sim na inter-relação entre a mudança e a conservação com a relação entre os dominados e os dominantes. Trata-se portanto duma análise de inter-relações. A partir dessa formulação a cultura, ou outro conceito operacional, como o da sociomnese surge como um mosaico de forças diferentes que se combinam produzindo formações híbridas. Constelações de relações de diferentes grupos de poder, formando classes e grupos como entidades sociais fundamentais na ação desse poder. Entenda-se aqui o conceito de classe sem o fundamentalismo da classe social marxista, mas como expressão do agrupamento de interesses em função da procura e distribuição do poder, também elas mutáveis.

Vamos então agora abordar a proposta do conceito de culturas híbridas de Nestor Canclini**.** Como verificamos a operacionalização do conceito de cultura foi frequentemente usado para trabalhar sobre comunidades, onde o investigador isolava um território, e por uma operação classificatória descrevia os vários processos de vivência das pessoas que o habitavam, dando ao conceito uma qualificação de partilha dum espaço. Essa foi durante bastante tempo um campo de trabalho da antropologia cultural. Também verificamos que na sequência da reflexão metodológica, a operacionalização do conceito também se efetuava com base na relação de oposição entre o tradicional versus moderno, ou sobre o popular ver-

sus o urbano. Em Gramsci, verificamos que essa oposição se efetuava entre os poderes hegemónicos e os poderes subalternos.

A questão dos povos sem história foi, no âmbito da historiografia um desafio interessante. Efetivamente, até ao movimento de renovação da História, efetuada pela escola dos Analles, a História era em grande medida a narrativa dos vencedores. Os vencidos, nela surgiam em condições de subalternidade. Henri Moniot escrevia em a "história dos povos sem história" (MONIOT, 1977, p. 129-147) "*Havia a Europa e era toda a História. Por cima e à distância, algumas grandes civilizações. Cujos textos, ruínas, por vezes os laços de parentesco, de troca ou de herança da Antiguidade Clássica, nossa mãe, ou a amplitude das massas humanas que opuseram aos puderes e ao olhar europeus, faziam admitira às margens do império de Clio, aos bons cuidados dum orientalismo apaixonado pela filologia e pela arqueologia monumental e votados, frequentemente, à ostentação das "invariantes" espirituais. O Resto: povos sem história, como de comum acordo os consideravam o homem da rua e os manuais da Universidade*" (MONIOT, 1977, p. 129). Deixados para os estudos etnográficos, estes povos eram todavia estudados pelos missionários. (uma tradição que se enraizava na prática dos USA e da escola alemã). A emergência da luta anticolonial faz irromper na história os povos sem história. Numa perspetiva de que a história é uma legitimação e a sua recusa da história é a recusa da identidade e da memória.

Essa nova problemática vem trazer para o campo da investigação novos meios de pesquisa e de crítica histórica. Os documentos e a atividade intelectual passam também a ser olhados pelo prisma da comunicação, porque o discurso é portador de uma significação definida no contexto de origem. Por seu lado, os documentos tem também valor de signo porque são produzidos para funções. Essas funções são também vestígios que historiador analisa e seleciona.

Nessa perspetiva, se o discurso entre homens pode ser oral, figurada, gestual, musical, rítmica, e a sua conservação pode ser gravada ou memorizada, a Nova História interroga se esses elementos não constituem também documentos da história? Henri Moniot escreve *"As sociedades sem escrita, tem contudo, tradições orais; podemos ver nelas fontes? Não se pode julgar a oralidade e a memória por aquilo que são nas sociedades que empregam a escrita para tudo o que é importante? Qualquer sociedade tem necessidade de conservar os conhecimentos e a sua própria formulação; se os seus interesses vitais, os seus valores maiores estão em jogo, ela dará às técnicas empregadas as melhores garantias de exercício e não as mais fracas. Se oralidade e a memória significam fantasia e fragilidade perpétuas, compreender-se-ia mal que as sociedades sem escrita tenham mantido práticas e realizações políticas, económicas e culturais … por vezes complexas, extensas e duráveis " (…) "Chamamos de tradição oral tudo o que é transmitido pela boca e pela memória. Pode ser um conhecimento difundido em cada sociedade, mais ou menos largamente transmitido pela educação e ao sabor das circunstâncias práticas da vida: conhecimentos*

mais especializados, não sujeitos a uma forma específica de expressão, nem socialmente reservados, podem ser contudo propriedade de um número mais restrito de pessoas, que a esse respeito, serão os informadores privilegiados. Tais dados podem ser recolhidos através de conversas, ou no decurso duma coabitação durável, ou por questionários elaborados, aplicados extensiva ou intensivamente, exaustivamente ou não". (MONIOT, 1977, p. 132-133).

Aqui temos uma associação entre oralidade e memória. A associação a uma forma de comunicação sem uma fixação (ou cristalização) valorizada pela cultura escrita, mas portadora de conhecimento e de sentido. Esta abordagem inscreve a oralidade e a memória dentro da humanidade. A metodologia tem no entanto condicionantes. Uma é a "crítica textual" das circunstâncias e da integralidade da tradição. Podem ser utilizados suportes de registo mas, dada a volatilidade dos discursos, é necessário caracterizar os Interlocutores e as circunstâncias de recolha de dado. A segunda condicionante é a "crítica sociológica": é necessário compreender as funções da oralidade e da memória nos contextos da sociedade ou do grupo (divertimento, ensinamento, justificação), compreender as práticas a que dizem respeito. Através das narrativas são comunicados mitos, mensagens de organização social, de regulação e valoração (o parentesco como alvará social) Finalmente a "crítica cultural" que deve levar em linha de conta os valores estéticos, os modos de receção e influência na comunidade, a forma de reprodução dos valores. (MONIOT, 1977, p. 135)

O autor aponta ainda para a necessidade de se fazer a crítica interna das fontes utilizadas, para se passar a incluir a tradição oral. Aqui propões o tratamento e análise dos registos, descrições realizadas por povos com escrita sobre os povos sem escrita. "*Entre outros caracteres, a História dos povos sem história" tem de ser, largamente, uma ciência de terreno. As fontes orais, o material etnológico, tudo o que está inscrito nas memórias e nos comportamentos tem que ser não só recolhido, mas antes discernido, medido, e em seguida avaliado e criticado em relação à sociedade estudada".* (MONIOT, 1977, p. 142 143).

Uma outra renovação nas problemáticas da História é os problemas da mistura de culturas. Há todo um léxico que vai deste a aculturação, interculturalidade, multiculturalismos, convergência de culturas. No trabalho que temos vindo a trata, um outro autor, Nathan Wachtel (WACHTEL, 1977) aborda a questão da aculturação começando a analisar as ambiguidades do termo, que chega às ciências sociais por via da antropologia americana no final do século XIX. "*O fenómeno queria significar todos os fenómenos de interação que resultam do contacto entre duas culturas. Mas que contactos? Que fenómenos? Que Culturas? Por outro lado, se os estudos de aculturação se desenvolveram no terreno da etnologia, situam-se de imediato numa perspetiva histórica, orientados para o estudo da evolução e modificação*". (WACHTEL, 1977, p. 149). Mas esta

transferência, das múltiplas influências intergrupais, para o campo da história não poderá "*ao ampliar-se, a incluir difusões, influências, imitações e modas demais?*" interroga-se o autor, que vai procurar uma proposta de clarificação.

Na sua génese os estudos sobre aculturação inserem-se nos Estudos Coloniais, onde estava patente a ideia duma supremacia europeia na produção da ciência. Em 1973 a problemática estava a ser reequacionada para a questão de interpenetração das culturas. Não é só a europeização dos indígenas que interessava, mas igualmente a integração da cultura indígena na cultura europeia, e vice-versa, como as culturas indígenas se relacionavam com as culturas europeias". (WACHTEL, 1977, p. 149). A ideia de aculturação conservava uma forte associação à sua matriz teórica (de natureza colonial), numa relação entre duas culturas de força desigual. A crítica pós-colonial já havia problematizado a necessidade de se desenvolverem análise sobre as relações de complementaridade: Uma interna, de heterogeneidade das culturas em presença; e a outra externa, onde uma domina sobre a outra". (WACHTEL, 1977, p. 149). O autor defendia que essa limitação teoria era um dos desafios no âmbito dos estudos pós-coloniais. Mais à frente retomaremos esta questão, a propósito da Cultura da Ilha de Moçambique[79].

Também já observamos as análises culturais em ambientes urbanos, em áreas de fronteira, e junto de comunidades desenraizadas Canclini se tinha dado conta das dificuldades de operar com o conceito de cultura enquanto sistema de partilha de valores e de territórios. O trabalho de Nestor Canclini[80]tem vindo a fornecer várias hipóteses de trabalho para uma abordagem da cultura como uma apropriação de símbolos, que cada indivíduo efetua a todo o momento, em função da sua posição na organização social. As culturas tornam-se sistemas de comunicação híbridos que combinam as contribuições de todos os indivíduos da comunidade. Esta análise, proposta em "Culturas Híbridas" (CANCLINI, 2008) parte exatamente da desconstrução da conceituação de cultura como género puro, como implicada num território (desterritorialização), propondo como alternativa a cultura como mescla, de influências e de organizações que a todo o momento interagem. A cultura torna-se um fenómeno de comunicação, com as redes a emergirem como os seus circuitos constitutivos. (CASTELLS, 2003)

[79] Ver capítulo 4

[80] Nestor Garcia Canclini (n 1939) nasceu na Argentina e doutorou-se em filosofia. Tem uma obra na área dos Estudos Culturais e da Antropologia.

Embora a análise de Canclini se centre fundamentalmente sobre os fenómenos urbanos, no âmbito do que Manuel Castells já havia salientado nos seus estudos sobre as questões urbanas (CASTELLS, 1979), sobre a crescente perceção do anonimato dos indivíduos nas grandes cidades (megápoles). Dizia então o autor catalão, que a migração dos indivíduos para a cidade não gera uma oposição entre a sua cultura "dita tradicional" e uma nova "cultura urbana", baseada no individualismo e solidão dos indivíduos. Pelo contrário, em novos ambientes, os indivíduos recriam as suas estratégias de relação com o espaço e com os outros. Assim, a casa, a residência ganha individualidade enquanto espaço de recolhimento; enquanto o espaço público é procurado para socialização e lazer. Essas novas relações originaram novas solidariedades sociais, dando origem a novas organizações. Esta conceção de Castells explica a emergência de organizações tipo sindicatos, associações de moradores, associações culturais, recreativas e desportivas, que a partir do final do século XIX se espalharam pelas cidades, acompanhando o crescimento urbano. O essencial desta tese de Castells, é que os novos usos do espaço público estavam a gerar o crescimento de novas redes sociais nas quais se estabelecem novos modos de comunicação. (CASTELLS, 2003)

Regressando à proposta de Canclini, a sua observação sobre aos modos de vida na cidade, já numa leitura mais atualizada e centrada nos fenómenos urbanos da América Latina dá conta que as transformações que estavam a ocorrer nos princípios do nosso século e que estavam a gerar novas formas de sociabilidade. Segundo Canclini os trabalhos de sociologia urbana deram conta de novas formas de sociabilidade e de expressão do fenómeno cultural. Ai invés dos movimentos sociais de "mobilização", dos anos sessenta e setenta, os novos processos de comunicação e ação geravam novas práticas e novos agentes. Em paralelo como as antigas formas de organização social, agora controladas e integradas pelas estruturas do poder, evidenciavam agora novas formas de viver a cultura, em espaço público e em manifestações espontâneas, que implicavam novas linguagens, novos modos de organização e novos protagonistas que se reorganizam em rede*." Suas ações são de baixa ressonância quando se limitam a usar formas tradicionais de comunicação (orais, de produção artesanal ou em textos escritos que circulam de mão em mão). Seu poder cresce se atuam nas redes massivas: não apenas a presença urbana de uma manifestação de cem ou duzentas mil pessoas, porém - mais ainda - sua capacidade de interferir no funcionamento habitual de uma cidade e encontrar eco, por isso mesmo, nos meios eletrónicos de informação".* (CANCLINI, 2008, p. 283) É nesta nova vivência com novos comportamentos urbanos, que a memória histórica e as atitudes ante as instituições e equipamentos se vão alterando. Pergunta Canclini, o que é que aconteceu, quando observamos a emergência de novos cenários legitimadores da memória social, cenários que resultam da mescla de elementos e signos.

O que é que esta acontecer quando o monumento se mistura na cidade, quando o monumento se democratizou, quando a estátua passa a estar numa escala humana. Os bens simbólicos disseminam-se e os signos democratizam-se dando novos sentidos aos objetos patrimoniais. Esta mescla, segundo Canclini, está a produzir novos significados nos objetos patrimoniais, nomeadamente o fim das coleções de tradição e a emergência de uma pluralidade de suportes. Por outro lado, também na sua observação dos novos fenómenos urbanos, Canclini verifica que os indivíduos, na cidade, perdem a sua relação natural com o território. O seu sistema de referenciação deixa de ser o espaço linear, euclidiano, e torna-se um sistema pluri-espacial espacial, fluido e dotado de grande dinamismo.

Os indivíduos nas grandes cidades circulam, com grande velocidade entre espaços de identidade plural. Essa desterritorialização altera as noções tradicionais da comunidade, de centro e periferia como partes constituintes dos territórios. Por outro lado, salienta ainda Nestor Canclini, que os conflitos tradicionais, as tensões na sociedade não desaparecerem, mas mudaram de foco (CANCLINI, 2008, p. 283 - 359).

As culturas pós-modernas transportam novas visibilidades, novos roteiros, novas narrativas onde os autores e o público dialogam. As transformações nos simbolismos dão origem a novas formas de usufruto dos objetos.

Na âmbito dos elementos patrimoniais, nas memórias, importa interrogar a contribuição de Canclini, sobre que tipo de modificações as culturas híbridas transportam. A pós-modernidade efetua uma alteração da relação dos indivíduos com o espaço e com as suas memórias. A desterritorialização e a fragmentação dos símbolos produzem uma alteração na hierarquia da organização socio-espacial. Do paradigma bipolar de forma vertical (piramidal mais propriamente), passou-se para um paradigma multipolar e descentralizador. Encontramo-nos aqui no âmbito das análises dos processos de globalização no âmbito da cultura.

Ora na análise dos fenómenos de globalização na cultura, considerando a oposição entre culturas hegemónicas e subalternas, conclui Canclini, que não permite uma operacionalidade como hipótese explicativa. Não há um único centro, como não há uma única hegemonia. Há, como propõe Canclini uma hibridação obliqua. *''O incremento de processos de hibridação torna evidentes que captamos muito pouco do poder se só registarmos os confrontos e as ações verticais. O poder não funcionaria se fosse exercido unicamente por burgueses sobre proletários, por brancos sobre indígenas, por pais sobre filhos, pelos midia sobre os recetores. Porque todas essas relações se entrelaçam umas com as outras, cada uma consegue uma eficácia que sozinha nunca alcançaria. Mas não se trata simplesmente de que, ao se superior umas formas de dominação sobre as outras, elas se potenciem. O que lhes dá sua eficácia é a obliquidade que se estabelece na trama. Gomo discernir onde acaba o poder étnico e onde*

começa o familiar ou as fronteiras entre o poder político e o económico? Às vezes é possível, mas o que mais conta é a astúcia com que os fios se mesclam, com que se passam ordens secretas e são respondidas afirmativamente." (CANCLINI, 2008, p. 345- 346)

Na análise cultural a noção de que todas as culturas são de fronteira permite criar um roteiro de análise em que a cultura é uma incerteza, uma realidade em permanente transformação. Qual é então o local da cultura[81] no âmbito da nossa análise *"Essa eficácia simbólica limitada conduz a essa distinção fundamental para definir as relações entre o campo cultural e o político (...) a diferença entre ação e atuação. Uma dificuldade crónica na avaliação política das práticas culturais é entender estas como ações, ou seja, como intervenções efetivas nas estruturas materiais da sociedade. Certas leituras socializantes também medem a utilidade de um mural ou de um filme por sua capacidade performativa de gerar modificações imediatas e verificáveis. Espera-se que os espectadores respondam às supostas ações "conscientizadoras" com "tomadas de consciência" e "mudanças reais" em suas condutas. Como isso não acontece quase nunca, chega-se a conclusões pessimistas sobre a eficácia das mensagens artísticas. As práticas culturais são, mais que ações, atuações. Representam, simulam as ações sociais, mas só às vezes operam como uma ação. (...).* E prossegue mais à frente: "*A antropologia nos informa que isso não se deve à distância que as crises colocam entre os ideais e os atos, mas à estrutura constitutiva da articulação entre o político e o cultural em qualquer sociedade. Talvez o maior interesse para a política de levar em conta a problemática simbólica não resida na eficácia pontual de certos bens ou mensagens, mas no fato de que os aspetos teatrais e rituais do social tornem evidente o que há de oblíquo, simulado e distinto em qualquer interação" (*CANCLINI, 2008, p. 349-350).

Como temos vindo a salientar, a nossa abordagem do conceito de cultura é voltada para a prática museológica. Se aqui avocamos os contributos da abordagem da cultura como um fenómeno de comunicação híbrido é porque nessa abordagem encontramos uma relação entre o processo cultural e o processo museológico. A ação cultural é um espaço de encontro e afirmação da cidadania. A cultura permite a interação social, e através dela permite o desenvolvimento de ações. A museologia, enquanto ação permite atuar ao nível cultural gerando efeitos na sociedade. Como veremos mais à frente, a geração do valor, um dos crité-

[81] Este é o título de um livro Homi K. Bhabha, publicado em 1994. Este autor nascido na Índia tem trabalhado as questões Pós-coloniais. Nesse o autor recusa o tratamento dos estados pós-coloniais como um bloco homogéneo, e defende que a identidade de cada um dos novos estados resulta da relação com o antigo poder colonial. Este antagonismo ambivalente é uma narrativa. A narrativa tem por base um pensamento dualista, uma oposição binária, com base em categorias do tipo centro/periferia, norte/sul, leste/oeste, primeiro/terceiro mundo, capital/trabalho, inteligência/ignorância, etc. Nesta relação, o primeiro termo domina sempre o segundo. Assim, o passado colonial tem uma correspondência ao nível do discurso como uma oposição de ideias. A partir da ideia de que cultura é uma representação, propõe então que o primeiro termo seja destabilizado , seja alvo duma narrativa crítica, para deixar emergir o segundo termo da relação. E é a partir dessa revelação que a cultura emerge como força de representação. Duma representação que é uma transgressão. Essa transgressão é a emergência do híbrido. É no hibridismo que a força de transformação emerge com todo o seu potencial criativo, sendo simultaneamente uma ameaça ao discurso político dominante.

rios de avaliação da ação museológica, é um critério crucial para aferir o processo museológico.

Assim o museu tem sempre que ser um espaço de produção de cultura e um espaço de criatividade. Através dele, como já acontece na cidade. As pessoas trocam informação, comunicam e têm possibilidade de experimentar novos processos. O processo museológico deixa assim de ser um processo comprometido com fenómenos predeterminados, para se centrar nos processos da comunidade que a cada momento o usa, com interesses sempre diversificados

1.3.2. A proposta de Paulo Freire e a conscientização

Paulo Freire[82] e o seu método de conscientização representam, no plano da investigação-ação, um importante contributo para a compreensão de como podemos desenvolver uma ação sobre a complexidade do ser humano e das suas estruturas organizadas. A sua contribuição para a operação epistemológica deriva da sua proposta de se centrar no indivíduo, enquanto componente do total, para a partir dele constituir uma ação de grupo através dos compromissos gerados. A tomada de consciência dessa totalidade é a base do crescimento do indivíduo, do reconhecimento da complexidade do mundo exterior como um processo de inter-relações dinâmicas, sobre a qual se pode interagir. Esse reconhecimento não só fornece ao indivíduo uma referência da sua identidade, como o implica na transformação da realidade onde participa. No pensamento e na categorização de Paulo Freire podemos verificar, entre outros, a influência de três pensadores. A consciência de Bergson, a hegemonia de Gramsci e o dualismo do uno e do todo de Simmel[83] (NÓVOA, 1998)

O sujeito ao tomar consciência da sua posição face ao mundo exterior vai participar num diálogo entre ele e o objeto. A observação dum objeto influência a perceção do sujeito. Ao procurar distinguir o objeto estabelece-se diferenciações. A diferenciação da qualidade é uma distanciação onde o sujeito participa. Pelo que o resultado da observação é sempre um

[82] Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997). Educador. Destaca-se nos inícios dos anos 60 na sua ação pela Educação Popular no Brasil. O seu pensamento, sobre os processos de educação de adultos deu origem ao movimento da Pedagogia Crítica. Para esta corrente, a pedagogia é um processo de consciencialização que conduz à liberdade do indivíduo. Em 1964, com o golpe militar que deu origem ao período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) Paulo Freire é perseguido e encarcerado. Forçado ao exílio dedica-se à divulgação do seu pensamento

[83] Georg Simmel (1858- 1918). Sociólogo. Estuda o problema da multiplicidade e do uno. As agregações das classes de análise constituem-se como uma abstração. O desafio era construir uma análise do social onde os indivíduos se agregavam. O conceito de *sociação* exprime esse valor que fundamenta a união do diverso em torno do qual os indivíduos se agregam

resultado biunívoco. O sujeito não é independente do objeto. E se ambos participam duma unidade, o movimento de um implica também o movimento do outro. Como o sujeito (humano) não pode deixar de realizar a sua missão (de ser humano), ou seja não pode deixar de agir sobre o mundo (para se alimentar, para se aquecer, para se reproduzir, se falarmos das motivações básicas, para fazer o bem, a justiça, a liberdade, a igualdade, a solidariedade ou qualquer outro valor social), cria-se uma consciência do ser. A consciência crítica é portanto simultaneamente um diálogo com o mundo onde se gera ação.

E é essa consciência ontológica de participação no mundo (como sua parte integrante) que o impele à ação. E que essa ação é também uma ação participada com todos os que com ele se inter-relacionam se influenciam mutuamente. Porque o mundo é constituído por todos os outros sujeitos ontológicos, que como ele também agem, e pelo suporte físico e temporal onde toda a ação decorre. Toda a matéria que influência é simultaneamente influenciada pela consciência que dela se tem.

É essa forma de consciência critica que permite, como diz Paulo Freire, a opção pela ação. É nessa operação, de relação do sujeito com o objeto, onde participam outros sujeitos, que abre a possibilidade de opção ação. A opção pela ação é então o primeiro momento da consciência. A consciência da sua liberdade. A opção de, em conjunto com os outros indivíduos, concertar caminhos ou objetivos, é o domínio de liberdade coletiva que é alcançado pela conscientização. A opção pela ação coletiva então a opção pela liberdade. A consciência é a sua ferramenta[84].

A proposta metodológica da conscientização é então a aplicação prática duma ação libertadora. Duma ação voltada para o individuo que o liberta da sua condição anterior para o transportar, em conjunto com os seus companheiros no espaço e no tempo, para a construção duma nova realidade. É nesse confronto entre a liberdade e a necessidade coletiva, que emerge a consciência da ação. Como afirmou Lourdes Pintasilgo em palavras clarividentes "*Paulo Freire foi um dos primeiros pensadores a dar voz à complexidade – princípio auto-orientador da auto-organização dos sistemas – enquanto raiz da relação teórico-prática. E começou o trabalho sobre a complexidade ao nível mais alto, onde ela é irredutível a elementos simplistas – ao nível do ser humano. A sua perspetiva de conscientização parte do reconhecimento de que cada pessoa traz em si o universo inteiro – a cultura é o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. Esse reconhecimento vai, por isso, até ao ponto de*

[84] A compreensão desta questão na sua totalidade implica também o entendimento do contexto do mundo e da América do Sul onde os sistemas políticos autoritários se mostravam incapazes de resolver o problema da desarticulação dos sistemas económicos e sociais num mundo em rápida mutação. Essa questão está fora do nosso contexto de investigação.

postular que o processo de conquista da liberdade individual é o detonador do processo de libertação da sociedade. Perante a complexidade do ser humano, Paulo Freire tenta ver como se pode chegar até ao seu âmago para que ele se revele. É preciso que cada pessoa se torne consciente de um mundo multicasual, numa perspetiva de vida que elimina tanto a diabolização de pessoas ou fatos como a sacralização de heróis ou de acontecimentos históricos. Parte da convicção – que os físicos teóricos têm desenvolvido durante este século – de que o sujeito mantém com o objeto uma relação de alternância entre identificação e distância. Por um lado, o sujeito é sempre veiculado na observação do objeto – a sua visão do mundo e das coisas não é independente de quem ele é em todas as ocasiões e do modo como se exprime na sua análise de qualquer situação. Por outro lado, o sujeito não pode existir senão libertando-se dos mecanismos de reprodução cultural e de estruturação social, desse modo, rompendo com o laço com o objeto" (PINTASILGO, 1998, p. 11).

Esta centralidade do ser humano, esta capacidade de assumir a sua liberdade, a consciência de si próprio revela-se pela palavra. É a capacidade de falar, de dizer o que pensa e quais os problemas que sente, em qualquer circunstância e em qualquer momento, que lhe dá a consciência de si próprio. E através da palavra que o individuo se exprime. E é através da observação crítica do que o rodeia que lhe permite sair do seu mundo para melhor o observar.

A ação libertadora centra-se então, num primeiro momento, na palavra. A palavra é o modo de expressão do sujeito que o conduz à consciência do mundo. A palavra constitui-se assim como um fenómeno de comunicação. A libertação surge num primeiro momento no interior do ser humano como uma forma de consciência que se transforma numa vontade de ação.

A palavra, ou o discurso sobre a vida é o exercício básico da cidadania da democracia. A consciencialização é um método coletivo. É através do discurso que todos exprimem a sua vontade, e é através da audição do discurso dos outros que todos tomam conhecimento da vontade dos outros[85]. A conscientização é o método em que cada indivíduo assume a consciência de si próprio, através da sua palavra, integrado no seu contexto natural e social.

[85] Ainda nos dias de hoje esta oposição entre democracia popular e democracia representativa se verifica. Também fora do nosso âmbito de investigação, salienta-se apenas que, as propostas de democracia de base (o termo popular caiu em desuso em virtude da sua apropriação pelos antigos regimes políticos da Europa de leste) têm uma raiz histórica nos movimentos comunitaristas na Europa, que por sua vez influenciam profundamente os movimentos socialistas (ou mutualistas) na Europa e na América no século XIX. A democracia representativa tem por base um princípio, como a palavra indica, de representação, onde o exercício do poder político é exercido por representantes, normalmente eleitos por períodos de tempo limitados. A crítica dos primeiros a esta última forma, (dominante nos dias de hoje), baseia-se de que esse sistema não dá voz a todos em cada momento. Ou seja ainda que todos sejam chamados a votar, o representante não é obrigado a dar voz aos que o elegerem, normalmente falando pela sua próprias voz. Por essa razão, atualmente, em muitos países são criados sistemas de participação popular, para que cada cidadão possa, em cada momento fazer ouvir a sua opinião.

A partir dessa palavra ele reflete sobre a realidade que o envolve, e em conjunto com os outros sujeitos desenvolvem ações

"*Situa-se na rede complexa de uma realidade que é espacial (embora com órbitas e trajetórias diversificadas), que é temporal (sem que o passado nem o futuro sejam escamoteados, mas onde o presente e o real é concreto) e que é relacional (desde a proximidade de relações afetivas, até à opressão do sistema sem fisionomia e sem nome). No processo de passagem à consciência crítica a realidade de cada pessoa aparece-lhe como objeto, como uma relação a que faz face e não já como um meio em que se dilui. Se se confronta a realidade enquanto sujeito, a realidade desperta na pessoa uma multiplicidade de respostas segundo os momentos e os outros sujeitos que a enfrentam. As respostas das pessoas fazem delas uma consciência crítica, voltam para ela como um eco, objetivadas, desligadas de si. Por isso, as respostas da pessoa, fazem a pessoa. E isto porque a resposta na filosofia de Paulo Freire não é uma opinião: é reflexão crítica, invenção, escolha, decisão, organização, ação. Na medida em que a pessoa responde aos desafios, faz cultura, transforma a sua parte de mundo. Ao criar cultura, traça a história, serpentear errático das palavras e relações através do tecido da vida quotidiana que só esporadicamente emerge enquanto acontecimento extraordinário. Fazedor de história a pessoa é o centro da decisão. A passagem da consciência ingénua à consciência crítica vem assim carregada duma forte componente política. Por isso a problematização nunca pode ser neutra. (...) O lugar da política não pode ignorar que o mercado é cego e que nas suas leis implacáveis não entram os pobres, os fracos, os vulneráveis, os não organizados*." (PINTASILGO; 1998, p. 13)

Ora a ação, a ação gerada pela consciência crítica implica reconhecer que no mundo não há relações de causalidade única. Há um sistema complexo, onde se entrecruzam e se inter-influênciam campos de força de intensidades distintas. Tudo é simultaneamente causas e efeito. É a compreensão desse sistema complexo que permite a consciência política da organização social. É a partir da compreensão do posicionamento de cada um nesse sistema, que permite a operação de ações traduzidas em propostas, intenções, execuções de atividades. A compreensão de que na sociedade existe um jogo de forças, uma relação desigual entre poderes, em que uns tentam manter a todo o custo esse poder, essa relação de hegemonia. Mas a consciência dessa relação também permite compreender, que as comunidades subordinadas podem influenciar a transformação desse poder. E essa influência deriva da capacidade de cada pessoa em assumir a sua libertação, de assumir um compromisso consigo e com os outros.

A força das ideias de Paulo Freire não se cinge apenas à educação. Embora tendo começado pelo campo da pedagogia, elas, por via da divulgação que a sua obra mereceu, passaram para os campos da ação política, da cultura, da intervenção comunitária, da ação social; tornou-se objeto de estudo em academias etc. Também no campo da museologia, os

princípios a metodologia da pedagogia da libertação com base no trabalho comunitário[86] Há hoje, em vários locais, com diferentes intensidades processos museológicos que desenvolvem o método de conscientização defendido por Paulo Freire. Nem sempre o método será aplicado conforme defendeu o autor. O método pode e deve e ajustado às dinâmicas da sua aplicação.

1.3.3. Museologia e Conscientização

A Conscientização[87], como verificamos em Paulo Freire é um fundamento da ação social. Neste ponto, nesta nossa abordagem vamos utilizar esta proposta teórica como fundamento da construção do processo museológico**.** Expliquemos, brevemente o modo como nos surgiu na pesquisa.

" Dia 31 de dezembro. *Comecei o dia atormentado. Ainda não escrevi o relatório sobre a metodologia do trabalho que me havia comprometido e entregar à Professora Judite Primo. A metodologia que tanta ansiedade me tinha causado estava finalmente a fluir. As experiencia estavam a ser bem-sucedidas e, os primeiros resultados estão a ser animadores. Agora tenho que amarrar estas ideias ao papel. E isso às vezes é difícil. A metodologia é sempre uma coisa árida Se bem que fundamental para explicar o processo científico, por vezes obriga-nos a uma retirada para o deserto. Uma busca de concentração total, para através do verbo, procurar explicar e fundamentar todos os dados e passos dum problema. É aí que se joga tudo. Lá diante do grande júri, sabemos que o que conta é estar tudo bem explicado, direito e com a lógica inerente ao "acto cientificus". Hoje não parece ser o dia indicado. Lá fora a vida acontece. Preparam-se as festas do fim do ano. E, estava eu assim meio amolecido entre o dever e fuga, que quando abri o correio eletrónico me surge, vindo não dei de onde esta citação do Eduardo Lourenço, que escreve, não sei onde, nem quando que "*A vida é um poema. *E eu gosto muito de música. A música é a arte que se aproxima mais da poesia". E aí resolvi escrever este poema*. (diário de bordo, 2009)

---

[86] A questão da comunidade é importante distinguir a comunidade territorial, como um conjunto de indivíduos que participam num determinado território, da comunidade de interesses, como um conjunto de indivíduos que partilham interesses comuns. Ou se preferirmos identidades partilhadas. Muitas vezes esta última aceção é também referenciada como "movimento social". Ora nestes casos estamos também perante memórias partilhadas. Não vamos aqui detalhar-nos nesta questão, que abordaremos no capítulo 5. Mas importa salientar que quando a museologia afirma que se centra na comunidade, implica esclarecer que tipo de comunidade se está a objetivar. Se a do território onde a museologia desenvolve o seu processo museológico, se a do grupo de interesses que representam

[87] Em português os significados de Consciencializar e Conscientizar são no seu sentido filosófico idêntico e expressam a capacidade de adquirir conhecimento. É um processo de como a perceção ou uma intuição que produz uma a sensação se transforma em conhecimento. Pode também assumir significado da capacidade da distinção moral. A consciência é um atributo exclusivo da humanidade e á através dela que é possível a distinção entre valores ou preposições antiética. Neste último sentido conceito é um dos campos de trabalho da filosofia europeia moderna. Distinguindo-se de outros sistemas de pensamento filosófico, como por exemplo o sistema finalista medieval, ou os sistemas de organização do pensamento das sociedades africanas. Será uma questão que abordaremos a propósito dos contos tradicionais no capítulo quatro.

Paulo Freire veio-me à memória quando procurava uma solução para encontrar uma ligação com a comunidade da Ilha. Logo que aqui cheguei apliquei o plano de entrevistas que tinha preparado. Nela constavam o conjunto de personalidades influentes. Os *Amigos da Ilha de Moçambique*, A *Associação de Turismo*, a *Associação dos Guias*, o GARCIM, a UNESCO, os líderes da comunidade, etc. Tinha sido uma lista que tinha elaborado no decorrer dos trabalhos de preparação em Maputo e a partir duma rede de contactos preexistentes

Começara as conversas munido do gravador e do caderno de campo. Logo de seguida recolhia-me ao "escritório" transcrevia as entrevistas e revia os apontamentos, para, regras geral um ou dois dias depois voltar à conversa para esclarecer detalhes.

Ao fim de uma semana de trabalho, já com cinco entrevistas realizada, comecei a olhar de forma crítica para o trabalho feito. Uma primeira conclusão que se retirava das opiniões dos meus interlocutores sobre a "visão de futuro" da Ilha de Moçambique era que em todas as entrevistas se expressavam algo de comum[88]. Todas elas expressavam um mesmo sentido. A ilha e os seus habitantes eram vistos como um espaço à espera do turismo como futuro. Os relatórios técnicos que havia lido, as palavras de todas as personalidades, todas as informações que estava a recolher me apontavam para um desenho projetado no futuro. Havia programas, estratégias, objetivos, análises SWOT, etc. Estava tudo muito bem organizado, num discurso consistente. Para quem havia trabalhado em planeamento estratégico, não havia nada a assinalar. Havia uma coerência em todo o discurso. Então porque é que isso não me estava a satisfazer.

Seria a questão pertinente. Talvez fosse apenas uma intuição desprovida de significado. Mas, e esse sempre foi um dos meus defeitos, as intuições intrigam-me. Fazem sempre trilhar o caminho dessa desinquietação. O problema instalou-se e começou a andar comigo, nos meus trânsitos, nas minhas questões. Ao fim da manhã e ao fim da tarde fazia sempre uma caminhada pela cidade. Com a minha câmara à mão, caderno de apontamentos na mala, desenfiava-me pelas ruas da cidade. Era um trânsito do olhar, aberto e interrogador. Trocava aqui e ali uma saudação ou lançava uma pergunta. Fotografava sempre muito. Procurava o olhar das pessoas. Tentava ver os que eles viam. Parava aqui e ali onde encontrava um olhar mais curioso ou onde encontrasse uma reação mais cativante. Com o tempo, apercebi-me que havia criado pontos de referência, por onde sempre passava e que neles procurava sempre encontrar pessoas.

[88] O conteúdo das entrevistas será abordado no capítulo seis

Nesses passeios ao fim da tarde habituei-me a dialogar com o espaço e com as pessoas. Por vezes era apenas um trânsito do olhar e deixava-me arrastar pelo sabor do momento; outras vezes mais detinham mais demoradamente numa conversa com alguém. Através desses trânsitos ia intuindo uma configuração de sentidos. Os discursos ganhavam cores e texturas. Essa cidade que eu estava a sentir estava a faltar nas narrativas discursos. Essa inquietação passou a constituir o meu problema de investigação. Como é que eu ia incorporar a vida vivida nesta cidade, as suas memórias pressentidas, como proposta no processo museológico.

A questão não era de fácil resolução. Porque, pedir uma entrevista, a alguém que está acostumado a falar, a dar entrevistas, a participar em processos políticos é uma atividade fácil. Bastava dizer que estava a escrever um livro sobre a ilha. Mas fazer o mesmo com um comerciante, com alguém que passa na rua, não sendo também difícil, coloca problemas metodológicos complexos[89]. Além disso eu não queria opiniões desgarradas. O que eu estava a fazer era a construir um processo museológico. Para isso necessitava da participação das pessoas para desenvolver um processo. Para isso necessitava de um método que permitisse a incorporação dessa participação das pessoas na construção desse processo.

Foi então que a metodologia de Paulo Freire se revelou como um possível caminho. Inicialmente como uma possibilidade, depois como uma realidade. Mas a opção não foi fácil. Comigo não trazia mais do que memórias, experiencias de ações no passado. Recordava-me de algumas das questões essenciais, mas não dispunha de possibilidade de rever o texto. A primeira opção foi recorrer a um texto de Moacir Gadotti (GADOTTI, 2000) que dispunha como espólio digitalizado. Depois, uma busca na Internet permitiu rapidamente reavivar-me a memória da proposta metodológica de Freire. A leitura dos textos ativou a memória de experiencias passadas. Foi aí que decidimos rever e reconstruir a metodologia de investigação e reformular as experiencia no terreno. No capítulo seguinte iremos descriminar a aplicação da metodologia e apresentar os seus resultados.

Falta apenas justificar esta escolha para o nosso trabalho. Como acima salientamos, a museologia enquanto processo de investigação-ação baseia-se numa relação entre a investigação e a prática, onde uma e outra se influenciam O desenvolvimento dessas metodologias na ciência social contemporânea encontra em Paulo Freire uma referência. A sua influência chega à museologia por via do desenvolvimento dos processos de participação da

[89] No ponto seguinte indicaremos quais

comunidade e por via das funções educativas nos processos museológicos. Por isso vale a pena atualizar a sua leitura no âmbito da construção dum processo museológico.

A questão da participação da comunidade incluída no âmbito dos processos de investigação ação situa-se normalmente no âmbito das políticas sociais ou educacionais. No primeiro caso pela intervenção ao nível da regulação da comunidade, no segundo caso por via da educação de adultos, normalmente com uma forte vocação profissional. No âmbito das políticas urbanísticas ou de planeamento territorial, vários autores, entre os quais Isabel Guerra têm efetuado vários trabalhos no âmbito[90]. No âmbito das políticas culturais por via dos processos da constituição dos museus comunitários, ecomuseus. A incorporação da participação da comunidade nos processos museológicos é portanto um paradigma da intervenção da sociomuseologia. A nossa abordagem não é portanto inovadora neste domínio.

O que é que a museologia pode beneficiar com a incorporação das metodologias participativas nos processos museológicos. A participação da comunidade, ou seja dos sujeitos no processo museológico é um processo de mútuo conhecimento. Uma fez que a ação modifica o mundo exterior, a nossa participação conjunta é simultaneamente um processo de conhecimento. Nessa participação criam-se laços de partilha entre os participantes, ou seja criam-se formas de coesão no tecido social, os elementos fundamentais duma rede de solidariedade. Esses elementos representam um acréscimo de valor para todos os participantes. Através da ação partilha-se o saber fazer "A *noção de aprender a partir do conhecimento do sujeito, a noção de ensinar a partir de palavras e temas geradores, a educação como ato de conhecimento e de transformação social e a política de educação são apenas alguns dos legados da educação popular à pedagogia crítica universal*" (GADOTTI, 2000, p. 3-11). Agir não é apenas uma ação sobre o exterior. É também uma ação sobre o próprio sujeito que incorpora novas técnicas. Entre essas novas técnicas está a capacidade de se organizar. "*A prática e a reflexão sobre a prática levaram a incorporar outra categoria não menos importante: a da organização. Afinal, não basta estar consciente, é preciso organizar-se para poder transformar*" (GADOTTI, 2000, p. 6). A esta prática em que o sujeito ao mesmo tempo que age e é alvo da ação implica o compromisso. O compromisso é esse movimento constante entre a reflexão e a prática[91]. Um movimento mais voltado para a transformação social do que para a transmissão cultural. Por isso a prática museológica é uma prática empenhada na transformação social. A sociomuseologia assume-se como uma prática de transmissão, que se distingue duma prática museológica de reprodução

[90] A propósito dos processos de participação da comunidade no planeamento territorial vejam-se os trabalhos publicados na Revista Sociedade e Território, Porto, Afrontamento

[91] No capítulo 7 voltaremos a este tema do compromisso museológico

A sociomuseologia enquanto metodologia de intervenção social pode responder a alguns dos desafios das sociedades contemporâneas. Como diz Moacir Gadotti, atualmente cada vez a mais pessoas estudam em casa. Em casa dispõem de recursos de acesso ao ciberespaço, podem aceder a formação e da aprendizagem a distância. Hoje cada vez mais se vai buscar informação a redes de informação. As organizações sociais (ONGs, associações, sindicatos, igrejas, etc.) cada vez mais ocupam espaços de difusão de conhecimentos e de formação continuada. Ou seja, a escola à medida que vê a sua função social estreitar-se, outras organizações sociais, ocupam as funções deixadas "fugir" pela escola, ou que até há pouco tempo eram sua competência exclusiva. E repare-se que o desafio das novas tecnologias não é apenas a presença de um ciberespaço em todo o lado. É também o desafio de novas formas de organização. Se a informação está sempre e em todo o lado presente, o que é necessário é saber mobiliza-la a cada momento.

Por outro lado, como a informação dos objetos dos museus, até aqui deificados como exemplos (significativos ou de raridade) podem ser apresentadas de diferentes formas, ou mesmo transformados em réplicas (por via da facilidade de reprodução de protótipos), a tradicional função do museu como sarcófago de tesouros está também seriamente afetada na sua função. Ora o desfio, como faz a sociomuseologia, é transformar o museu em espaço de inovação e criação cultural. E isso faz-se permitindo a liberdade de pensar os objetos patrimoniais, a organizar a informação patrimonial, a mobilizar as informações patrimoniais para a criação de novos valores.

E quais são, segundo Gadotti os valores do futuro. Embora essa reflexão seja feita no âmbito dos desafios da educação, neste nosso trabalho, verificamos que estes novos valores devem igualmente ser partilhados pelos processos museológicos no âmbito da sua função social. Esses novos valores são segundo Gadotti: ***"Aprender a Fazer:*** *O fazer deixou de ser uma operação puramente instrumental. Nesse sentido organizar a informação já não é a competência pessoal que torna a pessoa apta a enfrentar novas situações no emprego. O trabalho é hoje feito em equipas. A qualificação académica não confere aptidões de trabalho em equipa. O Saber-Fazer passa hoje por uma partilha do conhecimento;* ***Aprender a Conhecer:*** *Hoje, o importante na formação do trabalhador é saber trabalhar coletivamente, ter iniciativa, gostar do risco, ter intuição, saber comunicar-se, saber resolver conflitos, ter estabilidade emocional. Essas são, acima de tudo, qualidades humanas que se manifestam nas relações interpessoais mantidas no trabalho;* ***Aprender a viver juntos*** *– a viver com os outros. Compreender o outro, desenvolver a perceção da interdependência, da não-violência, administrar conflitos. Descobrir o outro, participar em projetos comuns. Ter prazer no esforço comum. Participar de projetos de cooperação.* E finalmente "***Aprender a ser*** *– Desenvolvimento integral da pessoa: inteligência, sensibilidade, sentido ético e estético,*

responsabilidade pessoal, espiritualidade, pensamento autónomo e crítico, imaginação, criatividade, iniciativa." (GADOTTI, 2000)

Este conjunto de valores podem servir como referência ao processo museológico, é uma questão que deixamos para responder mais à frente.

1.4. A investigação-ação como proposta museológica

No final desse esforço analítico procuraremos responder à questão de como é que a museologia, através da apropriação dos processos de conhecimento multidisciplinares vai contribuir para a sua disseminação e partilha com a comunidade, e como a partir deles, da sua consciência, se pode gerar ação. E, ainda no âmbito destes problemas específicos, procuraremos refletir de que modo o processo museológico pode ser um elemento catalisador de serviços à comunidade.

Das várias metodologias desenvolvidas pela investigação em ciência socais aquela que nos parece mais adequada à elaboração dum processo museológico em comunidades envolvidas em processos de desenvolvimento social, com recurso à participação da comunidade, como é o caso do processo que propomos para a Ilha de Moçambique, é a investigação-ação. Esta metodologia ser aplicada através de uma metodologia de projeto participativo[92].

Um projeto implica um primeiro momento de diagnóstico prospetivo do objeto de análise. No final desse momento deverão estar especificados os objetivos (assumindo-se que os objetivos gerais são os que determinaram a elaboração do projeto) e as estratégias gerais. Desse modo o diagnóstico não é apenas um desenho ou retrato duma realidade, mas é também ele próprio um elemento da ação que se pretende gerar. Ele é construído sobre os problemas encontrados numa perspetiva de resolução. No fundo é a construção da problemática

[92] Um processo é um fenómeno complexo objeto de uma análise epistemológica; ao passo que um projeto é um conjunto de intenções de ações que se concretizam num determinado espaço e num determinado tempo para concretização de objetivos previamente estabelecidos. O projeto, como prática social pode incluir uma base e uma prática epistemológica reflexiva No caso, como vimos o processo museológico expressa a relação entre o fato museológico com o fenómeno museológico. O processo torna-se portanto um objeto de conhecimento complexo. O processo museológico torna-se portanto o espaço onde acontece ciência, onde se reflete a ciência, onde se cria ciência, e onde se devolve a ciência à comunidade. O processo museológico é um processo dialógico permanente. É feito com a participação da comunidade numa permanente negociação. O projeto museológico é uma redução dessa problemática a uma questão concreta, situada no espaço e no tempo. Implica portanto a ação para atingir determinado objetivos. O processo museológico pode incorporar vários projetos. Neste caso, para efeitos de explicitação metodológica vamos simplificar a abordagem e definir a nossa proposta museológica como um projeto, uma vez que a concretização desta tese se limita a este espaço e a este tempo. E este é neste momento o nosso projeto.

do projeto, onde o ponto de partida é confrontado com o ponto de chegada desejado, o momento onde se avalia as possibilidades e a resistências a enfrentar, as possíveis vias alternativas.

Esse momento reflexivo é o momento crucial para o desenho do projeto em si mesmo. É aí que se desenha as opções gerais, os caminhos a tomar, as ações a empreender, bem como o modo de gestão do projeto e suas formas de avaliação. A partir do desenho do projeto segue-se a sua execução, momento em que se iniciam as ações previstas, e dependendo da sua estratégia de gestão ou em função das avaliações efetuadas, se geram reformulações ou adaptações. O fato de o projeto ser participativo implica que em todos os momentos da elaboração desse projeto, do diagnóstico à sua execução e avaliação, ele seja participado pelos destinatários desse projeto.

A questão da metodologia de participação também pode ser considerada como um elemento de desenho do projeto. Grosso modo a participação pode ser pensada sobre um eixo de exercício de poder, onde num extremo de consulta (que expressa o exercício dum poder de hegemonia), se opõe no outro extremo a partilha da decisão ou partenariado (que expressa o envolvimento e a corresponsabilização visando a criação de compromissos). Neste último caso o exercício do compromisso expressa a negociação permanente entre os atores do projeto, entre técnicos e destinatários das ações, com vista a estabelecer objetivos comuns

Assumir esta metodologia como elemento estruturante desta Tese comporta algumas incompatibilidades, de forma e de tempo. Como já acima referimos, uma Tese científica é um exercício individual. A utilização de metodologias projeto participativas implicaria a concertação e a negociação permanente com a comunidade. Assim, no âmbito desta tese, por razões éticas teremos que isolar o que é o nosso esforço individual e o que foi o resultado da participação da comunidade. Também como já referimos o tempo da tese, não é compatível com o tempo do processo. Desta forma, assumimos igualmente que a metodologia de projeto, nesta tese vai ser utilizada de forma incompleta. Ou seja, a metodologia de projeto vais ser usada essencialmente na sua dinâmica de diagnóstico prospetivo e na formulação de estratégias. A identificação das memórias sociais a mobilizar e a sua proposta para a ação, constituirão assim o campo da aplicação metodológica. A inclusão da ação dependerá portanto do ritmo do desenvolvimento do processo.

No âmbito desse diagnóstico prospetivo vamos utilizar várias metodologias de análise em função dos objetivos específicos da investigação. Como vimos, o nosso objeto de

estudo são as memórias sociais da ilha de Moçambique, com uma narrativa que mostra a o processo de resiliência que produz uma hibridação restrita. Essas memórias expressam-se de formas plurais. Em função de cada objeto de estudo são usadas metodologias específicas, que grosso modo correspondem a uma opção por utilização de metodologias qualitativas.

Há uma longa tradição nas ciências sócias na utilização de metodologias qualitativas. A sua reflexão no âmbito na museologia, em particular nas suas práticas em processos situados em África, ainda é relativamente escassa, muito embora a sua experiencia prática e reflexão teórica seja já apreciável em outros espaços, como é a América do Sul. No caso do processo museológico, concebido como um projeto de investigação-ação, implicando a participação da população, estamos perante um processo onde o investigador, o sociomuseólogo e a comunidade estão envolvidos num projeto de ação. O objeto de investigação é constantemente manipulado pelo sujeito, ao mesmo tempo que o sujeito é profundamente influenciado pela interação com a comunidade.

Deste modo estamos perante uma impossibilidade de separação entre o sujeito e o objeto. Sobre esta questão Durkheim nas "Regras do Método Sociológico" afirma que é possível encontrar regularidades e uniformidades no comportamento humano, e que essas regularidades podem ser avaliadas e previstas independentemente dos comportamentos e motivações individuais (DURKHEIM, 1987). O objeto de estudo das memórias sociais enquadra-se portanto nestas manifestações do comportamento humano. Também Max Weber (WEBER, 1965) atribui às ciências sociais o objetivo de descrever os comportamentos humanos. Ou seja, o estudo dos fenómenos físicos (objeto de estudo das ciências naturais), com base na observação e na busca de leis gerais é distinto do objeto de estudo dos fenómenos sociais (objeto de estudo das ciências Socais e Humanas), onde se busca configurações e interpretações onde a qualidade do fenómeno é captado pela sua singularidade. A abordagem qualitativa insere-se portanto no campo do simbólico e do subjetivo, campo onde as memórias sociais se revelam. A abordagem qualitativa procura o significado das estruturas enquanto resultado duma ação humana objetivada (HABERMAS, 1987). É essa objetivação que lhe confere significado. Portanto, em razão disso, todas as etapas da investigação devem ser avaliadas em função da sua consistência crítica. Os dados e os resultados da análise tornam-se assim também elementos participados pelo investigador onde se transformam em fatos. É nessa interioridade que se reconstrói permanentemente o campo de significados, criando um campo de investigação onde se aplicam os métodos de análise.

1.4.1. As metodologias da investigação-ação na museologia

A lógica da ação adiciona às metodologias qualitativas um outro grau de exigência. O objeto da museologia, como vimos, é um campo de complexidade onde as memórias sociais se assumem como fatores explicativos dos processos históricos dos sujeitos. Delas emergem como símbolos dinâmicos (em permanente mudança de formas) produzindo significados duma qualidade intemporal (fora do tempo histórico). Esses símbolos resultam portanto de uma lógica da relação do sujeito (ator) com os poderes sociais. Entre eles gera-se um campo de forças que interagem criando, por um lado respostas no ator, e por outro lado, obrigando a encenações legitimadoras do poder.

Na lógica da ação os atores são percecionados como racionais, portadores de estratégias, a tensão gerada entre as motivações individuais e as do sistema de poder enfrentam-se no campo da memória, produzindo, ora conformidades, ora perceção de incongruências. É essa perceção de congruência que resulta numa avaliação na aplicação de recursos. É aí que numa avaliação, que podemos chamar da relação custo/benefício que se joga a conservação/renovação dos objetos simbólicos. As memórias renovam-se em função desta perceção pelos atores sociais. É também por essa razão que os atores sociais podem mudar o mundo social e através dessa mudança, influenciar os sistemas de gestão (da memória e da regulação do poder)

Implica portanto isto numa metodologia de análise museológica que mobilize simultaneamente a análise do sistema e dos atores. São dois processos que devemos distinguir em termos de instrumentos de análise Eles constituirão, em termos da nossa investigação dois grupos de metodologias distintas.

Num primeiro grupo, mais centrado na análise do sistema mnemónico da cidade ilha, iremos utilizar metodologias qualitativas[93] mais tradicionais. Vamos então aplicar entrevistas semi-dirigidas, A entrevista, quando possível gravada em suporte digital, ou anotada e transcritas após a sua execução, posteriormente analisada nos seus conteúdos.

Vamos igualmente desenvolver uma análise documental, de textos e publicações sobre a Ilha de Moçambique. Efetuamos uma recolha e seleção bibliográfica em Portugal e em Moçambique. Utilizamos os fundos disponíveis na Biblioteca Nacional de Lisboa, na

[93] Em Relação à distinção entre Metodologia Quantitativas e Qualitativas, Isabel Guerra, em Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo, afirma que esta distinção faz cada vez menos sentido, nomeadamente considerando a bateria de instrumentos quantitativos que tem sido desenvolvidos para aplicação nas análises qualitativas (GUERRA, 2006). Assim propõe uma nova classificação, que chama de metodologias compreensivas ou indutivas (que se socorrem dos quadros de referencia Weberianos) das metodologias lógico dedutivas, ou cartesianas que se socorrem de quadros de referencias funcionalistas ou sistémicos.

Sociedade de Geografia, na Biblioteca da Faculdade de Letras, na biblioteca do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa, no Arquivo Histórico Ultramarino, e arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian e do CIDAC. Fizemos ainda uma pesquisa nos arquivos de Maputo, em Moçambique no Arquivo Histórico de Moçambique, Biblioteca Nacional de Moçambique no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, e na Ilha de Moçambique, na sua Biblioteca e arquivo da UNESCO no gabinete da ilha.

Utilizamos recorrentemente o método da observação direta, aplicado quer a situações da análise funcional e morfológica da cidade, quer dos grupos de afiliações, em função das vivências proporcionadas equacionadas com os objetivos de investigação.

Os resultados das observações foram registados no "*Diário de Bordo*", o caderno de campo que acompanha a viagem. Nele se registam todos os elementos observados. O Diário de Bordo é constituído por um caderno de escrita e por um arquivo fotográfico, e por um registo sonoro. O caderno, para além do diário, onde se regista diariamente as atividades desenvolvidas, efetua-se ainda os registos de pormenores das entrevistas (observações sobre a atitude do interlocutor, suas posturas, bem como outras observações de contexto), das leituras, de documentos consultados ou de conversas mantidas, de forma programada ou aleatória. As fotografias são igualmente arquivadas. O Diário de Bordo constitui o elemento essencial de trabalho após o "regresso", sendo a partir dele que as informações e os dados da observação são trabalhados

Todos os dados resultantes das observações efetuadas vão ser submetidos a uma Análise de conteúdo**.** A análise de Conteúdo é hoje uma técnica comum de investigação empírica, que nesta caso vamos aplicar a um Estudo de Caso (uma análise intensiva)[94]. A análise de conteúdo a partir do conjunto documental tem como objetivo identificar a frequência dos campos de ocorrências de significados nos objetos, identificar as suas características e atributos e estabelecer a sua relação (associação e dissociação). A partir dos dados dessa análise procuraremos estabelecer os campos semânticos da memória erudita. Estes instrumentos são essencialmente aplicados nos capítulos 3 e 4. O objetivo desta análise é efetuar uma leitura do quadro sistémico da Ilha de Moçambique.

Um segundo grupo de metodologia resultam da aplicação doa teoria da ação. Aqui vamos aplicar duas metodologias específicas: a aplicação da metodologia de conscientização para identificação das vivências mnemónicas (capítulo três) e a análise da Estratégia dos

[94] Nos capítulos seguintes serão detalhados e justificados os procedimentos adotados.

Atores (capitulo seis), para identificação do posicionamento dos atores e da sua vontade de futuro, integrando o diagnóstico prospetivo do processo museológico proposto.

Estes dois capítulos, que se inserem numa metodologia de investigação-ação, são cruciais para o desenvolvimento ulterior do processo museológico. É através deles que iremos verificar de que forma a memória da ilha está a ser alocada ao processo de desenvolvimento da comunidade. Os capítulos quatro se cinco utilizam metodologia de análise documental e investigação em arquivo, a partir da qual se fundamentam propostas de ação sociomuseológica. As propostas não foram alvo de ações experimentais específicas na Ilha de Moçambique, mas para elas contribuíram diversas experiencia museológicas e de investigação acumuladas em outros contextos de desenvolvimento.

A aplicação da metodologia de investigação-ação na museologia permite inscrever alguma inovação nos processos museológicos. Através dela pretendemos mobilizar a comunidade e a sua memória para a conservação da sua herança e para a construção do seu património. Essa mobilização da comunidade é feita com base no que aqui classificamos como o compromisso museológico e estamos convictos que a nossa reflexão constitui-se como um contributo para a sociomuseologia.

1.4.2. A prática da investigação-ação a partir do método da conscientização

Como se sabe a Teoria da Conscientização foi uma proposta de Paulo Freire em *A Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 1970), texto que será posteriormente enriquecido por *Educação Política e Conscientização*, (FREIRE, 1975) e *Ação Cultural para a Libertação* (FREIRE, 1977). Neste três textos encontramos o essencial da sua proposta, que como se sabe, parte da necessidade de alfabetizar adultos no Brasil. No entanto, a observação da sociedade por Paulo Freire, levou-o a utilizar essa ferramenta, a da alfabetização, para criar uma ferramenta de libertação do ser humano. A libertação era alcançada pela tomada de consciência do ser como uma ação na construção do seu futuro. Com esta operação, a proposta de Paulo Freire deixa de ser uma mera metodologia para se constituir uma proposta de ação (política). A sua mobilização para a construção dum processo museológico é essencialmente feita pela sua proposta metodológica de gerar ação museológica a partir da tomada de consciência da sua situação humana.

A partir do papel da consciência na transformação da realidade, Paulo Freire observa uma oportunidade de ação, uma oportunidade de construção do futuro: "*Ao defrontarmo-nos com uma dada situação na qual "entramos" independentemente da nossa consciência, temos nela a condição*

concreta que nos desafia". A situação, dada como situação problemática implica, no que chamei, na Pedagogia do Oprimido, de "inédito viável", isto é, a futuridade a ser construída. A concretização do ***inédito viável*** *que demanda a superação da situação obstaculizante – condição concreta em que estamos, independentemente da nossa consciência – sé se verifica, porém, através da práxis. Isto significa que os seres humanos não sobrepassam a situação concreta na qual estão, por meio da sua consciência apenas ou das suas intenções, por boas que sejam.*" (FREIRE, 1975, p. 9).

A "Consciencientização" é um processo de tomada de consciência. Ele inicia-se com um "círculo de cultura", e é através desse círculo, da interação dos seus membros que se desenvolve a "prática de tomada de consciência". A participação do grupo torna-se assim um compromisso entre o indivíduo, o sujeito do conhecimento que se reconhece a si mesmo, e dos seus interesses (do grupo), ao mesmo tempo que reconhece o "Outro" (como já verificamos o reconhecimento de si é feito também pelo reconhecimento do outro). Esta construção do coletivo é importante de referir porque é através dela que se constrói a identidade comum (onde o individuo e o grupo conciliam o particular e o geral).

É igualmente através deste círculo que se estabeleça a "participação crítica". Esta participação é o espaço de reflexão entre a prática e a regulação do sistema. Para Paulo Freire, o sistema de dominação social (que explicita como um sistema de dominação de classes, de acordo com a terminologia marxista) conduz a uma alienação das massas. Numa pedagogia da alienação, não se gera uma consciência de transformação. Por isso é uma pedagogia reformista, onde a consciência da classe dominada reflete a consciência da classe dominante. Ora a esta pedagogia da alienação Freire contrapõe a Pedagogia Critica, que com base na consciência conduziria a uma compreensão da sua situação de dominação. A ação gerada resulta dessa consciência de situação e do desejo/necessidade, que a partir dela se constitui como vontade de futuro e a partir dele criar uma nova ação coletiva, essa vista como transformadora, porque baseada no compromisso de todos.

Ora, se por analogia, utilizarmos o campo da memória, da memória social como expressão duma tensão gerada na sociedade, poderemos assumir que a "memória dominante" é uma expressão dos "grupos dominantes" A memória, enquanto construção social é a expressão dum grupo, que nesse momento reuniu as condições de poder necessárias para a comunicar e reproduzir. A consciência crítica da memória social, criaria assim uma outra forma de memória (a sociomnese) cuja construção seria participada pela comunidade. Essa seria então a nossa premissa para construir um processo museológico. Uma premissa em que o museólogo também necessita de "ser educado", pois "*o esforço de conscientização, que se identifica com a própria ação cultural para a libertação, é o processo pelo qual, na relação sujeito - objeto, (...), o*

sujeito se torna capaz de perceber em termos críticos, a unidade dialética entre ele e o objeto. Por isso não há conscientização fora da práxis, fora da unidade teórico-prática, reflexão - ação." (FREIRE, 1975, p. 18).

Há portanto um caminho para a compreensão da "consciência da realidade mistificada", da mistificação que a classe dominante produz da realidade da sua ação. E, a partir da consciência crítica construir um quadro de ação, tendo em atenção a totalidade em que a comunidade participa. Mas Freire introduz um limite ao seu método. A conscientização não pode fugir aos limites da realidade histórica. Um sujeito ou comunidade pode perceber um fato pelas relações mais imediatas, mas pode não captar a sua relação com a totalidade em que ele participa. O viável histórico encontra-se inscrito na totalidade. Ou seja há ações que, embora formalmente corretas, não podem ser concretizadas fora do seu tempo. A conscientização tem como objetivo levar a comunidade à revelação/descoberta da sua situação.

Ora o conhecimento do real, a observação participante é o ponto de partida para a compreensão da realidade. Uma observação que implica o engajamento nessa mesma realidade. É a partir dessa prática que a teoria é mobilizada. Diz Paulo Freire: *''É essencial compreender o sentido da palavra teoria nessa relação entre o conhecimento e ação que falamos. Teoria não quer dizer um conjunto de conceitos que colamos sobre a realidade. Esse procedimento, infelizmente mito frequente entre os intelectuais, tenta reduzir a realidade viva aos esquemas prefabricados dos seus conceitos abstratos. Se eu me falo uma ideia do que a realidade social deve ser, minha prática torna-se um esforço para submeter a realidade em movimento à minha vontade*." (FREIRE, 1975, p. 27) E essa distinção é importante para Paulo Freire, porque ela distingue entre o ativismo e o voluntarismo. O ativismo é um empenhamento no processo de mudança social. Enquanto o voluntarismo é apenas uma manifestação de adesão a princípios. O ativismo é uma opção de participação nesse mesmo processo e um compromisso com a ação comum. A teoria deve dar respostas aos problemas do quotidiano. A reflexão é feita por todos, enquanto membros do grupo. A ação é comum na medida em que analisa a sua própria prática. A cientista pode desempenhar o papel de detonador dum processo de tomada de consciência e por isso gera um compromisso com a comunidade. *"Este movimento dialético toma, portanto, como ponto de partida a ação, clarifica e amplia essa ação pela reflexão, remete sempre a uma nova ação enriquecida pela análise precedente e que vai constituir, ao mesmo tempo, o teste prático da análise teórica e a matéria-prima de uma nova reflexão, e assim sucessivamente. Esta metodologia, na qual a ciência social e engajamento político não se podem separar, nos permite ultrapassar o nível de perceção sensível para alcançar um desenvolvimento da consciência crítica e uma compreensão da realidade social*" (FREIRE, 1975, p. 30)

Como verificamos, o momento inicial do trabalho de grupo é o seminário. O seminário é o primeiro momento de reflexão crítica num processo de educação política. Cada um

é confrontado com a sua prática. Sujeita-se a uma crítica do grupo que permite refletir sobre o seu trabalho e reformular a sua ação. O Seminário permite identificar as questões levadas pelos participantes, estabelecer uma relação entre elas e a prática e com base na confrontação sistemática com as experiencias vividas, tentar compreender o porquê, o como e os impasses em que cada um se encontra. Neste seminário inicial, o coordenador é o elemento que cria uma dinâmica de grupo. É necessária uma reflexão dinâmica da contribuição de todos para uma síntese do grupo. No final é igualmente necessária uma leitura global. O coordenador deve "*recolher os elementos que existam no grupo de maneira desorganizada ou num estado pré-consciente e em devolver, organizadamente, esses elementos de análise do grupo. A sua missão é facilitar a tomada de consciência do grupo*." (FREIRE, 1975, p. 37)

O seminário inicial também permite que cada participante adquira método de trabalho. Com a conscientização do método cada elemento do grupo ganha autonomia a ao mesmo tempo participa na dinâmica do grupo, favorecendo a sua livre gestão. O grande objetivo do trabalho do grupo é a fazer entender a necessidade de transformar a experiencia em objeto de análise.

A proposta de Paulo Freire: referindo a educação do grupo como uma problematização e uma libertação, poderá ser aplicada na museologia, como uma problematização e uma libertação. Será possível falarmos duma "conscientização museológica"?

Tal como Paulo Freire contrapunha a o apetite pela educação dos citadinos à indiferença dos rurais pelo seu nível primário de consciência, ou a sua aversão a uma educação bancária como um acumular de conhecimentos, desligada da vida dos educandos e separada do mundo; não será hoje possível contrapor o valor atribuído pelos museus à elite urbana, contrapondo o desinteresse pela cultura erudita pelas comunidades rurais. Não será possível pensar um acumular de objetos nos acervos, desligados da vida e dos problemas dos cidadãos e do mundo. Não é esta uma das questões que a sociomnese tem proposto como elemento de renovação da própria museologia, nomeadamente uma museologia ao serviço da comunidade feita com a participação dessa mesma comunidade. (PRIMO, 1999).

Se respondemos de forma afirmativa e esta questão não poderemos então formular uma museologia que apela à consciência crítica. Que parta da necessidade de criar uma consciência crítica como resposta à necessidade de problematizar a museologia. Quais são os fins dessa museologia: Problematizar a relação do homem com o mundo, através de objetos que permitem ao observador interrogar esse mundo e escolher o caminho que quer seguir. Assim, o museu torna-se num local onde a consciência crítica permite desencadear a

ação.”*O homem vive no mundo e com o mundo”* (FREIRE, 1975, p. 37). O mundo não é uma realidade abstrata. É o resultado dum processo. A consciência crítica permite desencadear a reflexão sobre a vida da comunidade.

Essa museologia crítica é fundada no diálogo. Não é construída a partir dum discurso “esclarecido”, validado numa instituição de poder; mas é fundada numa **necessidade** de problematizar a realidade enquanto génese do conhecimento partilhado com a comunidade. Parte do reconhecimento de que a sociedade é um todo, uma unidade. O diálogo permite revelar o todo que há em cada situação e ajustar a ação às necessidades. Através do diálogo é possível reconhecer a necessidade do outro e da comunidade de alcançar o conhecimento e de que é possível ser mais através da ação.

Essa museologia crítica, fundada no diálogo e na participação da comunidade também reserva um novo papel ao museólogo. Ele já não é o sujeito passivo que descobre o objeto, ou ouve o discurso que o erudito preparou para ele consumir. Ele é um sujeito dialógico, ativo, criador. É um ser dotado de liberdade, que conhece uma coisas e ignora outras, e busca a humanização através do conhecimento. O museólogo é então aquele que tem consciência de que sabe pouco e pode ser igualmente sujeito do processo. O Museólogo deixa de ser aquele que trabalha ***para***, para passar a ser aquele que trabalha ***com***! O museólogo é essencialmente um humanista que nega a execução mecânica de depósito de conhecimento e privilegia o papel de catalisador de conhecimento. O museólogo transmite de forma assertiva informação com vista a tomada de consciência e recebe em troca os elementos necessários para partilhar com o grupo o seu mundo. O museólogo como coordenador.[95]

Se os três parágrafos anteriores, escritos a partir da proposta teórica de Paulo Freire podem ser considerados lógicos, temos portanto aqui um fundamento para um “consciência crítica da museologia. Ou, melhor, uma releitura da proposta de Paulo Freire aplicada à sociomuseologia.

Como vimos para Paulo Freire a consciência é a essência do ser humano. Não é algo que se acrescente ao ser humano. É algo que está dentro dele e que pode ser revelado. É a imagem de si próprio e da sua relação com o mundo. A consciência desencadeia a ação transformadora. O objetivo da museologia é criar uma consciência crítica, a partir da qual seja possível desencadear uma ação transformadora no real. Daí, a museologia ser uma ciência de investigação-ação.

[95] A leitura efetuada substitui o termo educação e educador por museologia crítica e museólogo

Para Freire *"O homem atinge o nível de consciência crítica quando começa a aprender a causalidade, as relações de interação que existem no universo e na sociedade*" (FREIRE, 1975, p. 76). Ora esta consciência das relações causais, distingue-se da consciência mágica e da consciência primária, que, segundo Freire, onde o sujeito realiza uma leitura passiva da realidade. Uma leitura finalista ou passiva da realidade é uma leitura em que o real está predeterminado por forças superiores ou que transcendem o sujeito. Esta forma de consciência não permite que o sujeito atue sobre a realidade e não se torne ele próprio o sujeito da sua própria história. Ora consciência crítica tem como objetivo integrar o homem na sua realidade. Transforma-o num sujeito que domina e atua sobre o seu objeto. Esta operação permite uma "***INSERÇÃO CRÍTICA***". Que é a relação pela qual o homem se torna sujeito. A relação entre conhecimento e ação é a essência pensamento de Paulo Freire e a base da sua proposta de método

O método de alfabetização de adultos, o método de alfabetização proposto por Paulo Freire tem como base o sujeito que pode caminhar, compreender e comunicar com o mundo. Ele recusa a aplicação do método mecânico, onde a memorização desempenha um papel determinante, mas onde o educando é uma sujeito passivo. Método de Paulo Freire procura a criação de consciência crítica. O método é também uma ferramenta do aluno. Ele participa na construção do seu processo de conhecimento. O aluno é ativo, apela a emergência da consciência crítica do aluno.

O método de Paulo Freire inicia-se pela **criação do "grupo de trabalho**". Neste grupo é feito o "**Levantamento do universo vocabular**", durante o qual são recolhidas as **palavras-chave**. A partir das palavras-chave são elaborados **quadros ligados à vida dos participantes** do grupo. O educador deve igualmente fazer uma o**bservação** da vida da comunidade, com o objetivo de contextualizar as discussões. Essa observação crítica dos quadros da vida comunitária, deverá permitir **lançar problemas** à comunidade, formular perguntas e formalizar problemas contendo elementos a serem **decifrados pelo grupo** com colaboração do monitor. Dessa discussão emerge a **consciencialização**.

A partir da consciencialização, são preparadas as ***fichas*** (ajudas-memória). Essas fichas têm como objetivo ajudar os animadores na ação descrevendo processos, sugestões. Na elaboração de fichas está presente a repartição das famílias de fonemas correspondentes às palavras-chave. As fichas podem ter diversas formas, mas devem permitir a sua apropriação e a sua reelaboração. É a partir da ***experiencia vivida*** pelo aluno, que o apelo a voltar e a ***descrever essa experiencia***, que é introduzida a leitura e a escrita. A leitura e a escrita tornam-se assim numa ***ferramenta*** associadas à vida e à criação duma **conscientização**.

A ***Conscientização***, que se gera por este processo, segundo Paulo Freire "*é a capacidade que a consciência humana tem de tomar distância à realidade objetiva para a admirar e objetivar*" (FREIRE, 1975, p. 95). A conscientização não é apenas reflexão. Implica igualmente uma ação libertadora. A inclusão do sujeito num processo histórico de libertação é uma ação. A conscientização é uma proposta de ação.

Segundo Paulo Freire, a consciência do oprimido é mágica ou primária (ou alienada), para deixar de ser oprimido é necessário criar uma consciência crítica. A conscientização é um processo da consciência humana, que se gera na sua capacidade de se distanciar do mundo, da realidade objetiva, para captar os elementos constitutivos e se tornar uma manifestação da sua essência que a representa através da ação. A consciência, segundo Freire, não é um recipiente passivo do mundo (um objeto cognoscível) mas a sua dimensão principal é ativa e criadora. É nessa dimensão da ação criadora como um processo de conhecimento que se inscreve a sua teoria da libertação

Como vimos os pressupostos teóricos desenvolvidos por Paulo Freire se ajustam aos pressupostos teóricos desenvolvidos pela sociomuseologia. O que nos propomos fazer é o ajustamento das suas ferramentas teóricas, da Pedagogia da Libertação, numa metodologia crítica aplicada à museologia. A museologia critica como uma museologia da libertação, para seguirmos o pensamento de Paulo Freire.

1.4.3. Instrumentos produzidos para uma museologia de ação

A operacionalização do conceito de sociomnese como ferramenta de análise e de ação no processo sociomuseológico constitui-se como um dos elementos determinante na nossa proposta de investigação. Como verificamos a sociomnese representa, num espaço e num tempo, um processo de interação social, onde uma dada comunidade elabora uma narrativa cognitiva sobre a imagem de si própria e sobre os outros.

Como processo cognitivo constitui-se como uma representação dum fenómeno. Um fenómeno complexo de natureza processual que é simultaneamente elaborado como uma resposta às dinâmicas da ação externas do mundo criando um processo de significação das experiencias passadas e simultaneamente como catalisador da ação futura. Trata-se portanto duma forma de consciência do mundo.

Como vimos o processo no plano material, como fenómeno físico, o processo desenvolve-se verifica-se ao nível dos indivíduos. No entanto, no plano da abstração (os

filósofos chamavam-lhe espiritual) desenvolve-se como um processo de comunicação, onde os indivíduos interagem recriando simultaneamente o processo.

Aquilo que se pode observar, no plano material é a expressão, no espaço e no tempo dum fenómeno social que transcende esse individuo. Portanto aquilo que se observe é simultaneamente o todo que cada unidade incorpora e a parte que cada unidade individualiza através da significação determinada pelo aparelho sócio biológico (o aparelho sensorial e conceptual, onde as experiencia mnemónicas são ativadas).

Ao nível do aparelho biológico, o processo das operações cognitivas no cérebro já se encontra suficientemente fundamentado pelas ciências neurológicas. O processo de cognição desenvolve-se através da criação de imagens mentais que se constituem como representações. Essas representações podem ser analógicas, captadas pela perceção; ou preposicionais captadas pela intuição através do processo de significação. Estas capacidades de produção de significações a imagens exteriores produzidas no cérebro são exteriorizadas pelas linguagens e expressões corporais. (DAMÁSIO, 2010, p. 167). As imagens mentais constituem-se portanto como mapas. Os mapas mentais são configurações de informações sobre o mundo exterior. Os mapas de superfície contêm a informação código do objeto, e os mapas de longo prazo (mapas em permanente atualização) contem a informação mnemónica. (DAMÁSIO, 2010, p. 89)

Assim, ao nível do individuo podemos colocar o problema da análise da cognição como uma relação processual entre a matéria e espírito que é representada numa relação entre corpo e a mente.

O nosso trabalho no âmbito da sociomuseologia é no entanto mais vasto, porque adiciona a esta relação o processo social, como um processo de comunicação, no âmbito do qual, os vários processos individuais se inter-relacionam gerando uma multiplicidade de dados para os processos cognitivos individuais. A cognição social é portanto um processo que não pode ser analisado no plano da materialidade, mas apenas como um fenómeno comunicacional. A questão que teremos então que descrever, como resolução do problema operacional da tese, é o porquê desse processo. Entender porque é que uma dada comunidade constitui dada sociomnese, entender o seu processo relacional, e através da criação duma autoconsciência da comunidade, promover ações que ativem a capacidade da sociomnese para participar na satisfação das necessidades de adaptação dessa comunidade aos recursos disponíveis e potenciais.

A nossa proposta de operacionalização da sociomnese, no âmbito do processo museológico parte da aplicação da noção de mapa conceptual[96] sobre o qual construímos uma proposta de mapa mnemónico. Um mapa conceptual é uma proposta de organização dos conceitos a partir da sua significação como campos semânticos. Cada imagem contém uma forma e um significado. Mas essa imagem não existe independente das outras imagens, portanto inter-relaciona-se com as demais imagens.

Tomemos por exemplo o caso clássico, formulado por Saussure, da árvore. (SAUSSURE, 1976). A árvore não tem uma existência material, é um conceito que exprime uma forma (um signo como lhe chamou). Um signo é apenas uma dimensão que se significa a si mesmo. Na verdade o que existe na verdade, e que o signo procura representar, são mangueiras, acácias, casuarinas, etc. Estas espécies vegetais constituem-se como seres vivos de determinadas famílias. O desenhar uma casuarina não é só desenhar uma árvore. É atribuir um significado. Ou seja, para além da forma cria-se também uma relação simbólica no desenho. Para além da forma há uma preocupação em remeter para algo que transcende essa forma. Estamos portanto a formar uma relação binária como expressão duma relação.

Ao representar o conceito árvore estamos a atribuir um significado comum a um objeto, impreciso na sua forma exata, mas socialmente construído. Se afirmamos que as árvores fazem uma floresta, estamos a criar um outro conceito, constituído como um conjunto de objetos (sem existência física) mas socialmente congruente. Estamos a expressar uma inter-relação, entre formas, significados e a uma relação de posicionamento de cada um deles num conjunto. Esta é uma terceira dimensão que posiciona o objeto (na sua forma e no seu significado) numa relação como todos os demais objetos, onde ganham densidade. Nesta dimensão o conceito ganha uma função preposicional, um espaço de significação aberto (que contem variáveis livres) e que se transforma numa preposição (fixação do seu significado relacional) quando ganha um qualificador (um valor) e um quantificador (agregação a

[96] Mapa conceptual é uma proposta organização dos conceitos segundo os seguintes passos. Identificação dos conceitos, organização hierárquica dos mais gerais para os mais específicos, identificação das linhas das relações entre conceitos, identificação da natureza da relação. Com base nestes elementos constrói-se um mapa bidimensional. Esse mapa será assim uma representação possível duma relação e orienta a sistematização e síntese.
A questão crucial do mapa conceptual é a objetivação semântica dos conceitos. Assim, como verificamos a memória social pode ser considerada como um **campo semântico**. Assim, por exemplo a Identidade social incorpora a Ideia de Eu (valor de si) por oposição ao outro (o que se exclui de si). A representação da Identidade é verificada pela sua Representação Social. Esse representação social pode ser expressa em termos de Consciência Social ou (Inconsciência Social). E é nessa ambivalência entre a lembrança e o esquecimento que a Memória Social é construída, como expressão duma relação entre o significado simbólico e a expressão hegemónica.

outro conceito). Como essa operação a comunicação é um processo permanente de reconstrução de significações. A linguagem como representação da sociomnese é um fenómeno que constrói num espaço e num tempo o movimento com um todo.

O mapa conceptual deve representar estas várias dimensões. A complexidade da construção dos mapas conceptuais está na necessidade de representarem esta tripla dimensão[97], sendo que essa própria representação se concretiza numa outra dimensão (o tempo) do seu desenho. E isto constitui um desafio para o museólogo resolver. Nós propomos para a sua resposta a figura de "carta de heranças" como um instrumento partilhado de objetos socialmente qualificados que expressam uma vontade de futuro na preservação das memórias sociais do presente. Se os fenómenos sócio mnemónicos são representados como um processo inter-relacionado, como e em que condições a museologia constrói a sua leitura crítica. Como é que o museólogo se distancia do seu objeto de investigação ao mesmo tempo que nele participa. A Carta procura responder a esse processo.

A nossa proposta parte a simplicidade para o complexo. Propomos inicialmente análises aos campos semânticos deverão permitir construir mapas conceptuais a partir dos quais poderemos validar ou invalidar as nossas hipóteses de investigação. Os campos semânticos são aqui considerados como expressão das tensões geradas pelos atores no âmbito do sistema social, dos seus interesses (perceção do valor), e conflitos, sendo o todo social expresso como um consenso (dum tempo). Esse quadro é visível por uma análise das estratégias dos atores, um procedimento que nos chega por via dos processos de planeamento territorial. Finalmente, como o processo museológico é um processo dinâmico, onde como verificamos exige a aplicação das metodologias de participação e de conscientização que implicam uma utilização dessas mesmas memórias como expressão da ação libertadoras e do seu valor social, expressas através dum compromisso socialmente partilhado. A materialização dos compromissos tem que ficar expresso através da construção dum carta ou dum outro qualquer instrumento fundador e de orientação.

Os instrumentos metodológicos produzidos para esta investigação inscrevem-se assim na aplicação de um processo metodológico complexo construído a partir de várias das seguintes contribuições teóricas, conforme o diagrama processual ilustra.

[97] Um mapa é representado num plano bidimensional, num plano espacial cartesiano. Ora os objetos encontram-se num espaço euclidiano (tridimensional) e os processos desenvolvem-se num espaço quadridimensional (espaço-tempo). Por essa razão um mapa é uma síntese de informação significativa, implicando um campo de dedução por abstração através das relações internas.

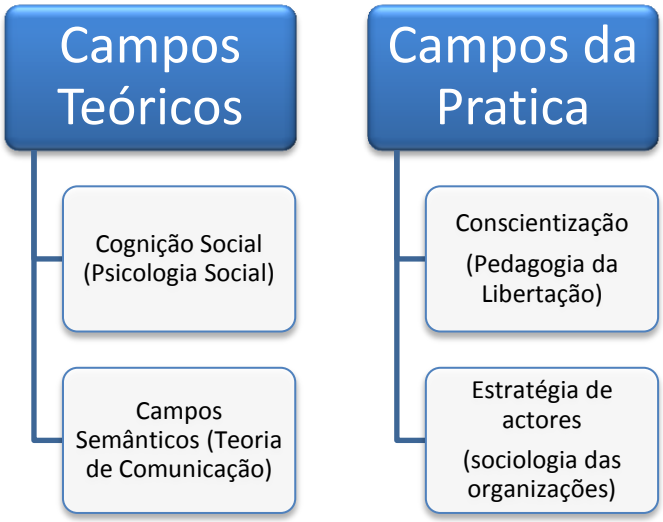

Campos Teóricos
Cognição Social (Psicologia Social)
Campos Semânticos (Teoria de Comunicação)
Campos da Pratica
Conscientização (Pedagogia da Libertação)
Estratégia de actores (sociologia das organizações)

Ilustração 2 – Contribuições metodológicas para a análise da sociomnese como proposta para uma museologia da ação

Para o primeiro campo, e respondendo à questão de como é que as memórias podem então ser estudadas. Partimos da análise da memória como uma representação mental. As representações podem ser **analógicas**, quando baseadas na perceção e (na imagem mental), ou representações proposicionais, baseadas nos significados (são abstratas, são conjuntos subjacentes a uma situação, semelhantes à linguagem).

As imagens mentais podem assumir-se com uma representação de superfície (uma representação quase figural) ou uma representação profunda (que corresponde à memória armazenada de longo prazo e que é utilizada para gerar informação de superfície).Essas representações profundas podem gerar representações de superfície: a informação literal (codificação do objeto) e informação preposicional (descreve um objeto em termo verbais). O modelo mental (é uma terceira forma de constructo representacional). Pode ser analógica ou em parte preposicional. Representam unidades específicas contendo um conjunto de preposições indeterminadas.

Por sua vez as representações preposicionais são a preposição é a mais pequena unidade de conhecimento, sobre a qual faz sentido enunciar um juízo de verdadeiro ou falso. Na análise preposicional só o significado do acontecimento é representado. Os detalhes são essenciais mas não são representados. Estas constituem o código básico. A "língua mentis" (JESUÍNO, 2000, p. 314 -355) na qual toda a atividade cognitiva é processada. Todas as representações são abstratas e referem-se a objetos e relações conceptuais, o que não depende de qualquer linguagem natural ou de qualquer modalidade sensorial. A representação, num modelo matemático é um cálculo de predicados. Linearmente é representada como uma

relação, seguida duma lista ordenada de argumentos (as relações correspondem a verbos, adjetivos ou outros elementos relacionais, os argumentos correspondem aos substantivos). As relações estabelecem conexões entre as entidades referidas pelos substantivos[98].

Outra forma de representação é a rede preposicional. As preposições são relações e argumentos são designados por nós, e entre eles estabelecem-se elos ou arcos de ligação. A rede proposicional é um esquema básico da psicologia cognitiva. *"São essenciais na compreensão da linguagem, permitindo caracterizar as representações conceptuais de verbos e substantivos. Na organização da memória constituem os elementos básicos da memória semântica e de estruturas cognitivas como esquemas e guiões (script). São igualmente centrais nas resoluções de problemas" (JESUÍNO, 2000, p. 314- 355).*

Ainda no âmbito da cognição é importante analisar a formação das estruturas cognitivas. A estrutura cognitiva é como um Esquema; ou seja um conjunto de conceitos constituindo o conhecimento genérico sobre objetos, acontecimentos ou situações, adquirido através da experiencia exterior. Representa informação genérica, mais global do que as palavras e conceitos. São uma forma de simplificar a realidade ao permitiram a interpretação de instâncias específicas a partir de casos gerais. Permitem ir além da realidade complementando ou completando os dados da memória. Sobre os esquemas são criados um guião, que é a aplicação dos esquemas a situações sequenciais. Uma sequencia de ações ordenadas de forma causal e temporal, incluindo atores, objetos e localizações típicas.

A partir da ação são criados protótipos – Os conceitos seriam então definíveis em termos de atributos necessários e suficientes. Isso implica que os atributos sejam identificáveis, que existam fronteiras claras entre categorias conceptuais, onde a pertença seja tudo ou nada, e não uma questão de grau. Eleanor Rosch, que trabalhou a questão da formação de categorias[99], afirma que as categorias se organizam em torno de modelos (exemplares típicos). A inclusão dum exemplar numa categoria depende da comparação efetuada com o protótipo.

Ora, para a criação de categorias haverá portanto que criar um modelo relacional. No nosso trabalho vamos utilizar os métodos de Resolução de Problemas como processo cognitivo. A Resolução dum problema é um método para atingir um objetivo quando o objetivo não se encontra imediatamente disponível. Quais são as fases dum problema. Temos que no Estado Inicial definir os Objetivos a Alcançar, as regras ou estratégias a utilizar[100]. A

[98] Por exemplo "João bateu no Manuel com um pau", a representação é BATEU (João, pau, Manuel,)
[99] Eleanor ROSCH nos anos setenta trabalha o processo de categorização de imagens mentais
[100] Este exercício é no fundo o método das atividades científicas

utilização duma estratégia implica a decomposição do problema em unidades mais pequenas.

O primeiro passo é então a compreensão do problema: Temos que criar uma representação interna coerente e relacionada com os conhecimentos prévios. Implica portanto o uso da memória. Esta é a fase da consciencialização. São suas características a: Coerência interna (narrativa lógica, com sentido), a Ancoragem ou assimilação em conhecimento – assegura a continuidade do pensamento e constitui o princípio da resolução. Mobilização da memória e fixação das imagens significativas. A importância do escrito.

Num segundo momento terá que se criar a representação do problema – criação de símbolos, matriz, diagramas, árvores, gráficos. Finalmente o terceiro momento é a mobilização dos resultados – resolução (construção do algoritmo[101].

Os métodos de trabalho para resolução dos problemas também podem variar. Em primeiro lugar é necessário construir o espaço do problema. É em regra a atividade mais complexa, pois exige antever o conjunto de possíveis alternativas de que um sujeito tem conhecimento. A resolução do problema é a redução progressiva dos campos de incerteza do espaço do problema até uma dimensão razoável da análise (criação de unidades de análise). A partir da formulação dos vários espaços constitutivos, aplicamos a heurísticas. Uma busca seletiva de espaço onde é mais provável encontrar a solução para o problema.[102].

Nos casos simples onde o espaço é limitado é possível analisar todas as situações. Na maioria dos casos o reconhecimento imediato (processo de reconhecimento Processo de mobilização da memória por analogia) pode levar a um conjunto de soluções possíveis. Quando o espaço do problema é grande a heurística é importante. Uma das heurísticas mais comuns é a análise estratégica (análise dos meios e dos fins). Transformação do problema em problemas mais pequenos (táticas). Nos problemas intermédios é necessário avaliar o ajustamento entre o estado inicial, e o contributo para a redução dos espaços final (objetivo).

[101] Processo de cálculo ou de resolução de um grupo de problemas semelhantes, em que se estipulam, com generalidade e sem restrições, regras formais para a obtenção dos resultados, ou da solução do problema. No processamento de dados os algoritmo é um conjunto predeterminado e bem definido de regras e processos destinados à solução de um problema com um conjunto finito de etapas, em álgebra, o que se destina á divisão de dois polinómios. Exemplo em matemática: Algoritmo de Euclides (a determinação do máximo divisor comum de dois números inteiros)

[102] Por Exemplo: 3 canibais e 3 missionários estão à beira dum rio para passar para o outro lado com um barco que só transporta duas pessoas. O problema é elaborar um plano de transporte de missionários e dos canibais duma margem para a outra, utilizando o barco, e tendo em atenção as regras (constrangimento: os missionários nunca podem ficar em minoria).

Outro método de resolução do problema é exploração do fim para o princípio. Define-se o estado final e recua-se para o princípio.

O constrangimento à resolução dos problemas. O constrangimento pode resultar do estado de estruturação do problema. (quando o estado inicial e o estado final não são bem conhecidos, as regras não são bem especificadas). Quando isso sucede, o problema está mal estruturado: as regras não podem ser definidas, nem os resultados avaliados.

A museologia intervém na resolução de problemas mal estruturados (nesse sentido é uma ciência revolucionária). Qual é a estratégia para resolução dos problemas mal estruturados: Temos que trabalhar os micros problemas isoladamente e tentar compatibilizar as soluções para podermos efetuar a reformulação das regras (redução ou delimitação do espaço). A solução satisfatória, num quadro de possibilidades infinitas, encontra-se quando se preencham resultados mínimos. Resultam por vezes duma visão súbita (insigth vision- rutura epistemológica). Então, como é se produz a cognição social. A cognição social emerge como processo através dum duplo processo. Por via da influência social por um lado e por via dos próprios processos cognitivos dos objetos sócias pelo individuo por outro. (JESUÍNO, 2000, p. 343-356)

Como é que então os mapas conceptuais podem ser úteis como ferramenta de resolução dos problemas. A memória como vimos para é a permanência do objeto e o processo de memorização (como processo social é resulta duma interação entre o individuo e o social) é a deslocação do objeto no espaço e sua retenção na perceção. Como afirma Mário Chagas quando, nós podemos ser prisioneiros dos objetos quando eles nos constroem. (CHAGAS, 2008).

Por essa razão, nós partimos da formulação do mapa conceptual para a criação dos mapas mnemónicos. Na forma o processo é idêntico, mas na produção de significação adicionámos-lhe esta componente reflexiva de efeito de espelhos, em que a aplicação do mapa como metodologia é, antes de mais a expressão da construção do nosso processo cognitivo. Por essa razão, ao introduzir o a sua operacionalização como um método de participação, onde o grupo, no âmbito das metodologias da conscientização, constrói socialmente o seu mapa cognitivo. É sobre essa construção cognitiva do grupo que se desenvolve o processo museológico, sendo a ação museológica uma operação de salvaguarda da informação e a sua comunicação.

O nosso modelo interpretativo parte então da teoria da comunicação. Partimos do pressuposto, já trabalhado pela cognição, de que a aquisição de nova informação se pode

concretizar por transmissão ou por descoberta. Ao aplicarmos o modelo do processamento da informação verificamos que a memória é um fluxo de informação que entra e sai do cérebro percorrendo determinados passos. O meio é o emissor da informação, processado no cérebro. A receção produz três tipos de unidades estruturais: O registo sensorial (1), onde se inscrevem a perceção vital da segurança; a memória de curto prazo (2) onde se inscrevem as funções de controlo mecânico ou de ação; e as memória de Longo Prazo (3), que mobilizam os significados conscientes.

A informação é processada por efetores que constituem a linearidade e sequencialidade das estruturas e dos fluxos de informação. Após ter sido recebida a informação entra primeiro no registo (ou memória) sensorial (visual ou auditiva), onde é guardada apenas por poucos segundos. Se lhe é dada atenção, a informação é selecionada e depois transferida para o primeiro dos dois registos – a memória de curto prazo -, onde a capacidade de retenção, embora superior à do registo sensorial, mas é limitada a cerca de sete itens separados, com a duração de menos de um minuto. Se esta informação for sujeita a determinados processos de controlo, treino e ensaio (repetição e codificação), é processada e transferida para o segundo registo – a memória de longo prazo -, onde ficará permanentemente retida. A informação ficará disponível para ser recuperada (output), caso seja possível localiza-la e torna-la acessível. Aqui entram as estratégias de recuperação da informação (POCINHO, 2004).

A questão da apropriação da informação pode então ser classificada em função da produção do Efetores. Se o seu processo de produção tem como objetivo condicionar ou manipular o sujeito, os conteúdos são vinculados como produtos finais, e os sujeitos são coagidos à sua apropriação e posterior reprodução. Se a estratégia de produção é centrada no sujeito, no seu processo de descoberta, o sujeito atinge o conhecimento por si, incorporando-o na sua estrutura cognitiva. O seu aparelho conceptual passa assim a dispor de mais informação que o sujeito pode relacionar com o seu conhecimento prévio, produzindo informação significativa.

A produção de memória é então um produto que resulta dum processo bio-socio-cultural que envolve a interação entre os conhecimentos logicamente significativos (enquadrados num mapa de significado) – os subsunçores[103] (conhecimentos previamente ancora-

[103] Subsunção: Efeito de Subsumir, do latim "incluir ou colocar (alguma coisa) em algo maior, mais amplo, do qual aquela coisa seria parte ou componente". (HOUAISS, 2003, III, p 3404). Na doutrina de Kant, representa uma coisa que transcende a si própria.

dos, organizados e relevantes para a estrutura cognitiva do sujeito) e o processo cognitivo do mesmo sujeito (que é um ancoradouro à espera de novas informações e experiencia). A experiencia significativa vai produzir alterações na estrutura cognitiva porque introduz novas interações.

Esta relação entre o subsunçor e a nova informação, que reflete uma realidade de dependência (causal) entre a estrutura cognitiva preexistente e a nova informação. Se a nova informação não é relevante não produz conclusão. (experiencia nula, ou desordenada) Se as novas ideias são suscetíveis de serem abrangentes da estrutura cognitiva, a informação é assimilada (experiencia significativa supraordenada)

A construção deste modelo interpretativo, feito por via da cognição social, no seu cruzamento com a teoria da comunicação constitui os utensílios teóricos que fundamenta a construção do mapa mnemónico, com o qual partimos como proposta de aplicamos das metodologias da conscientização. Mais à frente detalharemos no concreto o processo de construção dos mapas mentais como base do nosso trabalho. Propomos uma análise do processo museológico como resultado dum diálogo entre a produção e o consumo de marcadores de memórias, que se constituem como objetos de conhecimento onde o sujeito (museólogo) opera uma intenção de preservação /conservação, para os devolver à comunidade como instrumento de construção do seu futuro.

Sendo estes marcadores de memória objetos socialmente partilhados, a sua produção é operada por cada indivíduo, que de acordo coma sua posição no conjunto social e das tensões geradas nessa comunidade. O mapa mnemónico constitui-se assim como um quadro de referência de cada indivíduo em relação a si, aos seus objetos socialmente qualificados e em relação ao contexto e à comunidade. Mas também como veremos, a produção desses mapas não constitui a essência do processo museológico, nem constitui o seu objetivo. Eles são apenas uma proposta de criar um processo experimental significativo na comunidade que permita criar uma ação museológica. Eles são também para o museólogo forma de representar o seu diálogo com a comunidade e de exprimir o seu compromisso.

1.4.4. A validação do modelo de análise da sociomnese

O modelo teórico que construímos para fundamentar a aplicação da nossa metodologia de construção da sociomnese de Ilha de Moçambique e que constitui a base do processo museológico que propomos assenta na contribuição da conscientização, na cognição social, na teoria da comunicação e na análise do posicionamento estratégico dos atores.

A conscientização fornece-nos o processo de trabalho com a comunidade e estabelece-se os fins do processo de ação. A conscientização baliza-nos os fins e os meios. Os meios partem da cognição social, construída pelo mapa mnemónico como proposta de narrativa da ação na comunidade para identificação das suas memórias sociais. Como temos vindo a referir, o objetivo não é descrever esse processo relacional. O objetivo é criar a partir dele uma consciência crítica que fundamente uma ação crítica. A consciência critica desse processo emerge da utilização dos mapas mnemónicos como fundamento da construção duma narrativa da sociomnese da comunidade como processo participado de construção de futuros. O mapa mnemónico é um instrumento que serve para construir o compromisso dessa ação, através da participação dos atores e da análise do seu posicionamento na formação social.

A validação do modelo parte dessa possibilidade de analisarmos a narrativa de produção simbólica exteriorizada pela memória social (textos escritos, objetos patrimoniais, elementos mnemónicos tais como gestos sociais, modos de vestir, representações sociais) e procurar os seus valores preposicionais como fatores constitutivos de uma ação de grupo. A função museológica concretiza-se na salvaguarda da produção dos marcadores de memória e no consumo da sua exteriorização como ação comunicativa

O processo de investigação dos marcadores de memória é construído pela aplicação do método de Paulo Freire, especificamente adaptado como um processo gerador duma consciência mnemónica voltada para a valorização da ação a partir das heranças e patrimónios. O método tem por base as três fases propostas por Freire. Uma primeira, com base no ***círculo museológico***, a que chamamos de Investigação, onde se procura em conjunto encontrar os temas mais significativos da vida dos participantes. De seguida, a fase de Tematização, procura-se que se crie uma consciência do mundo através da análise dos significados sociais das memórias e das heranças. Finalmente uma última fase Da Problematização, onde o participante é desafiado a assumir uma ação conscientizada. Assumir uma representação da sua memória como ação museológica.

A aplicação da metodologia parte para a construção do mapa mnemónico com a apresentação de imagens geradoras. São as imagens geradoras que permitem, quer ao museólogo, quer aos participantes do grupo partir para a descoberta do universo mnemónico e ao mesmo tempo desenvolverem as suas relações intergrupais. Essas imagens geradoras podem ser obtidas através de conversas informais e da observação do contexto, podem ser atividades de descoberta propostas para animação do grupo. Essas imagens são posterior-

mente debatidas em termos de significados. No nosso caso testamos cerca de 12 imagens. A partir das imagens o grupo é então convidado a produzir, primeiros individualmente, novas imagens mnemónicas. (textos, desenhos, história oral). Individualmente cada um dos membros é convidado a apresentar os elementos produzidos aos grupos, e com ele debater os seus significados. O resultado da apresentação pode ser exposto. Finalmente, o grupo é convidado a produzir coletivamente um conjunto de imagens simbólicas que representem a sua memória e herança. Esse trabalho deve ser discutido coletivamente. É dele que emerge a conscientização. O resultado é igualmente exposto.

A partir das imagens geradoras, é possível identificar os campos de significados mnemónicos. O objetivo do método é, através da interação dos membros do grupo, permitir a tomada de consciência sobre os elementos mnemónicos socialmente relevantes. Sobre esses elementos relevantes vamos desenvolver o trabalho museológico.

Cada unidade de análise constitui-se como um campo semântico onde sucessivamente se produzem elementos significativos, que se constituem como os elementos de produção de marcadores de memória. A atribuição de significação semântica é feita com base na sua mobilização como elemento de produção de memória. Esse será nosso mapa mnemónico que é sucessivamente reconstruído como instrumento, ao mesmo tempo que é devolvido ao grupo através da sua dinâmica de comunicação. Como cada unidade de significação pode ser analisada em função da sua qualidade e pela sua quantidade e frequência (adesão). O método de análise será repetido por cada qualidade de objeto mnemónico (o princípio da comparação só permite comparar objetos de características comuns) e pode ser utilizado em situações de crescente complexidade do trabalho de grupo.

2. O TRÂNSITO DA MUSEOLOGIA SOBRE A ILHA DE MOÇAMBIQUE

Neste ponto vamos analisar a problemática da construção do objeto museológico da "Ilha de Moçambique". Vamos justificar a sua pertinência a partir dos olhares que sobre ela se constituíram, e argumentar com as propostas de ação sociomuseológica podem constituir-se como uma ação inovadora.

A partir da sociomuseologia como campo do conhecimento faremos ainda um breve balanço sobre o "Estado da Arte" da museologia e sobre os trânsitos emergentes numa museologia construída a partir dos olhares do sul.

Este capítulo inicia o diálogo entre o caso (da Ilha de Moçambique) e o processo (museológico) constituído como o campo duma problemática de relação entre o fato (museológico) e o discurso sobre esse fato como representação. Um conceito-chave que a sociomnese se propõe operar enquanto expressão duma dupla consciência. A construção duma realidade a partir das suas representações e a constituição dessas representações como uma realidade. A nossa leitura constitui-se como um trânsito que opera a relação de interdependência entre os campos de representação.

2.1. A Ilha de Moçambique como objeto de conhecimento museológico

A Ilha de Moçambique como objeto de conhecimento museológico é uma preposição que vamos procurar validar a partir duma proposta de trânsito olhar sobre o espaço e sobre o processo museológico para construção duma proposta de ação sociomuseológica. Assumimos assim a condição da experiência da viagem à ilha de Moçambique. Um viajante que entra e que sai do espaço com os instrumentos da análise museológica. O nosso olhar é externo à ilha de Moçambique com a qual não tínhamos qualquer outra relação anterior a esta viagem para a construção dum processo museológico. O nosso propósito como museólogo é balizado pela necessidade de elaborar uma proposta de ação museológica, de nela inscrever objetivos projetivos de ação com base numa reflexão sobre a sociomuseologia. A nossa proposta como projeto é também um trânsito, não obstante a consciência de que o objeto exterior, a Ilha de Moçambique existe para além desse projeto. Este nosso trabalho, enquanto proposta é apenas uma possibilidade.

Iniciamos agora o discurso com a descrição das condições pessoais de partida para esclarecer os dados anteriores a este processo. O nosso conhecimento sobre Ilha de Moçambique foi constituído no âmbito dos processos de conhecimento da historiografia. A Ilha de Moçambique é uma referência constante em várias problemáticas da História. Mas até à minha experiencia direta de "viagem" à Ilha esse conhecimento era mediado por imagens, livros, textos, opiniões de outros. Como acontece com tudo o que é acessível por meio de representações a Ilha de Moçambique começou por ser um objeto imaginado.

Uma curta viagem de lazer em 2007 foi a experiencia que permitiu vivenciar o espaço e as gentes. A experiencia da ilha encantou-me e provocou um conjunto variado de questões. Essas mesmas questões conduziram as minhas pesquisas iniciais quando tomei a decisão de a tomar como meu objeto do doutoramento em simultâneo com a construção dum novo projeto profissional. Mais tarde, com a leitura sucessiva de textos sobre a Ilha de Moçambique, concluí que essa mesma experiencia, vivida e relatada por outros, confirmava a singularidade do sítio. A base da constituição da "vontade de conhecimento" sobre este espaço é portanto o ser um lugar singular. Explicar a singularidade do sítio tornou-se então nesse primeiro desafio.

A partir dessa primeira questão fomos construindo o nosso processo de investigação. Em primeiro lugar, explicar o que este espaço contém de interesse como fenómeno, para em segundo lugar nele inscrever um processo museológico.

A partir dum primeiro esboço de problematização e de uma seleção prévia de metodologias lançamo-nos num trabalho de campo. Uma viagem com a duração de dois meses, com imersão no espaço da Ilha de Moçambique, onde desenvolvemos trabalho de investigação com a comunidade, ao mesmo tempo que aplicamos alguns procedimentos metodológicos que mais à frente apresentamos. Durante a investigação no terreno, uma constante diálogo entre os resultados da investigação e a sua fundamentação teórica. Uma problematização constante sobre a singularidade do espaço. De regresso, o material recolhido é trabalhado e são realizadas investigações complementares para sustentar e desenvolver a interpretação dos fenómenos observados e vividos. Um intenso diálogo entre a problemática e as memórias vividas e registadas balizou os resultados que agora apresentamos, com a consciência que esta é apenas uma possibilidade de narrativa.

Como é natural, dependendo de condições tão diversas, como os estados emocionais, as sensibilidades, as vivências que nos acompanharam, todos nós temos os nossos luga-

res de memórias[104], locais singulares, de rememoração, sobre os quais construímos e reconstruímos narrativas e que por vezes revisitamos.

No caso concreto de Ilha de Moçambique, apercebi-me depois, que essas sensações, essas perceções de qualquer coisa de único era comum a um vasto número de viajantes que de diversas formas foram construindo memória sobre o espaço. Sobre esta Ilha do Índico foram lançados vários olhares, da história, da literatura, da antropologia. Foi classificada, toda a ilha, como Património da Humanidade pela UNESCO[105]. Organizaram-se vários seminários, encontros, conferencias com o tema da *lha de Moçambique.* A cooperação portuguesa elegeu-a como um espaço estratégico de concentração de instrumentos de cooperação. Para além disso, e como resultado disso, existe uma acentuada pressão na ilha para se tornar um destino turístico. Um vasto conjunto de questões de contemporaneidade que são partilhadas pelos visitantes e um conjunto de questões que motivam os seus habitantes e os mobilizam para a ação sobre as suas heranças patrimoniais.

Para sairmos da subjetividade das perceções individuais mobilizemos a escrita da Professora Gilda Santos (SANTOS, 2002), catedrática da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde rege a cátedra Jorge de Sena e que em 2001 organizou um seminário sobre a ilha de Moçambique[106] e que afirma: *"Sendo a Ilha de Moçambique um local de cruzamentos de várias culturas, decidimos elege-la como tema deste Colóquio. Historicamente, essa ilha guarda memórias conflituosas e tensas relações entre África, Brasil e Portugal. Literariamente, foi cantada por vozes de grande expressão: Camões, Jorge de Sena, Tomás António Gonzaga (exilado na Ilha) e, naturalmente, por muitos poetas moçambicanos: Rui Knopfli, Alberto de Lacerda, Orlando Mendes, Glória de Sant'anna, Vergílio de Lemos, Luís Carlos Patraquim, Eduardo White, Nelson Saúte e outros. A importância conferida "à Ilha" não só por ter sido um porto seguro à navegação que se realizou no Indico, mas também por ter atraído diferentes mercadores que ali se fixaram, visando o comércio do ouro, especiarias, do marfim e também dos escravos, muitos dos quais foram embarcados para o Brasil. Pela Ilha de Moçambique passaram diversos navegadores da Europa, do Oriente e da Arábia. A Matriz bantu absorveu muitas heranças de que estes povos foram portadores e, por isso, ainda hoje, encontramos, nos usos e práticas sociais, na religião, na própria língua, na indumentária, nas danças, sinais da interação cultural que ali se desenvolveu"*[107]*."* (SANTOS, 2002)

---

[104] Título da obra de Pierre NORA *Les Lieux de Mémoire* (NORA, 1984), Mais à frente este assunto será abordado.

[105] A classificação da Ilha de Moçambique como património da Humanidade foi feita na 15 Sessão do Comité do Património Mundial, realizada na cidade tunisina de Cartago, entre 9 e 13 de dezembro de 1991. Com base em dois critérios: o critério IV e VI.

[106]A Revista é a publicação das Comunicações do colóquio "Ilha de Moçambique Entrecruzar de Culturas, Sonhos e Memórias", organizado pela Cátedra Jorge de Sena no Rio de Janeiro.

[107]Trecho da autoria de Adriano Afonso Meleine, retirado do site www.jenelanaweb.com/viagens/mocambique.html, (nota da autora)

Um olhar que interroga a diversidade das imagens percecionadas. Um olhar do viajante que motiva a inspiração do poeta[108]. Um primeiro elemento de relevância a reter. De seguida acrescenta: *"Além dessas motivações histórico-culturais, lembramos que o arquétipo dos espaços insulares é recorrente em diferentes tempos e culturas. Desde o maravilhoso arcaico aos dias atuais, o imaginário das ilhas sempre esteve ligado aos temas das viagens, das utopias. Para alguns povos, as ilhas se afiguravam como lugares paradisíacos de proteção e refúgio. Para outros entretanto, se apresentavam como espaços de perigo, morada de monstros e seres tenebrosos* (SANTOS, 2002). Um segundo elemento, o espaço de Utopia "*Com as suas configurações circulares, fechadas, ovais ou arredondadas, as ilhas cercadas por águas profundas, representam um convite a descobertas, que tanto podem ser físicas como psíquicas".* (Santos, 2002).

Após uma breve descrição da história da Ilha e de um conjunto de considerações a propósito da sua condição colonial aborda a questão dos "cruzamentos que a história produziu": *"Segundo Eduard Said, no seu livro Orientalismo*, (afirma que)*) a relação de poder entre o Ocidente e o Oriente foi edificada em torno de questões de poder; e, para que este fosse alcançado, o Ocidente sempre representou negativamente os árabes e indianos, caracterizando-os como povos nômades, exóticos, desonestos, ladrões traficantes de escravos, ouro e marfim. Desse modo, conforme Said, a imagem do "Oriente foi, quase sempre, tecida como uma invenção do Ocidente para justificar a hegemonia deste último"* (SAID, 1990, p. 13) *Não conseguindo estripar totalmente os cultos e costumes árabes, a política lusitana foi de segregá-los, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, época em que se desenvolveu a verdadeira colonização portuguesa em África, pois, até então, Portugal estivera ocupado com o* comércio *do ouro e com o tráfico negreiro para o Brasil. A Ilha de Moçambique faz parte da rota da escravidão, funcionando como depósito dos escravos que eram vendidos para as Américas. Com o fim do tráfico, a Ilha entrou em decadência, mas os povos que por lá passaram deixaram as suas marcas culturais presentes em costumes e cultos que continuaram a ser praticados, como regista, por exemplo José Craveirinha, na crónica A voz de Maulide", onde focaliza velhos macuas, islamizados, a lerem o livro sagrado e a entoarem cânticos, animados pelo som da daíra."* (SANTOS, 2002)

Invoca por fim um terceiro elemento, mobilizando a figura de referência dos Estudos Pós-Coloniais, para legitimar a sua apresentação da singularidade da ilha como objeto de estudo. A ideia de singularidade é dada pela sua diversidade mostrada aos olhares dos viajantes. Na busca da sua problematização mergulhando na "essência" vivencial da ilha, descreve-a também como local de resistência à condição colonial, de criação duma vivência própria. *"Durante a ocupação portuguesa, as ilhas tornaram-se pontos estratégicos de defesa do continente; foram também locais de exílio e prisões. Mais tarde, com as lutas pela independência e posteriormente, com a guerra civil, cujas batalhas foram travadas, na maioria das vezes, no interior do continente, alguns desses*

[108] Jorge de Sena (1919-1978). Poeta. É durante o século XX um dos grandes cultores da língua portuguesa.

espaços insulares foram usados como lugares de detenção e tortura; outros serviram de refúgio aos deslocados de guerra. Esquecidas durante anos, algumas dessas ilhas guardam contudo, em suas estranhas arquiteturas e costumes, muitas tradições, tornando-se desse modo, metamórficos depósitos de vestígios culturais que sobreviveram a séculos de opressão." (SANTOS, 2002)

Repensar a memória da ilha por poetas, pintores, historiadores e sociólogos foi o desafio desse colóquio. Como veremos mais à frente, praticamente todas as iniciativas tomadas em torno da ilha de Moçambique têm como ponto de partida o resgate da memória como uma contribuição para suster a dissolução que se pressente. Mas para além dessas memórias individuais, onde é que está a memória social da Ilha de Moçambique? Interrogámo-nos então também. Que memórias são estas que observamos nesta Ilha que tanta inquietação produz nos seus visitantes.

Esta consciência que hoje temos desta singularidade foi na altura da nossa primeira visita um desafio intuído. Também foi essa uma das razões do nosso projeto, que passava por saber qual era a possível forma da minha intervenção neste espaço singular. Tornada objeto do projeto de Doutoramento, havia que responder a outras questões. O que é e como é que museologia podia acrescentar valor de conhecimento ao que já foi produzido e tão largamente partilhadas por tão variadas gentes de diferentes áreas e espaços.

Elenquemos então os problemas que o texto levanta: Começa pela questão do "entrecruzamento de culturas". África, Europa e Brasil diz a autora. Esta é uma constante nas referências a esta ilha. Ela é sistematicamente olhada como um local de "encontro de culturas", de "multiculturalismo", de "diálogos culturais". Estamos portanto a enfrentar um conjunto de problemas que inscrevem a Ilha do Moçambique no âmbito das problemáticas da interculturalidade, que como a seguir se verá é uma área de trabalho das ciências sociais contemporâneas.

O texto levanta ainda mais um conjunto de questões. Ao mobilizar as leituras da história, da literatura, da poesia, inscreve-a, enquanto objeto de investigação no âmbito duma área multidisciplinar, como é os Estudos Culturais, e o Pós-colonialismo. Note-se, que destes campos reconhecem-se contributos tão diferenciados que vão de Camões a Jorge de Sena, e acrescento eu, de outras figuras da cultura, que com diferentes propósitos escreveram sobre a Ilha de Moçambique, como são os casos de, Alexandre Lobato, Virgínia Rau, Orlando Ribeiro, Rui Knopfli, José Craveirinha, entre outros, que mais à frente trabalharemos. Todas estas referências têm ainda como pano de fundo a condição de Ilha como espaço

de utopia, cuja formulação tem sido uma conceção basilar no pensamento eurocêntrico moderno.

Sobre a Ilha de Moçambique como objeto de estudo multiplicaram-se na última vintena de anos as abordagens. Num outro seminário, realizado em 1999, organizados por Mário Zamponi e Matteo Angius, com o título de "Ilha de Moçambique: Convergência de Povos e Cultura" (MATTEO & ZAMPONI, 1999) também se evoca este "fascínio" da Ilha que "*evoca imagens diferentes conforme quem a observe*" (MATTEO & ZAMPONI, 1999, p. 7). Esta atração pela singularidade prossegue "*Para os portugueses é lugar de exaltação da epopeia marítima e colonial de Portugal*". De seguida fala da cidade "que cresceu como produto da miscigenação" ou da "*Cidade de macuti, dos indígenas, com a sua população variada foi durante séculos lugar de uma mestiçagem contínua que produziu uma miscigenação de culturas, que apesar da diáspora, da mudança radical da população da ilha provocada pela sua decadência, e pelas consequências da guerra que a encheram de refugiados, guarda marcas culturais específicas que, por vezes, se enriquecem de novas contribuições que acabaram por influenciar as populações do interior* (MATTEO & ZAMPONI, 1999, p. 7). E remata com "*a Ilha de Moçambique é uma espécie de metáfora da identidade moçambicana: encruzilhada de antigas mestiçagens ao longo das costas e dos caminhos comercias com o interior, que produziram sincretismos culturais que nem a dominação colonial, com as suas políticas de subordinação (…) conseguiram quebrar."* (MATTEO & ZAMPONI, 1999, p. 8). Estamos portanto no domínio da busca das raízes da identidade.

Conclui a sua explanação afirmando que para todos os colaboradores do volume "*a ilha é um lugar de saudade e de memória*" que "*porém é também muito claramente um lugar privilegiado que evoca aquela identidade moçambicana, variada, ambígua na sua complexidade, evasiva como a sua história secular, muitas vezes intraduzível na própria África*" (MATTEO & ZAMPONI, 1999, p. 8).

Ao inscrever a análise da ilha de Moçambique como um objeto singular estes dois autores propõem um roteiro que coloca esta Ilha no centro da construção das problemáticas da contemporaneidade. Estes textos introdutórios das respetivas publicações antecipam os roteiros de conhecimento que propõem no corpo da publicação. Os textos que elas incluem, os respetivos autores, e que recordamos são apenas alguns dos que identificamos, vão equacionar diversas problemáticas das ciências sociais contemporâneas que esta ilha permite inscrever. Em primeiro lugar a ideia de Utopia, a ideia de espaço de redenção que atravessa o pensamento moderno de matriz europeia. Depois a ilha como palco de jogos de poder e de trânsitos diversos. Foi local de tráfico negreiro, foi local de relações de poder diferenciado que originaram resistências e narrativas diferenciadas. É portanto um local de memórias híbridas. Um local da Saudade, um espaço da mistura das gentes onde a habitual categoriza-

ção cultural não encontra ancoragem. Afirma-se ainda que a questão da conservação ou da reconstrução não pode transformar a ilha num museu. Equacionam-se os projetos turísticos ora como "como redentores ora como ameaças". E qual é no meio de tantas e tão variadas abordagens o lugar dos seus habitantes? E como é que neste espaço a proposta da sociomuseologia pode inovar nas problemáticas já tão densamente exploradas?

Nos vários textos que fomos lendo não encontramos uma reflexão feita a partir da museologia. Será pertinente interrogar-nos sobre qual os contributos que a museologia pode acrescentar ao conhecimento da problemática sobre a Ilha de Moçambique como objeto híbrido da modernidade. Ao mesmo tempo, essa questão deverá igualmente contribuir para esclarecer a forma como a problemática desta singularidade pode contribuir para o conhecimento museológico.

Parte destas questões só poderão naturalmente ser respondidas no final da narrativa desta tese, afirmando ou infirmando o seu valor. Mas vale a pena descrever, ainda de forma sucinta as razões da escolha desta área epistemológica.

Afirmamos no início que este era um trabalho sobre sociomuseologia. Convirá esclarecer o que é que isso significa. Também afirmamos a certa altura que para além deste trabalho, existe um projeto pessoal em relação ao tema escolhido. Convém esclarecer também o que pertence ao domínio do trabalho científico com as suas regras epistemológicas e metodologias específicas, ainda que essa "ciência" possa ser comprometida; separando-se assim as questões que se inscrevem no domínio dos interesses individuais e profissionais, portanto sem relevância para a problemática museológica.

A sociomuseologia, segundo Mário Moutinho[109], que em 2007 apresentou no Encontro do MINOM em Setúbal uma "Proposta de Definição Evolutiva"[110] é uma disciplina de relação entre saberes e que usa recursos de várias disciplinas. "*A sociomuseologia constitui-se (...) como uma área disciplinar de ensino, investigação e atuação que privilegia a articulação da museologia em particular com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos Estudos do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planeamento do Território*". Prossegue enumerando algumas das suas funções: "*A abordagem multidisciplinar da sociomuseologia visa consolidar o reconhecimento da museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assente na igualdade de oportunidades e na inclusão social e económica*". Enumera alguma das suas ferramentas "*A sociomuseologia assenta a sua interven-*

[109] MOUTINHO, Mário C. (2007). "Definição evolutiva de Sociomuseologia - Proposta de reflexão" in Atelier Internacional do MINOM, Lisboa Setúbal, setembro 2007

[110] A proposta de Moutinho tem uma clara ressonância com esse outro artigo de Georges-Henri Riviere "Ecomuseum – an evolutive definition", um artigo que marcou decisivamente as práticas de renovação da museologia na Europa e na América (RIVIÈRE,1985)

ção social no património cultural e natural, tangível e intangível da humanidade". Finalmente individualiza a produção deste saber com a afirmação: *"O que caracteriza a sociomuseologia não é propriamente a natureza dos seus pressupostos e dos seus objetivos, como acontece em outras áreas do conhecimento, mas a interdisciplinaridade com que apela a áreas do conhecimento perfeitamente consolidadas e as relaciona com a Museologia propriamente dita".* (MOUTINHO, 2007)

A museologia é então um campo do conhecimento multi e interdisciplinar, em construção. Mas esta afirmação deste campo científico ao nível do senso comum ainda surge associada ao "Estudo dos Museus", gerando um equívoco entre a configuração organizacional de génese eurocêntrica[111], o seu campo de conhecimento e as práticas científicas a ele associado. A museologia como campo do conhecimento tende a afirmar-se como um fenómeno contemporâneo, que trabalha sobre questões sociais contemporâneas. É no âmbito dessa fenomenologia que aborda as questões dos museus com base numa "metodologia científica". A museologia distingue-se desta como campo científico pela sua prática onde confluem diversos tipos de saberes que são alocados aos processos de salvaguarda e comunicação

A relativa ausência de precisão conceitual no senso comum em torno do conceito de museologia traduz uma condição de área de saber emergente com a sua formalização ainda a decorrer. Independentemente da precisão conceitual a museologia, o campo de conhecimento tende mais recentemente a inscrever-se no campo da complexidade, o que aliás vem ao encontro duma tradição nas ciências socais, que a seguir explicitaremos melhor.

A abordagem museológica é uma opção do investigador em função do seu objeto de análise. Nesse âmbito, como opção a sociomuseologia é uma proposta de análise de inscrever a ciência no campo da complexidade do pensamento científico contemporâneo, colo-

[111] Bastará por exemplo atentar aos significados expressos nos dicionários comuns ou à organização do sistema de classificação de assuntos nas bibliotecas onde museologia e estudos sobre museus e a museografia surgem sistematicamente agregados em termos de significação. Há na génese dos museus eurocêntricos uma legitimação pela sua história. Radicando na antiguidade clássica e nas coleções de curiosidades do Renascimentos a génese da instituição moderna, o Museu entra na modernidade pela via da democratização revolucionária do iluminismo, como uma "catedral das obras humanas". No entanto se olharmos para as várias tipologias de museus verificamos que nem sempre há uma concordância funcional entre as organizações. Por exemplo, um fenómeno ainda pouco estudado das funções museológicas dos museus coloniais do século XIX é o dos seus acervos apresentarem um catálogo de produtos produzidos nessas colónias. Esses museus, muitas vezes associados a jardins botânicos, apresentavam muitas vezes características de feiras ou exposições permanentes. No âmbito da nossa abordagem defendemos que a museologia como processo de conhecimento se distingue da instituição Museu. Embora nessas instituições possam ocorrer processos museológicos, tal como a saúde ou a educação não são confundidos com os hospitais ou as escolas, a museologia transcende o Estudo dos Museus. Mais à frente detalharemos a abordagem conceitual.

cando-a ao dispor da sociedade que a produz num diálogo com as comunidades e com os territórios como forma de ação.

É essa questão que está presente na definição de sociomuseologia, elaborada por Mário Moutinho, onde podemos verificar que a palavra contém em um antepositivo: o sócio, [do latim socius] e que remete para aquele que acompanha, para sociedade, aliança, associação, união de pessoas (HOUAISS, 2002, p. 3358). Esta sociomuseologia é também denominada Museologia Social ou Nova Museologia ou Novas Museologias, que se filiam num movimento de problematização das funções ciências através da atitude crítica que relaciona os seus processos com os seus fins. Adiante explicitaremos melhor essa evolução. Aqui apenas nos interessa caracterizar sinteticamente esse movimento, a fim de verificar a sua adequabilidade ao caso da ilha de Moçambique que escolhemos abordar para nela inscrever uma proposta de ação museológica como campo de análise do processo museológico.

Hugues de Varine[112] num Capitulo do curso de museologia social (VARINE, 2000, p. 21-34) apresenta uma síntese desta nova abordagem da museologia. Refere Varine que "*se traçarmos a história mundial dos movimentos museológicos nos últimos cinquenta anos, veremos desenhar-se uma evolução clara, embora marginal, no sentido de uma constante adaptação da mídia-museu ao mundo moderno e às necessidades da sociedade*" (VARINE, 2000, p. 21-22). E quais são essas adaptações. Responde-nos o autor com um conjunto de exemplos desde os "*neighbordhood museum*s", nos Estados Unidos que acompanharam os movimentos cívicos, os museus de ciências e técnicas da Índia, que acompanharam o esforço de modernização da sociedade[113], os museus escolares no México, os Ecomuseus, que corresponderam a um modelo de participação comunitária e de resposta ao desenvolvimento económico, e os Museus comunitários do Brasil.

Este movimento museológico implica uma abordagem diferente, por isso nova, da museologia. Ela ultrapassa a conceção tradicional da museologia, centrada na instituição Museu, para a museologia como um Processo "cujo objetivo é contribuir para a transformação duma realidade não dominada pela comunidade num recurso útil para o seu desenvolvimento, tanto presente como futuro" (CHAGAS, 1996, p. 23). Este novo modelo museológi-

[112] Hugues de Varine foi presidente do ICOM entre 1968 e 1979, onde substitui Georges Henri Rivière (1897-1985). Viveu e trabalhou vários anos em Portugal, ligado à embaixada francesa. Nos anos 70 participa na primeira ideia de criação dum Ecomuseu na Serra de Estrela. Influenciou profundamente o pensamento de renovação da museologia em Portugal, nomeadamente a criação do Ecomuseu do Seixal em 1985 (dir. António Nabais) Ver (CHAGAS 1996, p. 5-13)

[113] Note-se que este modelo foi uma das bases que fundamentou a criação da Rede dos Centros Ciência Viva em Portugal, a partir de 1998.

co, visto agora como um processo, que se pode cristalizar ou não numa instituição, o que é traz de essencialmente diferente? A diferença está no fato de incorporar no seu processo o património duma comunidade e os recursos do seu território. Um novo paradigma de intervenção que privilegia a comunidade e a sua ação (de conservação e comunicação de objetos patrimoniais), que ultrapassa a centralidade dada, no passado aos edifícios e às coleções (onde o paradigma privilegiava a ação em torno do objeto) para construir um novo paradigma que se centra nas comunidades e nas pessoas que a constituem. O que há de novo é que a museologia parte da abordagem do fenómeno social, ao invés de se centrar exclusivamente sobre o objeto patrimonial como forma de justificar uma narrativa que transcende a comunidade. Esta nova museologia alarga o seu campo de conhecimento ao relacionar o objeto patrimonial como fenómeno social e ao problematizar os objetos patrimoniais como recursos da ação social.

Regressando ainda ao texto de Mário Moutinho da "*Definição evolutiva da socio-museologia*" (MOUTINHO, 2007): podemos sintetizar as atuais preocupações das problemáticas museológicas em cinco questões orientadoras. Em primeiro ligar, pela preocupação da valorização do cultural e natural, com a consciência de que esse é hoje um problema global que em muitos casos ultrapassa as fronteiras nacionais. Em segundo lugar, pela sua preocupação com os problemas do desenvolvimento sustentável e com a mobilização das questões culturais como um dos seus elementos chave, inscrevendo-se nesta dimensão a questão da participação da comunidade como produtora de patrimónios e geradora de compromissos. Em terceiro lugar, no reconhecimento do movimento de mudança social permanente, o que implica uma necessidade de ajustamento permanente dos processos museológicos às necessidades da sociedade. Em quarto lugar, que os processos museológicos devem corresponder a satisfação de necessidade sociais. A sua função social é um serviço prestado à comunidade. E finalmente em quinto lugar, a necessidade dos processos museológicos disporem de recursos adequados, que lhes permitam posturas reativas ao invés das posturas reflexivas que caracterizava o anterior paradigma (MOUTINHO, 2007).

Voltaremos as estas questões mais à frente. Aqui apenas nos interessa verificar porque é que inserimos este trabalho no âmbito da sociomuseologia, e de que forma a proposta

da sociomuseologia representa uma evolução no âmbito da ciência. Que a coloca no limiar da transdisciplinaridade[114].

Como diz Mário Moutinho, que a "*proposta de definição da sociomuseologia mais do que um puro exercício gramatical pretende na verdade chamar a atenção para toda uma vasta área de preocupações, métodos e objetivos que dão cada vez mais sentido a uma museologia cujos limites não cessam de crescer. A visão restritiva da museologia como técnica de trabalho orientada para as coleções tem dado lugar a um novo entender e práticas museológicas orientadas para o desenvolvimento da humanidade*". (MOUTINHO, 2007) E conclui "*E é exatamente para esta realidade, fruto da articulação de áreas do saber que cresceram por vezes fora da museologia mas que progressivamente se tornaram recursos incontornáveis para o desenvolvimento da própria Museologia, que a definição de sociomuseologia se revela poder ser um contributo que ajuda a compreender processos e definir novos limites"*. (MOUTINHO, 2007)

Para concluir este ponto, sobre as razões da escolha da sociomuseologia como instrumento epistemológico para responder às interrogações levantadas pelo confronto com a Ilha de Moçambique, verificamos que, sem excluir outras opções, a abordagem sociomuseológica, pelo seu caráter inovador e elevado potencial de criação e mobilização de várias áreas do conhecimento de forma integrada é uma possibilidade que nos é legítimo considerar. Acresce ainda que não só não foi ainda feita uma reflexão da sociomuseologia sobre este espaço, como a sua produção científica sobre os espaços do sul é muito escassa.

A Ilha de Moçambique é um espaço de memória, dos mais diversos patrimónios, que desde há vários anos se interroga sobre o seu futuro. A sua valorização patrimonial e a proposta de criação de espaços turísticos é hoje, como o foi no passado, uma realidade desejada. Com a proposta de uma análise, com base na sociomuseologia, vamos procurar contribuir para uma problemática atual e procurar adicionar novos resultados de investigação à sociomuseologia. Incorporar novos conhecimentos e metodologia na sociomuseologia é o desafio que assumimos neste trabalho.

2.2.O Estado da Arte

Vimos no ponto anterior que a Museologia se assume como uma "*ciência*". A classificação como ciência, enquanto disciplina do saber cognitivo implica a objetividade dos

[114]Conceito Introduzido nas Conferências da Arrábida em novembro de 1994 em que se defende que a análise dum objeto científico através dum diálogo entre as várias disciplinas de forma a fazer surgir da confrontação entre essas disciplinas novos dados que se articulam entre si. A visão transdisciplinar é deliberadamente aberta na medida em que ela ultrapassa o domínio das ciências exatas pelo seu diálogo e a sua reconciliação não somente com as ciências humanas, mas também com a arte, a literatura, a poesia, e a experiência interior" (FREITAS, 1994, art.º 5)

seus conjuntos temáticos Estes conjuntos temáticos são submetidos a uma ordem normativa, "*uma normalidade do sujeito através da normalidade do saber – a disciplina do espírito pelas disciplinas objetivas*" (GIL, 2000, p. 288). Igualmente o "*espírito científico*" está imbuído duma intenção didática, ligando o conhecimento à sua transmissão. Assim, uma disciplina científica é uma mediação entre a produção do conhecimento e a sua transmissão. Usualmente utilizamos cinco critérios para estabelecer a categorização duma ciência: O seu objeto (1); a produção teórica (2) e as metodologias que utiliza (3), que devem obedecer às regras do método científico (cadeia operatória que parte da formulação de hipóteses, análise e validação dos resultados em condições de verificabilidade); Por dispor de um corpo de profissionais que asseguram a investigação e, sua reprodução em escolas (4); e a comunicação desse saber através dum conjunto de publicações e presença regular em fóruns científicos (5). A museologia apresenta hoje indubitavelmente estes requisitos.

Este paradigma científico, estabelecido no século XVI é regulado por um conjunto de procedimentos partilhado por uma comunidade e realizado no âmbito de instituições que caracterizam o processo científico. Partindo da perceção gera-se uma "observação" de fenómenos previamente isolados e dela se extrai a prova pelo "experimento". Por último, por indução, "convocamos o conjunto de provas reunidas e verificadas a fim de extrair uma conclusão universal: a lei científica. (GIL, 2000, p. 323). Ora esta ciência arborescente, não só tende a tornar-se num processo de produção de saber social dominante como tem vindo a produzir um crescimento exponencial do saber científico através da multiplicação das disciplinas em áreas de saber específicas. Esta ampliação permitiu a criação de ciências de síntese e ciências intermédias onde as tradicionais fronteiras deixaram de ser claras. Por outro lado Assiste-se igualmente a movimentos de uniformização de linguagens e reunião de teorias que imediatamente se tornam noutras sínteses. (GIL, 2000, p. 324)

Não vamos agora entrar neste debate sobre a "*crise do paradigma da ciência moderna*" (SANTOS, 1987, p. 34), mas é importante para a museologia, na sua busca de síntese de conhecimentos, a consciência de emergência no âmbito das ciências sociais desse novo paradigma científico. Boaventura Sousa Santos que tem vindo a caracterizar e a praticar a sua reflexão sobre a emergência desse novo paradigma, em 1985 apresentou-o em 4 teses: "*todo o conhecimento científico natural é científico social*"; "*Todo o conhecimento é local e total*", "*todo o conhecimento é autoconhecimento*": e por último "*todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum*" (SANTOS, 1987, p. 37). Enquanto ciência

síntese que trabalha sobre a complexidade a museologia deverá também responder a este novo paradigma.

Na nossa proposta de abordagem museológica consideramos a museologia como uma ciência que produz um novo tipo de conhecimento gerado pela prática social que busca a valorização dos saberes da comunidade. (SANTOS, 1994, p. 282-288) Assim mais do que uma distinção epistemológica e como diz Mário de Sousa Chagas, a museologia distingue-se como saber pelo campo onde se exerce (CHAGAS, 2008)

Segundo Cristina Bruno os problemas epistemológicos deste campo do conhecimento situam-se se em torno duma resposta a dois problemas básicos: Um primeiro campo de problemas relativos à questão como identificar e analisar o comportamento individual e

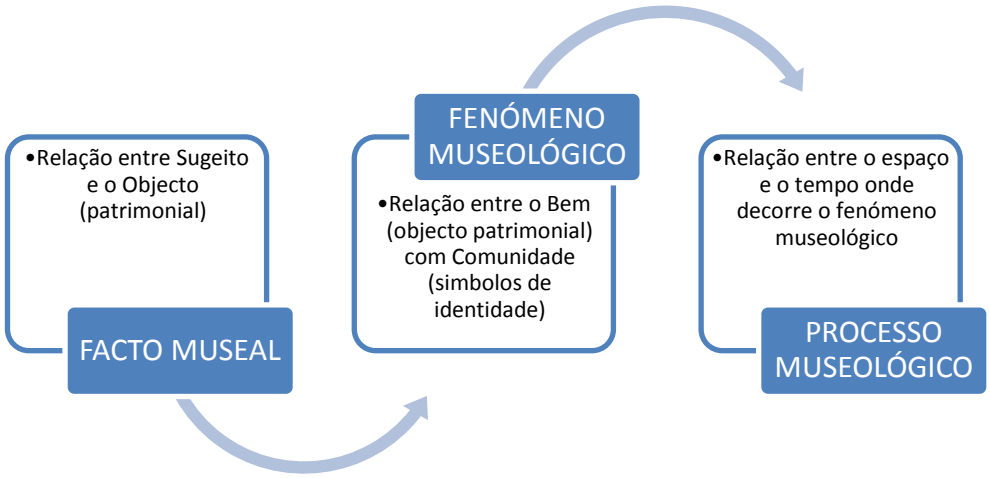

•Relação entre Sugeito e o Objecto (patrimonial)
FACTO MUSEAL
FENÓMENO MUSEOLÓGICO
•Relação entre o Bem (objecto patrimonial) com Comunidade (simbolos de identidade)
•Relação entre o espaço e o tempo onde decorre o fenómeno museológico
PROCESSO MUSEOLÓGICO

Ilustração 2-A relação entre fato, fenómeno e processo na museologia segundo Cristina Bruno

coletivo do homem frente ao seu património; e, um segundo campo de problemáticas em trono da resposta como desenvolver processos (técnicos e científicos) para a partir da relação (do homem/comunidade – património) transformar o património numa herança que contribua para a "construção de identidades". (BRUNO, 2004)

A proposta teórica de Cristina Bruno coloca a museologia sobre o eixo de reflexão que tem por base a dialética entre a preservação das heranças e os seus processos de comunicação. Estes dois processos, preservação e comunicação geram uma tensão insolúvel na medida em que comunicação implica uma transformação sobre o objeto que se pretende preservar, ao mesmo tempo que o objeto a preservar só adquire significado social se dês resposta satisfatória à dinâmica do devir social.

A museologia reflete sobre este paradigma como um fenómeno social, onde o objeto e o sujeito se reconstroem permanentemente como uma ação comunicativa, que ao mesmo tempo que preserva se renova. Mais do que um paradoxo este novo paradigma de conheci-

mento museológico responde à questão como e porque se conserva o que se herda e como se mobiliza essa herança para a construção da ação com base na participação da comunidade como um processo permanentemente. A museologia assume-se assim como um campo do conhecimento que partindo dos objetos socialmente qualificados da comunidade, opera ações de preservação, para os devolver e essa comunidade como um processo de consciência crítica, através dum processo de comunicação

Como campo epistémico como é que a museologia se objetiva. Segundo a proposta de Cristina Bruno o objeto da museologia é o **Fato Museal.** Definido como a ***relação*** entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto museal numa dada realidade. O sujeito do conhecimento (é o homem ou a mulher, aparelhados com os seus sistemas de perceção, linguagem e saber) é a unidade (ou raiz) produtora do conhecimento. O objeto é o bem cultural. O bem cultural é qualquer ato ou símbolo produzido, percecionado e cognoscível do sujeito: È um objeto que através da operação de qualificação social ganha um valor observável como um fenómeno **museológico.** O Fenómeno museológico é portanto uma relação entre a dimensão simbólica e social (desse objeto) e as suas relações com a comunidade que o produziu, recebeu e utiliza. A interação destas duas relações (Fato Museal e Fenómeno Museológico) constitui o **Processo museológico,** que expressa no espaço e no tempo essa interação como uma representação (BRUNO, 2004).

Ainda segundo Cristina Bruno estes campos de ação museológica decorrem em simultâneo em diversas dimensões. Assim, o **campo essencial** (dimensão unitária) trabalha com o **fato museal**, o **campo da interlocução** (campo relacional) trabalha com o **fenómeno museológico**, e o **campo de projeção** (dimensão processual) trabalha com o campo **processo museológico**. As relações são estabelecidas preferencialmente num cenário institucional: o museu. (BRUNO, 2004)

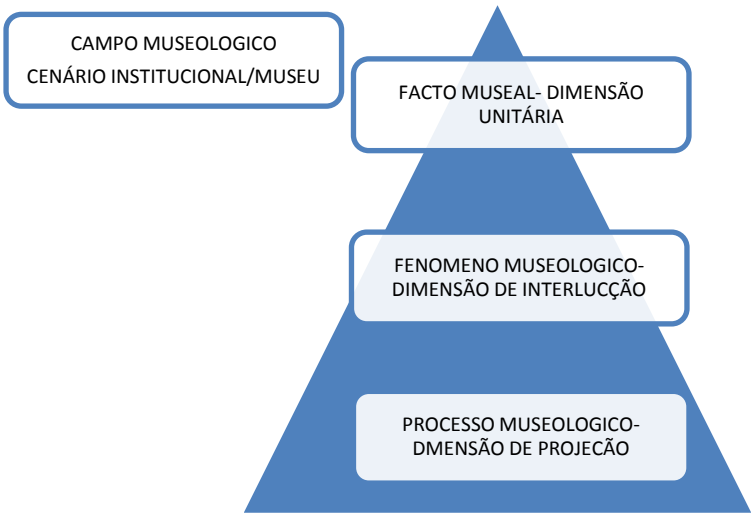


Ilustração 3- Formas de Institucionalizaçao na museologia segundo Cristina Bruno

A proposta teórica de Cristina Bruno parte duma reflexão da museologia a partir de dois campos semânticos de significação (memória/património/preservação) e (ressignificação/acessibilidade/pertença). Estes dois campos permitem reequacionar a delimitação do campo de ação da museologia. Segundo Cristina Bruno a museologia acontece num campo de tensões que cruza o campo de poder social com protagonistas que negoceiam escolhas e decisões. A elaboração e tratamento da informação sobre as memórias, os patrimónios e as preservações (ou conservações) fornecem os eixos de output para o campo semântico de "administração da memória", aqui referido como locais museológicos. Assim: a "noção de pertença", desperta os mecanismos de vínculo, de adesão e de motivação, (às memórias, patrimónios e preservações); a noção de "acessibilidade" fornece o campo da leitura ou o ponto espacial e apropriação mediática e, finalmente, a noção de "ressignificação" fornece um campo de acesso ao conteúdo da informação, sua reinterpretação e reformulação. O seu código. (BRUNO, 2004)

Nesta perspetiva, esta proposta de síntese permite que a museologia seja operada como um processo pedagógico e como um processo de comunicação. Vejamos como se processam na prática. A Prática museológica parte duma oferta de objetos, lugares, coleções e acervos que constitui o conjunto de bens patrimoniais e das heranças duma dada comunidade. Eles constituem-se como referências culturais e indicadores de memórias, passíveis de serem, alocados e apropriados no âmbito do processo museológico. É o processo museológico que cria a operação de apropriação, (guarda), proteção (conservação). Esse mesmo processo motiva a intervenção (processo de restauro, e estudo e investigação) e a sua devolução

à comunidade (através da proposta de exposição). Esta relação entre a produção de significados e a materialidade (produção de narrativa) constitui a cadeia operatória da museologia.

Ainda segundo Cristina Bruno a cadeia operatória da museologia trabalha sucessivamente com a observação/perceção seletiva (escolha); o tratamento (conservação, restauro) dos bens; a valorização (Estudo, investigação); a exposição (museografia/encenação). Estes quatro elementos constituintes da cadeia operatória da museologia são o que fundamente o processo museológico e que atribui consistência e especificidade metodológica à epistemologia museológica. (BRUNO, 2004) Esta proposta metodológica de Cristina Bruno importa reter pois mais à frente será alocada para ser colocada em diálogo com os métodos propostos por Paulo Freire.

A operação museológica trabalha sobre objetos socialmente qualificados que se constituem como ***marcadores de memória***[115]**.** A conceptualização destes marcadores constitui o fundamento do processo museológico. O processo museológico é o espaço e o tempo onde acontece ciência, onde se reflete a ciência, onde se cria a ciência, e onde se devolve a ciência à comunidade.

Partindo dos marcadores de memória o processo museológico é um processo dialógico entre a produção e o consumo dos marcadores de memória. Esta "materialização" no espaço e no tempo determinam que cada processo museológico é único e irreproduzível, e que se encontra em constante mutação e adaptação. Por essa razão o caráter da museologia, como campo de conhecimento, não só se assume como uma ciência transdisciplinar, como reivindica uma função social na comunidade associada à mobilização destes marcadores para o desenvolvimento do processo museológico. Ao operar sobre os marcadores de memória a museologia como campo de conhecimento define-se igualmente pela sua ação sobre esse mundo. A produção de marcadores de memória numa comunidade é uma ação que se constitui também como uma função social. É a partir dessa reflexão que se constrói a participação da comunidade numa permanente negociação com os seus objetos socialmente qualificados.

A coesão duma comunidade expressa-se através dos seus processos mnemónicos, da construção de identidades, constituída em torno de campos de valores que constituem estruturas de significação. É memória social que fornece estrutura de significação a comuni-

[115] Os marcadores de memória são portanto objetos de conhecimento (escolhas resultantes da perceção e observação, objetos sobre o qual se exerce uma ação intencional de preservação e conservação, os elementos resultantes do estudo e os seus mecanismos de comunicação (processo de comunicação)

dade e permite que no seu interior se desenvolvam os vários processos de adaptação ao mundo e de viabilização do grupo pela gestão e modos de distribuição dos recursos disponíveis.

Pela sua natureza relacional o processo museológico gera incessantemente novos processos de identificação, novas perceções, novas preservações, valorizações e devoluções à comunidade. O processo museológico opera portanto com um conjunto de ferramentas de observação do funcionamento das comunidades e da gestão das suas expectativas, da identificação dos protagonistas e das suas relações; a análise social centrada nas perspetivas de mudança e de construção do futuro; a avaliação sobre a informação disponível e organizada; a reavaliação permanente sobre espaços sociais de expografia e sua perspetiva de gestão; a discussão permanente sobre conceitos e levantamentos bibliográficos e documentais, e a reavaliação de propostas de museografia e a apresentação de projetos. (BRUNO, 2004) E ainda segundo Cristina Bruno a aplicação destes novos instrumentos de análise, que decorrem da incorporação da participação da comunidade tem vindo a permitir o desenvolvimento de novos processos e programas museológicos. Esses novos programas apresentam-se de configurações variadas, tais como museus como centros de referência cultural e de serviços à comunidade; redes de lugares de memória. (como marcadores da memória); tem permitido a incorporação regular de testemunhos com reconstrução permanente de acervos, e a emergência de novos conceitos expositivos,

Ainda no âmbito da questão da teoria da museologia que mobilizamos, Mário Chagas apresentou um conceito que, neste nosso processo, nos interessa mobilizar, que é o **Fato Museológico Total** (CHAGAS, 2008) que tem uma implicação muito forte na prática de construção e análise do processo museológico. Defendendo a museologia como uma ciência de ação, a teoria tem que incorporar necessariamente uma reflexão permanente com a sua práxis. É neste quadro que o contributo de Mário Chagas nos parece relevante, ao assumir a museologia como um método de problematizar o real e a partir dos seus instrumentos constituir ações que integram os processos sociais.

Mário Chagas (CHAGAS 2008) parte da proposta de Waldisa Rússio (1984) de que a Museologia é a ciência que estuda o **fato museológico**[116], ou seja, a relação entre o homem

[116] Waldisa Rússio Camargo Guarineri (1935-1990). Graduada em Direito com pós-graduação em Sociologia, em 1977 com uma tese sobre o papel dos museus como organização cultural nos países em desenvolvimento. A abordagem sociológica de Mauss é incorporada na museologia por Waldisa que igualmente é uma das figuras de referência da museologia brasileira entre os anos sessenta e oitenta. Participou ainda como delegada nas

e o objeto num cenário[117] Como vimos este também é o ponto de partida de proposta teórica de Cristina Bruno. O que nos interessa mobilizar neste caso são os postulados (no sentido de preposições que se impõem à razão por ser de existência necessária) que Mário Chagas propõe para chegar ao fato museológico total.

O primeiro passo deste postulado parte da interrogação de que se a Museologia estuda **o fato museológico**, ou seja, se estuda a ***relação*** entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, bem cultural, num cenário institucionalizado que é o museu, de que modo se pode compreender o museu a partir desse entendimento de museologia? Como vemos a relação concretiza-se num determinado espaço e num determinado tempo. Esse locus é o Museu (que como veremos pode ter variadíssimas representações).

Ore se o Museu, na perspetiva museológica de Waldisa Rússio, pode ser considerado como um espaço ou cenário propício à *relação* entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, bem cultural, pergunta Mário Chagas se não poderíamos compreender a Museologia como o **estudo dos museus** como o locus onde esta relação ocorre? Se a nossa resposta a esta questão for positiva, termos então que perguntar onde está a diferença entre a Museologia (como epistemologia científica) e a Museografia (no sentido tradicional do estudo da história dos museus, das exposições, das técnicas etc.)

Na tentativa de responder a esta questão, Chagas propõe que nesta relação, entre sujeito-objeto, em certas circunstâncias são os objetos que constroem o nosso conhecimento. Enquanto na epistemologia racionalista é o sujeito que constrói o seu objeto, na epistemologia relacional, como relação é uma operação biunívoca. Ou seja tanto o sujeito constrói o objeto, como inverso também é possível. Ou seja, pergunta Chagas se os objetos não poderiam ser os sujeitos que nos objetivam?[118]

Se assim é, pergunta Chagas, qual a relação entre o **fato museal** e o **fato social** de Émile Durkheim[119], e ainda continuando na perspetiva da sociologia do conhecimento[120],

---

estruturas do ICOFON. (Agradecemos esta informação a Cristina Bruno, que tem vindo a resgatar os contributos dessa museóloga brasileira).

[117] Em parte esta reflexão encontra-se no texto "Os Museus na Sociedade Contemporânea: Um Olhar Poético" (CHAGAS, 2008)

[118] A questão da interação entre o sujeito e o objeto liberta, na abordagem museológica, o espaço onde ela ocorre. Ou seja numa museografia tradicional, a relação sujeito objeto ocorre necessariamente num espaço, que é o museu. Ao conceber a possibilidade dessa relação ser biunívoca, Chagas admite que essa relação possa ocorrer em qualquer espaço e em qualquer tempo, não estando portanto limitada pela organização ou instituição "museu".

[119] Émile Durkheim (1858-1917). Sociólogo escreveu em 1895 As regras do método sociológico, onde apresenta a tese que o objeto da sociologia é o "Fato Social" que "*consiste na maneira de agir, de pensar, exteriores ao indivíduo, e dotadas de um poder coercivo em virtude do qual se impõem*" (MAUSS, 1987, p 31).Os

pergunta se o museu não poderia ser considerado como um **fato social total**, na perspetiva de Marcel Mauss? [121]

---

fatos sociais devem ser tratados como coisas porque são dados imediatos da ciência. Esta distinção resulta do método que propôs para a prática da sociologia. Assim estabeleceu regras relativas à distinção entre o normal e o patológico, regras relativas à constituição de tipos sociais, regras relativas à explicação de fatos sociais e regras relativas à utilização da prova (em ciência). Os Fatos Sociais devem-se distinguir dos fenómenos orgânicos "visto que consistem em representações e em ações"; dos fenómenos psíquicos, "que não têm existência senão na consciência individual, e devido a ela"(MAUSS, 1987, p 31). Constituem portanto uma espécie nova e a eles se deve atribuir e reservar a qualificação de **sociais.** Este é o domínio da sociologia: Há fatos sociais que são maneiras de fazer e outros que são maneiras de ser coletivas (fatos sociais de ordem anatómica ou morfológica) "*Fato social é toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito duma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais*" (MAUSS, 1987, p 39)

[120] A partir daqui é possível efetuar "uma sistematização do campo do conhecimento". Uma visão positiva da ciência, com base num axioma " A verdade está disposta nas coisas, e nós podemos conhecer a verdade".

[121] A distinção entre fato museal e fato social é uma distinção operada por Mário Chagas entre a sociologia e a museologia.

Na sociologia de Émile Durkheim, o fato social depende das seguintes características: das Estruturas sociais, das normas culturais, e dos valores externos aos indivíduos. O fato social tem como características: a generalidade, a exterioridade, coercibilidade (pressão exercida pela coletividade), questão que é explicitada na "Regras do Método Sociológico". (DURKHEIM, 1895/1987). O fato social transforma-se com a teoria de Émile Durkheim no objeto epistemológico da sociologia, o que a legitima como disciplina autónoma. Dois anos antes, em 1893, em "Divisão do Trabalho Social: (DURKHEIM, 1893/1984) no Estudo sobre a organização das Sociedades Superiores", Durkheim distingue as solidariedades orgânicas, que caracterizam a coesão das, sociedades modernas, que se distinguem das solidariedades mecânicas das sociedades tradicionais. Além disso Durkheim apresenta uma outra noção essencial para a sua reflexão sobre o que é a "consciência coletiva". Segundo este autor a consciência coletiva é a totalidade dos sentimentos e das crenças que une a comunidade. Esta consciência é um fato complexo, que depende de múltiplos fatores sociais e contêm aspetos simbólicos.

O seu discípulo Marcel Mauss (1872-1950) amplia a noção de fato social com o conceito de Fenómeno Social Total. Segundo Mauss, o estudo das sociedades humanas inclui a morfologia social, ou a análise das estruturas sociais, a psicologia social, ou o estudo da s representações e dos movimentos sociais, e a sociologia geral, que compreende o estudo dos fenómenos globais das relações internacionais entre sociedades Em "Essai sur le don: forme et raison de l'echange dans les sociétés archaiques", publicado em 1922-1923 em "L'Anné Sociologique", Mauss defende que a sociologia deverá explicar os fenómenos sociais significativos para encontrar as suas estruturas racionais. Isto implica a colaboração com a psicologia e a biologia, para entender o homem na sua totalidade (MAUSS, 1923). Assim como deve compreender a sua expressão mecânica (a gestualidade do Pedro Cardoso), como os fenómenos de formação da sociabilidade e da sua relação com o indivíduo, e ainda a formação do inconsciente coletivo a partir das representações simbólicas. Da conceção de homem total, Mauss cria a noção de Fenómeno Social Total, que deverá revelar as estruturas escondidas da identidade das comunidades e das culturas. Esta noção de inconsciente coletivo permite relacionar as estruturas sociais e inter-relacionar as suas funções. A contribuição do pensamento de Mauss irá desempenhar, nos anos seguintes, uma importante contribuição para as várias ciências sociais, em particular das antropologias da história, da psicologia. A mobilização deste conceito por Mário Chagas para a museologia, criando o ***fato museal total***, (CHAGAS, 2008) não só o insere no contexto da evolução das ciências sociais, como o transforma num conceito operativo crucial para entender a sua proposta de "uma teoria museológica".

Segundo Chagas a especificidade da museologia objetifica-se por duas vias. Por um lado, a partir da especificidade simbólica do objeto, da técnica e da expressão do pensamento (seja movimento, seja através do verbo); por outro lado a especificidade da museologia como uma expressão única da atividade humana, que ocorre num espaço, num determinado tempo, por determinados sujeitos, que operam determinadas memórias. Nesse sentido estar no museu é uma experiência única, não repetível. "Ninguém entra num rio mais do que uma vez". O ato Museológico é um processo de produção de espaço onde ocorre a relação do homem com o objeto e do objeto com o homem. Aqui introduz a questão de IMAGINAÇÃO MUSEAL como explicação do processo museológico (CHAGAS, 2009). O processo museológico é a relação de tensão entre o Poder (e a resistência) com a Memória (e o esquecimento). A imaginação Museal (processo museológico) produz um fato museológico que exprime as relações entre: o Homem sujeito ↔ objeto/coleção/bem cultural ↔ espaço, ou Publico ↔

A partir da incorporação deste conceito de fato museológico total (que incorpora a múlti dimensionalidade do fenómeno social) Mário Chagas propõe uma síntese provisória para a Museologia, que deve ser entendida como um "campo do conhecimento"[122] (CHAGAS, 2008) Com campo de saber a configuração da museologia situa-se na relação entre: os seres humanos; os objetos culturalmente qualificados e os espaços socialmente constituídos [123]

A partir desta síntese Mário Chagas (CHAGAS, 2008) chega à reflexão sobre o que é um Museu.[124]Segundo Mário Chagas a museologia é uma palavra polissémica, que representa a complexidade do mundo contemporâneo Assim, a definição de museologia defendi-

---

coleção edifício, ou ainda Comunidade ↔ património território. Estas relações exprimem uma dialética do "direito à memória" como afirmação da liberdade e da cidadania.

[122] Campo do Saber, do conhecimento. O contributo de Mário Chagas para uma epistemologia da museologia desenvolve-se a partir deste ponto. Sendo a epistemologia uma ciência que estuda o discurso (*logos*) sobre a ciência (*epistême)*. Esta distinção formal é a legitimação necessária à ciência para se afirmar como campo autónomo do conhecimento. Sendo indubitável que a museologia estuda o campo museal ou o **conteúdo** dos museus, a articulação da sua legitimação como discurso implica igualmente a especificidade da sua **forma.** Ou seja saber o que a distingue das demais ciências da memória e dos demais discursos sobre patrimónios e heranças. Esta distinção é importante para articular a lógica subsequente do discurso de Mário Chagas.

[123] Ao colocar a referência legitimadora da museologia no "*Estudo da relação do espaço com o bem cultural e com o ser humano*", Chagas mobiliza um conjunto de referências teóricas das ciências sociais, nomeadamente ao *Museu Imaginário* de André Malraux (MALRAUX, 2000) e a Walter Benjamim que em a *Modernidade* (BENJAMIN, 2006, p 307) introduz a distinção do objeto museológico como **Valor de exposição**, porque está dotado dum valor cultural, ao passo que a arte como culto apenas apresenta um **Valor de culto**. Este valor apresenta-se como um valor de religião ou de puro prazer estético sem conexão com o devir social.

[124] O Museu como local simbólico. A herança clássica. Museu surge da relação entre Zeus (o poder, a política) e a Mnemósina (a memória), que produzem as nove musas. O ainda dentro da tradição clássica a relação de Orpheu e Selene (a deusa da Lua, responsável pelo cantos óphilicos). O orphismo ou orfismo é um movimento filosófico desenvolvido no Século VI AC, na Grécia clássica. Foi um movimento religioso ou mágico, em que Orpheu é o mestre dos encantamentos. Orpheu era um músico sublime que encantava todos o que o ouviam. A sua mulher Eurípides foi mordida por uma serpente. Orpheu inconsolável desceu ao Hades e com o encantamento da sua música resgatou-a do reino dos mortos. Contudo, não tendo respeitado as condições das deidades, Eurídice volta à sua condição de espetro e Filho duma musa, Calíope ou Polimínia Orpheu vagueou toda a vida tendo sido objeto de culto na ilha de Lesbos. O ritual órfico consistia num ritual de passagem para a morte, onde a alma solicita aos deuses para beber do lago da Memória. A memória é a água da vida por oposição da água do esquecimento. Curiosamente Orpheu será o nome da Revista dos modernistas portugueses que nos primeiros anos do século revolucionam a estética da arte. A ligação da museologia com a Poésis, como forma de comunicação, que permite a criação da capacidade de simbolização é uma proposta de Mário Chagas que mais à frente apresenta. A relação entre a Política, o Museu como templo (antro) e o Poeta – (Ente) são componentes desta abordagem. São **FERRAMENTAS TOTAIS** de um **Museu como local de celebração do poder** ou o museu como projeto político. Há três perguntas que devem ser sempre feitas. Qual é o interesse do museu? Para que serve o museu? Qual é a dimensão política do museu? (CHAGAS, 2009) Aqui Mário Chagas socorre-se novamente de Michel Foucault ao enunciar as 4 características do poder, que aplicadas à instituição Museu lhe conferem um Poder disciplinador: A Organização do espaço, o Controle do tempo, a Produção de vigilância e segurança e a Produção de conhecimento. Assim Museu pode ser visto Casa dos **Demiurgos.** Segundo Mário Chagas " Há uma gota de sangue em cada museu", porque o museu, como espaço de encenação da memória pode ser um espaço libertador. O Poder libertador da memória também pode ser ensurdecedor. A museologia como teoria do Teoria do Conhecimento, como Lógica da Ciência articula o Poder e o Saber. A Museologia é o exercício do direito à memória. O poder é também a resistência ao esquecimento e pode ser, em museologia uma expressão da Poésis no domínio da expressão do Sensível. Ou seja ler e escrever a linguagem das coisas.

da pelo autor (CHAGAS, 2008) pode ser entendida a partir de três significações: no senso comum, um lugar de coisas velhas que alguém vai ver; no sentido clássico, um edifício, uma coleção e um público; e no sentido da epistemologia, uma relação entre o homem, as paisagens (espaços culturalmente construídos e as memórias (objetos de valor cultural)

Ora, sendo nesta última significação que nos interessa refletir como campo epistemológico, é também no seu âmbito que podemos inscrever a relação operada pela sociomuseologia. A museologia como pensamento e ação que expressão a relação duma comunidade com o seu território e com o seu património integral[125].

Desta perspetiva, Mário Chagas considera que os "Museus" podem e devem ser compreendidos como **práticas sociais** colocadas ao serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, cujas principais características são[126]: um trabalho permanente com o património cultural, o uso das heranças culturais como recurso educacional, a presença de acervos (herdados ou construídos) e de exposições (de longa, média ou curta duração) abertas ao público, com o objetivo de propiciar: a construção social da memória; a perceção crítica da realidade cultural; o estímulo à produção de conhecimento; e a criação de novas oportunidades de lazer. Todas as características enunciadas permitem que o Museu seja um espaço vocacionado para processos de comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais[127].

Deste modo as **Funções identitárias dos Museus** [128] exprimem-se na tríade funcional da museologia: Comunicação, Preservação, Investigação.

---

[125] Ao fazer esta reflexão sobre a disciplina científica "museologia", e ao mobilizar estas referências teóricas, Mário Chagas insere a sua reflexão sobre a "nova museologia", ou "Sociomuseologia". A Sociomuseologia opera uma rutura com a conceção de uma museologia mais tradicional, mais centrada no objeto ou no espaço, ao colocar no centro do discurso museológico a relação Ser humano ↔ Bem cultural ↔ Espaço. Desta forma a abordagem museológica não recusa a produção museológica, do passado ou de outros modos de produção museológica. Mas acrescenta novas componentes de análise em que "o objeto também tem vida social (aquilo que é a objetividade do objeto) e a questão de que "O homem é objetivado pelo objeto"

[126] Aqui, o autor assume claramente o seu "engajamento" na prática da sociomuseologia. Ou seja, ainda que qualquer abordagem museológica seja válida (desde que feita com o rigor técnico que a disciplina exige), a ***opção*** por uma prática museológica centrada no homem, no território, e nas suas memórias inserido num ***processo social***, é uma prática social virtuosa do museólogo. É uma opção de consciência a sua inserção e implicação no **desenvolvimento da comunidade**, mobilizar os seus recursos memoriais e as suas heranças patrimoniais para construir o futuro. Ou seja o seu caráter distintivo

[127] Aqui poderemos ainda distinguir duas abordagens da técnica museológica: Uma museologia "normativa", em que se define um conjunto de normas e procedimentos, uma técnica que é aplicada pelo museólogo; uma museologia "interpretativa" em que o objetivo é questionar o património. Essa interrogação é um apelo à ação sobre **CAMPO MUSEOLÓGICO,** considerado como espaços socialmente construídos, onde um museu é constituído por *seres humanos* e *objetos culturalmente qualificados*

[128] Como se vê, nesta proposta de Mário Chagas o **MUSEU é visto como um CAMPO DE PRATICA SOCIAL,** onde as suas funções identitárias são os instrumentos do património (património é comunicar) onde a Preservação é saber receber, a Comunicação é saber dar e a pesquisa é saber retribuir. Para Mário chagas os

É nesta perspetiva que Mário Chagas defende a Investigação Museológica[129] como uma prática social e como uma forma de tomada de consciência em que a produção de conhecimento original no campo da museologia é feita com base em critérios científicos e com relevância social.

O Fato museológico total está portanto completamente integrado no processo social, dele fazendo parte "***o processo museal***" entendido como o processo de atribuição de valor, através da preservação, da investigação e da divulgação do património e heranças de comunidade. O Museu é portanto um espaço social, que exprime as tensões da comunidade, as assimetrias dos discursos e das relações de poder. É um local onde se realiza um micro-cosmo social.

O nosso propósito de mobilizar e analisar as fundamentações teóricas propostas para a museologia atual, no âmbito da epistemologia sociomuseológica, e ao contextualizar no âmbito da construção da ciência social tem como objetivo desenvolver o quadro de

---

objetos também têm vida social, e o homem é objetivado pelo objeto. O que é imperativo para o museólogo é saber Ler e escrever a linguagem das coisas.
Como se vê há uma manutenção das três funções centrais da museologia (Conservar, que implica inventariar e preservar, Comunicar, que implica expor e divulgar, e Investigar, que implica ampliar o conhecimento de forma sustentável. A inovação proposta é a postura perante a comunidade, sendo o museu uma estrutura social facilitadora da mudança social, e o museólogo um agente dessa mudança social.

[129] Aqui a reflexão de Mário Chaga é inovadora. Ao inserir a Pesquisa ou a Investigação, efetua dois movimentos que são da maior importância.
O primeiro é colocar no centro da atividade museológica a investigação como processo de conhecimento. Ou seja opera uma rutura sistémica com a prática do "colecionismo" ou seja da criação de coleções, que resultam de interesses pessoais ou da necessidade de universalizar o inventário, ou de conservar objetos. Nos museus de ciência, por exemplo, a coleção deverá ser o mais universal possível para permitir atingir o grau de "completo" ou enciclopédico. Nos museus arqueológicos, por exemplo, a coleção deverá ser conservada da forma a que o seu valor de uso possa ser estudado, comparado para entender as práticas culturais ou as técnicas de trabalho. Quanto mais universal for a coleção melhor se poderá apurar o valor social e tecnológico do respetivo acervo.
A investigação é que orienta a formação da coleção. Obviamente que isso não exclui a universalidade da mesma. O que a diferencia é que ela resulta como um processo de conhecimento, feito na instituição museológica, e não o museu como caso exemplar da investigação feita numa academia, e que confere à museologia uma responsabilidade acrescida.
O segundo é atribuir um grau de originalidade. Ou seja, além da investigação decorrer dentro dum processo museológico, ela deverá também incorporar uma característica de relevância por ser um processo que revela a identidade. Uma identidade museológica é o processo pelo qual um objeto se afirma pela sua especificidade, é o modo como se diferencia dos demais. O seu caráter único que legitima a sua existência. Este processo de investigação, tanto se pode debruçar sobre uma cidade, sobre uma tecnologia, sobre uma comunidade, desde que corresponda à função social que o museu deve conter. È este caráter do uno que se relaciona com o todo que interessa ao fenómeno museológico.
O terceiro é atribuir valor social à atividade de investigação museológica. Não se trata de investigar qualquer objeto ou qualquer comunidade. Trata-se de investigar para permitir que o museu realize as suas funções sociais.
Ou seja o processo de investigação é um processo que permite o museu renovar-se permanentemente através da participação da comunidade onde se insere. Embora a metodologia museológica seja uma técnica e um conhecimento do museólogo, ele aplica-a em contexto de participação social, partilhando-a com a comunidade, recebendo da comunidade os ensinamentos para produzir os conteúdos inovadores. O museólogo não é um dirigente mas um facilitador de processos.

opções teóricas sobre as quais iremos construir as nossas propostas como mais à frente veremos.

2.3. Problemáticas da museologia a Sul

Banhada pelas águas quentes do Indico e fustigada pelas monções a Ilha de Moçambique[130] o nosso objeto de estudo localiza-se como o nome indica, na Republica de Moçambique na costa Oriental de Africano. A coincidência do nome não é um acaso e a sua história permite entender essa razão. A Republica de Moçambique é independente desde 25 de julho de 1975, data em que terminou a dominação colonial portuguesa iniciada nas grandes viagens no Indico no final do século XV, com a primeira Viagem de Vasco da Gama realizada entre 1497 e 1499. Trata-se portanto dum antigo território colonial, num lugar situado a Sul. A opção pela análise deste objeto de conhecimento a partir duma epistemologia do Sul (SANTOS, 2009) também não é um acaso. Esse posicionamento teórico expressa a consciência de pensar a sociomuseologia num campo de problemáticas emergentes.

Essa posição levou-nos num primeiro momento à intenção de mobilizar as Teorias Pós-Coloniais[131]. Partimos inicialmente duma interrogação sobre a existência duma "*museologia pós-colonial*" e ensaiamos a identificação dos eventuais contributos. A partir das questões levantadas por Moira Simpson (SIMPSON, 1996), concluímos que a reflexão sobre esta questão nos seria de pouca utilidade[132]. Esse seria um trabalho pertinente mas que nos remeteria para um trabalho de investigação mais extenso e com outras problemáticas.

A reflexão museológica especificamente centrada em África é ainda domínio pouco explorado pela teoria. Ensaiamos aqui uma descrição dos principais problemas em discussão. Para além disso verificamos que as grandes problemáticas levantadas por estes estudos se encontram em campos intersticiais com a problemática sociomuseológica ora aprofundando ou alargando os campos de reflexão da museologia. De acordo com a diagnóstico de

[130] No capítulo 3, faremos uma caracterização deste território
[131] Adiante veremos esta questão, Ver ponto 2.3
[132] Moira Simpson é Leitora Sénior em Educação Artística na Universidade de Melbourne na Austrália. Desde a década de oitenta que desenvolveu intensa atividade no âmbito da Nova Museologia em espacial na articulação da educação com a arte. Trabalho conceitos como a Literacia Visual, Educação Multicultural Etnomuseologia e Desenvolvimento de Modelos Museológicos em comunidades Indígenas. O seu trabalho também tem suscitado vários debates sobre a questão do repatriamento de bens culturais. O seu livro "*Making Representations – Museums in the Post-Colonial Era*" (SIMPSON, 1996]) tornou-se uma referência para as questões da relação entre a museologia e as representações dos povos do Sul nos Museus Europeus. O trabalho museológico de Moira Simpson tem-se centrado essencialmente nas questões da produção de arte em centros museológicos e culturais, com utilização da herança cultural na pesquisa de produção de objetos de arte com materiais produzidos localmente, nomeadamente as cerâmicas e os têxteis.

Moira Simpson as principais questões que têm vindo a ser tratadas pela museologia centrada a sul desde os anos 70 referem-se a: (1) uma crescente consciência crítica dos museus como espaços de produção de saber; (2) da leitura multivariada do fenómeno cultural, onde o colecionismo surge como um fenómeno europeu, e se contrapõe outras formas de usufruto e salvaguarda dos objetos culturais socialmente qualificados; (3) onde a organização taxonómica das coleções é feita com base numa metodologia cognitiva que ilustra a dominação do espaço e do tempo do outro pelo conhecimento científico eurocêntrico; (4) da crítica das exposições como narrativas metafóricas e metonímicas, que leva à análise dos exercícios dos poderes sociais; e (5) com a consciência dos plurissignificados dos objetos enquanto expressão de uma identidade cultural, ou mais propriamente duma cultura.

Podemos a partir desta listagem de problemas verificar, para além de todas as questões estarem bastante ligadas às problemáticas dos Estudos do Museus[133]; os problemas levantados entroncam no âmbito das problemáticas que a sociomuseologia tem vindo a construir como campo do seu saber e da sua prática. Há ainda nestas palavras uma filiação numa tradição humanista, que desde o século XVIII tem marcado a problemática do conhecimento e da construção do discurso científico. Como sabemos os museus como instituições modernas estão profundamente ligados aos problemas sociais que decorre do universalismo iluminista, da afirmação da especificidade nacional dos romantismos, e da afirmação da pós-modernidade, na qual podemos refletir a emergência duma nova museologia com base na preocupação com as comunidades e os territórios. É também nessa emergência duma nova museologia que podemos inscrever as problemáticas das questões da alteridade, dos processos de conhecimento do outro, que marca profundamente as ciências sociais neste "*nosso tempo*".

Mais do que as problemáticas do pós-colonialismo interessa-nos fundamentalmente mobilizar as análises dos processos da construção da imagem do outro. Essa é uma preocupação que se inscreve numa perspetiva da construção do conhecimento a partir dos povos dominados com o objetivo de partilhar os processos de conhecimento. Por isso Inscrevemos a nossas problemáticas no âmbito do conhecimento "produzido a sul, e para o sul", bem como os mecanismos de apropriação dos elementos patrimoniais e mnemónicas pelas comu-

[133] Como verificamos a museologia trabalha com problemáticas que transcendem as problemáticas que decorrem do Estudo dos Museus, tal como a Educação e Saúde não são apenas os estudos das escolas e dos hospitais.

nidades periféricas. Interessa-nos estas problemáticas enquanto parte integrante das propostas e problemáticas da ação sociomuseológica.

Além disso, verificamos que a unidade de análise "comunidades pós-coloniais" é de difícil precisão apresentando-se hoje, no âmbito dos processos de globalização, como comunidades muito diferenciadas, o mesmo sucedendo com os respetivos processos museológicos[134]. Os diferentes ritmos e problemáticas dos diversos processos museológicos nessas comunidades impedem-no de tomar esse universo como unidade de análise. Portanto, para já fazemos uma revisão das principais problemáticas dos estudos museológicos nas comunidades do sul, e procuremos analisar a sua implicação no campo da sociomuseologia.

Moira Simpson identificou os principais problemas com que a museologia das comunidades do sul se defrontava (SIMPSON, 2006, p. 125-171), situação que pelo que conhecemos pouco se terá alterado. Como já referimos a autora centra-se na realidade dos museus, o que limita o universo da sua análise aos processos museológicos. Na abordagem do processo sociomuseológico, o museu é um dos espaços onde esse processo se exprime. Para além disso o artigo da autora traz um novo contributo para a museologia de pensar os museus do Sul através das problemáticas da museologia contemporânea.

A partir da realidade do museu a autora apresenta uma proposta de três macros questões que caracterizam as problemáticas duma museologia a sul. Em primeiro lugar questiona a conceção organizacional do museu. Tem havido um debate em torno da pertença deste tipo de organização ao universo epistemológico do ocidente e da sua validade como instituição de memória das heranças dos povos do sul. O ocidente funda o seu conhecimento nos processos de investigação científica, na liberdade de comunicação, na igualdade dos sujeitos e na solidariedade na ação como elementos fundadores e reguladores dos movimentos sociais. O conceito de museu tradicionalmente está fundado nesta herança. Esta questão levanta, por sua vez o problema da adequação deste modelo de museu às formas de acesso ao conhecimento e às formas de gestão do conhecimento das comunidades do Sul, bem como aos seus processos de regulação social.

Em segundo lugar levanta uma outra questão relativa aos problemas da repatriação dos bens culturais existentes nos museus. Os modelos de aquisição de acervos pelos museus no passado, principalmente nos países do Norte, mas não só, basearam-se em grande medida

[134] Basta por exemplo olhar para o vigor museológico do México e do Brasil. Veja-se a propósito do México as descrições feitas por Nestor Canclini em Cultura Híbridas. (CANCLINI, 2008) e no Caso do Brasil as reflexões de Mário Chagas em **"**A Poética das Casas Museus de Heróis Populares**" (**CHAGAS, 2008)

na extorsão, espoliação e negação das identidades culturais dos possuidores desses objetos. Essa questão é hoje debatida com base na emergência dos novos direitos, ditos de terceira geração, à identidade, aos territórios e aos bens dos povos submetidos a ações de dominação colonial. Este é um problema que se liga por sua vez à questão tráfico ilegal de obras de arte. Finalmente aborda um terceiro tipo de questões, que dizem respeito aos novos modelos de museus e novas estratégias nos museus. (SIMPSON, 2006, p. 123-124)

Vejamos a argumentação de forma mais detalhada. O primeiro tipo de questão, que a autora intitula "Museus, povos indígenas e colonialismo", parte da definição de Museu do ICOM de 2004[135]. Esta definição de museu, quando comparada com a primeira definição de 1947 (ICOM, 1948) revela o seu caráter evolutivo e que torna sucessivamente mais abrangente a noção deste equipamento. Diríamos observado no eixo da diacronia a configuração institucional do museu tem vindo a ser questionada nas suas disfunções o que tem implica uma adaptação da sua conceptualização a novos desenhos organizacionais. Hoje um museu é concebido como um centro cultural; um local onde acontecem práticas culturais, onde se produz e se consome, de formas plurais expressões e narrativas culturais. Mais ainda, com as últimas incorporações na noção de museu, que incluem os monumentos, os parques naturais e de proteção da natureza, as instituições que exibem coleções (de animais e de outros objetos), centros de produção ou exibição de artes, locais digitais de salvaguarda do património (tangível e intangível) praticamente todas as atividades e práticas culturais, sem fins lucrativos[136], são suscetíveis de serem incluídas na noção de museus. O museu deixa de ser a instituição confinada a um edifício, para poder assumir forma plurais de organização, que se centram na conservação, preservação e comunicação dos patrimónios.

A critica ao museu como instituição colonizadora, sendo verdadeira no passado, e sendo ainda uma realidade do presente, quando se apresenta como um espaço morto, com objetos deslocados dos seus contextos de produção e de vivência, despojados dos seus significados culturais, como herança dos processos coloniais, não deixa de ser pertinente. Mas, a noção atual do museu abre também por outro lado novas aproximações e permite outro tipo

[135] Museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, aberta ao público, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento que adquire, conserva, investiga, divulga e expõe, para fins de estudo, educação e fruição os testemunhos tangíveis e intangíveis da humanidade (ICOM, 2007) e Os museus tem como tarefa "preservar, interpretar e promover o património natural e cultural da humanidade" (ICOM, 2007)

[136] Como veremos mais à frente, a questão de "sem fins lucrativos", não significa que a organização tenha que ser deficitária. Pelo contrário, a necessidade de busca de condições de sustentabilidade é um dos seus atuais desafios. O museu como local de prestação de serviços é uma das questões que será analisada mais à frente (ver capitulo 5)

de apropriações. Isso mesmo ilustra a autora, numa serie de casos que apresenta em relação a novos tipos de museus, que mesmo tendo perdido o nome de museu, assumem as funções destes. Os seja o que é relevante nesta questão é que, debaixo da noção de museu, encontra-se hoje um conjunto de modos de trabalhar a herança, a memória e o património, que podem ser apropriados pelas comunidade para serem colocados ao seu serviço.

Um segundo argumento ainda dentro deste tema, diz respeito ao papel do colonialismo como sistema desestruturante das culturas dos povos colonizados. Em muitas comunidades o processo de adaptação dos povos colonizados levou a adoção de novas práticas sociais e à adoção de novos objetos que levaram ao abandono de outras tantas práticas e objetos culturais. Os museus são hoje locais onde esses objetos se encontram, permitindo uma releitura e uma reconstrução das memórias. Esses museus podem permitir, depois de terem servido os processos coloniais, para uma reconstrução ou um resgate das memórias. Muitos dos museus de etnografia do norte tem encontrado através desta reflexão critica formas de diálogo com os espaços do Sul.

Deste argumento emerge igualmente um terceiro argumento, presente na discussão sobre a posse dos objetos nos museus. Durante a década de noventa, a autora levantou o problema da posse de objetos museológicos nos museus ocidentais. Essa polémica levou a um movimento, por parte os grandes museus, que se assumiram como "Museus Universais", que representam a universalidade, independentemente da territorialidade. Ou seja, esses grandes museus, como por exemplo o Louvre, o British Museum ou o Albert Hall, prestariam um serviço universal ao disponibilizar, num mesmo espaço coleções enciclopédicas da humanidade. Eram museus do mundo para o mundo. O valor da humanidade sobrepunha-se aos valores das comunidades. Sendo um argumento válido para muitos, haveria ainda segundo outros autores que aproveitar essas situações para explorar a questão da apresentação dos conflitos e tensões que esses objetos também representam. Ou seja os museus universais deveriam ser locais onde se apresentariam as várias dimensões do objeto, mas também com uma gestão partilhada universalmente.

Finalmente um quarto argumento, relativo aos desafios que estas questões lançam nas problemáticas da museologia ocidental como herdeira dos processos de dominação colonial. A emergência das questões pós-coloniais veio demonstrar que as coleções acumuladas nos seus museus eram os resultados duma atividade de domínio sobre o outro. Veio demonstrar que as narrativas, discursos e representações contidas nos seus museus negavam uma boa parte da história daqueles que pretendia narrar. Os museus do ocidente, elaborados

com as regras da epistemologia científica negavam a existência de outras epistemologias, nomeadamente as epistemologias dos povos indígenas. Hoje já não é possível sustentar que o acesso ao conhecimento se faz exclusivamente pelo método científico. O método científico é também uma narrativa que se aplica ao discurso e à atividade científica, constituindo um desafio para a museologia o incorporar nessa gramática os processos de salvaguarda e comunicação através de outras narrativas de conhecimento.

Dentro do segundo conjunto de macros questões relativa à filiação dos objetos culturais, que Moira Simpson intitula "*Os museus e os Povos Indígenas do Século XXI: Mercados Culturais Biunívocos*" a autora desenvolve mais um conjunto de argumentos (SIMPSON, 2006, p. 141 -147). Um quinto argumento, na ordem que temos vindo a apresentar, é uma interrogação sobre a filogenia do museu como um produto das sociedades ocidentais. Daqui emergem reflexões que procuram interrogar um discurso eurocêntrico que nega a identidade ao ouro, das razões da criação de museus pelos povos indígenas e seus conteúdos. A autora responde a estas questões com a emergência consciencialização dos povos indígenas à importância do seu património e sua necessidade gerir a sua própria memória como expressão do seu poder no mundo global. O contacto dos povos indígenas com os seus dominadores fê-los apropriar do conceito de museu e reelaboraram para o colocar ao serviço das narrativas das suas próprias memórias. A reutilização do conceito de museu dá origem a novas propostas de narrativas e a novas formas de organização, que emergem através de novas propostas de diálogo entre os objetos socialmente qualificados com as comunidades e os territórios.

O sexto argumento (em parte já implícito no argumento anterior) é construído a partir da apropriação da noção de museu, que segundo a autora reflete sobre a revitalização artística que estes espaços permitem como locais de produção de memórias resgatadas. A disposição de objetos nos museus permite uma observação de técnicas perdidas e, através de ateliês ou oficinas e efetuar a sua reutilização. Os museus deixam de ser vistos como locais de coisas mortas, para passarem a ser olhados como arquivos das memórias, que podem ser revisitados e revividos.

Um outro argumento, o sétimo, passa pela questão da posse dos objetos e do seu repatriamento. Instituições iguais podem dialogar entre si. Os museus indígenas podem mais facilmente reclamar a posse dos objetos perdidos, podem, sem reclamar a posse dos objetos, efetuar exposições com base em permutas. Através dessas permutas, objetos de museu

podem voltar a ser revividos pelos seus produtores. O conhecimento específico sobre esse objeto pode ganhar com esses movimentos.

O oitavo argumento incide sobre a deslocação de objetos dos museus europeus e a sua reutilização. Esse processo não dispensa uma avaliação dos processos de conservação a que os objetos museológicos foram sujeitos. No passado e no presente, muitas técnicas de conservação são intrusivas, o que levanta várias questões nos processos de conservação (sobre o que se conserva e o que se transforma) e a sua legitimação (como ato de poder).

O nono argumento levanta a questão das novas narrativas. Os museus indígenas, ou de pertença comunitária dão origens a novos sujeitos de narrativa. Os discursos não são independentes de quem os produz. A história tem múltiplas interpretações, e a emergência dos povos sem história nas histórias do mundo enriquece o discurso. Estes novos espaços de narrativa são oportunidades de novas interlocuções no diálogo transcultural, permitem novos espaços de visita e novas solidariedades.

No terceiro tipo de macros questões a autora reflete sobre "*Novos Modelos Museológicos*" (SIMPSON, 2006, p. 148-152). Aqui reflete sobre num décimo argumento a partir do modo como o desafio aos diálogos interculturais na museologia tem vindo a permitir um constante ajustamento da noção de museu à vida das comunidades. A questão central deste argumento relaciona-se com a consciência de que o diálogo entre as culturas, no seio das organizações museológicas é ele próprio um processo de produção cultural. Ou seja, tal como o repatriamento de objetos permite a revitalização de práticas culturais; o diálogo entre instituições contribui para um enriquecimento mútuo dessas mesmas organizações e dos seus participantes. O museu tornou-se efetivamente global. Nele as comunidades encontram um espaço e um tempo para construírem as suas memórias e as suas heranças. Nestes novos espaços descobre-se que os objetos não são só uma materialidade, que eles tem outras significações e que elas podem ser exploradas nesses espaços. Neles as representações podem assumir novas formas com efeitos ao nível dos processos de conservação dos objetos.

Em conclusão das suas reflexões a autora defende a emergência das problemáticas enunciadas têm contribuído de forma inequívoca para o aumento das trocas e dos diálogos entre culturas. Através destes processos tem aumentado a compreensão da necessidade de proteção dos bens patrimoniais e das heranças, hoje valores universais. Que na atualidade esses processos se concretizam em espaços museológicos, espaços que são cada vez mais apropriados pelas comunidades. Os novos modelos são oportunidade para reajustar os pro-

cessos de integração das comunidades do sul numa escala de maior igualdade de oportunidades e de justiça social. Os novos modelos de museus constituem-se como oportunidades para a revitalização da ação cultural, do restabelecimento dos direitos culturais, religiosos e políticos dos povos indígenas.

Como referimos, a abordagem da Moira Simpson a partir das suas análises sobre as realidades museais à escala global reflete sobre a evolução das atividades museológicas, das suas implicações ao nível dos processos museológicos, da forma como essas atividades se refletem nos fenómenos museológicos e finalmente as suas implicações nos fatos museológicos (SIMPSON, 2006). Nos seus argumentos encontramos um conjunto de questões que dizem respeito às funções dos museus, aos processos de trabalho museológico sobre os seus objetos, sobre novos objetos, novas metodologias museológicas, e sobre as formas de participação da comunidade na gestão das suas memórias e heranças.

Esta abertura da noção de museu a sua configuração organizacional torna-o universal. Este tipo de organizações pode estar presentes em todas as comunidades, porque todas a comunidade tem as suas estruturas de gestão e produção de memória social. O museu é um espaço onde simultaneamente se resgata e se reconstrói as memórias sociais. Todas as comunidades dispõem de dispositivos que organizam o acesso ao saber que são expressão dum poder. O controlo da memória social é um instrumento de poder e a sua operacionalidade é uma condição de liberdade. Esta condição de museu enquanto espaço de liberdade e de consciencialização da salvaguarda e da produção de memória social como expressão duma narrativa do conhecimento e é o que nos interessa mobilizar neste nosso trabalho. Como vimos essa é uma condição justificada pela prática museológica.

Paro o nosso trabalho interessa-nos reter ainda, desta síntese de tendências reunidas por Moira Simpson (SIMPSON, 2006), os argumentos que são possíveis de aplicar no estudo do nosso caso na ilha de Moçambique. Deveremos verificar, a partir dos argumentos enunciados, se eles se refletem nas práticas e nas reflexões teóricas em África, e em particular na museologia de expressão lusófona[137].

[137] A expressão lusofonia remete para o universo da comunicação do português. Em África, as antigas colónias portuguesas adotaram o português como forma de expressão. Embora nesses territórios convivam diversidades linguísticas diferenciadas, a lusofonia pode constituir-se como uma unidade de análise.

2.3.1. Estado da Arte da Museologia Africana de Expressão Portuguesa

Temos consciência que a unidade de análise Museologia em África é uma unidade tão insignificante como o seria falar duma unidade da Museologia nas Américas ou na Europa. Este é um critério geográfico que representa diversidades socioculturais tão diversas que dificilmente conseguiríamos encontrar um denominador comum.[138] O que haverá de comum entre, por exemplo o museu de Cairo e os museus da Namíbia? Tal como o que haverá de comum entre o Albert Hall e o Museu de Maré no Rio de Janeiro? São museus e pertencem a um mesmo continente é certo, mas não representam processo museológicos tão diferenciados para poderem ser analisados como uma unidade. Não representaram um exemplo da diversidade da configuração do museu, que assim ao invés da unidade por pertença a um território não legitimaria uma unidade por pertença a uma rede (de princípios, de valores, de objetos…) como é hoje prática comum de relacionamento no mundo global.

Esta é também uma forma de consciência pós-moderna no mundo global, onde narrativas de conhecimento se filiam em unidades espaciais, onde o caso da unidade de análise dos Estudos Africanos se constitui. Esse é hoje uma das problemáticas dos vários Centros de Estudos Africanos na definição dos seus objetos de problematização. Originalmente os Centros de Estudos Africanos procuram uma reflexão pluridisciplinar sobre esta unidade territorial, com base numa observação empírica da sua especificidade epistemológica. Na atualidade muitos destes Centros questionam precisamente o seu objeto de análise com base numa metodologia crítica relativa aos processos de globalização[139].

Com a consciência desta preposição, tentamos fazer uma análise da questão da museologia em África. Para isso, pesquisamos nos contributos do ICOFOM[140] e do AFRICOM[141], a reflexão sobre a problemática da museologia em África. O ICOFOM é o comité do ICOM que se dedica às questões da teoria museológica, e o AFRICOM é o comité que

[138] A propósito desta questão (COMBBES, 1994) aborda a questão do papel das coleções museológicas na invenção da ideia de África através dos museus britânicos. Na senda da ideia de Ernest Said da invenção do "Oriente" pelo Ocidente (SAID, 2004), também a autora se centra no processo de análise como a ciência (sobretudo o discurso etnográfico e a pratica museológica da época) vão construir uma ideia eurocêntrica de África, e de como essa ideia constitui uma base da afirmação da justificação das hegemonias coloniais do final do século XIX e no século XX.

[139] Sobre a questão da Problemática do Estudos Africanos veja-se (HOUNTONDJI, (2009)

[140] ICOFOM- International Committee for Museology. O ICOFON é um órgão do ICOM (Conselho Internacional dos Museus) uma organização da UNESCO, foi constituído em 1977 com o objetivo de reunir os profissionais que investigam, analisam e divulgam as bases teóricas da museologia contemporânea como disciplina científica. A organização é de adesão livre pelos interessados, e produz um conjunto de documentos que constituem o processo de reflexão crítica sobre a museologia.

[141] AFRICOM, Comité Africanos de Museologia, é constituído em 2003 e apresenta um funcionamento irregular.

reúne os museus e os profissionais dos museus em África. Procuramos portanto o eco do debate sobre a teoria museológica nos processos museológicos em África.

Que problemáticas se podem identificar hoje entre os profissionais da museologia em África. O órgão regional dos museólogos o AFRICOM é de origem recente, criado em 2003, com um escasso número de publicações e com uma vida associativa muito débil. Esta primeira constatação, de um escasso número de documentos e publicações sobre a ação e os processos museológicos nas sociedades africanas, ou a sua pouca visibilidade nos mecanismos de busca, indica que a abordagem pela unidade territorial do "continente" não será a mais indicada.

A maioria das referências que encontramos focaliza-se sobre os museus como instituições. São essencialmente trabalhos dos seus profissionais sobre as suas coleções e, sobre os seus públicos. Grandes partes das reflexões mais recentes sobre esta questão são produzidas em textos sem grande problematização crítica e em regra incluídos em Boletins ou outros processos de comunicação de curta duração[142]. O que é produzido nestes textos sobre os vários processos museológicos centra-se ainda na instituição museu e aborda essencialmente aspetos descritivos das exposições. Não podemos para efeito duma avaliação do "Estado da Arte da museologia em África" efetuar uma análise consistente, sem abordar o universo extremamente diversificado dos seus diversos museus, profissionais e processos. Em suma a unidade de análise da museologia no continente africano não operacionalizável.

Encontramos no entanto uma linha de investigação que tem origem nos Estudos Pós-coloniais/ Estudos Africanos / Antropologia que problematiza o museu como instituição herdeira de processos coloniais e reflete sobre essa herança na contemporaneidade.[143] Estes trabalhos e as suas problemáticas são em muitos casos bastante interessantes e pertinentes. Na maioria dos casos centram-se sobre os processos de dominação colonial europeia sobre áreas regionais africanas, elas próprias retalhadas para efeitos de partilha territorial pelos

[142] Referimo-nos concretamente aos textos sobre os museus em Moçambique, que serão tratados no apêndice IV. A nossa pesquisa sobre esta questão foi limitada aos textos publicados no Boletim do ICOM, acessível através da Internet no sítio da UNESCO/ICOM, à documentação bibliográfica disponibilizada em Moçambique pelos Serviços dos Museus e pelos documentos recolhidos no nosso trabalho de campo, quando visitamos e entrevistamos os responsáveis dos museus de Moçambique. Não podemos pois generalizar esta questão a toda a África, muito embora, possamos concluir, pela rede de relações profissionais entre os museólogos moçambicanos com as instituições congéneres nos demais países lusófonos e da África Austral, que os processos de reflexão sobre os processos museológicos não serão muito diferentes.

[143] Para além do trabalho de Moira Simpson (2004) e de Annie Coombs (1994) já citados veja-se Aurélie Roger (ROGER, 2006), sobre o museu do Congo Belga, Nuno Porto (PORTO, 2009) sobre o Museu do Dundo em Angola, ou Nélia Dias sobre o Museu do Homem em Paris (DIAS, 1991). Sobre a questão da abordagem da narrativa museológica Pós-Colonial vejam-se os trabalhos de Tim Barringer (BARRINGER &FLYNN, 1998).

europeus, acabamos por nos envolver mais nos processos de dominação do que na análise dos processos museológicos.

A questão dos museus criados em África pelas instituições coloniais é fundamental para estudar alguns destes equipamentos existentes, cuja génese é precisamente de natureza colonial, mas sobre as quais se desenvolveram outros processos e outras narrativas após as independências nacionais. Assim, a análise dos museus em África encontra-se ainda muito constrangida pela análise dos processos coloniais e pelos processos de independência nacional, que deram origem à criação de alguns novos museus, no âmbito das políticas culturais e museológicas dos novos países. Estes museus expressam a intenção de constituir narrativas legitimadoras dos discursos políticos emergentes. Por essa razão haverá que ter cuidados acrescidos em generalizar a unidade de análise.

No caso da museologia africana de expressão portuguesa como campo de análise temos no entanto um conjunto de textos que nos permitem uma abordagem situacional de enquadramento. No âmbito das relações entre países lusófonos, no quadro da CPLP, entre 1987 e 2000 realizaram-se um conjunto de reuniões chamadas "Encontros de Museus de Países e Comunidade de Língua Portuguesa". Este tipo de fóruns são incentivados e estimulados pelo ICOM[144], seja entre comités vizinhos ou entre espaços culturais como forma de incrementar o intercâmbio de informações e relações entre profissionais. Regra geral são fóruns de profissionais para trocar ideias, exprimir e trocar preocupações sobre as questões que consideram relevantes. Existe uma preocupação para que este tipo de encontros seja regular e que cumpram os objetivos de servir os profissionais e os públicos que servem, "*para que as gerações futuras possam descobrir o passado preservado na atualidade*"[145]

Entre estas datas realizaram-se no total 5 encontros. O Primeiro realizou-se em maio de 1987, realizado no Rio de Janeiro, por iniciativa do ***Museion***, com apoio do ICOM Brasil. O segundo realizou-se em Portugal, em 1989, entre 11 e 14 de setembro, no Palácio Nacional de Mafra, o terceiro, em 1991 em Bissau, o quarto em Macau em 1994. O quinto, e o último, em 2000, em Maputo. As atas dos últimos quatro encontros foram publicadas e estão disponíveis para análise.

[144] ICOM, Internacional Council of Museums – é um órgão da UNESCO criado em 1946 para as questões relacionadas com os Museus, e que reúne os profissionais dos museus, instituições museológicas e demais pessoas que investigam a questão museológica

[145] Patrick Cardon, Secretário-geral do ICOM em 19 de abril de 1989, in I Encontro de Museus Luso-espanhóis, (1989) Lisboa, Comissão Portuguesa do ICOM.

A ideia da realização destes encontros partiu da museóloga brasileira Dr.ª. Fernanda de Camargo e Almeida Moro, Presidente do ICOM Brasil, em 1986. Propôs à sua congénere portuguesa a realização dum encontro de museólogos lusófonos no Rio de Janeiro. No ano seguinte concretiza-se esta ideia. A proposta tinha como intenção a realização destes encontros bianualmente. Por essa razão o segundo encontro realiza-se em Portugal dois anos depois, em 1989. Deste II encontro sai uma proposta de criação de uma Associação de Museus e Comunidades de Língua Portuguesa, que não se materializará. Uma certa irregularidade[146] destes encontros, traduz um sintoma se dificuldade em mobilizar o interesse profissional e diplomático sobre estas questões[147].

Estes encontros permitiam a reunião e a discussão de profissionais dos museus que usam a língua portuguesa como código de comunicação. Através deles podemos seguir as principais problemáticas que em cada um destes países, de realidades muito distintas apresentavam. Vejamos quais são as questões tratadas nestes encontros. Não iremos aqui efetuar a análise crítica destes encontros. Interessa-nos identificar e caracterizar nelas a presença da museologia na África lusófona, e em particular a reflexão sobre a sociomuseologia em África.

Neste fórum dos museólogos lusos encontramos poucas discussões sobre as contribuições da sociomuseologia nos territórios africanos. A incorporação das comunidades e dos territórios nos processos museológicos estão ausentes. As novas configurações organizacionais e os contributos para o desenvolvimento da comunidade também.

A exceção é relatada apenas no campo formação onde foi efetuada uma experiência na Guiné-Bissau (MOUTINHO & NABAIS, 1991), que parece ter constituído uma experiencia efémera. O MINOM, Movimento Internacional para uma Nova Museologia desenvolveu no final da década de oitenta e primeiros anos de noventa umas, "Missões de Cooperação com a Republica da Guiné-Bissau nas áreas do Património e Museologia". No texto relatam-se os esforços feitos, desde 1988, de cooperação na área do Património Cultural, na altura através da Secretaria de Estado da Cooperação, do Instituto Português do Património e do MINOM. Foi criado um projeto de criação de um museu participativo, para prestação de

[146] Em 2010 o Comité Português do ICOM propôs retomar estas reuniões

[147] Por exemplo o apoio à publicação das atas pela Secretaria de Estado de Cooperação é sintomático em relação a este interesse por parte do governo português. Nem sempre esses interesses diplomáticos, entre os vários países são convergentes. Por exemplo, no V encontro realizado em Maputo, Moçambique, para o qual foi possível canalizar vários apoios através da diplomacia portuguesa, não conta, como a participação de profissionais brasileiros, muito embora a cooperação deste Estado com o Estado Moçambicano já fosse, a outros níveis expressiva.

serviço à comunidade. Neste projeto foram efetuados várias ações de formação, de sensibilização ao património cultural, de museologia, de artesanato e animação cultural. Em 1989 o MINOM apoiou a criação do Programa do Centro de Recursos Culturais. Entende que a função do museólogo como um facilitador de diálogos pode estimular a participação da comunidade nos processos.

A construção da museologia não é a criação de modelos, mas a criação e a manutenção de mecanismos de reflexão. Como conclusão do artigo os autores salientam que não fazia sentido colocar a questão "Que Museus para África?" a frase que tinha sido proposta para debate no fórum; O que faria sentido era colocar a questão: Que museus? Nem outra poderia ser a conclusão de Mário Moutinho, para quem a sociomuseologia, como proposta teórica distingue-se pelos processos que se ajustam às realidades das comunidades, ao invés de se procurar uma especificidade teórica a partir da natureza espacial dos fenómenos.

Num outro registo, mais centrado no problema dos museus dos países africanos, Paulo Soares, então Diretor do Museu Nacional de Etnologia de Nampula, em Moçambique, onde na "*A Proteção do Património Cultural em Moçambique e o Programa do Museu Nacional de Etnologia*" (SOARES, 1991, p. 65-72) defende que "a situação de países jovens como Moçambique, com inexperiência na administração de museus, insuficientes rotinas de funcionamento e ausência de legislações apropriadas, (…)" deverão primeiro promover a realização de estudos que permitam criação estratégias apropriadas para o desenvolvimento dos museus (SOARES, 1991, p. 65).

No apêndice IV faremos uma análise mais detalhada do setor museológico em Moçambique. Vale a pena reter que neste fórum se reconhecia que os museus não tinham conseguido nem visibilidade nem função social no âmbito dos processos de construção da identidade nacional do país. Daí que nas conclusões deste encontro, integrado nas reflexão proposta pelo ICOM, "que museus para África? Se tenha defendido que "o papel do museus como elemento de formação da identidade nacional, por preservar, valorizar e divulgar os elementos da cultura material e os valores dum povo" (CARDOSO, 1991, P. 29).

Num outro caso, como por exemplo Armando Tchoba (TCHOBA, 1991, p. 31-36), que reflete, sem qualquer posicionamento crítico, sobre a evolução histórica do museu nos

países africanos, primeiro como expressão duma função colonial, e depois da independência, sem conseguirem estabelecer uma função social clara acabam por desaparecer[148].

No encontro seguinte, o IV Encontro realizado em Macau, entre 28 a 3 de março de 1994, encontramos a colaboração de Alda Costa[149], com um artigo sobre o "Património Oriental de Moçambique", inaugurando um tema que iremos seguir mais à frente. Esta colaboração manter-se-á, no mesmo registo no V encontro, que se realiza em Maputo entre 18 e 24 de setembro de 2000.

Este "*V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa"*, pelo fato de se realizar em Moçambique, é para nós particularmente interessante como documento da análise da situação museológica no país nessa época.

Nestes encontros verifica-se uma tendência do país recetor contribuir com um elevado número de participantes, ao passo que os profissionais visitantes são escassos, fazendo com que este encontro tenha uma maior semelhança com as cimeiras do que "encontros de profissionais". Como já salientamos, uma outra questão que se verificou neste encontro foi a ausência de representantes do Brasil. Portugal com os seus representantes foi o segundo grupo nacional mais representado (6), seguindo-se Angola (2), Guiné-Bissau, Índia (Goa), Macau e Timor, todos com apenas um representante. Deste universo, mais de metade são profissionais implicados com os museus locais, ao contrário dos outros encontros, onde quem normalmente comparecia Alda Costa, que assim assumia a "representação do país"

A representatividade dos museus locais é para nós uma importante fonte de análise das dinâmicas locais. Neste caso concreto do V encontro, do total das 29 intervenções em ata, 16 correspondem a intervenções de ou sobre museus moçambicanos. Neste último caso incluímos a participação do "*Programa Sueco para os Museus Africanos*"[150], organização de cooperação sueca há época com vários projetos de cooperação com Moçambique. Os conteúdos das suas intervenções permitem entender o impacto do programa de cooperação sue-

[148] O museu da Guiné é criado em 1946 (nessa data existiam em Angola o Museu do Dundo, o Museu de Angola, instalado em Luanda). O autor não refere os museus em Moçambique. É criado o Museu da Guiné (Decreto 36.636 de 29 NOV46). Em 1948 integrava 4 secções: História, Etnografia, Ciências Naturais e Economia. (Programa desenvolvido para as comemorações do V Centenário da Descoberta da Guiné). S Secção de História documentava "a evolução espiritual e progresso material" dos 5 séculos de colonização, a etnografia e as de ciências recolhia objetos recolhidos, "dos povos indígenas) da fauna e flora. Quanto à área económica recolhi o mostruário completo dos "elementos económicos integrantes da Guiné". Este museu acolhe, após a independência as Instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros, fica sem diretor e as coleções desaparecem.

[149] Alda Costa é uma figura de referência da museologia em Moçambique. No apêndice III analisaremos as suas contribuições

[150] Veja-se no Apêndice III a descrição dos trabalhos deste programa em Moçambique.

co no discurso museológico moçambicano, o que pudemos confirma durante os trabalhos de campo. Esse programa foi uma intervenção estruturada, com objetivo de capacitar profissionais locais ao mesmo tempo que demonstrou a preocupação para centrar a atividade museológica nas necessidades das comunidades locais. "*As necessidades da comunidade como ponto de partida*" afirma a responsável da cooperação sueca (V ENCONTRO, 2000). Para além dessa reflexão destaca-se ainda a intervenção de Natália Correia Guedes, na altura presidente do ICOM Portugal, que apresenta como comunicação a proposta duma exposição itinerante sobre a língua e cultura portuguesa, que constituía o corpo central da sua tese de doutoramento em 1994 na Universidade Nova. Uma proposta que envolveria os vários países lusófonos numa rede de parceria. (GUEDES, 1994)

Como conclusão desta breve incursão sobre o estado da arte da museologia nos países africanos de expressão portuguesa tomamos consciência de que tendo a sociomuseologia preocupação de centrar a sua investigação e ação museológica nos problemas das comunidades, dos seus territórios e dos contextos da produção de objetos socialmente qualificado se verifica um vazio teórico nas práticas museológicas africanas de expressão lusófona. Esta é uma situação que permite abrir novas perspetivas de ação à sociomuseologia. Essa é uma reflexão que procuramos incorporar nesta tese a partir da interrogação sobre a conformidade dos processos de mobilização da memória social como instrumento de construção de ação social, da mobilização para os processos museológicos como espaços de participação da comunidade e da museologia como campo de trocas de conhecimento.

3. A SOCIOMNESE NA ILHA DE MOÇAMBIQUE

> *"Os nossos monumentos, aqueles que nos são próprios, são as tradições orais que morrem com os anciãos que vão morrendo, veiculadas por inúmeros línguas muitas vezes impermeáveis umas às outras.*
> *Entre nós as autoridades tradicionais já não possuem nem audiência nem meios próprios de expressão. As nossas instituições sofrem de irrupção agressiva da modernidade. Perdidos no mundo, nós somos um povo frágil*
> (DIOP, 1976, p. 30).

Neste capítulo vamos apresentar os resultados do processo de investigação desenvolvido na Ilha de Moçambique, durante a nossa viagem, entre novembro de 2009 e janeiro de 2010. O ponto de partida desta reflexão é a operação mental da construção do outro. Ele apresenta o resultado da formação da nossa consciência sobre o objeto de análise.

É a partir da construção dessa consciência que se apresentam os resultados e as justificações que, na busca do diálogo com a comunidade, nos conduziram à aplicação duma metodologia crítica da libertação. Neste segundo ponto partimos da análise das propostas da metodologia da conscientização de Paulo Freire, para analisar a sua aplicação na ação museológica a partir da construção e mapeamento da memória social dessa comunidade. Essa operação conclui-se com a presentação duma metodologia de trabalho museológico com a comunidade. Na metodologia são apresentados e justificados os processos de identificação da memória social, os resultados da sua aplicação, os instrumentos auxiliares construídos para desenvolver uma ação museológica a partir da memória social. Finalmente apresentamos os resultados da metodologia na análise da memória social e justificamos a sua pertinência para a ação museológica.

3.1. A construção da visão do outro na ilha de Moçambique

Em meados dos anos oitenta, Alfredo Margarido apresenta no colóquio "*L´Humanisme Portuguais dans L'Europe*", realizado um Paris, pelo Centre Culturel Portugais um artigo com o título "*La vision de l'autre (africain et indien d´Amérique) dans la Renaissance Portuguaise*". (MARGARIDO, 1984) Com a habitual argúcia na análise Margarido analisa o problema que se colocou aos europeus, quando através da viagem, se confrontaram como outros seres humanos portadores de outras cosmogonias. As inquietações perante o desconhecido e as respetivas respostas, através duma análise das imagens são o principal objeto da investigação de Margarido.

Margarido faz a reconstrução da rede de leitura do outro através das perceções e das intuições primeiras. Através dos sentidos, dos olhares, dos sabores que num primeiro momento se observam a diferença: da terra, das plantas, dos animais, e sobretudo dos outros humanos. A língua de comunicação, as roupas, a alimentação, e os comportamentos fornecem nesse primeiro momento os dados necessários para construir as diferenças. É através dessas diferenças que se busca a explicação do outro, no quadro das ações. A geração da racionalidade do outro é uma operação que precede a sua dominação. É sobre essa construção da racionalidade que se geram as operações de dominação. Margarido pretende com isso defender que com o reconhecimento do outro se gera um potencial de ação que incorpora a diferença. É essa recusa de incorporar a diferença que vai gerar a ação de dominação sobre o outro.

Essa metodologia de análise, à época inovadora, constituiu para nós, a nossa principal ferramenta metodológica aplicada num outro trabalho (LEITE, 1997). Retomamos agora essa proposta, no âmbito desta nossa problemática de construção dum processo museológico na Ilha de Moçambique, para através da narrativa duma preposição de um trânsito do nosso olhar, procurarmos fundamentar a interrogação como metodologia de análise das dinâmicas dos espaços, das gentes e da diversidade das vivências dos processos sociomnemónicos na ilha de Moçambique na contemporaneidade.

Como afirma Margarido, a apesar do seu objeto de análise se situar num outro tempo, a descoberta e a construção do outro é um processo de construção duma inteligibilidade permanente. No século XVI, essa construção da leitura do outro estava condicionada pelas características do seu pensamento. Margarido escreve: *"L'Autre n'est pas donné d'avance, mais il doit être conquis et construit taut fur et à mesure que se poursuit la quête interminable. Toutefois, cette construction ne peut débarrasser des implicites, et L'Autre reste, dans quête, le noyau irréductible, à telle enseigne que parfois il faut liquider physiquement pour récupérer la tranquillité: Il y a des moments dans cette recherche où le trouble déclenché par l'Autre, ne peut être règle que par la mise à mort."(*MARGARIDO, 1984, P 507)[151]. Como sabemos hoje, passados vários séculos sobre esse processo, essas atitudes geraram incompreensões mútuas, sofrimento atrozes e processos dolorosos. Esse processo conduziu à hegemonia de uns sobre outros.

[151] O outro não nos é antecipado, mas ele deve ser conquistado e construído à medida que desenvolvemos um interrogatório permanente. Algumas vezes essa construção não se pode desfazer dos implícitos e o outro fica, nesse interrogatório, um nó irredutível, de tal forma que por vezes é necessário elimina-lo fisicamente para recuperar a tranquilidade. Há momentos em que as inquietações geradas por esta busca desencadeada pelo Outro não podem ser resolvidas sem a sua morte (tradução livre)

Continua a ser necessário referir que esse conflito pela hegemonia, política económica e social, do qual resultou a acumulação de recursos à escala global, foi também um processo que implicou a ampliação do tráfico de milhões de seres humanos através dos oceanos. A acumulação do capital nuns territórios e em algumas sociedades teve como outro lado do mundo a desarticulação dos outros sistemas. Se o tráfico negreiro acaba por cessar, na sua dimensão transatlântica, quando o sistema de acumulação entra numa crise que é superada pela ampliação das trocas monetárias. Também não podemos esquecer, porque essa memória está inscrita na pedra que constituem o seu património construído que A Ilha de Moçambique, foi durante umas largas centenas de anos, um dos pontos desse vil comércio da carne humana, estando o seu apogeu e decadência ligado a esse fenómeno.

No âmbito deste nosso trabalho sobre as memórias sociais da ilha de Moçambique é naturalmente importante reconhecer a existência deste processo de construção mental que conduziu o outro a uma situação de subordinação. Mas mais do que o processo em si, é a operação mental que tem como objetivo criar uma hegemonia na visão do mundo, que integra certos valores, e que exclui outros que nos interessa[152].

A construção da visão do outro na Ilha de Moçambique apresenta algumas características interessantes que importa agora sintetizar. De terra de tráfico de escravos que favo-

[152] Em 2000 Mário Moutinho publica "O Indígena no Pensamento Colonial Português (1895-1961), (MOUTINHO, 2000). Nesse livro Moutinho, com base numa revisão de bibliografia etnológica e política faz uma síntese da negação da construção do "indígena" como ser no pensamento colonial português. Segundo Moutinho a construção da imagem do primitivo é a negação da autonomia do outro (do indígena). A narrativa colonial apresenta-se como uma construção sucessiva de ideias sobre o outro, onde este é sempre visto como permanecendo sempre ligado à natureza e aos seus ritmos e portador dum pensamento primitivo (por analogia com as crianças). Este pensamento quando é confrontado com as evidências da autonomia do outro é reelaborado distorcendo ou efabulando às qualidades dos indígenas, para o manter sempre ligado a esse mundo natural, sem capacidade e sem autonomia e reconhecimento como produtores de cultura. O objetivo da produção desse pensamento é remeter o outro para uma posição de inferioridade. A evolução deste pensamento, ilustrado pelo livro de Moutinho, apresenta uma justificação da exploração colonial dos africanos, nomeadamente a necessidade de colocar a sua força de trabalho ao serviço da economia colonial, a criação dos instrumentos desse domínio, nomeadamente o aparelho administrativo e a utilização da escola. A qualificação dos indígenas como "seres primitivos" é uma operação mental construída sobre preconceitos, negando autonomia ao outro. A qualificação da fraqueza do espírito e da sua suposta incapacidade o trabalho, por exemplo são dois valores que os afastam da civilização construída pelo homem branco (através do estigma da cor da pele concorre para a afirmação da diferença). A incapacidade do "primitivo" de aceder aos valores espirituais e de aplicar energia na transformação da natureza, ao mesmo tempo que os afasta dos valores da civilização construída pelo homem branco legitima a necessidade deste de o dominar o orientar. A capacidade do homem branco de compreender as leis da natureza, de a dominar para a colocar ao seu serviço é uma faculdade dos espíritos superiores. A dominação do primitivo acaba assim por se justificar como uma "missão civilizadora" onde através do trabalho se poderá alcançar, um dia a redenção. Ao mesmo tempo que legitima a dominação do presente, o pensamento colonial remete para o futuro a possibilidade de emancipação. Essa incapacidade do pensamento colonial português de enfrentar o futuro tornou-se uma das suas características fundamentais. Quando confrontado com a mudança, o pensamento colonial metamorfoseia-se, engendrando novas categorias de legitimação da dominação: O luso tropicalismo será um caso exemplar como veremos mais à frente.

rece a sua prosperidade, a sua abolição lenta e contraditória[153], desvia os fluxos materiais da mercadoria, mas mantém o fluxo da riqueza material e política. Como centro político procura através da obra pública consolidar o tecido urbano. Apenas com a evidência da exiguidade do espaço e a emergência das terras do sul como espaços emergentes da consolidação do território é que obrigam o reconhecimento da necessidade da transferência do centro político. A perda da sua especialização funcional, que se arrasta até mil novecentos e sessenta, cria a ideia do turismo como opção de alternativa. É opção que se começa a desenhar logo a partir do final segunda guerra e que tem implicações ao nível da forma do território. A imagem inicial, também fruto do tempo do colonialismo português, procura uma imagem de marca alicerçada na sua história. A história desse período até à independência é construída com base na ideia da sua especificidade como território luso tropical.

A construção da visão do outro no processo de construção ideológica do luso tropicalismo é uma relação complexa. Como sabemos o luso tropicalismo procura a incorporação do outro, como contributo para o enriquecimento de nós, numa operação que implica a existência, ainda que desigual de algum diálogo. Ainda que o eu europeu seja sempre culturalmente dominante, o outro emerge com uma identidade. É por essa razão que o luso tropicalismo tarda em se afirmar como doutrina colonial (CASTELO, 1996), só sendo considerada uma potencial solução para a questão colonial, quando alguns setores do pensamento colonial português se apercebem da inevitabilidade da emergência das autonomias dos territórios coloniais, numa oposição permanente dos partidários da visão colonial mais fundamentalista (que recusa uma visão do outro ontológico, fora dum visão da ação espiritual).

Na formulação luso tropical, de Gilberto Freyre, o luso teria particulares capacidade para se adaptar aos trópicos misturando-se com as populações locais, criando comunidades multirraciais (FRYRE, 1957). Entre a teoria de Gilberto Freyre e a realidade, há como já tem sido demonstrado[154], uma grande distância. Nessa efabulação, os portugueses tinham desen-

[153] Vejam-se os trabalhos de José Capela, que numa perspetiva historiográfica estudou esta problemática a partir de arquivos portugueses, brasileiros e moçambicanos durante mais de trinta anos. O seu trabalho, "O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique" é hoje uma análise incontornável desta problemática. (CAPELA, 2002). Há também outras abordagens desta problemática a partir de fontes orais (ZIMBA e ISACMAN, 2005), que recentemente publicaram " Slaves Routes and Oral Tradition in Southern Africa" tem estudado a questão a partir desta metodologia.

[154] Nomeadamente por Alfredo Margarido, que na sua obra sempre se empenhou em desmontar a argumentação desta tese, bem como das sucessivas adaptações que tem vindo a ser alvo. Veja-se nomeadamente (MARGARIDO, 1975); (MARGARIDO, 1980) e (MARGARIDO, 2000). Em 1997 a Revista Lusotopie aborda igualmente esta questão como objeto de conhecimento no quadro da constituição da CPLP (LUSOTOPIE, 1997). Sobre o modo como a "ideologia" luso-tropical se instala como doutrina oficial do colonialismo português, veja-se (CASTELO, 1996)

volvido uma prática de "respeito" pelas comunidades locais, onde muitas vezes acabavam por se integrar[155] Mas além destas capacidades (que segundo Gilberto Freyre derivavam do fato do próprio substrato étnico dos povos peninsulares ser resultado da incorporação de genes árabes e berberes. Os portugueses nos trópicos transportavam igualmente uma visão "espiritual" com base no Cristianismo monástico (ou proselitista) que oferecia aos outros uma visão superior do mundo (uma civilização), independente das raças. Assim, com a "espada numa mão e a cruz na outra" os lusos seriam missionários duma nova cristandade assimilada. Essa visão dum colonialismo bondoso, não só carecia de validade[156], como de resto acabava por ser desmentida pelos fatos e pela política colonial portugueses do próprio Estado Novo[157]. E neste contexto, a Ilha de Moçambique representava como demonstraremos mais à frente, o paradigma da visão etnocêntrica dessa construção ideológica "luso tropical". Ao integrar "o outro" numa visão cristaneo-centrica como componente dum processo de elevação espiritual, nega-se necessariamente a visão do outros como ser autónomo, portador de outras categorias e outras cosmovisões. A assimilação torna-se assim um caminho de via única, um trânsito entre uma pré-condição natural e o progresso, construído pela civilização[158].

Ora, se o colonialismo, como política se estilhaçou através das armas, a categorização do luso tropicalismo como estruturante do pensamento presente ainda permanece atuante (MARGARIDO, 2000). A visão do outro enquanto operação do pensamento, como categorização é um processo de formação dum valor.

O também como veremos mais à frente o valor como categoria é, no processo de formação categorial do pensamento abissal eurocêntrico no contemporâneo, simultaneamente um fim e um instrumento. No passado, o confronto com o outro, deu origem a atitudes de

---

[155] Inicialmente os trabalhos de Gilberto Freyre incidem sobre o caso Brasileiro. Só posteriormente à publicação da "Casa Grande" em 1937, e após a participação no Congresso do Mundo Português "em 1940, é que Freyre irá alargar a sua análise à presença lusa em África. Veja-se do autor "O Mundo que o Português Criou ", (1940) "A integração portuguesa nos trópicos" (1957) e " O Luso e o Trópico, Lisboa" (1960).

[156] Não cabe neste espaço efetuar uma crítica à "teoria luso tropical" que de resto tem sido feita por vários investigadores das questões colónias e pós-coloniais. Veja-se nomeadamente as já citada obras de (MARGARIDO, 2000), (ALEXANDRE, 1996 e 2006) e (CASTELO, 1996 e 2007)

[157] Formulada por Armindo Monteiro (1896-1955) Ministro das Colónias entre 1931 e 1935 e que cria a "mística do III Império (africano). Veja-se Os Portugueses e a Colonização Contemporânea, (1933) Também este autor defende uma "qualidade" dos portugueses no tratamento com os africanos."*Uma piedade e uma tolerância para com a gente que lhe é inferior no sertão*" que não existiam nos outros povos e que produzi um desejo de os elevar, através do trabalho, às "novas luzes do espírito" (MONTEIRO, 1936,6).

[158] No posfácio da Obra de Mário Moutinho acima citada (MOUTINHO, 2000, 237), um texto não assinado, mas que pressentimos a influência de Alfredo Margarido, faz-se uma análise crítica ao luso tropicalismo, da sua génese à sua adoção como "ideologia colonial", na década de novecentos e cinquenta como resposta à conjuntura internacional, bem como da sua permanência no imaginário português.

exclusão e de negação da sua história (através do processo de classificação com base na cor da pele, na religião, das tradições, das categorias do conhecimento). Hoje é esse mesmo confronto que nos permite incluir a diversidade como um valor da nossa própria riqueza. É esse entendimento do valor a mistura que cria novas sínteses. Essa elegia do hibridismo como reconhecimento dos novos valores. Se como instrumento, a valoração ainda é idêntica, os fins, são, naturalmente diferentes. Onde e como é que essa diferença nos fins emerge?

A capacidade de entender o mundo como um espaço partilhado por todos e onde todos se podem expressar na sua diversidade representa um dos novos valores da humanidade. Ao valor da mercadoria-moeda que remete para a unidade, à que contrapor novos valores (como fins e como instrumentos) que remetam para a multiplicidade. Não cabe neste trabalho fundamentar ou ajuizar novos valores, mas tão só tentar entender, como a sociomuseologia pode operar, em contexto da comunidade com a diversidade, e como o museólogo, enquanto mediador do processo museológico, pode operar como profissional. Esse é o propósito deste capítulo que vai procurar constituir (através da sua descrição) o processo museológico a partir da vivência das memórias sociais contemporâneas na Ilha.

Durante o nosso processo de investigação na Ilha de Moçambique verificamos que a aplicação da metodologia que havíamos selecionado não estava a captar essa vivência mnemónica. Como verificamos nos vários capítulos anteriores os tempos e os sentidos sobre a narrativa histórica e a vontade de futuro apresentavam uma elevada conformidade. Esse era uma vivência da presente sentida e partilhada pelos principais interlocutores. No entanto, a nossa visão museológica, a nossa preocupação em centrarmos o nosso processo na comunidade conduziu-nos à busca da inteligibilidade do outro. Nessa busca, pressentimos inicialmente que algo nos estava a escapar. Essa nossa intuição decorria fundamentalmente da nossa vivência na cidade.

A vivência na cidade é, para o viajante, como já ficou relatada uma experiencia marcada pelo deslumbramento. As cores, as formas, os cheiros, os ritmos e os sons inebriam os sentidos. As gentes não lhes ficam atrás. A viagem tem um tempo. Desse tempo depende a extensão e a qualidade das experiencias. Na nossa viagem, pensada como uma deslocação entre o continente e o litoral, para nele nos determos por algum tempo, e nele trabalharmos, permitiu-nos, para além das emoções imediatas, tempo para reflexão, para sentir, para procurar, para interrogar. Foi nesse tempo que intuímos a ausência da narrativa do outro.

Sintetizemos essa autocrítica. Num primeiro momento o nosso aparelho conceptual captou a conformidades e ajustou-se a elas para construir um pensamento inteligível. Num

segundo momento captou as desconformidades, intuiu os espaços de silêncio e de ausências. Ao questionar os esquecimentos fui possível ir descobrindo um outro livro com "páginas de vida". Onde o silêncio se tinha instalado procurei encontrar as outras palavras e, conjuntamente com outros, reescrever um livro de memória. Esta é uma parte da construção desse livro.

3.2. A operação da metodologia da conscientização

A operação que nos conduziu à necessidade de corrigir o nosso trabalho metodológico teve por base a aplicação da metodologia de participação dos atores, integrante das metodologias dos projetos participativos, tal como os havíamos concebido, na fase de projeto preparatório da investigação no terreno. A perceção de conformidade dos discursos, uma questão que analisaremos no capítulo 6, fazia pressupor uma unanimada na partilha de objetivos de ação. Foi sobre essa nossa perceção de conformidade que nos ocorreu a necessidade de interrogar o "lugar do outro". O discurso da unanimidade da ação não estava a permitir a emergência da visão do outro. Onde procurávamos interrogar, respondia-nos um discurso do silêncio[159]. É então a busca dos silêncios que nos conduziu à construção das alternativas metodológicas adequadas ao desenvolvimento dum processo museológico para a ilha de Moçambique com base na investigação-ação.

As metodologias de projeto participativo[160] implicam num momento preliminar a execução de um diagnóstico prospetivo[161] do objeto de análise. No final desse momento

[159] Pode parecer contraditória a expressão da "narrativa do silêncio". Mas como temos vindo a afirmar a sociomnese resulta das tensões entre a lembrança e o esquecimento como uma interação na afirmação da tensão na afirmação do poder (hegemonia) e sua resistência. O silêncio não é portanto um vazio ou uma ausência de fenomenologia, mas ele próprio constitui uma narrativa que se opõe à narrativa dominante.

[160] Um processo é um fenómeno complexo. No caso, como vimos o processo museológico expressa a relação entre o facto museológico com o fenómeno museológico. O processo torna-se portanto um objeto de conhecimento complexo. O processo museológico assume-se como o espaço onde acontece ciência, onde se reflete a ciência, onde se cria ciência, e onde se devolve a ciência à comunidade. O processo museológico é um processo dialógico. É feito com a participação da comunidade numa permanente negociação. "*O projeto é uma redução dessa problemática, voltada sempre para a ação, procurando resolver, ou condicionar problemas gerados pelas relações causais. "O projeto é uma estrutura intermédia que se insere entre o sujeito que projeta e a coisa projetada pelo sujeito. Quando alguém projeta alguma coisa, não faz mais do que conhece-la para, justamente coloca-la, no âmbito das possibilidades reais que a modalidade de futuro acolhe; não faz do que conhece-la para antecipar*" (LISBOA, 2005, p 21). Um processo museológico incorpora vários projetos que se concretizam ou não em tempos diferentes. Neste caso, para efeitos de explicitação metodológica vamos reduzir a complexidade e simplificar o nosso trabalho assumindo o nosso processo museológico como um projeto.

[161] Diagnóstico prospetivo é uma atividade do planeamento estratégico que tem por base a ideia de "pensar o presente a partir do futuro".Ou seja a partir duma "visão", dum "campo de possibilidade", duma "aspiração" efetua-se uma análise das condições do presente, numa busca das suas dinâmicas de transformação, procurando isolar os fatores de bloqueio e valorizar os elementos passíveis de estruturar a mudança.

deverão estar especificados os objetivos (assumindo-se que os objetivos gerais são os que determinaram a elaboração do projeto) e as estratégias gerais. Desse modo o diagnóstico não é apenas um desenho ou retrato duma realidade, mas é também ele próprio um elemento da ação que se pretende gerar. Ele é construído sobre os problemas numa perspetiva de resolução.

No fundo é a construção da problemática do projeto, onde o ponto de partida é confrontado com o ponto de chegada desejado, o momento onde se avalia as possibilidades e a resistências a enfrentar, as possíveis vias alternativas. Esse momento reflexivo é o momento crucial para o desenho do projeto em si mesmo. É aí que se desenha as opções gerais, os caminhos a tomar, as ações a empreender, bem como o modo de gestão do projeto e suas formas de avaliação. A partir do desenho do projeto segue-se a sua execução, momento em que se iniciam asa ações previstas, e dependendo da sua estratégia de gestão, se geram reformulações ou adaptações em função das avaliações efetuadas. O fato de o projeto ser participativo implica que em todos os momentos da elaboração desse projeto, do diagnóstico à sua execução, ele seja participado pelos destinatários desse projeto.

A questão da metodologia de participação também pode ser considerada como um elemento de desenho do projeto. Grosso modo a participação pode ser concebida entre um extremo de consulta (que expressa o exercício dum poder) e a partilha da decisão ou parte-nariado (que expressa o envolvimento e a corresponsabilização visando a criação de compromissos). Neste último caso, o exercício do compromisso, expressa a negociação permanente entre os atores do projeto, entre técnicos e destinatários das ações, com vista a estabelecer objetivos comuns

Ora assumir esta metodologia como elemento estruturante no âmbito do nosso doutoramento comporta algumas incompatibilidades, na forma e de tempo, que já atrás nos referimos, nas quais se salienta mais uma vez a não coincidência no tempo na aplicação da metodologia participativas. Assim a nossa proposta de processo museológico é construída fundamentalmente com base no processo de investigação efetuada sobre o seu tempo de Diagnóstico Prospetivo.

Para o diagnóstico prospetivo do nosso projeto museológico optamos por aplicar metodologias que nos permitem atingir os objetivos específicos da investigação: as memórias sociais da ilha de Moçambique. Essas memórias expressam-se de formas plurais. Demos preferência às metodologias qualitativas, a que nos surgiram como mais adequadas. Como já referimos no capítulo 1 há uma longa tradição de utilização de metodologias qualitativas no

âmbito das ciências sociais. No caso do processo museológico, concebido como um projeto de investigação-ação, implicando a participação da população, estamos perante um processo onde o investigador, (o sociomuseólogo) e os investigados (a comunidade) estão envolvidos num mesmo projeto de ação. Num processo de investigação científica uma questão que deve ser colocada é o das condições da manipulação do objeto pelo sujeito. Na maioria dos casos de investigação-ação, sobretudo quando dessa investigação decorre a necessidade de desenvolver uma ação social, cuja formulação é feita a partir do processo de investigação, onde o investigador assume um papel dinamizador, estamos perante uma impossibilidade de separação completa entre o sujeito e o objeto[162].

A abordagem qualitativa insere-se campo da produção do simbólico e do subjetivo, campo onde as memórias sociais se revelam. A abordagem qualitativa procura o significado das estruturas enquanto resultado duma ação humana objetiva (HABERMAS, 1987). É essa objetivação que lhe confere significado. Portanto, em razão disso, todas as etapas da investigação devem ser avaliadas em função da sua consistência crítica. Os dados e os resultados da análise tornam-se assim também elementos participados pelo investigador. É nessa interioridade que se constrói o campo de significados criando um campo de investigação onde se aplicam os métodos de análise. A aplicação da investigação torna-se então numa prática social.

A lógica da ação adiciona às metodologias qualitativas um grau de exigência na investigação, a que a sociomuseologia necessita de estar atenta. O objeto da museologia é um campo de complexidade. Neste campo as memórias sociais assumem-se como fatores explicativos que orientam a ação dos sujeitos. Elas emergem como objetos simbólicos, que transportam uma carga (qualidade) intemporal (fora do tempo histórico). Esses símbolos resultam da lógica da relação do sujeito (ator) com os poderes (hegemónicos). Entre eles gera-se um campo de forças que interage criando, por um lado respostas no ator (estímulos à ação), e por outro lado, obrigando a encenações legitimadoras do poder (respostas condicionadoras dos estímulos) Ora, sendo, na lógica da ação, os atores percecionados como racio-

[162] Sobre esta questão Durkheim nas "Regras do Método Sociológico" afirma que é possível encontrar regularidades e uniformidades no comportamento humano, e que essas regularidades podem ser avaliadas e previstas independentemente dos comportamentos e motivações individuais (DURKHEIM, 1987). As memórias sociais enquanto objeto de estudo enquadram-se nestas manifestações do comportamento humano. Também Max Weber em "Sobre a Teoria das Ciências Sociais" atribui às ciências sociais o objetivo de descrever os comportamentos humanos. Ou seja, o estudo dos fenómenos físicos (objeto de estudo das ciências naturais), com base na observação e na busca de leis gerais é distinto do objeto de estudo dos fenómenos sociais (objeto de estudo das ciências Socais e Humanas), onde se busca configurações e interpretações e onde a qualidade dos fenómenos é captado pela sua singularidade (WEBER, 1965).

nais, portadores de estratégias, a tensão gerada entre as motivações individuais e as do sistema de poder enfrentam-se no campo da memória, produzindo, ora conformidades, ora perceção de incongruências. É essa perceção de congruência que resulta na avaliação da aplicação de recursos disponíveis. É aí no âmbito da avaliação do seu valor (numa relação custo/benefício) que se joga a conservação/renovação dos objetos simbólicos.

As memórias sociais renovam-se em função desta perceção pelos atores sociais. É também por essa razão que os atores sociais se podem constituir como elementos ativos pela mudança do mundo social, quando o sistema mnemónico (de legitimação do poder) deixa de estar em conformidade com as necessidades de representação, ou ainda quando tomam consciência de que esse sistema exclui as suas memórias. É essa capacidade de agir sobre a sociomnese que o processo museológico se pode constituir como um elevado potencial de mudança social. Essa possibilidade de gerar ação transformadora advém da sua operação nos sistemas de influência social e de gestão e produção de sociomnese.

Implica portanto isto numa metodologia de análise museológica que mobilize simultaneamente a análise do sistema e dos atores. Sobre a estratégia dos atores abordaremos no capítulo seis. Neste ponto o nosso objetivo é analisar o modo como a memória é vivida, para nele inscrever o processo museológico que propomos. Como vimos, na busca de metodologias que favorecessem a participação da comunidade e para a construção do diálogo com as suas memórias encontramos na metodologia da conscientização de Paulo Freire, que acima expusemos, a fundamentação teórica. As questões que importa agora validar, como fundamento da aplicação desta metodologia à museologia é saber de o "processo museológico" poderá ser conduzido como um "processo de conscientização" tal como Paulo Freire o descreveu. Se assim for, se poderemos afirmar que a uma "museologia da alienação"[163] podemos opor uma "museologia da libertação"[164].

Se por analogia com o campo da ação educativa, utilizarmos o campo da memória social como expressão da análise social, da tensão gerada na sociedade pela "luta de classes"[165], poderemos assumir que a "memória dominante" é uma expressão dos "grupos domi-

[163] Uma museologia que tem como objetivo reproduzir e legitimar relação de poder hegemónica e os seus objetos simbólicos

[164] Uma museologia que tem como objetivo, a partir da consciência dos sujeitos, criar espaços de liberdade para a construção do futuro.

[165] Contextualizando os trabalhos de Paulo Freire, a expressão tem origem na dialética Marxista. Na dialética marxista a luta de classes é a expressão da confrontação no plano no plano ideológico (da consciência) entre a ideologia dominante e dos seus elementos de dominação (direito, instituições, moral) com os dominados (os explorados). A luta de classes corresponde ao conflito entre o trabalho e o capital que se exprime no plano das

nantes" A sociomnese enquanto construção social é a expressão dum grupo, que nesse momento reuniu as condições de poder necessárias para a comunicar e reproduzir. A consciência crítica da memória social permitira criar outras memórias, cuja construção seria participada pela comunidade. Essa seria então a nossa premissa para construir um processo museológico crítico. Uma premissa em que o museólogo também necessita de "*ser educado*", pois "*o esforço de conscientização, que se identifica com a própria ação cultural para a libertação, é o processo pelo qual, na relação sujeito - objeto, (...), o sujeito se torna capaz de perceber em termos críticos, a unidade dialética entre ele e o objeto. Por isso não há conscientização fora da práxis, fora da unidade teórico-prática, reflexão - ação*." (FREIRE, 1975, p. 18).

Há portanto um caminho para a compreensão da "*consciência da realidade mistificada*", da mistificação que a classe dominante produz da realidade da sua ação. Podemos então, partir da consciência crítica, construir um quadro de ação, tendo em atenção a totalidade em que a comunidade participa. A conscientização não pode fugir aos limites da realidade histórica. Um sujeito ou comunidade pode perceber um fato pelas relações mais imediatas, mas pode não captar a sua relação com a totalidade em que ele participa. O viável histórico encontra-se inscrito na totalidade. Ou seja há ações que, embora formalmente corretas, não podem ser concretizadas fora do seu tempo, ou antes do seu tempo. A conscientização tem como objetivo levar a comunidade à revelação/descoberta da sua situação no próprio tempo. A centrar-se na sua própria condição como desejo de futuro.

Ora no conhecimento do real, a Observação Participante, uma metodologia aplicada pela Antropologia, é um ponto de partida para a compreensão da realidade. Uma observação que implica o engajamento nessa mesma realidade. É a partir dessa prática que a teoria é mobilizada. Diz Paulo Freire: "*É essencial compreender o sentido da palavra teoria nessa relação entre o conhecimento e ação que falamos. Teoria não quer dizer um conjunto de conceitos que colamos sobre a realidade. Esse procedimento, infelizmente mito frequente entre os intelectuais, tenta reduzir a realidade viva aos esquemas prefabricados dos seus conceitos abstratos. Se eu me falo uma ideia do que a realidade social deve ser, minha prática torna-se um esforço para submeter a realidade em movimento à minha vontade*" (FREIRE, 1975, p. 27) E essa distinção é importante para Paulo Freire, porque é ela que opera a distinção entre o ativismo e o voluntarismo. O ativismo é um empenhamento no processo de mudança social. Enquanto o voluntarismo é apenas uma manifestação de adesão a princípios: O ativismo é uma opção de participação nesse mesmo processo. A teoria deve dar respostas aos problemas do quotidiano. A reflexão é feita por todos, enquanto membros

relações de produção. Luta de classe é portanto a expressão no campo ideológico do conflito entre as forças produtivas na base económica e que determina a sua natureza.

do grupo. A ação é comum na medida em que analisa a sua própria prática. A cientista pode desempenhar o papel de detonador dum processo de tomada de consciência. "Este movimento dialético toma, portanto, como ponto de partida a ação, clarifica e amplia essa ação pela reflexão, remete sempre a uma nova ação enriquecida pela análise precedente e que vai constituir, ao mesmo tempo, o teste prático da análise teórica e a matéria-prima de uma nova reflexão, e assim sucessivamente. Esta metodologia, na qual a ciência social e engajamento político não se podem separar, nos permite ultrapassar o nível de perceção sensível para alcançar um desenvolvimento da consciência crítica e uma compreensão da realidade social" (FREIRE, 1975, p. 30).

Como verificamos, o momento inicial do trabalho de grupo é o seminário. O seminário é o primeiro momento de reflexão crítica num processo de educação política. Cada um é confrontado com a sua prática. Sujeita-se a uma crítica do grupo que permite refletir sobre o seu trabalho e reformular a sua ação. O Seminário permite identificar as questões levadas pelos participantes, estabelecer uma relação entre elas e a prática e com base na confrontação sistemática com as experiencias vividas, tentar compreender o porquê, o como e os impasses em que cada um se encontra. Neste seminário inicial, o coordenador é o elemento que cria uma dinâmica de grupo. É necessária uma reflexão dinâmica da contribuição de todos para uma síntese do grupo. No final é igualmente necessária uma leitura global. O coordenador deve "recolher os elementos que existam no grupo de aneira desorganizada ou num estado pré-consciente e em devolver, organizadamente, esses elementos de análise do grupo. A sua missão é facilitar a tomada de consciência do grupo." (FREIRE, 1975, p. 37)

O seminário inicial também permite que cada participante adquira método de trabalho. Com a conscientização do método cada elemento do grupo ganha autonomia a ao mesmo tempo participa na dinâmica do grupo, favorecendo a sua livre gestão. O grande objetivo do trabalho do grupo é a fazer entender a necessidade de transformar a experiencia em objeto de análise.

A proposta de Paulo Freire: referindo a educação como uma problematização e uma libertação, poderá ser aplicada na museologia, como uma problematização e uma libertação. Será possível falarmos duma "conscientização museológica"?

Tal como Paulo Freire contrapunha a o apetite pela educação dos citadinos face à indiferença dos rurais pelo seu nível primário de consciência, ou a sua aversão a uma educação bancária como um acumular de conhecimentos, desligada da vida dos educandos e separada do mundo; não será hoje possível contrapor o valor atribuído pelos museus à elite urba-

na, contrapondo o desinteresse das comunidades rurais pela cultura erudita. Não será possível conceber os museus do Norte como um acumular de objetos nos acervos, desligados da vida dos cidadãos e do mundo, a que se contrapõe a emergência de novas propostas museológicas no Sul, gerados a partir dos movimentos sociais. Não será esta uma das questões que a sociomuseologia tem proposto como elemento de renovação da própria museologia, nomeadamente uma museologia ao serviço da comunidade feita com a participação dessa mesma comunidade.[166]

Se respondemos de forma afirmativa e esta questão não poderemos formular uma sociomuseologia como uma forma de consciência crítica? Uma proposta que parte da necessidade de criar uma consciência crítica como resposta à necessidade de problematizar a museologia de acumulação. Quais são os fins dessa museologia: Problematizar a relação do homem com o mundo, através de objetos que permitem ao observador interrogar esse mundo e escolher o caminho que quer seguir. Assim, o museu torna-se num local onde a consciência crítica permite desencadear a ação."O homem vive no mundo e com o mundo" (FREIRE, 1975, p. 37). O mundo deixa de ser uma realidade abstrata, e passa a ser visto como o resultado dum processo. A consciência crítica permite à museologia desencadear a reflexão sobre a vida da comunidade.

Essa museologia crítica é fundada no diálogo. Não é construída a partir dum discurso "esclarecido", validado numa instituição de poder; mas é fundada numa necessidade de problematizar a realidade enquanto génese do conhecimento. Parte do reconhecimento de que a sociedade é um todo, uma unidade. O diálogo permite revelar o todo que há em cada situação e ajustar a ação às necessidades. Através do diálogo é possível reconhecer a necessidade do outro e da comunidade de alcançar o conhecimento e de que é possível ser mais através da ação.

Ora, essa museologia crítica, fundada no diálogo e na participação da comunidade também reserva um novo papel ao sujeito da museologia. Ela já não é o sujeito passivo que descobre o objeto, ou ouve o discurso que o erudito preparou para ele consumir. Ele é um sujeito dialógico, ativo, criador. É um ser dotado de liberdade, que conhece uma coisas e ignora outras, e busca a humanização através do conhecimento. O museólogo é então aquele que tem consciência de que sabe pouco e pode ser igualmente sujeito do processo. O Museólogo deixa de ser aquele que trabalha para, para passar a ser aquele que trabalha com! O

[166] Vejam-se os "*Documentos Fundamentais*" in (PRIMO, 1999)

museólogo é essencialmente um humanista que nega a execução mecânica de depósito de conhecimento e privilegia o papel de catalisador de conhecimento. O museólogo transmite de forma assertiva informação com vista a tomada de consciência e recebe em troca os elementos necessários para partilhar com a comunidade o seu mundo. O museólogo como um coordenador e um animador.[167]

Se os três parágrafos anteriores, escritos a partir da proposta teórica de Paulo Freire podem ser considerados validos como conhecimento museológico, podemos assumir a partir deles o fundamento para um "consciência crítica da museologia". Ou, melhor, uma releitura da proposta de Paulo Freire aplicada à sociomuseologia.

Como vimos para Paulo Freire a consciência é a essência do ser humano. Não é algo a que se acrescente. É imagem de si próprio e da sua relação com o mundo. A consciência desencadeia a ação transformadora. O objetivo da sociomuseologia é criar uma consciência crítica, a partir da qual seja possível desencadear uma ação transformadora no real. O centro da ação museológica é sobre o ser humano, para o libertar através da sua conscientização. Desse modo, a museologia não pode deixar de ser uma ciência da ação. Duma ação transformadora.

Para Paulo Freire "*O homem atinge o nível de consciência crítica quando começa a aprender a causalidade, as relações de interação que existem no universo e na sociedade*" (FREIRE, 1975, p. 76). Ora esta consciência das relações causais, distingue-se da consciência mágica e da consciência primária, que, segundo Freire, onde o sujeito realiza uma leitura passiva da realidade. Uma leitura finalista ou passiva da realidade é uma leitura em que o real está predeterminado por forças superiores ou que transcendem o sujeito. Esta forma de consciência não permite que o sujeito atue sobre a realidade e não que se torne ele próprio o sujeito da sua própria história. Ora consciência crítica tem como objetivo integrar o homem na sua realidade. Transforma-o num sujeito que domina e atua sobre o seu objeto. Esta operação permite uma "INSERÇÃO CRÍTICA". Que é a relação pela qual o homem se torna sujeito. A relação entre conhecimento e ação é a essência pensamento de Paulo Freire e a base da sua proposta de método

O método de alfabetização de adultos, o método proposto por Paulo Freire tem como base o sujeito que pode caminhar, compreender e comunicar com o mundo. Ele recusa a aplicação do método mecânico, onde a memorização desempenha um papel determinante,

[167] A leitura efetuada substitui o termo educação e educador por museologia crítica e museólogo

mas onde o educando é um sujeito passivo. O método de Paulo Freire procura a criação de consciência crítica. O método é também uma ferramenta do aluno que participa na construção do seu processo de conhecimento. O método é ativo e apela a emergência da consciência crítica do participante. Todos estes objetivos podem ser assumidos pela museologia. A diferença está em que a museologia, não tem que ficar associada à alfabetização, que também pode constituir como campo de ação, mas pode alargar essa ação aos vários campos da produção simbólica, incluindo as várias linguagens, a memória social e o conhecimento. Ou seja a riqueza do método proposta por Paulo Freira não tem que ficar condicionado pela alfabetização. Ele aplica-se como um processo de aprendizagem e de conhecimento às várias linguagens que permitem a produção de literacia e conhecimento. O limite do seu campo de aplicação dependerá então da vontade da comunidade em satisfazer as suas necessidades de futuro.

O método de Paulo Freire inicia-se pela criação do "grupo de trabalho". Neste grupo é feito o "Levantamento do universo vocabular", durante o qual são recolhidas as palavras-chave. A partir das palavras-chave são elaborados quadros ligados à vida dos participantes do grupo. O educador deve igualmente fazer uma observação da vida da comunidade, com o objetivo de contextualizar as discussões. Essa observação crítica dos quadros da vida comunitária deverá permitir lançar problemas lançados à comunidade, contendo elementos a serem decifrados pelo grupo com colaboração do monitor. Dessa discussão emerge a consciencialização.

A partir da consciencialização, são preparadas as fichas (ajudas-memória). Essas fichas têm como objetivo ajudar os animadores na ação descrevendo processos, sugestões. Na elaboração de fichas está presente a repartição das famílias de fonemas correspondentes às palavras-chave. As fichas podem ter diversas formas, mas devem permitir a sua apropriação e a sua reelaboração. É a partir da experiencia vivida pelo aluno, que o apelo a voltar e a descrever essa experiencia, que é introduzida a leitura e a escrita. A leitura e a escrita tornam-se assim numa ferramenta associadas à vida e à criação duma conscientização.

A Conscientização, que se gera por este processo, segundo Paulo Freire "*é a capacidade que a consciência humana tem de tomar distância à realidade objetiva para a admirar e objetivizar*" (FREIRE, 1975, p. 95). A conscientização não é apenas a reflexão, é uma relação entre a consciência e a ação libertadora. A inclusão do sujeito num processo histórico de libertação é uma ação. A conscientização é uma reflexão sobre ação. Ora se, segundo Paulo Freire, a consciência do oprimido é mágica ou primária. Para deixar de ser oprimido é

necessário criar uma consciência crítica. A conscientização é um processo da consciência humana, na sua capacidade de se distanciar do mundo, da realidade objetiva, para captar os elementos constitutivos e tornar manifesta a sua essência. A consciência, segundo Freire, não é um recipiente passivo do mundo (um objeto cognoscível) mas a sua dimensão principal é ativa e criadora. É essa dimensão que Freire procura alcançar com o seu método.

Mais ainda, nos pressupostos da aplicação desta metodologia da conscientização está incluída a construção duma ação em grupo. Ou seja, para além da transformação individual, pelo processo de emergência da consciência crítica, e intimamente ligado a esse processo está a necessidade de um trabalho de grupo. É com o grupo, com as ações geradas com o grupo que se criam as condições para a criação dessa consciência crítica. A ação gerada pelo grupo é feita através da concertação, do diálogo entre as partes, tomando cada uma dos elementos como um conjunto. A formação dum conjunto concertado de opiniões implica um grau superior de organização social, onde todos contribuem para um fim comum[168]. A metodologia da conscientização é portanto um processo que gera um duplo processo. O da emergência duma consciência crítica no indivíduo e a emergência duma consciência crítica no grupo. As duas formas de consciência, como fenómenos sociais estão intimamente ligadas e fazem parte integrante do método.

Como podemos então concluir os pressupostos teóricos desenvolvidos por Paulo Freire ajustam-se aos pressupostos desenvolvidos pela sociomuseologia. O que nos propomos fazer é a análise da sua utilização no âmbito da museologia como ferramenta metodológica. Da Pedagogia da Libertação, a uma museologia crítica da libertação é o trânsito que propomos executar.

3.2.1. O trânsito para uma museologia crítica da libertação

No âmbito do nosso processo de investigação tivemos a necessidade de proceder à identificação dos elementos constituintes da construção da sociomnese na Ilha de Moçambique. Há medida que os nossos trabalhos no terreno se iam desenvolvendo os dados recolhidos e analisados mostravam uma forte ancoragem dos processos de construção sócio mnemónica na produção de construções simbólicas que afirmavam a singularidade da ilha. A afirmação dessa sociomnese afirmava-se, através das conclusões que iramos retirando, pró

[168] Podemos usar nesta caso a metáfora do concerto. Num concerto, os vários instrumentos individuais concorrem para um resultado de conjunto, sendo que é esse mesmo conjunto que dá o sentido da ação. É nesse mesmo conjunto regido pelo maestro, que podem emergir elementos particulares.

via duma reprodução de narrativas eruditas e ancorada nas heranças patrimoniais. No entanto, na analise que estávamos a efetuar e na busca dos vários elementos cuja inteligibilidade íamos procurando construir com base nos nossos diálogos com vários elementos da comunidade estávamos sistematicamente a confrontarmo-nos com o esquecimento das, no campo da valorização dos elementos mnemónicos, das memórias vividas pela comunidade. Foi a intuição dessa ausência que nos induziu na busca dum modelo teórico que nos permitisse utilizar as ferramentas adequadas. Com acima explicamos essa metodologia foi construída a partir do método de Paulo Freire.

O que procurávamos eram as memórias vividas, as suas representações usadas no quotidiano. A expressão da vida, no presente. A consciência do passado tal como era vivida no presente. O que buscávamos era esse momento poético que a consciência mnemónica transporta. Para isso necessitamos de criar processo gerador da consciência mnemónica voltada para a valorização da ação a partir das heranças e patrimónios.

A partir da proposta freiriana, construímos um método de três fases: A primeira, com base na criação dum círculo museológico, a que chamamos de "Investigação", onde se procura em conjunto encontrar os temas mais significativos da vida dos participantes. De seguida, a fase de "Tematização", procura-se que criar uma consciência do mundo através da análise dos significados sociais das memórias e das heranças. Finalmente uma última fase "Da Problematização", onde o participante é desafiado a assumir uma ação conscientizada em grupo e a assumir uma representação da sua sociomnese.

Um elemento essencial da metodologia aplicada é a criação de imagens geradoras. São as imagens[169] geradoras que permitem, quer ao museólogo, quer aos participantes dos grupos partir para a descoberta do universo mnemónico[170]. As imagens geradoras são preparadas a partir de conversas informais e da observação do contexto. A partir sua formulação

[169] A Imagem segundo Roland Barthes (1915-1980) em *A Câmara Clara* encontra na fotografia um objeto fenomenológico. Nesse livro propõe um método de análise semiótico para a imagem fotográfica. A foto produz uma unidade temporal, uma cristalização duma imagem do tempo. O seu passado no presente. É também notado pelo autor, que a imagem fotográfica produz cognições e emoções. A fotografia segundo Barthes pode ferir. Tem um "puctum" que reúne conotação e denotação. A fotografia como elemento mediador transporta um discurso de significados. É certo que a foto é captada pelo fotógrafo. Mas o objeto captado é o mesmo que é partilhado com o espetador. Por seu lado, a fotografia é uma contingência pura. Como contingência pura opõe-se dialeticamente à necessidade. Ou seja representa algo que não podendo existir de outra forma, por uma conjugação de variáveis independentes, existe dessa forma. Numa outra forma diferente da sua forma, através da qual podemos encontrar os conteúdos significantes. Ora, a fotografia existindo sem sentido de existir torna-se habitável, e é essa habitabilidade que lhe permite ultrapassar a gramática e mostrar a essência da natureza. (BARTHES, 2008)

[170] Durante o nosso trabalho de campo utilizamos fundamentalmente como imagem a fotografia como instrumento fenomenológico. No capítulo seguinte ampliamos a nossa proposta de utilização metodológica a outras formas de expressão características dos modos de construção da sociomnese em África.

pelo museólogo, propõem-se atividades de descoberta para animação do grupo, através da exibição de imagens, sons, representações, aplicações de técnicas. A escolha do processo depende das relações e das dinâmicas de grupo criadas, com o museólogo, em função dessa dinâmica a assumir um papel mais dinamizador ou orientador. De seguida, e isso é uma parte integrante do processo, as atividades desenvolvidas devem debatidas em termos de significados.

No teste que desenvolvemos, começamos por apresentar ao grupo 12 imagens, que recolhemos numa seleção obtida a partir duma cobertura fotográfica[171]. A partir das imagens o grupo foi convidado a produzir, primeiro individualmente, e depois em conjunto, uma interpretação das imagens mnemónicas. As imagens mnemónicas foram interpretadas em conjunto, tendo de seguida o grupo sido convidado a procurar uma interpretação partilhada. Aos membros do grupo lançado o desafio de a partir das imagens visualizadas e interpretadas, produzirem outras memórias, que por analogia, (por associação ou por diferenciação) lhes ocorressem. Por sugestão esse exercício era feito através de expressões performativas de composição. As técnicas sugeridas foram a escrita de textos, o desenho e a narrativa oral. De seguida cada um dos membros é convidado a apresentar os elementos produzidos aos grupos, e com ele debater os seus significados. O resultado da apresentação pode ser exposto através do convite de produção coletiva de um conjunto de imagens simbólicas que representem a sua memória e herança. Esse trabalho é feito coletivamente, e a cada momento pode ser refletido e recriado.

Neste trabalho que emerge a conscientização e os seus resultados são expostos e vertidos para a comunidade, podendo a partir deles produzir novos elementos. Como é que a partir das imagens geradoras, é possível identificar os campos de significados mnemónicos. O objetivo do método é, através da interação dos membros do grupo, permitir a tomada de

[171]O grupo onde testamos o método era constituído por jovens, com idades compreendidas entre o 3 e os 15 anos, residentes no Bairro do Museu, na ilha de Moçambique. Esse grupo foi constituído por iniciativa duma animadora da UNESCO, Margarida Botelho, que ao longo de 6 meses efetuara vários trabalhos de "Educação para a Arte" na ilha e no campo de refugiados de Nampula (veja-se www.margaridabotelho.com). Na nossa viagem, ao visitarmos o museu, contactamos com os animadores que prosseguiam as atividades com o grupo, a quem propusemos a realização do nosso teste, como componente da sua atividade. A atividade foi moderada por Vasco e pela Carolina, tendo nós ficado como observadores do processo. Posteriormente integramo-nos nas atividades neste e no grupo de adultos em situação de alfabetização.

consciência sobre os elementos mnemónicos socialmente relevantes. Sobre esses elementos relevantes desenvolver o trabalho museológico, que se concretiza pela ação de extroversão.

Os trabalhos desenvolvidos em cada uma das três fases podem ser mobilizados para uma reflexão conjunta. Assim, por exemplo, uma análise do universo vocabular permite identificar os marcadores de memórias, que se constituem como "substantivos adjetivados"[172] partilhados em diferentes graus, pelos membros de grupo. O conjunto dos marcadores de memórias pode ser mapeados, constituindo um "mapa mnemónico", que constitui uns instrumentos de reflexão.

A construção deste "mapa mnemónico" permite classificar e ordenar os marcadores de memória: Em relação às suas funções na vida da comunidade; pela intensidade da sua adesão. São os marcadores que e podem ser mobilizados, em função dos fins da ação da pretendida. O mapa cognitivo é mais um guião construído pelo museólogo que lhe serve de orientador na análise crítica das memórias da comunidade, sujos resultados podem e devem ser partilhados com a comunidade como um roteiro. O trânsito dos vários marcadores é dado pela intensidade do seu uso.

É importante ter em atenção, que o que é necessário neste processo não é a construção do mapa mnemónico, mas sim a construção dos consensos em torno dos marcadores. A técnica não é um fim, é apenas um meio para gerar momentos e elementos de partilha de saberes, que enriquece os membros do grupo. É nessa atividade que o museólogo interage com a comunidade, oferecendo os seus saberes e recebendo dela os sentidos do mundo. É nessa operação que se cria ao compromisso museológico, que a seguir apresentaremos.

Assim, o trânsito do museólogo ao viajar para a comunidade enfrenta três momentos. O de Descoberta e Revelação que gera no confronto entre as suas memórias e as da comunidade. É esse um primeiro momento de interação com a comunidade, onde ele vai iniciar a construção dos sentidos das narrativas. Essa fase é crucial para o desenvolvimento dos trabalhos, pois o modo como se entra num espaço, marca a perceção desse espaço e formata os modos de apropriação do espaço. Também os momentos iniciais são fundamentais na relação de aceitação da comunidade com o museólogo.

Durante esse tempo é necessário efetuar o diagnóstico patrimonial, uma avaliação preliminar das heranças vividas pela comunidade e o seu mapeamento a partir das vivências e suas representações sociais. Esse diagnóstico permite o desenvolvimento do conhecimento

[172] Se utilizarmos a gramática generativa "sintagmas oracionais

mútuo, onde o museólogo além de se dar a conhecer, pode ter acesso à comunidade pode identificar os universos simbólicos e intuir os marcadores de memória, (que deverão ser validados pela experiencia nos trabalhos de grupo e pela identificação da intensidade da partilha de significados). É fundamental o diagnóstico ser efetuado com base no diálogo com a comunidade para que cada significado possa ser posteriormente validado pela sua partilha pelo conjunto ou subconjuntos sociais.

No entanto, por se tratar de uma construção da sociomnese o museólogo tem uma responsabilidade ética e profissional de interpretar os seus significados. Esse é o segundo momento: *A investigação*. Para isso deve analisar cuidadosamente os vários ângulos das problemáticas, deve recolher toda a documentação que ajude a complementar a informação recolhida e extrair indicadores necessários para permitir criar a ação. Essa operação, que corresponde grosso modo à *classificação e ordenação* na metodologia de análise, deve ser partilhada com o grupo, que poderá ou não introduzir novas interpretações ou informações.

Essa operação que permite construir a "***carta das heranças***"[173], que representa não só os objetos patrimoniais significativos, como igualmente, expressa a vontade dos membros do grupo de desenvolver uma ação com base no compromisso. É por isso fundamental, que como "carta" constitua uma expressão duma concertação. É a construção desse compromisso pela via da concertação consensual[174] que orienta a seleção dos objetos patrimoniais e não uma qualquer visão de autoridade (ou por um outro qualquer poder iluminado, legitimado pela academia, pela politica, ou pela religião). É também fundamental integrar na produção desse compromisso com a ação o máximo de atores e parte constituintes da formação social e da comunidade.

A Mobilização da memória social torna-se assim um compromisso com a ação. Uma ação que pode ser transformadora. Não necessariamente com o objetivo de mudar o mundo ou a sociedade mas com a intenção, através da conscientização, o ser humano consiga assumir a sua liberdade como elemento estruturante da intervenção no mundo, e através dessa ação ser um agente de transformação consciente.

Finalmente como o processo de extroversão, *a Comunicação*, pode-se constituir como processos expositivos, processos museográficos, momentos performativos. As formas

[173] Sobre o processo de construção da "Carta das Heranças veja-se Apêndice I

[174] Em rigor o compromisso distingue-se do consenso, porque o compromisso implica uma unidade na ação, ao passo que o consenso representa um entendimento no presente. Um compromisso tem sempre algo consensual na sua produção, mas orienta-se para um fim que deverá manter-se estável ao longo do processo por via da concertação permanente

podem ser diversas e plurais, dependendo da vontade e da imaginação dos participantes. No caso que trabalhamos, a partir do "mapa de cognição" mnemónico da comunidade, procedemos à elaboração "livro das memórias", individuais e de grupo. O Livro pode ser expresso como o conjunto de memórias negociadas, de formas plurais, que representam a visão da comunidade e constituem a sua vontade de construção do futuro.

3.2.2. A construção da Conscientização museológica

A operacionalização dos marcadores de memória através da aplicação das metodologias de conscientização produziu vários resultados: Em primeiro lugar verificou-se que se constituiu uma rede social, um circulo de memória, a partir da qual se poderá dar continuidade ao processo museológico. Igualmente produziu-se a criação dum campo de saber sobre as memórias sociais. Essa memória foi construída de forma partilhada, produzindo para o nosso trabalho uma importante fonte de informação, que depois de analisada, foi alocada ao corpo da nossa tese, marcando a sua organização interna e os seus resultados; mas ela ficou também, nas suas formas plurais na comunidade da Ilha, onde o círculo continuou a sua atividade para além da nossa presença.

3.2.2.1. As Imagens Geradoras

Como verificamos a investigação-ação partiu dum conjunto de 12 imagens geradoras. A produção e seleção das imagens geradoras, no caso da Ilha de Moçambique são da nossa responsabilidade. A produção das fotografias foi efetuada nos primeiros cinco dias de trabalho de campo, onde, de forma livre partimos à descoberta do espaço e da comunidade sem programa específico. Todos os dias de manhã dedicávamo-nos a explora uma parta do espaço urbano, a identificar os elementos de construção mais notáveis, a olhar às formas de uso do espaço, e a estabelecer relações com elementos da comunidade. Procurávamos identificar centralidades do espaço. Percecionar os ritmos da cidade.

O nosso equipamento, para além da máquina fotográfica incluía o caderno de campo e um gravador para registo de sons. O aparelho fotográfico permitia o registo de pequenas sequências de imagens e sons. Através da fotografia íamos ilustrando o percurso, ao mesmo tempo que através de pequenas pausas procurávamos registar as perceções e emoções sentidas. O registo de som foi menos frequente, tendo-nos servido fundamentalmente

para criar uma "imagem" sonora" de determinados espaços[175]. O ritmo da caminhada era lento, na expectativa da descoberta, e procurávamos sempre que tínhamos oportunidade entrar em interação como a comunidade. O fato de o território não ser extenso permitiu-nos uma cobertura muito fácil da totalidade do e a uma rica interação com a comunidade, com a qual ao fim de alguns dias nos tornamos "familiar".

Em regra cada caminhada tinha uma duração de duas horas. Após a caminhada recolhíamos ao alojamento. Aí numa primeira fase procedíamos à transferência e organização das fotos para o computador, e sobre um mapa procurávamos relaciona-las com o espaço visitado. Dessa forma, aos poucos fomos construindo uma cartografia do espaço visitado, criando um corpo de imagens que cruzávamos com os elementos do diário. Ao fim de quatro dias, as nossas caminhadas passavam a ser caminhos de intencionalidade para preenchimento de informação em falta. Com o decorrer dos dias e das experiencias, quer os locais, quer as pessoas que os frequentavam passavam a ser familiares, o que permitia uma procura da interlocuções e de espaços em função do nossos objetivos de pesquisa.

Com o decorrer dos dias fomos apercebendo da nossa maior facilidade de conhecimento e circulação do espaço da cidade de pedra, em detrimento do mesmo domínio do espaço da cidade macuti. Ao analisar essa situação, concluímos que isso era uma consequência da nossa condição de "europeu" visto como turista. Era nesse espaço que estávamos alojados, era nesse espaço que encontrávamos "cafés" e esplanadas para nos sentarmos a escrever e a conversar. Era também nesse espaço que se encontrava a maioria dos nossos interlocutores[176]. Não foi fácil, no terreno inverter a situação. O acesso ao território do bairro macuti só se tornou possível através do apoio de Juma Hafiz o Líder da Confraria Kadira. Através de Hafiz iniciamos o nosso percurso na ilha, fomos introduzidos num círculo de memória da comunidade (mais propriamente da confraria Kadira), ao qual pertence o seu tio, também de nome Hafiz[177]. Este espaço, que passou a ser um local de visita nas nossas

[175] Por exemplo, numa das nossas caminhadas pelo Bairro macuti escutamos, proveniente duma habitação o som do Tufo. Ao aproximar-nos para tentar ver o que se passava, fomos afastados por algumas mulheres que nos informavam que não podia ser vistos. Mais à frente analisaremos esta dança. Nesta caso concreto, enquanto estávamos no local registamos o momento no gravador, o que nos permitiu criar um registo sonoro dum momento.

[176] Veja-se capítulo seis

[177] O Sr. Hafiz, tio de Juma é um ancião morador na contra costa. A contra costa é, na morfologia da Ilha a costa leste, aberta ao Indico. A maioria da população desta comunidade, muito ligada às atividades piscatórias habita no cordão de casas que abrem para a via. A casa do Sr. Hafiz fica numa esquina, ao pé da mesquita e dispõe de um pequeno alpendre que permite uma sombra ao fim da tarde. O Sr. Hafiz é d depositário das histórias da comunidade e na sua casa encontram-se os objetos relevantes para a memória da comunidade. O encontro com o tio de Juma Hafiz decorreu da entrevista efetuada quando no final me perguntou "porque que é que

caminhadas foi um espaço importante para o nosso conhecimento das dinâmicas desta área urbana. O fato do tempo disponível no local para efetuar a investigação ser limitado, e ter coincidido em parte com as férias do final do ano. Onde se celebra o Natal da comunidade cristã e do Ano Novo (no dia trinta e um de dezembro de 2009 igualmente o novo ano islâmico – 1430) determinou a emergência de ritmos de festa que alteraram algumas das rotinas da comunidade.

Regressando agora à produção das nossas imagens geradores. A partir do corpus disponível e apara efeito da atividade que programamos com o grupo experimental na aplicação da nossa proposta de metodologia da conscientização escolhemos um conjunto de imagens de acordo com o critério de mostrar a diversidade de objetos mnemónicos percetíveis na ilha (percetíveis e inteligíveis por nós). O objetivo era o de suscitar um debate em termos de significados das fotografias e do grau de reconhecimento de cada um dos elementos em relação a esses símbolos. Tivemos em atenção a necessidade de apresentar um conjunto diversificados de fotos de forma a poder validar essa hipótese de existência de o grau de adesão (ou recusa) em relação a cada um deles e como conjunto.

Recorde-se mais uma vez que o objetivo desta nossa metodologia não é produzir um estudo aprofundado do grau de implicação de cada um dos membros do grupo em rela-

---

andava a fazer um museu na Ilha se já havia um": Ao explicar os princípios da nova museologia, e na minha intenção de procurar construir um processo museológico com base na participação da comunidade, onde os objetos expostos resultassem, eventualmente, da dádiva das pessoas, porque nele encontravam significados; ao contrário do museu da Ilha, feito no tempo colonial, e que as pessoas da ilha não visitavam. Aí Juma exclamou: "-Mas nós também temos um museu! É em casa do meu tio. Quer lá ir? Saímos então do gabinete da UNESCO onde tinha decorrido a entrevista e fomos a casa do seu tio. Na casa do Sr. Hafiz não tiramos fotografias nem registamos as nossas conversas, por manifesta vontade do nosso interlocutor. No entanto, este espaço, a sua varanda, passou a ser um ponto de visita nas nossas caminhadas ao fim da tarde, onde após convite, nos sentávamos a tomar um chá e a ouvir as histórias sobre a memória da comunidade. Nem todos os dias foi possível recolher material significativo. A história e as memórias da comunidade iam sendo reveladas de forma parcelar. À medida que a confiança ia sendo estabelecida, aumentava o grau de proximidade da informação. As descrições das situações, dos acontecimentos deixavam de se situar em tempos imprecisos, para passar a ser possível situa-los com maior precisão. Em regra o marco temporal de referência era o tempo dos portugueses, como um tampo passado, a independência e a guerra, como um passado próximo, o presente vivido, com uma focagem nas atividades da pesca e no comércio. O tempo do futuro, para além duma cosmogonia religiosa do tempo de Deus, apresentava muitas dúvidas sobre o que poderíamos classificar como "tempo do turismo". A contribuição do Sr. Hafiz para o aprofundamento do nosso conhecimento da ilha é determinante, embora não seja possível determinar com exatidão o seu conteúdo. Também, por razões éticas e para respeitar a vontade do nosso interlocutor não vamos descrever com detalhe os objetos mnemónicos da comunidade. Trata-se de objetos de arte, em prata, feitos por artesãos da Ilha ou de comunidades onde a confraria atua, oferecidos em momentos significativos da vida da comunidade, por exemplo após a peregrinação, casamentos dos seus membros, ou grandes momentos de tensão (por exemplo perigos passados no mar). Por seu turno, entre as mulheres, as capulanas e as joias são elementos distintivos da sua condição e ao mesmo tempo são significativos de momentos da vida da comunidade. Por exemplo as capulanas apresentam padrões diversificados consoante o tempo em que são adquiridas.

ção a cada imagem, mas sim a utilização dos seus resultados (implicação/ não implicação) para suscitar uma discussão sobre os mesmos como significado socialmente partilhado.

Também como mostrou Paulo Freire a discussão não é uma ação que visa uma mera acumulação de informação, mas a nossa discussão tem como objetivo, em termos de metodologia museológica gerar por um lado uma consciência de grupo constituída sobre a consciência crítica de cada elemento individualmente como uma parte de criação dum compromisso da ação. É esse compromisso com a ação que fundamenta o processo de formação da sociomnese.

Ora nesse domínio importa validar a utilização da imagem como elemento gerador. Em 1965, Gillo Dorflles na sua análise sobre a semanticidade das imagens e a comunicação visual (DORFLES, 1985, p. 226) procura entender a relação da imagem como signo da imagem como significado. Na análise semiótica, que a seguir detalharemos, a imagem pode ser analisada a partir da sua conotação ou denotação, do seu significado ou da sua significação, sendo que as duas análises são parte integrante duma mesma análise. Há uma relação óbvia na relação entre a imagem e o ícone. A imagem é sempre figurativa e portadora de iconicidade. Também é hoje óbvia a relação entre a imagem e a sua significação, como a seguir veremos.

Não vamos agora entrar na questão da análise da semantização da iconicidade, questão que ganhou relevância no âmbito da arte contemporânea, onde a abstrações tomou conta das significações. O que nos interessa é validar a utilização da imagem nesta sua dupla abordagem, como significante e como significado. Ou seja, exemplificando com um caso empírico. Na ilha de Moçambique as mulheres utilizam a capulana como vestuário. A capulana é uma peça têxtil, de cores e padrões diversificados, com um tamanho padronizado (150 centímetros * 80 centímetros). A capulana é utilizada pelas mulheres como vestuário, enrolando a peça à volta do corpo. Segundo a tradição, uma mulher rica é uma mulher que dispõe de um vasto conjunto de capulanas. Ao sair à rua, nos dias de festa envolve-se em várias capulanas, até a um máximo de sete[178]. As capulanas são enroladas no corpo por partes, os membros inferiores, o tronco e a cabeça. Assim, por exemplo uma mulher islâmica deverá usar pelo menos três capulanas, que revestem o seu corpo, incluindo a cabeça, podendo ou não cobrir o rosto. Já uma mulher não islâmica, cristã por exemplo, pode usar apenas uma

[178] Segundo Informação recolhida no local

capulana, cobrindo a cabeça com um lenço. Ora estas regras não são fixas, permitindo combinações diversas.

O que nos interessa não é fixar uma regra de significante duma imagem duma mulher enrolada num véu[179], que para a maioria dos observadores será uma mulher islâmica, sendo, que haverá sempre uma probabilidade de ser uma mulher praticante duma outra qualquer religião, mas que assim se pode vestir porque assim se sente confortável. É sobretudo nesta dimensão que nos interessa trabalhar: o significado do uso véu como uma forma de vestir, de proteção do corpo dotada dum significado social particular que se explica pelo todo. Ou seja, ainda que a imagem se possa associar à religiosidade, a imagem interessa-nos por todas as associações que a partir dela se podem gerar. É a partir delas que vamos desenvolver a discussão sobre os seus significados e significantes sem preconceitos valorativos. Daí a sua função geradora. Também como veremos, esta operação permite passar do "*mundo das essências, para o mundo dos significados*" (DORFLES, 1985, p. 231) [180]

Em síntese, a imagem como modo de apresentar a realidade é aqui utilizada como um instrumento para gerar consciência social e individual. A consciência emerge da análise crítica do significado e do significante que essa imagem contém. A imagem como fragmento duma memória que é informação permite extrair para o nosso objeto de investigação o seu conteúdo como significado duma dada prática social e dum fenómeno social. A nossa preocupação não é tanto extrair uma conclusão pela análise da imagem, mas sim fundamentalmente utilizar a imagem como um ponto de partida para despertar em cada unidade a consciência do todo como fenómeno social. Mas para além disso, no primeiro passo da metodologia das imagens geradoras, quando solicitamos a cada membro do grupo que indique ao grupo o que é que a imagem lhe sugere, o seu discurso vai gerar uma situação de interação dos membros do grupo, onde a tradução dos significados atribuídos a palavras ou situações se torna socialmente partilhada. Logo após a apresentação dos primeiros significados pelo primeiro membro do grupo, os restantes participantes irão exprimir o seu grau de concordância ou discordância sobre os campos de significados. É essa expressão de conjunto que

[179]Veja-se apêndice, imagem X

[180] O autor aborda ainda uma outra questão interessante, embora deslocada do nosso objeto de estudo. Essa questão é de que a organização do universo das imagens, o treino da sua consciência será uma forma de alcançar um estado de equilíbrio (psíquico, ético e estético) que permite ultrapassar a alienação gerada por uma exibição constante às imagens. Essa consciência do mundo permite mais uma vez ao cidadão atribuir valor ao essencial e ao particular, através da operação de distinção dos objetos da produção industrial da produção artesanal, sendo que estes últimos, pela sua particularidade se constituem como partes significantes do todo.

permite extrair o valor social da imagem enquanto representação da memória social desse grupo. Essa consciência

Desta operação da valoração, de criação de uma consciência socialmente partilhada como expressão da sociomnese que se constitui a nossa matéria-prima para a construção do mapa mnemónico. A sua associação em grupos de significados (como veremos, o significado de uma palavra é efetuado a partir da sua própria negação) permite-nos criar os nossos campos semânticos. Os campos semânticos constituem-se assim por relações de analogia e oposições analógicas (a partilha de qualidades), sendo que a intensidade do fenómeno se dá pela quantidade de adesões observadas no grupo.

A partir da série de campos semânticos podemos constituir um índice ou um mapa que constitui um roteiro. Ou seja, cada campo semântico, não se constitui como uma unidade, mas ele surge, tal como uma palavra, num conjunto de ralações como outros campos semânticos. No âmbito dos campos semânticos partilhados pelos membros do grupo encontramos os elementos simbólicos. Os elementos mnemónicos só se mobilizam quando tornados simbólicos. Modelos da realidade ou representações do mundo, como consciência do fenómeno social do mundo. Cremos que os elementos patrimoniais se constituem como a expressão material dessa expressão da consciência social.

Estes modelos simbólicos embora possam surgir ao investigador através da análise dos mapas conceptuais, eles só se vão assumir como elementos simbólicos como consciência social do mundo quando são partilhados pelo grupo. Ou seja, após a apresentação das imagens geradoras e da sua discussão em grupo, é necessário, para concretizar a metodologia da Conscientização, prosseguir o trabalho de implicação com os significados das imagens. A segunda fase do processo, quando se passa da discussão à ação, através da produção de novas imagens é que se concretiza o processo de conscientização.

No processo de conscientização a partir da sociomnese parte-se duma operação de seleção de memórias individuais para procurar a qualidade partilhada dessa memória. Esta separação das memórias individuais e na sua qualificação como memória social implica a partilha e a negociação e o consenso. Não é imposto, ainda que por razões da existência de vários sistemas de significações possam surgir como elementos relevantes as memórias sociais hegemónicas como significações dominantes E é a partir da consciência dessa significação de dominação que se pode constituir uma consciência crítica dessa memória social e partir dela para a criação de ação.

Por exemplo, na Ilha de Moçambique, a presença da Estátua do Vasco da Gama em frente ao palácio do governador, onde se situa o atual museu da Ilha, é percecionada como um património da Ilha. O sistema de ensino e a tradição oral local veiculam a importância do navegador português colocado em pedestal nos anos sessenta no âmbito do desenvolvimento da Ilha como destino turístico.[181] Dessa forma Gama, como navegador é considerado como um fundador da cidade, numa perspetiva bem diferente da sua significação em Portugal, onde o Estado Novo lhe atribuiu estatuto de herói. Do ponto de vista da análise desta imagem, verificamos que os significantes são convergentes para vários participantes, sendo que os significados podem ser divergentes[182].

Na segunda fase do processo, quando a partir dos resultados da observação das imagens geradoras, se propõe passar para uma outra fase, dita de conscientização da memória social, através do convite à produção de elementos de memória consensuais entre os participantes do grupo, estamos a mobilizar a memória social em função de duas dimensões. Por um lado a memória como elemento estruturante e sistémico das memórias do grupo, mas estamos igualmente a estimular a participação do indivíduo na ação construção das memórias sociais do grupo através da sua implicação no grupo. A ação gera um compromisso com o grupo. A ação do grupo na busca de consenso, baseada no livre diálogo dos seus membros, instada a produzir elementos significativos produz novos significados. Daí a importância da formação dos círculos de museologia, como elemento primeiro da construção da ação.

Desta forma temos necessidade de se verificar duas condições para o desenvolvimento do processo museológico: Em primeiro lugar é necessário a criação dum *Circulo Museológico*, que através da participação dos seus membros seja viável ativar a memória social da comunidade através de *imagens geradoras*, cuja exibição permite desenvolver um processo, onde cada um individualmente é convidado a contribuir para a construção da

[181] A propósito desta estátua confessou-nos Lúria, a atual gerente do Clube Náutico, que o seu avô, antigo piloto da barra da Ilha lhe terá pedido, no leito de morte, para que tudo fizesse para voltar a colocar a estátua no espaço de onde tinha sido retirada após a independência. Lúria, no final dos anos noventa desenvolveu uma campanha para que as estátuas da ilha fossem recolocadas. A História foi conformidade por outras fontes, mas a participação nessa atividade de Lúria não foi possível validar. Também segundo a mesma testemunha, algum do mobiliário que está no atual museu, tinha sido doado nos anos sessentas pela sua família. Assim, por exemplo o berçário com motivos orientais teria sido utilizado pela sua avó. Nos documentos do museu não pudemos igualmente validar a proveniência da peça.

[182]Entre os participantes do grupo experimental encontrava-se um português. O jovem dispõe de professores particulares, também portugueses, que utilizam o currículo da "Escola Portuguesa". Ou seja esta convergência dos significados tinha implícita uma divergência de significantes. Ou seja a perceção do mundo externo é condicionada pelas ideias veiculadas. A sua utilização por um método crítico permite ultrapassar o condicionamento apriorístico das ideias transmitidas, e percecionar novas formas de relações no mundo dos factos museológicos.

consciência da memória. A outra condição cumpre-se através da *motivação do grupo*. O Objetivo do trabalho de grupo não é mostrar imagens. É utilizar essas imagens para que cada elemento do grupo encontre nelas os significados que partilha com os outros membros do grupo. A partir da contribuição individual, passa-se à construção em grupo dessa consciência da sociomnese que se constitui como um compromisso na ação. Finalmente o processo museológico verte para a comunidade alargando a partilha social aos restantes membros da comunidade através dos processos de comunicação, que podem eles próprios ser geradores de outras ações de conscientização

Note-se que a aplicação desta metodologia aplicada à museologia dispõe dum elevado potencial para o trabalho museológico. Em primeiro lugar, o círculo museológico pode reunir-se em qualquer espaço, não estando cativo da instituição museu. Por outro lado, as imagens geradoras, não têm que ser necessariamente ícones. O conceito de imagem pode ter uma leitura abrangente, podendo incluir formas de expressão como a música, a dança, as narrativas orais, a pintura, a teatralidade etc., como adiante iremos demonstrar numa proposta aplicada ao processo museológica para a Ilha de Moçambique. Finalmente salienta-se que o que é essencial nesta metodologia é que o processo museológico parte da participação da comunidade e constitui-se a partir da contribuição individual para se gerar uma participação de grupo. Essa participação em grupo implica uma consciência crítica da memória social como recurso par a ação. Essa consciência crítica da sociomnese como recurso da comunidade é uma componente essencial do processo de comunicação museológico. A preservação pelo resgate, a criação da consciência pela investigação e pelo trabalho do grupo, e a comunicação constituem-se assim como a essência deste processo museológico crítico e participativo.

No nosso caso experimental trabalhámos com a dimensão das imagens, e posteriormente ensaiamos o seu alargamento através da aplicação de outras formas de expressão a diferentes grupos experimentais. Esse processo no entanto, não foi imediatamente percecionado por nós na sua potencialidade. Ou seja, após a aplicação da primeira bateria de testes no nosso grupo experimental, fomos solicitados a participar em outras atividades, com outros grupos em espaços diferentes. Nessas atividades não tivemos a preocupação de nos documentar, quer com elementos de registo, quer com material de gravação. Fomos então surpreendidos pelo convite para dinamizar uma atividade semelhante, para a qual tivemos

que "improvisar" recursos geradores[183]. O que é importante na aplicação desta metodologia é que não só podemos isolar, para cada momento um conjunto de atividades com objetivos definidos, como para cada fase do processo é possível produzir outros novos elementos, seja a partir dos recursos da própria comunidade, seja pelo desenvolvimento da própria dinâmica do grupo. Assim, para a primeira fase foram produzidos livros de memória, onde cada participante foi convidado a escrever as suas memórias individuais. No segundo momento é produzido o "livro das memórias sociais" que partindo duma produção de grupo é partilhado através da extroversão com a comunidade.

A nossa operação da aplicação da metodologia da conscientização pode representar-se pelo seguinte gráfico que ilustra as três fases sucessivas do processo. Estas três fases enquadram-se na proposta da "cadeia operatória da museologia" [184]de Cristina Bruno. (BRUNO, 2004) As primeiras fases que no método de Paulo Freire surgem com a identificação de Investigação (no gráfico entre parêntesis retos) desenvolvem-se as duas operações que formatam o desenvolvimento do processo: Por um lado a criação do círculo museológico, que constitui o conjunto de participantes que vai operar o processo de tomada de consciência das memórias sociais a mobilizar. Por outro lado, desenvolve-se igualmente nesta fase a criação das imagens geradores, os objetos que vão catalisar o processo de reflexão sobre as memórias sociais.

[183] Num caso propusemos ao grupo uma caminhada até uma praça da cidade, onde cada participante escolheu um elemento para desenhar, que depois comentou com o grupo. Num outro caso, com um grupo de adultos em situação de "alfabetização de adultos", após uma situação de socialização, propôs-se realização duma performance individual (dança, representação, canto, conto tradicional, desenho), após a qual o grupo escolheu uma forma de se apresentar ao público. Estas atividades decorreram como intervenções voluntárias e só após a análise do processo do grupo experimental, efetuado já após o nosso regresso do período de investigação, é que tomamos consciência da sua amplitude metodológica.

[184]Segundo Cristina Bruno A cadeia operatória da museologia trabalha com: a) A identificação da musealidade (o incentivo à observação, a perceção), b) com o aprimoramento da perceção seletiva (exercício do olhar e da identificação de significados), c) com o tratamento dos bens selecionados (uso qualificado de referencias culturais), atribuindo uma valorização dos bens patrimoniais (construindo uma herança cultural, e (d) finalmente interpretando/extrovertendo/difundindo os bens selecionados, ou seja a divulgação e contextualização sócio cultural.

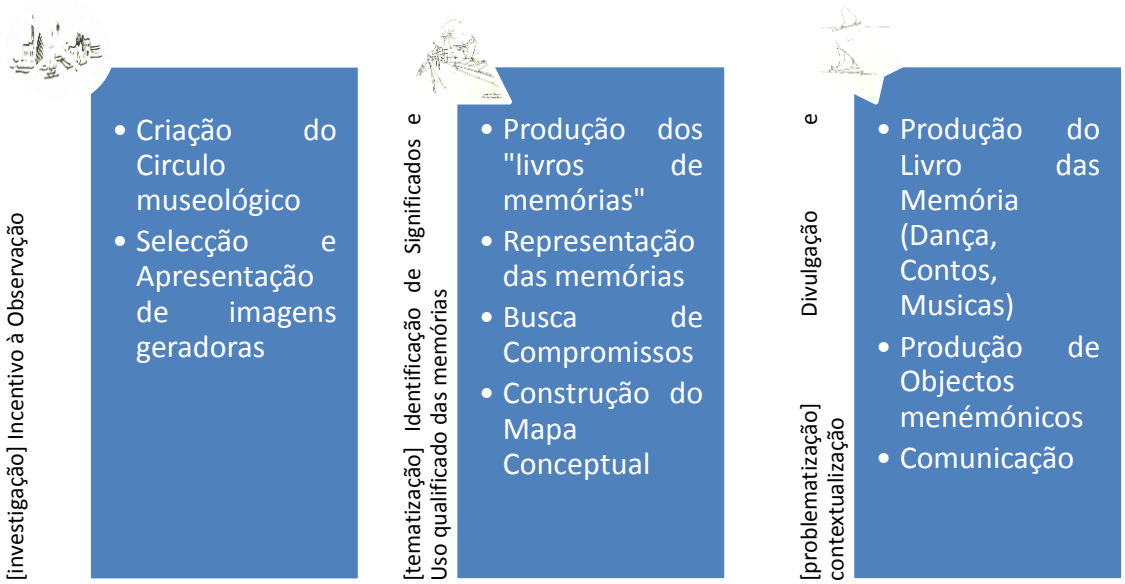

[investigação] Incentivo à Observação
• Criação do Circulo museológico
• Selecção e Apresentação de imagens geradoras
[tematização] Identificação de Significados e Uso qualificado das memórias
• Produção dos "livros de memórias"
• Representação das memórias
• Busca de Compromissos
• Construção do Mapa Conceptual
[problematização] Divulgação e contextualização
• Produção do Livro das Memória (Dança, Contos, Musicas)
• Produção de Objectos menémónicos
• Comunicação

Ilustração 4 - Fases do Processo de Conscientização Museológica (elaboração própria)

Na segunda fase do processo - a Tematização – as memórias sociais passam a ser a matéria-prima do processo, com os participantes a apropriam-se delas, para sobre elas operarem a sua consciência do presente a partir do seu passado. É nesta fase que a construção do mapa conceptual pode ser um instrumento útil, como cartografia, para conduzir o processo para a sua fase seguinte.

Na última fase, de Problematização, os participantes devem, a partir das memórias mobilizadas individualmente por cada um, construir um consenso e um compromisso sobre o elemento comum de cada uma delas. Teoricamente, os campos de maior intensidade do mapa conceptual deverão corresponder às opções mobilizadas pelos participantes. Contudo, e essa é igualmente uma potencialidade do mapa conceptual e do método de conscientização que é a constituição de um possibilidade de, a partir da elementos presentes dotados duma fraca intensidades, se poderem vir a constituir elos de superação de eventuais dissensões entre os participantes. Estes elementos de inovação são potencialmente criativas para a mobilização da comunidade e como elementos de extroversão.

O método de conscientização museológica ao mesmo tempo que observa as regularidades do conjunto possibilita a emergência da consciência de outras unidades significativas que podem conter novos elementos considerados como úteis à comunidade. O método permite a inovação. Registe-se contudo essa circunstância é apenas uma possibilidade. Algo que apresenta uma probabilidade surgir, e não é uma necessidade do processo. A criação de elementos de hibridação resulta da mistura de vários elementos. A hibridação não é um aca-

so (conjugação de duas variáveis independentes) mas a resposta a uma necessidade criada por campos de tensões contraditórios. A resiliência resulta da adaptação das memórias sociais as tensões contraditórias que se geram no processo de conscientização e permite através do compromisso a sua própria superação através da atribuição de novos significados.

Assim, por exemplo, Vasco da Gama, o navegador herói dos portugueses, é para os habitantes da Ilha de Moçambique um seu herói. Quando após a independência do país, os símbolos do colonialismo são alvo de operações de limpeza, a estátua erigida na Ilha, na década de sessenta, em frente ao Palácio do Governador, é apeada e guardada num depósito no velho Arsenal da Ilha. Nos dias de hoje a estátua está novamente colocada no seu pedestal. O que observámos e os depoimentos que recolhemos em conversas informais permite-nos concluir que foi a população local que manifestou a sua vontade de voltar a colocar a estátua naquele local. Contudo, essa vontade não resulta de qualquer nostalgia pelo passado nem pelo mesmo significado com que os portugueses a erigiram. Ela para os habitantes da ilha tem um outro significado, que resulta da consciência que tem de habitar um espaço diferente, sendo que esse elemento, a estátua do Vasco da Gama, é um elemento seminal da sua consciência de pertença a um espaço e a um tempo, que expressa a adaptação da memória social da comunidade à sua dinâmica interna e aos tempo vividos.

3.2.2.2. Os mapas mnemónicos: para uma semiótica da sociomnese

Para completar a validação da metodologia proposta, importa ainda abordar a questão da construção dos mapas mnemónicos. Como acima afirmamos a construção deste mapa é uma abstração que visa fornecer aos participantes o conjunto de opções possíveis de tomar, sendo que neles cada participante está situado num determinado ponto. Cada ponto, cada participante está ligado a todos os outros por relações de proximidade de adesão. Este mapa não individualiza, mas organiza o conjunto. Note-se que a sua construção não é um objetivo do método. Ele é um instrumento auxiliar que permite ou não facilitar a interação entre os membros do grupo na construção dos seus compromissos. Uma construção por sinestesia. Note-se ainda que no âmbito deste nosso trabalho, a preocupação da produção deste mapa é fundamentalmente instrumental. Ele é construído para mediar um processo. Não procuramos portanto a sua validação como instrumento científico, para o qual teríamos que alargar o campo experimental para além dos nossos objetivos de investigação.

Façamos primeiro uma leitura teórica dos seus fundamentos. Recordemos Barthes "Em elementos de semiologia" [185] propõe este nome para um novo campo do conhecimento (BARTHES, 1984): A ciência das significações[186]. É igualmente nesse texto que são propostos os elementos da linguística estrutural.[187] Nesse livro o autor começa por distinguir a Língua da Fala. Língua é a linguagem menos a fala, é considera-a como um o sistema de valores e uma instituição social. Como sistema de valores é um conjunto de elementos que se relacionam uns com os outros implicando um posicionamento correlativo. O signo é como uma moeda que vale um certo bem, que o permite comprar, mas que ao mesmo tempo também a posiciona em referência a outras moedas. O signo, na linguagem é a moeda. Como Instituição social, a língua é o como um contrato social. Um conjunto de regras partilhadas e aceites por todos, independente de cada indivíduo, e que para a respetiva utilização implica uma aprendizagem. Para Barthes estes dois aspetos, a sistematização e a institucionalização estão ligados dialeticamente. Por seu lado a Fala, é a utilização individual, o uso que cada indivíduo faz da língua e sobra a qual opera a sua atualização.

A fala é o processo que opera as combinações e que permite a mediação do pensamento do indivíduo produzindo um discurso (como ato de comunicação). Esta distinção é contudo apenas forma de análise dialética sobre a comunicação, pois o sistema apenas existe porque se materializa no processo; ao mesmo tempo que o processo decorre dentro das regras do sistema. Na teoria da comunicação, a língua corresponde ao código e a fala à mensagem.

---

[185] O texto resultou dum Seminário Realizado pelo autor em 1964 na École Pratique dês Hautes Études, em Paris, publicada no mesmo ano na Revista "Comunications". Em Portugal é publicado em 1973, conjuntamente com "Grau Zero da Escrita".

[186] Atualmente o termos semiologia é geralmente substituído por Semiótica. Assim semiótica é a ciência das significações e à sua prática operacional, Como tal assume-se como um campo do saber que estuda os princípios naturais de estruturação e funcionamento dos signos, assim como os seus campos de aplicação (semiótica médica, musical, gestual, dança, narrativa, discurso, pintura, publicidade, moda etc.) Assume-se como uma teoria e como uma metodologia.

[187] Vale a pena referir que uma boa parte da teoria de Barthes é inspirada no trabalho de Charles S. Pierce. Segundo Pierce a comunicação é um processo ternário. Isto é entre três categorias puras (signo ou significante, o objeto ou referente e o significado ou interpretante que é atribuído pelo interlocutor). O signo é unário. Isto é apenas isso. O objeto já é binário, estabelece uma relação entre o que é (o objeto imediato) e a sua dinâmica (o objeto dinâmico). Já o interpretante é ternário. O sujeito é simultaneamente, unário (é apenas isso), binário (é isso e isso que se transforma, e ternário, sendo que é isso, isso que se transforma, sendo que isso que é isso e se transforma é neste momento isto ao mesmo tempo que é aquilo em que se esta a transformar. Ora essa relação permite identificar que a comunicação é um campo de forças onde objetos se situam no espaço e no tempo. A intensidade das forças, ou a capacidade de captar essa energia e de a conservar, corresponde ao conceito, ao pensamento abstrato que situa as relações dos objetos no espaço e no tempo

Esta abordagem de Barthes interessa-nos na nossa abordagem pela proximidade que nos traz às questões do conceito de Durkheim de "consciência coletiva"[188]. Nessa perspetiva a língua/fala é um instrumento onde o indivíduo assume a sua individualidade na sociedade[189]. Com base nesta análise a teoria da comunicação dispõe de instrumentos que lhe permitem abordar o campo da comunicação dos vários sistemas que trabalham como objetos semânticos[190]. Também a abordagem de Barthes é interessante porque, ao revelar-nos a sua metodologia de abordagem semiótica, coloca-nos perante os problemas da mudança do sistema. A língua é um sistema infinito (com regras finitas), permitindo múltiplas combinações. Contudo, a fala só utiliza uma parte finita dessas combinações. A questão cativante que Barthes nos coloca, relativamente às formas de estabelecimento das regras, é o estabelecimento das hegemonias nas falas. Se a língua não existe sem a fala, como reconhece o autor, é a fala que se constitui como elemento dinâmico do sistema, ao mesmo tempo que esse dinamismo é socialmente controlado por um núcleo restrito de decisores. As "mensagens logo-tecnicas" (BARTHES, 1984, p. 26) são mensagens fabricadas por esse grupo restrito, que o indivíduo prossegue sem nelas participar como construtor (criticamente). Essa questão é determinante no posicionamento do indivíduo perante a mudança. A mudança (do discurso comunicacional) só ocorre dentro da satisfação do quadro contratual da sociedade[191].

[188] A noção de Consciência Coletiva de Durkheim é apresentada em 1893 na obra A Divisão Social do Trabalho (DURKHEIM, 1984) e é apresentada pelo conjunto de crenças e sentimentos comuns aos membros duma comunidade, organizados como um sistema. Ele existe em extensão na comunidade, e é partilhado de forma universal. Ele reproduz-se organicamente (independentemente). Esse conceito levou Durkheim à definição de sociedades de solidariedades mecânicas, onde a consciência coletiva agrega a totalidade da vida social, das sociedades orgânicas, onde a consciência coletiva agrega a sociedade em função dos órgãos de participação (por exemplo a profissão ou a coletividade). No primeiro tipo de sociedades a consciência coletiva é um facto social total (agrega a totalidade dos membros do grupo em toda a sua extensão), enquanto nas sociedades de solidariedade orgânica a consciência é individual. Nestas sociedades, a consciência do indivíduo é vista como um ato de transformação do seu vínculo social

[189] Com base nessa premissa a análise do discurso nas sociedades mecânicas é predeterminado. A língua/fala, como facto social é condicionada pelas regras de socialização, ao passo que nas sociedades orgânicas a língua/fala é um facto social de conscientização

[190] Roland Barthes dá os exemplos do vestuário e da gastronomia. No primeiro caso os modos de vestir, como campo de comunicação - a moda corresponde ao sistema (as regras e os interditos como valores) e o uso individual (a forma como cada sujeito organiza os elementos disponíveis) corresponde à materialização do discurso. No segundo caso o tipo de alimentos disponíveis é o campo de valores, sendo a organização do prato o discurso ou narrativa.

[191] O autor dá o exemplo da substituição do vestuário africano nos espaços de modernização em África. (BARTHES, 1984, p 26).

Segundo Barthes o signo [192] é uma ideia pura. Uma ideia seminal onde o significante e o significado se encontram.[193] De que resultam o plano da expressão e o plano dos conteúdos (dos significados). A forma e a substância da língua, sendo que a forma é o que pode ser descrito (epistemologicamente), e a substância o que pode ser intuído (a partir de outras premissas). Assim, uma palavra pode ser, precisamente apreciada no plano da expressão, pela correção ou incorreção da sua forma, ao mesmo tempo que, no plano do conteúdo, pode ser avaliada pelo seu significado relacional[194]. É esta análise, a que o autor chama a "função-signo" (BARTHES, 1984, p. 34), que é o campo da análise semiológica. "*A função-signo é a prova dum duplo movimento que é necessário analisar. Num primeiro tempo a função funde-se com o sentido; esta semantização é inevitável: a partir do momento em que existe sociedade qualquer uso é convertido em signo desse uso – o uso do impermeável é proteger a chuva, mas esse uso é indissociável do próprio signo duma certa condição atmosférica; como a nossa sociedade só produz objetos standartizados, normalizados, esses objetos são fatalmente as execuções dum modelo, as falas duma língua, as substâncias de uma forma significante*" (BARTHES, 1984, p. 34) A constituição dum signo é uma categoria da análise da semantização. É o processo que torna o real inteligível, e que uma vez adquirido permite, sobre ele operar a sua refuncionalização.

Segundo Barthes significado só pode ser compreendido no interior dum processo de significação. O significado duma coisa é aquilo que o utilizador do signo entende que é[195]. É uma componente da preposição, que juntamente com o significante constitui o processo de significação. O significante, por seu lado, como a outra preposição do processo é o media-

[192] Segundo Santo Agostinho signo "é uma coisa que, além de espécie ingerida pelos sentidos, faz afluir por si própria ao pensamento qualquer outra coisa".

[193] Segundo Barthes o signo implica uma relação entre a presença e a ausência. Uma relação implica uma representação ou não duma das preposições, implica ou não uma analogia entre as preposições, implica uma reação ao estímulo (imediata ou mais retardada). Os relata podem ainda corresponder um ao outro, ou um transcender o outro, e a relação implica ou não uma ligação existencial entre aquele que o utiliza. Consoante a marcação (concretização ou não destes campos) ou não cada termo diferencia-se do seu vizinho. O signo como conceito não implica competição entre os termos vizinhos. O termo símbolo contém uma ideia de transcendência que o signo não comporta. O símbolo da cruz por exemplo. O cristianismo transcende o significado da cruz, e a cruz, por sua vez, como marca transcende o significado dos símbolos religiosos. Ao passo que como signo, a cruz tem um significado preciso para a religião cristã, assim como para o explorador. Do mesmo modo o significante separa (distingue) para a consciência do observador, os dois objetos. Assim se tornou possível distinguir entre a unidade significativa (as palavras ou monemas) e a unidade distintiva (os sons ou fonemas). Na linguagem humana, segundo Barthes, resulta da combinação destas duas articulações: A articulação entre os 21 sons de que resultam cerca de 100.000 combinações de palavras significativa. São a forma e o conteúdo da língua.

[194] Por exemplo a palavra barco, pode ser avaliada no seu plano formal, com objeto que transporte que flutua, ou através do seu plano de conteúdo, como a qualidade intrínseca do processo. Essa qualidade do processo dependa das condições tecnológicas da construção do mesmo. Assim se para uma criança a palavra barco significa o transporte que flutua, para o especialista de transporte marítimos não significa nada se à palavra não for associada a uma classificação da sua grandeza (tipo, tonelagem, capacidade, etc.)

[195] Barthes, socorrendo-se da filosofia dos Estoicos, faz a distinção entre a representação psíquica, a coisa real e o enunciável. O significado é o que é dito. (BARTHES, 1984, p 36)

dor. É a mobilização da matéria (som, imagem, gesto, escrita, objetos) que dá consistência e sentido ao significado. As duas preposições não existem independentemente uma da outra, sendo como que a matéria e a substância, a forma e o conteúdo. A classificação dos significantes é o processo de estruturação do sistema. É o processo de agrupar o conjunto das mensagens em unidade mínimas. Por seu lado, o processe de significação é a atribuição de valor. É o ato que une o significado ao significante, que concretiza o signo (BARTHES, 1984, p. 40). A Semiótica é a ciência que estuda a o processo de significação em que significado e significante se expressam, num contexto de outros significados e significantes (outros signos). A Semiótica assume-se dessa forma como um método de leitura. Uma proposta da análise da linguagem do real. Uma aspiração à matematização do real. [196]

A linguagem (o processo de verbalização) é então um processo de relação entre o significante e o significado. Uma produção contextualizada de signos. A sua natureza contratual (de partilha e de produção de hegemonias) está inscrita num processo de naturalidade que se constitui como uma herança (BARTHES, 1984, p. 43). Como herança, o signo linguístico é predeterminada pelo seu contexto de produção, mas indutora de inovação quando projetada no futuro. Produtora de inovação porque se as regras do contrato formam os enunciados, a criatividade pode-se inscrever no âmbito do processo semiótico por motivação.[197] A motivação induz a agregação dos significados por semelhança.

Assim se à contratualização dos usos impusermos formas de dominação, o processo de significação passa a ser imposto por via autoritária. A imposição de processos de significação hegemónicos restringe a capacidade de uso. Mas, se ao invés, por reação ao processo de significação, os usuários da língua se apropriarem do processo de produção de significados e de significantes, isso permite reconstruir novos processos de significação. Através dos processos de ressignificação abre-se uma oportunidade para criação dos processos de inovação social.

Aqui regressamos à questão do valor como signo. Como veremos no capítulo seis, a noção de valor como fim e como meio emergiu na ciência económica no final do século XIX. Agora, utilizando a análise semiológica para analisar o signo valor, verificamos que ele complementa necessariamente a análise. (BARTHES, 1984, p. 45). O signo como diz Bar-

[196] Também Umberto Eco faz uma proposta de criar uma ciência semiótica como uma prática de um sistema de comunicação social (ECO, 1990, p 169)

[197] Barthes distingue um signo motivado quando existe uma relação analógica entre significado e significante (relação criadora), ao passo que um signo é arbitrário quando na sua raiz não existe uma relação contratual, mas por decisão unilateral. Desse modo, a linguagem torna-se igualmente um objeto mnemónico

thes resulta da unidade dialética entre o significado e o significante. Trata-se portanto duma categoria de análise. A introdução da noção de valor permitiu à economia incorporar uma categoria de análise que absorvia a dualidade entre sincronia e diacronia. A equivalência entre trabalho e capital contrapôs Saussure (SAUSSURE, 1976, p. 190) a equivalência entre significado e significante. O processo de significação, de produção de signos torna-se assim equivalente ao processo de produção de valor na economia. (BARTHES, 1984, p. 46). Ambas são interdependentes. Se alterarmos as referências (quantidades ou qualidade) de uma das preposições (referentes), alteram-se igualmente a qualidade ou quantidade da outra preposição.

Se com a moeda (que fixa o valor) se pode comprar outras coisas, e comparar com outras moedas; com palavras podemos comparar ideias e igualmente podemos comparar com outras palavras. Como diz Barthes, a partir de Saussure, o conceito de valor permite comparar coisas dissemelhantes e coisas similares e provêm da "situação recíproca das peças da língua" (BARTHES, 1984, p. 46). Diz Saussure sobre o valor "o que há de ideia (significado) e de matéria fónica (significante) num signo tem menos importância do que o que existe à volta dele nos outros signos". (BARTHES, 1984, p. 46-47) Ao adicionar à noção de signo (significado e significante) a função do valor, torna-se possível operacionalizar uma analise que torna inteligível a relação existente entre a forma e o contudo, ou entre os fins e os meios. Ou seja a produção de signos (o processo semiológico) só se concretiza, como produtor de significados dentro do campo da produção de valor (como significante e não como significado).

Para entender completamente o alcança desta análise, imagine-se, como já foi executado, a exibição de um objeto de uso comum (um copo de plástico), numa exposição de arte. O seu signo (o seu significado e o seu significante) é perfeitamente claro para comunidades que usem o copo como objeto de bebida. O seu valor, de uso, também não oferece dúvidas. A questão que pode ser colocada neste contexto, como ato criativo, é o seu valor como fim. Ou seja, a menos que esse copo seja um objeto estético aprimorado, ou uma peça rara resultado dum qualquer tecnologia rara, a sua simples exibição poderá produzir uma dissonância no recetor, e como tal chamar a atenção, concretizando-se através disso o objetivo do artista.

Para dar conta do duplo fenómeno da significação e valorização Saussure ilustra com o exemplo dum corte sobre uma folha. Cada parte da folha (fragmento) tem um verso e um reverso. A produção do sentido da unidade da fala só é intuída se as partes forem corre-

lacionadas com o todo através da perceção do corte. O corte é o que permitiu criar sentido às massas amorfas. Segundo Saussure fala e som seriam massas amorfas (sem sentido). O corte, ou a articulação entre os dois caos é o que permitiu estabelecer uma ordem provisória. A língua "é um objeto intermediário entre o som e o pensamento - consistem em uni-los um ao outro decompondo-os simultaneamente" (BARTHES, 1984, p. 47) transforma-se assim no objeto que medeia o som e o pensamento, decompondo-os em unidades significativas. A articulação entre o processo de produção de significados e o processo de valorização torna-se assim a na proposta semiológica[198].

A Semiótica assim como a taxologia[199] constituiriam, segundo Barthes a ciência das partilhas de significados. Barthes propõe então os princípios dessa nova ciência dos significados. Retomando Saussure afirma que a linguagem opera sobre dois eixos, cada um deles produzindo valores próprios. O eixo da produção dos signos, que os combina sobre diversas formas, é o eixo dos Sintagmas. A combinação dos sintagmas é sequencial e irreversível Cada sintagma existe numa cadeia e o seu valor depende da sua posição em relação ao outro. A análise de cada sintagma é um corte.

No segundo eixo o do Sistema (associações para Saussure que cita "*Fora do discurso, as unidades que tem entre si qualquer coisa de comum associam-se na memória e formam assim grupos em que existem relações diversas*") (BARTHES, 1984, p. 49) a associação de sintagmas (combinação de signos) por grupos de relações de semelhança forma uma série mnemónica. "*Um tesouro de memória*" (BARTHES, 1984, p. 49). Essa associação, que implica uma análise por classificação está por seu lado intimamente relacionado como o processo de produção de sintagmas.

[198] Note-se que embora oriundo duma tradição filosófica diferente, o pragmatismo de Peirce, a esta análise será mais tarde adicionado um terceiro elemento nesta relação. Assim para além do fenómeno da relação do objeto consigo mesmo e da relação dum dado objetos com outros objetos, que permite criar uma distinção identitária, verifica-se uma relação simultânea entre os vários objetos. (PEIRCE, 1978). Para entender a abrangência conceitual utiliza-se da figuração do tabuleiro de xadrez. Num tabuleiro de xadrez cada peça pode dispõe de um valor. É a sua relação unária. No entanto, em situação de jogo, ela adquire um valor dual representado pelo seu raio de ação em relação às demais peças. Finalmente o conjunto das peças dispõe de um valor de conjunto, no âmbito do qual se encontra um potencial de ação. É esse potencial de ação que acaba por determinar o desenvolvimento da ação, no âmbito do conjunto dos vários movimentos particulares.

[199] A taxologia é um neologismo proposto por Barthes, como ciência dos princípios gerais e das classificações sistemáticas. (BARTHES, 1984) Com raiz na taxonomia, propõe a elevação da classificação a campo científico (como processo de categorização). A taxonomia é a técnica de classificação. O termo foi criado por Charles Lineu (1707-1778). Em 1758 publica a "Systema Natura" que serve de referência ao sistema de classificação das espécies vegetais, animais e minerais. Com Lineu o objeto de análise da ciência é agrupado segundo as suas semelhanças morfológicas e funcionais. É também Lineu que introduz a nomenclatura binominal, utilizada nas ciências naturais.

A metáfora (ordem do sistema) e a metonímia (ordem do sintagma) como recursos discursivos induzem portanto leituras e interpretações duma ordem exterior aos sujeitos. Como discursos e como ações produzem a predominância ou da ordem substitutiva na metáfora (a criação simbólica, os cantos líricos ou as produções românticas); ou da ordem narrativa (epopeias, realismo). Note-se que a análise dos discursos, como recursos de metalinguagem, é ele próprio uma metáfora. Há, na própria lógica do discurso uma maior aproximação à metáfora, que se torna mais clara e uma menor capacidade de perceção da metonímia. A Semiótica propõe uma análise equilibrada dos dois eixos de análise como parte do todo: "São estes dois eixos de linguagem (sistema e sintagma) e o essencial da atividade semiológica consiste em distribuir os fatos inventariados segundo cada um destes eixos" (BARTHES, 1984, p. 52). Segundo a proposta semiológica, a análise dum menu gastronómico no restaurante, a análise horizontal dos grupos (das entradas, do prato ou das sobremesas) corresponde à análise do sistema, enquanto a análise vertical (da relação entre a entrada, o prato e a sobremesa) corresponde ao sintagma.

Na análise dos sintagmas a operação de corte, a criação de unidades sintagmáticas é normalmente feita por comutação (cria unidades significativas). À produção de unidades significativas, pelo corte, sucede-se as formas de combinação. Na fala, a combinação dos signos é potencialmente livre, mas na prática está constrangida pelo contrato social do sistema (o reconhecimento do fonema e a ordem ou cadeia de execução do fonema).

Por sua vez na análise dos sistemas, como campos associativos por afinidades ou por dissemelhança. Na análise do sistema é essencial procurar a oposição (que pode ser relação, correlação, inter-relação). Se na análise dos sintagmas predomina o corte, na análise do sistema predomina o "salto" (BARTHES, 1984, p. 62). O que permite intuir a alteração do estado. Na linguagem as oposições podem existir ao nível dos monemas ou dos fonemas. Num sistema, cada fonema opõe-se necessariamente a todos os outros fonemas, sendo que as oposições podem ser bilaterais (eu/outro) ou multilaterais (eu/tu/ele), proporcionais (faço, fazemos) ou isoladas.

Num sistema a oposição pode ser privativa (onde o significante dum termo implica a existência duma marca, que falta ao significante do outro). À marca distintiva opõe-se o "grau zero" ou a ausência significativa. Nas oposições equipolente os elementos são formalmente equivalentes (uma equivalência exterior) mas não podem, no plano do conteúdo ser consideradas uma afirmação ou negação.

Nas oposições classificadas segundo o valor diferenciativo, podem ser constantes, (eu/nós) ou oposições anuláveis (eu/ele).“*Qualquer série metafórica é um paradigma sintagmatizado e qualquer metonímia um sintagma congelado e absorvido num sistema; na metáfora a seleção torna-se continuidade e na metonímia, a contiguidade torna-se campo de seleção. Portanto, segundo parece é sempre nas fronteiras dos dois planos que se joga a criação*” (BARTHES, 1984, p. 47).

Para finalizar a teoria semiótica Barthes aborda ainda a questão da conotação e denotação. (BARTHES, 1984, p. 75) Um sistema de significações é uma relação entre o plano da expressão e o plano do conteúdo (o canal e a mensagem). O significado encontra-se nestes dois planos. No entanto, de acordo com o ponto de intersecção do primeiro sistema no segundo, se dessa intersecção resulta a significação, o significado é diferente em função do plano.

Dessa intersecção resulta no primeiro sistema, a sua transformação num plano de expressão ou significante. O primeiro sistema constitui-se como denotação e o segundo sistema como conotação. “*Um sistema conotado é um sistema cujo plano de expressão é ele próprio constituído por um sistema de significações*” (BARTHES, 1984, p. 75) e constituem sistemas complexos. Por seu turno, no lado oposto, o segundo sistema (que se separa do primeiro) transforma-se no plano do conteúdo ou do significado como metalinguagem. “*A metalinguagem é um sistema cujo plano do conteúdo é ele próprio constituído por um sistema de significações; ou ainda duma semiótica que trata de uma semiótica”* (BARTHES, 1984, p. 76).

Sobre a questão da análise do processo e do sistema, enquanto componentes dum mesmo objeto de investigação, em que o primeiro privilegia o movimento criador e o segundo as forças de agregação. Segundo Barthes ambos se encontram em interação permanente. Ora a formação do signo é arbitrária, é feita por convenção coletiva (a formação da palavra árvore perde-se na memória dos tempos, mas o seu sentido é reconhecido por todos). O símbolo, por seu lado, é motivado por referências simbólicas (remete para uma relação de conaturalidade entre a sincronia e diacronia. (Resulta da contradição entre mutabilidade e imutabilidade). Assim o sistema é sincrónico e o processo é diacrónico. São dois posicionamentos diferenciados mas complementares. O sintagma é processo (como sucessividade: o conjunto de fases que o sistema sofre) e o significante é o sistema (equivalências: é um processo de atribuição de valor). A partir daqui Barthes coloca a questão: Qual é a relação entre o significante e o significado

Barthes defende a procedência do ponto de vista sincrónico sobre o diacrónico. Isso verifica-se porque: a) A avaliação de cada um dos estados sincrónicos é que permite avaliar

a diacronia (valores e formas observadas); e porque b) A evolução diacrónica só tem sentido se entendermos o ponto de chegada. A partir dessa premissa, recorrendo à Teoria da Linguagem de Hjemselv, Barthes defende que se podem encontrar 3 tipos de Oposições: Uma primeira oposição entre o Processo e o Sistema. Uma segunda oposição entre a Expressão e o seu Conteúdo. Finalmente uma terceira oposição entre a Forma e a Substância.

Na Teoria da Linguagem as manifestações morfológicas (categorias) constituem-se como significações em função da sua posição na narrativa e é na sua relação de dependência que se produz a sua significação (natureza linguística) (RODRIGUES, 2000, p. 251). O seguinte quadro expressa a relação de cada elemento de significação em função do seu posicionamento no campo de significação.

PROCESSO/SISTEMA	**SISTEMA**	**PROCESSO**
Interdependência	Complementaridades	Solidariedades
Determinações	Especificações	Seleções
Constelações	Autonomias	Combinações

Ora segundo esta análise, a linguagem e o pensamento são redutíveis no quadro duma mesma análise. Existe uma relação entre a formação dos signos complexos (a criação de enunciados) e a forma de construção do pensamento (a narrativa).

Existirá então uma relação entre a ordem semiótica e a ordem lógica, conforme se interroga o autor (MARTINS, 2000) Ora segundo responder a essa questão é necessário mobilizar a relação entre a produção de signos, a produção de sentido para o mundo como um processo narrativo. Existe uma relação entre o signo e a produção do sentido do mundo. Ora a questão da comunicação como representação do mundo constitui exatamente a contribuição de Charles S. Pierce para a teoria da comunicação (PIERCE, 1978).

Pode-se então concluir que existe uma relação trinaria entre o significado, o significante e o processo em que isso ocorre.[200]. A abordagem da memória social a partir da meto-

[200] Embora a Semiologia constitua uma grelha de análise para os fenómenos sociais como fenómenos comunicacionais é necessário ainda ter em conta, que existe uma não menos importante reflexão sobre as condições prévias ao processo comunicacional. A fenomenologia que trata da formação das categorias aborda os objetos e os sujeitos antes dos processos. Procura analisar as condições em que A afeta B para afetar C, sendo que B é produto de mediação. No processo comunicacional analisa-se o processo sobre os seus elementos (o objeto determina o signo e o signo é a codificação das propriedades do objeto). A fenomenologia interroga-se sobre o que preexiste Uma mensagem só pode ser emitida se preexistir um recetor e um código. Ora se elas preexistem, quais são os seus elementos constitutivos. Um código de comunicação pode preexistir à sua comunicação? A semiótica afirma que tudo se concretiza no processo, e por isso é uma representação. Trata-se portanto duma questão complexa que não cabe aqui abordar, mas que é necessário ter em conta que analisar os fenómenos museológicos através dos processos museológicos não é mais do que isso mesmo: uma análise de algo que

dologia de conscientização implica portanto conjugar a teoria da comunicação com o campo da prática social. Na segunda parte deste trabalho analisaremos essas condições. Para já vamos abordar o campo da construção de significados e significações como representações de referências explicativas. No âmbito da metodologia da conscientização, utilizamos a construção dum mapa mnemónico como instrumento auxiliar de análise sobre os campos de tensões que são gerados pela consciencialização da memória.

Já acima descrevemos a metodologia de conscientização. As suas várias fases de construção. O mapa mnemónico é uma representação espacial, portanto bidimensional que tem como objetivo auxiliar a análise do processo e orientar a formulação do roteiro de significação. O mapa não é o objetivo do processo nem tem como objetivo criar uma representação das memórias. O mapa não é mais do que um instrumento auxiliar. Uma muleta na caminhada que apoia, mas não substitui os passos necessários para pisar o terreno. A construção do mapa mnemónico visa clarificar os campos de tensões e tem o propósito de procurar refletir de forma crítica sobre a atribuição de valor aos elementos mnemónicos e a sua função no sistema e no processo social.

3.2.2.3. A elaboração do Mapa Mnemónico como uma narrativa

Ao operar sobre a memória social através da metodologia da conscientização, utilizamos um processo a três tempos. Partimos da formação de um grupo, o círculo museológico a quem apresentamos um conjunto de imagens geradoras. Da discussão sobre as imagens geradoras passamos a um segundo tempo, em que solicitamos um trabalho individualizado sobre a produção das memórias. Da apresentação dos "Livros de Memórias" passamos para um terceiro tempo, onde propomos a criação dum compromisso social sobre a memória social "O livro das memórias sociais". Toda a operação é executada com base numa vontade de mudança e na convicção de que através da interação entre os membros do grupo se gera, num primeiro tempo a motivação para olhar o mundo, num segundo tempo, a consciência do mundo para finalmente, no terceiro tempo se criar uma vontade de ação.

Como vimos, na metodologia Paulo Freire, estava convicto que essa vontade de ação era uma forma de libertação. A libertação como consciência do ser. Nós defendemos que a ação museológica é também uma conscientização da comunidade sobre as suas memó-

transcende o fenómeno e o processo. A ação museológica coloca-se num campo de probabilidades de ação, cujo valor é limitada pelos seus fins e pelos recursos disponíveis de alocar ao processo.

rias que se expressam num determinado território. Pensamos que o processo que foi ensaiado permite validar a metodologia proposta

Falta agora justificar, do ponto de vista teórico as operações de conscientização. Essa validação é sobretudo necessária para ao museólogo como elemento de avaliação e notação do seu trabalho. É essa a razão por que nos socorremos das metodologias de análise comunicacional tal como foram apresentadas pela Semiótica.

Já verificamos que na comunicação existem categorias primárias (aquelas que existem por si), categorias secundárias (aquelas que exigem uma operação binária, que implicam a classificação inclusiva ou exclusiva) e categorias de processo (aquelas que exigem uma relação entre pelo menos três elementos, que implica um nível de abstração e atribuição de significados) (PEIRCE, 1978). A ciência opera as relações entre estas últimas categorias. Na epistemologia genética estas categorias correspondem ao estado concreto, operatório e abstrato. (PIAGET, 1977).

No caso do pensamento científico que estuda e descreve os fenómenos sociais, importa estabelecer as relações existentes entre diferentes categorias e a forma de como é que determinadas categorias quando se relacionam com outras no âmbito dum determinado processo as influenciam e são influenciadas. Embora na essência o conhecimento científico opere sobre relações trinarias é admissível, para efeitos de análise operar sobre apenas sobre relações binárias (relações diádica) ou mesmo sobre objetos unário (uma relação monádica). Isso será admissível quando se verifica uma operação em que se afirma, por exemplo, que algo é X. A Quando referenciamos a Ilha de Moçambique, ou Vasco da Gama estabelecemos uma relação monodádica, porque qualquer um destes elementos é único e é possível de isolar sem mais distinção. Sendo certo que X é X, está também implícito que X também contém não X. Ou seja uma coisa para ser tem que se referenciar em relação ao que não é. Essa é a relação diádica.

Ao nível do pensamento, a propriedade dissociativa (o que permite distinguir o uno da multiplicidade) nem sempre surge associada ao outro objeto. O pensamento antes de dissociar aprende a associar. Por exemplo a criança adquire a consciência do eu sem dissociar da mãe (consciencializada como outro). É através da experiencia que o pensamento vai delimitar o campo do eu do outro. Essa consciência, no pensamento humano surge no tempo. Sendo que 1 é a unidade, nem sempre pensamento opera mais do que o 1, não incluindo portanto a possibilidade do vazio.

Para que ocorra uma efetiva dissociação é efetivamente necessário fazer intervir a operação da prescisão. A prescisão é a capacidade do pensamento prever, ou antever que o que é inclui igualmente a expressão do que não é. No campo do pensamento moderno essa consciência pode ser analisada, por exemplo no campo da aritmética com a conceptualização do 0 como elemento (CARVALHO, 1976). Ou seja quando se representa algo está-se já a distinguir um objeto do não. Está-se a atribuir uma qualidade.

Como podemos verificar no campo da operação do pensamento para que se tenha a consciência da qualidade é necessário previamente desenvolver a noção de quantidade, sendo que é a partir de associação que se efetua a dissociação. Em termos de aritmética isso é representado pelas operações de adição e subtração. Sendo que através da atribuição de qualidade de associação se podem executar as operações de multiplicação (agregação ou decomposição de conjuntos de propriedades iguais).

Uma terceira categoria das relações binárias implica a conceptualização da discriminação. Isto é a agregação e separação de quantidades ou qualidades diferenciadas. A descriminação já implica uma capacidade de abstração. Voltando ao caso da aritmética, verificamos que ela apenas surge, em certas circunstâncias na divisão. Por exemplo a divisão da unidade cujo resultado é um número fracionado. Essa operação implica já o estabelecimento de uma abstração. Uma projeção no espaço, ou no tempo de duas partes para formação do todo. Implica a emergência duma consciência da unidade no múltiplo.

Esse é o limiar do conhecimento científico. Neste sentido, conhecimento como narrativa implica a preposição de um determinado objeto (A), através de um processo (P) influi num objeto (B), sendo que essa relação mediada por um observador (S), o sujeito, resulta um terceiro objeto (C) que constitui um resultado (P) que no positivismo assumia a forma de Lei geral, sendo na atualidade concebida nas ciências humanas como uma probabilidade.

O conhecimento como resultado duma observação é assim uma possibilidade. A representação dessa possibilidade é a consciência do processo relacional. Dessa forma, a consciência, que no campo da filosofia se situa no campo das manifestações do espírito podem materializar-se como uma representação, como um discurso. Sendo que esse discurso resulta do processo de conhecimento indutivo. Os dados da experiencia são coligidos em conjuntos de frequência significativa que assim se dissociam dos outros elementos.

Uma da consequência que se pode extrair da análise comunicacional no campo do conhecimento científico é que este, enquanto narrativa, inclui as várias formas de conhecimento que a ele preexistem Assim a sensação e a emoção podem ser integradas no processo

de conhecimento, como experiencia desse conhecimento, sendo que a experiencia reflexiva, seja por via da razão ou da indução se apresenta como uma forma de conhecimento mais complexa. Assim, se para efeitos de demonstração é possível analisar relações binárias ou monárias, as relações trinárias, que implicam uma relação complexa com os processos não deixam de constituir também uma narrativa de argumentos e de demonstração, onde se mobilizam conotações a que se atribuem significações, cujos resultados se assumem sempre como probabilidades. É nesse âmbito que propusemos uma metodologia de análise da Memória Social na Ilha de Moçambique.

A memória social poderia então assim ser categorizada pela museologia como um processo semiótico onde coexistem vários níveis de relações e interações da experiencia socialmente partilhada por um dado conjunto social. A memória Social seria então um processo onde os dados da experiencia, aos seus diversos níveis são conservados como signos (onde a forma pode corresponder a imagens e os conteúdos a conjuntos de significados), sendo mobilizados como elementos de projeção através duma análise de conformidades significativas, no presente, em face a novos dados da experiencia, constituindo essa a base das escolhas e decisões para a ação. A memória social assume-se assim como um processo dinâmico, possível de captar no presente através duma análise do seu conteúdo.

A conscientização museológica é um processo que contem um proposta de mapear a sociomnese duma comunidade, para a partir dela criar uma consciência do passado para projetar como ação de futuro. Ele inicia-se com a criação do círculo museológico e com a exibição das imagens geradoras. Estas imagens geradoras, sendo que uma imagem é um objeto complexo, numa primeira visão produzem essencialmente emoções. O objetivo é esse mesmo. Captar significados ou relações simples. Com a discussão inicia-se o processo de significação. Primeiro as opiniões individuais estabelecem as relações entre a forma e o conteúdo. O processo de significação vai-se complexificando com a intensificação dos outros contributos. Finalmente o processo apresenta o seu nível mais elevado de consciência, quando o processo de interpretação e significação permite o grupo interagir com os vários elementos significativos. Nesse momento, a que chamamos de conscientização, a sociomnese opera a relação entre as experiencias do passado para encontrar conformidades no presente, como igualmente permite, e isso não é mais do que uma probabilidade, gerar uma ação. A metodologia proposta não permite inferir que da sua aplicação resulte uma ação transformadora, com um fim. Sendo que cada ação é sempre transformadora, o que se pretende é que seja adicionada uma consciência ao processo como caráter distintivo da transformadora.

Esse caráter distintivo é dado pela relação entre os fins desejados da ação com os meios disponíveis a cada momento. É nessa relação se pode constituir um processo museológico como uma prestação distintiva dum serviço à comunidade.

A construção do mapa mnemónico no quadro deste processo metodológico não é portanto um instrumento formatado. Ele como instrumento auxilia a observação do museólogo e permite uma síntese de dados que tem como objetivo relacionar e associar os resultados da experiencia nos seu diversos níveis. Por esse motivo o mapa mnemónico é dinâmico na forma e no tempo. Ele via-se metamorfoseando no processo e só se compreende no âmbito da sua relação processual.

Mas este mapa assume igualmente uma outra importante função no âmbito do processo museológico. A sua elaboração, ao mesmo tempo que é um "diário de bordo" ou um "registo do processo" museológico, ele pode igualmente desempenhar uma função de estudo prévio ou esquisso das vontades de comunicação desses mesmos processos. O museólogo, enquanto mediador do processo, através da sua ação vai reunindo informação e registos variados que, em qualquer momento podem ser devolvidos à comunidade e por ela trabalhados no âmbito dos processos de comunicação museológica. Nesse sentido o mapa mnemónico é também um diário dum trânsito desse processo museológico porque vai ilustrando as várias abordagens da problemática. Os resultados desta metodologia apresentam-se a seguir.

3.3. Os resultados da operação sobre os marcadores de memória

A sociomnese pode ser problematizada a partir dos **marcadores de memórias como objetos do conhecimento** é o objeto da nossa reflexão neste ponto. O termo marcador de memória é um termo é importado da biologia por analogia do marcador genética[201] que é aplicado no nosso trabalho como sinónimo do conjunto de informação mnemónica essencial presente num individuo, que em situação de interação com o mundo exterior ativa formas de ação. Como objeto de conhecimento, resultam da perceção, das emoções e da experiencia dos sujeitos sobre objetos produzidos pela mente através da criação de mapas cognitivos de onde resulta o armazenamento da informação selecionada como essencial, a informação

[201] Um marcador genético é um gene ou uma sequência de ADN retirado dum local conhecido num cromossoma que pode ser usado para identificar células, individuais ou de espécie. Os marcadores genéticos funcionam como etiquetas que identificam a forma como os genes envolvidos na herança de características de importância económica (ETLs) são repassados para o próximo descendente. Em biologia, o genoma é toda a informação hereditária de um organismo que está codificada em seu ADN, e que é passada para os seus descendentes. É a componente essencial da estratégia da vida eucariótica.

mnemónica. Essa informação essencial é mobilizada pela mente em novas situações experimentais ou no quadro da produção do pensamento sobre o mundo, no quadro do que podemos chamar o processo de consciência do mundo. A consciência é um processo que resulta da interação entre a memória e a ação. Os marcadores de memória constituem essa informação base, alojados na mente, que podem ou não ser ativados e mobilizados para a ação. Como produtos da ação os marcadores de memória podem ser revelados através dos mapas mnemónicos (que constituem mais uma analogia com os mapas cognitivos[202] que se constituem como a chave de atribuição de significados às imagens simbólicas armazenadas na mente (sendo que as sensações e as emoções são igualmente imagens cerebrais). Os marcadores de memória como informação base medeiam o processo de objetivação do real socialmente partilhado.

É através do processo de mapeamento dos marcadores de memória que os objetos exteriores ganham uma significação social de partilha, a sua qualificação social ou o seu valor. É sobre esses objetos socialmente qualificado que cada indivíduo exerce uma ações intencionais de preservação e comunicação. A análise dos marcadores de memória e a criação dos mapas mnemónicos constitui assim a operação base da análise da sociomnese. A identificação dos objetos socialmente qualificados duma dada comunidade num dado tempo. A matéria da sociomnese. A consciência emerge desses marcadores como orientador da ação. É esse processo de produção de significados socialmente partilhados que constitui a operação distintiva da museologia. A proposta duma museologia da libertação constitui-se como um processo de diálogo entre a sociomnese (a formação duma consciência dos marcadores de memória) numa dada comunidade que partilha espaços e tempos sociais.

Se seguirmos a proposta teórica para a museologia de Cristina Bruno, os marcadores de memória fundamentam o processo de produção de conhecimento, constituindo a sua escolha e seleção o processo de criação de consciência, o constitui o campo da produção da museologia. O produto assim produzido é consumido através da sua exteriorização, pelo processo de comunicação. A materialidade dos marcadores de memória no âmbito da análise do seu mercado (a analise da produção e do consumo) permite verificar que ela contém uma componente estática e outra dinâmica. A componente essencial é o conjunto de informação

[202] O mapa cognitivo é um simultaneamente instrumento e um método das ciências cognitivas de análise das operações cognitivas. Como instrumento é muito usado para a análise dos processos de tomada de decisão. Como método tem por base o fundamento de resolução de problemas. O objetivo do método é clarificar a cada momento as opções possíveis de ação em função de preposições previamente definidas.

que se mantém ao longo do processo, sendo que a informação dinâmica resulta do seu ajustamento às condições ambientais.

Assim, se olharmos para o sociomnese como uma mercadoria (uma relação entre o seu valor de uso e seu valor de troca) verificamos que o seu valor se expressa pela consciência (uma relação abstrata) entre o significado social do objeto na sua interação como os significados sociais dos outros objetos. Assim verificamos que o valor da sociomnese é um quociente entre a relação dinâmica que relaciona permanentemente sobre o tempo (através da troca de leituras ou trânsitos do presente sobre o passado) e sobre o espaço (através do seu uso ou trânsitos da sua adequação como legitimação no uso e manutenção dos recursos vitais disponíveis). Esse quociente gera ou uma tensão para a ação ou para a alienação. O processo da conscientização permitiria assim em tese, equilibrar os dois fatores, pois o valor de uso está dependente do valor da troca, sendo que no cada um dos fatores contribui para a fatorização através dum determinado estado de equilíbrio.

Os marcadores de memória são então constituídos por campos de situações problema em interação constante. O objetivo da metodologia é captar (cartografar essa interação) num determinado momento o significado dum objeto através da sua análise interna e externa e da sua relação com os demais objetos qualificados. De acordo com a teoria da comunicação um objeto pode ser analisado de acordo com as suas categorias primárias, secundárias e de processo. A sociomnese tem como objetivo operar com a categorização de processo. A operação de análise processual implica a relação do objeto consigo próprio, com a comunidade que o produz (ou com a sua cultura) e a sua relação com os demais objetos. O objeto da sociomnese é entender a significação dum determinado objeto no contexto dos demais objetos.

Exemplifiquemos: Um cofió (um pequeno chapéu de tecido usado pela população masculina na Ilha de Moçambique). Na sua relação primária é um chapéu: Um objeto que serve para usar na cabeça. Como categoria binária, já implica a atribuição de significados. Seja de função, para proteger do sol, seja de qualidade, como elemento de distinção duma participação, de posição social, ou de estado com significado no âmbito duma comunidade ou grupo social. O que interesse todavia para a sociomnese é o que é que o uso ou não uso do cofio representa no contexto social e que tipo de recursos (técnicos e materiais) são necessários mobilizar para a sua confeção. A produção de significados como processos implica um nível de abstração que relaciona pelo menos três elementos: Um objeto (uma relação com um materialidade ou com um signo) usado como elemento distintivo (uma rela-

ção binária de inclusão ou exclusão) duma comunidade (implica a atribuição de significado em relação ao objeto, ao que ele (inclui/exclui) e à sua relação com os demais objetos).

A operação poderá ou não percorrer os três momentos da produção das relações, dependendo fundamentalmente das condições de maturidade da consciência mnemónica de partida do grupo de participação. O objetivo da metodologia é confrontar um indivíduo como uma situação que implique a resolução dum problema. A resolução do problema resulta numa escolha, entre polos contrastantes (oposições). Para efeitos da sua aplicação um problema geral é decomposto em problemas mais simples, sendo que a resolução de cada um deles se integra numa lógica de conjunto. A ideia base da aplicação deste método é captar, pela representação, verbal, gestual ou gráfica, a consciência do objeto por parte do sujeito e capta-la num suporte físico (gravado ou desenhado), o que constitui a sua cartografia. Estamos portanto no âmbito da primeira fase do método de Paulo Freire[203]. Assumimos aqui as imagens como construções mentais que constituem uma representação. Enquanto representação são produto do olhar do viajante, na sua exploração do espaço. No caso da nossa experiencia, a recolha de imagens obedeceu a um programa de exploração sistemático do espaço, sendo o conjunto de fotografias, uma das formas do seu registo. Deste banco primário de registo criamos através da seleção um catálogo de imagens. A escolha das imagens geradoras foi feita a partir desse catálogo em função dos nossos objetivos de investigação, na altura definidos genericamente como "Captar elementos significativos da memória social pela apresentação de situações vividas" pelos interlocutores. Elas poderiam ter sido igualmente captadas e selecionadas pelo grupo de participantes ou através de outros procedimentos. O que é fundamental no método é a apresentação sucessivas imagens que implicam a geração da dum diálogo sobre os seus significados entre os membros do grupo. Da discussão tem como objetivo verificar e validar os elementos que estão presentes na memória de longo prazo (elementos significativos) através de padrões de ocorrência. A preposição da partilha do significado da informação pelos membros do grupo permite agrupar conjuntos conceituais por afinidade. O resultado desse processo é grafado, num mapa, que aqui chamamos mapa conceptual[204], que se torna assim num instrumento auxiliar de interpretação dos significados das representações.

[203] Refira-se igualmente que este método é também utilizado pela Análise Estratégica. Veja-se (JESUÍNO, 2000,330)
[204] Veja-se ponto 3.2.2.

O objetivo da ação conscientizadora em museologia não é contudo o da construção destes mapas conceptuais. O objetivo da metodologia é a criação duma consciência crítica. A criação desta consciência crítica é efetuada pela concertação, campo de ação da negociação dos atores para a obtenção de compromissos. É na segunda fase do processo, onde o grupo é convidado a procurar um significado partilhado que essa consciência emerge. O mapa conceptual, como representação torna-se assim num instrumento de análise auxiliar, que pode ou não revelar utilidade para esse processo de construção dos compromissos pelo grupo.

A sociomnese é um objeto de conhecimento que representa um processo do modo como o conjunto social atribui valor às suas heranças ao mesmo tempo que as fundamenta como princípios mobilizadores para a ação.

No caso da experiencia que realizamos na ilha de Moçambique, trabalhar a partir dos seus patrimónios implica então, como condição prévia, ter uma consciência do espaço, uma vez que o tempo é sempre aquele em que as heranças são rememoradas.

Assim questões como a apropriação do espaço e a sua perceção de pertença (criação de significação identitária), as formas de apropriação desse mesmos espaços em conjunto com as configurações do poder e suas representações simbólicas tornam-se questões que importa também mobilizar, como preparação prévia da criação das imagens geradoras, pois essas imagens, as que utilizamos, são sempre uma cristalização desse espaço no tempo (BARTHES, 2008). A análise da imagem geradora como processo semiótico é em suma a base da argumentação desta proposta, criando sobre uma narrativa, sobre a qual se vai construir os passos seguintes de busca dos compromissos de ação.

Importa então referir que uma narrativa das heranças e das memórias dum espaço, a partir da comunidade que o habita, que dele se apropria num determinado tempo, é igualmente uma verbalização das relações dessa mesma comunidade com esse mesmo espaço. Ora as relações duma comunidade com o espaço que consome constitui igualmente uma representação da sua organização social. O espaço como local onde se concretiza a ação social, que a limita e que ao mesmo tempo fornece ou não os recursos necessários para a satisfação das necessidades de reprodução e sustentabilidade dessa mesma comunidade.

Mas o espaço é também, como refere Maurice Halbwachs, o local onde se materializam as memórias sociais (HALBWACHS, 1950,130). A materialização da memória social no espaço fornece o instrumento de mediação entre o indivíduo e o social. Entre a materialidade e os elementos simbólicos, criados por essa comunidade, e que a representam.

Estas problemáticas têm vindo a ser trabalhadas pelo urbanismo e pela "antropologia do espaço" (SILVANO, 1988), procurando explicar como e a formatação do espaço está correlacionada com a formação da organização social[205], que relações se estabelecem entre ambos e de que forma ambos se influenciam.

Analisar os modos como a comunidade se relaciona com o espaço, através das suas narrativas, e como estas correspondem às suas representações sobre esse mesmo espaço, isto é o modo como cada membro da comunidade participa da construção duma leitura desse espaço, porque a determinados elementos materiais são atribuídas estruturas significativa duma pertença e partilha comum, constituem um processo através do qual podemos analisar a memória como construção social.

A ideia base da fundamentação é relativamente simples. Um indivíduo, quando de relaciona com o espaço fá-lo em função de vários pontos de referência e da sua relação com a experiencia anterior, armazenada na memória. Os pontos de referência constituem o seu mapa cognitivo, em permanente atualização. A experiência permite ativar mecanismos de resposta em função do seu grau de conhecimento e experiencia anterior. A questão do ponto de vista do conjunto social é todavia mais complexa. Vários indivíduos, quando se orientam no espaço em sentidos comuns partilham referências comuns. Perante a impossibilidade física de todos os elementos dum conjunto percorrerem exatamente o mesmo percurso num mesmo tempo, estabelece-se um denominador comum. Ou seja é relativamente indiferente, para o conjunto social, o trajeto que cada indivíduo faça de A para B. O que é necessário, para a formação social mantenha a coesão é que cada membro do grupo faça o trajeto de A para B em torno dum um ponto comum. Esse ponto comum, no espaço é constituído pelo património, que por sua vez, só tem significado, como ponto de atração, se sobre ele existir uma partilha de valores. A qualificação social do valor desses elementos que constitui o processo de produção da memória social.

Ou seja ao apresentarmos a um indivíduo um elemento catalisador, uma imagem ou um som, captado num determinado espaço, vamos gerar um campo de ação sobre esse indivíduo que o motiva a atribuir significações a esse espaço que correspondem a momento e experiencias da vivência pessoal no espaço e no tempo. Essa experiencia, como já está estudado pela psicologia resulta do modo adaptação e acomodação de cada indivíduo ao espaço

[205] "*No nosso trabalho partimos do pressuposto que existe um discurso, uma palavra sobre o espaço, que possui firmeza suficiente para que, de um discurso ao outro, possam encontrar as constantes que possibilitam chegar a modelos, que consideramos próximos das estruturas coletivas de representação do espaço*" (SILVANO, 1988,15)

envolvente, isto é ao espaço físico e ao espaço social dado pelo ao conjunto da sociedade nas suas relações sociais. A memória social emerge assim, numa primeira fase como o conjunto de ocorrências que resulta da reação do indivíduo de adaptação ao ambiente. A sua discussão em público, e sobretudo a busca de compromissos sua significação, gera um elemento comum. É a busca desse elemento comum que caracteriza a o processo de trabalho sobre a representação das memórias sociais da comunidade.

Sintetizando, ao utilizar fotografias como imagens geradores, fotografias que resultam da exploração do espaço pelo olhar do viajante, um olhar que se orienta fundamentalmente pela revelação das diferenças, na busca de referências, permite, numa primeira fase detetar o que é específico duma comunidade e na sua adaptação ao espaço. A ação museológica de apresentar a um grupo um conjunto de

Ilustração 5- Circulo Museologico

imagens, que representam um espaço e um tempo dessa comunidade, ao mesmo tempo que motiva interação com o grupo comunidade, permite igualmente, através da ação que gera, focar a ação museológica sobre as memórias sociais. Como o objetivo da apresentação das imagens geradores é fundamentalmente criar um grupo e fomentar a sua ação sobre as questões patrimoniais, os elementos "esquecidos" ou não captados na primeira fase tem uma elevada probabilidade de virem a ser incluídos, pelas ação do grupo no segundo momento, quando é convidado a produzir o compromisso museológico.

Na ilha de Moçambique tivemos a possibilidade de isolar um espaço[206]. Mas como vimos, a ilha é ela própria um espaço de diferentes fronteiras, é um espaço partilhado por vários tempos e por vários patrimónios e heranças.

[206] A questão da delimitação do espaço, nas ciências sociais, está relacionada com a delimitação do que está incluído e do que está excluído. A linha da fronteira é o limite da análise. Como vimos Canclini, ao propor o seu conceito de "Culturas Híbridas", aborda a questão destes espaços intersticiais (CANCLINI, 2008). Um outro autor Arjun Appadurai também se refere a esta questão quando aborda em "As Dimensões Culturais da Globalização"a questão da análise do mundo contemporâneo pelas Ciência Sociais. Segundo Appadurai a contemporaneidade é marcada por dois fenómenos. A comunicação eletrónica e as migrações: a ciência social não produziu, até ao momento, instrumento de análise para captar a permanente mutação. Appadurai afirma que hoje somos espetadores de mapas em permanente construção. Mapas de conhecimento. Mapas de imagens e de espetáculo que não cabem nas categorias, audiências e circuitos locais ou nacionais. A sociedade produz permanentemente os seus mitos, ritos e lendas, e estes são resultado da ***imaginação***. Da forma como o pensamento produz a sue leitura do real e como o reordena. Na era pós-moderna a imaginação é motivada pelas áreas artísticas. Sai dos lazeres, dos média, e dos fenómenos de deslocação dos indivíduos em permanente confronto com o outro (local e cultural). Segundo Appadurai o mundo de hoje está perante um conjunto de interações culturais que geram tensões entre a homogeneidade e a heterogeneidade. Para a análise dessa tensão, entre a homogeneidade e a heterogeneidade propões a análise do "Fluxo Cultural" através de cinco dimensões do Imaginário: A *entnopaisagem*, constituída por paisagens de pessoas que constituem o mundo de desloca-

A busca de marcadores de memória através desta metodologia permite por uma lado criar entre os membros do grupo a ideia da partilha do espaço e das suas memórias. É sobre essas memórias, sobre essa informação vital conservada pelos membros do grupo, como dados das experiencias anteriores que constitui o ponto de partida para a motivação da ação. Esse processo desencadeado pela ação museológica, tem como objetivo desencadear uma consciência sobre a representação dessas memórias. A consciencialização da memória, a sua representação como conteúdos é uma forma de trabalhar a os processos de consciência do mundo e de geração de ação. Esse é um processo onde a museologia gera uma ação libertadora, no sentido que Paulo Freire procurava, duma consciência do mundo como fonte da ação educadora. No campo da museologia poderíamos chamar-lhe então de conscientização museológica.

Ilustração 6- Participantes no CM1

O resultado da apresentação das imagens geradoras encontra-se no apêndice I. A partir da apresentação destas imagens e da constituição dos

---

mentos que habitamos. (Turistas, imigrantes, refugiados, exilados, deslocados, etc.); a *mediapaisagem*, constituída pela distribuição da capacidade eletrónica para produzir e disseminar informação (jornais, revistas, conteúdos multimédia) hoje disponíveis em qualquer ponto e em tempo e que fornecem vastos reportórios de imagens narrativas, e etnopaisagens; a *tecnopaisagem*, configuração global da técnica, mecânica ou informacional de alta ou baixa tecnologia, que circula permanentemente e instantaneamente sobre antigas fronteiras; a *financiopaisagem* , a disposição do capital global que circula instantaneamente em placas giratórias (bolsas, mercados de capitais, especulação comercial) e que obtêm ganhos em função de pequenas margens em função do tempo ou em atividades especulativas; finalmente a *ideopaisagem*, constituída por concatenações de imagens diretamente relacionadas com os sistemas de poder e de dominação política (imagens como iluminismo, liberdade, prosperidade, democracia. Ora, segundo Appadurai, os fluxos culturais gerados por estes sistemas tendem a ser disjuntivos e a sua escala é tão elevada que a criação desses conjunto tende a afetar o funcionamento global criando tensões que de podem observar em fenómenos como a desterritorialização de grupos (artistas, trabalhadores, refugiados) e que cria problemas nas identidades de pertença dos territórios e cria novos mercados; ou pela disjunção entre a produção e o consumo que cria um loci produtivo territorialmente descontínuo com o espaço de consumo ao mesmo tempo que se verifica uma descoincidência com o local de origem e destino dos fluxos dos capitais. O consumo é assim transformado em signo por ação da publicidade, criando um mascara de ação ou uma ilusão que é parcialmente satisfeita pelo processo de produção.
O autor interroga-se então sobre o sentido da ação do indivíduo e sobre o sentido coletivo neste modelo de imaginação social. Ora segundo Appadurai a cultura exprime e mobiliza a identidade do grupo e é dentro do grupo que o individuo se exprime. A cultura como dimensão dos discursos explora as diferenças para criar as conceções do grupo. A análise culturalista, como método, passa pela descoberta dos marcadores da diferença. Num mundo global confirma-se que existem várias histórias, várias memórias, várias experienciam e várias genealogias do saber. Implica isso portanto trabalhar, no âmbito da análise cultural pós-moderna, factos culturais fractais e estratificados. As fronteiras dos territórios são fractais e a sua análise deve se feita no interior das relações entre as pessoas, e destas com as técnicas e a tecnologias. (APPADURAI, 2004).
Ora ao centrar a sua análise sobre fenómenos fractais, ao mobilizarmos o conceito de memória social a partir do seu conjunto fractal, podemos isolar, para efeitos de análise e prática de investigação, o espaço onde ocorre na Ilha de Moçambique, e no conjunto dos membros do grupo com que estamos a trabalhar. Sendo que os resultados desse trabalho é um parte do todo, sendo que assumimos a impossibilidade teórica de captar num único momento essa totalidade.

Círculos de Discussão Museológica criamos os "Os Grupos de Memória" . O processo de formação dos círculos de discussão museológico é o ponto de partida para o trabalho com a comunidade. A formalização do grupo pode ser maior ou menor, bem como a sua constituição no tempo pode variar entre a curta duração e a média ou longa duração. A sua duração depende essencialmente da perceção e a materialização "***dos serviços***[207]" que o processo museológico presta à comunidade.

Para a constituição dos grupos de memória podem ser usadas as mais diversas formas. Será uma das funções do museólogo quando se envolve num processo sociomuseológico identificar a possibilidade de criar e a iniciativa de propor e dinamizar este tipo de ação museológica. Também se pode, em função das atividades já desenvolvidas na comunidade, aproveitar situações preexistentes, como por exemplo associações locais, ações educativas, grupos de leitura, para a partir deles desencadear ações museológicas sobre a memória e o património. Nesse sentido, a proposta de captação de imagens, como uma jornada de exploração do espaço e das suas heranças, pode também ser uma proposta de atividade para criar a dinâmica de grupo.

Ilustração 7 - Participantes no CM2

Durante a nossa estadia na Ilha de Moçambique aproveitamos algumas condições previamente existentes, como por exemplo o grupo de jovens que se tinha constituído no Museu da Ilha em atividades educacionais, o grupo de mulheres na escola noturna, a partir da qual se gerou um movimento para exposição da "exposição de Língua Portuguesa" (elaborada pela Universidade Lusófona). Igualmente dinamizamos junto das comunidades mais ativas alguns momentos de debate sobre o papel do museu na comunidade. Utilizamos para o efeito a exibição do filme "Museu de Maré", distribuído por Mário Chagas durante o curso de doutorado, após o qual dinamizamos uma discussão sobre a função social do museu. Esse momento permitiu criar janelas de penetração junto da comunidade, utilizamos a exibição do filme "Museu de Maré" distribuído por Mário Chagas no Curso de Doutorado. A discussão gerada pela exibição deste pequeno filme, que tal com a exposição foi cedido aos responsáveis do Museu da Ilha e aos técnicos da UNESCO, permitiu ao longo da estadia uma interação cujos resultados estão incluídos neste projeto.

[207] Serviços no sentido de disponibilização de um benefício para cada membro da comunidade ou para a comunidade no seu conjunto. Veja-se (MOUTINHO, 2008)

Este grupo acompanha o processo de conscientização museológica nas suas duas fases. O processo de conscientização museológica é uma oportunidade para criar uma dinâmica de grupo. Assim, na primeira fase da metodologia, com a discussão individual sobre as imagens geradoras, tem-se igualmente como objetivo a criação dum conhecimento entre os elementos do próprio grupo que permitem emergência da interação grupal. A segunda fase do processo, onde se busca o compromisso na ação, corresponde ao funcionamento do grupo, onde os seus vários elementos interagem com base na formação de solidariedade e cooperação.

Em suma, a questão da criação dos grupos de discussão museológica, os círculos de memória apresentam-se não só como uma das formas de interação do museólogo com a comunidade, como constituem igualmente uma forma de motivação para que a dinâmica dos grupos possa evoluir como um processo de conscientização.

Ilustração 8 - Livro de Memória (Fase 1)

Os resultados do processo de conscientização museológica, aplicados no âmbito do nosso projeto de investigação não são possíveis de fixar na sua totalidade. A sua aplicação no tempo foi limitada ao tempo de permanência no espaço e condicionada pelo tempo dessa vivência, entre os quais se destaca as festividades do Natal e do Final do ano, um período que é localmente de férias e que conduziu a que alguns dos interlocutores se ausentassem. Assim a aplicação da metodologia ficou reduzida, em alguns dos membros e grupos da comunidade, às primeiras três semanas da nossa investigação. Sabemos, pelos interlocutores através dos quais continuamos em contacto através das redes sociais, que as atividades continuaram. O espaço de continuidade existe. Para efeitos do trabalho que ora apresentamos, cingimo-nos apenas aos resultados que obtivemos durante o período de permanência. Estes resultado podemos classifica-los de dois níveis. Do lado dos membros do grupo os resultados da dinâmica criada em volta das memórias sociais, que situa cada um em função do conjunto de memórias sociais de pertença e que aqui agrupamos no ponto "livros de memórias"Do lado da museologia, a estadia permitiu, ainda que rudimentarmente, criar um instrumento de análise "os mapas conceptuais" que se constituem como ajudas à compreensão dos processos de vivências das memórias sociais.

Finalmente a aplicação da metodologia permitiu igualmente a criação dos "Livros de Memória"[208] como um produto de extroversão da ação museológica construída pela participação da comunidade. Este é um produto da sociomnese que é devolvido à formação social onde o processo de desenvolve. Como verificamos a metodologia da conscientização que aplicamos teve por base num primeiro momento a criação do círculo museológico para discussão e a apresentação das imagens geradoras. As imagens geradoras permitem uma escolha prévia de imagens sobre elementos patrimoniais e de seguida geram a primeira discussão sobre as heranças e as memórias individuais. A partir destas imagens e com a interação dos membros do grupo constituem-se operações de narrativas sobre a sociomnese.

Ilustração 9-Livro de Memória (fase 1)

Em termos do processo sociomuseológico esse é apenas o ponto de partida. Assim, como de resto acontece em qualquer serviço educativo, os participantes do grupo são convidados a produzir uma representação sobre o que viram. Assim os participantes do grupo foram convidados a produzir alguns elementos, gráficos ou pictóricos sobre as imagens geradoras e sobre a troca de opiniões que se gerou na discussão. Assim foram produzidos alguns textos e pictogramas que apresentamos no apêndice I

Esta é ainda um momento que antecede a segunda fase de aplicação da metodologia da conscientização, no qual se criou o livro de memórias do grupo. É nessa fase que a metodologia se torna distintiva pela ação que se efetua parte da discussão do grupo em busca do consenso, sendo que cada membro do grupo, segundo as suas capacidades contribui para a produção dum objeto que se destina a se comunicado para fora do grupo. A busca do com-

[208] A ideia dos Livros de Memórias tem origem numa reflexão nossa sobre o nosso trabalho e o trabalho da Arquiteta Margarida Botelho na Ilha de Moçambique no ano de 2010. Margarida Botelho desenvolveu em Moçambique, (na Ilha de Moçambique e no campo de refugiados do Marracuene em Nampula) no âmbito da Unesco um projeto de literacia pela arte. Nesse processo os participantes produziam um "livro de memórias" pessoais, que ilustravam e expunham. Durante a nossa estadia na ilha, encontramos o resultado desse trabalho, que implicou igualmente outras vertentes de intervenção na comunidade (Veja-se www.margaridabotelho.com). Ao propor à comunidade o desenvolvimento das nossas atividades, os participantes não só aderiram ao processo como rapidamente o conduziram para a produção de "Diários pessoais". Só mais tarde, após o nosso conhecimento pessoal da Margarida em Maputo, quando ela me expôs o seu trabalho é que tive a consciência dessa influência no nosso processo. Na altura, o facto do grupo experimental ter rapidamente aderido ao processo, facilitou a passagem para a segunda fase, a da produção do trabalho coletivo. A nossa metodologia distingue-se no entanto do trabalho da Margarida Botelho nos seus vários elementos estruturais. Nem a apresentação de imagens geradoras, nem a proposta de criação de consensos fazem parta da metodologia aplicada por Margarida. No entanto, a sua proposta de animação do grupo através da arte, seja na composição de um livro, de um desenho, de estudo de formas, de aplicação de cores, constituem-se como ferramentas úteis neste processo.

promisso tem como elemento gerador o apelo aos membros do desenvolverem uma ação concertada a partir das suas memórias sociais. É nesse trabalho de grupo que emerge a necessidade de se constituir compromissos para a ação, onde através da negociação e nos consensos se estabelecem os fundamentos da pragmática

Deste modo, se numa primeira fase, os livros de memória, que cada um constrói, são de natureza individual, constituindo assim um produto que cada membro do grupo pode guardar, como ilustrativos das suas memórias individuais; na segunda fase, a criação dos livros de memórias é necessariamente um produto coletivo. No âmbito do processo socio-museológico é esse produto que demonstra o valor do processo.

Na ilha de Moçambique, como já explicamos trabalhamos essencialmente o conceito de "Livro de Memórias", porque a dinâmica que estava instalada foi a da concretização do livro individual. Ao darmos continuidade ao trabalho do grupo, e ao desenvolvermos a nosso experiencia, procuramos atingir objetos mais amplos, e trabalhar no conceito do Livro de Memórias como um resultado coletivo. O livro de memórias pode ser constituído por diferentes formas, pictogramas, musica dança. O que é fundamental é que ele seja o resultado dum trabalho coletivo, constituído pela própria comunidade, sendo portanto o resultado da sua participação no processo museológico, que se concretiza perante a sua exibição pública. Este contexto de exposição de partilha com outros grupos é igualmente essencial para a concretização do processo museológico.

Ou seja, se o processo de conscientização museológica sobre os marcadores de memória permite numa primeira fase, concretizar uma das funções do processo museológico, a de selecionar, preservar e conservar; a operação da divulgação dos seus resultados é o que permite concretizar a outra função complementar, a de comunicar os resultados à comunidade. Essa comunicação é por sua vez um elemento catalisador de outros processos.

Finalmente falta apresentar uma última questão relativa ao processo da sociomnese. A questão da construção dos mapas mnemónicos como instrumento auxiliar da análise dos marcadores de memórias. Não é demais referir, que na nossa abordagem da sociomuseologia não assumimos como do processo museológico nem a construção destes mapas, nem utiliza-los como representações duma realidade complexa que os transcendem. Eles são apenas representações dum processo, construídas durante um determinado momento e num determinado espaço, com determinadas pessoas, que podem ou não contribuir para dinamizar a operação de conscientização desse grupo. Eles são elementos auxiliares do processo de

conscientização. Se durante o processo não se mostrarem adequados aos objetivos a estratégia de abordagem deverá ser revista.

Quando se trabalha com a comunidade, a partir da comunidade e para a comunidade há que ter em consideração que a sua memória social, o que é rememorado e o que é esquecido resulta da dialética de negociação entre os diversos agentes sociais. Assim a capacidade de influência que num determinado momento, um determinado membro da comunidade pode porventura, protagonizar é também ele um processo de afirmação e resistência de poderes de influência social dentro do próprio grupo, que esse sujeito conscientemente ou não protagoniza ou pertence protagonizar. Temos que ter em conta que as alterações da correlação de forças, num mundo global são cada vez mais céleres, pelo que a perceção de mudança, de trânsito está também ela cada vez mais presente no âmbito das relações entre os membros dum conjunto social.

A falarmos dos marcadores de memória estamos a falar de quê. Estamos a falar da operação conjunção e disjunção que qualquer sujeito efetua a partir da sua perceção do mundo exterior, gerado pelos seus sentidos. No caso dos objetos complexos, como o são as memórias sociais sabemos que existe uma operação de categorização por inclusão ou exclusão.

Assim, por exemplo em relação ao espaço a operação pode ser descrita como o par que resulta da perceção do Aqui por oposição ao Além, em relação ao grupo o par eu/nós por oposição ao par tu/eles. Em relação ao tempo o par Passado, por oposição ao Presente. Ou seja os marcadores de memórias são resultado da operação de seleção e categorização das semelhanças e das diferenças. O marcador de memória marca o que **É** ao mesmo tempo de marca o que **Não É**. O que E**stá** e o que **Não Está**. O **Ser** e **Não Ser**.

Se o pensamento operativo de representação binária marca indubitavelmente a linguagem e o processo de construção do conhecimento e de fazer ciência, é também ele que marca a oposição entre o **Fazer** e **Não Fazer**. Ou seja, a construção da ação, a vontade explícita de fazer e o seu sentido (como fim) é o caracteriza o processo de libertação da consciência. À ação opõe-se à inação. É nesse sentido que importa igualmente incorporar a vontade de ação como processo na museologia de libertação. A libertação é o valor da ação museológica e, simultaneamente a essência do seu processo. A captação desse valor é o compromisso do museólogo com a comunidade. O compromisso duma ação de conscientização como valor de libertação e orienta o que **Fazer** e o que **Não Fazer**, no âmbito da interação do individuo com o grupo e com o ambiente

Mas a operacionalização dessa questão não é fácil de efetuar em situação comunitária. Cada indivíduo e cada conjunto de indivíduos em interação estão em permanente mudança. Acresce que cada um, numa sociedade moderna, está condicionado por um conjunto de informações que são apropriadas de formas diferentes. O próprio tempo e os espaços vividos não são uniformes. Assim cada indivíduo e cada grupo de indivíduos apresentam processos de apropriação diferenciada do espaço e do tempo que se inserem no âmbito da complexidade, o que faz com que estes mapas sejam apenas mapas auxiliares duma vontade de saber e fazer.

Assim, para efeitos de análise, partimos da duma definição de Marcadores de Memória como Representações do Espaço e do Tempo presente ou ausentes nas narrativas da comunidade. Estas representações vão ser analisadas em três níveis de sucessivos de complexidade crescente. Num primeiro nível de Conjunção/Disjunção. É um nível elementar que fornece indicações de pertença. Num segundo nível vamos procurar a Objetivação da Memória, isto é o modo como a memória é realmente apropriada, as relações funcionais que se concretizam no uso do espaço e do tempo, e que são observáveis pelas dominâncias das representações. Ou seja se as representações são funcionais ou não funcionais. Finalmente, num terceiro nível, de referenciação vamos procurar os modos como as memórias apropriadas são mobilizadas para a construção da ação. O seja, neste nível de análise procuramos identificar o sentido da vontade de futuro. A seguir apresentamos um exemplo de campos para o mapa cognitivo. Na primeira fase, após a constituição do grupo museológico, a operação ao nível do indivíduo apena identifica os marcadores. É na segunda fase (a) que emerge a qualificação social pela valoração conjugada com a apropriação. Esta é no entanto apenas uma fase prévia dos objetivos, que só são alcançados plenamente na 2ª Fase b, quando os mercadores ganham função de orientação da ação.

Frequência no Discurso das formas de representação dos campos semânticos	Conceptualização da Memória Social		Condições Sociais de Rememoração	
	+	-	+	-
(1ª Fase) Conjunção/Disjunção				
(2º Fase -a) Objetivação da Memória - apropriação/valoração				
(2º Fase b)				

b)Referenciação da Memória (orientação)				

Quadro II – Mapa Mnemónico (proposta de utilização)

Este quadro, sem qualquer pretensão de fixar um procedimento constitui a nossa abordagem aos marcadores de memória. Constitui um instrumento auxiliar que nos ajuda a situar no espaço e no tempo a qualificação das quantidades de conceitos trabalhados. Num primeiro momento do objeto em si, no segundo momento, do objeto em relação aos outros, e finalmente no terceiro momento, o objeto como um processo em que os vários objetos interagem.

Ao longo deste ponto apresentamos detalhadamente o processo que desenvolvemos ao longo do nosso trabalho de campo. Partimos da construção dum olhar sobre o outro, como uma das problemáticas da narrativa das ciências sociais contemporâneas. A partir do nosso trânsito construímos a nossa metodologia de conscientização museológica. Algumas das reflexões críticas que aqui produzimos são no entanto já fruto dum trabalho posterior de análise dos elementos recolhidos. Infelizmente a reduzida estada no terreno não permitiu desenvolver ações complementares. Igualmente, por razões processuais, não desenvolvemos um segundo período de investigação sobre a sociomnese na ilha de Moçambique, como inicialmente tínhamos previsto. No entanto, a reflexão crítica sobre os resultados da sociomnese, juntamente com a análise crítica das nossas atividades museológicas anteriores conduziram-nos a ampliar o conceito de imagem geradora que aqui utilizamos. Mantendo a metodologia de trabalho, o processo sociomuseológico pode utilizar como metodologia de conscientização outros objetos mnemónicos que se constituem como marcadores de memória.

Esse será o objetivo do próximo capítulo onde a partir da problematização da construção da ideia de moçambicanidade vamos integrar uma reflexão sobre outros marcadores de memória.

4. PROCESSOS DE EXPRESSÃO DA SOCIOMNESE EM MOÇAMBIQUE

> *"A relação entre cultura e desenvolvimento vem assumindo, crescente e aceleradamente, um lugar de destaque na agenda contemporânea. Está claro que, nessa perspetiva, falamos de cultura no seu conceito mais pleno. Cultura, portanto, como dimensão simbólica da existência social de cada povo, argamassa indispensável a qualquer projeto de nação. Cultura como eixo construtor das identidades, como espaço privilegiado de realização de cidadania e de inclusão social e também, como fato económico gerador de riquezas.*
>
> *Todavia, dar conta dessa dimensão conceitual da cultura e das potencialidades de desenvolvimento aí inscritas não é tarefa fácil. Exige primeiramente, um concentrado esforço de convencimento político que garanta o necessário deslocamento da cultura, nas agendas governamentais, da posição subalterna a que costuma estar regelada à condição de questão estratégica.*
>
> *Mas tal deslocamento e sua materialização em políticas públicas de cultura cada vez mais transversais, sintonizadas e sincronizadas com o conjunto das outras políticas sociais não dependem somente do trabalho de convencimento. Requer, também, que os gestores culturais disponham de informação, de dados e análises capazes de alimentar o processo de formulação, acompanhamento e avaliação políticas.*
>
> *Aqui o desafio é, essencialmente produzir conhecimento teórico e prático das várias dinâmicas culturais, identificar os atores sociais envolvidos, criar e disponibilizar bancos de dados e sistemas de informações*" (GIL, 2003)

Neste capítulo vamos analisar e justificar detalhadamente a utilização de algumas operações metodológicas para alargar o processo de cartografia da sociomnese a partir do processo de conscientização com a participação da comunidade. A análise parte duma reflexão sobre a problemática da evolução da política cultural e museológica em Moçambique. Essa problemática é de seguida contextualizada com a emergência da escultura maconde como problemática da construção da imagem do outro e a procura da sua utilização como um dos elementos identitários da criação duma narrativa sobre a ideia de moçambicanidade. A partir de análise da construção da ideia da moçambicanidade analisamos a utilização de várias metodologias para análise de narrativas e discursos, metodologias que igualmente propomos como instrumentos críticos para a aplicação da museologia crítica da libertação; nomeadamente a utilização da oralidade, dos ritmos, da sonoridade e das representações performativas.

Propomos um conjunto de recursos operativos para a construção duma museologia crítica da libertação com base no diálogo entre a ciência [museológica] e as artes [das musas][209] a partir da participação da comunidade. Finalmente abordamos a problemática do esquecimento. No seu conjunto constitui uma proposta de operação de análise que permitem à museologia crítica de libertação trabalhar com a singularidade dos seus objetos qualificados.

[209] As nove musas constituem-se como as figurar inspiradoras das artes

4.1. A problemática da construção a ideia de moçambicanidade como politica cultural pública.

A questão da problemática das políticas culturais públicas como recurso de desenvolvimento em África é uma questão recente[210]. A maioria dos novos Estados Africanos acede à independência na década de sessenta e a cultura é imediatamente incorporada como um recurso nas estratégias de desenvolvimento. Essas estratégias, de acordo com as tendências da época eram aplicadas pelos Estados emergentes, com ápio das organizações internacionais, na qual sobressai naturalmente a UNESCO. No caso das antigas colónias portuguesas, como é o caso de Moçambique, a independência é conquistada em 1975, após uma luta armada iniciada em 1963.

Duas questões marcam a emergência da problemática das políticas culturais públicas e questão da construção dum Estado Nacional em Moçambique nos últimos quarenta anos. Em primeiro lugar a ideia de que construir um Estado Nacional implica a necessidade de formular as suas próprias políticas nacionais em todos os setores após uma ocupação colonial de cinco séculos[211]. Em segundo lugar, como decorrência do fato de ter conquistado essa independência pela via armada, a matriz de reconstrução do Estado é feita com base numa rutura com a matriz colonial, procurando, no âmbito da utopia socialista criar um "*homem novo*". Colonialismo e socialismo constituem duas marcas profundas na formulação da matriz política moçambicana. Com a rutura com o colonialismo sobrepôs-se o desejo dum futuro de emancipação do cidadão. Com a independência a moçambicanização entrou na ordem do dia.

Em 2000 escrevia Carlos Serra[212] "*Com a independência nacional, a moçambicanidade foi politicamente construída como um dever-ser absoluto, irredutível e cidadão, que*

[210] O tratamento da questão das problemáticas das políticas culturais públicas em África, se bem que aliciante, desviar-nos-ia do eixo central da nossa tese. Assim optamos que apenas considerar o caso de Moçambique, para ilustrar o seu contexto geral de desenvolvimento.

[211] A ocupação efetiva do atual território pelos dos portugueses é todavia tardia. Data da segunda metade do século XIX após a Conferencia de Berlim (1884-1885), a aceitação internacional das atuais fronteiras. No entanto, algumas áreas do atual Estado de Moçambique, como por exemplo o vale do Zambeze, foram sujeitos a uma política de "prazos da coroa", um regime de exploração da terra com base na cedência de direitos temporários. Outros modelos foram também ensaiados, como os das "Companhias de Exploração", com direitos discricionários em largas parcelas do atual território Moçambicano. É sobretudo a partir de 1933, com a aplicação do ato colonial que a colonização se instala em todo o espaço. Para as questões anteriores a 1930 veja-se (SERRA, 2000). Para o período seguinte (HEDGES, 1999).

[212] Carlos Serra, (n 1946) Sociólogo Professor da Universidade Eduardo Mondlane e uma das figuras de referência do Centro de Estudos Africanos desta Universidade. O Centro de Estudos Africanos teve como primeiro presidente Aquino de Bragança (1924-1986). No início do primeiro decénio, o CEA-UEM promoveu vários

não devia ser contaminado pelas invasões parasitárias do étnico. Hoje, a apologia do neoliberalismo retirou ao discurso jacobino frelimiano muita da intransigência e esse discurso aparece, agora, como que anfibioligizado pelas afirmações do regional. A alteridade invade rapidamente os espaços agudos da assimetria social classista e tem, politicamente, a vantagem de os disfarçar. À contradição vertical de classe, sucede, na formulação teórica ou apologética, a diferença horizontal de culturas e de etnias" (SERRA, 1998, p. 11).

Estas palavras sintetizam as dinâmicas contraditórias através da qual a construção da identidade moçambicana se pode problematizar. Num primeiro momento, o Estado, através do partido FRELIMO, reproduz uma ideia de moçambicanidade que pretende que corresponda a um espaço identitário. A nação, a construir, teria também uma identidade própria. Essa identidade tinha sido começada a ser construída nos campos de formação da Tanzânia, e em larga medida tinha como objetivo a formação moral e cívica dos militantes da FRELIMO. Ela nasce da negação da continuidade de ser português (base anticolonial), mas também nasce da necessidade de deixar de ser étnica (base anti-étnica).

Os diversos grupos étnicos em Moçambique tinham diferentes níveis de integração no sistema colonial ou que implicava formas diferenciadas de interação com poderes supra comunitários. Eduardo Mondlane[213] consciente da necessidade de transcender os projetos regionais, afirma a ideia de moçambicanidade como uma ideia de modernidade "*não só porque engloba todos aqueles que se encontram num mesmo espaço geopolítico de colonização, que passa a ser concebido como espaço nacional, como também implica a utilização da política (a negociação e o compromisso), como forma de ultrapassar as diferenças*" (MONDLANE, 1975)

---

seminários sobre questões de identidade. Estes seminários contaram com a colaboração de várias disciplinas e colaboradores, cujas contribuições foram apresentadas em publicações da Livraria Universitária da UEM.

[213] Eduardo Mondlane (1920- 1969) foi um dos fundadores e primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Foi assassinado por uma carta bomba. Era antropólogo de formação. Trabalhou durante a década de cinquenta nas Nações Unidas. Em 1961, visitou Moçambique, a convite da Missão Suíça. Aí formou a convicção da necessidade de estabelecer as bases de um movimento de libertação. Nessa altura existiam três organizações com o mesmo objetivo: a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), a MANU (*Mozambique African National Union*) e a UNAMI (União Nacional Africana para Moçambique Independente). Estes movimentos tinham uma base étnica e regionais diferenciadas e objetivos políticos não coincidentes. Eduardo Mondlane consegui aglutina-las com o apoio do presidente da Tanzânia, Julius Nyerere. Em 25 de junho de 1962 a FRELIMO foi constituída Tanzânia, e Mondlane foi eleito seu primeiro presidente, tendo Uria Simango (1926-1977) como seu Vice-Presidente. Com a constituição da FRELIMO inicia-se a formação de guerrilheiros na Argélia. Em 1964 inicia-se a luta armada como um ataque no Chai, no norte de Moçambique, que durará até 1974. Os acordos de paz de Lusaca, em setembro de 1974 reconhecem a FRELIMO como parceiro de governação da colónia até à proclamação formal da independência em 1975. Mondlane escreveu "Lutar por Moçambique", publicado após a sua morte, onde se encontra expresso o seu pensamento político. (MONDLANE, 1975)

Entre o projeto de nação e a formação da identidade nacional, da moçambicanidade existe um conjunto de ações a serem desenvolvidas pelas instituições do Estado, que nem sempre acompanham os ritmos das demais políticas. Por exemplo, o sistema de ensino público, que não existia antes da independência, com a característica de universalidade e de liberdade de acesso antes de 1975 demora vários anos a constituir (MAZULA, 1995).

A noção de política cultural nos primeiros tempos da independência é então entendida como a "unificação dos hábitos e costumes" de todos os moçambicanos. A busca duma uniformidade torna-se parte da política de Estado. Em 1977, no auge da construção da sociedade socialista, desencadeia-se uma "recolha, estudo de todos os hábitos, costumes, tradições e peças teatrais, danças, cantos, lendas poesias, romances, literatura e manifestações desportivas que procuravam encontrar formas de uniformidade, e rejeitando o que divide (MAZULA, 1995). Essa constituirá a base das Campanhas de Preservação e Valorização Cultural, realizadas entre 1977 e 1982.

No III congresso da Frelimo realizado em 1977 estabelecem-se três missões para a Cultura. Em primeiro lugar um instrumento de combate aos inimigos de Moçambique livre e socialista. Um instrumento de combate ideológico Em segundo lugar tem igualmente uma missão de produção de uma nova sociedade. É a cultura que deve sedimentar a construção do homem novo. Finalmente, em terceiro lugar, a cultura como uma questão político-social, procurava-se libertar África das "expressões da cultua burguesa" com que o colonialismo tinha procurado consolidar as suas posições, principalmente nos meios urbanos. Nessa altura havia uma tendência para se associar as formas da cultura burguesa aos hábitos de urbanidade. Gerou-se assim uma confusão entre os tempos de lazer com as chamadas "práticas de alienação burguesa".

A cultura assumia então um papel chave na libertação do "homem colonizado", na sua transformação no "homem moçambicano". "*Racismo, tribalismo, regionalismo, despersonalização, alienação cultural, ignorância, analfabetismo, superstição, obscurantismo, discriminação religiosa, desrespeito pela pessoa humana, e outros vícios e valores decadentes da burguesia constituem a pesada herança colonial no campo da cultural"* (MAZULA, 1995, p. 200).

Neste contexto são formuladas políticas culturais com base na convicção de que as atividades no campo da cultura são armas de combate político. As práticas desenvolvidas, entre as quais se destacam as várias atividades que conduzem à constituição de dois museus (museu da revolução e da moeda), de uma rede de bibliotecas públicas, bem como o incre-

mento da produção artística moçambicana e sua exibição nos países estrangeiros, são feitos como prova da nova condição moçambicana.[214]

Regressando à problemática da formulação da Política Cultural em Moçambique, com já verificamos ela desenvolveu-se num primeiro momento, entre a negação da herança cultural colonial (ainda que pontualmente assumindo algumas das suas contribuições, como por exemplo a língua de comunicação nacional); a afirmação de novos valores, de utopia, da construção dum homem novo, como componente dum projeto político nacional, de superação das diferenças (regionais, de etnias, de tribos e de religião). Esse contexto marca os primeiros dez anos de políticas culturais e da afirmação da identidade moçambicana independente.

A partir de 1994 com a distensão do regime político, com uma maior abertura à democracia social, a questão da identidade moçambicana dilui-se como projeto objetivado pelos agentes políticos. A emergência da democracia com a II República implica uma alteração nos pressupostos da moçambicanidade. Já não se trata de alocar à cultura a missão de construir um "homem novo". As questões da cultura passam então a constituir-se como uma construção dum espaço identitário suscetível da garantir "*a preservação e a garantia das liberdades duramente conquistadas, saber se ele é capaz de garantir a satisfação das necessidades económicas e o respeito da cultura sem o que a liberdade não têm sentido*" (NGOENHA, 1998). Embora ainda muito contaminada pela proximidade da adoção das políticas de liberalização, o autor não deixa de intuir a questão da moçambicanidade como resultante de um duplo contrato: "O contrato cultural" como expressão da unidade na diversidade, e um "Contrato Social", que resultasse da sensibilidade do poder político e dos poderes económicos (emergentes) de redistribuir os "bens e serviços" pelo conjunto dos moçambicanos.

As propostas do "contrato cultural" duma moçambicanidade que não tivessem por base a negação do "homem colonial" e a afirmação do "homem novo" exigiam a produção duma nova narrativa identitária construída na base o diálogo entre a cidadania e as instituições culturais. A cidadania como prática social e as instituições culturais como espaços de afirmação da cidadania.

[214] Recorde-se a propósito que Graça Machel, em 1979 propôs uma ambiciosa reforma do Sistema de Ensino, que tinha por base a "unidade na diversidade". Graça Machel propunha então uma dimensão de cultura com base na comunicação e no diálogo. A reforma não avança, por falte de apoio no próprio partido da Frelimo, que assumia uma visão mais instrumental da política de educação. Ela será parcialmente adotada em 1984, mas já num contexto muito pouco propício (MAZULA, 1995, p 202)

A questão da moçambicanização é então um processo dinâmico, cujas referências, com raízes no passado sofrerem nos últimos trinta anos dinâmicas contraditórias. Se partirmos da hipótese de que a nação moçambicana, é uma nação híbrida, nos termos da proposta de Canclini: "*Entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas*"[215]. Em Moçambique o processo de hibridação ocorre em paralelo com a evolução social, económica e política, refletindo nestas os seus diversos ritmos e tensões. Trata-se duma prática social orientada para a construção de "identidades", isto é de formas de adesão/recusa de valores, de comportamentos atitudes. Uma outra característica deste processo é a dinâmica dessa transformação, que ocorre com um ritmo prepositivo sucessivo, onde ao conjunto de valores hegemónicos num dado momento se sobrepõem outros diferentes num curto espaço de tempo. A experiência da hibridação moçambicana é também uma experiencia da orientação do indivíduo numa "floresta identitária". A hibridação moçambicana resulta dum ajustamento sucessivo do sistema político a diferentes sistemas de valores.

Essa é a tese de José Luís Cabaço, antigo quadro moçambicano em reflexão sociológica. *"Em Moçambique, mais que em transformação, a nação está em formação: há um processo desedimentação de experiências que tem sofrido, muitas vezes, turbações radicais que revolvem o que se estava sedimentando. Nós passamos por vários períodos — nacionalista, socialista, de guerra, neoliberal — num espaço de apenas trinta e dois anos; tivemos experiências demasiado profundas por conta do sofrimento que caracterizou esses anos, mas consolidamos escasso conhecimento da experiência com outros povos. Trinta e dois anos representam, ainda, um período de descoberta: ainda estamos "pondo o dedo na tomada para ver se dá choque". De qualquer forma, alguma definição da realidade moçambicana se sedimentou nesse período; o moçambicano sabe que não é outra coisa — não é malawiano, zambiano, zimbabueano etc. Já há uma consciência bastante mais alargada dessa pré-identidade, embora ainda não estejamos longe de saber o que é um moçambicano*." (SILVA, 2007). As palavras de José Luís Cabaço ilustram bem esta dinâmica. A entrevista dá ainda conta, na opinião do sociólogo, dum outro fenómeno que caracteriza Moçambique: A relativa estabilidade dos elementos de poder. Isto é do poder político instituído, e das suas relações com os poderes socais da comunidade.

Se partirmos da ideia da "invenção da ideia Moçambique"pelos portugueses, a partir da qual a "ideia da libertação da opressão dos africanos cria uma experiencia comum", conforme dizia Eduardo Mondlane (MONDLANE, 1975) poderemos seguir o caminho dessa construção através dos processos culturais. Esse é aliás um debate permanente nos últi-

[215] CANCLINI, Nestor Garcia (2008), Culturas Híbridas – Estratégias para entrar e sair da modernidade, São Paulo, ed. SUP, página XIX

mos trinta anos, sobre o que é ser africano e o que é ser moçambicano. Nele poderíamos seguir os caminhos do "discurso do ato cultural" (CABRAL, 1976). Mas como diz Elísio Macamo (MACAMO, 1998, p. 35-64) em Moçambique o ser moçambicano foi menos uma essência e mais uma perspetiva. Ao autor vai seguir o modelo da dualidade cultural de George Simmel[216]. Segundo Macamo a análise da moçambicanidade dever ser executada na tensão entre o indivíduo e o espaço. Essa tensão gera interação entre os indivíduos a partir da qual se forma as relações sociais. Essas relações sociais são dinâmicas no espaço (MACAMO, 1998).

A análise da problemática da identidade moçambicana feita por uma perspetiva colocada a sul, conforme a proposta desenvolvida por Macamo, resulta da conjugação de três modelos culturais com que o indivíduo "moçambicano" se defronta na sociedade. O modelo do *antagonismo cultural* (gerado pela confrontação entre culturas diferentes: por exemplo a cultura colonial e cultura tradicional), do modelo da *ambivalência social* (gerado pela apropriação de símbolos culturais diferenciados, gerando um a identidade sem suporte social) e pelo modelo do *dualismo cultural* onde o individuo é visto como um recetor de cultura, duma cultura subjetiva, criada fora do sujeito, mas socialmente construída para ser por ele vivida. (MACAMO, 1998)

Segundo o diagnóstico cultural de Macamo todos estes os três modelos atrás enunciados se fizeram sentir em Moçambique, em diferentes tempos do seu processo. Moçambique seria assim o resultado da conjugação da tradição com a modernidade. Um espaço de identidades múltiplas, um espaço de conflitos necessário de disputa por espaços e recursos. A própria identidade moçambicana constrói-se a partir de regulação e da negociação desses conflitos com os vários poderes que se afirmaram no tempo.

O conflito entre tradição e modernidade torna-se por isso um espaço de vivência e de criação de identidades. Como diz Carlos Serra noutra publicação (SERRA, 2000) tradição associa-se essencialmente à repetição, enquanto modernidade se associa à inovação. A identidade moçambicana, que vive debaixo dessa tensão torna-se num campo de análise muito dinâmico. "*A tradição*", o mundo dos gestos e dos atos repetidos da "*aldeia*", multiplica-se nas cidades em "*campos de alteridade".* A cultura "*mesticiza-se"* no diálogo entre o eu e o

[216] Georg Simmel (1858 -1918) Sociólogo alemão que desenvolveu a análise dos fenómenos micro da sociedade. Simmel desenvolveu a sociologia formal, ou das formas sociais. Simmel parte da categorização do invariante social, como elemento de agregação dos valores dos indivíduos. Esse é o princípio de agregação do grupo, e é dentro do grupo que os indivíduos competem, colaboram, cooperam ou se submetem. Neste contexto o conflito tornava-se uma forma de funcionamento do grupo e é necessária a compreensão desse funcionamento para agir socialmente.

outro. *O "tempo uno fragmenta-se"* em múltiplos tempos. As "*relações sociais complexificam-se"*. Os "*objetos geridos pelo sujeito multiplicam-se"* igualmente, misturando-se gestos. O sujeito "*deixa de ser para passar a ser"*. Transformações tuteladas por "*poderes decisórios*" (Estado, escolas, universidades, partidos, igrejas, etc.). Estes sete fenómenos da tensão entre tradição e modernidade caracterizam a dinâmica do processo. Escreve Serra "*Vivemos hoje, afinal, um tempo de híbridos, um tempo no qual termos intermédios desubstancializam os grandes conjunto identitários (igual/diferente, verdade/erro, interior/exterior, formal/informal, claro/escuro, tradição/modernidade, etc.) e os submetem a transformações anfibiológicas. Fazer arqueologia desses híbridos porque protótipos de novos espaços sociais e de identidades múltiplas é uma das grandes tarefas do século XXI*" (SERRA, 2000, p. 12).

Parece ser este o desafio da modernidade da política cultural em Moçambique. Trabalhar sobre a moçambicanidade ou sobre as moçambicanizações (SERRA, 2000, p. 15 -34). Trata-se portanto num trabalho sobre um campo polissémico, dotado de contradições e conflitos, dirigido a um universo igualmente complexo, dotado de identidades plurais. O desafio parece ser o da construção dessa essencialidade a partir da própria dinâmica da sociedade, da gestão dos seus recursos e dos diálogos construídos sobre combinações de influências múltiplas. Mas é também um desafio para as políticas públicas num contexto de desenvolvimento da democracia e da participação dos cidadãos.

Como diz Judite Primo "*A questão que realmente se coloca, tendo em conta os propósitos desta investigação, é saber porque as narrativas que dão significado à nação (lendas, tradições orais, versão oficial da história da nação, canções, romances…) provocam sentimento de pertença à nação nos processos de comunicação, divulgação e reprodução do que se pode chamar de «cultura nacional». Assim, a nação, considerada como uma elemento «imaginado» ou «construído» poderá expressar a expansão dos movimentos nacionalistas no final do milénio. Esse fato, intensamente relacionado com o crescente enfraquecimento dos Estados atuais. "* (PRIMO, 2007, 98).

Prossegue: "*A identidade nacional pode ainda ser vista a partir da interação histórica entre quatro fatores: os fatores primários (etnia, território, idioma e religião); fatores geradores (desenvolvimento dos meios de comunicação, o surgimento de exércitos modernos e de monarquias centralizadas, a formação de cidades); fatores induzidos (codificação da língua em gramáticas oficiais, estabelecimento de um sistema nacional de educação); fatores reativos (defesa das identidade oprimidas e dos interesses subjugados por um grupo social dominante). Admitindo que o nacionalismo é, na verdade, cultural e politicamente construído"* (PRIMO, 2007, p. 99). Conclui a autora com uma proposta de trabalho para a museologia: *"fica no entanto uma questão estruturante a ser analisada caso a caso: como, a partir de quê, por quem, para quem e com que propósito uma identidade é construída?* (PRIMO. 2007, p. 99). Mais à frente tenta-

remos dar uma resposta a esta questão em relação à construção identitária da Ilha de Moçambique.

4.1.1. Política cultural e museologia em Moçambique

A emergência das problemáticas sobre as Políticas Culturais e museológicas é um campo recente da sociologia da cultura. Vários autores situam a sua génese com a "invenção da política cultura" por André Malraux, em 1959, quando em França constitui o ministério dos Assuntos Culturais (RUBIM, 2010, p. 249). O magistério de Malraux vai caracterizar-se por trazer para a esfera da política pública a responsabilidade da atividade cultural. Com a política de Malraux, a cultura torna-se um fim e a política um meio[217]. Para além considerar a emergência das políticas culturais públicas como um processo de democratização das sociedades europeias (e que de certo modo se inserem numa lógica de construção dum ideia de uma comunidade de nações, ao invés da afirmação das Nações como unidades competitivas), o autor caracteriza ainda a emergência das políticas culturais públicas em dois modelos de intervenção. No primeiro modelo, o inicial onde as políticas públicas geram essencialmente organizações orientadas pelos estados, como o eram por exemplo as "*maison de culture*" em França. Com a crise de maio de 69, estas políticas centralistas são tendencialmente substituídas por políticas de descentralização e democratização cultural, com a políticas públicas a serem um instrumento de incentivo, seja a organizações de base local, seja a grupos de cidadãos, para a criação de redes de equipamentos e desenvolvimento de projetos. Neste último modelo caracteriza as mais recentes tendências das políticas culturais públicas, e expressa-se igualmente ao nível das práticas das organizações internacionais.

Ainda que se constituindo como um fenómeno eurocêntrico, a política cultural pública vai contaminar a ação das organizações internacionais, nomeadamente da ação da UNESCO[218], através da qual se vão realizar várias conferências regionais para o estabeleci-

[217] Como o próprio autor afirma, há quem faça recuar a génese das políticas culturais aos anos trinta, com as ações efetuadas pela Republica Espanhola, ou mesmo aos anos 40 quando na Grã-Bretanha se institui o "Arts Council" (RUBIM, 2010). Poderíamos facilmente recuar aos anos da Revolução Mexicana e da Revolução Russa, quando a arte é pensada e colocada pelo aparelho político do estado ao "serviço da revolução" através da pintura, da música, do cinema. De qualquer forma considera-se que no pós-guerra se gera a democratização dos serviços do estado que teve como resultado a extensão de várias políticas sociais (educação, saúde, cultura, assistência social). A democratização do acesso à cultura distingue-se assim da manipulação cultural que as políticas de propaganda geravam (como por exemplo na Alemanha Nazi com Joseph Göebbels, ou em Portugal com António Ferro). Sobre a questão de emergência das políticas culturais públicas veja-se o Anexo I.

[218] Sobre a Constituição das UNESCO e a formação das suas políticas culturais veja-se Anexo I

mento de políticas culturais públicas. O caso das Políticas Culturais Publicas em África será tratado no âmbito da Conferencia de Acra em 1975, onde a política cultural é associada ao desenvolvimento. Um dos resultados destas ações foi a constituição da "Década do Desenvolvimento Cultural" entre 1988 e 1997, O balanço da década será feito na "Conferencia Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento", em 1998.

Como o autor conclui (RUBIM, 2010) estes dois modelos de intervenção do Estado na criação de políticas culturais, são executados com base no pressuposto que a cultura é essencial ao Bem-Estar[219] do Cidadão. Ainda que em muitos caso essas políticas sejam fundamentalmente uma forma de legitimação da sua hegemonia (RUBIM, 2010, p. 255), o que é necessário considerar é que essas políticas permitiram a criação de redes de equipamentos e de ações que influenciaram a esfera social e económica. A emergência do liberalismo no final dos anos oitenta e o colapso do "socialismo de estado" no leste da Europa induziram, no campo do pensamento político, a retração da intervenção do Estado na sociedade como agente ativo. Essa retração, segundo Rubim (2010) resulta da emergência de novas sensibilidades no mercado, por exemplo a emergência dum "capitalismo cognitivo" gera uma mercantilização do conhecimento. À universalização/democratização do ensino executada com base nas políticas públicas, o mercado do conhecimento seria agora afetado por uma segmentação. A segmentação do mercado do conhecimento permite que grupos hegemónicos se apropriam dos processos de transmissão e reprodução desse mesmo conhecimento e das instituições que o executam projetando-os como investimentos rendíveis. Nesse processo a ação do Estado Nacional encontra-se em clara retração em termos de práticas, remetendo-se fundamentalmente às funções regulamentares[220]. A segmentação do mercado permite assegurar o controlo sobre a sua reprodução. O mesmo sucederia nas várias políticas sociais, como o caso da Saúde, da Cultura e Assistência Social.

[219] O Bem-Estar é um conceito que tem origem na economia. A Teoria do Bem-Estar tem por base as teses de Pareto (1897) onde se procura medir a satisfação das necessidades materiais da população, como critério para a afetação de recursos. A justificação do argumento é longa e levar-nos-ia para fora do âmbito deste trabalho. A base do Estado Social justifica-se pela necessidade de se instituir uma forma de regulação dos bens públicos, que pela sua natureza não podem ser objeto duma gestão privada. O bem público é uma externalidade do mercado. Para considerar estas externalidades Paul Samuelson (1985) propôs a constituição dum indicador: o "Bem-Estar Económico Liquido" que media e corrigia os dados do PNB (Produto Nacional Bruto) que resulta dos dados da produção e das trocas no mercado. Este indicador incluiria o consumo de "lazer" e outras necessidades sociais (como por exemplo a Defesa, a Justiça, a Educação, a Saúde). O conceito de Bem-estar tem vindo a evoluir no âmbito das políticas de desenvolvimento sustentável. Por exemplo, os "Objetivos do Milénio (UNESCO, 2004) comportam um conjunto de indicadores de desenvolvimento que são construídos a partir deste conceito

[220] As políticas neoliberais têm tido um papel ativo na exigência desta retração das funções clássicas do Estado na produção de bens e serviços culturais e sociais, defendendo a "mercantilização da economia social e cultural.

Regressando ao caso das políticas culturais, como salienta Rubim (2010), estas novas sensibilidades criam no campo da cultura a emergência de novas óticas de abordagem que não se centram em exclusivo na produção de bens públicos, remetendo para a esfera da produção e consumo privado ainda mais atividades, agora rotulada de "Industrias Criativas" e "Economia Criativa"[221]. Ora esta tendência das políticas culturais, ao mesmo tempo que fazia intervir cada vez mais a esfera do privado na produção de bens de consumo (em substituição das ações do Estado na produção de narrativas, de que o exemplo da emergência de grandes eventos produzidos por redes privadas, que afetam a música, a comunicação, o cinema e que tem vindo a chegar com cada vez mais intensidade ao campo da produção de exposições museográficas), tende cada vez mais a substituir a intervenção pública na sua produção (de base nacional). O lugar das políticas culturais pública no âmbito desta "economia criativa" tendem assim a situar-se na regulação do sistema de produção e de consumo, a taxar essa atividades e a distribuir incentivos a organizações em função da regulação dos grupos de interesses e das hegemonias ou das políticas culturais privadas.

A produção de bens simbólicos no âmbito do processo de globalização tem contudo uma outra vertente para além da emergência de grandes narrativas universais, patrocinadas por corporações. Trata-se da possibilidade de nelas fazer emergir processos locais de apropriação e gestão de processos de produção de bens simbólicos. A emergência do local coloca vários desafios à formulação das políticas culturais. Um dos mais importantes desafios é o da integração dos grupos minoritários. Outro dos desafios é que a produção de bens simbólicos não pode ser entendida como uma produção de qualquer mercadoria, pois eles transportam um campo de valor externo ao mercado, mas que é essencial ao processo de coesão da comunidade.[222]

Rubim aborda ainda um conjunto de desafios que vão da emergência da digitalização, da conexão entre políticas culturais e comunicação, sobre o trabalho intelectual e cooperativo, que recoloca a questão das relações de interação entre a esfera da cultura com as várias esferas da sociedade, nomeadamente a saúde, a educação, a economia e mesmo o turismo. (RUBIM, 2010, p. 264). Contudo uma das questões que levanta sobre as atuais pro-

[221] Algumas atividades na esfera cultural, sobretudo no âmbito da produção contemporânea, são tradicionalmente executadas pelo setor privado. Por exemplo a Edição e sua divulgação (livrarias). A produção de Música e sua divulgação. As artes tendem a ser absorvidas cada vez mais por um modelo de organização transnacional. Por exemplo, os grandes eventos urbanos, como os festivais de verão, em poucos anos passaram de iniciativas de organizações públicas para a esfera da organização privada

[222] Veja-se capítulo seis

blemáticas das políticas culturais, e que mais relevância apresenta para este nosso trabalho, e a legitimação das políticas culturais pela afirmação da diversidade (RUBIM, 2010, p. 267).

Recolocar "*a diversidade como cerne de legitimação no lugar antes ocupado pela identidade nacional implica em uma longa e consistente construção teórico conceitual, inclusive das multifacetadas noções de diversidade cultural e outras afins*" (RUBIM, 2010, p. 267) A deslocação do olhar do único para o diverso obriga portanto a uma reformulação dos conceitos e das análises. O autor conclui que esse trânsito se deve basear na análise das tensões como movimentos privilegiados "*Em lugar de um mero acervo multicultural, a diversidade cultural deve interpelar as políticas culturais com as suas tensões, contradições, dilemas, impasses, desvios, enfim com tudo aquilo que é fundamentalmente humano*". (RUBIM, 2010, 268) Ou seja Rubim propõe uma problemática de análise da Politica Cultural como um campo de tensão entre poderes e suas representações. O cenário onde essas tensões se manifestam tanto pode ser no global, como no local. É na emergência do local na produção de bens culturais que se apresenta as oportunidades para a formulação de políticas culturais de intervenção. Ao contrário do global que assenta em grandes narrativas, no local a mediatização do conhecimento pode emergir como projeto. A organização da produção cultural com base nas comunidades permite incluir a dimensão experimental nos processos. Ao invés das grandes produções de laboratório, produção cultural com base na comunidade é também uma forma desta assegurar a sua regulação interna e permitir a criação de inovação através das trocas com outras comunidades, ao mesmo tempo que diálogo com o global.

Em suma, se como afirma RUBIM (2010) os projetos culturais de base nacionais estão em crise, a UNESCO, como confederação de estados nacionais em organizações internacionais também estão em crise. Mas em paralelo é possível verificar que novos valores se afirmam na esfera da produção cultural, com a emergência de outros grupos que transportam influências híbridas, com novos processos de gestão das heranças e das funções sociais da intervenção comunitária (pública). Estes novos valores culturais são a matéria-prima da cultura contemporânea, e é neles que estão as tensões do nosso mundo. No anexo III detalharemos com maior precisão a forma como estas tensões se fazem sentir em Moçambique.

4.2. Propostas para uma abordagem crítica da sociomnese na museologia

Como verificamos o processo de produção da sociomnese é dinâmico e apresenta uma capacidade de resiliência que combina as tensões entre a inovação e a conservação no

âmbito da luta dos vários poderes sociais. O processo de produção da sociomnese não se constitui como uma representação contínua (não se constitui como um discurso de representação do espaço e do tempo unilinear) é distintiva (atua por associação de conjuntos ou semelhanças) e discreta (nos conjunto retém os elementos significantes). A sociomnese é portanto uma operação seletiva de significados em permanente transformação a adaptação. A memória social resulta dum processo de análise da distinção (do que individualiza) e de identificação (do que exclui), Essa dupla operação, que ocorre ao nível do indivíduo, implica uma operação mental de abstração que classificamos como prescisão. Também referimos que essa capacidade de prescisão se caracteriza por surgir ao nível das sensações, da cognição e da representação, podendo sugerir em diferentes níveis de relação criando um fenómeno de dupla consciência em que um lado a mente efetua uma cartografia do espaço o mesmo tempo que seleciona objetos sobre os quais constrói significações.

Foi com base nessa leitura que nos referimos sobre a possibilidade de qualquer imagem se constituir como uma "janela" de significação, a partir do qual o conhecimento, como representação, pode ser construído. A sua partilha pelo conjunto dos indivíduos duma comunidade, como memória social, implica portanto a criação de objetos socialmente qualificados, isto é portadores de significados que transcendem o seu significante e que se relacionam com os demais objetos numa teia de significados.

Também indicamos o processo análise que desenvolvemos na Ilha de Moçambique foi executada com base na metodologia da conscientização museológica. Esse processo permitiu-nos captar a construção da narrativa sobre a sociomnese na Ilha de Moçambique. Mas o nosso objetivo com essa metodologia não se queda na recolha dessa expressão da memória social. A nossa metodologia tem como objetivo ativar essa sociomnese como um elemento catalisador do processo de conscientização. A ação conscientizadora não só gera a libertação, entendida aqui como o processo de consciência do indivíduo sobre o mundo que o rodeia, como gera também uma ação museológica que implica a produção de objetos socialmente qualificados em contexto da participação da comunidade. A ação museológica cria objetos qualificados com base na comunidade.

Até aqui temos refletivo sobre o trabalho do museólogo numa unidade de espaço. Esse espaço, que para efeitos de análise se circunscreve à Ilha de Moçambique. Mas é chagada a altura que considerar as dinâmicas que o afetam e que lhe são exteriores. A Ilha de Moçambique não é independente do espaço envolvente, da sua história e da sua vontade de futuro. As suas memórias sociais não são formadas apenas no âmbito das suas relações

internas. Elas resultam dessa dinâmica interna e das suas adaptações às dinâmicas que os espaços de que participam também processam. Assim, tal como cada imagem é uma janela de conhecimento para dentro da comunidade, cada comunidade também é uma janela para o mundo em que participa. O que nos propomos agora refletir é sobre os processos que de acordo com a nossa experiencia no terreno podem enriquecer a ação sociomuseológica nas comunidades sob a influência de processos de hibridação no território de Moçambique. São reflexões que procuram alargar o campo da análise da produção da sociomnese no processo museológico na Ilha de Moçambique.

Iniciamos o ponto anterior com uma descrição dos processos de discriminação que estão na origem na perceção da imagem do outro. Como verificamos a emergência da disjunção no âmbito da atribuição de significados sociomnese é um processo de conhecimento que se vai formar e tornar consciente no espaço social em ritmos e em espaço diferenciados. Vamos agora procurar mapear sinteticamente os contextos em que o outro são incluídos no campo das artes através da formação do pensamento simbólico na sociomnese.

O antropólogo americano Franz Boas[223] em "*The Mind of Primitv Man*", publicado em 1911, vai apresentar os resultados das suas investigações etnológicas entre os índios norte-americanos. Neste trabalho, ao contrário das correntes evolucionistas da sua época, Boas considera que o homem primitivo já possuía capacidade simbólica para produção de objetos de arte. Através do seu método, que implica a recolha exaustiva de dados, Boas vai reconhecer na repetição das obras pictóricas ou na literatura, que o "*comportamento, independentemente da cultura a que se pertence, é determinado pelos materiais com que tradicionalmente se lida, e o homem, em qualquer parte do mundo, lida com os materiais que lhe são transmitidos, segundo os mesmos métodos*" (BOAS, 1996, p XIII). Uma operação que reconhecendo diferenças de capacidade técnica, permite olhar com objetividade para cada cultura a partir da sua capacidade de desenvolvimento técnico e como resultado duma evolução histórica[224]. O autor também chama a atenção para que "*Foi muitas vezes observado que os traços culturais são extraordinariamente persistentes e que aspetos muito antigos sobrevivem até aos nossos dias*". (BOAS, 1996, p. XVIII) Uma observação que lhe permite introduzir um relativismo em relação à ideia de tradição como estável. Segundo Boas, embora alguns objetos e costumes possam surgir, em alguns sítios, como

[223] Frans Boas (1958- 1942) antropólogo. É considerado um dos fundadores da antropologia americana. De origem alemã, desenvolveu os seus estudos na área das ciências naturais (física). O seu interesse pela antropologia decorre de estudos que acabou por efetuar no Estado Unidos para onde emigrara em 1881. O seu principal trabalho é Arte Primitiva, publicado em 1927 (BOAS, 1996).

[224] O que elimina, ao nível do pensamento a questão da categorização como seres superiores e inferiores que até predominava, considerando os povos primitivos como incapazes de aceder à luz da civilização.

formas imutáveis, eles existem em permanente mutação, num processo em que a par das persistências se gera igualmente o desaparecimento de tantos outros.

Franz Boas vai desenvolver um aturado trabalho em torno da intencionalidade representativa da produção simbólica e da produção de estilos. O interesse para este nosso trabalho situa-se fundamentalmente na análise que faz, no capítulo dedicado à "*Literatura, Música e Dança*" onde desenvolve a análise da produção de ritmos nas comunidades primitivas. (BOAS, 1996, p. 285)

Não conhecemos o impacto dos trabalhos de Franz Boas na época na Europa e também não sabemos se esses ecos chegaram a Portugal. Esse trabalho irá no entanto marcar uma geração de antropólogos que tomam conhecimento do seu trabalho. Entre essas influências salientamos os trabalhos de Ruth Benedict[225] e de Gilberto Freyre que Boas orientou durante o seu magistério universitário. Essas teorias só serão conhecidas entre os portugueses anos mais tarde, por via dos trabalhos de Freyre. A questão que nos interessa salientar é o reconhecimento do processo de produção de arte nas comunidades do sul enquanto uma problemática da ciência social no reconhecimento do outro, de que Boas é pioneiro.

Ernesto Veiga de Oliveira[226] foi, entre nós, o museólogo que mais trabalhou a questão da escultura africana a partir da problemática da construção da visão do outro na arte. Em "A Arte Africana em Portugal" (OLIVEIRA, 1985a) o prefácio que escreveu para a exposição da Escultura Africana em Portugal" realizada em 1985 no Museu Nacional de Etnologia de Lisboa escreveu uma síntese da emergência da problemática em Portugal. Nele refere a importância crescente pela atividade colonial que emerge na Europa no final do século XIX, referindo a criação do Museu de História Natural, do Trocadero em Paris em 1875 como um momento inicial da equiparação "dos materiais etnográficos" aos da natureza. Refere ainda a apresentação, no ano seguinte, da peça de teatro "Virgem Negra", também em Paris, onde em simultâneo foram apresentados "produtos dessas proveniências" (OLIVEIRA, 1985, p. 4). A estas exposições sucedem-se várias outras[227] que revelam o crescente interesse pelos objetos africanos.

[225] Ruth Benedict (1887-1948). Antropóloga americana autora de "Padrões de Cultura" (BENEDICT, 1959)
[226] Ernesto Veiga de Oliveira (1910-1990). Etnólogo português. Foi um dos colaboradores de Jorge Dias e um dos investigadores da "segunda geração" dos etnólogos portugueses. Entre os vários trabalhos que efetuou destacam-se as "Lições de Museologia" (OLIVEIRA, 1971) e os trabalhos sobre Escultura Africana e Literatura Oral que a seguir veremos.
[227] Leipzig em 1892, Antuérpia em 1894, Bruxelas em 1897 e em Dresden. Algumas destas exposições servirão para a constituição de futuros museus.

No entanto, a questão da arte africana, como manifestação específica da estética, como reconhece Veiga de Oliveira, só mais tarde se consolidará, com a afirmação do modernismo europeu.

Em 1915 em Berlim na Alemanha publica-se um livro de Carl Einstein[228], cujo impacto no reconhecimento das artes africanas está hoje bem documentado. O autor circulava na época entre a Alemanha, a França e a Bélgica, países coloniais, onde existiam nos museus coleções apreciáveis de objetos. Einstein dedica-se ao estudo das esculturas e máscara, efetuando entre 1906 e 1907 várias exposições em Paris, a partir de compras que havia efetuado nos mercados desta cidade. Esta estatuária era transportada por emigrantes da África Negra e vendidas para realizar algum capital. As peças eram transportadas por emigrantes que afluíam à Europa para o exercício de profissões muito pouco qualificadas, tais como a alimentação das caldeiras a carvão das centrais de produção de eletricidade. Nessa época estas peças foram pela primeira vez apresentadas como obras de arte pela sua singularidade estética, sem a incorporação de outras leituras mais etnográficas como era vulgar na época, que justificavam a supremacia do homem branco sobre o homem negro entendido como incapaz de produzir arte a partir do seu quadro mental. Esta obra, essencialmente estética revela a força e a capacidade criadora dessas comunidades. Muitos dos pintores que por essa altura viviam em Paris, entre os quais se encontrava Pablo Picasso[229] A arte africana exerceu uma importante influência no trabalho dos pintores e escultores modernistas

Nas representações pictóricas das mascaras africanas encontrava-se uma síntese entre a forma e o conteúdo numa representação tridimensional. O objeto transportava simultaneamente o singular e o coletivo. Essa fusão de significados nas formas está na origem do projeto de pesquisa estética dos modernistas. O cubismo busca a relação entre o singular e o total.

Einstein escreveu então sobre a escultura africana "*Esta arte de densidade prodigiosa transmite uma visão plástica pura do espaço e dá-nos um equivalente do movimento, que retoma idealmente a função da escultura. É a fórmula duma equação que absorve totalmente as sensações naturalistas do movimento, e por essa mesma forma a massa, ao mesmo tempo que nos transporta para uma ordem formal da sua sucessão e diversidade. A Arte Negra impõe-se como algo independente, absoluto e fechado*" (EINSTEIN, 1915, p. 16)

[228] Carl Einstein colecionador de arte alemão.

[229] Pablo Picasso (1881-1973) Pintor Catalão que desenvolve o Cubismo, reconhecendo-se neste "escola" a gramática das mascaras e das cores africanas. Na arte africana encontra a síntese entre a forma e o conteúdo

Em plena guerra, Carl Einstein consegue organizar em 1915 uma exposição em Paris com o marchan Jean Louis Paudart, com apoio do círculo de amigos do café Dome. Inicialmente constituída por fotografias, o sucesso da exposição rapidamente alastra com uma ampla cobertura nos órgãos de comunicação social. Esse impacto levou a que fosso organizada uma exposição com os próprios objetos. O autor continuará posteriormente a trabalhar a questão da escultura africana publicando posteriormente outros livros sobre o assunto. O que nos interessa referir neste nosso trabalho é o fato de a partir desta data se organizarem, por toda a Europa, exposições e mostras de arte africana, sobretudo marcadas pela apresentação de peças de escultura.

Em relação aos modernistas portugueses, alguns deles presentes em Paris nessa época, nomeadamente Amadeu de Souza Cardoso[230] Santa Rita[231] e que irão promover o movimento do Orpheu[232]. Esta, que é uma hipótese de análise desenvolvida por Veiga de Oliveira, não foi desenvolvida em mais outras abordagens sobre a constituição do modernismo português. Quanto a Almada Negreiros, cujo pai será comissário da Exposição Colonial de Paris em 1905[233], só mais tarde a herança africana, que também é sua, será tema dos seus trabalhos como a seguir veremos.

Em Portugal colonial a problemática da "arte negra" demorará vinte anos a ser debatida. Apenas em 1934, no âmbito do Congresso Colonial desses anos, e na sequência da exposição de 1930 em Paris, é feita uma exposição denominada "Arte Indígena Africana, com uma seleção de obras de Luiz de Montalvor e textos do Diogo de Macedo. (MONTALVOR, 1934). Foi necessário esperar pelo segundo modernismo português e pelos seus diálogos com as vanguardas de França e do resto da Europa. Foi necessário copiar o que se passava nos outros países para que a arte africana emergisse como objeto de expressão estética em Portugal. Por isso é significativo a realização da " Exposição" em 1934[234].

---

[230] Amadeu de Souza Cardoso (1887-1918). Caricaturista e Pinto. Faz o curso de Belas-Artes. Em 1905 vai para Paris, onde permanecerá até à guerra europeia. Em alguns dos seus quadros, a mascara verde, por exemplo são notórias as influências deste movimento modernistas que o seu amigo Modigliani desenvolverá

[231] Santa-Rita (1889-1918), Pintor modernista

[232] Sobre este movimento veja-se por exemplo (FRANÇA 2009) e (PINHARANDA, 2009)

[233] Veiga de Oliveira indica que Almada Negreiros, pai do pintor modernista homónimo, fundará, na sequência desta exposição, com os materiais recolhidos, um museu colonial português, "sem consequência", ou seja sem sequência (OLIVEIRA, 1985a, p 4)

[234] Não pretendemos com isto afirmar que este é um momento fundador. Não fizemos nenhuma pesquisa que nos permita afirmar que a partir daqui as coisas se tornam diferentes. O que nós colocamos é que nesta exposição o objeto africano á apresentado como um objeto estético, (dotado duma intenção) e não como um objeto exótico (visto como um troféu). Afirmamos apenas que este modo de apresentação é diferente do que se fazia até ao momento. Ao revelar a arte revela-se também a possibilidade da existência duma consciência da sua produção. A partir desse momento fica comprovada a natureza de construção ideológica da ideia sobre o outro.

A questão da exigência duma Arte Negra era então colocada por Diogo de Macedo, escultor e diretor do Museu do Chiado: "*Acreditam numa arte negra – passe o barbarismo linguístico – no senso plástico e na espontaneidade criadora de uma arte gentílica*" (MONTALVOR, 1934, p. 1). Macedo reconhece que ela representa uma visão do africano, do seu cosmos. Não se filia na herança clássica (leia-se eurocêntrica), mas reconhece apesar de tudo que é arte. Há no entanto uma valoração quando diz: "*ela vive ainda na idade pura da alma humana*" (MONTALVOR, 1934, p. 2). Este estatuto de "primitividade" prevê o autor, que cresça. "*Assistirão ainda os vindouros – no movimento sucessivo do progresso desta arte, na ação transformadora do seu fundo religioso – ao nascimento da futura Vénus Equatorial, surgindo da policromada concha, cinzelada do mundo dos silêncios da alma negra, sob o doce embalo do rumor de pétalas de flores exóticas, na madrugada de ébano do tormentoso continente negro?*" (MONTALVOR, 1934, p. 2)

São sem dúvidas declarações com base em juízos de valor que estão ainda muito longe das problemáticas do tempo que como vimos já se expressavam nos demais países do centro da Europa. Esta será aliás uma das características do pensamento colonial português. O seu posicionamento periférico implica um desfasamento em relação ao tempo das ciências e das artes. Um pensamento que não reconhece a plenitude do objeto porque, ao considera-lo produzido pelo outro, não lhe atribui um estatuto ontológico. Ao não identificar o outro recusa a sua essência. Aí se gera uma contradição insanável entre os desejos gerados pelo pensamento e os dados inteligíveis do real.

A operação de classificação como obra primitiva e ao considerar que a sua integração na evolução natural, não só remete o pensamento colonial para o quadro do evolucionismo, como o impede de analisar a intenção de gestão e o conteúdo dos significados do mesmo. Apenas no quadro geral da civilização (que naturalmente os europeus lhe levarão) os primitivos poderiam ascender a um estatuto de maioridade. "*Cumpre, aos homens de pensamento e de cultura, incitá-la, ajuda-la, observando-a, estudando-a por um elevado e imparcial critério de arte.*" (MONTALVOR, 1934, p. 3) Assim, esta arte apenas o é por uma mera causalidade, negando-se assim a intencionalidade do gesto e do pensamento.

Qual era então o objetivo dessa exposição? Ao recolher várias peças que se encontravam dispersas por várias coleções, publicas e privadas, ela procura mostrar os méritos plásticos[235]dessas coleções. Ao revelar a arte indígena, ao revelar a capacidade de criação

[235] A exposição decorreu após um conjunto de artigos sobre arte africana que Domingos de Macedo publicou em 1934 no boletim "O Mundo Português" (MUNDO PORTUGUÊS, 1934). Recorde-se que em 1934 se realizou no Porto uma "Exposição Colonial" onde, pela primeira vez após a publicação do Ato Colonial, se concretiza a propaganda da ideia do "renascimento do império português" em África.

das populações dos territórios estavam, no pensamento do autor, a revelar a afirmação dos povos "*sob a égide lusitana*" que forma um vasto e rico património. É portanto um discurso ainda muito motivado por um pensamento colonial. Se dele emerge a individualidade e a intencionalidade é porque nele já estão inscritos alguns destes valores "superiores" que a justificam. É certo que ao colocar a paternidade na lusitanidade entra em contradição com a valoração primitiva que antes lhe havia atribuído. Mas apesar de tudo ao abordar a sua identidade está a assumir a consciência estética. Essa consciência representa já a conceção duma identidade que os museus de etnologia ainda não tinham incorporado nos seus discursos como representação do outro.

A curiosidade do discurso está também nas influências da sua inspiração. Ao longo do texto surgem bastas referências à crítica de arte francesa e a autores que em França se dedicavam ao estudo da arte africana. A emergência do outro será portanto incorporada no pensamento hegemónico colonial pelo lado da análise estética a partir das leituras do universo da arte. É sobre esse discurso que o será efetuada a narrativa colonial e nacionalista. É por isso que nele emerge a contradição de perante a evidência da estética atribuir as razões da sua existência às influências "superiores" europeias, através de ralações de conjetura.

Por exemplo, ao abordar as críticas de André Damaison[236] que afirmava, a propósito das máscaras dos pescadores das ilhas Bijagós[237] que esta influência teria sido para lá levada pelos marinheiros portugueses, e que isso seria uma reelaboração das imagens fantásticas das proas dos navios e dos objetos trazidos do Oriente. Sobre isto afirma Diogo de Macedo: *"Mas que essa arte de cá tenha sido levada é um erro: primeiro porque todos os povos têm os dons instintivos de arte, e os de África tanto ou mais dos que os outros. Depois se algumas reminiscências têm, são do Egito, trazidas pelas emigrações árabes, que bateram parte da Costa Ocidental; além disso pouco espírito das civilizações orientais se topa nas populações da Senagâmbia, embora apareça noutras províncias africanas; e acresce ainda, que as resoluções técnicas da composição são contrárias à nossa arte de velhas eras, em que a singeleza, embora barbara de aspeto, era profundamente espiritual, o que não se vislumbra na escultura de ali"* (MONTALVOR, 1934, p. 8)

Esta análise reflete um debate que se fazia na época e que não vamos agora desenvolver por estar fora do nosso objeto de pesquisa. Ele apenas nos interessa como contextualização da questão da emergência da arte africana como objeto museológico que propicia a leitura da alteridade. O não reconhecimento do outro é uma questão muito anterior ao debate sobre a possibilidade de conferir a capacidade artística às culturas africanas. Recorde-se a

[236] Crítico de Arte. O autor não refere a fonte.
[237] No museu Afro Brasil existe uma coleção destas máscaras

propósito que nos antigos debates que legitimavam a escravatura, era precisamente a identificação, por parte da igreja, se os povos africanos tinham alma. O estatuto de alma era o conferia a direito da humanidade. A sua não-existência aproximava-os da animalidade, legitimando portanto a condição de escravo (HENRIQUES, 2003). O reconhecimento da capacidade das culturas africanas, dos "indígenas africanos", de produzirem uma arte que brota da sua essência significará o reconhecimento duma outra identidade.

Uma outra identidade que a ideologia colonial recusava, porque a legitimação do seu domínio sobre o outro se baseia precisamente na recusa do seu reconhecimento como identidade e na afirmação do ato civilizador como expressão dum valor de dominação sobre o outro e que legitima a sua condição colonial. Um valor onde o processo de colonização (de hegemonia) surge legitimado pela justificação dos fins: o ato de fazer elevar o homem à sua condição de membro da cristandade. O pensamento colonial não consegue construir uma problemática do outro fora do quadro das relações de dominação.

Voltando ao trabalho de Diogo de Macedo, para justificar plenamente a exposição, depois de ter desmontado os argumentos sobre "*a condição artística*" remata, socorrendo-se mais uma vez do crítico de arte francês: "*l' art africain possède dés qualités plastiques, ornementales et picturales justifiant pour lui un range apurés dés arts universelles*"[238] (MONTALVOR, 1934, p. 9). E com estas palavras remata "*Só por si, esta afirmativa saída da pena de tão sábia competência justifica a publicação do presente volume, visto nós, em Portugal, ainda o não termos reconhecido claramente, apesar de possuirmos magníficas coleções, mas às quais ainda não pudemos dar a sua devida importância, organizando-as num ordenado Museu, para que os incrédulos abdiquem do seu negativismo doentio*." (MONTALVOR, 1934, p. 9).

O autor prossegue o seu ensaio com varias reflexões sobre a estética da "arte primitiva", a sua grandiosidade devido à sua simplicidade, à sua proximidade em relação à emoção mais simples, desprovida de intenções comerciais. Em relação à coleção de mascaras revela o seu contexto de uso e significado, que demonstra uma capacidade de leitura do objeto e do seu contexto de produção com um "olhar antropológico". Refere igualmente os debates entre os pintores de vanguarda, sobre a identidade da arte negra.[239], os modos como os objetos africanos passaram de exóticos a objetos de arte. Explora ainda a diversidade

[238] A arte africana possui qualidades plásticas, ornamentais e pictóricas que justifica por si mesmo um lugar refinado nas artes universais (tradução livre)

[239] Recorde-se que Picasso, Matisse e Modigliani exploraram a estética africana no âmbito dos seus estudos e trabalhos pictóricos, nomeadamente quando abordam a dupla perspetivadas máscaras africanas. Isso está bem patente nos rostos das representações pictóricas,

regional dos objetos. Por exemplo a propósito dos macondes de Moçambique diz: " *Os macondes, que furam os beiços e as narinas para lhe introduzirem rodelas ou angreis de madeira, assim como os Macuas do Niassa e de Inhambane, tatuados a fogo, da nuca até ao umbigo, fatalmente produzem uma arte mais vigorosa e inculta do que os negros de Lourenço Marques, onde a civilização lhes simplificou o gosto, tornando mais decorativas todas as suas conceções*." (MONTALVOR, 1934, p. 22)

Mais à frente, a propósito dos objetos de Moçambique vai reconhecer outras influências culturais que marcam a produção de objetos, acabando por reconhecer implicitamente que a arte não é só" primitiva". "*Antes de ali chegar a civilização portuguesa (…) também a Ásia lá levou as suas fortes influências, em vários períodos de invasão, deixando hábitos nos negros e amostras de gosto exuberante, que explicam certos costumes que aos europeus tanto pasmo ainda causam*" (MONTALVOR, 1934, p. 22). E depois explica o maravilhoso deste contacto. Até aí, a sua reflexão tinha-se cingido aos objetos de madeira "*A arte gentílica de que até aqui nos têm ocupado, (…) pode dizer-se que pertence à idade da madeira. A sua catedral A sua razão, a sua oficina e é a floresta.*" (MONTALVOR, 1934, p. 23). Reconhece que em certas condições são utilizados outros materiais. N país dos Gibini o bronze (saliente-se a importância do trabalho com os metais que implica domínio tecnológico). Das estatuetas de Marfim do Benim (que o autor salienta a influência portuguesa por via da Índia), a propósito dos altos-relevos da Nigéria diz a certa altura "*Em Portugal só conhecemos os da sociedade de Geografia que o Estado devia adquirir para expos no museu das Janela Verdes*." (MONTALVOR, 1934, p. 23)

Um outro autor posterior a Macedo que vai trabalhar a questão da arte africana é José Osório de Oliveira[240], que através de vários artigos e edições se vai dedicar à divulgação da problemática da "arte africana". Segundo Veiga de Oliveira, enquanto Diogo de Macedo, seu contemporâneo apresenta ainda uma visão etnocêntrica (OLIVEIRA, 1985ª, p. 12), em Oliveira emerge já a consciência do outro na abordagem estética. A diferença é no discurso de José Osório valorizada.

Veiga de Oliveira irá prosseguir na análise destes discursos para demonstrar a emergência desta inovação na abordagem do objeto estético, agora já alinhados com os discursos que se produziam na Europa sobre a negritude (OLIVEIRA, 1985ª, p. 12). Não vamos prosseguir análise desde discurso, não que não tenha interesse, mas apenas porque no

[240] José Osório de Oliveira (1900-1964) Escritor, Tradutor e Desenhador. É filho de Ana de Castro Osório (1872-1935) e irmão de João de Castro Osório (1899-1970). Osório, em 1931, escreverá as primeiras linhas sobre "Literatura Colonial" em "Geografia Literária". Posteriormente prosseguirá essa linha de construção de uma ideia mítica da portugalidade na literatura com "O Além-Mar na Literatura Portuguesa" (1948). Nos anos 50 publicam-se igualmente dois livros "Contribuição portuguesa para o Conhecimento da Alma Negra" (1952) e "Uma ação cultural em África" (1954). Por essa época torna-se no "conservador do Museu de Dundo em Angola" Sobre o Museu do Dundo veja-se (PORTO, 2009)

âmbito deste nosso pequeno exercício, já dispomos dos elementos que necessitamos para concluir, esta problemática da emergência do objeto de arte como objeto museológico no pensamento colonial português.

Para lá das questões e preconceitos sobre a "arte negra" é indubitável que aqui se opera uma transformação no modo de apresentação do objeto africano. Até aqui ele surgia fundamentalmente em contexto duma museologia etnológica, como um exemplo de curiosidade sobre povos primitivos e exóticos. Uma memória dum passado também idêntico ao nosso, estando implícito que existe uma linha evolucionista do primitivo para a civilização. Para além disso, todos os objetos são colocados museu como troféus, como saque, como memórias de viagens por europeus. Os produtores desses objetos nunca foram chamados à musealização[241].

A sua entrada nos museus de arte, tal como hoje se verifica após uma crítica dos discurso museológicos[242], representa uma autonomia em relação ao exótico que permite que o objeto possa ser admirado como expressão da criação. Por outro lado, esse objeto, enquanto objeto de arte exposto num museu permite também que ele se constitua como uma janela para o contexto cultural da comunidade que o produziu. Essa posição de abertura para uma outra dimensão permite as operações de contextualização e de significação. Ainda que na maioria dos casos os objetos apresentados percam a rica teia de significações que resulta das suas interações com o mundo, ainda assim eles permitem a emergência duma significação dual. É a emergência dessa dualidade que vamos de seguida abordar. O modo como a escultura maconde se constitui como significante da ideia de moçambicanidade.

4.2.1. A emergência da escultura **maconde** como símbolo da moçambicanidade

Na Ilha de Moçambique não se produz estatuária. A abordagem que vamos efetuar, sobre a escultura maconde, comunidade que reside no Planalto do Mueda, no norte de

[241]Tal como nos museus etnográficos onde se mostram os objetos de produção popular, nesta geração de museus coloniais os seus produtores, os artesãos, sem identidade e sem contextualização não são uma preocupação do discurso museológico. O objeto da exposição é aqui a diferença e não o objeto em si e a sua compreensão. A contextualização do social é uma característica da museologia contemporânea

[242] Veja-se o caso do Museu do Homem em Bruxelas (CADERNO de ESTUDOS AFRICANOS, 2006) ou o Museu do Trocadero em Paris (DIAS, 1991), onde os respetivos programas expográficos são reequacionamos no âmbito deste processo crítico. O museu transfigura-se dum pavilhão de exibição de troféus em uma "casa da cultura"

Moçambique e na Tanzânia, tem como objetivo situar a emergência dos estudos sobre a "escultura africana" como um dos campos da problemática da construção do outro[243]. A construção da ideia da Moçambicanidade após a independência em 1975 conduziu à busca dos elementos de construção da ideia de nacionalidade com base nos seus elementos distintivos[244]. A "Escultura maconde" vai surgir precisamente como um desses elementos da construção dessa ideia nacional.

Vamos abordar a questão da "escultura maconde como um processo de afirmação da modernidade moçambicana. Vamos procurar contextualizar a emergência da sua construção como elemento identitário da moçambicanidade. Vamos procurar demonstrar que a construção da modernidade em Moçambique (o processo da afirmação da construção da nação é feita num primeiro momento na busca dos elementos da tradicionalidade, para sobre eles a modernidade operar a afirmação dum caráter distintivo) é um processo dialético entre a reconstrução da ideia de tradição pela modernidade e a reação da tradição face à mudança induzida por essa modernidade no quadro da afirmação dos processos de influência social. Esse é um processo onde se pode analisar o modo de afirmação duma hegemonia sobre outras expressões do poder (CANCLINI, 2008).

Nesse processo de afirmação da modernidade geraram-se diversas tensões que se tem vindo a ser analisadas como problemáticas constituintes sobre a Moçambicanidade. (SERRA, 1998, 2000ª, 2000b e 2003) Essas tensões encontram-se presente nos vários debates sobre a estética moçambicana como problemáticas sociais. O Cento de Estudo Africanos da Universidade Eduardo Mondlane tem produzido uma importante reflexão sobre estas questões. Este é portanto um campo de problematização no âmbito dos novos processos museológicos em Moçambique.

A primeira referencia que encontramos à problemática da emergência da estatuária dos macondes como elemento distintivo duma identidade foi em Felisberto Ferreirinha (FERREIRINHA, 1949), que aborda esta temática em 23 de julho de 1949, numa palestra efetuada na Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique, por ocasião da abertura da exposição de "Escultura maconde". No início, o autor ao convidar a olhar "*os espécimes de arte indígena*" (FERREIRINHA, 1949, p. 1) objetos à primeira vista "toscos à nossa sensibilidade" mas quando olhados com atenção portadores "de expressões de beleza inéditas". Em

[243] Recorde-se a propósito esta comunidade foi estudado por Jorge Dias em várias campanhas entre 1956 e 1959, naquele que constituirá uma referencia desta segunda geração de etnólogos, ou de antropólogos como hoje parece mais correto assumir. Veja-se (DIAS, 1964).
[244] Sobre a construção da ideia de moçambicanidade veja-se o apêndice III

seguida afirma que o "*indígena colhe, das coisas, aspetos e atitudes que falham vulgarmente à nossa acuidade*" (FERREIRINHA, 1949, p. 1) Ferreirinha, embora reconhecendo o valor dos resultados estéticos na arte africana, acaba por afirmar que essa beleza, que tem escapado aos olhos dos colonos, é uma arte não consciente. Ao justificar essa arte como um impulso "natural" acaba por negar a intencionalidade de produzir arte. Com essa operação o seu discurso é ainda caracterizado por um pensamento marcadamente colonial.

Não deixa de ser curiosa esta justificação contraditória entre, por um lado pela admiração da beleza estética, ao mesmo tempo que a operação mental nega intencionalidade no ato de produção do belo. Ferreirinha, que já organizara exposições em Nampula [245] dizia: "*No dia em que rasgarmos os olhos dessa grande estátua cega – poderemos então colher do seu génio um mundo novo de expressões*" (FERREIRINHA, 1949, p. 2) é uma frase que ilustra bem esse impasse entre a consciência do homem que só o pode ser quando "*civilizado*", ainda que no seu estado "selvagem" ou "primitivo" possa conter já alguns elementos dessa civilidade, cuja visão missionária se incrustava nos fundamentos da legitimação do ato de colonização.

Ferreirinha afirma "*A consciência criadora dos indígenas, assim como a sua desenvoltura social, salvo melhor opinião, dependem unicamente da consciência dos civilizados*" (FERREIRINHA, 1949, p. 2) Ainda que "*na estatuária há (já) inéditas expressões de humanidade a contrastar com o génio exaurido dos povos ocidentais*" (FERREIRINHA, 1949, p. 3) apenas os civilizados poderiam entender na sua plenitude a estética inerente. "*A Arte indígena reflete de qualquer modo um mundo de expressões inteiramente inéditas, um génio estranho*" (FERREIRINHA, 1949, p. 3) que se revela através da arte primitiva (colares, pulseiras, adornos, tapetes, filigranas em ouro e em prata "*objeto de imaginação apurada e refinado gosto. Com simples linhas quebradas, ângulos cruzados, círculos e outras figuras geométricas, que esculpem rendas de feições encantadoras*" (FERREIRINHA, 1949, p. 3). Como o próprio acaba por concluir, nas fábulas, nos contos tradicionais, nas canções e nas rimas tudo o que é manifestação estética é reconhecidamente singular.

Se todos os objetos em África transportam o "fogo da vida", como ilustra numa interessante metáfora, porque é que o autor nega a autonomia da "arte primitiva". Ruy Santelmo, que também aborda a produção estatutária maconde afirmará que nela está presente um "*conceito*"[246] que analisa a realidade e usa o sentido da abstração para lhe atribuir significação. Uma estilização que não descura a emoção. A resposta para esta questão encontra-

[245] Na Feira Franca de Nampula em 1943 e 1944, segundo nota do autor (FERREIRINHA, 1949, p 1). Para além deste trabalho não encontramos mais nenhuma referência a outras obras suas.
[246] Citado em (OLIVEIRA, 1985, p 14)

se em Veiga de Oliveira. Segundo Oliveira, quer para Ferreirinha ou Santelmo, no plano teórico as suas problemáticas aproximam-se das questões da produção cultural sobre o Outro. No entanto é ainda uma abordagem tímida e sem impacto social. *"Trata-se porém, nestes dois casos, de nótulas sem verdadeira dimensão, meritórias por remontarem a uma data em que o tema da estética africana, quando não era completamente ignorado, enfrentava ainda uma quase total incompreensão preconceituosa, por parte do público, mormente entre nós*" (OLIVEIRA, 1985ª, p. 14).

Estes dois casos são para nós paradigmáticos para a problemática que nos interessa abordar: A construção da autonomia da estética do outro. Eles demonstram que apesar do movimento modernista ter captado e incorporado algum do legado estético africano, ele é absorvido e aplicado enquanto categoria de pensamento de forma lenta pelo pensamento colonial que resiste à entrada da modernidade. As condições sociais em que os autores operam não permitem a associação da capacidade de produção de arte à consciência da autonomia dos outros. Nestes dois autores podemos verificar que apesar de reconhecerem implicitamente a autonomia da produção estética do outro, pelo contexto em que essa apresentação é feita, não assumem a significação total desse reconhecimento, que se constituiria por assumir a sua autonomia como ser humano dotado de vontade.

Para já apresentamos uma explicação provisória deste fenómeno. As razões da política colonial não permitem que nessa época se manifestassem posições de defesa da autonomia do outro como ser. Isso iria colocar em causa a natureza da dominação colonial, que se afirmava sobre a sua condição de primitividade ou de necessidade de civilizar. (MOUTINHO, 2000). Essa é a contradição presente neste discurso e das ações que ele gera que sistematicamente nega a emergência do outro ontológico mesmo confrontado com a sua evidência. Ora a consciência ontológica que emerge noutros agentes e noutros espaços vai permitir aos membros destas comunidades justificar uma ação política como modo de reconhecer e afirmar uma identidade distintiva.

As condições sociais de produção do discurso colonial não comportavam a possibilidade de uma narrativa duma autonomia do outro em relação ao europeu civilizado. O discurso do europeu colono é sempre um discurso paternalista em que o outro é inferior. Embora nessa narrativa essa inferioridade pudesse no futuro ser eliminada, tal seria feito por uma progressiva "assimilação" aos valores e aos padrões de comportamento dos colonos. No entanto, a sua condição de partida permanece sempre vista como inferior. Como algo a que só se pode escapar por sublimação. Ora não só essa fuga não era possível, como um dos principais objetivos dessa ideia de submissão implicava a utilização da mão-de-obra indíge-

na a favor das práticas colónias. Não é por acaso que a regulamentação do trabalho como obrigação se justifica como uma das formas de escapar, no futuro à condição de primitividade.

É nessa contradição que se deve entender esta busca da especificidade da arte africana. Estes autores, como agentes coloniais que eram, procuravam encontrar pontes de diálogo entre o colono e os africanos, não para os autonomizar, mas sim para os colonizar. Assim, se os africanos faziam arte em escultura, havia que pegar nessas habilidades e coloca-las ao serviço da colonização, produzindo esculturas segundo os padrões estéticos dos europeus, como mais tarde virá a acontecer, e que as estátuas em baixo-relevo no Museu de Nampula são um exemplo[247].

Assim se compreende a contradição em que mesmo perante a inevitável conclusão da autonomia estética do outro, a sua autonomia ética e política seja sistematicamente negada invocando os valores da ação colonial que justificam o processo de dominação sobre o outro. A operação mental presente no processo colonial só permitia incluir o outro no quadro da sua inclusão nesse processo. Ao pretender ou pelo menos ao tentar integrar a "arte negra", com a sua riqueza estética procurava-se fundamentalmente apropriar os olhares e as técnicas para através da sua "integração" no "processo civilizacional colonial" elevar os povos primitivos à condição de civilizado. E note-se que essa operação é sempre uma operação unívoca. Isto é nunca essa apropriação é vista como uma troca ou como um diálogo, como de resto os modernistas fizeram.

A visão colonial era uma conceção hegemónica das relações com os africanos com o objetivo de se apropriar do outro nas suas múltiplas dimensões. O processo de dominação colonial é baseado nessa relação desigual em que o outro não é reconhecido sem ser para ser espoliado. Espoliado das terras e da cultura. Quando através da arte esse reconhecimento se começa a insinuar, o colonialismo português continua sem o escutar. Segue a moda, sem interiorizar o conteúdo. É essa impossibilidade conceptual, esse autismo sobre os dados do mundo impediu o reconhecimento do outro como ser pelo colonialismo português. É essa impossibilidade cognitiva manteve-se como numa conceção extemporânea durante largas dezenas de anos.

[247] Note-se que estas estátuas são executadas em Baixo-Relevo. Na época considerava-se que a destreza manual dos maconde tinha viajado pelo Nilo. Esta é uma forma que ilustra a impossibilidade de entender o outro fora do quadro da oposição abissal Civilização/Selvagem. Os selvagens não produzem arte, mas conseguem imitar. Assim, a arte escultórica seria uma imitação dos egípcios, tal como as esculturas de marfim do Benim seriam imitações das proas das caravelas portuguesas. Esse é um campo onde o delírio não tem limites

Voltando à questão da escultura maconde, no seu percurso explicativo sobre a sua contribuição para a Moçambicanidade. Segundo os dados disponíveis, o planalto de Mueda permanece isolado no conjunto territorial moçambicano até à década de trinta do século XX. Foi Neutel de Abreu [248] que permite a colonização do território, e através deles os primeiros contactos com a produção de esculturas desta comunidade (FERREIRINHA, 1949, p. 10) Embora existisse um conhecimento sobre os macondes desde que os primeiros exploradores penetraram no mato (SANTOS, 1999) nomeadamente da sua produção escultórica, apenas nos primeiros anos do século XX ele mereceu o interesse dos etnólogos. Elas estiveram presentes, por exemplo, na exposição colonial de Paris em 1936, onde os críticos de imprensa sempre atentos terão assinalado o seu valor. E é esse olhar que Felisberto Ferreirinha efetua em 1949. (FERREIRINHA, 1949, p. 12)

"*Destacando a arte escultórica dos macondes, pelo seu caráter destacadamente humano e o seu valor estético, é nosso intuito proclamar o génio excecional destes artistas que muito se distinguem dos das outras tribos moçambicanas*" (FERREIRINHA, 1949, p. 12) Definido o propósito, Ferreirinha analisa o conjunto de 70 estatuetas, figurativas como diz, "*o mundo em representação limita-se a figuras negroides com as suas incisões, suas deformações horrendas e seus estranhos aspetos, refletindo de qualquer modo o seu milenário drama"* (FERREIRINHA, 1949, p. 12). Ferreirinha vai desenvolver a sua análise estética, classificando e sistematizando alguns dos seus aspetos técnicos e valores estéticos.

Nessa altura conjeturava-se a filiação deste tipo de escultura como uma reminiscência dos contactos com a civilização egípcia[249]. É também necessário afirmar que o fenómeno da figuração entre os macondes era mais visível do que nos outros povos da costa, os Macuas, os suaílis, os ajuas e agónis. A religiosidade islâmica evita a figuração, o que é um motivo apontado para uma menor frequência desta manifestação artística[250].

De qualquer modo interessa reter que a questão da escultura maconde se torna um fenómeno relevante a partir dos anos 40, não mais cessando de estar presente como elemento significativo da expressão da arte no norte de Moçambique. As campanhas de Jorge Dias,

[248] Neutel Martins Simões de Abreu (1871-1945). Foi um dos militares que participou nas "campanhas de ocupação territorial do colonialismo no norte de Moçambique, nomeadamente a ocupação da Angoche (1910). Em 1916 fez a campanha do Niassa, de guerra contra os alemães, e em 1917 na Macimboa e Chomba (território dos macondes). Foi o único militar português condecorado em vida com a Ordem do Império Colonial.

[249] O que provavelmente mais tarde dará origem a produção de esculturas macondes em Baixo Relevo como já referenciamos no museu de Nampula

[250] Havia alguma produção de escultura, sobretudo entre os Macua. Tratavam-se essencialmente de bustos que se presume serem ícones religiosos. A islamização dos povos da costa, com a conhecida aversão à figuração pode constituir uma explicação parcial para esta fraca produção de símbolos.

nos anos 50, sobre esta comunidade, uma das mais desconhecidas na época não foram portanto destituídas de intencionalidade nem um fruto do acaso. A busca dos macondes como objeto de estudo é feita com uma intencionalidade num momento em que Portugal era precisamente acusado, nos fóruns internacionais, de aplicar políticas de negação da autonomia ao outro. A etnologia era nessa época uma "ciência" de ação ao serviço da dominação colonial

Mas regressando aos trabalhos de José Osório de Oliveira (OLIVEIRA, 1956) podemos verificar esse esforço de justificar o injustificável. O esforço de tentar explicar que através da produção de escultura os africanos são capazes de produzir arte, sendo portanto seres, embora primitivos que obrigava os colonos europeus, enquanto seres mais evoluídos, a incentiva-los através da arte a se elevarem na escala civilizacional. A contradição dos termos está precisamente em que sendo capazes de produzir arte não necessitavam da mediação do processo para evoluírem. Se a produção de arte os identificava com o processo de civilização, o fato de eles a produzirem retirava a legitimada à dominação. Se a arte dos africanos era idêntica, isso significaria que o africano e o europeu eram iguais. E sendo iguais como seria possível pensar a diferença que legitima o paternalismo. A única resposta estava fora da lógica e era indiscutível. O branco estavam em África como colonos para dominarem e continuarem a explorar os africanos numa base de troca desigual.

Entretanto a divulgação da arte africana, e em particular da arte maconde[251] continua a disseminar-se fundamentalmente através das exposições e dos museus.[252]

Apenas para concluir a evolução desta problemática em Portugal, veja-se como o problema se colocou em relação a Angola. Se em Moçambique, os macondes e o museu de Nampula vão constitui o espaço de produção e apropriação pelos colonos da arte africana; em Angola o paradigma será representado pelo Museu do Dundo. No âmbito da constituição das suas coleções, será também a viagem e a expedição que constituirá a base dos acervos etnográficos. Refira-se ainda a título de exemplo, que José Osório de Oliveira, que aqui desempenha um papel dinamizador promoverá, em 1958 através do seu museu do Dundo, uma exposição de arte Quioca em Paris. Essa exposição virá a Lisboa em 1962, onde será apresentada no salão de Belas Artes em 1962. Entretanto em Lisboa, na capital do Império, a aquisição da coleção de Victor Bandeira em 1963 permitirá constituir um acervo expográfi-

[251] Já no âmbito da propaganda de guerra, Alberto Pereira com a sua filha Graça Pereira publicarão uma monumental obra onde incluirão a questão da arte maconde. (PEREIRA, 1966, pp. 479-485). Esta trabalho contudo repete em grande parte as conclusões de Felisberto Ferreirinha conforme cita, ao mesmo tempo que anuncia os estudos de Jorge Dias, que se aguardava à época a publicação

[252] No apêndice IV, fazemos uma análise do Museu de Nampula, no âmbito os museus de Moçambique. Aí será abordado o desenvolvimento desta problemática sobre a escultura maconde após a independência.

co que estará na origem da coleção do futuro museu de Etnologia de Lisboa. (OLIVEIRA, 1985a, p. 16)

O que é relevante nesta questão é a constituição de coleções museológicas de arte africana na capital colonial ser posterior à constituição dos museus etnográficos nas colónias de Moçambique e Angola. Não é que a questão colonial tivesse estado ausente dos museus de Lisboa. O que é de salientar é que a emergência da arte africana nos museus coloniais surja a pretexto das "esculturas africanas".

Não é certamente por acaso que a capital do império se mantém alheia os fenómenos da modernidade. Nos anos seguintes essa exposição constituirá o cerne das exposições do museu, tal como sucederá após a revolução democrática de 1974 em Portugal. Apenas para recordar algumas, será feita em 1976 a exposição "Modernismo e Arte Negro-Africanas" em 1985 na Fundação Gulbenkian a Exposição "Escultura Africana" e no Museu de etnologia a exposição "Escultura Africana em Portugal". Nestas exposições, quer ao nível da sua expografia, quer ao nível dos trabalhos de divulgação, vão ser essenciais os trabalhos de Veiga de Oliveira que temos vindo a citar.

Veiga de Oliveira afirma nos seus trabalhos o "caráter científico da etnomuseografia" (OLIVEIRA, 1985ª, 18) como resultante da tomada de consciência dos novos valores e da mudança de mentalidades. A arte africana, num museu etnológico, deve, segundo Veiga de Oliveira, ter um suporte na investigação. Aliás, nas suas "Lições de Museologia" (OLIVEIRA, 1971) uma boa parte do texto é precisamente dedicada à questão da conservação de acervos africanos, que demonstra bem a importância que esta coleção teve no âmbito deste museu português. Nos anos de 1985 já a descolonização dos territórios africanos tinha sido concluída e os discursos integravam agora completamente a questão da diferença e do outro. E nesse âmbito, a questão da escultura maconde permanece sempre como uma referência, a par com o caso da escultura Quioca que do Museu do Dundo divulgada por José Osório de Oliveira.

Para concluir a questão da problemática da emergência da escultura africana como elemento distintivo das identidades na modernidade, vale a pena referir a questão das esculturas Quiocas do Dundo que constituirão também para Mesquitela Lima, na sequência da apresentação da mostra de escultura africana da Gulbenkian, um tema da sua investigação.

No seu livro "A escultura Negro-Africana" (LIMA, 1985) publicado em 1985, Mesquitela Lima vai abordar a questão da escultura em África a partir de um aparelho conceptual fundado na teoria semiótica, executada a partir da análise dos significados e signifi-

cantes e da sua relação com o universo. Lima tem uma preocupação de salientar a diferença e a especificidade da arte africana. Na nota introdutória escreve: " *Quando o europeu se encontra frente a uma escultura, seja ela que natureza e origem for, anda à roda dela, admira-a, observa as formas e volumes e, frequentes vezes, toca nela, justamente para a poder melhor apreciar. Todas estas operações começam ou culminam com a contemplação da obra de arte, que tantas vezes leva ao êxtase. Contempla-se para gozo e prazer interior, extasia-se precisamente porque o objeto tocou as cordas mais sensíveis do nosso gosto estético, vibra-se porque simplesmente gostamos da obra que se nos apresenta*" (LIMA, 1985, p. 10).

Conclui a sua avaliação sobre o olho ocidental: "*Grosso modo, para além dos problemas dos significados das obras, são estes os parâmetros do mecanismo de apreciação estética de uma escultura dentro dos chamados valores da cultura ocidental*" (LIMA, 1985, p. 10). E prosseguindo a sua análise para o olhar africano escreve: "Não querendo afirmar que tudo se passa ao contrário na órbita dos valores africanos de apreciação estética, devemos esclarecer, contudo que o africano (especialmente aquele que ainda vive segundo cânones tradicionais) perante uma escultura, não anda à volta dela, não a olha nos mesmos moldes que o europeu; não toma atitudes de contemplação, não procura alcançar o significado da obra porque o compreende imediatamente, visto estar na posse do código da linguagem consignada na mesma: sente-a. Não tenta, através duma análise decifração dos símbolos ou dos sinais, apreender o que o artista quis dizer, pois que capta imediatamente a mensagem, e percebe-a: como dissemos atrás a linguagem do artista é-lhe familiar, faz parte do seu dia-a-dia e conhece assim os sinais e os símbolos escritos na escultura" (LIMA, 1985, p. 10).

O discurso de Mesquitela, para além de refletir um processo de análise então em voga na Universidade Nova de Lisboa, o processo semiótica que já abordamos, é o primeiro autor que recoloca esta questão da emergência da escultura africana como um elemento das problemáticas da tensão entre a tradição e a modernidade. Neste caso por uma modernidade eurocêntrica face à tradicionalidade periférica de África (outra problemática que na época se desenvolvia no campo da economia política). Queria então Mesquitela Lima evidenciar que enquanto o "olhar europeu" moderno olhava para as esculturas como objetos (museológicos) inferindo através deles o mundo (porque transportam significados), apropriando-se da sua estética pelos sentidos; o "olhar africano" tradicional olhava para a escultura como um objeto do seu mundo (como signo), apropriando-se dele não pelo prazer da estética, mas pelo sentido da sua narrativa.

Ora esta constatação permitiu a Mesquitela Lima afirmar que as funções das esculturas africanas são vistas como processos diferenciados em função da origem do olhar. Em termos de análise do processo de distinção, interessa-nos aqui reter que a análise de Mesqui-

tela permite observar a escultura africana no âmbito duma tripla significação. O processo de produção dos objetos é unitário mas o seu consumo diferencia-se em função da sua absorção social. Isso implica a admissão da pluralidade de leituras que incidem sobre um objeto. Assim através das leituras dum mesmo objeto podemos navegar através dos mundos das suas significações, que são tão diferentes quanto as leituras o permitam. Ou seja, a conclusão de Mesquitela é que as esculturas do museu são representações da vida das comunidades que as produziram.

Não procurando agora discutir se esta problemática resulta de usos ou funções sociais diferenciadas da escultura pelos processos das comunidades, interessa-nos aqui salientar que, nessa época, a sociedade portuguesa, feita que foi a descolonização, no âmbito da narrativa do seu pensamento sobre a arte africana já se apresentava em sintonia com o pensamento pós-moderno e dispunha de instrumentos de análise adequados.

A obra de Mesquitela é uma proposta de metodologia de análise da escultura africana. Muito influenciado pela arte dos Quiocos que o autor conhecia bem por ter trabalhado no Museu do Dundo em Angola, Mesquitela aborda a problemática da forma e dos significados (Forma e Conteúdo), das questões da autoria (nas sociedades tradicionais o autor, sendo conhecido de todos, executa uma obra coletiva, porque escreve na madeira a história da comunidade). "*Todo o objeto de arte constitui o produto de um elemento (neste caso, um indivíduo) que se situa dentro do património coletivo ou herança social que designamos por cultura*" (LIMA, 1985, p. 37).

Ou seja o artista como aquele que dialoga com as suas heranças, criando arte.[253] Através da sua criação torna-se num instrumento dessa mesma sociedade que através dele se confronta consigo mesma (LIMA, 1985, p. 38). Essa mesma sociedade que encontra na arte que produz o resultado do seu diálogo com a natureza. "*Toda a manufatura de qualquer objeto cultural (e neste caso está, incluído o objeto de arte) é em certa medida o resultado de um diálogo entre uma técnica e uma matéria*" (LIMA, 1985, p. 39) São palavras tributárias de André Leroi-Gourham em o "Gesto e a Palavra" (LEROI-GOURHAN, 1990) na análise da oposição entre a natureza e a cultura, onde a adaptação de cada comunidade ao ambiente que a rodeia determina os usos das técnicas, sendo que nas sociedades ditas tradicionais, as técnicas tendem a apresentar-se mais estáveis, enquanto nas sociedade ditas modernas, a inovação nos usos das matérias implica uma constante reformulação das técnicas.

[253] E aqui Mesquitela insere claramente a diferenciação entre arte e artesanato. Sendo que defende que no primeiro caso há criação e no segundo cópia. A arte produz aumento do património e a sua replicação produz a generalização. A arte é qualitativa e o artesanato quantitativo (LIMA, 1985, p 37)

A questão da tensão entre a tradição e a modernidade está de resto presente em toda a análise desta obra de Mesquitela Lima, que no último ponto da sua análise acaba por se centrar na função social da arte nas sociedades agrafas. O objeto escultórico, nas sociedades tradicionais, é produzido como um instrumento. "O que interessa fundamentalmente nestas sociedades é a origem, a fonte do objeto – o artista como personalidade – e o destino da obra acabada, que vai precisamente preencher também uma função social importante" (LIMA, 1985, p. 52). Ou seja, a escultura, nas sociedades tradicionais, defende Mesquitela, é um modo de participar na totalidade do seu património. "*Se é certo, como temos vindo a afirmar, que a arte destes povos constitui um sistema de comunicação que funciona à escala do grupo, é lógico que todos possuam elementos para fazerem uma leitura adequada dos objetos. Conquanto todos possam ler de fato, a realidade é que essa leitura difere consoante os conhecimentos do utilizador: uns leem melhor do que outros, conforma a sua situação no todo cultural e social. Assim, um iniciando, ao ser interpelado a propósito de um objeto qualquer, fornecerá certamente menos elementos para a compreensão do significado da obra do que um indivíduo já iniciado*" (LIMA, 1985, p. 53).

A questão de tensão entre a tradição e a modernidade no caso da escultura africana é sem dúvida pertinente quando analisada em função dos seus contextos de produção e de uso. As comunidades ditas tradicionais serão em tese menos permeáveis à inovação sendo que o seu sentido do total será mais facilmente construído. Essa operação, da relação do particular representar o todo, seria mais difícil de percecionar nas artes das comunidades africanas modernas ou urbanas. E isso abriria um campo para distinção entre a arte (que estaria ligado à tradição) e o artesanato (que estaria ligado ao consumo).

Mas numa leitura da modernidade a análise de Mesquitela parece denotar algumas limitações. As sociedades não conjuntos estáticos mas sim processuais. Os tempos e os ritmos são diferenciados. Na atualidade, não há já comunidades tradicionais "puras". Todas as comunidades são permeáveis. Apesar da análise estrutural, Mesquitela ainda tinha algumas preocupações de encontrar a essência original.

Se o modernismo incorporou nas visões eurocêntricas dos artistas, uma visão do outro e no caso particular de Moçambique, uma releitura da estética "africana"; também é verdade, que essa releitura (ou se preferirmos a valorização) dessa estética também produziu sobre os produtores de arte africana uma influência. Ora no caso da escultura maconde de Moçambique já verificamos que o colonialismo se encontrava numa impossibilidade teórica de dotar de autonomia estética a arte produzida pelos africanos. Daí um lento e tortuoso percurso de tomada de consciência da "arte africana", que no estertor final do império, mais por necessidades políticas, do que por reconhecimento da autonomia do outra passa a classificar

como arte tudo o que existe, desde o património edificado, às produções artesanais de funções utilitárias.[254]

Mas, se na metrópole colonial a impossibilidade do reconhecimento da autonomia do outro constituía a formulação política hegemónica; no terreno, no próprio território de Moçambique a permeabilidade das questões do modernismo estiveram presentes desde os anos quarenta [255] com o aumento das atividades culturais e artísticas na então capital colonial Lourenço Marques, nomeadamente o papel do "Núcleo de Arte" criado em 1937, a primeira exposição de arte na colónia (COSTA, 2005), vai precisamente mostrar a existência de uma representação africana do outro, produzida num ambiente de hibridação. E é nesse processo que se iram notabilizar os trabalhos de figuras como Bertina Lopes ou Malangatana que se mais tarde tornarão símbolos da arte moçambicana. (SOARES, 2000)

Ora a questão da arte moçambicana é exatamente a problemática que se coloca na sequência da independência política do país em 1975. Como verificamos sobre a questão das Campanhas de Valorização Cultural[256], ela será orientada pela busca das raízes africanas de Moçambique. Esse movimento, como diz Paulo Soares radica em duas forças que nesse momento convergem. A do movimento político da FRELIMO, na busca da afirmação ideológica duma nacionalidade moderna de raiz africana, e os movimentos de arte "de estética africana" que se vinham desenvolvendo na cidade de Maputo (Lourenço Marques antes a independência) (SOARES, 2000) E é aqui que a questão da arte maconde é um caso paradigmático.

O reconhecimento do valor da arte maconde, através das sucessivas exposições e valorizações influenciou os modos de expressão da mesma (SOARES, 2000, p. 62). Assim, dos elementos iniciais de mascara "mapico" ou bustos, como inicialmente foram identificadas pelos missionários holandeses, que ainda se notavam na exposição feita por Felisberto Ferreirinha em Maputo, o reconhecimento do valor técnico dos artistas macondes levou a várias encomendas para execução de obras pelas autoridades coloniais, que vão influenciar a

[254]É o caso por exemplo da monumental obra do professor do então Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas António Pereira. Veja-se (PEREIRA, 1966).

[255] O povoamento branco por naturais de metrópole dos territórios africanos é lento. Ele ganha algum relevo após o final do conflito mundial de 1939-1945. Embora o povoamento tenha sido essencialmente orientado para uma ocupação rural, data dessa altura o crescimento da burocracia colonial nas capitais, nomeadamente em Lourenço Marques. Esse crescimento do povoamento branco leva a um crescimento das atividades "artísticas", ao aumento do número de jornais e ao surgimento das galerias de arte e cinemas. Esse fervilhar de atividade "culturais", permitiu, para alguns dos colonos mais atentos, e a alguma população mestiça em busca das suas raízes identitárias uma aproximação ao universo africano. A propósito da colonização branca de Angola e Moçambique veja-se (CASTELO, 2007).

[256] Ver apêndice IV

sua estética.[257]. Ainda no âmbito da sucessão de influências sobre os artistas, Paulo Soares (SOARES, 2000) identifica as contribuições de Jill Dias incorporadas nos trabalhos desenvolvidos pelo seu marido Jorge Dias sobre os macondes (DIAS, 1963). Esses elementos deram origem à produção de arte maconde para o mercado colonial, com a produção da "*chamada arte de aeroporto com trabalhos de natureza repetitiva*." (SOARES, 2000, p. 63),

E prosseguindo, revela que na sequência da luta anticolonial, muitos dos escultores emigram para a Tanzânia e o Quénia, onde passam a trabalhar.[258]. Essa mudança operou uma alteração do estilo, que do figurativo passa ao abstrato. "*Talvez porque o mercado local fosse dominado por comerciantes islâmicos, adversos à representação da figura humana ou animal, desenvolvida em Moçambique, e eventualmente porque um escultor levou a um comerciante uma figura distorcida e grotesca que foi muito bem aceite por ele, é em Dar-es-Salam que, em 1959, o Shetani, rapidamente também desenvolvido por outros escultores e apresentando diversos espíritos e mitos ancestrais macondes, bem como do quotidiano. Personagens estilizadas e deformadas, formas sinuosas e entrelaçadas e uma grande capacidade de abstração, de onde emergem seios, olhos, cabeças e outros elementos marcarão as características deste novo estilo"* (SOARES, 2000, p. 63)

Na sequência da independência, da ideologia política da FRELIMO e dos discursos hegemónicos na sociedade emerge posteriormente um novo estilo: as árvores da vida. A ***Ujama*** representa exemplarmente a comunidade, a solidariedade da família, as várias gerações e os espíritos. A escultura maconde corporiza assim, tal como a arte pictórica a ideia da identidade nacional através duma especificidade. Paulo Soares que é o Comissário a 1ª exposição de arte maconde realizada em 1988, no Museu Nacional de Arte (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1988) refere que para além da valorização do objeto escultura, na época nem sempre os produtores foram reconhecidos como autores. Efetivamente, os problemas da guerra e as dificuldades económicas do país não criaram um mercado que permitisse a continuidade de uma produção, que em parte se desloca para o vizinho do norte[259]. A exposição procurava agora afirmar novamente a moçambicanidade da escultura maconde.

[257] Entre os exemplos dessa influência estão os baixos-relevos encomendados para a entrada do Museu de Nampula, ou o célebre Cristo maconde, que se encontra exposto no Museu de Arte Sacra na Ilha de Moçambique.

[258] Por exemplo, a venda de arte maconde foi uma das formas de financiamento da luta do partido FRELIMO durante esta época. Nos anos sessenta, por via dos contactos de Eduardo Mondlane e de sua mulher, a americana Jennifer Mondlane, desenvolveu-se entre a "esquerda" americana uma rede de comercialização de esculturas macondes, para apoio à luta de libertação nacional.

[259] Refira-se também que, embora a FRELIMO tenha tido uma importante base social de apoio entre as populações do norte de Moçambique, nomeadamente entre os macondes, na sequência da aplicação do programa político socialista, com a coletivização da terra e a política de concentração urbana, as comunidades criaram algumas resistências, com muitos dos escultores a emigrarem para a Tanzânia.

Note-se que também neste capitulo Paulo Soares reconhece que tal como os escultores macondes são influenciados pelas dinâmicas da modernidade, também, por sua vez a escultura maconde acaba por influência a produção da escultura e na arte no país. "*Com efeito, não é só na escultura em madeira desenvolvida no* sul *de Moçambique que se nota a influência da arte maconde, mas, também em artistas como Malangatana, Idasse ou Naguib e, antes destes, em José Júlio, nestes reconhecendo a sua expressão plástica, na pintura ou no desenho, a influência da estética e da simbologia maconde, tal como se nota um traço de identidade comum na forma narrativa similar de "contar estórias. Esta maneira de contar estórias através da arte, em que o caráter narrativo desenvolvido reflete as tradições orais e crenças populares, como também, acontecimentos quotidianos em que o passado e o presente se misturam, encontra paralelismo em certas expressões literárias contemporâneas."* (SOARES, 2000, p. 65)

Retomando a questão que nos orienta, a tensão entre a tradição e a modernidade no centro da problemática do reconhecimento da alteridade, importa ainda referir que, na sequência desta exposição, em 1989 é apresentada em Paris uma mostra sobre "Arte Makonde: entre a tradição e a modernidade" a partir da qual de deu início ao um projeto de cooperação internacional financiado pela UNESCO, onde são criados vários incentivos aos artistas, nomeadamente o apoio à sua residência em Maputo[260]. Dez anos mais tarde, em 1999, no Museu de Arte em Maputo efetua-se um balanço deste projeto com a exposição "Arte Makonde: Caminhos Recentes" (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1999). No projeto que permitiu um estudo mais detalhado dos artistas no próprio planalto de Mueda, inclui já a xilogravura, como forma de expressão, (que é introduzido por atividades de cooperantes internacionais) e, conforme os princípios da museologia há uma clara intenção de individualizar os autores materiais das obras[261].

Para além da tensão entre tradição e modernidade Paulo Soares coloca um conjunto de questões que importa agora também mobilizar. As questões da autenticidade cultural do objeto artístico e a questão da determinação do seu valor, como objeto estético, inserem-se no âmbito das problemáticas da construção do futuro. A produção de objetos estéticos é em Moçambique um campo de modernidade. A produção de objetos insere-se no âmbito da mobilização das memórias sociais. Os programas de ação incluem sempre um espaço dedi-

[260] Numa área anexa ao Museu de Arte em Maputo, ainda funciona uma comunidade residente de artistas macondes. Esta comunidade vive e trabalha no local, onde vende a sua produção. Está aberto todos os dias, menos ao sábado, quando funciona na baixa de Maputo o "Mercado do Pau". Também em Nampula, anexo ao Museu etnológico, existe uma comunidade de produtores. Em Nampula a cooperativa inclui igualmente ourives e tecelões, além de explorar um pequeno bar - restaurante.

[261] Recorde-se a propósito a questão dos direitos de autor que marca a atividade da UNESCO. Havia uma assunção implícita de que a arte tradicional é anónima, ao passo que a arte moderna é de autor. Esta exposição expressa também de forma evidente o propósito de afirmar a expressão plástica e a escultura moçambicana como uma estética moderna.

cado aos objetos culturais. Ora com verificamos através da arte maconde, a sua autenticidade como elemento da tradição é uma expressão duma narrativa sobre o outro, do mesmo modo que o valor do objeto é também construído através dessa narrativa.

Por exemplo, quando Veiga de Oliveira colocava em exposição a cabeça mapico recolhida por Jorge Dias, tinha consciência de que essa mascara era um fetiche (OLIVEIRA, 1969, p. 11). "*Uma técnica de ação humana sobre o além. Num mundo em que tudo é animado por espíritos, favoráveis ou nocivos, e em que todos os fenómenos, a doença e a morte, se explicam sempre pela sua ação, não poderiam deixar de existir pessoas dotadas de qualidades psíquicas especiais, por natureza, ou resultantes de aprendizagens, que os comandam para o bem e para o mal dos demais. Mágicos, curandeiros ou adivinhos, conforme as funções que exercem em vários grupos*" (OLIVEIRA, 1969, p. *11).* A consciência dessa função não o impedia de atribuir um valor museológico através duma exposição como objeto etnológico. E esse valor incorporava o fim de significação como exemplo de um processo que estava ausente da representação, mas que pode ser intuída pela apresentação expográfica. Isto é, ainda que a mascara seja autêntica como artefacto, colocada no museu etnológico, pretendendo simbolizar uma cultura onde o seu uso ganha significado através do processo expositivo, a ausência dos vários elementos constituintes desse mesmo processo, fazem com que a significação da mascara se torne apenas num objeto de contemplação, sem as funções que a ele estão associadas.

Este tipo de exposição em museus de matriz ocidental conduz a uma consciência crítica de Paulo Soares em que se está perante uma museologia de caráter classificatórios "*que representa as artes fora do seu contexto, valorizando separadamente os elementos da escultura, da música e do próprio contexto social"* (SOARES, 2000, p. 56); à qual contrapõe uma outra museologia, que "*considera a arte tradicional como um fenómeno social vivo*" (SOARES, 2000, p. 56), no qual o seu significado só pode ser apreendido dentro do seu contexto. Paulo Soares defende claramente uma assunção duma arte "*desenvolvida culturalmente e assumida de forma diferente pelas próprias comunidades e artistas*" (SOARES, 2000, p. 56) Deve-se todavia salientar que Paulo Soares faz a sua reflexão sempre em termos da "Produção de Arte". Nós estamos aqui a utilizar a sua análise com o objetivo de identificar ao modo como a representação da arte de efetiva. Estamos a olhar para o lado do consumo da arte, a partir da perspetiva museológica, tentando que esta integre o seu contexto de produção.

Em Moçambique, no Museu de Arte e no Museu de Nampula observamos a coexistência dos espaços de Exposição no Museu (como espaços de consumo sacralizado) e dos espaços de Produção (onde a produção se destina ao consumo turístico). Entre os dois espa-

ços não existem diálogos (COLAÇO, 2000)[262]. Ou seja, os dois espaços museológicos assumem-se claramente como espaços de elites (centrais) e os espaços de produção artesanal como subalternos (periféricos). Ainda que os objetos presentes nos primeiros possam ter tido uma origem comum, verifica-se que são consumidos de forma diferenciada. Paulo Soares acaba por assumir, ainda que de forma inconsciente, essa posição quando coloca a interrogação: "*Será correto considerar que nas artes plásticas contemporâneas nos encontramos num movimento pós-modernista*?" (SOARES, 2000, p. 67) Ao qual defende, como conclusão que os africanos "*segregados pela ocupação colonia*l" estão envolvidos num movimento que se poderá chamar "*Renascimento Africano*" (SOARES, 2000, p. 67).

Ora a questão do *Renascimento Africano*, como expressão das artes africanas inseridas na pós-modernidade é sem dúvida um desafio aliciante como programa museológico. A museologia segundo a perspetiva da sociomuseologia deve refletir o mundo onde vive. Significa que os diálogos entre os objetos são infindos. Os museus temáticos[263], segundo a classificação tradicional estão ultrapassados, exigindo-se novos diálogos. E um desses diálogos executa-se precisamente entre a arte e a etnografia. Este diálogo, em torno dos objetos da "arte tradicional" como produto social, da "arte moderna" como produto do indivíduo remonta a Claude Lévi-Strauss (LEVI-STRAUSS, 1971), que de resto defende que para além desta característica a arte moderna é mais representativa e descritiva do que a arte primitiva, uma vez que esta última é um sistema de símbolos; e de que na "arte primitiva" a continuidade da tradição está assegurada pela representação; enquanto na "arte moderna" o academismo enforma a reprodução no âmbito de comunidade de interesses orgânicos (TEJADA, 1998, p. 368). Ora nesta perspetiva, os tradicionais etnológicos, ao serem apropriados pelos herdeiros das culturas neles representadas produzem, no discurso museológico, novos diálogos que pode fundamentar este "renascimento", enriquecendo os valores do discurso duma nova museologia.

Procurando sintetizar a questão da tensão entre a conservação e a inovação em Moçambique é um campo que a museologia no âmbito dos seus processos tem que conside-

[262] Neste artigo relata-se o ponto da situação duma investigação sobre o modo de produção das "barracas do museu" onde o autor conclui que face às pressões de modernidade, nomeadamente à pressão para a monetização das trocas, se desenvolveu um sincretismo cultural, onde a troca direta e a solidariedade mecânicas subsistem, embora em pressão, ao lado das trocas monetárias e da emergência de solidariedades orgânicas. Essa situação está a produzir uma mudança de valores onde se evidencia uma cultura híbrida.

[263]Segundo a taxonomia tradicional que divide os museus em museus de História, Arqueologia, Arte, Etnologia e de Ciência e Técnica. A que foi posteriormente acrescentada pela museologia os ecomuseus e os museus de território.

rar. As várias experiências e os sucessivos e avassaladores ritmos de implementação de políticas culturais para sucessivas reconstruções identitárias introduziram neste campo de análise forças e tensões contraditória que se segundo Carlos Serra se manifestam em sete campos: Num primeiro campo do Espaço vivido, na fragmentação do tempo, na multiplicação dos elementos da alteridade, na complexificação das relações sociais e das hierarquias, na multiplicação dos objetos materiais mnemónicos, na multiplicação das propostas ontológicas e no cruzamento dos sistemas de legitimação social (SERRA, 2000, p. 9). Essas tensões caracterizam segundo Serra a atualidade da problemática sobre a Moçambicanidade como "*uma operação de rutura, extraindo o tempo duma tradição, para injetar noutra a modernidade* (SERRA, 2000, p. 12)

Conclui o autor "*Vivemos Hoje, afinal, um tempo de híbridos, um tempo no qual valores intermédios desubstancializam os grandes conjuntos identitários e os submetem a reinvenções anfibiológicas". Fazer a arqueologia desses híbridos, porque protótipos de novos espaços sociais e de identidades múltiplas é uma das grandes tarefas do século XXI."* (SERRA, 2000, p. 12). Ora, passados dez anos sobre o discurso, não só nos importa realçar a sua atualidade, como nos interessa salientar a sua utilidade como proposta para a sociomuseologia.

Essa atualidade constitui-se em torno do desafio de para além de centrar os processos museológicos na comunidade e nos territórios, de os fazer participar nos processos a partir do seu património e das suas heranças, procurar através desses mesmos processos constituir-se como serviços à comunidade. No âmbito dessa prestação de serviços que novas narrativas podem incorporar. Como vimos através do processo de desenvolvimento da narrativa que construímos sobre a emergência da escultura maconde como objeto museológico, podemos concluir que ele se constitui simultaneamente como uma herança e como um recurso da ação.

Verificamos igualmente que a estatuária embora esteja presente no museu, como objeto etnográfico, aos vários processos museológicos que analisamos não a estão a incluir, nem como recurso, nem como proposta a ação museológica, muito embora próxima dos espaços museológicos se assista a uma intensa atividade de produção de estatuárias. Então esse será um desafio. Mas antes de procurarmos propostas avancemos com algumas problemáticas que nos poderão ser úteis na construção das propostas da nossa pragmática.

4.2.2. A narrativa da oralidade e a literatura em Moçambique

A questão da oralidade e da literatura no caso de Moçambique, como na maioria dos países africanos é uma questão complexa e que tem suscitado ao longo dos últimos oitenta anos várias polémicas e discussões apaixonadas[264]. A nossa abordagem desta problemática decorre da necessidade de desenvolvermos uma reflexão critica a partir dos dados da experiencia que testamos na Ilha de Moçambique[265]. Vários autores, principalmente em Portugal e em Moçambique têm abordado esta questão.

Ana Mafalda Leite, em 1998 efetuou o desenho sumário desta problemática (LEITE, 1998). A questão da "negritude", introduzida por Léopold Senghor em 1948 marca o início da busca duma essência africana (SENGHOR, 1948). Essa problemática será contestada por vários intelectuais africanos na década de novecentos e setenta (BALOGUN & DIAGNE, 1977) que, considerando a conceptualização de "negritude" como um conceito com origem (e com um fim) nas problemáticas ocidentais, haveria que africanizar a problemática centrando-a nas questões africanas. Aqui, africanidade, face à ausência da escrita, teria que se inserir na oralidade. A aí se gera uma nova oposição entre a tradição (alicerçada na oralidade) e a modernidade (com a emergência da escrita) como um fenómeno urbano.[266] Segundo Mafalda Leite esta questão ainda se enraíza na busca duma identidade nacional e prossegue na afirmação das literaturas pós-independência, que eram até aí consideradas como apêndices das literaturas nacionais (da língua colonial). O fato de no processo de reconstrução identitária se processar uma intertextualidade feita na contestação à matriz europeia, vai levar à incorporação de autonomias (LEITE, 1998, p. 13). E essa busca das autonomias encontra na incorporação da oralidade aplicação exemplar[267].

---

[264] Se quisermos, podemos fazer recuar esta questão à publicação das "Fábulas" de Jean de La Fontaine, escritor francês (1621-1695). Na época as Fábulas foram apresentadas como um exemplo dum mundo tradicional, puro, próximo da natureza. Durante muitos anos foram utilizadas como exemplo de moralidade. O seu estilo picaresco virá dar origem a um tipo de literatura de costumes pelo exemplo.

[265] Utilizamos no nosso trabalho na ilha um corpo documental constituído por um conjunto livros adquiridos na nossa viagem, nomeadamente: (GANDOLFO, 2009), (CHIMENE, 1998), (ROSÁRIO, 2008). Utilizamos ainda um conjunto de contos recolhidos localmente por dois professores. (AAVV, s/d).

[266] Por exemplo Salvato Trigo vai escrever. "*Parece-nos que a tortura, a que o muceque submeteu a língua de empréstimo, modelando-a até aos limites do expressivo, por vezes impensáveis, neutraliza perfeitamente o exílio em que nasceu a escrita da moderna literatura africana de expressão portuguesa. O urbanismo colonial provocou, de facto, o exílio do homem negro, despaganizando-o das suas raízes culturais e civilizacionais, mas ao mesmo tempo e em atitude, por assim dizer suicida, criou-lhe as condições para profeticamente se vingar dele, por meio duma genuína expressão literária que não encontra paralelo em nenhuma das outras literaturas africanas em língua de colonização"* (TRIGO, 1985, *p 551)*

[267] No inventário de Mafalda Leite não encontramos referência ao trabalho pioneiro de Alfredo Margarido, o seu prefácio à edição de "Poetas de Moçambique (MARGARIDO, 1962). Nesse texto, republicado em 1980

A oralidade como conceito de análise, sobretudo como atributo da tradicionalidade pode ser considerada como uma problemática que se centra sobre a construção dos mitos originais. A construção da imagem do africano efetuada a partir das descrições da antropologia, com as construções dos seus sistemas de cosmogonia, levaram, os ocidentais a incorporar, que face à ausência da ferramenta da escrita (como elemento de rememoração e reprodução do saber), a oralidade, o conto tradicional desempenhava, senão funções idênticas, pelo menos funções similares. Tanto mais que este processo, de descoberta do outro africano, vai correr na sequência da descoberta das tradições populares europeias, que o movimento romântico vai acrescentar como afirmação da diversidade e duma identidade face à afirmação dos nacionalismos europeus emergentes que impunham a ideia da nação associada, entre outros ao uso duma língua vernácula. Como salienta Mafalda Leite, a oralidade é um resultado do seu processo histórico (LEITE, 1998, p. 13), e não um resultado duma "natureza africana", contrariando quem apressadamente considera que a escrita é um acontecimento disjuntivo para os africanos (LEITE, 1998, p. 13).

A mistificação da oralidade produziu nos Estudos Africanos a utopia da sua justaposição com a tradicionalidade, identificando os dois conceitos (oralidade = tradição) ou, por outro lado, a oralidade como uma função exemplar da africanidade. Essas atitudes acabaram por confundir a ideia da autenticidade com a condição oral. (LEITE, 1998) Uma outra abordagem conceitual da força da oralidade como característica da africanidade, segundo Mafalda Leite, encontra-se nos defensores da ideia de que a "oralidade" é uma forma de partilha coletiva do "saber", processo que seriam particularmente adequados aos processos

---

num Antologia "Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa" (pp. 479-501) Margarido apresenta a sua visão sobre a diferenciação da narrativa africana da narrativa de raiz europeia. Segundo as palavras de Margarido não é a oposição tradição/modernidade que marca a narrativa mas sim a consciência da necessidade de modernidade como afirmação da liberdade. Sendo certo que as sociedades tradicionais se estruturam dentro duma temporalidade específica, que Margarido afirma de Telúrica, por contraponto à temporalidade mecânica (que caracteriza a categorização do ocidental), o que importa analisar na estética é a emergência da "consciência do devir" como elemento de "força compósita" (pagina III) que vincula a multiplicidade dos acontecimentos permitem ultrapassar a passividade e vincular a possibilidade de ação com base na experiencia do presente. E é nessa busca da expressão estética da especificidade moçambicana que conduz a escolha dos poetas que são incluídos na antologia. Na época, esse critério não foi pacífico. Mas o mais interessante nesta antologia de Margarido, para este nosso trabalho, é a sua abordagem à poesia de Noémia de Sousa e Craveirinha "*que revelam, antes de mais, a limitação do não lugar – onde os negros e os mestiços são revelados: o perímetro citadino, ou seja o balanceio entre o lugar de trabalho e a marginalidade dos arrabaldes*" (pagina XIII). Essa condição, segundo Margarido conclui, mais do que a noção da consciência de exílio (como se defende a condição da negritude), o colonialismo português tinha produzido um sentimento de alienação. E esta conclusão é crucial para entender a proposta de análise do Margarido sobre o seu combate ao colonialismo (na época em que escreveu o prefácio) e às sucessivas formas que ela assume após 1974. Veja-se nomeadamente o seu texto (MARGARIDO, 2000)

de construção socialista de raiz africana, que nos anos sessenta e setenta do século XX se difundiram pelos novos estados africanos. (LEITE, 1998)

Recorde-se que entretanto, em 1976, no âmbito das políticas culturais de UNESCO, se defendia a necessidade de proceder à recolha (inventário) e tratamento das tradições populares (BALOGUN & DIAGNE, 1977). O recenseamento do "Património Cultural", como forma de desenvolver "harmoniosamente as culturas e valores que se ignoram ou que pouco se conhecem" (BALOGUN & DIAGNE, 1977, p. 29) é uma primeira tarefa dos estados, como forma de valorizar as culturas. Defende ainda a necessidade de criar uma investigação sistemática que permita a criação de corpus de textos, antologias, monografias, repertórios, enciclopédias. Afirma que não basta o trabalho de recolha e que era necessário divulgar e encorajar a produção de "património" através dos jogos tradicionais, festivais, exposições itinerantes. (BALOGUN & DIAGNE, 1977, p. 32) Recomenda o estudo das línguas locais, como forma da sua preservação e difusão. Estudar as culturas africanas, orais e escrita, inscreve-se então num objetivo de política cultural[268]. Estes textos fundamentam a formação da política cultural que se desenvolverá em Moçambique[269].

Das polémicas em torno da questão da função da oralidade, a problemática orienta-se então para um processo de preservação que passa pela recolha, investigação e divulgação do património. Atualmente, no âmbito da UNESCO, esta questão encontra-se incluída nos processos de inventariação do "património imaterial" (UNESCO, 2003). Mas para a análise desta questão, aplicada ao caso de Moçambique, é interessante percorrer a linha de investigação efetuada pelo Etnólogo Manual Viegas Guerreiro (1912-1997), antigo mestre da Faculdade de Letras de Lisboa onde durante vários anos se dedicou às problemáticas da Literatura Popular. Viegas Guerreio havia acompanhado Jorge Dias na sua monumental Investigação sobre os macondes de Moçambique, no qual escreve o volume IV. (GUERREIRO, 1996).

Posteriormente a 1974, Viegas Guerreiro no âmbito do IPPC executa uma pequena monografia sobre "Guia de Recolha da Literatura Popular" (GUERREIRO, 1982), que era a base da sua classe[270]. Em 1985 Viegas Guerreiro no colóquio "Literaturas Africanas de

[268]Este texto enquadra a questão da Campanha de Valorização Cultural desenvolvida em Moçambique entre 1979 e 1983.
[269] Veja-se Apêndice III
[270] Em 1983, no âmbito da disciplina de História de África, frequentamos algumas aulas do Prof. Viegas Guerreiro. Foi com base nessa metodologia, e com a experiencia entretanto acumulada que desenvolvemos algumas reflexões na nossa investigação na Ilha de Moçambique. A metodologia utilizada para recolha da oralidade junto da comunidade foi registada em gravador. De seguida procedemos à classificação e registo do local,

Expressão Portuguesa" apresenta uma comunicação (GUERREIRO, 1987). O autor exprime a importância da análise do discurso da oralidade para ultrapassar a ideia do "atraso cultural" das sociedades tradicionais. Se do ponto de vista das técnicas as comunidades podem apresentar-se com situações diferenciadas, ao nível do pensamento isso não sucede. "*O Devir é um fenómeno universal", afirma o autor, "e se no domínio das técnicas estas populações* se *atrasaram, e não tento como se julga, não assim nas manifestações do intelecto*" (GUERREIRO, 1987, p. 171). Segundo Viegas, é através do pensamento que as comunidades expressam a sua atualização dos conhecimentos. "A narrativa oral é então não apenas elemento do passado mítico, que também o é, mas é sobretudo uma reelaboração do presente. Uma leitura do presente. (GUERREIRO, 1987, 171) Trata-se portanto duma expressão da memória social. "*As personagens movem-se, atuam, em ambiente físico que é o de hoje, sentem e pensão de modo análogo ao do narrador e ouvintes*" (GUERREIRO, 1987, p. 172). Estamos portanto perante uma "matéria do património" justificando-se a sua investigação.

Ainda no âmbito da questão da oralidade, mas agora assumindo uma análise crítica do discurso Jean-François Loytard quando aborda a "Pragmática do saber narrativo" (LOYTARD, 1986, p. 42) afirma que a legitimação do saber denotativo, que na pós-modernidade implica o saber fazer, saber viver, saber escutar, aborda o saber do costume (ou do senso comum). Segundo Loytard o "saber tradicional", que se distingue do saber científico, emerge na Europa do século XVIII e XIX como uma legitimação do novo saber da burguesia, em oposição ao saber teológico. O saber popular, da tradição, fundado em genealogias que se perdem nos tempos, visto como um saber puro, procura legitimar novas relações de poder. *"Estas histórias populares contam o que se pode chamar formações (Bildungen) positivas ou negativas, ou seja os êxitos ou os fracassos que corroam as tentativas dos heróis, e estes êxitos e fracassos conferem legitimidade às instituições (função dos mitos), ou representam modelos positivos ou negativos (heróis felizes ou infelizes) de integração nas instituições estabelecidas (lendas contos). Estas narrativas permitem portanto definir, por um lado, os critérios de competência próprios da sociedade em que são contados, e, por outro lado, avaliar, graças a esses critérios, as performances que neles se realizam ou podem realizar*." (LOYTARD, 1986, p. 45).

Mais, Loytard encontra ainda mais três funções neste tipo de discurso narrativo: Ele é constituído por uma pluralidade de jogos de linguagem, que permite uma complexidade de enunciados denotativos, e por uma forma de transmissão com regras fixadas na pragmática. (LOYTARD, 1986, p. 46). Nesta última função o autor considera que a transmissão da nar-

tempo e contexto da recolha e do informante, a transcrição, a validação e o tratamento da informação. Esse material é posteriormente utilizado no processo de conscientização museológica

rativa, na oralidade obedece a lógicas de enunciação em que o narrador participa no próprio enunciado, sendo que a legitimação do discurso advém pela participação do "*narratário*" e do auditório. (LOYTARD, 1986, p. 47). Para além disso, esta forma de narrativa, como performance, obedece a um ritmo. O ciclo de exposição e repetição dão origem à formação de competências por interiorização. A competência nestas comunidades constrói-se assim, segundo o autor, pele exposição sucessiva às várias narrativas, sendo que através desse processo ele se vai sucessivamente atualizando. E essa atualização é uma atualização dupla. Do referente e da memória do participante. (LOYTARD, 1986, p. 50)

Em 1986, Lourenço do Rosário [271] na sua tese de doutoramento (ROSÁRIO, 1986) vem acrescentar à conceptualização da "literatura oral" algumas questões de investigação que decorrem dum longo trabalho de campo. O autor refere, o entusiasmo com que Aquino de Bragança em 1980, no centro de Estudo Africanos de Universidade Eduardo Mondlane acolheu a sua ideia da recolha da literatura Oral. Embora a recolha do corpus tenha sido efetuada nas comunidades do Vale do Zambeze, o tema interessa à nossa problemática pela sua proposta metodológica.

Segundo Lourenço do Rosário, a técnica da escrita, nas sociedades da escrita serve para "uma transmissão de conhecimentos que perpétua a hegemonia social, onde o núcleo familiar é substituído pela mediatização do sistema de ensino (ROSÁRIO, 1986, p. 49) "*Essa preocupação do grupo dominante é perpetuar-se inibe o indivíduo e a sua criatividade. É por isso que, muitas vezes, à margem desta aprendizagem mediatizada, o indivíduo procura, através de atos criativos expressar as suas interrogações, os seus protestos, o seu posicionamento individual representando o mundo de uma forma subjetiva e em algumas vezes em confronto com os valores que lhe foram transmitidos. No entanto, o que tem acontecido, na generalidade, é o ato de criação, na situação de escrita, reproduzir normas e valores de interesse de classe que lhe permite ter acesso aos mecanismos de divulgação*" (ROSÁRIO, 1986, p. 49). A esta educação erudita, contrapõe Rosário a educação das sociedades da oralidade onde "*a educação se associa à arte e ao ato criativo em função da das preocupações, manutenção e prosperidade do grupo comunitário*" (ROSÁRIO, 1986, p. 50) Esta dupla função (educativa e criativa) efetua-se em função da manutenção do grupo, é segundo Rosário, uma característica das "sociedades da oralidade"; ao passo que as "sociedades da escrita" privilegiam o caráter instrumental da escrita (uma educação instrumental), ou valorizam a estética desligada da ato educativo (uma estética pela estética).

[271] Lourenço Do Rosário (1949). É atualmente Reitor da Universidade Politécnica em Maputo. Foi professor da Literatura Africana de Expressão Portuguesa na Universidade nova de Lisboa.

Como ato cultural e criativo a narrativa oral, na perspetiva saussuriana[272] onde a língua é um sistema significante, e a língua – oralidade corresponde à sua objetivação social. A língua seria então a deposição das normas coletivas (tal como sucede na fixação do texto escrito, que é uma mediação desta) e a fala – oralidade corresponderia à interação do conteúdo da narrativa com o narrador e o seu público. A fala, come mediação permite ultrapassar a fixação do texto escrito, e deixa ao artista a liberdade do ato criativo. Note-se que esta liberdade criativa é condicionada pela conformidade com as normas e com o público.

A partir dessa reflexão, defende Lourenço do Rosário, verifica-se uma distinção entre o processo de análise da literatura oral, da literatura escrita. Nesta, a objetivação é feita pela língua/fala (como norma), enquanto na oralidade a objetivação é feita pela própria língua, inserindo-se portanto no próprio ato criativo. Com esta distinção, Lourenço do Rosário pretende ultrapassar a ideia de que a oralidade corresponderia a um arquétipo da literatura, como uma outra forma, mais primitiva. (ROSÁRIO, 1986)

No campo teórico Lourenço do Rosário trabalha ainda a questão das narrativas orais como objeto de conhecimento, justificando com integração categorial de formas consideradas características da oralidade, como são os contos, os mitos, as lendas fábulas. Segundo Rosário não existe entre essas formas diferenças de natureza. A diferenciação entre essas narrativas é pelo seu grau, ou pela função que desempenha em termos de oposições. Depois de analisar a questão a pertinência da problemática desta "literatura oral"[273], que nas sociedades modernas tem sido remetidas para o universo "das crianças". Ora Rosário defende, na esteira de outros autores, a existência de dois tipos de narrativas: as narrativas que se relacionam com as questões de conservação da comunidade e as narrativas sobre a exemplaridade dos atos individuais. No primeiro caso, temos como exemplo uma função mais mítica, com formalismos narrativos mais rígidos. No segundo caso, a função é a apresentação dos atos significativos, onde a personalidade assume características mais abertas, sendo que nestas encontramos um apelo à ação limitada pelos vários interditos sociais. Nos atos da oralidade é fundamental a ritualidade da narrativa. (ROSÁRIO, 1986)

[272] Ferdinand de Saussure (1857-1913). Linguista Escreveu o Curso de Linguística Geral, que constitui a afirmação da linguística como campo do conhecimento. Saussure concebe a linguagem como um sistema de signos unidos por relações de concordância (solidariedade e dependência). O sistema organiza-se em unidade significativas que se diferenciam e delimitam mutuamente. Os seus trabalhos sobre a linguagem vão influenciar a formulação das ciências sociais. Em última análise, todo o pensamento científico se apoia numa linguagem.

[273] O termo é também uma questão polémica, que não cabe nessa nossa problemática, mas que a autor que temos vindo a citar aborda.

Em termos de morfologia da narrativa da oralidade, Lourenço do Rosário distingue o objeto pela sua génese. Às narrativas que são geradas por uma situação de carência inicial, que implica a sua ultrapassagem, são narrativas ascendentes. Neste tipo de narrativas encontram-se todas a formas míticas, os exemplos de ação comunitária, e atos de heroísmo ou bravura. Este tipo de narrativa, segundo Rosário poderia constituir um arquétipo da forma de narrativa e que corresponde à vontade de futuro (exemplificado pela normalmente apoteótica conclusão). Representaria a consciência do ser (ou a perda da idade do ouro). (ROSÁRIO, 1986)

A metodologia que Lourenço do Rosário adota, foi desenvolvida pelo formalista russo Vladimir Propp[274]. Na análise do corpo de narrativas pressupunha a sua aplicação num universo social uniforme, e colocava como hipótese que seria através da narrativa que as comunidades adequavam a sua experiencia no mundo. Portanto, este tipo de narrativa ascendente opunha-se às narrativas fundadoras, míticas, em termos funcionais e morfológicos. Estas narrativas são classificadas como descendentes. Partem dum problema e falam das formas e das soluções que existem para a resolução do problema. Essas soluções correspondem a formas de vida, a filosofias de vida e são, no tempo dinâmicas, porque representam o ajustamento da comunidade à sua história, à sua memória, e ao seu devir.

Lourenço do Rosário ultrapassa as condicionantes do método formalista de Propp, adicionando-lhe a necessidade de compreensão do sistema de funcionamento social da comunidade. "*Como ninguém pode afirmar que conhece uma língua só pelo fato de ter estudado a sua sintaxe, porque o domínio desta não permite, só por si deduzir qual o léxico, nem o valor semântico dos seus enunciados, assim, ao nível da narrativa de transmissão oral não é suficiente se não for completada com o conhecimento etnográfico da comunidade que produz essa narrativa"*. (ROSÁRIO, 1986, p. 81) Defende Rosário a complementaridade entre narrativa de tradição oral e a etnografia, que representam uma relação entre o significante e o significado no contexto em que se verifica a sua relação com outras narrativas, conforme a proposta de Saussure.

No seu trabalho vai apoiar-se ainda nas propostas de Denise Paulme [275]que através duma análise específica dos contos africanos opera algumas adaptações metodológicas.

[274] Vladimir Propp (1895-1970). A sua "Morfologia do Conto", publicada em Portugal em 1979, constitui uma referência para a análise do conto tradicional desde a década de 40. Veja-se (PROPP, 1979 e 1983)

[275] Denise Paulme (1909-1998). Antropóloga. No seu livro propõe e desenvolve a análise das narrativas orais em África com base em 7 modelos: As narrativas ascendentes, onde há uma carência que é suprida; as narrativas descendentes, onde de uma situação normal se passa para uma situação de carência; a narrativa cíclica, onde de uma estado se passa a outros, regressando ao primeiro; a narrativa em espiral, onde os movimentos cíclicos se repetem em espaços e tempo de qualidades diferenciadas; as narrativas em espelho, onde se proces-

Mantendo a macrotipologia ascendente/descendente, a autora parte da análise da estrutura narrativa mais simples para o mais complexo. Assim, na narrativa ascendente à uma situação inicial de carência (1), seguida da apresentação das provas (2) à qual se segue o processo de ultrapassar as dificuldades (3). Por vezes, nesta narrativa verifica-se a ocorrência da magia (que ajuda a solucionar o problema). Dentro desta classificação ascendente, encontram-se várias variantes.[276] Igualmente no âmbito das narrativas de tipo ascendente, apresentam-se ainda algumas outras categorias, como por exemplo de interdição ou submissão à tradição (fidelidade), transgressão, punição. Há ainda outro tipo de combinações, que resultam de aplicações de esquemas desonestos, (truque) que pode ser aberto (revelado) ou fechado (oculto). Acrescenta ainda, em relação à morfologia das narrativas de tipo cíclico (que se ajustam aos mitos) em espiral, em espelho (que se aplicam às narrativas iniciáticas) em ampulheta (que representam comportamentos diferentes. O critério e a grelha de classificação dependem, nesta metodologia, dos sentimentos das personagens. Em suma, a proposta de trabalho de Lourenço do Rosário tem como objetivo principal analisar a narrativa da oralidade em busca das correspondências entre as narrativas e o universo social (ROSÁRIO, 1986, p. 112)

Mas vejamos como é que este assunto tem vindo a ser trabalhado em Moçambique. A narrativa oral, em Moçambique tem tido a atenção de vários projetos editoriais. Por exemplo a Coleção Cinco Mares, da Editora Paulista Mar Além (CAVACAS, 2001) publica uma recolha de Provérbios Orais Moçambicanos[277]. A intenção da publicação desse tipo de textos "em estado bruto" tem um objetivo de contribuir para a sua preservação em face da perceção de ameaça de desaparecimento[278] e um compromisso com a divulgação "da noção de identidade que anima a história destas gentes e destas terras" (CAVACAS, 2001, p. 9). Trata-se portanto de uma antologia de textos sem uma abordagem crítica.

---

sam dois movimentos paralelos com sentidos opostos; as narrativas de Cruzamento, onde os movimentos se interpenetram com alterações das características e qualidades dos papéis; e finalmente as narrativas complexas, onde se verificam combinações dos modelos anteriores. Situação Inicial normal, situação de degradação, situação de punição (PAULME, 1976). Veja-se também FINNEGAN, 2008)

[277] A recolha teve por base as recolhas efetuada nas Campanhas de Preservação do Património Cultural, como refere a sua Organizadora (CAVACAS, 2001, p 9), existentes no Arquivo Histórico-Cultural. O apoio do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa foi também mobilizado para este projeto de publicação dos resultados dessa recolha.

[278] No texto escreve-se: "cumpre a finalidade de contribuir para a preservação de documentos culturais que tendem a desaparecer se permanecerem no estado de isolamento em que se encontram até ao presente" (CAVACAS, 2009, p 6).

Um outro trabalho, de Maria Fernanda Afonso "O Conto Moçambicano: Escritas Pós-coloniais" (AFONSO, 2004,) vem também tratar da questão do conto, no âmbito da construção das identidades culturais. A questão da diversidade cultural do país, das múltiplas referências que se conhecem, encontra naturalmente uma primeira evidência ao nível dos contos tradicionais. Neste texto, que é o resultado dum doutoramento a autora, depois de longamente ter apresentado um discurso sobre a história de Moçambique, com particular detalhe na sua história recente afirma: "*A literatura tem desempenhado, sem dúvida, um papel muito importante na construção da identidade nacional moçambicana. Os escritores de primeira geração identificam-se com o movimento de libertação da FRELIMO, e acreditaram inabalavelmente no novo projeto de sociedade que ele propunha. Comprometeram-se pela palavra com o combate anticolonial e vários conheceram o exílio e a prisão*." (AFONSO, 2004, p. 34) Ainda segundo a autora, após estes primeiros anos de euforia, foi entre os escritores que surgiram os primeiros sinais de descontentamento social. Esta "*imbricação da ficção com a história, segundo o conceito de refiguração cruzada de Paul Ricoeur toma lugar no seio da literatura moçambicana. Ferida pela desilusão da revolução inacabada, atravessada por hibridismos multiculturais e linguísticos, a escrita assume-se como testemunha da pluridiversidade da história, denunciando as ambiguidades, as mentiras e os conflitos sociais, mas sem a preocupação de produzir um discurso monológico e autoritário*" (AFONSO, 2004, p. 34) E é nesse momento, segundo a interpretação da autora, que a literatura, melhor os escritores moçambicanos se voltam para a busca das raízes, para a busca das narrativas curtas "*que parece testemunhar uma vontade de criação dum projeto de escrita, articulada em torno duma herança cultural e linguística. As vozes narrativas instauram a dialética entre o que sempre pertenceu a África e o que ela recebeu de outrem. Elas interpelam o passado, propondo uma certa perceção do mundo, marcado por um olhar lançado com inquietação sobre a sociedade pós-colonial*" (AFONSO, 2004, p. 35-36). É nesse contexto que a autora centra o seu trabalho. O conto como expressão da identidade.

O interesse para o nosso trabalho de mobilizar esta reflexão sobre a literatura oral e a literatura moçambicana recente centra-se precisamente no fato de através dela podermos problematizar a tensão entre a tradição e modernidade no âmbito da afirmação das hegemonias. Esta tensão apresenta-se muito frequentemente como uma contradição. Entende-se a tradição como uma forma original (pura) e a modernidade (como uma dissociação construída sobre essa originalidade inicial por efeitos exteriores com o objetivo de a recentrar num outro tempo, concebido como mais moderno). Ao conceber a tradição como uma forma seminal sobre a qual o devir vai exercer um processo de transformação, é muitas vezes visto como uma corrupção da pureza da harmonia original. O ato criativo, que constrói uma nova

visão da tradição na modernidade é assim proposto como uma nova narrativa de legitimação da hegemonia.

Compreende-se assim que em Moçambique, após da sua experiencia revolucionária, onde as narrativas se reconstruíam em torno dos novos heróis, a narrativa ficcional se tenha procurado inserir e recentrar sobre a busca duma ideia de originalidade ficcional, que alicerçada na tradição reconstrói uma narrativa orientada para as visões então hegemónicas. "*Em África, a prática de uma escrita literária aparece como consequência das novas relações sociais económicas e políticas criadas pela colonização, que tem profundamente afetado o universo mental do homem africano, para quem a palavra é revestida do caráter sagrado ligado às suas origens*" (AFONSO, 2004, p. 36).

Não estando completamente de acordo com as palavras da autora, quando nas suas conclusões que aponta a narrativa curta, do conto, como uma busca duma especificidade africana feita com base na análise das raízes para construir o futuro[279], e ultrapassando aquilo que nos parece uma falsa oposição (entre o tradicional e o moderno), na medida em que o conto, como vimos, pode ser também uma releitura do presente, interessa-nos sobretudo inserir a problemática a utilização do conto tradicional e moderno na prática museológica.

A perspetiva museológica pode cruzar-se com perspetiva da crítica literária na análise do processo narrativo. No entanto, com verificamos esta última perspetiva utiliza como mediação o texto escrito, implicando portanto um ato criativo dum autor, um processo de divulgação e uma apropriação por um leitor. Esse processo que decorre num tempo diferente do tempo museológico, onde oralidade, tal como temos vindo a salientar se pode constituir como um processo de interação no âmbito da dinâmica do grupo. No processo museológico, não interessa tanto a mediação da escrita (embora não a exclua necessariamente), nem interessa tanto a autoria do texto (sobretudo se trabalha sobre os contos que são narrados pela memória coletiva), mas interessa fundamentalmente entender o processo pelo qual, através da narração oral, a mensagem e a visão do presente vai sendo atualizada pela dinâmica social.

Na moderna narrativa moçambicana, vários são os autores[280] que usam a técnica narrativa do conto, para um discurso sobre o presente com uma forte conotação sobre o

[279] Sem querer polemizar esta questão, pelo menos desde meados da década de cinquenta que a ficção europeia e norte-americana é influenciada põe novos processos narrativos que implicam uma economia da palavra, do espaço da escrita, do tempo da escrita, incluindo a emergências hipertexto.

[280] Falamos por exemplo de Mia Couto, Nelson Saúte, Borges Coelho, para apenas nomear os mais recentes autores moçambicanos

devir. Nada impede de os utilizar no âmbito dos processos museológicos. No entanto, onde nos parece ser particularmente relevante utilizar o conto como técnica de expressão duma comunidade é exatamente no âmbito da sua expressão como recurso oral, como expressão duma narrativa comunicacional com base na memória social da comunidade. Mais à frente regressaremos a esta questão e verificaremos como é que esse processo partindo de uma referência no passado se projeta no futuro pela ação no presente. Um processo onde a narrativa (como forma de comunicação) junta o emissor e o recetor fazendo-os participar numa permanente reconstrução de significados. E é neste processo que nos parece pertinente incluir os fundamentos da intervenção museológica, enquanto operação de conservação, divulgação, investigação e comunicação e criação de inovação na intervenção na comunidade.

4.2.3. A construção dos sentidos: a narrativa da música e da dança na Ilha

Salientamos no ponto anterior algumas questões relativas à problemática da oralidade como proposta de metodologia para análise da sociomnese no âmbito da sua aplicação em processos sociomuseológicos. O trabalho sobre as oraturas da comunidade é uma ferramenta possível para estimular a participação da comunidade nos processos museológicos, ao mesmo tempo que contribui para a recolha e conservação dos processos narrativos que transportam a experiencia de adaptação da comunidade ao devir. A oratura é portanto simultaneamente um recurso e um processo. Como recurso constitui um campo fértil de produção de significação sobre os objetos mnemónicos que permite construir um acervo participado. Mas a utilização a oratura como um processo, sobretudo no âmbito das comunidades africanas, permite ampliar o campo da ação museológica. Estimular a utilização das narrativas orais é um processo de extroversão dos objetos socialmente qualificados que permite incluir a sua própria dinâmica de criatividade e inovação na reconstrução dos sentidos do mundo. Ou seja, mais importante do que conservar para cristalizar a forma, o processo sociomuseológico permite trabalhar a oratura como uma proposta de comunicação onde a interpretação do passado é mobilizada para fornecer uma orientação para o futuro e construir ações projetivas

A problemática da oralidade inserida no âmbito da ação museológica em Moçambique levanta ainda outras questões que no tratamento da informação, com base em metodo-

logias exclusivamente literárias tem deixado ocultas. Como vimos, a oralidade como questão epistemológica tem vindo a ser incorporada no conhecimento científico por duas vias: A da criação literária pura[281], e por via das antropologias[282]. Em ambas há uma operação, considerada essencial, que consiste nas condições e na forma do seu registo e transcrição (escrita, fonográfica ou cinematográfica).

O registo é um processo que medeia a receção e a sua análise, constituindo igualmente a matéria-prima para a sua a divulgação. O registo é igualmente o suporte da sua conservação. Inicialmente o registo, sobretudo por limitações técnicas, era feito apenas por transcrição escrita. Com a possibilidade de efetuar gravações magnéticas ou digitais, passou a adotar-se essa forma de registo, considerada mais fidedigna. Á operação de gravar pode ou não suceder no tempo a sua transcrição, para disponibilização através da escrita. Para a prática das transcrições existem algumas metodologias, desde as que procuram conservar o texto mais próximo da sua expressividade oral, às que corrigem para ajustar a forma às normas gramaticais. É necessário também ter em linha de conta que há possibilidade de captar registos das expressões orais através da vídeo gravação, sendo que neste caso raramente se procede à sua transcrição. Não vamos entrar nos detalhes dos procedimentos técnicos ao dispor do investigador que trabalha sobre a oralidade. O que nos interessa salientar é que este é um campo duma ação mediada, onde a operação pode distinguir-se em função da forma e da estética. O operador e a técnica são igualmente participantes do processo, pelo que resultado não é apenas o "retrato puro da tradição", mas sim um conjunto complexo de ações e de intencionalidade, e de contextos. Interessa-nos salientar que na maioria dos casos os processos de gravação da oralidade são efetuados precisamente em contexto duma intencionalidade permitida.

No processo científico adota-se ainda fundamentalmente a descrição da metodologia através da escrita, com o objetivo de descrever exatamente as condições de produção dos resultados sujeito a análise. Já vimos igualmente que no caso das ciência humanas os eventos, na maioria dos casos são únicos, pelo que a reflexão metodológica neste caso é importante para a reflexão sobre os seus resultados e por consequência sobre as conclusões do processo científico.

[281] Há quem faça remontar a Giovanni Boccacio (1313-1375) a "invenção do género do conto". Boccacio, que viveu na península de Itália, na época partilhada por várias cidades comerciais, escreveu entre 1349 e 1351 o "Decameron" onde introduz a tensão entre personagens.

[282] Citamos aqui antropologia no sentido amplo da ciência do homem, que engloba os trabalhos de descrição das "comunidade tradicionais", a "história da oralidade" sobretudo desenvolvida pela historiografia inglesa nos anos sessenta.

A operação da escrita é uma redução da realidade, uma ilustração que representa um processo. Uma outra forma de narrar. Ao procedermos ao registo da oralidade, à sua transcrição estamos a fazer uma ilustração e estamos também a isolar um instante. Como temos vindo a salientar a oralidade é sobretudo uma atuação, onde para além do conteúdo das palavras (que são transcritas) ocorrem também outras comunicações (gestualidade, tempos, ambientes e espaços). A transcrição fixa uma parte da informação (uma ordem do discurso, num tempo e num espaço). A transcrição dum discurso transporta uma outra narrativa que fica oculta no texto grafado. É certo que o observador poder transcrever as suas sensações do ambiente, o "espírito do lugar", pode descrever as suas intenções e a sua opinião sobre as intenções dos outros. Pode igualmente avaliar os resultados. Mas essa descrição é na sua essência uma impressão.

O que procuramos evidenciar, neste sentido é que a transcrição é uma narrativa, tal como o registo vídeo dos sons e as imagens. Esse é um processo de ilustração da realidade e não "a ação real".

Mas se também a performatividade (no sentido de ação para os outros) é em si uma representação da realidade e a representação que estamos a registar é ela própria uma narrativa da representação, estamos próximo da metonímia. Aqui aproximamo-nos das críticas que foram feitas à "folclorização" da tradição contrapondo a autenticidade da tradição e às críticas que foram feitas na década de sessenta à produção de simbologia que perpetuam as formas sociais hegemónicas[283]

As análises de Propp tinham permitido revelar uma função do mito como forma de criação poética duma comunidade. Propp ao analisar o processo social de criação espiritual havia concluído que a natureza da obra poética é distinta da obra literária. Ainda que haja clara convergência entre ambas como narrativas, a poética contem numa linguagem de sínte-

[283] Veja-se nomeadamente (PROPP, 1979). Neste livro o autor apresenta uma interpretação sobre o mito Edipiano no ocidente, Há três interpretações deste mito no Ocidente: Uma primeira interpretação feita por Lévi-Strauss e pelo estruturalismo apresentada na "Antropologia Estrutural" que à luz da tradição freudiana da interpretação o mito como uma construção lógica que medeia as contradições da sociedade. A contradição entre a vida e a morte é superada pela construção duma outra contradição, menos forte, entre o mundo vegetal e animal, e a esta uma outra, ainda menos forte, entre herbívoros e predadores. Sendo que nesta oposições bipolares, por vezes emergem heróis Uma segunda interpretação de Fromm que analisa o mito de Édipo à luz da trilogia Sofocliana (Rei Édipo, Édipo em Colona e Antígona). Nesta interpretação o mito é um símbolo da rebelião do filho contra a autoridade patriarcal na família patriarcal. Esta interpretação histórica teria tido origem na superação da família matriarcal pela patriarcal. E finalmente, Propp propõe uma terceira interpretação, com base no "materialismo dialético", onde afirma que o mito, expresso na tragédia grega surge quando o direito começa a elaborar o conceito de responsabilidade de ação. A vontade de delito. A tragédia pergunta em que medida é que o homem é a fonte dos seus atos e o que é o próprio do agir. O mito (a tragédia) comporta a passagem a um nível novo, onde o mito e o conto se assumem como tomada de consciência

se a alegoria que remete para a totalidade que permite a reconstrução sucessiva de significações. A interpretação das condições de produção da obra não pode ser ignorada na interpretação da sua lógica interna. Diz, Propp: "*Uma das tarefas mais importantes e difíceis dos estudos folclorísiticos*[284] *é a análise da estrutura interna da obra, isto é, o estudo da composição. O conto, a epopeia, as adivinhas, o canto, os exorcismos, tudo isto é regido por estruturas ainda pouco conhecidas*" (PROPP, 1979, p. 185) Para pouco depois conclui "*As pesquisas mostram que as obras folclóricas e literárias são construídas de maneira diferente e que o folclore tem as suas leis específicas de estrutura. (...) Em resumo, o folclore possui uma poética de todo, uma forma de centrar o significante sobre o significado em relação aos outros objetos que lhe é própria. Como tal é distinta das obras literárias que se baseiam na dualidade, da forma e da narrativa"* (PROPP, 1979, p. 185). Mas apesar desta distinção morfológica, considera ainda que é dentro destes Estudos Literários que cabe o seu estudo e interpretação.

Como caráter de distinção entre a literatura e o folclore, que Propp afirma não ser fácil de assumir, adianta: à criação coletiva do folclore, opõe-se uma criação individual da obra literária. Esta questão da génese da obra é um elemento que Propp remete para os estudos linguísticos, pois como ferramenta comum é simultaneamente utilizada por todos e permanente reconstruída por todos, sem que se tenha conhecimento do seu "autor original". De seguida, o autor admite que a obra popular partilhada seja uma consequência do rito e da partilha pela oralidade. E é nesse capítulo, a forma como o executante se apropria da informação, como a transmite, reconstruindo-a. A obra popular é mutável no tempo. "As obras folclóricas circulam pois, mudando continuadamente, e esta circulação e mutabilidade são uma marca específica do folclore" (PROPP, 1979, p. 190). O autor detalha ainda a importância do estudo destas problemáticas para a História e cultura das comunidades. No entanto, é esta especificidade que nos interesse relevar no âmbito da museologia. Com este tipo de objetos museológicos, a práticas e os processos de representação da "literatura oral" os desafios para a conservação serão portanto, não só não os cristalizar, como lhes adiciona o desafio da sua divulgação como ação criadora.

[284] Note-se que Propp era um soviético (que assumia a experiencia revolucionária iniciada na Rússia em 1917) onde o Folclore representava um estudo da poética (a criação espiritual). Assume a criação artística como uma esfera autónoma de investigação em relação à cultura material, embora entre ambas existam laços muito estreitos. Esta interpretação do Folclore de Propp distingue-se do termo ocidental (sociedades burguesas), que segundo a autor se dedica ao estudo da cultural material e espiritual das classes camponesas. O autor refere que esta recusa da autonomia científica do estudo das classes dominadas é uma demonstração da ideologia do capitalismos que reserva o estudo das manifestações espirituais da classe dominante para disciplinas específicas, como o canto, a música, o teatros e demais disciplinas artísticas. Esta dicotomia é importante referenciar no contexto deste nosso trabalho para enquadrar o pensamento revolucionário moçambicano na primeira república, onde são notórias estas influências doutrinárias.

Como afirma Lourenço do Rosário o termo "literatura oral" representa um paradoxo semântico porque nele está contido o essencial, a característica dum ato criativo verbal e a sua transmissão também na oralidade (ROSÁRIO, 2008). Um autor moçambicano Valdemiro Jopela, que apresentou uma tese de Doutoramento "*Para uma caracterização de poesia oral nas TIMBILA dos Vacopi*" (JOPELA, 2006) e refletiu sobre os significados epistemológicos da "poética" africana, a partir do estudo de caso da TIMBILA[285]. Para além da literatura, Jopela apresenta ainda algumas reflexões dobre os preconceitos sobre a pretensa "sacralidade" da palavra em África". A partir do exemplo do mito do Ngungunyame a partir das narrativas orais, o autor demonstra, que em função do posicionamento do narrador, o sentido da ação do herói pode ser oposta em relação ao valor da ação. Ou seja, os discursos da oralidade transportam em si diversos equívocos que, se por um lado nos impedem de os aceitar acriticamente como marcadores de memória, eles, por outro lado possibilitam uma "matéria-prima" para trabalhar essa mesma memória social. A oralidade é portanto um campo de complexidade que a museologia pode e deve problematizar, sendo que ao museólogo, cabe um importante desafio para com a participação da comunidade se dedicar à sua interpretação.

Mas antes disso vejamos ainda a questão a performatividade da tradicionalidade. Como vimos, a oralidade transporta em si a encenação. O exemplo dado por Jopela sobre as Timbilas é em relação a isso um caso paradigmático. O seu trabalho revelou as formas e a poética das timbilas. O género M'Zeno (canto solene) nas timbilas Chope (ou Tchopi) Como diz o autor "*o m'zeno só ganha a sua real dimensão contextualizado no grupo das suas várias formas que o acompanham, atendendo que ele sintetiza e representa a história local mais recente*" (JOPELA, 2006, p. 295). Essa representação é simultaneamente um noticiário, propaganda, ensinamento, crítica e a teatralização do quotidiano das comunidades. É um processo de construção duma memória e sua representação. Ela tem uma gramática, a introdução com a orquestra, a entrada dos dançarinos, a dança que apresenta os personagens e os problemas, o convite ao público para se centrar na atuação. Depois o ritmo (o canto acompanhado pela dança) mais forte ou mais suave, que marca a apresentação dos problemas e das questões irão ser tratadas. O ritmo é, como em qualquer narrativa, um elemento que marca a proposta das abordagens. Finalmente

[285] A Timbila é nome de um instrumento de precursão utilizado na zona do Inhambane. A Timbila no entanto é algo que transcendo o próprio instrumento, pois a sua performance, ainda que possa ser efetuada apenas por músicos, ela tradicionalmente reúne, para além da música, a dança e o canto. Aproxima-se assim duma forma de ópera ou dum teatro. Essa tradição foi reinterpretada durante as Campanhas de Valorização Cultural, sendo a base do trabalho da Companhia Nacional de Canto e Dança de Moçambique. Existe a intenção de proceder è sua classificação como Património da Humanidade.

é representado o epílogo, através da dança conjunta e a retirada dos vários elementos participantes. Este estilo de ópera africana, se assim o podemos chamar, ilustra bem a função performativa da encenação como história. Se pegarmos em cada um dos elementos, ao modo do conhecimento eurocêntrico, a poesia, a música, a dança o canto, encontramos sem dúvida muitos campos de trabalho. Mas se efetuarmos uma abordagem como conjunto rapidamente verificamos que esta performance ganha textura e significação, que não está presente nos seus elementos individuais. Mais, a sua observação no contexto da formação social em que é produzida permite verificar que os problemas que abordam, no espaço e no tempo são simultaneamente únicos e globais. Pode naturalmente ser documentada, registada, conservada. Mas a sua riqueza está no momento do evento, quando os significados devem ser fundamentalmente vividos como uma relação dos problemas do tempo e do espaço duma comunidade. Daqui podemos deduzir que a observação metodológica da arte performativa e pictórica se torna numa componente essencial da análise dos marcadores de memória.

O que justifica então que a análise deste campo do saber e da ação, pois que o artista necessita duma aprendizagem que se concretiza na ação, continue a ser analisado, pela ciência no âmbito das ciências particulares. À etnomusicologia[286] cabe o estudo das músicas tradicionais, o folclore das danças ditas tradicionais e assim por diante. Se como diz António Manuel Hespanha, "*A música, como outros, mas não todos os produtos culturais, constitui um contínuo transversal que cruza os grupos duma mesma sociedade, ganhando em cada sub-universo social, sentidos, fronteiras, contornos, contextos e evocações diferentes*" (HESPANHA, 1997, p. 1) para depois concluir "*a música constitui objeto de transações interculturais*" (HESPANHA, 1997, p. 1). Um saber que invoca a ordem (porque incorporam as ideias implícitas) e que transporta "*uma natureza congenial ou simbiótica, estreitamente ligada a pulsões quase físicas de prazer*" (HESPANHA, 1997, p. 1).

A museologia encontra uma clara convergência no campo da musicologia quando aborda as questões da ligação entre natureza e as comunidades humanas, isto é do mundo natural e das formadas de adaptação e interpretação do homem (isto é cultura como conceito). Assim, enquanto campo da complexidade, o processo museológico que trabalha com as

[286] A etnomusicologia segundo Luís Monteiro distingue-se da musicologia, sendo que esta estuda o desenvolvimento e a história da música ocidental, escrita e composta, e aquela, estuda a música oral "improvisada". (MONTEIRO, 1992, p 5) É a utilização da notação (da escrita musical) que distingue o objeto de estudo. Mas, como o autor defende no seu livro, as formas musicais são processos de expressão de memórias sociais, que mostram ora uma cristalização de melodias arcaicas que os autores fazem remontar aos primórdios das comunidades agro pastoris e recoletora, ora mostram as influências culturais que os movimentos das comunidades desenvolveram. Ora, segundo estas premissas, a etnomusicologia pode ser considerada uma memória social porque incorpora, simultaneamente o passado original e o seu processo transformador.

memórias sociais não pode deixar de abordar esta multidimensionalidade de expressões orais e performativas da comunidade. Como tal é um campo necessário de incluir no processo museológico para a Ilha de Moçambique

A vantagem desta abordagem, pelo campo epistemológico da museologia, será o de, ao invés de partir da especialidade performativa dos seus campos de saberes técnicos (como é tradição no ocidente, de estudar a música, a arte, o teatro, o canto, etc.,), tornar possível de estudar esta fenomenologia como um "fato museal" e a partir dessa complexidade produzir outras sínteses como ações museológicas.

Essa prática note-se, não colide necessariamente com as várias especialidades técnicas inerentes aos diferentes processos. O que nos interessa fundamentalmente salientar, para o caso da análise dos nossos processos museológicos em Moçambique é a pluralidade e a potencialidade do uso das diversas técnicas narrativas que estão presentes quando vamos procurar alicerçar um processo museológico nas práticas da comunidade. As práticas já existem. O processo museológico apenas necessita de se apropriar dessas técnicas para criar as suas narrativas no seu espaço e no seu tempo como expressão duma consciência do mundo.

Para já interessa reter, que este olhar sobre fatos museais no âmbito dum processo museológico permite revelar uma necessidade de diálogos com formas plurais de expressão dos objetos da memória social. Ou seja, o objeto museológico não é apenas um qualquer artefacto ou produto cultural (canto, oralidade, gestualidade) cristalizado num tempo e num espaço. Esse objeto insere-se no interior duma dinâmica, sendo que o processo museológico pode e deve incluir essa dinâmica. Não se trata contudo de reinventar as tradições mas trabalhar os recursos disponíveis em função das necessidades da comunidade.

O exercício da nova museologia permitiu entender a necessidade de entender o objeto museológico a partir do presente. Mas, como tem vindo a ser refletido por Mário Moutinho (MOUTINHO, 2008) é necessário incorporar no processo museológico uma função social de serviços à comunidade. Ora o trabalho sobre a representação das memórias sociais, representação no sentido de assumir a consciência do devir, no âmbito dum processo social constitui-se como um poderoso instrumento de trabalho.

4.3. A construção dos sentidos críticos na narrativa pelo processo de conscientização museológica

Construir a identidade moçambicana a partir do seu interior foi o esforço que o Estado moçambicano e as várias organizações sociais se propuseram efetuar após a independência. É naturalmente com orgulho e vaidade que os moçambicanos se identificam com as suas manifestações culturais e com os elogios que fazem à sua qualidade estética e diversidade performativa. Vários têm sido os trabalhos académicos que se têm centrado nas questões da cultura tradicional, da escultura, da arte, da literatura, da música e da dança na busca de elementos distintivos e de valorização da moçambicanidade. Vários têm sido as problematizações que os têm orientado.

A Ilha de Moçambique tem contudo vindo a ser revelada como espaço patrimonial. Como no capítulo seguinte veremos a construção da singularidade da ilha de Moçambique é feita pela materialidade. Ainda que no seu processo de classificação como património da humanidade se explicita a singularidade do espaço social, ainda que nos vários "diários" de viagem os observadores destaquem as sensações únicas vividas no espaço, o que é fato é que não existe, ou não conhecemos nenhuma abordagem construída a partir da vida da comunidade sobre a Ilha de Moçambique. Não existe nenhuma reflexão sobre a Ilha de Moçambique como espaço híbrido.

Um autor que tem sido referenciado como um dos símbolos da moçambicanidade, o jornalista José Craveirinha[287] curiosamente foi também um dos cultores da vida boémia de Lourenço Marques (atual Maputo). Através de vários artigos nos jornais, vai, ao longo dos anos coloniais ser um dos principais defensores da tradição moçambicana. Com a publicação "*O Folclore Moçambicano e as suas tendências*", uma compilação de artigos de imprensa publicados ao longo dum largo período de tempo, expressa bem a evolução da sua visão da vida vivida (CRAVEIRINHA, 2009). A sua condição de mulato deu-lhe acesso a outros mundos[288]. O mundo urbano africano, onde tinha nascido e vivia, e o mundo dos brancos,

[287] José João Craveirinha (1922-2003). Poeta moçambicano, jornalista do Brado Africano, Notícias, A Voz de Moçambique, Notícias da Beira, Voz Africana, Revista Nove e O Tempo. Foi ainda dirigente associativo, tendo sido designadamente Presidente da Associação Africana. Recebeu vários prémios internacionais, nomeadamente o Premio Camões em 1991. Foi também o primeiro moçambicano a ser doutorado "Honoris Causa" pela Universidade Eduardo Mondlane em 2002. Craveirinha é mais conhecido como poeta, tendo juntamente com Rui Knopfli marcado a estética africanista no tempo colonial.

[288] A experiencia de dominação colonial criou vários níveis de vivências em vários espaços de urbanização. Entre o caniço e a cidade de cimento estabeleciam-se várias redes de cumplicidades que se ajustavam à evolu-

onde através da sua condição de jornalista ou dos seus amigos também acedia. Os textos de Craveirinha refletem bem as tensões existentes na construção dessa modernidade.

Por exemplo, no artigo publicado em 1956, com o título "*Há ou não há música tipicamente moçambicana: ou serão precisos alguns anos mais para se descobrir que existe uma cultura musical afro moçambicana*" (CRAVEIRINHA, 2009, p. 19). Nesse artigo, e a propósito da questão da introdução dos ritmos do Jazz nos locais de diversão noturna, Craveirinha dava conta da contradição das autoridades coloniais que depois de terem feito durante largas dezenas de anos uma crítica extrema aos ritmos vinha agora defender os valores da africanidade através da necessidade de afirmar ritmos construídos a partir das tradições e que vieram dar origem à marrabenta. Sendo certo que é necessário contextualizar o tempo da produção do texto de Craveirinha, com a emergência a aplicação do mito luso tropical nas colónias africanas, não ao elogio da marrabenta se opunha a comunidade mestiça. Como sabemos, dentro da ideia de dominação colonial existia a possibilidade de ascender à portugalidade através da demonstração de práticas sociais idênticas à comunidade branca e um distanciamento dos modos culturais africanos A emergência do elogio da marrabenta significava um sério revés para o sistema ideológico de dominação colonial.

Craveirinha, por opção aproxima-se e observa a vida africana. Não do seu aspeto etnográfico, descritivo dos cientistas, mas a partir da compreensão da sua interioridade como expressão dum ritmo do tempo. Com um olho de poeta, descreve o folclore como um modo de ser do povo. "*Quando uma comunidade de homens exprime de maneira própria os seus estados de alma, as suas necessidades espirituais e os seus conceitos de belo, do Bom e do Mau, assim como quando cria as suas regras alimentares e as suas normas de indumentária ou busca na transcendência através de ritos invocatórios e se submete a uma mística divinatória, essa comunidade de pessoas faz folclore*." (CRAVEIRINHA, 2009, p. 31)

Foi essa consciência da necessidade de criar a cultura a partir das próprias vivências da comunidade que tornou visível a obra de Craveirinha e das associações que liderou e participou. É também no interior dessas associações que nasce, na cidade de Maputo (há época Lourenço Marques) uma parte da "consciência africana dos colonos" que mais tarde, após a independência, será recuperada como uma parte da "consciência nacional.

Quando Moçambique acede à independência, a FRELIMO, como movimento guerrilheiro que era, trazia um projeto político que se instala e que se adapta às vivências locais.

ção da dominação colonial. Craveirinha ilustra na sua escrita esta dinâmica, tal como várias edições de outros autores criando uma dupla consciência. Sobre a questão da dupla consciência veja-se (GILROY, 1993)

A Independência conta com a participação dos que defendiam a identidade moçambicana, a sua especificidade, no interior das cidades. Há naturalmente um embate entre as "ideias sociais" que eram as da FRELIMO, formadas no do movimento dos não-alinhados e consolidadas no âmbito da sua luta armada de libertação, com experiência nas zonas libertadas; e a dinâmica social instalada, nas cidades, onde as práticas mundanas refletiam tensões da modernidade.[289] Na maior parte dos casos eram gentes nascidas em Moçambique, sem laços com a metrópole europeia para além de algumas referências que provavelmente tiveram nas escolas e dos que chegavam em comissões de serviço. Havia nas cidades moçambicanas diferentes realidades e diferentes vivências com o fenómeno africano. Havia já gerações africanas que habitavam aquelas cidades desde sempre. Os fenómenos sociais tornavam-se mais complexos do que o ideal do homem novo.

Ao analisar a origem da marrabenta, Craveirinha vai revelar que esta dança resulta dum processo de "endoculturação", um termo que à época surgiu para a antropologia classificar a incorporação de influências tradicionais na modernidade. "*Antes de se chamar marrabenta, como era conhecida essa maneira de dançar? No rasto desse esclarecimento deparámos com tremenda dificuldade de obter fontes informativas seguras. Mas não há dúvidas quanto a uma das origens: a dança majiká, interpretada por duas dançarinas com acompanhamento de viola e percussão de tambor. Com um ritmo mais vivo, os compassos do majiká eram essencialmente os da marrabenta de hoje, embora mais exaustiva naquela do que nesta*" (CRAVEIRINHA, 2009, p*., 65)*

Não vamos agora acompanhar e evolução desta problemática no caso de Moçambique, mas apenas salientar algumas informações que nos surgiram no âmbito da pesquisa, e que agora vamos mobilizar para entender o processo de conscientização sobre alteridade na ilha de Moçambique. Já em 1931 no Boletim da Agência Geral das Colónias, na sequência da exposição de "*Arte Portuguesas no tempo das grandes descobertas*", realizada em Paris, onde o conservador do museu de arte antiga Dr. José de Figueiredo propôs o conceito de "arte Indo-portuguesa"[290]. No termo isso transporte como proposta de significado a "demonstração" de uma fusão entre as estéticas europeias e as estéticas do subcontinente indiano. O significante do conceito, independentemente da discussão sobre o seu significa-

[289] Vários são os casos que relatam essa querela dos anos de 1975 a 1979. Muitos moçambicanos foram então sujeitos a práticas de reeducação no norte de Moçambique.
[290] Veja-se no Apêndice IV e V sobre a criação do museu do Palácio do Governador por Madalena Cagial

do, demonstra o reconhecimento duma comunicação ou o reconhecimento de um diálogo do outro sobre o nós[291].

Ora três anos após esta exposição o Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique, publica um artigo do Maestro Tomás Jorge Júnior "As aptidões musicais dos indígenas de Moçambique") onde depois de 14 anos de trabalhos na colónia a observar e a estudar as aptidões musicais dos moçambicanos diz: "*É notado que os indígenas de Moçambique, independentemente de qualquer espécie da aprendizagem orientada, mostram certa vocação para determinados ramos de natureza artística, incluindo a pintura, embora sob o aspeto embrionário. Natural seria, pois, que da música não se alheassem também, especialmente sob a modalidade de canto, à que é esta a forma mais intuitiva de combinações de sons*" (BOLETIM, 1934, p. 163).

E prossegue *"com efeito, percorrendo-se quaisquer regiões onde os indígenas vivem mais afastados da civilização europeia, encontram-se frequentemente, durante as suas festas e danças características, grupos, quer executando com perícia pequenos trechos musicais simplistas, em instrumentos rudimentares de percussão, marimbas, tambores, etc., quer entoando várias canções tradicionais"* (BOLETIM, 1934, p. 163). De seguida nota que não é possível a transcrição, na notação clássica, das tonalidades e das vozes dos indígenas, que não contêm, por exemplo os baixos. Fez assim a adaptação de algumas destas canções para uso nas missões, nas companhias indígenas, e escolas elementares. Recorde-se apenas que nesse mesmo ano se realiza em Lisboa a Exposição de "*Arte Indígena Portuguesa*", onde se apresentam, não sem alguma celeuma pública, pela primeira vez elementos da estatuária e outras representações em escultura de madeira. Estamos portanto perante um movimento do reconhecimento do outro, como já anteriormente referimos.

É importante referir que também através da arte e das representações artísticas, o pensamento científico tem vindo a incorporar as manifestações da alteridade, e que esta consciência é uma ferramenta de trabalho da sociomuseologia.

Por exemplo, em 1970 o Centro de Estudos de Antropologia Cultural, nos seus "Estudos" vai publicar um manual "Natureza e Estrutura das Escalas Musicais Africanas" (KUBIK, 1970). O autor, Gérard Kubik é uma figura de referência nos estudos de etnomusicologia, e, durante vários anos tinha beneficiado do apoio da então Junta de Investigações do Ultramar, para fazer pesquisa nos territórios colonizados pelos portugueses. Ora neste livro,

[291] Recordamos apenas aqui que este conceito é aplicado a objetos (mobiliário, Arte Sacra, têxteis, etc.) de funcionalidade eurocêntrica, com estética indiana. Há naturalmente um diálogo no sentido inverso, como demonstram alguns objetos de "arte Namban" expostos no Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa. Mas o que nos interessa aqui salientar é a c consciência da emergência de um diálogo na arte. Esse diálogo é uma narrativa sobre as relações entre os europeus e os indianos, que continua a excluir os africanos. Como verificamos acima essa é a época em que a arte africana começa a emergir como objetos estético.

que se propõe contribuir para o conhecimento das escalas africanas, diz-se a propósito do "*sistema tonal e língua*": "*Os africanos, sejam eles pessoas incultas, sejam musicólogos, tendem a relevar um destes elementos. As escalas africanas e o género de música são, essencialmente, função do caráter das línguas africanas, que na sua maioria são mais ou menos línguas tonais*[292]*, ou, pelo menos pressupõem um certo ducto linguístico para algumas palavras e frases*" (KUBIK, 1970, p. 12). O autor identifica assim as expressões musicais e as expressões fónicas. Esta semelhança de "feixes tonais" explica a relação entre a língua e a música, muito embora os intervalos (da fala e da musica) não sejam semelhantes. (KUBIK, 1970, p. 12) "*Só grosseiramente se dá uma coincidência no ducto melódico*". Uma outra característica da associação entre a música e a fala produz-se na afinação, onde, em algumas comunidades a afinação dos instrumentos se faz pelas sílabas fónicas. "*as fórmulas verbais mnemónicas e onomatopaicas têm grande relevância nas culturas em escrita, como meios de preservação da tradição, constituindo um importante instrumento de ensino. As crianças aprendem a tocar tambor e outros instrumentos por meio de fórmulas verbais e silábicas O ducto melódico de passagens de tambor representa palavras e frases na língua tonal, e, inversamente, podem tocar-se no tambor palavras e frases, imitando a altura do som.*" (KUBIK, 1970, p. 13)

Embora o autor tenha desenvolvido a sua investigação com o objetivo de desenvolver um sistema de notação musical, este trabalho revela a associação entre a palavra e a música. A harmonia da música africana e a consonância da fala são coincidentes, permitindo que o cântico, a duas ou a três vozes seja, em muitos lugares associados a movimentos paralelos O autor prossegue depois com uma análise sobre a harmonia e as escalas, o que justificou a importância pioneira do seu trabalho. O que nos interessa salientar, para o campo da museologia, é a relevância duma análise a partir da ação, sobre a ação a partir da sua totalidade. Não invalida isso a necessidade de estudar as particularidades das manifestações de cada uma das artes como campo de saber particular.

O reconhecimento destas singularidades de outras formas culturais, que até há pouco tempo não tinha reconhecido estatuto ontológico, é igualmente importante pela dinâmica do tempo que introduz aceleradas alterações nas comunidades. A música é um dos campos onde a hibridez mais se tem feito sentir. A rápida evolução tecnológica, no campo dos registos e dos instrumentos permite uma maior e mais acelerada troca de influências entre artistas. E se por um lado essa dinâmica estimula a criatividade, não menos importante é a salvaguarda de formas de expressão que, por motivos da globalização, se fazem sentir.

[292] O banto é o conjunto que identifica este grupo de expressão a sul do Saara

No Seminário de Musicologia, realizado em Lisboa em 1985 dizia-se: "*A Etnomusicologia conhece um significativo desenvolvimento nos seus temas (…). Se o seu objetivo prioritário de estudo são as culturas que se encontram em processo de mutação rápida, ou em vias de desaparecimento, com o elevado propósito de salvaguardar para as gerações futuras uma parte significativa do património humano (…ela) é hoje parte e instrumento indispensável na formação de profissionais de diferentes setores de atividade (…*) " (TROPICAL, 1983, p. 15) Ora estas duas funções são não só partes integrantes do processo museológico, como constituem elementos da sua cadeia operativa. Mas para além dessa coincidência, o que nos interessa demonstrar é o potencial de geração de ação que ela transporta, num processo sociomuseológico, para mobilizar a memória social.

Mas é também hoje claro, que o conhecimento do sistema de expressão duma comunidade, quando mediado pela linguagem, implica igualmente o conhecimento do sistema de pensamento. Por exemplo, Gerhard Kubik em "A abordagem Intercultural na metodologia de Estudos Africanos" (TROPICAL, 1983, p. 29 -40) defende a necessidade de incorporar todas as manifestações artísticas, como forma de aceder ao processo de conhecimento do outro. Segundo o autor é necessário entender os campos semânticos do pensamento das comunidades que se estuda como forma de aceder ao seu significado. Musica, canto, dança, oralidade constituem-se assim como campo de uma unidade sistémica que a museologia deve procurar abordar na sua totalidade constitutiva. O processo museológico pode-se incorporar no campo dessa operação e a sociomuseologia confere-lhe, em termos de problemática, a sua função social.

Uma outra questão que a abordagem intercultural dos Estudos Africanos também tem vindo a problematizar, particularmente ao nível dos estudos de etnomusicologia, é a questão das misturas que produzem novas formas de música. O fenómeno da colonização, como é sabido, produziu uma feroz, cruel e intensa desestruturação das comunidades africanas. Entre esses fenómenos encontra-se criação de sistemas urbanos. Não vamos aqui efetuar uma análise da cidade em África[293], mas apenas caracterizar uma estruturação que lhe é comum quando se tratam de cidades de génese colonial. Há um centro, normalmente a cidade do cimento (que no caso da ilha de Moçambique corresponde à cidade de pedra), habitada normalmente pelas comunidades de colonos (fundamentalmente brancos), e do pessoal mais

[293] A propósito desta questão veja-se (CÉSAR, 2000). Para a Arquitetura de origem portuguesa existem dois trabalhos de referência: (FERNANDES, JANEIRO, & NEVES, 2006) (FERREIRA, 2008). Contudo em ambos os trabalhos se nota o que poderíamos considerar uma visão eurocêntrica do fenómeno urbano, cingindo-se apenas à obra arquitetónica em betão. Nestes trabalhos não são referenciadas as problemáticas relativas as técnicas de construção local, nem às tensas relações que existiam entre os habitantes da cidade de cimento e os macútis, onde a maioria da população residia.

diretamente ao seu serviço e os arredores, uma cidade constituída por agregação de populações africanas, ora expulsas das suas regiões originais, deslocadas em busca de paz e comida ou emprego. Estas constituem áreas urbanas (musseques ou caniço) onde em regra predominam formas culturais específicas. Entre ambas, as zonas de transição. Entre o caniço e o cimento, a cidade expande-se, misturando elementos de ambos os processos construtivos, albergando também gentes híbridas. É nestas zonas que se geram muitas das novas formas de expressão e novos processos narrativos de síntese[294].

Ora o caso da Ilha de Moçambique no contexto das cidades em Moçambique é um caso paradigmático (HENRIQUES, 1998). Como veremos no capítulo seguinte a sua génese, como cidade, é anterior ao processo da aceleração da colonização, sendo que quando o processo de colonização se começa a intensificar, a sua especialização funcional altera-se entrando em decadência. Formalmente a cidade é dividida em Cidade de Pedra e Caniço, com técnicas construtivas, estruturas urbanas e comunidades diferenciadas[295]. É essa unidade múltipla que constitui o elemento de classificação como "património da humanidade". A esta permanência (no sentido de tradicionalidade) opõe-se os fatores de mudança. Como veremos mais à frente, as dinâmicas de mudança que se constituem a partir de 1945 serão sobretudo efetuadas em função da emergência duma "vontade de turismo". A mudança funcional que se constitui em função desta transformação será efetuada com base numa leitura duma permanência duma tradição inventada no presente, pois que as dinâmicas de transformação são geradas noutros domínios exteriores à própria Ilha. A Ilha de Moçambique torna-

[294] Por exemplo a marrabenta em Moçambique, uma dança que se constitui em Maputo. Veja-se (CRAVEIRINHA, 2009)

[295] Para a evolução do núcleo urbano veja-se (MACIEIRA, 2007). Neste trabalho apresenta-se uma descrição da evolução da cidade até à época liberal, uma época em que após a integração dos bens das ordens religiosas na Coroa, se iniciou uma importante alteração das estruturas fundiárias, em Portugal e nas colónias africanas. Esse período coincide em Moçambique com o incremento do comércio esclavagista. Uma das questões que procuramos identificar durante a nossa investigação foi precisamente o processo de evolução da cidade na sua relação com a sua especialização funcional. Nos vários trabalhos que consultamos não encontramos uma explicação para a emergência do bairro macuti nas antigas pedreiras, no território então da "casa do Bispo". Uma hipótese explicativa é o surgimento deste bairro na sequência do "vazio de propriedade" por serviçais dos senhores que habitavam na cidade de pedra. O grande surto construtivo parece ser o desta época. A análise da evolução das plantas da ilha permite identificar a sua configuração nesta época, sendo que o edificado vai evoluir por densificação. Essa densificação das casas senhoriais estará relacionada com as atividades comerciais portuárias, onde as mercadorias chegam por grosso e com o início da colonização efetiva que regista a partir de 1975. A uma maior atividade comercial e portuária estará associada uma maior necessidade de mão-de-obra local. Mas essa é apenas uma hipótese que necessita de ser confirmada por um trabalho de investigação centrado nesta questão. Não parece todavia plausível que o crescimento urbano das casas senhoriais se deva às necessidades de "armazenamento de escravos" como algumas fontes apressadamente parecem concluir. A ilha e as suas casas eram sem dúvida resultado do tráfico negreiro, que fisicamente se havia deslocado para outras paragens, convergindo para a ilha, uma parte das rendas desse tráfico.

se desse modo numa modernidade que a implica nas dinâmicas de transformação territorial. E associada à alteração territorial emerge igualmente uma transformação social.

E é neste contexto que nos interessa abordar a questão da música e da dança na ilha de Moçambique. Um contexto de diálogo entre a revelação da tradição e as exigências de modernidade. Um diálogo recorde-se que se constitui com base nas suas memórias socais.

A questão da tradicionalidade nas sociedades africanas, ou se preferirmos das permanências no interior dos contextos de construção duma cosmogonia integradora centrípetas, tal como são concebidas pelos estudos de antropologia ou de etnografia do século XIX e dos missionários do século XX, são narrativas integradas num processo de conhecimento. São discursos sobre processos de investigação, metodologias, instrumentos utilizados pelos investigadores em função de objetivos sociais de conhecimento. Na maioria dos casos, de objetivos de colonização, onde era preciso dominar o outro e o espaço do outro, através da sua redução fenomenológica a um objeto nosso/diferente. Essa é uma crítica já feita à antropologia colonial, no âmbito das quais se estudou detalhadamente as comunidade africanas, os seus mitos constitutivos, as suas estruturas (VALVERDE, 1992a e 1992b). Por isso também sempre se valorizou as suas estruturas de constituição, como parte integrante do processo da sua compreensão. A partir da sua compreensão procurava-se impor a sua dominação. Como bem sabemos, os processos de colonização são processos violentos que levam à desestruturação das comunidades, seja pelo trabalho obrigatório, seja pela espoliação dos territórios, seja pela desarticulação da sua organização social.

Sem esquecer que os fins dos processos coloniais é o da dominação pela força e pela violência, é necessário não esquecer que essas sociedades sempre estiveram sobre pressão de dinâmicas de transformação. As comunidades e a organização social estão num constante processo de adaptação às suas condições ambientais, ao mesmo tempo, que essa dinâmica também influência a dinâmica exterior. O fato de se terem procurado investigar comunidades que se encontravam relativamente isoladas [296] fornecia imagens relativamente coerentes em relação aos objetivos da investigação[297]. Também é verdade que as situações de hibridez não eram valorizadas. E também aqui a ilha de Moçambique não é exceção. Como veremos ela foi estudada essencialmente pela sua suposta conformidade com um ideal impe-

[296] Como por exemplo fez Jorge Dias e a sua equipa ao estudar os macondes de Moçambique. Veja-se (DIAS, 1964).

[297] O que durante alguns anos constituía uma crítica feita à Antropologia, por ao estudar essas comunidades, as ter tornado vulneráveis à colonização. O entendimento do seu funcionamento possibilitava uma maior facilidade na sua dominação colonial.

rial, e não como objeto sujeito a um processo de hibridez. É claro que a situação se alterou no período após a independência, mas desta vez, por valorização mais por via das sensações da estética do que por via das pessoas que a habitavam, que continuavam a ser figurantes dum processo que se desenrolava nas suas costas.

Ora uma das manifestações que atualmente é apresentada como sendo uma das características da Ilha de Moçambique é o Tufo. De acordo com os trabalhos desenvolvidos nas Campanhas de Divulgação Cultural e editada pelo Arquivo Sócio Cultural (TAMELE & VILANCULO, 2003, p. 117). O Tufo mostra bem esse processo de mudança. Ora o Tufo é uma dança feminina. Foi identificada como uma das danças mais praticadas na costa norte de Moçambique, pelas populações islamizadas. Originalmente, na Ilha de Moçambique a dança era executada por ocasiões de festas religiosas. Os vários grupos, de cada kadira ou bairro, juntavam-se para executar as dança numa única ocasião como competição, Com um coreografia sensual, que realça os movimentos da mulher, as dançarinas apresentam-se com a cara coberta de missiro[298] e os lábios pintados. Usam também uma profusão de elementos decorativos, tais como pulseiras e colares e as capulanas a envolver o corpo. O movimento do corpo privilegia os movimentos dos braços e dos ombros, que combinam com movimentos lentos das pernas e das ancas. A dança é acompanhada com canto e batuques.

As Campanhas de Valorização Cultural recolheram na ilha de Moçambique vários tipos de danças (TAMELE & VILANCULO, 2003). A Maulide nakira que é uma dança exclusivamente masculina está associada às cerimónias de casamento e iniciação. Outra dança é o Zoope que é praticada pelas raparigas durante os ritos de iniciação e era executada em privado. Pode, em algumas circunstância ser dançada em cerimónias públicas. Ainda uma outra dança identificada é o Nikungu. Esta dança, que é acompanhada por batuques é de origem árabe sendo praticada por rapazes nas cerimónias de iniciação. Estas quatro danças identificadas na Ilha de Moçambique, que incluem a música, o canto e o movimento corporal sintetizam bem a profunda influência Suaíli destas comunidades. TAMELE & VILANCULO, 2003). Para além das suas funções no âmbito da organização social, a dança do Tufo tornou-se na mais conhecida das danças, sendo os seus grupos sistematicamente

[298] O Missiro é um caule duma cana que nasce nas terras costeiras, que depois de seco e triturado forma uma pasta branca. As mulheres misturam-na com água e cobrem o rosto. Em regra essa operação é feita nos períodos de menstruação ou de ausência dos maridos. As propriedades terapêuticas do missiro também contribuem para a mulher ficar com uma pele aveludada. A beleza e a sensual das mulheres da costa tornou-se mítica através da literatura.

convidados para apresentação nas ocasiões festivas[299], acabando por fazer desaparecer as outras manifestações rituais

A manifestação etnográfica ou do folclore como uma herança associada a um território não é uma característica exclusiva das comunidades africanas. No entanto não existe na sua constituição nenhuma pureza original que possa ser atribuída há tradições isoladas no espaço e no tempo. Não há no entanto dúvidas que na modernidade estas manifestações se constituem essencialmente como "invenções" (HOBSBAWM, 1988) A modernidade na ilha de Moçambique, constitui-se no processo colonial sobre o qual se insere a luta de libertação com os seus projetos de construção duma nacionalidade. O desafio que os moçambicanos tiveram era o de construir um modelo de nação que incluísse as várias diferenças presentes no seu território. Para além disso, para o bem e para o mal, na equação havia ainda que reconhecer as ligações ao passado colonial como heranças a valorizar no presente. Todos os fenómenos que trabalham com a ideia de tradicionalidade constituem-se potencialmente como metonímia. Mas também é verdade que é com essas heranças que constitui a matéria do património sendo que é pela sua significação que se alcança a consciência do tempo e do espaço.

Por essa razão o Tufo tornou-se pela sua dinâmica um objeto complexo, próximo duma "representação duma consciência de herança", onde sucessivamente os sentidos se vão reconstruindo sobre as formas estéticas. As suas representações na atualidade já deixaram de se ser manifestações duma tradição, para se constituírem como uma "originalidade tradicional". Um espetáculo mediatizado.

Mas para além da mediatização da modernidade através da música, da dança, do canto, e dos processos de oratura através dos contos é necessário ter em linha de conta que essas manifestações se encontram profundamente ligadas a um processo complexo. O processo de comunicação social, um processo de educação, um processo de socialização e um processo de participação das comunidades na cidadania. É por isso que defendemos a sua utilização como instrumento de trabalho dos processos sociomuseológicos. A produção da sociomnese no processo sociomuseológico ao utilizar as linguagens da comunidade constitui-se como um instrumento de construção da modernidade.

[299] No tempo colonial, por exemplo, alguns dos nossos informantes afirmaram que esta dança era organizada para apresentação aos brancos, em ambientes fechados e de acesso restrito. Após a independência os grupos passaram a representar-se como uma "*arma de combate*" (TAMELE & VILANCULO, 2003, p 132), através das quais "*não só foram entrincheirados e disseminado os mecanismos de defesa como também de simbolização e exaltação da identidade moçambicana, através da mobilização das populações para as atividades produtivas, educativas, e apara a própria luta*" (ibidem).

Finalmente uma última questão. A abordagem da performance, da literatura, da música, do canto, da dança como uma manifestação específica do país é uma redução da problemática da ideia de moçambicanidade. Esta ideia, ou o seu significado perde sentido no âmbito das "oraturas" que se assumem como forma de manifestação da memória social das comunidade e das suas formas de ajustamento ao presente e de construção do futuro. A tentativa, por indução, de criar uma generalização da especificidade da nação por um suposta forma de ação original, acaba por atribuir ao processo os objetivos das finalidades. Esse processo é isso mesmo, um processo que gera comunicação. Quando a especificidade desaparece permanece o processo. Uma vez que esse é um processo de comunicação, a permanência do processo sem conteúdos tende a constituir-se como um vazio de comunicação ou um ruído. É também por isso que salientamos que a utilização dos recursos da performatividade no âmbito dos processos sociomuseológicos constitui um importante recurso de conscientização.

A afirmação dos princípios da moçambicanidade, que como vimos procurou usar o campo da literatura passou, num primeiro momento pela afirmação da diferença em relação à portugalidade, negando os modelos e as correntes que chegavam por essa via, procurando alternativas em géneros e culturas, sobretudo de língua inglesa e hispano americanas, que igualmente procuraram afirmar a sua diferenciação em relação aos modelos coloniais. Isso propiciou um processo que levou à criação duma cultura veiculada em língua portuguesa (MATUSSE, 1993). A afirmação da diferença levou à busca de traços de afirmação da sua especificidade. Na literatura essa diferença foi marcada pela subversão, pela deformação e dessacralização dos símbolos da cultura de referência através da paródia e glorificação das manifestações periféricas. E é nessa perspetiva que são recuperadas algumas formas orais como "formas de escritas particulares" a escritores considerados precursores da afirmação duma identidade literária moçambicana. Essa imagem é utilizada também para construir a ideia da moçambicanidade (MATUSSE, 1993, p. 64) "*Esse é um domínio onde funciona a dialética da intertextualidade, em que a interação semiótica entre um texto e o seu intertexto produz efeitos mútuos, ou seja onde o texto se projeta sobre o intertexto e este sobre aquele, reforçando-se com esta solidariedade o caráter de elementos construtores das imagens da moçambicanidade nas formas em causa*" (MATUSSE, 1993, p. 64). Este autor assume então que esta construção da moçambicanidade, com base na palavra escrita em português se inicia, num primeiro momento com a rutura com uma tradição literária, para em seguida, apropriando-se das formas de comunicação, com o desejo de

afirmar uma identidade própria produzirem processos de diferenciação nos conteúdos e nas formas.

Finalmente no campo da afirmação da Ilha de Moçambique como exemplo da Moçambicanidade, Ana Mafalda Leite, em 2003 apresenta uma tentativa de reflexão sobre a simbólica da Ilha de Moçambique como exemplo da Moçambicanidade, a partir do trabalho de Rui Knopfli (LEITE, 2003). Dentro desta tendência de busca do particular e do regional, que a partir da segunda republica moçambicana deu origem à busca a identidade da moçambicanidade, Mafalda Leite ensaia uma revisitação à obra de Knopfli, numa busca do encontro das diversas origens culturais. A autora executa esse exercício a propósito das várias revisitações estéticas que a ilha estava a sofrer. "*A ilha de Moçambique, enquanto palimpsesto arquitetónico, geográfico, literário de textualidade cultural, é reinvestida literariamente em obras de literatura moçambicana, anteriores e posteriores à independência, de forma diversificada, permitindo a leitura da criação dum mito cultural unificador, devido à multiplicidade dos registos. Tendo em conta o cadinho cultural heterogéneo, evidenciando-se pelas características de geografia, insular, da Ilha de Moçambique e quiçá do próprio país, projetada e recriada miticamente pela escrita, pode conceber-se esse espaço fechado, da ilha como região umbilical de uma das ideias motoras da nação cultural*" (LEITE, 2003, p. 137)

Prossegue "*A ilha com um dos espaços míticos da fundação da moçambicanidade, e a problemática da autora. Descrita em vários textos desde meados de oitocentos, a Ilha é revisitada periodicamente por obras de caráter artísticos, literário de arquitetura ou ensaio, que inevitavelmente exaltam a sua beleza natural. Pergunta a autora: Se a ilha surge com região fulcral nos sistemas histórico e cultural moçambicano, no que diz respeito ao sistema literário ela ganha uma dimensão quase palimpséstica, que conjura os outros sistemas referidos, e os redime mítica e poeticamente*." (LEITE, 2003, p. 138) De lugar matriz da literatura, ponto de encruzilhadas entre africanos, europeus e orientais de "*distintos valores estéticos e de esplendores pelos diversos registos culturais*". De seguida iremos abordar a construção deste "*Lugar duma Memória múltipla e entrançada em que a História e a Origem se dão a conhecer a lembrar e a estruturar*" (LEITE, 2003, p. 138). Para já registamos que depois de inventariar o percurso de Knopfli, as "*janelas do Oriente*" de White, de Carrilho e de Vergílio de Lemos, conclui a autora. "*Semelhante insularidade reinventada, reajustada ao corpo e ao rosto, na memória relida da História, acaba por se projetar na própria imagem do País. Com efeito, se a ilha constitui uma região mítica, matricial o próprio país pode ser lido como longa e estreita ínsula índica. Tal imaginário insular e Índico torna-se percetível em Terra Sonâmbula de Mia Couto, no diálogo entre Surenda e Kindzu*

Vês Kindzu? Do outro lado fica a minha terra. É mesmo ali onde o sol se está a deitar. E ele me passava um pensamento: nós os da costa, éramos habitantes não dum continente mas dum oceano. Eu e Surenda partilhávamos uma mesma pátria: O Índico. E era como se naquele imenso mar se desenrolassem os fios da história, novelos antigos onde os nossos sangues se haviam misturado. Eis a razão porque demoráva-

mos na adoração do mar: estavam ali os nossos antepassados comuns, flutuando sem fronteiras. Essa era a raiz daquela paixão de me encaseirar no estabelecimento de Surenda Vala.

-*Somos de igual raça, Kindzu: somo Índicos* (LEITE, 2003, p. 143)

Como podemos verificar para além da validade da abordagem da construção da ideia de moçambicanidade pela produção da estética moderna, restam algumas questões sobre a sociomnese que ainda carecem de integração no processo de conscientização socio-museológico. No capítulo sete vamos propor algumas ações para a sua resolução no âmbito da metodologia da conscientização museológica.

4.4.Do tráfico negreiro à modernidade na ilha de Moçambique

Temos vindo a trabalhar a problemática da alteridade, da construção da visão do outro a partir de várias propostas de trabalho aplicadas à problemática da construção dum processo sociomuseológico para a Ilha de Moçambique com base na sociomnese. Uma proposta de trabalho aplicada à museologia que partiu duma busca das memórias vividas, a partir da aplicação à museologia das metodologias da conscientização propostas por Paulo Freire. A partir da aplicação dessa metodologia fizemos um excurso na metodologias de análise semiótica da literatura, da música e da dança, para sustentar não só as propostas metodológicas desenvolvidas com base na aplicação da metodologia da conscientização, como também, para a partir delas procurar sua justificação como metodologia na sociomuseologia. Executamos essa análise a partir do caso da Ilha de Moçambique como uma unidade territorial híbrida.

Como afirmamos na nossa problemática, colocamos como ponto de partida para a nossa análise, a hipótese da Ilha de Moçambique constituir-se como um espaço de sociomnese de hibridismo restrito, conforme foi proposta por Garcia Canclini[300], como um processo sociocultural nas quais as estruturas ou práticas discretas se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. (CANCLINI, 2008, p. XIX) Esta combinação (ou fusão) pode resultar por pressões endógenas, como um processo dialógico; ou por pressão exógena, como um processo coercivo. A metodologia da conscientização propõe-se identificar os processos dialógicos.

Mas mais do que descrição do processo, a proposta de Canclini apela a utilizar a noção de hibridismo como "recurso de explicação" (CANCLINI, 2008, p. XIX) Ora o hibri-

[300] Veja-se Problemática. Ponto 2.2.1.

dismo situa a sua análise no campo da tensão entre a tradição e a modernidade, medido pelos seus graus de adesão ou resistência. Sendo que a adesão à modernidade implica a incorporação de novas práticas e novas estruturas, através duma prática dialógica, isto é de um diálogo entre estruturas discretas que geram novas estruturas ou práticas que implica a incorporação de algumas características ou práticas da tradição, e a exclusão de outras, traduzindo-as em novas formas de expressão da modernidade, ou na reabsorção e abandono de outras.

Como processo o hibridismo permite analisar os modos de entrar na modernidade, mas igualmente permite explicar os modos de como se sai dessa modernidade através da permanência de práticas que são aplicadas em contextos de significados diferenciados. Isso explica igualmente os processos de resiliência à modernidade. Ou seja, de que modos a adesão à tradição também permite trânsitos para a modernidade. A noção de hibridismo é também útil para explicar os processos coercivos desenvolvidos estruturas hegemónicas ou práticas hegemónicas para adesão à modernidade.

Esta questão da tensão entre a tradição e a modernidade, que Canclini admite constituir "um ciclo de hibridação" (CANCLINI, 2008, p. XIX), ou seja o tempo em que estruturas discretas[301] se misturam constituindo-se como novas estruturas discretas. Se observarmos o campo da sociomnese como um campo de expressão desta tensão verificamos que ela se inscreve sobre a dinâmica do tempo, afirmando ou substituindo poderes. Mas inscrever o processo da produção e consumo da sociomnese sobre o tempo implica consciencializar que a dialética entre a inovação e a conservação é um fenómeno que se tem vindo a acelerar no neste nosso tempo por incorporação das múltiplas dimensões da globalização.

Essa inscrição na multidimensionalidade é importante para o nosso processo sociomuseológico. A perceção de que o mundo é uno e de que o ritmo do seu uso e vivência é cada vez mais célere impregnou as análises das Ciências Sociais e a busca da compreensão dos fenómenos que desencadeia. Por exemplo, no ano de 2009, em Paris a Exposição que apresenta no Museu do Quai Brandly intitulava-se "*Planete Metisse*" (GRUNZINSKI, 2009). Ela parte da constatação de que neste mundo uno as pessoas deslocam-se acelerada-

[301] Por uma questão de precisão, estruturas discretas constituem-se como estruturas semelhantes, mas distintas. Por exemplo, na gastronomia, a base da alimentação das grandes áreas culturais antes da ampla troca de bens produzida na mundialização comercial diferenciam-se pela sua estrutura discreta. O Arroz na Ásia, trigo nas terras quentes mundo mediterrâneo e a cevada nas terras húmidas do atlântico, o inhame na África Negra e o milho nas Américas. O Arroz, por via da expansão islâmica é o primeiro elemento a hibridizar com as práticas alimentares do mediterrâneo, seguindo-se o milho. No entanto, o Inhame permanece sempre discreto, não hibridizando com outras práticas alimentares. (MARGARIDO, 1994) No entanto, em África a introdução da Banana, vinda da Indonésia esteve, no século VII na origem da expansão Banta (KI-ZERBO, 1982)

mente. Turistas, imigrantes legais ou ilegais circulam diariamente com uma intensidade nunca antes vivida. As ideias e as técnicas circulam igualmente em fluxos de intensidade variável e múltiplas direções. Em poucas horas, é possível, a baixo custo deslocarmo-nos a qualquer ponto do planeta. Com um pouco mais de esforço e de investimento podemos deslocar-nos até espaços e comunidades ainda pouco conectados com o mundo global, mas apesar de tudo também deles participantes nesse processo, em ritmos diferente Todos estes movimentos deixam marcas visíveis, nos viajantes e nas comunidades. Como podemos operacionalizar estas problemáticas é a questão que o autor coloca. (GRUNZINSKI, 2009, p. 18).

Grunzinski propõe então que a observação dos objetos híbridos nos permite ultrapassar a clássica visão da mistura de culturas, da interculturalidade e da multiculturalidade. As culturas não se misturam, porque para que isso fosse possível elas teriam que ser conjuntos estáveis, autónomos e autossuficientes. Teriam que ter tido um momento ontológico que lhes permitisse uma formação identitária que se verificasse em exclusividade nesse num determinado conjunto. Ora como sabemos essas entidades abstratas não existem em termos de comunidades. O que podemos verificar é "*que são as sociedades, os indivíduos, os grupos e as classes sociais que na sua tensão (interação) natural se misturam, ou através de compromissos, ou por conflitos, gerando fragmentos de patrimónios, que são, conscientemente ou não, portadores"* (GRUNZINSKI, 2009, p. 18).

Esta problemática remete-nos então para o estudo dos objetos mestiços (Híbridos)[302], que são objetos que nos impelem a pensar o mundo e as suas culturas plurais como o resultado da circulação e das conexões. Ou seja, na sua proposta, ao invés de se pensar o mundo de uma forma dual (nós e os outros) ou maniqueísta (porque nos fecha, a nós e aos outros dentro de categorias de significados); deverá pensar-se o mundo como resultado das dinâmicas e estabelecer ou restabelecer os pontos de contactos e de troca dos fluxos (GRUNZINSKI, 2009, p. 22). E necessário, segundo o autor entender que as trocas e os conflitos, as fronteiras e as aberturas de fronteiras, se constituem como desafios da nossa memória social nos quais se inscrevem a consciência da nossa contemporaneidade.

[302] Por exemplo o autor apresenta três questões desta problemática na atualidade, a saber: Na educação, que história (ou histórias) contar na escola às comunidades mestiças. Por exemplo, no sul de Espanha, em Múrcia, como não falar dos nove séculos de história hispano-árabe. Na museologia, no estudo dos objetos. Por exemplo "O Codex Borbonicus" (século XVI) como objeto mestiço que se situa entre a cosmogonia inca e cristão no México. E no terceiro exemplo, na linguagem, no vocábulo feito pela palavra "Fetiche" a partir da sua raiz portugueses "Feitiço".

O objeto híbrido retira-nos do plano das conformidades para o plano das variabilidades, conduzi-nos para o confronto sistemático com a nossa modernidade.[303] Se todos os objetos são híbridos, todos incorporam a diversidade. A diversidade é uma mistura, uma seleção em que alguns elementos são incorporados e outros esquecidos. A exposição constitui-se assim como uma proposta de ateliês para trabalhos híbridos, onde se mostra o valor da diversidade na construção dos objetos e dos seus significados.

A ilha de Moçambique é um destes espaços híbridos. A análise da construção da sua sociomnese permite validar a sua significação como objeto híbrido. A análise da ilha de Moçambique permite múltiplas análises e múltiplas problemáticas. Nesse sentido é um objeto da complexidade. Ora no âmbito dessa complexidade, e na medida em que procuramos fundamentar a construção de um processo museológico, importa ainda analisar, ainda que de modo referencial[304] as memórias ausentes (ou mais ocultas) nas vivências da Ilha de Moçambique.

Como já referimos na nossa análise sobre o processo epistemológico que fundamenta a utilização do conceito de "sociomnese", as práticas quotidianas, os comportamentos e a consciência do mundo, desde a forma de estar, de ser de entender e explicar o mundo são campos de análise da memória social, tal como o são a alimentação, os modos de vestir (CONNERTON, 1999).

Alfredo Margarido, no seu livro "A Lusofonia e os lusófonos: os novos mitos portugueses" (MARGARIDO, 2000) a propósito das relações dos portugueses com os outros no tempo pós-colonial propõe de três campos de análise: A gastronomia, a aceitação da produção do discurso do outro e à questão do uso da língua (MARGARIDO, 2000, p. 18). Deixando agora de parte as questões relativas ao uso da língua, que como vimos a propósito da literatura oral mais atrás, é uma das estruturas em processo de hibridação em Moçambique, centremo-nos na questão da gastronomia do outro.

---

[303] Implicando a ideia de Mobilidade Infinita do filósofo alemão Peter Sloterdijk (n. 1947) trabalhado em "Les Tenants est les aboutissants" Peter Sloterdjike faz uma leitura bioantropologica do homem. Na sua análise do "fenómeno da luta cultural" defende que a origem do mal, no pensamento religioso é um paradoxo semelhante à alteridade para as sociedades laicas, que tem que definir o grau de diferença que aceitam, num tempo em constante movimento. Veja-se a (SLOTERDJIK, 2004)

[304] Assumimos aqui uma abordagem por inferência para completar o ciclo de análises desenvolvidas. Trata-se de áreas e problemáticas que assumem importância para a ação museológica que se pretende desenvolver, mas cuja análise cairia fora do âmbito da problemática deste trabalho, na medida em que sem uma investigação mais orientada e sem uma vivência mais próxima e dilatada do nosso objeto de investigação, não temos condições para aprofundar.

Margarido salienta que quando se procura construir o mapa conceptual do reconhecimento do outro, a língua dos outros, a sua cozinha, a sua casa, as suas roupas, constituem-se como as estruturas sociais e culturais vivenciais mais evidentes dessa diferença. (MARGARIDO, 2000, p. 35) O mesmo é também, note-se salientado por Norbert Elias que cita a questão dos comportamentos à mesa como um processo de produção de identidade (ELIAS, 2006).

A gastronomia pode ser um campo de análise muito fértil para a sociomuseologia, tanto quanto sabemos ainda muito rudimentarmente desenvolvida. Interessa-nos a gastronomia para além do seu aspeto funcional, de recarga energética indispensável à manutenção e conservação da vida. Interessa-nos como fenómeno cultural. A gastronomia, para além da função biológica transporta igualmente fenómenos de natureza mnemónica que nos interessa salientar. A escolha e recolha dos produtos da natureza, a sua reprodução e conservação, os modos de confeção, os modos de consumo são processos onde é possível analisar a memória social.

No caso africano, como salienta Alfredo Margarido, os primeiros contactos entre os europeus e africanos produziram uma incompatibilidade entre os sistemas de alimentação (MARGARIDO, 2000, p. 36). Daí os portugueses tenham sido os principais agentes de disseminação de plantas entre os vários mundos (MARGARIDO, 1994). Mas o que nos interessa salientar é que através das práticas alimentares, da sua confeção e consumo existe um campo de investigação museológico que é lícito abordar. Nessa perspetiva, um restaurante[305] também pode entendido como um espaço museológico. A questão da experiencia gastronómica torna-se então num modo importante de aceder aos processos de construção mnemónicos[306].

Durante o trabalho de campo na Ilha de Moçambique desenvolvemos algumas atividades de investigação sobre os processos de alimentação. A alimentação na ilha é um processo complexo, na medida em que não existem terrenos agrícolas. O seu hinterland é portanto a zona envolvente da baía, nomeadamente o Mussuril. Assim o foi no passado assim continua a ser no presente, embora agora menos condicionada pelo determinismo geográfi-

[305] O recorde-se a propósito que o termo "Restaurante" do francês restaurar é um produto da revolução francesa, quando os cozinheiros dos antigos palácios da aristocracia, reformulam a sua atividade, democratizando o seu serviço através da popularização da sua arte na então revolucionária cidade de Paris.
[306] A propósito da importância da alimentação na história veja-se (RITCHE, 1995).

co, pela existência de meios de comunicação[307], grande parte da população, que dispõe em média menos de 1$ por dia para sobreviver, continua a depender da natureza para sobreviver. Assim, as atividades de recoleção, sobretudo de marisco e a pesca constituem a mais importante atividade económica dos habitantes da ilha, como de resto a construção do mapa mnemónico demonstrou.

Naturalmente, que condicionado por esse tipo de recursos a análise da gastronomia local revela os seus modos de adaptação aos condicionamentos do espaço e do tempo. Mas, para além das disponibilidades locais, a procura de alimentação em espaços gastronómicos também influência o mercado local. Assim por exemplo, das nossas observações sobre as ocupações profissionais verificamos que existe uma separação funcional entre membros da comunidade. O grupo dos pescadores encarrega-se da pesca propriamente dita, enquanto em terra, o grupo dos comerciantes se encarrega da comercialização, exercendo sobre os primeiros um certo domínio social. Também em termos de funções profissionais verificamos uma distinção de género, sendo os pescadores exclusivamente masculinos, enquanto a mariscagem é executada por mulheres e crianças durante a baixa-mar nas áreas de corais.

A venda de pescado é feita por leilão no momento do desembarque. O chefe das artes negoceia com os comerciantes, executando-se imediatamente a troca. Nos processos que observamos, todas as trocas são feitas com moeda. Entre os comerciantes existe ainda alguma especialização, com alguns a dedicarem-se à comercialização de marisco, outros das lulas e ainda outros dos peixes mais pequenos. Na costa existe ainda pescado de maior dimensão. Esse pescado não entra na lota, sendo diretamente comercializado aos chineses.[308]. O marisco de maior dimensão é posteriormente vendido aos restaurantes locais.

Para a nossa atividade de investigação frequentamos com regularidade os locais da lota. Existem dois pontos, um na contra costa, junto à Igreja de São Francisco, e outro, junto à mesquita grande, mais antiga. Cada comunidade pesca em espaços diferenciados. A comunidade da contra costa apenas dispõe de dois tipos de embarcações: As canoas, tripuladas apenas por um elemento, que se desloca a remos e utiliza, ou uma pequena arte da xávega, ou mergulho. O segundo tipo de embarcação é o Dhau, uma embarcação com vela triangular que leva uma tripulação que pode chegar aos oito homens. Enquanto a canoa pesca essen-

[307] Ainda assim refira-se que existem diariamente comunicações rodoviárias para Nampula, onde existe o mercado de frescos e (legumes e carnes) que permitem um conjunto de serviços turísticos.

[308] Existe uma pequena e discreta comunidade chinesa na Ilha de Moçambique. A comunidade adquiriu recentemente o Cineteatro, nas traseiras do qual funciona uma pequena fábrica de produtos alimentares. Das informações que recolhemos, uma vez que o espaço não é acessível, foi-nos indicado que nela se processa a conservação do pescado que é exportado para a China através do Porto de Nacala.

cialmente na barreira coralina, os Dhau ultrapassam a barreira de corais e pescam em alto mar, sem nunca perderem de vista as linhas de costa[309]. A comunidade do celeiro, associada a confraria da Kadira, dispõe ainda de embarcações de maior dimensão, algumas das quais com motor. Estas embarcações podem desenvolver atividade para lá da barreira coralina, podendo no caso das de maior porte desenvolverem faina durante um tempo mais dilatado. Algumas destas embarcações desenvolvem ainda transporte de passageiros e comércio de produtos entre comunidades da costa. Segundo apuramos existem ligações costeiras entre as várias comunidades piscatórias entre Quelimane, na foz do Save e Zanzibar, na Tanzânia, para além portanto dos limites das fronteiras nacionais. Estas comunidades piscatórias constituem a maioria da população residente na ilha, e assumem a sua diferença em relação à população do continente. Durante o tempo da nossa investigação não encontramos condições para analisar essa problemática ao nível do processo de produção de sociomnese porque os regimes de ventos e os ritmos sociais não permitiram viagens marítimas.

Regressando no entanto à questão da pesca e dos seus produtos, entre os comerciantes existe um conhecimento de que certos produtos são os mais procurados pelos restaurantes. Por exemplo, o marisco, o caranguejo, as lulas. Esses são os produtos mais consumidos pelos visitantes. O modo de consumo destes produtos do mar pode ser feito através do caril[310] de panela ou no carvão ou frito em óleo (normalmente de palma).

Para além dos produtos do mar a mandioca e o arroz constituem outros produtos base da alimentação. O arroz é produzido nas terras baixas do continente e comercializado na ilha em sacas de vinte quilos. É um arroz bravo, que obriga a uma cozedura longa ou a uma fritura prévia. A mandioca, uma raiz importada das Américas, mas largamente difundida entre as populações africanas, é consumida através da confeção das folhas cozedura

[309] O sistema de orientação entre os pescadores, que é interiorizado por aprendizagem prática, é constituído por um sistema de pontos de referência. A existência de banco de corais em toda a baia, que constitui uma linha de defesa primaria da fortaleza de São Sebastião, torna a navegação uma atividade difícil. A maioria dos bancos está submersa. Para evitar surpresas desagradáveis a navegação faz-se por rumo em direção a pontos conspícuos. Na intersecção de dois pontos predeterminados altera-se o rumo. Para a navegação à bolina esta ação comporta algum risco de risco e que obriga a manter a embarcação dentro de limites de segurança do rumo predeterminados pela experiencia. A arte de navegar é transmitida por via oral. Para além da prática propriamente dita, existe ainda associada à pesca um sistema de mitos (normalmente sobre a figura de monstros marinhos de natureza maléfica) que associado aos regimes de ventos fornece indicações sobre os tempos de pesca favoráveis e interditos. A nossa experiencia na ilha com esta comunidade não foi suficiente para investigar completamente esta dimensão social.

[310] O caril é um composto de especiarias com origem na Índia, constituído essencialmente por coentros, cominhos e açafrão, podendo ainda incluir a pimenta longa que lhe confere o palato picante. Na Ilha de Moçambique o caril é sinónimo de molho. Ele constitui a forma predominante de confeção dos vegetais, dos mariscos e do pescado. Pode ainda ser usado no frango.

(Matapa), ou através da raiz. A raiz pode ser reduzida a pó (tipo fuba) ou em cubos. A mandioca consome-se sempre cozida.

Para além destes produtos básicos a alimentação da ilha, inclui ainda o óleo de palma, como gordura, o amendoim e o caju, o coco, sobretudo o leite de coco. São produtos que dão um sabor aveludado aos vários paladares que é possível de degustar. A cozinha da Ilha não difere substancialmente da cozinha das várias comunidades costeiras[311].

A gastronomia da ilha é um claro indicador da sua condição híbrida. Nela é possível encontrar os sabores do oriente, os achares, as xamussas (ou chamuças), confecionadas pelas mulheres com base no receituário herdado pelas suas mães[312]. A ilha é também um local onde é possível encontrar alguns sabores que mostram claramente a sua herança africana, como as matapas e os frangos macuas[313] as galinhas do mato. Há outros produtos ainda que mostram a dificuldade em identificar uma genealogia alimentar pois a sua presença como recurso torna-se tão frequente que já se perdeu o rasto dos trânsitos, como é o caso do amendoim, do coco, das mangas e dos cajus. Ou seja nos trânsitos entre as Américas, o Oriente e as Áfricas ficaram nos sabores os traços de rotas diversificadas que fazem de cada local um espaço único. Com mais dificuldade em suportar os climas tropicais húmidos, a Europa apresenta, ao nível dos produtos, uma herança difícil de identificar. Mas enquanto agente da modernidade, muitos são os traços que ficaram ao nível alimentar. As bebidas por exemplo, a cerveja e o vinho, tão apreciados numa refeição cuidada, ainda que como bebidas fermentadas sejam proibidas pelo islão, são consumidos de forma generalizada na ilha, ainda que de modos diferenciados. O Tomate por sua vez é o produto fresco mais consumido localmente e que mostra essa influência dos sabores desenvolvidos na Europa.

O reconhecimento dos outros, ou o seu não reconhecimento está presente nestes pormenores do dia-a-dia. Esta é portanto também uma proposta de trabalho para a sociomuseologia, nomeadamente quanto utiliza as metodologia de conscientização, criando imagens

[311] Nas comunidades do interior que visitamos, não encontramos o requinte gastronómico das populações costeiras. De resto, a cozinha da Zambézia, que corresponde à província com o memo nome, de que Quelimane foi o centro do sistema dos prazos é conhecida como sendo a mais rica e diversificada de Moçambique.

[312] Nas entrevistas informais que realizamos sobre este assunto, como por exemplo a esposa de Zainal, fomos informados que as mulheres aprendem a cozinhar com as mães, sendo que cada família dispõe de pequenos segredos que adiciona a cada produto. Segundo Issiza Zainal é possível saber quem é que faz uma chamuça pelo seu sabor.

[313] Na entrevista que efetuamos a Dona Flora, que referia a qualidade da carne dos frangos macuas, interrogamo-la sobre a especificidade desse frango. O objetivo era saber se correspondia a uma espécie local. A resposta foi de algum modo surpreendente. "Este nosso frango alimenta-se da natureza. Não é alimentado com rações". Ou seja, é um frango que devido à escassez de alimentos disponíveis, não engorda demasiado. O seu sabor é dado por uma confeção bastante demorada para conseguir amaciar uma carne bastante rija.

geradoras para motivar o debate. Um exemplo que decorreu das imagens que utilizamos diz respeito à utilização da capulana como vestuário feminino. Na ilha de Moçambique, como já acima afloramos, a capulana[314] é um dos elementos distintivos da condição social. (HONWANA, 2007)

Com o nascimento duma criança, a mãe utiliza um "ntehe", que constitui uma capulana especial que serve para trazer o filho às costas. A criança, nos primeiros meses de vida encontra-se protegida e a mãe dispõe de condições para desenvolver atividades domésticas ou agrícolas. Na vida duma mulher moçambicana uma capulana é um objeto utilitário e um marcador de memória. Em cada cerimónia social deve ser utilizada uma capulana nova. Assim, para uma mulher, uma coleção de capulanas pode constituir a memória de fatos significantes da sua vida. Inclusive, a cada capulana pode ser atribuído um nome associado ao fato social que originou a sua aquisição.

O vestido de cerimónia, para uma mulher é constituído por um conjunto (*makume ni vemba*) de duas peças talhadas dum mesmo pano. A mairo makume é amarrada na cintura, e a vembe é colocada sobre os ombros. Na história da Zambézia ficaram célebres as Donas que usavam o "Nuno" o conjunto cerimonial de cores quentes e vibrantes. Para além do vestido, o lenço na cabeça é para as mulheres da ilha uma peça distintiva. A sofisticação e elaboração do seu arranjo são uma arte de culto desenvolvida entre as mulheres, cujas técnicas vão sendo desenvolvidas das mais velhas para as mais novas. As mulheres da Ilha usam ainda, por cima das duas peças um "quimão", uma capulana longa que cai sobre o corpo.

O uso da capulana, na sua dimensão da tradição tem constituído um apelo à africanização da mulher, por contrapartida à emergência de roupas de corte europeu. De resto, a utilização das roupas tradicionais masculinas praticamente desapareceu do uso comum. Hoje é possível encontrar algumas peças têxteis, de uso masculino, com padrões africanos, mas com corte masculino em algumas lojas de artesanato. Elas são utilizadas fundamentalmente

[314] A capulana é uma peça de tecido de dimensão variada, em algodão ou sintético. Formalmente distingue-se dos vestuários da África negra que não utilizam a tecelagem, como modo de confeção, preferindo o uso dos materiais da natureza, tais como palhas, cascas de árvore. A capulana está assim associada ao comércio marítimo de costa. Não encontramos estudos sistemáticos sobre o uso da capulana em Moçambique, mas sabe-se que desde os anos 30 que se generaliza o seu uso em todo o território. Atualmente a capulana é considerada como um elemento identitário da identidade moçambicana. Embora o tecido e o modo de uso se encontrem generalizados entre as populações islamizadas elas distinguem-se pelos modos de uso. Também é necessário não esquecer, que é possível através dos padrões e das modas proceder a datações aproximadas do seu uso e aquisição.

por indivíduos ligados às artes e a cultura como elemento identitário da sua modernidade construída numa busca da tradicionalidade africana.

Na ilha de Moçambique, no passado, era norma os homens vestirem peças brancas e largas. Atualmente os homens podem ainda utilizar este tipo de roupas nas cerimónias religiosas. (por exemplo às sextas-feiras, sábados e domingos, é frequente encontrar este tipo de trajes masculinos). Todavia o elemento masculino de uso mais distintivo continua a ser o cofió, um chapéu de pano em cilindro, decorado como formas abstratas e de cores garridas. Também cada cofió pode estar associado a uma cerimónia marcante da memória individual. Nas fotografias antigas sobre a ilha de Moçambique é possível de identificar, através das roupas o posicionamento dos indivíduos na hierarquia social. O branco com as suas roupas europeias, os assimilados, também com roupas europeias conforme a sua condição exigia a par com a alimentação e a frequência da missa, os islâmicos nas suas djilhabas alvas, e os trabalhadores braçais, seminus apenas com um lenço branco a envolver a zona púbica e um cofio tingido pela soalheira.

Nas conversas mantidas na ilha, e sobretudo do filme "*A ilha dos Espíritos*" é possível verificar que a utilização da capulana está associada a um conjunto de práticas sociais tradicionais. (AZEVEDO, 2008) Também possível entender que o uso do vestuário se inscreve no âmbito das problemáticas da tensão entre a tradição e a modernidade. Por exemplo, no catálogo citado, Suzete Honwana defende este diálogo entre a tradição como forma de construção da modernidade. (HONWANA, 2007, p. 3). Esse também tem sido uma das estratégias da produção artesanal que Moçambique tem procurado desenvolver.

Interessa no entanto salientar, como já referimos acima, que a utilização do vestuário como metodologia de análise da memória se justifica como forma de criar uma consciência crítica sobre os costumes. O uso da capulana está também associado ao fenómeno de resistência ao colonialismo. Ele parece substituir de forma eficiente, através de uma produto de fabrico fácil e acessível, de uso generalizado e que permitia a criação duma imagem de "decência" segundo os padrões da colonização[315]. A "*cobertura do corpo com decência*," aplicado aos africanos é um processo desencadeado pelo colonialismo que na Ilha de Moçambique é partilhada pela comunidade islâmica swahilizada e pela comunidade Hindu. É a partir da incorporação de todos estes elementos e formas de estar que é constituído o processo de produção do hibridismo que desconcerta o viajante. Muitos deste processo

[315] É necessário não esquecer, que o Estado Novo português também obrigou os naturais da metrópole, por lei, a usarem calçado nas vias públicas

podem ter sido impostos de forma coerciva. No entanto, pelo que observamos no processo de análise da sociomnese na Ilha de Moçambique ele é hoje fundamentalmente um processo dialógico que demonstra uma capacidade de resiliência da comunidade.

Na ilha de Moçambique, quer o corpo de funcionários coloniais europeus, quer os funcionários administrativos e quadros islamizados pertenciam a comunidades onde a prática do uso de vestiário estava à muito enraizada e que assim se opunham aos trabalhadores braçais, situados na base da pirâmide social[316]. Nesse sentido, o uso da capulana e das diversas roupas masculinas podem igualmente constituir-se como narrativas duma memória social. Como sociomnese poder ser mobilizada como instrumento de construção do futuro, como de resto já está a ser efetuado por alguns artesãos e costureiros.

A curiosidade do discurso sobre a utilização da capulana como forma de modernização do tradicional resulta também do fato desse processo, como já salientamos conter uma amnésia. Ou seja ao erigir a capulana como objeto identitário duma tradição o discurso é uma operação que exclui outros processos identitários nos modos de vestir feminino. Obviamente que poderíamos argumentar que os materiais naturais, tais como cascas de árvores e palhas diversas não constituem matéria-prima para a confeção de têxteis. Muito embora, a maioria dos têxteis tradicionais resultem precisamente do desenvolvimento da tecnologia de tratamento das fibras (o linho, o algodão. A lã, a seda, etc.).

Alguns autores têm referido que no processo de globalização que o colonialismo promoveu, ao invés de promover o uso de matérias-primas locais, ou pelo menos de investigar o seu desenvolvimento local, preferiu a importação de bens. Hoje o artesanato procura explorar as matérias-primas naturais para as incluir na produção de bens como caráter distintivo. O design e os materiais, como por exemplo tecidos elaborados a partir de sementes, de cascas de árvores, de fibras vegetais, podem produzir vestuários e objetos de adorno que podem ser comerciados no mercado global. O mesmo se pode dizer dos objetos em madeira, de decoração ou de mobiliário. Reconhecer a sociomnese duma comunidade é também contribuir para a divulgação do seu saber. A ação pode ser uma atividade que se pode orientar para a utilização e produção bens sustentáveis[317]. Mas esse é um processo que está longe de ser retratado nos processos museológicos que conhecemos, onde os objetos etnográficos são

[316] Por exemplo nos postais antigos da Ilha de Moçambique, é possível ter uma ideia destas distinções sociais entre trabalhadores braçais e senhores. A distinção não é entre africanos e europeus, mas sim entre senhores e braçais (LOUREIRO, 2005)

[317] Portanto excluir alguns produtos que resultavam de atividade predatórias, como por exemplo a caça de onde se extraía o marfim e as peles.

normalmente expostos como "coisas do passado", ao mesmo tempo que a modernização das artes tradicionais tem vindo a ser efetuada através dos incentivos ao setor do artesanato., excluindo todo o processo mnemónico que ele contém e que pode ser incorporado no processo de produção como componente do seu valor.

Essa questão da modernização da memória e da reconstrução dos novos objetos será trabalhada na segunda parte do trabalho. Para já interessa-nos reconhecer que é necessário incluir nas análises dos processos sociomuseológicos os fenómenos de modernidade integrados nos processos de globalização. Como verificamos, utilizar a tradição do uso da capulana, como objeto de modernidade pode constituir um elemento de trabalho para os processos museológicos que trabalham com objetos socialmente qualificados. O uso social dos objetos mnemónicos, a sua transformação ou refuncionalização poderá constituir para os processos museológicos uma ferramenta de trabalho. Embora correndo o risco de generalizar demasiado, poderemos também concluir que será importante para a função social de sociomuseologia inscrever o valor de uso dos objetos na vida social. Tal como o uso dos recursos naturais se insere no âmbito duma busca da sustentabilidade ambiental, também o processo de uso dos objetos mnemónicos se insere no âmbito da sustentabilidade dos processos museológicos assentes na comunidade e no território

A análise da função social do museu pode incluir nos espaços sujeitos a elevadas pressões de globalização com desestruturação dos seus ecossistemas, a possibilidade duma arqueologia dos saberes que resgate técnicas, procedimentos e funções. Esse resgate que a ciência moderna se recusou a promover nas comunidades dominadas do sul, pode constituir um ponto de partida para processos de sustentabilidade da comunidade e dos seus processos, através da apropriação, pela consciência dos seus objetos mnemónicos. Mais do que um resgate de memórias olvidadas, a construção da modernidade implica uma conservação dos saberes e dos usos das técnicas de manipulação dos recursos. E a conservação só faz sentido se for aplicada sobre novos usos com uma visão no futuro.

A conservação dos objetos não é necessariamente a sua cristalização das suas imagens. É sobretudo o conhecimento da memória social que ele contém. É a partir dessa reconstrução que se gera a possibilidade de considerar e conceber a sua evolução com novos usos e novas formas. Ora sendo a memória também esquecimento, um dos desafios que os objetos nos lançam permanentemente é o exercício do processo de construção dos saberes na pós-modernidade.

Regressando ao nosso objetos de estudo, a Ilha de Moçambique e no âmbito da problemática do que é esquecido, como resultado das tensões entre a tradição e a modernidade, gerando adesão e resistência a processos de poder social e político, encontramos, um assunto incontornável: a questão da escravatura.

A construção da especificidade da Ilha de Moçambique pode também ser observada como uma expressão dos processos de escravidão e tráfico negreiro É certo que os objetos hoje conservados, apresentam outras narrativas. A fortaleza de São Sebastião é efetivamente um símbolo dum bastião singular da defesa do comércio (que durante três séculos também é negreiro) do Indico. Como veremos de seguida o património da ilha, o património construído e as suas tradições consideradas como património da humanidade são elementos notáveis que resultam desse tráfico negreiro.

Muitos ainda o olham como uma narrativa sobre o "património português no mundo", que é uma fórmula politicamente correta de apresentar uma narrativa sobre o processo de dominação colonial (MARGARIDO, 2000). Basta por exemplo referir que, no caso da ilha de Moçambique, a maiorias desse património, e com exceção das construções militares, religiosas e civis, tenham sido efetuadas recorrendo a técnicas comuns ao mundo da costa oriental de África e com uma utilização da mão-de-obra baneane ou escrava. O discurso do "Património Português no Mundo é uma narrativa que continua a valorizar a construção duma dominação. Ora não só esse discurso qualificativo não apresenta hoje qualquer interesse para a questão patrimonial, nem esse poder está hoje ativo para desenvolver esses processos de conservação.

Num mundo que se empenha na valorização do diálogo, da interculturalidade, um discurso de base nacionalista não parece que tenha grandes condições de se afirmar sem que através dele sejam canalizados recursos financeiros, que na verdade já não existem, nem parece que seja possível que voltem a ser mobilizados nos tempos mais próximos.

Mas vejamos brevemente algumas destas questões sobre a Ilha de Moçambique e como é que ele sustenta uma metonímia, cujo resultado é olvidar a dinâmica funcional do burgo. Sabemos que no final do século XIX a capital de Moçambique se transfere para Sul, para a Baía de Lourenço Marques. Também sabemos que a razão disso se prende com as necessidades de desenvolver a sul, próximo das áreas de aceso ao mar, um ponto de controlo que permitisse, através do equilíbrio da balança de poderes, beneficiar, como se beneficiou durante largos anos das rendas da exploração do ouro sul-africano. Mas também sabemos que o que existe hoje em termos de património construído resultou da intensa atividade eco-

nómica que a colónia desenvolveu entre meados do século XVII e os inícios do século XX. E a razão dessa intensa atividade comercial encontrava-se o lucrativo negócio do tráfico da pessoa humana. Quando ele desaparece são inúmeros os testemunhos da decadência da Urbe, como veremos no capítulo seguinte.

José Capela[318], juntamente com António Carreira[319] (CARREIRA, 1979), tem sido o investigador que se tem dedicado ao estudo deste fenómeno. No seu livro "O tráfico De Escravos nos portos de Moçambique" (CAPELA, 2002) é uma obra recente onde sintetiza praticamente toda a sua obra, iniciada em 1979 com a publicação de um estudo sobre a documentação do negreiro José Nunes da Silveira[320]. Durante trinta anos Capela estuda minuciosamente os arquivos de Portugal, de Moçambique, do Brasil e identifica com clareza a rota dos escravos das terras altas do interior até às terras costeiras, o seu destino e os beneficiários desse comércio. Através deste livro é possível aceder a um quadro desta trágica atividade do ser humano, bem como entender a razão de muito do esplendor das igrejas e das casas senhoriais de Quelimane e Moçambique.[321].

Mas para além da história do tráfico negreiros, no âmbito dos processos museológicos é nosso mister problematizar a memória da escravatura[322]. Se hoje, no campo dos valores universais da humanidade, a escravatura é um absoluto mal (Ainda que se saiba que esse

---

[318] José Capela (n. 1932). Teólogo de formação, foi para Moçambique em 1956, onde foi Diretor do Diário de Moçambique. Foi um dos fundadores da "Voz Africana", num jornal publicado na Beira. Entre 1976 e 1999 foi adido cultural da Embaixada Portuguesa em Maputo.

[319] António Carreira (1905-1988). Antropólogo Cabo-verdiano. Foi uma dos primeiros investigadores a trabalhar a problemática da escravatura, primeiro nas Ilha do Atlântico, tendo sucessivamente alargado o âmbito das suas investigações.

[320]. Os documentos foram na época depositados pelo Banco de Portugal na Sociedade de Geografia de Lisboa (CAPELA, 1979)

[321] Devemos aqui salientar que a leitura deste livro foi efetuada durante o nosso tempo de investigação na Ilha. A questão da formação do espaço urbano e a sua relação com o tráfico negreiros era então uma das questões que pretendíamos trabalhar. Já tínhamos conhecido alguns do trabalhos anteriores de Capela e Careira, já tínhamos trabalhado a problemática da escravatura. Contudo, neste caso concreto, a leitura desta investigação no próprio local da Ilha de Moçambique modificou a nossa perceção sobre o problema. Ou seja, o nosso olhar sobre as coisas passou a incorporar a questão de entender do porque da dimensão do casario de pedra e cal. E foi durante esse processo, através da leitura desse livro que formamos a convicção de que por detrás do património visível, valorizado ao longos dos tempos pelas mais diversas razões, estava o capital gerado pelo ignóbil tráfico.

[322] Isso mesmo foi a proposta do Seminário realizado em Évora em novembro de 2001 coordenado por Isabel Castro Henriques, que à época presidia à Comissão Portuguesa da "Rota de Escravos", um projeto da UNESCO iniciado em 1994. Este projeto tem como objetivo compreender as causas, modos de operar e as consequências da escravatura no mundo, bem como valorização da memória dos intercâmbios deste fenómeno no mundo no âmbito do diálogo intercultural. Veja-se (www.unesco.org/theslaveroute). Na sequência deste projeto a UNESCO resolveu considerar o dia 25 de março como Dia das Vitimas da Escravatura (UNESCO Resolução A/RES/62/122, 2007). Sobre os trabalhos da Comissão Portuguesa veja-se (HENRIQUES, 2002) e (MEDINA, e HENRIQUES, 1996). Em Moçambique a 24 de agosto é comemorado o Dia da Memória, onde o fenómeno da escravatura é relembrado através de celebrações de representação e eventos culturais e educacionais.

fenómeno ainda persista em alguns locais), sabemos que uma parte dessa consciência se deve à afirmação do indivíduo como sujeito autónomo que transporta direitos naturais inalienáveis, nomeadamente o direito da liberdade e o da igualdade. Também sabemos que enquanto valor ético e moral esta negação do recurso ao trabalho escravo é uma das consequências do desenvolvimento do sistema económico mundial, onde esse mesmo trabalho escravo representou um importante processo de acumulação de capital. (WALLERSTEIN, 1994) Essa mesma História também nos indica que a escravatura é um fenómeno antigo, aceite pela maioria das comunidades e estados durante milénios (CAPELA, 2002, p. 11). Também sabemos que nas línguas Bantas, não existe o conceito do indivíduo como ser autónomo (cidadão), Na África banta a cosmovisão do indivíduo está associado ao conjunto social de que faz parte. Entre o homem e o sagrado existe uma corrente múltipla que associa os vários indivíduos duma comunidade em diferentes posicionamentos. Uma ujama (CAPELA, 2002).

Numa visão africana da organização do social, o indivíduo posiciona-se em relação ao conjunto social como uma parte. A participação do indivíduo na comunidade decorre duma ordem preestabelecida onde este se deve integrar, sendo que a sua ação é mediada pelos vários sistemas de interpretação da dinâmica social, entre os quais se salientam os momentos de participação social onde decorrem a apresentação das narrativas orais, que acima expusemos genericamente.

Para alem da simplicidade da explicação, o que no interessa neste caso é salientar que a escravatura, para além da violência sobre o ser humano, é uma imposição exterior à organização da comunidade, que se impõe como um processo de relação com a envolvente. A escravatura tradicional inicia-se dentro da própria comunidade com uma decisão sobre a dispensabilidade de alguns membros dessa mesma comunidade. A decisão sobre essa dispensabilidade cabia ao Mpfumo (um chefe que resulta duma transformação dum nobre num líder sagrado). Individuo e Conjunto Social, na cosmovisão banta são portanto uma unidade. (CAPELA, 2002, p. 12) Na África banto a consciência individual está relacionada com a consciência social, para utilizar a nomenclatura das ciências sociais modernas. E essa explicação tem sido usada para caracterizar a escravatura pré-colonial, como um sistema onde a posse da vida e do destino de uma família pode ser decidida pelo chefe, e também explica que muitas vezes a mercadoria esteja associada a quem o carrega, sendo que quem comprava um carregamento de mercadorias também adquiria o seu transportador. (CAPELA, 2002, p. 12)

Esta interpretação tem por base uma análise das estruturas internas das comunidades tradicionais, e explica a escravatura como uma forma de organização das próprias comunidades. Mas se esta explicação enquadra o fenómeno de uma certa base de "naturalidade do fenómeno escravo", Capela apresenta de seguida os processos de tráfico negreiro, como um "*fenómeno de globalização*". (CAPELA, 2002) Este tráfico iniciou-se em primeiro lugar, ainda que numa escala modesta, nas rotas do Indico; depois com a emergência das grandes plantações americanas nas rotas atlânticas, com um tráfico em larga escala para as Américas e para as ilhas do Indico. Como se sabe, por estimativas modesta, este movimento de escravos provocou uma sangria de cerca de seis milhões de seres humanos ao longo de três séculos[323].

Sobre estas matérias não existem ainda investigações detalhadas, pois a estrada comercial que liga o interior ao litoral tem dois sentidos, e ainda que o que seja transportado para a costa possa ser, em quantidade superior, há sempre uma troca de produtos que chegam da costa e que servem para sustentar as trocas. Portanto, para além duma justificação simplista sobre a naturalidade do tráfico negreiro nas sociedades tradicionais, faltará ainda alguma informação consistente sobre as problemáticas da globalização.

Essa explicação naturalista ajusta-se bem à memória social dos povos da costa. Não há dúvida que o sistema colonial é responsável, como Capela documenta, por uma alteração quantitativa e qualitativa do tráfico, e de que essa atividade produziu efeitos de sangria nas populações locais, podendo ser atribuído a esse fato o não desenvolvimento de processos de produção com base na agricultura (CAPELA, 2002, p. 273). Esses parecem ser os efeitos a longo prazo e que associados aos processos de integração na economia mundial durante o século XIX, encontraram no modelo colonial outro importante fator de bloqueio das comunidades africanas, que as terão impedido de acompanhar o crescimento da economia mundial.

Capela apresenta em acréscimo um outro fator explicativo deste tráfico, que resida na formação de mentalidades, formadas ao longo das várias centenas de anos, que produziu um corpo social de gentes e agentes comerciantes apoiados nos lucros fáceis e numa desvalorização da pessoa humana. Essa circunstância teria produzido na Ilha de Moçambique uma

[323] Um historiador americano Paul Gilroy utilizou a expressão "Atlântico Negro" para abordar a consciência deste fenómeno nas populações negras americanas. Veja-se (GILROY, 1993). Ainda segundo este autor, na senda de Paul Du Bois (1868-1963) utiliza o conceito de "Dupla Consciência" para explicar como é que os descendentes dessa diáspora leem a sua pertença ao mundo. A dupla consciência traduz uma dupla referenciação, por um lado a experiencia e a memória da escravidão e do racismo e por outro lado o seu confronto com as trocas e influencias que sofrem nas sociedades contemporâneas em que estão inseridos

comunidade ociosa, rica e viciosa, que ainda persistia em meados do século XIX, tentando, através do tráfico ilícito ou contrabando, ultrapassar as barreiras entretanto criadas pelas autoridades para conseguir viver na opulência (CAPELA, 2002, P 273).

Mas neste nosso trabalho não nos interessa argumentar sobre o discurso da história. O nosso interesse pelo problema é tentar apurar a razão pela qual, estando o património da Ilha de Moçambique profundamente ligada ao tráfico de escravos, as suas memórias sociais sejam superficiais e estejam olvidadas pela maioria das pessoas que contactamos.

É certo que existe um memorial da escravatura, um pequeno Jardim com um conjunto de esculturas de bustos em madeira que assinala um dos possíveis pontos de carga de escravos. Também, na linguagem comum se associa algumas casas com armazéns nos pisos térreos a antigos depósitos de escravos. Não falta mesmo que, através dumas argolas fixas nas paredes atribua à "*Casa dos Arcos*", uma antiga função de casa de escravos, esquecendo, que o mais provável, pela localização e pela altura ser um ponto de amarração de cavalos. É nas memórias eruditas da ilha, sobretudo por via dos franceses e suas plantações nas ilhas Reunião um dos últimos destinos dos escravos "*moçambiques*", a questão da escravatura tem sido trabalhada como memória social presente.

Para além deste memorial e das atividades desenvolvidas pela municipalidade do Mussuril no 24 de agosto, a Ilha de Moçambique, espaço de encontro de culturas, não é referenciada como local espaço de partida dos escravos. Numa visão da ironia da história, afinal, o espaço de encontro de culturas começa, antes de tudo um espaço de desencontros do escravo com a sua terra.

A comemoração desenvolvida no Mussuril a 24 de agosto é uma cerimónia evocativa do fim da exportação de escravos nos portos de Moçambique. A cerimónia consiste basicamente numa encenação "histórica" dum carregamento de escravos. Os escravos surgem do forte do Mussuril, em fila ligados por correntes de ferro, enquanto são alvo de sevícias com chicotes. No final da coluna surge o esclavagista transportado numa padiola, recriado como uma personagem burlesca. Das conversas que mantivemos sobre esta questão, com os habitantes da Ilha do Moçambique verificamos que este não é um assunto do seu agrado. Duma forma geral ficamos com a ideia que a questão da escravatura é um assunto não se gosta que se aborde em demasia. Este foi um dilema com que nos defrontamos durante a nossa investigação e que acabamos por não resolver completamente através duma explicação satisfatória. A questão de como é possível abordar no âmbito dum processo museológico desenvolvido num espaço onde a presença da atividade esclavagista é tão forte, necessi-

ta de uma reflexão mais aprofundada e a reconstrução de caminhos que este nosso trânsito não permitiu efetuar. Um desafio que fica para o futuro de encontrar uma forma de resgatar para o processo sociomuseológico essa uma memória que se presente. Uma ação museológica sobre esse terrível ruído de sofrimento humano que ecoa naquelas pedras tornadas património da humanidade, constitui-se assim como um compromisso com essa própria humanidade.

Em síntese desta questão importa agora sistematizar as principais questões que vamos mobilizar na nossa proposta de processo museológico. O processo de hibridação segundo a proposta de Canclini é um processo que analisa os modos de globalização. É uma proposta de análise de um processo de entradas e saídas da modernidade. A Ilha de Moçambique como temos vindo a verificar constitui-se como um espaço de produção dessa modernidade.

Na sua perspetiva histórica, é um processo de hibridação longo, onde as várias estruturas discretas da longa duração se vão adaptando às várias dinâmicas que se instalam. Na perspetiva sincrónica apresenta-se hoje como um processo que apresenta várias das tensões, semelhantes aos movimentos característicos de entrada e saída da modernidade. Persistência de formas arcaicas ou mesmo reinterpretação destas formas em situações de modernidade. Esses são os processos de resiliência à modernidade, momentos em que formas tradicionais se ajustam aos processos de modernidade. É um espaço onde formas de expressão como a tradição oral, ou a dança tufo se vão metamorfoseando para responder a novas funções. É portanto um espaço onde a produção de hibridismos encontra um terreno de análise privilegiado.

O processo de entrada na modernidade comporta uma tensão com a tradição, que se revela através de um campo dialético entre estruturas discretas novas, que hibridizam, e as estruturas arcaicas que resistem. Se a estas últimas a reação produz um processo de adaptação, onde também elas adquirem novas funções, as novas estruturas também se acomodam à reação. O processo de hibridação desenvolver-se portanto entre novas estruturas híbridas que se aproveitam de estruturas anteriores e entre as velhas estruturas que persistem, adaptando-se as novas funções ou procurando modos de manter as que já existiam.

O nosso desafio sociomuseológico, de construir um processo museológico na Ilha de Moçambique, com base na sua sociomnese, utilizando as metodologias da conscientização é portanto necessário entender o *punctum* desta relação entre a memória e o esquecimento mediado pela relação de poder e de resistência. A medida desse processo pode ser enten-

dida como um processo de resiliência. É esse o desafio do processo sociomuseológico que procuramos desenvolver. Mas antes disso é necessário primeiro um exercício critico que permita desvelar o processo de construção das tradicionalidade da memória social que se constitui na Ilha de Moçambique. Esse será o objetivo do próximo capítulo.

5. A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA ERUDITA NA ILHA DE MOÇAMBIQUE

"E tu Poeta? Dois anos, duas vezes
trezentos e sessenta e cinco dias, é tempo
Tempo de sobra. Seiscentos e trinta
alvoradas, seguidas de outros tantos poentes,
E os dias de premeio. Límpidos e claros,
como o amanhecer, como a brancura
implacável destas ruas, destes muros,
do aço brunido em que mar e céu se fundem.
Duro o pão e morno o espesso vinho,
iguais ao mormanço e ao vagar das horas
e nestas partes o fogo eterno acrescentam.
Fugias por certo, ao brasido de S. Sebastião
até ao outro extremo, a Ponta da Ilha.
Ali é diferente o sal da brisa,
não rescende aos fumos da Índia,
nem à grande doidas cousas que passaram.
Respiravas então, talvez aliviado.
Com a noite chegaria a insónia
ou o olivido, que não podiam
ser-te estranhos, a doçura árabe
destes rostos, o mistério noturno deste corpos
a saberem a canela e maresia.
Depois vinha outro dia. E outro. E outro,
duas vezes trezentos e sessenta e cinco,
te desdobravas no clamoroso eco
que hoje vem sobressaltar-nos as madrugadas.
Que conjeturas, de mágoas,
de projetos encetados e desfeitos,
de incidentes, sonhos breves,
esperanças vãs ou dilatadas
te curtiram e dilaceraram o peito,
jamais o saberemos.
Apenas se regista que, resgatado
pela amizade, partiste enfim,
ao cabo de duas vezes trezentos
e sessenta e cinco dias bem contados

(rui knopfli, ilha do próspero, 1972)

Neste capítulo vamos procurar demonstrar que a singularidade da Ilha de Moçambique se explica pela sua participação na criação dum mito eurocêntrico. A construção do imaginário da Ilha de Moçambique é uma operação de diálogo entre as suas heranças e os poderes sociais hegemónicos, que origina uma sociomnese onde se observa uma elevada capacidade de resiliência.

Num primeiro tempo vamos procurar explicar como é que a narrativa sobre a Ilha se constitui num mito do luso tropicalismo. É neste radical que se alicerça a busca duma especialização territorial com base no turismo. Num segundo momento vamos procurar analisar as metamorfoses desse mito após a independência de Moçambique. Vamos procurar construir a racionalidade das ações dos atores moçambicanos em torno da questão patrimonial da Ilha de Moçambique e explicar como é que a Ilha de vai tornar um elementos do "património da humanidade". Vamos ainda mostrar a propósito constituição da sua "condição universal" a forma como sobre ela se vão constituir, externamente, novas narrativas e como começam a surgir novos olhares que mostram as tensões na construção da ideia da moçambicanidade. Vamos procurar demonstrar, que em todas as construções dessas narrativas a comunidade não participa na sua construção, embora acabe por com elas dialogar no processo de resiliência da sua sociomnese.

Propomos, como síntese destas leituras, a análise da Ilha de Moçambique como um processo de produção de hibridação restrita. Vamos procurar operacionalizar esse na análise no espaço da Ilha de Moçambique a partir da análise histórica de estudo de caso. Vamos ainda procurar demonstrar as vantagens do uso do conceito de processo de hibridação sobre os de mestiçagem ou de sociedade crioula. No quadro duma análise do processo de hibridação, será possível centrar a análise das tensões entre a conservação e a inovação social, relacionando-a com as tensões emergentes na oposição entre a afirmação da hegemonia (apropriação) e a resistência. Defendemos que essa análise ao centrar-se na comunidade da Ilha de Moçambique não só demonstra a sua singularidade, como lhe permitirá construir os processos de participação da comunidade, que constituem da base do processo museológico proposto.

5.1. A construção da narrativa da sociomnese dum Império na Ilha de Moçambique

O processo de construção de memórias sociais é para cada espaço único e específico. A narrativa da sociomnese da Ilha de Moçambique é para além dum caso singular bastante complexa. A génese das narrativas contemporâneas pode ser encontrada nas narrativas das viagens do século XVI, quando os portugueses entraram em contacto com as áreas comerciais do Índico. Ainda que hoje se conheçam relatos anteriores dos intenso contactos comerciais no mundo Índico a através de relatos produzidos pelas fontes árabes, a. Ilha de

Moçambique emerge decisivamente para o conhecimento moderno através dessa ligação entre o Atlântico e o Indico.

Estes contactos estão bem referenciados nas crónicas da época. Para esta época dispomos de quatro textos fundamentais: o primeiro, de João de Barros[324], nas "Décadas da Ásia" publicado em 1552 (BARROS & COUTO, 1552/1973). Nesse mesmo ano Fernão Lopes de Castanheda[325] também a "História do Descobrimento (CASTANHEDA 1552/1979) ao que se seguiu em 1566 a publicação por Damião de Góis[326] "Crónica de Felicíssimo Rei Dom Manuel" (GÓIS, 1566/1926). Finalmente, em 1570, a epopeia é relatada na monumental epopeia de Luís Vaz de Camões[327], "Os Lusíadas" (CAMÕES, 1572/1960).

A descrição do primeiro contacto dos Portugueses com a Ilha de Moçambique inscrever-se assim no âmbito duma problemática bastante mais vasta, que é a do Humanismo Português do Século XVI, que não cabe tratar neste domínio. Mas vale a pena analisar brevemente algumas referências nestes relatos. Por exemplo Damião de Góis descreve esse contacto da seguinte forma: "*aos xxiiij dias de fevereiro e ao primeiro de março houvera vista de quatro ilhas, de uma das quais da nau de Nicolau Coelho viram sair sete, ou oito barcos à vela, a que os de terra chama zambucos, o que vendo derão uma grande grita, e com ela foram falar à capitania". (...)* Depois de descrever um retrato colorido deste contacto termina com uma caracterização dos seus habitantes, das suas casas e atividades. "*Esta Ilha de Moçambique tem muito bom porto, jaz em terra baixa, alagadiça e doentia, os principais dela eram mouros baços de diversas nações, que tratavam dali para muitas partes, hos naturais são negros, assim os da ilha como de terra firme, vivem em casa de taipa coberta de palha. As naus ou zambucos em que navegam estes mouros, não tinham coberta nem pregadura, eram ligadas com cavilhas de pau e cordas de fio de palma, a que chama cairo, as velas são de folha da mesma palma tecidas com esteiras muito tapadas, navegam com agulhas leuantisquas, quadrantes e cartas de marear …"* (GÓIS, 1566/1926, p. 73 - 74). As várias descrições da viagem de Vasco da Gama e o contacto com a Ilha de Moçambique são na sua essência semelhantes[328], o que demonstra uma fonte comum ou um relator comum. Não iremos aqui detalhar as pequenas diferenças entre cada uma delas, embora essa análise tenha interesse para entender o conhecimento que os

[324] João de Barros (1496-1570). Cronista. Foi feitor da Casa da Índia.
[325] Fernão Lopes de Castanheda (1500-1559) Escreveu História do descobrimento & conquista da índia pelos Portugueses. Foi ouvidor em Goa, onde viveu entre 1528 e 1538. Durante e tempo em que esteve no Oriente recolheu elementos para os seus trabalhos.
[326] Damião de Góis (1502-1574). Humanista e Historiador. Foi colega de Erasmo de Roterdão em Friburgo. Foi igualmente precetor do Príncipe Dom João, futuro rei de Portugal, o terceiro desse nome.
[327] Luís Vaz de Camões (1531580). Poeta e Humanista português.
[328] Na narrativa da João de Barros fala-se duma quebra do tratado de paz com cheque da Ilha, (BARROS, 1552/1973, p. 295).

portugueses vão formar do território e das suas riquezas.[329]Interessa-nos sobretudo é assinala-las para, mais à frente, podermos entender a importância dessas referencias para a construção do mito em torno da ilha de Moçambique[330].

A emergência da Ilha de Moçambique como local seminal assume particular relevância no processo de afirmação do pensamento e da ação colonial dos portugueses a partir do final do século XIX e sobretudo a partir da afirmação do Estado Novo português no século XX. Nesse processo que vai surgir a exaltação dos heróis portugueses que corporizaram as rotas comerciais. Nesse pensamento, de olhar o passado, a chegada à Ilha de Moçambique é o momento em que as incertezas das viagens de exploração dão lugar à certeza da Índia. Esse momento corresponde à experiencia da crença. Essa é uma leitura contemporânea dos gestos fundadores duma epopeia assumida como destino das gentes lusas. Mítica porque revela uma forma de relação entre o tempo e a eternidade. Um mito concentra a totalidade do passado, do presente e do futuro, a ação e o sonho. Nesse sentido a Ilha é o lugar e o não lugar. A tópia e a utopia lusa. Mas já lá iremos ver como isso se construiu.

Depois de ultrapassado o Cabo da Boa Esperança nos finais do século XV, no Atlântico Sul, as naus rumaram para Norte embrenhando-se na costa oriental africana em busca da "*Ethiopia Oriental"*. Durante algum tempo, o que encontraram era pouco para as ambições que levavam. Em Sofala surgiram alguns sinais, poucos das rotas do ouro. Será na Ilha de Moçambique o local onde os portugueses encontram inequivocamente as rotas do comércio com o Oriente. Mais, com a ligação do Reino à Ilha de Moçambique, fechava-se o conhecimento da rota marítima até Calcute e às terras do Preste João. A Ilha de Moçambique foi o ponto onde o Ocidente se encontrou com Oriente através do mar.

A partir dali para a frente o caminho é já dominado pelos mapas do conhecimento local. Os marinheiros do Índico sulcavam já as águas tépidas ligando portos e rotas de comércio das especiarias e das sedas. Não era ainda o mundo todo, porque ainda não haviam chegado ao "Novo Mundo" das Américas, ou pelo menos não havia disso publica notícia. Mas é na ilha de Moçambique os mundos velhos se voltaram a fechar, agora pelo mar, porque por terra há muito que as rotas caravanistas percorriam os desertos da Ásia ou os deser-

[329] Por Exemplo, João de Barros, na Década da Ásia, Livro 1 capítulo 1 já referencia a existência das minas de Ouro do Reino do "Benomotapa" (BARROS, p 275).

[330] Paralelamente às descrições épicas é necessário ainda ter em conta os trabalhos de Diogo de Couto (1542-161), que conjuntamente com Damião de Góis partilha a autoria das "Décadas da Ásia". Este amigo de Luís de Camões, que aliás pagou a viagem de regresso do poeta ao Reino, a partir da Ilha de Moçambique, escreveu o "Soldado Prático". Observador crítico da realidade que o envolve pressente-se na pena de Diogo de Couto a emergência dos sinais da decadência e da fragilidade do "Império das Índias Orientais".

tos da península Arábica. É portanto este espaço onde, simbolicamente, se concretiza a certeza da gesta que os portugueses vão exaltar. A ilha de Moçambique simbolicamente é o espaço onde a fé (como pensamento finalista) se concretiza no mundo. A Ilha de Moçambique torna-se assim no local da experiencia da certeza da fé imperial dos portugueses. O monumental poema épico de "*Os Lusíadas*" vai constituir a primeira peça dessa narrativa de exaltação da fé e do Império.

Após a decadência do século XVI português jamais o pensamento português deixará de enaltecer essa gesta feita nesse passado enaltecido. É sobre ele que serão sucessivamente recriando os mitos sebásticos portugueses, que não cabe aqui analisar, mas importa atentar como elemento explicativo (MEDINA, 1995, p. 251- 386).

A estas viagens sucedem-se o domínio dos mares, através da política da "canhoeira" de Afonso de Albuquerque [331](1500 a 1515) e Dom João de Castro[332] (1515-1550). E é no âmbito desta política de canhoeira, que a Ilha de Moçambique, com a construção da Fortaleza de São Sebastião vai alcançar a posição estratégica de domínio dos mares no comércio do Oriente para os portugueses, juntamente com Mombaça e todo o conjunto de fortificações da costa oriental de África e Mar Vermelho. Mas essa é uma história que tem vindo ao longo dos últimos cem anos a ser investigada. O que nos interessa aqui salientar é que ao procurarmos trabalhar sobre as memórias sociais da Ilha de Moçambique, não podemos deixar de considerar o processo que conduziu no passado a tornar esta ilha num ponto mítico. Um espaço sobre o qual de desenvolveu uma narrativa simbólica que os portugueses construíram como explicação sobre si mesmos.

Mas esta narrativa, a nossa, é feita a partir das problemáticas contemporâneas. E nessa linha de investigação, não é o passado português que nos interessa salientar, mas sim a forma como o tempo presente lê o tempo da ilha (o tempo do seu passado). E para isso é necessário entender como é que esta ilha participa duma narrativa, podermos considerar como "luso tropical". Luso tropical, porque de acordo com a adaptação da teoria homónima de Gilberto Freyre ao colonialismo português em África (FREYRE, 1961) participa da numa tentativa legitimar esse processo pela demonstração da sua especificidade. E é a partir da

[331] Afonso de Albuquerque foi 2º Vice-Rei da Índia. Em 1503, depois duma viagem ao Oriente propõe a criação dum "Império Marítimo Oriental", com o domínio dos mares. O plano é implementado entre 1508 e 1515.
[332] Dom João de Castro foi 4º Vice-Rei da Índia. Em 1535 escreve o célebre Roteiro "De Lisboa para Goa"

leitura dessa narrativa, e depois de entender o processo de construção de "nação moçambicana", que melhor podemos entender o processo de resiliência[333] desta memória

Como verificamos entre a História e a Memória Social há uma importante distinção. A memória parte de fatos atuais, vividos e mobilizados para a ação. Pode naturalmente apoiar-se em fatos históricos, mas mesmo esse apoio resulta duma reelaboração desses fatos em função das leituras do presente.

A narrativa da história colonial foi fundamentalmente neste último século e meio a construção de uma memória social que inscreve o passado numa linha de heroísmo dos portugueses, criando uma produção do sentido do presente como uma continuação dessa gesta desse passado seiscentista. Através dessa operação, de criar uma imaginação da heroicidade, legitima as ações coloniais dos homens desse presente. A ação (de violência e apropriação) é exaltada como virtude por identificação com o exemplo dado por esses homens do passado. È uma operação que valorizando os fins legitima os meios, quaisquer que eles sejam, por mais violentos ou desumanos que se mostrem. Foi esse o tempo de Capelo e Ivens, de Mouzinho, de Lupi, de Ennes, novos heróis entretanto convenientemente esquecidos.

A independência de Moçambique em 1975 e o fim do processo de dominação colonial português o que é produz nessa memória social. O que é que sucede à memória social quando ela deixa de legitimar os processos do presente: Volatiliza-se ou readapta-se. É isso que nos importa compreender no processo sociomnemónico quando num dado momento histórico emerge uma nova relação do poder que se legitima por outros objetos patrimoniais. Vejamos agora uma leitura da história de Moçambique mais próxima de nós.

Joseph Ki-Zerbo na Sua "História da África Negra" (KI-ZERBO, 2002, p 120) fala dos conhecimentos egípcios da Costa Ocidental de África. Heródoto[334] descreveu as viagens dos mercadores fenícios em torno de África. Descreve igualmente, a partir da Geografia de Ptolomeu[335] as relações entre os reinos árabes pré-islâmicos e a costa oriental de África. O mar Eritreu (Vermelho) era já no século II um mar de intenso comércio. Ki-Zerbo descreve igualmente as navegações dos gregos e dos persas no Índico, com conhecimento do regime

[333] Resiliência, no sentido da capacidade de adaptação da comunidade à alteração das hegemonias. Quando os dados da realidade se alteram, gera-se um campo de tensão, que produz uma readaptação a novas situações, onde factos interiorizados são reelaborados com novos significados.

[334] Heródoto, (484-425 A.C.) Historiador Grego. O conhecimento do mundo antigo deve-se à sua História

[335] Cláudio Ptolomeu (c 90- c 168), geógrafo, matemático e astrónomo que viveu em Alexandria. É autor da "Almagesto, que reuniu os conhecimentos astronómicos da época. Deve-se a Ptolomeu a conceção ptolemaica (conceção da terra como centro do universo). A sua "Geographica Huphegesis" é uma síntese dos conhecimentos do mundo à época. Esta obra é conhecida no mundo mediterrâneo do Renascimento.

de ventos das monções, lhe permitia navegação até à costa do Malabar (costa da Índia). Desde essa época que se fazia comércio de ouro, escravos, marfim no Índico. Esta rota terminava, nessa, época pelas latitudes de Moçambique, onde por volta do século XII estavam a chegar as vagas os povos Bantos vindos do Sul. E esse é um também encontro de povos.

A partir do século VIII a expansão do Islão pela costa vai apoiar-se no desenvolvimento constante das cidades costeiras. Se o comércio no Índico era muito antigo, feito por povos árabes e persas a expansão do islamismo vai organizar-se para além das operações comerciais simples. Ela vai apoiar-se numa ocupação e permanência efetiva nos territórios, criando uma rede de relações de subordinação (KI-ZERBO, 2002, p. 156). É necessário não esquecer que enquanto o rei português D. João II enviava os navegadores em busca do caminho marítimo, outros exploradores seguiam por terra em busca de informações sobre as terras da Etiópia Oriental e do ouro que aí suspeitavam que existia[336]. Esse comércio relacionava já as terras do interior com os portos do Índico[337] através das rotas comerciais que drenavam os produtos do interior para o litoral. O carregamento das mercadorias era feito por homens. Em África não se verificou a domesticação de gado para transporte, pelo que na maioria dos casos a mercadoria era comercializada juntamente com o seu transporte.

As populações Bantas que nessa altura habitavam os territórios africanos desenvolviam uma complexa rede de relações de complementaridade. Não há muitas informações sobre a história destes territórios neste período. Conhece-se uma longa Estrada comercial, apoiada em cidades fortificadas na Anzânia (que ligava o lago Malawi aos territórios do Norte). Por essa altura há um movimento de povos negros, vindos do Norte (os massai a que certos autores atribuem uma fuga do domínio islâmico a norte), e que se misturam com a expansão Banta a Sul. Este povo instala-se nos planaltos do Zimbabwe e dá origem ao Reino do Monomotapa (que aí se vinha desenvolvendo desde o século VII) uma cultura com base no uso das tecnologias do metal (ferro) e que se dedica à mineração (KI-ZERBO, 2002, p. 239).

---

[336]Por exemplo Pero da Covilhã e Afonso de Paiva vão, por ordem de João II em Busca do Reino do Preste João. Na altura havia notícias deste reino cristão na Abissínia. Recomendava igualmente o rei que Pero da Covilhã recolhesse informações sobre o comércio da Índia, viajando pelo Mediterrâneo até ao Cairo, e daí para sul. Pero da Covilhã viajou pela Índia e desceu a costa Africana chegou até Sofala. Acabou por se estabelecer na Abissínia onde morreu. Os relatos das suas viagens chegaram até ao reino pelos relatos de dois padres Jesuítas que o visitaram em 1521.Veja-se (BOAVIDA, et al 2008).

[337]A rota do litoral parece substituir definitivamente as rotas interiores em África, através dos planaltos e dos grandes lagos. Uns dos obstáculos ao desenvolvimento do povoamento humano eram as infestações das Glossínias, ou Mosca Tsé-tsé. Estas moscas, que são os principais vetores de transmissão da Doença do Sono, afetavam periodicamente homens e gado nas altitudes inferiores a 1.000 e nas zonas de floresta densa.

Os povos marítimos buscavam essencialmente os metais (ouro e prata), os escravos e o marfim. Esses produtos viajavam a partir do interior para o litoral em longas caravanas. Havia assim uma complexa rede de comércio entre o Monomotapa e as cidades do litoral. As minas de Sofala, subordinadas ao Império do Monomotapa, eram um dos portos de escoamento, tal como Moçambique e foi. Sofala e a Ilha de Moçambique foram então os lugares da primeira instalação dos navegadores lusos, aí construindo fortificações e feitorias. Com as fortificações vieram os soldados, os dominicanos e os jesuítas, os inevitáveis mercadores. Com eles cresce a necessidade de um assentamento urbano. Essa será a génese do atual povoamento da ilha (RITA-FERREIRA, 1975, p. 41).

Esta visão da história é feita após a independência coloca a problemática do colonialismo no contexto da evolução dos povos africanos. No caso de Moçambique, para além das heranças dos Hotentotes e Bosquímanos, salienta-se os movimentos internos dos Bantos, os contactos com os árabes desde o século XVIII (SERRA, 1996). A chegada dos Europeus e o fenómeno colonial insere-se na dinâmica dos processos de globalização, tal como depois se irá desenvolver a resistência dos povos africanos à dominação colonial, a sua luta pela independência. Os espaços e os protagonistas são agora outros. As narrativas incorporam agora novos heróis. E como é que essa alteração se processa no âmbito das heranças da ilha de Moçambique

No âmbito das novas problemáticas, a chegada dos Europeus à Ilha de Moçambique está longe de ser um momento inicial para a história local. Mas era-o na memória social anterior. Passado que foi a fase mais extremada na construção da nova memória, onde a ilha deixou de ter, no plano da história do agora espaço nacional moçambicano uma especial relevância, como se explica que alguns dos elementos mnemónicos anteriores sejam agora recuperados e reconfigurados. Importa esclarecer por que razão são reelaborados os processos sociomnemónicos na Ilha de Moçambique.

Como vimos para a visão lusa da história, que se alicerça na visão da transcendental da heroicidade dos seus semideuses (os homens que pelas suas ações se foram libertando da lei da morte). Ainda que essa seja uma visão herética, a visão clássica dada por Camões, coloca os navegadores numa condição de proximidade da divindade. E os heróis dessa gestão são o Gama e o poeta que narrou a epopeia. E são precisamente essas as imagens que vão ser recuperadas no espaço público.

A imagem dessa recuperação é representada com a mesma narrativa ou não? Vamos procurar demonstrar que é ela se constitui com base numa releitura da história.

Como um processo de resiliência da memória social. A visão luso tropical ao atribuir a significância mítica exclui as leituras sobre os outros. A visão da independência desloca o olhar para outros espaços e outros protagonistas. A memória da ilha vai adaptar-se a esses novos tempos, ao mesmo tempo que necessita de manter a sua especificidade. A sua referência identitária mantém-se porquê? Porque essa memória social, para além de exaltação luso tropical, também continha outras dinâmicas que com ele coexistiam, embora não estivessem expressão em objetos socialmente qualificados. É essa dinâmica preexistente que a memória social vai operar a adaptação à modernidade, mantendo as suas matrizes identitárias e incorporando novas referências matriciais.

Vamos seguir o percurso da sua construção a partir da matriz colonial. A construção do olhar dos portugueses sobre o passado mítico da ilha para ilustrar o (então) presente colonial. Que se enraíza num pensamento arborescente[338]. Vamos percorrer rapidamente e de forma crítica esse processo.

5.1.1. A génese da sociomnese imperial

Em julho de 1972, Alexandre Lobato (LOBATO, 1972) prefacia o Poema Gráfico de Rui Knopfli[339] *" A Ilha de Próspero* (KNOPFLI, 1972). Este livro, a nosso ver, representa o culminar da construção mítica sobre a Ilha de Moçambique, numa releitura que tem como grande objetivo de o dotar de uma consistência histórica (no sentido de espaço onde os heróis viveram o tempo das ações heroicas) para nele criar um espaço de turismo (no sentido uma janela no presente sobre o passado)[340]. É uma operação de criação duma metonímia em que proporciona aos visitantes um serviço de "viagens no tempo", onde os meios de exaltação do passado justificam os fins das ações do presente.

Para além da beleza gráfica do livro, há que ler os contextos de produção e as intenções. Escreve então Lobato *"Revejo as fotografias soltas, os poemas separados e alinhados em folhas certas, o posfácio grave e ensaístico, datilografado à parte, e fica-me a impressão exótica dum livro*

[338] O pensamento arborescente é aquele que procura encontrar a raiz, a origem seminal da vida, como se a História tivesse um fio condutor. Como vimos, ao pensamento arborescente podemos opor o pensamento radicular, onde cada nódulo da rede dá origem a novo sistemas que incluem as adaptações

[339] Rui Knopfli – 1932-1997. Poeta e Fotografo moçambicano. Nasce em Inhambane. Publicou
O país dos outros (1959), Reino Submarino (1962), Maquina de Areia (1964), Mangas Verdes com Sal (1969, 2ª edição 1972) e editava com João Pedro Grabato Dias os cadernos de poesia CALIBAN. O escriba acocorado (1978) Memória Consentida (1982) e o Corpo de Atenas, (1984).

[340] Em 1940, o então Governador-Geral assumia "o problema da valorização cultural e turística dos monumentos históricos da colónia", (BETTENCOURT, 1945, p 348) como uma das suas atenções primeiras.

*singularmente estranho, nebulosa a cristalizar no Ato definitivo dum Poema, com a ideia de assumir a Forma, e o Sonho a modelar o Real. Assim criou o Poeta no ato genésico" (*LOBATO, 1972, p. 11) E prossegue mais à frente "*Na verdade Rui Knopfli inventa uma forma nova de contar aquela História, e é essa nova forma que chamo o Novo Heroico, por um lado profundamente diferente do frémito camoneano, e por outro igualmente distante duma majestade hierática, vitoriana, do Pessoa da Mensagem, que nos evoca as grandezas do cálice dos sofrimentos em consagração de que valeu a pena*" *(*LOBATO, 1972, p. 12), para concluir logo de seguida: "*Aliás, é neste sentido que a Ilha de Moçambique é um símbolo vivo na grandiosa história dos portugueses, e na exata perspetiva direcional dos Ultramares para a Metrópole, porque não é da Europa que se vê a dimensão humana e histórica do Portugal que sempre emigrou, pela miséria dos grandes e as extorsões dos grandes, tendo por objetivos as miragens ultramarinas como remédios mágicos, a procurar nas Áfricas, nas índias, nos Brasis*" *(*LOBATO 1972, p. 12)

Lobato prossegue. Afirma que "*no século XVI, a Ilha de Moçambique não era nada, porque não passava dum aldeia miserável de mouros embarcadiços, ali fugidos aos negros canibais do continente"* (Lobato, 1972, p. 12) Afirma ainda que conta essa história a pedido do autor, a quem a revelou.

Foi Lobato que revelou a Ilha a Knopfli e dela o tornou escravo. "*Como eu, como outros, como tantos, Knopfli está perdido, porque a ilha é mulher, é narcótica e não perdoa, pois tem sempre, para cada um, encantos novos no seu corpo antigo*". Lobato foi o responsável por esse "*mistério da Poesia, e são as lúdicas núpcias de Knopfli na carne da ilha, há neste livro belo e exótico, o esmagador poder expressional duma síntese possessivamente portuguesa. É num relance, o sincretismo dos séculos feitos com as vidas dos simples, dos comuns, dos idealistas, e também com a dos vagabundos, dos miseráveis, dos náufragos, que com os mercadores, ricos de roubos, os clérigos sátrapas de pecados, os nobres déspotas de poder, andaram a espalhar Portugal por toda a aparte e de qualquer maneira, amando, servindo, sofrendo, guerreando, roubando – ladrões das almas, ladrões do mar, ladrões na terra – homens afinal, todos*." (LOBATO, 1972, p. 12 – 13).

Inebriado pelo livro, que reconhecemos, como poucos consegue fazer emergir a sedução do espaço, Lobato descreve, sinteticamente o manifesto que revela os sentidos da Ilha, que curiosamente é um dos principais cultores. Também não podia deixar de notar nas questões do género a imagem da ilha que se insinua como uma imagem feminina com as características de sedução e de alienação dos sentidos segundo os preconceitos então em voga sobre a luxúria inebriante do Oriente.

5.1.1.1. Alexandre Lobato o historiador da Ilha de Moçambique

Alexandre Marques Lobato é o historiador de Moçambique colonial. Nascido em Lourenço Marques em 9 de novembro de 1915, veio a falecer em Lisboa em 16 de fevereiro de 1985[341]. Lobato publica pela primeira vez, em 1938, um "*Ensaio sobre a História demográfica de Lourenço Marques*". Tinha então 23 anos (BOLETIM, 1938)[342]. Foi necessário esperar até 1944, para encontramos uma nova publicação, desta vez a transcrição da "*Relação dos Estabelecimentos Portugueses na Costa Oriental de África" de* Henrique Salt[343]. (MOÇAMBIQUE, 1944) Será no ano seguinte, em 1945, que irá publicar, por encomenda local, a sua "*Monografia sobre a Ilha de Moçambique*" (LOBATO, 1945)[344]. Como veremos esta será a obra fundadora da criação do mito da Ilha de Moçambique como espaço de concretização do luso tropicalismo.

No ano seguinte publica "*Inscrições Românticas na Igreja da Misericórdia da lha de Moçambique*" (LOBATO, 1946) e em 1947 "*Inscrições Portuguesas na Ilha de Moçambique*". Lobato concluiu o curso de Histórico-Filosóficas em Coimbra, em 1949. Nesta altura, em Coimbra os cursos de licenciatura eram de 5 anos (bacharelato 3 anos, mais 2 para a licenciatura). Sabemos que Lobato havia estado matriculado em Direito durante 3 anos. Seria então bacharel, quando transita para Histórico-Filosóficas.

Ora estando Lobato na metrópole, sendo os livros publicados em Moçambique[345], seria interessante entender as influências e os arquivos que Lobato utilizou[346]. Sabemos que

---

[341] Depois de ter cursado direito até ao 3º ano, acabou por se Licenciar com distinção em Histórico-filosóficas na Universidade de Coimbra, em 1949. Foi durante vários anos redator no SNI e bibliotecário no Ministério do Ultramar. Em 1955 é o Secretário Executivo da Junta de Investigações do Ultramar, onde efetua vários estudos sobre a índia Portuguesa. Em 1960 é nomeado Inspetor do Ensino do Ultramar e entre 1961 e 1965 é deputado por Moçambique. Foi consultor por parte de Portugal no tribunal Internacional de Haia, sobra a defesa dos direitos portugueses face à União Indiana. Em 1968 é professor de História de Portugal e História da Expansão Portuguesa no Mundo, na então Universidade de Lourenço Marques. Após a independência mantêm-se como professor, na universidade, entretanto rebatizada em Universidade Eduardo Mondlane, de História de Moçambique colonial, e Diretor do Arquivo Histórico de Moçambique. Em 1979 exila-se em Portugal onde passa a lecionar na Faculdade de Letras

[342] Este Artigo foi Inserido no BOLETIM da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique, Lourenço Marques, Tipografia Popular, de 1938. Na altura Lobato era Tenente do Exercito.

[343] Mais à frente falaremos desta publicação. Ele foi publicado na Revista Moçambique em 1944.

[344]Esta edição é também integralmente publicada na revista Moçambique, nº 41, 2 de junho de 1945, pp. 7-152. No final da obra escreve-se "Esta monografia foi escrita na Cidade de Moçambique no ano de mil novecentos e quarenta e cinco, (…) da Comissão Administrativa do Município de Moçambique, que a mandou elaborar.

[345] A transcrição de Salt é publicada em Loureço Marques em 1944, e a monografia da Ilha em 1945,

[346] Sabemos que o Arquivo Histórico de Moçambique foi criado em 1934, pela Portaria do 2.267 de 27 de Junho, mas apenas em 1939 terá começado funcionar. O Edifício onde se instala data de 1942, estando nessa altura grande parte da sua coleção por catalogar. (BETTENCOURT, 1945). Também sabemos que diversos fundos documentais tinham sido enviados para arquivos na metrópole. É portanto provável que o jovem Lobato tivesse algumas funções de busca destas informações.

ele escreveu a monografia na Cidade de Moçambique, por encomenda da Comissão Administrativa da Cidade em 1945 e também sabemos que a sua atividade profissional é em grande parte passada em Lisboa, onde trabalha. É portanto provável que as suas fontes tenham origem em livros dos arquivos metropolitanos, provavelmente confrontados com visitas ao terreno e a arquivos locais. Lobato deverá ter mantido sempre uma relação muito próxima com a sua terra. Entre 1946 colabora no semanário Moçambique Documentário Trimestral, onde publica várias peças. Nos anos 50 na Revista Panorama revista portuguesa de arte e turismo. - II Série, onde publica "*A Cidade das Acácias Rubras*" (PANORAMA, 1952) e, regressando à Ilha " *A histórica ilha de Moçambique*" (PANORAMA, 1952, 5 - 6, p. 73-77), "*África Portuguesa*" (PANORAMA, 1952), "*António de Saldanha: his times and his achievements*" (PANORAMA, 1952).

Entretanto em 1953 escreve "*Sobre a Cultura Moçambicana*" (LOBATO, 1952) livro que surge no âmbito duma polémica com um jornalista local. A polémica desenvolveu-se nos jornais de Lourenço Marques, a propósito dum artigo de Lobato sobre a cultura moçambicana. Lobato defendia que, malgrado algumas obras, ainda não existia em Moçambique uma produção cultural local. A polémica é em si desinteressante, mas através do livro pode-se encontrar algumas das teses que Lobato defenderá (LOBATO, 1953).

Lobato dedica-se ao estudo da História de Moçambique porque acredita que, como português, o ultramar é um produto da gesta lusa. Diz Lobato "*Somos porventura o único povo da Europa que verdadeiramente ama o ultramar, que não compreende a existência, nem encontra sentido na vida sem ele*" (LOBATO, 1957, p. 22), para mais à frente concluir a sua sociologia da política de expansão "O Ultramar português é criação efetiva de Portugal, um fenómeno de ordem psicológica" (LOBATO, 1953, p. 23)

São livros escritos num tempo de onde a questão colonial se encontrava na ordem do dia. Nas assembleias internacionais, nomeadamente na UNESCO, Portugal era sistematicamente condenado pelo seu papel colonial em África. Alguns dos intelectuais portugueses, apercebendo-se dessa "guerra ideológica"[347] ensaiam alguns passos em direção a uma auto-

[347] Veja-se por exemplo Adriano Moreia em "*A Batalha da Esperança*", onde escreve: "*a solução do problema do ultramar*" é uma questão que abala o regime político do Estado Novo em Portugal, após a emergência da ONU e em particular após a Conferencia de Bandung em 1956. Adriano Moreira irá propor uma solução "rodesiana", isto é, a criação duma elite branca nas colónias a quem a soberania seria delegada no âmbito duma federação de estados tipo "Comunidade Britânica". Essa corrente confronta-se com a corrente "pura e dura" do regime, do ministro Morais Sarmento, que olha para as colónias africanas como uma componente do território pátrio, dentro dum conceito de um país multi continental, justificado pelo "direito histórico" (que fundamentou a Conferencia de Berlim, em 1895). A eclosão das guerras de libertação resolverá a questão no âmbito do regime, com o endurecimento e a militarização das questões coloniais (MOREIRA, 1962).

nomia progressiva das elites brancas colonizadoras. E neste âmbito havia que promover as identidades locais das elites.

Entretanto Lobato prossegue o seu trabalho publicista. Em 1954 "A *expansão portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*" (LOBATO, 1954)[348]. Em 1956 o "*Pensamento e Ação de Mouzinho em Moçambique – Antologia" e* no ano seguinte "*Sociologia Política da Expansão*" (LOBATO, 1957). Em 1960, no II Congresso do Mundo Português publica "*A ditadura do primeiro Governador-geral em 1753*" (LOBATO, 1960). Em 1961 "*No II Centenário da Instituição do Municipalismo em Moçambique*" (LOBATO, 1961) vai apresentar a sua concordância com as teses defendidas pelo Ministro Adriano Moreira, "de que o ultramar português deveria regressar à sua característica de espaços de homens livres unidos por uma cultura comum, e que essa linha deveria expressar-se em termos institucionais como uma comunidade" (LOBATO, 1961)."Em 1963, escreve "*A problemática dos estudos humanísticos numa perspetiva portuguesa*" (LOBATO, 1963) que constitui a "*Conferência inaugural*" do Centro de Estudos Humanísticos anexo aos Estudos Gerais de Moçambique, em 19 de novembro. Nela explica o seu ideal político. Em 1964 publica "*Coexistência Cultural e Formação Espiritual da Nação*" (LOBATO, 1964), a sua intervenção na semana do Ultramar. Em 1967 "*A expansão ultramarina portuguesa nos séculos XVI e XVII*" (LOBATO, 1967) e em 1968, "*As fontes e as formas de reorganização ultramarina portuguesa no séc. XIX"* (LOBATO, 1968).

Esta não constitui uma listagem exaustiva da obra de Alexandre Lobato[349]. É apenas uma síntese das suas obras mais significativas sobre o problema da dominação colonial portuguesa em Moçambique. Recorde-se que Lobato é igualmente um estudioso da História da Índia portuguesa, no âmbito do que o autor chamará "*A consciência indo-lusíada*" (LOBATO, 1957, p. 49). Apenas no interessa este percursos para entender o sentido da sua produção sobre a Ilha de Moçambique. Ora, depois de ter efetuado a sua monografia sobre a Ilha de Moçambique, Lobato dedica-se a uma investigação histórica da colonização. No final dos anos sessenta que se concentra a maior parte da sua produção intelectual de justifi-

[348] Em 1954 serão publicados primeiros 2 volumes dentro da coleção "Estudos Moçambicanos" . O 1 volume dedica-se aos «*Descobrimentos e ocupação da costa: 1498-1508*». e o 2º volume à «*Política da capitania de Sofala e Moçambique de 1508 a 1530*» . Será necessário esperar até 1960 para completar a série com o 3º volume "*Aspetos e problemas da vida económica, de 1505 a 1530*".

[349] A Revista Clio, do Centro de História da Faculdade de Letras, publica a lista bibliografia das suas obras, naquela que é a listagem mais completa que consultamos (CLIO, 1984-1985, p 151).

cação do "nacionalismo português em Moçambique",[350] regressa à sua ilha com a publicação do "*Panorama Estético da Ilha de Moçambique*" (LOBATO, 1966), logo seguido do "*Panorama Histórico*" (LOBATO, 1967), completado pelo artigo "Conservar *e modernizar na Ilha de Moçambique*" (LOBATO, 1970). Cabe então perguntar o porquê deste interesse de Lobato pela Ilha de Moçambique?

Lobato apresenta uma visão da "história de Moçambique". Segundo Lobato Moçambique sempre havia sido considerada uma terra desinteressante pela "grei portuguesa", a contrário do Brasil e de Angola, onde houve "jornadas próprias". Era uma terra onde se vinha à força, como degradado, ou à procura da fortuna, porque os melhores cargos do império já haviam sido ocupados. Em Moçambique, apenas na Zambézia e em Tete tinham havido algumas ocupações mais demoradas, assim como "*a velha e querida ilha de Moçambique, a terra fidalga da conquista, onde pousava o general, é, sem dúvida o único burgo que tem uma história grandiosa, com vida e com incidentes*" (LOBATO, 1952, p. 11)[351]

Quando escreve o Prefácio "*A Ilha do Próspero*[352]*"* (LOBATO, 1972) Alexandre Lobato com 57 anos fá-lo na sua qualidade de autoridade científica de professor e investigador com obra feita e refletida e amadurecida. O seu entusiasmo é fruto da consciência do deslumbramento poético que o livro contém e que Lobato abraça com entusiasmo e sem ponta de crítica. Como iremos ver, a marca deste homem nas memórias da Ilha será determinante a construção da narrativa imperial. Mas vejamos para já o contexto de produção da

[350] Não cabe neste documento analisar o pensamento de Alexandre Lobato. No entanto, para uma compreensão do seu trabalho sobre a Ilha de Moçambique interessa ter em consideração o seu pensamento sobre o processo colonial português, que se inseria dentro duma linha que procurava justificar a sua diferença essencial em relação às demais formas de dominação colonial europeia. Por exemplo, em "A Problemática dos Estudos Humanísticos numa Perspetiva Portuguesa escreve a propósito do "que deve entender-se hoje por cultura portuguesa?" e diz: "As pessoas, entre as quais me conto, que negam a heresia de Portugal ser a Metrópole, **afirmam substancialmente** (sublinhado do autor), que Portugal se tornou predominantemente Ultramar, e portanto a cultura metropolitana já não exprime a cultura portuguesa, embora seja nela uma força dominante pelo alcance das formas e princípios, por isso mesmo, é desejavelmente dominante como força cultural orientadora e aglutinadora" (LOBATO, 1963, 26). Esta posição que procura legitimar a dominação colonial, pela especificidade da presença de "homens livres" que fazem a diversidade no interior da unidade, negou, é, nesse tempo, contraditória com a formulação do "direito dos povos à autodeterminação". Ao negar à grande maioria dos africanos uma herança, uma cultura, uma memória, Lobato vai acentuar apenas o "vetor da matriz hegemónica". E é isso que nos interessa salientar no seu trabalho sobre a Ilha de Moçambique.

[351] Veja-se igualmente (LOBATO, 1954).

[352] O nome do Próspero é uma metáfora que remete para a personagem de William Shakespeare (1564-1613), que se opõe ao Caliban. O próspero serve de metáfora entre a criação de riqueza ou felicidade pela obra humana e que se opõe à destruição ou autofagia.

sua obra, no que se refere à Ilha de Moçambique e a emergência dos objetos patrimoniais como elementos mnemónicos[353].

5.1.1.2. Das Páginas de Pedras às Antiguidade Históricas da Ilha de Moçambique

Nas primeiras obras de Alexandre Lobato, onde este publica a da descrição da Ilha de Moçambique por Eduardo Salt, (LOBATO, 1944) Lobato demonstra que tinha tido acesso a esta descrição da Ilha de Moçambique feita por este viajante nos inícios do século XIX. Era também muito provável que tivesse tido acesso aos trabalhos de Joaquim José Lapa[354] que tinha publicado, "Páginas de Pedra – Folhas Dispersas" (LAPA, 1896). Mas uma das suas fontes próximas era sem dúvida a obra do Padre Santana Sebastião da Cunha[355], que em 1939 tinha escrito "Antiguidades Históricas da Ilha de Moçambique e do litoral fronteiro, desde os tempos da Ocupação" (CUNHA, 1939). Em 1970, em "Conservar e modernizar na Ilha de Moçambique", (LOBATO, 1970). Fará a síntese dos trabalhos de conservação e restauro na Ilha, que neste livro surgem descritas (CUNHA, 1939)

Segundo Lobato afirma, com base no trabalho do Padre Cunha, os trabalhos, que classifica como uma "batalha pelo progresso" (LOBATO, 1970) tiveram início em 1867, com as medidas tomadas pelo Governador-Geral, Correia de Lacerda. A ruína dos edifícios públicos, a necessidade de combater as constantes epidemias na cidade, e as exigências de crescimento do tecido urbano determinavam uma intervenção. A exploração do sertão determinava novas exigências à cidade. Na altura, relata, Lobato, havia quem defendesse a construção duma nova cidade nos terrenos fronteiros (Sunculo). O governador e a população no entanto pretendiam a valorização do edificado na ilha, e as primeiras medidas forma tomadas. Foi todavia um pequeno esforço, pois, segundo Lobato o governador faleceu no

[353] Monumento, Relíquia e Antiguidade constituem, na nossa análise, categorias do campo semântico "Património". Na sua vertente contemporânea, património e herança assumem conceitos de como, no ocidente, se valorizaram determinados bens cujo significado transcende o próprio objeto, que assim assume uma dimensão simbólica, e que em regra resultam da lógica de acumulação das sociedades. Esta conceção, tão agarrada à ocidentalidade foi criticada, abrindo o campo semântico de novas lógicas, não cumulativas, tais como os saberes e os rituais, que resultam de funções associativas e distributivas na sociedade. O que nos interessa neste campo salientar é a função de mediação do conceito, não só como funções de representação simbólica, mas também como fatores de ação. A emergência da consciência do património desencadeia uma "consciência cultural" na linha da análise de CHOAY, Françoise, (2008), ***A alegoria do Património***, Lisboa, Edições 70.

[354] Joaquim José Lapa (1843-1896). Padre que viveu na Ilha de Moçambique onde publicou um Jornal "Notícias de Moçambique" (1872), Um Dicionário Coreográfico, (1882) e Paginas de Pedra (1896)

[355] Desconhecemos a biografia do Padre Cunha. Sabemos apenas que era missionário na colónia e Superior de São Tiago Maior de Tete

ano seguinte. Mas das suas medidas ficou o imposto de 3 % sobre as importações e exportações na alfândega para aplicação na cidade. Também nessa altura surgiram os primeiros estudos para a ligação por ponte ao continente.

Em 1877 o ministério das Obras Publicas português envia uma expedição à colónia de Moçambique, com a missão de desenvolver um conjunto de intervenções urbanas nos núcleos de colonização. Era o início do tempo da "conquista territorial", onde as cidades desempenhavam o importante papel de base da penetração e ocupação do território. A estratégia era simples: primeiro "pacificava-se" uma área, através da eliminação da população resistente: física ou culturalmente. Instalavam-se de seguida missões (para preparar a mão de obra necessária) e distribuíam-se os espaços agrícolas a colonos para aí instalarem plantações. As cidades eram as rótulas comerciais onde chegavam os produtos da metrópole, com o "vinho para o preto" a assumir um papel de destaque, e se escoavam as monoproduções agrícolas.

A Cidade-Ilha desempenhou esse papel para a penetração em direção ao lago Niassa, como Quelimane fará em direção ao Zambeze, Sofala em direção ao Sena, e mais tarde a Beira, já por ferrovia em direção às Rodésias (Norte e Sul, atualmente Zâmbia e Zimbabué), e Lourenço Marques também fará o mesmo papel em direção às minas de Ouro do Transval.

Na Ilha de Moçambique desenvolvem-se então um conjunto de obras públicas que constitui um importante surto desenvolvimentista do seu núcleo urbano. Esse final de século regenerador de grandes obras públicas em infraestruturas deu à ilha importantes melhorias no porto de mar (construído na zona fronteira, no Lumbo), para fazer a conexão ao caminho-de-ferro do Niassa, sobre a velha estrada comercial. Um porto moderno e organizado para permitir o movimento direto das mercadorias para o terminal ferroviário. O velho porto da Ilha, não dispunha de fundos suficientes para a amaragem dos vapores com calados maiores, obrigando ao transbordo moroso e sempre atreito a "desvios feitos por mãos amigas do alheio". É também nesse tempo que se começa a falar do projeto duma ponte para ligar a Ilha ao continente fronteiro. Mas as obras em toda a colónia não deixavam recursos necessários para tão dispendioso empreendimento e o projeto será adiado até à década de sessenta, numa estratégia de valorização territorial que será prosseguida até 1974[356], que mais à frente detalharemos.

[356] Quando Manuel Maria Sarmento Rodrigues (1899-1979), na altura Capitão-de-mar-e-guerra foi nomeado Ministro da Colónias (1951-1955) assiste-se a um surto da estratégia de compensação à ilha através da política de obras públicas. Nessa época iniciava-se a construção do Porto de Nacala, que iria transferir todos os servi-

Em 1882 o livro, do Coronel médico Manuel Ferreira Ribeiro (RIBEIRO, 1882), "Moçambique sob o ponto de vista da colonização e emigração" vai fazer um ponto da situação. O coronel, que virá a ser lente da cadeira de medicina tropical, escreve o livro que se integra-se na séria "*Bibliotheca Africana*" de propaganda colonial para portugueses e brasileiros e inclui trabalhos geográficos, críticos, condensações de obras notáveis, medidas legislativas, comércio, territórios, línguas, povos, costumes, história notas biográficas, trabalhos médico higiénicos, discursos parlamentares dos deputados coloniais, causas das decadências das colónias, governo colonial e metropolitano. São livros com cerca de 60 a 70 páginas, continham mapas e gravura que se integram no âmbito do esforço de conhecimento científico do espaço e das condições para a instalação de núcleos de colonização. O coronel médico enviou vários desses livros ao Congresso Colonial de Amesterdão, que se realizou durante esse ano.

Interessa referir aqui, ainda que sumariamente, uma leitura critica do processo de "colonização efetiva" dos territórios africanos por parte dos portugueses. Como refere Alfredo Margarido no seu prefácio ao livro de Adelino Torres "O Império Português entre o Real e o Imaginário" o colonialismo português só se centra na colonização efetiva de África após a independência do Brasil em 1822 e após a vitória do livre-câmbio sobre o mercantilismo, a partir de 1834 (MARGARIDO, 1991, p. 7-21). Irão decorrer alguns anos até à estabilização das atividades económicas e a criação de necessidades de abertura aos novos mercados. Recorde-se apenas, que a partir de 1850 a maior parte dos territórios do sul do Portugal ainda estão por ocupar do ponto de vista agrícola. A ocupação do interior africano vai portanto ser lenta e penosa para os portugueses. E nesse âmbito, a Ilha de Moçambique irá ser o local por onde a ocupação do território irá iniciar-se. Antes de 1870 não encontramos, nas fontes que consultamos, princípios de ocupação sistemática do território[357]. Assim se compreendem os trabalhos do Engenheiro Joaquim José Machado[358], que fez um levanta-

---

ços aduaneiros para o continente, abandonando-se o velho porto do Lumbo. Assim, por abandono de serviços públicos, investe-se em infraestruturas. Saliente-se ainda que com Sarmento Rodrigues abandona-se a conceção de Império Colonial, e regressa-se à formulação do Ultramar. Sarmento Rodrigues promova a classificação da ilha como conjunto arquitetónico. Foi durante o seu mandato como Governador-Geral que avança a principais obras de conservação da Ilha de Moçambique e que terão continuidade com o governo de Baltazar Rebelo de Sousa (1969-1973)

[357] Desta generalização devemos excluir a Zambézia, espaço que através do sistema de prazos irá conhecer um processo de colonização. Os senhores da Zambézia vão aliás resistir ao processo de ocupação do território pelo estado colonial.

[358] Joaquim José Machado é Major de Engenharia, foi nomeado em Boletim Oficial do Governo de Moçambique nº 16, de 16 de abril de 1876.

mento da Ilha em 1877, e cujo relatório é uma peça interessante para compreender o estado da Ilha de Moçambique.

Relatório de 1878 do Diretor de Obras Publicas referia como diagnóstico: *"Nos tempos modernos muito pouco se tem construído para utilidade pública; pode citar-se a ponte de Moçambique, (o cais da Alfândega, iluminada com candeeiros a petróleo), as igrejas do Ibo, de Quelimane e Inhambane. O emporte de 3 e 1 por cento, creado para ser exclusivamente aplicado a obras publicas permitiu que realisasemos alguns melhoramento de vantagem incontestável, tais como a balisagem dos portos de Moçambique e Quelimane, a iluminação da costa junto aos portos do Ibo, Moçambique e Quelimane, Chilunana, Inhambane e Lourenço Marque, a montagem de postos semaphoricos desde a posição dos pharoes até as povoações e algumas reparações nos edifícios do Estado. Em todas as localidades há por consequência grande falta dos edifícios necessários ao exercícios da administração, das obras publicas que facilitem o desenvolvimento do commercio, de vias de comunicação, que permitam o incremento da agricultura, de quarteis cómodos e higienicas que alogem as forças militares que imponham o necessário respeito e mantenham a indisipensavel confiança, de igreja em que se celebre o culto religioso que tanto concorre para a civilisação, se escolas profissionaes em que as creanças recebam uma instrução utilitária e a educação própria do homem civilisado, meio de incutir na geração moderna os hábitos de trabalho e as necessidades que dele derivam"* (MOÇAMBIQUE, 1878, 32, p. 202)

É no contexto deste tempo que as obras públicas se vão desenvolver as viagens de exploração de Brito Capelo e Roberto Ivens realizam-se precisamente em 1877. O Coronel Médico Ferreira Ribeiro vai precisamente refletir sobre as condições para se efetivar a colonização. Uma das questões essenciais para o aproveitamento económico das colónias, razão do então processo de dominação colonial em África era a necessidade de fixar colonos. Para a fixação de colonos era necessário ter em atenção o clima e o abastecimento regular de bens alimentares, pois a exploração agrícola era entendida como uma agricultura de plantação (de especialização produtiva em função dos solos) dos colonos. Para isso, Ferreira Ribeiro acaba refere que o clima e a posição da ilha não são os indicados para o desenvolvimento desse processo de colonização (RIBEIRO, 1882). Na ilha não havia agricultura e o seu escasso tamanho não se relaciona com o tamanho da possessão, afirma no seu texto. Ainda que se mantivesse algumas funções na Ilha, Ferreira Ribeiro defende a necessidade de procurar outros espaços para exploração, no interior. Ora era precisamente esse interior que era inóspito e desconhecido para os europeus. Inóspito pelo clima e pelas doenças e pela presença de grupos guerreiros que defendiam as suas terras contra a ocupação branca. É por isso que Ferreira Ribeiro vai defender a criação de institutos de geografia e a divulgação através da imprensa dos melhores locais para a prática da agricultura, a par com um programa de fomento para a fixação de colonos. Mas vamos seguir a sua exposição.

Ao ponderar as condições de imigração e colonização, o clima e a esterilidade agrícola da Ilha vai defender a necessidade de construir uma nova capital. "A ilha é estéril. Apesar de ter sido elevada a cidade em 1818, permaneceu abandonada", (RIBEIRO, 1882) afirma o autor. Faz ainda algumas referências aos esforços do Governador Fernando da Costa Leal[359] e aos trabalhos do Dr. José Zeferino Xavier Alves, "que fez a arborização o nivelamento dos passeios da Rua Nova do Conselheiro Leal". Para afirmar *"Havendo na cidade 20 ruas, 22 travessas, 7 largos e duas estradas. Há bons edifícios, ruas bastantes regulares e largas; quasi todos os passeios laterais são de argamassa; muitas ruas orladas de arvoredo. A povoação tem tido sensível progressos, como se depreende da leitura dos relatórios do distinto engenheiro Joaquim José Machado".* (RIBEIRO, 1882, p. 16) Faz também um pequeno retrato da atividade comercial na ilha. É por exemplo o caso da rua dos Baneanes, que como a rua principal do comércio e das rendas da Alfandega, é o espaço comercial da Ilha "*Na rua dos Baneanes comerciava-se produtos do sertão por grosso. Havia também muitas lojas francesas*". (RIBEIRO, 1882)

Ora a partir dos seus postulados, vai refletir sobre a razão da ausência de colonização territorial em Moçambique e das dificuldades em que os portugueses tinham em tirar proveito dos seus investimentos. Segundo Ferreira Ribeiro isso derivava da falta de capacidade técnica. Por exemplo, as expedições não são acompanhadas por que registe os acontecimentos e após as mesmas não há estudo e investigação sobre as principais questões. Clima, território (relvo, hidrografia). "*Numa extensão de costa de 1.500 km, só fundamos 7 povoações regidas pelas nossas leis e habitadas por alguns europeus: porém a ação eficaz da nossa atividade apenas se estende até poucos kilometros em derredor destes pontos ocupado*" (RIBEIRO, 1882,)

A sua descrição é completada por uma descrição dos edifícios públicos dignos de nota[360] e faz publicar três gravuras[361] (RIBEIRO, 1882). Já no seu relatório vai referir que a fortaleza de São Sebastião "*é o mais notável monumento da África Oriental.".* (RIBEIRO, [362]1882). O seu relatório é abundante em referências aos trabalhos públicos em Moçambique

[359] Foi no tempo deste governador que sai de Moçambique a expedição à Zambézia, em 1869, e que foi um desastre militar.

[360] Os edifícios públicos dignos de nota são: O Palácio do Governo, a Alfândega, o Arsenal, o Edifício da Junta da fazenda até 1879, a Imprensa Nacional e escola até 1878, o Hospital militar e civil até 1876, e os Paços da Câmara.

[361] O Consulado Francês, na Rua Conselheiro Leal, o Largo do Pelourinho, e Paria da Alfândega, com pangaios encalhado. Todas as gravuras são de J PEDROZO e são idênticas às que vinham publicadas no Ocidente.

[362] «Por entre as janelas e as grandes portas abertas podemos ver velhos móveis que se apodrecem nos quartos quase se desfazendo. Ninguém nas ruas, com exceção da cidade dos negros onde bate o sol inclemente ou se enche de água das chuvas, e os bois cavalos, de bossa elevada que transportam incessantemente terra e pedras em carroças. Poderíamos dizer que é uma cidade em vias de desaparecer onde a solidão penetra pouco a pouco.

e fundamenta uma política de colonização e ao mesmo tempo vai dar início a uma visão do património.

Um outro retrato, bem diferente destas descrições, é dado pelo viajante, provavelmente agente da diplomacia francesa que descreve a Ilha em 1890 (BORDEAUX, 1998, p. 245-249). Tendo atravessado uma boa parte da África Austral, da zona do Cabo até aos zimbabués, o autor de regresso a França em vapor, passa pela Ilha de Moçambique onde aporta em 18 de agosto. A descrição da ilha e da sua beleza é esfusiante. A grande fortaleza, o jardim e as amplas avenidas, o casario branco, com açoteias que drenam as águas pluviais para cisterna. O autor no entanto, ao descreve toda a beleza urbana da cidade, nota também a ausência de pessoas. Os bancos dos jardins estão vazios, as casas, na sua maioria desabitadas por onde "*à travers les fenêtres et les portes grandes ouverts, on voit les vieux meubles qui s'abîment dans les chambres où chaux se désagrège. Personne dans les rues, sauf de-ci de-là des nègres qui battent le sol en cadence pour l'affermir contre les pluies, et des zébus, ces bœufs à haut bosse, qui transportant de la terre et les pierres dans des charrettes. On dirait une ville en train de mourir et que la solitude envahit peu à peu*" (BORDAUX, 1989, p. 247)

O autor visita a Ilha no momento em que o aparelho administrativo havia passado para Lourenço Marques. Pela descrição verificamos que algumas das funções urbanas ainda se mantinham. Provavelmente alguns dos proprietários ainda mantinham as suas casas, mas os sintomas de decadência instalam-se. Na época ainda se mantinha na Ilha uma colónia francesa, ligada à manutenção da ligação de Cabo com Madagáscar. Mas a única atividade económica que o autor encontrou foi o comércio de amendoins. Tudo isso mostrava uma a ilha onde "la mendicité est affreuse"[363] (BORDEAUX, 1898, p. 247). Nos dez dias que passou na ilha, atormentado pelos mosquitos e pelo calor, o autor teve oportunidade de conhecer bem o espaço. Embora tenha reconhecido alguns apontamentos de um antigo esplendor, a conclusão que retiramos era a de um espaço mal estimado. Foi com alívio que o autor embarcou no "samans" ou "banyans" que enxameavam a baía com as suas proas em madeira trabalhada, ainda cheios dos cristais de sal da travessia indica. Barcos duma tecnologia que era diferente. "Estes veleiros em madeira. Onde a poupa predomina sobre a proa, com o seu belo varandim de esculturas polidas, como se viam nas galeras medievais. De mastro único, com a sua vela quadrangular, aparelhada à proa, para navegar em velocidade, encostado à ré para evitar as ondas, estas embarcações, hoje desaparecidas, mostravam abem as diferenças em relação às embarcações europeias (BORDEAUX, 1898, p. 249)

[363] "A mendicidade é insuportável" (tradução livre)

Se compararmos estas descrições com as Salt, resgatadas por Lobato, e com as do Coronel Ferreira Ribeiro verificamos a constituição de um locus centrado em obras pública que contribuem para a formação da ideia de um património como herança. Esse legado que dá origem à fundamentação da memória do espaço. Esse espaço é num primeiro tempo um espaço de penetração da colonização. Há medida em que a colonização se desenvolve, no contexto da colonização do território com a ocupação efetiva, com colonos e o desenvolvimento das plantações no interior a função urbana transforma-se. Acresce ainda o contexto da geopolítica da colonização europeia do continente, que vai irá implicar a transferência da capital para o sul, na Baía de Lourenço Marques, onde a rota do ouro do Transval chega. A construção do porto de Lourenço Marques e o escoamento do outro do Transval serão durante o século XX as principais fontes de receita da colónia.

Com a alteração da especialização da função urbana da cidade da Ilha de Moçambique procuram-se alternativas. Mas essa alteração não ocorre num único tempo, é um processo que se desenvolve durante seis décadas. Não vamos seguir esse processo, mas apenas utiliza-lo a para explicar a razão da emergência da questão do património como uma dos principais recursos a mobilizar. Essa é a consciência que encontramos cristalizada nos trabalhos de Alexandre Lobato.

Como veremos essa consciência de Lobato não é radicada apenas no objeto em si. Ele vai mais longe e procura no campo dos significados um valor para esses patrimónios. Como veremos, ele iniciará a ideia que a Ilha de Moçambique representa um novo tipo de património. Um património moçambicano. E com essa fundamentação encontrará uma razão luso tropical, isto é duma especificidade da raiz lusa recriada em África.

Analisemos o processo de criação dessa memória sobre o património e dessas heranças processo através do conteúdo dos livros publicados. Em todos estes livros podemos verificar que os objetos patrimoniais descritos são semelhantes. Há que contextualizar a sua emergência no âmbito da valorização dos estudos sobre o património: Um património que é essencialmente português e tem por base a construção de edifícios. A presença do povoamento da ilha surgirá em Lobato no final do seu roteiro como curiosidade[364].

O conjunto documental "*A Capital de Moçambique sob o ponto de vista da imigração e colonização*" (RIBEIRO, 1882), as "*Páginas de Pedra*" (LAPA, 1892) e as "*Antigui-*

[364] Sobre o Bairro Indígena de Oeste, diz Lobato: "Nenhum visitante da Ilha perde a oportunidade de ver de relance os bairros indígenas" (LOBATO, 1945, p 85) e prossegue. (…) "quando a cidade começou a alargar-se de Oeste para Este, os pretos abandonaram a contra-costa sob pressão da Câmara, que reservou esta zona para construções de pedra" (ibidem)

dades Históricas da Ilha de Moçambique" (CUNHA 1934), onde as questões da conservação do património são tratadas, com uma perspetiva de conservação, são-no feitas dentro dum propósito de chamar a atenção de um estado de abandono e da sua necessidade de recuperar, em função dos objetivos da colonização. Pelo contrário, o livro de Alexandre Lobato "A Ilha de Moçambique" (LOBATO, 1945) fundamente uma construção duma memória diferente orientada para um fim, no âmbito do qual o processo de conservação se deve justificar. Em Lobato sente-se um domínio da técnica de investigação histórica. O rigor da análise documental, a busca de informações complementares. É sem dúvida um trabalho de caráter científico, de acordo com a metodologia histórica do seu tempo. Sem dúvida que Lobato deve ter feito a revisão da literatura existente e nela se deve ter apoiado. Mas nos textos sente-se que imprimiu a uma visão pessoal. A sua investigação é orientada para a concretização de objetivos precisos. A dinâmica do texto revela a ilha como uma proposta de viagem O texto ao revelar a ilha está também a propor um percurso. Uma viagem do olhar de quem chega e faz um périplo pela ilha. Lobato assume o ponto de vista dum narrador que acompanha o visitante. Por exemplo, tanto Sebastião da Cunha como Joaquim José Lapa iniciam o seu trabalho com a "Fortaleza de São Sebastião", enquanto este elemento, em Lobato, só surge em sexto lugar, depois do desembarque, da Alfândega, da São Paulo e do Campo de São Gabriel. Lobato acompanha-nos na viagem. Revela-nos o que primeiro surge no olhar, para, já com alguma ambientação revelar um segredo.

As preocupações são naturalmente outras. O livro de Joaquim José Lapa, "Páginas de Pedra – Folhas Dispersas" (LAPA, 1893) é escrito no final do século XIX, e procura fazer uma "História da África Oriental". Diz o autor: *"Encontrando-se dispersos os elementos, que podiam constituir-se em poderosos cabedaes para confeção dum livro de história Geral da África Oriental Portugueza, procuramos recolher os apontamentos e notícias, escrita e impressas, que tornassem menos árida a leitura do presente livro, concatenando, d'esses elementos soltos, os que tivessem relação mediata com os capítulos em que dividimos o livro.*" (LAPA, 1893, p. 2). Assim o autor, em relação à ilha de Moçambique apresenta uma listagem e uma descrição dos monumentos mais importantes à época (LAPA, 1893).

Já no livro "*Antiguidades Históricas da Ilha de Moçambique e do litoral Fronteiro, desde os tempos da Ocupação"* do Padre Santana Sebastião da Cunha, (CUNHA 1939) começamos por verificar que esse é um livro elaborado em honra do General Carmona,

"Primeiro Chefe de Estado Português que visita a África Oriental[365]" (CUNHA, 1939). Portanto a edição do livro é um pretexto dentro do contexto de consolidação da soberania do Estado Colonial. E talvez por isso, ao contrário do livro anterior, onde se faz uma listagem descritiva de cada monumento, sem contextualização e sem mais outra interpretação que não seja o objeto em si mesmo, nesta publicação, o padre Cunha tenta fazer uma síntese da importância da ilha, para a partir dela procurar atribuir significados aos objetos patrimoniais. Assim os monumentos, para além do seu valor singular, como objeto patrimonial, assumem também um significado acrescido duma herança da gesta lusa. E é essa significação adicional, do património como herança dos atos do passado que vais justificar a ação de preservação e de memória. Vejamos como essa operação é feita.

O livro inicia-se com a referência sobre a viagem de Vasco da Gama, como o momento inicial do conhecimento da Ilha. Depois refere os processos de construção da cidade. *"As construções de alvenaria foram todas feitas depois que Vasco Gomes de Abreu, em 1508, fés a sua ocupação definitiva. (antes da conquista a povoação era feita de palhotas, exceto a casa do Xeque e a Mesquita que eram de Taipa com eirados"). Infelizmente estas construções foram edificadas sem alinhamento nem critério, sobretudo nos três primeiros bairros, onde as casa, quasí todas de paredes comuns, ligadas umas às outras, sem luz nem ar, deitam as portas e janelas para ruas estreitas e vielas estreitíssimas. Por isso em dias de verão o calor sufoca e queima os habitantes*" (CUNHA, 1939, p 14).

O autor reconhece que o espaço tem alguma história anterior à conquista. Mas essa história não assume muito valor nas suas palavras. Essa história é assumida quase como uma curiosidade. Por exemplo, a origem do nome do local, quando afirma que "antes da sujeição da Ilha ao Reino de Quiloa, pertenceu a um sultão Bin-Mbiki, a quem sucedeu seu filho de nome Mussa, que como era costume entre os mouros levava o nome do pai por apelido" (CUNHA, 1939, p. 15)

Este livro é feito com base numa pesquisa prévia, com base em estudos das fontes disponíveis. O autor cita Frei Bartolomeu dos Mártires, para afirmar que primitivamente a ilha estava dividida em sete Bairros (São Domingos, São Gabriel. Sé, concelho, Missanga, Marangona, Ponta da Ilha). Diz-nos, por exemplo que 1822, com a formação da Junta Liberal, se formaram mais 2 freguesias e se criaram mais três igrejas: a dos Dominicanos a de São João de Deus e a que havia sido dos Jesuítas. Finalmente dá ainda informações sobre o censo de 1935, onde havia 505 indivíduos (brancos). Os restantes habitantes eram asiáticos e

[365] Conforma descrição inserta em subtítulo

indígenas num total 6.189 habitantes. Há portanto a preocupação de reunir um conjunto de elementos que legitimam o espaço como um local singular.

Outro exemplo na prosa que enaltece o lugar e que é uma constante ao longo das suas páginas. *"Esta pequenina ilha de Moçambique, qual grão de mostarda, que se transformou em árvore frondosa, estendeu os seus ramos para além das suas praias, sob a ação conjunta da Cruz e da Espada. A ela estão ligados os nomes imortais do grande almirante das Índias, Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Pedro alvares Cabral, Dom Francisco de Almeida, Dom João de Castro, são Francisco Xavier e Dom Gonçalo da Silveira e tantos outros valentes portugueses que relembram feitos gloriosos*" (CUNHA, 1939, p. 22). É um texto que vai inaugurar a construção da memória de um espaço mítico, e que Lobato captará e ampliará: *"Seja como for a ilha de Moçambique, que durante muito tempo foi a primeira cidade da colónia e sua capital, representará um Museu sagrado de recordações, possuindo no seu seio lápide e pedras, que são preciosas relíquias das memoráveis tragédias e aventuras do génio português. A sua história, secular e brilhante, como não pode haver outra que se lhe avantaje, exige que a não deixem reduzir a m trivial montão de ruínas. Respeitem as cinzas dos vice-reis que aqui dormem o seu sono eterno, e a memória dos que sacrificaram a sua vida em prol da Fé e da Pátria"* (CUNHA, 1939, p. 22).

Mais, como espaço mítico fundador, o autor dedica-se a enaltecer os seus heróis. Esses heróis são os agentes da colonização. A listagem dos governadores Capitães de Sofala (1505-1507); os Capitães de Sofala e Moçambique (1507 – 1609), onde o último é Dom Estêvão de Ataíde, o herói do cerco holandês, caído em desgraça[366]; Dos Governadores de Moçambique, Sofala, Rio de Cuama e Monomotapa (1609-1750); dos Capitães-Generais (1750-1837); dos Governadores-Gerais (1837-1938, onde não deixa de salientar a transferência da capital, em 1896, para Lourenço Marques, por ordem de António Ennes[367]. São um exemplo deste esforço de tornar a Ilha no espaço genésico de Moçambique, e como tal, que merece devoção e peregrinação. Devoção pelos seus objetos que devem ser preservados, peregrinação, por através da visita, justificar o usufruto do espaço que se quer conservar.

Esta religiosidade imanente do pensamento do Padre Cunha influência também a sua preocupação de salientar, no desenvolvimento da ilha, a par com a soldadesca, a ação dos missionários. No livro ele mostra uma especial preocupação de salientar o papel da igreja e dos missionários na Ilha. Ele aliás também escreve a relação completa da "Prelazia de Moçambique", constituindo uma importante fonte para o estudo da evangelização missioná-

[366] Com uma acusação a apropriação ilícita dos bens da coroa, e por isso sepultado pelos jesuíta no seu colégio de são Paulo, ao invés de ser sepultado no Chão Sagrado dos governadores na Ermida de São Gabriel

[367] António Ennes (1848-1901) Político, escritor e colonialista. Em 1891, na sequência do Ultimato Inglês foi nomeado comissário Régio em Moçambique onde pôs em prática um programa de colonização efetiva do território (ENNES, 1893).

ria. (CUNHA, 1934). É nele que dará indicações sobre as primeiras Igrejas foram erigidas em 1506 e 1507 ao lado das fortalezas levantadas em Sofala e em Moçambique, por Pero de Anadia e Duarte de Melo. Estas capelas eram servidas por vigários e capelães. Segundo cunha D. Duarte de Melo mandou construir a ermida de São Gabriel em 1506, que no seu estilo manuelino é provavelmente o edifício mais antigo na Ilha. Revela ainda a passagem de São Francisco Xavier pela Ilha entre agosto de 1541 e março de 1842, na viagem para a Índia acompanhando o vice-rei Martins Afonso. Afirma que em 1545, quando Dom João de Castro invernou na ilha e já existia a capela de Nossa Senhora do Baluarte. (CUNHA, 1934)

A questão dos Jesuítas, a congregação que Cunha parece conhecer bem, é referenciada com largo destaque nas "Páginas de Pedra" (CUNHA, 1939). Os Jesuítas iniciam a sua atividade em Moçambique vindos da Índia. Entram pelo vale do Zambeze com Dom Gonçalo da Silveira em 1560. A evangelização é feita até 1759 data em que são expulsos por ordem do Marquês de Pombal. Regressam em 1885 e iniciam a instalação de um conjunto de missões no continente, até serem de novo expulsos em 8 de outubro de 1910, após a implantação da Republica. Outras congregações que estiveram instaladas em Moçambique foram a dos Dominicanos (desde 1563), com a doação da igreja São Tiago Maior em Tete, os Agostinhos e Capuchos, as Religiosos de São João de Deus, Padres Brancos, Franciscanos, Salesianos de São João Bosco, etc. (CUNHA, 1939).

Finalmente é neste contexto de descrição da gesta conquistadora e evangelizadora (da espada e da cruz) que finalmente surge a descrição da ilha de Moçambique nas "Páginas de Pedra". O fato de no final do livro nos ser oferecida a descrição dos edifícios da Ilha, com uma pequena história dos mesmos (CUNHA, 1939, p. 93), insere-se nessa preocupação de atribuir ao local o significado de espaço mítico. Os edifícios transportam portanto um duplo significado. O do edificado (com o que eles representam de genialidade), e o seu significado como representante dum "espírito" ou duma intenção de construção dum ideal de vida. Os edifícios são vestígios do modelo vistoso que se defende.

E é particularmente interessante seguir a descrição dos vários tempos dos edifícios, pois essa descrição irá ser uma constante nos vários anos seguintes, sejam para procurar a sua originalidade, sejam para justificar a sua reinvenção[368].

[368] Esta é uma problemática que atravessa o campo da conservação e restauro, tendo tido ao longo dos vários anos diferentes abordagens. Se por um lado, nos dias de hoje, por exemplo, se privilegia uma intervenção de consolidação do existente (a conservação como processo de evitar a dissolução), com os materiais e técnicas mais próximo do que se utilizavam na altura da sua construção, no passado, a conservação era abordada numa lógica de reconstrução do existente. Essa postura deu origem a numerosos casos de reinvenção de construções

Vejamos alguns destes elementos: A Capela do Baluarte, por exemplo, já existia construída em 1545, no local onde virá a ser construída a Fortaleza de São Sebastião. Essa é uma conclusão que o padre Cunha chega através do estudo e transcrição das lápides que nela encontra Através. A construção desta fortaleza será iniciada na segunda metade do século XVI, para substituir a primitiva torre de defesa, que tinha sido erigia na zona onde hoje se encontra a igreja de São Paulo.

O imponente bastião de São Sebastião conhecerá várias intervenções ao longo dos anos. O seu traço deve-se a por Miguel de Arruda[369] a mando de Dom João de Castro em 1548. Ora se ao primeiro cabe o plano e ao segundo a ordem de mando, a sua execução virá a ser feita, alguns anos depois por Fernão de Sousa e Távora, Capitão-Mor de Sofala, que na verdade inicia a sua construção apenas em 1558, porque, segundo Cunha, "não haver pessoal disponível" (CUNHA, 1939). Mas essa será uma obra que se arrastará por longos anos. Por exemplo, quando a Ilha é cercada pelos holandeses, em três cercos sucessivos entre 1605 e 1610, algumas das suas infraestruturas mais importantes ainda estão por construir. Entre estas encontrava-se a cisterna e a defesa dos dois bastiões voltado para o campo de São Gabriel. O Padre Cunha vai-nos fazer uma descrição destes cercos dos holandeses, onde se distingue Dom Estêvão de Ataíde; descrevendo o Palácio e Igreja de são Paulo, construído "*Junto da primitiva fortaleza, conhecida pelo nome de Torre, havia uma igreja sob a invocação de são Paulo, estando ao seu serviço um vigário e um capelão que moravam na Torre, juntamente como os oficiais*". (CUNHA, 1939, p. 106) A Torre terá sido destruída em 1610, e o Vice-rei Dom Lourenço de Távora doou o terreno aos Jesuítas, para aí instalarem um colégio. A doação só foi confirmada em 1619 (LOBATO, 1945).

Nesse espaço foi então edificado o colégio de São Francisco Xavier. Em 1759 tendo sido expulsos os jesuítas por ordem de Pombal, o Capitão-General Pedro de Saldanha e Albuquerque confisca-lhes todos os bens e envia os frades presos para Goa. Em 1763 o Governador-General João Pereira da Silva Barba determina a instalação no Palácio da residência do Governador e Secretarias do governo, até aí instaladas na Fortaleza. Entre 1790 e 1796 foram feitas reparações. A partir de 1888 e 1890 foram feitas novas reparações. Nessa

e funções. A ação do Estado Novo português, no âmbito das comemorações dos Centenários, nas décadas de 1940, foi neste âmbito paradigmático. Foram por exemplo os anos da mediavelização dos castelos e baluartes, a invenção das "aldeias mais portuguesas", ou mesmo a recriação de conjunto urbanos de uso turístico como representação do passado, como o caso de Óbidos.

[369] Miguel Arruda (-) Mestre Pedreiro. Temos notícia do seu trabalho no mosteiro da Batalha em 1533. Em 1541 desenvolve com o arquiteto italiano Benetto di Ravena o plano de muralhas de Ceuta, no norte de África. É nomeado em 1548 mestre-de-obras das fortalezas do Reino. (CARITA, 1999).

altura foi levantado as lajes do pavimento. Indica ainda, que a partir de 1911 a igreja esteve fechada durante muitos anos, e "em 1921 pensou-se instalar nela um museu e a Estação do Caminho-de-ferro. *O Padre Basílio de Mascarenhas (…) opôs-se à ideia conseguindo do alto-comissário Brito Camacho a sue entrega à Paróquia; e a seguir foi reaberta ao culto público*" (CUNHA, 1939, p. 109).

Depois descreve sucessivamente a Casa Hospedaria dos Jesuítas, a Igreja da Misericórdia, a Igreja de nossa Senhora da Saúde, o Hospital de Moçambique, o Forte de São Lourenço, a Alfândega, a Capitania dos Portos, o Forte de Santo António, a Escola de Artes e Ofícios, os Paços do Concelho ou Câmara Municipal, a Ponte-Cais na contra costa da Ilha, a Prelazia (na retaguarda do antigo convento de São Domingos, um palacete comprado em 1821 por Frei Bartolomeu dos Mártires, para residência dos prelados de Moçambique), o Padrão e Capela de São Francisco Xavier, o Cemitério Municipal, o Mercado (Bazar à moda oriental construído em 1887), a Praça do Peixe e da Lenha (construído em 1888 por ordem da Câmara composto por um hangar assente em colunas e coberto com telha de Marselha), o Monumento aos Mortos da Grande Guerra, e a escola Primária (a primeira escola primária foi criada em 1613 pelos padres da Companhia de Jesus. Em 1799 foi instalada a 1ª escola primária da ilha, no convento dos Dominicanos (que entre 1935 e 1936 foi instalada no palácio de São Paulo). Refere ainda a Praia de Banhos (a primeira praia era na costa leste. Em 1935 foi instalada uma rede metálica para proteção dos tubarões. No primitivo lugar praia, nos anos sessenta, será construída uma piscina.

De seguida faz um relato de outros edifícios à data arruinados ou sem utilidade (Banco Nacional Ultramarino, A Imprensa Nacional (entre o hospital e a Fábrica do gelo). No geral dá ma fotografia duma cidade cujos edifícios perderam as suas funções administrativas. Faz ainda um relação dos edifícios público já desaparecidos à data:[370]. Refere ainda e existência dum Monumento a Vasco da Gama (um padrão que esteve entre 1913 e 1924 no local onde supostamente o navegador havia desembarcado) bem como de diversos edifícios e igrejas entretanto desaparecidos no Mussuril.

[370] "*Ermida de São Gabriel, A Torra, Igreja do Espírito Santo, Primeiro Convento de São Domingos, Primeiro Forte de Santo António, Igreja do Rosário dos Jesuítas, Igreja do Rosário dos Carmelitas, Segundo Convento de São Domingos, Paróquia de São Sebastião, Paróquia da sé Matriz, Paços do Verão do Bispo. (a leste da ilha. "O Bispo de Pentacómia, D.Fr. Amaro José de Santo Tomás, religioso da Ordem dos Pregadores, mandou construir a sudeste da Bateria de Santo António, e próximo desta uma residência conhecida pelo nome de Paço-de-Verão do Bispo. Para a construção aproveitou os restos da demolição do primeiro forte de Santo António, mandado arruinar por carta regia de 18 de Janeiro de 1595*" (CUNHA, 1939, p 180).

O padre Cunha revela um conhecimento profundo da História da Ilha, e como veremos será uma base de informação que Alexandre Lobato não pode deixar de conhecer quando se lança na escrita da sua Monografia. Estes dois livros, o de Rodrigues Lapa (LAPA, 1898) e o do Padre Cunha (CUNHA, 1939), assim como os relatórios de Ferreira Ribeiro (RIBEIRO, 1882) inserem-se dentro das problemáticas da ocupação e colonização do território. São livros que se preocupam com o presente, procurando ajustar o passado às condições do presente, Pelo contrário, o livro de Alexandre Lobato (LOBATO, 1945) vai, para além de fazer esta leitura do passado como justificação do presente, incorporar a ideia do futuro como vontade. Uma vontade de utilizar o património como recurso para a ação.

Mas antes de analisarmos essa questão vamos primeiro verificar o contexto temporal da questão da proteção patrimonial em Moçambique e a forma como esse contexto vai influenciar a na produção da sua obra.

5.1.1.3. A Ideia de Proteção e Conservação Patrimonial em Moçambique

A partir de 1925, com sede em Lisboa, havia-se iniciado a publicação do Boletim da Agência Geral das Colónias, que se irá prolongar até 1931[371]. Neste ano o Boletim será

[371] Publicado em Lisboa pela Agência Geral das Colónias. Em 1925 é dirigido por Armando Zuzarte Cortesão. No texto de abertura afirma que à época (1925) tinham sido ultrapassados algumas dos "idealismos humanitários" firmados pelo Tratado de Versalhes (estabeleceu a paz em 1918), e havia que afirmar uma "nova política colonial": Recorde-se, que à época da colonização dos territórios extra europeus legitimava pela suposta "missão colonizadora" dos europeus. Esta missão civilizadora deveria *"(a) promover O reconhecimento da humanidade do "indígena", pelo que a "sua educação e bem-estar" devem constituir uma preocupação . A "missão sagrada que a civilização delega nos povos colonizadores, e; (b) "a humanidade carece das riquezas inexploradas das vastas regiões coloniais, exigindo dos povos que a detêm a sua rápida utilização".* O Boletim tinha como objetivo fazer a divulgação da obra feita nas colónias:
"*Só há pouco tempo ainda é que a grande imprensa do país se começou ocupando com mais cuidado e interesse das nossas colónias, mas isso, que é incontestavelmente muito, não basta ainda. Não se compreende que um país que desfruta o terceiro lugar entre as grandes nações coloniais no mundo, não tenha ainda uma publicação oficial que faça a propaganda das nossas colónias, que seja a recolha do maior numero possível de trabalhos técnicos e de todos os elementos de informação para que os que nas colónias trabalham ou por que elas se interessam*" (BOLETIM, 1925, nº 1 p 5)
Tal como nos demais países colonizadores que detinham publicações desta natureza, em alguns deles até variadas publicações, Portugal também deveria ter um "*Todos os países saem que é indispensável manter um ambiente internacional favorável à afirmação e defesa dos seus direitos e pretensões*" (BOLETIM, 1927, nº 1 p. 7)
Previa-se na altura, que logo que a AGC passasse a dispor de maiores meios, seriam executadas publicações por cada colonial. Para além da publicação de trabalhos técnicos, também se pretende fazer uma divulgação com ilustração em Inglês e Francês (que nos primeiros números são feitas no final da publicação) para divulgação e propaganda no estrangeiro. O Boletim também fornecerá noticiário e informação bibliográfica, resenha de legislação. "*Finalmente, inserirá o Boletim uma secção intitulada Lugares selectos da biblioteca colonial portuguesa", em que páginas brilhantes dos nossos antepassados colonialistas (...) serão recordadas e divulgadas com os precisos ensinamentos que encerram*" (pagina 9). São vários os artigos que podemos seguir nesta revista. Em 1925, por exemplo no seu nº 1 (Julho) publica-se um artigo de Jaime Cortesão "África Nostra" (COLONIAS, 1925, 1, p 90). O então diretor da Biblioteca Nacional fala dos direitos históricos dos portugue-

extinto, passando-se a publicar o "Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique" (BOLETIM, 1931), publicação que se manterá até 1953. Durante os anos da publicação deste Boletim serão várias as referências aos objetos monumentais em Moçambique, e que mais há frente falaremos. A Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique, fundada em setembro de 1930, por impulso do Governador Eduardo Martins, foi criada para fomentar os estudos e os interesses por Moçambique, contribuir para o desenvolvimento intelectual e físico dos seus habitantes em geral e dos seus associados em particular (BOLETIM, 1931, p. 14).

As atividades da "Sociedade de Estudos da Colónia" mostram-nos o que foi a atividade colonial no campo do conhecimento científico. Esta sociedade é essencialmente constituída por uma população branca empenhada no conhecimento dos recursos do território para melhor o explorar. Os seus associados eram essencialmente quadros técnicos e residem na capital. Em 1930 tinha 131 associados, dos quais mais de metade (61) em Lourenço Marques. Em Moçambique (ilha) tinha apenas 7 associados. Em termos de profissões, o grupo mais representado eram os oficiais do exército (39) e oficiais da Marinha (11), os médicos (24) e engenheiros (17). Todos os outros grupos profissionais tinham menos de dez elementos, com os funcionários públicos (9) advogados, veterinários e engenheiros agrónomos (7) a constituírem os grupos mais expressivos. Os professores de Instrução Primária (5) e de Instrução Secundária (5) têm uma fraca expressão assim como dos eclesiásticos (2). Apenas um arquiteto e um magistrado é contabilizado. Este número é de alguma forma reveladora da elite cultural da colónia à época. Cada boletim tem em média 50 páginas, e publicava-se trimestralmente.

Os órgãos diretivos da Sociedade eram constituídos pela Assembleia, Direção e Concelho Fiscal. A Assembleia era presidida pelo comandante António Silva Pais. Na Direção o Presidente honorário é o próprio Governador-Geral coronel José Cabral, assumindo a Presidência Executiva o engenheiro Joaquim Jardim Granger. A Direção tem 6 classes (Estudos Económicos, Colonização, Instrução Pública Artes e Letras, ciências naturais, Cul-

ses em África". Esta rubrica vai continuar noutros números com a publicação de vários atos heroicos dos portugueses em África. Nesse mesmo número são publicados " Os Objectivos do Museus Colonial de Lisboa" (COLONIAS, 1925, 1, P 188-189). Por exemplo em 1931 no número duplo 67 e 68 (Janeiro – Dezembro) inclui-se o "Relatório da Exposição Internacional de Paris", feito por Armindo Monteiro (COLONIAS, 1931). Nele se transmite a opinião do conservador Dr. José de Figueiredo, propôs e realizou uma exposição de "Arte Portuguesas no tempo das grandes descobertas", (COLONIAS, 1931, p 265). Essa exposição será posteriormente feita no Museu de Arte Antiga, onde Figueiredo era diretor, dando origem à coleção de Arte Indo-Portuguesa.

tura Física e Saneamento). A classe c) dos assuntos ligados à cultura foi assumida pelo Dr. Domingos Reis Costa.

O primeiro número do Boletim é publicado em dezembro de 1931 com o objetivo de divulgar entre colonos as questões mais relevantes da vida social da colónia. "*A sociedade de estudos não é uma Academia, nem um cenáculo de intelectuais, mas sim um centro que procura reunir o maior número possível de informação relativa à Colónia, agrupando-as sistematicamente, e permitindo aos estudiosos encontrar com facilidade os elementos que necessitem; e isso só é possível organizando um grande repositório de fatos e observações."* (BOLETIM, 1931, p. 3)[372]

As questões de exploração colonial ocupam aos primeiros números do Boletim. A partir do nº 2 começam a surgir elementos sobre os monumentos. No nº 2 por exemplo, faz-se uma lista dos" Monumentos Militares de Moçambique. A Fortaleza de São Sebastião de Moçambique, classificada como monumento nacional pela Portaria nº 665 de 15 de março de 1924, cujo modelo tinha sido premiado em 1931, na exposição colonial de Paris com o "Grand Prix", surge na lista em 4 lugar, a seguir às Ruínas de Fortaleza de S. Caetano de Sofala, ao Forte de São Marçal em Sena e ao Forte de S. Tiago Maior em Tete. A seguir surge a Ruínas do Fortim de são José no Mussuril. As ruínas do Fortim de D. Afonso, no do Fortim de Pemba, na entrada da Baía, Fortim em Ruínas de Ponta Maone (Catembe), a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, em Lourenço Marques, o Fortim de santo António no Ibo, A Bateria e quartel de Inhambane., Bateria e Quartel em Palma, Cabo Delgado, forte Tenente Valadim em Muemba, Niassa, Padrão da Viagem de Capelo e Ivens, no Zumbo – Tete, e o Padrão existente no Grémio Militar, da expedição ao Mataca (BOLETIM, 1931)[373].

No número de 1939, aquando da visita do Presidente Óscar Fragoso Carmona e em sua homenagem, o Boletim efetua um número especial onde se relata a história da fundação

[372] De seguida diz que também é propósito da sociedade olhar para a situação económica, em particular o preocupante *deficit* das contas (exportações de produção versus importações de consumo), que em 1929 ascendia a mais de 1 milhão de libras (1.285.941 £). Coloca então a questão de como resolver o problema da colonização (como fomentar "O desenvolvimento das industrias que produzam para consumo interno o que atualmente tem que ser importado". Este é um tema que propõe para reflexão e estudo. Finalmente aborda a questão da *"organização dum vocabulário moçambicano, isto é, para a coletânea dos termos indígenas que o uso ou a necessidade tenham já introduzido na língua portuguesa" (...) E o estudo dos elementos do Folklore? As lendas, os contos, a poesia, a música das várias tribus? As próprias manifestações artísticas na feitoria do objecto de uso, vestuário, adornos pessoais, olaria, carpintaria?"* (ibidem)

[373] Tem um artigo do Tenente Francisco Maria Branco, do Destacamento de Sapadores de .Moçambique, sobre a Fortaleza de São Sebastião de Moçambique. Refere a datas da sua construção. O texto é semelhante ao que escreveu o Padre Sebastião da Cunha, publicado em 1939. (BOLETIM, 1932, p. 39-42)

da Sociedade de Estudos e são editados vários estudos sobre a colónia. Por exemplo o sócio Dr. Braga Paixão apresenta um sobre o "Ensino dos Indígenas – Obra de Civilização"[374].

Em relação à Ilha de Moçambique no ano seguinte, em 1940, publica-se em "Três Carta do Padre Ladislau Menyarth, S. J., onde se faz Descrição da Ilha[375]. " *Depois de trinta e sete horas de viagem chegamos a Moçambique. Aquela pequena cidade apareceu-nos repentinamente como um paraíso do outro mundo. Primeiro vimos o farol. Este farol está edificado na ilha de Goa. As casas são pequeninas, interessantes pelo estilo oriental. Mas o que se vê antes de tudo é o castelo, de construção antiga, e cheio de material de guerra. Em seguida vê-se a igreja, com torres brancas. (...) os edifícios do Palácio do Governo, da Fazenda e do antigo colégio dos jesuítas também são muito bons. Como é natural existem aqui excelentes casas pertencentes a industriais e a comerciantes, assim como também o palácio do bispo, a residência do cônsul inglês, e, sobretudo o hospital, que está muito bem montado. Todos estes edifícios pertencem ao bairro europeu, o qual ocupa a maior parte da ilha. Esta parte da cidade é muito bonita e limpa. As casas são mais ou menos do mesmo feitio e têm tetos horizontais.* Terminada da descrição da cidade de pedra, passa para a cidade macúti. *A outra parte da cidade fica no extremo da ilha e é completamente diferente. As casas muito aglomeradas, sem quintais, dão-nos uma triste impressão, porque são construídas de madeira, bambus e barro. (...). Neste bairro moram os indígenas e os "monhés". Esses monhés não são propriamente pretos, mas somente escuros, e todos maometanos. Há muita gente aqui, mouros, turcos e índios, mas verdadeiros pretos não têm e só aparecem de passagem. Esses monhés são curiosos porque os seus fatos parecem uma túnica, toda branca, chapéu também branco. Os monhés estão convencidos que são superiores às outras pessoas pelo motivo de professarem a religião maometana. Têm muitos templos, mas só podem lá entrar quando estão os derviches. Admiro-me que no território português, sendo a população portuguesa católica, a religião do Islam continue a sua conquista e a permanecer à vontade. Mas compreende-se porque em Moçambique quasí não há padres católicos. Na terra em frente da ilha a situação anda é peor."* (BOLETIM, 1940, p. 5- 19)

Finalmente faz uma descrição dos habitantes da Ilha e das suas atividades. "*Na ilha de Moçambique há uma população de 14.000 habitantes, mas cerca de metade é de monhés, seguindo-se um*

[374] A questão do Indígena é interessante de abordar. Por exemplo e Em 1934, o Maestro Tomás Jorge Júnior escreve artigo "As aptidões musicais dos indígenas de Moçambique" (BOLETIM, 1934, pp. 163 -184). Depois de 14 anos de trabalhos na colónia a observar e a estudar as aptidões musicais dos moçambicanos diz: "*É notado que os indígenas de Moçambique, independentemente de qualquer espécie da aprendizagem orientada, mostram certa vocação para determinados ramos de natureza artística, incluindo a pintura, embora sob o aspecto embrionário. Natural seria, pois, que da música não se alheassem também, espacialmente sob a modalidade de canto, á que é esta a forma mais intuitiva de combinações de sons*". E prossegue *"Com efeito, percorrendo-se quaisquer regiões onde os indígenas vivem mais afastados da civilização europeia, encontram-se frequentemente, durante as suas festas e danças características, grupos, quer executando com perícia pequenos trechos musicais simplistas, em instrumentos rudimentares de percussão, marimbas, tambores, etc., quer entoando várias canções tradicionais"* (BOLETIM, 1934, p 163)
De seguida dá conta que não é possível a transcrição, na notação clássica, das tonalidades e das vozes dos indígenas, que não contém, por exemplo os baixos. Fez assim a adaptação de algumas destas canções ara uso nas missões, nas companhias indígenas, e escolas elementares.

[375] É uma descrição feita em 18 de Abril de 1894, e publicadas pela revista Húngara Hirnöke de Kaloska, em Agosto de 1894, Outubro de 1859 e Março de 1856.

grande e número de mouros, que se dedicam ao comércio, índios católicos e finalmente europeus. Há também um bairro grande que se chama "Baniane", povoado de índios originários de Damão e Diu. Esses índios são os melhores comerciantes, alguns dos quais muito ricos, professam o budismo e falam o guzerate. Além deles existem "Batiak", semelhantes aos banianes, e parses em grande número, que falam o sânscrito. Um outro bairro há ainda, o bairro fetiche, habitado por indivíduos fetiches, geralmente pobres, que vivem absolutamente separados das outras castas. Usam cabelos compridos, como as mulheres, vestem muito modestamente e fazem uma vida primitiva. Nenhum deles mata os animais. Como é fácil de prever, não se pode falar de religião aos mouros, nem às outras raças, porque a sua religião lhes proíbe tais discussões. (…). (BOLETIM, 1940, p. 8-9).

Mais à frente afirma. *"Na Cabaceira grande existem alguns edifícios, mas em toda a volta só vi mouros e monhés. Presentemente o senhor Bispo construiu lá um edifício, a que vai ser dado o nome de Leão XIII, ficando ao cuidado das Irmãs de são José. É a maior construção que vi em todo Moçambique. A construção do hospital está parada. No porto há uma excelente ponte que está quase concluída. (...) Tive ocasião de ver bem a ilha de Moçambique (...) O clima da ilha é muito mau. A única vantagem que a ilha apresenta é o porto."* (BOLETIM, 1940, p. 11). O olhar do viajante nos finais do século XIX, com a capital já transferida para sul monstra uma ilha marcada pela diversidade.

A partir de 1946 o Boletim passa a ser bastante mais reduzido. Os anos da guerra tinham começado a reduzir a atividade de edição. Por exemplo, não obstante ter publicado o estudo de Alexandre Lobato então tenente do exercito, sobre "*História do presídio de Lourenço Marques*", onde não será noticiado a constituição da Comissão de Antiguidades e Relíquias históricas em 1943. As questões patrimoniais parecem perder relevância nas atividades da Sociedade, ao mesmo tempo que é possível que esta Sociedade, como associação de forças sociais tenha perdido influência na sociedade colonial, em detrimento duma ação de propaganda mais sistemática a feira a partir dos órgãos coloniais. Isso é conforme os princípios centralizadores do modo de executar a política colonial que passa e ser aplicado pelo Estado Novo, a partir de 1933, nos diversos territórios coloniais. É assim que se entende que a partir de 1935 a revista "MOÇAMBIQUE: documentário Trimestral[376] passe a ser a publicação onde a problemática do património terá mais visibilidade. Esta revista é publicada diretamente pelo Governo Regional. O modelo da Sociedade de Estudos, que emana da associação da sociedade civil, tinha dado lugar ao modelo centralizado de colonização do Estado Novo. Ou seja, o que aí vem publicado reflete em grande parte a "visão do poder".

Em 1926 havia sido efetuada a classificação da Fortaleza de São Sebastião como Monumento Nacional. A maqueta dessa exposição será exposta em 1931 na Exposição

[376] publicado entre 1935 e 1945, pela Imprensa Nacional de Lourenço Marques.

Colonial de Paris (Vincennes)[377]. Na sequência dessa exposição o Museu de Arte Antiga, em Lisboa organiza a exposição de "Arte Portuguesa no tempo das Grandes Descobertas", onde Dr. José de Figueiredo introduz a questão da "Arte indo-portuguesa". Na Ilha de Moçambique, onde na Fortaleza existia um pequeno museu, em 1932, por motivo de conservação das peças de armaria e bandeiras, todo o espólio é transferido para o Palácio de São Paulo. Em 1939, quando o Presidente da Republica Portuguesa, Óscar Carmona[378], fica instalado no Palácio dos Governadores, essas peças fazem parte da decoração do Palácio.

5.1.1.4. A Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique

Quando em março de 1943 se constitui a ***Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique***, há já um trabalho muito amplo de divulgação das questões patrimoniais através de "*Moçambique: documentário Trimestral"*. Esta publicação de luxo, em papel *couché*, com fotografias abundantes e um grafismo cuidado, incluindo as capas, era uma oferta do Governador-Geral[379]. A sua consulta permite observar a evolução das recolhas etnográficas e a evolução dos trabalhos científicos de ciências da natureza. É uma expressão da vontade de conhecer o território, para melhor o explorar. Nessa revista, logo no seu nº 1 (MOÇAMBIQUE, 1935) tem um artigo de Dr. Mário Malheiros "Fortalezas de Moçambique, onde são relatadas as histórias das fortalezas no território e é lamentado o seu estado de conservação.

Serão esses, entre outros os motivos que levarão à constituição da "*Comissão da Relíquias Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*" (MOÇAMBIQUE, 1943, 33). Nas "Crónicas do Trimestre" podemos encontrar a notícia da constituição da Comissão pelo diploma Legislativo de 20 de fevereiro tinha com o objetivo de "investigar, classificar, restaurar e conservar os monumentos e relíquias da colónia, divulgar o seu conhecimento arqueológico - histórico e promover a sua propaganda cultural e turística"

A Comissão era composta por cinco membros permanentes – o diretor de Serviços de Obras Públicas, como presidente, o Chefe de Estado-maior, o chefe de Serviços de Ins-

[377] Provavelmente essa maqueta é a que está atualmente na Ilha de Moçambique, nas arcadas da Casa do Governador da Fortaleza. Ver Relatório de Armindo Monteiro, no nº 78, Ano VII do Boletim da Agência Geral das Colónias.

[378]Óscar Fragoso Carmona (1869-1951) Presidente da Republica entre 1926 e 1951. Visita Moçambique em Julho de 1939.

[379]Em 1935, na sequência a reorganização do Império, com a publicação da Constituição de 1933 e do Ato Colonial, em 1934 e da aprovação da Carta Orgânica do Império foi formado o primeiro Conselho do Governo, onde o coronel José Ricardo Pereira Cabral assumiu o cargo de Governador-Geral.

trução Pública, Chefe de Serviços de Estatística, Chefe do Arquivo Histórico de Moçambique. A esta comissão era permitido agregar membros eventuais até ao limite de 5. Eram para considerar locais como "monumentos históricos" "A) sítios ou áreas de terrenos, tais como localidades, campos, cavernas ou grutas que contenham objetos de interesse antropológico, arqueológico ou histórico, ou que tenham sido teatro de sucessos históricos; B) Construções ou outras obras representativas de civilizações aborígenes ou de povos que tivessem ocupado o território anteriormente à chegada dos portugueses, tais como zimbabués, aringas, chuambos, obras de mineração; C) Edifícios significativos da conquista e ocupação do território (…); D) objetos móveis, naturais o de fábrica humana, de interesse antropológico, arqueológicos ou histórico.

São por sua vez, de considerar para proclamação como relíquias da colónia: "*Petroglifos, pedras desenhadas ou pintadas, instrumentos, utensílios geralmente acreditados como tendo sido fabricados ou utilizados por aborígenes ou por qualquer povo que tivesse ocupado o território antes da chegada dos portugueses; Armas, insígnias, emblemas, peças de indumentária, de mobiliário, de ornamentação ou adorno e outros objetos móveis reputados antigos ou que ofereçam interesse antropológico, arqueológico, histórico ou etnográfico*". (MOÇAMBIQUE, 1943)

No preâmbulo do diploma afirmava-se "*A necessidade de se garantir a conservação do património arqueológico e histórico da colónia torna-se de dia para dia mais premente. A desatenção por ela se deve a perda, sem remédio, de algumas das mais valiosas peças deste património, tais como as fortalezas de são Caetano de Sofala e São Marçal de Sena, a desfiguração e o aviltamento, em utilizações indignas delas de outras, bem como o desvio, para fora da colónia, de antiguidades e relíquias históricas. Algumas vezes, é verdade, essa necessidade foi pressentida e medidas foram tomadas para a satisfazer. Assim, a criação dum museu na Ilha de Moçambique, a criação dum Museu na Beira, a Classificação como monumento nacional da Praça de Dom Sebastião de Moçambique. Destas tentativas, porém, nada resta. Simultaneamente, com a conservação, há que promover a valorização desse património, quer como testemunho de veneração pelo esforço colonizador das gerações passadas, quer como meio de cultura arqueológica e histórica, quer como motivo de interesse turístico*." (MOÇAMBIQUE, 1943)

Será nesta revista, no seu nº 37 de 1944, Alexandre Lobato publica um artigo (transcrição anotada) "*Relação dos Estabelecimentos Portugueses na Costa Oriental em África em 1809, a partir de Henrique Salt*". Henrique Salt esteve na Ilha de Moçambique em 1809, de passagem para a Abissínia. Lobato encontrou a descrição em o "*Investigador Português*"[380] (MOÇAMBIQUE, 1944, p. 7- 44).

[380] Na publicação refere-se que era publicada em Inglaterra por exilados liberais portugueses. Lobato referencia como constando do volume XI, nº XLII de 1814.

Num outro artigo "Primeiras Impressões duma viagem de estudos arqueológicos no sul de Moçambique" (MOÇAMBIQUE, 1944, p. 23) pelo Prof. Dr. Vem Riet Lowe escrevia-se: *"Aceitando o convite da comissão de Monumentos e Relíquias históricas de Moçambique, e com a aprovação do S. Ex. o Governador-geral de Moçambique, visitei em agosto de 1944 Lourenço Marques e outros lugares do sul da colónia*" quando inicia os trabalhos apenas eram conhecidas três estações arqueológicas. A viagem permitiu identificar mais 6 estações. Ainda noutro artigo de António Figueiredo Gomes, "Os Jardins de Moçambique" (MOÇAMBIQUE, 1944, P 47 -96). Escreve "*O litoral do continente fronteiro à ilha de Moçambique é habitado pelos portugueses desde os primeiros tempos da ocupação. Essa zona possue quatro povoações muito antigas, Sanculo, Lumbo, Mussuril e Cabaceira. (...) Mussuril teve outrora muitas residências de colonos. Nos seus tempos áureos estendia-se por dez quilómetros de comprimento e cinco de fundo. Os moradores da ilha tinham antigamente no Mussuril e na Cabaceira suas hortas e palmares. (...) No tempo do Bordalo (século XIX) havia no Mussuril casas de recreio dos mais abastados moradores de Moçambique e uma linda vivenda do governador*. (MOÇAMBIQUE, 1944, nº 37, p. 86) "Ora na época existiam na Cabaceira três edifícios dignos de menção: a residência de verão do governador, a igreja dos dominicanos, considerado monumento nacional, e o que foi primitivamente o Instituto Leão XIII e por fim a "Missão laica". (MOÇAMBIQUE, 1944, nº 37, p. 87) Este artigo prossegue no número seguinte (MOÇAMBIQUE, 1944, nº 38, p. 9 -48). Nesse número transcreve-se igualmente uma descrição da Ilha, por Frei João dos Santos.[381]onde se fala da Ilha "*Nesta terra firme, e dento da mesma ilha, há muitos palmares mui ricos e proveitosos, que dão muito vinho e cocos. Tem algumas hortaliças, laranjas, cidras, muitas e boas limas, romeiras, figueiras de Portugal e da Índia, parreiras e muitos ananazes, e algumas frutas do mato muito boas*" (MOÇAMBIQUE, 1944, nº 39, P 43 -44)

Além destas transcrições do autor da "*Ethiopia Oriental*", o conclui a série de artigos sobre os "Jardins da Ilha de Moçambique" onde se descrevem os Jardins existentes à data e seus respetivos proprietários (MOÇAMBIQUE, 1945, nº 41, P 5 – 45). Será também neste número que Alexandre Lobato publica a sua *"Monografia"* sobre a Ilha de Moçambique. Podemos então verificar que estes anos são anos onde cresce o interesse pela conservação patrimonial.

Com a Comissão da Relíquias e Antiguidades Histórica de Moçambique[382], inicia-se um período de crescente atividade no âmbito do Património. "A fortaleza de Sofala", por

[381] Frei João dos Santos (1560-1622) Frade Dominicano, autor da Etiópia Oriental. (SANTOS [1607-9] 1999).
[382] Logo após a sua criação, no seu ofício nº 3, enviado pelo seu Presidente em 16 de Abril de 1943, endereçada ao Presidente da Comissão Municipal de Moçambique, Mário Jorge Ferreira Mendes, envia o texto da portaria nº 5093 de 3 de Abril, que manda "recolher os elementos das pedras tumulares". Além disso, tem a informação de que havia quem estivesse interessado em comprar o "portão seiscentista", dando instruções para que

incúria e abandono das autoridades havia sido destruída em 1933 (FONSECA, 1934, p. 304-307). Esse desaparecimento fará levantar vozes que exigem um "respeito pela memória da história" e defendem obras de recuperação das fortalezas em Moçambique. A Comissão fará em 1943 as primeiras escavações no Baluarte de São Gabriel (na Fortaleza de São Sebastião) e Indiciaram-se as obras do Museu Histórico Militar, na Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, em Lourenço Marques. Aí será instalado o museu que tinha sido pensado instalar na Ilha de Moçambique, com coleção de objetos militares.

Não conseguimos seguir o percurso da Atividade desta Comissão nos anos seguintes. No entanto sabemos, que em 1956 a Ilha é de novo visitada por um Presidente Português, o marechal Craveiro Lopes[383], que ficou instalado no Palácio dos Governadores (foi durante essa visita que é inaugurado o Museu em Nampula). Não temos notícia de beneficiação ou conservação no edifício, que em 1959 apresentava sinais de degradação. Os objetos expostos nessa altura, as armas e as bandeiras, são então retirados e transferidos para o Museu Histórico da cidade de Lourenço Marques, instalado na Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição.

A partir de 1965, todavia a Comissão das Relíquias faz publicar um Boletim: "*MONUMENTA: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais"*, PUBLICADA EM Lourenço Marques pela Imprensa Nacional (MONUMENTA, 1965-1973), onde podemos seguir a sua atividade até 1972[384] É uma revista anual, onde para além de artigos especializados, também se faz referência às atividades da Comissão[385].

Os objetivos do Boletim são apresentados no primeiro número, em 1965. "*O diploma Legislativo nº 825 que criou a Comissão dos Monumentos e Relíquias Histórica de Moçambique", recomenda que a par de se investigar, classificar, restaurar e conservar os nossos monumentos e relíquias, se divulgue o*

---

o mesmo fosso conservado pelo Município. (Arquivo Histórico Cultural, NAMPULA, Caixa XI, "Monumentos e Relíquias Históricas, documento 5)

[383] Francisco Craveiro Lopes (1894-1964), foi presidente de Portugal entre 1951 e 1958.

[384] A Comissão dos Monumentos Nacionais é constituída pelo :Eng.º Manuel Honório de Matos Viegas, (Diretor Provincial de Obras Públicas, Coronel Orlando Barbosa (Chefe do Estado Maior do Comando Militar de Moçambique), Doutor José de Oliveira Boléo, (Diretor dos Serviços de Educação) Dr.ª Maria Regina Pinto Fernandes Coelho da Silva (Diretora do Arquivo Histórico de Moçambique), Eng.º Wilson Tavares Martins (Chefe de Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais dos Serviços de Obras Públicas), Eng.º Agrónomo Lereno Antunes Barradas, Representante da Sociedade de Estudos, Pd. Fulgêncio Miguel Tomás de Andrade (Representante do Arcebispado), Dr. Francisco Morais Grilo (Representante dos Serviços de Educação), Dr. Victor Hugo Velez Grilo (Presidente da Sociedade de Estudos), e A. Pereira de Lima (Superintendente do Museu da Cidade). A Comissão de Redação era constituída por Lereno Barradas (Francisco M Janeiro, A. Pereira de Lima, respetivamente da Sociedade de Estudos, Dos Serviços de Educação e do Museu da Cidade, a ainda o Arq. Pedro Quirino da Fonseca

[385]A Revista é dirigida pelo arquiteto Pedro Quirino da Fonseca, neto do comandante Henrique Quirino da Fonseca, (1868-1939), antigo governador colonial e publicista sobre questões de História da Navegações. Evidenciou-se como defensor das questões patrimoniais.

seu conhecimento arqueológico-histórico, e bem assim que se promova a sua propaganda cultural e turística". (MONUMENTA, 1965, p. 5) Acrescenta ainda que o boletim tem também como objetivo divulgar os trabalhos do Arquivo Histórico de Moçambique "*organismos que entre si mantêm estreitas afinidades, no campo cultural que se propõe, servir*". (MONUMENTA, 1965, p. 25)

Nesse número podemos encontrar uma sequência em relação à problemática da conservação patrimonial da revista anterior "*Moçambique*": Por exemplo Caetano Carvalho Montez (antigo Conservador e Diretor do Arquivo Histórico de Moçambique) publica um "Apontamento para o Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses", a partir de textos de Gaspar Correia nas "Lendas da Índia", onde se descreve a questão da construção da Fortaleza em Sofala. Esta fortaleza, destruída na década de trinta, também tinha sido referenciada por Augusto de Castilho, no "Relatório da Viagem da Canhoeira Rio Lima de Lisboa a Moçambique", ente 1884-1885, onde fez uma descrição da fortaleza" (MONUMENTA, 1965, p. 26 - 54).

Um outro colaborador da revista, o arquiteto Pedro Quirino da Fonseca, faz publicar "*Pesquisas Arqueológicas em Águas de Moçambique*" (MONUMENTA, 1965, p. 53). Nele faz uma descrição de pesquisas efetuadas na Ilha, na fortaleza de São Sebastião e na de São Lourenço, a partir de foto interpretação. (provavelmente os resultados da exploração ficaram depositados no Museu da Marinha) A expedição foi realizada pela Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas durante o ano de 1964. Em todos os números são publicados as atividades

As atividades da Comissão em 1964 pretendem dar continuidade da organização do Tombo dos Monumentos e Relíquias, com estudos históricos e arqueológicos e cadastro fotográfico e levantamentos dos monumentos. Organização duma Biblioteca Técnica. (descreva os gastos com atividades de recuperação). No nº 2, em 1966, dá conta das obras de conservação na Ilha de Moçambique onde foram gastos verbas no: Palácio de são Paulo (obras de 38,900$00) e na Igreja de Nossa Senhora do Livramento Quelimane (38.200$00). Esta revista dará conta de todo o processo de instalação dos Museus de Arte Sacra e de Artes Decorativas que relatamos no capítulo anterior[386]

[386] Nas atividades de 1967 são relatadas as Obras de Adaptação dos anexos da Igreja da Misericórdia a Museu de Arte Sacra na Ilha de Moçambique (MONUMENTA, 1967, p. 71). A obra foi possível porque os Serviços Militares assumiram as verbas para obras de conservação da fortaleza de são Sebastião, o que libertou verbas para o Museu. (o objetivo era fazer a inauguração em 69 nas comemorações da passagem de Luís de Camões pela Ilha). O mobiliário foi executado pelo arquiteto Rui Pimentel. Foi ainda adquirido uma imagem de Santo António, do século XVI, segundo parecer de D. Maria Madalena Cagigal e Silva (peça de muito valor). O valor da obra foi de 143.000$00, enquanto o valor das obras na Fortaleza de São Sebastião foram 176 contos.

Em 1969, no volume V, dedica-se grande parte da publicação à Comemorações de Camões. Segundo a lenda, Camões teria passado pela ilha em 1569, a caminho de Lisboa. E por causa disso serão desenvolvidas um conjunto de celebrações que envolvem a inauguração duma estátua e um monumento.

No Volume VI publicado em 1970, é ainda publicado o texto de Alexandre Lobato sobre a ilha de Moçambique "Conservar e Modernizar na Ilha de Moçambique" (MONUMENTA, 1970, p. 7 10). Trata-se do discurso do próprio durante as cerimónias oficiais na ilha, perante o Governador-Geral, onde o autor aborda a questão da reabilitação e conservação. Lobato faz recuar a 1877 as primeiras iniciativas de reabilitação na ilha. No entanto será durante a governação de Sarmento Rodrigues, na década de 30, que se publicarão as primeira normas de conservação da cidade, como adiante veremos.

Nesta publicação a Ilha de Moçambique encontra um grande destaque pelo conjunto de artigos incluídos. É também, um pouco à semelhança da edição metropolitana[387]. Por exemplo, no seu nº 9 em 1973, publica um "descrição da Ilha de Moçambique em 1691" feita pelo Deão Bravo de Moraes, onde se dizia: *"Têm Mossambique três conventos a saber (dos) Dominicos, Padres da Companhia e Hospital São João de Deus; Mossambique não hé tão feo como o pintão, mas os Portugueses com a sua lascívia e gula enchem as sepulturas. A maior falta que tem hé de agoa que nã a há se não de cisternas. Os mantimentos são bastantes, ricas laranjas e lomoens, bons leitoens, boas vacas, figos do Reino e athe romãs ali há. O Trigo e o arroz vem de senna, húa e outra couza são excelentes, mas o pão aos que vão do Reino não sabe bem, porque o amassão com sura, que hé hua potagem que distillão as palmeiras, e as que dão sura não dão cocos…"* [388] (MONUMENTA, 1973)

Como já acima havíamos referenciado, os anos sessenta é desenvolvido um programa de desenvolvimento do turismo da Ilha, sendo neles, peças importantes na construção da sua atratividade, a criação dos museus. Sobre as obras de Instalação do Museu palácio de São Paulo, na Ilha de Moçambique Obra da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas dizia Alda Costa: *"As obras visaram fazer do Palácio de São Paulo um Museu-Residêncial usando mobiliário indo-português e mobiliário antigo. Uma vez que pouco mobiliário restara da antiga residência faustosa de estilo oriental que o Palácio parece ter sido, a Comissão reuniu "mobiliário que foi comprado partido, na ilha e continente fronteiro e até em Lourenço Marques e restaurado na capital e integrar os Palácio dos Capitães Generais na sua época dourada dos séculos XVIII e XIX "* (COSTA, 1994)[389] E continua

[387] Revista Monumentos, publicada desde 1926 pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa

[388] MS 32799 "Viagem que fez o Ilo snor Dom Agostinho da Anunciação, Arcebispo de Goa, Primaz da Índia Oriental na nau São Francisco da Borja o anno 1691. Capitão de mar e guerra della António Francisco, fl 250

[389] Em Património Oriental em Moçambique: Património a Conhecer e a Construir." Alda Costa cita um ofício de Alexandre Lobato de 1970, dirigido ao Presidente da Câmara de Moçambique Cadastro nº. M6 "comissão

"*A ilha de Moçambique torna-se pequeno centro turístico, com base na sua história, monumentos e beleza natural. Durante os anos sessenta foram restaurados vários monumentos na ilha. (igrejas, palácios, fortaleza, e edifícios. Destaque para a presença portuguesa*". (COSTA, 1989).

Em suma, o conjunto de trabalhos desenvolvidos pela "Comissão dos Monumentos Históricos" constitui-se como um órgão político da administração colonial, que para além da questão da conservação dos elementos patrimoniais, se assume como órgão de execução duma política de seleção das heranças e memórias a valorizar, no âmbito da criação duma "política de espírito.[390]

5.1.2. A Criação do Mito da Ilha de Moçambique

Regressemos aos trabalhos de Alexandre Lobato sobre a Ilha de Moçambique (LOBATO, 1945, 1966, 1967, 1970) onde facilmente podemos verificar que eles se integram num contexto do uso do património como recurso para a afirmação e demonstração da ideia de portugalidade (LOBATO, 1952, 1957, 1963, 1964), ao mesmo tempo que a aloca como função duma atividade económica emergente. Vamos ver que a construção da noção do "património português em África" via encontrar no caso da Ilha de Moçambique um espaço de correspondência e da afirmação. Vamos ver como essa abordagem patrimonial se vai constituir como vetor estruturante duma atividade económica emergente no tempo: o turismo.

O Turismo é uma atividade económica que está em associada à emergência do tempo do lazer que caracteriza as sociedades do Ocidente na segunda metade do século XX (LEITE, 2000). Em Moçambique, a partir dos anos sessenta, o desenvolvimento do Turismo encontra-se na ordem do dia[391]. A dinâmica que se instala da Ilha de Moçambique insere-se nessas tendências. A Ilha de Moçambique tinha sido a capital da colónia, até à transferência para Lourenço Marques em 1896. A transferência da capital retira à Ilha um conjunto de Funções Administrativa, mas permanecia capital do Distrito. A reforma administrativa da

---

dos Monumentos Históricos de Moçambique pasta Província de Nampula. Arquivo do Património Cultural. (COSTA, 1994, p 38)

[390] A "política de espírito" é o nome pelo qual ficou conhecida a obra de António Ferro (1895-1956). Ferro foi o diretor do Secretariado Nacional de Propaganda, mais tarde Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, órgão do Estado Novo que articulou a ação política do Estado Novo com a Cultura Popular na base numa ideia da estética portuguesa. (LEAL, 1994)

[391] Não encontramos trabalhos sobre esta questão. Existem no entanto vários indicadores, para além dos que recolhemos na Ilha de Moçambique, que nos fazem admitir que esta tenha sido uma estratégia de consolidação do domínio colonial (AZEVEDO, 2007)

colónia que sucede à aplicação do Ato Colonial, em 1933, cria 3 províncias em Moçambique, terminando com os Distritos. Assim, é criada a Norte a Província do Niassa, que irá ter sede em Nampula, a da Zambézia, com sede em Quelimane (provisória até à sua transferência para a Beira) e a Sul a de Lourenço Marques. A transferência do governo provincial para Nampula, em 1 de janeiro de 1935; a que se sucederam nos anos seguintes as transferências do Tribunal Judicial e da Direção Provincial dos Correios que contribuíram para aumentar a decadência administrativa e demográfica da Ilha. Atrás das instituições saíam da ilha os quadros. A Ilha despovoava-se de gentes, que se transferiam para Nampula. Finalmente, previa-se que o Porto de Moçambique, com a sua alfândega, que ligava, por Caminho-de-Ferro, o mar ao continente e às colónias inglesas do Lago Niassa, seria transferido a breve trecho para Nacala, onde as águas mais profundas permitiam a acostagem de arcos com um maior calado.

Esta transferência gerou grande perplexidade entre os habitantes colonos da Ilha. Assim, em 1937, o governo da colónia decide afetar uma parte da receita alfandegária e dos fretes do Caminho-de-ferro, para a Criação dum Fundo de Fomento destinado a custear as obras na Ilha[392]. A este fundo junta-se ainda uma verba do Governo-Geral de Colónia, que no total anual perfazia 35.000 escudos. Este fundo de compensação será portanto a base dum ambicioso programa de recuperação da ilha. O livro de Alexandre Lobato terá sido custeado com esta verba, assim como um conjunto de melhoramentos, tais como a construção da piscina municipal. Em 1945 o arquiteto Leal da Silva visita a ilha e elabora o "primeiro plano de desenvolvimento turístico". Entre esses melhoramentos inclui-se a construção de uma ponte de ligação da Ilha ao Continente, o que acabará por acontecer em 1967.

Quando Alexandre Lobato escreve a sua Monografia em 1945, com um estilo de roteiro está portanto consciente de que está a efetuar um livro com o objetivo de valorizar um espaço (LOBATO, 1945). De fixar a sua história, de fixar os seus objetos patrimoniais mais importantes, para usufruto de desfrute de outros. E esse roteiro corresponde à sua visão do espaço e do tempo. Vejamos como ele o constrói: Inicia por uma divisão da História da Ilha em 4 épocas. A primeira Época, entre 1498 e 1763, corresponde à ocupação portuguesa, marcada pela preocupação de recolher o Ouro do Monomotapa (Sofala), e pela navegação para a Índia (Moçambique). É o tempo em que Moçambique está dependente do Vice-reinado da Índia. Aí refere as histórias dos primeiros tempos, não citando fontes (LOBATO,

[392] Diário do Governo de 2 de Março de 1937

1945). Grosso modo segue o texto do Padre Santana Sebastião da Cunha dando por exemplo um especial destaque ao papel da presença dos Jesuítas na Ilha (CUNHA 1939)

A segunda época, entre 1763 e 1834, corresponde ao período onde Moçambique ganha autonomia administrativa o poder reside nos Capitães-Generais, na sua corte e na constituição do senado da Câmara. Sobre este aspeto afirma que "é um período conturbado com vários "governos provisórios", salienta a importância do senado como representante do "povo" (LOBATO, 1945, p. 15), e indica que é um período de grande prosperidade devido ao comércio de escravos[393].

A terceira época, que situa entre a reforma liberal e a transferência da capital para Lourenço Marques por ordem de Mousinho de Albuquerque, é portanto o período compreendido entre 1834 e 1898. É o tempo Governadores Gerais. A abolição da escravatura[394] e do tráfico negreiro dá início a uma resistência dos moradores contra o fim dos lucrativos negócios[395]. A partir dessa época Moçambique será uma testa para a ocupação do interior. Sá da Bandeira e Andrade Corvo serão os grandes defensores da ocupação territorial do interior africano, e a Ilha assumirá o centro destas operações. Moçambique é também o porto de saída das mercadorias, desenvolvendo grande comércio com a Zambézia (Quelimane).

A quarta e última época na primeira metade do século XX, é o período em que a ilha "*a abertura ao comércio no sertão*" (LOBATO, 1945, p. 22) e "*Os pergaminhos da história, o seu encanto e seu valor, são a solução para a Ilha não ser abandonada*" (LOBATO, 1945, p. 22) Em 40 fala-se do novo porto de Nacala, do novo caminho-de-ferro e em 1935 a capital do distrito é transferida para Nampula.

E a partir daí apresenta o seu "*Roteiro Histórico da Cidade*", (LOBATO, 1945) como já referimos ao jeito dum viajante. Ao chegar o ao desembarcar na ponte cais encontra o edifício da alfândega, à sua frente acapela e o palácio de São Paulo, dirige-se para o Campo de São Gabriel, onde visita a Fortaleza de São Sebastião e a Capela da Nossa Senhora do Baluarte. Depois regressa pelo Convento de São Domingos, visita a Igreja da Misericórdia, de onde pode alguma "ar fresco" dirigindo-se para a contra costa, visitando a Antiga Prelazia, a igreja de Santo António até à Ponta da Ilha, onde pode observar o Fortim de São Lourenço. Todas as visitas são acompanhadas por uma descrição da história da ilha, da génese

[393] A questão do comércio de escravo é essencial na constituição da Ilha de Moçambique. Mais à frente esta questão será abordada.
[394] Em 1836 pelo Decreto de Saldanha.
[395] Como veremos mais à frente o fim comércio negreiro será mais "oficial" do que real. Pelo menos até 1910 ele mantêm-se como importante fonte de rendimento dos comerciantes locais

da sua estrutura urbana e das transformações no edificado. Finalmente regressa através do Bairro Indígena de Oeste, visitando a Igreja da Saúde, o Hospital e o Jardim, o Celeiro e o Bazar, as Casas da Câmara, a Escola de Artes e Ofícios e o Largo da Sé.

O texto é acompanhado por uma abundante ilustração fotográfica, o que torna este livro uma importante fonte documental desta época. Isso aliado à utilização de uma metodologia para tratamento dessas fontes é um interessante documento para a análise da evolução do espaço urbano da cidade e da sua ideia de conservação.

Por exemplo na sua análise e descrição da Fortaleza. Inicia pela descrição pelo exterior, observando os seus bastiões. Descreve a entrada e o que na época se encontrava no seu interior. Informa que o local da construção da fortaleza terá sido escolhido por Dom João de Castro em 1545. A obra não foi iniciada por falta de pessoal, tendo a obra apenas sido iniciada em 1558, no tempo do governando Sebastião de Sá quando a seu pedido é enviado da índia um engenheiro. Meio século depois, entre 1595 e 1598, no tempo do governo de D. Nuno da Cunha Atayde, adiantou-se novamente a obra que entretanto tinha ficado parada na sequência da crise dinástica portuguesa de 1578-1580, "*levantando-se quase todas as muralhas*". Estava-se portanto no tempo da monarquia Ibérica dos Filipes, com o Império onde o sol jamais se punha a ser assediado por piratas franceses, holandeses e ingleses, para além das incursões ocasionais dos barcos suaílis dos califados de África Oriental. Por exemplo em 1587 houve um alarme geral com a notícia da vinda de naus de Meca. (LAPA, 1898).

Lobato refere que entre 1583 e 1598 a praça foi visitada por Linschottem, um viajante em busca de informações sobre o poder militar, que referia que a praça tinha pouca artilharia e por ocasião de alarme eram 40 ou 50 moradores que recolhiam à praça e auxiliavam na defesa (LOBATO, 1945, p. 56). Em 1607, durante o cerco dos holandeses no governo de Estevam de Atayde a Praça ainda estava incompleta, apenas sendo as obras concluídas em 1626, no governo de Diogo de Sousa Macedo, com a construção do sistema de cisternas interior. Segundo Lapa, em 1616 essas obras deviam estar quase concluídas porque o então governador Ruy de Mello Sampayo mandou iniciar a construção da cisterna grande (LAPA, 1898, p. 12)

Entretanto, em 1600 efetua-se uma reorganização das praças do Ultramar. A Fortaleza de Moçambique ficou com 5 bombardeiros e 100 soldados. Em 1570, ainda no tempo do Rei João III, no quadro duma reorganização do sistema defensivo das praças do Indico,

face a crescente decadência do trato e do incremento das ações armadas dos piratas, tinha sido enviada uma remessa de artilharia vinda do Reino

Mas a grande ameaça o domínio do comércio era cada vez mais os barcos das companhias holandesas. O seu primeiro ataque à praça de São Sebastião realiza-se em 1604, onde os 60 homens da guarnição conseguiram resistir com auxílio dos moradores. "*Os holandeses tomaram uma nau de trato, carregada de marfim, desembarcaram 150 homens, mas como a fortaleza se mantivesse abalaram para a Índia ao cabo de 5 semanas* "(LAPA, 1898, p. 17)[396]. Após esta ameaça e sobretudo pela necessidade de dotar as suas condições de defesa com capacidade de resistência ao cerco prolongado, impunha-se a necessidade de construção da cisterna. (LOBATO, 1945, p. 56). Para essa obra forma mobilizados mais homens e a guarnição foi aumentada para 150 efetivos, 6 bombardeiros e 1 condestável que organizou uma companhia de moradores. Foi aberto um fosso do lado das muralhas. (LOBATO, 1945)

O segundo grande cerco à praça realiza-se três anos depois, em 1607. Os holandeses surgem reforçados. Desembarcaram então na Ilha, pelo porto velho 500 homens e assentaram 9 bocas-de-fogo no Convento de são Domingos (velho). (LAPA, 1898, p. 17)[397]De seguida assaltaram o Baluarte de São Gabriel. O cerco durou de "*29 de março a 6 de maio. No final os holandeses saquearam e incendiaram a povoação. O terceiro ataque, em 1508 foi mais ligeiro. Apenas foi saqueada a cidade e assaltado um galeão do Vice-Rei conde da Feira"*. Foi durante este segundo cerco a torre de são Gabriel (torre velha) foi destruída pelos holandeses, assim como outras construções notáveis, tais como a Igreja do Espírito Santo, o Convento de são Domingos e a ermida de São Gabriel.

Após este segundo cerco as obras continuam até serem dadas por concluídas em 1634 durante o governo de D. Filipe de Mascarenhas. Após a sua conclusão a fortaleza será atacada em 1669 por uma armada árabe, vinda de Zanzibar. O ataque seguinte será um século e meio depois, entre 1793 e 1797, por barcos franceses, no quadro dos eventos revolucionaram a franca em 1789. Ao serviço das colónias das ilhas do Indico, procuravam os franceses livro acesso aos portos de embarque de escravos africanos. Este terá sido o último grande assédio marítimo à praça de São Sebastião. Quando a guerra ressurge no início do século XX, já a tecnologia militar tinha tornado obsoleta a praça-forte.

[396] Aí também se refere a história de que a vitória portuguesa se ficou a dever a três holandeses desertaram para a Praça e informaram que a armada se preparava para partir, num momento em que os sitiados se preparavam para se renderem.

[397]No que é uma transcrição do texto de Francisco Payard, viajante, traduzido por Cunha Rivara (DE LAVAL, 1940)

Em relação ao Palácio de são Paulo, Lobato em 1945 refere, após trabalho sobre documentos "livros da câmara" contrapõe a coincidência da torre Velha ou forte de São Gabriel no Terreno do antigo colégio dos Jesuítas. (LOBATO, 1945, p. 32)[398] Em 1635 já existia a capela e o palácio e os correios. (BOCARRO, 1635).

Em 1857 Sebastião José da Gama dizia "*é um edifício vasto, tendo frente de 15 janelas e é interiormente dividido com compartimentos espaçosos, tendo estes cómodos preciosos e duas cisternas; o Capitão General D. Diogo de Sousa fez nele muitas obras, reduzindo os antigos "repartimentos" claustrais a acomodações próprias da primeira autoridade da Capitania Geral"* (LOBATO, 1945). Em 1763 são feitas as primeiras transformações por João Pereira da Silva Barba. Entre 1790 e 1796 o Governador Baltasar Manuel Pereira do Lago também faz obras no Palácio. Assim como Augusto de Castilho, entre 1888 e 1890. Em 1931 foi acrescentada a varanda lateral. (LOBATO, 1945)

Em relação ao conteúdo do palácio faz uma descrição. Na época já existiam algumas mobílias Indo-portuguesas, parte das quais tinham ido para Lourenço Marques. Segundo Lobato o recheio do palácio "*devia ter sido mais faustosa*". Lobato testemunha assim uma ideia de decadência nos usos. A sua descrição da sua curta visita ao palácio em 1945 parece ter sido importante para a reconstituição do espaço do museu que anos mais tarde será feita.[399]

O terceiro e último capítulo é sobre a Vida Económica (LOBATO, 1945, p. 137) População da cidade. Esta parte é inovadora nos escritos descritivos sobre a ilha. Talvez por influência de Amorim Girão[400] Lobato vai, numa pincelada fazer uma descrição da vida económica da cidade, do seu meio social e da vida quotidiana. Por exemplo é interessante olhar para os "aspetos da vida social. "*O que primeiro chama a atenção do visitante, ao chegar à cidade, é o aspeto antigo que esta apresenta. Todavia, poucos serão os edifícios que tenham mais de século e meio e que neste período não tenham sido transformados ou mesmo inteiramente reconstruídos. A cidade apresenta portanto um falso ar arcaico, que é apenas devido à conservação dos processos de construção e ao uso de materiais ordinários, por outros não haver. O Desenvolvimento pleno da cidade inicia-se no século XIX e ainda em meados do mesmo século o bairro indígena se estendia pela contra-costa até São Gabriel. A zona europeia abrangia parte da ilha limitada pelo mercado, as ruas do Concelho e São Domingos, voltando a oeste pouco além de São Paulo. Também a população não era muita. Dos meados do século XIX em diante a cidade toma grande desenvolvimento, com rapidez, devido à transformação da vida económica e da vida*

[398] Nesta publicação o autor transcreve informação recolhida em Memória Estatística sobre os Domínios Portugueses na África Oriental, publicada em Lisboa em 1935 pela Imprensa Nacional.
[399] Veja-se apêndice III "Os museus da Ilha de Moçambique"
[400] Amorim Girão geógrafo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde introduziu a Geografia Social e o estudo do meio. Terá uma grande influência em Orlando Ribeiro e na escola de Geografia de Lisboa

administrativa da colónia. De 1898 à atualidade a cidade não sofre alterações na sua estrutura urbana" (LOBATO, 1945, p. 121).

Em relação aos "Grupos Sociais e Religiosos" afirma *"Além dos europeus e dos mistos de costumes europeus, há na ilha a população indígena e as comunidades, que merecem alguns comentários sobre o aspeto social e religioso. Vamos começar pelo grupo indiano cojás, de raça indiana de Guzerate e Catiavar, falando o guzerate, e cuja entrada na Colónia não é possível precisar. Devem ter chegado no século XVIII, vindos primeiramente da costa norte da nossa e depois da índia "* (LOBATO, 1945, p. 115). Prossegue na sua análise das "raças existentes." "*Cojás: Há atualmente na Ilha umas 15 famílias de cojás, perfazendo uma 110 pessoas, sendo 30 homens e 40 mulheres. Todos são comerciantes e quasí todos portugueses. Na província do Niassa haverá uns 200 cojás. A associação cojá chama-se Conselho Islamita de sua Alteza Agá Can e depende do conselho de Zanzibar (...) "*

Hindus – A comunidade Hindu é constituída por indo-portugueses e indo-britânicos de raça hindu e religião bramânica. Na maioria falam o guzerate, mas a língua religiosa é o sânscrito. Haverá na ilha 8 ou 9 famílias e cerca de 40 varões, que vivem sem família (porque a têm na Índia); serão ao todo um 70 na ilha e 200 na província. A maioria são comerciantes (baneanes), empregados comerciais, alfaiates e ourives, (todos portugueses de Diu). Data do século XVII a sua entrada na Colónia vindos de Diu. Em geral regressam à Índia revezando-se nos negócios com os seus parentes. Têm uma associação chamada Mitra Mandal (União de Amigos). O templo ou pagode que possuem defronte do bazar principal é muito antigo, como também é já antigo o cemitério, onde hoje se faz a incineração dos batias (...)

Mouros – A população na ilha é na sua quasi totalidade adepta do islamismo, mas entre os muçulmanos há que distinguir entre os mouros nativos e os mouros da índia. Todos agrupados em seis grupos da seita Suni. Os mouros nativos dividem-se em pretos muçulmanos, naturais da ilha ou vindos do continente litoral fronteiro, mouros da Cabaceira, mouros de Angoche e um pequeno núcleo em vias de extinguir-se, proveniente de cruzamentos de gente de Damão com população indígena da Cabaceira, e a que por comunidade chamaremos "descendentes mouros de Damã. Os "mouros da Cabaceira", muito claros, em especial as mulheres, que são quasi brancas, e os descendentes dos mouros de Damão constituem uma minoria, que recentemente começou a deixar de viver em regime de casta e que se perde do resto da população. Seguem os costumes da Índia na sua pureza. Os mouros de Angoche são naturais do Parapato, de casta que há séculos ali vive e já ali estavam antes da chegada dos portugueses. As mulheres têm merecida fama de bonitas, feições corretíssimas, olhos negros, donairosas no andar, garridas no trajo e ostentam sempre valiosas joias gentílicas de ouro e prata. Possuidoras de verdadeira arte de trajar e usando panos de belíssimas cores, só vê-las é um espetáculo interessante. Pelo contrário, os homens são em geral negros como tições hercúleos; usam barbicha e trajo árabe. Os pretos muçulmanos constituem o grande grupo da população. A ponta da ilha é o seu formigueiro. As mulheres é fácil de observar que vivem na ociosidade e os homens pouco fazem. E porque o seu cuidar principal é passear, trajar bons panos, fazer visitas, tomar chá, dormir a sesta na esteira, tratar da pintura do rosto e da exibição das joias Eles, porque não morrem pelo ofício – quando o têm – ou são na generalidade trabalhadores de ocasião contentando-se em agenciar o mínimo para o dia-a-dia. Outra caterísitica desta população indígena é ser muito festeira. Há batuques por tudo e nada. Basta um garoto bater

numa lata o ritmo dum batuque para logo se armar um redondel de dança no meio da rua, mas de preferência nos meandros do bairro. E ao sábado o batuque é infalível. (LOBATO, 1945, p. 128-129)

Ora se com este texto, inserido numa estratégia de valorização territorial, Lobato constrói uma sólida base patrimonial da ilha, essa estratégia será consolidada com as suas duas publicações editadas nos anos sessenta, numa época como vimos, a Comissão das Relíquias dá um incremento decisivo ao Plano de Valorização Turística. Alexandre Lobato vai publicar "*A Ilha de Moçambique: Panorama Estético*", em 1966 (LOBATO, 1966) e "*A Ilha de Moçambique: Panorama Histórico*", no ano seguinte (LOBATO, 1967). Duas publicações que se inserem dentro duma estratégia de dar visibilidade à Ilha, realçando as suas características como "espaço seminal".

Tal como a monografia feita em 1945, (LOBATO, 1945) com recurso a fotografia, estes textos serão acompanhados de fotos, gravuras e desenhos. O "panorama estético" integra ainda aguarelas a cores do Arquiteto Mário de Oliveira, dum documentário fotográfico de Carlos Alberto e João Marques Caetano.

No texto do "*Panorama Estético*" de 1966, (LOBATO, 1966) Lobato é mantém a proposta de roteiro dos monumentos feita em 1945, no entanto o texto é mais colorido. Ele coloca-se no ponto de vista dum viajante que narra o seu percurso. Quase sentimos os aromas da vila e pressentimos emoções da descoberta das pequenas ruelas ensombradas. Nele mantêm-se a proposta de leitura dos monumentos como um roteiro: Mas agora o guia inclui a travessia da nova ponte, inaugurada em 1966. Aliás, o autor faz mesmo publicar um mapa do percurso, que se deverá iniciar, segundo recomendação do autor, numa hora adequada, com o calor mais ameno. Sugere-se a partida do Largo de São Paulo[401], de seguida vai ao Campo de São Gabriel, regressando por São Domingos e a Contra Costa. Visita o Bairro das Travessas, Manangonha, Santo António em direção à Ponta da Ilha. Vem pelo Celeiro e Rossio Negro, até ao Arsenal, onde pela Rua dos Arcos retorna ao ponto inicial.

O livro apresenta no entanto algumas das características gerais da cidade numa abordagem essencialmente pessoal. O autor segue a impressão do olhar na busca da poesia do sítio que se intui. No entanto não consegue captar completamente o "espíritos do lugar" porque não se consegue libertar totalmente da história do território. Ao contrário de Knopfli que capta as essências do momento e do espaço através das suas fotos ilustradas que cristali-

[401] Segundo o autor seguindo o percurso da visita de Óscar Carmona de 1939. Isso é também significativo porque inscreve a sua proposta numa dinâmica de legitimação por parte do poder político colonial.

za em poemas, e por isso talvez o fascínio de Lobato, o historiador não consegue desprender-se do formalismo do seu discurso científico.

Por seu lado "A Ilha de Moçambique: Panorama Histórico" (LOBATO, 1967) é um complemento deste texto de 1966. O texto segue a mesma lógica do percurso pela cidade. Mas agora, ao invés da narrativa histórica, a intenção é claramente valorizar os monumentos como objetos duma herança. Sem uma solução narrativa, Lobato preso ao formalismo da ciência positiva acaba por apresentar uma listagem dos monumentos, unidade a unidade. Embora o livro apresente uma iconografia muito mais rica do que o texto de 1945 (LOBATO, 1945), com gravuras, desenhos, fotografias gerais e de pormenor, o livro acaba por ser uma abordagem do património a partir da unidade. É todavia um documento interessante para o estudo de cada um dos objetos descritos. Lobato apresenta e cita as fontes das descrições históricas. Estamos portanto perante um livro feito com o rigor do magistério. Podemos dizer que esta é uma história dos monumentos, feita a partir da observação e do estudo dos documentos.

O roteiro acompanha de perto a estrutura da monografia feita em 1945. Inicia-se no Palácio de são Paulo, onde aborda de forma exaustiva o mobiliário existente, descreve o conjunto de obras que ali se realizaram até à data. Passa para a igreja da Misericórdia e Museu de Arte Sacra, o Convento de são Domingos e a Fortaleza de são Sebastião com Capela de nossa Senhora do Baluarte, onde apresenta as transcrições das lápides funerárias. Passa para as Casas da Câmara, a Igreja de Nossa Senhora da Saúde até à Capela e Fortim de Santo António. É portanto um roteiro apenas dos monumentos dos portugueses. Podemos afirmar que estes monumentos correspondem a uma seleção do que foi decidido conservar e intervir. Sendo que os dois textos de Lobato (LOBATO, 1966 e 1967) são duas peças dum mesmo objetivo, onde no primeiro de contextualiza a razão da existência e se justifica a conservação dos elementos que o segundo descreve.

Entretanto, com a inauguração do Hotel, em 1970, Lobato volta a escrever um texto de divulgação turística "Panorama: Moçambique Monografias Turísticas do Ultramar" (LOBATO, 197-). São 30 páginas de divulgação de informações turísticas. Começa com uma notícia histórica, sobre a visita de Pero da Covilhã a Sofala, Depois fala da Situação e geografia de Moçambique, da sua geologia, orografia, hidrografia, clima, flora e fauna. Fala das raças e línguas, do povoamento e população, urbanização e formas de colonização, com as suas organizações políticas, instrução, serviços de saúde e missões. Aborda a economia florestal e animal, as industrias, a situação económica e financeira. No final uma pequena

bibliografia moçambicana e as informações turísticas (como se vai, o que há para ver, instalações e facilidade, e normas que regulam a caça)

Em "Conservar e Modernizar na Ilha de Moçambique," (LOBATO, 1970) Alexandre Lobato faz o resumo das atividades desenvolvidas na ilha, num discurso laudatório ao governador. Fala das obras de saneamento, de eletrificação, de desenvolvimento turístico. Dizia Lobato: "A *sua obra, Senhor Governador-geral, de restituir à cidade o aspeto arquitetónico que tinha no fim do século XVIII e no começo do século XIX, pela reintegração dos principais edifícios públicos na sua arquitetura primitiva, pela reposição de certos pormenores banidos, pela recolha de mobiliário da época e o aproveitamento e reconstituição de velhos utensílios e objetos que serviam à vida quotidiana de outrora, em paralelo, com a melhoria e conforto da vida atual, que não é possível sem água, sem eletricidade, transportes e comunicações fáceis. Casas higiénicas e refrigeradas, vida económica, negócio nas lojas, trânsito nas ruas, navios no porto, escolas secundárias dão-nos a grandeza do seu pensamento e a medida da sua adequação há realidades, aos interesses e conveniências da Cidade, da Província e da Nação. Terminando mais à frente "guardando as devidas distâncias, esta é a nossa Florença de Moçambique e não há outra, como é também a única síntese que temos, da Metrópole, da África e do Oriente, em pessoas, ideias e coisas, e portanto na vida quotidiana*" (LOBATO, 1970, p. 9).

Temos portanto um quadro muito claro das intenções de fazer da Ilha de Moçambique a representação dessa síntese do que se pretendia que fosse Moçambique. A ilha de Moçambique era o que os portugueses nesse tempo procuravam mostrar ao mundo: Um espaço onde era possível ver os resultados duma colonização "boa", por isso diferente e justificável. A ilha era a materialidade dessa ideia duma colonização que integrava todos. A Ilha constrói assim um mito sobre a imagem que o colonialismo português fez sobre si mesmo. A Ilha de Moçambique surge-nos assim como o espelho que permiti simultaneamente reconstruir a imaginação da gesta lusíada que "deu novos mundos ao mundo". Como veremos a construção desta imagem não é inocente. A construção do mito da Ilha de Moçambique, através da exaltação do significado do passado, legitimará a intervenção do presente. E através da construção desse mito, dessa adesão a valores recriados se criará uma imagem inebriante que permanecerá até ao presente.

5.1.2.1. A Ilha de Moçambique como modelo do Luso tropicalismo

O luso tropicalismo é a expressão que identifica a ideologia que o Estado Novo português construiu para justificar o seu colonialismo em África após a emergência dos processos de descolonização do pós-guerra, fundamentalmente durante o período de 1951 a

1974[402]. Ela tem origem nos trabalhos do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre[403], e tem por base uma suposta diferença no modo português de se relacionar com os outros povos. Gilberto Freyre classifica esse método de assimilação (que significa tornar igual, à matriz europeia naturalmente, porque a matriz original nativa é considerada inferior) como o "Processo luso tropical". Este processo de integração decorre simultaneamente pela via material e espiritual (FREYRE, 1961, p. 308). Ora a via espiritual "deriva da harmonia do homem civilizado com o ambiente e da harmonia do europeu com os nativos do trópico. Harmonia que em linguagem sociológica se chama integração" (FREYRE, 1961, p. 308).

Esta "integração" racial, como específica Cristiana Bastos em "Tristes trópicos e alegres luso tropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre" (BASTOS, 1998), permitirá Gilberto Freyre construir a sua análise a partir do "*manifesto de similitude como fundador da especificidade do mundo de colonização portuguesa, ou luso tropical"* (BASTOS, 1998, p. 425). Esta autora, que trabalha a questão da descoberta do outro através da viagem, no caso de Lévi-Strauss, ao Brasil, de Gilberto Freyre às colónias portuguesas, evidencia a oposição gerada pela observação da diferença. No primeiro caso, de Lévi-Strauss, geraria a alteridade, no segundo caso, de Freyre, um outro "nós". "*Na base desta oposição estaria um tratamento simétrico, por cada um destes autores, do tropo «tropical»: aquilo que é outro em Lévi-Strauss aparece como nós em Freyre. Ou, dito de uma outra maneira, se Lévi-Strauss equaciona distância com alteridade ao «orientalizar» os trópicos (passe uma sugestão de anacronismo teórico da nossa parte), Gilberto Freyre tenta anular distâncias e oposições ao «tropicalizar» o mundo, mesmo que esse mundo seja parcial e restrito ao universo lusófono."* (BASTOS, 1998, p. 415). Essa capacidade de gerar "nós/diferentes" e de negar a tensão da relação de dominação seria um atributo exclusivo dos portugueses, que por isso legitima a sua presença nos trópicos.[404]

Como veremos mais à frente essa questão merece um tratamento mais profundo a partir da memória da Ilha de Moçambique enquanto caso paradigmático. Vejamos para já

[402] A questão da emergência do Luso Tropicalismo como ideologia da colonização portuguesa do Estado Novo foi tratada por Cláudia Castelo (CASTELO, 1996). O luso tropicalismo convive no tempo com uma outra ideologia do "Estado Novo", conhecida por "Política do Espírito", de génese autoritária, defendida por António Sardinha e aplicada por António Ferro. Sucede no tempo à ideologia da "Missão Civilizadora", criada no século XIX para justificar a colonização dos territórios africanos, que por sua vez sucede a formulação da "Missão Evangelizadora" ou o "Espírito de Cruzada" que consubstancia o pensamento finalista tardo-medievo da monarquia portuguesa.

[403] Gilberto Freyre (1900-1985). Sociólogo Brasileiro

[404] A ideologia do Luso Tropicalismo criada por Freyre, nos anos 30, integrada no movimento modernista brasileiro é desde logo conhecida e discutida pelos intelectuais portugueses, sem contudo ter sido adotada pelo Estado Novo Português. Isso só virá a suceder após uma visita de Freyre ao território coloniais, efetuada por convite do então Ministro das Colónias Sarmento Rodrigues (1899-1979) e do intelectual José Osório de Oliveira (1900-1964). (CASTELO, 1996, P 120) É após essa visita que a obra do intelectual Brasileiro extravasa do campo intelectual e contamina o campo do poder (CASTELO, 1996, p 134)

como Freyre leu a Ilha de Moçambique em "Aventura e Rotina: Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação" (FREYRE, 1962). Numa passagem do texto Gilberto Freyre dá conta da sua passagem pela ilha de Moçambique em 1951, numa viagem que efetua por encomenda do governo português e que o levou a Angola, e a Moçambique, depois de ter visitado Cabo Verde, Guiné e Goa. Sobre a Ilha de Moçambique afirma "*Aqui encontro um ambiente ideal para quem procura sentir e não apenas compreender a expansão e a estabilização lusitana no Ultramar. Aqui os orientalismos são muitos, dentro duma lusitanidade inconfundível que torna possível a sobrevivência de arabismos, indianismos, tropicalismos não como uma relíquia mas como elementos vivos de uma cultura que junta a Europa aos trópicos. A mestiçagem alcança vistorias esquisitas de beleza e de graça nas formas, nas cores, no sorriso, na voz, no ritmo e no andar das mulheres da Ilha de Moçambique. Mulheres pardas, avermelhadas, amareladas, algumas quase violetas, muitas palidamente morenas. Muito mais do que as simples mulatas (...) estas luso tropicais que usam uma farinha quase feitiço para aveludar a pele (...)* (FREYRE, 1962, p. 399). Assim, com esta crueza extasiada sobre a mulher da ilha, Freyre classifica a Ilha de Moçambique como o protótipo do "luso tropical". E prossegue. "Rimbaud talvez tivesse aqui encontrado o seu refúgio ideal de europeu decidido a deixar para sempre as névoas da Europa pelas terras de sol cru e de cores fortes" (FREYRE, 1962, p. 399).

As observações de Gilberto Freire sobre a ilha de Moçambique são várias páginas onde a surpresa e o deslumbramento são uma constante. Aliás, Freyre propõe mesmo em 1957 a criação duma ciência "a lusotropicalogia" (FREYRE, 1958, p. 62-63) "Um caso exemplar que viu na Ilha de Moçambique: "*Vejo turbantes de hindus: tão brancos nas suas vestes profiláticas, tão finos de corpo, tão secretos nos gestos, que parecem fantasmas quando são homens e até homens sensuais: peritas as suas mulheres no preparo de quitutes tão deliciosamente luso tropicais quanto as da Zambézia – combinação da culinária portuguesa com a moura. Parses de preto como se estivessem de luto de parentes comidos pelos abutres nas torres chamadas de silêncio, onde os vivos deixam os mortos, para que os comedores de cadáveres os devorem. Africanos da cabaia: orientalizados. Mouros vestidos de sedas de cor. No porto, os veleiros de alto bordo para os quais a minha atenção é chamada por mais do que um português lusitanamente atento às coisas do mar: veleiros que me informam serem feitos em madeira teca esculpida. Presença da Índia que também se faz sentir em móveis caprichosamente esculpidos: tão rendilhados como os que se veem em Goa ou em Bombaim. Orientalismos. Indianismos. Arabismos. Mas não soltos ou em conflito uns com os outros, com se a ilha fosse para cada um deles alguma coisa de provisório ou de efémero. E sim na efervescência da integração que dura há séculos (...)"* (FREYRE, 1962, p. 418).

Mas Freyre não é o único a deixar-se seduzir pela magia da Ilha. Virgínia Rau[405], em 1963, publica os "Aspetos Étnico-culturais da Ilha de Moçambique em 1822" (RAU, 1963), e que constitui uma singularidade no Âmbito dos seus trabalhos. O texto é uma transcrição paleográfica do texto de Frei Bartolomeu dos Mártires[406] em 1822, "*Memória Choreográfica da Província ou Capitania de Mossambique na Costa D'Africa Oriental conforme o estado em que se achava no ano de 1882*" (Códice Cadaval 826 – M VI 32). Na época o trabalho encontrava-se manuscrito, na possa do Arquivo da Casa do Cadaval. Frei Bartolomeu dos Mártires fez parte do governo provisório instalado em 21 de junho de 1921, dia em que o Governador-Geral de Moçambique, João da Costa de Brito Sanches "*foy prezo e deposto pela tropa" por se opor à adoção dos princípios liberais". (*LOBATO, 1946, P 21*)* As memórias do frade, que foram escritas durante o governo provisório, incluem uma descrição da cidade, igrejas, conventos fortaleza e população. É um texto que se enquadra no elogio e divulgação da Ilha de Moçambique junto dos intelectuais portugueses, um trabalho a que Alexandre Lobato se dedicava com empenho.

Ora em 1961, o professor Orlando Ribeiro[407] em "Geografia e Civilização"(RIBEIRO, 1961) depois de ter abordado uma descrição da ilha feito por de João de Barros nas "Décadas da Ásia" (BARROS, 1552) " conclui "*A ilha de Moçambique, maravilhoso búzio onde ressoam todas as civilizações do Oceano Índico, é um fragmento emerso de recife de coral colocado à ilharga da mole africana. O canal que o separa do continente constitui seguro abrigo para a navegação; a posição e a insularidade garantem ao mesmo tempo a penetração da terra próxima e a defesa tanto dela como do mar. Estas condições explicam a fortuna de um lugar exíguo, que daria o nome ao território português a partir dele constituído*. (RIBEIRO, 1961, p. 198). Ora essa "Cidade doentia" segundo João de Barros, foi transformada numa cidade habitável Orlando Ribeiro que vai, em linhas gerai escrever a evolução do aglomerado. Diz delas "As *casas da cidade civilizada não são propriamente antigas, pois o seu desenvolvimento data do século XIX. A semelhança com Diu é flagrante e resulta*

[405]Virgínia Rau (1907-1973). Historiadora. Foi essencialmente uma medieva lista que integra uma renovação dos estudos historiográficos no pós-guerra, nomeadamente por uma maior abordagem dos fenómenos económicos

[406]Frei Bartolomeu dos Mártires (1764- 1828). Nasceu em Sandomil, no bispado de Coimbra, e faleceu em Moçambique em 1828. Era religioso da Ordem de nossa Senhora do Carmo da Província do rio de Janeiro, e nela mestre em Teologia. Foi nomeado bispo de São Tomé pelo Príncipe Regente Dom João. Em 17 de Março de 1813, confirmado em Roma por Pio VII em 15 de Março de 1815, e sagrado no Rio de Janeiro pelo Bispo Capelão-mor a 28 de Outubro de 1816. Não tomou posse do Bispado, tendo sido nomeado por Dom João VI, em 10 de Novembro de 1818, Prelado de Moçambique, rios de Sena e Sofala. A prelazia de Moçambique foi separada a metrópole primaz de Goa por Bula do papa Paulo V, em 21 de Janeiro de 1612. Frei Bartolomeu chega a Moçambique a 17 de Setembro de 1817 e toma posse da prelazia a 26 do mesmo mês.

[407]Orlando Ribeiro (1911-1997). Geógrafo. Em considerado um dos renovadores do ensino da Geografia portuguesa. Em 1943 funda em Lisboa o Centro de Estudos Geográficos, onde se irá desenvolver uma investigação sobre questões da geografia social e histórica portuguesa e ultramarina

duma influência direta, por intermédio de pedreiros banianes que acompanharam a supremacia desta casta no setor do comércio. Uma das características é a existência de cisternas. As açoteias têm a função de recolher água".(RIBEIRO, 1960, p. 202-203).

Uma outra geógrafa, companheira de trabalho de Orlando Ribeiro, Raquel Soeiro de Brito[408] relata em "Moçambique: Temas Regionais (BRITO, 1997, p. 163)" a sua experiencia em Moçambique com Orlando Ribeiro, com quem tinha efetuado trabalhos de campo entre 1961 e 1969, no âmbito da qual tinham visitado a Ilha de Moçambique. Sobre esta ilha, sobre a qual trabalhou em 1969 faz uma descrição geográfica. Nela diz: "*A cidade é rica em cor e pitoresco. Lembra Diu*". Aí introduz uma nota de rodapé e explica "*Não nos devemos admirar desta semelhança ao lembrarmo-nos da influência que os muçulmanos tiveram, desde tempos anteriores ao estabelecimento dos portugueses na ilha, e da influência dos comerciantes baneanes de Diu, influência que se mantém desde o século XVII*". (BRITO, 1997, p. 215). Prossegue depois com a descrição da morfologia urbana e dos seus habitantes. Dá igualmente conta da separação entre grupos. Se as senhoras, europeias e muçulmanas pouco saiam à rua, e quando o faziam era em "riquexó", preferindo ficar nos seus jardins; já "*a população nativa ajuda em larga escala a dar a toda a ilha um cunho de índia Muçulmana: os homens vestidos geralmente calça e camisa branca às europeias, mas nunca esquecendo os seus cofiós; as mulheres com garridas capulanas e lenços na cabeça do mesmo tecido*." (BRITO, 1997, 217) O grande interesse do artigo de Raquel de Brito é a sua leitura "sócio geográfica" da ilha, fornecendo elementos relevantes para o conhecimento da população à época e das suas dinâmicas internas.

Segundo Raquel de Brito nos relata, após observar que a maioria da população da Ilha (que como diz mais de 85 % é negra e vivia na Ponta da Ilha) está desocupada, haveria que criar postos de trabalhos. Sugere mesmo a atividade de descasque de caju no continente fronteiro, nomeadamente na Vila António Ennes (atualmente Angoche, cerca de 70 km para sul). Dá igualmente conta da dinâmica de crescimento das atividades portuárias em Nacala. Assim acaba por afirmar: "*fala-se muito em desenvolvimento turístico da ilha. Mas também se ouve dizer que a primeira medida a efetuar seria a transferência da população negra para o continente… Atrevo-me a chamar a atenção para o fato de que a Ilha pode constituir uma forte atração turística, tanto no campo nacional, como internacional, mas será bom não esquecer que o que dá maior interesse à Ilha, turisticamente, é a vida que ainda mantém, a vida que é essencialmente dada pela mistura de raças e pela brutal oposição cidade – ponta da Ilha. Isto equivale dizer que no dia em que a população negra, por quaisquer razões, fosse obrigada a abandonar a Ilha esta perderia mais de metade do seu interesse turístico. Deve sim é proporcionar-se àquela área da Ilha condições de habitabilidade e de desenvolvimento económico para que, mantendo-se as*

[408] Raquel Soeiro de Brito, (1925). Geógrafa. Dirigiu a Geographica, onde em 1970 publica o artigo "Ilha de Moçambique" (BRITO, 1970)

duas zonas da ilha, nenhuma delas possa ser objeto de acerbas críticas, aliás justificadas" (BRITO, 1997,221)

Num outro livro, Maria Archer[409]"Herança Lusíada" (ARCHER, 1958) atribui uma referência especial à cidade de Moçambique "pelo seu ambiente pitoresco, pelo seu passado histórico" (ARCHER, 1958, p. 275) lugar onde viveu entre 1910 e 1913. Num estilo de divulgação, com uma escrita simples Archer fala das curiosidades da ilha, das suas cisternas, os "altos terraços": Uma cidade cubista onde o luar prateia no cimo das casas" (ARCHER, 1958, p. 280). Fala também da imponente fortaleza de São Sebastião, para depois abordar o "cunho oriental de Moçambique", onde "toda a ilha é um museu que recorda o passado". Aquilo a que chama "o tempo heroico da índia" (ARCHER, 1958, p. 275) onde "*cada nau em aguada, vinda da Índia, deixava ali um pouco do estonteante perfume oriental. Esse não se perdeu na longa caminhada dos séculos. Com o tempo acentuou-se-lhe o cunho. As velhas casa de Moçambique terminam nos terraços mouros e as suas janelas são gradeadas como nos haréns. Oriente puro. Grande parte de população atual é composta de gente da índia, maometana ou hindu, havendo ainda persas, chineses e outros orientais. Toda esta chusma humana é misteriosa, exótica, fechada nos seus ritos, crenças e costumes*" (ARCHER, 1958, p. 275).

Com o cheiro das especiarias no ar, o passeio nas ruas sinuosas e bambas é uma experiencia relatada com emoção. "*Com a chegada da noite acentua-se o cheiro a sândalo nalgumas ruas. Já acenderam as luzes dobradas nas salas dos hindus. Já os imãs chamam à oração os fiéis de Mafoma. Os sinos cristãos dão as trindades. Os ingleses, raquetas nas mãos saem dos ténis, Os portugueses encheram as cervejarias e os cafés. Outros na ponta miram o paquete com olhos saudosos. E cai a noite sobre a ilha de coral branco, a de Moçambique …* (ARCHER, 1959, p. 284). Assim termina Archer o seu excurso sobre a ilha.

Em 1969 para além da abertura do Museu do Palácio de São Paulo, é também o ano da comemoração dos quatrocentos anos da passagem do poeta Luís de Camões pela ilha de Moçambique, à que se juntam as comemorações do V centenário do nascimento de Vasco da Gama (COMISSÃO PROVINCIAL, 1969). Por esse motivo, foram efetuados um conjunto de eventos, desde inaugurações de estátuas ao poeta (uma estátua na Costa Norte e um memorial no Jardim do Hospital) e a Vasco da Gama (em frente ao Palácio de São Paulo). Um desses eventos foi a inauguração duma Exposição Itinerante, preparada pelo Arquivo

[409] Maria Archer (1905-1982). Escritora. Tem um trabalho de escrita sobretudo voltado para a questão da mulher e de África. Filha de funcionários coloniais nasceu e viveu em Moçambique entre 1910 e 1934. Foi, durante o estado novo uma escritora de bastante sucesso, tendo os seus livros diversas edições esgotadas.

Histórico Ultramarino de Lisboa, onde Alberto Iria[410] se encarregaria de "*organizar uma exposição Itinerante, Cartográfica e Iconográfica Comemorativa do IV Centenário da Estada de Camões na Ilha de Moçambique, a exibir nas principais capitais dos distritos litorâneos da província, tão-somente com as espécies mais representativas, de 1559 -1898, existentes neste departamento de Estado, entre as quais figuram também algumas relativas à iconografia do nosso grande épico e a Vasco da Gama, por igualmente se comemorar neste ano o V centenário do nascimento do insigne descobridor do caminho marítimo para a Índia, de cujos anteriores centenários, respetivamente, de 1880 e 1889 também algo se expõe*" (IRIA, 1969).

As comemorações de Camões e Gama, os dois "heróis" portugueses, pela sua presença na Ilha de Moçambique é sem dúvida um evento significativo. Há uma intenção clara de transformar a Ilha num local de peregrinação da "portugalidade". Um potente fator da atração para os visitantes. Não cabe aqui abordar a temática comemorações do Estado Novo Português, em especial a sua raiz nos finais do século XIX, onde através da exaltação da gesta Lusíada, cantada pelo poeta Camões e a propósito da "cedência da monarquia" aos interesses da Grã-Bretanha que nega a pretensão territorial configurada no Mapa Cor-de-rosa (1885), apresentado na Conferencia de Berlim (1884-1885), conduz ao Ultimato Inglês de 1890. Como sabemos a armada britânica na foz do Tejo levou a uma rápida cedência às pretensões de Sir Cecil Rodhes de ligar por terra sob domínio britânico o Cairo ao Cabo. A pretensão portuguesa de cruza a costa à contra costa caía assim aos argumentos bélicos que afirmavam as estratégias económicas, obrigando a retirar as várias missões científicas que se haviam embrenhado no alto Zambeze e nos planaltos do Malawi.

Recorde-se a propósito que nesse final de século regenerador se vivia uma exaltação pelos investimentos em companhias de exploração, seja na construção dos caminhos-de-ferro, seja na agricultura, seja em África. E no caso da exploração africana os conhecimentos científicos necessários para organizar essas campanhas estavam em desenvolvimento na Sociedade de Geografia de Lisboa, constituída em 1875, a partir do modelo europeu da época para incrementar o "conhecimento de África" para melhor o dominar. Em Portugal, a diminuição do potencial dos domínios territoriais criou uma intensa contestação pública entre as elites comerciais e industriais lisboetas. Decorrente dessas contestações instalam-se afirma-se a ideia republicana como alternativa política e patriótica ao regime monárquico e às suas instituições.

[410] Joaquim Alberto Iria (1909-1992). Historiador foi desde 1946 Diretor do Arquivo Histórico Ultramarino na dependência da Junta de Investigação do Ultramar. Em 1975 será presidente da Academia Portuguesa de História

Nos territórios africanos, em particular em Moçambique, estes anos serão de forte tensão pela ocupação territorial. Ao comemorar a "antiguidade" da Ilha, contrapunha-se a sua essência seminal, alicerçada no campo mítico, à ocupação pela força das armas, protagonizadas pelas gestas de Mouzinho e Ennes. A Ilha representava assim o "espírito da cruzada" que se completava pela materialidade da guerra no território.[411] Este imperativo da coesão moral da nação configura-se na ilha de forma exemplar, e daí o seu significado transcendente.

Finalmente Jorge de Sena o "português das sete partidas" haveria em julho de 1972 deixar igualmente seu testemunho sobre a ilha[412] num conjunto de crónicas publicadas no Diário Popular. "*Viajamos para a ilha de Moçambique, onde, como previra no meu artigo anterior, Camões efetivamente me apareceu. O Gonzaga*[413]*, não, apesar da estima que nos liga – só tive ocasião de ver os seus descendentes, atarracados e redondos como desembargadores de antanho, passeando pelas ruas ou sentando nos cafés a sua quase popular mediania e o seu cortejo de apelidos ilustres. A ilha está hoje ligada ao continente por uma longa – mas de única faixa só, o que dá, mesmo nas baias para os cruzamentos dos carros, pitorescos sarilhos, quando passam os apressados e importantes que têm que passar primeiro que toda a gente*" (SENA, 1972, p. 5) Sena, no seu estilo inconfundível, no seu português exemplar, faz uma descrição da ilha na sua passagem. "*Partirei mesmo sem ter visitado o Parque Nacional da Gorongosa, com os seus leões e mais quadrúpedes, até porque as reservas não são especialidade minha. Mas vi, no Palácio de são Paulo ou no museu de Arte Sacra, na Ilha, as sobras dos esplendores de outras eras (…).Pousada diante de mim, está apenas uma cabeça antiga de arte Maconde, generosa oferta do poeta negro José Craveirinha, nobre figura de poeta e de moçambicano. Com estas imagens, mais a evocação do espantoso púlpito da capela de São Paulo, na ilha de Moçambique –uma das mais prodigiosas criações do sincretismo português que desaparece na voragem do nosso tempo maligno – quero acabar este artigo*"(SENA, 1972, p. 5).

Há portanto um vasto conjunto de textos que abordam a ilha da Moçambique na sua singularidade. Em todo se nota a procura da sua especificidade, do seu espaço e das suas

[411] Como já vimos as Guerras de Libertação em Moçambique tinham tido início em 1963, desenrolando-se no norte da colónia. Apesar desta aposta no turismo, a ilha será fundamentalmente utilizada por soldados, que ficavam alojados na Fortaleza de São Sebastião, à época transformada em Hotel Camarata.

[412] Jorge de Sena (1919-1978). Escritor e poeta. Tendo-se exilado nos Estados Unidos, Jorge de Sena é um escritor que reflete a questão da "lusitanidade"

[413] Tomas António Gonzaga (1744-1810). Poeta brasileiro que morreu no Mussuril. António Gonzaga foi preso e desterrado na Ilha de Moçambique pela sua participação na "Inconfidência Mineira". Este movimento de revolta da burguesia brasileira contra o domínio colonial metropolitano dos Braganças é considerado a primeira manifestação independentista no Brasil. O revolta eclode quando os colonos de Minas Gerais de se revoltam contra a imposição de impostos excessivos em 1789. A sua obra na Arcádia, onde tinha o nome de Dirceu é marcada pelo estilo neoclássico, de exaltação da natureza e os amores impossíveis. Na ilha de Moçambique, onde se casa com Ana Maria Mascarenhas, filha dum opulento comerciante de escravos, não conhecemos atividade literária.

gentes. Umas vão procurar explicar essa singularidade pelo lado da "política do espírito"; outras vão optar por procurar revelar sensações. As primeiras são abordagens mais retóricas, as segundas mais estéticas. A ambas é comum o deslumbramento.

É por isso que afirmamos que o Livro "A Ilha do Próspero" (KNOPFLI, 1972) constitui a cristalização da constituição do mito da Ilha da Moçambique que como espaço luso tropical. Knopfli cristaliza-o pela sensação poética e pela estética fotográfica. Intuiu a sua singularidade e afirmou-a através dum livro que é em si um elemento dessa mesma modernidade, tal como Lobato o havia tentado fazer pela razão histórica. (LOBATO, 1945). Todos estes autores e autoras, cada um deles procuram através da sua arte ou da sua ciência encontrar na história (e na sua memória vivida) as razões e as justificações do presente. Mais uma vez estamos perante uma operação que encontra no presente razões que atribui à História, justificando e legitimando a construção duma sociomnese que é utilizada para justificar as ações do presente. A conservação dos monumentos da ilha fazia parte da construção da razão do futuro. As heranças patrimoniais tornam-se assim uma parte integrante da justificação da construção do espaço turístico, que passam a integrar, justificando as operações de conservação que legitimam da conformidade com esse fim.

"*A Ilha de Próspero: Roteiro Privado da Ilha de Moçambique*" (KNOPFLI, 1972)[414] traduz o momento em que essa leitura transborda para o campo do imaginário, permitindo acrescentar às várias narrativas da ilha a dimensão da poética. Foi essa poética que se cristalizou no mito que perdurará para além a narrativa do "*modo de ser português*", na feliz expressão de Cláudia Castelo, através da sua atualização após a independência. Como a seguir demonstraremos essa leitura luso tropical estará na base da narrativa do presente. Sem o entendimento entre esse diálogo entre o passado, o presente e a vontade de futuro, não poderemos entender a construção deste mito. Mas analisemos primeiro o livro poema.

Ele não só segue o roteiro proposto por Lobato (LOBATO, 1945, 1966, 1967), ele vai mais longe, como nenhum outro, nesse tempo. Ele cristalizou o tempo da ilha nas palavras. Captou a sua essência, surpreendeu, quase subversivamente, os seus fantasmas. Atra-

[414] Curiosamente este livro terá uma outra edição, em 1988, feita em Lisboa pelas edições 70 com 139 páginas. No entanto graficamente não tem a força da edição de moçambicana de 72. Tem igualmente pequenas diferenças no prefácio, algumas fotografias são a cores. Na edição de 72 há um umbral, que desaparece em 89. Matem-se os poemas Lenda, Muipiti, A dama e o jogral, Nenhum monumento, Café de penumbra, Terraço da misericórdia, No crematório baneane, Mesquita grande, São Paulo, Thourgh the looking glass, A capela, Alguns desenhos, Os pedreiros de Diu, Canção de Ariel, Ponta da Ilha Na edição de 89 acrescentam-se Cabaceira e Regresso dos Lusíadas

vés dessa operação inscreveu a ilha na dimensão do imaginário. A edição é dedicada a Jorge de Sena o "Português das sete partidas. E o livro representa uma síntese da iconografia feita em torno da memória da ilha. Uma memória feita da metonímia duma história como memória vivida na ilusão do turismo.

José Craveirinha escreveu nela o seguinte comentário: "*A verdade de que a poesia reside na arte em geral afirma-o Rui Knopfli neste seu interessante livro, uma nostalgia de futuro ao rebuscar na alma das pedras os seus imorredouros sinais, afinal, sempre vivos no tempo, no espaço e nos seres humanos".*(KNOPFLI, 1972)

No final do texto o autor em "Voz dos Bastidores" relata, em jeito de confissão o processo de génese do livro. O primeiro contacto de Knopfli com a ilha dera-se nos inícios de 1950. Ainda no mesmo livro sobre São Paulo escreve o seguinte: "*São Paulo, agora remodelado e convertido em museu de Artes Luso-orientais, o poema alude ao palácio que o autor conheceu no início dos anos cinquenta, antes duma visita presidencial tivesse determinado um primeiro restauro. Com efeito, salvo nos breves interregnos em que ou outro governante com pendor para as humanidades tenha curado de beneficiá-lo ou preserva-lo, a ilha tem sido votada ao abandono, quando não espoliada das suas riquezas e património. Conta-se que em desespero de causa, um pároco – o Padre Antero – percorreu os templos católicos da ilha, arrecadando paramentos, imagens e objetos de culto, o pouco que pôde salvar e que fechou a sete chaves nos cofres da Misericórdia, garantindo assim o que hoje o valioso recheio do Museu de Arte Sacra. Quando pretendeu fotografar a coleção para o seu "Panorama Estético", o insuspeitíssimo Alexandre Lobato viu-se e desejou-se para amolecer a obstinada desconfiança do bom pastor transformado em guardião.* (KNOPFLI, 1972, P 137)

Não vale a pena, neste momento seguir a análise exaustiva das diversas narrativas míticas em torno da Ilha de Moçambique. Como acima afirmamos, interessa-nos para já apenas identificar, o processo pelo qual esta ilha se torna num símbolo da memória, que podemos classificar de "luso tropical". Interessa-nos verificar a construção dessa memória como memória hegemónica. Como verificamos ela alicerça-se na gesta nacionalista dos portugueses. Se Luís de Camões havia exaltado no seu poema renascentista a gesta dos homens lusos, Lobato, de acordo com a materialidade do seu tempo vai exaltar as pedras pisadas por esses heróis. Essa exaltação do material afirma-se como uma necessidade de agarrar o "Espírito" transfigurado a um espaço determinado. Tal como Halbwachs havia notado no seu trabalho prático sobre a memória social, a matéria transfigura-se com os significados que lhe atribuem. Pouco importa a correspondência entre os atos e os espaços. O que importa são os significados que lhe são adicionados. O livro de Knopfli vai no entanto mais longe do que Lobato. Ele adiciona a significação da poética e da estética que será essencial a este objeto

sobreviver e transfigura-se após a derrota da legitimação da dominação colonial portuguesa. Como temos vindo a afirmar toda a memória social constitui-se em torno da lembrança. Essa lembrança exclui (esquece) e afirma uma forma de poder. Vamos então verificar as permanências desta narrativa mítica no discurso atual. Ou melhor, como é que a leitura euro cêntrica da Ilha permanece sobre o objeto patrimonial e que outras leituras lhe são adicionadas. O que é que aconteceu à narrativa da Ilha de Moçambique com a independência do País após 1975. Moçambique, de jure, deixou de fazer parte da nação portuguesa. Em África, os moçambicanos tomarão conta do seu destino. Qual é o papel da Ilha de Moçambique nessa conjuntura? É o que procuramos responder a seguir.

5.2. O trânsito da sociomnese da Ilha para a moçambicanidade

"(9 JAN) Este sábado amanheceu quente e sem vento. A humidade fazia-se sentir no aroma adocicado das acácias rubras, o trânsito tranquilo, convidada ao desfrute da cidade. Tomo o pequeno-almoço na pastelaria Nautilus, no cruzamento entre a Julius Nyerere e a 24 de julho. Ao lado do restaurante "Piripíri" onde podemos viajar aos anos setenta, com o seu mobiliário kitsch e as pinturas de frangos dourados, tornados ícones do tempo nas paredes; Do outro lado o Centro Comercial Polana cresceu um imponente centro de escritório abafando as vivendas terras que o ladeiam. Os frequentadores da pastelaria são uma pequena amostra do Maputo contemporâneo. Atrás do balcão a patroa indiana ou os seus filhos dominam o movimento com diligência. Recebem o dinheiro em caixas e olham atentamente ao serviço dos seis empregados, que de bandeja debaixo do braço servem os pequenos-almoços aos clientes. Uns apressados, outros mais relaxados com as sensações cálidas da cidade. Até nos modos de comer se sente o ambiente cosmopolita. Há quem coma, logo pela manhã, ovos com feijão, e há quem coma torradas com galão.

Nessa manhã, vi entrar na pastelaria o João Mendes. Há uns bons vinte anos que não o via. Desde que ele tinha vindo a Portugal, em transito para Moscovo. Na altura, fui busca-lo ao aeroporto e mantive com ele várias conversas. Desenvolvemos um projeto de cooperação para montar uma fábrica de fogões a petróleo em Moçambique. Segundo o João, que na altura era um ativo sindicalista, defendia a necessidade de evitar o corte de árvores na cidade. Os africanos cozinham diretamente sobre a chama. O estado de guerra que sitiava a cidade de Maputo impedia a fabricação do carvão. O recurso era então a madeira disponível. Das árvores, das janelas, das portas. Como Moçambique tinha petróleo barato, pretendia-se mudar a fonte de energia. Enquanto ele voltou para Maputo, eu dediquei-me ao desenvolvimento do projeto. Procureis a tecnologia, os detalhes de fabricação dos antigos fogareiros da "fábrica Hipólito", que qualquer casa lusitana tinha, como alternativa ao gás citadino, numa rede ainda com frequentes falhas. O financiamento foi para Bruxelas, para a DG VIII, onde então se tratavam dos projetos de cooperação para o desenvolvimento. Lá se perdeu nas burocracias e nos lobbies da cooperação.

João tinha envelhecido. O mundo dele tinha desaparecido. Ainda escreveu um livro, um testemunho dum tempo da construção das utopias, que uns dias mais tarde comprei na livraria Europa América. Estivemos um pouco à conversa. Apesar de ser sábado, tinha um programa de trabalho: Tinha marcado encontro no atelier de José Forjaz. Despedi-me. Atravessei a 24 de julho por entre os vendedores ambulantes de cópias chinesas de arte africana.

Forjaz, o arquiteto da ilha. No seu gabinete está, provavelmente, o maior acervo documental sobre a recuperação da ilha. É o autor do projeto da recuperação da Fortaleza de São Sebastião, concluído em 2009, ao fim de quase vinte anos de "património mundial. Aceitou-me receber nessa manhã de sábado. O seu ateliê é uma dessas vivendas, bonitas, dos anos trinta, com amplo jardim envolvente. Entrou, apresento-me e exponho o meu trabalho. E ele pergunta-me "E

você acha que o que se passa na ilha de Moçambique interessa aos 20 milhões de moçambicanos?" Fiquei a pensar nessas palavras". Não tinha uma resposta imediata: Não falamos todos a mesma língua, foi a questão que então me ocorreu. (Caderno de Campo, 2010)

Em 1975 Moçambique conquista a independência. A luta contra o colonialismo português tinha conduzido a um extremar de posições. A negação do colonialismo e da sua hegemonia cultural era um campo de luta. A independência nacional em Moçambique afirma-se também por uma afirmação da sua independência cultural. Mas como é que é que era essa independência se forma no setor cultural. No capítulo anterior já avançamos com algumas questões relativamente aos museus. Vejamos agora o que se passou em torno da Ilha de Moçambique enquanto património, e que a conduzirá à classificação como Património da Humanidade.

"*A independência trouxe consigo a necessidade de autoafirmação dos moçambicanos tendo o governo prestado atenção particular ao património cultural. Assim, com a criação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1975, foi também instituída a Direção Nacional de Cultura, (DNC), composta pelo Serviço Nacional de Museus que lidava, entre outros coma a organização de museus e exposições. Com vista a impulsionar o desenvolvimento da arqueologia e divulgação do património cultural à escala nacional, foram criados o Serviço Nacional de Museus e Antiguidades em 1977 e o Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da Universidade Eduardo Mondlane. O SNMA iniciou em 1978 a Campanha de Preservação e Valorização Cultural (CPVC), com vista a preservar o património cultural na construção da nova sociedade. Com a finalidade de classificar, ordenar e proteger objetos museológicos, iniciou-se em 1979 a montagem do Arquivo Museológico Central no SMNA e posteriormente uma cadeia de depósitos provinciais. Em 1980 criou-se o Arquivo do Património Cultural, seguindo-se a criação duma cadeia de patrimónios provinciais e distritais, bem como a formação de agentes de preservação e valorização cultural"* (JOPELA, 2006,p 26)

Como podemos verificar pelo texto, os primeiros tempos a seguir à independência orientam-se por um lado, por uma recomposição dos órgãos do estado, e por uma separação operacional entre o "património" e os "museus". Ora compreende-se que assim tenha sido. "*Esta campanha apesar de ter contribuído grandemente para o levantamento geral do património tangível e intangível do país, os problemas de gestão – entendida como conservação, restauro e apresentação de bens culturais - foram fracamente abordados. (...) A gestão formal do património, nesta fase, foi fortemente influenciada pela metodologia marxista-leninista que defende que a cultura tem que ser analisada no contexto das relações de produção que existem entre os homens, porque são as relações de produção que condicionam a cultura, e consequentemente determinam as relações culturais. Procurava-se valorizar as manifestações do passado ara que se tornem a base para que o povo faça uma crítica da história e da cultura"* (JOPELA, 2006, p. 27*)*

Visitamos este arquivo em busca de informações sobre a Campanha de Valorização Cultural na Ilha de Moçambique. O Arquivo Histórico-cultural, onde foram depositados os documentos destas campanhas, situado na Rua do Bagamoio, na baixa de Maputo, num lin-

do edifício do início do século[415], foi atualmente transformado em Instituto de Investigação Sociocultural[416]. Aí encontramos o arquivo central, de documentos da Campanha Nacional de Preservação e Valorização Cultural, e consultamos as várias fichas de registo. A campanha de valorização também recolheu objetos das comunidades tradicionais. Esses ficaram a cargo das respetivas organizações locais. Em Maputo foram centralizadas as informações. Como referimos, apesar da riqueza do arquivo, apenas aqui apresentamos os resultados da nossa pesquisa sobre a ilha de Moçambique. O arquivo acabou por incorporar documentos da Extinta Comissão das Relíquias da Província de Moçambique. Por exemplo as obras efetuadas na Fortaleza de São Sebastião, para a sua transformação em "Hotel Militar" estão integradas neste arquivo. (VALORIZAÇÃO, 1977, Doc 2), o qual inclui igualmente importante registo fotográfico de pormenores e de panorâmicas da fortaleza na época, usado nos "Panoramas" de Lobato nos anos sessenta.

No texto de síntese sobre a Ilha escreveu-se no primeiro documento (VALORIZAÇÃO, 1977, Doc 1): "*O Regime colonial só permitiu, devido à força do islamismo, por um lado e ao interesse dos turistas apreciadores do "folclore" local por outro, que existissem na ilha danças ligadas aquela religião. As danças Tufo e Mualide são das mais conhecidas cujas práticas se desenvolvem não só integradas na religião, como servindo os interesses do turismo, sendo então convocadas pelas autoridades coloniais, por intermédio de monhês para serem apresentadas aqueles, ou mesmo aos governadores portugueses quando vão à ilha. Aí criou-se o hábito de pagar dinheiro às dançarinas. Estas passam então, em cada apresentação, a cobrar dinheiro, e paralelamente a criarem clubes de dança de grande espírito competitivo entre si, provocado pelo dinheiro que recebiam das apresentações*"(VALORIZAÇÃO, 1977, Doc. 1). Embora sem registo do autor, o documento revela bem a situação como o regime colonial manipulava e mobilizada os elementos locais alocáveis às atividades turísticas, influenciando a sua prática, e que foram reconstruídas após a independência. No capítulo anterior já abordamos essa questão. Interessa agora referir que logo após a independência a campanha de valorização cultural procura reinterpretar a tradição em função da nova situação do país.

Embora a seguir à independência se tenha assistido ao êxodo dos portugueses, nomeadamente dos militares e dos funcionários administrativos e suas famílias, o interesse pela ilha de Moçambique irá manter-se durante esses anos como uma espaço singular. No entanto, o conjunto do edificado exigia um elevado conjunto de recursos de conservação. A

[415] Para a Baixa de Maputo chegou a ser elaborado um plano de Proteção patrimonial, tenda alguns setores da sociedade moçambicana proposto a sua candidatura a património da humanidade.
[416] As obras entretanto realizadas levaram a um reordenamento do arquivo que só podemos consultar graças à diligência da Dona Madalena, que nele trabalha há longos anos. Através dela recolhemos algumas informações preciosas sobre as Campanhas CNVPC

construção em pedra, as açoteias e as cisternas exigem trabalhos de manutenção regulares, que deixaram de ser feitos. Segundo as informações que recolhemos, as grandes casas foram encerradas. Apenas nos edifícios públicos se registou uma ocupação por parte da população. A ruína que instalou deveu-se mais a uma ausência de conservação, ou à ação dos elementos da natureza, do que à ação dos homens. Esse interesse e curiosidade pela ilha foi sobretudo uma ação intelectual, de descobrimento e deslumbramento pelo espaço esquecido .

Em Muipiti – Ilha de Moçambique Amélia Muge e Moira Forjaz (MUGE & FORJAZ, 1983), encontramos um curioso testemunho desse tempo. Recordemos que a recolha fotográfica resulta do seminário de História e Arqueologia realizado em 1978 pela Universidade Eduardo Mondlane na ilha. Diz Moira Forjaz: "*Quando visitei a ilha pela primeira vez, em 1978 (...), a minha primeira impressão foi de espanto e curiosidade. Vi, sem dúvida um tesouro de homogeneidade arquitetónica, mas as ruas estavam vazias, as casas abandonadas em processo de ruína, as igrejas apenas monumentos. Ficava uma poderosa e inesquecível evidência do passado. Onde estavam as pessoas. As oito mil pessoas desta ilha. Como a gente é essencial ao meu género de imagem, eu fui à procura das pessoas. A ilha é estreita e comprida e no fim duma caminhada escaldante, no coração de um vale feito pelo homem, o coração da ilha. Uma vida irrequieta e independente, autossuficiente. Casas de pau e barro, juntas e subidas em plataformas para evitar as enxurradas de verão, mulheres de caras pintadas, crianças a jogar a macaca, um contraste magnífico. (...) Um ano mais tarde voltei para completar os meus arquivos e preparar uma exposição em Roma. Algumas horas depois de chegar já me sentia em casa. Encontrei o Padre Lopes, professor que vive na ilha há muitos anos. Explicou me as pessoas e as coisas, monumentos de interesses. Parti na bicicleta que o meu guia constante, Timo – um rapazinho mudo de catorze anos – me arranjou, e vi a sua ilha, aquela que os seus olhos descobriram para mim. Visitei a Ilha pela terceira vez já com a intenção da fazer um livro com a coleção que tinha acumulado através dos anos. Senti que era importante registar este pequeno mas único tesouro*" (MUGE & FORJAZ, p. 1) E esse registo, feito de imagens duma incrível beleza povoam, ainda hoje os imaginários sobre a ilha.

Dois livros, dois poemas visuais. O de Rui Knopfli e o de Moira Forjaz. Dois tempos duma ilha. Tinha mudado muita coisa, mas na ilha tinha mudado muito pouco. É certo que uns tinham partido como os seus sonhos de impérios espirituais. Outros vinham com sonhos de pátrias socialistas, com a "ujamaa[417]" a grande família africana, comunal, cooperativa a servir de conceito estruturante. Mas esse era conceito que deixada de fora a ilha de Moçambique e as suas ligações ao mundo do Índico. Na busca da construção de uma ideia

[417] Moçambique é profundamente influenciado pelo desenvolvimento político na Tanzânia, onde desde a independência em 1956, Julius Nyerere (1922-1999) procurou criar uma experiencia socialista africana. Esse sistema foi chamado "Ujamaa", uma união de espírito da comunidade familiar alargada, autogerida

da nova pátria africana não se incluía na altura casos onde essa África se misturava com as dinâmicas do Indico.

Entretanto, nesse livro, surge igualmente algumas questões interessantes que mostram os sinais do tempo. A começar pelo próprio nome da Ilha, agora africanizada como Muipiti, o seu nome Macua (PEREIRA, 1983). O historiador Luís Filipe Pereira[418], nascido na ilha vai tentar fazer uma leitura moçambicana da ilha. Com base num registo pessoal, recorda com alguma nostalgia, o antigo esplendor de cidade portuária. Interrogava-se na sua juventude, sobre a razão da monumentalidade da ilha. Com a maturidade revelou-se-lhe a razão negreira. As feitorias e os gestos das pessoas ainda conservavam esses traços de complexas redes comerciais com o continente. Retrata a debandada dos senhores do comércio e a decadência dos edifícios. Nota que os chefes islâmicos continuavam com os circuitos de sempre. Fala ainda do sonho da liberdade e da busca dum rumo para "*o barco encalhado, sem solução; à espera que o vento sopre ou alguém o empurre: mas o barco tende a movimentar-se e a ganhar o rumo, uma direção certa e segura*" (PEREIRA, 1983, p. 6). Palavras que podem ter alguma profecia. Luís Filipe Pereira será um dos elementos mais dinâmicos na criação da "Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique", uma associação que tem um papel crucial na "redescoberta criadora do passado". O rumo traçado era "*desmitificar o tabu, não ignorar a opressão, aceitar o combate na direção dum presente ajustado, libertar o homem"* (PEREIRA, 1982, p. 7). Já lá iremos, mas antes importa fixar a turbulência da imagem desse tempo visto e vivido como "tempo de libertação". Ensaia-se assim uns tímidos passos de tentar justificar a Ilha de Moçambique como espaço de liberdade. É um esforço que acabará por se desenvolver na direção da construção da ideia do espaço de convergência e povos e cultura. Será essa a imagem que passará a ser construída nas narrativas após a classificação da Ilha de Moçambique como património da Humanidade.

Ainda neste texto que temos vindo a citar, Amélia Muge refere, retomando o olhar poético, esta nova visão da história. Entende, com subtileza o trânsito que a terra estava a sofrer, de centro colonial para terra comercial. "*um grande viveiro de comércio*" onde cada produto tinha um tempo de chegar e de partir de novo, de "*marés de trocas*" das falas da ilha onde o "*árabe faz mercancia. O maometano compromisso, o hindu é uma ilha dentro da Ilha e o português vela que passa, e o francês atrás do escravo para as Maurícias.* " (MUGE & FORJAZ, 1982, p. 17) Esse "*cadinho do encontro de todos o mundos, onde a mulher tem a firmeza dum continente, de rostos*

[418] Luís Filipe Pereira: (1947): Historiador. Trabalhou no Ministério da Educação, sendo na atualidade professor de História na Universidade Eduardo Mondlane

embranquecidos pelo msiro, mulher de capulanas e homens de Kofió". Em suma "*à noite quando a brisa tropical refresca os Kofiós e as capulanas ganham um rumor vago, recatado, onde o sussurro e o canto, um tempo e uma unidade, na direção do sonho*" (MUGE & FORJAZ, 1982, p. 17). Amélia e Moira foram testemunhas e criadoras da nova poesia duma ilha que a cada tempo renasce. Mais bela e mais sedutora onde todos os tempos se juntam.

A ilha de Moçambique percecionada nas suas cores, sabores, e emoções, com um espaço dum passado colonial já ultrapassado era uma sensação que se adequava ao estado de abandono e degradação dos edifícios. É uma ideia de decadência que afirmava a sensação de ultrapassagem do passado e a afirmação do presente vivido como um novo tempo. Mas é também face a essa ideia de decadência que se vai insinuar a ideia de recuperar o espaço. Recuperar o espaço para o usufruir. Desfrutar o espaço como local de turismo será a conclusão lógica desse processo e que abrirá o caminho para a sua classificação como "património mundial".

A ideia da conservação já estava no terreno, desde 1977 quando o Serviço nacional de Museus e Antiguidades desenvolvia um conjunto ações de conservação na Ilha. Uma brigada de conservação e restauro, com sede no museu de Nampula, parece ter sido a base desse trabalho[419]. Em 1980 e 1981 foi criado na própria Ilha um Gabinete de Conservação e Restauro dos Monumentos da Ilha, onde, para além da conservação do edificado propriamente dito, foi iniciada a investigação sobre os edifícios. Em 1981, a Ilha foi visitada pelo arquiteto polaco Krysztof Pawlovsky, como representante da UNESCO, para avaliar as possibilidades de intervenção (MOÇAMBIQUE, 1985, p. 8) que efetua um relatório sobre as necessidades de conservação.

O paradigma da conservação como património da humanidade inicia-se a partir deste momento. Se no tempo colonial esse paradigma de conservação assentou na criação dum território turístico, que novos elementos vamos encontrar. O que é que vai justificar a conservação e onde é como é que a comunidade beneficia desse processo.

5.2.1. A ideia da Ilha de Moçambique como Património da Humanidade

Entretanto em 1982 é criada a secretaria de Estado da Cultura com Bernardo Honwana à sua frente. Foi um ano de alterações profundas na política patrimonial, que passa a

[419] Na nossa visita ao Arquivo do Museu de Nampula, em Janeiro de 2010, pudemos identificar algumas das fotos de Moira Forjaz, com a identificação das Campanhas de Valorização Cultural identificado no verso.

ter um Serviço Nacional de Património Edificado. Nesse ano é criada a Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique, que localmente inicia, diretamente através dos seus membros, ações de recuperação no edificado, e internacionalmente, inicia a divulgação da ideia de necessidade de apoios internacionais a sua conservação.

Como resultado dos vários contactos de Luís Filipe Pereira que virá a ser uma figura impulsionadora dos Amigos da Ilha de Moçambique, e de Alexandre Lobato, que entretanto havia regressado a Lisboa, desiludido com os rumos da "revolução moçambicana", a Fundação Calouste Gulbenkian envia a Moçambique o Arquiteto e professor portuense Viana de Lima, para efetuar uma análise prévia das necessidades de reabilitação da Ilha de Moçambique. Após uma estadia de 15 dias, em junho de 1981, o arquiteto regressa, e em maio de 1982 e apresenta o "Relatório da Missão à Ilha de Moçambique: Análise e Sugestões para a sua Reabilitação" (GULBENKIAN, P. M 4/83), e (LIMA, 1982). Este trabalho, as suas fotografias e conclusões serão a base da Exposição "A Ilha de Moçambique em Perigo de Desaparecimento: uma perspetiva Histórica - Um Olhar para o futuro, que estará patente entre agosto e outubro de 1983. Esta exposição será inaugurada pelo Presidente Samora Machel, na por ocasião da sua visita a Portugal nesse ano.

A estadia de Alfredo Viana de Lima, professor e arquiteto da Universidade do Porto, que na altura residia na Rua Costa Cabral, concretizou-se entre 7 e 22 de junho de 1981 (GULBENKIAN, P M 4/83). O modelo do relatório é o mesmo que virá a ser adotado pelo catálogo publicado aquando da exposição. Como se pode verificar, entre a visita ao terreno e a apresentação do relatório, mediou um ano. Pensamos que durante esse tempo, a equipa de Viana de lima tenha feito trabalho de arquivo em Portugal e tenha procurado cartografia (que existia no Centro de Estudos Geográficos em Lisboa, utilizada nos trabalhos de Raquel Soeiro).

O relatório depois da introdução aborda a história da Ilha, "Origens, Desenvolvimento e Declínio" e um texto sobre a "arquitetura da Ilha", onde fala dos edifícios referenciados como de interesse e que serão os que irão aparecer na exposição. Como elemento de curiosidade referencie-se que o relatório é acompanhado por uma tradução em Inglês e Francês, em volumes individualizados, o que indicia a preocupação com a internacionalização do relatório. (LIMA, 1982)

Vieira de Lima apresenta no relatório uma proposta de "conservação integrada", que deverá orientar o estudo urbanístico completo[420]. Embora na exposição se venham a utilizar as mesmas fotografias, o texto do relatório é mais extenso do que virá a ser publicado no catálogo. Tecnicamente é mais rico e fundamentado. Por exemplo para a descrição da Fortaleza de São Sebastião cita Sousa Viterbo. (VITERBO, 1889, p. 184 - 187). Também faz uma leitura de integração da cidade nas dinâmicas comerciais e de construção no Índico, citando a obra de obra de Miguel Arruda, o arquiteto das fortalezas militares do século XVI que já atrás referimos. Aliás, sobre a fortaleza, que o terá deixado bastante impressionado, fará uma investigação detalhada, a partir da qual se fizeram as posteriores descrições. Consulta o Códice de António Bocarro e Resende, que estava na Biblioteca Pública de Évora, datado de 1635. A partir deste códice levanta a questão sobre a autoria da construção da Fortaleza, e das suas sucessivas transformações 1608 e 1635, situando nesta época as adaptações nos baluartes de São Gabriel e Santa Barbara. (Santo António) conforme as descrições de António Bocarro. Identifica igualmente as obras efetuadas entre 1744 e 1755, concluindo: "*a edificação que hoje subsiste "revela-se de grande pureza, inscrevendo-se a fortificação num quadrilátero irregular protegido por um baluarte em cada canto. Os baluartes de orelhões são muito característicos (na construção militar renascentista e sua evolução, adaptação ás artilharias*)". No seu relatório refere ain-

[420] O plano de ação propõe: "*1- A necessidade de suster as destruições; 2- combater a degradação, 3 - garantir a existência futura, e 4- manter adequadamente o estabelecimento humano, combatendo os factores de desequilíbrio nas mutações sociais"*. Os princípios de ação estão explicitamente enquadrados nos princípios da UNESCO e do ICOMOS. Viana de Lima cita os princípios gerais da Conferencia de Nairobi (1976). Propõe ainda a integração da Ilha nos circuitos do turismo cultural, e a criação dum centro cultural "*no âmbito das relações com os países africanos, do oriente, e até com os de origem europeia, teria sem dúvida elevado significado*" (LIMA, 1982, p 5). Também propõe parcerias com a Universidade Eduardo Mondlane, criando lares para estudantes e professores, e ainda o "*estabelecimento de um centro internacional destinado ao restauro, recuperação e renovação urbana, tendo em vista apoio de forma imediata os países irão de Moçambique*" (ibidem). Na sua proposta explícita: "*Ainda que nos pareça que a re-estruturação rural das zonas envolventes da Ilha seja uma incontestável exigência para a prosperidade das populações radicadas, o problema do desenvolvimento terá de se ajustar de forma harmoniosa, equilibrando os valores antigos e os de um Moçambique novo.*" (LIMA, 1982, p 6).
O relatório é acompanhado de fotografias, que são iguais às que serão usadas na exposição apresentada posteriormente na Fundação Gulbenkian. O levantamento fotográfico é referenciado em relação à cartografia, sendo que cada local fotografado é integrado numa ordem numérica das fotografias. Na análise da morfologia urbana salienta a existência de três cidades: A fortaleza com a sua esplanada, (o Campo de são Gabriel), A cidade, ou São Domingos e a zona de construções tradicionais africanas na Ponta da Ilha. Termina esta análise com, "*As reminiscência do oriente são flagrantes, sobretudo através das construções da cidade que lembra Diu, e por vezes ocorre à lembrança as paisagens urbanas do sul de Portugal*" (LIMA, 1982, p 15). Esta ideia já estava em Orlando Ribeiro (RIBEIRO, 1961), que o autor referencia no texto.

da que em 1945, um arquiteto Leal da Silva tinha feito uma visita à Ilha na sequência da qual terão sido igualmente feitas obras[421].

Viana de Lima na conclusão não publicada propõe uma intervenção rápida da de apoio à "Brigada de Restauro"[422], da necessidade de efetuar planos e incluir neles as regiões envolventes. Referencia ainda a cidade "*Makuti*", na época com 9.000 habitantes recenseados em 35 hectares e fala da necessidade de criar condições de saneamento adequadas[423]. Aqui fala dos materiais tradicionais "reintrodução de metodologias de construção que não adulterem o significado antropológico e construtivo das habitações tradicionais (LIMA, 1982, P 63).

Em síntese *"Sem dúvida que ações localizadas de recuperação são desde logo possíveis e até desejáveis, sendo mais importante a que se deve enquadrar o restauro e revitalização da fortaleza, pelo impacto do próprio monumento e pelo papel que ao mesmo se atribui. Não obstante, é convicção de que, até no sentido de motivar a população a fazê-la participar, não deverá ser descurado o muito que se justifica realizar, num enquadramento global, para a melhoria das condições urbanísticas da ilha e em especial para o realojamento e saneamento. Aliás essa perspetiva entronca na preocupação inerente aos problemas de restauro e recuperação urbana, ao defender-se que sejam abolidas ações superficiais e desgarradas de pretensa salvaguarda do património. Só ações integradas produzem efeitos corretos, só a consideração das implicações mais vastas conduzem a um acerto de intervenções. Conjunto impar, como resultado do entrelaçamento de díspares fatores civilizacionais numa encruzilhada de percursos da história e do destino dos povos, na sedimentação dos valores culturais sucessivamente afirmados, a Ilha de Moçambique representa hoje, sem qualquer sombra de dúvida, um ponto alto de referência nacional e internacional que carece, urgentemente, de se tornar vivo e atuante no concerto do Mundo da Cultura, da cooperação e da Paz*" (LIMA, 1982, p. 76).

Como acima referenciamos, este relatório será transformado no conteúdo da Exposição Pública. No dossier encontram-se ainda os recortes de Imprensa, sobre a Exposição, que começam em 9 de abril de 83 e se prolongam até setembro. A lista de convidados para a inauguração da Exposição é longa. A Comissão de Honra, para além do presidente Moçambicano tinha ainda a Ministra da Educação, Graça Machel, Jaime Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Coimbra Martins, ministro da cultura, Azeredo Perdigão e Victor de Sá Machado, da Fundação Gulbenkian e Unesco. O Comissário da Exposição foi o

[421] Não encontramos referências a este arquiteto nem a esta visita. Mas atendendo aos trabalhos encomendados na época a Lobato, não é de todo inverosímil que também na fortaleza se tenham realizado trabalhos de conservação.

[422] No mesmo processo encontra-se uma folha com uma lista de material (ferramentas de construção civil) enviado de Maputo para a ilha para apoiar a Brigada. O documento é uma cópia administrativa, sem data de referência.

[423] Não existiam na data. Ainda hoje estas condições são limitadas

próprio Arquiteto Viana de Lima. A exposição inaugurada era constituída por 113 painéis, ilustrada com textos, fotos e mapas (GULBENKIAN, 1983).

O processo documenta igualmente os conteúdos da Exposição, que no seu início, logo no segundo painel, explicitavam os seus objetivos de procurar a sua classificação como Património da Humanidade. "*Esta exposição pretende contribuir para a classificação da Ilha de Moçambique como património cultural da humanidade, em razão da sua arquitetura, da sua unidade urbana e geográfica e da sua integração paisagística e ainda pelo valor excecional que representa sob o ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. Com a realização da presente mostra presta a Fundação Gulbenkian o primeiro contributo para a causa e defesa de um património cultural altamente representativo como é a ilha de Moçambique.* " (GULBENKIAN, P 4/83). De seguida, no 3º painel, cita-se Camões, a estrofe "Esta ilha que habitamos", inserta no Canto I de "*Os Lusíadas*" (CAMÕES, 1575/1960, p. 17). É então um apelo à ação: face ao diagnóstico, a receita da classificação dum lugar mítico da lusitanidade agora elevado a património da humanidade.

No Catálogo, o prefácio do Professo - Arquiteto Vieira de Lima escreve "*É esse minúsculo e inolvidável rincão do universo, para tantos insuspeitado, que a Exposição que agora se concretiza dá a conhecer, numa eclética visão simultânea de um grito de alerta e de socorro para a sua sobrevivência*" (GULBENKIAN, 1983, p. 17). Mais à frente, no seu olhar sobre o património dá conta da particular natureza da ilha: "*Foi uma aventura coletivamente realizada, a que agora desemboca neste conjunto de documentos e de imagens atuais da Ilha de Moçambique, trazido ao conhecimento e à contemplação de quantos, em nossa maneira de ver, tenham privilégio de por este meio contactar com uma realidade cultural de transcendente alcance* (GULBENKIAN, 1983, p. 18). Justificando a necessidade de ação com uma compreensão do que era, à época, as prioridades políticas do país, adicionando argumentos. *"Obviamente que a gesta do Povo Moçambicano, fundada nas suas mais ancestrais raízes é sempre atenta ao próprio enaltecimento de uma particular situação ou de uma figura proeminente dos tempos recuados de cinco séculos. Isso a exposição naturalmente evoca, tentando definira as características de palpáveis culturas e altivas realizações edificadas, e com tanta felicidade reunidas, ainda nessa pequena sentinela da Rota do Índico, sentinela que prediz a passagem do Oriente"* (GULBENKIAN, 1983, p. 18).

Aos argumentos da história que formou o "*insuportável diamante iridescente*" aos do património construído, da "*imaculada joia da arquitetura*" a exposição propõe um "repensar das dimensões do Homem dos nossos dias". Diz, "*Ali à nossa espera, nesse grande e promissor país do Índico, sem enjeitar as responsabilidades e sanadas as sequelas de um tempo próximo e contraditório, motivo de um elevado orgulho da novel Republica Popular de Moçambique e de um Portugal Novo, cujo mútuo entendimento e respeito tanto se afigura justo esperar*" (GULBENKIAN, 1983, p. 18). Para além da diplomacia das palavras, há efetivamente um novo programa, agora pensado "*nessa pátria comum que é a língua portuguesa"* (GULBENKIAN, 1983, p. 19). E esse argu-

mento fundamenta bem o novo paradigma da ilha. Por uma lado, a chamada da atenção para um valor patrimonial comum, um património partilhado entre dois países, num tempo em que Moçambique procurava a legitimação política da sua nação. Ou seja, a consciência da diversidade dum país de património plural. Mas é também uma consciência da relação entre as duas nações, que ao olhar para a história encontram um reflexo comum. E essa consciência vai marcar o paradigma da ação, por um lado, nos trabalhos de reabilitação do edificado e, por outro lado, nos trabalhos sobre a língua portuguesa[424].

Já iremos analisar essas duas dinâmicas, a da história que se metamorfoseia na ação patrimonial, e o olhar poético que se vai desenvolvendo em seminários, colóquios e edição variada. Vale a pena também referir, que nestas descrições o presente é sempre algo que constitui um ponto de chegada e proposta de futuro numa análise da materialidade, ao contrário das exaltações do seu caráter espiritual que eram feitas nas descrições feitas no período colonial. O património é visto como algo que recebemos e conservamos para dele retirar algo.

Já lá iremos, para já vamos concluir a apresentação da exposição, porque ela marca a génese dessa intervenção sobre a materialidade. Como vimos a visão de "*A Ilha de Moçambique lugar cultural impar no âmbito da Republica Popular de Moçambique, é um marco de alto interesse universal dado reunir em si alem todo um mundo de acontecimentos históricos, um magnifico Património que nos é outorgado na sua unidade e expressão arquitetónica, urbana e ambiental*." (GULBENKIAN, P M/83, painel 4). A justificação desse património é alicerçada na história e nos olhares fotográficos. O conjunto de painéis 5 a 25 mostram a "Síntese Cartográfica e Caracterização histórica", feita com base em base em cartas geográficas, descrições de textos históricos e com fotos de Moira Forjaz, que já referenciamos acima, que faz o contraponto da atualidade nos rostos das gentes e nas paisagens da decadência vivida. Depois os painéis 26 a 41 apresentam a Fortaleza de são Sebastião, através de plantas e fotos. Nesses painéis apresentam-se os resultados da investigação histórica sobre a sua construção, com argumentos que suspeitamos tenham tido a influência de Alexandre Lobato, pelo estilo de narrativa que nos foi dado observar. (GULBENKIAN, P M/83)

[424] Um das questões que a "política cultural de Moçambique" teve que resolver quando chega à independência é a da sua língua "nacional". No território coabitavam vários grupos de línguas maternas, quase todas de matriz banta. Na área da ilha de Moçambique falava-se, e utiliza-se o Macua-Nahara. A escolha do português permitiu, por um lado ultrapassar a eclosão de rivalidade entno-linguísiticas num país que procurava a firmar a sua unidade, e ao mesmo tempo, pela diferenciação do inglês dominante nos países que eram seus vizinhos, evitar a absorção de partes do país.

Aos 15 painéis sobre o grande ícone da Fortaleza de são Sebastião, sucedem-se 8 painéis sobre " "Outros aspetos da arquitetura militar", igualmente com fotos, cartas e texto sobre os fortins de São Lourenço e São Francisco. Depois, nos painéis 50 a 68 a "Arquitetura Religiosa", Com Fotos Capela do Baluarte (GULBENKIAN, P M/83, painéis 55 – 59), capela de São Paulo, igreja da Misericórdia (com a descrição do museu de arte sacra no anexo), O convento de São domingos, e a Igreja Matriz. Neste conjunto de painéis é ainda referida a Mesquita na rua do Celeiro, a única dos 12 templos islâmicos. A "Arquitetura Civil" é apresentada nos painéis 69 a 80, com o recurso a fotos atuais e antigas do hospital, da Escola de Artes e Ofícios, com os pavimentos, a "porta de Camões" a porta de madeira ao estilo indiano, com pormenores de construção, com as arcadas e balcões da Rua dos Arcos, e com 2 fotos do bairro macúti, no final da série, a testemunhar a emergência das preocupações ambientais e socais na Ilha.

O levantamento mostra os "Aspetos Urbanos e ambientais, com um conjunto de catorze painéis, do 81 ao 95, onde são apresentadas fotos de ruas à época. O panorama é ruas vazias, mostrando árvores-da-borracha, figueiras da índia, palmeiras e mangueiras. Dá uma visão de desolação e destruição. Essa sensação é contrabalançada pela beleza das imagens e por uma apresentação de panorâmicas da ilha vista do mar e pelas embarcações tradicionais, com as suas velas ao vento em faina de pesca. Num dos painéis apresenta-se um texto de Orlando Ribeiro "… como a formosa cidade do golfo de Cambaia, (Diu), Moçambique não deixa de recordar vilas algarvias pelo que há de comum às aglomerações do mundo muçulmano" GULBENKIAN, P M/83, painel 83). Faz o "Enquadramento na Região"nos painéis 96 a 105, mostrando o espaço do hinterland Cabaceira Grande, Cabaceira Pequena, Mussuril, Chocas e Sanculo., mostrando fotos da igreja de São Domingos, da mesquita e das praias. (GULBENKIAN, P M/83)

Globalmente o conjunto dos painéis da exposição acompanha de muito de perto as atividades de diagnóstico sócio-urbano. Sem prejuízo da sua qualidade, é interessante salientar que esse olhar sobre os objetos vai marcar, nos anos seguintes, as propostas de recuperação urbanística. Mas como acima afirmamos, a exposição é também um apelo à ação. E os painéis finais, depois de feito o diagnóstico, é feito o apelo "É imprescindível agir" (GULBENKIAN, P M/83, painel 106). E a ação proposta são um conjunto de projetos que resultam de "Sugestões para uma recuperação integrada da estrutura urbana da Ilha de Moçambique". A síntese da proposta está expressa no painel 109. Apresentam-se ainda a descrição de alguns dos projetos, nos painéis 110 e 111. A exposição encerra com um textos com cores

de Moçambique "O interesse dum povo pelos seus valores culturais e naturais" (GULBENKIAN, P M/83, painel 112) e finalmente num painel em fundo negro pode ler-se: " "é urgente salvar a ilha de Moçambique, Contra a destruição/ protegendo-a; Contra a degradação /restaurando-a; Garantir a existência futura / reanimando-a. Isto é: Revitaliza-la cultural e socialmente mantendo ou restabelecendo de forma adequada o agregado humano, combatendo os fatores de desequilíbrio nas mutações sociais, e projetando-a de forma condigna no concerto do mundo da cultura aí ocupando o lugar que reconhecidamente tem jus. Espera então: "contribuições dos estados membros da UNESCO, contribuições dos Estados Irmãos e Fundações Culturais no interesse e defesa de bens patrimoniais de valor universal" (GULBENKIAN, P M/83, painel 112).

No catálogo que foi editado, os textos são mais desenvolvidos detalhando o que os painéis expositivos resumiam na sua economia narrativa. Interessa agora referir que ele identifica e de certo modo condiciona a atividade do futuro, nomeadamente, transportando a questão da ilha de Moçambique para uma dimensão internacional, em sede da UNESCO. Essa exposição será posteriormente enviada para outros locais, nomeadamente é exibida em Macau 8-30 de junho 1985[425]. No arquivo a Gulbenkian encontra ainda o Dossier de Imprensa do evento, que aproveitou a ocasião para mostrar peças de escultura em madeira, da célebre "Arte Maconde" que mais à frente abordaremos (GULBENKIAN, P M 4/83).

Esta exposição constitui um importante contributo para o processo que irá conduzir à classificação da Ilha de Moçambique como Património da Humanidade. Ele é provavelmente o seu momento seminal, que institucionaliza as ações de homens como Lobato e Luís Filipe Pereira. Moçambique adere à Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura - UNESCO logo após a independência, em 1976. Após a adesão, o apoio da UNESCO ao desenvolvimento da Educação foi a área prioritária de cooperação. Foi com a cooperação da UNESCO que são desenvolvidos o projetos de reconstrução do sistema educativo, de alfabetização, de educação não formal, Através do Instituto Internacional de Planificação da Educação (IIPE), é feita a formação de técnicos moçambicanos. No âmbito do património cultural, com a eleição de Frederico Mayor, para a presidência da Unesco, e como resultado da campanha em torno da Ilha de Moçambique, o processo da sua classificação como património da Humanidade avança a um bom ritmo. Os apoios prestados são

[425] Provavelmente no âmbito do despertar da questões sobre a singularidade do espaço no âmbito do processo de devolução do território à China, em 1999.

essencialmente de ordem técnica, através da deslocação de técnicos[426]. A UNESCO terá, e ainda têm, um importante papel no desenvolvimento de Moçambique, nomeadamente no âmbito das suas políticas sociais (juventude, mulher) nos programas de proteção meio ambiente, no desenvolvimento da ciência e da tecnologia etc.

A UNESCO e Moçambique abraçam uma cooperação muito estreita. A então Ministra da Cultura Moçambicana Graça Machel dará uma grande atenção aos fóruns sobre a paz e ao desenvolvimento em África, uma das principais preocupações de Mayor[427]. Na sequência da classificação da Ilha, em 1994 a UNESCO, estabelece em Maputo a sua Representação Permanente e em 2007 estabelece na Ilha de Moçambique um Gabinete permanente, ao tempo da nossa visita coordenado pelo Arquiteto Francisco Monteiro, que adiante referiremos.

Ao mesmo tempo que decorria em Portugal a Exposição "A Ilha de Moçambique em Perigo", uma equipa de arquitetos dinamarqueses da Escola de Arquitetura de Aarhus, iniciava no terreno um trabalho de levantamento do edificado que dará origem ao "Relatório Azul" (MOÇAMBIQUE, 1985), um relatório que inclui um tratamento exaustivo do edificado, tendo-se desenvolvido a partir dele um conjunto de propostas de reabilitação e intervenção. Este relatório, pela sua estrutura e clareza acabou por ser adotado como um manual de operações de reabilitação, nomeadamente nas técnicas de utilização da cal e do tratamento das madeiras.

Em suma, após a independência e durante a fase da recolha do "património africano" que as Campanhas de Valorização Cultural" desenvolveram entre 1977 e 1982, o património edificado da ilha de Moçambique sofre um processo de erosão e abandono. A crescente consciência de um património singular leva ao desenvolvimento de vários projetos orientados para a recuperação do património e da herança material. Assim, paralelamente aos esforços de classificação da Ilha como Património da Humanidade, desenvolvem-se, através de ações de cooperação com vários países europeus, programas de intervenção sobre

[426] Entre 1982 e 1985 está na ilha uma equipa de cooperantes dinamarqueses da Escola de Arquitetura de Aahrus, que a seguir falaremos. Viana de Lima havia salientado a necessidade desenvolver esse levantamento como condição prévia para o desenvolvimento do projeto. Vieira de Lima, no seu relatório, dá conta da dificuldade em trabalhar sobre um espaço onde a cartografia estava desatualizada. Esse trabalho será publicado por MOÇAMBIQUE – Secretaria de Estado da Cultura (1985), *Ilha de Moçambique - Relatório*, Maputo, SEC, 222 p.

[427] Graça Machel será presidente da CNUM, no fórum de reflexão "*ad hoc*" sobre a África e no grupo de consulta de eminentes personalidades africanas a funcionar junto do Gabinete do Diretor Geral, sobre o programa intitulado Cultura de Paz. O então ministro da cultura Luís Bernardo Honwana será eleito Presidente do Comité Intergovernamental da Década do Desenvolvimento Cultural da UNESCO (década de 90).

o conjunto edificado. Embora a classificação tenha incidido na Ilha como um todo, ou seja pela sua singularidade como espaço e como comunidade, a maioria das ações que vão ser tomadas pelos organismos de cooperação vão incidir essencialmente sobre a materialidade do edificado. Não deixa de ser curioso, que após as Campanhas de Valorização Cultural, onde se recolheram e sistematizaram as tradições locais, as operações de valorização do espaço, de acordo com a tradição ocidental, se baseiem agora no património material. Não quer isso dizer que não tenham existido ações voltadas para o bem-estar e para o desenvolvimento social e económico da comunidade. Queremos apenas aqui salientar que, a base das narrativas exteriores que se vão desenvolver sobre a ilha, a vão essencialmente abordar pela sua estética. Da Ilha Mito da Lusitanidade, a Ilha torna-se num Objeto Estético Eurocêntrico. Vejamos como isso se processa.

5.2.2. A cristalização da sociomnese como objeto patrimonial da Ilha de Moçambique

Cristalização é uma propriedade química da matéria que ilustra um processo de agregação de moléculas em dissolvidas num qualquer meio líquido em conjuntos homogéneos. Pode à primeira vista parecer contraditório utilizar este conceito que implica uma agregação para ilustrar o processo de resiliência da memória social. Utilizamos esta figuração como uma narrativa inerente ao conceito da sociomnese que temos vindo a defender. A sociomnese é um processo dinâmico, que resulta da partilha social da rememoração objetos socialmente qualificados. Essa conceção implica a existência dum núcleo estrutural que é socialmente partilhado e que se mantêm estável em significação ao longo dum período de tempo longo. A sua estrutura é no entanto dinâmica, desenvolvendo-se a sua adaptação às condições ambientais ao longo do tempo.

A sociomnese partilha com as estruturas de significação da linguagem os mesmos processos. Com essa fundamentação a sociomnese pode ser analisada pelos instrumentos da teoria da comunicação como temos vindo a defender. Neste caso concreto, a nossa hipótese explicativa com base no conceito da cristalização, ilustra um processo de agregação de um conjunto de significados num núcleo (que corresponde à constituição dum conceito estruturante, um novo vocábulo ou um objeto patrimonial). Há um conjunto de informação disponível, de significação de experiencias da formação social, que através dos processos de comunicação se constituam como objetos partilhados por darem respostas satisfatórias aos

problemas partilhados socialmente em cada tempo presente. A memória social constitui-se pela partilha de elementos comunicacionais que relacionam à luz da experiencia do passado interpretam o presente e dão indicações para o ações de futuro.

Mas o processo de cristalização do núcleo também contém, em simultâneo ou não, um processo de crescimento de cristais, que se constitui pela agregação ao núcleo de mais moléculas, o que pode originar uma saturação do cristal. Também, por analogia consideramos que esse núcleo de significados socialmente partilhados, quando se constitui também cresce por agregação da mais elementos informacionais que contribuem para essa significação.

Ora isso implica que um processo sociomnésico tem dois momentos críticos. O da constituição do seu núcleo de significados, que pode ou não gerar um conjunto estabilizado. O segundo momento crítico ocorre no processo de saturação que implica, com o crescimento quantitativo da quantidade de informação, uma nova qualidade. O processo de resiliência ocorre com maior ou menor intensidade durante todo o processo. É o processo de resiliência das estruturas significativas que explica a emergência de configurações de estruturas ultrapassada nos novos processos. Na nossa análise esse processo ilustra o que se passou na construção da narrativa da sociomnese da ilha de Moçambique.

O livro publicado por Moira Forjaz em Portugal (MUGE & FORJAZ, 1983), para além da sua contemporaneidade com a exposição da Gulbenkian, apresenta uma leitura histórica e estética da Ilha. Em conjugação com os resultados da Exposição da Gulbenkian, o imaginário da ilha de Moçambique permanece nas vozes dos poetas em paralelo com a "materialidade da sua recuperação. Urbana. Em Portugal duas instituições merecem destaque[428]. A Fundação Gulbenkian, com os seus projetos de cooperação E, a partir de 1987 a Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses[429] que apoia a execução de inúmeros projetos editoriais na área das relações dos portugueses com o mundo.

Ainda em 1983, o livro de Moira Forjaz, será editado pela Imprensa Nacional Casa da Moeda. Estávamos no ano da exposição da Gulbenkian. Quando, em 1989 Rui Knopfli reedita a sua Ilha de Próspero (KNOPFLI, 1989), falo-a nas Edições 70, recorrendo ao apoio

[428] Há igualmente vários outros países europeus onde o interesse pela Ilha de Moçambique se revela. Itália, em Espanha, na Dinamarca e Suécia são casos de cooperação que estão documentados. Esse interesse foi despertado após a visita à ilha de cooperantes. Neste nosso trabalho, que não tem como objetivo analisar as políticas de cooperação não vamos desenvolver a cooperação de outros países com a Ilha de Moçambique.

[429] Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses desenvolve atividade de financiadora de projetos editoriais entre 1987 e 2001. O historiador António Hespanha foi responsável pela área de investigação e edição.

da Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses. As mesmas edições 70 publicarão em 1992 a "antologia poética da Ilha de Moçambique "*A Ilha de Moçambique pela voz dos seus poetas* "(SAUTE, 1992). A antologia reúne praticamente toda a poética que foi publicada com base na inspiração da ilha. Nelson Saúte justifica, no seu prefácio a esta obra que "*Foi sobretudo por intermédio dos seus poetas que a cultuaram (...) que aprendeu a amar a Ilha de Moçambique. Muipiti levita continuamente à estatura dum lugar que sempre reverencio, e cuja equivalência, ainda que miticamente, só encontro naquela Ítaca a que Ulisses regressa depois de estuante viagem que o coroará como herói da sua pátria e de todos os lugares que o coração de quem leu Homero numa indescritível empatia suscita. Tal como na fábula em evocação, esta Ilha foi usurpada e ultrajada*" (SAÚTE, 1992, p. 9).

Sopa argumentará que é esta ilha que matiza a cultura moçambicana. "Na História que o futuro sufragará, a Ilha de Moçambique será um referencial extraordinário entre nós. Tenho dito (…) que as incógnitas do nosso processo se equacionarão, irrevogavelmente, no fator cultural" (SAÚTE, 1992, p. 9) concluirá "*Não obstante os desígnios que outrora negreiros, os mercadores, os clérigos, os soldados, os sátrapas e os outros da Ilha quiseram cumprir, o que acabou por acontecer – digo-o afoitamente – foi o conjurar das raças e culturas que derramaram no chão bantu, estilizando-se numa síntese que é um dos pecúlios no cadinho da moçambicanidade*" (SAÚTE, 1992, p. 9 – 10), na esperança que "*aquelas ruínas que amortalhavam o monumento singular da nossa identidade* teriam remissão" (SAÚTE, 1992, p. 1).

Não vamos fazer uma análise detalhada sobre a produção bibliográfica desta altura. Mas é importante entender como é que o objeto livro é produzido, enquanto registo duma atividade em torno do objeto "Ilha de Moçambique", para compreender e caracterizar as ações que sobre ele são efetuadas. Assim, o processo de génese do livro apoiado (financeiramente) ocorre por iniciativa do editor. Embora hoje esse tipo de atividade seja relativamente fácil de obter, através de concursos ou propostas no âmbito de programas predefinidos pelas instituições públicas de apoio à edição, no Portugal, nos anos oitenta, apenas algumas editoras praticavam essa atividade. As edições 70 eram uma delas. Por norma o projeto (o livro) já estava feito e era apresentado em pré-publicação. No fundo o financiamento facilitava a edição de livros mais onerosos, com perspetivas de vendas mais baixas. Era uma atividade com alguma opacidade, uma vez que muitas vezes dependia da rede de contactos do editor.

Outro tipo de livros é os que resultam da atividade da Própria Comissão, nomeadamente na conceção e montagem de exposições e respetivos catálogos. Não em 1996 publica-se um número temático sobre a Ilha com o título sugestivo de Ilha de Todos - Ilha de

Moçambique (OCEANOS, 1996). Nela surgem publicados e republicados vários artigos. De Manuel Lobato, "*A Ilha de Moçambique antes de 1800*", (OCEANOS, 1996, p. 10- 25) uma história da Ilha atualizada, António SOPA, "*Alguns Aspetos Culturais da Ilha de Moçambique na Segunda metade do Século XIX*" (OCEANOS, 1996, p. 39-56), Manuel Jorge Correia de Lemos "*Reviver a Ilha na Mafalala*" (OCEANOS, 1996, p. 57- 66), José Capão "*Sem desenvolvimento não há conservação*" (OCEANOS, 1996, p. 67- 75), de Eugénio Lisboa "*Camões, a Ilha de Moçambique e Nós*" (OCEANOS, 1996, p. 76- 81), de Luís Carlos Patraquim. "*Mapeamento Onírico para Descoberta da Rua de Fogo*"(OCEANOS, 1996, p. 82 -97), de Mia Couto. "*Quinze dias na Ilha de Moçambique*" (OCEANOS, 1996, p. 88 - 94), Eduardo Pitta publica "*Fragmentos duma Memória Clandestina* (OCEANOS, 1996, p. 95 – 97)", e finalmente Francisco José Viegas que coordena a edição "*Diário encontrado entre os papéis da Ilha*" (OCEANOS, 1996, p. 98 -105) Será ainda publicada uma "*Antologia*" de poesia incluindo textos de Rui Knopfli: *Muipiti*, Luís Carlos Patraquim : *Muhipiti;* Alberto Lacerda: *L'Isle Joyeuse*; Orlando Mendes: *Minha Ilha*; Rui Knopfli: *Mesquita Grande*; Manuela Sousa Lobo: *Austrolírica*; Jorge de Sena: *Camões na Ilha de Moçambique*; Nelson Saúte: *A Ilha dos Poetas*; Luís de Camões "*Esta Ilha Pequenina que Habitamos*; e a Canção popular: *En' hipiti nawehaka onira yankani* (de longe esta ilha parece pequena). (OCEANOS, 1996)

O ano de 1998, o ano do centenário da chegada de Vasco da Gama à Índia, é um ano de grande visibilidade para a Ilha de Moçambique em Portugal. As comemorações em Portugal centralizaram-se na Sociedade de Geografia de Lisboa. No entanto, para alargar a ideia dos contactos entre culturas são produzidas várias exposições e publicações que pretendem mostrar o universalismo da gesta lusa. Nesse ano publica-se o "Universo Urbanístico Português (CARITA & ARAÚJO, 1998); Isabel de Castro Henriques faz a exposição itinerante. "*Espaços e Cidades em Moçambique*: (HENRIQUES, 1998), que estará patente em várias cidades Moçambicanas. Na ilha de Moçambique a exposição esteve aberta ao público como exposição temporária no Museu. E finalmente Conceição Amaral coordena as " Culturas do Indico" (AMARAL, 1998).

No ano seguinte a Comissão vai dar apoio à publicação das atas do Colóquio A ilha de Moçambique: convergência de povos e culturas (MATTEU & ZAMPONI, 1999), Ana Cristina Roque publica o capítulo "A ilha de Moçambique como Porto de Escala da Carreira da Índia" em *Os Espaços do Império* (ROQUE, 1999), catálogo da exposição realizada no

Porto[430]. Finalmente nesse ano publica-se ainda a monumental obra de Frei João dos Santo de 1607, "*Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis no Oriente*" (SANTOS, [1667/1999).

Nos anos seguintes publica-se ainda com apoio da Comissão a revista da Cátedra de Jorge de Sena, que acima referenciamos sobre "Jorge de Sena e a Ilha de Moçambique" (SANTOS, 2000). Esta mesma revista publicará, já sem o apoio da Comissão dos Descobrimentos, um artigo de António Sopa "Um Oceano, muitas Ilhas" (SOPA, 2003). Como podemos ver, através da atividade desta Comissão é produzida uma vasto conjunto de publicações em torno da imagética da ilha. Um conjunto que edita textos literários, poéticos, abordagens historiográficas, memórias. Através delas podemos detetar o elevado poder de atração que a ilha exerce sobre os espíritos.

Se a Comissão dos Descobrimento foi um importante instrumento para a divulgação do objeto da ilha como espaço singularmente poético, a Fundação Calouste Gulbenkian continuou a financiar várias atividades em Moçambique, e em particular em torno da Ilha de Moçambique. Por exemplo, o livro "A Ilha de Moçambique pela voz dos seus poetas", publicado pelas edições 70, que acima referenciamos é apoiado financeiramente pela Fundação Gulbenkian (GULBENKIAN, P M 1274)[431].

Este projeto iniciara-se com uma conversa em dezembro de 1991 do então Ministro da Cultura Luís Bernardo Honwana e Vasco Graça Moura da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, que haviam solicitado um almoço a Victor de Sá Machado da Gulbenkian e ao Presidente da Fundação Oriente, Carlos Monjardino. Durante o almoço é apresentada a ideia e solicita-se a Nelson Saúte[432] e Ilídio Rocha para preparar o projeto. Na memória escrita por Victor de Sá Machado afirma-se que havia ainda sido solicitada a colaboração de Eugénio (Lisboa?) e Rui Knopfli, "que ficaram entusiasmados " (GULBENKIAN, P M 1274). Victor de Sá Machado, num parecer para a presidência da Fundação, pede que lhe seja entregue a metodologia de trabalho proposto. Foi então igualmente atribuída uma verba ao Comissariado Moçambicano da Expo 92 de Sevilha para

[430] Coordenação de Ana Paula Machado, que tem vários estudos sobre a influência oriental em Portugal

[431]No Pedido de Apoio para Edição dum Livro ", as edições 70 solicitaram um apoio de 2 mil contos (cerca de 10.000 euros), com a justificação de que será colocado à venda na Exposição Universal de Sevilha de 1992. O apoio foi concedido e o livro editado

[432] Nelson Saúte: (1966). Jornalista e escritor. Para além da Antologia sobre a Ilha de Moçambique, reuniu ainda as Mãos dos Pretos: uma antologia do conto Moçambicano, publicado em Moçambique e em Portugal pela editora Dom Quixote

de Moçambique para o transporte e recuperação do "Cristo maconde", que atualmente está no Museu de Arte Sacra da Ilha de Moçambique. (GULBENKIAN, P M 1274)

Na correspondência existente no processo encontra-se igualmente várias cartas onde o Ministério da Cultura de Moçambique solicita o apoio da Fundação Gulbenkian. Uma dela era para a constituição dum "Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa"[433], cuja decisão tinha resultado da cimeira dos PALOP realizada em São Tomé em 1992. Uma outra carta do Ministro Moçambicano, com a data de 25 de março de 1992, fala na necessidade de dar continuidade à edição de livros sobre a ilha de Moçambique (GULBENKIAN, P M 1274)

Um outro projeto dá-se conta da pretensão de se "transformar o Museu de Nampula no Museu Etnográfico Nacional (GULBENKIAN, P M 13/83), por incorporação de todas as coleções etnográficas existentes no país". Escreve-se então que "*Além do acervo do próprio Museu de Nampula, que necessita de intervenção imediata para inventariação catalogação, restauro e exposição, existem coleções etnográficas no Museu de História Natural em Maputo e os vários depósitos museológicos em distrito, constituídos ao longo da Campanha de Preservação Cultural*." (GULBENKIAN P M 13/83) A parte documental da Campanha – fichas, relatos, descrições, gravações, desenhos e fotografias, afirma o texto "*será recolhida, tratada, sistematizada e preservada pelo Projeto Arquivos do Património Cultural, em vias de arranque, com financiamento do PNUD*". Pretendia-se "*Com a parte material, a que este momento se encontra nos depósitos museológicos, pretende-se criar pequenos museus locais às medidas que se forem angariando meios para tal*." Justifica-se o projeto com "*Como a criação desses museus não virá a tempo de evitar a deterioração dos objetos, alguns deles de grande valor etnográfico, procurou-se recolher tudo num grande museu nacional. A solução é a sua recolha num museu nacional, onde se encontram meios requeridos para o tratamento de tais objetos*". Aproveita ainda para afirma que necessitavam de "*um projeto de ampliação do edifício do atual museu, dotação dum laboratório de restauro, treino do pessoal*." Termina com o apelo "*É útil e desejável que toda esta ação se realize em estreita cooperação com as entidades portuguesas que possuem experiência de investigação etnológica e de prática museológica"*. Não sabemos o resultado da solicitação mas não conhecemos, através da Fundação, qualquer desenvolvimento. (GULBENKIAN, P M 13/83)

A apresentação de projeto na área de cultura decorria dos contactos estabelecidos em missões no terreno. Por regra, essas solicitações eram aprovadas pela Fundação. O que nem sempre se conseguia era efetivar, no terreno os projetos. Por exemplo, em 1 de junho de 1981, o Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, Fernando dos Reis Ganhão, endereça ao

[433] Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa é Dirigido por Lourenço do Rosário, atualmente Reitor da Politécnica

Presidente da Fundação Victor de Sá Machado o pedido de ajuda "*o Museu de História Natural luta com algumas dificuldades que prejudicam o cumprimento dos objetivos para que foi criado, mas que só será possível serem ultrapassadas com financiamento internacional*". (GULBENKIAN, P M 10/81) Apresenta em anexo uma "Proposta de Auxílio a ser prestado ao Museu por Parte da Fundação Calouste Gulbenkian", documento de 7 páginas com data de 5 de maio de 1981[434].

Um outro exemplo também não realizado é a solicitação de João Soeiro de Carvalho, na altura bolseiro da Gulbenkian em trabalho de Campo na etnomusicologia, para criação dum Arquivo sobre músicas da ilha de Moçambique. (GULBENKIAN, P NA 5235 Nº 3/91) Este texto é interessante para o nosso objeto de estudo porque apresenta uma visão da ilha à época. João Soeiro de Carvalho escreve um texto de justificação, onde na introdução escreve "*A Ilha de Moçambique tem vindo a constituir um local confluência de culturas ao longo de vários séculos. Nela se verificou a interação de culturas centro-africanas, árabes, indianas e europeias. Também religiões cristãs e muçulmana ali tiveram contactos prolongados. Dada a sua localização, serviu de porto privilegiado para torças comerciais, como centro de tráfico de escravos, como posto de defesa militar da cos-*

[434] A carta inicia pela enumeração dos objetivos do auxílio; "Realizar trabalhos de pesquisa científica no domínio das ciências naturais e humana; Efetuar exibições de espécimes de natureza zoológica, botânica e paleontológica; Promover a exposição de objetos de interesse etnográfico; Dar apoio ao ensino da Biologia, através da organização de exposições informativo-didáticas. Incentivar o gosto pelas coisas da natureza, cooperando assim na elevação do grau de cultura do Povo Moçambicano"
De seguida faz um breve resumo da história do museu "por ter sido durante longos anos o único existente no país, foi convertido, por assim dizer, em verdadeiro repositório de tudo quanto era digno de ser preservado, com vista a perpetuarem-se determinadas relíquias de valor histórico, militar, cultural e científico, recolhidas em Moçambique."
E prossegue "Com a independência do país, logo se pensou na vantagem de se criarem diferentes museus especializados, reservando-se ao Museu de História Natural unicamente para exibição e exposição de questões relacionadas com a natureza, neste âmbito se inserindo não só formas de vida silvestre, como igualmente peças de valor etnográfico" (GULBENKIAN, P M 10/81, p 2)
Ouve então uma remodelação. Procurou-se introduzir um enquadramento das peças no seu ambiente natural, tendo sido inclusive efetuadas algumas sonorizações. Também na galeria etnográfica foram efetuadas sonorizações, com reprodução de "cânticos tradicionais das populações rurais - os verdadeiros fautores dos objetos artísticos ale em exposição" (GULBENKIAN, P M 10/81)
As condições do país apenas permitiram a aquisição dum reprodutor de banda magnéticas, em segunda mão, sujeito a frequentes avarias. "As vozes dos mamíferos, das aves e dos répteis, bem como das canções populares mais divulgadas" ficavam assim mudas.
Criaram ainda uma oficina artesanal, para confeção de peças para vender ao público, com base em despojos e troféus de animais silvestre. Eram receitas para suportar as despesas correntes. Para dar continuidade ao projeto era necessária a aquisição de "maquinaria apropriada" É assim que são solicitadas 1 máquina de costura, uma máquina de fixação de mola, 2 tesouras grandes, 6 vazadouros tipo alicate, 4 jogos de vassouras e 6 facas de sapateiro", uma séria de material elétrico (para iluminação que não existia no país), 3 reprodutores de bandas magnéticas, e mais uma grande quantidade de matéria-prima para atividades artesanais, estimados em cerca de 200 contos Assina o relatório, o diretor do museu Prof. Doutro Travassos Santos Dias. (GULBENKIAN, P M 10/81)
O parecer dos serviços de Belas Arte da Gulbenkian, de 14 de Março de 1984, dá acordo ao pedido "revela expressivas e básicas carências para ativar a missão do impar estabelecimento museológico" No entanto, no "Apontamento" de João Forjaz Vieira de 20 de Março de 84, a aprovação do pedido fica suspensa até reavaliação dos pedidos da Universidade Eduardo Mondlane, conforme tinha sido combinado na visita da Dr.ª Célia Diniz. Assim morre o projeto (GULBENKIAN, P M 10/81)

ta, como feitorias, e como capital da antiga colónia portuguesa. Disto é testemunha o património construído, constituído por capelas, mesquitas, palácios, conventos, casas de habitação, associados numa estrutura urbana única" (GULBENKIAN, P NA 5235 N3/91, p. 1).

Na altura em que escreve, 4 de fevereiro de 1991 é a data da carta, afirma época que apenas os "Amigos da Ilha estavam a evitar a destruição" Ele tinha visitado a ilha em 1990, ainda antes da classificação pela UNESCO como património da humanidade. Nessa altura já se falava na possibilidade dessa classificação ser feita, o que indica, a existência de vontades de ação. Dizia "*A estrutura social da ilha é um resultado das suas características históricas, geográficas e arquitetónicas. A população da ilha desenvolveu traços culturais únicos e perfeitamente distintos daqueles das regiões vizinhas. A cultura da ilha é um testemunho único de processos interculturais cuja documentação e estudo deveriam merecer a maior atenção por parte de investigadores das ciências sociais e humanas. Tais estudos tornam-se espacialmente urgentes num momento em que se prevê uma ação de restauro arquitetónico socialmente intrusiva e destrutiva; a re-estruturação social da ilha, após tal ação, não refletirá provavelmente a sua atual configuração*. " (GULBENKIAN, P NA 5235 N3/91, p. 2).

Propõe então documentar a situação existente para memória futura. Ora o que é que se propõe fazer. Inicia a sua proposta com um diagnóstico " a musica na ilha de Moçambique". Nele refere a existência de cantos e danças tradicionais tais como Tufo, Nzope, Munahiwe, Massepua, Nikungo, etc. *"alguns destes géneros exibem características próprias das culturas Swahili e árabe, outros evidenciam influências da cultura europeia. Tais géneros musicais estendiam-se outrora até ao interior do continente e pela costa Norte da Ilha. Hoje parecem estar confinados apenas à ilha de Moçambique"*. (GULBENKIAN, P NA 5235 N3/91, p. 2). Para a recolha da documentação, propões uma convergência com o Ministério da Cultura, nos trabalhos a decorrerem nos arquivos do Património Cultural. Propõe então desenvolver um trabalho de dois anos em 4 fases[435]. O projeto foi aprovado pela Fundação. No entanto não será executado porque entretanto, devido à demora da aprovação do projeto, o proponente havia-se envolvido em outras atividades, acabando por declinar o financiamento obtido. (GULBENKIAN, P NA 5235 N3/91).

Não é o nosso objetivo recensear e comentar tudo o que foi publicado, projetado ou pensado sobre a ilha de Moçambique. Muito menos temos a intenção de reescrever a sua história. O nosso objeto é o de num primeiro momento identificar como é que ela se consti-

[435] A primeira fase consistia na recolha exaustiva dos géneros musicais na ilha: a recolha de dados seria feita através de Gravações em suporte digital, em meio audiovisual. Propunha recensear todos os grupos existentes e a criação de índice digital e transcrição musical. Depois faria o tratamento de toda a documentação, envolvendo a sua transcrição, a indexação e a análise. A terceira fase passaria, por um regresso à ilha para atualização da informação. A quarta fase era a preparação duma edição musical "etnografia musical da ilha de Moçambique".

tuiu como um objeto mítico da lusitanidade, para num segundo momento, em tempos mais próximos entender como é que esse objeto se transforma num objeto estético. Despido do seu sentido político, de espaço germinal duma construção lusa (que como vimos incluiu uma querela sobre a sua maior ou menor autonomia em relação ao centro metropolitano), a Ilha de Moçambique transveste-te num espaço patrimonial, onde várias heranças convergem. Esse processo é demonstrado por um conjunto de ações que temos vindo a descrever que atuam sobre a materialidade patrimonial a partir duma ideia estética que atribui uma significação à ideia de património.

Ora como também já salientamos, todas essas operações de valorização de heranças, ou se preferirmos de construção de narrativas mnemónicas são executadas a partir de olhares exteriores à comunidade da ilha. Vimos que raramente a comunidade é mobilizada para participar na construção das suas próprias narrativas. Quando a comunidade é abordada ela surge-nos essencialmente como uma ilustração. Também não deixa de ser significativo que nas ações e projetos que procuram mobilizar a comunidade, raramente existem uma continuidade ou mesmo a constituição desses processos como catalisadores de ação. Procuramos também mostrar que cada tempo lê a Ilha de acordo com os olhos da ação em que estão envolvidos.

5.3. Olhares híbridos para uma ilha

"Ó Oriente surgido do mar
Ó minha Ilha de Moçambique
Perfume solto no oceano
Como se fosse em pleno ar"
Alberto Lacerda, (1963) in Exílios

Sendo que a construção das narrativas são contextualizadas pelo tempo em que são produzidas, e entre outras condicionantes, também em função das ações defendidas pelos atores, importa portanto recolocar o problema inicial, questionando-nos sobre qual o olhar que devemos optar para a construção duma narrativa contemporânea.

Vimos no início que a Ilha de Moçambique é um espaço singular. É singular na medida em que sobre ela convergiram e convergem um conjunto de ações de conservação e preservação com base no seu património e nas suas heranças. No tempo colonial procedeu-se à construção duma narrativa mítica. Essa narrativa mítica sobreviveu e transformou-se numa narrativa estética que mostra essa mesma singularidade através do património e heranças. Sejam eles construções, modos de vida, formas de estar e de ser.

Ora se a singularidade da ilha é dada pela sua essência, que olhares podemos hoje lançar sobre esta ilha para entender a sua raridade. Será que o deslumbramento do sítio é condição suficiente para explicar a sua raridade. Sabemos que os sentidos e as intuições[436] são insuficientes para problematizar. Mas a formação duma consciência sobre o espaço, dado pela sua vivência e reflexão sobre a sua dinâmica pode ajudar a recolocar a construção dos nossos olhares em problemáticas mais contemporâneas.

Por exemplo a narrativa mítica inicial. Uma leitura possível é a leitura da história da chegada dos europeus. A chegada de Gama e demais navegadores é a marca do início da ocupação europeia[437]. Expulsam-se os xeicados suaílis[438] para Sunculo e instalam-se a soldadesca e a padralhada. O espírito de cruzada impera. Numa mão a espada, noutra mão a cruz. A missão era evangelizar. O resultado era o saque. Atrás dos soldados e dos padres vêm os comerciantes, os caçadores de fortunas. A Ilha é uma porta do comércio europeu com as índias. Torna-se um grande porto do Índico, ao mesmo tempo que se mantém como pequeno porto do comércio local. Escravos, Marfim, missangas, são uma atividade que permite a instalação duma comunidade que vai adquirindo traços, especificidades características que lhe são próprias. É a atividade do homem que constrói a cidade. È o sangue e suor dos escravos que ficaram incrustadas nas pedras, ao mesmo tempo que os poetas transcendem a materialidade cantando aos ventos as suas odes sobre as mulheres dessa Ilha dos Amores. E esse é um momento inicial para quem está na Ilha. Para os que se consideram herdeiros desses povoadores conquistadores.

Mas, tal como fez Cristina Roque, (ROQUE, 1994 e 2003), poderíamos cotejar outras narrativas em busca duma visão do mundo nessa época. Poderíamos por exemplo analisar a Descrição de João de Barros, nas Décadas de Ásia. (BARROS & COUTO, 1552/1973) "A qual povoação de Moçambique …), do Roteiro de Lisboa a Goa de Dom João de Castro, em 1535, (VELHO, 1940) de João do Santos em 1607 (SANTOS, 1999), Gaspar Bocarro, em 1616, (OCEANOS, 1996) e de Francisco Payard de Laval (1601-1611) (LAPA, 1892), do Assalto dos Holandeses, à fortaleza de São Sebastião, heroicamente defendida pelo Capitão General Estêvão de Ataíde, de sangue goês, caído em desgraça e mais tarde sepultado em são Paulo, longe dos capitães generais que jazem, com o seu sangue

[436]Intuição no sentido atribuído por Bergson (BERGSON, 1988) como estado primitivo da consciência.
[437]Um trabalho que reflete sobre as descrições da costa africana no século XVI a XVIII foi feito por Cristina Roque. Veja-se (ROQUE, 1994) e (ROQUE, 2003)
[438] A questão dos suaílis como sociedade comercial e língua franca é uma problemática inerente à ocupação e povoamento da costa oriental de África no último milénio. Para uma abordagem deste complexo comercial como unidade de investigação veja-se (HORTON & MIDDELTON, 2000)

luso, no Baluarte. (LAPA, 1892). Mas ainda assim estaríamos a trabalhar sobre os textos que sustentaram a narrativa mítica sobre a ilha de Moçambique.

Poderíamos em alternativa, pagar em fontes produzidas a partir do conhecimento do Índico, na época, e ver como é o território e suas gentes são referidos. São fontes menos conhecidas nos arquivos portugueses, e que têm vindo a ser reveladas fundamentalmente nos processos de renovação da História de África. (KI-ZERBO, 2002) e (M'BOKOLO, 2003). O que distingue os vários ângulos da abordagem será essencialmente a opção sobre o poder que queremos narrar.

Outro exemplo, do ponto de vista eurocêntrico a cidade e a sua história são hoje bem conhecidas, mercê dos trabalhos que nos últimos cem anos tem vindo a ser desenvolvidos no âmbito da busca do conhecimento sobre o seu património e heranças. Essa é uma narrativa essencialmente eurocêntrica. Se na fase da independência essa narrativa, como discurso dominante, tende a ser substituída por uma narrativa centrada no espaço africano; ela hoje opta por atribuir uma outra significação ao espaço e ao tempo. Por essa razão ele assume uma dimensão mítica que se afasta da comunidade procurando incluir valores que são construídos fora das relações vividas pelos habitantes da Ilha de Moçambique. O problema que a Ilha de Moçambique representa e representou na construção duma narrativa alternativa é de que ela não tem expressão na ilha[439]. Uma narrativa sobre um espaço onde não há significação não gera uma perceção de valor.

Desse modo, para além do valor atribuído pela narrativa mítica gerada pelos portugueses, que como vimos se baseou em valores históricos gerados no âmbito das justificações da hegemonia colonial europeia, que ficaram desfasados no tempo e que com base nesse delírio acabaram por ser tragicamente resolvidos pela lei da guerra. Para além desses valores, dizíamos nós e perante a impossibilidade de gerar ou os substituir por "valores de significado africano" ou "valores de significados suaíli", ajustaram-se os valores humanistas, que se traduziram da significação da Ilha de Moçambique como espaço multicultural. Esse espaço de encontro passou então a ser a narrativa que domina na construção dos discursos. Deste modo, em Moçambique temos um discurso sobre a ilha a dois tons. O tom da universalidade, da Ilha como espaço de encontros, como um exemplo dessa moçambicanidade, que afi-

[439] Por exemplo, para os Macuas, a sua tradição oral atribui o seu local original nos Montes Namuli, perto do Gurué no Alto Zambeze. Terá sido a partir deste monte-ilha que os macuas se terão espalhado em direção à Costa. Por sua vez, as comunidades swahili, a suas narrativas míticas atribuem como origem a Península Arábica, junto das costas de Omã, de onde teriam partido para comerciar e povoar as cidades costeiras do Índico, até Sofala.

nal se concretiza em todo o país; e a par com este registo, persiste o tom da nacionalidade, onde a Ilha de Moçambique ainda é vista como um espaço dos outros, um espaço que se opõe por ser dos conquistadores. Mas, entre estes dois registos, subsiste ainda, sem expressão mas com vontade de ação, a memória dos que lá habitam, que não se revendo nos vários discursos, procuram ainda afirma a sua identidade e a sua memória. E é essa busca de uma reconfiguração dos heróis que vamos agora procurar.

Já vimos na Ilha de Moçambique, como espaço fechado, é possível identificar a passagem de um conjunto de heróis lusos. Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Dom João de Castro, São Francisco Xavier, Luís de Camões, Fernão de Magalhães, Pedro Alvares Cabral, Dom António Barroso, Mouzinho de Albuquerque. Vimos como essa mitologia deu origem à criação da Ilha de Moçambique como um símbolo mítico duma memória, que podemos classificar de "luso tropical". Uma memória que legitima a consciência da dominação colonial. Essa Ilha de Moçambique corresponde a essa cristalização. Um espaço onde a ação (heroica) do passado servia para justificar a ação (associada ao heroísmo) do futuro. Essa é uma visão escolástica da ação que se justifica pelo seu fim. O fim da ação heroica encerra-se em si mesma e não carece de outra legitimidade, do que a do seu fim encerra. E esse fim é uma elevação do espírito sobre a matéria. Os heróis são o exemplo dessa transcendência. A busca dessa transcendência é um percurso. Um percurso que exclui o olhar para o exterior.

Essa visão, ou se preferirmos a construção dessa narrativa, da ilha como espaço mítico permite valorar uma nova valência para o espaço da Ilha de Moçambique. Essa nova especialidade territorial acontece após o tempo em que a Ilha perde sucessivamente a sua condição da praça-forte, porto e capital. Essa nova especialidade encontra na atividade emergente do turismo a sua nova oportunidade.

Mas como qualquer atividade, o turismo per si só não é uma solução. O que é a solução é o produto que é oferecido[440]. Mas não é um turismo qualquer. É um produto que transporta uma marca diferenciadora, alicerçada numa visão de uma gesta espiritual, de raiz lusa. Essa gesta, como temos vindo a ver, é feita com a espada desembainhada numa mão e com a cruz de pau na outra, amolecendo e submetendo as mentes à ideia duma superioridade

[440] O turismo como atividade económica é um serviço. È um produto que se consome no próprio momento em que é desfrutado. Há uma coincidência entre o tempo de produção e o de consumo. Para criar uma atração sobre um território de turismo é portanto necessário oferecer algo que seja específico para o desejo do consumidor. Na Ilha de Moçambique, para além da infraestrutura, oferece-se também uma imagem de uma Portugalidade.

duma linhagem espiritualmente pura, ainda que só os eleitos pudessem ser puros e assim poderem ser superiores ao outro. Ainda que, aqui ou ali, aflorassem ideias de uma multiplicidade una; a política, a ciência e a história ia invariavelmente negando outros olhares, e os olhares sobre o outro.

Mas essa visão escolástica dos princípios espirituais da nação lusa, como vimos, estava fora do seu tempo. Não que esse não seja o seu tempo, mas estava a distanciar-se das dinâmicas dos temos das próprias sociedades ocidentais. O pensamento e a conceção do mundo evoluíram para além da escolástica. O pensamento positivo, a técnica e a economia governavam o mundo. À Escolástica opunha-se a dialética. A conceção de que o mundo não é uno, mas diverso. À unidade finalista da escolástica opunha-se agora a conciliação. A necessidade de operar uma negociação. Criar compromissos entre opostos. Enfim, a consciência de que a dualidade do mundo implicava a integração de todos.

Quando toda essa corrente libertadora ganhou finalmente o espaço e o tempo da ação, foram-se os antigos conquistadores e ficaram os seus símbolos. O que fazer com essas pedras terá sido a primeira interrogação. Os novos senhores olhavam para, essa outra memória, uma outra história que não lhes parecia toda sua. Depois, conta-se no museu, Samora Machel, na sua viagem do Rovuma ao Maputo em 1975, teria pernoitado no Palácio dos Governadores gerais[441], e ao tomar conhecimento do desaparecimento das peças das baixelas aí guardadas, terá dado ordem aos guardas da Frelimo, doravante o museu era para ficar como estava, porque aquilo era do povo moçambicano. Da veracidade da história não encontramos validade. Mas ela é significativa porque, à sua maneira, representa a vontade de museu e a vontade de património. E essa vontade continuará.

Entretanto a ilha é alvo de novas leituras. O turismo contínua como vontade de futuro, mas novas leituras se vão instalando. Já falamos da leitura arquitetónica e da emergência do paradigma da conservação do edificado. Até 1985 a equipa de arquitetos dinamarqueses estiveram na Ilha e lançaram as primeiras bases da política de conservação. O "*Relatório azul*" (MOÇAMBIQUE, 1985) e nesta âmbito um documento exemplar. No seu diagnóstico, para além duma leitura do enquadramento morfológico, histórico e social da ilha, faz uma análise exaustiva da cidade de "pedra de cal" e da cidade "macúti", com análise detalhada dos elementos morfológicos e funcionais. Esse levantamento é acompanhado dum levantamento cartográfico e duma interpretação dos modos de vida social dos habitantes. O

[441] O episódio é contado pelos Guias do Museu de são Paulo. Visita efetuada em Dezembro de 2009.

livro desenvolverá ainda uma sugestão dum "Plano de Ordenamento" e um conjunto de oito projetos prioritários e um programa para a cidade macúti. (MOÇAMBIQUE, 1985) Seria interessante comparar os dois projetos nessa altura desenhados (o dos dinamarqueses e o do portuense Vieira de Lima), mas levar-nos-ia, no âmbito deste excurso, para outros caminhos. Alias, no tempo seguinte, a leitura arquitetónica e sobre o uso das cidades e dos edifícios vai-se manter, como objeto de investigação e proposta (MACIEIRA, 2007).

Para já damo-nos conta que paralelamente a este paradigma conservacionista, que busca o desenvolvimento alicerçado no património[442], e na sequência das visões estéticas da ilha, que em parte resultam de releituras da sua história, que dão origem a um paradigma de exaltação estética da ilha, emerge timidamente uma representação dos habitantes da Ilha.

Alexandre Lobato, na sua monografia de 1944 já havia escrito, um pequeno capítulo sobre a vida social da Ilha de Moçambique[443]. Nas suas obras posteriores estes quadros desaparecem, porque entretanto a "política de espírito" instala-se como paradigma de leituras. A focagem sobre os habitantes da ilha, sobre a sua forma de viver, vai emergir após a independência, nos vários relatórios internacionais. Em 1999 no âmbito do Colóquio da Ilha de Moçambique como espaço de convergência de povos e culturas (MATTEO & ZAMPONI, 1999) é notória a preocupação por uma maior focagem sobre que são realmente os seus habitantes ganha relevo[444]

Pelas várias descrições que temos que, por exemplo, em 1567, quando Camões passa pela Ilha havia já duas povoações. Uma no Largo de São Gabriel até ao Pelourinho (Bazar). Aí viviam os portugueses e demais cristãos, A outra povoação, a Missanga, a dos mouros era na ponta da ilha, apartada dos cristãos, na sua maior parte constituída por marinheiros e lascarins de Goa. A segregação entre os espaços parece ter sido uma constante na ilha. Mas lentamente a vida social começa a tomar conta das investigações. As festas da ilha ganham observadores: a circuncisão, o batuque do quintal e o casamento ganham relvo

[442]Por exemplo José Capão, um sociólogo que escreve "Ilha de Moçambique: Sem desenvolvimento não há conservação", afirma os estudos de conservação deveria ter sido acompanhados de projetos de desenvolvimento económico e social. Acaba a defender que "*é necessário apoiar as iniciativas locais de desenvolvimento, promovendo a canalização de investimentos rendíveis a curto prazo, e a reforçar as estruturas locais de modo a garantir uma melhor direção, gestão e controlo do centro urbano; trata-se de encontrar os meios financeiros, humanos e materiais para o restauro e a conservação do património edificado. Isto tudo nume perspetiva de desenvolvimento integrado da cidade e da região que a cerca*." (OCEANOS, 1996, p 67)

[443]Veja-se supra 5.1.6.

[444] Neste artigo cita "Entre Gente Remota", uma publicação de Lourenço Mano (MANO, 1963), publicada em Moçambique, pela Minerva Central. Esse livro é um conjunto de crónicas históricas, publicadas no semanário Moçambique entre 1958 e 1961. Na verdade este livro é um conjunto de notas de "*petit histoire*", narradas a partir do ponto de vista do colonizador, sem uma preocupação de procurar o olhar do outro..

antropológico que diz, por exemplo "*O batuque do Quintal é uma prova de saber dançar e a ele preside de um júri sempre exigente na graciosidade dos meneios e no acompanhamento rigoroso do ritmo*." (MOÇAMBIQUE, 2005).

A consciência de que a ilha evoca imagens diferentes, consoante quem a observa instala-se. Portugal olha-a como lugar da "exaltação da epopeia" (MATTEO & ZAMPONI, 1999, p. 7). Para além disso, que como verificamos é uma consciência dum tempo, a cidade, a cidade de "pedra e cal" é afinal uma cidade "*produto da miscigenação, entre a nova presença portuguesa a cultura mercantil antiga de séculos que ligava a população da costa e o seu interior natural*" (MATTEO & ZAMPONI, 1999, p. 7). E continuando o seu prefácio Anna Maria Gentili afirma: "*A cidade macúti, dos indígenas, com a sua população variada foi durante séculos lugar duma mestiçagem contínua que produziu uma miscigenação de culturas que, apresar da diáspora, da mudança radical da população da ilha provocada pela sua decadência e pelas consequências da guerra que a encheram de refugiados, guarda marcas culturais específicas que, por vezes, se enriquecem de novas contribuições que acabaram por influênciar as populações do interior. A ilha de Moçambique é uma espécie de metáfora da identidade moçambicana: encruzilhada de antigas mestiçagens ao longo das costas e dos caminhos comerciais do interior que produziram sincretismos culturais que nem a dominação colonial, através das suas políticas de subordinação, de divisão e hierarquia entre religiões e populações indígenas e entre castas e as outras entidades raciais ou étnica, entre dominadores e dominados conseguiu quebrar* (MATTEO & ZAMPONI, 1999, p. 8). Note-se que a autora do prefácio, conforme escreve, tem uma experiencia vivencial da ilha, que visitou em 1978 como "*turista pobre que viajava de machimbombo*". Viu a cidade de pedra e cal "*como um navio fantasma*", abandonada de gentes, e a cidade macúti "a fervilhar de vida". Fala também dos projetos em curso Das suas contradições: "*Há um certo receio ao longo destas páginas de pensar a sua salvação como um museu considerando que a ilha é viva e todos temem os projetos de valorização turística já pensados depois da segunda guerra pela administração portuguesa e sempre fracassados, concebidos como ilhas de privilégio dentro dum panorama de uma geral degradação de uma economia de sobrevivência elevadas a atracão exótica. A reconstrução e a valorização da ilha são portanto, de novo, uma metáfora das escolhas e dos caminhos da transição atual de Moçambique*" (MATTEO & ZAMPONI, 1999, p. 9).

A problemática da natureza da ilha é sem dúvida aliciante. Todos os que por lá passam deixaram, na medida do seu génio e habilidade de cada uma visão do espaço e do tempo. Uma visão pessoal, uns através da poesia, outros da ciência ou da narrativa, e ainda outros, a partir das leituras desse espaço, nesse tempo, propostas de transformação para o futuro. Como vimos, e como veremos, numa análise no espaço e no tempo os seus problemas são similares. Da antiga especialização militar e vocação de entreposto comercial do

Índico, a cidade –ilha perdera posicionamento. A capital da colónia deslocara-se para sul, levando consigo definitivamente as funções administrativas.

Do tempo colonial herdara-se uma "visão" alicerçada no turismo. O problema parece ser relativamente simples. Como é que uma cidade construída a partir das rendas do comércio negreiro e da força das armas se reconstrói. O turismo foi a receita prosseguida pelos colonialistas, que dela quiseram fazer o objeto mítico da lusitanidade. A ilha de Moçambique como ilha dos amores.

Após a independência, a busca da moçambicanidade, fez, num primeiro momento deslocar o foco para outras problemáticas. Rapidamente, a política se recentra nela. Ela, a Cidade-Ilha, é agora de todos. Um espaço reconhecido internacionalmente. E lentamente emergem os excluídos. Aquela aquém nunca tinha sido dada a voz, começam a ganhar visibilidade.

No início tínhamos abordado a questão da complexidade o objeto de estudo. A singularidade da Ilha ao olho do viajante. Como pudemos verificar, esse deslumbramento tem sido uma constante ao longo das últimas décadas. Uma plêiade de intelectuais, um escol da cultura portuguesa, moçambicana e internacional se tem debruçado sobre esta ilha. Tem sido dissecado por olhares poéticos, líricos, científicos, urbanísticos, antropológicos. Continua a revelar segredos. Chegou a altura de assumirmos o desafio de lhe acrescentar o olhar museológico. Onde vamos incrustar a imaginação museológica nesta ilha.

Assentar o olhar na comunidade revela-nos uma singularidade. Há quem tenha procurado associar essa singularidade a uma especificidade lusitana ou a criar um mito luso tropical. Em boa parte, essa imagem mítica da cidade ilha permanece no imaginário lusitano, mal resolvido que temos o problema colonial. Mas olhar a ilha a partir do seu interior pode conduzir-nos a interpretações diferentes. Assumir a Cidade-Ilha a partir de si própria. A cidade como um espaço onde, em diversos tempos se cruzaram influências. Uma cidade que continua a reconstruir-se a partir de si própria, com as suas especificidades. Este é o nosso ponto de observação.

Assim, ao invés de estarmos à procura da "identidades" culturais, partimos da proposta da cidade ilha como um espaço híbrido. Um espaço onde se cruzam tempos diferenciados e sobre a qual se fazem narrativas diferenciadas. Nestor Canclini, no prefácio de 2001 à sua obra Culturas Híbridas (CANCLINI, 2008, p. XVII –XL) propõe um conceito operativo de "processos de hibridação restrita". Estes processos de hibridação restrita resultam das oposições antinómicas entre tradição e modernidade (ou entre o popular e o erudito) e numa

relação entre a adesão e a resistência. No cruzamento destas tensões, ou nas suas várias possibilidades combinatórias, o conceito de hibridação encontra, segundo Canclini, a sua validade operativa.

Vamos aceitar esta proposta conceitual, e considerar a Ilha de Moçambique como um espaço envolvido num processo de hibridação restrita. Significa isso que a vamos olhar, museologicamente, a partir da sua unidade interna. Não vamos procurar explicar nas partes a constituição do todo. A hibridação é um processo em que diversas componentes se juntam para criar novas qualidades.

Oriundo da Biologia, Canclini defende a utilização deste conceito para analisar as formações interculturais modernas, como forma de problematizar as articulações entre a modernidade (no sentido de contemporâneo) com a tradição que tentou excluir ou superar. (CANCLINI, 2008, p. XXX) "*A descoleção de patrimónios étnicos e nacionais, assim como a desterritorialização e a reconversão de saberes, costumes foram analisados como recursos para hibridizar-se*" (CANCLINI, 2008, p. XXX). Canclini, aos estudar os fenómenos de interculturalidade deu-se conta que os processos de globalização, ao atuarem a interculturalidade, ao incrementarem as trocas geram novas fusões ao mesmo tempo que criam novas desigualdades e novas resistências. Depois de analisar os conceitos de mestiçagem, crioulização, sincretismo conclui que esses conceitos não enquadram operativa mente as questões das resistências. A Teoria da Hibridação permite portanto incluir o que une e o que resiste. Torna-se, segundo Canclini, uma operação mais adequada a processos complexos, e que permite ultrapassar as lógicas de oposições binárias (do tipo selvagem/civilizado), uma vez que os processos sociais de hibridação transportam uma variabilidade de pertenças, não enquadráveis em categorias identitárias.

Há no entanto que ressalvar, que os trabalhos de Canclini se situam fundamentalmente em territórios de fronteira, nos territórios americanos. Há que portanto verificar com especial cuidado a sua utilização em contexto africano. Como já abordamos no capítulo 2[445] a questão dos espaços de aculturação emergiram como uma problemática dos Estudos Pós-Coloniais. Embora o termo aculturação não seja muito indicado no estudo das situações coloniais (WACHTEL, 1977) fundamentalmente por o processo colonial ser um processo de hegemonia, como é que ele tem sido operacionalizado. Como explicar a produção de tantas situações diferentes, interroga-se Nathan Wachtel ao constatar: "*A própria noção de aculturação*

[445] Veja-se ponto 2.1.2.3.1 - As culturas Híbridas e a Proposta de Canclini

não tenderá a diluir-se na infinita diversidade de culturas e seus encontros? Será portanto necessário estudar primeiro cada caso concreto para depois, através do método comparativo, reunir os múltiplos elementos de análise "(WACHTEL, 1977, p. 151). Assim a "*Análise e comparação dos carateres externos da aculturação, que permitam elaborar uma tipologia e talvez uma combinatória das sociedades em presença, das modalidades de contacto e dos resultados produzidos" (*WACHTEL, 1977, p. 151). A isso acresce que os contactos produzidos nas sociedades coloniais dependem dos agentes que participam no processo. Assim, ao analisar os processos de aculturação na América Latina, propõe uma tipologia com base nos espaços de "***Aculturação Imposta***" *e "****Aculturação Espontânea***" (WACHTEL, 1977, p. 154). O primeiro resultante duma colonização integral (feita pelos espanhóis no México e no Peru), com a segunda a situar-se nas fronteiras destes territórios. No entanto esta última é um território fluido, que à medida que a penetração europeia avança no território americano, se vai deslocando. Assim, em função destes contactos, os processos de aculturação foram classificados como de integração ou de assimilação (WACHTEL, 1997, p. 156).

Estes são dois polos dum processo em que o elemento indígena absorve do colonizador algumas das suas técnicas e sistemas de valores integrando-as recriando a sua própria cultura; na assimilação, o outro lado do polo, o que acontece é uma apropriação da totalidade dos sistemas de valores dos colonizadores, implicando o abandono da identidade indígena, partilhando completamente o novo sistema de valores. Entre os dois polos podem constituir-se tipos intermédios, que o autor chama de sincretismo e disjunção. O primeiro é a combinação de elementos oriundo de culturas diferentes, que dá origem a um novo sistema, ordenado de acordo com novos princípios (WACHTEL, 1977, p. 157), enquanto a disjunção representa uma outra aculturação intermédia, em que uma cultura adota apenas um domínio particular sem uma integração no seu sistema cultural. Por exemplo adotam uma cultura agrícola, sem abandonar formas rituais das culturas que substituíram (WACHTEL, 1977, p. 158).

Mas diversos processos de aculturação: integração, assimilação, sincretismo e disjunção, podem combinar-se no tempo numa mesma sociedade. A integração corresponde a uma adesão espontânea ou no início do domínio. As outras formas acontecem à escala da sociedade global, no termo dum domínio completo e podem resultar em sociedades estáveis, não isentas de contradições. Mas, as tensões vividas entre duas culturas podem afirmar-se como casos intermédios, de "dualidade cultural", local onde numa cultura se vivem ambiguidades fundamentais.

Como metodologia conclui: "*Tipos de sociedade em presença, tipos de contactos, tipo de processos e de resultados: a partir da multiplicidade dos casos concretos, o método comparativo permite definir*

um certo número de variáveis, cuja combinação fornece um esquema, ou pelo menos os princípios duma ordem na complexidade dos fenómenos. Poder-se-á multiplicar as variáveis e suas combinações para chegar a uma tipologia mais completa e mais refinada. Quadros indispensáveis, mas devemo-nos proteger de um risco que consistiria em reduzir os fatos de aculturação a ma simples combinatória, a um jogo de categorias abstratas: quais são no interior das categorias, ou entre as categorias, os processos concretos? Os dinamismos criadores? Como se operam as escolhas, as rejeições? " (WACHTEL, 1977, p. 169)

A aculturação, diz o autor, é um processo dinâmico. As categorias operatórias da aculturação não bastam para uma análise da sua complexidade. É necessário aplicar ainda dois métodos complementares. O inventário comparativo e a análise estrutural e histórica de cada caso concreto. Cada caso de aculturação depende das estruturas onde se inserem e das "práxis" que escolhe os elementos adotados e lhes dá sentido. (WACHTEL, 1977, p. 169)

Na época a teoria da aculturação ainda estava em formação. Era necessário fazer a prova, pela análise de outros casos para além do domínio do ocidente sobre os outros povos (islão sobre africanos, civilização chinesa, hindu, japonesa). Assim o conceito poderia alargar-se à análise da própria história, acabando o autor por se interrogar se a história não será ela própria um processo de aculturação

Finalmente interroga-se se não será por acaso que nessa altura se assistia a uma vitalidade dos trabalhos de análise do passado sobre um conjunto de temas que a racionalidade havia afastado, como por exemplo o messianismo. Interroga-se se esses estudos não corresponderiam a sintomas comuns a sociedades em crise "*que na base de tradições mais ou menos reinterpretadas, esperam um cataclismo cósmico ou o fim dos males do presente*" (WACHTEL, 1977, p. 159)

O autor acaba por colocar um problema, que ao mesmo tempo é uma proposta de campo de estudos, sobre o fenómeno das sociedades bloqueadas. As sociedades europeias cristalizadas nos seus mitos fundadores, de base nacional. "*Se os estudos sobre a aculturação permitiram, pelo menos, redescobrir outras humanidades. Permitiu redescobrir outras europas, que resultaram da integração de outros mundos. Num primeiro momento, a Europa inferiorizou as culturas que integrou, para agora as valorizar." (*WACHTEL, 1977, p. 171)

Um outro conceito ilustra igualmente esta questão: o conceito de mestiçagem cultural. Por exemplo, num estudo de Catherine Coquery-Vidrovitch a autora interroga-se se Portugal não é um país de mestiçagem cultural (COQUERY-VIDROVITCH, 2001, p. 156). A autora parte das seguintes premissas. Os portugueses foram os primeiros a atingir as costas africanas. Partiam sozinhos, sem famílias. Eles rapidamente se ambientaram aos novos territórios e, os que chamamos luso-africanos prosperaram. A partir do século XVII, esses terri-

tórios passaram a ser assediados por holandeses, ingleses e franceses. Os contactos com África passam a ser feitos pelos brasileiros, que se dedicavam sobretudo ao comércio negreiro, criando um novo elemento mestiço, o Afro-brasileiro. A autora procura, no artigo citado recensear essas influências mestiças. As comunidades crioulas, que para além da língua, também assume a mestiçagem nas formas de vida e formas de estar. A autora vai mesmo mais longe, alargando o seu trabalho à influência na construção urbana.

As comunidades crioulas tornam-se assim objeto de estudo. Há muitos autores que se assumem como crioulos, como resultado da miscigenação da língua, dos modos de estar, de sentir, de viver, de comer, de vestir. No entanto, a aplicação deste conceito não nos parece adequada no caso da análise da Ilha de Moçambique, porque, no seu espaço, parece ter existido sempre o mesma população, não se registando movimentos migratórios de alta intensidade que alteram substancialmente a matriz preexistente. Pelo contrário, o que parece suceder, por parte dos que chegam, é uma adaptação mútua. E talvez seja essa consistência interna que leva, empiricamente, a tentativa da sua explicação racional com base nos conceitos tradicionais.

António Sopa dá conta da incomodidade contemporânea dos moçambicanos em relação a esta ilha. Diz nomeadamente: "*quando o luso tropicalismo foi assumido pelo Estado Novo, servindo para justificar a sua permanência em África, a ilha era um dos poucos exemplos de sociedade mestiça no território, de que tanto falava o célebre sociólogo brasileiro. Que esta imagem se tenha mantido intocada após a independência nacional é mais difícil de aceitar. Os sucessivos governos moçambicanos têm vindo a pautar-se por uma grande ambiguidade em relação a este assunto. Ao mesmo tempo que levam a efeito um conjunto de ações, a mais importante das quais foi a classificação da ilha como património da humanidade, em 1993 (*sic*), de maneira a mostrar internacionalmente as sua preocupações por aquele espaço, vestígio grandioso duma presença e expressão física desse convívio, nunca foram capazes de estabelecer um amplo debate das razões que justificam a preservação e de tudo o que aquele património representa. Deste silencio mantido tanto por moçambicanos como por portugueses, dá conta o historiador António Capela*" (SOPA, 2003, p. 101- 102). De seguida cita Capela "*A invocação idílica da Ilha paradisíaca e o apelo à memória do centro do encontro de culturas gerador de correntes de afetividade só terão sentido após o exorcismo de mal entendidos históricos que continuam a confundir-nos. O que jamais tendo sido tentado, se ilude com toda a desfaçatez"* (CAPELA, 1999, p. 68 - 69). Como podemos ver, a problemática do objeto da Ilha de Moçambique não só deslumbra como incomoda. E esse incómodo instala-se quando ela foge às explicações simplistas. Incomoda, quando interrogamos as pedras da ilha e lhes perguntamos com que cal elas foram feitas. Quem é que foram aqueles que construíram e de onde veio o capital que sustentou a sua construção. Incomoda porque com a sua beleza é um exemplo das contradições dos tempos. Por isso ela é uma ilha de todos.

Nas narrativas abordadas, nas várias tentativas de compreender os processos da ilha, cada observador considera o tempo como uma invariável na sua análise. Ou seja, as diversas narrativas que analisamos estão, por assim dizer contaminadas com um tempo sequencial. Sejam as narrativas históricas, que se iniciam com o Gama, sejam na literatura, nas nostalgias do passado ou na exaltação dos contrastes, sejam ainda na "dissolução" do edificado urbano, por falta de uso e manutenção. O tempo é uma linha contínua sobre a qual decorrem os acontecimentos. Ora se assumirmos o tempo, a pluralidade dos diversos tempos como uma variável de análise o que é que podemos encontrar. Onde é que encontramos esses tempos.

Em 1962, Alfredo Margarido, no seu prefácio à antologia dos "Poetas de Moçambique" (MARGARIDO, 1962) e a propósito das reflexões sobre a temporalidade na negritude[446], feitas por Jean Paul Sartre[447] em "Orphé Noir", afirmava que "*evidentemente que quando nos referimos a formas de temporalidade nos queremos referir não ao tempo considerado como elemento do devir, mas antes duma consciência do devir, que não pode deixar de ser uma consciência do tempo. Deste modo somos obrigados a recorrer a um tempo que esteja no mundo e já não considerando a sua raiz*" (MARGARIDO, 1965, p. II). Esta reflexão encadeava-se a propósito da opinião de Sartre de que os negros estavam mais próximos da materialidade, e por isso apresentavam uma visão da sua existência ligada ao mundo. É preciso notar que estávamos, na época em plena reflexão "existencialista"[448]. Sobre esta polémica, rematou Alfredo Margarido, com pertinência e humor que lhe é reconhecido: "*Se quiséssemos uma interpretação social desta metafísica, diríamos que uma poesia de agricultores se opõe aqui uma prosa de engenheiros*" (MARGARIDO; 1964,p V).

Para Alfredo Margarido, o importante é "objetivar o devir". Esta objetivação do devir é "*um objetivar da duração"*. A organização sistemática da consciência (que) depende na verdade inteiramente da maneira como o tempo – que se renova incessantemente – se objetiva com a intencionalidade do homem e do grupo social." (MARGARIDO; 1964,p III). Para Margarido, o devir é como uma "força compósita" que agrega as intenções múltiplas

[446] O termo negritude é criado por Aimé Césaire (1913- 2008) (CÉSAIRE, 1971) e Léopold Sédar Senghor (1906-2001) por volta de 1935 (SÉNGHOR, 1977) para designar a "personalidade africana". Nas palavras de Senghor, "o que faz a negritude dum poema, é menos o tema do que o estilo, o calor emocional que dá vida às palavras, que transmuda a palavra em verbo" (MARGARIDO;1964, p V).

[447] Jean-Paul Sartre (1905-1980). Filósofo francês que influencia o pensamento ocidental na segunda metade do século XX com a reflexão sobre o existencialismo

[448]Não cabe aqui desenvolver a questão, mas, nos que nos interessa para este caso, é a reflexão sobre o desfasamento entre a consciência e a materialidade, que se desenvolve no mundo ocidental numa inversão dos termos que Bergson havia tratado. Esse filósofo francês que influencia a primeira metade do século havia concluído em Matéria e Memória, que á a consciência criadora que permite desenvolver a liberdade.

dos homens, dos acontecimentos. Ora, para Margarido essa perceção do devir, nas sociedades negras, não pode deixar de corresponder a uma consciência da experiencia existente. Rejeita com isso qualquer conotação, de que as sociedades tradicionais sejam passivas. Elas respondem e organizam a ação. A ação pode conter ritmos diferenciados. Mas vincular ritmos de vida à ação, como diz Margarido, é diferente do marcar as consciências dos modos de vida. (MARGARIDO, 1964).

Como diz Margarido, a distinção dos tempos pela perceção, permite identificar por exemplo diferentes formas de tempos urbanos e rurais, ou se quisermos atualizar o vocabulário, tempos de tradição e modernidade. E que a esses tempos correspondem valores sociais, marcados por ritmos telúricos[449] ou ritmos mecânicos. É importante não subestimar que as ações de hegemonização são sempre marcadas pela imposição de outros tempos, por outros ritmos que se sobrepõem aos tempos preexistente[450]. É a consciência dessa outra dimensão do tempo; da multidimensionalidade do tempo que importa reter, pois o tempo reflete as formas de organização da sociedade. O tempo vivido, como memória social é igualmente um objeto de conhecimento.

Alfredo Margarido no texto que temos vindo a citar, vai, a partir destas reflexões procurar encontrar nos ritmos da literatura moçambicana, mais particularmente nas suas formas poéticas os sinais do tempo. Ela parte da formulação desta problemática para análise a poesia tradicional, a poesia mestiça, a poesia urbana. A análise de Margarido prossegue de pois no campo da linguística como objeto de estudo para, segundo ele "*procurar entender na língua dos poetas de Moçambique, aquilo que é substancial como raiz de uma modificação da língua portuguesa, que progride no sentido de se apropriar dos elementos que mais caracterizam a especificidade da ecologia moçambicana. E é dentro dessa ecologia que devemos procurar a estrutura do existente, pois emerge dela a própria intensidade expressional*" (MARGARIDO; 1964, p. V). A expressão moçambicana a partir da sua estrutura interna é em suma o propósito de Alfredo Margarido nessa antologia.

O que Margarido problematiza é essa relação entre o tempo dum espaço e a memória social que desse próprio espaço se tece. Como vimos a sociomnese é um campo de tensão entre o poder e a rememoração. Essa tensão é um processo que ocorre num espaço e num tempo. E, se ultrapassarmos a escala do tempo mecânico, e situarmos a relação entre o

[449]Ritmo que obedecem ao calendário solar.
[450] Como diz Canclini, (Canclini, 2008) os tempos tradicionais sobrevivem nas festas e nas cerimónias rituais, que na maioria dos caso resultam de adaptações entre os tempos antigos e os novos tempos.

espaço e o tempo num campo multidimensional, verificamos que num mesmo espaço podem ocorrer tempos diferentes. Há diversas temporalidades. E a memória, a rememoração pode fazer confluir num mesmo espaço tempos diferenciados.

É por essa razão que as narrativas da ilha são tão consistentemente alucinantes. Elas transportam dentro de si tempos de diferentes memórias. É por isso que, o tempo colonial lhe quis atribuir a função luso tropical. Uma ideia "encomendada" ao célebre sociólogo brasileiro que justificava, tardiamente, a missão civilizadora, sobre a qual se constrói uma utopia. É talvez também por isso que a Ilha gera uma empatia particular a quem reconhece a "gesta lusa" no mundo. É também por isso, que após a independência, a questão da ilha de Moçambique gera igualmente situações contraditórias. Se por um lado se lhe reconhece a especificidade, o que conduziu através de ações concertadas de política cultural, à classificação como património da humanidade; também por outro lado, ela não representa essa moçambicanidade porque não transporta a essência da africanidade, que as políticas culturais então em voga exigiam. Ou seja a ilha de Moçambique ao tornar-se num espelho em que a realidade surgia ampliada como uma alta definição, para usar uma metáfora tecnológica torna-se num espaço de múltiplas consciências onde todos encontram se encontram refletidos como se observassem a um espelho. É essa miragem que produz a sedução do encantamento da experiencia da ilha.

Talvez porque reconhecendo-a como espelho, tantas palavras, declarações de intenções tenham sido feitas e tantos projetos planeados. Mas, tal como a semente só lavra em chão propício o tempo dos homens só deixa medrar o que é do tempo desses homens. Ao fim de vinte anos como património da humanidade, o que é que foi feito e como foi feito na conservação e revitalização do seu património. Que patrimónios foram "conservados"? Que patrimónios e memórias ficaram esquecidos. Só questionando os seus habitantes o poderemos construir como saber. Esse é o desafio da nossa ação museológica.

Nos capítulos anteriores apresentamos uma leitura da sociomnese da Ilha de Moçambique no presente (capitulo três) e apresentamos uma proposta de operação através dum conjunto de marcadores de memória adaptados a realidade moçambicana (capitulo quatro). Neste capítulo analisamos detalhadamente a construção dessa sociomnese, primeiro como um mito do luso tropicalismo, de seguida como uma narrativa que conduz à emergência da Ilha de Moçambique com património da humanidade, com base na sua especificidade e no quadro duma estratégia de desenvolvimento territorial que se havia iniciado no passado. Fizemos portanto um trânsito entre o presente e o passado na busca dum sento para a cons-

trução da narrativa da sociomnese. De seguida vamos olhar como é que os atores na ilha de Moçambique olham para o futuro como uma expressão da sua vontade de ação.

6. NARRATIVAS SOBRE A VONTADE DE FUTURO NA ILHA DE MOÇAMBIQUE

"Atualmente, pensa-se que cinco filhos não são demais, mas se cada um deles tiver outros tantos, antes da morte do avô existirão já 25 descendentes. Há maior número de pessoas e a riqueza é menor; trabalha-se mais e recebe-se menos"
Han-Fei Tzu
(Provérbio Chinês)

Neste capítulo vamos trabalhar o olhar dos atores sociais e económicos sobre o futuro da Ilha de Moçambique enquanto expressão duma ***vontade***. Vamos também abordar as formas e processos como o seu património e heranças são integrados nessa vontade de ***desenvolvimento***. Esta análise da vontade de desenvolvimento resulta da aplicação de um conjunto de entrevistas efetuadas aos atores onde verificamos a estratégia e o posicionamento de cada um em função da questão da "conservação - mobilização" do património e heranças da ilha. Essa análise foi complementada pela avaliação dos documentos estratégicos em vigor. A metodologia aplicada teve por base a análise de conteúdo das entrevistas e dos documentos.

O ponto de partida a análise assume a museologia como uma proposta de **participação dos atores**, no âmbito da qual o desenvolvimento duma **análise da estratégia dos Atores** se mostra como um instrumento adequado ao entendimento da complexidade da formação social onde o processo se desenvolve.

Efetua-se igualmente neste capítulo uma análise dos projetos em curso, nomeadamente os projetos de "conservação" lançados no âmbito da Unesco, numa perspetiva de avaliar as suas propostas de atividades de desenvolvimento social na comunidade, sobretudo aquelas que incidem sobre as atividades culturais e artesanais da Ilha de Moçambique, ou que possam de algum modo ter implicação no campo da formação da memória social e do património. Os projetos em curso foram analisados a partir da configuração da sua "*cadeia de valor*", assumida como um conjunto duma fileira produtiva, de serviços há comunidades, onde os recursos patrimoniais são incluídos como fatores da criação de valor. Na avaliação desse valor ponderam-se as condições de sustentabilidade do processo de proteção e conservação patrimonial, propondo-se, como alternativa para os processos museológicos a criação de "***redes de valor social***"[451].

[451] O conceito de rede de valor social tem vindo a emergir como conceito na ciência social para operacionalizar formas de organização de iniciativa comunitária onde se desenvolvem ações de solidariedade necessárias à

O cruzamento da análise do posicionamento estratégico dos atores com a análise dos processos de conservação sustentável tem como objetivo problematizar a ação e os seus resultados como expressão de uma rede de valor no processo museológico.

A incorporação da análise da categoria do valor no processo museológico procura demonstrar a necessidade de implicar a participação da comunidade como um **valor natural do processo museológico**.

Procuramos concluir que o Processo Museológico, expresso numa **prática** incluído numa **rede de valor social** pode constituir-se como uma expressão da vontade de futuro da comunidade ao mesmo tempo que se constitui como espaço de construção da ação. A incorporação e mobilização das memórias sociais como recurso da ação da comunidade permitem constituir um processo museológico sustentável e solidário.

6.1. Os sentidos da ação nos atores moçambicanos

A questão da prática social dos cientistas é uma das mais aliciantes problemáticas das ciências na contemporaneidade. O modo como a sociedade beneficia da ciência, constitui uma das mais importantes justificações para os elevados investimentos feitos pela sociedade, seja em instituições, sejam em laboratórios experimentais, sejam é processos. Não é este o espaço nem o tempo mais adequado para trabalhar esta questão.

Contudo, assumindo-se a museologia como uma ciência que se distingue mais pelo campo onde se exerce do que pela sua epistemologia (CHAGAS, 2008), é necessário considerar que essa perspetiva implica uma prática ligada à reflexão. A ação do museólogo resulta desse diálogo entre o conhecimento a prática. O conhecimento museológico é portanto um conhecimento que ao mesmo tempo que é vertido para a comunidade, alimenta-se da comunidade para sobre essa realidade refletir a museologia.

A museologia como uma ciência de investigação-ação encontra uma justificação teórica na raiz do pensamento social. Émile Durkheim, nas suas lições sobre "*Pragmatismo e Sociologia*" demonstra-o com intensidade (DURKHEIM, 2004). A questão do pragmatismo é particularmente interessante de seguir na sua oposição ao Racionalismo, que marca grande parte do conhecimento Europeu. Segundo Durkheim racionalismo e empirismo são duas formas de afirmar a razão (DURKHEIM, 2004, p. 48). Mas ao contrário do racionalis-

conservação da comunidade. As ações destas redes tendem a substituir as ações sociais centralizadas do Estado.

mo, que se fundamente na razão, o empirismo fundamenta-se na "natureza das coisas". "O espírito permanece livre face à verdade" (DURKHEIM, 2004, p. 48) é umas afirmações que contem a chave de resolução do problema que o autor coloca. Não vamos seguir esse interessante debate onde Durkheim aloca sucessivamente Nietzsche, o Romantismo oitocentista, na sua busca pela diversidade da vida, e a Charles Sanders Peirce, o criador do termo em "*Como tornar as nossas ideias claras*"[452]. Será contudo com William James (1842-1910) que Durkheim considera a afirmação do pragmatismo como processo de conhecimento nos Estados Unidos (Durkheim, 2004, p. 56), onde se afirmará como metodologia. Essa metodologia fundamenta a celebre Escola de Chicago, criada em 1891, na cidade homónima nos Estados Unidos, onde se procuravam soluções para os problemas da pobreza e da diversidade social que se verificava então face ao rápido crescimento industrial e demográfico.

A importância da investigação-ação será posteriormente retomada pelos trabalhos de psicologia social e Kurt Lewin, que investiga os processos de mudança social no pós-guerra. Também a educação é um campo de conhecimento com larga tradição na investigação ação, no qual de resto poderemos incluir sem dificuldade as teorias de Paulo Freire (GUERRA, 2002, p. 22). A sociologia é um campo onde a sua aplicação é também fértil. Mas é fundamentalmente no âmbito da mobilização da ciência como prática transformadora que nos interessa refletir sobre o contributo da investigação-ação no âmbito da sociomuseologia.

A museologia como processo de conhecimento é produzida num determinado contexto social e aspira a ser vertido para a comunidade. Como verificamos, ela distingue-se mais pelo campo onde se exerce do que pelo objeto (CHAGAS, 2008). Ora como campo ela exerce-se como um saber prático que incorpora um saber reflexivo construído num diálogo entre os processos de investigação e de comunicação. A metodologia da investigação-ação aplicada à museologia, tanto quanto conseguimos apurar, ainda não foi problematizada. Este não é o espaço adequado para o fazer, por esta fora do nosso objeto de investigação. No entanto no decorrer do processo de investigação tornou-se necessário incorporar algumas reflexões que constituem igualmente as suas principais problemáticas metodológicas.

De acordo com André DOBLEC "*poderia considerar-se a investigação-ação como sendo um sistema de atividades humanas que visa emergir um processo colaborativo com o objetivo de produzir uma mudança no mundo natural* "(DOBLEC, 2004, p. 502). Ou seja é entendida como um processo

[452] Charles Senders Peirce (1839-1914), o artigo citado foi publicado em 1878, na revista Popular Science Montlly", volume XII, p 286-302. Não encontramos em Portugal esta revista. (Durkheim, 2004, p 53)

que resulta da participação de vários agentes, com o objetivo de operar uma transformação desejada. No âmbito dessa transformação geram-se aprendizagens e geram-se novos saberes no âmbito da necessária resolução dos problemas que a ação gera. Trata-se portanto dum quadro operatório idêntico à operação que a prática museológica pretende obter.

Como metodologia a investigação-ação caracteriza-se pela participação dos agentes, pela permanente ligação entre a ação e a reflexão sobre os resultados da ação, pelo uso de uma variada panóplia de instrumentos de análise - quantitativos e qualitativos, procura alcançar uma transformação, através da otimização dos custos e dos benefícios da ação, criada a partir do interior do objeto de análise e necessita da mediação dum investigador treinado na observação e análise dos processos dinâmicos. Finalmente a investigação-ação tem ainda uma outra característica como processo aberto que é, implica uma constante avaliação e interpretação do seu percurso. (DOBLEC, 2004, p. 504). A investigação-ação é talvez a metodologia que melhor incorpora o "paradigma da interação" que caracteriza a complexidade da ciência contemporânea à luz da Teoria dos Sistemas. (GUERRA, 2007, p. 74).

Vamos agora apenas analisar a utilização desta metodologia e os seus resultados no âmbito do nosso processo museológico. A questão da racionalidade da ação e das imagens do mundo foi e introduzida nas ciências sociais pelos trabalhos de Max Weber como um processo eminentemente ocidental (WEBER, 1996). Em a "Ética Protestante e o Espírito do capitalismo" Weber a propósito da emergência do capitalismo como um fenómeno ocidental, que tem por base a ciência e a técnica afirma: "*De fato, se o racionalismo económico está, na sua origem dependente da técnica e do direito nacionais também o está da capacidade e disposição dos homens para determinadas formas de conduta prática e racional*". (WEBER, 1996, P 19) A "*conduta metódica de vida*" adotada conscientemente pela maioria dos membros duma comunidade é duplamente condicionada pela sua racionalidade. Por um lado pela operação cognitiva, que estabelece em relação aos fins da ação e pela moral ou ética em relação a certos valores (WEBER, 1996). A sua tese sobre a emergência do capitalismo como uma característica do ocidente, com base na racionalidade cognitiva e ética explica a acumulação primitiva do capital nos países do norte da Europa, face à ética católica que, mesmo dotados da técnica, impede a ocorrência do "*espírito empreendedor*" nos países da bacia do mediterrâneo. Uma tese que formulada nestes termos, é apresentada como uma característica é essencialmente europeia ocidental.

Ora esta noção, dum campo de ação balizado pelos fins e limitado pelos valores, aplicado às ações dos indivíduos deu origem a várias análises dos contextos sociais da ação

dos indivíduos. As teses de Pierre Bordieu (BORDIEU, 2001, p. 31 -34), por exemplo, propõem a análise do campo de ação concebido como um **espaço social**. Esta noção de campo de ação, o Espaço Social, é representada pela relação entre as condições do contexto de situação da ação e pelas condições de posicionamento dos membros da sociedade. Esta relação cria no indivíduo e no conjunto de membros duma comunidade um conjunto de disposições (ou regras) duráveis e transmissíveis, que constituem o princípio gerador e organizador de práticas e de representações que podem ser praticadas pelo ator. (BORDIEU, 2001).

A partir desta ideia de Espaço Social, Bordieu cria a noção de "**capital social**" definido como o conjunto de poderes sociais fundamentais e que podem incidir sobre diversas esferas de riqueza ou diversos géneros de recursos: - recursos económicos ("capital económico"), recursos informacionais ("capital cultural"), recursos sociais ("capital social") e recursos simbólicos ("capital simbólico"). Na abordagem de Bordieu **a ação** é um processo duplamente estruturado: pelo contexto de situação da ação (o espaço social) e pelo "*princípio gerador e organizador de práticas e representações*" (as práticas ou hábitos).

O Espaço Social é assim o cenário (social) onde os diversos atores se posicionam e desenvolvem a sua ação, interagindo um com os outros. Cada ator, num determinado momento dispõe dum"capital" que mobiliza na sua ação em função dos demais valores existentes no espaço social. Das interações entre os vários atores resulta portanto a ação. Cada ação é um momento único que depende do posicionamento de cada ator no cenário, cujo sentido será resultado das várias interações dos vários "poderes" de capital (BORDIEU, 2001)

O espaço social é assim o processo em que os vários "poderes sociais fundamentais" (capitais) condicionam o acesso (a apropriação) dos recursos disponíveis, ao mesmo tempo que, nesse mesmo processo, distribuem (regulam) esses mesmos recursos. A ação social constitui-se assim como uma interação para apropriação dos recursos disponíveis, em que cada ator é condicionado pelo desejo de apropriação dum agente limitado pela capacidade de resistência dos demais atores. Sendo um processo, a sua natureza é naturalmente dinâmica. Assim a ação social, duma ator ou dum conjunto de atores concretiza-se num determinado cenário, a estrutura do espaço social, que delimita o conjunto de bens e recursos disponíveis, e é regulado pelas das práticas de acumulação e reprodução de recursos da vida social da comunidade. (BORDIEU, 2001).

Jürgen Habermas, por seu lado, vai aprofundar esta noção do Espaço Social analisando a experiencia dos indivíduos, como uma das componentes essenciais da construção da

sua racionalidade (HABERMAS, 1987), e como tal, um dos fatores explicativos das suas práticas sociais. Segundo Habermas a experiência vivida por cada indivíduo é permanentemente comunicada aos outros através dos discursos e ações comunicativas. Esta situação, a que Habermas conceitua como "***racionalidade comunicacional***", constitui o processo interação comunicacional e concretiza-se através de atos linguísticos. E os atos linguísticos são expressões da racionalidade dos atores. (HABERMAS, 1987)

A análise da ação comunicativa e dos discursos dos atores sociais como ação intencional são uma expressão da sua racionalidade. Ora é esta intencionalidade que orienta o sentido da ação comunicativa. Nesse sentido é possível, pela análise da ação comunicativa, identificar a racionalidade dos atores. Racionalidade no sentido da consciência do devir. Embora todos os atores sociais desenvolvam ações comunicativas, algumas destas ações constituem-se como ações estratégicas. As ações estratégicas são ações de comunicação que medeiam simbolicamente o sentido da ação em função dum ponto de partida colocado no tempo da enunciação do discurso. As ações estratégicas são ações comunicativas orientadas para o sucesso. (HABERMAS, 1987, p. 39).

Segundo Habermas é nas situações comunicacionais que os indivíduos estabelecem os seus objetivos de ação individuais. Esses objetivos individuais são no entanto permanentemente concertados com os outros indivíduos, agindo cada um de acordo com o espaço de influência que consegue ocupar. As situações comunicacionais tornam-se espaços dinâmicos onde se geram compromissos para a ação. A compreensão dos espaços para as ações depende das características do contexto de situação dessa mesma ação, da posição social do interlocutor, do saber implícito de retaguarda incorporado no *habitus* (do agente ou da classe de agentes) e, das orientações em que a ação assenta; por outro lado, a compreensão da ação depende ainda das características do processo de negociação/interação, mais ou menos comunicacional, mais ou menos estratégico, bem como dos atos de linguagem que mediatizam as referidas interações (HABERMAS, 1987).

Mas Habermas, na sua análise que fundamenta a proposta do conceito de ação comunicativa afirma: "*As teorias sociológicas da ação apresentam um interesse pelo esclarecimento de ação social. Um caso exemplar de ação social é certamente a cooperação entre (pelo menos dois) atores que coordenam as suas ações instrumentais para execução dum plano de ação comum;*" (HABERMAS, 2010, p. 135). A partir da ação social, que para Habermas é igualmente um "ação de comunicação", é possível analisar a "ordem social" porque a ação social exprime-se dentro duma determinada ordem social. Assim a concertação na ação de um ator com outro ator é uma

representação duma ordem social, que se exprime através duma narrativa. A ação comunicativa é esse resultado e o objeto da investigação social sobre a ação. (HABERMAS, 2010). Através da ação comunicativa que se estabelecem os "mecanismos de coordenação das ações" que se constituem como interações comunicativas. E a busca desse mecanismo de coordenação das ações, que pode ser explicado por um "modelo estratégico da ação" (HABERMAS, 2010, p. 142).

Não vamos agora prosseguir no âmbito da análise da teoria da ação comunicativa proposta por Habermas. Ela veio sem dúvida renovar a ampliar a campo de análise das problemáticas da ação social como prática. Para já interessa-nos fundamentalmente reter o contributo de Habermas para uma teoria da ação comunicativa, o que implica igualmente uma ética da ação. Ao operar uma crítica da razão, que fundamenta o projeto moderno, no plano da ação comunicativa, Habermas recoloca os problemas da formação da razão como um processo de interação comunicativa. Essa interação concretiza-se num campo de ação que é a prática social. Desse modo, o campo do saber museológico, sobretudo na sua expressão como um campo do saber e da ação encontra na proposta de Habermas um importante contributo para reflexão teórica. Por exemplo, quando o autor distingue ações estratégicas voltadas para a eficácia (êxito), das ações voltadas para o entendimento (comunicativas). (HABERMAS, 2010, p. 281)

A questão da ação social dos atores inscreve-se no âmbito das questões da complexidade da ciência social contemporânea. Mais do que procurar explicar as regularidades, as leis do comportamento humano, importa à ciência compreender os sentidos da ação social. Com esse novo enfoque, no sentido do entendimento[453], o objeto de análise desloca-se das instituições (que são também construções sociais), para os sentidos das ações dessas instituições, com base que os seus agentes. Mais do que os fins e os meios, interessam os processos e as formas como esses processos são construídos. Os atores agem em função da interpretação da sua missão conjugada como os objetivos pessoais e de grupo. Essa ação é natural-

[453]Do inglês Comprehensive no sentido de compreensivo, polivalente. No âmbito da Ciências da Educação, a polémica entre o ensino extensivo e compreensivo marca as diferenças de abordagem paradigmáticas. Às primeiras políticas públicas, de um ensino extensivo, marcado pela sua universalidade e igualdade, que caracterizou as matrizes eurocêntrica, com base na programação de redes, na formação dos agentes, e centralização dos currículos; sucede-se o ensino voltado para os problemas da comunidade, centrados nos alunos e recorrendo a equipamentos diversificados. Na educação compreensiva a ação educativa centra-se nos processos ao invés da se focar nos resultados que caracterizam o sistema extensivo do pós-guerra. A proposta de Habermas de desenvolver no campo das ciências uma abordagem compreensiva permite o desenvolvimento do um teor crítico, construtivo e transcendental do saber, ao invés de procurar a "fundamentação última" (HABERMAS, 2010, p 306)

mente limitada pelas funções que exercem na estrutura organizacional e pela natureza da sua missão. Isso não obsta contudo ao desenvolvimento de um poder de influência social, sobre essa mesma organização, ou sobre os seus membros, que em certas circunstâncias permitem a ocorrência de acontecimentos. (HABERMAS, 2010, p. 293)

Nesta deslocação do objeto de análise das instituições para os protagonistas, implica também uma deslocação dos processos de investigação e das metodologias utilizadas. E neste deslocamento emerge o reconhecimento sobre a importância das redes sociais como geradores de ação. A ação gerada pela aceleração da comunicação intergrupal implica a impossibilidade de isolar, no tempo e no espaço, as dinâmicas individuais e sociais. Uma das consequências desse esforço de investigação é a impossibilidade teórica de analisar a totalidade do "fenómeno social". Um acontecimento, onde participam diversos atores dá origem a uma multiplicidade de dados[454]. O processo de constituição e aplicação dos instrumentos de análise, sua interpretação e validação é um processo independente da dinâmica dos acontecimentos e que ocorre em tempos diferenciados. Por consequência não é possível analisar a totalidade do real como um fenómeno, no tempo e no espaço.

Não significa com isso a ciência social se demita da possibilidade de conhecimento dos fenómenos sociais. Implica sim o reconhecimento e a consciência dos limites dos fundamentos da construção desse saber e do conhecimento.

A partir desse reconhecimento qualquer objeto de investigação pode ser analisado em função da construção de problemáticas. A questão passa então a centra-se essencialmente na necessidade das metodologias serem ajustáveis ao objeto de investigação e às suas problemáticas. E, no interior destas novas problemáticas sociais, a questão da ação e da mudança social, quando opção de investigação como o é para a sociomuseologia, implica uma vontade de observação dos processos de transformação, das ações dos atores tendo em conta o cenário de constrangimentos e o campo de possibilidades da ação.

Não é um campo de análise isento de riscos, como o é todo o processo da ciência social. A dinâmica do social, como um todo, transcende a capacidade de construção dos sentidos dos seus agentes. As lógicas do global e do local fundem-se em qualquer ação, limitando-a ao mesmo tempo que lhe induzem elementos de transformação. E a observação desses fenómenos é sempre limitada ao aparelho conceptual. E é dentro desta relação complexa

[454]Dados no sentido de informação percecionada. Na teoria do conhecimento, os dados não correspondem a um processo de produção de conhecimento. O processo de conhecimento inicia-se com a construção de problemas. Na construção dos problemas recolhem-se factos. A constituição dum facto implica a demarcação do campo de investigação onde se efetua a observação e a análise.

entre o sistema e os atores que nos propusemos a avançar para a análise do posicionamento estratégico dos atores

6.1.1. Premissas para a Aplicação da Análise Estratégica de Atores na Museologia

Antes de avançarmos devemos esclarecer que a aplicação desta metodologia decorreu de um processo de investigação no terreno. Ao partimos para a investigação de campo tínhamos selecionado um conjunto de objetivos, entre os quais a realização de entrevistas aos atores relevantes para o conhecimento do fenómeno cultural, no sentido lato, em atividade na Ilha o com influência nos vários domínios da vida cultural da Ilha de Moçambique. Previamente tínhamos estruturado guiões de entrevista e pré-selecionado o grupo alvo. Tínhamos ainda como intenção sujeitar essas entrevistas a uma análise de conteúdo. E foi o que efetuamos num primeiro momento.

N avaliação dos resultados preliminares da metodologia, que efetuamos ainda no terreno, revelou a necessidade de uma reformulação metodológica. A metodologia da "análise de conteúdo" não nos parecia incorreta. A questão que nos suscitava a análise crítica dos resultados é que apresentava problemas. Estes problemas resumem-se da seguinte forma: a informação recolhida apresentava um elevado grau de conformidade em relação aos objetivos da ação nos vários agentes. Todos estavam de acordo em relação aos objetivos desenhados nos projetos e programas. Partindo da premissa que o agente era representativo dos grupos (os entrevistados foram escolhidos em função do seu posicionamento na comunidade, de forma a ter uma boa amplitude da formação social). Subjacente à convergência de objetivos de ação, que se traduzem sinteticamente pela opção do "desenvolvimento do turismo como alavanca do desenvolvimento da Ilha de Moçambique"[455]. Colocou-se então um conjunto de questões ao nosso trabalho. Nós procurávamos mobilizar o espaço das heranças e de memória social como ferramenta de construção de futuro. Esta questão, implícita na justificação dos fins e nos meios da ação, não encontrava uma correspondência explicativa nos resultados obtidos. Nos resultados que recolhíamos no trabalho de campo surgiam memórias sociais que eram diferentes das memórias sociais mobilizadas para a construção da ação pelos nossos interlocutores.

[455] Mais à frente esta questão será abordada.

Essa constatação conduziu-nos à busca de alternativas teóricas, que encontramos na metodologia de Análise Estratégica dos Atores. Esta metodologia, que já tínhamos tido contacto e utilizado em contextos da nossa atividade profissional, sem uma reflexão teórica fundamentada, permitiu-nos a resolução dos nossos problemas no âmbito da problemática do posicionamento dos atores sociais em função das dinâmicas de ação de futuro.

Uma boa parte desse trabalho decorreu já após o nosso regresso do trabalho de campo. Reformulamos a nossa análise através da revisão das entrevistas e dos documentos recolhidos. Ao procurarmos outras experiencias aplicadas no âmbito de processos museológicos, demos conta que a metodologia de Análise Estratégica dos Atores não foi ainda aplicada e refletida, tanto como sabemos, como instrumento de trabalho na perspetiva da museologia.

A aplicação análise da estratégia de atores e a sua aplicação no âmbito metodológico da museologia resultou portanto da nossa prática da investigação. Vamos procurar demonstrar a sua validade no âmbito da construção do nosso processo museológico.

A metodologia de investigação-ação, enquanto metodologia indutiva[456] implica um diálogo constante entre a formulação teórica, as ferramentas utilizadas e os resultados obtidos em função dos objetivos de investigação. Uma das objeções que tem sido frequentemente levantada em relação à prática da investigação, é o de ela apresentar respostas para problemas que são construídos fora das dinâmicas sociais, resultando por isso mais no ajustamento da realidade aos objetivos de investigação dos sujeitos do que à busca de soluções concretas para problemas reais (GUERRA, 2002).

O nosso erro inicial foi o de, através das leituras prévias termos selecionado um conjunto de atores, que embora representativos de um espaço social, não incluíam aqueles que não tinham voz ativa no âmbito dos processos de representação. A consciência da necessidade de escutar a voz silenciada desses atores é que permitiu corrigir a direção da investigação. A aplicação das nossas entrevistas semi-dirigidas permitiu contudo obter dados relevantes, que serão incorporados na tese em função dos objetivos da investigação através de matrizes de interpretação.

As metodologias de investigação do Posicionamento Estratégicos dos Atores proveem das mais variadas áreas do conhecimento. A sua raiz radica na estratégia, que começou por ser formalizada no âmbito dos Estudos militares, e que no último quartel do século XX

[456]As metodologias podem-se distinguir entre Indutivas e Dedutivas. Veja-se (GAUTHIER, 2003), (MORSE, 2007), (SILVA 1989), (THIOLLENT, 1994), (ALBARECHO, 1997), e (DESHAIS, 1992)

se desenvolveu no âmbito dos estudos da gestão empresarial. Também, no âmbito dos estudos de planeamento, algumas das metodologias do planeamento estratégico começaram a ser utilizadas, nomeadamente no âmbito do planeamento prospetivo.

No diagnóstico que efetuamos não encontramos aplicações na área da museologia. O exercício de aplicação da Análise da Estratégia dos Atores que vamos efetuar aplicada ao processo museológico assume-se como uma inovação não na sua metodologia, mas sim no seu campo. A justificação da sua aplicação encontra-se na premissa de que, sendo um ator, qualquer indivíduo, qualquer um é sujeito capaz de escolher racionalmente as ações que desenvolve. A racionalidade implica contudo uma consciência do ato da escolha. Uma consciência que tem por base o sistema de conhecimento e as informações disponíveis no momento da decisão, que pode ser limitada. No entanto, essa racionalidade limitada, induzida no contexto das ações, é o elemento que permite processualizar a consciência do ser e potenciar a busca de alternativas (GUERRA, 2003).

Mas, a metodologia da Análise das Estratégias dos Atores também se baseia na premissa de que os atores sociais, na sua relação social têm conhecimento das relações de poder, ou dos mecanismos de regulação e reprodução das relações de dominação e relações de troca desigual. E a consciência dessa dialética social, das suas linhas de oposição permite incluir, no processo de análise a conflitualidade e os seus processos de negociação. A aplicação da metodologia não procura criar um consenso abstrato em torno das ideias puras, mas permite uma negociação cooperativa, de processos e ações, que de dentro dos limites formais da organização social criar campos de convergência dentro de campos concretos (GUERRA, 2003).

Finalmente, ainda como premissa para a aplicação da Análise da Estratégia de Atores, interessa referir, que a dinâmica da ação social é interdependente, e as lógicas dos atores formam-se nessa interdependência. Ou seja, a configuração da racionalidade dum sistema é própria desse sistema nesse tempo, evoluindo necessariamente, de forma interdependente no tempo. É nessa base, na mudança ativa da racionalidade, por sua adaptação às ações exteriores, que permite uma adaptação permanente do sistema. O que em tese significa, que com a energia necessária, qualquer ação pode ser possível em sociedade, podendo as posições dos atores convergirem ou divergirem[457].

[457] Estes dois postulados, da racionalidade dos atores e do equilíbrio das decisões do grupo em interação das várias decisões racionais fundamentam também a análise da Ciência Económica.

Em sínteses, na atualidade a Análise da Estratégia de Atores é um procedimento metodológico, que tendo por base a ideia da racionalidade dos atores e dos limites do contexto, permite posicionar um conjunto de pessoas e suas perspetivas em relação a um dado problema da ação. A utilização destas metodologias permite identificar pessoas e grupos envolvidos em processos de participação e as estratégias em jogo. É um ponto de partida, mas constitui igualmente uma ferramenta da ação quando se pretendo desenvolver projetos participativos.

6.1.2. A Análise Estratégica de Atores na Museologia

Os modelos que nos propomos aplicar têm por base as propostas metodológicas de Michel Godé (GODET, 1993). Em Portugal esse modelo tem sido seguido por Isabel Guerra no âmbito dos métodos e técnicas de planeamento territorial e do sócio-urbanismo (GUERRA, 2006a), (GUERRA, 2006b) e (GUERRA, 2007). e Maria Margarida Perestrelo (PERESTRELO, 2005). Devemos igualmente afirmar, que alguns dos trabalhos desenvolvidos foram por nós seguidos de forma independente do meio académico[458].

Vamos rever sinteticamente os procedimentos da Análise Estratégica dos Atores. Como já referimos esta metodologia tem sido essencialmente aplicada no âmbito do planeamento territorial, Parece-nos contudo pertinente a sua aplicação na sociomuseologia na sua postura de "busca de ação" para libertação. A Análise Estratégica dos Atores tem por base a prospetiva como uma busca das soluções viáveis para o futuro, com base em cenários possíveis e suscetíveis de mobilizar os agentes. Ou seja uma reflexão sobre o futuro a partir do presente.

Ora nesta reflexão parece-nos pertinente pensar o contributo da museologia, em particular a contribuição das memórias como elementos catalisadores dos processos de desenvolvimento da comunidade e de prestação de serviços. A análise da Estratégia de atores baseia-se na ideia da racionalidade dos atores. Mas, implícito na questão da racionalidade dos atores também se inclui a racionalidade do observador, do investigador, que no âmbito dum processo investigação-ação é também um ator. E como ator, as suas decisões implicam uma racionalidade. Ora, o método baseia-se na escolha de atores significativos. A escolha de atores significativos é equivalente, em termos de analogia, com a construção da amos-

[458] Referimo-nos nomeadamente aos trabalhos no âmbito dos trabalhos de planeamento territorial por nós desenvolvidos, entre 1998 e 2006. Como exemplo prático da aplicação desta metodologia num caso por nós trabalhado veja-se (MARQUES, 2006).

tra em metodologias quantitativas. Mas a analogia termina aí, porque, nesta metodologia os atores, a amostra, é selecionada em função do seu significado social. A sua legitimação como ator relevante depende do seu posicionamento em relação à ação que exerce no sistema, o seu grau de influência.

Esta é uma crítica feita a este processo. Na maioria dos casos, a legitimidade dos atores advém mais das suas funções institucionais do que da sua posição como ator social. E as funções institucionais correspondem normalmente a nomeações de caráter político, com base em critérios não públicos[459]. Ora, na sua aplicação na sociomuseologia, os atores são a comunidade no seu conjunto[460], ainda que dentro da comunidade existam dinâmicas de interinfluência social que importa conhecer, o processo museológico tem como universo o conjunto dos atores sociais. Ainda que no âmbito dum processo possam participar apenas algumas partes da comunidade, importa esclarecer que o seu objeto se constitui em torno da relação da comunidade com o seu território e seus objetos socialmente qualificados. Na museologia, o ator relevante é o que manifesta interesse em participar no processo museológico. Dito isto passemos a análise da metodologia.

A base da aplicação da metodologia da Análise de Estratégia de Atores resulta da aplicação de entrevistas a atores e pela sua análise de conteúdo. As análises de conteúdo são feitas através da construção de "matrizes de impactos cruzados de multiplicidade" (PERESTRELO, 2005). A construção da matriz obriga portanto à construção de uma escala de valores de significados (simbólicos), que constitui o eixo x da matriz, sendo o nº de ocorrência o eixo y. (PERESTRELO, 2005). Na análise são construídas tantas matrizes quanto os valores de simbólicos admitidos como necessários para o esclarecimento do posicionamento. Tomos, como exemplo a ideia de pertença a um grupo profissional, expresso pela relação entre ser museólogo e não ser museólogo. O ser de pertença pode ser atribuído o valor 1, e o não ser o valor 2. A intensidade da ocorrência dependerá então da resposta objetiva à pergunta. A lógica binária raramente corresponde à lógica das ações e dos processos sociais, pelo que a construção do questionário da entrevista é fundamental para os resultados. Em tese, os resultados que são obtidos resultam das perguntas feitas. (PERESTRELO, 2005)

[459]Segundo (DURKHEIM, 1984) organização social pode ter por base a solidariedade mecânica ou orgânica. O mérito individual é condição de influência social nas sociedades orgânicas, enquanto nas sociedades tradicionais, de solidariedade mecânica o mérito genealógico se sobrepõe ao do indivíduo.

[460] Importa referir, que a questão da Função Social dos Museus opera uma transformação na abordagem da museologia no sentido em que desloca o centro da sua atividade para a comunidade. Assim, numa visão tradicional do museu, o seu público são os seus utilizadores, numa visão sociomuseológica, o museu serve a comunidade onde se insere.

Prosseguindo, a metodologia não é construída para a obtenção de resposta, mas sim como um instrumento de leitura da realidade que se pretende observar. Por isso, a aplicação das entrevistas para a análise dum processo deve ser acompanhada de outros instrumentos, mais clássicos, de aproximação ao espaço, da sua descrição, das perguntas sobre os sentidos das suas dinâmicas. (PERESTRELO, 2005). Não há portanto uma chave que permita à partida aplicar um modelo de investigação. O modelo de investigação, nas metodologias da investigação-ação tem que ir sendo construído com base nas sensibilidade e na experiencia da equipa de observação. (PERESTRELO, 2005)

A questão da cientificidade do objeto de investigação volta novamente a colocar-se na relação entre a diversidade e a saturação da amostra. Nas metodologias compreensivas, a aplicação da entrevista é determinada pelos objetivos dessa entrevista. As entrevistas podem ser exploratórias, analíticas ou comunicacionais (GUERRA, 2006b, p. 39)[461]. Em qualquer destes objetivos, a seleção da amostra leva em linha de conta a dimensão do fenómeno. A própria utilização do conceito "amostra" é contestada por alguns autores, propondo-se a sua classificação como categoria de probabilidade, que resulta de informação que o observado pretende captar aleatoriamente no processo (como um ato de lançar uma rede), ou de informação precisa que se torna necessário captar (o que implica a mediação entre o universo de análise e o objeto para selecionar o canal ou onda de informação) (GUERRA, 2006b). Daí também a importância da descrição metodológica, pois em muitas situações da análise a metodologia já não têm a preocupação para identificar as regularidades ou mesmo a "*representatividade estatística*", mas, tão só a diversidade dos fenómenos e a sua representatividade social. (GUERRA, 2000b, p. 48)

A realização de entrevistas e a observação torna-se a base da análise da base estrutural, que é construída pelo investigador. Mas a matrizes só fazem sentido se forem construídas como função da análise das relações entre elas. A partir do recenseamento do modelo estrutural e da construção das suas variáveis relacionáveis, a análise estabelece a hierarquia dos valores atribuídos.

A metodologia da Análise de Estratégia dos Atores tem por base aquilo a que Godet considera ser o "triângulo grego" (GUERRA, 2006).A apropriação intelectual e afetiva

[461] A autora cita (BERTAUX, 1997). A entrevista exploratória é efetuada quando se inicia a pesquisa, para recolher informações que permite escolher linhas de investigação. A entrevista analítica tem como objetivo alcançar uma teoria da interpretação. A entrevista comunicacional, ou de expressão, tem como objetivo desenvolver funções de comunicação. Seja para passar a informação sobre investigações prévias, seja para criar contextos de comunicação no âmbito do projeto

constitui um ponto de passagem para que a antecipação cristalize em ação eficaz. (GUERRA, 2006b). Encontramos, assim, as três componentes do triângulo grego: Logos (pensamento, racionalidade discurso) se relaciona com a Epothumia (o desejo, a vontades) e a "Erga" (as ações, realizações). O casamento da paixão e da razão, do coração e do espírito, é a chave do êxito da ação e da satisfação dos indivíduos (do corpo). Também pode dar-se a mesma mensagem a cores: o azul da razão fria associada ao amarelo das emoções quentes produz o verde das ações explosivas" (GODET, 1994, p. 24). Esta a ideia de Morphosis é a essência da paideia grega. O triangulo virtuoso em que a Logos (razão) associada à physis (O que ultrapassa o que é original) e produz uma techné (modelos de investigação do homem interior). A ideia grega parte da natureza para superar essa naturza por via do pensamento. Esse processo ocorre por via da educação. Por isso a ideia da educação grega é a crença da possibilidade de ordenação do caos interior. Uma ordenação que é um processo constante no conhecimento e que ao mesmo tempo constitui o seu limite..

Godet, na sua proposta, (GODET, 1994) considera duas operações metodológicas complementares. A análise estrutural (através da aplicação do método MICMAC) e a análise da Estratégia de Atores (através da aplicação do método MACTOR)[462]. Não vamos agora detalhar a totalidade da aplicação desta metodologia, que tem vindo a ser aplicada no âmbito das estratégias empresariais e territoriais. Ela interessa-nos aqui referir como uma metodologia de análise que pode ser apropriada pela museologia para aplicação nos seus processos em função dos seus objetivos específicos. O que nos interessa na metodologia de (GODET, 1994) no âmbito deste nosso trabalho é a possibilidade que ela nos oferece para estabelecer o modelo de cenários a partir do qual se estabelecem as operações de planeamento estratégico. A grande vantagem nas aplicações deste método, sobretudo na aplicação do MACTOR, é a possibilidade de se revelarem um conjunto de "questões chave" para a construção do futuro", sendo que o futuro se inscreve num cone de possibilidades, no interior do qual se encontra um cone "desejável" e um cone "realizável" (GODET, 1994, p. 72)

No âmbito do nosso trabalho não nos interessa o estabelecimento de estratégias territoriais para a ilha de Moçambique, nem tão pouco a criação de estratégias empresariais, embora estas nos interessem como análise do contexto dos vários projetos. A aplicação da metodologia torna-se pertinente em função da possibilidade de identificar as dinâmicas instaladas, as vontades de futuro e o campo de ação possível de desenvolver em função das

[462] Os métodos de Godet constituem-se como "marcas"

vontades manifestadas. Interessa-nos também utilizar alguns dos seus procedimentos metodológicos e refletir sobre a sua possibilidade de ação museológica.

Aqui socorremo-nos das nossas experiências profissionais no âmbito do planeamento de instrumentos de ação social. No início do milénio surgiu, imposto pelos órgãos de administração central, a necessidade de desenvolver um programa de ação estratégico para a ação social ao nível dos municípios. Estes planos, conhecidos como "Carta Social" do município procurava inventariar aos vários projetos em curso, desenvolvido pelas várias organizações sociais, os recursos disponíveis, em termos de infraestruturas físicas e de recursos humanos e capacidade financeira. Desse diagnóstico procedia-se ao desenvolvimento do plano, num horizonte temporal predefinido, com a definição de objetivos, de linhas de ação, projetos e seu respetivo financiamento, não esquecendo o necessário processo de avaliação.

Estávamos portanto perante um processo de planeamento clássico. Acresce que nessa altura eu procurava desenvolver, como investigação, um processo de metodologia para a elaboração de "Cartas do Património". O processo metodológico que procurava desenvolver, para além do clássico inventário que surgia em todas as cartas deste tipo[463], procurava incluir nesse processo a participação das comunidades. Ora, neste tipo de planeamento, nos casos que na época tinha conhecimento, a participação dos agentes era ainda um processo muito pouco desenvolvido. E neste trabalho, ao qual fui convidado já com a sua primeira fase de diagnóstico concluída, o desafio era precisamente desenvolver o processo de participação da comunidade.

Utilizei então essa oportunidade para testar um conjunto de procedimentos participativos com a comunidade. O primeiro passo foi descodificar a imensa massa de informação estatística que tinha sido recolhida. Procuramos através dessa informação obter um "retrato social" do território, compreender as suas dinâmicas de transformação. De seguida, selecionamos o universo dos agentes sociais, sejam de organizações com intervenção neta esfera, seja de personalidades consideradas influentes. Esses agentes foram então convidados para uma jornada de trabalho sobre a construção da "Carta Social". Na receção cada membro do grupo foi convidado a preencher um questionário sobre a sua perceção da situação social na comunidade.

[463] Por exemplo, desde o final dos anos novena que se procedia à elaboração de Cartas Arqueológicas. Este processo era desenvolvido com apoio do Instituto Português de Arqueologia, e tinha para além da lista dos elementos um processo de georreferenciação. Essa base de dados, que também foi desenvolvida pela DGEMN (Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), era acessível pela rede da WWW e revelava-se um instrumento de trabalho imprescindível para a elaboração das "*Cartas de Condicionantes*" que os Planos Diretores Municipais incluíam.

A construção deste questionário foi feita com base no trabalho efetuado na leitura crítica do diagnóstico. Os trabalhos iniciaram-se com a apresentação dos resultados do diagnóstico. Após essa apresentação os participantes foram convidados a refletir, em grupos de trabalho, sobre um conjunto de doze questões /resposta que eram representativas da situação social. A construção das questões, que foi feito com base na leitura crítica do diagnóstico, implicava a escolha dum sentido de ação. Cada grupo escolhia um relator, que para além de procurar estimular e organizar o debate, iria apresentar os resultados em plenário. O desafio lançado ao grupo foi o de encontrar um consenso sobre as respostas a fornecer.

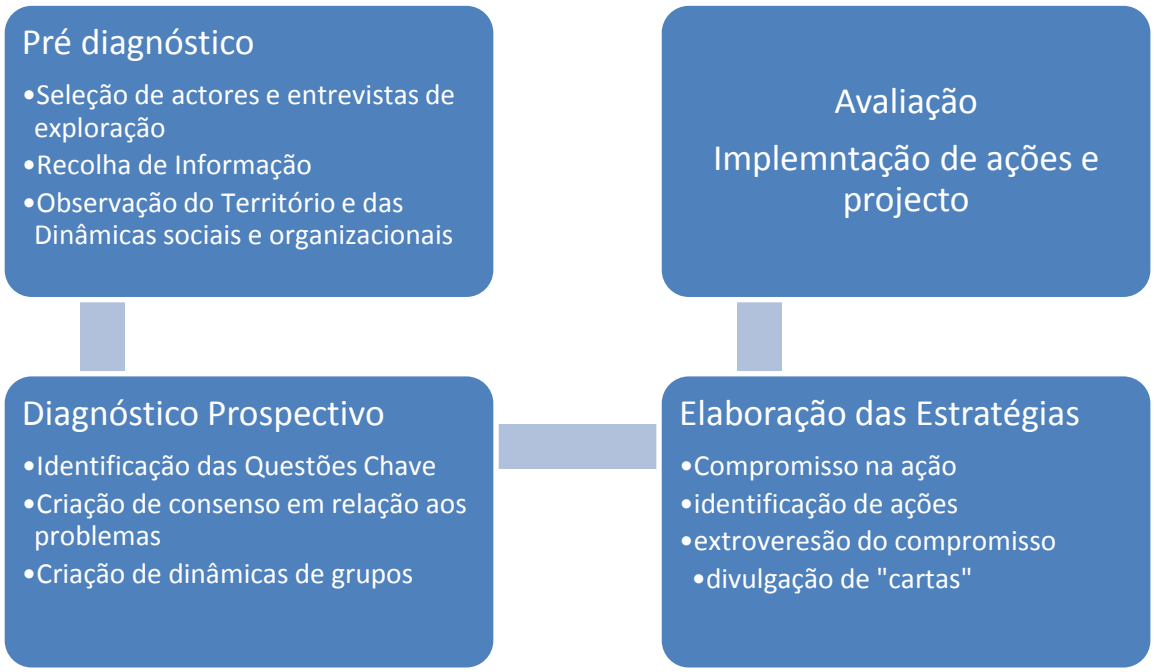

Pré diagnóstico
•Seleção de actores e entrevistas de exploração
•Recolha de Informação
•Observação do Território e das Dinâmicas sociais e organizacionais
Diagnóstico Prospectivo
•Identificação das Questões Chave
•Criação de consenso em relação aos problemas
•Criação de dinâmicas de grupos
Elaboração das Estratégias
•Compromisso na ação
•identificação de ações
•extroveresão do compromisso
•divulgação de "cartas"
Avaliação
Implemntação de ações e projecto

Ilustração 10 - Estratégia de atores na museologia da ação (elaboração própria)

Concluído o trabalho dos grupos, os vários elementos recolhidos foram tratados. O questionário foi tratado informaticamente de forma a obter um resultado estatístico das respostas individuais. Procedeu-se de igual forma para os resultados do trabalho de grupo. O grupo voltou a reunir-se em plenário e os resultados apresentados. Primeiro, o retrato das opiniões individuais. Depois, cada um dos relatores, com o resultado dos grupos. O desafio foi então, o de debater os resultados alcançados e obter um compromisso em relação às ações a desenvolver.

Toda a informação recolhida foi posteriormente trabalhada e foi preparado um documento base da "cata social". Nesse documento propunham-se, na sequência dos resultados que tinham sido alcançados um conjunto de projetos. Esses projetos procuravam responder às conclusões obtidas. Esse documento base foi apresentado numa segunda reunião de trabalho e foi igualmente sujeito a um processo de validação por compromisso.

O que nos interessa aqui salientar, no âmbito destas metodologia de participação que procuramos aplicar no processo museológico na Ilha de Moçambique, é a sua pertinência e validade para aplicação no âmbito de organizações sociais.

6.1.3. O campo de atuação dos atores na Ilha de Moçambique

Como já referimos, a nossa perspetiva inicial, teve por base a elaboração de entrevistas aos atores. A entrevista é a base da aplicação da metodologia da Estratégia de Atores. E efetivamente escutámos, com base numa seleção de personalidades um conjunto de entrevistas estruturada. A estrutura da entrevista apresentava uma componente de identificação, para identificação da origem e percurso de vida, e uma componente centrada na atividade na Ilha de Moçambique. Os objetivos definidos para as entrevistas foi encontrar a "visão" de futuro, da ilha, a ideia prospetiva, não só vista como um cenário de possibilidade, mas o futuro como intenção. A efetivamente concretizamos, no terreno, essa análise.[464] A primeira dificuldade com que nos defrontamos, no terreno, derivou da execução técnica do registo. A gravação, a presença do gravador tornou-se um obstáculo à conversa. A maioria das pessoas respondeu de forma negativa à solicitação de gravação da conversa, embora em todos os casos tivessem mantido a disponibilidade para a conversa. Respeitamos a vontade do interlocutor, e, nessas circunstâncias não registamos a entrevista.

Isto cria no entanto problemas metodológicos na âmbito das metodologia de análise que tínhamos programado utilizar. O registo, a gravação exata das palavras do interlocutor é imensamente mais rico do que o registo mediado pelo entrevistador. Por experiência, sabemos que a construção simbólica, reproduzida por alguém corresponde à sua visão do mundo. A nossa mediação corresponde a transformação das palavras dos outros numa significação construída. A diferença é grande. Mas não há alternativa. O processo de registo passa então a estar dependente do "caderno de campo". Aí, procuramos não só registar a articulação lógica do discurso, como também acentuar as palavras-chave, que correspondem ao entendimento do interlocutor. E a análise de contudo é feita sobre esse registo mediado. É necessariamente menos significativa e os seus resultados menos rigorosos.

Para além dessa condicionante, a preocupação com o registo, também condiciona a observação das expressões corporais do interlocutor, que muitas vezes são elementos signi-

[464]Executamos, no total 20 entrevistas significativas. O universo dos interlocutores é superior, e muitas das conversas são utilizadas como elementos de reflexão. O corpus no entanto é o que resulta da escolha de interlocutores significativos da diversidade e ao memo tempo constitui um universo que é razoável correlacionar.

ficativos. Por exemplo, hesitações de linguagem perante questões mais delicadas, a reformulação de ideias, gestos corporais que expressam entusiasmo ou adesão, são elementos significativos que, embora possam não ser conclusivos, permitem entender determinadas *nuances*, ou mesmo posições não diretamente assumidas porque são tidas como inconvenientes no âmbito da estratégia global do interlocutor.

Por outro lado, também como já acima referimos nas várias conversas que mantivemos, verifica-se que existe uma convergência geral em relação ao futuro. Ou seja, para os interlocutores selecionados, o Turismo, como setor de atividade económica é visto como o "futuro desejado". O que de resto se insere nas dinâmicas de especialização do território que anteriormente abordámos. O que podemos concluir, desta convergência de vontade de futuro, sintetiza-se fundamentalmente na estratégia. Grosso modo, como foi referido numa entrevista, "o futuro da ilha é o turismo. A questão que até agora se tem debatido é saber se é o turismo que constitui o motor do desenvolvimento da ilha, ou, se o turismo é uma das componentes do desenvolvimento da Ilha. A primeira opção parece ter ficado clara para os membros do conselho municipal com o Plano Estratégico (eOSÓRIO).

Também do ponto de vista metodológico, para além das entrevistas e das suas análises de conteúdo, importa também, quando se utiliza a metodologia de análise da estratégia de atores, analisar igualmente os vários documentos existentes sobre as questões das estratégias de planeamento económico e territorial. A análise desses documentos tem como objetivo fazer uma avaliação crítica do mesmo e identificar, enquanto compromissos (ainda que assumidos por políticos e técnicos) tomados num determinado tempo, em função de cartas circunstâncias. Também durante o nosso trabalho de campo executamos essa atividade, onde de resto encontramos equacionada, de forma mais ou menos clara a síntese que acima expusemos.

Nas nossas análises preliminares, ainda em trabalho de campo não consideramos a necessário suspender a metodologia de análise, ainda que tenhamos procurado alternativas de aferição, como no próximo capítulo apresentaremos. A questão que temos obrigação de nesta tese avaliar é a pertinência desta análise para os objetivos da problemática que estamos a trabalhar, e em função disso tomar a decisão de utilizar os seus resultados como significativos, ou pelo contrários, não sendo significativos, não os apresentar.

Ora, na análise que efetuamos, consideramos que estes resultados são parcialmente significativos. Como expressão duma vontade de futuro, não dispomos de outras metodologias que nos possam, a este nível, elucidar-nos. Se por um lado a vontade de futuro surge

como convergente e é coerente com a dinâmica do território, e portanto isso expressa-se em intenções de ação; por outro lado, interessa-nos refletir, do ponto de vista da metodologia museológica, os modos de operação propestivados. Uma prospetiva sobre os objetos patrimoniais socialmente significativos. Isto implica portanto refletir sobre a forma como as ações patrimoniais e museais estão a ser pensadas pelos agentes. E essa dimensão de vontade de futuro é uma componente importante do processo museológico.

As análises que fizemos são portanto mais sintéticas. Embora o material coligido permita efetuar uma análise mais vasta, optamos por salientar apenas as questões mais pertinentes para o processo museológico, para a partir dessas questões efetuar uma reflexão crítica sobre as dinâmicas internas de alguns dos seus elementos. Uma reflexão da sua participação como componente do seu valor museológico.

6.1.3.1. Os projetos e os relatórios atuais

Na análise dos projetos e intenções utilizamos um conjunto de 5 relatórios elaborados em diferentes tempos. Estes relatórios foram consultados no Gabinete da UNESCO na Ilha de Moçambique, facultados pelo seu diretor Arquitetos. Francisco Monteiro e Arquiteta Beatrix Oeting. Um outro conjunto de relatório, consultados no Gabinete do Arquiteto José Forjaz em Maputo, permitiram completar a informação.

Iniciamos, por questões de enquadramento pelo documento fundador[465] das atuais políticas de planeamento no terreno: o relatório da UNESCO, efetuado em 1998: *"A Program for Sustainable Human Development and Integral Conservation*" *National Reports and References, by National Consultants*", (UNESCO, 1998) e o "*Basic Document, August*" (UNESCO-WHS, 1997). Entre estes documentos e os seis seguintes que analisamos todos contemporâneos deste (CESU, 2008), (CESU, 2009), (M.D.G. ACHIEVEMENT FOUND, 2009). "(CEDART, 2009), (SNV, 2009), e (UNDAF, 2008)., existe uma pluralidade de estudos. Muitos deles encontram-se nas instalações da UNESCO da Ilha de Moçambique,

[465] Os relatórios sobre a Ilha de Moçambique são variados. Como vimos no capítulo anterior, eles iniciaram-se com a proposta de Viana de Lima (LIMA, 1982) com o consultor polaco Krysztof Pawlovsky que efetuou um pequeno relatório sobre a Ilha e com o Relatório Azul da Universidade de Aarens (MOÇAMBIQUE, 1985). Ambos os documentos formam a base do processo de qualificação como WHS. Todavia, segundo informação que obtivemos através de Francisco Monteiro, entre 91 e 97 poucas atividades de conservação foram efetuadas na Ilha. A elaboração, execução e financiamento dos projetos deveriam resultar das iniciativas das autoridades locais. Este documento inicia o conjunto de propostas consideradas ativas. Como vimos, as circunstâncias da classificação da ilha, com o protagonismo da Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique não teve uma correspondência total com os objetivos do estado Moçambicano. Assim se explica que os anos fossem passando sem o desenvolvimento de iniciativas ou projetos significativos.

armazenados em caixotes, pela ausência dum serviço de documentação. Durante a nossa estadia tivemos acesso a todo o material disponível. Escolhemos e selecionamos o que nos surgiu como pertinente para os objetivos que pretendíamos alcançar. Deve-se ainda dizer que em nenhum local existe uma referenciação exata e exaustiva dos vários relatórios produzidos sobre a ilha de Moçambique. Por exemplo, ao nível da UNESCO, todos os anos são efetuados relatórios sobre as ações do WHS. No gabinete da UNESCO na ilha não existe uma coleção completa desses relatórios, existindo um arquivo pessoal do diretor.[466] Uma vez que a documentação da UNESCO se encontra "On-line" no respetivo sítio (WWW.UNESCO.ORG), foi possível confirmar que a informação disponível era a mais pertinente para o conhecimento das condicionantes da ação prática.

Analisemos os conteúdos dos documentos. Em 1998 o Relatório do Programa para um Desenvolvimento Sustentado e Conservação Integral da Ilha de Moçambique defende a aplicação de um "*Programa de Ação Imediata*" (Immediate Action Plan) com a duração de 3 anos. (1998-2000) com incidência sobre toda a ilha (UNESCO, 1998). Defende ainda como modelo de ação o desenvolvimento da participação da população e da atividade turística como motor do desenvolvimento (key project). No âmbito da contextualização nas dinâmicas regionais defende ainda a integração da ilha no "Indico Rim" (Anel do Índico), nomeadamente no âmbito dos programas de Turismo da Costa Oriental de África, no roteiro das cidades patrimoniais, como por exemplo o caso de Zanzibar. Referencia ainda a possibilidade de integração na Rota do Escravo da UNESCO. Porquê preservar, conservar, reabilitar, restaurar e manter a herança cultural? O autor responde "*Gostava que ficasse muito claro que a conservação que a conservação da herança cultural da ilha é um dos aspetos do seu programa de reabilitação integral. Do que observamos ficou evidente que uma ação baseada na preservação das construções históricas e elementos monumentais (*land marks*) será insuficiente. Não será sustentável. Qualquer investimento financeiro deverá combinar um programa social e económico integrado* (comprehensive program).(UNESCO, 1998, p. 6) E decorrente desta opinião como elemento prepositivo defende um "Programa de Ação Imediata" (Immediate Action Plan) com a duração de 3 anos. (1998-2000, no qual considera um total de 50 projetos. (UNESCO, 1998)

[466] Os relatórios estão em caixas, armazenados num compartimento anexo ao gabinete. Nesta matéria, confiamos na palavra do Diretor Francisco Monteiro, que referencia os que nos facultou como sendo estes os que estão "ativos". Essa informação foi cruzada na nossa conversa com o arquiteto Forjaz em Maputo que a confirma. Note-se contudo, que ambos os arquitetos participam na maioria dos projetos desenvolvidos na ilha. Se por um lado, isso pode significar que a informação de projetos anteriores é filtrada por essa equipa, também é verdade que todas as ações passam, na atualidade por estes dois técnicos, o que não eliminando a existência de outros trabalhos, dá consistência aos relatórios conhecidos como "fontes válidas". Consideramos esta situação suficiente para a validade da análise que pretendemos efetuar.

O relatório final será composto por seis volumes. No Volume I – Serão tratadas as questões da Reabilitação Urbana e Arquitetónica e da Herança Cultural. Inclui um conjunto de Carta com localização dos projetos. Faz ainda uma avaliação dos Recursos Naturais a preservar, nomeadamente o "Enquadramento Verde Urbano", formado pelas Quirina da Índia, Acácias Rubras de Madagáscar, Azadirachta Indica (ao longo das ruas), coqueiros, papaieiras, tamarinhas e limoeiros. (nos pátios), as Casuarinas, Figueiras Bravas (Lina de costa e cemitério). No âmbito da Geologia defende a necessidade de valorizar "O coral calcário formado na era quaternária".

No levantamento do Edificado, recenseia 240 edifícios, dos quais 40 são monumentais. 30 destes edifícios situam-se na cidade de pedra. No âmbito da análise das Infraestruturas, afirma que "são falíveis, com os sistemas de drenagem em colapso". Ao procurar analisar a decadência da cidade de pedra afirma que "ela perdeu as suas funções". Tendo estado associada ao tráfico negreiro, com o fim dessa atividade perde a sua função principal (UNESCO, 1998, p. 35).

Tendo como base o desenvolvimento turístico, defende a necessidade, desde de logo de referenciar a capacidade máxima de carga para evitar a alteração do ambiente urbano. Por exemplo defende ter um limite no licenciamento de camas, que não deveria ser superior a 10-15 % do número de habitantes. (cerca de 2.000 camas turísticas). Defende que "Base do Desenvolvimento Turístico" são os valores culturais. No diagnóstico ressaltam como fatores de bloqueio as acessibilidades, as infraestruturas, a falta de capacidade técnica, a ausência de marketing, e dificuldade na capacidade de alojamento. A herança cultural, como fator de alavancagem implica a inclusão do social. Propõe para isso o desenvolvimento de infraestruturas de educação, saúde e ação social. O estímulo da atividade económica deverá passar pelas cadeias de valor.

No documento identifica as seguintes cadeias de valor como projetos de investimento prioritários: Na fileira do turismo as atividades culturais, e os recursos aquáticos e os recursos ambientais. Identifica ainda uma estrutura arquitetónica a ser valorizada, a "Casa Swahili"- "*A ilha apresenta uma estrutura arquitetónica complexa, que se incorpora nas dinâmicas construtivas da costa africana do Indico. Esta cultura apresenta a alguns aspetos específicos, como pátios interiores com varandas, a organização do espaço interior num eixo, e a existência de terraços (açoteias*)". Propõe mesmo a conservação da "casa swahili" como casa da cultura *"A cidade é uma herança como conjunto. Os edifícios anónimos devem ser igualmente conservados, porque constituem uma área construída essencial da Ilha de Moçambique. Sem ela a cidade não existe e outros edifícios serão implantados, colocando*

os edifícios monumentos isolados e sem sentido. O objetivo da preservação da ilha está essencialmente ligado a este belíssimo edificado que constitui o enquadramento dos monumentos. A sobrevivência dos edifícios anónimos é tal, como a continuidade da "cidade makuti" essencial para a preservação da história, arquitetura e herança cultural" (UNESCO, 1998, vol II).

Em termos da análise dos processos de conservação, analisa detalhadamente a evolução de vários edifícios. Por exemplo a Evolução das ocupações do Convento de São Domingos", hoje transformado em Tribunal[467] O primitivo Convento, nas proximidades do Campo de São Gabriel é construído em 1578, depois de um vasto conjunto de polémicas locais sobre a sua localização. Em 1607 o edifício primitivo é destruído pelos holandeses, que a partir dele criaram uma estrutura defensiva para atacar a fortaleza de São Sebastião. Findo o cerco, em 1662, o convento é reconstruído. Aí será instalada a primeira Escola primária oficial em 1799[468].Cria-se uma residência para padres que permanece até 1921. O espaço é ocupado por barracas em 1826, e aí será criada, em 1846 a 1ª Fabrica de Algodão em Moçambique. Em 1875 é instalado o Ministério Público, transformado em Tribunal em 1932. Na nossa visita, o edifício mantêm o uso, embora os claustros, onde tinha funcionado a escola servissem agora de espaço de atividades da comunidade residente (lavandaria). Em suma, neste relatório, onde se propões uma conservação do edificado dá-se conta da elevada dinâmica que os edifícios sofreram.

Os restantes volumes incluem as questões do Abastecimento de Água e Infraestruturas de saneamento (volume II), a Análise dos Pescadores das Ilha (volume III), que se justifica por essa ser a principal ocupação direta da população. O volume IV trabalha as questões do Desenvolvimento do Turismo sustentável. No volume V aborda-se o problema da legislação de enquadramento e no último volume efetua-se uma resenha sócio económica "Socioeconomic Overview".

Em suma, estávamos em 1997. O programa de ação imediato previa um conjunto de ações prioritárias para três anos. Pouco, muito pouco, foi feito nesses anos. Na maioria dos casos por insuficiência de financiamento. No âmbito dos programas da UNESCO, os estados membros são sobramos. As recomendações dos relatórios, não implicam diretamente

[467] Pela informação apresentada, verificamos uma conformidade com a informação constante no Livro de Alexandre Lobato (LOBATO, 1967).

[468] Recorde-se, que em 1758, na sequência da expulsão dos Jesuítas, o convento de São Paulo fica devoluto. Embora não se saiba ao certo o que sucedeu ao convento dos dominicanos, é possível que este tenha assumido as funções de equipamento educativo, até desenvolvido Companhia de Jesus em São Paulo. De qualquer modo, em 1834, as ordens religiosas são extintas no Reino, incluindo nas colónias, e os seus bens incorporados na coroa.

a UNESCO no financiamento das recomendações dos mesmos. Os Estados, através destes relatórios dispõem de instrumentos técnicos para procurar o financiamento das ações. No caso da Ilha de Moçambique, os diversos projetos, apresentados como "ações imediatas" na verdade demorarão alguns anos a ser implementados, através de ações de cooperação. Portugal, Suécia, Itália, Holanda, Japão, França, Estados Unidos são países que têm apoiado projetos concretos, muitas das vezes, como já vimos acima no caso de Portugal, dentro das estratégias específicas de cooperação.

Assumindo este relatório como ponto de partida, passemos agora à análise do Master Plan pensado para a Ilha de Moçambique (CESU-CI, 2008). O documento, produzido pela CESU-CI, uma empresa de consultadoria para o desenvolvimento, criada em Portugal, com escritórios em Moçambique, foi financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento, e procura ser um documento orientador de estratégias e ações a implementar, nos próximos 10 anos (2019). O documento define uma orientação estratégica, planos de ação e sugere formas de organização e financiamento, é contudo omisso em relação à avaliação dos programas anteriores. Embora tenha a preocupação de se integrar em dinâmicas instaladas, o programa é omisso em relação a projetos que estão em execução na Ilha de Moçambique, com apoio de outras organizações internacionais. Estas e outras questões foram salientadas por agentes locais como uma das deficiências do Plano, pelo que não no iremos alongar na análise deste Master Plan para a Ilha de Moçambique.

Face ao nosso objetivo de analisar o modelo de desenvolvimento da ilha, que como vimos para os atores se situa em termos da fileira do turismo, vamos apenas referenciar as questões sobre proposta de estratégia do Turismo. O documento adota na sua abordagem uma visão de análise dos *clusters* segundo a metodologia proposta por Tom Peters[469].

No âmbito do *cluster* do turismo referencia a existência de duas áreas geográficas com potencialidades, oportunidades e vocações complementares: a área continental, com potencial para o desenvolvimento de turismo residencial, *resorts*, desportos aquáticos e ecoturismo; a área insular, com potencial no domínio do turismo histórico e cultural, mediante o desenvolvimento de operações de pequena dimensão; Refere ainda que existe na Ilha um "*razoável capacidade de hospedagem na Ilha, inclusivamente superavitária face à procura atual*"; Em termos do "Turismo Cultural", identifica a forte potencialidade deste tipo de turismo " *centrado*

[469] Tom Peters propõe uma centragem de cada economia em áreas de especialização: os *clusters*. Dentro destes clusters deve-se procurar criar a excelência com base na inovação constante dos produtos. Tom Peters foi um conferencista de sucesso nos meios da economia liberal anos noventa. Na sua metodologia realça-se a criação de círculos de inovação como processo de criação de dinâmicas da criatividade. Veja-se (PETERS, 1994).

no património monumental e restante património edificado da Ilha, na sua História, diversidade cultural, riqueza de manifestações culturais e etnográficas e gastronomia;" Identifica contudo uma exiguidade de iniciativas de cariz cultural destinadas ao turismo. Dá conta da "*existência de coleções de algum valor nos Museus da Ilha, os quais são, não obstante, estáticos e se encontram degradados, estando a ser equacionadas soluções mediante financiamento internacional"*, uma "*Parca integração da riqueza gastronómica local no quadro da restauração";* e um *"Escasso aproveitamento do património edificado do ponto de vista turístico e numa ótica funcional e de conteúdos;"*Dá conta duma "*Insuficiente promoção da "marca" – Ilha de Moçambique: Património Mundial da Humanidade; e da Inexistência de um Arquivo Histórico condigno e de uma Biblioteca Pública abrangente e dinâmica; e de um Inexistência de um inventário exaustivo do património cultural da Ilha de Moçambique*" (CESU-CI, 2008, p. 78).

Em relação ao Artesanato, uma outra fileira produtiva considerada como estratégica identifica "Ausência de expressão do artesanato ao nível do emprego e da geração de rendimento na região, derivados da exiguidade de comércio formal de artesanato. Todavia a existência de um "elevado potencial do artesanato quer baseado em produtos tradicionais da região, outrora bem-sucedidos, quer com base numa abordagem inovadora" não tem produzido um consequente resultado produtivos derivados da "p*rofusão da venda de artesanato e artefactos de autenticidade duvidosa e cuja origem é de difícil certificação*; e da "*ausência de uma inequívoca imagem identitária do artesanato da região.*" (CESU-CI, 2008, p. 98)

Como ações previstas no âmbito do turismo propõe um "Programa Desenvolvimento Turístico Integrado da Ilha de Moçambique" um programa que" *está exclusivamente centrado na Ilha e visa criar condições diversificadas de atração turística. Para tal será necessário, nomeadamente, melhorar a qualidade e capacidade de hospedagem, organizar um conjunto de serviços de apoio ao turismo (da melhoria do mercado central à reabilitação e afetação de coretos e aos serviços de táxis e de beleza e estética), criar e reforçar as agências de viagens e operadores turísticos ou elaborar roteiros (históricos, botânicos…) para fins turísticos*"(CESU-CI, 2008, p. 109*)*.Propõe sete projetos estruturantes, para "*promover e valorizar de forma integrada, sustentável e rentável diferentes tipos de Património de que é possuidora a Ilha de Moçambique*".(CESU-CI, 2009, p. 109)

Estão identificados 7 Projetos: o Melhoramento do Destino da Ilha de Moçambique – Serviços ao Turismo, a Melhoria da Qualidade e Capacidade de Hospedagem na Ilha de Moçambique e Área Envolvente, a Criação de Serviço de Táxis, Criação/Reforço de Agência de Viagens / Tour Operator, Elaboração de Roteiros Históricos Turísticos, Elaboração de um Roteiro Botânico da Ilha de Moçambique, Normas e Regulamentos, Específicos para a Ilha, das Atividades Relacionadas com o Turismo. Ainda complementar deste programa propõe-se o "Melhoramento do Destino da Ilha de Moçambique – Serviços ao Turismo", que se concentra-se na Ilha e "*tem igualmente por objetivo melhorar as condições do destino e os servi-*

ços prestados de apoio ao turista – mas não integrados no setor do turismo – tendo em vista garantir uma ocupação diversificada do tempo de lazer e uma taxa média de permanência do turista mais elevada. (CESU, 2008, p. 157) Trata-se portanto mais de um conjunto de intenções, politicamente corretas, mas com uma difícil operacionalização na ilha de Moçambique. O tipo de serviço que propõe corresponde a um modelo de desenvolvimento turístico de massa. A ilha de Moçambique não dispõe, e dificilmente disporá de condições para competir nesse mercado turístico. Como veremos, ainda que essa seja a vontade de muitos, o confronto destes projetos, sempre muito bem-intencionados, com regras formais muito interessantes acabam por se revelar deficientes no seu confronto com as dinâmicas locais e com as expectativas dos agentes. Genericamente "o Espírito do Lugar", que é a sua mais-valia em relação aos mercados de turismo de massa implica uma inserção no âmbito das rotas do turismo de especificidade. Serviços de proximidade, de baixa padronização e voltados para uma oferta dos recurso locais. Assim se justifica a fraca expectativa dos agentes em relação a este tipo de trabalhos. Mais à frente voltaremos a esta questão quando desenvolvermos o conceito do processo museológico.

Passemos agora a um outro projeto em curso o JOINT Programe (UNDAF, 2008). Este projeto tem por base o modelo desenvolvido pela UNESCO em Port Saint Louis no Senegal[470], onde, com base na aplicação de competências no terreno (Hands On Project) foi efetuada uma campanha de "sensibilização para a preservação patrimonial".*O projeto consistiu em criar indústrias e implementar políticas públicas com base na questão "Como a cultura pode catalisar o desenvolvimento?" Qual é o papel da cultura no desenvolvimento, como criar dinamismo. A base do entendimento é acreditar que a cultura pode ser um catalisador do desenvolvimento. "A cultura é o saber do desenvolvimento". Essa é a Base do "Joint Program*" (eOERING, 2009).

Em Moçambique o "*Joint Program*", integrado na nova filosofia dos programas da UNESCO que privilegia os programas que reúnam a integração das valências das 6 agências de desenvolvimento das Nações Unidas. A UNESCO, a FAO, a OIT; a UNFA, UN Refugiados, e a OIC (Organização Internacional do Comércio), e que em Moçambique junta 8 ou nove ministérios (a Educação, Comercio, Juventude, Desportos, Saúde, Agricultura, Trabalho e Turismo) tem, na sua execução duas componentes: de ajuda ao desenvolvimento e desenvolvimento da indústria. *As questões de base de desenvolvimento da cultura (artesanato, musica etc.) abrem uma maior possibilidade de desenvolvimento do turismo cultural e geram mais desenvolvimento económico*." (eOERING, 2009).

[470] WHS nº 956. Ver em www.whc.unesco.org

"*O desenvolvimento dá resultados para as pessoas. Gera rendimento, emprego e oportunidade*." (eOERING, 2009). A integração da cultura no processo de desenvolvimento melhora, de acordo com a filosofia do projeto, todos os resultados do desenvolvimento. Por outro lado, leva em consideração que o estudo de património intangível é uma importante fonte para o desenvolvimento das indústrias criativas. No caso de Moçambique, no entanto, segundo nos confidencia a responsável do projeto, é necessário ter em atenção as leis do financiamento para permitir uma maior agilidade ao investimento estrangeiro.[471] Qual então é a estratégia para o artesanato na Ilha de Moçambique. A estratégia parte duma visão do que é feito. Como e porque é executado. Depois de ver o que tem potencial, ajuda-se a fazer um "plano de negócios". Atualmente o artesanato vai trabalhar o turismo interno. A questão do turismo cultural executa-se no âmbito dos problemas do turismo no geral. (eOERING, 2009).

A filosofia do programa também tem como convicção a cultura como base do desenvolvimento e comércio sustentável. A Cultura e as indústrias criativas têm um grande potencial para criar desenvolvimento económico e social (UNDAF, 2008, p. 3). Elas contribuem para o aumento da renda, do emprego e do produto. Elas também são veículos de afirmação da identidade cultural, que representa uma importante dimensão da diversidade cultural. As indústrias culturais cresceram cerca de 7 % na última década, sendo o turismo cultural uma das suas dimensões de maior crescimento. O "*Programa Joint* tem como objetivo promover as indústrias culturais e criativas como contributo para o desenvolvimento de Moçambique", e integra-se no âmbito do "*Programa Estratégico para a Educação e Cultura (2006-2011)*" (UNDAF, 2008, p. 3).

O programa tem por base os documentos da UNESCO: "*A World Cultural and Natural Heritage*" (1972), "*A Convenção para a Salvaguarda e Proteção da Diversidade Cultural*" (2005), A "*Convenção para a Salvaguarda da Herança Cultural Intangível*" (2003) e a "*Convenção do Copyrigth*" (1971). No âmbito das Industrias Criativas tem por base: A "*Carta do Reconhecimento Cultural de África*" (2005)[472], A "Agenda *para o Desenvolvimento da África Austral*" (2000), e o "*Plano de Nairobi para o Desenvolvimento*

[471] O programa Joint é gerido em Maputo por Lorraine Johansen, e tem por base a ideia de que até aqui o Exotismo dos produtos moçambicanos foi a principal força que desenvolveu o artesanato. No entanto, para competirem no mercado mais alargado o importante é desenvolver a capacidade de produção artesanal de mais moçambicanos e criar inovação no seu *design*. Aumentar a quantidade e a qualidade dos produtos moçambicanos. Por isso o programa procura criar ações em três províncias (Maputo, Inhambane e Nampula /Ilha).

[472] Um interessante resultado desta carta é a criação em 2002, da OCPA, o Observatório para a Política Cultural em África. Ver (www.ocpanet.org) ou (www.culturelink.org/ocpa). Este Observatório avalia o desenvolvimento das políticas culturais e a sua relação com o desenvolvimento humano.

das Industrias Criativas em África" (NAIROBI, dezembro 2005). As lições recebidas pela aplicação dos projetos são: A necessidade de construir a capacidade local, a capacidade de guardar a informação, a mobilização da comunidade e a partilha dos resultados.

Quais são os resultados esperados: A contribuição das indústrias criativa para o desenvolvimento social e económico. O turismo cultural promove e aumenta a capacidade de gestão dos bens culturais. Sensibiliza a comunidade na gestão dos sítios patrimoniais. Aumenta a capacidade de conservação do património integral. Aumenta a relação entre os setores públicos e privados. O aumenta dos serviços culturais aumenta a escala de empregabilidade das novas gerações nos setores das artes e musica. Para isso é necessária formação, estimulo ao comércio das artes, sistema de micro financiamento e desenvolvimento dos processos de internacionalização.

O aumento do conhecimento, das técnicas e do saber aumenta a capacidade de reação. O documento prevê a inclusão das indústrias culturais no processo de planeamento e na formulação das estratégias de decisão públicas. Para concretizar esse processo propõe a construção da bateria de indicadores: (1) Política de Estado sobre os Direitos de Autor (Copyright: política de regulamentação, incluindo fiscalização). (2) Aumento do acesso à informação e à formação em Industrias Criativas e culturais, com base na cadeia de valor e a criação duma linha de trabalho sobre as indústrias criativas e Propõe um "*Cultural Data Management System*". O "*Joint Program*" reforça o seu compromisso como o género, com a participação da comunidade, com os direitos humanos, com o ambiente, e com a prevenção da AIDS. (UNDAF, 2008)

A questão a análise da Cadeia de Valor é portanto uma questão crucial no âmbito destes programas voltados para a valorização do património cultural. Esse é o tema de um outro trabalho "*Análise da Cadeia de Valor do Setor do Artesanato em Nampula, Inhambane e Maputo*" (MDG-AG, 2009) e a "*Value Chain Analyses: Ilha de Moçambique"*, (VIARD, 2009). Os objetivos destes dois documentos, que embora produzidos por diferentes entidades, são complementares em termos de objetivos centram-se na "*recolha de informações para a avaliação e desenvolvimento de um programa estratégico do setor do artesanato que corresponda aos interesses das unidades produtoras dos comerciantes de artesanato e matérias-primas, das instituições prestadoras de serviços e das entidades reguladoras e fazedores das políticas do setor*".(MDG-AG, 2009, p. 7) A prazo o objetivo é criar produtos para exportação. O estudo define como *clusters* de

produção a escultura e tratamento de madeiras duráveis, que constituem 46 % do FOB[473] que ficam na mão do produtor.

Depois da análise da problemática do mercado do artesanato em Moçambique, onde segundo o estudo se regista um crescimento da procura identificam-se um conjunto de problemas, entre os quais uma tecnologia de produção desadequada e que gera muitos desperdícios. Por outro lado, a madeira é um recurso natural renovável. O artesanato deve-se preocupar com a renovação dos recursos que utiliza. Essa atividade não pode ser consignada ao pequeno produtor que trabalha em oficinas improvisadas, muitas das vezes em locais ao ar livre e com alterações frequentes de localização. (MDG-AG, 2009, p. 15)

Por outro lado, a produção de artesanato como setor da atividade económica, não tem uma estratégia definida. Por exemplo, na sobre a análise do artesanato de recordação da ilha de Moçambique o relatório verifica uma ausência de estratégias nas várias organizações intervenientes. Afirma que há uma fraca internacionalização, uma ausência de formação dos artesãos e não são exploradas as potencialidades das fileiras das madeiras, pedras preciosas, algodão, sisal, bambu e coqueiros. As peças produzidas têm falta de *design* e ausência de rotulagem. A falta duma estratégia nacional e há igualmente a ausência de instrumentos de regulação. (MAG-AG, 2009, p. 37)

A Base do *Programa Conjunto das Nações Unidas de Reforço das Industrias Culturais e Criativas,* e o incentivo de políticas inclusivas. É um programa articulado com as PME e as OPB (Organizações Populares de Base). Deu origem a programas de formação de "Gestão de Negócios e Desenvolvimento da Capacidade empreendedora" no setor do artesanato e turismo cultural. As premissas do Programa com Inputs mensuráveis nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (segundo o *Creative Economic Report*, de 2008 da UNCTAD) De acordo com o relatório, 86/144 economias mundiais continuam a basear a sua economia em venda de matérias-primas. Essa situação incapacita-as de agregar valor aos seus recursos naturais (MDG-AG, 2009, p. 46). Trata-se de um modo de produção em que as economias não crescem o suficiente para gerar o bem-estar da população. O Artesanato é um setor chave para desenvolver o potencial agregador de valor local, nomeadamente através da aplicação da criatividade, do conhecimento. O trabalho é manual e resulta dos conhecimentos do local, dos recursos locais e das formas de gestão da comunidade. O potencial de criação de

[473] FOB. Abreviatura de "*Free on Board*": Significa a parte da renda que resulta apenas da produção. É o valor acrescentado pela atividade produção, à saída da unidade de produção, excluindo transportes e comercialização.

postos de trabalho, de criação de rendimento potencia a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento urbano.

O metodologia de trabalho a aplicar no desenvolvimento desta estratégia é a Análise da Cadeia de Valor (*Value Link*). Esta análise tem por condicionante a Lei 4/2001. Proteção dos Direitos Autorais[474] e a "Resolução 12/97, de 12 de junho. "*Política Cultural de Moçambique*" onde se afirma que "*O artesanato é parte tangível da história e cultura do povo de Moçambique, constitui um património valioso que deve ser protegido e valorizado*" (VIARD, 2009, p. 5).

Na Análise da Cadeia de Valor do artesanato de Moçambique os autores vão proceder a um estudo sistemático das operações económicas e da análise da sequência de atividades comerciais relacionadas. O objetivo é identificar as funções de cada atividade que está incluída no produto vendido no mercado. (Em termos de diagnóstico de Funções. De seguida efetua-se uma estimativa das receitas por produto particular. Consideram-se os momentos da produção primária, da transformação, da comercialização e da venda aos consumidores (neste último aspeto, considera-se a venda por grosso e a venda a retalho). Ora esta metodologia aplicado ao artesanato da arte maconde em Moçambique revela no relatório que Na "Estrutura do Valor da Escultura em Madeira" o valor da Matéria-prima representa 21% do valor económico, a Mão-de-obra 22%, os Custos Indiretos 18%, a Distribuição Local 15%, e Margem de Lucro do Produtor, 24%. A Distribuição Internacional apresenta 24 % deste valor, no qual a Margem de Lucro do Exportador é equivalente a 16%.

A partir desta análise, o estudo efetua uma avaliação das condições de produção da produção da meteria prima, do processo de produção incluindo o *design*, o processo de comercialização e as formas de exportação do produto. Faz ainda uma análise das atividades de suporte, tais como as condições de financiamento, formação e os mecanismos de incentivos ao mercado. De seguida efetua uma análise dos principais operadores, dos sistemas de regulação, dos perfis dos produtores e dos consumidores (turistas e residentes), bem como dos mercados para exportação.

Na sua análise do artesanato da ilha o estudo identifica a possibilidade de desenvolvimento de produtos de cestaria em palha, mobiliário (em palha e em madeira), esculturas em madeira, produtos musicais, produção de barcos, cafulo, joalharia (missangas, concha e metal), cerâmica e têxteis. Na região envolvente (Mussuril, Chocas, Cabaceira Pequena e

[474]. Nesse relatório cita-se Boaventura Afonso, diretor do Instituto Nacional do Livro e do Disco que diz "Há propriedade suficiente para criar uma marca de proteção à arte Makonde", e à Cestaria Xiraundulo de Inhambane.

Grande) propõe o desenvolvimento dos produtos de Olaria, cestos, esculturas de pedra, alfaiates, cafulo, joalharia (missanga, concha), e a fabricação de barcos. Todos estes produtos já são atualmente produzidos com base num *design* tradicional. (CEDART, 2009)

Este trabalho de avaliação do artesanato enquadra-se no âmbito da avaliação do processo de desenvolvimento turístico. São como afirmamos complementares. O TURISM ASSEMENTS PROCESS (TAP) é uma metodologia de análise dos recursos turísticos, das suas atrações, infraestruturas, serviços básicos, procura turística, oferta turística, suporte institucional e recursos humanos. O objetivo desta metodologia é fornecer um grande retrato dos mercados turísticos (*big picture*). Na base do Processo de análise do mercado turístico está a mesma ideia de Analise da Cadeia de Valor e Desenvolvimento (VALD - Value Chain Analys and Developmment). Esta análise contém o desenho do projeto, das infraestruturas ao comércio.

A análise da TAP aplicada à Ilha de Moçambique (CEDART, 2009) referencia que "*as atrações naturais e as atrações culturais são o produto dominante*" [475] (CEDART, 2009). No primeiro caso estão as praias, consumidas através de excursões (para ver a paisagem e a vida animal), e as atividades de ar livre (canoagem, vela e caminhadas). No âmbito das atrações culturais, as atividades constituem-se com base na visita ao Forte de são Sebastião, à cidade de pedra e a cidade macúti. Estas atividades encontram-se estruturadas nos percursos da cidade e na "cidade dos escravos".(CEDART, 2009, p. 23) As únicas atividades recreativas (atrações ao turista) são constituídas pelo Festival da Ilha, que normalmente se realiza no mês de julho. (CEDART, 2009, p. 23)

Quanto à análise da oferta turística, dos Serviços e infraestruturas de apoio o documento salienta a acessibilidades por estrada, recorrendo os visitantes ao, autocarro, o *minibus* ou carro particular (táxi ou rent-a-car). Da ilha partem excursões de barco não organizadas para fora da ilha com transporte de turistas. Como serviços complementares ao turista, na ilha pode encontrar-se o serviço de saúde, com hospital a funcionar de forma deficiente, a energia e a água, com uma oferta falível. Existem igualmente outros serviços, comunicações, informação ao turista, bancos e seguros. O nível da segurança na ilha é aceitável (embora existam áreas de pobreza e ruído). O sistema de gestão dos recursos naturais é deficiente. (CEDART, 2009)

[475] Este trabalho está em atualização em www.cedart.org.mz, ver também www.visitmozambique.net (Maio 2010)

Em relação à procura turística na ilha, o documento indica que é fundamentalmente feita por moçambicanos, sul-africanos e europeus. Cerca 45 % dos visitantes fazem-no em férias e 15 % por motivos profissionais, sendo os restantes visita a familiares. A característica da procura do turista é o produto cultural e natural (mergulho e vida selvagem). A compra de serviços na Ilha é efetuada através do mercado individual e de agência. A estada média é 1, 8 dias (dados de 2008). Avaliando a oferta turística sustentável, como aquela que procura respeitar as capacidades de energia e da água disponíveis e promove atividade amigáveis do ambiente o relatório indica que é necessário pensar que o crescimento da oferta deverá condicionar a procura de forma a, por um lado permitir um turismo de qualidade, ao mesmo tempo que é necessário assegurar as condições de sustentabilidade do território. (CEDART, 2009, parte II)

Os recursos humanos diretamente afetados ao turismo são compostos por um conjunto de 25 técnicos de turismo e uma escola de turismo em Nacala. A base da língua de comunicação é o inglês e o português. Isto numa ilha onde vivem cerca de 18.000 habitantes, divididos em 8 bairros, numa densidade de 117, h /km². Desta 95 % da população é muçulmana e a língua de comunicação é o Emakwa[476] e o Português. A família é constituída em média por 5, 3 pessoas e a taxa de escolarização é de 97 %. As atividades económicas predominantes são a pesca, a construção e o artesanato. O retrato da ilha salienta ainda o baixo nível educacional e socioeconómico da população residente. Nas infraestruturas salienta que o maior problema é o abastecimento de água. A população está dependente da agricultura (feita no continente) e cerca de 45, 6% da população desenvolve atividades complementares. O rendimento anual doa habitante é de 363,94 U$ por ano e por habitante. Cerca de 60 a 70 % da população residente vive com um rendimento inferior a 1 U$/dia. (CEDART, 2009, II)

Na Análise da Cadeia de Valor das atividades da Ilha, o documento indica como entradas indiretas no sistema: os produtos alimentares, os materiais de construção, os servi-

[476] O Grupo Macua foi classificado por Malcom Guthrie na classificação (GUTHRIE, 1967, p. 30) Das línguas Bantas. Este grupo linguístico integra vários subgrupos. Em Moçambique, todas as línguas integram o grupo da Línguas banto, sendo que a norte as línguas se integram no grupo P, no centro no grupo N e no Sul, no grupo Q. A metodologia do autor baseia-se numa classificação por autoridades construída a partir de critérios de semelhanças e identidades de palavras-chave, como por exemplo casa pessoa, homem, mulher, porta, pedra, etc. A associação regular das palavras e dos seus sufixos (a estrutura da língua recorre ao uso de sufixos). No caso das populações costeiras a língua materna sofre ainda influencias vindas das práticas comerciais do Índico. Há por exemplo muitas semelhanças fonéticas com as línguas suaílis de Quiloa. Para uma abordagem mais recente da problemática das línguas africanas, sem que todavia se verifique um detalhe sobre as língua Macua veja-se (HEINE & NURSE, 2008)

ços de manutenção. Indica que na Ilha de Moçambique os níveis destes serviços são bons. Os fornecedores diretos do turismo são os estabelecimentos de hotelaria, transportes, agências de viagem, restaurantes e bares, guias e lojas. Em 2008 a ilha teve como visitantes 4.999 pessoas (13 % do valor de Nampula Unidade Estatística); o que representa 7.630 noites vendidas. (Nampula 60.252). Este valor dá uma estada média de cada turista com 1, 5 dias. Em relação aos motivos da visita, os inquéritos ao turista mostraram que o motivo Lazer e dominante (50 %), logo seguido pelo Trabalho (35 %). Dos visitantes inquiridos a maioria (70 %) são moçambicanos e os restantes (30 %) europeus ou americanos (CEDART, 2009, II).

Em termos de intenções de investimento na hotelaria o documento dá conta a existência de 19 projetos de intenções em fase de arranque (Incluindo a Ilha de Moçambique e o continente em Mussuril e Cabaceiras). Inclui 1 hotel de 4 estrelas, 1 pensão, e 1 parque de campismo. O resto são *guest-houses*. Existem 13 projetos para restaurantes/bares. Existem ainda 15 guias, dos quais 5 são do museu e duas lojas de recordações. Em 2008 existiam 93 quartos, com 167 camas (cerca de 10 %do valor que existia em Nampula) (CEDART, 2009, II).

Na análise da oferta turística identifica a existência de 3 Agências de Viagem (Aquarium Tours, Golden Tours e Fast Travel), todas com sede em Nampula. A oferta de alojamento turístico é constituída por Hotéis (Omihipiti, Escondidinho, Terraço das quitandas e pátio das quitandas) e complementada por um conjunto de casas de hóspedes[477]. Não é feita nenhuma avaliação da qualidade das mesmas, nem o uma análise do tipo de oferta. Ainda no âmbito da Oferte turística, o estudo identifica um conjunto de restaurantes: Copacabana, Escondidinho, Ancora d'Ouro, Relíquias, Paladares, Bar das Flores, Clube Náutico, Clube del mar, Zavala 5, Júpiter, Watherflu, Saquira e Chanquica. Os produtos alimentares para a restauração vêm de Nampula. Neste item para além da identificação também não é feita nenhuma avaliação em relação aos mesmos. O turismo gera 167 postos de trabalho diretos, dos quais 80 % são oriundos da ilha. (85% masculino, com uma escolaridade média de 8 a 10 anos e com ocupação em tarefas nos serviços básicos. (CEDART, 2009, II)

Na Ilha não há agências de viagem. Há apenas transportadores, que efetuam transportes de Nampula para a Ilha ou pequenos circuitos de carro para Sunculo, Mussuril e Chocas. Há uma empresa de excursão náutica (cruzeiro/mergulho) e as duas lojas de artesanato,

[477] Casas: Amy Branca, Mooxelelya, Chamu, Luís, Mira, Yasmin, Azul, Das ondas, Berta & João e Zera. O Camping Casamana, o Complexo Continental, Complexo Belavista e a Residencial Naxitur e Kero

sendo que uma é privada e a outra é uma cooperativa de mulheres. Há múltiplos vendedores ambulantes de missangas e outro artesanato. A construção e a reabilitação urbana, que indiretamente é também considerada como integrantes no setor do turismo empregam sobretudo homens. (CEDART, 2009, II)

E é com base nesta análise que o relatório efetua a análise da *Cadeia de Valor do turismo cultural* na Ilha de Moçambique. A Receita Turística na Ilha é dividida em Hotelaria / (F&B) 357, 128 MTZ (44%), Venda de Peixe 120.000, Venda de Frutas 90.000, Visitas ao Museu 132.000, e Excursões na Ilha (Ilha Tour) 105.000. A receita total (PPI) é de 804.129 MTZ. Ainda como indicadores da receita identifica os visitantes ao museu 6.340 em 2008. Dos quais 1.823 foram estrangeiros. O museu paga salários de 2.200 MTS. A oferta de percursos através de guias é efetuada em percurso a pé, com a duração de 3 a 4 horas pela Ilha com um custo de 100 a 200 MTZ. Em 2008 visitaram cerca de 700 turistas. A época alta é entre junho e setembro. (CEDART, 2009)

Na análise do posicionamento estratégico da ilha de Moçambique identifica como os principais problemas da Ilha, a deficiência do abastecimento de produtos frescos (vegetais, frutos, peixe depende a pesca), a baixa qualidade da oferta dos serviços. Na ótica do produto qualidade da Ilha é baixa. O produto turístico da Ilha é pouco diversificado ao nível do alojamento, das excursões e a oferta de artesanato é de fraca qualidade, sendo que na maioria dos casos não é produção direta da Ilha. E um calendário de eventos muito pouco desenvolvido. O Festival da Ilha tem por base a Dança tradicional e Musica moçambicana tradicional. No artesanato não está desenvolvida uma cadeia de valor. Aponta por exemplo, a potencialidade do desenvolvimento da fileira da joalharia, que apesar da tradição se encontra muito pouco desenvolvida. O estudo identificou igualmente uma falta de confiança dos agentes e falta de consenso entre as Associações Locais. (CEDART, 2009, III)

Como principais propostas para desenvolver o produto Ilha de Moçambique, propõe uma da cultura das atividades da comunidade (nomeadamente a musica e a dança). Propostas de ações. Formação de agentes, melhoria da gestão, dar mais oportunidades às mulheres, dar ênfase às atividades de grupos e atividades de conjunto e apostar em redes de desenvolvimento. Essas propostas fundamentam a "*Visão para a Ilha*" (CEDART, 2009, parte III) Esta parte do programa procura responder às seguintes questões: *Onde Estamos*? *Onde queremos ir*? *Como chegamos lá*? (CEDART, 2009, III)

Como é vulgar nos estudos de estratégica começa por apresentar uma visão sintética do diagnóstico em termos de análise SWOT. (Forças/Fraquezas e Oportunida-

des/Ameaças). Logo de início realça como um fator positivo uma marca do produto forte, constituída por uma perceção de recursos muito apelativos. A posição do produto junto dos operadores e as intenções de investimentos no local são também muito elevadas. Contudo, a Ilha de Moçambique, na realidade é um produto com um volume muito baixo de visitantes, com uma acessibilidade difícil, com uma fraca capacidade técnica instalada no espaço e com divergentes visões dos investidores. (CEDART, 2009, III)

Quais são então as soluções. O que fazer? Propões aumentar a oferta turística e trabalhar com a comunidade. Segundo a opinião dos autores é necessário aumentar a hospitalidade, a capacidade de negócio dos operadores, aumentar o emprego, aumentar qualidade e a diversificação dos produtos turísticos. Esse trabalho deveria ser feito com recurso aos operadores turísticos, que permitem penetrar no mercado de forma mais consistente do que os atuais esforços de promoção, individualizados e orientados para diferenciados segmentos de mercado. Por outro lado, o destino necessita igualmente de cuidar da oferta ambiental e introduzir medidas de correção do impacto ambiental. Como propostas apresenta a necessidade de desenvolver 9 programas: Marketing e Comunicação; O Desenvolvimento do Produto (ilha), através da criação da identidade forte, com base em recursos que resultam do desenvolvimento das atividades culturais e da participação da comunidade; A coordenação de operadores turísticos; O programa de "Qualidade", através do aumento da oferta de alojamento e restauração e das lojas (com tabelas de preços); o programa de aumentar a formação de recursos humanos e das associações de produtores, o programa de Eventos através da organização de grupos de teatro, musica e criar um calendário de eventos e de comunicação; Aumentar a hospitalidade da Ilha através dum programa de educação que permita aumentar o nível de educação dos residente, aumentar a higiene e a limpeza melhorar as infraestruturas de saúde (com melhor acesso e melhores serviços); prevê-se ainda a criação dum Centro de Informação que permita igualmente apoiar as negociações entre os parceiros e o desenvolvimento das infraestruturas. Propõe que o modelo turístico tenha por base o Turismo Responsável, e que procure conciliar a atividade turística com o ambiente e com a economia informal. (CEDART, 2009, III)

Como verificamos pela descrição dos relatórios atrás apresentados, nos quais propositadamente não nos alongamos muito, existe uma vontade de futuro que dá continuidade à especialização do território em termos de turismo. Técnica e formalmente os relatórios estão corretos e apresentam no seu diagnóstico elementos que tivemos ocasião de confirmar genericamente durante o nosso trabalho de campo. Durante o nosso trabalho de campo pro-

curamos visitar os espaços culturais e turísticos, interrogamos os agentes sobre questões de alojamento, restauração, serviços ao turista, serviços à comunidade (saúde, educação, cultura). Utilizamos alguns destes serviços e procuramos informações sobre outros.

Recolhemos essa informação mas alongamos no detalhe da sua análise, nem apresentamos uma avaliação quantitativa dos dados recolhidos. O nosso objetivo neste nosso trabalho não é fazer o diagnóstico do posicionamento estratégico da ilha nem uma descrição exaustiva dos recursos que pode mobilizar. O que nos interessa no conteúdo destes relatórios é o seu significado de demonstrar a viabilidade duma vontade de futuro. Os relatórios, lido pelo seu significado qualitativo confirmam a vontade "expressa" de desenvolver o turismo como atividade base na vida. É certo que esta atividade surge muitas vezes complementadas com outras, mais tradicionais, como a pesca, a construção.

O significado expresso, destas narrativas, porque os relatórios correspondem a trabalhos encomendados por alguém que têm intenções (políticas e económica), é também o de que a Ilha de Moçambique se encontra inserida nas dinâmicas da modernidade. A maioria destes relatórios demonstra também que as ferramentas e as metodologias que os suportam são as mesmas que são construídas para análises focadas em destinos turísticos já incluídos no âmbito dos processos de globalização[478].

6.1.3.2. A Estratégia dos atores na Ilha de Moçambique

Com base no que analisamos poderemos afirmar que a Ilha de Moçambique é um território onde se verifica de forma bastante nítida a influência dos processos de integração no âmbito da economia mundo. O fenómeno da globalização, que afeta as dinâmicas instaladas na ilha de Moçambique, poderiam numa abordagem simplista, merecer uma análise da tensão entre a tradição e a modernidade, e no âmbito dessa análise poderíamos orientar-nos para verificar o modo como as atividades turísticas estão a ser estruturadas para se constituírem como o principal vetor da integração na modernidade. Essa integração, como verificamos tem vindo a ser efetuada, em diferentes ritmos, desde meados dos anos quarenta. Essa dinâmica é particularmente visível a um observador descomprometido ao olhar para os elevados interesses do imobiliário que se sentem na Ilha[479].

[478] Entendemos aqui o fenómeno de globalização como o fenómeno de integração das economias mundiais. Essas economias encontram-se sobre elevadas pressões para a monitorização das atividades económicas, que se passam a centrar nos mecanismos de regulação do mercado. Mais à frente voltaremos a estas questões.

[479] As ligações da atividade turística às atividades imobiliárias são um indicador da fermentação que gera a valorização de espaço face à expectativa de realização de mais-valias. O Turismo de massas é uma atividade

Embora essa análise possa ter interesse para avaliar o ambiente ou a análise da envolvente dos processos museológicos, o nosso objetivo é outro. O nosso interesse parte da constatação dessa situação para analisar as expectativas dos agentes em relação à sua ação no presente em função do futuro. Para isso selecionamos, a partir da análise de conteúdo das entrevistas, três campos de oposições, a partir das quais procuramos variáveis explicativas do posicionamento dos atores.

A primeira relação é a vivência da memória da ilha, sentida pelos seus atores. Este campo fornece-nos a visão do que é rememorado em oposição ao que é esquecido, através das palavras dos atores. (RICOEUR, 2006). Segundo Paul Ricoeur a Memória é uma narrativa que mais do que invocar o passado é a expressão duma consciência da ação. Essa consciência da ação é observada por uma relação dialética entre a compreensão e a explicação dos discursos que de podem assumir três formas (RICOEUR. 1987). Por um lado através do posicionamento dos indivíduos no espaço e no tempo, executada através da construção de narrativas. Uma segunda forma da apresentação desta consciência da ação é através do cruzamento das narrativas individuais, que originam formas de discursos associadas. Estes discursos, ou narrativas sociais participadas resultam dos compromissos que os vários individuais estabelecem para assumirem ações de orientação comuns. As narrativas familiares, genealógicas, nacionais são disso um exemplo. E finalmente as narrativas assumem-se também como uma ética da ação, pois através delas tomam uma consciência dos fins e dos meios dessa ação. (RICOEUR, 1987). Segundo esta abordagem, o uso da memória, ou enunciação do seu discurso (e do esquecimento) permite analisar o posicionamento da comunidade no espaço e no tempo e dos respetivos valores de ação.

A segunda relação desenvolve-se em torno a perceção do que Pierre Bordieu chama de Espaço Social (BORDIEU, 2001, p. 3). Aqui procuramos a relação entre as práticas simbólicas e a sua correspondência com as práticas sociais. Segundo Bordieu "o espaço social está construído de tal maneira que os agentes ou os grupos se distribuem nele em função da sua posição nas distribuições estatísticas segundo os dois princípios de diferenciação"

com um elevado impacto de transformação no território, porque é uma atividade fortemente consumidora de espaço. No caso da ilha de Moçambique, onde o espaço é reduzido, pelo facto da sua densidade de edificação e sujeito a fortes constrangimentos, por via das regras que advém da sua classificação como Património da Humanidade, este fenómeno é facilmente percecionado. Em regra, nos manuais que estudam a problemática do turismo, fundamentalmente como uma problemática no âmbito das ciências sociais (economia do turismo), raramente se verifica a focagem sobre os problemas do território. O mesmo poderíamos dizer da atividade urbanística, que raramente planeia a ocupação do "espaço turístico".Não cabe aqui efetuar essa análise, pelo deixamos apenas a nota.

(BORDIEU, 2001, p. 7) entre o "capital económico" e o "capital simbólico". Segundo o autor, as práticas sociais de cada ator são simultaneamente distintas e distintivas, sendo que essa relação implica uma distribuição de cada agente nesse espaço social. Aqui contudo, mais do que entender a distinção, interessa-nos fundamentalmente entender as razões que levam, do ponto de vista da produção de bens simbólicos a criar dentro desse espaço social, ações de convergência nos processos e nos fins. Interessa-nos a produção de bens simbólicos como elemento de produção de valor da ação.

E finalmente um terceiro campo de relações, onde analisamos as relações vividas no presente, entre a necessidade de Preservação/ Conservação das heranças com a vontade de as projetar no futuro como recurso da atividade turística. Esta relação do **Proteger para construir** é uma relação que advém do processo de classificação da cidade como Património da Humanidade que implica pensar a relação Proteger/Conservar com a necessidade de formatação do espaço como território turístico, que implica uma relação de Transformar/adaptar. A produção do espaço turístico implica a criação e o alargamento dos espaços funcionais, por exemplo a construção/renovação do edificado para criação de alojamentos turísticos, e de outros espaços para produção de serviços de oferta turística, como restauração, comércio, animação, serviços ao turista, etc. E no âmbito desse desejo de ação, de renovação do espaço, importa entender de que forma as tensões de conservar/transformar incidem sobre os espaços patrimonial e como é que essa tensão se reflete no campo das memórias sociais e das heranças da comunidade, produzindo também uma dinâmica de relação de transformação.

6.1.3.3. A relação vivida na sociomnese da Ilha nos seus atores sociais

Como é que é então vivida a **sociomnese da Ilha**. Ou melhor, como é construída a narrativa da relação entre a memória do tempo rememorado e esquecido socialmente partilhado. As agentes locais têm uma consciência de que esta memória tem sido, ao longo dos anos, uma "fenómeno social: "*Nós temos três histórias, por um lado, uma História que é feita pelos colonialistas portugueses. Depois temos a história feita pelos intelectuais de Maputo, depois da independência. Agora temos uma nova história, que é feita pelos protagonistas, pelos atores africanos uma História Moderna*." (eHAFIZ, 2009).

Dos tempo mais antigos, recordam-se de que o número de habitantes mais comedido, em confronto com a numero atual, visto como excessivo. "*Nessa altura nesta área havia só cerca de 2.000 habitantes. Havia um corpo militar pequeno. Depois veio a guerra e a ilha tornou-se um local*

onde vinham os comandos. Por vezes eram incorretos. Um dia ouve aí uma festa e eles beberam uns copos a mais e assaltaram algumas casas da ilha. Andavam procura de mulheres. No dia seguinte a população revoltou-se e fez um abaixo-assinado para expulsar de cá os soldados. Veio cá logo o Kaúlza de Arriaga. Vieram pedir para retirar a queixa e prometeram que não voltava a acontecer. Por fim fez-se um jogo de futebol e o problema desapareceu." (eFLORA, 2009) "*Quando se deu a independência, em 1975 eu já cá não estava. Eu tinha ido para Maputo, na Altura Lourenço Marques em 1972. Depois da construção do Porto de Nacala, em 1964 a ilha entra em decadência. Os naturais da ilha passam para outros anos pontos do país. Há ainda um curto período em que há aqui um governador de distrito. Mas grande parte da população da ilha deixou de viver aqui" Quando eu vivi cá a ilha tinha uma atividade social muito intensa. Havia muito desporto, cinema, teatro. "A ilha também sempre foi muito visitada pelos museus, pelos restaurantes, pela sua gastronomia. A característica da sua comida é o seu tempero. O caril. Por exemplo o frango à maneira Macua, é um destes frangos nossos, que anda por aí sem comer farinha…quer dizer anda por aí a comer o que apanha. Depois é temperado com alho, piripíri, e coco. Depois há também marisco, o caranguejo etc. Os restaurantes eram muito frequentados. Também as pessoas vinham muito por causa das praias…"* (eFLORA, 2009).

Sobre o tempo da guerra civil, o tempo turístico da ilha ficou suspenso. "*Depois veio a guerra. A viagem já se faz. Quando volta a paz, volta a ser possível a viagem. As casas ficaram fechadas. Estas casas na ilha precisam de manutenção. Com a guerra as pessoas não vinham cá. E depois vieram os refugiados. Foram empurrados para aqui por causa da guerra. Já antes da classificação da Unesco a ilha era muito conhecida. Desde o período colonial que cá vinham muitos estrangeiros. Ingleses, americanos, brasileiros. Havia sempre muitos paquetes no porto. Atracavam na barra e depois os turistas vinham nos gasolinas até à Ilha. Nessa altura a população da lha era constituída por brancos, mulatos e negros assimilados. Hoje isto não acontece. As pessoas são maioritariamente negras. Os indianos já nessa altura eram os donos do comércio.*" (eFLORA, 2009)

Sobre questão das memórias do tráfico de escravos na ilha de Moçambique, a memória não é fortemente vivenciada. A referência existe, mas como um fenómeno relativamente distante. "*A escravatura deixou muitas memórias. Quase todos os escravos vinham de outras partes. Vinham lá do interior. A Ilha é um ponto de transporte. Eles vinham lá do interior para o Mussuril. Não há distinção entre a ilha e o Mussuril. Aqui eles partiam. Só cá ficavam os mudos. Aqueles que não tinham condições para trabalhar. Os rejeitados. Lá na estrada ao pé do Celeiro*[480] *há "armazém". Quer dizer: era um "armazém" um entre aspas para guardar pessoas. Também no vale do macúti havia um local. Uma casa velha. Mas já não há nada para ver porque as pessoas construíram dentro as suas casas. Também na Casa do Luís de Camões havia uma feitoria de escravos*" (eLAURENTINA, 2009). Ao tentarmos aprofundar um pouco mais esta memória, rapidamente os interlocutores remetem para trabalhos especializados, o que evidencia uma relação distante com o fenómeno. "*São fontes orais e de alguém que estudou. O Dr. Luís Filipe apontou várias feitorias na Ilha de Moçambique. As pessoas mais*

[480] Rua do Celeiro, na costa da Ilha, ao pé da Mesquita principal, onde é hoje a Irmandade Muçulmana está implantada o "Memorial à Escravatura"

velhas também se lembram disso. A escravatura continuou em 1920 até 1940. Muitos dos mais velhos ainda se lembram disso. Utilizava-se o trabalho forçado. A construção da fortaleza, por exemplo, foi feita com mão-de-obra escrava aqui de Moçambique". *A escravatura foi muito penosa. Mas pudemos tirar algum proveito. As ilhas do Índico são ilhas onde encontramos a nossa cultura. São povos que se formaram da escravatura. Os escravos acabaram por se transformar em famílias e a nossa cultura acabou por se espalhar pelo mundo fora. Eles falam macua como nós. A colonização também tem aspetos positivos. Esta é a nossa história. A história de um povo*" (eLAURENTINA, 2009). Conclui deste modo a nossa interlocutora a sua referência a esta questão.

O fenómeno da escravatura, estando já relativamente bem estudado por António Capela (CAPELA, 2002a), constitui ainda um assunto com alguma sensibilidade[481]. Não que localmente o fenómeno seja ignorado. Ele é remunerado através do memorial à escravatura, que já referimos, e pelas celebrações de comemoração da data do fim da escravatura através de representações que se realizam no Mussuril.[482] Se o memorial da escravatura é efetuado através da cooperação francesa, não deixa de ser sintomático o "esquecimento" da questão esclavagista na Ilha de Moçambique. O comércio, dos escravos e dos produtos do sertão foram, durante o século XVII e XVIII a principal fonte de receitas da alfândega de Moçambique. Os escravos enviados para o Brasil, e de seguida para as Ilhas reunião foram uma atividade florescente durante muitos anos. A riqueza da ilha, a sua construção é em grande parte resultado da atividade negreira. Sabemos através de registos vários, que o tráfico de escravos, embora formalmente proibido, continuou de forma informal até ao princípio do século XX, onde ainda se julgavam indivíduos pela prática de comércio de escravos.[483] Basta uma breve comparação entre os nomes dos traficantes de escravos, referenciados nas investigações de Capela com os nomes inscritos nas lápides conservadas nas igrejas cristãs da ilha, para entender que os abastados negociantes benfeitores eram os mais importantes traficantes da colónia. Assim, o silêncio cúmplice sobre este assunto, não será tanto por falta

[481] No caso da ilha pode-se ainda consultar (CAPELA, 1999). Por outro lado, em relação aos aspetos das implicações sociais da escravatura, veja-se ainda CAPELA, José (2002b)

[482] Estas atividades realizam-se em Julho, e não tivemos portanto oportunidade de assistir ao vivo há mesmas. Contudo, através do registo vídeo de alguns cooperantes que estavam na altura na Ilha, pudemos visionar as mesmas. A representação simulava o desembarque dos escravos, que na cena são apresentados como caminhando todos presos. O senhor dos escravos é apresentado de forma ridicularizada (nas representações que verificamos, sobre os escravos, e sobre outros temas, a personagem negativa é sempre apresentada com uma forma ridicularizada.

[483] No *Boletim Official* do Governo-geral da Província de Moçambique, eram, regularmente publicados os relatórios do Tribunal de Moçambique, com o número de crimes julgados, motivos e respetivas penas. Também o Relatório de Mouzinho de Albuquerque, escrito para o seu sucessor em 1898 retrata a situação relativa à aplicação das leis nos territórios da província.

de conhecimento, mas mais pelo incómodo mnemónico que a questão gera pelo fato de proximidade geracional não ser assim tão distante.

Por seu lado, segundo nos confidenciou o Arquiteto Francisco Monteiro (eMONTEIRO, 2009), a cooperação francesa tem vindo a trabalhar a questão da rota de escravatura, no âmbito do comércio do Índico, com um objetivo de "proceder à repatriação de famílias"[484]. Esta política de "higienização" que deriva duma taxa de reprodução muito elevada das famílias de origem macua, tem como objetivo, a troco da ideia de "retorno à terra mãe", apoiado em projetos de cooperação, facilitar o "repatriamento" para Moçambique de famílias macuas há gerações a viver nas Ilhas do Índico.

Em suma, no âmbito dos atores verifica-se uma tensão permanente entre a memória vivida, na busca duma afirmação do espaço da ilha como uma tradição (patrimonializada) e a consciência do devir, como um tempo de afirmação duma modernidade que é necessário assumir.

6.1.3.3.1. A Relação entre a estrutura do espaço e a organização social

Agora em relação à perceção do **Espaço Social,** da especificidade da sua organização interna. Para a comunidade residente, agregada nas suas confrarias, a ilha não é vista como uma materialidade. Não é o território que importa, mas sim a vida que o território permite usufruir. No seu sentido mais profundo a Ilha é um espaço da comunidade. A "*Ilha é uma União de linhagens uma Suma*". *A ilha é uma irmandade de linhagens. Uma Suma. Ela organiza-se com diferentes pessoas em organizações estruturadas*" (eHAFIZ, 2009). Esta questão da pertença a uma irmandade é importante entender na sua estrutura interna, As lógicas da comunidade islâmica não se estruturam a partir do território, mas a partir da sua pertença a um movimento espiritual, que transcende a materialidade. A presença e a memória da Ilha decorrem da pertença a esse universo superior. Por exemplo, a questão dos objetos patrimoniais da comunidade encontram-se nas casas dos mais velhos. As memórias são narradas, pela oralidade, na escola corânica através das leituras dos textos sagrados, através das narrativas tradicionais, onde a cosmogonia africana se funde com os preceitos corânicos. Após a aprendizagem inicial, na escola corânica, a memória da comunidade continua a ser narrada através dos mais

[484] Para além do tráfico negreiros propriamente dito, havia também em Moçambique o trabalho compulsivo, sob a forma de imposto de palhota, que implicava o pagamento ao Estado Colonial de valores em géneros. Em caso de incumprimento o trabalhador era obrigado, como castigo, a trabalhar em atividades determinadas pelo agente colonial. No caso da Ilha, embora não tenhamos tido a acesso em investigações específicas sobre a questão, sabemos que muitos dos trabalhadores eram enviados para as colónias francesas nestas condições.

velhos[485], e mostrada através de objetos patrimoniais guardados em determinados espaços da responsabilidade de determinadas pessoas.

Um exemplo significativo dessas heranças constituídas por certos objetos são as capulanas. Por exemplo, no âmbito duma peregrinação a Meca, a compra duma capulana marca, para a comunidade um tempo vivido. Essa capulana passa de mãe para filha, que continua a guardar e a mostrar essa herança há comunidades, como um exemplo de comportamento a seguir. Como veremos, estas heranças constituem-se, para a comunidade, como os seus espaços e locais de memórias. E é através desses espaços e objetos de significação que a vida e a sua memória social se referenciam.

O museu, enquanto instituição de raiz europeia, que guarda os objetos mnemónicos, que na ilha de Moçambique é representado pelo conjunto museológico de São Paulo, não apresenta significado para a comunidade sufista. Essa comunidade tem os seus próprios objetos, tem os seus próprios locais de produção de memórias. A dinâmica da comunidade islâmica acaba por ser determinante na vivência social. Não cabe no âmbito deste trabalho detalhar esta questão, o que importa, neste momento é salientar que a vivência da memória no presente é efetuada através de canais específicos que derivam da relação interna da próprias comunidade, e que essa memória não foi, por enquanto, reconhecida e valorizada como elementos catalisador dos processos de intervenção social, muito embora, a questão da participação da comunidade seja hoje um elemento de referência dos projetos voltados para o futuro.

A participação da comunidade efetiva-se nas reuniões convocadas pelas instituições políticas no âmbito dos processos formais, formulados a partir de produções externas. A comunidade é chamada a participar nos projetos dos outros e convidada a aceitar esses projetos como seus. A comunidade, através dos seus líderes participa e apropria-se dos projetos

[485] Na sequência da nossa entrevista com Hafiz, fomos convidados a visitar o Sr. Amahd, apresentado como seu Tio. O Sr., Amahd vivia numa pequena casa do bairro macuti, com um alpendre. Ao fim da tarde, sentado no seu alpendre, o Sr. Amadh recebia visita. As visitas relatavam os seus problemas e o Sr. Amahd contava histórias do passado. A personalidade do Sr. Amadh é curiosa. Ancião de idade desconhecida, trajando com as vestes islâmicas tradicionais, guarda objetos significativos da comunidade na sua sala. São, na sua maioria baixelas de prata, fotografias do passado, cujas histórias são narradas como exemplos simbólicos da vida de comunidade. Essa mesmas história que são partilhadas no alpendre, bebericando uma caneca de chá "likungo". Ao Sr., Amahd não se fazem perguntas diretamente, tínhamos sido avisados. Contam-se os problemas. A visita ao espaço, acompanhado pelo chefe da comunidade, ocorreu após a nossa conversa, onde nós procurávamos expressar o nosso entendimento sobre a função social do museu. Ai, Hafiz introduziu-nos na visita e tivemos oportunidade de nos aproximar das vivências mnemónicas da comunidade. A conclusão que retiramos desta nossa breve estadia, é que esse espaço acaba por ser o espaço de memória da comunidade e nela ele representa uma função de memória social. Veja-se a propósito da questão das irmandades da Ilha de Moçambique (ANDRÉ, 2001). Neste trabalho apesar de descrever a formação e o modo de funcionamento da orgânica sufista não é contudo abordada a questão da produção de memória social.

em função dos seus objetivos específicos. Essa é uma importante disfunção entre os projetos e a realidade vivida.

Outro elemento da memória vivida é a questão da língua. Embora o português seja a língua de comunicação universal, a língua da escolarização; ela conviva com a língua local, língua materna. Sobre isso diz-nos Lúcia Laurentina[486]: "*A língua predominante na ilha é o Macua-Nahara, Esta língua é uma mistura do macua com o Suaíli que resulta de um cruzamento entre os vários povos: persas, chineses, árabes, indianos. É a partir destes povos, cruzados com os macúas, que surgiram os habitantes do norte de Moçambique"*. (eLAURENTINA, 2009). Prossegue na distinção. "*Eles não são negros como nós. Tem uma pele diferente, mais clara. Também a religião é diferente, por ter sido trazida pelos árabes". A religião predominante é o árabe"* Mais adiante reforça a distinção atestando a diferença sentida entre os continentais e os da costa. "*Eles não são iguais a mim. Há uma pequena diferença na cor da pele e no cabelo. Nós chamamos os canecos. Eles são um bocado mais claros e tem o cabelo mais liso. Eles também têm um certo grau de superioridade. Os da costa em relação aos do interior. Sentem-se mais civilizados"*.(eLAURENTINA, 2009)

Solicitada a responder sobre a razão desta diferença, acrescenta: "*Eles acham que como tiveram muitas ligações com outros povos são diferentes. São mais abertos. Há uma mistura de culturas que não acontece no interior*". Acrescenta, já a tentar racionalizar o discurso. "*As mulheres, por exemplo, vestem-se com capulanas. Podem vestir quatro ou cinco capulanas". Isso é um símbolo da riqueza. É um sinal de que há mais trocas. Na comida também há diferenças. A forma de condimentar a comida difere. Aqui a comida é mais saborosa porque pode condimentar com dois ou quatro produtos. Pode acrescentar mais produtos". A mulher também é diferente. Tem mais coisas para se pôr bonita para o namorado. Para se pentear, para pôr roupa bonita"* E remata, com a sua explicação. "*As pessoas aqui aprendem muito. É um somatório de várias culturas*". (eLAURENTINA, 2009) Lúcia Laurentina é um bom exemplo da confrontação da afirmação do Estado com a diversidade. Assume a consciência duma diferença, racionalizada através das memórias vividas. Da roupa, de comida e duma língua vivida de múltiplas formas.

E no âmbito das questões da modernidade, o género é hoje, a par com a fome, o HIV, a Educação um dos grandes desígnios dos "*Objetivos do Milénio*". Moçambique é um espaço, onde desde a independência sempre se dedicou bastante atenção à questão da igualdade do género. A mulher na ilha e na tradição comunitária é um elemento que a diferencia

[486] Lúcia Laurentina Omar trabalha no GRACIM, onde a entrevistamos no dia 15 de Dezembro 2009. Lúcia é natural de Lichinga no planalto do Niassa, formada em Geografia na Universidade Eduardo Mondlane, com experiência em trabalho sociocultural e com interesses na história da ilha. Dona Lúcia é uma bela mulher macua, de compleição forte, roliça nas formas e de olhar vivo e arguto. Nascida em 1986 que fala com desenvoltura da ilha, onde chegou há cerca de um ano, para trabalhar com a população em vários projetos em curso no âmbito das infraestruturas sociais. Dados recolhidos na entrevista (eLAURENTINA, 2009).

das demais culturas africanas. A este respeito diz-nos Lúcia Laurentina: "*Na ilha a tradição já não se verifica muito. Elas já seguem outro espírito. Aqui na ilha a herança familiar é diferente. Aqui já se separaram dessa materlinearidade. Agora já não acontece isso." E remata Elas vivem uma mistura dos dois aspetos e não seguem um padrão rígido*".(eLAURENTINA, 2009)

Ainda em relação às questões da diferença, Alda Costa, a diretora do Departamento de Museus na sua entrevista afirma sobre a diversidade: "*A Ilha de Moçambique não pode ser um museu. A ilha de Moçambique não é um Distrito idêntico aos demais territórios do país. A ilha deve permitir a abertura de novas rotas na cultura. A Ilha de Moçambique começou a ser valorizada, ainda no tempo colonial, em 1943 pela Comissão dos Monumentos. Nessa altura questão tinha-se uma conceção de museu como uma herança dos antigos*" [487] (eCOSTA, 2009). A consciência da diversidade da ilha é vivida. A grande questão é como inscrever essa diversidade na modernidade assumindo o futuro como um projeto. Existe a consciência de que essa diversidade, a sua base cultural é uma valia para a construção do futuro. Isso justifica a vontade de a valorizar.

Em suma, no conjunto de entrevistas efetuadas verifica-se que existe uma tensão entre as pressões da modernidade para uma mudança social, que implicam um aumento das trocas quer com as comunidades envolventes, quer como outras formas de estar, com as formas de estar consolidadas. Essas mudanças estão a gerar novas formas de viver e de ocupar o espaço, que acentuam a perceção da mudança e de mistura de diversas formas de ser estar.

6.1.3.3.2. A Relação entre a Conservação e a Modernização no espaço turístico

A perceção da diferença da ilha encontra-se na sua peculiar configuração. De um lado a cidade de pedra e cal, e do outro lado a cidade macúti. Em relação à formação do Bairro macúti" diz-nos Lúcia Laurentina. "*O macúti é um bairro que praticamente se formou ao mes-*

[487] Nessa entrevista Alda Costa afirma em relação ao projeto museológico moçambicano: *A atual lógica dos museus em Moçambique é diferente. Não se procura criar um museu nacional. Há vários museus nacionais que se articulam em Rede. Em Moçambique herdaram-se muitas das lógicas mais antigas. Muitos dos museus foram criados no tempo colonial. Por exemplo o Jardim do Tunduru, um dos primeiros Jardins Botânicos em África, inseria-se dentro das lógicas dos museus de ciência. As lógicas de reorganização dos museus, após a independência orientaram-se muito para a necessidade da construção da nação. Hoje os museus são estruturas públicas. Por exemplo atualmente trabalha-se muito sobre a "afirmação da nação como resultado da luta de libertação". Há por isso alguma "pressão" para que esta questão se reflita nos museus em Moçambique, nomeadamente na musealização de locais que estiveram ligados aos acontecimentos. Por exemplo o local onde decorreu o 2º Congresso da FRELIMO, na província do Niassa. Para além das decisões políticas que se tomam, nós no departamento dos museus temos que estar preocupados com a sustentabilidade destes pequenos museus de afirmação da identidade. Para além da exposição é também preciso ter em atenção a sua localização e o modo de funcionamento, se existem pessoas preparadas para exercer as funções museológicas. Se pudemos captar visitantes, etc. Por isso defendemos a definição de um "Política de Museus" para Moçambique*. (eCOSTA, 2009) Veja-se Apêndice II

mo tempo da cidade branca. Do outro lado do hospital habitavam as outras raças. Os indianos, os árabes. Deste lado não podia haver outras raças. As casas eram para ser demolidas. Por isso não se podia utilizar material que não pudesse ser removido. Foi um bairro que cresceu nas pedreiras. Se não tivesse havido descolonização, a cidade tinha crescido para lá. Lá viviam todos os mestiços, indianos. Para cá viviam a elite. As pessoas com muito dinheiro".(eLAURENTINA, 2009)

Centrando-se no presente como projeto de futuro afirma: "*Agora, a ilha foi classificada como património mundial. Foi classificada com dois critérios. A cidade macúti e a cidade de pedra e cal. Aquelas casas que lá estão foram construídas no período colonial e havia uma separação das pessoas. Na cidade macúti não foram feitas ruas, nem havia condições de higiene. Não havia latrina, não havia água. Foram as condições históricas e sociais que impuseram essas condições. Com a classificação do património temos que manter este bairro. Como podemos fazer? Foram casas que nos foram impostas pelo colonialista. Eram casas provisórias. Agora vamos dizer às pessoas que temos que manter os materiais. As condições de vivência são estas e temos que manter. As pessoas lá estão cansadas de viver no capim e não podem mudar. Numa casa vivem 10 famílias, cada uma num quartinho alugado. É muita gente num agregado. O espaço entre as casas foi sendo aproveitado. Nalgumas ruas tem que se passar de lado, noutras já não é possível. Assim não é possível fazermos saneamento. Nem é possível levarmos água. Lá há problemas com os poços que estão muito perto do mar. A água é salobra. Quando chove há saturação dos lençóis de água e fica tudo inundado. Temos que esperar que seque. Tudo isso é uma fonte de doenças para as crianças"* (eLAURENTINA, 2009). E aí coloca uma questão que é crucial. Ao mesmo tempo que reconhece o valor do passado, agora na sua forma material, cristalizado em normativas e regulamentos, coloca a questão do futuro e a da afirmação da cidadania pela concretização das funções urbanas do Estado.

Este diálogo entre a vivência do presente e a vontade de futuro, ou se quisermos a dialética da tensão entre a necessidade de conservação do edificado, de acordo com os princípios das várias decisões tomadas nos fóruns internacionais, em particular no âmbito da UNESCO, e a vontade da modernidade, através das lógicas "naturais" da atividade económica, em particular da questão do imobiliário, é quanto a nós fundamental para o entendimento da tensão emergente na ilha de Moçambique.

Essa questão foi pressentida por Dona Flora Magalhães quando nos afirma "*Os problemas que temos na nossa cidade é como é que conciliamos a preservação e a construção de novos edifícios. Porque uma cidade não pode morrer. Não pode deixa de viver"* (eFLORA, 2009) E prossegue. *"É preciso valorizar o que há de bom. Veja há uma grande mudança. Há uma grande vontade política. Na Unesco também há muito interesse em prosseguir. Por aqui houve muitas promessas, mas agora tenho esperanças que as coisas hão-de-ir. A Ilha há de voltar a ter esplendor. Desde que possa a haver industrias, comercio, políticas de crédito que ponham os moçambicanos a criar o seu autoemprego. Tudo isto está a ser muito criador. A Ilha vai mudar muito. As pessoas vão ter dinheiro para reabilitar as suas casas".*(eFLORA, 2009)

A consciência de que a dinâmica de reabilitação urbana é crucial para o desenvolvimento da atividade turística, e de que a atividade turística é a solução económica que permite a reabilitação é, nas palavras dos vários interlocutores, a chave do futuro. Essa consciência é exemplarmente assumida por Dona Flora quando afirma: "*A vinda de turistas, que vão chegar da parte continental vão querer ver a ilha. Vão querer comer nos restaurantes, vão querer ver as lojas. A população da ilha é uma população acolhedora. Esta troca de conhecimentos, esta troca de culturas ajuda muito. As pessoas aqui também vão aprender muito. Tudo isto traz uma nova vida. Vamos aproveitar isto. Nós vamos ganhar, mas aqueles que nos vêm visitar também vão ganhar"* (eFLORA, 2009).

Denotando uma maturidade de pensamento sobre o fenómeno turístico como atividade económica, e apercebendo-se da necessidade de criarem na ilha mais infraestruturas e mais capacidade de serviços, defende Dona Flora *"Quando há barco que chega no Porto as pessoas vão fazer negócio. As pessoas vão comprar o que as pessoas têm para vender. Isto já está a acontecer. Mas vai passar a acontecer em grande escala. E isto vai criar muito emprego no nosso distrito. Nós estamos a capacitar o nosso povo. Com apoio da embaixada da Finlândia estamos a criar capacidade prática. Na escola do Paiol já passaram 800 pessoas. Agora quero fazer o curso na zona continental. Estamos à procura de criar uma escola de Hotelaria e Turismo, para capacitar as pessoas no ramo do turismo. Quando se fala em combater a pobreza com o conhecimento é preciso fazer em todo o distrito.* Temos *que capacitar as pessoas"*. (eFLORA, 2009)

Dona Flora assume o projeto turístico da Ilha como um desígnio. Ele será o motor do desenvolvimento. Da ilha, o turismo radiará a sua influência à área circundante. *"Na ilha de Moçambique viviam 48.939 habitantes, segundo o censo de 2007", afirma com precisão. Isto é no Distrito, porque na Ilha propriamente dita vivem cerca de 18.000 pessoas, numa área de 1,5 km². A base étnica é a mesma do Mussuril. A relatividade do número de residentes"* (eFLORA, 2009*)* explicou-nos depois, é devida ao fato de entre a ilha e a região do Mussuril, situada no continente a Norte da baía, existirem desde sempre uma complexa teia de relações, que faz com que em ambos os núcleos urbanos se processam fluxos e trocas de produtos ao longo do tempo. *"Em Moçambique, a troca dos produtos no modo africano é acompanhada das pessoas* (eFLORA, 2009). Remata como que a justificar a anterior história de base da escravatura.

Esta questão, segundo nos apercebemos ao longo da nossa estadia, levanta também uma acentuada discussão interna sobre o futuro do bairro macúti. Se a Norte, na cidade de pedra e cal, o problema é essencialmente a questão da reabilitação urbana, onde as construções passam a ter novas funções voltadas para o turismo; a função do Bairro macúti, no âmbito do turismo não está clara. A área é naturalmente protegida pela "Declaração de Património Mundial da UNESCO". A questão é, como já acima referimos, a necessidade de "urbanizar" a cidade macúti. Isto é a criação de infraestruturas de saneamento (gestão de

esgotos, rede de água potável, rede de eletricidade, pavimentação dos arruamentos e todas as demais funções urbanas, como por exemplo escolas, centros de saúde, reabilitação de espaço públicos etc.

Ora, de acordo com várias opiniões, o Bairro macúti apresenta uma elevada densidade humana que tornaria necessário fazer diminuir através do "regresso" de muitos dos "refugiados" para as terras continentais. Por isso o projeto, assumido por muitos é descomprimir. "*Se nós levarmos a escola, o centro de saúde e outros equipamentos para o continente, para Sunculo ou para o Mussuril, as pessoas vão atrás. Ela não vão andar três quilómetros para lá e depois outros tantos para regressar*." (eZAINAL, 2009). Diz-nos Zainal[488] "*Elas vão para lá procurar a sua machamba e vão ficar lá porque estão perto dos equipamentos, e vão deixar as casas aqui. Ora assim nós vamos poder resolver o problema do bairro macúti"*. Continua Zainal. Mesmo quando nós, em conversa, contrapúnhamos. "*Mas se aqui vai haver turismo é bom que haja um hospital para qualquer eventualidade*", contrapunha o empresário: "*Não, nós não precisamos aqui do Hospital. Ali podemos fazer um bom hotel*". (eZAINAL, 2009) Não aprofundamos a questão. Mas esta é sem dúvida uma das questões da atualidade e que enforma as várias políticas.

Por exemplo, Dona Flora Magalhães propõe algumas soluções para estes problemas: "*Há várias propostas de solução. Estão escritas nos planos estratégicos já feitos. Passa por criar condições no continente para levar para lá as pessoas. Aqui as pessoas estão em situação precária. Estão aqui porque aqui há escola e há hospital. As infraestruturas estão aqui. As pessoas preferem ficar aqui na ilha porque estão ao pé destas coisas. Não querem ir para o continente onde não há nada. Preferem ficar a viver aqui, mesmo vivendo mal, do que gastarem dinheiro a viajar e a atravessar a ponte*. (eFLORA, 2009). Para logo de seguida prosseguir "*Muitas destas pessoas vieram para a ilha a refugiar-se da guerra. Vieram de muitos pontos do interior. Agora não querem voltar para onde não há nada".* Afirma, voltando atrás ao diagnóstico, para relembrar que o afluxo de gente à ilha, no passado recente, também se deve ao flagelo que durante vários anos condicionou a vida do país. Prosseguindo de seguida*: "Há o projeto do Millennium, no Lumbo. É uma proposta que ainda está à espera de implementação. Prevê-se construir aí um hospital, escola, e vários equipamentos. Quem quiser mudar-se para lá vai ter uma parcela de terra para construir a sua casa. - Estamos à espera que as pessoas sigam os equipamentos e se mudem para lá! Temos também o projeto do Arco Norte, do US Aid*[489]*. que é um*

[488] Zainal, empresário da construção civil e membro da Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique. Entrevista em Dezembro 2009.

[489] O US Aid é o Programa de cooperação Norte-americano, que em Moçambique se desenvolve desde 1983. Durante a nossa estadia tivemos oportunidade de visitar uma exposição dos 25 anos da cooperação americana em Moçambique, no Forte de Maputo em Novembro de 2009. Nessa exposição estavam expostos vários projetos de desenvolvimento turístico no norte de Moçambique, que como já referimos é considerada uma frente de guerra à expansão islâmica para o sul do continente. Nesse âmbito, para além da evangelização propriamente

projeto para fazer hotéis nas praias das Chocas e de Sunculo. Estas estruturas vão criar lá emprego e as pessoas vão atrás do trabalho. Não vão voltar para a ilha ao fim do dia. Vão procurar ficar por lá.'' (eFLORA, 2009).

Regressando aos problemas do Bairro macúti, conclui Dona Flora: "*E com a saída das pessoas da cidade podemos reordenar. Podemos fazer um novo alinhamento, podemos fazer canais de drenagem. Agora não há espaço porque tudo está ocupado. Assim vamos poder fazer latrina em cada casa. Levar água. Vai ficar bonito lá. Agora mais de 80 por cento da população lá chegou depois da independência. Antes viviam lá cerca de 7.000 pessoas. Cerca de metade das que agora lá vivem devem sair.''* (eFLORA, 2009).

Concluindo brevemente a questão da visão do futuro, no âmbito das estratégias dos atores, inscrevem-se no âmbito da atividade económica o Turismo. O Turismo, como atividade económica apresenta contudo algumas questões que importa agora colocar. A produção do espaço turístico é coincidente com o consumo do espaço. Se utilizarmos a metodologia de análise económica de observação do mercado turístico e o aplicarmos sobre um espaço territorial, verificamos que há uma coincidência.

As propostas de ação das ações de desenvolvimento do território, como já verificamos através da análise nos projetos atrás mencionados, são conjugadas como ***intenções de futuro***. Nos relatórios são colocadas como projeções. Mas essas projeções ficam-se pela intenção e não são alocadas em espaços específicos. As intenções são apenas genericamente referenciadas e não se constituem como projetos. Por exemplo as ações de valorização da fileira do artesanato referem-se a áreas regionais, não relacionando locais específicos ou atividades específicas. Os estudos partem da constatação de que num determinado espaço se produz ou produziu determinado artigo, e essa verificação, que atribuem uma característica de singularidade justifica a proposta de sua especialização, na qual se projetam o conjunto de ações futuras.

Nesses projetos o espaço é apenas uma referência genérica de localização. Ora no caso da Ilha de Moçambique, independentemente da racionalidade dos projetos, e para além das observações que efetuamos, verificamos ainda que as intenções dos projetos não estão amarradas ao território. Os planos de salvaguarda assentam na manutenção do edificado, e os planos económicos não propõem uma correspondência entre as ações e os espaços. Assim, por exemplo, falar de construir hotelaria na Ilha de Moçambique, enquanto espaço de

---

dita, nas terras do continente, através de missionários que desenvolvem projetos comunitários, o programa estratégico prevê a criação de "zonas turísticas". A área da Ilha é uma delas, sendo, que nesses programas, a instalação de "*resorts*" é feita no litoral fronteiro da ilha, ficando a cidade como um espaço de função de serviços ao turista, onde se prevê essencialmente a criação de serviços de restauração, animação, lojas e eventos culturais.

proteção patrimonial, implica não só prever se existem fluxos de visitantes que o justifiquem, (ou que não existindo possam vir a ser criados), como também implica que sejam definidos os espaços de alocação dessa intenção. È necessário definir se constrói de novo, ou se constrói a partir do antigo. Esses espaços, no caso da Ilha de Moçambique estão condicionados pela questão da proteção patrimonial, que coloca questões como a necessidade de conservação do edificado, o uso dos materiais construtivos, as funções urbanas, etc.

Esta tensão, entre o turismo como atividade do futuro e a conservação, como condicionante dos negócios imobiliários constitui-se como a principal contradição entre as ações do presente na sua relação com as vontades do futuro. O Turismo continua a ser hoje, como o foi no passado o futuro desejado, o elemento que permite a criação do valor. A teoria do valor está na ordem do dia como fator de análise. Mas antes disso vejamos brevemente as questões da conservação e a sua reflexão sobre o futuro de Ilha de Moçambique

6.1.3.4. A cidade de pedra como objeto de valor: a narrativa das intervenções

Para a análise dessa questão é interessante trabalhar sobre a forma como o processo de Classificação da Ilha de Moçambique como património da Humanidade tem sido gerido. Nas nossas conversas com Francisco Monteiro[490] foram neste aspeto bastante esclarecedor. "*Após a classificação da Ilha como Património Mundial em 1991, Moçambique estava sem condições técnicas e financeiras para assumir os compromissos de conservação que a classificação acarretava. Para além disso, a recuperação da ilha também não foi na época considerada uma prioridade. Solicitou por isso ajuda técnica e financeira às Nações Unidas/Unesco. Na época, a Unesco/Nações Unidas não dispunham de programas operacionais para este tipo de intervenções. O instrumento que foi possível de mobilizar foi o PNUD (Programa das Nações Unidas de Ajuda ao Desenvolvimento). As primeiras intervenções do PNUD na ilha de Moçambique foram contudo excessivamente agressivas. Graças a uma certa redescoberta da ilha pelos ocidentais, o tema da recuperação da Ilha começou a ser referenciado. Mas os moçambicanos estavam muito*

[490] Entrevista a Francisco Monteiro, Dezembro de 2009. Francisco Monteiro é Arquiteto. Nasceu em Lisboa em 1967 e formou-se na Universidade do Porto. Atualmente é o diretor do Gabinete da Unesco na Ilha de Moçambique, onde está desde 2007, com a tarefa executiva de acompanhar a reabilitação da Fortaleza de São Sebastião. De trato fácil e de disponibilidade permanente, Francisco Monteiro é homem experiente nas atividades das organizações internacionais, onde trabalha desde 2001. Após uma breve passagem por Timor, onde como arquiteto acompanhou e implementou o plano de construção de edifícios escolares, trabalhou para as Nações Unidas /Unesco no Iraque, onde implantou na cidade curda de Kirkuk um plano de saneamento de resíduos sólidos considerado exemplar. Uma das características de Francisco, sempre referida nas memórias dos seus trabalhos, é o recurso às metodologias de participação das populações e a sua preocupação para com a perceção dos benefícios deixados nas suas atividades e contactos. O nosso encontro, durante a permanência na ilha tornou-se habitual, e efetuamos várias conversas sobre os processos de conservação e os projetos da UNESCO. Francisco Monteiro foi igualmente uma ajuda valiosa nos conselhos sobre pessoas a contactar, na abertura de canais de comunicação e na disponibilidade do seu arquivo pessoal e partilha da sua experiencia e conhecimento acumulado sobre a Ilha de Moçambique.

"escaldados" com a cooperação dos russos e dos búlgaros, e não viam com bons olhos os novos cooperantes. Assim, nesses primeiros tempos a recuperação é essencialmente feita pelos residentes da ilha, que começam a recuperar casas para habitar e oferecer alojamento (guest house. (eMONTEIRO, 2009). Assim sintetiza Francisco Monteiro esses primeiros tempos.

Entretanto, a questão do património subaquático torna-se relevante com a aprovação da "Carta do Património Subaquático"[491]. A ilha de Moçambique, situada na rota do Índico, possui um valioso potencial de exploração.[492]. Diz-nos Francisco Monteiro "*Entretanto, em 1996-1997 salta a importância do "património aquático". Jacinto Veloso*[493]*, um dos altos quadros da Frelimo, e na época ministro, toma a iniciativa de criar uma empresa "Património SA" e privatiza o setor. A empresa tinha como capital 20 % do Ministério da Cultura, 60 % de capital privado, e 10 % dos "Amigos da Ilha de Moçambique*". (eMONTEIRO, 2009). E é através das atividades dessa empresa, que durante alguns anos, a Ilha é palco de várias campanhas de prospeção e recolha arqueológica. Como é norma nas campanhas de arqueologia, uma parte do espólio reverte a favor do Estado Moçambicano. A comunidade internacional e em particular a UNESCO acompanharam parte destes trabalhos através de vários consultores que visitaram a ilha[494].

Entretanto, prossegue Francisco Monteiro a sua narração sobre a atividade da organização a que pertence: "*Em 2000 a UNESCO cria um gabinete na Ilha. Mas não trabalha cá ninguém Recupera-se uma casa, ali ao pé do Edifício da Comunicações, ao lado da mesquita, no Bairro do Museu. A casa servia fundamentalmente para alojar pessoas que vinham em trabalho. Para além das missões e dos relatórios que durante estes anos foram sendo feitos, poucas atividades concretas, desenvolvidas. Em 2004*[495] *fez-se um projeto de recuperação. Mas as inércias eram muitas".* (eMONTEIRO)

Francisco Monteiro chega em 2007, com a missão específica de acompanhar os trabalhos de recuperação da Fortaleza. A partir desse ano, a presença da Unesco e as atividades de recuperação do património vão mudar o cenário. A experiencia de arquiteto no *atelier* de Paulo Prudêncio, no Porto, confessou-nos Francisco Monteiro, foi uma boa tarimba para o

[491] Aprovada em 1996 na Conferência Geral do ICOMOS. Veja-se (ICOMOS, 1996).
[492] Saliente-se que alguns trabalhos de Pedro Quirino da Fonseca sobre a questão da arqueologia naval, o arquiteto da Comissão de Relíquias Históricas, haviam sido publicados na Revista Monumenta (MONUMENTA). Igualmente, através da força das marés, era visível a olho nu, nas praias da ilha a presença de vestígios de porcelanas chinesas da dinastia Ming, o que atestava a riqueza dos sítios Arqueológicos. Também como já acima referimos, as campanhas de exploração dos fundos da ilha, resultaram no mais recente núcleo museológico que integra o Museu das Marinha no Palácio de São Paulo. (Ver apêndice II)
[493] Jacinto Veloso. Oficial piloto da Força Aérea Portuguesa que desertou com o seu avião para a Tanzânia, juntando-se aos guerrilheiros da FRELIMO assumindo a via revolucionária. Após a independência assume diversas pastas no governo Moçambicano defendendo a via do socialismo como opção política.
[494] Os objetos recolhidos nas campanhas arqueológicas que decorreram na ilha encontram-se depositados na Capitania, onde podem ser vistos mediante autorização especial.
[495] Não encontramos referências a este projeto nos documentos consultados na Ilha de Moçambique nem no arquivo do Arq. Forjaz

que vai enfrentar. Igualmente A contratação de José Forjaz[496] para a execução do projeto foi uma das primeiras medidas que toma.

O trabalho não foi todavia fácil. Francisco ainda se lembra do primeiro dia na Ilha de Moçambique. Desembarcado em Nampula pela manhã, chegado à ilha, onde nunca havia estado antes, com reunião marcada para uma cerimónia na fortaleza, com ministros e personalidades importantes, lembra-se do conselho amigo de Celestino Girimula, que nas mesmas circunstâncias vinha assumir a presidência do CERCIMB. *"Eh pá! O melhor é você dizer que sim a tudo!" (*eMONTEIRO, 2009) Disse-lhe na altura o quadro da Frelimo.

Era com efeito uma missão pouco habitual nas operações da UNESCO, mais vocacionada para a ajuda técnica, através do envio de consultores (*experts*). As atividades executivas, normalmente são das responsabilidades dos Estados Membros, que assumem diretamente a responsabilidade de contratação dos profissionais e respetivos orçamento. Todavia, neste caso concreto, Moçambique havia solicitado expressamente este apoio à UNESCO e tinha tido uma resposta positiva[497]. E Francisco aí estava para dar o seu melhor.

Após as festas e cumprimentos de circunstância, rapidamente se ambienta à Ilha e aos seus habitantes. De trato fácil interage com habilidade o que facilitava a compreensão do que estava em causa. A sua primeira tarefa foi operacionalizar o projeto de execução. A contratação de José Forjaz faz parte duma estratégia de integrar mão-de-obra e conhecimento local. A contratação de empreiteiros também foi local e durante a fase de obra os trabalhadores eram da ilha. "*A obra de recuperação da Fortaleza de São Sebastião era um trabalho delicado. Em*

[496] José Forjaz, arquiteto. Nasceu em Coimbra, Portugal, em 1936. Formado em Arquitetura na ESBAP (Escola Superior de Belas Artes do Porto) Master of Science in Architecture pela Universidade de Colúmbia, Nova Iorque, em 1968. Parte para Moçambique em 1951. Em 1973 fixa-se na Suazilândia com ateliê próprio. Retorna a Moçambique em 1975, onde se integra no primeiro governo do país independente assumindo sucessivamente os cargos de conselheiro do ministro das Obras Públicas e Habitação, Diretor nacional de Habitação e secretário de Estado do Planeamento Físico. Desde 1988 que assume o cargo de Diretor da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo. Foi professor visitante na Universidade da Pensilvânia, em Filadélfia, e na Universidade da Califórnia, em San Diego (nos Estados Unidos), na Universidade de Roma La Sapienza e no Instituto Universitário de Arquitetura de Veneza (em Itália), na Faculdade de Arquitetura da Cidade do Cabo (na África do Sul) e na Faculdade de Arquitetura do CEPT de Ahmedabad (na Índia). Em 1989 foi Prémio da Fundação Ruth e Ralph Erskine (Estocolmo). Toda a sua atividade criativa tem sido sempre orientada no sentido de descobrir a expressão arquitetónica adequada às condições de transformação cultural e equilíbrio ambiental do meio e nelas encontrar o seu conteúdo poético. Publicou na Editorial Caminho de Lisboa " Entre o Adobe e o Aço Inox. Ideias e Projectos " (FORJAZ, 1999).

[497] Na nossa entrevista com Fernando Carvalho, o delegado da Cooperação Portuguesa na Embaixada de Maputo, foi-nos, informalmente informado que o pagamento de Francisco Monteiro é efetuado pela UNESCO através da cooperação portuguesa. Como já acima referimos, o projeto de recuperação da Fortaleza de São Sebastião é um projeto da Unesco, suportado pelos Estados de Portugal, Japão e Holanda. Estes dois últimos estados dadores fizeram várias pressões para a execução da obra, que tardava a arrancar. (eCARVALHO, 2009). Sobre a estratégia da Cooperação portuguesa para o desenvolvimento veja-se (PORTUGAL, 2006 a, 2006b e 2009).

termos gerais, o diagnóstico efetuado tinha detetado como principais patologias do edifício a rutura dos sistemas de escoamento das águas pluviais. A Fortaleza, para além da sua função defensiva, bastião da presença militar, foi em termos de arquitetura concebida como uma sistema de recolha de águas. Todas as superfícies do interior do recinto recolhiam água para as suas cisternas. A água, em caso de cerco era um dos elementos fundamentais para a sobrevivência. E com efeito, várias vezes situada, permaneceu um bastião inexpugnável''.(eMONTEIRO, 2009) Ainda nas memórias locais corre a heroicidade de D. Francisco de Ataíde, em 1607, que durante três meses resistiu à frota holandesa que assolou a ilha na busca de ponto firme para trato comercial. Sem conseguir seus intentos, dizimados pela malária, os holandeses retiraram com raiva queimado o resto da cidade. Dias negros esses duma ilha queimada, com uma fortaleza onde a vida resistia, para marcar o território e os negócios negreiros.

Adiante, perdida que foi a vocação militar, abandonada à sua sorte madrasta, a fortaleza por largos anos sem manutenção vê os seus sistemas de drenagem de águas pluviais voltar-se contra si própria. Entupidas as canalizações as águas infiltram-se nas estruturas e tornaram-se o seu principal agente de erosão. O risco de colapso era ameaça séria. Para além dos problemas das águas também outras maleitas afetavam o edificado. As árvores que crescem sobre coberturas e paredões. Na ilha as figueiras bravas são fonte de alimento dos corvos marinhos, cujas fezes depositam as sementes dos frutos sobre os edifícios. Se não se verificar manutenção adequada, o crescimento da árvore leva à rutura das paredes e coberturas, fenómeno bem visível noutros edifícios da Ilha. Reunidas as condições técnicas e o financiamento[498], de 1,381 milhões de U$, arrancou em maio de 2008 as obras da I Fase da Consolidação de Estruturas, por um prazo de um ano. Para além das atividades já descritas esta fase de intervenção englobou também o reforço do edificado existente, nomeadamente as coberturas e os pavimentos intermédios.

Francisco Monteiro orgulha-se do trabalho feito. O orçamente apertado e sem margem para imprevistos foi seguido. A obra acabou de terminar, com uma derrapagem de seis meses. A menina dos seus olhos é contudo a Cisterna construída no exterior, para livre consumo da população. Identificado o problema estrutural, havia que desenvolver soluções práticas. Sem uso, a água não podia continuar a acumular-se na cisterna. Havia que retira-lha do edifício. A solução encontrada foi construir uma cisterna no exterior, para onde a água da cisterna interior drenada. Construção que pode ser polémica, mas executada para que no futuro se possa desmantelar sem consequências. Para além da resolução das patologias estru-

[498] Dos Estados Membros Japão, Portugal, Holanda

turais, salienta Francisco Monteiro, *"a construção desta cisterna representa uma mais-valia para a população que pode ir ao local buscar água gratuitamente!"*(eMONTEIRO, 2009).

"A questão da água na Ilha de Moçambique é um problema de sobrevivência." (eMONTEIRO, 2009) Diz-nos Francisco Monteiro com base na sua experiência. Na cidade de pedra e cal, onde as grandes casas foram edificadas, originalmente todas as construções tinham amplas cisternas que captavam as águas pluviais e permitiam a manutenção das condições de vida e salubridade. Com o tempo sobretudo na cidade macúti, foram criadas infraestruturas de abastecimento de água à população. Inicialmente gratuito, o serviço foi recentemente privatizado. A concessão da torneira permite ao concessionário vender a água necessária para a vida diária. O transporte de água em "*jerry can*" amarelos de 15 litros é uma das atividades das mulheres da ilha, que com os recipientes à cabeça diariamente, nas horas de menor calor, enxameiam as ruas passando através das sombras as suas capulanas coloridas.

"*A água da fortaleza foi reutilizada para uso da população. Foi um investimento de 400 mil U$. O desenho podem ser discutível. Mas o seu uso é público. As pessoas vão lá com o seu garrafão e enchem-no gratuitamente. Tem que andar um bocado mas não pagam pela água*". (eMONTEIRO, 2009) Sintetiza Francisco Monteiro. "*Até ver quanto dura!"* salienta todavia cauteloso. "*Isto aqui tem uma maneira muito própria de lidar com a tecnologia. Eles já arranjaram um esquema para segurar a torneira. Aquilo tem um esquema simples de torneira. A pessoa põe o garrafão no chão e levanta a torneira com a mão. Quando acaba de encher larga a torneira e a água para de correr. Já inventaram um esquema com uns elásticos para não terem que segurar na torneira. Por isso, às vezes há um certo desperdício de água. Eu não sei como! - Nós pomos uma fechadura numa porta. Pois em poucos dias estragou! Mas depois eles põem uma cadeira e um arame assegurar e aquilo dura anos.*" (eMONTEIRO, 2009) Afirma já com uma formulação de juízos de valor.

"-Bom! de qualquer modo a I fase terminou. O museu passa a ser responsável pelo edifício. Agora entramos na II fase. Agora trata-se de refuncionalizar. Andamos à procura de conteúdos e parceiros. Há muitas ideias. Fazer um centro universitário de investigação em Ciências do Mar, Conservação e Restauro, Arquitetura medicina, engenharia. De qualquer maneira a fortaleza vai ter que ter sempre um núcleo de restauro e conservação. Edifício obriga a uma atenção permanente. Estamos a fazer um estudo de ocupação dos espaços. O meu trabalho deverá continuar". (eMONTEIRO, 2009) Refere ainda Francisco Monteiro, voltando-se agora para o futuro imediato.

"A Unesco para além deste projeto já contribui para a criação de uma Rádio na Ilha. A Rádio "Conjuntura" que começou a emitir em setembro deste ano. Também demos apoio ao museu, na formação de guias e cursos de inglês. A Beatrix está com o projeto de apoio ao artesanato, essencialmente levantamento de

produtos e apoio à comercialização. E a Margarida[499] *está no projeto das crianças. A UNESCO acaba por estar envolvida em vários projetos. Como temos alguma capacidade técnica somos muito solicitados para apoiar projetos. Por exemplo o mercado do Mussuril, a construção da vila do Milénio"*. E sobre este projeto relata com entusiasmo "*Este projeto é interessante. É o GRACIM que está a desenvolver com financiamento do PNUD. Trata-se de criar infraestruturas no continente para ajudar a fixar alguma da população da ilha. Eu também estou envolvido na rede do PROMNEI, (O Secretariado das Cidades Património Mundial) que integra, para além da Ilha de Moçambique, Quiloa, Lamú e Zanzibar"* (eMONTEIRO, 2009) Entretanto, no teto da ampla sala do primeiro andar do "Edifício Amarelo"[500] onde o gabinete da UNESCO estava instalado, nas vizinhanças do GRACIM, as grandes ventoinhas haviam iniciado o movimento. A Ilha terminava um período de três dias sem eletricidade. A vida voltava ao normal. É curioso como certos serviços que para os europeus se tornaram tão banais, são de fato, noutros cenários bens com um valor acrescido bastante superior.

Com a eletricidade terminavam as longas noites de calor sufocante. A sede passava a ser rapidamente satisfeita com uma bebida bem geladinha, ou mesmo uma refeição quente. Com eletricidade podíamos voltar a ligar o computador e trabalhar e a ligar-nos com o mundo. E eis que o telefona toca, com múltiplos afazeres Francisco dispersa-se por conversas. O ritmo da vida retoma o curso normal. A conversa será retomada mais tarde ao serão.

A intervenção da UNESCO, ou mais propriamente das Organizações Internacionais, na Ilha de Moçambique enquadram-se dentro das lógicas de "desenvolvimento integral" (ICOMOS, 1967). Este é um conceito atual duma problemática já antiga. Em 1967, no primeiro congresso Internacional de Monumentos e Sítios, a questão da "conservação e reanimação dos sítios é o tema escolhido. Ele reflete uma tensão que nunca deixou de estar presente nas intervenções no património. Num primeiro momento, no final dos anos sessenta a tensão se situava entre a opção de conservar versus restaurar[501]. Era um paradigma que tinha por base a consciência da acelerada transformação da paisagem, em particular das paisagens urbanas, e que face os fenómenos da urbanização massiva na Europa do pós-guerra, mas também na América Latina (na Cidade do México, em São Paulo no Brasil, no Cairo no Egito, em Atenas na Grécia, entre outros) produzia não só uma elevada pressão imobiliárias, como igualmente os fenómenos de poluição atmosférica, das indústrias e do tráfico automóvel, que incidiam nos edifícios patrimoniais dos centros históricos, estavam a provocar uma

[499] Margarida Botelho. Arquiteta que desenvolveu um projeto com jovens no Museu da Ilha. No tempo da nossa investigação o trabalho estava a ser desenvolvido no Campo de Refugiados de Nampula. A nossa entrevista acabou por se concretizar em Maputo, em Janeiro de 2010 (eBOTELHO, 2010).
[500] Trata-se dum edifício recuperado pela Cooperação Sueca, no largo do Arsenal.
[501] Esta questão constitui um paradigma da intervenção patrimonial. Ver (LEITE, 1999)

rápida deterioração das construções históricas antigas. Nessa altura, face à urbanização acelerada também se refletia sobre a perda da centralidade urbana dos cascos antigos, discutindo-se as formas de requalificação urbana.

A partir da formação duma consciência de transformação surge a figura da proteção dos conjuntos históricos. A conceção da paisagem urbana como conjunto homogéneo que implica o alargamento da noção do interesse histórico e artístico, que até aí se tinha cingido essencialmente aos edifícios religiosos, às fortificações militares, aos palácios renascentistas e às ruínas arqueológicas. Um alargamento que passa a incluir a forma urbana, os elementos conspícuos que marca os cenários, tais como os elementos industriais. A habitação, os espaços de convivialidade, tais como praças, banhos, ou mesmo a construção da própria cidade moderna passam a ser considerados como objetos patrimoniais. E com base nessa consciencialização, o colégio do ICOMOS passa a propor intervenções, métodos e técnicas de restauro, legislação de proteção, a realização de inventários, a formação de técnicos. Ainda nesse âmbito do processo de recuperação, inscreve-se igualmente a questão da refuncionalização dos sítios (ICOMOS, 1987)

Regressando novamente à problemática da Conservação na Ilha de Moçambique, verificamos que a questão passou inicialmente pela solução dos novos usos dos imóveis restaurados. Durante muito tempo, esses edifícios notáveis acabavam por se constituir como Museu. Foi o que aconteceu com o caso do Palácio de são Paulo (LOBATO, 1970), na Ilha de Moçambique, tal como aconteceu em inúmeros lugares do mundo, do Prado ao Louvre. Ora com o aumento, em extensão dos elementos patrimoniais que passam a ser alvo da conservação, essa solução, de uso público, deixa de ser possível, remetendo a doutrina, na altura, para uma refuncionalização dos espaços. Acontece, que a formatação dos espaços das cidades antigas apresenta características que condicionam a ocupação pela modernidade. Assim por exemplo, os eixos dos arruamentos demasiados estreitos, a configuração do edificado, com janelame pouco amplo, a própria estrutura do edifício constituíam elementos que condicionavam a instalação de habitação (para repovoamento) ou de serviços. Tecnicamente, aconselha-se o "arejamento" dos edifícios, e a solução de pedonalização. Obviamente estas intervenções urbanas só se podiam concretizar através de programas de investimento público ao mesmo tempo que se dão conselhos para a integração do novo no antigo (ICOMOS, 1967). As propostas deste seminário são completadas com a necessidade de formação de quadros e de base de conhecimento sobre procedimentos e técnicas.

No caso da Ilha de Moçambique, como referia Alexandre Lobato no seu artigo "*Conservar e Modernizar na Ilha de Moçambique",* a solução passou pela *"conciliação da História com a vida". Dizia Lobato do programa desenvolvido por Baltazar Rebelo de Sousa em 1970. "A sua obra, Senhor Governador-Geral, de restituir a Cidade ao seu aspeto arquitetónico que tinha no fim do século XVIII e no começo do século XIX, pela reintegração dos principais edifícios públicos na sua arquitetura primitiva, pela reposição de certos pormenores banidos, pela recolha de mobiliário da época e o aproveitamento e reconstituição dos velhos utensílios e objetos que serviram à vida quotidiana de outrora, em paralelo com o conforto da vida atual, que não é possível sem água, sem eletricidade, sem transporte e comunicações fáceis, casas higiénicas, refrigeradas, vida económica, negócio nas lojas, trânsito nas ruas, navios no porto, escolas secundárias, dão-nos a grandeza do seu pensamento e a medida da sua adequação às realidades, aos interesses e às conveniências da Cidade, da Província e da Nação*" (LOBATO, 1970, p. 9). Para além do caráter laudatório do discurso, ele retrata bem um programa de conservação. Um programa que balanceia entre a História vivida e a vivência moderna dessa História. É um programa que é concebido para resolver um dilema, como remata Lobato a sua explanação: "*Com efeito, todo o inconfundível encanto que a cidade possui, por ser velho e bizarro o casario tosco nas ruas acanhadas, desaparecerá se as casas frágeis caírem, por as pessoas as abandonarem não tendo aqui do que viver. Por outro lado, se a cidade histórica for demolida, para se reconstruir o moderno, perdem-se os valores estéticos, culturais, históricos, que são insubstituíveis, únicos e irrecriáveis*" (LOBATO, 1970, p. 9). Assim se situava o paradigma conservacionista da "Florença portuguesa em terras africanas"

O que é que mudou, para além da novidade da conceptualização de "Desenvolvimento Integral". A questão da conciliação dos valores estéticos com os valores económicos continua na ordem do dia. Para o primeiro existem técnicas desenvolvidas em colégios de profissionais. Para a questão dos valores económicos existem igualmente procedimentos de incremento das atividades económicas. As organizações internacionais utilizam essa reflexão como metodologia[502]. Mas, ao fim de 20 anos de classificação da Ilha de Moçambique como património da humanidade, a visão do futuro parece semelhante à do passado.

---

[502] Flávio Lopes e Miguel Brito em "Património Arquitetónico e Arqueológico" (LOPES, 2004, p. 23-40) fazem uma interessante abordagem à evolução do Pensamento conservacionista contemporâneo, com base na leitura das convenções internacionais. É um texto mais completo de um outro também do mesmo autor, publicado pelo IPPAR "Conservar para Proteger" (IPPAR, 1993). O autor aborda s convenções aprovadas pela ONU, pela UNESCO e pelo ICOMOS, e ainda as do Conselho da Europa. As bases doutrinárias da intervenção conservacionista estabelecem-se na Carta de Atenas (de 1931) e na "*Carta de Veneza*", (1964). Como elemento fundamental das intervenções no património encontramos a recomendação unânime de estudar e documentar os processos de construção dos elementos patrimoniais. Sempre que possível deverão ser usados esses processos no âmbito da recuperação. Haverá naturalmente que ponderar as questões de estrutura, o que poderá obrigar a utilizar outro tipo de materiais. As recomendações da Carta de Cracóvia, de 2000, acrescentam ainda a necessidades de levar em linha de conta o ambiente envolvente, a sustentabilidade dos programas, a compreensão das dinâmicas patrimoniais e a participação dos cidadãos nos processos. Conforme salienta o autor, a grande transformação conceptual, tem sido a integração desta dinâmica de compreensão do património como resultado dum processo, onde progressivamente os elementos singulares deixam de ser olhados como peças únicas

Entre o discurso laudatório de Lobato e a Classificação pela UNESCO a Ilha esteve em Perigo de Desaparecimento. Passaram-se cerca de 20 anos. Outros tantos anos passaram entre a classificação e os dias de hoje. Que balanço que podemos fazer. Muito trabalho sem dúvida. Conservação e Restauro na velha fortaleza. A cooperação internacional despendeu[503], com a cooperação portuguesa à cabeça, largos milhares de U$ dólares. Que resultados. Alguns edifícios recuperados, ainda muito pouco em relação ao total de 284 casos identificados em 1983 (MOÇAMBIQUE, 1985). Alguns interlocutores falaram-nos de um valor dentre 10 a 15 %, outros Dum valor mais próximo dos 30-40 %. De qualquer forma é um valor inferior a metade do universo da cidade de pedra. Na cidade macúti a recuperação é ainda menos visível.

Verificamos contudo nos vários discursos uma grande ocorrência do termo patrimónios, um grande interesse nas questões patrimoniais e uma grande unanimidade sobre uma necessidade de ação sobre o processo do património. Essa unanimidade nos discursos é também visível nas obras em curso. Há uma preocupação generalizada, no que se refere ao trabalho sobre o edificado, por se utilizar as técnicas e os padrões recomendados pelos vários relatórios internacionais. Verificamos também uma intensa atividade no âmbito do património construído, com várias transações[504] e recuperações a serem do conhecimento informal. Assiste-se portanto a um posicionamento dos vários interesses económicos, sendo que para além das lógicas do turismo e das suas necessidades, também se verificam lógicas de transações de imobiliário como processo de rendimento[505]. Muito interesses a posicionarem-se. Uma grande agitação social nos discursos e uma pouca dinâmica de ação.

Estranho mundo este em que a vontade de futuro é uma narrativa que se vem sucessivamente reconstruindo desde a década de quarenta do século XX. Como podemos verificar à uma continuidade nas ações sobre as formas transformar o espaço com base na ideia da

---

para passarem a ser interpretados como resultado de processos. O campo patrimonial passa portanto a ser um campo onde se exprimem as tensões entre o passado, o presente e a vontade do futuro. Um campo onde se expressam as várias dinâmicas da sociedade. Ora esse alargamento conceptual do campo do património acaba, em tese, por integrar a totalidade do passado e à tentação de condicionar a transformação no futuro. Por essa razão é importante a reflexão e a participação sobre das comunidades sobre os processos de intervenção sobre o património. Veja-se igualmente (CHOAY, 2005 e 2008)

[503] Ou investiu como modernamente se diz.

[504] A transação é feita com base na conversa com agentes, que posteriormente canalizam as intenções para o contacto com o ou os proprietários. Em Moçambique a propriedade de bens imóveis ainda está reservada a nacionais ou a sociedades com maioria de capital nacional. Essa circunstância implica portanto a participação de agentes locais no processo.

[505] Por exemplo há uma procura de casa de férias por parte de muitos residentes em Nampula ou em Maputo. Esta questão da segunda residência também está associada à lógica do turismo, embora assuma dinâmicas diferenciadas, e que nem sempre são analisadas conjuntamente (SOARES, 1997)

conservação. Uma vontade de futuro que se insere na dinâmica do passado. E que vontades e interesses são estes que permanecem. Que valores são estes que persistem ao longo dos anos?

6.2. O valor natural do objeto museológico

A nossa proposta de abordagem museológica tem vindo a valorizar a relação entre os objetos socialmente qualificados no âmbito das comunidades que os produzem com os territórios onde se localizam. Temos vindo a alocar a este processo de valorização os contributos da nova museologia, o que reflete o alargamento de cada um destes campos de intervenção da museologia. Do objeto de coleção, ao objeto museográfico no museu nacional e ao objeto patrimonial nossos contemporâneos existem relações que motivam a construções de narrativas de representação. A nova museologia ao operar o alargamento das relações de qualificação social dos objetos mnemónicos às comunidades e aos territórios trabalha sobre as respetivas operações de valorização A operação de qualificação dos objetos é uma operação de valorização.

Quando valorizamos a ideia da Ilha de Moçambique como património da humanidade que qualificações sociais se operam? Que valores estão a ser propostos como fins e como meios? Temos, de acordo com o que temos vindo a trabalhar uma operação que incide sobre o espaço material e sobre o espaço social. O espaço material é fácil de identificar nos vários relatórios de diagnóstico. É espaço urbano construído com as suas relações internas[506], sobre a qual se aplicam o conjunto de normativas técnicas de conservação e reabilitação. Mas o espaço social, no sentido atribuído por George Simmel (SIMMEL, 1970) como um campo de forças onde se inscrevem as ações sociais sobre as quais são construídas significações, é também um dos elementos dessa classificação[507].

Como vimos uma das contradições base nos processos de patrimonialização é precisamente a necessidade de conservar para construir o futuro e não conservar para congelar o

[506] Utilizamos aqui o conceito proposto por Kevin Lynch de "Paisagem Urbana" que se constitui pela perceção dos elementos físicos agrupados em cinco categorias. As vias, os limites, os bairros, as centralidades (cruzamentos) e os pontos conspícuos (LINCH, 2007)

[507] Como já acima referimos a classificação da Ilha de Moçambique como património da Humanidade foi feita na 15 Sessão do Comité do Património Mundial, realizada na cidade tunisina de Cartago, entre 9 e 13 de dezembro de 1991. Com base nos critérios IV e VI. Em 1991, o critério IV dizia: "*be an outstanding example of type of building or an architectural ensemble which illustrates a significant stage of history*" e, critério VI "*be directly or tangibly associated with events or with ideas or beliefs of outstanding universal significance (the Committee considers that the criterion should justify inclusions in the List only in exceptional circumstances or in conjunction with others criteria)"* (UNESCO, 1972)

passado. Uma das formas de permitir que a dinâmicas dos fenómenos permaneça nos espaços de conservação é pensar que ele tem antes de mais que ser um espaço vivido. E vivido por aqueles que o habitam no presente, pois a lógica do devir é transformadora. Quando valorizamos a participação da comunidade nos processos museológicos estamos a falar de adicionar valores de ação. Estamos a incluir, para além do olhar dos técnicos (formados em academias), o olhar das pessoas que vivem nesses espaços. Esses valores, como valores de ação, deverão sobrepor-se aos demais valores dos outros saberes, que assim se condicionam por estes. Que valores são estes que se constituem como diálogos sobre o futuro?

O olhar sobre o objeto dum técnico, ou dum académico é uma olhar que é treinado para a valorização estética desse objeto. Avaliar o valor de qualificação social implica ir mais longe na avaliação. Implica incorporar na avaliação desse objeto o valor da participação da comunidade. Mas essa participação só se pode constitui como um processo, porque a qualificação social se insere no âmbito da própria dinâmica da formação social e não é algo que se cristaliza no tempo. A valorização torna-se assim numa relação processual.

A valorização no âmbito do processo museológico é portanto o modo como o sujeito se apropria do objeto e o modo como o objeto se apropria do sujeito. Vamos procurar responder a esta questão através do exemplo do valor do processo sobre a Ilha de Moçambique. Ao chegarmos aqui note-se que já trabalhamos, como narrativas os vários tempos ao longo do qual se forma constituindo os objetos qualificados. Recorde-se ainda que o espaço está isolado. O que nos interessa portanto trabalhar é o que nas ações de futuro está para além do espaço e do tempo.

6.2.1. A participação da comunidade

Atentemo-nos agora à questão dos valores (CALABRÓ, 1997)[508]. Nos dois pontos anteriores trabalhamos sobre dois valores, o ***valor como mercadoria e valor como bem***

[508] Como expressão de uma antinomia. Valor como a relação dialética entre significados simetricamente opostos. O conceito de valor pode ser utilizados com significados diferenciados, mas que exprimem uma referência sintética e analítica Por exemplo, no campo da Ética, um valor é a expressão de um fim. Algo em que a atividade humana pode e deve dirigir-se com expressão duma conformidade socialmente aceite e partilhada, excluindo em consequência, tudo o que não seja conforme. Como fim o Valor exprime portanto um bem, que se opõe ao "mal".
Na ciência económica o conceito de valor deu origem ao desenvolvimento de uma "teoria do valor". A ciência económica trabalha sobre os processos de trocas dos objetos no mundo. Assim cada "objeto económico" é o resultado, ou melhor a expressão do processo de análise do seu "valor de uso" e do seu "valor de troca". A teoria do valor analisa então os processos da ação sobre os objetos. Esse resultado (o valor) exprime simultaneamente a sua condição processual e de objetivação. O conceito do valor e a teoria do valor inscreve-se portanto no âmbito dos campos semânticos complexos. A sua inserção no nosso discurso é feita como expressão

patrimonial. O valor como mercadoria resulta do seu valor de uso e de troca de bens ou objetos materiais que constituem recursos da comunidade que habita o território da Ilha de Moçambique. O valor patrimonial resulta da construção social que o qualifica. Como sabemos o valor patrimonial condiciona o valor de mercadoria do objeto patrimonial. Um valor patrimonial elevado corresponde a um troca condicionada pela sociedade em função da qualificação que lhe é socialmente atribuída. A troca desses objetos é portanto afetada pela qualificação social dos mesmos. O valor da mercadoria é portando fortemente condicionado pelo seu valor social.

Quando esses objetos e bens, vistos como recursos do território e da sua comunidade constituem (ou pretende-se que constituam) a base duma atividade económica que é o Turismo, estamos no entanto a introduzir nessa construção social um novo elemento que, ao invés da troca induz no seu consumo pelo desfrute ou pela contemplação. Portanto, numa análise do valor dos objetos patrimoniais, a problemática da análise do valor deve-se fundamentalmente orientar pela economia dos serviços. Essa análise conduz-nos diretamente à ideia da cadeia de valor, onde um conjunto agregado de atividades (económicas) permitem acrescentar, sucessivamente qualidades a esses recursos (bens), que se traduzem, *grosso modo* em serviços ao turista. Mas ao invés de partir duma análise do mercado (o território, a comunidade e os seus bens como espaço de produção, e o turista como consumidor. Ao invés dessa análise de mercado optámos por uma análise do valor. Procuramos analisar os recursos com base na sua transformação qualitativa de ordem crescente são partilhadas pela comunidade, de forma mais ou menos desigual, podendo-se concentrar mais ou menos nos agentes locais. A integração da teoria do valor como um método de análise dos recursos patrimoniais (o bens herdados) como um serviço à comunidade (a ação que gera) é a analise que nos propomos desenvolver neste ponto.

A noção operatória de cadeia de valor permite-nos inscrever a criação de atividades económicas do turismo como a base de justificação dos processos de conservação e preservação em curso na cidade. O turismo (a atividade económica de prestação de serviços de lazer) seria assim a ação que justifica a Conservação ou a preservação da Ilha de Moçambique. O fim, a conservação é atingido através do processo económico (o valor do turismo). Essa ideia tem como base um critério que é o seu valor estético, ou ***valor patrimonial*** como

---

dum significado (o valor como um fim ou como uma ideia pura) e o valor como um meio (como um processo) que implica a concretização desse fim. É essa relação de intensidade dialética que o conceito de valor transporta que procuramos agora analisar no âmbito dos processos museológicos.

hoje parece ser mais correto dizer. E esse é o elemento distintivo da Ilha de Moçambique. O valor turístico do seu espaço é dado pela sua singularidade patrimonial. Como vimos a equação desta problemática já fora anteriormente formulada quando se pensou numa nova especialização funcional do território, para compensar as perdas de funções administrativas e burocráticas. O que justifica então uma releitura da ação com base na teoria do valor.

Embora idêntica esta equação apresenta-se hoje mais complexa. Não se trata apenas da questão dos processos de globalização que alargaram os campos sociais da "economia do turismo". Também não se trata apenas das macro questões de formação da nacionalidade que afetou o território na fase da independência do Estado, onde a procura das suas especificidades retirou à Ilha de Moçambique uma suposta centralidade simbólica de âmbito luso tropical. Essas questões foram ultrapassadas no âmbito dos processos de globalização.

Hoje os desafios da conservação integram-se no âmbito das problemáticas da sustentabilidade, sendo que aqui o sustentável implica a introdução da racionalidade na gestão dos recursos, de forma a não hipotecar às gerações futuras os recursos finitos hoje disponíveis. Estamos portanto no domínio da relação entre os fins e os seus usos. O dilema que se coloca é como desenvolver o processo de conservar sem transformar (entenda-se no sentido técnico de manutenção das características estruturais), para atingir o fim da sustentabilidade económica do processo, revertendo para a comunidade os benefícios dessa atividade.

No passado o paradigma que orientava a relação entre dos valores de uso com os seus fins era o seu **significado histórico:** o significado duma narrativa feita quatrocentos anos antes, revivida no presente como gesta heroica, com objetivo de projetar no futuro uma essência do destino. Esta essência do destino, como verificamos corresponde ao delírio colonialista português, na formulação da especificidade da portugalidade como excelência civilizadora.

Em Moçambique, conquistada que foi a sua independência, uma parte desse ideário ruiu. O paradigma conservacionista ajusta-se às recomendações da comunidade internacional. Hoje, a através da análise que efetuamos, podemos afirmar que o "**desenvolvimento integral**" é paradigma conservacionista dominante, e é esse paradigma que orienta a vontade de futuro. Os objetivos a alcançar.

E neste paradigma o valor da História deixou de ser, para a grande maioria dos agentes o ativo predominante[509], para passar a ser um ativo condicionante. Atualmente o paradigma dominante assume-se claramente como uma expressão do "valor da mercadoria[510]" condicionado pelos valores do património.

A consciência de que a "ilha não pode ser um museu" (eCOSTA, 2009), como exprimiu Alda Costa na sua entrevista, já acima referida, expressa esta consciência de que só o desenvolvimento da atividade económica permite alavancar o futuro. Um futuro que é construído com base no seu património. Ou seja, se bem interpretamos as palavras de Alda Costa, ela expressa uma intenção. Não se pode congelar a intervenção urbana na Ilha de Moçambique no seu passado, (recuperar como foi) mas sim integrar essa dinâmica de conservação na construção do futuro (recuperar para reutilizar).

Ora, como vimos as ações de conservação e restauro na Ilha (LOBATO, 1970), também tiveram por base esta intenção de reutilizar o edificado existente. E diríamos que também foi ensaiada a reinvenção da tradição (HOBSBAWM, 1988). Sendo que aqui se vendia a ideia da tradição como expressão da invenção duma suposta modernidade colonial. Mas o que interessa aqui realçar é a semelhança da intenção da construção de futuro com base numa construção do seu valor. Os fins do processo turísticos justificam os processos de ação. E aqui encontramo-nos no âmbito duma argumentação que se valida a si própria, seja pelos fins, seja pelos meios. Estamos nua âmbito duma retórica dos consensos que nos impede de olhar a dialética dos processos da ação.

---

[509] Como acima temos vindo a salientar, para os portugueses, fundamentalmente devido ao facto da sua relação com o passado colonial estar ainda mal resolvida como campo mnemónico, os olhares sobre a Ilha de Moçambique ainda continuam a ser predominantemente orientados pelo seu significado histórico. A ilha, a urbe e a sua construção continuam a ser entendidos como "património português no mundo". (como de resto aparece sinalizado no site do Ministério da Cultura de Portugal, consultado em Abril de 2010, em www.ministeriodacultura.gov). Não cabe aqui detalhar a questão dos "objetos patrimoniais nacionais " dos portugueses, mas adotar a leitura unívoca da portugalidade na ilha é perder, como se perdeu no passado, a visão da sua dinâmica interna como espaço híbrido. A grande maioria dos olhares internacionais passaram nos últimos anos a valorizar essa essência de diversidade, o que confere à ilha a manutenção da sua dimensão de especificidade, condição que é essencial para manter a sua visibilidade. Por outro lado olhar para o espaço como expressão da rememoração da "portugalidade" impede a consciência crítica do próprio espaço e da narrativa que o criou. Ao não reconhecer a autonomia do outro induz-se a narrativa de representação desigual inibindo a produção de novas dinâmicas. É por essa razão que os discursos sobre a Ilha de Moçambique raramente ultrapassam as problemáticas conservacionistas, não acrescentando valores de uso aos serviços oferecidos.

[510] Mercadoria no sentido da abstração do objeto (material ou imaterial) que dispõe de um valor de uso e de um valor de troca. É no mercado que a qualidade específica de cada objeto se transforma numa quantidade específica, permitindo a troca. O processo de transformação da qualidade em quantidade é feito pelo valor ou conjunto de forças que atuam sobre esse objeto. Marx, em o Capital, (MARX, 2009) define estas forças (o valor), como o trabalho socialmente qualificado necessário para o produzir. Essas forças trabalho, são também uma abstração da análise do processo de produção, que permite eliminar a qualidade distintiva e manter a quantidade, e com essa operação justificar a troca. A parte que é perdida, a qualidade é assim alienada. Mas esta parte que é alienada não é uma perda. Ele surge com novas qualidades noutros processos

Por exemplo a expressão de Alda Costa "ilha não pode ser um museu" parte duma conceção de museu como "espaço dum tempo congelado". A visão dos museus como espaços de objetos estáticos remete o processo conservação urbana para o domínio das dinâmicas de futuro. A rejeição da ideia da cristalização do espaço implica a aceitação da dinâmica da transformação. Podemos então entender, que nas palavras de Alda Costa está implícito a necessidade de adequar a ação na Ilha de Moçambique às suas atuais dinâmicas. Ora essas atuais dinâmicas são portanto as dinâmicas do mercado turístico. Em suma, essa dinâmica do futuro é consciencializada através da mobilização da base patrimonial da Ilha, como recurso para o turismo. Ao mesmo tempo que o património se constitui como recurso, também assume o seu caráter diferenciador. O limite desse uso será agora a sustentabilidade económica dessa atividade. O turismo cultural é então o conceito que agrega os dois elementos, a economia e o património, como fim e como processo.

Se no plano dos princípios (ou intenções) a questão do turismo cultural, dos seus fins e seus processos apresenta, como verificamos, uma elevada convergência entre todos os agentes; já a na análise das dinâmicas dos projetos podemos verificar que a emergência de situações de conflitos e tensões.

Em qualquer ato dum agente, este acredita que se pode manifestar um resultado, ou uma qualidade particular que seja reconhecida pelo ator. (GIDDENS, 1996, p. 93) Para que um ator possa avaliar e validar o propósito da ação tem que partir da formulação dum estádio inicial e perspetivar uma deslocação (no espaço e no tempo) de forma a satisfazer a alteração inicial. Se não satisfaz sucede novas ações, de correção ou de reformulação do problema.

Ora no caso das nossas entrevistas verificamos, que apesar da convergência e consenso em relação ao "turismo cultural" como processo e fim, existem múltiplas dissensões no plano das ações. Uns dos exemplos, que já citamos são o dos interesses do turismo e do imobiliário não serem necessariamente convergentes com a execução das políticas sociais do estado moçambicano. Através dessa operação, população atualmente residente no espaço torna-se excedentária, implicando portanto a sua movimentação para forma do território turístico. Outro exemplo: O Hospital de Moçambique, hoje equipamento de saúde da população, no âmbito das intenções de investimentos, deverá transformar-se num hotel. Implica essa reconversão a construção dum equipamento de saúde para a população no Continente. Para além das apreciações que possam ser feitas sobre a importância do projeto para a recuperação do edificado (hoje em riscos elevado de ruína e apenas parcialmente ocupado pelos

serviços de saúde), a transferência do equipamento para o continente também constitui uma intenção de "afastar" a população residente do espaço da ilha. A diminuição da densidade da população na Ilha cumpre assim um duplo desígnio. Alivia as necessidades de infraestruturação do território, ao mesmo tempo que aumenta área de produção de espaço turístico.

O que surge como expressão da comunicação no pensamento e nas conceções dos atores é a ideia de que progresso (o futuro) da Ilha será o resultado da equação de associação do valor do turismo ao valor do património. E no âmbito dessa associação, por essa ordem, cria-se uma relação de dependência em que se cria uma mercadoria. O turismo cultural é essa mercadoria, onde o segundo termo se submete à lógica do primeiro. A lógica do turismo como atividade económica predomina na sua relação com o património como atividade socialmente qualificada.

Essa situação pode-se observar nas práticas de planeamento desenvolvidas pelos agentes na Ilha de Moçambique como as que analisamos nos dois pontos anteriores. Tomemos por exemplo o valor da cidadania, expresso nos processos de participação. Na lógica dos processos de participação que observamos, e ao interrogar-nos sobre a qualificação possível para as escolhas dos agentes selecionados[511] verificamos que entre eles existia uma coerência na representatividade de forças sociais e políticas. Sem termos agora a preocupação de analisarmos a intenções de ação dessas forças sociais e políticas, porque isso transbordaria o contexto do nosso trabalho, verificamos que existia uma ausência na representação das problemáticas culturais e patrimoniais.

Não é naturalmente uma ausência total de representação. É mais uma falta de protagonismo de agente e de projetos com base cultural e patrimonial, o que de certo modo reflete a subordinação das instituições culturais ao referente dominante do turismo. Socialmente a cultura e o património surge representado por agentes políticos, no âmbito das lógicas de ação política e em função de fins dessa ação. Temos vindo a evidenciar que as atividades na esfera da ação cultural, aquelas que podem protagonizar uma diferenciação no âmbito dos processos de produção de produtos turísticos estão ausentes como estratégias de valorização nos projetos dos próprios produtos turísticos. Esses projetos deveriam ser gerados no âmbito da conceptualização da produção de bens de serviço transacionáveis e que acrescentem valor. E essa ausência deve-se fundamentalmente uma deficiente representação da comunidade.

[511] Como já chamamos à atenção, a seleção dos nossos interlocutores coincidiu com os vários participantes dos processos de planeamento que analisamos.

Na ilha de Moçambique o processo de afirmação da vontade de futuro, expressa na atividade turística resulta da afirmação do poder social. Ora a produção turística exige espaço e recursos que estão em processo de configuração. Esse espaço e esses recursos não têm como objetivo a partilha pela comunidade. O projeto turístico continua a ser uma vontade das elites sociais, que são distintas dos objetivos da comunidade. Isso levanta a questão dos fins dos projetos turísticos, como projetos de investimento externos e não necessariamente como projetos de desenvolvimento da comunidade. Por essa razão, a comunidade surgiu silenciada no processo.

A contradição entre os fins e os meios do processo do turismo como estratégia de desenvolvimento da ilha permanece. Ainda que o turismo, que de acordo com as politicas internacionais, se afirme como um processo de participação; no planeamento, no diagnóstico e na identificação de ações e estratégias, acabamos por verificar que essa correção processual falha. Ao invés de partir da identificação das necessidades da comunidade, parte da afirmação dos desejos e valores da hierarquia social. Se considerarmos que os processos de participação da comunidade se justificam por acrescentar valor aos processos de planeamento, neste caso verificamos que a forma não permite captar a essência.

Podemos então concluir que essa ausência de participantes resulta duma vontade de futuro. O processo de participação desenvolvido pelas organizações no terreno incorporou um conjunto de agentes, que satisfazem formalmente os requisitos de qualidade dos processos, e que se constituem como um grupo de "profissionais da participação", no âmbito da qual satisfazem os requisitos formais e afirmam as vontades hegemónicas. Mas esse processo está longe de procurar incorporar o saber local como valor a acrescentar aos processos e a incrementar a produção de ações transformadoras. Os objetivos da participação ficam viciados e os resultados poderão ficar longe do desejado fim do desenvolvimento da comunidade. Sem que isso queira dizer que os projetos não possam ter sucesso, como projetos de desenvolvimento turísticos, a ação desenvolvida nessa base, sem acrescentar a lógica da comunidade não reúne o conjunto de motivações e de intenções necessárias para mobilizar a comunidade para se envolver nos processos de emancipação e de construção do seu próprio futuro.

Corre-se por isso o risco de criar mais um "território turístico" vazio da sua população residente. Um espaço desabitado e sem vida, ou se quisermos um espaço de consumo artificial, construído socialmente para outros sem incorporar nele as pessoas que o justificavam. Estamos assim perante uma falácia da participação da comunidade. A lógica de parti-

cipação que analisamos é feita nem circuito fechado, entre agentes económicos e políticos, com base nas considerações que emanam duma análise da mercadoria turística. Dela está ausente a mercadoria cultural e patrimonial, aqui entendida como uma trabalho de construção de ações comunicativas de e sobre os recursos patrimoniais e heranças da comunidade. Desse modo, ainda que a vantagem comparativa da mercadoria turística da Ilha de Moçambique seja verbalizada como uma especificidade do seu produto cultural, ela não incorpora ações no presente sobre a transformação dos seus bens culturais. Tal como a herança da comunidade foi inventado no passado através da sua ressignificação no discurso colonial, também no presente, essas heranças são reinventadas através da ressignificação da "ideologia do desenvolvimento participativo".

Isso permitiria então concluir que essa subordinação dos valores patrimoniais ao mercado turístico legitima a constituição do espaço turístico, como espaço de produção de valores subordinados à lógica do mercado, operando uma dinâmica de transformação do espaço e da sua comunidade. Essa situação gera uma tensão entre a mudança e a permanência e entre o poder social dominante e as suas formas de resistência. Esse fenómeno será percecionado pela ***resiliência*** *da* ***condição híbrida*** *da ilha de Moçambique*.

Vejamos como é que se está a processar a passagem do espaço e do tempo heterogéneo, que é a característica da ilha na atualidade, um espaço e um tempo homogéneo, que é a visão dominante dos espaços e do tempo turístico. O que é que a sócio museologia pode argumentar na análise da resiliência.

Iniciemos pela ideia mobilizadora do desenvolvimento integral como objetivo. No nosso discurso contemporâneo está presente uma ideia de que a mobilização da vontade de mudança, de transformação da sociedade se mede por indicadores do progresso. Etimologicamente desenvolvimento significa o crescimento natural das forças contidas num ponto[512]. Mas, para além do seu significado etimológico a palavra foi apropriada pelas ciências sociais, em particular pela economia (BEIROCH, 1986) e rapidamente se torna num conceito interdisciplinar. Rogério Roque Amaro, em 2003 propôs uma leitura crítica deste conceito através da sua releitura crítica (AMARO, 2003).

Roque Amaro percorre a formulação conceptual, desde a sua formulação inicial com Adam Smith na "Riqueza das Nações"[513], passando pela sua aplicação à industrializa-

[512] Desenvolvimento, ato de desenvolver. Crescer, fazer medrar.

[513] Adam Smith, (1723-1790). Filósofo e Economista inglês. A sua obra mais famosa, "O Inquérito sobre a Natureza e Causa da Riqueza das Nações, publicado em 1776, é uma das obras fundadoras ciência económica

ção das sociedades do centro, aos conflito entre os defensores do desenvolvimento, versus crescimento económico, aborda o problema dos conflitos Este-oeste versus Norte-sul que marcou os "gloriosos trinta anos" do pós-guerra, até chegar à crítica formulada a partir dos anos 70. Nos três últimos pontos do seu trabalho vai apresentar, o que na sua opinião, são os argumentos da potencialidade do conceito.

A questão do modelo de desenvolvimento como uma sucessão de técnicas aplicadas no terreno da economia é criticada sem grande sucesso por economistas no pós-guerra[514]. A emergência das independências das colónias africanas a partir da década de sessenta criara o terreno fértil para a aplicação dos planos de desenvolvimento. As avaliações feitas dos planos rapidamente revelam que, se por um lado, as campanhas de saúde pública e vacinação, tinham aumentado a esperança média de vida e diminuído a mortalidade, especialmente a mortalidade infantil, a aplicação dos planos de educação tinham aumentado a taxa de escolaridade de muitos destes países, os esperados progressos da produtividade e económica e do aumento generalizado do Bem-estar social não se tinha verificado. Alias, em muitos casos, tinha havido mesmo um retrocesso aos níveis dos indicadores de desenvolvimento.

Se o "arranque" das economias do "terceiro mundo" não se tinha verificado, também é verdade que muitos outros problemas foram começando a ganhar visibilidade, nomeadamente o desregulado consumo de matérias-primas, e os impactos do crescimento económico ao nível do ambiente. Ao mesmo tempo, é necessário não esquecer, toda a intervenção é legitimada com presença da ciência e de inúmeros consultores hiperespecializações (AMARO, 2003, p. 50). É também a época, em que quebrada a cortina de ferro na Europa central e de leste, a utopia coletivista do socialismo se revela como incapaz de construir uma sociedade de indivíduos sem a presença do mercado; e ao mesmo tempo as sociedades do progresso e do bem-estar veem a economia de mercado transformar o indivíduo no centro do consumo, numa "sociedade de indivíduos" (ELIAS, 1993).

---

clássica. Segundo Adam Smith, é o funcionamento do mercado e a liberdade de troca (livre-câmbio) que fundamenta a riqueza das nações. A sua teoria irá também opor-se às teorias da fisiocracia, fundamentado a mecanização e a divisão do trabalho como criadores de riqueza. Segundo Adam Smith, o interesse individual, em concorrência no mercado permitiria a criação da máxima riqueza para a sociedade (SMITH, 1987). Adam Smith, com a sua teoria do mercado fundamenta a ideia do crescimento contínuo e cumulativo (ou acumulativo se preferirmos). A esta ideia opunha-se na época as conceções de Thomas Malthus (1766-1834) o economista inglês que argumentava a necessidade de equilibrar o crescimento geométrico da produção de bens, com o crescimento exponencial do consumo dos recursos.

[514] Veja-se por exemplo (PERAUX, 1981). O trabalho publica o seminário que decorreu em 1979 em Quito, no Equador, onde com o patrocínio da UNESCO se vai dar visibilidade ao conceito de "Desenvolvimento Integral"

E a partir da crítica destes modelos vai emergir as ideias da participação da comunidade, a mobilização das capacidades a partir da própria comunidade e a necessidade de abordar os vários problemas de forma integrada (AMARO, 2003, p. 52). E esse novo modelo vai ser defendido como modelo de intervenção das Nações Unidas, onde, para além de outras questões, integra ainda a questão da Paz, como elemento estruturante das relações humanas[515].

Como consequência dessa consciência crítica emergem novas formulações sobre o conceito de desenvolvimento. Rogério Roque Amaro salienta o surgimento de seis, por ordem cronológica: sustentável, local, participativo, humano, social e integrado. O autor organiza-os em três "fileira conceptuais, em função do paradigma dominante" (AMARO, 2003, p. 55). O ambiental, centrado nas condições do sistema vital de subsistência e sobrevivência. O das pessoas e das comunidades, centrado na dimensão social e cultural do humano. E a dos Direitos Humanos, centrada nas questões da filosofia e da ética.

Não vamos aqui detalhar a análise do autor sobre estes paradigmas, mas interessa salientar, entre eles, a dominância do paradigma "desenvolvimento humano", que através do contributo do PNUD tem vindo a reformular os paradigmas intervenção do âmbito do Desenvolvimento Social, com base na criação dum conjunto de indicadores que dão um retrato sobre o "processo de criação de condições sociais mínimas, de produção de bem-estar humano nos vários países do mundo", e que devem balizar a intervenção dos estados membros e organizações internacionais. No caso da Ilha de Moçambique verificamos igualmente a visibilidade do paradigma participativo nos projetos, como em cima referenciamos. Este é um conceito que emerge nas organizações internacionais, por vias das contribuições da

[515] Não cabe no âmbito deste trabalho desenvolver esta questão, que também não é abordada no trabalho de Rogério Roque Amaro. A criação duma "cultura de paz" é todavia a base dum modelo que tem vindo a ser defendido como elemento regulador das relações entre os povos. No entanto é necessário referir que a questão das assembleias participativas dividiu o movimento revolucionário europeu em 1917, na sequência da Revolução Bolchevique na Rússia. A tendência bolchevique do Partido Social-Democrata Russo afirma com Vladimir Lenine (1870-1924) uma liderança com base no "centralismo". A partir dessa data os movimentos revolucionários tendem a configurar a sua organização com base numa organização hierárquica centralizada em células A essa corrente opunha-se a corrente social-democrata alemã, que com base na influência de Karl Libcknet (1871-1919) e Rosa Luxemburgo (1871-1919) defendiam a necessidade do movimento revolucionário basear o seu processo decisório no modelo das assembleias participativas. Essa clivagem irá manter-se até ao colapso dos sovietes. No entanto o modelo da participação dos cidadãos na organização social irá afirmar-se ao longo do século XX e instala-se no debate político do pós-guerra como processo de transformação social sem recurso à ação violenta. Esse modelo irá influenciar, por exemplo a ação de Gandhi (1849-1968), os movimentos negros norte americanos e a ação de Nelson Mandela na África do Sul

ONG de Desenvolvimento que se centravam no desenvolvimento e empoderamento[516] das comunidades.

A análise do Rogério Roque Amaro é, como aliás ele refere um modelo de reflexão. Não podemos generaliza-lo diretamente a casos concretos, tanto mais, que a noção de "Desenvolvimento Integral", defendido pela UNESCO com um valor de fim e como processo, se cruza com todos os paradigmas, acrescentando outros valores, tais como o são os da multidimensionalidade dos processos, da interdisciplinaridade, da complexidade e da participação.

Este último conceito, de desenvolvimento Integral, "*pode ser concebido como um processo que conjuga as diferentes dimensões da vida, dos seus percursos de mudança de melhoria, implicando por exemplo a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político, o ambiental; a quantidade e a qualidade, as várias gerações, a tradição e a modernidade, o endógeno e o exógeno, o local e o global, os vários parceiros e instituições envolvidas, a investigação e a ação, o estar, o fazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino, as emoções e a razão etc.* (AMARO, 2003, p. 59), acaba por se transformar numa dimensão disjuntiva[517] dos processos de ação sobre o social.

E é nesse quadro que os objetivos de "desenvolvimento do milénio" são concebidos[518]. Os oito compromissos que emergem desses objetivos passaram a balizar a ação e o projeto do futuro. Esse é todavia, como refere Roque Amaro um dos desafios que o conceito transporta, a que se junta muito outros, nomeadamente o desafio do novo paradigma científico baseado na complexidade e na rutura da pós-modernidade. E é com base nessa reflexão que se interroga sobre a utilidade desse conceito como conceito operativo. O autor defende a ideia de desenvolvimento, enquanto conceito, como uma ideia operativa: Como algo sobre o qual se exerce a reflexão com o objetivo de criar melhores condições de vida. Algo, através da qual se podem realizar os grandes desígnios da humanidade. (AMARO, 2003)

Ora aqui chegados importa então refletir como é que a museologia se conjuga com a noção de desenvolvimento[519]. No âmbito da epistemologia das duas ciências, da museologia e das ciências do desenvolvimento, como lhe chama Roque Amaro, há uma problemática

[516] Do inglês "*empowerment*". No sentido de reforço das capacidades e competências locais com gestão do poder político pelas comunidades.
[517] Transforma capa parte da ação num ato de transformação do todo. Sendo que ao influenciar uma das dimensões afeta o todo, ao mesmo tempo que o todo, ou é afetado pela ação, ou absorve os efeitos das ação. Etimologicamente a ação disjuntiva é a que produz a disjunção, que separa do jugo. Assim, a ação disjuntiva torna-se num elemento catalisador de mudança social.
[518] Veja-se Anexo III "Políticas Culturais e Museologia em Moçambique"
[519] Esta questão é trabalhada na tese do nosso colega Pedro Cardoso (PEREIRA, 2010)

comum. A noção da complexidade, a consciência da emergência dum paradigma de investigação-ação como vontade de futuro, e a necessidade de partilha, de incorporação dos outros saberes.

Também é verdade que a museologia trabalha com os objetos mnemónicos socialmente significativos, e tem como objetivo, paradigmático, mobiliza-los ao serviço do desenvolvimento da comunidade. O Desenvolvimento, enquanto conceito dum processo, ao alicerçar-se na participação da comunidade, também necessita necessariamente de mobilizar as memórias sociais. Parece portanto, que no campo epistemológico pode-se conceber a museologia como um processo de desenvolvimento, e o desenvolvimento integral, como um processo de valorização das memórias sociais. E é neste campo, o da valorização, o campo da atribuição de valor, que nos parece que se podem alicerçar as nossas reflexões epistemológicas.

Quando abordamos a teoria da ação e a estratégia da participação dos atores, referimo-nos à sua "vontade de futuro". A questão da projeção do tempo como resultado da ação é um campo semântico que em português não tem vocábulo próprio.[520] No processo de produção duma expressão significante o processo de transformar o presente no futuro, o provir, ora é associado à questão do desenvolvimento, com expressão da racionalidade, ora é associado à questão do fado como expressão duma futuridade inscrita nos desígnios sebásticos[521].

6.2.2. O valor museológico como problemática

O vocábulo "desenvolvimento" exprime não só um conceito operacional das ciências, ele exprime igualmente um campo de valores. E é nesta última aceção que ele é normalmente usado, como uma expressão de senso comum.

A perceção de que tudo se transforma é uma aquisição essencial da condição humana. É essa consciência que permitiu o seu afastamento da determinação da natureza, do mundo mítico ou do pensamento finalista[522] para se inscrever no processo da modernidade,

[520] Por exemplo, em Francês, o vocábulo "Avenir" do latim "advenir", (vir de) como expressão do movimento progressivo, de transformação, de vir a ser. Enquanto o verbo "Devenir" exprime a projeção de qualquer coisa que se transforma.

[521] A questão do mito do "sebastianismo", como forma lusitana do "messianismo" é tratado por (MEDINA, 1995)

[522] Por exemplo, o pensamento medieval é um pensamento de tipo finalista. Ao inscrever-se numa cosmogonia bíblica, a ação humana não só é predeterminada pelos desígnios que lhe são superiores, uma ordem do mundo

onde o homem se torna senhor do seu próprio destino através das suas ações. Se a consciência do futuro, e das ações futuras é uma característica surgida no âmbito da cosmogonia eurocêntrica, a mesma que produz o campo dos valores éticos, ela existirá noutros sistemas de pensamento?

Tomemos por exemplo a questão da mudança. Temos consciência da mudança biológica (evolução) da mudança histórica (História), da mudança mecânica (física). A ciência transforma a mudança em lei (através da lei científica, que comprovadamente afirma que sobre determinadas condições, de um sistema fechado, um fenómeno necessariamente ocorre). Como vimos, a aspiração de criar leis para os fenómenos sociais já não constitui uma aspiração da ciência social, consciente que está, da impossibilidade de isolar o espaço e o tempo sociais. Mas apesar disso, a ciência insiste em ter um controlo sobre a mudança. Há uma aspiração de inteligibilidade sobre os processos, para os condicionar, infletir em função dos valores iniciais da observação. Há uma aspiração de consciência sobre o futuro, construída sobre os valores do presente.

Dessa forma, o cone de possibilidades de futuro, como vimos, para além do campo das probabilidades, está também condicionado pelos valores colocados como objetivos, como desígnios ou como missão. Ou seja, na valoração, a operação de hierarquização do valor é uma operação de redução do caos. O valor é tudo o que está incluindo dentro dum conjunto de pontos, assumindo um valor negativo tudo o que não ocorre nesse campo de probabilidades.

Uma outra questão que a visão do futuro também levanta, e que as questões sobre o desenvolvimento também transportam, é o processo de transformação qualitativo da quantidade. Ou seja, o crescimento, aritmético ou exponencial dum fenómeno não resulta numa linearidade cumulativa da mesma qualidade da mesma matéria. Há um ponto onde a matéria de transforma, assumindo uma nova qualidade.

Essa conceção hegeliana da história sustentou mesmo durante muito tempo a conceptualização de civilização como um acumular de progresso. Uma conceção hoje praticamente esquecida, mais por via do holocausto gerado pela "nação mais civilizada do tempo", do que pela via da ciência. Mas é o mesmo Hegel que acabará por fundamentar, através da Dialética, a ideia da vontade de futuro. Enquanto conhecimento abstrato, o pensamento afasta-se da matéria, para procurar as suas oposições. E ao afastar-se da matéria está a afastar-se

não cognoscível, como o próprio futuro é determinado por um fim, inscrito no passado. No pensamento finalista não há o balanço entre o passado, o presente e o futuro.

do tempo dessa matéria, para o projetar no futuro, ganha uma consciência do futuro. E a esse movimento unificador do campo de oposição das forças que se concretiza na natureza através da lógica do evento, que se projeta o futuro como forma de consciência.

Finalmente, incluindo na abordagem da vontade de futuro está ainda incluída uma ideia de valor. O futuro como projeção dum valor que é construído no presente, para constituir um marco de referência como objetivo da ação.

A problemática do Valor é mais um campo de complexidade no âmbito das ciências. Como reflexão axiomática, o sintagma do valor atravessa a totalidade do campo do conhecimento tendo sido apropriado pelas diversas abordagens disciplinares. Há uma teoria do valor na economia, o campo dos valores regula a ética, a estética, a poética. A filosofia pensa sobre os valores antiéticos, a psicologia procura representar os comportamentos e as atitudes como processos de apropriação de valores e cria escalas para o entendimento da sua intensidade. A linguística estuda os valores fonéticos e a sua composição. A História da Arte pode considerar-se como uma narrativa de valores. Os objetos patrimoniais expressam valores. Os objetos museológicos, enquanto elementos socialmente significativos expressam uma relação de valor.

Também no campo de nossa problemática, o campo da produção das memórias sociais podemos considerar a questão do valor como uma variável explicativa. Quando inscrevemos a busca duma explicação para a razão da relação entre o porquê das sociedades rememorem ou esquecerem, estamos a produzir um processo de conhecimento sobre as condições em certas ações e certos objetos adquirem significado social. Ou seja um valor social expresso como um campo de práticas sociais comuns. Um fenómeno social, ou um fenómeno museológico expressa uma relação de valor. O valor é então a essência da observação do processo, a gramática do processo social. Como tal o valor é uma forma de representação do todo significante e o nada (insignificante).

O campo de conhecimento da museologia, mesmo na sua abordagem sociomuseológica, expressa portanto uma relação que ser representa num campo de valores. Já acima falamos da sua Função Social como um dos seus desafios contemporâneos. A função social da museologia expressa um valor da relação do processo museológico (o conjunto de ações) com os benefícios pensados ou realizados na comunidade (os resultados sociais da ação museológica).

6.2.3. O valor do serviço da museologia à comunidade

No âmbito da Função Social da museologia a expressão desta relação entre o processo museológico e os seus resultados tem vindo a ser refletida por Mário Moutinho como uma problemática das instituições museológicas[523]. Defende Moutinho que as instituições onde decorrem processos museológicos são espaços onde se oferecem serviços à comunidade. (MOUTINHO, 2008) Ao alocar para o centro das problemáticas da museologia a questão da prestação de serviços, para além de operar mais uma inovação no pensamento museológico contemporâneo, Moutinho abre fundamentalmente um espaço de problematização sobre os desafios da museologia face aos modelos sociais contemporâneos. A museologia sempre desempenhou uma função social. Não vamos aqui detalhar aqui a história da museologia mas importa não esquecer que o alargamento do campo de ação que a nova museologia propõe desde meados do século passado, nomeadamente a integração do território, da comunidade e do mercado no âmbito das relações entre os homens e os objetos socialmente qualificados constitui uma profunda evolução nas problemáticas e processos museológicos. (PRIMO, 1999), (BRUNO, 2004). Mas no âmbito desta problemática da museologia face à globalização, importa recolocar a questão da sua função no âmbito da mobilização da memória social e dos objetos mnemónicos para criar ação na comunidade

A prestação de serviços à comunidade constitui-se assim como uma necessidade dos processos museológicos demonstrarem à sociedade o seu valor. Ou seja, enquanto atividade social, cristalizada numa organização, ou como um processo, a museologia tem que demonstrar a sua validade através do seu valor social. A sua função social, como serviço à comunidade pode e deve ser analisada na da teoria do valor. Ora na teoria do valor, a prestação de serviços é uma mercadoria. Como mercadoria é alvo de trocas onde se forma o seu valor. O valor do processo museológico dependerá então da relação entre o processo de produção museológico e o seu processo de consumo. Na lógica do mercado museológico, a nova museologia concebeu um alargamento das suas esferas de produção e de consumo. Na esfera de produção, porque todos os objetos e todos os processos podem ser recursos a utilizar, ao mesmo tempo que na esfera do consumo também se alargou os campos de procura, passando a integrar as necessidades das comunidades e dos territórios.

[523] E abordamos aqui a instituição museológica como o espaço organizacional onde decorrem os processos museológicos. Esses espaços museológicos, embora possam ser associados numa primeira instância à instituição Museu, em consequência da crescente multifuncionalidade dos espaços, podem constituir-se em qualquer organização que procure trabalhar com processos museológicos.

Nesse sentido, a vontade de futuro, enquanto expressão duma vontade de processo museológico pode também expressar-se através duma relação de custo benefício entre a oferta de serviços de bens socialmente qualificados e o seu consumo pela comunidade. O resultado dessa expressão é um valor socialmente qualificado.

Se utilizarmos esta metodologia de análise, o valor expresso pela relação custo benefício, verificamos que o valor no processo museológico se constitui na relação entre o benefício que a comunidade retira com o seu custo (ou benefícios sacrificados que constituem os recursos utilizados) para a obtenção desse serviço. Ora os recursos utilizados para a produção dessas mercadorias constituem-se como trabalho socialmente qualificado e objetos socialmente qualificados. O processo museológico, pela ação do trabalho socialmente qualificado opera ou não novas qualidade nos objetos socialmente qualificado.

Ora para analisar a unidade de medida deste valor/mercadoria, o processo de como o seu valor natural se relaciona como os outros objetos necessitamos de incluir o trabalho enquanto força mediadora. O trabalho socialmente qualificado como esforço de custo e esforço de consumo. Este trabalho museológico é o que medeia a produção e o consumo do museólogo, que relaciona o esforço do seu saber como contributo com o saber da comunidade. Como mediação constitui-se como uma relação no âmbito do processo de comunicação, onde produz um discurso e onde se consomem igualmente os vários discursos da comunidade. Assim, alocando a ação museológica e o discurso museológico como parte do processo museológico produzem-se os serviços museológicos.

Da produção e consumo do trabalho socialmente qualificado (que constitui a ação dos sujeitos no âmbito dos processos museológicos, ou a ação museológica) gera-se uma mais-valia social. Esta mais-valia social, que resulta da ação consciente sobre os objetos socialmente qualificados gera um contínuo de ações. Ou seja, no âmbito do processo museológico, todas as ações que se executam sobre os objetos socialmente qualificados induzem novas ações e nessas ações o trabalho museológico assume um caráter distintivo por constituir o elemento que medeia a operação de qualificação dos objetos sociais. Como conclusão podemos então afirmar que sem a produção de valor não se gera um novo processo.

Ao analisar o processo museológico numa ótica de prestação de serviço à comunidade, com o objetivo de criação de valores socialmente qualificados, estamos a induzir na análise museológica a análise do objeto museológico como mercadoria. Como produção de mercadorias museológicas, o processo museológico opera sobre cadeia de valor socialmente significativo.

Que tipos de objetos (mercadorias/valor) museológicos estamos então a falar como consumo desta prestação de serviços. Eles podem caracterizar-se, segundo Mário Moutinho, por quatro categorias: a Inseparabilidade, a Variabilidade, a Intangibilidade e a Perecibilidade[524] (MOUTINHO, 2008) Este esforço de associação do processo museológico à economia dos serviços, aqui proposta por Mário Moutinho adiciona argumentos à análise do valor da cadeia operatória da museologia.

A perspetiva do serviço à comunidade, através do processo museológico, portanto com base nas memórias socialmente qualificadas, como vontade de futuro, permite conceber o processo museológico no âmbito duma multifuncionalidade. O processo museológico, como vontade de futuro não necessita de olhar apenas para os objetos socialmente qualificados como expressão do passado. Ele olha para eles como ferramentas do futuro. Pois como vimos, a construção da memória social opera um movimento de sincronização da diacronia. Essa operação gera uma consciência ou inconsciência que motiva a ação. Nesse sentido, como ferramentas da ação essas memórias sociais constituem-se como valores a alocar ao processo museológico. A análise da cadeia de valor museológico implica pois manter e acrescentar funções museológicas aos lugares de memórias, como ação de construção do futuro.

Mário Moutinho apresenta três casos onde a visão da museologia como prestadora de serviços está a ocorrer. (MOUTINHO, 2008). Ainda que o exemplo seja muito centrado na figura organizacional do museu, ele relata um primeiro caso em que a inovação está a ocorrer por via da "renovação dos serviços tradicionais", como por exemplo a melhoria e modernização das narrativas expográficas, como também vai surgir pelo lado da criação de novas funções "novos serviços sociais" tal como qualquer organização prestadora de serviços de 3ª geração. Um segundo exemplo, que reflete sobre a questão da manutenção das narrativas nos museus tradicionais, que constituindo-se como narrativas construídas em determinados tempos, rapidamente se tornam obsoletas em face à constante renovação das tecnologias e processos de comunicação. E finalmente num terceiro caso, onde a crescente participação da comunidade nos processos museológicos permite a conceptualização ações com recurso a uma menor mobilização de recursos e uma maior mobilização das pessoas.

[524]Estas noções vindas da economia dos serviços e a sua aplicação à museologia são definidas por Mário Moutinho da seguinte forma: A **"Inseparabilidade** significa que o espaço e tempo da produção e do consumo do serviço é o mesmo. A **Variabilidade** do serviço é a capacidade de ajustar o produto oferecido à sua procura. A **Intangibilidade** é a característica da sua valorização como bem não material. E a **Perecibilidade** é a característica de que a sua produção e consumo não podem ser armazenados para posterior consumo. Eles realizam-se no mesmo tempo e no mesmo espaço.

Abordar a vontade de futuro, com base da análise da cadeia de valor museológico no contexto da Ilha de Moçambique que perspetivas abre? Uma das características da noção de valor, como expressão da consciência é o fato de ele exprimir o resultado duma escolha. A possibilidade de escolha da ação é, nesse sentido uma escolha do sentido, dos fins, e dos meios dessa mesma ação. Se cruzarmos esta vontade de ação com a museologia, enquanto processo que medeia a relação da comunidade com os seus objetos socialmente qualificado, podemos considerar que a mediação da comunidade, ao operar a qualificação, tem implícita a criação de escolhas conscientes. A mediação implica portanto a emergência da consciência sobre os fins, os meios e sentido das escolhas.

O que é que conduz então a operação de escolha. Na ciência, sobretudo na física e na matemática, as normas ou regras, predeterminam a escolha. A gramática é também um conjunto articulado de normas de combinação da língua. Assim, este articulado normativo, considerado em cada aplicação duma determinada técnica, determina o sentido e o limite (âmbito da escolha). Assim como ao arquiteto é exigido um protocolo para a construção da casa, subordinado às leis da física e aos desejos dos homens, também os valores patrimoniais estão sujeitos às mesmas condicionantes, da lei natural e da lei dos homens.

O valor museológico desenvolve-se assim nesta ampla problemática engendrada pela relação do homem como os seus objetos socialmente significativos condicionados pela natureza e pelos processos de formação social. A museologia trabalha neste campo particular de escolhas sucessivas, de resposta múltiplas, rizomáticas. Rizomáticas porque cada nódulo remete sucessivamente para tempos múltiplos e para espaços múltiplos. A escolha é a sua ferramenta. Uma ferramenta que trabalha sobre os valores, que os organiza em função de hierarquias.

Em conclusão relativa à questão da análise do valor museológico. Partimos duma análise da ideia de valor a partir da teoria do valor da economia política introduzida por Karl Marx [525] no tomo I de O Capital (MARX, 2009). Verificamos que o valor da mercadoria é dado pela quantidade de trabalho socialmente qualificado para a obtenção desse produto. A análise da quantidade de trabalho socialmente qualificado necessário para produzir uma mercadoria é, para o autor a unidade de análise celular da sociedade. Cada mercadoria, como preposição da análise, ou como constituição duma problemática só adquire valor no processo de troca, isto é quando se relaciona com todas as outras mercadorias. A produção de valor

[525] Karl Marx, Filosofo alemão (1818-1883). No tomo I de O Capital é feita a crítica à teoria do Valor, inicialmente desenvolvida por David Ricardo

de troca constitui-se assim como uma atividade social. Essa atividade social é influenciada e influência a produção de bens de consumo. O mercado é portanto e espaço e o tempo onde concretizam processo de trocas (de bens e serviços).

Olhando para o mercado como um processo onde no espaço e no tempo as mercadorias se relacionam, mercadorias que são produzidas e consumidas pela ação social, podemos ainda verificar que em cada espaço e em cada tempo existe um determinado número de mercadorias (objetos e valores) que é oferecido (que resulta da capacidade de produção social desse espaço tempo) e que existe uma procura (ou uma necessidade de consumo de objetos valores que o conjunto social deseja.

E é nessa relação entre a Procura (Demand) e a Oferta (Supply) que encontramos a formação da unidade do "Valor". O valor é na análise da economia política uma medida da interação entre o potencial de produção duma formação social e a racionalidade dos agentes no mercado.

É claro que a análise económica não se reduz a esta simplicidade. A realidade é bastante mais complexa e no mercado interagem diferentes procuras e diferentes produções, incluindo a vontade de produção que estimula a vontade de consumo, numa dimensão que tem caracterizado a crítica à "sociedade de espetáculo" (JAPPE, 2008). Mas não é esse domínio que nos interessa neste momento. O que nos interessa é salientar que a abordagem que Marx fez, sobre a teoria do valor na economia política[526]. Marx salienta que a mercadoria (e na expressão mercadoria engloba todas as dimensões que atuam no mercado, incluindo o trabalho e o capital) tem um valor de uso e um valor de troca. O valor do uso é a relação que cada agente atribui aos objetos, (mercadorias) até se dispor a troca-los (Valor de troca).

O significado da conceção valor de uso é o elemento que permite entender a relação entre a qualidade e a quantidade. Ou seja. Se dispomos de um qualquer produto de forma abundante, o seu valor de uso é alto e o valor de troca é baixo. Ao mesmo tempo, um produ-

[526] Poderá parecer despropositado o recurso da Marx, no âmbito deste trabalho. Como é conhecido o século XX foi profundamente marcado pelo debate e pela prática das ideias de Karl Marx. O que nos interessa fundamentalmente realçar na obra do pensador alemão são os seus contributos para a análise das sociedades contemporâneas, nomeadamente. A obra de Marx evidencia as contradições existentes nas formações sociais. O facto de existirem conflitos nas sociedades, interesses de mudança e transformação e interesses de conservação constituem elementos inerentes à dinâmica social, onde se geram as tensões entre hegemonia e a resistência, entre a alienação e a consciência do ser. Finalmente a análise de Marx também é uma obra fundadora das teorias das mudanças sociais (CATTINI, 2000, p 75) E é precisamente neste domínio de problematização que nos interessa inscrever esta abordagem.

to escasso tem um valor de uso reduzido e um valor de troca elevado[527]. Atualmente a economia política responde a este dilema com a conceção de que o Valor de Troca expressa a relação entre a utilidade marginal e a quantidade disponível desse produto. O seja o Valor de uso é um custo da oportunidade de fazer o que se faz em função do que se deixou de fazer. E o conceito de utilidade marginal tornou-se o elemento central do valor de troca.

O mercado tornou-se o espaço que determina as trocas. Ainda que seja uma abstração, como acima verificamos, ele constitui uma "metodologia" dominante nas análises do futuro. O que é que o valor de troca, enquanto categoria de conhecimento, pode contribuir para a museologia. Como é que um bem patrimonial (dotado de um determinado valor e uso e valor de troca) pode ser usado para a análise museológica?

Essa é uma questão curiosa que olharmos para os objetos colocados nos museus, verificamos que em regra são objetos que apresentam um valor de troca muito elevado (ou porque são únicos, feitos com uma tecnologia já não conhecida, ou porque a matéria que o constitui é rara ou preciosa, ou mesmo por combinações entre estas razões) e um valor de uso também muito elevado. Essa será uma das características deste mercado, de objetos socialmente qualificados onde a qualificação advém pela atribuição de significações simbólicas. Isso não significa que não exista um mercado para estes objetos, que como sabemos têm sido trocados em condições diferentes da maioria dos objetos que utilizamos no dia-a-dia, nomeadamente através das guerras, do mercado negro, do saque etc.

Mas se utilizarmos a metodologia de análise do valor da mercadoria para a memória social podemos verificar que esta - a memória social com um campo de valores partilhado pelos membros da comunidade -, apresenta um valor de uso muito elevado. A sua disponibilidade no mercado é total, sendo o valor de troca, da memória social muito baixo. Se todos se apropriaram duma ideia ela não necessita de ser trocada. Isso numa perspetiva de que apenas existe um conjunto social. Mas como sabemos não existe um mercado puro. Existem vários conjuntos de mercados (bens e serviços) justapostos que operaram com uma multiplicidade (tendencialmente infinita) de mercadorias.

Mas, e aqui está a dialética do sistema, essa relação apenas é valida para esse mercado (nessa comunidade), pois para cada mercado (cada comunidade) o valor de uso da memória social do outro é baixo, sendo portanto o valor de troca elevado. Ora como as

[527] Esse é o dilema de Adam Smith, (1723-1790) expresso na Riqueza das Nações (1787), que perguntava por que razão a água, fundamental para a vida tinha um preço tão baixo, e o diamante, inútil porá a vida tivesse um preço tão elevado.

comunidades (o mercado) não existe isolado mas sim em relação permanente com outras comunidade, num processo de globalização, o processo de alienação gerado pelo sistema no seu conjunto, através da produção de consciência social é que vai gerar a valorização do nosso e a negação da qualidade do outro. E ao gerar essa contradição, ao constituir-se como uma utilidade marginal do sistema vai criar um valor de uso e um valor de troca de uns em detrimento de outros. O sistema só funciona criando uma hegemonia por oposição à alienação. E é no reconhecimento dessa relação contraditória que a museologia pode contribuir para uma proposta de criação de valor na comunidade. Um valor que, como veremos mais à frente, deverá estar alicerçado numa ação comunicativa, com base na participação de comunidade na busca de um acordo por construção de compromissos.

Nessa perspetiva, o mercado como categoria de análise museológica na construção do futuro da comunidade aplicado às suas heranças permite entender que os valores não estão inscritos nos objetos materiais, mas sim nos processos que os geraram. E são esses processos enquanto valor de uso e valor troca que constituem a base de processo museológico na nova proposta da sociomuseologia.

Como verificamos, o mercado turístico tem constituído, para a questão patrimonial uma oportunidade de visibilidade social. Não é por acaso que o turismo cultural se procura fundamentar no património. Mas essa é uma relação viciada. Pois a ocorrência do turismo depende da existência de património (ou cultura), sendo que o património (ou cultura) existe independentemente do turismo. A questão no entanto tem sido fundamentalmente tratada nesta dimensão de dependência de um património visto como um recurso para um processo[528] criando uma ilusão entre o seu valor de uso e o respetivo valor de troca (no turismo expresso como consumo do espaço território de objetos patrimoniais e o desfrute de momentos ou de eventos de decoração patrimonial). E é por isso que muitas vezes as tradições são inventadas (HOBSBAWM, 1988), porque resultam da busca da conformidade dos significados do presente aos símbolos produzidos no passado.

A invenção de significados dos objetos exteriores para sua adequação aos processos contemporâneos. E nessa situação, o passado é reinterpretado em função das necessidades do presente, dotando esses objetos de novos significados. A partir dessa reinvenção reconstroem-se outros objetos, sendo que nessa reconstrução se quebram os laços de diacronia do

[528] Por exemplo, no ano de 2009, o ICOM Portugal dedicou as suas Jornadas anuais à relação entre os museus e o Turismo. Nessas jornadas foram vários os participantes que se empenharam em demonstrar as vantagens da "domesticação" patrimonial aos valores do turismo. Nessa redução da complexidade da questão

devir das comunidades, recriando-se o vazio societal onde as comunidades perdem as suas referências identitárias. Sem essas referências identitárias, os rumos do devir misturam-se nas várias dinâmicas do presente.

Mas o processo de globalização, ao qual a atividade turística está associada, para além desta operação da formação de um valor de ilusão (de uso e de troca com base numa metonímia) que se constitui na base duma prestação de serviço onde o que interessa é o resultado em si (do consumo do produto sem ligação aos processos das comunidades onde se inserem), também vai criar uma outra necessidade de produção de novos símbolos patrimoniais. A produção duma ação comunicativa nesta cadeia de produção gera uma ação de comunicação que produz uma alienação dos consumidores e dos produtores em relação aos bens e aos valores patrimoniais das comunidades.

E na medida em que os territórios turísticos se constituem como espaços artificiais, as ações comunicativas construídas para legitimar esse consumo desagregam-se logo a após o ciclo descendente do produto. Assim, os territórios turísticos, em tese produziram, no futuro espaços vazios de ações comunicativas. Territórios sem memórias.

O processo de globalização está fundado numa lógica de crescimento exponencial do valor. Essa lógica assenta numa utilização intensiva e crescente dos recursos disponíveis. E no âmbito dessa mesma lógica de crescimento exponencial da produção, quando o consumo se revela saciado, reinventa novas formas de produção que induz a novos consumos.

Como o sistema é avaliado pelo lado da produção de unidades de valor moeda, (o capital) cria-se um "fetiche" que implica que todas as ações têm que se basear na criação de ciclos de ordem crescente. E ao mesmo tempo que se centram nas unidades monetárias, na formação desses valores, e nas técnicas necessárias para a sua produção, gera-se uma indiferença em relação ao trabalho necessário para criar o seu produto concreto.

Ora o trabalho social, como vimos mais acima enquanto dado empírico é passível de ser considerado um fato social total, e como tal uma perspetiva de análise do fenómeno museológico pode constituir-se como um fato[529] do processo museológico. O trabalho museológico gera assim um compromisso museológico. A seguir veremos como o compromisso museológico se pode constituir como a parte socialmente qualificada do trabalho

[529] Vale a pena voltar a referenciar a diferença entre dado e facto. Enquanto os primeiros resultam de resultados dos experimentos sobre os objetos, os factos constituem-se como problemáticas do conhecimento sobre os quais se constroem conceitos.

museológico que acrescenta aos processos museológicos uma nova qualidade, pela consciência do fenómeno museológico.

Antes disso porém interessa concluir que o fundamento da atividade turística, como perspetiva de sustentabilidade dos projetos previstos para a Ilha de Moçambique, incluindo a procura de criação de "cadeia de valor" no âmbito das atividades tradicionais, ou artesanais, significa ao mesmo tempo a continuidade do passado (pensado) e a sua adaptação às normas (valores) do presente. A vontade de futuro dos agentes da ilha é hoje analisada na perspetiva de mercado revela que os processos de construção do futuro se centram no estabelecimento de ações estratégicas, que através da manipulação (encoberta ou camuflada) se centram em resultados desejados. Vimos que esses resultados, no passado e no presente se constituem como uma invenção ou uma manipulação dos objetos patrimoniais e das heranças. A conformidade no campo dos valores que observamos nos vários agentes resulta portanto da sua implicação nesses processos de construção da ação.

A partir dessa implicação na ação interessa-nos colocar a questão de como é que uma visão na intervenção sociomuseológica pode acrescentar algo de novo a este processo. O que a sociomuseologia pode acrescentar de novo, como prática no processo museológico é a consciência que é necessário inverter a lógica do consumo exponencial dos recursos disponíveis, para se centrar nas necessidades da comunidade. Centrar o processo nas necessidades da comunidade implica em primeiro lugar mobilizar a comunidade para a sua prática social, fazer emergir nessa prática a consciência da sua sociomnese. Ao centrar os processos museológicos na ação da comunidade, na utilização dos recursos do território numa perspetiva sustentável, permite equilibrar as pressões da globalização aproveitando as oportunidades que ele oferece, na qual o turismo e o seu consumo do território é sem dúvida uma ação possível. Assim estaríamos perante um processo museológico solidário no âmbito de práticas sociais sustentáveis.

O que procuramos então propor, como prática museológica para a Ilha de Moçambique é a possibilidade da operação da construção de uma visão ou uma crença no futuro inscrito nas dinâmicas da comunidade. Esse instrumento (a consciência) de construção do futuro por acrescentar inovação e processos criativos e proporcionar serviços necessários à comunidade.

6.3. O Compromisso museológico como valor social no processo museológico

Como verificamos, a questão do valor como problemática das ciências sociais expressa no plano da consciência do mundo exterior um campo de tensões. A natureza dessas tensões não é todavia clara. Há valores que se associam a "ideias"[530] e valores que se apresentam como argumentos. A questão do valor no campo da comunicação é por exemplo um aspeto essencial da sua análise. Sendo um valor, simultaneamente um fim e um processo, portanto a expressão duma relação antinómica (que expressa a tensão contida no significado e no significante) que ocorre num espaço e num tempo (o processo de comunicação), a sua análise conduz-nos diretamente para uma "janela de conhecimento". Por exemplo, os valores fundadores da sociedade contemporânea, que consideramos universais, como por exemplo a liberdade, a igualdade e a fraternidade, inscreveram-se sobre as grandes ideias greco-romanas do Belo, da Verdade e do Bem. A estas ideias o cristianismo associa a virtude como expressão no plano transcendental. A renascença recentra o homem no plano da terra, do seu corpo, da sua mente. O século XVIII vai acrescentar a estes valores o conhecimento como princípio da ação. Se plano da filosofia as ideias puras expressam os grandes desígnios, no plano das suas concretizações práticas, nos processos já é mais fácil encontrar dissonâncias. Essa é a própria natureza dialética do conceito de valor, que ao mesmo tempo que agrega, transporta dentro de si a sua desagregação.

Esta é uma questão que surge do valor da ação museológica no âmbito do processo museológico, surgiu no âmbito da nossa investigação. Quando aplicávamos a metodologia da conscientização museológica, que acima descrevemos, verificamos a necessidade de refletir sobre alguns aspetos da ética da nossa prática museológica. Ao desenvolver uma

[530] Ideia no sentido filosófico é um conceito de delimitação complexa que constitui um dos pilares do pensamento ocidental. O idealismo platónico como culto da forma e intuição das essências vai ao longo do processo de formação do pensamento ocidental entroncar diretamente no seu sentido de representação da consciência. A ideia transforma-se assim numa forma pura, não afetada pela experiência, transcendental. A ideia seria assim um dado do mundo metafísico. A diferenciação entre empirismo e racionalismo é, por exemplo um campo onde a discussão deste conceito se concentra, assim como os esforços de Kant e Hegel de encontrar uma distinção operacional para este conceito. A questão do idealismo como expressão dum pensamento puro opõe-se, por exemplo ao materialismo, que se reivindica herdeiro da tradição da ação transformadora, essencial à emancipação do homem é um campo onde se exprime esta problemática. Ainda neste campo, Boaventura Sousa Santos tem vindo a caracterizar o pensamento ocidental como um "Pensamento Abissal" (SANTOS, 2009, p 23). Esse pensamento produz e radicaliza distinções visíveis e invisíveis através de linha que dividem o universo de análise em dois lados que se opõem. Como linha visível Boaventura Sousa Santos propõe a análise da tensão Apropriação/Violência que segundo o autor fundamente os conflitos modernos. Como linha de análise do Invisível, propõe a problemática da tensão entre a Emancipação/Regulação que caracteriza as relações entre a Europa e os antigos territórios coloniais

ação museológica junto da comunidade estávamos a desenvolver uma prática de comunicação, com um objetivo, muito claro que obter um resultado. Um resultado científico para validar uma metodologia. Mas para além desse nosso propósito, estávamos a relacionar-nos com a comunidade. Estávamos a partilhar saberes. A ação museológica e a investigação que estávamos a desenvolver não estavam a ser aplicadas a um qualquer objeto isolado, do qual procurávamos descrever um resultado. Isso era um objetivo que estávamos a prosseguir para a realização deste trabalho. Mas para além disso, desse objetivo pessoal, a nossa ação orientava-se por princípios e por objetivos que visavam produzir outros resultados, com base noutras ecologias de saberes.

E esse processo conduziu-nos a uma reflexão sobre uma forma de consciência que fomos formando sobre o processo, a que chamamos "***compromisso museológico***". Essa reflexão levou-nos a concluir que no âmbito dos processos de participação da comunidade, mais particularmente no âmbito da análise do trabalho social do museólogo com a comunidade se cria uma relação. Essa relação emerge um compromisso museológico, sendo que este é então um resultado da ação museológica. Como resultado temos que a integrar no nosso campo de investigação e validar as suas formas de instrumentalização. A conscientização museológica desenvolve-se nos dois sentidos. Do museólogo como mediador da ação na comunidade, mas também, pelo fato de ser uma prática comunicativa, também sobre o efeito de reflexo como mediação da comunidade sobre o museólogo.

Inicialmente a consciência desse processo surgiu-nos durante o processo de conceção, análise e validação da metodologia da conscientização. Era então apenas uma forma de emoção, uma intuição. A ação social, como valor gera tensões nos atores sociais. A ciência não é necessariamente algo que se aplica de forma assética sobre a sociedade. Uma das lições que retiramos da experiencia da modernidade, é precisamente a lição de que a ciência é um processo de conhecimento que tem origem no homem e se destina a resolver os seus problemas, isto é a ser devolvida ao homem. A ciência não é uma entidade mágica que tudo soluciona. A questões que ficam em aberto, tal como há campos do conhecimento que se reformulam para procurar outras soluções. Como vimos mais acima, a museologia assume este estatuto de se justificar como campo de saber plural e em transformação.

Regressando à ação do museólogo no quadro do processo que desenvolvíamos, à medida que íamos analisando os resultados da investigação e da nossa interação com a comunidade, verificamos que uma parte da nossa experiencia se ia cristalizando em torno das emoções.

As emoções a menos que sejam elas próprias o objeto da análise, como sabemos, não devem interferir nos processos de análise científica. A dizem os vários manuais que o investigador de deve precaver com uma metodologia que permita o necessário afastamento do observador em relação aos objetos do estudo. Os resultados das observações não devem ser contaminados por juízos ou valores pessoais. Os dados da análise assumem-se como elementos da verificabilidade. Um fato transporta um conjunto de características do objeto. Como tal, é necessário distinguir os processos que o separam do sujeito que os observa. Para essa operação de separação, quando há uma possibilidade de contaminação entre o sujeito e o objeto, é necessário efetuar a descrição das condições de análise, para ser possível em juízo avaliar a sua validade.

Mas esta preposição de neutralidade emocional necessita de ser clarificada no âmbito da aplicação dos processos sociomuseológicos. Como verificamos a sociomuseologia opera sobre objetos socialmente qualificados, sobre as comunidades e sobre os territórios. O museólogo que opera uma metodologia não é naturalmente um ser emocionalmente neutro, nem os dados que recolhe resultam de processos "puros", isto é não são ideias que levitem num campo sem tensões. O museólogo constitui fatos que atribui a uma formação social, que é ela própria um processo de tensões. O próprio saber do museólogo emerge dum processo de resolução de tensões. A expressão do ato comunicacional é uma tensão. O processo museológico é um processo que ocorre num campo de tensões. Não há portanto possibilidade ao observador de se isolar e escapar à complexa teia das relações que se estabelecem entre a comunidade, o território e os seus objetos socialmente qualificado.

Mas essa consciência da complexidade também não isenta o museólogo da necessidade de problematizar os dados. E nesse domínio, problematizar as emoções que recolhe da sua experiencia da comunidade, é também um processo de tornar os dados em fatos. E através da problematização dos fatos museológicos, está a assumir a sua condição de cientista. Em conclusão essa é também uma problemática inerente aos processos de investigação-ação. E isso obriga a refletir a inferência da emoção de forma permanente no processo de consscientização museológico.

Em tese sabemos que para que os valores pessoais não contaminarem os resultados da análise, a reflexão deve procurar a relação dos fenómenos nas suas formas puras, deverá isolar-se do mundo exterior do objeto. O sociomuseólogo, no entanto encontra-se envolvido num duplo processo: a investigação, com os seus procedimentos metodológicos, e a ação, igualmente com procedimentos metodológicos e éticos. O pesquisador inevitavelmente tem

que encontrar um equilíbrio entre os processos para validar os dados da observação e poder produzir conhecimento, com as exigências da participação da comunidade e das formas de partilha do saber. Essa condição torna o ofício do museólogo uma atividade de elevada exigência técnica e pessoal, que não cabe aqui desenvolver na sua totalidade. Mas uma dessas exigências é sem dúvida explorar criticamente as suas emoções, em busca de significados inovadores, de elementos significativos de elevada potencial, suscetíveis de gerarem também eles próprios processos de mudança pessoal, sendo que essa mudança pessoal também constitui um resultado da ação e como tal, ao ser devolvida à comunidade, pode igualmente resultar num processo de construção de saber.

Mas regressando a essa nossa intuição, inicialmente percecionada como emoção, verificamos que, lentamente se foi transformando numa dúvida. Ela instalou-se durante o tempo que mediou a investigação e o desenvolvimento da análise, até finalmente se cristalizar como uma ideia que sintetiza os trabalhos desenvolvidos. E essa poésis, no sentido de "modelo" tomou conta das nossas práticas de reflexão museológica. Classificamo-la como o "*compromisso museológico*".

A questão sintetiza-se da seguinte forma. Ao observar e participar nas relações e interações desenvolvidas na comunidade, verificou-se a emergência dum tipo de saber. Esse tipo de saber, que aí estava a ser produzido era fundado num diálogo, nosso com a comunidade de participantes. Ele só ocorria porque todos estavam lá, em situação, nesse espaço e nesse tempo. Poderemos argumentar, que isso acontece em todas as interações sociais. É verdade. Acontece em qualquer lugar, em qualquer instituição: na escola, na igreja, na festa, no lazer social. Mas a relação que existe entre nós e a nossas memórias, onde é que se desenrola? Pode sem dúvida desenrolar em qualquer espaço e em qualquer tempo; Mas, em termos de análise científica, essa relação, do grupo com as suas memórias sociais, ocorre no que classificamos como "processo museológico". Estamos perante um processo que é o objeto do conhecimento museológico. O conhecimento museológico é então um conhecimento que emerge da prática e da reflexão museológica que ocorre, como processo, num espaço e num tempo museológicos. A museologia é então o conhecimento ocorre numa situação diálogo entre sujeitos de conhecimento e os seus objetos sociomnemónicos num determinado tempo e num determinado espaço. Por isso consideramos o processo museológico como o nosso objeto de conhecimento.

Para além duma situação de produção e consumo de conhecimento o processo museológico enquanto objeto de análise é também o nosso objeto de ação. Uma ação que se

baseia no questionamento da memória social na busca da consciência do ser humano com base num processo de conscientização. Essa ação, crítica, é a essência da liberdade do sujeito, a sua fonte de energia criadora. Um local e um tempo onde o seu espírito se liberta da materialidade para objetivar o futuro, construindo ações do presente. É através dessa relação, entre a ação livremente desenvolvida na busca das respostas orientadoras, voltadas para o futuro, que emerge a conscientização. A ***conscientização museológica***.

A conscientização museológica opera então a relação entre os objetos sociomnemónicos com a ação futura, no quadro dos valores de uso e de troca. Como vimos, no ponto anterior, a análise do objeto museológico como mercadoria no quadro da sua relação entre o valor e uso e o valor de troca implica a inclusão da sua tradução como quantidade de trabalho social contido num dado objeto. É esse trabalho social que acrescenta a cada objeto um valor. Um valor que se concretiza apenas nesse processo de troca. Dessa forma o trabalho do museólogo, como trabalho social ganha uma importante função. A de mediar, os valores sociais dos objetos da comunidade, com os processos de ação social dessa mesma comunidade.[531]

A conscientização museológica é então a relação entre o ser ***humano livre***, com os outros seres humanos, ***igualmente*** livres (e sublinhamos igualmente como condição essencial do processo), que tecem ***ações solidárias*** (e sublinhamos ação solidária), orientadas para o futuro. Essa relação é estabelecida no âmbito dos objetos socialmente qualificados, que podem ser as memórias sociais, ou outros elementos patrimoniais que resultam das heranças dos respetivos processos. Assim um ***objeto museológico*** é também um objeto que transporta como valor social uma ***quantidade de trabalho socialmente*** qualificado para o mobilizar e que pode ser colocado ao serviço da comunidade.

O que é que é então necessário para que num processo museológico se oriente para a conscientização? É necessária uma vontade. Uma vontade dos membros do grupo, e em

[531] Veja-se a propósito o Código Deontológico do ICOM (ICOM / CP, 2009). Embora o Código se refira sobretudo aos profissionais que trabalham em contexto da configuração organizacional do museu, e embora se admita o reflexo da comunidade nas suas atividades, a normativização das condutas profissionais é claramente delimitada em função dos interesses da organização e não da comunidade. Esta opção, enquanto expressão dum compromisso social exclui completamente a implicação dos profissionais com as comunidades, centrando as suas competências no campo de aplicação duma técnica dentro do quadro dos interesses gerais da organização. Aqui defendemos a necessidade de um museólogo, em trabalho numa organização museu, ou no âmbito dum processo museológico, assumir os seus compromissos com a ação na comunidade, ao serviço da comunidade. As organizações como resultado das regulações sociais (processos de gestão política) deverão, para estarem ao serviço da comunidade, permitir a regulação das suas atividades pelos processos de participação. Mas a argumentação dessa questão transborda neste momento para fora do nosso objeto de análise. O que nos interessa salientar é que uma museologia de ação envolvida com a comunidade deverá levar em consideração a necessidade incluir nos processos de participação da comunidade a regulação da organização desse trabalho social.

particular do agente mediador dos processos museológicos: O (a) museólogo (a), enquanto profissional ou voluntário do processo expressa o **compromisso**[532] por essa vontade. E essa vontade é um objetivo de partilha dum espaço e dum tempo de construção de conhecimentos, de saberes, de vivências livremente construídas, voltadas para uma ação. Esse compromisso com a comunidade e com as suas memórias (de que passarão também a ser suas) e com a ação como processo, é a essência do trabalho museológico.

Mas é da reflexão sobre a ação que a prática museológica se torna distintiva. Como verificamos, o desenvolvimento do processo museológico com base nos objetos sociomnemónicos da comunidade implica uma mediação. Enquanto profissional da museologia, enquanto participante no processo o museólogo confronta-se permanentemente entre os saberes e os interesses do grupo. Esses confrontos, no âmbito do processo participativo desenvolvem-se num território, que é o espaço da participação. O espaço museológico assume-se desse modo plenamente como um espaço de comunicação. E esse momento nesse espaço transforma-se num campo de comunicação e argumentação.[533]

O compromisso museológico é o momento em que se opera a rutura epistemológica. É o momento é que cada sujeito toma consciência da sua implicação como centro desse processo. E o assumir da condição de *museólogo.* Assim o compromisso museológico torna-se na força de energia do processo que aglutina os participantes. O que distingue o processo museológico é então a partilha desse compromisso na comunidade numa relação dialógica que é a fonte ao mesmo tempo um fim e sua função social desse mesmo processo.

Foi esse o significado extraído daquela emoção vivida naquele dia nesse espaço. A compreensão que estava envolvido numa rica rede de conhecimento, num espaço onde ocorriam diálogos entre os seres humano e as suas memórias voltadas para a construção do seu

[532]Entendemos o sentido do compromisso na sua aceção de obrigação social. O termo compromisso (do latim *Compromissu*) é entendida aqui com o seu sentido de comprometimento ou empenho numa atividade e num programa museológico em conjunto com uma dada comunidade. O termo perece-nos útil para refletir sobre o modo de regulação da prática social do museólogo com o conjunto da comunidade, por introduzir, para além da técnica (ou o imperativo do saber fazer) a ética como instrumento regulador (o imperativo que regula os fins da ação).

[533] Durante a década de noventa a questão da racionalidade da comunicação foi um tema bastante problematizado. Veja-se nomeadamente (CARRILHO, 1994) e (BRETTON, 1998). Não vamos agora aprofundar esta questão. Mas é importante referência a necessidade do museólogo, no desenvolvimento da sua ação ter consciência da formação dos discursos e dos processos de argumentação. Seja para de si para com a comunidade, seja como leitura dos discursos dos outros, poder agir como cientista, evitando os escolhos da manipulação, da propaganda ou da sedução. O objetivo da ação museológica é agir pela demonstração e pela argumentação para procurar a sedimentação de acordos e adesões que fundamentam os compromissos. Por essa razão distinguimos compromisso, como um princípio gerador da ação, do consenso ou dos acordos que implica em rigor mais a criação de uniformidade de opiniões. Enquanto este último procura criar uma unidade no pensamento, o compromisso procura um ponto de partida para a inclusão das diferenças.

futuro. Foi também o momento em senti o desejo de participar nele com a minha condição humana. Foi o momento em que tomei consciência da minha implicação nesse viver museológico.

Em síntese: Se a conscientização museológica se constitui como uma metodologia, o compromisso museológico é a distinção nos processos museológicos. O compromisso por uma *museologia solidária*. Um compromisso pela mobilização da sociomnese para uma ação libertadora. Com estas considerações concluímos o capítulo onde efetuamos uma leitura critica sobre a vontade de futuro dos atores na ilha de Moçambique. É então o momento de avançarmos para o conceito estruturante que propomos para o processo museológico

7. PROPOSTA DE UM CONCEITO ESTRUTURANTE PARA UM PROCESSO MUSEOLÓGICO NA ILHA DE MOÇAMBIQUE

Neste capítulo vamos efetuar uma primeira proposta, ao nível de conceito estruturante para um processo museológico da desenvolver na Ilha de Moçambique. Recordemos sinteticamente o caminho percorrido. Iniciamos com uma proposta de aplicação da metodologia da conscientização museológica à comunidade. Foi um trabalho desenvolvido no âmbito duma curta estadia na Ilha de Moçambique, aplicado a um grupo de trabalho também limitado (capitulo 3). Foi uma experiência para testar a aplicação do método da conscientização museológica e as condições da sua operacionalização aplicadas à Ilha de Moçambique. Depois fizemos uma análise sobre a evolução da política cultural e museológica em Moçambique (capitulo 4) e da evolução dos vários elementos que podemos mobilizar como marcadores de sociomnese para uma museologia de ação. Dessa análise verificamos que existem vários processos, que trabalham com os elementos da memória social e que integram várias dinâmicas de trabalho com a comunidade. A partir dessa relação entre a memória social e a participação da comunidade, e com base numa reflexão da sociomuseologia desenvolvemos uma investigação e sobre instrumentos de trabalho que a proposta sociomuseológica pode incluir na sua proposta de ação museológica (recolha, investigação, conservação e divulgação das memórias sociais)[534].

Estas são as bases que justificaram o desenvolvimento dos capítulos seguintes, nos quais procuramos articular a investigação museológica com uma reflexão sobre a ação museológica. No capítulo 5 procuramos identificar as principais metamorfoses da memória social da Ilha de Moçambique através da expressão dos seus vários poderes sociais de dominação. No capítulo seis entramos numa análise mais prática da interação dos poderes sociais na atualidade. Efetuamos aí essencialmente a um diagnóstico prospetivo das dinâmicas de ação estratégica dos atores e sua organização no âmbito da Ilha de Moçambique. Esse é um fundamento da nossa proposta de intervenção sociomuseológica.

[534] Veja-se as propostas de operação museológica constantes nos capítulos 3 e 4

Duas questões fundamentais emergiram dessa reflexão. Por um lado, no âmbito das dinâmicas da comunidade residente verifica-se uma oportunidade de intervenção da sociomuseologia no âmbito do desenvolvimento da Ilha de Moçambique, constituindo um processo museológico com base nas memórias da comunidade ao serviço da comunidade. Por outro lado, no âmbito das dinâmicas museológicas instaladas em Moçambique abrem-se possibilidades de desenvolver um processo sociomuseológico inovador integrando as dinâmicas externas de ilha no âmbito dos processos de globalização

No primeiro caso, no âmbito das Dinâmicas internas, verifica-se que a sociomuseologia se pode constituir como uma oportunidade para ao intervir na comunidade resgatando na composição da sua sociomnese os elementos ativos que permitem a criação duma consciência crítica que se podem constituir como uma base de instrumentos de ação. É o caso das memórias sociais das técnicas, das formas de vida, nas formas de estar e conhecer.

No segundo caso, o processo sociomuseológico é desafiado a refletir sobre a forma organizacional inovadora para responder a esse desafio da modernidade. Dessa forma, procuramos dar resposta a três questões essenciais para o processo sociomuseológico. Em primeiro lugar, como articulamos a participação da comunidade com os processos de seleção, conservação e divulgação dos seus objetos patrimoniais. Em segundo lugar, como o território, enquanto espaço vital de suporte a comunidade é integrado no âmbito dos processos museológicos como recurso sustentável. Finalmente, em terceiro lugar, que tipo de suporte ou desenho organizacional pode assentar esse processo.

Como já verificamos anteriormente, a proposta onde assentam estes pressupostos partem duma conceção de que a comunidade desenvolve ações em função da sua prospetiva. A Prospetiva é uma atitude face ao devir: Mas essa atitude é uma postura pró-ativa, uma vontade de ação. A prospetiva radica na Utopia do homem como ser inacabado, imperfeito e na possibilidade de o alterar através da ação. Essa ação é também ela tributária de "Nas trevas vê-se a luz" como metáfora iluminista, na ciência positiva do republicanismo, e nas novas emancipações que se geraram ao longo século XX, com a emancipação dos trabalhadores, dos povos dominados pelo colonialismo, dos oprimidos pelas guerras, dos direitos sociais, em particular pela emancipação da mulher. Tal como muitas outras vontades e utopias como por exemplo pelo direito à terra, pelo direito à água, pelo direito à condição humana. Em todos esses movimentos sociais que desenvolvem essa vontade de futuro encontra-se uma recusa da ordem institucionalizada conduz à procura duma evolução.

No domínio da Utopia sabemos que muitas ações tiveram consequências trágicas. Mas essa utopia é também um desafio à superação dos valores instituídos e à busca de novas soluções. Nesse âmbito a vontade de futuro é também um exercício de análise da realidade que nos rodeia e a realidade pensada como desejo. A visão do futuro torna-se assim uma busca dum equilíbrio entre o dado (da realidade que gera o ato) e o desejo (como ação desejada, intencional). É nesse plano que procuramos inscrever o conceito estruturante da nossa proposta de processo museológico. Um domínio onde a reflexão crítica sobre o presente se orienta para o futuro.

Como um domínio da reflexão crítica, inscrevemos igualmente este processo museológico numa perspetiva de exploração. Nela procuramos inscrever os contributos da viagem. Da condição de viajante, onde a cada momento as tendências e inovações atuais são incorporadas no processo. Dessa forma, os instrumentos e os processos sociomuseológicos, como vontade de futuro não são previamente normativizados. O processo sociomuseológico é um processo aberto, onde em cada momento, com cada participação da comunidade as decisões e as escolhas se podem orientar para um conjunto de possíveis.

Essa postura implica que ao nível da escolha dos processos se verifiquem uma "multiplicidade de futuros", onde é descrito um cenário e um campo de escolhas possíveis[535]. A proposta do nosso processo sociomuseológico pode ser orientada para diversas direções e que implicam escolhas plurais do futuro desejável. Assim o campo prepositivo em aberto não se circunscreve um futuro.

Com base nestes fundamentos, é chegada o momento de definir o que é que o processo museológico pretende. Qual é o seu conceito gerador?

O processo museológico pretende recuperar, conservar e difundir as heranças patrimoniais da Ilha de Moçambique enquanto instrumento catalisador de desenvolvimento económico e social sustentável da comunidade.

Assim, para responder a esses desafios, que proposta de organizacional podemos desenvolver para agregar valor social ao processo museológico. A resposta para esta questão

[535] Essa postura, "Exploratória" não busca a "identificação do futuro desejável". Dessa forma, o processo sociomuseológico distingue-se dos métodos de planeamento normativos (tais como foram analisados no capítulo 5), onde o futuro desejável é identificável. O método normativo, muito desenvolvido no campo metodológico implica uma seleção das possibilidades, as escolhas de caminhos prioritários, a definição de condutas. A partir daí é possível traçar programas de ação. A utilização desse método implica decidir sobre o que se quer ser e o que se deve ser. A tensão gerada nesse processo coloca-se na relação entre a previsão do campo dos possíveis. Como campo de possíveis, a escolha da previsão pode implicar uma previsão aberta ineficaz ou um programa de conteúdos éticos fechados. A equação de solução dos problemas é sempre que disjuntiva, porque se verifica uma separação de preposições.

determina as formas, funções e financiamento das atividades. Nos processos de intervenção local é fundamental ter garantido o sucesso da intervenção (MOREIRA, 2000, p. 12), seja através da ideia duma ideia de projetos adequada e partilhada com a comunidade, seja através de recursos materiais, humanos e financeiros adequados. Assim importa consolidar a proposta da organização dum processo museológico para a Ilha de Moçambique com base na inclusão da participação da comunidade.

Basear o processo museológico na comunidade, como está definido no conceito gerador implica tornar os problemas do desenvolvimento da comunidade em objeto do processo museológico. Mas como verificamos nos pontos anteriores face à existência de várias instituições museológicas a operar na Ilha, bem como a intensidade das dinâmicas de transformação que se fazem sentir, é necessário pensar num modelo organizacional que integre essas valências. Esse foi o resultado do Diagnóstico prospetivo que efetuamos nos pontos anteriores. Em síntese obtivemos os seguintes resultados

A nossa Visão do Presente		A nossa Visão do Futuro	
Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Internas			
Uma comunidade com heranças singulares Memórias em Construção Métodos de ação e de mobilização	O património como justificação das atividades O património como valor de dominação A fragilidade da intervenção patrimonial em concretizar objetivos de desenvolvimento	Emergência de dinâmicas de transformação do espaço e da comunidade Necessidade crescente de integração das políticas sociais, económicas e ambientais	Aceleração de dinâmicas de apropriação dos espaços sociais, com potenciais conflitos
Externas			
Objetivos do Milénio facilitam intervenção na comunidade em projeto na comunidade Elevada pressão do Turismo para criação de destino	Grande competitividade das organizações internacionais sobre o objeto Ilha de Moçambique	A Política da UNESCO e a sua relação com os objetivos do Milénios	Conflitos inter-religiosos e civilizacionais

Quadro III Análise Estratégica do Processo Museológico para a Ilha de Moçambique

Com base nesse diagnóstico posicionamos o modelo organizacional em torno dum espaço de criação de sociomnese com valências multifuncionais. O conceito base para o espaço é criar uma janela sobre a ilha. Um espaço de injunção onde aos visitantes é proporcionado uma "experiencia da Ilha" e ao mesmo tempo é um ponto de partida a "descoberta

da ilha". Como espaço de experiência e de trânsito deve constituir-se como um espaço aberto e ao serviço da comunidade, podendo nele ser incluídas vários tipos de valências de serviços. Como condicionantes da formação do espaço temos dois vetores: Deverá ser um espaço sustentável e os seus conteúdos e atividades deverão ter por base a memória social da Ilha de Moçambique.

Na formatação do espaço museológico pensado como centro de irradiação da ação museológica que incorpora a comunidade e a exploração do território, preveem-se a criação de várias funções.

A função de Exposição/Comunicação deverá ser pensada como um espaço de revelação das ações desenvolvidas com a comunidade ou com os visitantes. As ações base devem partir da proposta da ação sobre a sociomnese e deverão dar origem a conteúdos que são partilhados, constituindo esses recursos um acervo em construção e participado.

- Com a comunidade podem-se efetuar várias atividades de formação e cooperação com outras organizações locais (escolas, confrarias, museus, etc.)
- Com os visitantes, concretizam-se ateliês ou *workshops* de atividades tradicionais da ilha: (culinária, tecelagem, música e dança, pintura, etc.)

Estas ações desenvolvem-se em espaço multifuncional, com área expositiva e área de atividades.

- Associado a este espaço pode incluir-se uma área de comercialização de produtos
- A função de Investigação/Conservação como espaço de apoio e suporte às várias atividades pode ser utilizado tanto por visitantes, como pela comunidade
- Prevê-se para este espaço a formatação multifuncional de Centro de Estudo/Biblioteca/Documentação
- Como espaço de investigação e pesquisa deverá ter um uso condicionado.

No campo da função investigação deverá estar orientado para as questões da formação da memória social, devendo estar particularmente atenta às relações interculturais, com o objetivo de a partir da Ilha de Moçambique trabalhar as grandes questões da globalização e da relação entre os povos.

1. Como projeto de investigação o processo museológico deverá incorporar um processo de desenvolvimento da "***Carta da Heranças***". A carta das heranças é um processo de conservação/comunicação das heranças sociais, executado através da metodologia da sociomnese, com base na participação da comunidade. Ele é constituído pela georreferenciação e arquivo de informação sobre as heranças, gerados através de metodologia participativas e pelo ***compromisso na ação.*** Este compromisso emerge da ação museológica e propõe um trânsito de olhares sobre a interculturalidade.

Para atividades de conservação e produção de artefactos poderá usar o espaço de Exposição ou os ateliês de formação.

A função de administração do espaço, para além de assegurar as funções museológicas deverá também assegurar a sustentabilidade do projeto e o seu financiamento.

Enquanto organização museológica, deverá ser uma organização sem fins lucrativos. A sua forma de sem fins-lucrativos não deverá contudo, através dela ou de outras formas organizacionais de providenciar receitas de atividades trocas que sejam canalizadas para o processo museológico.

Estas atividades de troca e partilha de valor deverão estar condicionadas ao próprio processo museológico, integrando-se nele e contribuindo para a ação museológica.

Prevê-se por isso as seguintes funções

- Alojamento, com base nas formas de vida da comunidade, que envolve ao nível da decoração e dos serviços a inclusão das memórias da ilha
- Restauração, com base nas formas tradicionais de alimentação e com base nos produtos da terra.
- Comercialização dos produtos produzidos localmente através da ação museológica ou de resultados dessa ação museológica
- Fornecimento de serviços suplementares, tais como, mostra de atividades locais, passeios e pequenos percursos pelo espaço patrimonial
- Outro tipo de serviços à comunidade, tais como representações e eventos, e outros serviços de conveniência

Como conceito orientador do espaço de memórias propõe-se a abordagem da "Viagem". A viagem como experiência de memória, vivida em três momentos. Um primeiro

momento, de descoberta ou de revelação. É um momento em que se gera a interação, com o espaço, com o tempo e com a comunidade. Num segundo momento propõe-se vários caminhos, que implicam o mapear das alternativas do uso do espaço e a criação de elementos de identificação e interesses a explorar. Finalmente num terceiro momento experimental: propõe-se o desenvolvimento duma ação, tendo como ponto de partida a experiencia da "identificação da memória" a construção duma "significação da memória". Esse momento da construção da memória social é o momento da experiencia.

O Conceito organizacional do Compromisso Museológico implica o desenvolvimento da ação museológica como modelo de responsabilidade social e de solidariedade: Esse modelo deverá ter como prática os seguintes elementos: A ação deve ser transparente. Na ação está presente um compromisso com a ética museológica e com a disseminação dos valores da organização museológica. A relação museológica estabelece-se com base na relação com a comunidade, com os agentes sociais no âmbito dos processos de diálogo. O modelo de ação deverá também ser estabelecido com base na responsabilidade. Uma responsabilidade com o desenvolvimento das pessoas através dos processos que utiliza, que implica um compromisso com a utilização dos recursos disponíveis, com práticas de sustentabilidade ambiental, favorecendo a renovação dos recurso e estimulando o uso de práticas voluntárias. Finalmente, o processo museológico deve ser estabelecido com base no rigor. N o rigor da formação dos produtos e no rigor nas relações com a comunidade. Em síntese, o conceito organizacional deverá ter por base em três valores de modernidade: Transparência/Responsabilidade/Rigor

A partir desse modelo a ação museológica desenvolve os seus vários programas de ação. No processo museológico que propomos para a ilha de Moçambique, como resultado dos dados que recolhemos na investigação julgamos existirem condições para a concretização de programas de ação museológica a dois níveis: Com a comunidade, no âmbito das ações de conscientização museológica, com os visitantes, no âmbito das ações de divulgação da investigação. Os programas de Conscientização Museológica, como já verificamos, concretizam-se em torno dos processos de formação da memória social e da sua mobilização para a ação. No campo da investigação, apresentam-se vários programas de ação museológica, nomeadamente na recolha e tratamento das vivências e das técnicas da comunidade. Assim, a título de exemplo podem ser desenvolvidos projetos de recolha, tratamento e desenvolvimento sobre a oralidade e a performatividade na ilha, sobre a memória da escravatura, sobre a biodiversidade nas ilhas coralinas do Índico. No âmbito da memória social,

podem ser desenvolvidos projetos sobre as técnicas tradicionais, que vão desde as atividade profissionais, (construção, pesca/mariscagem, tecelagem, ourivesaria, construção naval/navegação), ou projetos sobre os modos de vida (gastronomia, lazer, cosmovisão africana, moda africana, produção de artefactos, etc.)

Finalmente, como corolário dos vários projetos propostos, e como forma de assegurar a dinâmica de indução da Ilha de Moçambique como elemento da modernidade seria importante a emergência, neste projeto, ou como contributo deste projeto, uma vertente programática que induzisse na Ilha do Moçambique uma função de Investigação que facilitasse as relações epistemológicas da partir do Sul. Essa ideia teria como base a necessidade de se relocalizar os centros de produção da epistemologia a sul. Localizar a epistemologia a sul é perguntar o que é que é o Norte visto do Sul. Ao longo dos anos tem viajado de Norte para Sul as influências e as epistemologias. Esse projeto seria uma aposta de pensar o Norte a partir do Sul, sendo que nesse contexto a Ilha de Moçambique se apresenta como uma memória híbrida.

Essa ideia seria a conclusão lógica do trânsito da ideia do Museu (enquanto espaço de memória construído na antiguidade clássica em torno da tríade (objetos de memória/arquivo de saber / objetos de relação com o mundo) que é recuperada pela Europa iluminada como (Museu Experimental/Biblioteca/Jardim Botânico), fundamentado no século XIX como instituição de construção da nação e que é levado para África como instrumento de colonização.

A nova museologia propõe-se agora reintegrar como uma ação museológica inserida nas dinâmicas do mundo global. A partir deste transito é legítimo perguntar que Museu para a Ilha de Moçambique. Nessa problemática "A Casa Muss-amb-ike" apresenta-se como uma proposta de ação, com base no conceito do trânsito como experiencia de conhecimento.

BALANÇO

Todas a viagens têm um momento de chegada. Não se trata necessariamente do fim, mas de momentos de pausa onde se olha o caminho percorrido e onde se fazem balanços antes de se avançar para novos projetos. Eis-nos chegados ao momento de efetuar um balanço da nossa tese. Ainda que seja um balanço provisório importa sistematizar as conclusões que extraímos.

No início afirmamos que este trabalho foi pensado e efetuado como um discurso em dois ritmos. O discurso sobre a Ilha de Moçambique e o discurso sobre a museologia. Como um trânsito do olhar sobre a Ilha de Moçambique procuramos pensar a museologia. A nossa proposta para um processo museológico sobre a Ilha de Moçambique é um pretexto para propor um contributo para uma sociomuseologia em comunidades inseridas em processos de globalização. A partir da construção do discurso sobre a singularidade da ilha de Moçambique como objeto de conhecimento museológico, propomos um processo sociomuseológico com base na participação da comunidade numa busca das suas memórias sociais. Com o pretexto de desenvolver processo museológico para a Ilha fizemos um conjunto de leituras, recorrendo a variados contributos de vários campos de conhecimento, que propomos integrar, como metodologia da ação sociomuseológica. Com esse trânsito comprovamos a singularidade de espaço e da sua sociomnese, ao mesmo tempo que propomos a sistematização dum modelo de ação a aplicar em comunidades e em territórios em processos de mudança.

A construção da nossa problemática parte da observação sobre a Ilha de Moçambique com um fenómeno particular. A ilha de Moçambique como um problema de investigação conduziu-nos na busca da sua memória social. A operacionalização do conceito de memória social constitui uma proposta. A sociomnese assume-se como uma prática museológica no âmbito da construção dum processo museológico em contextos de comunidades em mudança social.

No caso da Ilha de Moçambique, a análise de sua sociomnese permite observar os fenómenos de resiliência da sua memória social. A operação da sociomnese é feita com base na formação dos grupos de memória, sobre os quais se desenvolve uma ação museológica de busca de objetos socialmente qualificados. A procura da significação dos objetos para da criação duma dinâmica de grupo a partir do incentivo ao trabalho sobre as suas memórias. O desafio lançado ao grupo é o de construir uma ação coletiva, com base nos compromissos na

ação. O processo museológico ao identificar os objetos socialmente qualificados pode sobre ele desenvolver ações museológicas de preservação, ao mesmo tempo que o grupo pode desenvolver, com esses objetos processos de extroversão. A sociomnese constitui-se como uma metodologia museológica que constrói uma narrativa com base na consciência da comunidade. A partir duma reflexão sobre as suas ações gera processos de comunicação que se constituem como novas ações de memória. O museólogo, no âmbito do seu compromisso com a comunidade, assume-se como um facilitador de diálogos. No âmbito das ações de memória, para além da consciência da memória pode igualmente emergir ou gerar-se uma nova visão sobre as memórias sociais, das quais resultem novos objetos mnemónicos.

Na análise sobre a Ilha de Moçambique como fenómeno social, verificamos que ela se constitui como um espaço de memória portador duma dupla consciência. Dum lado temos a memória vivida, no seu devir que se vai ajustando, ao mesmo tempo que temos a memória formada exteriormente sobre esse devir, e que interage com essa primeira forma. E nessa relação entre o vivido e a configuração do dever ser que se constitui o processo de ajustamento ou resiliência da sociomnese. A memória vivida pela comunidade é construída como uma narrativa com base nas suas experiências. As comunidades submetidas a pressões de mudança sofrem uma pressão para ajustar essa memória a outras novas formas de memória.

No caso da ilha de Moçambique verificamos que para além dessa memória vivida como experiencia se sobrepõem uma outra consciência mnemónica: Uma memória mitológica que alicerça as vontades de futuro com base numa narrativa sobre o património e sobre as heranças. A formação deste mito moderno utiliza sobre a Ilha de Moçambique afirma-se a partir da construção duma narrativa que apresenta uma origem comum no passado (uma memória), narrado através da oralidade (partilha pelo senso comum) através de práticas socialmente partilhadas (objetos patrimoniais).

Esta memória que se cristaliza por via erudita, isto é, por via do conhecimento, tem uma origem no tempo em que emerge a ideia do património como objeto de preservação alocado à política do desenvolvimento, mais concretamente, numa busca de uma outra especialidade territorial para a ilha de Moçambique, em alternativa às funções de centralidade administrativa que tinham caracterizado a sua história. Essa visão mítica estrutura, no passado a "vontade de futuro" através da patrimonializção do espaço público e da política de abertura de museus. No presente, essa visão encontra uma continuidade nas narrativas

patrimoniais que fundamentam e justificam a definição do turismo como especialização funcional do território.

A Ilha de Moçambique é nesse sentido um objeto de conhecimento singular. É um objeto que transporta uma memória híbrida que se revela através da análise da sua sociomnese. Essa memória tem vindo a ser reconstruída ao longo dos últimos centos e cinquenta anos através de diversas narrativas que sucessivamente a reconstroem como espaço singular. Mas para além dessa singularidade ele hoje é sobretudo um espaço de construção da modernidade. É Essa condição de espaço híbrido moderno que continua a provocar interrogações e a suscitar debates.

Verificamos ao longo da nossa narrativa, que o processo de construção da sociomnese na Ilha de Moçambique está intimamente ligado à sua configuração como espaço patrimonial. Essa condição de objeto patrimonial confere-lhe uma poderosa individualidade, que o reconhecimento e inscrição da Ilha de Moçambique na lista do património da humanidade da UNESCO atesta. Mas, e aqui se apresenta um contributo da museologia para a analise do valor dos objetos patrimoniais, se essa condição atesta a sua participação nos processos de globalização da modernidade, no âmbito do qual se inscrevem um conjunto de ações de salvaguarda e comunicação das heranças; verificamos que essa fenomenologia não tem permitido incorporar a participação da comunidade na produção mnemónica, nem tem permitido que os processos museológicos que se aí se desenrolam se vinculem ao território e às suas populações. Não tem permitido porque os argumentos que são alocados são construídos apenas em função da sua narrativa mítica, sem atender à memória vivida pela comunidade. Daí que as ações desenvolvidas, de conservação e divulgação tenham caído no impasse repetitivo de se reconstruírem sobre a si mesmas como narrativas cíclicas e não se tenham renovado a partir da incorporação da consciência de si da comunidade e do território na modernidade. E aí justificamos a pertinência dum processo sociomuseológico para a Ilha de Moçambique.

Na senda das heranças da Ilha de Moçambique como objeto do conhecimento da museologia partimos à busca dos processos de construção da sua sociomnese. Embora tenha sido uma experiencia limitada no tempo, o suficiente para a aplicação e recolha de dados para investigação, o processo permito construir algumas ações museológicas. Estas ações tiveram influência na comunidade local, que as continuou a promover, e teve igualmente uma profunda influência no museólogo que as experienciou.

A metodologia da construção da sociomnese como uma representação social revelou-se um instrumento válido para o desenvolvimento da ação museológica na Ilha de Moçambique no âmbito da sociomuseologia. Essa proposta apresenta-se como uma alternativa válida, da sociomuseologia, para a atualização de narrativa nos processos museológicos desenvolvidos na Ilha de Moçambique. A mobilização da participação da comunidade na construção da sua própria memória é um campo de potencialidades que verificamos ao longo das experiencias efetuada durante o trabalho de campo.

O trabalho desenvolvido sobre a sociomnese com a comunidade para além de permitiram desenvolver uma dinâmica processual na ação museológica, permitem igualmente desenvolver um conjunto de funções sociais na comunidade. Estas funções permitem que a ação museológica se assuma como um serviço prestado à comunidade, cujas formas podem assumir configurações polivalentes, nas quais as propostas de desenvolvimento do processo museológico podem incluir, nesta tese apresentadas como propostas para o desenvolvimento do processo museológico.

Ao construir a narrativa sobre o processo de construção da sociomnese na Ilha de Moçambique verificamos que ela se assume como uma resiliência. Essa resiliência é um processo reflete a sua capacidade de adaptação e ajustamento às tensões entre a mudança e a permanência, que geram e produzem fenómenos de adesão ou repulsa na interação à afirmação dos diversos os poderes de influência social. Essa resiliência por sua vez influência esses fenómenos de mudança e persistência interagindo com eles, reconstruindo-se a si mesma.

Ao longo da incidência do processo de globalização na Ilha de Moçambique manifestaram-se pressões coercivas e dialógicas em função dos alinhamentos dos poderes sociais. A ilha de Moçambique, olhada como um processo de modernidade, confirma-se como um caso de hibridação restrita onde se verificam diversos processos de combinação que interagem a níveis diferenciados.

Como espaço de hibridação a Ilha de Moçambique apresenta-se como um espaço de oportunidades para inscrever uma ação sociomuseológica com base na participação da comunidade, tornando-a protagonista dessa ação a partir da mobilização da sua memória social. Como verificamos, no espaço da ilha existem vontades de ação que permitem ancorar processos de ação sociomuseológica. É nesse sentido que a nossa proposta de um processo museológico para a Ilha de Moçambique é apresentado com base dum conceito estruturante. Esse projeto desenvolveria a interculturalidade da Ilha domo “janela do mundo para o mundo”. Um projeto estruturante que busca atrair para o espaço da produção das memórias

sociais, a produção de conhecimento contemporâneo crítico. Um espaço de produção de ideias de ação.

Como contributo da tese para o conhecimento museológica o que podemos concluir a partir desta nossa narrativa. Em primeiro lugar a mobilização da operação da sociomnese como um instrumento de ação museológica permite construir uma relação com e a partir da comunidade. Permite ao museólogo operar sobre a construção dos objetos socialmente qualificados inseridos na sua dinâmica processual de construção de significados e significantes. O método da conscientização museológica, como verificamos, pode operacionalizar estas relações processuais. No âmbito do processo de conscientização realça-se a necessidade do trabalho museológico como um conjunto de competências que articula saberes diversificados no âmbito da complexidade.

O método da conscientização museológica permite inserir o processo e a ação museológica no âmbito das dinâmicas da comunidade. Fazendo recurso dos processos de qualificação de atributos nos objetos, a conscientização articula dois planos da realidade: O da relação do indivíduo com o mundo através da valoração dos fenómenos percecionado no espaço e no tempo; simultaneamente, de relação do individuo com o grupo de pertença como um fenómeno. A conscientização é um método que articula os processos de significação do indivíduo com o social ao mesmo tempo que faz influir o fenómeno social sobre o indivíduo.

As várias fases da aplicação do método permitem sucessivamente emergir uma consciência dos objetos socialmente qualificados e uma dinâmica de grupo que facilita a apropriação desses objetos pelo grupo e construir uma ação transformadora partir duma consciência do eu e da sua partilha social. O método de conscientização museológico assume-se dessa forma como uma proposta de ação museológica. As suas várias fases processuais não são um ritual formalizado de procedimentos, mas constituem-se com base num compromisso. Um compromisso da museologia com a ação.

Os resultados da ação de conscientização museológica constituem-se assim como uma ação de libertação do indivíduo e permitem a emergência da sua consciência do mundo como um espaço de aço e transformação. Uma consciência que resulta da inserção dum sujeito com o grupo em que participa e que permite à comunidade um diálogo na formação de vontades de futuro e construir ações de transformação do devir, como um movimento social.

A aplicação da metodologia da conscientização também comprova que é possível inscrever uma ação de conscientização museológica, como um trabalho que opera a sociomnese em qualquer tipo de ação social e em outros processos sociais. Isto é a partir de qualquer forma de representação social, a ação museológica pode-se constituir como uma ação de salvaguarda e de comunicação. Comprova-se assim que a ação museológica é essencialmente uma ação de comunicação que opera sobre a transformação do mundo. A ação museológica como vontade de ação inscreve a museologia nos campos da complexidade.

O trabalho também permite evidenciar os contributos das metodologias de investigação-ação na museologia. A metodologia da investigação-ação, categoria metodológica que assumimos integrar os processos de operação da sociomnese obriga a uma trabalho de colaboração entre os atores da ação museológica, no âmbito da qual o (os) museólogo (os) trabalha (am). A investigação-ação não se diferencia através duma técnica específica mas pela preocupação de refletir ao mesmo tempo que executa. A ação tem um propósito de transformar e a reflexão de compreender o sentido da transformação. Há portanto um envolvimento direto do museólogo sobre o seu objeto de conhecimento, numa busca da sua dinâmica interna para compreender a sua totalidade.

A museologia como investigação-ação implica o desenvolvimento dum processo planificado de intervenção, que se inicia na identificação na ação do grupo par identificar os objetos socialmente qualificados. Este é o primeiro problema que se coloca para resolver. É sobre a resolução da questão sobre quais são os objetos qualificados que se reconstroem a rede de valores que baliza a ação futura. Como vontade de ação a museologia encontra na investigação-ação uma metodologia adequada para desenvolver procedimentos adequados de desenvolvimento e mudança social a partir dos recursos que se constituem nos objetos socialmente qualificados

O valor da ação museológica encontra-se então inscrito na resolução da relação dos benefícios com os custos que a comunidade retira do processo museológico. A incorporação da participação da comunidade como um valor natural na construção dum processo museológico implica que o processo de qualificação dos objetos se constitua na base da própria dinâmica da formação social. O valor do objeto museológico, tal como o objeto mnemónico não é algo que se cristaliza no tempo nem no espaço. O valor do objeto é o resultado duma relação processual. É o modo como o sujeito se apropria do objeto e o modo como o objeto se apropria do sujeito.

Ao assumir a museologia como um campo de complexidade é assumir a consciência de que o trabalho museológico opera sobre níveis distintos de significação narrativa, onde a tensão que se gera num determinado campo de contradições se relaciona com outros níveis de observação aos quais se encontra ligado por interações processuais.

Ter consciência das relações de complexidade da museologia é assumir a museologia como um campo do conhecimento e de prática social. É saber operar sobre a consciência que em cada particular se abre uma janela sobre o geral, ao mesmo tempo que se tem consciência que o todo se encontra incluído nesse particular. Mas a consciência museológica sobre um objeto apenas emerge quando se tem uma conceptualização clara de que esse objeto é o que significa ser pela sua posição em relação aos demais objetos. Saber ser museólogo é também saber que ele apenas o é numa relação que estabelece como os outros. É nesse campo de complexidade que o museólogo desenvolve o seu compromisso como uma ação.

As conclusões que aqui elencamos encontram-se demonstradas ao longo dos sete capítulos que constituem o corpo desta tese. No capítulo um descrevemos a nossa proposta de operacionalizar a sociomnese como conceito analítico. No segundo capítulo, demonstramos a singularidade do espaço da Ilha de Moçambique. A partir da fixação desse espaço singular como objeto de análise, aplicamos no terceiro capítulo a nossa proposta para uma museologia de conscientização. No quarto capítulo demonstramos que essa metodologia pode incorporar narrativas de comunicação que têm sido trabalhadas noutros campos de conhecimento, e que permitem que a museologia possa ampliar os seus instrumentos de análise sobre a sociomnese. No quinto capítulo, numa análise sobre a constituição do devirá sobre a memória da ilha de Moçambique demonstramos que a singularidade se cristaliza como um mito. Um mito da modernidade criado por uma vontade de futuro através duma narrativa erudita.

No sexto capítulo prosseguimos a análise desse devir, agora através da aplicação duma metodologia de análise da estratégia de atores sobre a vontade de futuro. Demonstramos que esta metodologia pode ser usada pela museologia no âmbito das metodologias de investigação-ação para identificar e resolver problemas na fase do diagnóstico prospetivo para o desenvolvimento de processo museológicos. Finalmente no sétimo e último capítulo apresentamos a proposta estruturante de um processo museológico para a Ilha de Moçambique. Um processo que tem como base a participação da comunidade na integração nos processos de globalização no quadro dos diálogos de interculturalidade entre o sul, o norte e o oriente. A casa Muss-amb-ike ambiciona ser esse espaço.

Como instrumentos complementares dessa conclusão, os apêndices permitem ter uma ideia mais aproximada na necessidade dum processo museológico para a ilha de Moçambique, no quadro do que tem sido o desenvolvimento da museologia em Moçambique. Este é um balanço provisório duma ação de futuro!

BIBLOGRAFIA

AAVV, (s/d). Contos Moçambicanos, Maputo, Instituto Nacional do Disco e do Livro, 86 páginas.

ABREU, Regina, e CHAGAS, Mário (orgs.), (2003). Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos, Rio de Janeiro, DP&A Editores, 316 páginas

ABUNGU, Lorna (2002). "Access to digital heritage in Arica: bridging the digital divide", in Museum International, UNESCO, Paris, n°215 (vol. 54, n°3), p.29

ADAM, L, (1943). Arte Primitiva, Lisboa, Edições Cosmos, Biblioteca Cosmos Série Artes e Letras, nº 8/9, 190 páginas

AFONSO, Maria Fernanda (2004) O Conto Moçambicano: Escritas Pós-coloniais, Lisboa, Editorial Caminho, Colecções Estudos Africanos, 495 páginas

AFRICOM (2003). 1º Assembleia Geral Do Conselho Africano de Museus: Museus em África: Desafios do século XXI, Nairobi, 2003

ALBARELLO, Luc, et al, (1997). Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais, Lisboa, Gradiva, 245 páginas

ALBUQUERQUE, Joaquim Mouzinho de (1957) [1898]. Ofício Dirigido ao Conselheiro Álvaro da Costa Ferreira na Sucessão do Governo-Geral de Moçambique em 1898, Lisboa, Comemorações do Centenário do Nascimento de Mouzinho de Albuquerque, 42 páginas

ALEXANDRE, Valentin, (1992). Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão colonial na Crise do Antigo Regime Português, Porto, Edições Afrontamento, 837 páginas

ALEXANDRE, Valentim, coord. (2000) O Império Africano: Séculos XIX e XX, Lisboa, Edições Colibri, 195 páginas

ALEXANDRE, Valentim, (2006). "Traumas do Império: História, Memória e Identidade Nacional", in "Cadernos de Estudos Africanos, n 9/10, Lisboa, CEA-ISCTE, pp 23-42.

ALMEIDA, Miguel Vale (2008) "Da diferença e da desigualdade – luzes da experiencia etnográfica", in *A Urgência da Teoria*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Tinta-da-china, pp. 78-107

ALMEIDA, Miguel Vale de, (2000) *O pós-colonialismo, a Antropologia e o caso português*, Lisboa, Lição de Síntese de Provas de Agregação, ISCTE, 104p.

ALMEIDA, Miguel Vale de, BASTOS, Cristina e FELDMAN-BIANCO, Bela (2002) *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos luso-brasileiros*, Lisboa, ICS, 422 páginas

ALTHUSSER, Louis, (1978). Sobre o trabalho teórico, Lisboa, Editorial Presença, 85 pag.

ALTHUSSER, Louis (1980). Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado, Lisboa, Editorial Presença, 120 pag.

ALVES, Francisco e tal (1999). Viagem: Ilha de Moçambique, Gondomar, Fundação Júlio Resende, 91 páginas

AMARAL, Conceição coord. (1998). Culturas do Indico, Lisboa, Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 424 páginas

AMARAL, Ilídio do (1987). "Cidades Coloniais Portuguesas" in Povos e Culturas: A Cidade em Portugal, Lisboa, Centro de Estudos Povos e Culturas Portuguesas, nº 2, pp193-214

AMARO, Rogério Roque, (2003). "Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em prática de renovação", in Cadernos de Estudos Africanos, Lisboa, CEA /ISCTE, pp 35-70.

AMENDOEIRA, Ana Paula (2009). Monsaraz: Reconstruir a Memória, Lisboa, Edições Colibri, 158 páginas
AMIN, Samir (1970). L'accumulation à l'échelle mondiale, Paris, Antropós, 2 volumes.
AMIN, Samir (1975). O Imperialismo e o Desenvolvimento, Lisboa, Ulmeiro, 164 páginas
AMAIN, Samir (1978). A Lei do Valor e o Materialismo Histórico, Lisboa, Edições 70, 134 páginas
AMIN, Samir (1988). Impérialisme et Sous-développement en Afrique, Paris, Antropós, 585 páginas
AMIN, Samir, (2000). Os Desafios da Mundialização, Lisboa, Dinossauro, 301 páginas
ANAIS DA JUNTA DE INVESTIGAÇÃO DO ULTRAMAR (1959), "Instituto de Investigação Científica de Moçambique: Relatório de Actividades no ano de 1959, volume 14, pp. 7-146
ANÁLISE SOCIAL (2008), *Moçambique Actual – continuidades e mudanças*, Lisboa ICS, 466 p.
ANDERSON, Ruth Benedict (1991): Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. London: Verso, 224 páginas
ANDERSON, Perry (2005). As Origens da Pós-modernidade, Lisboa, Edições 70,181 páginas
ANDRÉ, Carla Maria Martins (2001). O Movimento Sufista Islâmico na Génese da Confrarias: As confrarias Islâmicas na Ilha de Moçambique. Lisboa, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 218 páginas
ANICO, Marta (2007). Museus e Pós-Modernidade, Lisboa, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade em Antropologia Cultural, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2 volumes
ANTUNES, Manuel (1999), *Teoria da Cultura*, Lisboa Colibri, 122 p.
APA, Livia, (1996) *A prosa na literatura moçambicana: um estudo de Orlando Mendes, Contos e Lendas de António Carneiro Gonçalves e Vozes Anoitecidas de Mia Couto* Tese de Mestrado em Literatura e Cultura de Países Africanos de Expressão Portuguesa, FCSH, 104p
APPADURAI, Arjum, (2004). Dimensões Culturais da Globalização, Lisboa, Teorema, 2004, 304 p.
APPADURAI, Arjum, (2010). Diálogo, Risco e Convivialidade, Podemos Viver Sem o Outro: As possibilidades e os limites da Interculturalidade, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/ Tinta da China, pp 21- 38
ARRABIDA, Cursos da (1990) "Carta da Transdiciplinaridade", Arrabida, Cursos da Arrabida, Fundação do Oriente
ARCHER, Maria (1958). Herança Lusíada, Lisboa, Luanda, Lourenço Marques, 335 páginas
ARINZE , Emmanuel Nnakenyi, (1998). "African museums: the challenge of change", in Museum International, UNESCO, Paris, n°197 (vol. 50, n°1), pp. 31-37.
AZEVEDO, Carlos A. Moreira, (1994). Metodologia Científica, Porto, Edição Carlos Azevedo, 154 páginas.
AZEVEDO, Carlos A. Moreira, (1996). Metodologia Científica: Contributos Práticos para a Realização de Trabalhos Académicos, Porto, Edição Carlos Azevedo, 168 páginas.

AZEVEDO, Licínio de (real.) (2007) Hospedes da Noite (53'), Maputo, Edições Ebano,
AZEVEDO, Licínio de (real.) (2007) O Grande Bazar (53 '), Maputo, Edições Ebano
AZEVEDO, Licínio de (real.) (2008) A Ilha dos Espíritos. Maputo, (56'), Maputo, Edições Ebano.
BACHALARD, Gaston, (1981), A epistemologia, Lisboa, Edições 70, 220, p (ed. original 1971)
BACHELARD, Gaston (1981). A Epistemologia, Lisboa, Edições 70, 220 páginas
BACHELARD, Gaston (1986). O Novo Espírito Cientifico, Edições 70, 125 páginas
BALOGUN, Ola e aguessy, Hnorat, DIAGNE, Pathé e SOW, Alpha I. (1977). Introdução à Cultura Africana, Lisboa, Edições 70. 196 páginas.
BARDIN, Laurence, (1979). Análise de Conteúdo, Lisboa, Edições 70,226 páginas
BARRETO, António coordenação de (2006) Fundação Calouste Gulbenkian: cinquenta anos 1956-2006, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2 volumes 408 páginas e 471 páginas
BARRINGER, Tim e FLYNN, Tom ed, (1998) Colonialism and the Object: Empire, Material Culture and Museum, London .New York, Rutledge, 224 p
BARRINGER, Tim, ed. lit. ; FLYNN, Tom, ed. lit. (1998). Colonialism and the object: empire, material culture and the museum. London, Routledge, 224 p.
BARROS, João de, e COUTO, Diogo de [1552]. Da Ásia (Décadas da Ásia), Lisboa, (1973), Tipografia São Carlos volume 1, "Década Primeira, Parte, Primeira, pp. 284-305
BARTHES, Roland (1973), Grau Zero da Escrita, Lisboa, Edições 70, 173páginas
BARTHES, Roland (1979), A Lição, Lisboa, Edições 70, 53 páginas
BARTHES, Roland (1984), Lições de Semiologia, Lisboa, Edições 70, 88 páginas
BARTHES, Roland e MARTY, Eric (1987). "Oral/ Escrito" in Enciclopédia Enaudi, vol 11 Argumentação, pp 32-57
BARTHES, Roland (1999), S/Z, Lisboa, Edições 70, 199 páginas
BARTHES, Roland (2008), Câmara Clara, Lisboa, Edições 70, 141 páginas
BASTOS, Cristiana (1998). "Tristes trópicos e alegres luso-tropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre" In Análise Social, xxxiii (146-147), 1998 (2.°-3.°), 415-43
BEAUVOIR, Simone de (1975). O Segundo Sexo, Lisboa, Livraria Bertrand.
BEIRA, COMISSÃO REGIONAL DE TURISMO DA, (1975). Museu Municipal da Beira, Beira, Comissão Regional de Turismo, 39 páginas
BEIROCH, Paulo, (1986) "Desenvolvimento", in Enciclopédia, Volume 7 – Modo de Produção/Desenvolvimento/Subdesenvolvimento, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp 364-429
BENEDICT, Ruth, (1959). Padrões de Cultura, Lisboa, Livros do Brasil, 204 páginas
BENEVOLO, Leonardo (2005) História da Cidade, São Paulo, Editora Perspectiva, 728 p..
BENEVOLO, Leonardo (2007), Introdução à Arquitectura, Lisboa, Edições 70, 241 p.
BENJAMIN, Walter (1993). Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política, Lisboa, Relógio de água, 235 páginas
BENJAMIN, Walter (2004). Imagens de Pensamento, Lisboa, Assíruio e Alvim, 320 páginas
BENJAMIN, Walter (2006). A modernidade, Lisboa, Assíruio e Alvim, 525 páginas

BENJAMIN, Walter (2007). Passagens, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1176 páginas
BENNETT, Tony (1995) The birth of the museum: history, theory, politics. London : Routledge. X, 278 p.
BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas, (2004). A Construção social da Realidade, Lisboa, Dinalivro, 207 pag.
BERGSON, Henri (1911). La perception du Chagement, Oxford, Henry Frowde, Amen Corner, 37 páginas
BERGSON, Henri (1928). Matière et Mémoire: Essai sur la relation du corps a l´'esprit, Paris, Librairie Félix Alcan, 279 páginas
BERGSON, Henri (1932) Les Deux Sources de La Morale et de La Religion, Paris, Librarie Félix Alcan, 343 páginas
BERGSON, Henri (1940) L'énergie Spirituelle, Paris, Presses Universitaires de France, 214 páginas
BERGSON, Henri (1988). Ensaio sobre os dados imediatos da consciência, Lisboa, Edições 70, 164 páginas
BERGSON, Henri (2001) A Evolução Criadora, Lisboa, Edições 70, 326 páginas
BERTAUX, Daniel (1997). Les Récits de Vie: Perspective Ethno Sociologique, Nathan, Paris
BETTENCOURT, General José Tristão (1945). Relatório do Governador-Geral de Moçambique, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 2 volumes
BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kiti, dir. (1997). História da Expansão Portugueses, Lisboa, Circulo de Leitores, 6 volumes, Volume I : A Formação do Império – 1415-1570)
BHABHA, Homi (2007) O Local da Cultura, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 386, p
BHABHA, Homi K. *(2007),Ética e Estética do Globalismo: Uma perspectiva pós-colonial, in A Urgência da Teoria, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, pp. 23-44*
BIVAR, Luís, (1958). Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa, Porto, edições Ouro.
BLANCHÉ, Robert (1983) A epistemologia, Lisboa, Editorial Presença, 161 p
BLOOM, Allan, (1988). A Cultura Inculta: ensaio sobre o declínio da Cultura Geral, Lisboa, Publicações Europa-América, 371 páginas
BLUM, Léon, (1954). L' Oeuvre de Léon Blum, Paris, éditions Albin Michel, 588 páginas
BOAS, Frans, (1996). Arte Primitiva, Lisboa, Fenda, 354 páginas
BOAVIDA, Isabel e tal (2008). Pedro Páez: História da Etiópia, Lisboa, Assírio e Alvim, 877 páginas
BOCARRO, António [1635]. Livro das Plantas e de Todas as Fortalezas, cidades e povoações do Estado da índia Orienta, Manuscrito da Biblioteca Pública de Évora, Estudo e transcrição por CID, Isabel (1992). Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda
BOFF, Leonardo (1976). Teologia do Cativeiro e da Libertação, Lisboa, Multinova, 255 páginas
BOLETIM da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique, (1931 -)Lourenço Marques, Tipografia Popular, nº 1 Dezembro de 1931.

BORDEAUX, Albert (1898). Rhodésie et Transvaal: Impressions de Voyage, Paris, Librarie Plon,284 p.
BORDIEU, Pierre (1989) O Poder simbólico, Lisboa Difel, 311 páginas
BORDIEU, Pierre (2001) Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação, Oeiras, Celta Editora, 178 páginas
BOTTON, Alain, (2004). A Arte de Viajar, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 255 páginas
BOUDON, Raymond (1990) Os Métodos em Sociologia, Lisboa, Edições Rolin, 132 páginas
BOURDIEU, Pierre ; DARBEL, Alain,(1985). L'amour de l´art : les musées d´art européens et leur public. 2ª ed rev. e aum. Paris : Les Éditions de Minuit, 251 p.
BRIGGS, Philip e EDMUNDS, Danny (2007) Mozambique, New York, Bradt Editors, guia de vigem.
BRAGANÇA, Aquino de e WALLERSTEIN, Immanuel (1978). Quem é o Inimigo I?, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 314 páginas
BRETON, Philippe (1998). A Argumentação na Comunicação, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 111 páginas
BRITO, Raquel Soeiro de (1970). "Ilha de Moçambique" in Geographica, Lisboa, Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa, nº 21, ano VI, Janeiro de 1970, pp 1-20
BRITO, Raquel Soeiro de (1997). No Trilho dos Descobrimentos, Lisboa, Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 359 páginas.
BRUCE, H.J. e SAKS, D.Y. (1993)."A new museum for a new South Africa, in Museum International, UNESCO, Paris, n°176 (vol. 44, n°4), pp.238-241.
BRUNO, Cristina (1997), *Museologia e Museus – aspectos, problemas e métodos*, in Cadernos de sócio-museologia, nº 10, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
BRUNO, Cristina (2004), *"As expedições no Cenário Museal" in Expedição são Paulo 450* anos, São Paulo, Museu da Cidade de São Paulo, *pp 36-47*
BRUNO, Cristina (2004), *"Principais Campos da Ação Museológica",* apresentado no Seminário CCBB sobre Museus e Exposições do Século XXI", São Paulo. Documento Distribuído no Curso de Doutoramento, ULHT, 2009
BUESCU, Ana Isabel (2000): Memória e Poder: Ensaios de História Cultural (séculos XV-XVIII). Lisboa: Cosmos.
BURNS, Barry, (1972). Sociology of Science, London Penguin Education, 396 páginas
CABRAL, Amílcar (1976). Análise de Alguns tipos de Resistência, Lisboa, Seara Nova, 133 páginas
CABRAL, Manuel Vilaverde, SILVA, Filipe Carreira e SARAIVA, Tiago (2008), *Cidade e Cidadania* , Lisboa, ICS, 339 p.
CABRAL, Nelson Eurico (1989), "Qué museus en África del tercer milénio?", in Muesum, Unesco, nº 1, pp 59-61
CABRITA, Hélder e ARAÚJO, Renata, (1998). Universo Urbanístico Português: 1415-1822, Lisboa, Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 569 páginas
CALABRÓ, Gaetano, (1997). "Valor" in Enciclopédia Enaudi Volume 37, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 265-274

CAHEN, Michel, Philippe WANIEZ & Violette BRUSTLEIN, (2002). "Pour un atlas social et culturel du Mozambique, in Lusotopie, 2002/1 Paris/Bordaux, CNRS pp 305-362
CAMÕES, Luís Vaz de ([1572]/1960) Os Lusíadas, Barcelos, Edição Artística comemorativa do 3º centenário da restauração de independência de Portugal, 318 páginas
CAMPOS, Vinicio Stein, Elementos de Museologia, (1974). São Paulo, Oficinas da Tipográfica Santa Rita, Volume 1, Europa, Ásia e África, 168 páginas
CANCLINI, Nestor Garcia, (1994), O património cultural e a construção imaginária do nacional, in Revista do Património Histórico Artístico Nacional, nº 23, pp. 94-115
CANCLINI, Nestor (2002). "Últimos câmbios del multiculturalismo" in Lapiz, Revista Internacional de Arte, Ano XXI, Madrid, Novembro/Dezembro 2002 pp110-115.
CANCLINI, Nestor (2003). "Reconstruir políticas de inclusão na América Latina", in Políticas Culturais para o Desenvolvimento, Brasilia, UNESCO, 236 páginas
CANCLINI, Nestor Garcia (2008), Culturas Híbridas – Estratégias para entrar e sair da modernidade, São Paulo, Ed USP, 395 p
CAPELA, José (1971), Moçambique pelo seu Povo, Porto, Afrontamento, 174 páginas
CAPELA, José (1979). O Tráfico Português de Escravos na Costa Oriental Africana nos começos do século XIX, Lisboa, Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 134 páginas
CAPELA, José (1993), O Escravismo Colonial em Moçambique, Porto, Afrontamento, 174 páginas
CAPELA, José (1996), Donas, Senhores e Escravos, Porto, Afrontamento, 240 páginas
CAPELA, José, (1999). "O Tráfico de Escravos na Ilha de Moçambique, in MATTEO, Angius e ZAMPONI, Mario (1999) A ilha de Moçambique: convergência de povos e culturas, Bolonha/ Lisboa, Edição Africhi e Orienti, com apoio da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, pp 68-69
CAPELA, José (2002) "Dos cativeiros tradicionais para o escravismo colonial em Moçambique", in Escravatura e Transformações Culturais: África-Brasil-Caraíbas, Lisboa, Editora Vulgata, pp 233-245
CAPELA, José (2002), O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique, Porto, Afrontamento, 252 páginas
CARAMELO, Luís, (2002). Músicas da Consciência: entre as neurociências e as ciências do sentido, Lisboa, Publicações Europa América, 133 páginas
CARDIM, Pedro, (1998). A História: Entre a Memória e a Invenção, Lisboa, Cursos da Arrábida nº 3, Publicações Europa-América/CNCDP, 232 p.
CARITA, Hélder e CARDOSO, Homem, (1983). Oriente e Ocidente nos Interiores em Portugal, Porto, Livraria Civilização, 255 páginas
CARITA, Hélder, (1995). Palácios de Goa: Modelos e Tipologias de Arquitectura Civil Indo-Portugueses, Lisboa, Quetzal Editores, 223 páginas
CARITA, Hélder e ARAÚJO, Renata, (1998). Universo Urbanístico Português: 1415-1822, Lisboa, Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 569 páginas
CARITA, Hélder, (1999). Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521), Lisboa, Livros Horizonte, 255 páginas

CARITA, Hélder, (2006). Arquitectura Indo-Portuguesa na Região de Cochim e Kerala: Modelos e tipologias dos séculos XVI e XVII, Faro, Tese de Doutoramento em História de Arte Moderna, Universidade do Algarve, 247 páginas
CARITA, Rui (1993). A arquitectura Militar na Madeira nos séculos XV a XVII, Funchal, Tese de Doutoramento em História Moderna na Faculdade de Letras de Lisboa, Dactilografado, 3 volumes.
CARITA, Rui (1999), Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da India da Biblioteca de Manuel Godinho de Herédia da Biblioteca da Fortaleza de São Julião da Barra, Lisboa, Ministério da Defesa Nacionaç
CARDOSO, Leonardo (1991). "Museus de Identidade Nacional" in III Encontros de Museus de países e comunidade de língua portuguesa, Bissão, SECJD, pp27-29
CARMO, Hermano, e FERREIRA, Manuela Malheiro, (2008). Metodologia de Investigação, Lisboa, Universidade Aberta, 375 páginas.
CARREIRA, António (1979). O Tráfico Português de Escravos na Costa Oriental Africana nos Começos do Século XIX, (Estudo dum Caso), Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar /Centro de Estudos de Antropologia Cultural
CARRILHO, Júlio (2004), IBO: A casa e o Tempo, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 159 páginas.
CARRILHO, Manuel Maria (1989). Itinerários da Racionalidade, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 138 páginas
CARRILHO, Manuel Maria (1994). Jogos de Racionalidade, Porto, Edições Asa, 140 p.
CARRILHO, Manuel Maria coord (1994). Retórica e Comunicação, Porto, Edições Asa, 169 páginas
CARRILHO, Manuel Maria (1998). "Nota do Ministro da Cultura" in SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1998). Políticas Culturais em Portugal: Programa Europeu de Avaliação de Políticas Culturais, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, pp 15-30
CASTELO-BRANCO, Margarida (1967). Aconteceu nas Berlengas, Lisboa, Biblioteca Juvenil, Verbo.
CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan, (1997). Portugal e o Mundo: O encontro de Culturas na Música, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 605 páginas
CATTINI, Marco (2000). "Capital", in Enciclopédia Enaudi, vol 42 Sistemática", Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp 73-83
CAVACAS, Fernanda (2001). Provérbios Moçambicanos, Lisboa, Mar Além, 151 páginas
CARUJO, Carlos Alberto (2004) 7047. A vontade de Orgânico, o corpo social e o corpo em António Gramsci, Lisboa, Tese de Mestrado em Filosofia na Universidade Nova de Lisboa, FCSH, 184 página
CARVALHAIS, Isabel Estrada (2004). Os desafios da Cidadania Pós-nacional, Porto, Afrontamento, 218 p.
CARVALHO, Joaquim Barradas de (1976) "Da História Crónica à História Ciência", Lisboa , Livros Horizonte, 118 páginas
CARVALHO, Xénia Venusta (2004). Identidade e Memória na comunidade Israelita de Lisboa: contributo para um estudo da construção identitária e da transmissão da memória na

comunidade judaica portuguesa contemporânea, Lisboa, Tese de Mestrado em Ciências Sociais, 187 páginas.
CASAL, Adolfo Yañez (1996). Antropologia e Desenvolvimento: As aldeias Comunais de Moçambique, Lisboa, Instituto de Investigação Cientifica Tropical, 232 pa
CASTANHEDA, Fernão Lopes de [1552]. História do Descobrimento e Conquista da índia pelos Portugueses, estudo e transcrição de ALMEIDA, M. Lopes (1979). Porto, Lello & Irmão, 969 páginas
CASTELLS, MANUEL (1979) Problemas de Investigação em Sociologia Urbana, Lisboa, Editorial Presença, 300 pag
CASTELLS, MANUEL (1981) Crisis urbana y Cambio Social, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 322 páginas
CASTELLS, Manuel de (2003) O poder da identidade, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol II, 323 páginas
CASTELLS, Manuel e IPOLA, Emílio (1982) " Prática Epistemológica e Ciências Sociais " Porto, Afrontamento, 70 p.
CASTELLS, Manuel, INCE, Martin (2004) Conversas com Manuel Castells, Porto, Campo das Letras, 190 páginas
CASTELO, Cláudia (1996) "O Modo Português de Estar no Mundo": Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961), Lisboa, Tese de Mestrado em História dos Séculos XIX eXX , Universidade Nova de Lisboa.
CASTELO, Cláudia (2006). Memórias Coloniais: Caderno de Estudos Africanos, nº 9/10, Lisboa, Centro de Estudos Africanos do ISCTE, 167 páginas
CASTELO, Cláudia (2007). Passagens para África: Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974), Porto, Edições Afrontamento, 405 páginas
CASTRO, Padre Francisco Manuel de (1934), "Origem do Nome da Ilha, cidade distrito e província de Moçambique", Extracto das Actas do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, Porto, Edições da 1ª Exposição colonial Portuguesa
CAUQUELIN, Anne, *A invenção da Paisagem* (2008), Lisboa, Edições 70, 146p.
CENTRO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO AMILCAR CABARAL, (2004). A cor das Solidariedades: pela justiça e equidade nas relações Internacionais, Lisboa, Edições Afrontamento/CIDAC, 210 páginas.
CÉESAIRE, Aimé (1971). Discurso dobre o Colonialismo, Porto, Cadernos Circunstância
CÉSAR, Miguel (2000). "Tradição e Modernidade, habitação e habitat (ou tradição versus modernidade), in SERRA, Carlos Conflito e Mestiçagem, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, pp 15-34
CESU, Centro de Estudos Sociais e Urbanos -CI Internacional (2008). Ilha de Moçambique, Draft do Master Plan, 236 páginas. (dactilografado). Disponível no Centro de Documentação da UNESCO-Ilha de Moçambique
CESU, Centro de Estudos Sociais e Urbanos (2009) Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique, Maio de 2009, (dactilografado). Disponível no Centro de Documentação da UNESCO-Ilha de Moçambique
CHABAL, Patrik (1994. Vozes Moçambicanas: Literatura e Nacionalidade, Lisboa, Veja, 349 páginas

CHAGAS, Mário (1996) "Respostas de Huges de Varine às perguntas de Mário Chagas" in Cadernos de Sociomuseologia, nº 5 1996, pp. 5-13
CHAGAS, Mário (2002) "Cultura, Património e Memória", versão da comunicação apresentada no 1º Congresso Internacional de Arquivos, bibliotecas, Centros de Documentação, dactilografado.
CHAGAS, MÁRIO (2008). "*Uma Arqueologia da Museologia*", manuscrito não publicado distribuído pelo autor no Curso de Doutoramentos, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
CHAGAS, Mário (2009). A Imaginação Museal: Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, Ministério da Cultura/IBRAM, 257 páginas
CHARTIER, Roger, (1988). A História Cultural: Entre práticas e representações, Lisboa, Memória e Sociedade, Difel, 244 páginas
CHIEZE, Valérie, (1994). "Computerized inventorying of museum collections in Africa", in Museum International, UNESCO, Paris, n°181 (vol. 46, n°1), pp.30-33.
CHIMENE, Obed Horácio (1998). Era uma vez um coelho: contos populares, Maputo, Informação Pública, 71 páginas
CHOAY, Françoise, (1982/2008), A alegoria do Património, Lisboa, Edições 70, 306 p
CHOAY, Françoise, (205), Património e Mundialização, Évora, Casa Sul Editora, 60 p
CHOMSKY, Noam e RUWET, Nicolas (1979). Gramática Generativa, Lisboa, Edições 70, 189 páginas
CHOMSKY, Noam, (1971). Linguagem e Pensamento, Petropólis, Editora Vozes, 127 páginas
CHOMSKY, Noam, (1980). Estruturas Sintácticas, Lisboa, Edições 70, 126 páginas
CHUQUELA, Lucília, (2003). "O Papel do Museu de História Natural, na educação da comunidade estudantil" in 1º seminário Nacional de Arquivos Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, Revista Convergindo, Maputo, pp 114-117
COELHO, Eduardo Prado, (1997). "Política Cultural Externa: Um Balanço", in Revista do Observatório das Actividades Culturais, OBS, n2, Lisboa, OAC, pp 9-10
COIMBRA, Leonardo (1934). A Filosofia de Henri Bergson, Porto, Livraria Europa, 1º Volume, 269
COLAÇO, João Carlos (2000) "Tradição e Modernidade nas Barracas do Museu em Maputo, in SERRA, Carlos, Conflito e Mestiçagem, Maputo, Universidade Eduardo Mondlnae, pp 145-187
COLÓNIAS, Agência Geral das (1925-1931) Boletim da Agência Geral das Colónias, Lisboa Agência Geral das Colónias
COLONIAS, Agência Geral das (1950). Exposição "Moçambique pela Imagem" promovida pela Agência Geral das Colónias, um documentário fotográfico organizado pela Casa da Metrópole em Lourenço Marques, Lisboa, SNI
COMISSÃO PROVINCIAL DOS CENTENÁRIOS, (1969). IV Centenário da Estada de Camões na Ilha de Moçambique: V Centenário do nascimento de Vasco da Gama, Lourenço Marques, Comissão Provincial dos Centenários.

COOMBES, Annie E.(1994). Reinventing Africa: Museums, Material Culture and Popular Imagination, London, New Haven, Yale University Press, 280 páginas
CONNERTON, Paul, (1999). Como as sociedades se Recordam, Oeiras, Celta Editora, 119 páginas.
COQUERY-VIDROVITCH, Catherine e MONIOT, H. (1985). África Negra: de 1800 a nuestros dias, Barcelona, Editorial Labor, 416 páginas
COQUERY-VIDROVITCH, Catherine, (2001). "Luso-africains et Afro-Brasilens du XVIe siècle au XIX siécle : culture matérielle et métissages culturel, in Arquivos do Centro Cultural da Fundação Calouste Gulbenkian, volume XVII, pp 155-167
CORREIA, J. David Pinto (1992). "Para uma teoria do texto da literatura popular tradicional" in Literatura Oral/Tradicional/Popular, Lisboa, Fundação Gulbenkian /ACARTE, pp 101- 128
CORREIA, Miguel Brito e LOPES, Flávio, (2004). Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais, Lisboa: Livros Horizonte, 351 páginas
COSER, Lewis A. (1991). "Introduction: Maurice Halbwachs 1837-1945" in HALBACHS, Maurice, On Collective Memory, Chicago, Chicago University Press, pp 191 -235
COSTA, Alda, (1989). "Os museus como fonte permanente de ensino e aprendizagem" in Museum, Unesco, nº 161, pp 1-3
COSTA, Alda (1993), Dossier de Imprensa sobre Reabertura do Museu de Nampula, Organizado por Alda Costa, Departamento de Museus de Moçambique. (Documento em Fotocópias)
COSTA, Alda, (1994). "Património Oriental em Moçambique: Património a Conhecer e a Construir." In Actas IV Encontro de Museus da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Macau, 28 de Fevereiro -3 de Março de 1994, pp 37-40
COSTA, Alda, (1995)., "Eighlitening Children's awareness of art and there need to attend museums: the experience of National Art Museum in Maputo", in Bulletin of West African Program, nº 6, London, pp 106-109
COSTA, Alda, (1997). "O Património Cultural na Imprensa nos anos 80 e 90: Alguns aspectos" (em col. com Maria de Lourdes Trocato), Intervenção no Seminário Nacional sobre Património Cultural, realizado em Maputo entre 1 e 4 de Outubro de 1997, no Ministério da Cultura, Juventude e Desportos, manuscrito dactilografado, 7 páginas.
COSTA, Alda, (1997). "Os órgãos de Estado e a Preservação do Património Cultural", Intervenção no Seminário Nacional sobre Património Cultural, realizado em Maputo entre 1 e 4 de Outubro de 1997, no Ministério da Cultura, Juventude e Desportos, manuscrito dactilografado, 7 páginas.
COSTA, Alda, (1997)."O Museu de Inhambane: o que dizem os visitantes"" (em col com José Vasco Timóteo), Intervenção no Seminário Nacional sobre Património Cultural, realizado em Maputo entre 1 e 4 de Outubro de 1997, no Ministério da Cultura, Juventude e Desportos, manuscrito dactilografado, 7 páginas.
COSTA, Alda, (2002). "Os museus da Ilha de Moçambique e os tesouros que encerram", In Revista Indico, nº , pp 40-44, Maputo

COSTA, Alda, e GANDOLFO, Gianfranco (2003). "Museu de Inhambane: É desta vez que vai ter futuro? In SADCAMM NEWS, Vol 2. Issue 1, pagina 14
COSTA, Alda, (2003). "O Conceito de Museu: Do Musseion ao museu plural dos nossos dias" in I Encontro de Directores e Profissionais de Museus (27-31 de Outubro 2003), manuscrito dactilografado, 8 páginas
COSTA, Alda, (2003)., "Museus: de Coleccionadores passivos a participantes activos. Partilhando Experiencias dos Museus" in 1º seminário Nacional de Arquivos Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, Revista Convergindo, Maputo, pp 108-113
COSTA, Alda, (2005) Arte e Museus em Moçambique: Entre a construção da nação e o mundo sem fronteiras (c. 1932-2000), Lisboa, Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras de Lisboa, 4104p. 1º Volume (com bibliografia) 2ºVolme Anexos com recortes de imprensa biografias sintéticas de artistas.
COSTA, Alda (2007). "A conservação e a segurança nos museus e depósitos museológicos ou a conservação e segurança dos bens culturais moçambicanos", manuscrito dactilografado, 3 páginas
COSTA, Alda e TEIXEIRA, Sara (2007). Museus de Moçambique. Maputo, Departamento de Museus / DINAC / MEC e EPMCELP, 18 páginas
COSTA, Alda (2009). "Política de Museus" Draft preparado para apresentação ao Conselho de Ministros. Maputo, Ministério da Educação e Cultura, manuscrito dactilografado, 8 páginas. (Dactilografado. Foi gentilmente cedido para analise)
COSTA, António Firmino da, (1997). "Políticas Culturais: conceitos e perspectivas", in Revista do Observatório das Actividades Culturais, OBS, n2, Lisboa, OAC, pp 10-14
COSTA, Inês Nogueira (1995). "Importância dos Arquivos na Construção e Ensino da História de África: o Arquivo Histórico de Moçambique" in PORTUGAL, Ministério da Educação Colóquio Construção e Ensino da História de África, Actas das Sessões, Lisboa, Grupo de Trabalho para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses do ME, pp 491 - 499páginas
COUTO, João (1950). Exposições de Arte e a Museologia, Lisboa, Edição do Museu Nacional de Arte Antiga, 15 páginas
CRANE, Susan A., ed. Lit(2000). Museums and memory. Stanford : Stanford University Press,. 258 p.
CRAVEIRINHA, José (2008). Xibugo, Maputo, Alcançe Editores, 61 páginas
CRAVEIRINHA, José, (2009). O Folclore Moçambicano e as suas Tendências, Maputo, Alcance Editores, 298 páginas.
CREHAN, Kate (2004). Gramsci, Cultura e Antropologia, Lisboa, Campo da Comunicação, 240 páginas
CRESPI, Franco (1997). Manual de Sociologia da Cultura, Lisboa, Editorial Estampa, 279 páginas
CRESPO, Jorge dir. (1997-2002). Arquivos de Memória, Lisboa, Edições Colibri/ Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa.

- Volume II (1997): Memória e Património, 102 páginas
- Volume X/XI (2001). Museologia e Património, 158 páginas

CREUS, Jacint (2005). Curso de Literatura Oral Africana, Barcelona, CEIBA Ediciones/ Laboratorio de Recursos Orales, 338 páginas

CROZIER, Michel (1970). La societé Bloquée, Paris, Seuil,241 páginas

CUCHE, Denys (1999). A Noção de Cultura, Lisboa, Fim de Século, 189 páginas

CUNHA, Licínio (2000). Economia e Política do Turismo, Lisboa, McGraw Hil, 350 páginas

CUNHA, Marcelo (2009). "Roteiro do Seminário Museologia e Comunicação", Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia", Manuscrito Dactilografado.

CUNHA, Padre Santana Sebastião da (1934) Notícias Históricas dos trabalhos de Evangelização nos Territórios de Niassa, Bastorá, Tipografia Rangel, 67 páginas

CUNHA, Padre Santana Sebastião da (1939) Antiguidades Históricas da Ilha de Moçambique e do litoral Fronteiro, desde os tempos da Ocupação, Lisboa, União Gráfica, 227 páginas.

CURTO, Diogo Ramada (1998). "Práticas de Identidade" in História da Expansão Portuguesa, volume I, Lisboa, circulo de Leitores, pp422-431

DAMÁSIO, António. (1995). O Erro de Descartes: Emoção, Razão e Cérebro Humano, Lisboa, Publicações Europa-América, 309 páginas

DAMÁSIO, António. (2003). Ao encontro de Espinosa: As emoções Socais e a Neurologia do Sentir, Lisboa, Publicações Europa-América, 378 páginas

DAMÁSIO, António. (2003). O Sentimento de Sí, Lisboa, Publicações Europa-América, 128 páginas

DAVIS, Stuart (2001) *Plano Director*, São Paulo, USP, 57 p.

DE LAVAL, Francisco Pyrard (1940) Viagem de Francisco Pyrard de Laval contendo Notícia da sua navegação às índias Orientais (1601 a 1611), versão portuguesa por Joaquim Hliodoro da Cunha Rivara, Porto, Livraria Civilização Editora, 2 volumes, 336 pag, 375 pag

DELEUZE, Gilles. e GUATARI, Félix (2007). Mil Planaltos: Capitalismo e Esquizofrenia 2, Lisboa Assírio e Alvim, 253 páginas

DELICADO, Ana (2005). A Musealização da Ciência em Portugal, Dissertação de Doutoramento em Sociologia Geral, Lisboa, Instituto de Ciências Socais da Universidade de Lisboa, 597 páginas

DESHAIES, Bruno (1992). Metodologia da Investigação em Ciências Humanas, Lisboa, Instituto Piaget, 456, páginas

DÉSVALLÉES, André**,** MAROEVIC, Ivo, VAN MENSCH, Peter, STRANSKI Zbygniew, SCHAERER, Martin e SCHEINER Tereza (2000). Thesaurus Museológicus**,** UNESCO, ICOFON, 106 páginas

DIAS, Jill (1963), Esculturas do Povo Maconde: álbum, Lourenço Marques, Instituto de Investigação científico de Moçambique

DIAS, Jorge (1952), Bosquejo Histórico da Etnografia Portuguesa (1939-1952), sep da Revista Portuguesa de Filologia, vol. II 143 p

DIAS, Jorge (1964), Os Macondes de Moçambique, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar/ Centro de Estudos de Antropologia Cultural, volume I, 180 p : Aspectos Históricos e Económicos", Volume II, 192, p cultura material.

DIAS, Jorge (1965), "Contribuição para o Estudo de Questão Racial e da Miscigenação", Lisboa, sep do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa Revista Portuguesa de Filologia, vol II 143 p
DIAS, Margot, (1973). O fenómeno da Escultura Maconde chamada Moderna, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 50 páginas
DIAS, Nélia. (1991). Le Musée d'ethonografie du Trocadero (1878-1908): Antroplogie e Muséologie em France, Paris, Editionos du CNRS, 310 páginas
DIAS, Pedro (2008). Arte de Portugal no Mundo: África Oriental e Golfo Pérsico, Lisboa, Público, Comunicação SA, 156 páginas
DICIONÁRIO, (1999). Millenium: Dicionário de Língua Portuguesa, Lisboa, Texto Editora
DIOP, Alione (1976) "African Mouseuns" in ICOM-Information, nº 2 Março, 1976, pag. 30
DOBLEC, André (2003) "A Investigação-Acção" in GAUTHIER, Gaston, Investigação Social, da problemática à colheita de dados, Lisboa, Lusociência, Loures, Lusociência, pp 483-512
DOISE, Willem, DESCHAMPS, Jean-Claude, MUGNY, Gabriel, (1980) Psicologia Social Experimental, Lisboa, Moraes Editores, 256 páginas
DOISE, Willem, e, MUGNY, Gabriel, (2008) Psicologia Social e Desenvolvimento Cognitivo, Lisboa, Instituto Piaget, 270 páginas
DORFLES, Gillo, (1985). Novos Ritos, Novos Mitos, Lisboa, Edições 70, 247 páginas
DURKHEIM, Émile, (1893/1984), Divisão Social do Trabalho, Lisboa, Editorial Presença, 2 volumes, 165 páginas
DURKHEIM, Émile, (1895/1987), As regras do método sociológico, Lisboa, Editorial Presença, 165 páginas
DURKHEIM, Émile, (2004), Pragmatismo e Sociologia, Florianópolis/Tubarão, Editora Unisul, 221 páginas
EAGLETON, Terry (2000). A Ideia de Cultura. Lisboa, Temas e Debates, 173 páginas
ECO, Umberto (1981). O Signo, Lisboa, Editorial Presença, 190 páginas
ECO, Umberto, (1994a). "Signo" in Enciclopédia Einaudi, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp 13.51
ECO, Umberto, (1994b). "Significado" in Enciclopédia Einaudi, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp 52-97
ECO, Umberto, (1994c). "Significado" in Enciclopedia Einaudi, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp 138-175
ECO, Umberto, (1994d). "Metáfora" in Enciclopédia Einaudi, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp 200-245
ECOMUSEU DO BARROSO , (2006) *Actas das XVI Jornadas sobre a Função Social dos Museus*. Montalegre, Edição CMM, 120 p.
EL KASRI, Hoceine, (1993). "A walk though Morocco: the Oudaïa Ethnographic Museum", in Museum International, UNESCO, Paris, n°179 (vol. 45, n°3), pp.18-22.
ELIAS, Norbert, (1980). Introdução à sociologia, Lisboa, Edições 70, 202 páginas
ELIAS, Norbert, (1991). A Condição Humana, Lisboa, Difel, 132 páginas
ELIAS, Norbert, (1993). A Sociedade dos Indivíduos, Lisboa, Dom Quixote, 258 páginas
ELIAS, Norbert, (2002). Teoria Simbólica, Oeiras, Celta, 148 páginas

ELIAS, Norbert, (2006). O processo civilizacional, Lisboa, Dom Quixote, 783 páginas
ENNES, António (1893). Moçambique, Relatório ao governo de sua Majestade, Lisboa, Imprensa Nacional, 380 páginas
EINSTEIN, Carl (1915). Nigerplastik, Leipzig, Verlag den Weissen Bücher, 34 páginas
ESTEVES, António Joaquim," Investigação-acção", in SILVA, Augusto Santos (1986). Metodologia das Ciências Sociais, Porto, Afrontamento, pp 251-278
EUROPA, Conselho da, (1975). Carta Europeia do Património Arquitectónico, Amesterdão
FALCONI, Jessica (2006). Fronteiras Liquidas: Literatura e identitá nelle pesia sur ilha de Moçambique, Napoli, Universitá Degli Studi di Napolitanni e Orientali, 193 páginas
FENTRESS, James e WICKHAM, Chris (1992). Memória Social: Novas Perspectivas sobre o Passado, Lisboa, Teorema, 278 páginas
FERNANDES, António José (1980). Organizações Políticas Internacionais, Lisboa, editorial Presença, 297 páginas
FERNANDES, Carlos Manuel, (2004). Saber, Poder e Ideologia na Produção Científica do CEA (1975-1984), Maputo, Dissertação da Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane, 62 páginas
FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Maria de Lourdes e NEVES, Olga Iglésias, (2006) *Moçambique, cidades Território e Arquitectura 1875-1975*.
FERNANDES, Maria de Fátima Costa (2006). O Impacto da Classificação como Património da Humanidade no Desenvolvimento Turístico: O caso de Sintra, Lisboa Tese de Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento Turístico, IST, 84 páginas
FERREIRA, André Faria (2008) *Obras Públicas em Moçambique – Inventário da produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961,* Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 291p..
FERREIRA, Alexandre A (2007) *Moçambique 1489-1975*, Lisboa, Prefácio, 487 p.
FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1986). Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
FERREIRA, Cláudio, (1965), "A ilha de Moçambique: Breve Resumo histórico, aspectos climático etnográfico e nosológicos", separata de O Medico, nº 728, Porto, Tipografia Siqueira, 7 páginas
FERREIRA, M.C. (1967) Breve História do Museu Dr. Álvaro de Castro, Lourenço Marques, Instituto de Investigação Cientifica de Moçambique, 21 páginas
FERREIRINHA, Felisberto, (1949). A estatuária dos Macondes, Lourenço Marques, Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique, Separata do Boletim, 19 páginas
FERRO, DIMAS Joaquim C. (2004). Museu da Luz, contributos para a sua identidade cultural, Dissertação de Mestrado em Museologia, Departamento de História da Universidade de Évora, 162 páginas.
FIDALGO, António, (1995). Semiótica: a lógica da comunicação, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 132 páginas
FIGUEIREDO, Cândido de (1973 [1986]). Dicionário de Língua Portuguesa, Lisboa Bertrand.
FINNEGAN, Ruth (2008) Oral Traditions and Verbal Arts: A Guide to Research Mathods), London/New York, ASA Association of Social Antropologists/Routledge

FITZPRATIK, Mary (2007) Mozambique, Australia, Lonely Planetet, guia de viagem
FONSECA, Henrique Quirino da (1934). "A fortaleza de Çofala", in Revista de Arqueologia, Lisboa, Lisboa, Editado J. M. Cordeiro de Sousa e subsidiada pela Junta Nacional de Educação, pp 304-307
FOOT-WHYTE, William, (1980). "Treinando a observação participante", in ZALUAR, Albe, (1980). Desvendando Máscaras Sociais, Rio de Janeiro, Francisco Alves, pp 77-89
FORTUNA, Carlos, (1995). "Cidades e Identidades:,Patrimónios, memórias e narrativas Sociais" in Maria de Lourdes Lima dos (1995). Cultura e Economia: Actas do Colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, pp 209-229
FOUCAUL, Michel (1969), L' archeologie du savoir , Paris, Gallimard, 288 p
FOUCAULT, Michel (1966) As palavras e as coisas, Lisboa, Portugália Editora, 501 páginas.
FOUCAULT, Michel & BOUCHARD (1977). Language, Counter-memory, practice, selected essays and interviews, New York, Cornel University, 240 páginas
FRANÇA, José Augusto, (1976). "Sobre Cultura e política cultural" in Memória da Academia das Ciências de Lisboa, Tomo XVII, Lisboa, Academia das Ciencias, pp 337-345
FRANÇA, José Augusto (2009). A Arte em Portugal no Século XX, Lisboa, Livros Horizonte, 470 páginas
FRANCO, Maria Ignêz M. (2009). Museu da Cidade de São Paulo: Um Novo olhar da Sociomuseologia para uma Megacidade, Lisboa, Tese de Doutoramento em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 232 páginas
FREIRE, Paulo (1970). Pedagogia do Oprimido, São Paulo, Paz na Terra, 107 páginas, (1972) A Pedagogia do Oprimido, Porto, Afrontamento, 264 pag.
FREIRE, Paulo (1975) Educação Política e Conscientização, Lisboa, Sá da Costa, 39 pag.
FREIRE, Paulo (1975). L'education, Pratique de La Liberté, Paris, CERF, 154 páginas
FREIRE, Paulo (1979). Conscientização Teoria e Prática da Libertação: Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire, São Paulo, Edição Cortez
FREIRE, Paulo (1979). Educação e Mudança, São Paulo, Paz na Terra, 46 páginas
FREIRE, Paulo (1981). Acção Cultural para a Liberdade, São Paulo, Paz e Terra, 46 páginas, 120 páginas
FREIRE, Paulo (1983). Extensão ou Comunicação, São Paulo, Paz e Terra, 65 páginas
FREIRE, Paulo (1986). Medo e Ousadia: O quotidiano do professor, São Paulo, Paz na Terra, 116 páginas
FREIRE, Paulo (1987). Pedagogia do Oprimido, São Paulo, Paz na Terra, 107 páginas
FREIRE, Paulo (1988). A Importância do Ato de Ler, São Paulo, Edição e Autores Associados Cortez, 49 páginas
FREIRE, Paulo (1996). Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa, São Paulo, Paz na Terra, 54 páginas
FREIRE, Paulo (1997). Professora Sim, Tia não: Cartas a quem ousa ensinar, São PauloEdição Olho de Água, 162 páginas
FREIRE, Paulo (1998). Por uma Pedagogia da Pergunta, São Paulo, Paz e Terra, 65 páginas

FREIRE, Paulo (2000). A Pedagogia da Indignação, São Paulo, Fundação da Editora de UNESP, 63 páginas
FREIRE, Paulo (2001). Política e Educação, São Paulo, Edição e Autores Associados Cortez, 57 páginas
FREIRE, Paulo, (1977). Ação Cultural para a Libertação, Lisboa, Moraes, 209 páginas
FREITAS, Lima de e MORIN, Edgar, NICOLESCU, Besarab (1994). Carta da Transdisciplinaridade, Arrábida, Encontros da Arrábida,
FREUD, Sigmund (1991). Sobre o Macanismo Psiquico do Esquecimento, Lisboa, Assirio e Alvim, 73 páginas
FREYRE, Gilberto (1957). Casa Grande e Sanzala, Lisboa, Livros do Brasil, 524 páginas
FREYRE, Gilberto (1958). A integração portuguesa nos trópicos, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, nº 6, 73 páginas (o livro contem um tradução integral para inglês)
FREYRE, Gilberto (1961). O Luso e o Trópico, Lisboa, Comissão Internacional para a História dos Descobrimento", 312 páginas
FREYRE, Gilberto (1962). Aventura e Rotina, Lisboa, Livros do Brasil, 453 páginas
FREYRE, Gilberto (1967). O Mundo que o português criou, Livros do Brasil, 221 páginas
FRIAS, Hilda Moreira, (2006). Goa: A Arte dos Púlpitos, Lisboa, Livros Horizonte, 85 páginas.
GADOTTI, Moacir (2000) "Perspetivas Atuais da Educação", São Paulo em Perspetiva, 14, 2 pp. 3-11
GALLA Amareswar (1999).Transformation in South Africa: a legacy challenged", in Museum International, UNESCO, Paris, n°202 (vol. 51, n°2), pp. 38-43.
GALLO, Donato, (1988). O Saber Português: antropologia e colonialismo, Lisboa, Heptágono, 217 páginas
GANDOLFO, Gianfranco, e tal, (2009). Fábulas de Cabo Delgado, Maputo, Kapicua, 86 páginas
GAMA, Curado da (2006) *Moçambique de Outros Tempos*, Lisboa, Quimera, 158p.
GAMEIRO, José Manuel da Silva (1998). Património e Museologia: Da realidade global à perspectiva local, Dissertação de Mestrado na Universidade do Algarve: Unidade de Ciências Exactas e Humanas. (Mestrado Europeu em Gestão Cultural), 137 páginas
GAUTHIER, Gaston (2003) Investigação Social, da problemática à colheita de dados, Lisboa, Lusociência, Loures, Lusociência, 549 páginas
GERBET, Pierre (1967). As organizações Internacionais, Lisboa, Arcádia 187 páginas´
GIDDENS, Anthony (1986). Capitalismo e Moderna Teoria Social, Lisboa, Editorial Presença, 355 páginas
GIDDENS, Anthony, (1994). Modernidade e Identidade Pessoal, Lisboa, Celta Editora.
GIDDENS, Anthony, (1996). Novas Regras do Método Sociológico, Lisboa, Gradiva, 193, páginas
GIDDENS, Antony (2000), Sociologia, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 755 pag.
GIL, Fernando (2000). "Ciência Disciplinar e Ciência Categorial", in Enciclopédia Enaudi, Volume 41: Conhecimento, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp 288-328
GIL, Gilberto (2003). "Apresentação", in Políticas Culturais para o Desenvolvimento, Brasilia, UNESCO, pp 9-10

GILROY, Paul (1993) The Black Atlantic: Medernity and Double Consciouness, Cambridge/Massachusetts, Harvard University Press, 259 páginas
GILROY, Paul (2006).”Cultura e Multicultura na era da rendição” ,in O Estado do Mundo, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp 161-190
GISTAC, Glles e CHITZIANE, Eduardo coord. (2007) Turismo e Desenvolvimento Local, Maputo, Universidade Eduardo Mondelana,366 páginas
GODELIER, Maurice, (1982), Horizontes da Antropologia, Lisboa, Edições 70, 379 páginas
GODET, Michel, (1993). Manual de Prospectiva Estratégica. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 405 páginas.
GODINHOS, Maria Luísa e ROSARIO, Lourenço do (1974) O Conto Moçambicano: Da oralidade à escrita, Rio de Janeiro, TeCorá Editora, 161 páginas
GODOUNOU, Alain (1999). “Documentation in the service of conservation: an African training experiment", in Museum International, UNESCO, Paris, n°201 (vol. 51, n°1), pp. 28-32.
GOIS, Damião de [1566]. Crónica do Felicíssimo Rei D, Manuel, (1926), nova edição dirigida por CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de Coimbra, Imprensa da Universidade, IV volumes
GOLDENBERG, Miriam, (1999). A Arte de Pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais, São Paulo, Editora Record, 97 páginas
GONÇALVES, António Manuel (1954), “O arqueólogo José Leite de Vasconcelos” sep I volume das Actas e Memórias do I congresso Nacional de Arqueologia, Lisboa, JNE, pp 45-61
GONÇALVES, José Reginaldo Santos, (2007). “Historicizando as representações do Passado”, in Anais do Museu Paulista, São Paulo, volume 15, nº 2, pp 99-101
GONDAR, Jô e DODEBEI, Vera, Org. (2005). O que é Memória Social?, Rio de Janeiro, Contra Capa, 163 páginas
GOUTHIER, Benoît (2003), Investigação Social. Da problemática à colheita de dados, Loures, Lusociência, 549 p.
GOUVEIA, Henrique Coutinho (1997), Museologia e Etnologia em Portugal: Instituições e Personalidade, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2 vol 496p.
GOUVEIA, Jorge Bacelar, (1988). Acordos de Cooperação entre Portugal e os Estados Africanos Lusófono, Lisboa, Cooperação Portuguesa, 1048 páginas.
GOUVEIA, José Bacelar (1995). Organizações Internacionais: Textos Fundamentais, Coimbra, Almedina, 262 páginas
GRAMSCI, António (1974). Obras Escolhidas: 2 Volumes, Lisboa Editorial Estampa
GREIMAS, A. J (1979). «As aquisições e os projetos” prefácio a COURTÉS, J, Introdução à Semiótica Narrativa e Discursiva, Coimbra, Livraria Almedina, pp 7-34
GREIMAS, A. J. (1966). Sématique Structurale, Paris, Larousse, 262 páginas
GRUNZISKI, Serge (2008). Planète métisse, Paris, Musée du quai Brandly, 179 páginas.
GRILO, F. Monteiro, (1930). Moçambique na Exposição Ibero-Americana: Relatório do Delegado da Colónia, Lourenço Marques, Imprensa Nacional

GUEDES, Maria Natália Brito (1994). Museologia e Comunicação, Dissertação de Doutoramento em Antropologia (especialização em Museologia). Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 3 volumes, 592 páginas
GUERRA, Isabel C. (1996) Projecto FAM: Uma Metodologia de Intervenção em Formação de Adultos, Lisboa, Ministério da Educação**,** 67 páginas
GUERRA, Isabel C. (1999) Baixa Pombalina: diagnóstico, Prospectiva e Estratégia de Actores, Oeiras, Celta, 123 páginas
GUERRA, Isabel C. (2000) Métodos e Técnicas de Planeamento e Avaliação: A Emergência de Novos Campos profissionais e o ensino de métodos e Técnicas de planeamento numa licenciatura em sociologia: Relatório de Agregação, Lisboa, ISCTE: Dactilografado , 79 páginas
GUERRA, Isabel C. (2003) "Polémicas e Modelos para um Sociologia de Intervenção", in Cadernos de Estudos Africanos, nº 4 Julho de 2003, pp 71-84
GUERRA, Isabel C. (2006) Participação e Acção Colectiva: Interesses, Conflitos e Consensos**,** Oeiras, Principia, 173 páginas
GUERRA, Isabel C. (2006) Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentido e Forma de Uso, Oeiras, Principia, 95 páginas
GUERRA, Isabel C. (2007) Fundamentos e Processos de Uma sociologia de Acção, Oeiras, Principia, 253 páginas
GUERREIRO, Manuel Viegas, (1962). Conto Maconde de Tema Universal, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar. pp 261-267.
GUERREIRO, Manuel Viegas, (1966). Os Macondes de Moçambique: Sabedoria, Língua, Literatura e Jogos, Volume IV, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar. 351 páginas.
GUERREIRO, Manuel Viegas, (1997). Povo, povos e culturas: Portugal, Angola e Moçambique, Lisboa, Edições Colibri, 319 páginas
GUERREIRO, Manuel Viegas, (1982). "Guia de Recolha de Literatura Popular, Lisboa, IPPC, 47 páginas .
GUERREIRO, Manuel Viegas, (1987). "Literatura Oral Maconde e Sociedade" in GULBENKIAN, Fundação Calouste, Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, Lisboa, Actas do Colóquio de Julho de 1985, Fundação Calouste Gulbenkian, pp 171-179
GUERREIRO, Manuel Viegas, (1987). "Literature Populaire: Autour D'un Concept" in GULBENKIAN, Fundação Calouste, Litterature Orale, Tradition Populaire, Actes Du Colloque, Paris, 20-22 Novembre 1986, Fundação Calouste Gulbenkian, pp 11-19
GUERREIRO, Manuel Viegas, org. (1992). "Literatura Popular Portuguesa : Teoria da Literatura /Oral/Tradicional, Comunicações do Colóquio, Lisboa 26-28 Novembro 1987, Fundação Calouste Gulbenkian, 461 páginas
GULBENKIAN, Arquivo da Fundação Calouste (1956- 1996). Pastas do Arquivo dos Serviços de Cooperação com referencia a projectos na Ilha de Moçambique

- Processo M 184/93 – Museu de Arte Sacra –Ilha de Moçambique
- Processo M/83 – Ilha de Moçambique Relatórios da Missão à Ilha de Moçambique em 1981 de Viana de Lima, assinado em Maio de 1982, com Relatório: Fotografias e Análise de Sugestões para a sua Reabilitação

- Processo M 20/74 " Solicitação de Apoio para criação duma biblioteca museu em Nampula.
- Processo M 13/83 –"Solicitação de apoio ao Museu de Nampula"
- Processo. M 1274 - " Pedido de Apoio à edição do livro "A Ilha de Moçambique pela voz dos seus poetas"
- Processo NA 5235 N3/91 – Apoio a projecto de João Soeiro de Carvalho, bolseiro da Gulbenkian em trabalho de Campo na etnomusicologia, para criação dum Arquivo sobre músicas da ilha de Moçambique

GULBENKIAN, Fundação Calouste (1976) Catálogo da exposição "Modernismo e Arte Negro-Africana", Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

GULBENKIAN, Fundação Calouste (1983), Ilha de Moçambique, Lisboa, Catálogo da Exposição

GULBENKIAN, Fundação Calouste (1985) Catálogo da Exposição "Escultura Africana", Lisboa, Fundação Gulbenkian

GULBENKIAN, Fundação Calouste, (1987). Litterature Orale, Tradition Populaire, Actes Du Colloque, Paris, 20-22 Novembre 1986, Fundação Calouste Gulbenkian, 236 páginas

GULBENKIAN, Fundação Calouste, (1987). Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, Lisboa, Actas do Colóquio de Julho de 1985, Fundação Calouste Gulbenkian, 236 páginas

GUROVITCH, Georges, (1977). Tratado de Sociologia, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 2 volumes, 725 páginas e 676 páginas

GUTHRIE, Malcom, (1967). The Classification of the Bantu Languages, London, International African Institut, 91 páginas

HABERMAS, Jürgen (1987) Ciência e Técnica como Ideologia, Lisboa, Edições 70, 149 páginas

HABERMAS, Jürgen, (1990). O Discurso Filosófico da Modernidade, Lisboa, Publicações Dom Quixote

HABERMAS, Jürgen, (1992). De L'Éthique de La Discussion, Paris, Flammarion

HABERMAS, Jürgen (2010) Fundamentação Linguística de Sociologia, Obras Escolhidas, Volume I, Lisboa, Edições 70, 350 páginas

HALBWACHS, Maurice (1908)). La Politique Foncière dês Municipalites, Paris, Librarie du Parti Socialiste, Les Cahiers du Socialista nº 3, 40 p.

HALBWACHS, Maurice (1925).Les Cadres Sociaux de La Mémoire, Paris, François Alcan Collection «Les Classiques des Sciences Sociales (edição electrónica a partir da versão de 1952, Paris, PUF) 211 páginas.

HALBWACHS, Maurice (1941a). La Topographie Légendaire des Évangiles en Terre Saint: étude de Mémoire Collective, Paris, Presse Universitaires de France, 206 pag

HALBWACHS, Maurice (1941b). Morfologia Social, Coimbra, Amado Editor, 214 p.

HALBWACHS, Maurice (1950). La memória Coletiva, Mexico, Athnea Digital, nº 2, Outono 2002, publicad originalmente in Revista de Cultura Psicológica, ano 1 nº1. Selecção e Tradução de Miguel Angel Aguilar, 1991, 11 páginas

HALL, Stuart, (1997). Representation: Cultural Representations and Siginifying Pratices, London, Sage

HAMILTON, Russell G. (1981) *Literatura Africana Literatura Necessários I Angola*, Lisboa, Edições 70, 243 p.
HANLON, Joseph e SMART, Teresa, (2008). Há mais bicicletas: mas há mais desenvolvimento?, Mauto, Editora Kapicua, 480 páginas
HEDGES, David (1999) *História de Moçambique*, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Vil II 295 p.
HEINE, Bernd e NURSE, Derek (2008). A Linguístic Geografy of Africa, Cambridge, Cambridge University Press, 371 páginas
HENRIQUES Isabel de Castro, (1998). *Espaços e Cidades em Moçambique*: Roteiro da Exposição, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 46 p
HENRIQUES, Isabel de Castro (2000) A Invenção duma Sociedade: São Tomé e Princepe, Lisboa, Vêga, 151 páginas
HENRIQUES, Isabel de Castro (2002) Escravatura e Transformações Culturais: África-Brasil-Caraíbas, Lisboa, Editora Vulgata, 300 pag. (Actas do colóquio Internacional na Universidade de Évora, 28, 29 e 30 de Novembro de 2001)
HENRQUES, Isabel de Castro (2003) ***Pássaro de Mel***, Lisboa, Colibri, 244 p.
HENRIQUES, Isabel Castro (2004) *Território e Identidade - a construção de Angola colonial (1872-1926)*; Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa, 100 p
HERNÁNDEZ, Francisca H. (2001) *Manual de Museologia*, Madrid, Editorial Sintesis, 317 p. JOLY, Martin (1994/2008); *Introdução à análise da imagem*, Lisboa, Edições 70, 173 p
HERNANDEZ, Francisca Hernandez (2001), Manuel de Museologia, Madrid, Editorial Sintésis, 318 páginas
HERÓDOTO DE HALICARNASSE (1864) Histoires de Herodote, Paria, Henri Plon, 719 páginas(Livre, I Clio; Livre II Euterpe; Livro III Thalie, Livre IV Melpomène, Livre V Terpsichore; Livre VI Érato; Livre VII , Polymia; Livre VIII, Uranie; Livre IX Caliope
HESPANHA, António Manuel (1997). in "Apresentação" CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan, Portugal e o Mundo: O encontro de Culturas na Música, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp 1-3
HESPANHA, António Manuel (1998)."Senso Comum, memória e imaginação da construção da narrativa historiográfica" in A História: Entre a Memória e a Invenção, Lisboa, Cursos da Arrábida nº 3, Publicações Europa-América/CNCDP, 232 p.
HIMMELHEBER, Hans, (1960). Les Masques Africains, Paris, PUF, 47 páginas
HOBSBAWM, Eric (1988) "Tradições Inventadas",in Desporto e Sociedade, Lisboa, Direcção Geral de Desportos, nº 80, 18 páginas
HORTA, Ana Maria do Rosário Silva Horta, (2000). Macau na memória social Portuguesa, Lisboa, Tese de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Lisboa, ISCTE, 191 páginas
HORTON, Mark & MIDDLETON, John (2000). The Swahili: The Social Landscape of a Mercantile Society, Oxford, Blackwell Publishers, 282 páginas
HONWANA, Luís Bernardo, (1988). Nós Matámos o Cão Tinhoso, Porto, Edições Afrontamento, 138 páginas

HONWANA, Luís Bernardo, (2008). "Política Cultural em Moçambique: Uma reflexão" in Savana, 18 de Maio de 2008, 11 páginas. (Consultado em www.macua.org em Dezembro 2009).
HONWANA, Suzete (2007). Festa na Ilha: Catálogo da Exposição de Bonecas, Maputo, CEDIMA, 31 páginas
HOUAISS, Antônio (2003). Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, Lisboa, Temas & Debates
HOUNTONDJI, Paulin J. (2009). "Conhecimento de África, Conhecimento de Africanos: Duas perpectivas sobre os Estudos Africanos" in SANTOS & MENESES, Epistemologias do Sul: Série Conhecimento e Instituições, Coimbra, Almedina, pp 119-131
HUSSERL, Edmund (2005). Sínteses Activas a partir da Lição Lógica Transcendental, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 126 páginas
HUSSERL, Edmund (1995). Lições para uma Fenomenologia da Consciência Interna do Tempo, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 205 páginas
HUTTON, Patrick H. (1993). History as an Art of Memory, Hanover, University Press, of New England, 229 páginas
ICOM NEWS (1948). Internacional Council of Museums, Paris, Unesco House, nº 1
ICOM (2007) 21 st General Conference in Viena, Austria, (www. icom.org)
ICOM, Comissão Portuguesa (1989) II Encontro de Museus de Países e Comunidades Portuguesas, Mafra 11 a 14 de Setembro 1989, edição ICOM, 217 páginas
ICOM, Comissão Portuguesa (1994) IV Encontro de Museus de Países e Comunidades Portuguesas, Macau 28 a 3 de Março de 1994, edição ICOM, 260 páginas
ICOM, Comissão Portuguesa (2001) V Encontro de Museus de Países e Comunidades Portuguesas, Maputo 2001, edição ICOM, 294 páginas
ICOM, Comissão Portuguesa (2009) Código Deontológico do ICOM para os Museus, Liaboa, Comissão Portuguesa do ICOM, traduzido da versão "Code of Ethics for Museums", aprovado pela 15ª Assembleia Geral do ICOM, realizada em Buenos Aires, Argentina, em 4 de Novembro de 1986, modificado na 20ªAssembleia Geral em Barcelona, Espanha, em 6 de Julho de 2001, e revisto pela 21ª Assembleia Geral realizada em Seul, Coreia do Sul, em 8 de Outubro de 2004.
ICOM, Conselho Internacional / Secretaria de Estado da Cultura Guiné-Bissau, (1991) III encontro de Museus de Países e Comunidades Portuguesas, Bissau 26 a 29 de novembro de 1991, edição ICOM, 211 páginas
ICOMOS, (1967). Premier Colloque sur L'Etude de la Conservation, de La Restauration et de la Reanimation des Ensembles Historiques, Céceres- Espagne, 15-19 –III 1967, Louvain, ICOMOD, 100 páginas.
ICOMOS, (1976). Recomendação sobre o Turismo Cultural.
ICOMOS, (1987). Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas
ICOMOS, (1994). Documento de Nara sobre a autenticidade
ICOMOS, (1995). Declaração de Sófia.
ICOMOS, (1996). Carta para a Protecção e Conservação do Património Cultural Subaquático, UNESCO; Sofia, 1996

ICOMOS, (2008). CARTA DOS ITENERÁRIOS CULTURAIS, Elaborada pelo Comité Científico Internacional dos Itinerários Culturais (CIIC), ratificada pela 16ª Assembleia Geral do ICOMOS, em 4 de Outubro de 2008, no Québec, Canadá
IRIA, Alberto (1969). Catálogo da Exposição itinerante, cartográfica e iconográfica, comemorativa do IV centenário da estada de Camões na Ilha de Moçambique, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, 48 páginas
JAMES, William (1924). Philosophie de l'Expérience, Paris, Ernest Flammarion, 368 páginas
JAPPE, Anselm (2006). As Aventuras da Mercadoria: para uma nova crítica da mercadoria, Lisboa, Antígona, 283 páginas
JAPPE, Anselm (2008). Guy Debord, Lisboa, Antígona, 220 páginas
JESUÍNO, Jorge Correia (2000). "Processos Cognitivos", In Comunicação-cognição, Enciclopédia Enaudi, nº 34, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp 314-356
JESUINO, Jorge Correia, (2000) "Processos Cognitivos", in Enciclopédia: Comunicação - Cognição, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp 314 -355
JOLY, Martin (1994/2008); *Introdução à análise da imagem*, Lisboa, Edições 70, 173 páginas.
JOPELA, Albino Pereira de Jesus, (2006). Custódia Tradicional do Património na Província de Manica: experiencias sobre pinturas rupestres no distrito de Manica - 1945-2005, Maputo, Dissertação da Licenciatura em História, Universidade Eduardo Mondlane, 80 páginas
JOPELA, Valdemiro, (2006). Para uma caracterização da Poesia Oral nas Timbila dos Vacopi e alguns contributos do Português (1940-2005), Lisboa, Tese de Doutoramento em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 348 páginas
JORGE, Virgolino Ferreira, (2005). Cultura e Património, Lisboa, Edições Colibri, 98 páginas
JOYCE, James (1960). Retrato do Artista Quando Jovem, Lisboa, Livros do Brasil, 259 páginas
JOYCE, James (1987). Ulisses, Lisboa, Difel, 550 páginas
KAEPLER, Adriane (1992). Folclore, Cultural Performance and popular Entertainements, a Comununication-centered Hand-book, New York / Oxford University Press, 203 páginas
KANDEL, Eric R. e SQUIRE, Larry R.. (2002). Memória: Da mente às moléculas, Porto, Porto Editora, 240 páginas
KANT, Immanuel (1985). Crítica da Razão Pura, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 680 páginas
KARZULOVIC, Juan Ormeño, (2004). Algunas cuestiones teóricas relativas a la "memória" como prática social, in Athenea Digital, nº 6, outono 2004, 16 páginas
KEROUAC, Jack (1960). Pela Estrada Fora, Lisboa, Ulisseia
KHAN, Sheila (2009). Imigrantes Africanos Moçambicanos : Narrativas de Imigração e de Identidade de Aculturação em Portugal e na Inglaterra, Lisboa, Colibri, 189 páginas
KI-ZERBO, Joseph (1986). Histoire Générale de L'Afrique, Paris Présence Africaine/Edicef/Unesco, 8 volumes

KI-ZERBO, Joseph (2002). História de África Negra, Lisboa, Publicações Europa-América, 2 volumes, 452 páginas e 464 páginas
KNOPFLI, Rui (1972), A Ilha de Próspero: Roteiro Privado da Ilha de Moçambique Lourenço Marques, Livraria Minerva Central, 139 p.
KNOPFLI, Rui (1989), A Ilha do Próspero: Roteiro Poético da Ilha de Moçambique, Lisboa, Edições 70/ Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses.
KNOPPFLI JUNIOR, Josué (1942) Sinopse das Matérias Oficiais publicadas no Boletim Oficial da Colónia de Moçambique, Lourenço Marques, Imprensa Nacional
KRISTEVA, Júlia, (1977). Semiótica do Romance, Lisboa, Arcádia, 99 páginas
KRISTEVA, Júlia, (1980). História da Linguagem, Lisboa, Edições 70, 377 páginas
KULYUMBA, Pedro Guilherme (2002) "Museu Nacional de Etnologia" in Indico, serie II, nº 19, Abril-Junho, pp 14-19
KUBIK, Gerhard (1970). Natureza e Estrutura de Escalas Musicais Africanas, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 36 páginas
KULYUMBA, Pedro Guilherme, (2001). Museu Nacional de Etnologia: 50 anos preservando a nossa história, Nampula, Museu Nacional de Etnologia, 86 páginas
LABAN, Michel (1998), Moçambique: Encontro com Escritores, , Fundação Eugénio de Almeida, 3volumes, 231 páginas.
LACERDA, Alberto de (1963). Exílio, Lisboa, Portugália Editora, 145 páginas
LANSON, Gustave. (1965), "La méthode de l'histoire littéraire". In: PEYRE, Henri (ed.). Essais de méthode, de critique et d'histoire littéraire. Paris, Hachette (1. ed. 1910)
LAPA, Joaquim José (1892) Páginas de Pedra – Folhas Dispersas, Moçambique, Imprensa Nacional, 108 p
LE BERNE, Michele (2003). "Missions D'Assistance Technique sur la Situation de L'Ilha de Mozambique: site du Patrimoine Mondial nº 599, 25 Mars- 5 de Avril 2003: Rapport de Mission, UNESCO, Missions D'Assistance Technique
LE CORBUSIER (s/d/2000) *Urbanismo,* São Paulo, Martins Fontes, 307 p.
LE GOFF, Jacques (1997). "Memória" in Enciclopédia EINAUDI, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp, 11-50
LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre, dir. (1977), Fazer História, Lisboa Livraria Bertrand, 3 volumes: Volume I , Novos Problemas, 264 pag, Volume II, Novas Contribuições,285 pag, Volume III, Novos Objectos, 302 páginas
LEAL, Ernesto de Castro (1994). António Ferro – espaço político e Imaginário Social, Lisboa, Cosmos
LEAL, Silva (1878) As Ruínas do Carmo, Lisboa tipografia Universal, pag 14.
LEFÉBVRE, Henri (1966). A linguagem e a sociedade, Lisboa, Ulisseia, 337 páginas
LEFÉBVRE, Henri (1981). Para Compreender o pensamento de Karl Marx, Lisboa, Edições 70, 305 páginas
LEITE, Ana Mafalda (1998). Oralidades & Escritas nas literaturas Africanas, Lisboa Edições Colibri, 153 páginas
LEITE, Ana Mafalda (2003). Literaturas Africanas e Formulações Pós-colonais, Lisboa, Edições Colibri, 193 páginas

LEITE, Ana Mafalda (2004). Literaturas Africanas e Formulações Pós-colonais, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 214 páginas
LEITE, Pedro Pereira (1997). A Escola na Sanzala: *A imagem dos africanos através da acção educativa colonial nos alvores das guerras de libertação africanas (1961-1974)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Educação, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
LEITE, Pedro Pereira, (1999) "Carta do Património do Município da Moita"., in Revisão do Plano Director Municipal da Moita, Lisboa, Bruno Soares Arquitectos, dactilografado
LEITE, Pedro Pereira (2000) "*Turismo e Cultura: As Rotas do Atlântico"*, in Revista Sociedade e Território, Porto, Editorial Afrontamento, nº 32, dezembro, pp. 19-31
LEMOS, Virgílio de (1999). A Ilha de Moçambique: A língua é o Exílio do que sonhas, Maputo, Minerva Central, 23 páginas
LEMOS, Virgílio de (2009). A Invenção das Ilhas, Maputo, Nova Fronteira, 255 páginas
LEROI-GOURHAM, André (1990). O Gesto e a Palavra: 1- A Técnica e a Linguagem, Lisboa, Edições 70, 237 páginas
LEROI-GOURHAM, André (2002). O Gesto e a Palavra: 2- Memória e Ritmos, Lisboa, Edições 70, 237 páginas
LÉVI-STRAUSS, Claude (2004). Tristes Trópicos, Lisboa, Edições 70, 404 páginas
LIMA, Alfredo Viana de (1982). "Relatório da Missão à Ilha de Moçambique: Análise e Sugestões para a Reabilitação", Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, manuscrito com 84 páginas, Tem a data de 1981, processo M 4.83.
LINCH, Kevin (2007). A imagem da Cidade, Lisboa, Edições 70, 198 páginas
LIMA, Mesquitela (1981). A Escultura Negro-Africana, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 55 páginas
LISBOA, Câmara Municipal (2005), Políticas Culturais para a Cidade de Lisboa, Lisboa, Assembleia Municipal de Lisboa., 99 páginas
LISBOA, Fernando (2005). A Ideia de Projecto em Charles S. Peirce, Porto, Publicações da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 286 páginas
LOBATO, Alexandre (1945) A Ilha de Moçambique: Monografia, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 156 páginas. (publicada em revista Moçambique, nº 41, 2de Junho de 1945, pp 7-152)
LOBATO, Alexandre (1952). Sobre a Cultura Moçambicana: Reposição dum problema e resposta a um crítico, Lisboa, Estudos Moçambicanos, 129 páginas.
LOBATO, Alexandre (1953). Aspectos de Moçambique No antigo Regime Colonial, Lisboa, Estudos Moçambicanos, Livraria Portugal, 54 páginas.
LOBATO, Alexandre (1957). "Sociologia Política da Expansão e Outros Ensaios" in Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos, Lisboa, JIU, 117 páginas.
LOBATO; Alexandre (1961). No II Centenário da Instituição do Municipalismo em Moçambique: em 7 de Maio de 1761, Lisboa, Livraria Portugal, 29 páginas
LOBATO, Alexandre (1963). A Problemática dos Estudos Humanísticos numa Perspectiva Portuguesa Lourenço Marques, Conferencia Inaugural do Centro de Estudos Humanísticos anexos aos Estudos Gerais de Moçambique em 19 de novembro de 1963, 29 páginas.

LOBATO, Alexandre (1964) Coexistência Cultural e Formação Espiritual da Nação, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa (Semana do Ultramar), 62 p
LOBATO, Alexandre (1966). A ilha de Moçambique: Panorama Estético, Lisboa, Agência Geral do Ultramar
LOBATO, Alexandre (1967). A ilha de Moçambique: Panorama Histórico, Lisboa, Agência Geral do Ultramar
LOBATO, Alexandre (197-). Panorama - Moçambique: Colecção monografias turísticas do Ultramar, nº 1, Lisboa Neogravura
LOBATO, Alexandre, (1970). Conservar e Modernizar na Ilha de Moçambique, in Monumenta, Lourenço Marques, Comissão dos Monumentos Nacionais, pp 7-10
LOBATO, Alexandre (1972). "Prefácio" in KNOPFLI, Rui, A Ilha do Préspero, Lourenço Marques, Livraria Minerva, pp 11-13
LOBATO, Manuel (1996). "A Ilha de Moçambique antes de 1800", in Ocenaos, nº 25, Lisboa, Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, pp 10-25
LOBATO, Manuel (1999). "Introdução" in SANTOS, Frei João, Etiópia Oriental e vária História de cousas notáveis do Oriente, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses
LOYTARD, Jean-François (1986). A Condição Pós-Moderna, Lisboa, Gradiva, 129 páginas
LOYTARD, Jean-François (1990). A Fenomenologia, Lisboa, Edições 70, 119 páginas
LOUREIRO, João, (2005). Postais Antigos da Ilha de Moçambique e da Ilha do Ibo, Lisboa, Maisimagem, 127 páginas.
LOURENÇO, Eduardo, (1995). "A Cultura na Era da Mundialização" in SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1995). Cultura e Economia: Actas do Colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, pp 19-25
LUHILA Mubiana; KORANTENG,Lydia A.; GODOUNOU, Alain.), (1995). "New direction in Africa " in Museum International, UNESCO, Paris, n°188 (vol. 47, n°4), pp.28-34.
LUKACS, Georg, (1973). Sobre o conceito de Consciência de Classe, Porto, Publicações Escorpião, 81 páginas
LUKACS, Georg, (1974). História e Consciência de Classe, Porto, Publicações Escorpião, 378 páginas
LUSPTOPIE, Enjeux Contemporains Dans Les Espaces Lusophones (1997) Lusotropicalisme: Idéologies Coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones, Paris, CNRS, 326 páginas
M'BOKOLO, Elikia (2003). África Negra: História e Civilizações, Tomo I- Até ao século XVIII, Lisboa, Editora Vulgata, 584 páginas
M'BOW, Amadou Mahatar (1980). O que é a UNESCO, Porto, Delegação Portuguesa do Porto, 17 páginas
MACAGNO, Lourenlo, (2006). Outros Muçulmanos: Islão e narrativas colonais, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 254 páginas
MACAMO, Elísio, (1998). "A influência da Religião na formação das identidades sociais no Sul de Moçambique" in SERRA, Carlos, dir. Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, pp 35-64

MACEDO, Luís de e Montalvor, Luiz (1934): "Arte Indígena Africana, com uma selecção de obras , Lisboa, Edição Ática, 35 p.
MACHAQUEIRO, Raquel Sofia, (2003) *Tropicalidade e Lusofonia: Imagens e Representações identitárias num contexto pós-colonial*, Lisboa, Tese de Mestrado em Antropologia, ISCTE, 177 p.
MACIEIRA, Isabel Maria de Sousa Nunes da Silva, (2007) A ilha de Moçambique durante a Idade Moderna: *A cidade de Pedra e Cal, Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa*, Faro, Faculdade de Ciências Humanas e Socais da Universidade do Algarve, 2 volumes
MAGAIA, Albino (1987). "Os pequenos museus que não temos", in Notícias de Maputo, 29 de Setembro de 1987, pagina 10
MAIA, Maria Helena (2007) *Património e Restauro em Portugal -1825 -1880)* Lisboa, Edições Colibri, 394 p..
MALRAUX, André (1933) La Conditon Humaine, Edição Portuguesa de Livros do Brasil, Colecção Dois Mundos, Tradução Jorge de Sena, 305 páginas
MALRAUX, André, (1965) [2000*], O Museu Imaginário*, Lisboa, Edições 70, 247p
MANO, Manuel Lourenço, (1963). Entre Gente Remota: Crónicas e Memórias Históricas de Moçambique, Lourenço Marque, Minerva Central, 234 páginas
MARGARIDO, Alfredo (1962), Poetas de Moçambique, Lisboa, Casa dos Estudantes do Império, 113 páginas
MARGARIDO, Alfredo (1964), Negritude e Humanismo, Lisboa, Casa dos Estudantes do Império, 44 páginas
MARGARIDO, Alfredo (1975), "As Ideologias do Colonialismo" in Cadernos de Circunstância, Porto, Afrontamento, pp 101-145
MARGARIDO, Alfredo (1979), "Alguns Comentários em torno de Jorge de Sena (1919-1978), in separata dos Arquivos do Centro Cultural Português, XIII, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, pp 781- 800
MARGARIDO, Alfredo (1979), "Les Afro-americains et les Africains dans les Poésis de Langue Portugaise (XVIII-XIX siécles)", in separata dos Arquivos do Centro Cultural Português, XIV, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, pp 331-343
MARGARIDO, Alfredo (1980), Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa, Lisboa, Regra do Jogo, 559 páginas
MARGARIDO, Alfredo (1983), "Les Relations Culturelles du Côté du Coprs: La nourriture et le vêtement," Separata do Colóquio Les Rapports Culturels et littéraires entre le Portugal et La Franca", Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, pp 423-466 páginas
MARGARIDO, Alfredo (1984), «La vision de L'autre: Africain et Indien D'Amérique dans la renaissance portugaise", in L'Humanisme Portugais et L'Europe, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, pp 507- 555
MARGARIDO, Alfredo (1985), "Les Difficultes de Lá Structuration des Histoires des Littératures Des Pays Africain des de Langue Officielle Portugaise",", in Les Littératures Africaines de Langue Portugaise, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, pp 513-521
MARGARIDO, Alfredo (1991), "Pefácio" in TORRES, Adelino, O Império Português entre o Real e o Imaginário, Lisboa, Escher, pp 7-21

MARGARIDO, Alfredo (1994). *As surpresas da Flora no tempo dos Descobrimentos*, Lisboa, Edições ELO, 136 p.
MARGARIDO, Alfredo (2000) *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*, Lisboa, Edições Lusófonas, 88 páginas.
MARGARIDO, Alfredo (2002) "A participação dos Africanos –Escravos ou livres – na mudança cultural em Portugal e no Brasil" in Escravatura e Transformações Culturais: África-Brasil-Caraíbas, Lisboa, Editora Vulgata, pp 29-50
MARQUES, António Alves Silva (2006). O Território como Espaço de Acção Colectiva: Paradoxos e Virtualidades no Processo de Planeamento Territorial da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Lisboa, Tese de Mestrado em Planeamento Territorial no ISCTE, II volumes, 201 páginas.
MARQUES, João Pedro (1999). Os sons do Silêncio: Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 509 páginas
MARQUES, João Pedro (2004). Portugal e a Escravatura dos Africanos, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 160 páginas
MARTINEZ, Francisco Larma (1989), O Povo Macua e a sua Cultura, Lisboa ME/IICT, 320 p.
MARTINS, Ana Cristina, (2003), Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória: Um percurso na Arqueologia de Oitocentos., Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 365 p.
MARTINS, Moisés de Lemos, (2002). A Linguagem, a verdade e o poder: Ensaio de Semiótica Social, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 218 páginas
MARX, Karl ([1878]/2009) O Capital: Crítica de Economia Política, Lisboa, Editorial Avante, Tomo I, páginas.
MASAO, Fidelis T, (1993). "Reviving the village museum in Dar es Salaam", in Museum International, UNESCO, Paris, n°177 (vol. 45, n°1), pp.57-59.
MATTEO, Angius e ZAMPONI, Mario (1999) A ilha de Moçambique: convergência de povos e culturas, Bolonha/ Lisboa , Edição Africhi eOrienti, com apoio da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses,191 páginas
MATOS, Manuel Cadafaz de (1985). A Etnomusicologia na Índia Portuguesa no Século XIX e primeira metade do século XX (vista através de duas recolhas levadas a efeito por portugueses), Lisboa, Instituto de Investigação Cientifica Tropical, separata do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, pp 397-428
MATOS, Sérgio de Campos (1998). Historiografia e Memória Nacional (1846-1898). Lisboa, Edições Colibri, 578 péginas
MATUSSE, Gilberto (1993). A Construção da Imagem da Moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani BA KA Khosa, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Literatura Comparada, FCSH, 182 páginas
MAUSS, Marcel, (1993), Manual de Etnografia, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 248 páginas
MAYOR, Frederico (1989). África – Uma prioridade: Programa de Acção 1990-1995, Porto, Centro da Unesco/Departamento da Fundação Cupertino de Miranda, 45 páginas

MAZULA, Brazão (1995) *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique (1975-1985)*, Porto, Edições Afrontamento, 275 p.
M.D.G. Achivement Found /International Trade Center "Análise da Cadeia de Valor do Sector do Artesanato em Nampula, Inhambane e Maputo": Relatório Submetido pelo Cedarte à ITC, Outubro de 2009 (dactilografado). Disponível no Centro de Documentação da UNESCO-Ilha de Moçambique
MEDEIROS, Eduardo (2002) "A Escravatura no Norte de Moçambique: formaçãodos novos espaços e entidades políticas na segunda metade do seculo XVIII e durante o seculo XIX", in, Escravatura e Transformações Culturais: África-Brasil-Caraíbas, Lisboa, Editora Vulgata, pp 211-231
MEDINA, João, (1995). "Sebastianismo – exame crítico dum mito português" in História de Portugal, Lisboa, Clube do Livro, Volume 6, pp 251-386
MEDINA, João, e HENRIQUES, Isabel de Castro (1996). A Rota dos Escravos: Angola e a Rede do Comércio Negreiro, Lisboa, CEGIA, 255 páginas
MELO, Alexandre (1997). "Equívocos e Complexidades na Definição de Políticas Culturais", in Revista do Observatório das Actividades Culturais, OBS, nº2, Lisboa, OAC, pp 10-14
MENDES, Francisco da Costa (18) Catálogo Cronológico e Histórico dos Capitães Generais e Governadores de Moçambique, Lisboa, Arquivo Histórico Colonial (Depositado por António Enes)
MENEZES, Marluci, (1996). Trerritórios e Representações Colectivas do Espaço, Lisboa, Tese de Mestrado em Antropologia Social, 167 páginas
MIDDLETON, Davis e BRWON, (2006). "A Psicologia Social da Experiencia" in Proposições, volume 17, n 2 – Maio/Agosto, pp 71-97
MINISTERIO DA CULTURA DE ESPAÑA, (2005), *Critérios para elaboración del Plan Museológico*, Madrid, Secretaria General Técncia, 191 p..
MINISTERIO DA CULTURA [PORTUGAL], (1984). A Politica Cultural nos Programas do Governo: Abril 1974-Abril 1884, Lisboa, Direcção-Geral dos Serviços Centrais
MINISTÉRIO DA CULTURA [MOÇAMBIQUE], (1988). Novos Rumos: Exposição de Escultura Makonde Contemporânea, Maputo, Museu Nacional de Arte, 13 páginas
MINISTÉRIO DA CULTURA [MOÇAMBIQUE], (1999). Arte Makonde – Caminhos Recentes: Exposição, Maputo, Ministério da Cultura – Departamento de Museus – Projecto Arte Makonde, 90 páginas
MINISTÉRIO DA CULTURA DE MOÇAMBIQUE /CNPCIM (2001), V Encontro de Museus de Países e Comunidade de Língua Portuguesa – Maputo 18-24 SET200, 294 p
MIRANDA, José Augusto Bragança de (1990). Fundamentos de uma Analítica da Actualidade, Lisboa, Tese de Doutoramento em Comunicação Social, Universidade Nova de Lisboa, 603 péginas
MIRANDA, José Augusto Bragança e COELHO, Eduardo Prado, (2000), Revista de Comunicação e Linguagem, Nº 28 "Tendências da Cultura Contemporânea", Lisboa, Relógio de Água, 503 páginas
MISTZAL, Barbar. (2003). Theories of Social Remembring, Philadelphia, Open University Press, 159 páginas

MOÇAMBIQUE, Governo Geral da Província (1860-1910). Boletim Official, Moçambique, Imprensa Nacional.
MOÇAMBIQUE – Secretaria de Estado da Cultura (1985), *Ilha de Moçambique – Relatório:1982-1985*,Maputo, SEC, 222 p.
MOÇAMBIQUE Comissão Organizadora da Representação da Colónia (1934), Moçambique na Exposição colonial do Porto, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, reúne as monografias: VIEIRA Tenente A. A.E. Santos, (1934). "História da Expansão do domínio Português", 56 p., FREITAS, Eng.º António Joaquim, (1934). "Notas sobre a Geologia e a Industria, 43 p.,CABRAL, Augusto, (1934). "Os indígenas da Colónia de Moçambique", 13 pag., FIGUEIREDO, Capitão António dos Santos, (1934). "A Vida Social", 29, pag., VIEIRA, C.A. de Melo, (1934). "A Agricultura", 40 pag; A Silvicultura, 31 pag, Algodão 18, pag."A Bananeira, 10 pag, "Cana Sacarina"12,pag, "Chá"., 10 pag., "Citrus", 20 pag,, "Coqueiros", 20 pag,, "Sisal", 17 pag., "Tabaco" 13 pag., BOTELHO, João, (1934)"Serviços de Veterinária", 9 pag., CRUZ, Dr. C.A. Sheppard, (1934), "Estação Zootécnica de Chobela, 15 pag. MARTINHO, Dr. Jacinto Pereira, (1934) "A Caça", 32 pag. GRANGER, J. J., (1934). "Breve Notícia sobre Estradas, Navegação Fluvial e Aérea", 10 pag., MENANO, Francisco, (1934). Correios, Telégrafos e Telefones, 17 pag, SECÇÂO TECNICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE E HIGIENE, (1934). Serviços de Saúde e Higiene", 44 pag.
MOÇAMBIQUE, CONSELHO MUNICIPAL, (2005). Plano Estratégico para o Centro do Património Edificado da Ilha de Moçambique (2005-2010), Maputo, exemplar dactilografado disponibilizado pelo arquitecto José Forjaz
MOÇAMBIQUE, Republica de (1995). Moçambique: Constituição, Lei Eleitoral e Legislação Complementar, Lisboa, Edições 70, 243 páginas
MOÇAMBIQUE, Republica de (2004). Constituição da Republica de Moçambique, Maputo, Assembleia Da Republica, 97 páginas
MOÇAMBIQUE, Republica de (2006). Plano Estratégico para a Educação e Cultura, Maputo, Ministério da Educação e Cultura, 457 páginas
MOÇAMBIQUE – Secretaria de Estado da Cultura (1985), *Ilha de Moçambique - Relatório*, Maputo, Secretaria de Estado da Cultura
MOÇAMBIQUE, Sociedade de Estudos da Colónia de (1930). Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 14 páginas
MOMPLÉ, Lilia (1999) Neighbours, Maputo, Associação dos Escritores Moçambicanos,105 páginas.
MOMPLÉ, Lilia (2007) Ninguém Matou Suhura, Maputo, Associação dos Escritores Moçambicanos, 102 páginas
MONDLANE, Eduardo (19975). Lutar por Moçambique, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 251 páginas
MONTEIRO, Armindo (1933). Os portugueses na colonização contemporânea: Nobreza Colonial, Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca da Agência Geral das Colónias, 23 páginas
MONTEIRO, Luís (1992). Musica Oral e Etno-História: Apontamentos para um atlas de etnomusicologia comparada, Aveiro, Universidade de Aveiro, 32 páginas

MONUMENTA, (1965-1972), Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais, Lourenço Marques, Tipografia Moçambique editora
MORAVIA, Alberto, (2007). Uma Ideia da Índia, Lisboa, Tinta-da-china, 142 páginas
MOREIRA, Adriano (1957). Estudos de Política Ultramarina, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar,
MOREIRA, Adriano (1961). A Batalha da Esperança, Lisboa, Edição de Autor, 145 páginas
MOREIRA, Adriano (1979). A ciência Política, Lisboa, Livraria Bertrand, 442 páginas
MOREIRA, Adriano (1999). Estudos da Conjuntura Internacional, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 563 páginas
MOREIRA, Isabel Maria Martins (1988). As Formas Materiais do Legado da Cultura: Museus e Monumentos em Portugal (1772-1974). Lisboa, Tese de Mestrado em Sociologia Aprofundada da Realidade Portuguesa, Faculdades de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 190 páginas
MOREIRA, Fernando João (2000).”The Criation Process of a Local Museum, in “Cadernos de Sociomuseologia, n27, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, pp 11- 29
MOREIRA, Maria da Conceição Machado (2004), *Museologia e Identidade Territorial*, Lisboa, ULHT,
MORGADO, Isabel Salema (2004). Uma Ética para a Política, Lisboa, Instituto Piaget
MORSE, Janice, (2007). Aspectos Essenciais de Metodologia de Investigação Qualitativa. Lisboa, Sinais Vitais, 373 páginas.
MOSCOVICI, Serge (1976) Psychologie des minorités actives, Paris, PUF, 275 páginas
MOSCOVICI, Serge, e DOISE, Willem (1991) Dissensões e Consenso. Uma teoria geral das decisões colectivas, Lisboa, Livros Horizonte, 254 páginas
MOUNIER, Emmanuel (1964). O Personalismo, Lisboa, Moraes Editora, 210 páginas
MOURA, Manuel (1979), O Pensamento de Paulo Freira: Uma revolução na Educação, Lisboa, Multinova, 150 pag
MOURÃO, José Augusto, e BABO, Maria Augusta, (2007). Semiótica: Genealogia e Cartografias, Coimbra, Minerva, 245 páginas
MOUTINHO, Mário (1980) *Introdução à Etnologia*, Lisboa, editorial estampa, 154 p.
MOUTINHO, Mário e NABAIS, António (1991). “Missões de Cooperação com a Republica da Guiné-Bissau nas áreas do Património e Museologia”, in III Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa, Bissau, Comissão Portuguesa do ICOM, pp. 37-40
MOUTINHO, Mário (1994), “A construção do objecto Museológico”, Lisboa, Edições Universitários Lusófonas, Cadernos de Sociomuseologia, Volume nº 4, 58 páginas
MOUTINHO, Mário (2000), O Indígena no pensamento colonial Português, Lisboa, Edições Universitários Lusófonas, 259 p
MOUTINHO, Mário (2007). “Definição evolutiva de Sociomuseologia - Proposta de reflexão.”, Setembro 2007- XIII Atelier Internacional do MINOM, Lisboa Setúbal (distribuído no Seminário Função Social do Museu” no curso de Doutorado na Universidade Lusófona, 2008

MOUTINHO, Mário (2008) Museus com Instituições Prestadoras de Serviços, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Working Paper, distribuído durante o Seminário "Função Social do Museu" do Curso de Doutoramento, pagina
MUGE, Amélia e FORJAZ, Moira (1983) Muipiti – Ilha de Moçambique, Lisboa, Imprensa Nacional Casa de Moeda, (resulta do seminário de História e Arqueologia realizado em 1978 pela Universidade Eduardo Mondlane)
MURTEIRA, Mário (2008), *Disse Bom dia à noite*, Lisboa ICS, 192 p..
MUSEU DA CHAPELARIA (20O2) *I Jornadas de Museologia*, São João da Madeira, CMSJM, 172
MUSEU DE NAMPULA (1960), Boletim do Museu de Nampula (Museu Regional Comandante Ferreira de Almeida), Nampula, Museu Regional, nº 1 , 164 páginas
MUSEU DE NAMPULA (1961), Boletim do Museu de Nampula (Museu Regional Comandante Ferreira de Almeida), Nampula, Museu Regional, nº 2, 185 páginas
MUSEU DR. ÁLVARO DE CASTRO (1950) Memórias nº 1, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 96, páginas
MUSEU DR. ÁLVARO DE CASTRO (1953) Memórias nº 2, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 85 páginas
MUSEU NACIONAL DA MOEDA (1983). O Guia do Museu Municipal da Moeda, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique/Universidade Eduardo Mondlane, 51 páginas
MUSEU NACIONAL DE ARTE (1988). Novos Rumos: Exposição de Escultura Makonde Contemporânea.Maputo, Museu Nacional de Arte,13 páginas.
NEGREIROS, Almada (1904), *Le Mozambique*, Paris, Agustin Challamel. 108p.
NÉGRIER, Emmanuel (2004). Polítiques Culturelles Territoriales: Derniere Inventaire avant Descentralisation?, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, Publicação Periódica da OAC, nº 13 , pp 3-15
NGOENHA, Elias, (1998). "Identidade Moçambicana: já e ainda não" in SERRA, Carlos, dir. Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, pp 18-34
NIAS, Christine and Peter, (1996). "Namibia's Mobile Museum Service" in Museum International, UNESCO, Paris, n°192 (vol. 48, n°4), pp. 45-48.
NOA, Francisco, (2002) Império, Mito e Miopia: Moçambique como invenção literária, Lisboa, editorial Caminho, Colecção Estudos Africanos, 423 pag.
NORA, Pierre (1984), Les Lieux de Mémoire, Paris, Gallimard, 3 volumes: Volume I La République, 674 páginas, Volume II, La Nation, 662 páginas, Volume III Les France, 988 pag.
NORONHA, Eduardo de (193) Baltazar Pereira do Lago: O Marquez de Pombal de Moçambique, Lisboa, Editorial Cosmos, Cadernos Coloniais nº 23, 40 p.
NOVOA, António, DEPAEPE, Marc e ERWIN, V (1995) *The Colonial Experience in Education*, Lisboa, IIE, 382 p.
NTUMBO, Matias, (2009). Fábulas de Cabo Delgado, Maputo, Xilogravuras, 86 páginas
NUNES, João Arriscado (1996). "Fronteiras, hibridismo e mediatização: Novos Territórios da Cultura, in Revista Crítica de Ciências Sociais, Porto, Afrontamento, nº 45 pp 35-71 Elo-

gio do Impuro: cultura e ciência na transição pós-moderna", in SERRA, Carlos. Conflito e Mestiçagem, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, pp 239-282 páginas
NUNES, João Arriscado (2000). "Elogio do Impuro: cultura e ciência na transição pós-moderna", in SERRA, Carlos. Conflito e Mestiçagem, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, pp 239-282 páginas
O'NEILL, Brian J. (1992). Relatório Pedagógico e Programa da Cadeira Antropologia das Sociedades Complexas, Lisboa: Provas de Agregação no ISCTE, Dactilografado,107 páginas
O'NEILL, Brian J. (2006). "Estudo de Caso - Emular de Longe: O Povo Português de Malaca" . In Antropologia Social - Sociedades Complexas, ed. Brian Juan O'Neill, pp 345 - 392. . Lisboa: Universidade Aberta, Série Manuais, Nº 296
O'NEILL, Brian J. (2009.) "Histórias de Vida em Antropologia: Estilos e Visões, do Etnográfico ao Hipermoderno". In Histórias de Vida: Olhares Disciplinares, ed. Elsa Lechner, 109 - 121. . Porto: Edições Afrontamento.
O'NEILL, Brian J. (2008). "Displaced Identities among the Malacca Portuguese". In Recasting Culture and Space in Iberian Contexts, ed. Shawn Parkhurst e Sharon Roseman, 55 - 80. . Albany: State University of New York (SUNY) Press.
O'NEILL, Brian J. (2008) "Os Rituais como Expressões Multiculturais". In Portugal: Percursos de Interculturalidade -Vol. III - Matrizes e Configurações, ed. Artur Teodoro de Matos e Mário Ferreira Lages, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI). pp 53 104.
O'Neill, Brian J.(2002). "Multiple Identities among the Malacca Portuguese", Review of Culture / Revista de Cultura (edição internacional), 4: 83 - 107.
O'Neill, Brian J. (1999). "La Triple Identité des Portugais de Malacca", in Ethnologie Française 29, 2: 237 - 253.
O'NEILL, Brian J.(2000). "Résister à la Domination: L'Identité 'Portugaise' des Eurasiens de Malacca", Trabalho apresentado em Colloque Internacional: Lusophonie et Multiculturalisme , In Arquivos do Centro Cultual Português, Paris.Organização de Prof. Francisco Bettencourt.
O'NEILL, Brian J. 2002. "Patrimónios Sobrepostos: A 'Lusomania' entre os Portugueses de Malaca", Trabalho apresentado em Seminário de Trabalho: Matérias do Património - Memórias e Identidades, In A Matéria do Património: Memórias e Identidades, Lisboa, Colibri
OAC, (2004), *Públicos da Cultura – Actas do Encontro*, Lisboa Observatório das Actividades Culturais, 283 p.
OCEANOS, (1996) Ilha de Todos- Ilha de Moçambique, Lisboa, Revista da Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, Nº 25 Janeiro-Março de 1996,
OLEIRO, Manuel Bairrão coord., (2005). *O Panorama Museológico em Portugal (2000-2003)*, Lisboa, Ministério da Cultura /OAC/IPM, 138 p.
OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1969), "Introdução" in Escultura Africana, Lisboa, Museu de Etnologia do Ultramar, p. 3-22
OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1971), *Apontamentos sobre museologia: museus etnológicos, Lições dadas no museu de etnologia do Ultramar*, Estudos de Antropologia Cultural, nº 6, Junta de Investigações do Ultramar, 112 p.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1972),"Introdução" in Povos e Culturas, Exposição na Galeria Nacional de Arte Moderna, Lisboa Junta de Investigações do Ultramar, 225 p
OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1976), "Introdução" in Modernismo e Arte-Negro Africana, Lisboa, Museu de Etnologia do Ultramar, p. 3-2227 páginas
OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1985a), "Introdução""Arte Africana em Portugal" in Escultura Negra Africana em Portugal, Lisboa, Museu de Etnologia do Ultramar, p. 3-19
OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1985b), "Introdução""Escultura Africana: A grande Aventura" in Escultura Africana, Lisboa, Centro de Arte Moderna – Fundação Calouste Gulbenkian, p. 9-16
OLIVEIRA, José Osório de (1931). Geografia Literária, Coimbra, Imprensa da Universidade, 175 páginas
OLIVEIRA, José Osório de (1944). Literatura Africana, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 221 páginas
OLIVEIRA, José Osório de (1952). Contribuição Portuguesa para o Conhecimento da alma Negra, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 37 páginas
OLIVEIRA, José Osório de (1954). Uma Acção Cultural em África, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 88 páginas
OLIVEIRA, José Osório de (1956). Le Musée D'Une Culture Africaine (Musée de Dundo", in Revue Congo-Tervuren, nº 3-4, pp 3-7
OLIVEIRA, José Osório de (1956). El Arte Negro como expresion humana y como valor cultural, Madrid, Indice, 90 páginas
OLIVEIRA, MARGARIDA Maria Garcia (1998). Memória da cidade Destruída. Problemática da Intervenção Contemporânea, Lisboa, Mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporâneas, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 161 páginas + 266 páginas (Anexos)
OLIVEIRA, Rosika Darcy de e DOMINICÉ, Pierre (1977), Ivan Illich e Paulo Freire: A Opressão da Pedagogia: A Pedagogia dos Oprimidos, Lisboa, Sá da Costa, 60 pag.
OLOFSSON, Elisabete (1997), "Os Museus em Moçambique em 1987: Hoje e no Futuro: algumas reflexões a partir duma perspectiva sueca, Intervenção no Seminário Nacional sobre Património Cultural, realizado em Maputo entre 1 e 4 de Outubro de 1997, no Ministério da Cultura, Juventude e Desportos, manuscrito dactilografado, 7 páginas
OLSON, Mancur, (1998). A Lógica da Acção Colectiva: Bens Públicos e Teoria dos Grupos, Oeiras, Celta Editora
OXFORD UNIVERSITY PRESS (2002). Shorter Oxford English Dictionary, Oxford, Oxford University Press, pag. 1865
PANOVSKI, Erwin, Estudos de Iconologia: Temas Humanísticos na Arte do Renascimento, Lisboa, Editorial Estampa, 237 páginas
PANTOJA, Selma Alves (1994) O Encontro de Terras de Além-Mar: Os Espaços Urbanos do Rio de Janeiro, Luanda e Ilha de Moçambique na era da Ilustração, Tese de Doutoramento apresentada no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
PASQUINO, Gianfranco, (2001). Curso de Ciência Política, Lisboa, Principia, 390 páginas.

PEIRCE, Charles Sanders, (1970). Deduccion; Induccion e Hipotesis, Buenos Aires Aguilar Argentina, 90 página
PEIRCE, Charles Sanders, (1978). Écrits sur le signe, Paris, Seuil
PEIRCE, Charles Sanders, (1998). Antologia Filosófica, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 329 páginas
PÉLISSIER, René, (2000). História de Moçambique II: Formação e Oposição – 1854-1918, Lisboa, Editorial Espampa.607 páginas.
PERALTA, Elsa, (2006). Memória Cultural e (ReImaginação Identitária em Contextos Culturais Portugueses: Ilhavo A Construção da Tradição do Mar na Esfera Pública, Lisboa, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Especialidade de Antropologia Cultural, 2 volumes, 547 páginas
PERALTA, Elsa e ANICO, Marta (2006). Patrimónios e Identidades, Oeiras, Celta Editora, 217 páginas
PERALTA, Elsa (2008). A memória do Mar. Património, Tradição e (Re) Imaginação Identitária na Contemporaneidade, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas-UTL, 455 páginas
PEREIRA, António Feliciano Marques (1966). "Prosa e Poesia: Aspectos Picturais Euro-Africanos Arte Negra: Musica e Dança em Moçambique", Separta de A Arte e a Natureza em Moçambique, Lourenço Marques, 172 páginas
PEREIRA, António Feliciano Marques (1966). A Arte em Moçambique, Lisboa, Ministério do Ultramar, 558 páginas
PEREIRA, Luís Filipe (1983). "História da Ilha" in MUGE, Amélia e FORJAZ, Moira Muipiti – Ilha de Moçambique, Lisboa, Imprensa Nacional Casa de Moeda, pp 6-9
PEREIRA, Luís Filipe (s/d) "História da Ilha de Moçambique", in Documentos da Candidatura da Ilha de Moçambique a Património da Humanidade, Maputo, manuscrito, Biblioteca do Serviço de Museus.
PEREIRA, Maria LEVASS, (1973) O Museu Arqueológico do Algarve (1880-1881), subsídios para o estudo da museologia em Portugal, Dissertação apresentada ao curso de conservador de museu, Lisboa, Separata dos Anais do Município de Faro, 1981
PEREIRA, Pedro Manuel F. Cardoso (2004) PRESERVAR E DESENVOLVER EM MUSEOLOGIA: Contributo para o estudo do objecto e do processo museológico, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Museologia na ULHT, 269 p.
PEREIRA, Pedro Manuel F. Cardoso (2010) O Património perante o Desenvolvimento, Lisboa, Tese de Doutoramento em Museologia na ULHT.
PEREIRA, Maria Manuela Cantinho (2005) *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa – modernidade, colonização e alteridade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 605 p PERESTRELO, Maria Margarida, (2005). Prospectiva: planeamento estratégico num contexto de desenvolvimento regional, Lisboa, Tese de Doutoramento em Sociologia, ISCTE, 473 páginas
PESSOA, Fernando dos Santos (2001), *Reflexões sobre Ecomuseologia*, Porto, Edições Afrontamento, 139p.
PETERS, Tom, (1988). A Paixão pela excelência: a diferença na Liderança, Lisboa, Pensamento, Editores e Livreios,469 páginas

PETERS, Tom, (1994). O Seminário de Tom Peters: Tempos Loucos pedem organizações loucas, Lisboa, Bertrand Editora, 329 páginas
PETERS, Tom, (1998). O Círculo da Inovação, Lisboa, Bertrand Editora, 521 páginas
PERAUX, François, (1981). Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 371 páginas
PIAGET, Jean (1977) Psicologia e Epistemologia, Lisboa Publicações Dom Quixote, 178 p.
PIAGET, Jean (1983), Problemas de Psicologia Genética, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 182 pag.
PIMENTEL, Cristina (2005), *O sistema Museológico Português (1833 -1991)* em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 295 p
PINHARANDA, João (2009). O Modernismo I: Expressão, estilização disciplina, in Arte Portuguesa da Pré-História ao Século XX, Volume 18, Lisboa, Fabu editores
PINTASILGO, Maria de Lourdes (1998). "Prefácio" in APPLE, Michael W. e NÓVOA, António, Paulo Freire: Pedagogia e Política, Porto, Porto Editora, pp 9-13
PINTO, Américo Cortez. (1959). Museus e Museologia, Caldas da Rainha, Edição de Autor, 38 páginas.
PINTO, João Rocha (1989), "A Viagem - Memória e Espaço: Literatura Portuguesa de Viagens – Os primitivos Relatos de viagem ao Indico (1497 -1550), in Cadernos de História Económica e Social, nº 11-12, Lisboa, editora Sá da Costa, 254 pag.
PINTO, José Madureira (1994). "Intervenção Cultural em Espaços Público" in SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1995). Cultura e Economia: Actas do Colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, pp 191-208.
PINTO, José Madureira (1994). "Uma Reflexão sobre Políticas Culturais" in Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia,
PIRES, M. Laura Bettencourt, (2004). Teorias da Cultura, Lisboa, Universidade Católica Editora, 224 páginas
PLATÃO (s/d /1981) *Fedro*, Porto, Guimarães Editores, 159 p.
PLATÃO (s/d /2000) *Fédon*, Porto, Guimarães Editores, 173 p.
PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2003). Relatório do Desenvolvimento Humano: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana, Lisboa, Mensagem, 367 páginas
PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2005). Relatório do Desenvolvimento Humano: Cooperação Internacional numa Encruzilhada, Lisboa, SIG, 372 páginas
POCINHO, Margarida Maria Diogo Dia (2004), Psicologia Cognitiva e Linguagem Materna: Avaliação da eficácia dum programa de estratégias de aprendizagem para alunos com insucesso escolar em Língua Portuguesa, Funchal, Universidade da Madeirsa,440 páginas
POLLAK, Michael, (1992). Memória e Identidade Social, in Estudos Históricos, Volume 5, nº 100, Rio de Janeiros, pp 200-212
PORTO, Nuno, (2002). "O Museu e o Arquivo do Império (o terceiro império português visto do Museu do Dundo, Companhia dos Diamantes de Angola" in Bastos, Cristiana,

ALMEIDA, Miguel V. e FELDMAN-BIANCO, Bela Trânsitos Coloniais, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, pp 117-132
PORTO, Nuno, (2009). Modos de Objectivação da Dominação Colonial: o Caso do museu do Dundo, (1940-1970), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 698 páginas
PORTUGAL, Ministério da Educação (1995). Colóquio Construção e Ensino da História de África, Actas das Sessões, Lisboa, Grupo de Trabalho para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses do ME, 647 páginas
PORTUGAL, Ministério dos Negócios Estrangeiros (2006a), Uma visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa, Lisboa, IPAD/MNE, 53 páginas
PORTUGAL, Ministério dos Negócios Estrangeiros (2006b), Estratégia da Cooperação Portuguesa: Operacionalização Lisboa, IPAD/MNE, 27 páginas
PORTUGAL, Ministério dos Negócios Estrangeiros (2009), Balanço da Visão Estratégia da Cooperação Portuguesa, IPAD/MNE, 27 páginas
PRIMO, Judite Santos (1999) Museologia e Patrimónios – Documentos Fundamentais, Cadernos de Sociomuseologia, nº 15 , Lisboa, ULHT.
PRIMO, Judite Santos (2000) *Museus Locais: Estudo do Projecto para o Museu da Murtosa*, Lisboa, ULHT.
PRIMO, Judite Santos (2007), A Museologia e as Políticas Culturais Europeias: O Caso Português. Porto, Universidade Portucalense, Tese de Doutoramento em Educação, 404 páginas.
PROPP, Vladimir (1979) Édipo à luz do Folclore, Lisboa, Veja, 202 páginas.
PROPP, Vladimir (1983). A Morfologia do Conto, Lisboa, Veja, 286 páginas
PROUST, Marcel (1968). Em busca do Tempo Perdido, Lisboa, Livros do Brasil, Volume I, No Caminho de Swan, 419 páginas
PROUST, Marcel (2005). Em busca do Tempo Perdido, Lisboa, Circulo de Leitores, Volume 7, O Tempo Reencontrado, 384 páginas
QUINTELA, João de Deus Mendes (1994) A Ilha de Moçambique na História de Portugal: Cor e Poesia, Covilhã, Universidade da Beira Interior: Reitoria, 55 p.
QUINTINHA, Julião (1929) Oiro Africano: Crónicas e impressões duma viagem jornalística na África Oriental Portuguesa, Lisboa, Editora Portugal Ultramar, 425 páginas
QUIVY, Raymond, (1992). Manual de Investigação em Ciências Sociais, Lisboa, Gradiva, 275 páginas.
RAJABALI, Karim Sadrudin (2004), Índice de Cidadania Empresarial: Ferramenta de Trabalho e Modelo de Referencia para Empresas Comprometidas em Gerir, mediar e relatar os seus impactos na sociedade, Lisboa, Tese de Mestrado em Gestão de Empresas, ISCTE 2004, 206 páginas
RAMOS, João Mota de coord., (1999). Organizações Internacionais, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 733 páginas
RAU, Virgínia, (1963) Aspectos Étnico-culturais da Ilha de Moçambique em 1822, saprata STUDI, Revista Semestral, nº 11 Janeiro 1963, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, pp 123-162

REGO, A. Da Silva e BAXTER, A. X (1962, ss). Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Volume I , 1497-1506,823
REIS, António, (org.), (2003), As grande correntes políticas e culturais do século XX , curso de Varão do Instituto de História Contemporânea da UNL, Lisboa, Colibri, 224 p.
RIBEIRO, António Pinto (2004) Abrigos: Condições da Cidade e energia cultural, Lisboa, Cotovia, 221 páginas.
RIBEIRO, António Pinto (2006) "Arte" in BARRETO, António, Fundação Calouste Gulbenkian: cinquenta anos 1956-2006, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp 237- 408.
RIBEIRO, António Pinto (2009) "Introdução" in Podemos Viver Sem o Outro: As possibilidades e os limites da Interculturalidade, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/ Tinta-da-china, pp 15- 20
RIBEIRO, Manuel Ferreira, (1877). A Província de São Tomé e Príncipe, Lisboa, Imprensa Nacional, pp 254-279 (Ilha de Moçambique)
RIBEIRO, Manuel Ferreira, (1882). A capital de Moçambique, sob o ponto de vista da Imigração e colonização, Porto, Empresa Ferreira de Brito, 59 p
RIBEIRO, Margarida Calafate e MENESES, Maria Paula (2008). Moçambique das Palavras Escritas, Porto, Edições Afrontamento, 243 páginas
RIBEIRO, Orlando (1961) Geografia e Civilização, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 236 páginas
RICOEUR, Paul, (1987). A Teoria da Interpretação, Lisboa, Edições 70, 109 páginas
RICOEUR, Paul, (2006). A memória, a história e o esquecimento, Campinas, Editora UNICAMO, 535 páginas.
RITA-FERREIRA, A., (1975). Povos de Moçambique: História e Cultura, Porto, Edições Afrontamento, 376 páginas
RITA-FERREIRA, A., (1982). Presença Luso-Asiática e Mutações Culturais no Sul de Moçambique: Até 1900, Lisboa, Instituto de Investigação Cientifica Tropical, Estudos e Ensaios nº 139, 263 páginas
RITA-FERRREIRA, António, (1996). "A ilha de Moçambique: Cidade de um Oceano, in Ocenaos, nº 25, Lisboa, Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, pp 26-38
RITCHE, Carson (1995). Comida e Civilização, Lisboa, Assírio e Alvim, 299 páginas
RIVIÈRE, Georges-Henri (1985). Ecomuseum – an evolutive definition, in moseum, XXXVII,4, pp 182-183
RIVIÈRE, Georges-Henri (1989). La museologia selon Georges Henri Rivière: Cours de Muséologie/Textes et témoignages, Paris, Dunod, 402 páginas.
ROBERT, Paul (1976). Dictionnaire de La Langue Française, Parsi. SNL.
ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1992), *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 275 p
RODRIGUES, Adriano Duarte, (2000). Introdução à Semiótica, Lisboa, Edições Cosmos,145 páginas
RODRIGUES, Ana Maria (2000) Os negros em Portugal, Lisboa, comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, catálogo da Exposição no Mosteiro dos Jerónimos 23SET99/24JAN00

ROGER, Aurélie (2006) "D'une mémoire colonial à une mémoire du colonial: La reconversion chaotique du Musée royale de l?Afrique central, ancien mussée du Congo belge, in Cadernos de Estudos Africanos, nº 9-10, Lisboa, CEA-ISCTE, pp 43- 60
ROLLETTA, Paola (2004). Cozinha Tradicional de Moçambique, Maputo, Publicações Europa-América Moçambique, 118 páginas
ROQUE, Ana Cristina (1994). A Costa Oriental de África na primeira metade do Século XVI segundo as fontes portuguesas da Época, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, FCSH –UNL
ROQUE, Ana Cristina (1999), "A ilha de Moçambique como Porto de Escala da Carreira da Índia" in *Os Espaços do Império*, Lisboa Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses. 236,p.
ROQUE, Ana Cristina (2003). Terras de Sofala: Persistências e Mudanças. Contribuição para a História Sul-Oriental de África nos Séculos XVI a XVIII, Lisboa, Tese de Doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, FCSH –UNL
ROSÁRIO, Lourenço do (1985) "A Oralidade através da Escrita na Voz Africana", in Colóquio Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp 181-189
ROSÁRIO, Lourenço do (1986). A Narrativa Africana de Expressão Oral (Transcrita em Português, Coimbra, Dissertação de Doutoramento em Literatura Africana de Língua Portuguesa, 380 páginas
ROSÁRIO, Lourenço do (1996). Singularidades: Estudos Africanos, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 248 páginas
ROSÁRIO, Lourenço do (2001). Contos Africanos, Lisboa, Texto Editora, 96 páginas
ROSÁRIO, Lourenço do (2001). Contos Moçambicanos do Vale do Zambeze, Maputo, Moçambique Editora, 96 páginas
ROSÁRIO, Lourenço do (2008). A Narrativa Africana de Expressão Oral, Maputo, Texto Editores, 2ª edição Revista e actualizada, 320 páginas
RUBIM, Milton Santos (2010). "Politica Cultural um Fenómeno Ocidental" Novos Trilhos Culturais: Práticas e Políticas, Lisboa ICS, pp 249-270
SAID, Ernest W. (2004). Orientalismo, Lisboa, Livros Cotovia, 457 páginas
SAMUELSON, Paul e NORDHAUS, William (1985). Economia, Lisboa, McGraw Hill, 1168 páginas
SANGHOR, Léopold Sédar (1948). "Antologie de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache, Paris, PUF
SANTOS, Boaventura de Sousa. (1978). "Da Sociologia da Ciência à Política Científica" in Revista Crítica de Ciência Sociais, nº 1, Coimbra, pp 11-56.
SANTOS, Boaventura de Sousa. (1987). Um Discurso sobre as Ciências, Porto, Edições Afrontamento, 59 páginas.
SANTOS, Boaventura de Sousa, (1994). Pela Mão de Alice, Porto, Afrontamento, p 282-288.
SANTOS, Boaventura de Sousa (2000). A crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da experiencia, Porto, Edições Afrontamento, Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, volume 1, 374 páginas.

SANTOS, Boaventura Sousa, (2001). "Entre o Próspero e Caliban: Colonialismo e Pós-colonialismo e Interidentidades" in RAMALHO, Maria Irene e RIBEIRO, António S, Entre o Ser e o Estar: Raízes, Percursos e Discursos de Identidade, Porto, Afrontamento, pp 23-86
SANTOS, Boaventura Sousa, e TRINDADE, João Carlos (org.), (2003). Conflito e Transformação Social: Uma paisagem das justiças em Moçambique, 2 volumes, Porto, Edições Afrontamento, 616 páginas e 623 páginas
SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). (2004). Reconhecer para Libertar: Os caminhos do cosmopolitismo Multicultural, Porto, Edições Afrontamento, 475 páginas
SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). (2004). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais, Porto, Edições Afrontamento, 419 páginas
SANTOS, Boaventura de Sousa e SILVA, Teresa Cruz, (2004). Moçambique e a reinvenção da Emancipação Social, Maputo, Centro de Formação Jurídica e Judiciária, 282 páginas
SANTOS, Boaventura de Sousa org.(2006). A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política Porto, Edições Afrontamento, Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, volume 4, 464 páginas.
SANTOS, Boaventura de Sousa. org (2008). As Vozes do Mundo: Reinventar a Emancipação Social – para novos manifestos, Porto, Edições Afrontamento, Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, volume 6, 535 páginas.
SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula, org. (2009). Epistemologias do Sul: Série Conhecimento e Instituições, Coimbra, Almedina, 532 páginas.
SANTOS, Frei João ([1607] 1999), Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis no Oriente Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 759, páginas
SANTOS, Gilda (2000), "Jorge de Sena e a Ilha de Moçambique, in Metamorfoses, Lisboa, Edições Cosmos – Cátedra Jorge de Sena, nº 1, pp 231, 236
SANTOS, Gilda,dir. (2002). Metamorfoses / Cátedra Jorge de Sena, Rio de Janeiro, Faculdade de Letras da UFRJ, nº 3, 310 páginas. Publicação das Comunicações do colóquio Ilha de Moçambique Entrecruzar de Culturas, Sonhos e Memórias
SANTOS, Henrique Pereira dos (2010). Do tempo e da Paisagem: Manual para leitura das paisagens, Lisboa, Principia
SANTOS, João de Almeida (1987). O Princípio da Hegemonia em Gramsci, Lisboa, Editorial Veja, 174 páginas
SANTOS, Maria Alcina Ribeiro Correia Afonso (1970), Aspectos da Museologia em Portugal no Século XIX, - Lisboa, Lisboa, Dissertação Apresentada no exame fina do Curso de Conservador de Museu, Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 139 p
SANTOS, Maria Emília Madeira & LOBATO, Manuel (2006). O Domínio da Distância, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical
SANTOS, Maria de Lourdes Lima (1998), As políticas culturais em Portugal: Relatório Nacional, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, 501 p.
SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1995). Cultura e Economia: Actas do Colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, 313 páginas

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (2005). Políticas Culturais e suas Incidências, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, Publicação Periódica da OAC, nº 14 , pp 3-10.
SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos e PAIS, José Machado Org. (2010). Novos Trilhos Culturais: Práticas e Políticas, Lisboa, ICS, 305 páginas.
SANTOS, Miguel Serra (2000) "Tradição Modernidade: habitação, habitat (ou tradição versus modernidade) in SERRA, Carlos. Conflito e Mestiçagem, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, pp 15-34 páginas
SAMPAIO, Maria Fernanda (2007). Sabores do Índico, Lisboa, Assírio e Alvim, 111 páginas
SAÚTE, Nelson, E SOPA, António org., (1992) A Ilha de Moçambique pela voz dos seus poetas, Lisboa, Edições 70. 199 páginas
SAÚTE, Nelson, (2000) As Mãos dos Pretos: Antologia do Conto Moçambicano, Lisboa,Publicações Dom Quixote, 523 páginas.
SAUSSURE, Ferdinand (1976). Curso de Linguística Geral, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 392, páginas
SCHAFF, Adam, (1977). História e Verdade, Lisboa, Editorial Estampa, 306 páginas
SEIJAS, Claudio Lozano (1993), "Historiografia da la educacion colonial" pp 181- 229 in NÓVOA, António e BERRIO, J. ; *A História da Educação em Portugal e Espanha – Investigações e Actividades*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 229 p.
SENGHOR, Léopold Sédar (1977). Anthologie de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache de langue française précédés de L'Orphée Noir de Jean Paul Sartre, Paris, PUF
SEMEDO, Alice, coord; LOPES, João Teixeira, coord. Museus, discursos e representações. Porto, Edições Afrontamento, 2006. 199 p.
SENA, Jorge de (1972) "Crónicas de Viagem " in Diário Popular, Lisboa, Agosto de 1972.
SERRA, Carlos (1996) *História de Moçambique*, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Vol. I, 508 p.
SERRA, Carlos (1997) Novos Combates pela mentalidade sociológica, Maputo, Edições Livraria Universitária Eduardo Mondlane, 224 páginas
SERRA, Carlos, dir. (1998), Identidade, Moçambicanidade, Moçambicanização, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 188 páginas
SERRA, Carlos (2000a), Conflito e Mestiçagem, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 382 páginas.
SERRA, Carlos, dir. (2000b), Racismo, Etnicidade e Poder, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 273 páginas
SERRA, Carlos (2003). Combates pela Mentalidade Sociológica. Maputo, Universidade Eduardo Mondelan, 198 páginas
SERRA, Filipe Mascarenhas (2007), *Políticas de Gestão nos Museus portugueses*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 208 p.
SCHOPENHAUER, Arthur (1969). The World as Will and Representation, Toronto, Dover Publications,
SILVA, António de Morais (1954) Grande Dicionário da Língua Portuguesa, 10ª Edição, revista e aumentada, Porto, Confluência.

SILVA, Augusto Santos (1986). Metodologia das Ciências Sociais, Porto, Afrontamento, 318 páginas
SILVA, Augusto Santos (2003). "Como Classificar as Políticas Culturais?: uma nota de pesquisa", in Revista Observatório das Actividades Culturais, Lisboa, OAC, nº 12 , pp 10-20
SILVA, Avani Souza e tal (2007) "História e Memória na voz do Sociólogo Moçambicano José Luís Cabaço" in Revista Crioula, São Paulo, USP, 35 páginas
SILVA, Carlos Alexandre A. (2001). Mnemósine: A memória social e a sua transmissão, Lisboa, Tese de Doutoramento em Antropologia, 441 páginas
SILVA, José Henriques (1998), *Pescadores Macua*, Lisboa, CML, 125 p.
SILVA, Maria Madalena Cagigal e (1966). A Arte Indo-Portuguesa, Lisboa, Edições Elxcesior, 374 páginas
SILVA, Maria Madalena Cagigal e, (1966). "A Arte Indo-Portuguesa", in BARREIRA, João, (dir. de), A Arte Portuguesa: As Artes Decorativas, I, Lisboa, Edições Excelsior, pp. 245-264
SILVANO, Filomena (1988). Indentidades Regionais e Representações Colectivas do Espaço, Lisboa, Tese de Mestrado em Antropologia Cultural e Social, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 341 páginas
SILVANO, Filomena (2001), *Antropologia do Espaço*, Lisboa, Celta, 96p,
SIMMEL, George. (1970). Problemas Fundamentais da Filosofia, Coimbra, Atlântida, 161 páginas.
SIMMEL, George. (2008). Filosofia da Moda e Outros Escritos. Lisboa, Texto & Grafia, 111 páginas
SIMPSON, Moira (1996). Making Representations – Museums in the Post-Colonial Era. London, Routledge
SIMPSON, Moira (2006)."O Mundo dos Museus: Novos Conceitos, novos modelos" in O Estado do Mundo, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp 123-160
SIMPSON, Moira (2007). "Um mundo de Museus: Novos Conceitos, Novos Modelos", in O Estado do Mundo, Lisboa, Edições Fundação Calouste Gulbenkian/ Tinta-da-china, pp 121-160.
SLOTERDJIK, Peter (2004), A Mobilização Infinita, Lisboa: Relógio d'Água.
SMITH, Adam (1776/1987). Inquérito sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
SNOW, c. P. (1996). As duas Culturas, Lisboa, Editorial Presença, 149 páginas
SNV, VIARD, Émile, (2009). Value Chain Analyses: Ilha de Moçambique, Outubro (datilografado). Disponível no Centro de Documentação da UNESCO-Ilha de Moçambique
SOARES, Ana Maria Lebre B. (1997). A Urbanística do Lazer e do Turismo no Algarve Litoral, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, datilografado
SOARES, Paulo (1988). "Introdução" in Novos Rumos: Exposição de Escultura Makonde Contemporânea, Maputo, Museu Nacional de Arte, pp 2-4
SOARES, Paulo (1991), "A Protecção do Património Cultural em Moçambique e o Programa do Museus Nacional de Etnologia"in Actas do III Encontro de Museus de Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Bissau, 26 -29 de Novembro, pp. 65-72

SOARES, Paulo (2000). "Tradição e Modernidade nas artes plásticas em Moçambique: autenticidade ou identidade) in SERRA, Carlos. Conflito e Mestiçagem, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, pp 35-68 páginas
SOBRAL, José Manuel (1998)." Memória Social e Identidade" in A História: Entre a Memória e a Invenção, Lisboa, Cursos da Arrábida nº 3, Publicações Europa-América/CNCDP, pp 35-60
SOCIEDADE DAS NAÇÕES (1931). Carta de Atenas. Carta de Atenas, de Outubro de 1931, Escritório Internacional dos Museus (Sociedade das Nações)
SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, Monografias da, (volume VI), Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa
SOPA, António (2003). "Um Oceano, muitas Ilhas", in Metamorfoses, nº 4, Rio de Janeiro, Cátedra Jorge de Sena da UNRJ, pp 99-112
SOPA, António, (1996). "Alguns Aspectos Culturais da Ilha de Moçambique na Segunda metade do Século XIX", in Oceanos, nº 25, Lisboa, Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, pp 39-56
STAUSS, Calude-Lévi , (2008). Tristes Trópicos, Lisboa, Edições 70, 404 páginas
Tajfel, H. & Turner, J. C. (1986). The social identity theory of inter-group behavior. In S. Worchel & L. W. Austin (Eds.), *Psychology of Intergroup Relations*. Chigago: Nelson-Hall
TAMELE, Viriato, VILANCULO, João Armando, (2003). Algumas Danças Tradicionais da zona norte de Moçambique, Maputo, Instituto de Investigação Sócio-Cultural, 147 páginas
TCHOBA, Armando "Contributo para o Estudo da Museologia na Guiné-Bissau, in in III Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa, Bissau, Comissão Portuguesa do ICOM, pp. 31-36
TEIXEIRA, Sara de Sousa (2007), Relatório do Trabalho realizado na Ilha de Moçambique", documento dactilografado, 9 páginas
TEJADA, Pilar Romero (1998) "O objecto etnográfico como arte" in AMARAL, Conceição. Culturas do Indico, Lisboa, Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, pp 363-372
THIOLLENT, Michel (1994), Metodologia de Pesquisa-ação, São Paulo, Cortez Editora, 71 páginas
TINHORÃO, José Ramos (1988), Os Negros em Portugal, Lisboa, Editorial Caminho
TINOCO, Alfredo (1998), *Programa Museológico do Lousal*, Lisboa APAI (dactilografado) 72 p com anexos.
TODOROV, Tzvetan (1973). Literatura e Significação, Lisboa, Assirio & Alvim, 120 páginas
TODOROV, Tzvetan (1976). Teorias do Símbolo, Lisboa, Edições 70, 327 páginas
TODOROV, Tzvetan (1980). Simbolismo e Interpretação, Lisboa, Edições 70, 160 páginas
TOMÉ, Miguel (2002), *Património e Restauro em Portugal -1920-1995*, Porto, Faculdade de Arquitectura, 494 p.
THOMPSON, Paul, (1997) The Voice of the Past: Oral History, London, Oxford University Press, 384 páginas
TORRES, Adelino, (1991). O Império Português entre o Real e o Imaginário, Lisboa, Escher, 355 páginas.

TRIGO, Salvato, (1985). "Literaturas Africanas de Expressão Portugueses: um fenómeno do urbanismo" separata do Colóquio Les Litteratures Africaines de Langue Portuguaise: A la recherche de L'Identite Individuelle et Nationale, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, pp 545-552

TROPICAL, IICT Instituto de Investigação Científica, (1983). Novas Perspectivas em Etnomusicologia, Lisboa, Seminário realizado pelo Instituto de Investigação Científica Tropical, 16-20 Maio 1983,89 Páginas.

ULTRAMAR, Ministro e Secretário D' Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (1878). Relatórios dos Governadores-Gerais das Províncias de Cabo Verde, Moçambique e Estado da Índia apresentado às Cortes, Lisboa, Imprensa Nacional

UNDAF, United Nations Devoloppment Agriculture Found (2008). "Joint Programme on Strengthening Cultural and Creative Industrie in Mozambique: (2008-2011)", dactilografado. Disponível no Centro de Documentação da UNESCO-Ilha de Moçambique

UNESCO, (1964). Carta De Veneza, Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios, Veneza, UNESCO

UNESCO, (1972). Convenção para a Protecção do Património Mundial, cultural e natural, Paris, Unesco

UNESCO, (1976). Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a sua Função na Vida Quotidiana, Nairobi, 19ª Reunião da UNESCO

UNESCO, (1981). Carta de Florença: Carta dos Jardins Históricos, UNESCO, Florença

UNESCO, (1987). Carta de Washington: Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidade Históricas, UNESCO, Washington

UNESCO, (1988). Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention, Paris, UNESCO

UNESCO, (1990). Carta de Lausanne: Carta para a Protecção e Gestão do Património Arqueológico, Lausanne, ICOMOS

UNESCO, (1997) "Recent publications highlight growing international concern" in Museum International, Paris, n°194 (vol. 49, n°2), pp. 59-60.

UNESCO -WHS, (1997) "Basic Document, August", prepared and updated by UNESCO WHS Comity, 1997

UNESCO (1998) "A Program for Sustainable Human Development and Integral Conservation" National Reports and References, by National Consultants, August

UNESCO, (2003) políticas Culturais para o Desenvolvimento, Brasil, UNESCO, 236 pag.

UNESCO, (2003). Convenção para a Protecção Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, Paris, Unesco

UNESCO (2004). Cultural Indicators of Human Development: Towards an African Perspective Strategy Document from the International Seminar and Task Force Meeting Maputo, March and August 2004

UNESCO (2008). Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention, Paris, UNESCO

URMENETA, Vicente Huici, (s/d) La memória Colectiva e el tiempo por Maurice Halbwachs, in www://www.uned.es/ca-bergara/pproprias/vhuici/mc.htm

WILDEN, Anthony (2000). "Comunicação", in Enciclpoédia, Lisboa, INCM, vol 34, pp 108- 204
VALA, Jorge " Análise de Conteúdo", in SILVA, Augusto Santos (1986). Metodologia das Ciências Sociais, Porto, Afrontamento, pp 101-128
VALA, Jorge e MONTEIRO, Maria Benedita (1996), Psicologia Social, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 479 pag.
VALA, Jorge. (2000), "Representações Sociais e Psicologia Social do Conhecimento Quotidiano" in Psicologia Social, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp 457-501
VALA, Jorge, GARRIDO, Margarida e ALCOBIA, Paulo (2002), Percursos da Investigação em Psicologia Social e Organizacional, Lisboa, Edições Colibri, 325 páginas
VALA, Jorge (2009) "Semelhança-Diferença: O peso da Identidade", in Podemos Viver Sem o Outro: As possibilidades e os limites da Interculturalidade, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/ Tinta da China, pp 99- 111
VALOI, Rosita Alberto, (2008). Bazaruto: Pérola do Índico: Que Sustentabilidade Ambiental, Maputo, Edição Rosita Alberto Valoi, 67 páginas
VALORIZAÇÃO, Campanha de Valorização Cultural – Arquivo (1977-1982), Maputo, Arquivo do Património Cultural

- CAIXA ARPAC NAMPULA XI,
    - Documento 1
    - Documento 2 "Monumentos e Locais Históricos na Ilha de Moçambique", Documento sobre a "Igreja da Misericórdia, do Arquivo da Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas da Província de Moçambique, pasta II pagina 25. Cadastro M4

VARELA, Francisco, (1995). Conhecer: As ciências cognitivas – tendências e perspectivas, Lisboa, Instituto Piaget, 100 páginas
VARELA, Francisco, THOMPSON, Evan e ROSH, Eleanor (2001). A Mente Corpórea: Ciência cognitiva e Experiencia Humana, Lisboa, Instituto Piaget, 353 páginas
VARINE, HUGUES DE (2000). "Nova Museologia Ficção ou Realidade", In Museologia Social, Porto Alegre, Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura, pp 21 34
VALVERDE, Paulo (1992a). Viagem ao País das Crianças e dos Diabos: o discurso da imagem da primitividade na literatura missionária portuguesa, Lisboa, Provas de Agregação em Antropologia Cultural, ISCTE (dactilografado)
VALVERDE, Paulo (1992b). Antropólogos e Missionários, Lisboa, Relatório Teórico-Prático para a Cadeira de Antropologia Cultural, ISCTE, dactilografado
VELHO, Álvaro, (1940). Roteiro da primeira Viagem de Vasco da Gama: 1497-1499, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 219 páginas
VERNE, Jules (2000) *O espaço africano nas aventuras da travessia*, Lisboa, Edições Cosmos, 131 p.
VIANA, Mário Gonçalves Vianna (1953), Elementos de Museologia: Museologia Geral, museologia aplicada, Lisboa, tipografia Fonseca e Carvalho, 160 ´páginas.
VICTOR, Isabel (2004) Os museus e a qualidade: distinguir entre museus com "qualidades" e qualidade em museus".Dissertação de Mestrado em Museologia, Lisboa, ULHT, 266 p.

VIEIRA, António Bracinha, (2000) "Percepção" e "Cognição"Comunicação", in Enciclopédia: Comunicação - Cognição, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp 277-312
VIEIRA, Carlos Alberto e LEMOS, Ana Paula (2006) *Recordações de Moçambique*, Lisboa Altheia, 169 p.
VIEIRA, João Martins (1997). A Economia do Turismo em Portugal, Lisboa, Publicações Dom quixote, 197 páginas
VILAR, Pierre dir. (1985). Iniciação ao vocabulário de análise histórica, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 303 páginas
VITERBO, António de Sousa (1899), Dicionário de Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses, volume I , Lisboa, Imprensa Nacional, pagina 184-157
WACHTEL, Nathan (1977) "Aculturação" in, Fazer História, Lisboa Livraria Bertrand, Volume I: Novos Problemas, pp. 149-172
WALLERSTEIN, Immanuel (1994). O sistema Mundial Moderno, (2 volumes), Porto, Edições Afrontamento, 400 páginas e 363 páginas
WEBER, Max (1965) Sobre a Teoria das Ciências Sociais, Presença, 192 páginas
WEBER, Max (1996) - A Ética protestante e o espírito do capitalismo, Lisboa, Editorial Presença, 178 páginas.
WEVLE, Karl, (2000). Resultados Científicos da Minha viagem de Pesquisas Etnográficas no Sudoeste da África Oriental, Maputo, Ministério da Cultura - Departamento de Museus - Projecto Arte Makonde, 273 páginas
WILDEN, Antonhy, (2000) "Comunicação", in Enciclopédia: Comunicação - Cognição, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp 108 -204
WILLIAMS, Raymond, (1977). Marxism and Literature, Oxford, Oxford University Press
WILLIAMS, Raymond, (1983). Keywords: a vocabulary of culture and Society, London, Fontana Papersbacks
XAVIER, Ângela Barreto e SANTOS, Catarina Madeira (2007). "Cultura Intelectual das Elites Coloniais", in CULTURA: Revista de História e Teoria da Cultura, Volume 24, II serie, pp 9-33
YOUNG, James E. (1993). The Texture of Memory: Holocaust, Memorials and Meaning, London, Thames & Hudson
ZAMPARONI, Valdemir (2002) "Chibalo: Trabalho Livre, Trabalho Escravo? As discussões em torno do trabalho compulsório no Moçambique colonial" in Escravatura e Transformações Culturais: África-Brasil-Caraíbas, Lisboa, Editora Vulgata, pp 83-118
ZERUBAVEL, Eviatar (2003). Time Maps: Collective Memory and Social Shap of the Past, Chicago, The University Of Chicago Press, 304 páginas
ZIMBA, Benina, ALPERS, Edward, ISACMAN, Allen, 2005). Slaves Routes and Oral Tradition in Southern Africa, Maputo, Filsom Entertainnment, 335 páginas.

APÊNDICES

APÊNDICE I

CATÁLOGO IMAGENS GERADORAS E MAPA MENEMÓNICO

Aplicação da metodologia da conscientização museológica na Ilha de Moçambique

Dezembro de 2009

Catálogo da Imagens Geradoras					
Nº	Pictograma	Título	Descrição	Objetivos	Resultados
1		**Recolha do marisco**	É uma imagem captada em dezembro de 2009. Apresenta-se uma marisqueira a recolher do Sunculo (ouriço) na parede coralina da Fortaleza de São Sebastião. Acompanhada pela filha veste uma camisola distribuída pelo partido Frelimo com o rosto do então candidato à presidência Armando Gebuza.	As atividades das mulheres/atividades económicas Produtos de Alimentação/Produtos de Renda Económica O papel dos adultos e o papel das crianças O poder político e o poder tradicional	Mulher apanha marisco na maré baixa. As filhas ajudam as mães e aprendem a arte. O marisco é vendido no mercado. A Frelimo deu a camisola durante as eleições
2		**Dança Tufo**	Imagem captada em dezembro de 2009, no largo fronteiro ao museu. A situação retrata um grupo de jovens, vestidas com as roupas distintivas do grupo de Tufo (camisa branca e capulana vermelha), com a face coberta de missiro. O grupo (que totaliza 4 jovens) estava a gravar um pequeno vídeo promocional para o grupo, que estava em formação. A cena era acompanhada por música tradicional gravada, e a ação desenvolvia-se em torno de uma câmara de vídeo. Trata-se duma situação representada, e que tinha sido observada pelo grupo	Dança tradicional /dança moderna Misiro como decoração do corpo/ outras decorações corporais O turismo e o espetáculo /tradição	O grupo de Tufo está a ensaiar. A Tufo é uma dança antiga. Antes era dançada entre as mulheres. Agora é dançada também para os turistas. Os turistas gostam muito do Tufo. A mascara de missiro é parte integrante da encenação
3		**A tapeçaria "Ilha dos Amores" do Museu de Artes Decorativas**	Imagem captada em dezembro de 2009, no interior do Museu de Artes Decorativas duma tapeçaria que este exposta na sala de banquetes do Palácio do Governador. Feito em Portalegre, é uma encomenda feita para o Museu em 1969, aquando das comemorações do centenário da passagem de Camões pela Ilha. É uma figuração da célebre cena da Ilha dos Amores,	Os marinheiros e os náufragos Os negros e os brancos Camões e os escritores	É um "quadro" do museu. São os portugueses quando se afundava o barco e conseguiam nadar para as praias. Havia muitos barcos dos portugueses que se afundavam nos mares" As pessoas das praias apanhavam as missangas e outras coisas que se salvavam"

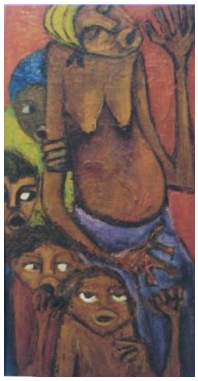
			que integra o canto IX da Obra de Luís de Camões. No lado esquerdo visualizam-se corpos brancos numa praia, envolvidos com mulheres nativas num enquadramento de cordame e palmeiras. Ao centro, num padrão encontra-se um negro escondido, e do lado esquerdo surge a representação praia e dum navio em situação de naufrágio e um náufrago, com algumas semelhanças à figuração do Velho do Restelo (o personagem que questionava, em Belém, o sentido da partida da armada de Vasco da Gama). A imagem é a única representação dum negro no interior do museu.		
4		**Atividades de lavagem da roupa no interior da Ruína da Igreja do Antigo Convento Dominicano**	Trata-se duma imagem recolhida no interior das ruínas do antigo Convento Dominicano. O convento Dominicano é um exemplo paradigmático da evolução do património construído na Ilha de Moçambique. De convento religioso, o convento é extinto com o advento do liberalismo, tendo servido durante o século XIX como Fiação. Com a falência da fábrica o Edifício é transformado em Tribunal. Com a independência, o calustro é ocupado pelas populações locais e acolheu vários refugiados da guerra civíl. As obras de conservação não permituram conservar a igreja do tempo, cuja nave principal ruíu. A população local utiliza o espaço comum para várias actividades quotidinas, entre as quais a lavagem de roupa, onde são utilizados alguidares. Na entrada do edifício há uma torneira de água. Na ilha, a comapnhia das águas instalou várias torneiras de água. O concessionário vende a água ao preço de 1 Metical po 5 litros. Na foto, os concessionários que se	A água na ilha e o seu abastecimento. A ruína dos edifícios e a população que os ocupa. Atividades do dia-a-dia e a higiene pessoal	"A água é pouca. As raparigas têm que carregar água para casa. Se tem dinheiro para pagar é mais facial, mas se não há muito dinheiros têm que ir à Fortaleza buscar. A igreja já caiu há muito tempo. Há muitas casas assim na Ilha. Eles não têm medo de lá viver."

			dedicam à lavam de roupa desempenham uma actividade complementar da venda de água		
5		**Ermida de São Gabriel**	Imagem da Ermida de São Gabriel, tirada durante a maré baixa, sobre a parede coralina da Costa Norte. A Ermida de são Gabriel é um exemplar manuelino, construída no século XVI. Tradicionalmente é considerada como o local onde se enterravam os capitães-generais. Só é acessível pelo interior da Fortaleza. Os turistas têm que pagar um bilhete de entrada (durante a nossa visita a fortaleza estava encerrada para obras de conservação), ao passo que os residentes dispõem de entrada gratuita.	A Igreja cristã e a fortaleza. A arte na pedra Espaços fechados e espaços abertos	É a igreja dos conquistadores no tempo do Vasco da Gama". Quando o Vasco da Gama chegou com os seus barcos ficou por detrás da ilha de Goa e mandou um bote saber como se chama esta terra. Aqui encontraram três rapazes que estavam a apanhar marisco. O Vasco da Gama perguntou como se chamavam. Um respondeu Muss. O outro Samb. E o terceiro Bike. Então o Vasco da Gama disso. Esta terra chama-se Moçambique. Assim ficou o nome da terra e aí fizeram a igreja dos cristãos. "
6		**A Mesquita e a Escola Islâmica da Irmandade Muçulmana**	Imagem do exterior da Mesquita (a mesquita é visitável com as habituais regras de conduta). Não é entanto bem aceite que se tirem fotografias no seu interior (captada na Rua da Mesquita). É visível o minarete onde através do som de altifalantes os fiéis são chamados durante os vários períodos dos dias à oração. Na ilha de Moçambique existem atualmente oito mesquitas, de outras tantas irmandades. Todas as mais importantes difundem o chamamento à oração por altifalantes. Embora existam pelo menos oito templos cristãos, apenas um atualmente está aberto ao culto. Existe igualmente um templo Hindu). Ao fundo, do lado direito da imagem observa-se a escola corânica, para a qual se dirigiam as crianças que de vêm na rua.	A religião islâmica e a ilha de Moçambique Escola Islâmica e a escola do Estado Modos de comportamento no templo, na escola e na rua	**"**Essa é a grande mesquita. Há muita gente que vai lá. Há muita gente que segue a Irmandade Muçulmana. Na escola da mesquita aprendemos a ler o Alcorão. Estamos sentados nas esteiras e repetimos em voz alta o que o professor diz ao mesmo tempo que vamos a ler". Os homens vão para um lado e as mulheres para outro. Na escola da mesquita aprendemos coisas sobre nós, é diferente da escola da Frelimo, onde se aprendem outras coisas. " "Na escola não podemos brincar. Normalmente brincamos na rua"

7		**Passeio de duas jovens Swahili ao fim da tarde**	Imagem captada em dezembro de 2009, na rua do Convento de são Domingos, junto à igreja da Misericórdia (parede caiada). É visível na imagem duas raparigas jovens trajando o tradicional véu islâmico. Era uma sexta-feira, um dia em que normalmente a comunidade islâmica sai à rua com os seus trajas tradicionais	Modos de vestir "Swahili, africano e europeu. A igreja cristã e a ilha de Moçambique A convivência entre modos de cultura: dias sagrados e tempo de lazer	São duas raparigas a passear com o lenço. Devem ir à mesquita para fazer as orações das mulheres. Na ilha de Moçambique há também cristãos. Eles vão à igreja da Misericórdia. Na igreja da Misericórdia nas cantamos e fazemos festas". No tempo dos portugueses havia muitos cristãos. Cada família segue a sua tradição.
8		**A embarcação Dhau.**	Imagem captada em dezembro de 2009 numa embarcação Dhau (pangaio) em atividade de transporte de pessoas da Ilha de Moçambique para a Cabaceira pequena. As embarcações Dhau são barcos com velame triangular (vela chamada latina). As descrições destes barcos no século XVI apontam para a semelhança entre modos de conceção e modos de navegar. Na ilha de Moçambique são utilizados para a navegação de cabotagem, entre pontos da costa, e operadas por homens. Segundo informações recolhidas no local é possível nos dias de hoje fazer a cabotagem da costa entre Angoche e Zanzibar na Tanzânia, uma viagem que demora cerca de oito dias. A embarcação é construída em madeira, o velame é em tela e a cablagem em sisal. Um conjunto de remos permite a navegação sem vento, contra o vento ou em derrota de aterragem. Considera-se que o número mínimo de pessoas para a sua operação é constituído por uma equipa de dois elementos. Em condições extremas é possível uma operação em navegação solitária. Transportam pessoas e mercadorias e são igualmente utilizados para a pesca de costa. (a pesca na Ilha de Moçambique pode ser feita nestas embarcações	Os barcos e os transportes Pesca transporte e atividades masculinas As técnicas de navegação e de pesca a aprendizagem prática	Os homens da ilha dedicam-se à pesca. Logo desde pequenos nós vamos com os nossos pais e aprendemos as artes. Quando crescemos podemos ter um barco. Mas para isso temos que trabalhar muito. Navegamos por pontos. Por exemplo. Saímos da ilha pelo canal da fortaleza. Navegamos em direção ao farol de Ilha de Goa. Quando passamos a farolim da cabeceira e vemos a Carrusca, podemos virar estibordo. A assim vamos. É preciso ter muita experiencia para andarmos com um barco. Com as canoas é mais fácil de pescar. Mas também se ganha menos. Quem pesca na canoa são os que vivem no bairro da "Litcheu" (?)´. Quando queremos ir visitar a família ou ir em peregrinação também vamos de barco

			ou em canoas. Existem embarcações de cinco e oito metros e doze metros. Apenas as de tonelagem maior, com ou sem motor, fazem pesca de mar alto, em safras que pode durar até uma semana. As canoas são manobradas apenas por um homem que normalmente efetua pesca submarina		
9		**Vasco da Gama Herói moçambicano**	Imagem recolhida em dezembro de 2009 na praça fronteira ao Palácio do Governador. Vê-se em primeiro plano a Estátua de Vasco da Gama (erigida no local na década de 60, durante as comemorações do quarto centenário da morte do navegador), retirada após a independência, e recolocada, por iniciativa dos habitantes do Bairro do Museu durante os anos noventa. Segundo o testemunho da proprietária do Clube Náutico na ilha de Moçambique, uma das dinamizadoras da recolocação da Estátua, tomou essa iniciativa para cumprir uma das últimas vontades do seu pai, antigo piloto da barra da Moçambique e uma das mais antigas famílias da ilha. A sua família teria inclusive doado algumas peças de mobiliário para o Museu do Palácio do Governador. Ao fundi vê-se ainda o coreto e duas estátuas colocadas por iniciativa do governador da Ilha em 1945, no âmbito da promoção da Ilha de Moçambique como espaço de visita turística. Recorde-se a propósito, que o cais da Alfândega era, antes da construção da ponte, a porta de entrada na Ilha. O espaço público tem vindo a ser requalificado pelas autoridades locais procurando-se recuperar as formas tradicionais do uso do espaço (e neste caso o tradicional diz respeito ao tempo colonial), muito embora as funções do	Vasco da Gama e Moçambique As praças e as festas populares. A música tradicional e as bandas	É a estátua do Vasco da Gama o navegador que conquistou Moçambique. Vasco da Gama quando ia para a Índia parou na Ilha de Moçambique e aqui fez a fortaleza. Há muito tempo que os portugueses ocuparam a ilha

			espaço sejam já bastante diferencias		
10		**O Jardim da Memória**	Imagem captada em dezembro de 2009, no Jardim da Memória, um antigo armazém referenciado como entreposto de escravos. Trata-se dum espaço cercado por muros, com acesso direto a um pequeno cais, e associado a um conjunto de armazéns. O projeto de recuperação do espaço como lugar de memória foi feito com apoio da embaixada francesa e do Instituto Franco-Moçambicano com o objetivo de recordar o tráfico de escravos. Como se sabe, da ilha de Moçambique, do Ibo, de Angoche e de Quelimane, durante o século XVIII e XIX partiram carregamentos de escravos para as plantações colonias colonização, entre outros das Ilhas Reunião no Índico. De acordo com as informações recolhidas no local, a concentração dos escravos era feita no Continente, no Mussuril. A extinção da escravatura em 1836 leva a erradicação desta atividade na Ilha, sabendo-se que ela se manterá até aos inícios do século XX através de outras cidades portuárias. O Jardim da Memória é um espaço ajardinado, onde em círculo estão expostos um conjunto de dez bustos esculpidos em madeira e que representam as várias etnias africanas que mais sofreram as razias para a captura, entre os quais os Yao, os maconde, os macuas e os manganjas	A escravatura e a riqueza da Ilha de Moçambique. O colonialismo, o trabalho obrigatório (chibalo) e a libertação A estátua e os seus significados	"Antes havia muitos escravos na Ilha de Moçambique. Vinham do Mussuril e ficavam nas casas grandes a chorar durante toda a noite. Depois muitos iam nos barcos grandes para outros sítios trabalhar. O patrão branco obrigavanos a trabalhar com chicotes e andavam sempre amarrados com ferros. Depois da independência deixou de haver os escravos."

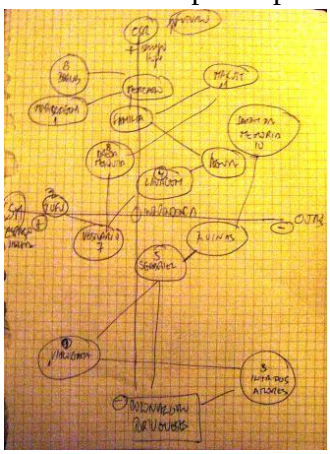
11		**Mãe Negra de Noémia Sousa**	A imagem foi recolhida entre a coleção de pintura do Museu de Arte de Maputo. Trata-se duma pintura de Bertina Lopes, Bertina Lopes nasceu em Maputo onde durante a década de 50 conviveu com a geração de Craveirinha e Noémia de Sousa, exprimindo através da pintura um certo olhar sobre a sociedade colonial, sobretudo sobre as condições dos negros. É por essa razão considerada como a "mãe da pintura moçambicana", muito embora, após uma bolsa concedida pela Fundação Calouste Gulbenkian se tenha radicado em Itália. A Imagem mostra uma mãe africana em trajes tradicionais rodeada pelos seus filhos. Quatro na imagem	A imagem da tradição e da maternidade. A arte da pintura e a sociedade As mulheres africanas a maternidade	A escolha desta imagem não produziu os resultados desejados. A representação pictórica duma mulher com os seios desnudados, numa imagem que durante os anos sessenta era de certa forma representativa da mulher tradicional africana, a modernidade e provavelmente a dominância do islamismo e cristianismo acabou por implicar a ocultação do corpo feminino. A exibição da imagem deu origem a um silêncio, entrecortado por sorrisos nervosos, até que finalmente as respostas obtidas deram origem ao seguinte relato: "Vê-se uma mulher velha, com os filhos com fome".
12		**As construções Tradicionais no Bairro macuti**	Imagem recolhida em dezembro de 2009, no bairro macuti, onde se vê uma rua ladeadas das construções tradicionais. O Bairro foi construído nas antigas pedreiras de coral, e por essa razão, o nível das construções é inferior ao nível das vias de circulação. Essa situação origina uma dos principais problemas no saneamento da ilha com a eclosão de cheias em períodos de chuva muito intensos. As casas são construídas com uma estrutura interna de canas, preenchida com macote (adobe) e cobertas de colmo. A ocorrência de cheias produz então, ao nível das construções, danos materiais importantes para a população residente. Nos anos imediatamente a seguir à independência registou-se uma tendência para substituir o colmo (macuti) por chapas de Zinco. Entretanto a classificação da Ilha como património da humanidade originou um regresso aos métodos de construção tradi-	A casa tradicional no bairro macuti e as casas da cidade de pedra A vida no bairro macuti e a suas atividades económicas As técnicas de construção tradicional e os recursos disponíveis	"Estas são construídas em Mataca (matoque). É preciso pedreiro para fazer casa. Primeiro faz a gaiola. Depois enche com pedras e de mataca que como um cimento que traz do Mussuril. Depois vai buscar folhas de palmeira e de maga para fazer a "ambaca", o telhado. Na cãs vive a família. Os pais e os irmãos os primos e os sobrinhos são todos irmãos e vivem na mesma casa quando estão na ilha. Por vezes estão de viagem, mas quando chegam ficam na casa. Algumas das casas, as mais ricas e as dos pedreiros podem ser caiadas e pintadas. Ser pedreiro é um bom trabalho. As casas do macuti são diferentes das casas da cidade de pedra e cal porque estas eram dos comerciantes e eram maiores e feitas de pedra. Depois a pedra

			cional. Atualmente existem vários projetos experimentais para reordenamento do espaço, nomeadamente para a redução do seu número de residentes para que possam ser criadas, ao nível das habitações, infraestruturas de saneamento, nomeadamente fossas séticas.		acabou e deixaram de fazer casas. Hoje é muito difícil fazer uma casa nova na ilha porque já não há mais espaço. Só pode é construir uma velha, mas para isso é preciso comprar ao dono. Só os ricos é que podem comprar casas.”

O mapa mnemónico

O mapa mnemónico é um modelo construído para auxiliar a análise qualitativa do processo de produção de sociomnese. Ele baseia-se nos processo de resolução de problemas da análise estratégica. O seu objetivo tornar possível a visualizar e registar em duas dimensões, o problema a significação de objetos socialmente qualificados. Após a definição do problema, por associação de ideias é possível desenvolver métodos criativos e de inovação com base no compromisso do grupo.

O mapa mnemónico é simultaneamente um processo de análise e um método de trabalho com os círculos museológicos. Permite analisar qualquer problema e analisar as diversas implicações da qualificação dum objeto. A atividade do museólogo é crucial na construção e operação do modelo. Ele para além de catalisar as ações geradoras também deve atuar como facilitador de diálogos e dinamizador da atividade do grupo, através de técnicas participativas e não diretivas. O mapa mnemónico constitui-se como um ideograma, que permite múltiplos usos em função dos objetivos da ação. Através do mapa mnemónico podemos analisar conteúdos e processos em contexto duma ação museológica.



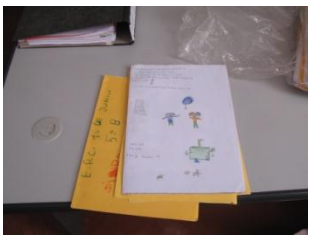
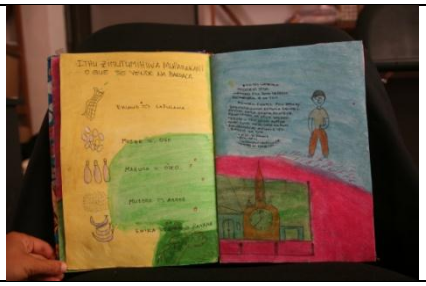
A organização do mapa em dois eixos de frequência (a Conceptualização da sociomnese, e as Condições Sociais de Rememoração) permitem organizar uma rede de ideias. O mapa procura traduzir a hierarquia da linguagem de forma a isolar os elementos de significação e a sua evolução em função da dinâmica do grupo. A frequência resulta da adesão ou oposição em relação ao eixo (do espaço CSM) ou do Tempo (CSR). A dinâmica do grupo leva a hierarquizar os elementos significativos.

Exemplo de Mapa Mnemónico usado no nosso trabalho.

<table>
<tr><td colspan="2">Resultados /Extroversão</td></tr>
<tr><td>Círculos de memória</td><td> </td></tr>
<tr><td colspan="2">Produtos Produzidos na primeira fase (produção individual)</td></tr>
<tr><td>Livro de identidade</td><td>“Ilha de Moçambique
Esta senhora é uma senhora que está a apanhar a menjoa na praia. Está acompanhada da filha. Também está a cichucolar.
Estas meninas de lenço são cilefes. Elas gostam de resar

A História. Na ilha de Moçambique há pessoas que gostam de modar só para criar ruído ambiental na ilha. O prato mais bom é a menjoa e a caracota. Viver num bairro como o marago da ilha é das pessoas que gostam da confusão. De repente começa a disc utir entre eles. Mas a ilha é linda e tenho muito orgulho de ser moçambicana e gosto muito de Moçambique. Eu gostava de conhecer outro país que não tivesse muitas casas.
A História sobre os escravos: A Ilha tem muita coisa. Acerca de 500 anos os portugueses viviam aqui os portugueses e prendiam os presos nas noites de inverno e ficavam escravos. Viviam com as forças amarradas O capitão ficava a ver e a beber o sour ”(Texto de Neuza Cristóvão)</td></tr>
<tr><td>Expressão plástica</td><td>“Ilha de Moçambique. Esta ilha é feita por pedra e é uma ilha típica do mundo maior.

A História da Ilha de Moçambique que eu ouvi: passo a contar. Há muito, muito tempo atrás havia uma família que era pobre: A família vivia numa casa macute e a famí- lia parecia não rir. Eram nove pessoas que eram o marido, a mulher, os filhos, a mãe da mulher, a mãe do marido, a irmã, a sobrinha, cunhados, netos e família. Não tinham nada por dentro de cãs. Não tinham luzes, utili- zavam candeeiros e a mulher quando acordava ia para a machamba com a mãe, a filha, a neta etc. Recolhia o fruto e partia para casa. Quando lá chegava preparava aqueles que recolhera e cozinhava e comia e acabaram. E recomeçavam outras coisas. O marido, o cunhado iam para os seus trabalhos e traziam coisas para casa.</td></tr>
</table>

	Depois de um ano de trabalho construíram uma casa. Casaram-se e ficaram felizes para sempre. " *Notas de Leitura. A fusão da imagética africana, o ritmo do tempo, o trabalho, o género, a família com o trabalho; com o construir a casa, casar e "ficar feliz para sempre" (***Texto de Ido Tito Assane Sumaly)**
Narrativa	 Há muito tempo o coelho e o cágado eram amigos. Viviam na mesma casa. A casa era do cágado, mas o coelho é que tinha a machamba. Quem trabalhava era o coelho. Um dia zangou-se e fez um prato fundo. Tão fundo que o cágado não chegava à comida. O cágado ficou com muita fome. Foi então comprar um saco de mandioca e trouxe-a às costas. Ao chegar ao rio foi buscar um barco para atravessar. O coelho agarrou na saca e disse que era dele. O cágado zangou-se e pôs o coelho fora de casa. Nessa noite choveu muito e o coelho não consegui encontrar toca para se esconder. Ficou num buraco pequeno, onde a perna ficava de fora. O cágado pegou num machado e disse: -Encontrei uma perna de coelho! -Essa é a minha perna! Respondeu o coelho E zás, o cágado cortou a perna ao coelho. -Eu encontrei e agora é minha! (Texto narrado em macua. (Tradução livre) .
Produtos Produzidos na segunda fase (produção do grupo)	
Os Livros de Memória (passos para o guião participado) • Encontrar um consenso na História • Planificar o roteiro • Selecionar assuntos a tratar/ dividir tarefas • Produzir os conteúdos • Avaliar os resultados, corrigir e extroverter	 
Modos de Expressão da Memória (representações)	

Jornal de parede /Programa na Radio	
Contos	
Representação - Dança/Musica	
A carta das Heranças /Heritage Map	No âmbito do nosso projeto de desenvolvimento dum processo museológico para a Ilha de Moçambique, a produção do mapa mnemónico, para além dum instrumento de trabalho, constitui igualmente um processo de constituição da "Carta da Heranças", que se configura na nossa proposta como um arquivo e um compromisso sobre as heranças da comunidade. Como arquivo a heranças são digitalizadas e georreferenciadas. Como compromisso expressa a vontade partilhada da comunidade em relação aos processos de conservação dos seus objetos socialmente qualificados como vontade de futuro. Essa carta das heranças constitui um dos projetos a desenvolver no âmbito do processo museológico.

APÊNDICE II

A POLÍTICA CULTURAL E PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE

1) A emergência das políticas culturais públicas como objeto de conhecimento

Como já verificamos mais acima, o conceito de cultura é de natureza complexa, e já abordamos vários dos seus significados. Também o termo Política, enquanto categoria da ciência social é igualmente complexo. Acresce ainda que este último termo tem uma origem bastante mais antiga, sendo usado desde a antiguidade como o conjunto de atividades de se referem à cidade, e consequentemente tudo o que diz respeito à organização da vida dos cidadãos. Quando Aristóteles[536] escreveu o Tratado "Da Política", que trata da natureza, funções e divisão do Estado e, das diversas formas de governo, deu início a uma área que se tem constituído como um campo do saber. Existe hoje um corpo doutrinário extenso nesta matéria que não vamos, naturalmente expor, por se encontrar fora do nosso objeto de investigação. Interessa-nos contudo abordar o significado da atividade que conceptualmente resulta da agregação destes dois conceitos "Politica" e "Cultura", que formam o campo da "Política Cultural" e das "Politicas Culturais".

A distinção entre estes dois termos nem sempre surge enunciada com clareza. Assim, política cultural representa o conjunto de atividades (que geralmente se associa a uma organização) especialmente orientadas para uma esfera da ação social identificada como cultura (que no sentido comum abrange as artes, os equipamentos de cultura, os atores culturais). Em regra essa atividade tem em vista, por um lado a construção de equipamentos ou redes de equipamentos, para expressão de "atividades culturais", ou, por outro lado o incentivo, apoio, gestão de atividades humanas nas ações sociais identificadas como áreas culturais: são projetos de natureza cultural, com maior ou menor duração. Essas atividades organizam-se em função dos fins que prosseguem, normalmente definidos num documento constituinte.

Assim por exemplo, um museu, enquanto objeto duma política cultural, pode ser o resultado duma intenção cultural, que se exprime através da construção dum equipamento (para albergar um coleção previamente existente, ou para criar uma nova coleção de objetos); pode igualmente constituir uma expressão de um projeto (como expressão duma intenção de agir sobre um objeto social considerado culturalmente relevante).

Esta diferenciação é importante realçar para entender, que embora hoje o conceito de museus, através da definição do ICOM[537], se encontre estabilizado, ele nem sempre expressou essa ideia de "catedral de memória"

---

[536] Aristóteles (384-322 AC). Filósofo Grego. A sua obra aborda as questões da lógica, da física, da psicologia, da ciência, da metafísica, da ética, da política e da economia, e ainda da retórica e poética

[537] *Article 3 - Definition of Terms*

*Section 1. Museum. A museum is a non-profit, permanent institution in the service of society and its development, open to the public, which acquires, conserves, researches, communicates and exhibits the tangible and intangible heritage of humanity and its environment for the purposes of education, study and enjoyment***.** (ICOM Satutes art. 3 §.1)

que hoje o senso comum lhe atribui. Ele, no passado, também foi usado para exprimir espaços de exposição de atividades económicas. Por exemplo, apenas para citar um caso conhecido o "Museu Colonial de Lisboa" O "Museu Agrícola de Lisboa", criados no século XIX na capital de Portugal, destinavam-se a funções mais próximas do que hoje consideramos "Feiras ou Exposições", do que um "espaço de "exibição de objetos de memória", como hoje o senso comum relaciona o conceito de "museu".

Também na elaboração das políticas culturais importa distinguir entre políticas culturais públicas, das políticas culturais privadas. O que as distingue é a origem da legitimidade do seu poder de atuação. As Políticas culturais públicas exercem-se sempre num contexto dum Estado, sobre o conjunto da comunidade. As políticas culturais privadas, que se exercem através de instituições privadas, ainda que por vezes em coalizão com políticas públicas, não têm necessariamente um fim relacionado com a vontade geral.

Mas essa é igualmente uma questão fora do nosso objeto de investigação. O que aqui pretendemos é mostrar dificuldade de delimitar o campo da atividade da política cultural pública. Durante muito tempo a "Política" foi um campo de análise das ciências sociais que estudava essencialmente os processos de conquista e regulação do poder social. No pós-guerra, a emergência das sociedades democráticas e do desenvolvimento dos processos participativos, conduziu a uma renovação da ciência política, e em muitos casos a uma evolução dos modos de exercício dessa política (PASQUINO, 2001). Muitos autores se têm debruçado sobre a formulação e contextos de influências das políticas públicas. O que nos interessa reter é essencialmente a ideia de que "as políticas públicas, analisadas com consciência metodológica, revelam muitos aspetos relativos à estruturação e ao funcionamento de qualquer sistema político" (PASQUINO, 2001, p 253). Os seja, no nosso caso, o que pretendemos é verificar se da análise duma política publica cultural, podemos aferir o modo de funcionamento do sistema de produção cultural.

Em regra a aplicação duma Política Cultural Pública é exercida por um órgão funcional, um ministério, uma secretaria de estado, uma direção-geral, um departamento, com base em princípios gerais inscritos nas constituições nacionais. No nosso caso interessa-nos não só a formulação de que a política cultural enquanto expressão da governança é um fato social que resulta das atividades dos atores do sistema.

Há vários modelos de análise das políticas públicas e das ações dos atores do sistema[538]e dos seus processos. Há todavia, na formulação de políticas públicas, uma sucessão de fases que determinam a aplicação duma política pública: Assim temos, em primeiros lugar, aquilo a que poderíamos chamar a "*Informação*", caracterizado pela emergência e consciência dos problemas. A essa situação o sistema desenvolve uma "*Iniciativa*", que dá origem a uma "*Prescrição*", que consiste ao estabelecimento dum conjunto de normas reguladoras. De seguida, a "*Invocação*" consiste na qualificação provisória das prescrições normativas, à qual se sucede a "*Aplicação*" propriamente dita das normas aprovadas. Estas normas podem ser alteradas pela "*Avaliação*", em função do sucesso ou insucesso das mesmas. Finalmente essas normas "*Prescrevem*" com o fim do período de vigência das normas ou do Instituto ou do problema. (PASQUALINO, 2001, 263).

Na análise das políticas públicas, tem-se dado muita atenção à análise do processo decisório das mesmas, uma vez que eles permitem revelar as tensões dentro do sistema, reveladas pelos diferentes atores. É nesse processo que se encontram as formas como se estabelecerem os compromissos. No entanto, é igualmente importante seguir a análise pelos seus processos de execução, já que, na maioria dos casos a execução não é acompanhada pelos decisores. Os executantes têm alguma margem para adaptação dos fins. Assim, os resultados duma política pública nem sempre são os esperados nos momentos de negociação, uma vez que o próprio processo de execução é também ele próprio um resultado dos jogos de atores e dos vários processos de influência social (PASQUINO, 2001, p 261-272).

Seja qual for o método de abordagem dos processos de análise, as políticas públicas podem-se classificar em cinco grandes grupos: As políticas distributivas, quando assembleias ou organismos decidem sobre processos de distribuição de recursos, normalmente de cariz de social. As políticas reguladoras, que regulam comportamentos. As políticas redistributivas, que procuram, em função de intenções políticas ou sociais, favorecerem determinados grupos em prejuízo de outros. As políticas constituintes, que criam normas ou princípios constituintes de estruturas de autoridade. Finalmente, um quinto e último grupo, relativas às políticas publicas de simbólico, que "não distribuem recursos, nem regulam comportamentos, mas servem para reforçar e/ou alterar a identidade coletiva, sentimentos de pertença, vínculos entre detentores de poder" (PASQUINO, 2001, p 273). Como podemos facilmente verificar, a análise das políticas públicas pode-se considerar, dentro do sistema político, como sendo o resultado das intenções e das negociações de atores na distribuição dos recursos disponíveis (recursos materiais e simbólicos) e na regulação dos comportamentos. Uma ação que, de acordo com o sistema, pode ser mais ou menos coerciva.

[538] Na Obra que temos vindo a citar estabelecem-se 5 modelos de análise: O triângulo de Ferro, As Redes de Assuntos, o Governo de Gabinete, o Neo-corporativismo, e as Políticas Comunitárias (PASQUINO, 2001)

Ora, procurarmos analisar as políticas culturais públicas, com base nesta metodologia verificamos que elas se exercem fundamentalmente no âmbito das políticas simbólicas e de identidade coletiva. Elas englobam as questões relativas às expressões artísticas, aos problemas da educação, da ciência, da comunicação. Nesses domínios é determinante entender o seu grau de coercibilidade bem como o seu grau de conformidade. Coercibilidade porque resulta da pressão do poder político, conformidade, porque resultas da sua adequação às necessidades de sociedade

Por exemplo, os Estados Nacionais do século XIX impuseram a língua como elemento estruturante da comunicação da nação, desenvolvendo mecanismos de elevada coercibilidade que levaram à sua universalização. Mas essa política de coercibilidade era também necessária para criar uma base comum de comunicação, a partir da qual o sistema educativo se constituiria, atendendo aos recursos socialmente disponíveis.

Tomando por exemplo, o francês atual, podemos verificar que este é o resultado duma política cultural de uniformização, que eliminou grande parte de outras formas de expressão linguísticas naquele que constituirá o espaço-nação da França. No entanto, o mesmo tipo de políticas de uniformização linguística aplicadas na Espanha nacionalista, durante o franquismo no século XX, não levou aos mesmos resultados. Haverá portanto que ter em atenção, para além da coerção, há igualmente que ter em atenção a conformidade das políticas culturais públicas com os interesses partilhados pela comunidade. A Espanha franquista era um espaço bastante diferente da França republicana.

Assim qual é objeto de análise das Politicas Culturais Publicas, um termo que faz mais sentido na sua forma inglesa de "cultural policies"[539]. Quando é como é que essa atividade se tornou num objeto de intervenção social do Estado. Quando é que o Estado assume uma preocupação universalizante com a cultura e os bens culturais?

Como já referimos acima, o romantismo representou o momento estético e filosófico, em que as sociedades, preocupadas com a emergência da modernidade, se centram no património e nas heranças (os contos tradicionais, por exemplo). Mas será no final do século XIX, com as ideias socialistas que se pode encontrar a génese da ideia de "democratizar a cultura". Será através das escolas, dos teatros, das bibliotecas populares que os primeiros movimentos associativos se vão surgir as primeiras preocupações com o processo operatório da cultura. Irão surgir aí os princípios das políticas culturais democráticas que irão emergir nas sociedades europeias no pós-guerra. Estas políticas públicas, exatamente por serem políticas constituem-se como universalizantes e, opõem-se à uma conceção de culturas como um objeto de desfrute e deleite das elites. É essa universalização que está na base da conceção na necessidade de apropriação das ferramentas de democratização. O uso a escrita, o acesso ao conhecimento, o usufruto da cultura é concebido como ferramenta da libertação da humanidade.

Será aliás em França, nos governos da Frente Popular do socialista Leon Blum[540] que algumas medidas de democratização da cultura através da aprovação de legislação de apoio às instituições culturais (associações). Mais tarde, durante o ministério de André Malraux, nos governos da V República, algumas destas medidas de democratização da cultua são retomadas[541].

A problemática no âmbito da política cultural dos estados é então entender a forma como medeia o processo operatório da cultura: ou seja, como e para que se produz cultura. O que são os objetos da produção cultural. Por outro lado, o estado, na sua função reguladora deve atender à regulação se faz sobre os instrumentos de produção cultural para permitir a sua circulação: Ou seja preocupa-se com o consumo dos bens culturais, incentivando a sua difusão e vulgarização como formas de apropriação da sociedade desses bens culturais. É dentro deste sistema, que se produz a cadeia de valor da atividade cultural[542]. O Estado, em função dos seus

[539] Que se distingue da sua forma singular "Cultural Politics".

[540] Leon Blum, (1872-1950). Teórico e socialista francês. É considerado uma dos principais modernizadores da França. A sua atividade como pacifista foi determinante na sua orientação política do socialismo francês, defendendo um socialismo democrático em oposição ao socialismo revolucionário. Em 1946 será o primeiro presidente do Conselho Constitutivo da UNESCO

[541] "A 3 de fevereiro de 1959, tomou posse, em Paris, como ministro da Cultura, André Malraux. Este ministério, designado como "Ministère des Affaires Culturelles", foi o primeiro na Europa e criou os conceitos de política cultural, de democratização, investimento, descentralização e equipamentos culturais. O desenvolvimento futuro desses conceitos conduzirá a modelos de política cultural adotados um pouco por toda a Europa, e pelos países onde a influência francesa se fez sentir ao longo das últimas décadas do século XX" (RIBEIRO, 2006, p 258).

[542] Cadeia de Valor na Cultura. Processo de formação do valor dos bens culturais é um domínio emergente nos estudos económicos. Ele apresenta alguma complexidade, pois a sua dimensão simbólica, representada numa escala aritmética remete a sua representação para níveis próximos do infinito. A Cadeia de Valor é um conceito introduzido na economia pelo professor americano Michel Porter (n. 1945), com o objetivo de analisar a com-

valores adota políticas com o fim de tornar extensivo e compreensivo o sistema cultural. Torna-se assim um objetivo dos estados democráticos promover a extensão e a diversidade do acesso aos bens culturais no seu território, por oposição a uma visão mais autoritária do estado, onde a política cultural é expressa como um instrumento direto da ação do poder, orientada para a produção de valores conformes, eliminando ou restringindo a diversidade

Dessa forma, a problemática da análise da "Política Cultural Pública " [543] assume-se como um exercício bastante mais objetivo. Trata-se portanto da observação de um conjunto orientado de ações intencionais, executadas por um conjunto de elementos treinados, que se exerce sobre essa complexidade constituída pelo universo cultural.

Ou seja, a política cultural define ela própria o seu conceito de cultura, ao definir o conjunto de ações sobre as quais a política se exerce. Assim sendo, a formalização do conceito de cultura, em "Políticas Culturais Publicas " faz-se a partir dos instrumentos de políticas que define (intenções, ideias, organização, memórias, etc.)[544]. A análise das Políticas Culturais Publicas, a partir da leitura das organizações de cultura, das suas atividades, dos seus agentes pode constitui-se como um objeto de investigação. Não se trata de analisar apenas os seus resultados mas sim procurar entender como é que uma visão, uma formulação da filosofia se traduzem numa ação de transformação do mundo. Ou seja, na análise das políticas culturais públicas interessa-nos identificar as ações como expressão de intenções, de negociações de agentes e de condições de uso de recursos. A partir dessa questão pode-se definir uma problemática e uma metodologia, pode-se efetuar uma teorização. Pode-se fazer "Ciência".

Não significa isso que não seja possível uma análise cultural, uma história da cultura ou qualquer outro tipo de Estudos Culturais. Mas uma delimitação do campo de investigação em torno das "Políticas Culturais Publicas" permite-nos operacionalizar uma investigação num campo mais concreto.

---

petitividade duma organização ou setor da economia. Ele partiu da análise do conjunto de atividades duma organização numa perspetiva de sistema. Ao incluir no sistema os fornecedores e os clientes, permitiu-lhe decompor as atividades da organização em função da sua relevância estratégica, analisar o comportamento dos custos de produção e o seu potencial de diferenciação em cada negócio. Com o objetivo de otimizar o valor final que o seu produto representa para o cliente. A liderança de custo e a diferenciação pela qualidade acrescem valor ao produto e proporcionam vantagem competitiva à organização no contexto produtivo em que se insere. O instrumento metodológico que construiu para esta análise foi a "cadeia de valor"de uma organização. Cada atividade da organização é um elo que acrescenta (ou retira) valor A cadeia é então um sistema integrado, onde cada organização, ou setor ou país, explora a sua vantagem competitiva. Esta vantagem é então a capacidade de gerir com eficácia e eficiência os recursos disponíveis, de explorar as oportunidades criadas e de resolver os problemas da competição com as outras organizações

Tendo trilhado o seu caminho na esfera da atividade económica, a análise da competitividade está agora a chegar ao setor das atividades culturais e de conhecimento. Na Europa desde a década de 90 que tem vindo a surgir proposta de classificação destas atividades como "Setor cultural e criativo", com um valoração de campo estratégico de futuro societário, porque nele se incorpora a produção do conhecimento e inovação.

[543] Veja-se (COSTA, 1997) no artigo "Politicas Culturais: Conceitos e Perspetivas". O autor aborda a questão das Políticas Culturais a partir da sociologia da cultura. Inicia a sua problemática com a interrogação de quais são os contributos dessa ciência para a análise das Políticas Culturais. Face á complexidade do universo de análise opta por dividir o campo conceitual em "a) os contributos para a análise dos campos culturais, dos agentes culturais e das práticas culturais" isto é da análise daquilo sobre que incidem as políticas culturais (ou do que suposto elas incidirem); b) os contributos sociológicos para a análise das políticas culturais propriamente ditas enquanto objeto de estudo específico". E prossegue com a constatação: "Curiosamente, neste segundo sentido os trabalhos são em muito menor número. Pode dizer-se até que as ciências sociais e, em particular a sociologia, a antropologia e a história – foram muito mais fonte de referências de base utilizadas, de uma maneira ou de outra, na formulação das políticas culturais do que se dedicaram a analisar as políticas elas próprias, entendidas como processos institucionais.

[544] " Ora de certo modo, as políticas culturais representam para a sociologia, do ponto de vista teórico, como que um objeto por excelência. Na verdade combinam-se nelas, nuclearmente e de forma explícita, duas das dimensões fundamentais das relações sociais: a cultura e o poder. Cultura e Poder, na conceção das ciências sociais são dois pilares da organização das sociedades e dos processos que elas ocorrem, dois ingredientes básicos do relacionamento humano, duas dimensões de todas as relações sócias" (COSTA, 1997, P 10). Prosseguindo de seguida sobre o interesse teórico da análise sociológica do objeto "Política Cultural": "É que, nelas, cultura e poder como que emergem do tecido social, associando-se de um modo específico num domínio institucional diferenciado" (COSTA, 1997, P 10)

a) A historicidade da "Política Cultural"

A política cultural, enquanto conceito operatório tende também a coincidir com a Política do Estado ou com a Política de Organizações Internacionais que resultam dos Acordos e Convenções Internacionais. Não significa isso que não exista uma "Política Cultural Privada", isto é feita por outro tipo de organizações, sejam elas empresas, associações, fundações ou pessoas individuais preocupadas com as grandes questões da humanidade. No mundo da cultura (ou setor cultural e criativo) coexistem várias realidades que se exprimem de formas diversas, muitas delas reguladas pelos próprios organismos do Estado. Por exemplo, muitas da associações de produtores culturais organizam-se eles próprios em associações que definem as suas próprias regras, em muitos casos aceites e integradas pelos estados.

Mais uma vez somos obrigados a introduzir uma distinção conceptual em função dos fins da governação. Assim, ao distinguirmos entre governação pública e governação privada, criamos uma delimitação adicional em função dos fins que prosseguem. Por política pública, nas conceções políticas contemporâneas, são as políticas que se dirigem ao universo dos cidadãos, vistos como iguais e destinatários do direito. Assim uma política de Estado deveria em princípio ser orientada para o bem comum, isto é, ainda que pudesse beneficiar, em determinado momento um conjunto de cidadão, ela justifica-se em si mesmo pelos benefícios que devem daí resultar para toda a sociedade.

É esse princípio de implicação com o "bem público", como o valor em relação aos fins que distingue a ação do Estado Contemporâneo, que diferencia a política cultural pública da política cultural privada. É claro que este é um campo onde os fins das políticas convergem. Por exemplo, as associações, empresas e fundações filantrópicas, organizações que têm por base a sua livre associação, também acabam pela sua ação de criar um valor de "bem público". O esforço destas organizações é hoje unanimemente reconhecido e valorizado como parceiro no campo da cultura, da educação entre outras áreas. Por isso mesmo este tipo de organizações acaba por se tornar também em parceiras das políticas públicas. Estas organizações de ação cultural acabam também por elas próprias por participar das políticas culturais públicas, quer como agentes, quer como instrumentos de intervenção.

Regressemos portanto à problemática das "Políticas Culturais Públicas", procurando agora inscrever nelas o objeto patrimonial. Como diz Judite Primo (PRIMO, 2007, p 94), "*A Política Cultural e de pesquisa nas ações relacionadas com o património não pode reduzir sua tarefa ao resgate dos objetos «autênticos» de uma sociedade. Às políticas culturais atualizadas, parecem interessar mais os processos que os objetos, gradativamente a importância, anteriormente, dada à capacidade de um determinado objeto permanecer «puro» e «inalterado» tem dado lugar a sua representação sociocultural"* (PRIMO, 2007, p 94). Prossegue ainda citando Nestor Garcia Canclini "*Nessa perspetiva, a investigação, a restauração e a difusão do património não teriam por finalidade central almejar a autenticidade ou restabelecê-la, mas reconstruir a «verosimilhança histórica» e estabelecer bases comuns para uma reelaboração de acordo com as necessidades do presente*" (CANCLINI, 2008, 202). Ou seja, as políticas culturais públicas sobre os objetos patrimoniais são um processo de ação que incidem sobre eles, criando uma representação.

Prossegue ainda Judite Primo "*As operações de caráter científico ou pedagógico acerca do património são uma metalinguagem, ou seja elas não são capazes de fazer com que o património comunique, são sim capazes de comunicarem sobre ele. Daí que o papel do museu e das políticas patrimoniais deve ser, não apenas o de expor os objetos, a arquitetura e os costumes, mas sim o de tornar inteligíveis as relações entre eles e propor hipóteses sobre os seus significados para os cidadãos que os evocam e/ou os veem As questões levantadas pelas políticas culturais sobre os novos patrimónios estão inseridas no contexto geral de gestão económica e social. Estas questões não são determinadas pelos aspetos técnicos de conservação e restauro, mas sim pelo fenómeno da renovação simbólica que tem vindo gradativamente a caracterizar as sociedades modernas. Por outro lado um património reformulado que leve em conta os seus usos sociais – não apenas numa atitude de defesa e de simples «resgate histórico», mas com um propósito mais abrangente e visão complexa de como a sociedade se apropria de sua história – pode envolver os setores mais diversos da sociedade. Já não se pode reduzir o tratamento das referências patrimoniais a um universo exclusivo dos especialistas do passado Esses autores, mesmo assumindo algumas divergências em seus trabalhos, assumem que as nações e os nacionalismos são produtos da modernidade. Por isso a questão que se coloca não é o de saber se a nação é, ou não forjada por «tradições inventadas» (HOBSBAWM, 1998) ou coletivamente «imaginadas» (Anderson, 1983), ou mesmo se a nação resulta do trabalho contínuo de descobertas e interpretação de uma comunidade de ascendência comum.* " (PRIMO, 2007)

Concluindo esta questão sobre a problemática das Políticas Culturais Publicas podemos afirma que este é um campo de análise bastante rico porque ao revelar as intenções de ação, revela igualmente as bases do pensamento sobre as heranças que se valorizam. A questão da análise da problemática da produção de bens simbólicos e de marcadores de memória pode e deve incorporar a avaliação das condições e intenções dos atores.

Os trabalhos teóricos que se têm ocupado desta problemática orientam-se essencialmente para dois campos: o da análise da produção de campos culturais, e dos contextos sociais de produção. O primeiro agrupa a maioria dos estudos nesta área. Segundo António Firmino da Costa os resultados destes estudos incidem essencialmente sobre questões parcelares, como por exemplo as políticas sobre literacia, sobre a sociologia da leitura, sobre as políticas de públicos, etc. (COSTA, 19997, p 10). Num número muito mais reduzido, tem sido os trabalhos sobre a formulação de políticas culturais públicas propriamente ditas, enquanto resultados da ação social e das tensões da comunidade (COSTA, 1997, p 10).

Ora, segundo José Madureira Pinto (PINTO, 1994), as problemáticas dos estudos sobre as políticas culturais públicas deverá incidir sobre os seus vetores estruturantes. Nas sociedades contemporâneas estes vetores resultam da conjugação dos vetores "Preservação, valorização, disponibilização do património cultural"; da "criação e inovação cultural", e da "democratização da cultura relacionado com o desenvolvimento cultural sustentado"; a utilização da cultura como instrumento de "combate à exclusão social" (PINTO, 1994, p 191). Nesta leitura, o estado estrutura uma estratégia de intervenção, com base em decisões e afetação de recursos descentralizados, com base na democratização do acesso à produção e consumo de bens culturais.

A política cultural pública é neste sentido um instrumento de desenvolvimento. Há esferas de regulação, como por exemplo a proteção dos direitos de autor, a regulamentação do uso de espaços públicos para manifestações culturais em condições de segurança para os utilizadores, o assegurar da participação cultural, nomeadamente no usufruto dos bens patrimoniais: (museus, áreas protegidas, exposições, espetáculos). Mas há também áreas de intervenção das políticas públicas que incidem sobre o incentivo à criatividade, as condições de acesso e receção dos bens culturais, etc. Estes vetores de modernidade nas políticas culturais públicas abandonam as clássicas dicotomias ente cultura erudita e cultura popular e redirecionam o debate sobre as políticas culturais públicas para o cidadão e para o espaço público.

A partir da valorização da cultura com base nestes vetores entende-se então que o objeto de análise das políticas públicas pode orientar-se para polos diferenciados. Para os "*patrimónios*" e para a "*formação de público*", que implicam incentivos ao nível de estruturas e processos; para a "*sustentabilidade da oferta cultural*" e para o uso da "*cultura como um instrumento de desenvolvimento económico e social*", que implicam essencialmente gestão de processos e uma rendibilização do uso dos recursos. Se os dois primeiros polos, representam, simplificando a questão, os modos de intervenção tradicionais da politicas patrimoniais públicas. Os dois últimos polos, no âmbito do sistema público, permitem incorporar a participação da sociedade civil e a democratização da cultura. Constituem-se portanto como campos de modernidade na análise das Políticas Culturais Publicas.

b) A constituição da UNESCO e a política cultural

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, criada em 4 de novembro de 1946, tem sido o organismo que mais tem influenciado a questão das políticas culturais públicas, dispondo de um conjunto de instrumentos e organismos que contribuem para a extensão e universalização destas questões. A convenção que institui a UNESCO entrou em vigor depois dos 20 estados signatários terem sido depositados os seus instrumentos de retificação junto do Governo do Reino Unido. Esta convenção tinha como objetivo fundador e orientador contribuir para a manutenção da Paz e da Segurança Internacional através da promoção da educação, da ciência, da cultura e da comunicação, a colaboração entre as nações a fim de assegurar o respeito universal da justiça e da lei, assim como dos direitos do Homem. Esta convenção foi feita com base na Carta das Nações Unidas que reconhece todos os povos sem distinção de Raça, sexo, língua ou religião. Dela emerge uma primeira contradição, ao constituir-se como uma assembleia de Estados soberanos, ao mesmo tempo que procura a universalidade dos povos. Essa tensão entre a questão dos estados nações e o "direito dos povos á seu livre governo" marcou a atividade dessa organização.

Até ao final da década s em 80, a sua atividade desenvolvia-se fundamentalmente em duas linhas de intervenção: O estímulo à Cooperação[545] Internacional e a Realização Operações Internacionais para o Desenvolvimento Social, Económico e Cultural. No âmbito deste último vetor, a sua atividade desenvolveu um largo conjunto de instrumentos de regulação que uniformizaram critérios de ação. Por exemplo, na esfera da Educação, difundiu diretivas para cada país aplicar e incrementar o seu desenvolvimento económico. Para a aplicação das diretivas, os Estados mais pobres, ou os que recentemente se tinham tornado independentes, podiam recorrer aos serviços especializados que forneciam uma importante ajuda ao estabelecimento de bases científicas e técnicas para melhor utilização dos recursos disponíveis. Através dos projetos da UNESCO, procurava-se igualmente fazer incentivo à utilização dos valores culturais nacionais e preservação da herança cultural. Uma das suas grandes preocupações da UNESCO foi procurar formas de modernizar os países sem perda de identidade e da diversidade cultural. A crescente importância dos sistemas de informação, também, levou a UNESCO a incrementar os sistemas de troca de informação e o desenvolvimento dos sistemas de informação para reagrupar os conhecimentos universais.

Durante muitos anos a UNESCO foi uma das instituições que mais se dedicou à promoção das Ciência sociais como instrumento da realização dos Direitos do Homem. Até aos anos oitenta a UNESCO promoveu as ciências exatas, defende o diálogo e o intercâmbio entre cultura como forma de afirmação da identidade cultural (M'BOW, 1980, p 12). Deve-se também às iniciativas da UNESCO a promoção das Políticas Culturais[546] Esses fenómenos de consciencialização da cultura como instrumento do desenvolvimento marca estes grandes fóruns. Estes anos foram também os tempos dos grandes projetos, dos Museus do Cairo, do Museu da Núbia em Assuão, o surgimento dos critérios de classificação do Património da Humanidade, da Criação do Fundo Internacional para a Promoção da Cultura (criado em 1974) que desenvolveu projetos com vários milhões de U$, no âmbito do qual, por exemplo se publicou a "História de África" de Joseph Ki-Zerbo[547]. Foi ainda nesses anos que foram efetuados vários projetos para o desenvolvimento das comunicações. É necessário não esquecer que esses tempos ficaram marcados por uma acentuada confrontação ao nível das relações internacionais. Ao conflito leste-oeste encontrava uma correspondência num conflito norte-sul. A UNESCO foi também um instrumento destas tensões. A sua abordagem lavar-nos-ia para fora do nosso centro de investigação.

O Funcionamento da UNESCO tem por base a sua Conferência-Geral, onde estão representados os Estados Membros[548]. Reúne-se de dois em dois anos para determinar a linha de conduta, fixar os programas e

---

[545] Cooperação internacional é um termo associado às Políticas Externas do Estados. Grosso modo pode-se definir como o conjunto de atividades de relacionamento que visa benefícios comuns para os parceiros. A cooperação internacional é atualmente a base das relações internacionais dos estados e substitui as relações desiguais, que caracterizavam os sistemas de dominação coloniais anteriores à formação da Organização das Nações Unidas

[546] A UNESCO vai promover um conjunto de conferências sobre Políticas Culturais Públicas, como por exemplo em Veneza (1980) e no México (1982).

[547] A História da África Negra é publicada em Paris pela Hachette em 1972, tendo sido publicada em Portugal em 1980, com a chancela das Publicações Europa-América. A novidade na problemática desta história é a da abordagem da História de África a partir do seu desenvolvimento interior, assumindo o colonialismo como um fator de transformação das formas sociais, económicas e culturais preexistentes (KI-ZERBO, 2002)

[548] A adesão de Moçambique na Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura - UNESCO - ocorreu logo após a independência, em 1976. E feita com base no reconhecimento dos princípios gerais desta organização, e dos apoios recebidos durante a luta de libertação. Na época área da Educação foi considerada a área prioritária na cooperação. Com a colaboração da UNESCO foram feitos os projetos de reconstrução do sistema educativo, alfabetização, educação não formal, e formação de técnicos moçambicanos com o apoio do Instituto Internacional de Planificação da Educação (IIPE). Na área da Cultura, a UNESCO contribuiu tecnicamente para a definição de uma política cultural nacional e para a criação de instrumentos legislativos relativos a defesa, proteção e preservação do património cultural. Foi neste quadro que a Ilha de Moçambique foi reconhecida Património Cultural Mundial tendo, em 1991, inscrita na lista do Património Cultural Universal.
A visita de Frederico Mayor, em 1998, foi um importante contributo para a cooperação nas áreas da juventude, mulher, meio ambiente, ciência e tecnologia, informação e informática. Durante o quinquénio 90-95 a participação de Moçambique nas atividades de Unesco é muito visível. Foi neste período que Graça Machel participa em vários Fóruns mundiais sobre "Cultura e Paz" e Luís Bernardo Honwana preside ao Conselho Executivo da UNESCO em representação de Moçambique (1987-1991), e para o cargo de Presidente do Comité Intergovernamental da Década do Desenvolvimento Cultural.
Através da cooperação com a Unesco os valores culturais de Moçambique têm encontrado formas de promoção. A valorização das línguas nacionais e a promoção de artistas moçambicanos em eventos internacionais são algumas destas ações. A Unesco tem uma representação permanente em Maputo desde 1994. As estratégias de

fixar o orçamento. A Vida quotidiana é gerida pelo Conselho Executivo, eleita na CG segundo um critério de representação regional e reúne-se 3 vezes por ano. Nela é proposto o nome do Diretor-Geral, eleito pela CG. O Diretor Geral coordena o Secretariado da UNESCO. Tem como função preparar os projetos de programas, e o orçamento, gera as estruturas administrativas e o pessoal.

Com o fim da guerra fria e com o desmoronamento do Bloco de Leste no final dos anos oitenta e princípios dos anos 90 reformulam as linhas de orientação da organização. As críticas dos grandes contribuintes da organização em conjunto com as dos principais países ocidentais (recorde-se que estávamos em plena aplicação das reformas neoliberais nos Estados Unidos na Grã-Bretanha) centravam-se no "despesismo" e na "utopia" da organização, propondo em alternativa um conjunto de reformas que reorientavam a ação da UNESCO para missões concretas. Deixou-se de debater as grandes questões do pensamento e definem-se tarefas: Desenvolvimento da Instrução nos países mais carenciados, facilitação de trocas de livros, organização de investigações sobre assuntos específicos. Correspondendo a um certo pragmatismo que a gestão das organizações começou a introduzir na racionalização da utilização dos recursos, as atividades passaram a ser orientadas essencialmente para objetivos mensuráveis, em termos de projeto financeiros e em ações de intervenção com um calendário definido[549].

Posto isto vemos então verificar o que está expresso na Carta da Nações Unidas em relação à cultura, aos museus e ao Património? Como verificamos, a carta das nações Unidas é fundada sobre os ideais da paz e do respeito pelos Direitos do Homem. Tem como aspiração a regulação dos conflitos pela via da negociação, do diálogo. Para isso era necessário um relacionamento amistoso entre as nações e entre os povos. Como parte desse esforço de relacionamento, com base na igualdade e no respeito pelos povos, onde a questão da autodeterminação dos povos se virá a tornar uma questão emblemática, era necessário mobilizar os esforços das nações para resolver os problemas económicos sociais e culturais. (artigo 1º nº.3 da Carta das Nações Unidas). A Cultura aparece portanto como uma das áreas da cooperação internacional.

Como fórum mundial das Nações, fundada numa situação após uma violento conflito mundial (1939-1945), grande parte do articulado é dedicado à regulação das decisões da Assembleia Geral, e ao funcionamento do seu Conselho de Segurança, local onde a conflitualidade entre os estados deveria ser regulada. Recorde-se apenas que estas Organização sucede à Sociedade das Nações, criada em 1919, na sequência dos Tratados de Versalhes, cujo funcionamento não evitou o eclodir do conflito de 1939.

No capítulo IX, "Cooperação Económica e Social Internacional", (onde a palavra cultura não é parte do título), são criados os mecanismos que tem como objetivo assegurar condições de estabilidade e bem-estar, necessários ao desenvolvimento das relações amistosas (artigo 55º). Nesse artigo constituem-se três tipos de tarefas: "a) a elevação do nível de vida, do pleno emprego e condições de progresso e desenvolvimento económico; b) A solução dos problemas internacionais económicos e sociais, de saúde e conexos, bem como a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional; e c) o respeito universal e efetivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.". Todos eles, portanto com base na autodeterminação dos povos.

Para a concretização destes princípios, prevê-se a criação de organizações especializadas nos campos económico, social cultural, educacional, de saúde e conexos (artigo 57º). Estas organizações especializadas viçam vinculadas ao ONU, segundo as recomendações desta (artigo 58º). Prevê-se ainda a Criação dum "Conselho Económico e Social" que efetua estudos especializados sobre todas as matérias acima explícitas, e propõe resoluções à Assembleia-Geral. Na mesma declaração, o capítulo XI estabelece uma "Declaração Relativa a territórios não autónomos", onde os estados membros se obrigam a aplicar nesses territórios os princípios da Carta e promover o seu governo próprio segunda as aspirações dos seus povos. (artigo 73º). Esta declaração vai constituir uma imensa batalha internacional da diplomacia portuguesa durante o Estado Novo. Ainda na mesma Carta prevê-se a criação dum Tribunal Internacional de Justiça, que virá a ser conhecido como o Tribunal Internacional de Haia.

---

educação, a promoção dos valores patrimoniais, o apoio à investigação em Ciência Social, o apoio na área da saúde, à criança e à mulher constituem atividades com forte impacto em Moçambique

[549] Um exemplo desta política é o Programa de Frederico Mayor "África – Uma prioridade: Programa de Acção 1990-1995". Neste programa propõe o então Presidente da UNESCO uma visão integral do desenvolvimento, incluindo a educação, a ciência e a cultura. Nele afirma por exemplo "descurar a dimensão cultural do desenvolvimento equivale – e isso aconteceu frequentemente a querer ter acesso ao desenvolvimento ignorando um dos seus objetivos primordiais, que consiste no desenvolvimento das capacidades individuais e coletiva. Os indivíduos e os grupos visados pelas ações de desenvolvimento não se interessam verdadeiramente pela sua realização se não tiveram motivações de ordem cultural (promoção das línguas nacionais, defesa das identidades culturais). Convém portanto ter em conta as especificidades locais, as mentalidades, a visão do mundo das populações envolvidas" (MAYOR, 1989, p 39).

Na sequência desta Carta, as organizações especializadas vão sendo constituídas: A Organização Internacional do Trabalho (que retoma a base XIII do tratado de Versalhes de 28 de junho de 1919), A FAO, A organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, constituída em 16 de outubro de 1945 no Québec. A UNESCO, com a constituição aprovada em Londres em 16 de novembro de 1945. A Organização Mundial de Saúde, constituída em Nova Iorque em 22 de julho de 1948.

No caso da Constituição da UNESCO, nas suas considerações iniciais fica claro a convicção de que a guerra é um fenómeno que se gera no espírito do homem, e no espírito que a guerra deve ser evitada. "Que, como as guerras nascem no espírito dos homens, é no espírito dos homens que devem ser erguidas as defesas da paz"[550]. Em consequência, haveria que eliminar as desconfianças entre as nações, aproximar os homens pela afirmação dos direitos humanos, pela proclamação da igualdade e pelo combate à ignorância. "Que a difusão da cultura e a educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz são indispensáveis à dignidade humana e constituem um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com espírito de assistência mútua" Assume-se assim que para assegurar a paz no mundo não basta o esforço dos governos. É necessário implicar nesse esforço cada um dos povos. "Para que a paz subsista deverá assentar na solidariedade intelectual e moral da humanidade". É ainda uma afirmação da vontade coletiva. Não temos ainda aqui a afirmação do indivíduo como destinatário das ações.

Entre as suas funções afirma-se a manutenção da paz através da educação, da ciência e da cultura (art.º 1º) e da colaboração entre as nações. Para atingir esse fim, é necessário Fomentar o conhecimento e a compreensão mútua dos povos; "impulsionar vigorosamente a educação popular e a difusão da cultura" (n.º 2 b do artigo 1.º) e contribuir para a preservação, fomento e difusão do saber. Essa intervenção é sempre feita com base no respeito pela soberania dos estados signatários.

O seu modelo de funcionamento é semelhante do da Organização mãe. Uma Conferencia Geral, composta pelos estados membros, que define as orientações, aprova os programas de atividade, convoca Conferencias Internacionais. E gerida por um Conselho Executivo, eleito entre os estado membros, tendo em atenção a diversidade de culturas e de regiões. O Diretor-Geral é proposto pelo Conselho Executivo, e eleito por um período de seis anos pela Assembleia Geral.

c) As atividades da UNESCO

Criada em 1945, as preocupações que a UNESCO herda já preexistiam na Sociedade das Nações, onde no artigo 24 se havia instituído o "Instituto Internacional de Cooperação Intelectual", que haveria de ser substituído em 1931 pela "Organização de Cooperação Intelectual". O pedido de adesão á UNESCO é feito de forma livre pelos Estados Membros da Organização das Nações Unidas, e formalmente admitidos na sua Assembleia-Geral (da UNESCO).

Vista como "a consciência do mundo" a UNESCO rapidamente se apercebe da necessidade de operacionalizar a sua atividade por objetivos bem definidos. O fato de ser uma organização afilhada nas Nações Unidas, e ser constituída como uma base de Fórum das nações, as suas assembleias foi um palco privilegiado da ação política dos Estado constituintes. As suas ações obedecem por isso a uma lógica de negociação demorada.

Em 1956 a organização passa a ter a sua sede em Paris, França e a partir de 1976 passa a utilizar mecanismos de planificação a seis anos, com base em projetos. O gigantismo e ambição da organização motivaram, durante a década de noventa fortes críticas ao seu funcionamento por parte dos grandes estados. As acusações de falta de eficiência nas ações e de deficiência na utilização dos recursos levou a uma profunda reforma durante os anos 90.

A atividade da UNESCO orienta-se para a elaboração de Convenções, a serem aprovadas pela sua Assembleia Geral, Declarações e Recomendações. Estas duas últimas tipologias não assumem um vínculo aos estados membros, mas são importantes mecanismos de referência das atividades.

As Convenções são aprovadas por maioria de 2/3 dos Estados Membros em Assembleia Geral, que as deverão adotar nas políticas internas no prazo de um ano. As Convenções criam uma obrigação de comportamento. Os Estado membros também podem adotar convenções diplomáticas em Conferências convocada expressamente para esse efeito. É o caso da Convenção dos Direitos de Autor, Proteção de Bens Culturais em Caso de conflito, Luta contra a Discriminação no Ensino, Tráfico de Bens Culturais, Proteção do Património Mundial, Reconhecimento de Estudos e Diplomas de Graus Académicos, etc.

[550] Convenção de Constituição da UNESCO (ICOM NEWS, 1948)

As Recomendações e as Declarações são atos onde se definem princípios e orientações. Sem força de obrigação para os estados membros verterem para o direito interno, são no entanto referências de ação que em regram são seguidas pelos estados membros. São disso o exemplo da "Carta Internacional da Educação Física e Desporto", (1978) A "Declaração sobre a Raça e Preconceitos Raciais" (1976). As recomendações são documentos onde não existe uma manifesta vontade de aplicação de princípios por diversos estados membros, portanto sem força para se erigirem como Convenções, mas que correspondem a grandes preocupações pressentidas pelos profissionais duma determinada área. É o exemplo da "Recomendação contra a Discriminação no Ensino, Proteção das Paisagens, Salvaguarda da Cultura Popular".

A Unesco tem uma ação determinante na formação das políticas públicas de conservação e salvaguarda, bem como na regulação das atividades dos museus. A criação do ICOM, (International Council of Museums), em 1946 e do ICOMOS (International Council on Monuments and Sites) em 1965 integram-se nesta dinâmica.

O ICOM é constituído no Museu de Louvre, em Paris, numa Conferência realizada entre em 16 e 20 de novembro. Foi constituído por 53 comités nacionais já previamente organizados no âmbito dos "Comités Nacionais de Cooperação Internacional nos Museus", da extinta Sociedade das Nações (ICOM NEWS, 1948, p 1). Antecede portanto a constituição da própria UNESCO. O objetivo inicial desta organização era o desenvolvimento de cooperação internacional. Na época, museu era definido como: "The Word Museums includes all collections, open to the public, of artistic, technical, scientific, historical or archeological material, including zoos and botanical gardens, but excluding libraries, except in so far as maintain permanent exhibition rooms"[551]. Nessa altura funcionavam 12 comités especializados. Com a criação da UNESCO, o ICOM acaba por ser reconhecido e "incorporado" na matriz organizacional da UNESCO

Em relação ao ICOMOS (Conselho Mundial dos Monumentos e Sítios), constitui-se diretamente relacionado com as propostas do 2.º Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza (Itália), de 25 a 31 de maio de 1964, onde é aprovada a "Carta de Veneza". Esta associação de profissionais do património já tinha realizado o 1º congresso em Paris (França) em maio de 1957. Durante esses anos, com apoio e incentivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Centro Internacional para o Estudo da Conservação e Restauro do Património Cultural (ICCROM[552]), foram desenvolvidos os esforços que permitirão a constituição da ICOMOS no ano seguinte, e a aprovação da "Carta de Veneza", que define os procedimento de conservação e restauro de edifícios e monumentos. O ICOMOS atua essencialmente na área do património edificado, numa função semelhante ao ICOM em relação aos museus.

A " Carta de Veneza", a Carta Internacional para a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, adotada como texto fundamental e doutrinário do ICOMOS. São seus objetivos constituir um fórum internacional para o diálogo e troca de experiências dos especialistas em património; Recolher, estudar e difundir informações sobre princípios, técnicas e políticas de conservação e restauro do património construído; recomendar a adoção e implementação de convenções e recomendações internacionais respeitantes à proteção, conservação e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios. O ICOMOS colabora com entidades nacionais e internacionais na criação de centros de documentação especializados em conservação do património, e participar na organização de programas de formação destinados a especialistas em património. O ICOMOS é o principal consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em matéria de conservação e proteção do património. Tem como missão, no âmbito da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972), aconselhar o Comité do Património Mundial e a UNESCO na avaliação das candidaturas de novos bens culturais à Lista do Património Mundial.

A questão do conceito do "Património Mundial" é um conceito que surge no início dos anos sessenta. Ele está associado à ideia do único (do deslumbramento de construções notáveis do passado) e à ideia da rápida erosão (é necessário não esquecer que a partir dos anos 50, nos países do Norte se acentuaram os efeitos da poluição química da atmosfera, que se traduzia por uma acentuada erosão do coberto vegetal, chuvas ácidas como então se chamava e dos monumentos antigos). Também se sentia a rápida erosão de cidades "históricas", canibalizadas pelas pressões imobiliárias e a necessidade de encontrar alternativas ao nível da requalificação dos espaços, nomeadamente a sua animação (ICOMOS, 1967). Por exemplo, para além dos problemas técnicos envolvidos, nos fóruns do ICOMOS discutia-se igualmente as questões do tráfego automóvel nos centros urbanos, a questão da unidade do conjunto, (implicando portanto a conservação do maior numero possível de imóveis, mesmo sem valor estético individual), bem como as necessidades de uma formação e sensibilização das opiniões publicas e dos responsáveis dos locais.

---

[551] A palavra Museu inclui todas as coleções, abertas ao público, de arte, técnica, ciência, história e arqueologia, incluindo zoo e parques botânicos, mas excluindo as Bibliotecas, exceto nos casos em que estas mantenham áreas de exposição. (ICOM NEWS, 1948)

[552] Criado em 27 de abril de 1957

Resta ainda esclarecer que o conceito de "Património" se foi sucessivamente alargando, incluindo, para além dos Monumentos (ou Relíquias), os Conjuntos (urbanos) e o "Património Natural", que integra as formações geológicas e as paisagens[553]. Mais recentemente foi ainda incluída na classificação de património o "intangível", ou seja bens não materiais (que são conservados em suportes mediatizados) tais como musica, danças, contos, tradições etc.).

As ações da UNESCO, na área dos museus e do património, não se cingem a estes seus dois organismos especializados. Através da atividade do seu Diretor Geral pode podem ser efetuadas ações em três domínios principais, por solicitação dos estados membros: Ações de coordenação, ações de cooperação, e ações de impulsão. Nas ações de coordenação a UNESCO intervém através da coordenação direta os esforços de recuperação de grandes monumentos simbólicos. São exemplo as intervenções no Egito (templos de Abou Simbel e Philae), O Templo Budista de Borobudur, na Indonésia, o Parthenon em Atenas, ou ainda o programa "Proteção do Património Mundial cultural e Natural", no âmbito da Convenção aprovada em 1972 e em vigor a partir de 1975. É a partir desta data que o Comité do Património Mundial inicia o seu trabalho de classificação de locais como "Património da Humanidade". As ações de cooperação são ações realizadas pela UNESCO com outras organizações, com vista a realizações comuns. Por exemplo a Conferencia das Nações Unidas para o Ambiente, resulta do esforço da UNESCO, com a OS e com o PNUD (Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento). As ações de Impulsão são ações de encorajamento ou de influência para que determinados acontecimento tenham lugar, dentro dos princípios da sua finalidade.

A evolução da ação da UNESCO na ilha tende a assumir estas últimas duas vertentes. Recorde-se ainda que o processo de candidatura ao rótulo de "Património da Humanidade" é feito através dum conjunto de atividades formais, que envolve a inventariação de sítios, a apresentação formal duma candidatura, a criação de grupos consultivos que deverão validar a genialidade ou raridade do local proposto. Uma ação importante é a perceção do Património em Perigo. Essa questão será importante no caso da ilha de Moçambique. Ainda no âmbito desta questão da marca do património da humanidade tem surgido nos últimos anos a uma polémica entre a relação do património com o turismo. A classificação como património é hoje uma marca que atrai fluxos de turismo aos sítios. Essa circunstância leva a uma necessidade de compatibilizar o processo de conservação com os usos sociais e turísticos. Estas questões têm conduzido a uma reflexão sobre o planeamento e sobre a necessidade de se ponderarem "capacidades de carga" para os territórios.

[553] Paisagem no seu sentido de "Landscape" ou seja de campo social. A geografia utiliza o termo de Paisagem Humanizada, para distinguir da Paisagem Natural. veja-se (SANTOS, 2010, p 63)

APÊNDICE III

A EVOLUÇÃO DA POLITICA CULTURAL E MUSEOLÓGICA EM MOÇAMBIQUE

O que nos importa problematizar no âmbito deste apêndice é a relação entre a emergência de novos agentes e novas organizações no âmbito das políticas culturais com que questão da formação de política cultural e da política museológica publica em Moçambique.

Entre estas políticas verifica-se a regra de dependência de regulação nos princípios. Ou seja a política cultural subordina a política museológica. Os princípios gerais do setor cultural são definidos numa lei geral (Constituição), sendo os objetivos específicos de cada governo definidos nos respetivos programas. Genericamente os textos constitucionais, enquanto textos fundadores dos sistemas políticos são relativamente estáveis, em função das grandes tendências da época e dos grandes desígnios da comunidade internacional, expressos nos fóruns da UNESCO. Já no caso das políticas e programas de governo, embora as grandes linhas fundadores decorram dos imperativos constitucionais, nos regimes onde se assiste a uma maior diversidade no exercício do poder político, como acontece por exemplo na Europa, as políticas culturais específicas podem apresentar maior variabilidade, em função das posturas em relação aos serviços públicos do estado.

Grosso modo, na Europa os poderes políticos mais liberais tendem a desinvestir dos serviços públicos culturais, reservando fundamentalmente às funções reguladores e de incentivos, ao passo que os poderes políticos defensores dum "Estado Social" tendem a criar uma rede de serviços públicos mínimos, com a criação de redes de equipamentos e a afetação de recursos de funcionamento. Nos países africanos, em particular nos países africanos de expressão lusófona, onde não existem trabalhos de investigação sobre as respetivas políticas culturais, verificam-se problemáticas diferenciadas, ainda que agregadas às influências constitucionais e afetadas pela emergência das tendências neoliberais.

A circunstância de terem acedido à independência em meados da década de setenta do século passado através duma luta armada (na maioria dos casos) implicou a emergência de governos com políticas mais "socialistas" ou seja com a criação de aparelhos de Estado mais centralizadores, não obstante a sua dificuldade em fazer aplicar as suas políticas em sociedades onde o poder colónias era muito fragmentado, como o foi no caso do colonialismo português em Moçambique. Param além disso, dentro do quadro de ralações internacionais que se vivia na época, os novos estado são dirigidos por partidos únicos. Embora com o tempo estes sistemas tenham vindo a evoluir para formas de sistemas democráticos, com eleições periódicas, e a economia tenha deixado de ser socialista e adotado os princípios da economia de mercado, verifica-se uma tendência para a manutenção no poder dos mesmos partidos

É este o caso de Moçambique, onde a FRELIMO se encontra no governo desde a independência do país, em 1975. É dentro do partido do poder que os diversos grupos de influência se têm organizado. Essas circunstâncias acabam por gerar uma maior estabilidade no âmbito da formulação das políticas culturais, que se vão ajustando à macro transformações que o poder político gera no seu processo de adaptação ao devir.

No caso de Moçambique a sua atual Constituição[554] expressa os princípios da sua política cultural (MOÇAMBIQUE, 2004). Reconhece a diversidade cultural do país, assumindo o Estado o dever de garantir a livre expressão de todas as comunidades[555]. É também ela que define a língua portuguesa como instrumento de comunicação[556], garantindo no entanto às demais línguas nacionais a sua valorização como instrumento de comunicação e como instrumentos de construção identitária.[557]

A cultura surge ainda no capítulo dos direitos e liberdades fundamentais, constituindo-se como um dever do Estado para com a comunidade a preservação dos valores culturais, o espírito de tolerância e diálo-

[554] Aprovada pela Assembleia da Republica em novembro de 2004

[555] "Artigo 11º Objetivos fundamentais: O Estado moçambicano tem como objetivos fundamentais: (…)
i) a afirmação da identidade moçambicana, das suas tradições e demais valores socioculturais;"

[556] Artigo 10º

[557] "Artigo 9º Línguas nacionais: O Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade"

go.[558] Por outro lado a comunidade tem igualmente o direito e a liberdade de participar civicamente na proteção do seu património, nomeadamente organizando-se através de associações cívicas[559].

A cultura é também um direito do cidadão, sendo garantida a liberdade de criação cultura. (MOÇAMBIQUE, 2004, art.º 94 Ao estado cabe assegurar a proteção dos direitos de autor e promover a difusão das "letras de das artes (MOÇAMBIQUE, 2004, art.º 94, 2) A atividade do Estado na cultura e na educação deve ser isenta em relação a "diretrizes, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas" (MOÇAMBIQUE, 2004, art.º 113). Esta promoção Cultura por parte do Estado tem como objetivo o seu "desenvolvimento", garantir a expressão das "tradições" e dos "valores sociais" e incorporar os "valores universais".[560]

Como se pode verificar a tensão entre a unidade e a diversidade da moçambicanidade está bem presente no texto constitucional. Onde porventura esta questão é mais evidente é no artigo sobre a autoridade tradicional, onde se prevê a sua participação no processo político e nas demais esferas da atividade social, nomeadamente na vida cultural[561]. A tensão entre a modernidade e a tradição é assim regulada, tendo-se a preocupação de salvaguardar o poder decisório do Estado.

Um dos normativos onde este reconhecimento da diversidade é particularmente evidente é na disposição relativa ao "pluralismo jurídico" onde se afirma que "*O Estado reconhece os vários sistemas normativos e de resolução de conflitos que coexistem na sociedade moçambicana, na medida em que não contrariem os valores e os princípios fundamentais da Constituição*" (MOÇAMBIQUE, 2004, art.º 3).

A participação dos cidadãos e da sociedade civil é prevista, mas em função da regulação do Estado. O texto constitucional tem presente a definição das hierarquias, cabendo aos órgãos centrais e centralidade do poder. Isso não obsta a que haja muitos os vetores de modernidade. Por exemplo, ao assegurar o direito à participação das mulheres na vida política da comunidade, ao promover e valorizar esse papel, Moçambique quis ser desde as primeiras horas da sua independência um Estado Moderno nas questões do género. (MOÇAMBIQUE, 2004, art.º 122).

Seria útil fazer uma leitura diacrónica na evolução da ideia de cultura e património nos textos constitucionais. Por exemplo, na Constituição de 1990, a Frelimo, o partido que conquista o poder através da luta armada, e que após os acordos de paz se mantêm no poder através da expressa vontade popular, é considerada "património nacional"[562] Esse artigo, na Constituição de 2004, apresenta uma redação menos "ideológica", retirando-se do texto legal todo o número 2.[563] Mas esse caminho iria desviar-nos da análise que pretendemos agora efetuar, com uma base nas realidades da política museológica no presente.

---

[558] "*Artigo 45: Deveres para com a comunidade: d) zelar, nas suas relações com a comunidade pela preservação dos valores culturais, pelo espírito de tolerância, de diálogo e, de uma maneira geral, contribuir para a promoção e educação cívicas"*;

[559]" *Artigo 81 Direito de ação popular: (...)*
1. Todos os cidadãos têm, pessoalmente ou através de associações de defesa
dos interesses em causa, o direito de ação popular nos termos da lei.
2. O direito de ação popular compreende, (...) b) o direito de promover (...) preservação do ambiente e o património cultural;"

[560] "*Artigo 115 - (Cultura) 1. O Estado promove o desenvolvimento da cultura e personalidade nacionais e garante a livre expressão das tradições e valores da sociedade moçambicana. 2. O Estado promove a difusão da cultura moçambicana e desenvolve ações para fazer beneficiar o povo moçambicano das conquistas culturais dos outros povos."*

[561] art.º 118 (Autoridade tradicional) :1. O Estado reconhece e valoriza a autoridade tradicional legitimada pelas populações e segundo o direito consuetudinário. 2. O Estado define o relacionamento da autoridade tradicional com as demais instituições e enquadra a sua participação na vida económica, social e cultural do país, nos termos da lei.

[562] Constituição de 1990, Artigo 7º *"1. A Republica de Moçambique valoriza a luta heroica e a resistência secular do povo moçambicano contra a dominação estrangeira. 2- Na edificação da Nação Moçambicana, no reforço da unidade nacional e na promoção da participação democrática dos cidadãos, o Estado assume como património nacional o papel decisivo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) na vitória sobre o colonialismo e na conquista da independência nacional"*

[563] Constituição de 2004 – "*Artigo 14 Resistência secular -A República de Moçambique valoriza a luta heroica e a resistência secular do povo moçambicano contra a dominação estrangeira."*

A evolução da política cultural moçambicana

Optamos por isso por trabalhar apenas as grandes linhas da evolução da "Política Cultural Moçambicana", para nelas enquadrar a sua atual Política Museológica. Recorremos por isso as reflexões de Luís Bernardo Honwana[564] ator privilegiado e que firma que após a independência a grande preocupação do Estado na esfera da cultura foi o desenvolvimento do sistema educativo. Assim " *a necessidade de uma reflexão sobre política cultural em Moçambique impôs-se pela primeira vez à direção do nosso estado quando dos grandes festivais que se realizaram logo depois da independência: o Festival Nacional de Dança Popular e o Festival Nacional de Canção e Música Tradicional*" (HONWANA, 2008, p 1) Enquanto que no setor da educação já existia alguma experiencia aplicada nos territórios libertados, em outros domínios faltavam experiência. Por exemplo nas zonas libertadas havia escolas, salas de aula, professores, editavam-se livros escolares e fizeram-se currículos; mas na área da cultura era tudo; "*o trabalho cultural não beneficiava do abundante suporte ideológico e metodológico*". Segundo Honwana a independência corresponde a esse "despertar da consciência" da necessidade do Estado, através da cultura, criar uma "identidade nacional"[565]

Esse foi o primeiro período da Politica Cultural moçambicana: procurar as especificidades "socioantropologias" que fundamentassem a ideia duma identidade e uma nacionalidade moçambicana. " *Era portanto natural que se procurasse nas crenças, conceções de vida, na história, nas tradições e nas formas de arte consideradas importantes ou representativas, aquele conjunto de elementos básicos que definem o moçambicano - ou, se quisermos, a moçambicanidade"* (HONWANA, 2008, p 2). Esse esforço de "(re)construção identitária" estava legitimado pela ciência social, que buscava no passado os fundamentos do futuro.[566] Esse movimento, segundo Honwana foi partilhado pela maioria dos moçambicanos. Também sobre a questão da escolha dos festivais para criar a base desse processo, justificava-se pelo fato de terem correspondido às formas de expressão do "povo" mais reprimidas pelo colonialismo. "*Tratava-se fundamentalmente de prosseguir o caminho aberto pelo processo da luta armada de libertação nacional de resgatar e afirmar como cultura, todas aquelas manifestações que, de forma depreciativa, o colonialismo arrumara sob a categoria de folclore"* (HONWANA, 2008, p 3). Foram tempos de "*um quotidiano feito de grandes gestos e muita entrega. Um tempo que os painéis da revolução[567] refletiam em tudo o que era parede e por todo esse país*" (HONWANA, 2008, p 4).

E prossegue na sua análise dos limites dessa política "*Só que, tal como quase sempre acontece nas revoluções, aquilo que não foi expressamente afirmado considerou-se virtualmente negado. Consequentemente, caíram em situação de relativo desfavor as manifestações culturais, as formas artísticas e as atividades de entretenimento caracterizadamente urbanas ou consideradas 'aculturadas'. Intuía-se que tudo aquilo era o domínio do outro"* (HONWANA, 2008, p 4). Os primeiros tempos desta política cultural afirmaram uma portanto vontade de intenção mas esqueceram a diversidade da terra moçambicana. Entre a valorização da arte Makonde e da música Chope procedeu-se então ao questionamento do lugar do tufo e da marrabenta.

"*Mas, observamos nós agora, recolheram-se as danças, as canções, as práticas, os artefatos e o fabulário mas não se reconheceu a dimensão e a importância dos universos culturais que essas manifestações sociais e formas de arte indiciavam. Visitaram-se os lugares mas não se atentou na história longa que a toponímia reteve. Nem nos percursos intrincados que a antroponímia revela. O que não era fortuito. Acreditava-se que a coesão e integridade do país não poderiam comportar a afirmação de entidades sociológicas autónomas. Por exemplo, o zelo com que se afirmava o caráter de língua de unidade nacional do português traía a convicção de que o cultivo das línguas moçambicanas desservia essa mesma unidade nacional. Do mesmo*

---

[564] Luís Bernardo Honwana (n 1942). Escritor e Político Moçambicano. Foi Secretário da Presidência de Samora Machel e em 1981 foi Secretário da Cultura. Entre 1987 e 1991 foi o Presidente do Comité Intergovernamental para a Década da Cultura e do Desenvolvimento, e entre 1995 e 2020 foi o diretor da UNESCO no novo escritório na África do Sul. Desde 2002 que se dedica à investigação em história e cultura em Moçambique. É o autor do Livro "Nós Matamos o cão Tinhoso", editado em 1964.

[565] Mondlane, no seu "Lutar por Moçambique" aborda a questão do Desenvolvimento Sociocultural, refletindo sobre a emergência duma nova forma de vida cultural que emergiam nos campos de guerrilheiros e que se sobrepunha às culturas tradicionais. "A cultura da revolução vai crescendo devagar e tomando o seu lugar ao lado da cultura tradicional; mas as transformações sociais que lhe estão na base desenrolam-se muito mais rapidamente" Dizia então (Mondlane, 1975, 205), observando a crescente participação da mulher guerrilheira nas tarefas sociais da comunidade.

[566] Basicamente os fundamentos eram de ordem histórica e etnolinguística.

[567] Grandes murais com motivos da revolução, pintados por artistas moçambicanos mas também por internacionalistas que viviam no país, nomeadamente chilenos, brasileiros e argentinos

modo, a perspetiva viciada que dominou o combate ao racismo levou a alguns equívocos no que respeita à questão da etnicidade. Manifesta-se isso, por exemplo, no desconforto característico com que o moçambicano ainda hoje afirma (ou não afirma) a sua africanidade." (HONWANA, 2008, p 4)

A consciência da complexidade da cultura da moçambicanidade emerge nos anos oitenta, após este período de busca duma construção duma especificidade. A história era afinal uma encruzilha. De ruralidade com os povos do mar, dos colonizadores com os colonizados, das cidades com as periferias, etc. A resistência ao colonialismo não tinha sido apenas através da luta armada. Como conceptualizar tudo isso na política cultural.

São estas interrogações que conduziram nos anos oitenta, à formulação duma política cultural orientada para questões mais pragmáticas: "*a reconfiguração da política cultural de Moçambique, nos anos 80, conduziu a que o trabalho cultural passasse a concentrar-se em quatro direções principais: a investigação, o treino e formação em diferentes disciplinas artísticas, a consolidação de algumas instituições culturais de referência e o apoio a associações culturais e às casas de cultura".* (HONWANA, 2008, p 6)

Nesta altura, embora a questão da identidade nacional continue como elemento estruturante da problemática da política cultural, sendo mesmo ela própria um dos elementos da produção artística; assiste-se a um movimento de busca da unidade na diversidade. Ela "*expressa-se mais em termos de aculturado vs tradicional (em que o aculturado comporta elementos de modernidade e universalidade e o tradicional se associa a tudo aquilo que diz respeito à civilização bantu) - do que em termos de nacional vs estrangeiro, como se pensava no tempo dos Festivais*" (HONWANA, 2008, p 6). Mas esses anos foram tempos de guerra. A ação do Estado estava bastante limitada e os resultados dessa política também não foram muito visíveis.

No início dos anos noventa as reformas do Estado iniciam, segundo Honwana uma terceira das políticas culturais. Assiste-se a um abandono das conceções de intervenção central do estado na esfera da cultura, ao mesmo tempo que as "principais instituições culturais do país estão nessa altura extremamente fragilizadas pela deterioração de infraestruturas e equipamento que resultou da guerra" (HONWANA, 2008, p 6). Assim ao Estado cabe apenas a "definição e administração de uma política cultural e pela orientação metodológica das instituições culturais" (HONWANA, 2008, p 6)

"*Compreende-se, enfim, que a 'nossa cultura' não pode ser confinada apenas àquilo que se ajusta a uma certa matriz conceptual recuperada do passado. Para além de ser legado da memória e sedimento de vivências - que a tradição vai cristalizando, a cultura também é uma elaboração da sociedade, a partir de elementos idiossincráticos, simbólicos e aspiracionais e na assunção de práticas sociais e das criações humanas em que ela se revê e através das quais afirma a sua individualidade Ora nesta visão já não há lugar para a intervenção prescritiva que sempre se acreditou competir ao setor estatal da cultura*." (HONWANA, 2008, p 6)

Este é um movimento que atravessa toda a política moçambicana. O Estado abandona o princípio do socialismo e adota o princípio social-democrata. A solução para maioria das atividades é a sua devolução à iniciativa privada[568].O Estado continua todavia social, na esfera da Educação, da Saúde e da Assistência Social. O que aconteceu na esfera da Cultura.?

Honwana tenta responder a esta questão. Segundo a sua opinião há um desinvestimento na cultura. "*O discurso cultural que nunca verdadeiramente se firmou na ribalta, isto é, no cerne do debate político (bem vistas as coisas, nem mesmo no tempo dos festivais isso aconteceu), é definitivamente apeado do palco*" (HONWANA, 2008, p 7). Depois prossegue com uma análise do que aconteceu nos vários setores da cultura manifestando uma necessidade, de por razões identitárias o estado manter uma política cultural ativa e moderna.

Dá por exemplo conta do avanço na exploração e integração das línguas nacionais na vida social e cultural, dos benefícios da recuperação económica na profissionalização dos setores da música, do artesanato, da arte, do cinema, na literatura. Um movimento que se regista sobretudo nas cidades, e que inscreve Moçambique num roteiro de artes africanas.

Mas esse vigor, quando se olha para o país como uma totalidade, verifica-se que fora das cidades não há intervenção do estado. E é aí que ele coloca algumas questões a debate. Uma diz respeito ao papel do estado na "proteção e preservação do nosso património e para encorajarmos as ações que facilitem o aparecimento de produtos culturais de qualidade e a sustentabilidade das formas artísticas que, pela dimensão telúrica

[568] Esse foi um debate que agitou a sociedade moçambicana e que não cabe aqui desenvolver a sua análise. Grosso modo, a estratégia prosseguida foi a de criar uma capacidade empresarial própria, com capacidade de aceso a capital, que assume o controlo das empresas que o estado desnacionaliza. Através desta política assegura-se a pertença moçambicana dos mecanismos privados. A Frelimo assumia para além duma componente política uma competência económica com os seus diversos grupos constituintes a posicionarem-se como grupos económicos de partilha de esferas de poder e de influência.

que ostentam, apelam de forma particular à grande maioria da nossa população" (HONWANA, 2008, p 8). Como é que isso pode mobilizar a comunidade. Qual o lugar da cultura no desenvolvimento económico sustentável do país. Como é que o projeto da moçambicanidade pode desenvolver simultaneamente um sistema coesivo e inclusivo comum.

A resposta a este conjunto de questões não é fácil. Ele terá que ser feita, segundo Honwana pelos seus atores. A sua experiencia no entanto levou-a a expressar a necessidade de Moçambique ter que ser inovador nas suas políticas culturais.

"Uma vez que as soluções correntes não se mostram adequadas, temos nós próprios de procurar fórmulas inovadoras que garantam a um tempo o exercício da plena cidadania a todos os moçambicanos, a integração no projeto nacional da diversidade que nos caracteriza e a assunção por todos daquilo que sendo caracterizadamente produto de determinado segmento cultural é por todos assumido como património comum - aquilo que se constitui referência da nossa identidade nacional. A dúvida que nos assaltava há trinta anos sobre se era apropriado que um conjunto tão vasto e complexo de problemas fundamentais deveria ser confiado a um único setor da governação talvez possa ter como resposta que as questões da cultura são efetivamente estruturantes da nacionalidade, devendo por isso merecer a atenção conjugada e permanente do Estado e de todo o conjunto da sociedade." (HONWANA, 2008, p 9).

Em suma este texto embora inserto numa publicação periódica[569] caracteriza a evolução das principais linhas da política cultural moçambicana. Com a independência gera-se uma tensão entre a necessidade de construir uma identidade moçambicana como expressão dum projeto político que se impõe como tradição. Na abordagem do autor, toda a política cultural moçambicana se inscreve na modernidade, sendo que nela procura incorporar a tradição. Na impossibilidade da resolução dessa contradição, o autor defende a continuidade da intervenção estruturante do Estado, ainda que nessa intervenção proponha abordagens inovadoras para assegurar a "unidade da diversidade". Implicitamente defende uma outra política cultural, diferente, porque se deverá ajustar a uma outra modernidade, mas na continuidade da tradição. No entanto, nestas linhas embora se pressinta a emergência dos desafios da globalização ainda se continua a defender um papel ativo do estado na produção de bens simbólicos.

Fica ainda por responder a questão de saber até que ponto o "Estado" moçambicano, como agente do direito internacional público, que se constrói na base na ideia da construção da nação, prosseguindo a tendência das organizações internacionais e as respetivas influências "eurocêntricas", não terá gerado, na sua adaptação à evolução da política cultural à economia mundial uma função mais liberal. Assim, para além da forma, a modernidade da globalização estaria contaminar a sua ação através do crescimento da economia de mercado, ao mesmo tempo que as organizações internacionais determinariam, através das políticas de cooperação e ajuda internacional a configuração do seu quadro de intervenção nas políticas sociais e culturais (por exemplo, a educação, consoante o ponto de observação pode ser considerada no âmbito da política social, cultural ou educacional). Mas isso é apenas uma hipótese de interpretação que não cabe aqui fundamentar.

A evolução da política museológica em Moçambique

Com base nestas macro questões relativas à evolução e contexto da política cultural em Moçambique, interessa-nos fundamentalmente a sua política museológica e patrimonial. Como é fácil de intuir, nos primeiros anos da independência museus e património eram objetos muito próximo do colonialismo. Eram bens simbólicos da dominação colonial. Era portanto natural que neles não se concentrasse a atenção do Estado. Também é natural, que na distribuição dos recursos disponíveis, que em Moçambique são muito escassos, [570] de instituições e atividades do Estado, percecionadas como tendo uma função social mais difusa e de resultados no tempo mais dilatado, acabem por ser descriminadas em relação aos setores de resultados mais próxi-

[569] O Semanário Savana é um prestigiado hebdomadário da Beira, constituído por uma cooperativa de jornalistas saídos da Mediafax e conotado com a oposição crítica.

[570] No âmbito dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio, um compromisso estabelecido no seio da ONU para o "Desenvolvimento Humano", que no capítulo 5 abordaremos, o seu primeiro objetivo é "Erradicar a pobreza extrema e a fome".Um dos indicadores deste objetivo é a Proporção da População dum País que vive com menos de 1U$ por dia. Em Moçambique, este valor era de 37,9 % da população (com rendimento inferior a 2U$ a percentagem era 78,4 %) em 2003. Em 2005 Moçambique ocupava o lugar 168 em 177 países, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,379. O país tem todavia progredido ao longo dos últimos anos, subindo progressivamente na escala.

mos, visto como "socialmente úteis", como são a Saúde, a Educação ou a Assistência Social[571]. As questões culturais tendem a ser tratadas ainda no âmbito dos grandes princípios genéricos, ao passo que questões, como por exemplo a Saúde e a Educação são hoje alvo de estratégias e planos de ação concretos.

Não iremos aprofundar para já esta questão, que nos remeteria por exemplo para a questão da função social do museu em África, bem tão pouco discutir se o museu é um conceito eurocêntrico, estranho às sociedades africanas que apresentam outras formas de memorializar. Vamos apenas partir da constatação de que (um) existem vários museus em Moçambique, (dois) que a sua maioria foi constituída no tempo colonial e que portanto constituem uma herança, e (três) que eles continuaram abertos ao público, apresentam coleções de objetos.

É a partir desta constatação que vamos refletir a museologia em Moçambique. Vamos iniciar essa atividade a partir dos documentos disponibilizados por Alda Costa[572]. Procuramos identificar as linhas de força da museologia contemporânea em Moçambique (COSTA, 2009). Este é um documento de trabalho onde se colocam algumas reflexões que se destinam a ser confrontadas com outras opiniões e com outros Interlocutores de forma a reunir outros contributos e a partilhar reflexões.

O Documento é numa análise formal, um documento prepositivo e organiza-se em articulados de acordo com a lógica da produção de textos legislativos. Prepositivo porque procura estabelecer um conjunto de normas e princípios museológicos de aplicação universal aplicado num território subordinado a um poder nacional. E, na sua organização interna um texto legislativo organizado por articulados.

Inicia-se pela enunciação dos princípios gerais. Depois define os problemas e formula os processos de resolução Após a definição de princípios gerais, (a base da política), enumera os conceitos teóricos mobilizados (a base da techné) e define normas e procedimentos a utilizar formatando um desenho organizacional de aplicação universal.

É um texto que procura regular os processos museológico, delimitar o seu campo de intervenção e condiciona-los pela proposta de formas de ação. A invocando a legitimação técnica dos procedimentos das propostas corresponde ao conjunto de procedimentos defendidos corresponde às normativas do colégio museológico do ICOM.

Não esquecendo que a política cultural resulta das negociações entre os atores políticos com incidência na esfera da intervenção social e económica, o documento está também orientado para resposta às questões políticas gerais na qual a política cultural se insere. É também um resultado de negociações e vários compromissos entre os agentes envolvidos nas suas buscas de legitimação. Não é esse todavia o nosso domínio de análise.

Vamos outrossim procurar identificar a matriz teórica que subjaz ao documento, partindo do entendimento que ele é um resultado dos compromissos da comunidade museológica. Interessa-nos também pensar a forma como ele se adapta à realidade museológica moçambicana, dedicando mais atenção ao caso da ilha de Moçambique, realidade na qual podemos observar com mais cuidado. Em suma o que procuramos é identificar as tensões e as intenções no seio da comunidade museológica moçambicana, para perceber qual a sua dinâmica.

---

[571] Por exemplo uma das questões que se refere aos indicadores culturais em África foi tema do debate na UNESCO que se realizou em Maputo em 2004, e que deu origem ao texto "Cultural Indicators of Human Development: Towards an African Perspetive Strategy Document from the International Seminar and Task Force Meeting (UNESCO, 2004). Nele se defende a necessidade de incluir indicadores culturais como uma das componentes do desenvolvimento sustentável, e em consequência programar as políticas culturais com base nos cidadãos. O objetivo de desenvolver o "empoderamento" da sociedade, defende o documento, passa por *"Afirmar a diversidade cultural de África como uma riqueza, e a centralidade no Desenvolvimento dos Direitos Culturais e dos Direitos Humanos; leva-nos a considerar que a integração destes três aspetos deve enformar as estratégias de desenvolvimento global em África. Será neles que poderemos ver o papel dos parceiros aos níveis local, nacional e internacional, que permitem dinamizar o movimento da sociedade civil e os seus movimentos sociais, como uma via de progresso. Temos uma visão de África que pode beneficiar do seu capital humano e assegurar os benefícios económicos da sua herança cultural e da sua criatividade, através das indústrias ou do artesanato, especialmente dinamizando os regimes de proteção da propriedade intelectual e dos criadores. A sustentabilidade dessas políticas deve assentar no compromisso coletivo da sociedade e do Estado. O Desenvolvimento Sustentado só se pode concretizar no quadro do respeito pelo ambiente e no equilíbrio das relações entre o Estado e os Atores da sociedade civil" (*Tradução Livre)

[572] Alda Costa, (1955). Historiadora. É diretora de Museus em Moçambique e dedica-se desde os anos oitenta à problemática dos museus em Moçambique. A sua tese de Doutoramento "Arte e Museus em Moçambique" relata o processo de constituição do Museu Nacional de Arte em Maputo, veja-se (COSTA, 2005).

No Documento "Política de Museus" os quatro primeiros itens correspondem à delimitação do campo de intervenção (a) da política museológica e à definição dos seus objetivos. Os sete seguintes (5 a 11) definem a proposta organizacional da ação (b). Os três últimos (11 a 13) abordam as questões de financiamento e da avaliação da política (c).

a. A delimitação do campo

É neste domínio que encontramos uma matéria mais rica para análise da conceção da museologia em Moçambique. A introdução do documento define os seus princípios gerais. Nele sobressai um reconhecimento de "que a cultura é a base do desenvolvimento e que a preservação da herança cultural e natural é uma das suas componentes fundamentais" (COSTA, 2009, p 2), reivindicando para os museus e outras instituições de memória a gestão dos "bens culturais". De seguida assume que cabe aos museus, enquanto instituição "privilegiada" um papel especial nas funções de "preservação e divulgação da memória"(COSTA, 2009, p 2). Esta especificidade do museu advém da sua capacidade de "intervenção contínua ao serviço do desenvolvimento da sociedade" (COSTA, 2009, P 2). Com base nestas razões justifica-se a necessidade dos serviços dos museus disporem dum instrumento específico que para além das funções enunciadas (preservação e divulgação) permita ainda valorizar os "bens culturais" à guarda dos museus e de outras entidades. Esse novo instrumento desenvolve-se a partir das experiências acumuladas, experiencias que foram balizadas pelas normas técnicas consensualizadas pelos órgãos profissionais internacionais. Refere nomeadamente as normativas adotadas pelo ICOM, também utilizadas nos Museus de Moçambique, na gestão dos bens móveis nacionais (âmbito de aplicação proposto, de acordo com a Lei nº 10/88 de 22 de dezembro "Bens Móveis do Património Móvel de Moçambique").

Depois define os princípios da política de museus. Defende nomeadamente a sua universalidade, o caráter de serviço público, a defesa da diversidade cultural e o respeito pelos contextos de produção dos objetos, bem como a interatividade entre as várias instituições museológicas. Defende ainda a adequação das práticas aos princípios defendidos pela comunidade internacional. O objetivo da "política de museus" é assegurar a gestão dos museus às dinâmicas sociais, assegurar a capacitação técnica dos seus profissionais, no quadro da "valorização e divulgação do património cultural de Moçambique" (COSTA, 2009, p 3).

b. Proposta organizacional

A proposta organizacional é interessante para entender a conceção técnica da museologia em Moçambique. A base da conceptualização da instituição do museu tem como raiz o conceito de museu do ICOM, que aliás adota no seu ponto 6 (Conceito de Museu), numa interpretação restrita (de museu como instituição de preservação de objetos). Embora de aplicação restrita, os procedimentos técnicos são aplicados igualmente em outras instituições de memória (universidades, bibliotecas, arquivos, sítios monumentais, ao chamado património intangível jardins e parques botânicos e zoológicos).

Compreende-se que assim seja. Os recursos não são abundantes. Em muitos museus, não parece que exista uma prática sistemática de Inventário. Não quer isto dizer que o inventário esteja ausente como instrumento da atividade museológica. O que nos parece que quer dizer é que na ausência duma coordenação dos procedimentos técnicos e perante os vários constrangimentos que se verificaram, nomeadamente a herança organizacional colonial, a guerra e as prioridades políticas internas, cada unidade museológica foi-se adaptando, resultando desses procedimentos uma diversidade de situações, que agora este documento pretende integrar e uniformizar.

Assume assim uma visão de integração vertical (itens 9 e 11), assumindo o órgão político (órgão ministerial da Cultura) a capacidade de decisão sobre novos equipamentos, a gestão da formação técnica dos recursos, bem como a decisão sobre os critérios de afetação de recursos. A um nível inferior, de dependência hierárquica, encontram-se as unidades museológicas, na qual se propões a organização em Rede (10. "Rede Nacional de Museus"). A preposição da rede, que integrará os museus nacionais existentes, justifica-se como uma rentabilização de recursos na divulgação museológica e na sua potenciação como instrumento de intervenção na sociedade.

Em relação a cada unidade orgânica, cada museu deverá organizar-se em função do cumprimento da sua missão (nº 7 "Funções do Museus). O cumprimento da função museológica é assumido em função da execução da técnica museográfica. A harmonização de cada museu é efetuada pele execução dos métodos museográficos padronizados (inventário, normativas de conservação, plano de atividades (exposição e serviços de educação), planos de contingência, etc. Neste capitulo, surge a possibilidade do museu desenvolver "relações com a comunidade onde se insere". De seguida estabelece, em relação aos "Requisitos dos Museus Nacionais"(n.º 8), assume-se aqui a existência da marca "Nacional", como uma diferenciação dos equipamentos museológicos que assumem a representatividade da Nação, justifica-se pelo caráter representativo da sua coleção. "Possuir coleções representativas, na (s) sua (s) área (s) de especialidade, de todo o território nacional ou

de coleções de importância nacional". (COSTA, 2009, p 5). Pela organização do articulado entende-se que estas disposições visam assegurar as funções museológicas a todos os organismos museológicos, independentemente da sua tutela.

Ainda no âmbito da organização dos serviços dos museus, a sua estrutura deverá assegurar uma outra função: A integração dos inventários dos museus moçambicanos numa base de informação comum, para a partir dela gerir os "bens móveis". (nº 5- "Inventário Nacional dos Bens Móveis". Essa base de dados, a executar pelos serviços museológicos, para além de integrar os bens dos museus, deverá também, ser um instrumento da classificação do valor patrimonial (através da atribuição de um regime de proteção). A informação produzida integra "Tombo do Património Cultural". Pela organização interna do articulado parece que este serviço não existe e isto constituirá uma nova proposta, que a assim ser aumentará as competências funcionais dos serviços).

c. Avaliação e financiamento

Este é o campo prepositivo mais "pobre". Assume que a avaliação da Política de Museus é uma atividade da competência da esfera política, evitando portanto a assunção prepositiva. Já ao nível do financiamento, para além das fontes públicas (orçamento do estado e Fundo para o Desenvolvimento Artístico e Cultural (FUNDAC) assume ainda a possibilidade de outras fontes de financiamento, nomeadamente mecenato. No último item "instrumentos de incentivo a proteção do Património Cultural à guarda dos museus" parece abrir a possibilidade de alternativas de financiamento. Seja ela pela abertura de lojas ou espaços de lazer, espaços concessionados, ou por exemplo para eventos (de empresas ou familiares)[573]

Este documento expressa muitos das ideias defendidas por Alda Costa[574] para os museus moçambicanos. Esta moçambicana doutorada em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nasceu em 1953 na cidade de Pemba, no norte de Moçambique. É um alto quadro do Departamento de Museus do Ministério da Educação e Cultura de Moçambique[575] A sua tese reflete grande parte da sua atividade profissional, num primeiro momento orientada para a Educação em História abraçando a museologia a partir de 1986. Nesse ano torna-se Diretora do Departamento de Museus do Ministério da Cultura, no âmbito da qual será responsável pela formação do Museu Nacional de Arte (MUSARTE). Atualmente preside à Comissão Instaladora do Instituto Superior de Artes e Cultura.

Membro das principais associações científicas e profissionais, nomeadamente do ICOM e do AFRICOM, a sua obra científica encontra-se associada à prática museológica. Publica vários trabalhos em catálogos de museus e exposições e em revistas da especialidade Tem sido uma das personalidades que mais tem defendido a necessidade da profissionalização do pessoal dos museus e da introdução de metodologia de trabalho científico nas instituições museológicas. Foi a organizadora do V encontro de Museus de Países e Comunida-

[573] Esta é uma questão delicada em Moçambique. A maioria dos museus não dispõe de espaços comerciais, sejam eles do tipo "loja dos museus", cafetarias. Como é sabido, a exploração direta ou a concessão tem constituído para muitos museus no mundo uma estratégia de financiamento alternativo. Moçambique está a efetuar a transição duma economia de base estatal para uma economia de mercado. A maioria dos bens era, num passado recente, propriedade pública. A administração dos bens era efetuada por um partido, também ele único. A democratização da sociedade e a evolução da economia tem vindo a alterar profundamente a organização política. Há portanto a necessidade duma distinção entre propriedade pública e iniciativa privada, ao mesmo tempo que o funcionamento do Estado obriga a distinguir entre a atividade pública a atividade política. Num país de recursos limitados e condicionados, onde os agentes económicos e políticos são muitas vezes os mesmos, é necessário alguma cautela na abordagem das relações entre o funcionamento das atividades públicas e as organizações privadas.

[574] Durante o nosso trabalho de campo realizamos três encontros com Alda Costa, com o objetivo de identificar as dinâmicas da política cultural e museológica em Moçambique. (Entrevista com Alda Costa, Maputo, dia 20 de novembro de 2009)

[575] .Alda Costa conclui o Bacharelato em História em 1974, na então cidade de Lourenço Marques (hoje Maputo). Há época o ensino universitário na colónia portuguesa de Moçambique estava em formação, apenas oferecendo este grau de ensino. O grau de licenciatura era obtido na metrópole, onde Alda Costa se dirigiu concluindo em 1976 a Licenciatura em História, na Faculdade de Letras de Lisboa. De regresso a Moçambique Independente aí desenvolverá a sua atividade profissional até hoje. Volta a Lisboa, à sua velha universidade para as suas provas de Doutoramento, que conclui em 2005, com a Tese "Artes e Museus em Moçambique: Entre a fronteira da nação e o mundo sem fronteiras (c. 1932-2004).

des de Língua Portuguesa que se realizou em Maputo em setembro de 2000. Como consequência é também uma das pessoas que mais tem refletido a museologia em Moçambique[576].

A nossa entrevista procurou detetar as grandes linhas de Orientação da Museologia em Moçambique. Foi proposta abordar de forma sintética a relação entre a cultura e a formação da identidade moçambicana (a), as linhas de força da política museológica em Moçambique, e em particular o caso da Ilha de Moçambique (b) e a questão do percurso da cultura moçambicana e os processos de integração da diversidade (c).

A conversa decorreu de forma solta, despreocupada. Alda Costa dispõe de uma grande capacidade de comunicação e uma profunda experiência museológica. A sua estratégia de comunicação é essencialmente pedagógica, preferindo orientar as questões em termos de linhas de leitura, apresentando textos; seja por ela produzidos e disponibilizados, seja de outros autores. Neste nosso primeiro encontro ficou claro que o seu modo pedagógico de se relacionar. Mais do que leituras pessoais da realidade a sua estratégia era a de criar condições para a descoberta dos sentidos. Um grande conhecimento prático da realidade museológica moçambicana permitiu uma conversa rica em sentidos e estimulante na descoberta de significados. O fato de estas entrevistas terem constituído o momento inicial da investigação, permitiu-nos orientar as reflexões em torno de um campo bastante vasto. Por vezes a significação das suas palavras só mais tarde no contacto com a realidade é que ganharam textura.

Por exemplo, quando interrogada sobre a Ilha de Moçambique, que nas suas palavras "não pode ser um museu", justificando: "ilha de Moçambique não é um Distrito idêntico" aos demais territórios do país. A ilha deve permitir a abertura de novas rotas na cultura. A Ilha de Moçambique começou a ser valorizada, ainda no tempo colonial, em 1943 pela Comissão dos Monumentos. Nessa altura questão tinha-se uma conceção de museu como "uma herança dos antigos". Atualmente a lógica dos museus em Moçambique é diferente. Não se procura criar um museu nacional. Há vários museus nacionais que se articulam em Rede.

Em Moçambique herdaram-se muitas das lógicas mais antigas. Muitos dos museus foram criados no tempo colonial. Por exemplo o Jardim do Tunduru, um dos primeiros Jardins Botânicos em África, inseria-se dentro das lógicas dos museus de ciência[577]. As lógicas de reorganização dos museus, após a independência orientaram-se muito para a necessidade da construção da nação. Hoje os museus são estruturas públicas. Por exemplo atualmente trabalha-se muito sobre a "afirmação da nação como resultado da luta de libertação". Há por isso alguma "pressão" para que esta questão seja expressa nas narrativas dos museus em Moçambique, nomeadamente na musealização de locais que estiveram ligados aos acontecimentos. Por exemplo o local onde decorreu o 2º Congresso da FRELIMO[578], na província do Niassa. Para além das decisões políticas que se tomam, nós no departamento dos museus temos que estar preocupados com a sustentabilidade destes pequenos museus de afirmação da identidade. Para além da exposição é também preciso ter em atenção a sua localização e o modo de funcionamento, se existem pessoas preparadas para exercer as funções museológicas. Se pudemos captar visitantes, etc. Por isso defendemos a definição de um "Política de Museus[579]" para Moçambique.

"*Estas questões deveriam ser tratadas pelo "Conselho Nacional do Património Cultural", que é um órgão consultivo do Ministro da Educação e Cultura. Agora, como houve eleições, ainda não sabemos como é que se irá organizar o novo governo. Nos últimos cinco anos, o setor da cultura foi governado pelo Ministro da Educação e Cultura. A cultura deixou de ser independente. E dado o peso e a importância que o setor da educação tem em Moçambique, quase todos os recursos estão afetos a essa área. Por isso, nem sempre podemos contar com os recursos que consideramos necessário dispor para realizar as nossas atividades. Mas também sabemos que é nestas condições que temos de trabalhar"*.

Sistematizando a evolução da política museológica afirma "*Em 1983 foi criada a Secretaria de Estado da Cultura. A orgânica do governo foi evoluindo ao longo dos tempos, sendo o setor da cultura, uma vezes ministério autónomo, outras vezes agregado a outras áreas como a juventude, o desporto a educação. Depois depende da sensibilidade de cada Ministro uma maior ou menor atenção ao setor da cultura. Dentro do setor da cultura existe o Departamento dos Museus, que funciona nesta casa "A Casa de Ferro"*[580]*. Temos*

[576] A museologia é um universo anda bastante reduzido em Moçambique. Para além de Alda Costa foram referenciadas ainda as seguintes personalidade que tem tido uma preocupação para refletir a Museologia a partir das experiências moçambicanas, são elas: Julieta Massimbe (diretora do Museu de Arte), Lucília Chekuele (diretora do Museu de História Natural), e Paulo Guilherme (diretor do Museu de Nampula).

[577] Desenhado pelo paisagista inglês Thomas Honney em 1885

[578] Congresso realizado entre nas "áreas libertadas" de Machedje, Província do Niassa, de 20 a 25 de julho de 1968

[579] Ver Documento. De seguida fazemos uma breve análise crítica do documento

[580] "Casa de Ferro", residência desenhada pelo engenheiro francês Gustave Eiffel no século XIX para residência do governador. A ideia de base era criar uma estrutura habitacional com isolamento térmico. O projeto não foi plenamente conseguido. O Edifício está hoje classificado como monumento. Em outubro de 1972, confor-

aqui uma biblioteca especializada com várias centenas de títulos. As condições não são as melhores, por exemplo para termos reuniões de trabalho. Mas temos neste momento muita informação disponível. Aqui também acolhemos várias pessoas que connosco trabalham, como por exemplo a Arquiteta Ana Leandro, do Instituto Português de Museus, que está a preparar uma nova forma expositiva do Museu de Arte Sacra na Ilha de Moçambique".

Depois, expressando os modos de relacionamento internacional afirma "*Depois tem também trabalho com o AFRICOM, O AFRICOM é uma associação da Unesco que reúne os Museus e os profissionais dos museus em África. Em 1991 foi um ano de viragem, quando o AFRICOM publica o documento "Que Museus para África?"Em 1999 o AFRICOM constituiu-se como "International Council of African Museums. "Temos também, nos dias de hoje menos ativo, o SADCAMM (South African Development Community of Association of Museums and Monuments). Esta era uma estrutura de Desenvolvimento da África Austral, que teve uma importância na luta contra o Apartheid na África do Sul, e que depois se tornou numa estrutura de apoio ao Desenvolvimento.* Este organismo publica um boletim informativo o "SADCAM News".

Em relação aos Museus de Moçambique, afirma que "*estamos a procurar desenvolver a rede de museus regionais. Herdamos do período colonial o conjunto de Museus de História Natural e de Etnologia. Os museus não constituíram uma prioridade nos primeiros tempos de Moçambique Independente. Havia outras prioridades e, quem defendia a existência dos museus, quem neles continuou a trabalhar lutava contra a falta de recursos e de pessoal qualificado. Depois fomos aprendendo com os colegas de outros países que contactávamos. Nas reuniões da UNESCO onde também íamos recolhíamos muita informação e tivemos também muitos países e amigos que nos ajudaram e continuam a ajudar. Apesar de tudo foi possível manter algumas estruturas. Com a guerra dos 16 anos também foi muito difícil manter algumas estruturas a funcionar. Por exemplo o museu de Nampula fechou. Foi a maneira que foi possível conservar o seu espólio. Só depois do fim da guerra é que foi possível de reabrir"*.

Em síntese afirma: "*Seja como for a especificidade dos Museus em Moçambique resultam da história da sua formação e das diversas influências nas suas coleções. Infelizmente não temos muitos trabalhos de reflexão sobre estes assuntos. As nossas prioridades têm estado orientadas para a conservação das coleções e para a manutenção do funcionamento dos museus e formação dos seus recursos humanos. Por exemplo fizemos, com apoio da cooperação uma ação de formação dos nossos guias nos museus da Ilha. Temos também duas jovens ao abrigo da cooperação portuguesa que estão lá a trabalhar no Inventário. Sentimos que os museus estão a ganhar visibilidade em Moçambique, embora os nossos recursos disponíveis se tenham mantido. A questão da política museológica e as relações com o AFRICOM tem contribuído para um desenvolvimento da nossa museologia. São também mais as pessoas que nos procuram e que nós vamos procurando dar resposta"*.

Em relação ao futuro diz: "*Estão previstos vários projetos no âmbito dos Museus. Para além da melhoria dos museus da ilha, de que já lhe falei o Musarte tem um projeto de ampliação. Este museus foi criado no antigo edifício da Associação Goesa. Agora queremos criar um espaço para cafetaria, uma loja, e aumentar o espaço de exposição. Já temos o projeto pronto"*.

Em conclusão deste entrevista verificamos através das palavras de Alda Costa uma profunda ligação ao mundo dos museus e uma prática museológica estruturada em torno da atividade nos museus. Essa prática dotou-a duma grande sensibilidade para os problemas dos processos museológicos, que o documento analisado "Política Museológica em Moçambique" deixa perceber.

Mas o seu contributo para a museologia não se queda apenas pela reflexão organizacional e funcional no âmbito do Departamento de Museus. A sua produção bibliográfica, sem que tenha a pretensão de efetuar obras de grande fôlego teórico, tem sido duma grande pertinência em relação às principais problemáticas museológicas. Esta leitura deve também ser efetuada em função do contexto do desenvolvimento da política cultural moçambicana, o que aumenta a pertinência destes textos.

Por exemplo, quando em 1994 escreve "Património Oriental em Moçambique: Património a Conhecer e a Construir" (ICOM-CP, 1994, p 37 -40) está a publicamente apresentar a necessidade de em Moçambique se atentar ao riquíssimo património criado pelas relações com a Índia. O texto inicia com o reconhecimento das relações da costa. Zona de comércio entre povos. "Os árabes foram os primeiros, fazendo comércio nesta região desde o século VIII e desenvolvendo na costa resultado do contacto com os povos bantu a cultura swahili" (ICOM-CP, 1994, p 37).

A partir daqui reconhece a diversidade do país. "*Moçambique independente de hoje é, pois, fruto de vários caminhos históricos que ao longo dos séculos fizeram cruzar gentes e culturas, trocar influências, criar diversidade e a complexidade de valores, tradições e testemunhos em presença*" (ICOM-CP, 1994, p 38).

---

me se refere o nº 8 da Revista Monumenta, foi aí instalado o Museu Gago Coutinho e Sacadura Cabral (MONUMENTA, 1972, nº 8), do qual hoje não encontramos vestígios.

Alguns desses valores são pouco conhecidos. "*Referimo-nos ao património físico, edificado e ao património móvel, aos objetos, conservados ou não em museus e aos vários tipos de documentos que testemunham essa herança cultural (passada e em processo). São fortalezas, edifícios civis, templos (igrejas católicas, mesquitas, templos Indús…) que refletem o que foram as várias presenças e como elas se entrecruzaram* (ICOM-CP, 1994, p 38).

E a partir destas conclusões, utiliza o exemplo da ilha de Moçambique "*um exemplo pelos processo de construção baneane (dos pedreiros de Goa). Alguns desses objetos estão nas mãos de colecionadores particulares e nos museus*". E dá outros exemplos das influências dos povos orientais. Por exemplo afirma que no século XIX, se processou a instalação de uma comunidade chinesa em Lourenço Marques, onde chegou a existir um Pagode[581]. Fala igualmente da Influência dos Indianos na associação Indo-portuguesa[582], e dos trabalhos feitos no Museu de Nampula, onde foi estudado a influência dos indianos nos trajes. Também afirma que o museu de Inhambane se iniciou com o esforço da comunidade hindu. Finalmente conclui que*"O património oriental existente nos museus de Moçambique é certamente muito reduzido se pensarmos no contributo trazido à cultura moçambicana e nas influências culturais recíprocas. O desconhecimento é ainda grande e todos os caminhos devem, em nosso entender, ser percorridos no re-encontro de culturas que é necessário*" (ICOM-CP, 1994, p 40) Em 1994 defender esta herança moçambicana era uma atitude de coragem nos princípios.

A sua tese " (COSTA, 2005) dá por outro lado uma visão global do desenvolvimento da "Arte" em Moçambique no contexto da construção duma identidade nacional. A conceptualização de arte é abordada no sentido da produção de obras originais representativas do tempo. A obra do artista é vista como uma expressão das tensões sociais por ele vividas e pressentidas como partilhadas pela comunidade. É um trabalho que só poderia ser executado por "de dentro" uma vez que recorre a inúmeros arquivos do Estado. Utiliza ainda como fontes um conjunto alargado de "dossiers de imprensa" bem como um conjunto de entrevistas com autores (artistas) professores e outra gente ligada à produção artística.

Na sua estrutura assume a narração duma "História". O pretexto é a criação do Museu Nacional de Arte, e os debates que a partir dele se desenvolveram. Esse museu, de que a autora é uma das principais obreiras, é o pretexto por uma viagem ao universo da produção artística em Moçambique. Passa pelos debates dos anos trinta, na então colónia portuguesa, sobre se existia uma "arte africana". A partir dos anos 30, desenvolvesse-se por todo um Império Colonial português uma busca duma especificidade artística conduz a uma revisitação dos espaços por vários artistas que criam, junto das comunidades colonizadoras o "espírito da arte" como expressão maior do humano. Nesse primeiros núcleos de arte vai-se instalar o espírito da busca do belo e do tempo. Aí vão surgir as primeiras propostas duma arte moçambicana, isto é duma arte realizada com os olhos postos no território e a partir desse território. Aborda igualmente a evolução da arte dos artistas moçambicanos nos anos 60 e princípios dos anos 70. A grande variedade de influências estéticas e ideológicas que se cruzavam na então colónia do Índico, arrastada para uma contemporaneidade cada vez maior. A tese fornece uma informação detalhada e relevante para a compreensão do fenómeno artístico. No final uma cronologia de fatos relevantes é uma preciosa fonte de informação para a compreensão do que a autora considera como "a formação da consciência nacional".

A viagem prossegue com os anos da independência. Retratam-se os primeiros passos duma política cultural "ao serviço do povo", ou da "fremilização" da cultura, um processo que prosseguirá durante a segunda metade dos anos 70 e os primeiros anos da década de 80. São os anos em que são criadas as primeiras instituições do Estado para o setor da cultura e das diretivas políticas para a cultura. São anos em que as artes e as instituições de cultura são instrumentos duma luta política de "legitimação e exaltação", que enforma o processo de produção artístico, nomeadamente através da produção de "murais de rua"

A última fase da viagem é o regresso ao contexto da criação do Museu Nacional de Arte. Após uma maior pressão do sistema político sobre as artes, no final da década assiste-se a uma descompressão. Da forte mobilização e exaltação do social, o artista passa a encontrar um espaço de introspeção, passa a encontrar espaços de exposição onde se valoriza cada obra *per si*. E é nesse contexto que surge a criação do Museu de Arte Nacional.

A problemática de criação do museu nacional da arte em Moçambique permitiu alguns debates interessantes para a representação simbólica da nação. Qual o lugar da arte dita primitiva, objeto etnográfico, da arte/artefacto, arte/artesanato, arte/mercadoria, arte moderna/arte contemporânea e estão presente na primeira parte do trabalho. A abertura do museu foi mesmo cancelada, com uma censura a algumas das obras presentes, por se considerar que os seus autores, os artistas, não eram Moçambicanos.

[581]*Esta comunidade estaria provavelmente ligada à construção do caminho-de-ferro para o Transval.*
[582]São múltiplos os elementos patrimoniais desta comunidade

Em suma segundo a autora é possível efetuar um quadro da evolução do nacionalismo Moçambicanos através da arte e dos seus debates. A manifestação da consciência nacional através do fato artístico é um quadro bastante interessante.

É de particular interesse a questão dos debates sobre a "arte Makonde" quase elevada a categoria de arte nacional a partir da sua internacionalização, cuja génese se dá nos anos 60. É também sem surpresa que verificamos que a maioria das referências se situa em torno da cidade capital Maputo e dos seus habitantes.

Por outro lado, dá igualmente conta das querelas existentes entre artistas em torno da Moçambicanidade dos trabalhos. Arte é muito permeável a influências exteriores (técnicas, temas). No entanto, os critérios do Museu Nacional (de aquisição) são na maioria os casos por proximidade à identidade africana em cada momento percebida.

A visão de "dentro do sistema" com os seus defeitos e virtudes é uma síntese possível duma conceção da arte e da sua evolução. Quiçá da conceção dominante e do discurso do poder. Deixa no entanto algumas pistas para os trabalhos futuros, que interessa fixar.

Qual é a relação entre a arte tradicional e a arte moderna. Sendo produzida no campo do simbólico e da tradição, a busca de inspiração nas formas e nos materiais confere às artes características de Moçambicanidade? Continuidade ou rutura são duas questões que vale a pena desenvolver.

A questão da dominância da arte "maconde", em particular na escultura. Os macondes, base de apoio tradicional do partido Frelimo, no poder desde 1975, estiveram sob importantes transformações desde a década de sessenta, pela internacionalização da sua arte. Em virtude da organização cooperativa dos artesãos, que exportavam a sua arte para o exterior, como contributo para o esforço de guerra, levou a uma colagem da arte á identidade nacional. Enquanto território pluri-étnico a arte deveria incorporar contributos de outras culturas. Por outro lado, a questão das estátuas macondes levanta igualmente a questão da sua autenticidade.

Afirmar a africanidade os sentir das gentes e os sentidos da terra é a missão dos artistas moçambicanos. Foi uma afirmação que teve a sua coerência por alturas da independência. Na atualidade a questão do que é a arte moçambicana ou quem são os artistas moçambicanos é uma questão difícil de responder, dado a grande variedade de influências.

A questão da arte urbana, vendida nas ruas, feitas para os turistas é também uma forma de interrogação. A Multiplicação da iconografia nos mercados ou feiras é arte ou artesanato.

A questão da função do museu de arte é também abordada nas conclusões. Como é que o museu acompanha a evolução das linguagens e o que deve fazer comas "velhas" coleções. Tanto mais que a crónica situação deficitária do país não têm permitido a necessária mobilização de recursos para a musealização.

Outro domínio da atenção de Alda Costa, na sua preocupação para demonstrar a função social dos museus, nomeadamente a sua função educativa. Desde que em 1989, Alda Costa publicou "Os museus como fonte permanente de ensino e aprendizagem" (COSTA, 1989), até "Eighligtening Children's awareness of art and there need to attend museums: the experience of National Art Museum in Maputo (COSTA, 1995), Alda Costa aborda várias problemáticas da museologia em Moçambique. Assim, acompanhando os debates internacionais, trata sucessivamente "Os problemas do público em "O Museu de Inhambane: o que dizem os visitantes" (COSTA, 1997). "A visibilidade na Comunicação Social, em "O Património Cultural na Imprensa nos anos 80 e 90: Alguns aspetos" (COSTA, 1997) ou sobre "A conservação e a segurança nos museus e depósitos museológicos ou a conservação e segurança dos bens culturais moçambicanos" (COSTA, 2007).

Alda Costa é na museologia moçambicana uma mulher persistente. Defende as ideias em que acredita, sabendo que a persistência é muitas vezes necessária. Isso mesmo se vê quando aproveita as intenções de cooperação para captar recursos e colaborações para os "seus museus" (COSTA, 2002)

Mas Alda Costa é também em Moçambique a uma grande figura de divulgação da necessidade da museologia. Duma museologia empenhada na divulgação cultural como instrumento de desenvolvimento. É assim de defende a necessidade de "Os órgão de Estado e a Preservação do Património Cultural", (COSTA, 1997), "Museus: de Colecionadores passivos a participantes ativos. Partilhando Experiencias dos Museus" (COSTA, 2003), "O Conceito de Museu: Do Musseion ao museu plural dos nossos dias" (COSTA, 2003), tudo intervenções de divulgação dos princípios da museologia em Moçambique.

Mas esta visão da museologia, no âmbito da sua correção de abordagem e na sua riqueza de conteúdos ainda apresenta uma abordagem essencialmente museográfica. A museologia em Moçambique herdou um conjunto de instituições do sistema colonial e criou outras.[583] No primeiro caso aceitou as narrativas propostas ou mais raramente (museu de Nampula) criou novas propostas de narrativa. Nas novas instituições que criou, as narrativas apresentam propostas de uma narrativa de afirmação da moçambicanidade, portanto ainda muito agarradas às políticas museológicas de produção de bens simbólicos nacionais, conforma era dominante nas década de oitenta e noventa. A instituição museu permaneceu institucionalizada na sua "sacralidade" de depó-

[583] Para uma leitura dos museus de Moçambique, veja-se o Apêndice seguinte

sito de objetos socialmente qualificados (no tempo e em função das políticas. Como iremos de seguida ver, política museológica constitui-se como um campo de urbanidade, com poucos diálogos com os movimentos sociais e culturais que se iam desenvolvendo. E sobretudo, a parte de pequenas experiência localizadas no tempo e no espaço, a museologia em Moçambique permanece ainda muito permeada pelo seu modelo genético, de raiz europeia. É sobretudo uma museologia que interage muito pouco com a comunidade, mal grado os diálogos que vai mantendo com as várias dinâmicas de abordagem museológica. E isso permite uma reflexão sobre a abordagem sociomuseológica em Moçambique. Mas antes disso, avançamos primeiro para a construção dum quadro de referencia critica da memória social, que permita criar uma base para a formação de uma ação sociomuseológica.

APÊNDICE IV

AS NARRATIVAS EXPOGRÁFICAS NOS MUSEUS DE MOÇAMBIQUE

1. Métodos de leitura expográfica

Construímos a narrativa desta leitura a partir das visitas efetuadas durante o trabalho de campo que cruzamos com vários documentos recolhidos. As visitas decorreram durante os meses de novembro e dezembro de 2009 e janeiro de 2010. Cada museu foi visitado com o objetivo de efetuar uma observação e análise da proposta museográfica. Utilizamos como guião as seguintes questões: a) uma análise do *conceito gerador* A ideia base que preside à sua constituição do museus, e se disponível a sua evolução; b) análise da *organização da exposição*, isto é dos vários módulos constitutivos, no que poderemos designar Modulação da Exposição; c) os Recursos e linguagens informacionais utilizadas, a *linguagem comunicacional*, expressas através do texto (informação gráfica e de conteúdo) e as etiquetas (informação sintética); e d) a Análise do *espaço expográfico*, onde avaliamos essencialmente a estética e as soluções do preenchimento (volume), a análise do movimento interno, e o nível de elaboração do desenho geral

A proposta de abordagem da exposição museológica tem por base as propostas de análise de Marcelo Cunha[584]. O autor propõe uma abordagem com base na pergunta "de que cor é o museu? Para Marcelo Cunha a exposição museológica é entendida, no âmbito dum processo comunicacional, como um momento de catarse. Procura olhar e fazer da exposição um momento libertador. A construção da exposição torna-se uma ferramenta nas mãos do museólogo para descobrir a memória. A memória como revelação é um processo de comunicação e narrativa desse discurso pode ser analisado.

O processo de comunicação expográfica é constituído por um texto: o texto expográfico, que pode ser ideia, conceitos, propostas estéticas, recursos técnicos (como luzes, cores, musicas, ou locais. A Ideia é a criação dum ponto onde converge o olhar, o acidente holístico, olhar que interroga para descobrir significados.

O espaço da expografia, por seu lado é normalmente um local de afirmação política, no sentido de afirmação e de projetos e ideologias. O objeto museológico integra-se assim num texto museológico. Num processo narrativo.

1.1. Dimensões da Exposição.

A Exposição museológica que se concretiza numa relação espácio-temporal caracteriza-se por 3 dimensões: a) A dimensão real, composta por elementos materiais. A matéria concreta que constitui o objeto; b) A dimensão abstrata, resultante das várias leituras individuais, das formas como os observadores olham e interpretam os objetos em função do campo dos seus próprios quadros mentais, sejam eles museólogos, sejam público, e c) a dimensão virtual, que resulta da criação duma exposição imaginada, tornada real por imagens e ambientes simulados.

A questão da dimensão virtual levanta uma questão relativa à relação entre o peso da tecnologia e a interatividade. Aquilo a que Marcelo Cunha chama o "Raid Tecnológico" (CUNHA, 2009) ou seja a capacidade de projetar o pensamento sobre a tecnologia para a produção de significados. O pensamento aqui é abordado no sentido de imaginação. A imaginação, para Marcelo Cunha é "conduzida pelo conhecimento preexistente do visitante, bem pelos conhecimentos ali encontrados, e que permitem recriar e reconstruir novos quadros de referências". Deste modo, esta relação expressa um "diálogo museológico" entre

a exposição → o público → a referência.

O público efetua uma leitura que pode produzir novos significados ou manter velhos significados. Este é o desafio da expografia, o de ser capaz de produzir novos significados sobre os mesmos objetos.

[584] A proposta metodológica tem por base os trabalhos de Marcelo Cunha. Doutor em Memória Social (2006), com a tese "Teatro de Memórias, Palco de esquecimentos: Culturas africanas e das diásporas negras em exposições", apresentada na Universidade Pontifícia do Rio de Janeiro. Utilizamos aqui a sua proposta metodológica apresentada no curso de Doutorado na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias em 2009.

A introdução de novos olhares expográficos tem vindo a ser feita a partir da abordagem do olhar do outro. Da metamorfose do outro. Nos museus clássicos a narrativa sobre os outros é feita a partir das nossas referências simbólicas. Nas novas narrativas o discurso sobre o outro é executado a partir do seu próprio quadro identitário. Os seja, o outro como sujeito narrador da sua própria cultura, sem preconceitos. A museologia tenderá assim a libertar-se da representação da tradição, acusação feita por Habermas aos processos clássicos de museografia, na sua crítica da ação comunicativa (HABERMAS, 2010).

Mas Interessa ainda precisar mais alguns conceitos: Como vimos, museologia enquanto ciência tem vindo a integrar na sua conceptualização a noção de processo museológico e de relações museológicas e por essa via a incorporar novos sujeitos e novas temas. Mas o campo da aplicação da técnica museográfica continua a ser a exposição. A exposição museológica, não sendo a única expressão do processo museológico, continua a ser uma das expressões da sua técnica de comunicação.

A museografia, como técnica, resulta da aplicação de uma ciência que utiliza os documentos (ou nas suas várias dimensões objetos) que são disponibilizados em "exposição". A museografia é o campo da aplicação museal. A expografia é então a técnica da aplicação da exposição preocupa-se com o estudo da relação dos objetos com o espaço de exposição (cores, luz, enquadramento, posicionamento, com a sua apresentação, seja por objetos ou por construção de objetos explicativos, etc.). Ou seja na sua essência o processo expográfico é igualmente um processo comunicacional. A análise deste processo comunicacional pode organizar-se em três eixos: 1, a sua fundamentação; 2, a produção imagética e 3) a extroversão ou comunicação com o outro.

A fundamentação da exposição consiste na capacidade de captar as ideias, de apresentar conceitos, de fornecer propostas e objetivos do grupo que produziu a exposição, que a mantém e que nela se mostra representado. No discurso institucional surgem normalmente ideias e experiências de indivíduos envolvidos diretamente no processo, na sua produção enquanto produtores ou agentes dos fenómenos apresentados. Na fundamentação interessa fundamentalmente apresentar o problema da exposição como um problema de tradução. Um sincretismo proposto pelo museólogo.

A exposição traduz um discurso por meio de imagens, de referências espaciais, interlocutores. Não é somente o que se expões que é importante. É também importante o que se oculta. A função primordial do profissional é saber traduzir a afirmação do objetos como gesto, como prazer, como amor, de vida, como um uma proposta de um processo de soluções coletivas e sociais. Aqui Marcelo afirma claramente a necessidade do processo expográfico assumir o seu papel na transformação social. O objetivo duma exposição é democratizar conhecimentos, completar aprendizagens, m recurso didático e uma prática pedagógica que privilegia a interação dos sentidos. Defende a exposição como um processo cognitivo.

A questão dos sentidos na expografia é um processo fundamental. Quanto mais sentidos estiverem envolvidos, mais intenso é o processo cognitivo, maior é a eficácia da exposição. A expografia tanto pode ser um espaço de mentira como um espaço de verdade. Cabe ao museólogo saber escolher a narrativa. Marcelo Cunha salienta também a importância duma boa relação estética na exposição. Uma boa comunicação imagética não necessita de tradução (não necessita de mediação).

Ainda no domínio da fundamentação, um outro campo onde o museólogo atua é o da relação Função/Forma. Muitas vezes é necessário operar uma rutura nesta função para melhorar a consciência do objeto. A exposição deverá possibilitar a ludicidade do processo educativo. As técnicas educativas devem privilegiar a aprendizagem com o corpo, como reação a estímulos sensoriais. A exposição deve ser divertida

A questão da réplica do objeto é também abordada por Marcelo Cunha. As coisas, os objetos são perecíveis. Muitas coisas têm um tempo de vida. No trabalho de educação nos museus existe um paradoxo entre a conservação (não mexer) do objeto e a sua apropriação (desenvolvimento da sensorialidade). As réplicas podem resolver este paradoxo.

Para a criação dum processo museográfico o espaço dum museu deve ser multifuncional. Deverá permitir a reorganização dos objetos e a reocupação dos espaços. Deve poder transformar-se internamente para melhor de narrar os objetos.

Finalmente, ainda âmbito da fundamentação expográfica Marcelo Cunha defende a necessidade do conceito expográfico estar fundamentado em conteúdos e exposições que resultem de investigações e estudos realizados de forma sistemática. Segundo ele a eficiência do discurso expográfico depende da:

- Eficácia da pesquisa;
- Das reservas técnicas do setor de pesquisas;
- Da formação adequada dos profissionais do museu;
- Da capacidade de integrar a interdisciplinaridade;
- Da capacidade de integrar um sistema de comunicação integrado com uso da internet.

O Resultado da exposição, a composição e ordenamento da narrativa é o resultado de uma síntese conceitual, alcançada através dum cenário, da sua composição, da sua exploração e capacidade de utilização.

A Produção Imagética por sua vez situa-se no domínio do sensorial, onde se materializa ou explicita o discurso institucional. A fundamentação através da utilização dos objetos e do diálogo entre os mesmos (as suas posições no espaço como inter-relação).
Trata-se do campo de produção da exposição propriamente dita. O espaço expositivo é um espaço de conexão de diversas referências para dar sentido a um texto que se quer construir. Como em qualquer processo narrativo (um texto literário ou poético, dum filme ou duma composição musical) o conteúdo tem que ser marcado por um ritmo, uma gramática própria, uma sintaxe lógica que coordene a articulação dos diversos elementos.
Implica portanto o domínio de diversos códigos culturais, implica o entendimento das diversas linguagens. A exposição é também o local onde se concretizam essas diversas linguagens de mediação: ênfase, perceções, metáforas, afirmações, negações e jogos entre os vários elementos constituem os recursos disponíveis do discurso.
Afirma Marcelo Cunha "*No espaço de exposição há um sequestro dos elementos materiais. Os objetos perdem a sua função original e tornam-se objetos museais*" (CUNHA, 2009). Propõe por isso que o objeto seja trabalhado como um poema. Trabalhar o objeto como um poema[585]. O espaço da expografia é um espaço constantemente inventado.
Finalmente no processo de Extroversão/ Comunicação é o campo da Observação e resposta do observador visitante. É o momento em que se opera a síntese de compreensão do discurso das propostas institucionais e do discurso imagético.
O objeto torna-se museal, não por estar no museu, mas quando é apropriado pelo público. Este "sequestro do objeto museal" constitui o mesmo processo da formação do património. O seja da atribuição dum valor de apropriação coletiva. A exposição é sempre um processo de escolhas. Escolhas de cenários que apresentam categorias. Uma exposição é marcada pela relação entre as ideias dominantes, as ideias científicas e os conceitos operacionais.
Uma exposição apresenta-se sempre incompleta. Apresenta-se sempre influenciada por aqueles que a projetara, pela capacidade de entender o fenómeno apresentado. Ao incorporar o objeto museal num cenário criado pela exposição museal, procura-se tornar a sua função mais próxima da realidade concreta. O cenário é uma mediação entre o ambiente concreto da existência do objeto e objeto em si mesmo. Este objeto torna-se assim um objeto mentira dum tempo ao mesmo tempo que se assume como um objeto verdade dum quotidiano. Ou seja o objeto, lido pelo público representa simultaneamente o tempo em que foi produzido e a leitura que hoje fazemos sobre esse tempo.
Esta relação estabelece o "paradoxo museológico". Este paradoxo é definido como o fato do objeto museológico transcender o estatuto de coisa e passar a ser individualizado pelo sistema. Ele é retirado dum mundo, para representar esse mesmo mundo, de forma encenada. Ou seja ele, individualmente, carrega significados, que podem ser revelados pelo processo expositivo.
Dessa forma a exposição torna-se igualmente num processo cognitivo, porque para além duma imagem, é necessário interpretar os significados implícitos e explícitos. Como resultado dum processo de cognição, a formação duma exposição obtêm sempre resultados diferentes dos esperados, porque é impossível ao museólogo antever a totalidade dos processos de cognição dos outros. O objetivo duma exposição é atingir o maior número possível de indivíduos. Por esse motivo, no processo expositivo podem estar presentes diversos níveis de informação, tantos quanto os possíveis. O processo de cognição é um processo de formação de identidades. É o processo de formação de crenças e de formação de valores e quadros de referência. O processo de cognição, enquanto processo de produção de identidade referencial realiza o ato museológico.
Através do ato museológico o individuo deixa de ser sujeito para passar a ser indivíduo[586]. A expressão da eficiência da função social do museu, a sua eficiência museológica revela-se nesta operação de construção de conhecimento, de prazer, de emoção e de vida.

---

[585] Ver Mário Chagas onde a sua proposta de leitura do museu como um poema permite introduzir uma análise da estética e da sensibilidade como um processo de renovação da leitura museológica (CHAGAS, 2009).
[586] Esta operação é fundamental para entender a abordagem de Marcelo Cunha à expografia. Não basta efetuar uma exposição benfeita, com conteúdos bem elaborados, apoiada em investigação sólida, corretamente apresentada. O que é fundamental na exposição é que o sujeito se aproprie da mensagem que o objeto transporta, da carga ou tensão emocional e cognitiva que lá foi colocada. É através dessa operação de apropriação do objeto que o sujeito assume da sua identidade. O museólogo atua, com os seus instrumentos de trabalho e com o seu conhecimento, como mediador desse processo em que a memória é o motivador da ação. A eficiência global do museu é medida por ser capaz de gerar essa tensão no sujeito. É também por isso que o museu se diferencia e se aproxima de outras instituições de memória. Desenvolver a diferenciação dos espaços de memória (museus, bibliotecas, arquivos)

Para a construção do processo de avaliação é preciso construir mecanismos de escuta do público. É preciso saber ouvir as expressões dos visitantes. A propósito dos processos de avaliação dos discursos museológicos apresenta a evolução da matriz afro-brasileira na museografia. Originalmente, a ideia do Brasil tinha por base a ideia de Raça (ideia dominante no início do século XX). A antropóloga Nina Rodrigues em 1903 aborda a questão da raça europeia e a presença da raça negra. Na época a presença do negro na sociedade era considerada como um fenómeno de degeneração social. Nessa época multiplicaram-se as sociedades secretas, de índole racista que procuravam combater a influência e a presença do negro. No entanto na expressão do folclore popular, os elementos culturais dos negros tendem a relacionar-se com a pobreza. Nos museus da época, as expografias baseiam as suas descrições com base na dicotomia entre popular e pobreza. Não deixaram lugar para a presença do negro. Ou seja, tudo o que era negro passou a ser representado com o tempo como branco e pobre. Na nova museologia essa relação é claramente ultrapassada.
O museu pode ser um reflexo da contemporaneidade. Pode e deve incorporar novas imagens e novas metodologias. O grande movimento de renovação da museologia tem vindo a ser feito pela incorporação da ideia de desenvolvimento social.
Esta reflexão é feita a partir de três pontos.

- Dos conceitos e teorias;
- Das metodologias e das práticas;
- Das ações e dos resultados.

A grande questão quando se procura avaliar a atividade dos museus, tem sido a resposta à questão de que forma se pode colocar o museu ao serviço da comunidade.
Esta questão prende-se com a noção da consciência do museu. Do compromisso assumido pelo museu e pelos museólogos com a sociedade onde vivem e trabalham. É portanto com base nesta reflexões que partimos para a análise dos museus moçambicanos. A nossa grelha de análise teve por base o levantamento documental sobre a história do museu, seus contextos de produção. A análise à exposição procurou sintetizar 4 elementos: O Conceito gerador; A Organização da exposição; a Linguagem comunicacional; e o Espaço expográfico.
O conceito gerador efetua a leitura das ideias estruturantes do museu e das suas exposições. A organização da exposição efetua uma análise da forma de apresentação dos objetos no interior do espaço museal. A linguagem comunicacional avalia o processo comunicacional, tal como seja a presentação dos objetos e os elementos informacionais que acompanham a exposição, com o objetivo de fornecer leituras do mesmo. Finalmente A análise do espaço expográfico faz uma leitura de elementos de contextualização, tais como a iluminação, o som, a circulação nos espaços. A conjugação destes quatro elementos permite cruzar os dados da análise e aferir a eficiência do projeto museológico, medido pela adequação relação entre o conceito gerador (as finalidades do museu) sobre os três elementos expositivos (organização, comunicação e espaço).
Resta ainda referir que esta metodologia, proposta por Marcelo Cunha foi por nós preparada e testada antes da nossa viagem. Utilizamos para isso uma hipótese de investigação formulada nos seguintes termos. Qual é o lugar a cultura africana nos museus de Lisboa? Sendo que a cidade de Lisboa, para além de antiga capital do Império continua a ser um ponto de partida e de chegada de culturas diferenciadas, entre as quais se pode destacar as culturas africanas, como é que essa presença se encontra refletida nos museus da cidade. A nossa amostra incidiu sobre um conjunto restrito de museus[587], escolhidos pelo fato de serem "nacionais" e representaram momentos diferentes da museologia portuguesa[588]. Esse exercício na altura permitiu-nos uma primeira aproximação à problemática da análise dos discursos museológicos como espaços de memória social, a permitiu-nos testar algumas metodologias de análise, que a seguir apresentamos.

[587] Museus de Arqueologia do Carmo e Leite Vasconcelos, Museu de Etnologia, Museus Nacional de Arte Antiga e Museu de Arte Contemporânea.
[588] Este exercício ocorreu no âmbito do nosso *Relatório de Avaliação Curricular*, efetuado no final do Curso de Doutorado. O exercício foi efetuado como teste metodológico, por isso consideramos que as suas conclusões não podem ser validades por ausência de formulação de hipóteses de investigação e por uma insuficiente formulação teórico conceptual que na altura mobilizamos. A execução do exercício permitiu no entanto identificar que uma ausência da memória dos africanos nos museus de Lisboa. É nosso intenção retomar essa questão em trabalhos futuros.

2. Análise crítica dos museus de Moçambique

A nossa viagem a Moçambique, à Ilha de Moçambique, teve a duração de dois meses[589]. Ela foi pensada como um processo de investigação. Foram portanto definidos objetivos de trabalho, foram preparadas metodologias e pensados os processos de recolha de informação[590]. A viagem foi planeada para possibilitar uma estadia prévia e final em Maputo, para execução de entrevistas e execução de investigação em arquivos locais. Durante este tempo foi igualmente efetuada um conjunto de visitas aos museus da capital, com o objetivo de aplicar a metodologia de análise. A viagem para a ilha foi igualmente planeada como um trânsito do nosso olhar que permitisse um contacto experiencial com a realidade sociocultural do norte de Moçambique. Assim passamos pelos principais núcleos urbanos, seus espaços culturais, museológicos e patrimoniais, onde efetuamos as nossas análises. Para o planeamento da viagem utilizamos a consulta a vários guias turísticos, onde identificamos um universo de 11 unidades museológicas[591]. Nos guias recolhemos igualmente informações sobre os elementos patrimoniais.
Em Maputo, a capital de Moçambique concentram-se a maioria dos museus, sete no total [592]e dos elementos patrimoniais[593]. Em Nampula, no norte de Moçambique existe um museu[594]. Na Ilha de Moçambique existem três museus[595], que conjuntamente com o museu de Inhambane completam a listagem dos museus. Em relação aos museus verifica-se que existem igualmente tutelas diferenciadas. A Direção de Museus tutela os Museus Nacionais (o MUSARTE, o MUSET, e o MUSILHA). A Universidade Eduardo Mondlane tutela dois (História Natural e Moeda). O Ministério da Defesa, o da Revolução. A casa museu Malangatana é tutelada por uma Fundação tal como o Museu Chissano[596]. Na Ilha, o Museu de Arte Sacra, gerido pela estrutura organizacional do Palácio de São Paulo, é todavia propriedade da Igreja Católica.
Por várias razões durante as nossas estadias em Maputo não foi possível efetuar visitas a todos os espaços museológicos Por exemplo, o Museu da Revolução encontrava-se encerrado para remodelação. A Casa Museu Malangatana e também não foi possível de visitar, devido à ausência do artista (o museu está a ser reinstalado na terá natal de Malangatana, em Marracuene, e é o próprio que permite o acesso ao espaço). De seguida reportaremos as principais conclusões destas visitas

2.1. Os Museus de Maputo

2.1.1. O Museu Nacional de Arte (MUSART)

Visitamos várias vezes ao longo da nossa estadia. Fica situado em Maputo, na Av. Ho-Chi-Min, nº 1233, uma artéria na parte alta da cidade, nas antigas instalações do Instituto Goeanao, da "Associação Indo-portuguesa", um edifício construído na década de 50, adaptado para museu em 1989, "para responder a esta nova função de preservação, estética, educação e valorização cultural, com base numa coleção de arte"[597].
"O museu é "resultado de um projeto esboçado a seguir à independência de Moçambique, que afirmou a identidade cultural, criando um contexto propício ao desenvolvimento das artes, sua exposição permanente, distribuído por duas sala é constituído por 107 obras de arte, entre pintura, escultura, instalação, desenho, gravura, cerâmica selecionadas dum acervo de cerca de 2000 peças". A entrada é paga ao valor de 20 Meticais (45 cêntimos).

---

[589] Ela decorreu entre 15 de novembro de 2009 e 17 de janeiro de 2010.
[590] Veja-se a descrição da metodologia no capítulo 2
[591] Já durante a nossa estadia verificamos a existência dum museu em Inhambane, não referenciado nos elementos consultados. Não foi por isso possível programar a nossa visita à esta cidade. O universo é portanto de 12 museus
[592] Museu Nacional de Arte, Museu da Moeda, Museu da Revolução, Museu de Geologia, Museu de História Natural, Casa Museu Malangatana, Museu Chissano este na Matola.
[593] Visitamos igualmente alguns elementos patrimoniais, tais como a Fortaleza de Maputo, o Jardim Tunduru, A Baixa de Maputo, O Mercado Municipal de Maputo, A Biblioteca Nacional, a Estação dos Caminhos-de-ferro. Fizemos igualmente, com apoio dum arquiteto, uma visita às obras de Pancho Guedes, o núcleo de Arte, etc. No âmbito deste trabalho não vamos explorar a questão patrimonial em Maputo. Visitamos ainda o Arquivo da Investigação Sócio Cultural e o Arquivo Histórico de Moçambique.
[594] Museu Nacional de Etnologia
[595] Museu de Artes Decorativas, Museu da Marinha e Museu de Arte Sacra
[596] Chissano (1935-1994) Escultor Moçambicano.
[597] Folheto de Divulgação do Museu Nacional de Arte (sem data/recolhido em 2009)

A entrada do museu dispõe de um balcão/receção onde para além da aquisição do bilhete se pode comprar catálogos de exposições realizadas. Há uma sala no primeiro piso, normalmente utilizada para exposições temporárias[598]. No segundo piso encontra-se a sala da exposição permanente. Numa pequena sala do segundo piso encontram-se instalados os serviços técnicos. Não existem mais nenhuma facilidade. Ao visitante. Dispões de espaços para reservas técnicas, serviços de conservação e restauro, serviços educativos e uma biblioteca especializada.

Existe um projeto de ampliação em curso, com a ocupação da área dos jardins. Também no exterior, na área de ampliação do museu está instalada uma cooperativa de artistas, essencialmente escultores. Esta cooperativa é apoiada pelas nações Unidas e dispõe duma pequena loja para venda dos produtos. É um espaço muito visitado pelos turistas à procura de objetos de arte moçambicana.

Não identificamos uma relação entre este espaço e o Museu. A produção de arte é para os artistas presentes a sua principal fonte de rendimento. Muitos são originários das províncias do Norte, essencialmente Cabo Delgado, onde existe uma comunidade maconde, muito associada à produção de escultura. Na loja contudo verifica-se a existência de arte de outros países, nomeadamente da Tanzânia, Kenya e Zaire. Na loja, a maioria dos objetos já são produzidos para consumo turístico. Ainda na mesma área, também sem ligação com o museu, encontra-se o Centro Juvenil de Artesanato, com o nome MOZART, tutelado pelo Ministério da Juventude e Desportos. Este centro é um espaço loja/oficina para produção de artesanato.

Nos espaços exteriores ao museu encontra-se uma interessante conjugação entre o objeto de arte (que se encontra no interior do museu) com o objeto artesanal (que é feito por artesão, muitas vezes com base nos modelos existentes no museu). São espaços de diálogo entre objetos de arte e as suas metamorfoses apropriadas pelo jovem aspirante a artesão. O visitante ou o residente (normalmente o cooperante) pode efetuar neste local compras de artesanato[599]. fazer texto distinção objeto de arte/objetos turístico)

A história do Museu Nacional de Arte é um elemento fundamental para compreender a problemática da construção da ideia da moçambicanidade nos anos oitenta e noventa. Ele é a síntese do que aconteceu antes e imediatamente após a independência. Quando abre ao público, em maio de 1989, com a exposição permanente de arte moçambicana, tinha já atrás de si vários anos de discussão sobre definições de arte, sobre o que seria apropriado para a coleção de um museu de arte e sobre quais seriam as funções de um museu de arte em Moçambique.

O processo que levou a criação deste museu é, como já referimos o tema da tese de doutoramento de Alda Costa (COSTA, 2005). No catálogo existente à venda na loja do museu pode ler-se as seguintes palavras, provavelmente escrita pela autora da tese: "*Tratava-se afinal de uma discussão e de questões comuns aos museus de arte de todo o mundo. Com efeito desde sempre a humanidade demonstrou amor pelo belo e desejo de colecionar e apreciar pinturas, esculturas, e outros objetos de arte. A volta do colecionador se fez a história dos museus. Do templo e do palácio ao museu dos nossos dias muitos séculos passaram. Os dois últimos séculos testemunharam o desenvolvimento dos museus públicos e amplas discussões sobre as suas funções. O Museu de arte, a medida que se ia especializando, foi refletindo sobre o seu papel nos diferentes contextos sociais, as suas possibilidades de disseminação de informação e comunicação de valores, debatendo questões como o equilíbrio entre a função de preservação, a função estética e a função educativa*". (MUSARTE, 1999*)*

E prossegue "*O Museu Nacional de Arte herdou, pois, experiências e historias ainda por investigar e contar, recentes e antigas. A sua coleção inclui obras relacionadas com as primeiras ações de divulgação da arte portuguesa na então colónia de Moçambique, com a presença dos primeiros artistas portugueses e com o surgimento e desenvolvimento de muitos artistas moçambicanos. As primeiras ideias de criação de um museu em Moçambique datam dos anos 30 quando o recém-criado "Núcleo de Arte da Colónia de Moçambique" definiu, entre os seus objetivos, a criação de um museu de arte*". (MUSARTE, 1999).

Embora contemporâneo, o museu através da arte busca as raízes duma herança fundada na libertação ao jugo colonial. Esse é o conceito fundamente deste museu, que busca ilustrar uma linha de emancipação e luta. E a arte também foi uma arma dessa luta, é em síntese o conceito que se pretende transmitir. Por isso conta-se a

[598] Em Janeiro de 2010 apresentou uma exposição temporária de Renata Sambino e São Peixoto com o tema "Artes e Bordados: Arte Assinada no Feminino" Uma exposição que nos surpreendeu pela originalidade de através do bordado se criar um desenho pictórico de extrema beleza. Este museu encerra no seu interior um espaço mundo.

[599] Em Maputo existem outros locais onde se pode comprar objetos artesanais com base na tradição local. O mercado do Pau, que se realiza ao sábado em Frente à Fortaleza de Maputo e o mercado Municipal, são dois locais onde se verifica a existência de pontos de comércio com alguma qualidade. No entanto este tipo de atividade está muito contaminada pelos processos de globalização, existem um pouco por toda a cidade, especialmente nos locais de maior afluência de turistas, pontos de venda de artesanato oriundos de processos "de indústrias de artesanato", com um grande número de jovens, que se dedicam à venda destes produtos.

história do "Núcleo de Arte", dos cursos de ensino artístico e de exposições de arte (que ainda hoje se mantêm). Depois o catálogo dá conta das primeiras intenções de reunir objetos de "artistas moçambicanos", com aconteceu em 1972, quando a Câmara reuniu perto de 200 peças de pintura (onde se encontravam já Malangatana, Bertina Lopes, Augusto Cabral, Jacob Estevão, Agostinho Mutemba). Algumas dessas peças integram atualmente o museu.

Inicialmente a ideia era criar um museu Nacional de Arte Popular, integrado no contexto revolucionário da afirmação da identidade cultural moçambicana. Malangatana foi escolhido, para em conjunto com José Júlio para avançar com o projeto. Data dessa época a instalação no edifício da Associação Indo – Portuguesa, associação extinta. Entretanto a Campanha de Preservação e Valorização Cultural[600] instala-se no espaço e interrompe o projeto de criação do museu. A partir de 1984 o espaço é utilizado para diversas exposições temporárias, tais como: Psikhelekedana, arte popular em madeira branca da região de Maputo, Cestaria de Moçambique, retrospetiva de Malangatana, Novos Rumos da escultura maconde.

Finalmente a partir de 1985 inicia-se, com o convite a vários artistas plásticos moçambicanos para contribuírem para a valorização do património. Através das doações e contribuições de muitos foi possível a abertura do museu. Com a abertura iniciou-se um caminho novo. Foi necessário formar pessoal, criar funções museológicas, espaços de reserva técnica, os serviços de conservação, serviços educativos, biblioteca, sala para exposições temporárias, etc. A política de aquisições continua a enriquecer o espólio através de doações, quer de artistas, quer de empresas. Foi também o tempo em que se iniciou a cooperação museológica com outros países, nomeadamente com a Suécia que durante vários anos prestou colaboração neste domínio

Conceito gerador

Como verificamos acima o processo de produção deste museu nacional encontra-se ligado a uma intencionalidade de mostrar a essência da "arte moçambicana" (COSTA, 2005). Assume a sua fundação como um momento de institucionalização duma "identidade cultural" e pretende assumir-se como "um ponto de partida para constituir uma referência das artes plásticas moçambicanas a partir da colaboração das comunidades e, sobretudo dos artistas plásticos." (COSTA, 2005). Assume como missão o acompanhamento da evolução da arte plástica em Moçambique. "O nosso desafio será o de expandirmos este museu de forma a retratar a evolução e o atual estágio das artes visuais em Moçambique e no Mundo (costa, 2005).

A exposição assume o seu caráter de espaço de identidade As polémicas que tiveram lugar nos anos que antecederam a abertura ao público, relatadas por Alda Costa mostraram a importância do papel atribuído ao museu, enquanto depositário e representante duma problemática de afirmação duma identidade em conflito simbólico. Dessa forma a arte representada é fundamentalmente uma "arte culta ou erudita", isto é uma arte feita por artistas essencialmente contemporâneos (a peça mais antiga é de 1958, de Bertina Lopes) e fundamentalmente artistas urbanos (isto é artistas influenciados pelos fenómenos de urbanidade, de busca de raízes na tradição para sobre eles efetuarem uma leitura "moderna".

Organização da exposição

A exposição permanente. Situada no 1º andar, a exposição é constituída por algumas dezenas de quadros, esculturas, e objetos de cerâmica de um conjunto diversificado de artistas. Há uma preocupação de mostrar a evolução cronológica e a maioria dos objetos procuram transmitir a ideia duma especificidade "moçambicana". Cada peça dispõe de uma etiqueta onde se referencia a autoria da obra e o ano, o tipo de técnica utilizada, o material usado.

Globalmente a exposição acentua a ideia duma linguagem da moçambicanidade como uma cultura enraizada em África. Não encontramos propostas de diálogo com outras linguagens plásticas.

Linguagem comunicacional

A linguagem do espaço de exposição é de tipo "clássico". O objeto encontra-se exposto, musealizado como representativo dum autor, dum tempo e duma técnica. A legendo com o autor, título da obra, ano de produção e técnica utilizada é o processo de comunicação Não existe mais comunicação

Espaço expográfico

O espaço expográfico é trabalhado como um percurso. Embora com sentidos estéticos, a exposição está habilmente orientada para um roteiro cronológico. Seja pele sugestão da disposição das peças, seja pela indicação da iluminação, que sugere a ideia de túnel.

2.1.2. O Museu da Moeda de Maputo

O Museu da Moeda foi criado em 1981 e instalado na casa de (Correio) "Mamposteria de Lourenço Marques" construída em 1860. Situado na Baixa de Maputo, na Praça 25 de Julho, é uma localização central na área patrimonial. A constituição deste museu está a diretamente associado às comemorações do primeiro aniversário

[600] Mais à frente falaremos desta Campanha.

da criação da moeda nacional "o metical", criada por decreto presidencial em 1980, como forma de combater o agravamento da situação económica[601]. A entrada custa 20 meticais. Está na dependência da Universidade Eduardo Mondlane e é gerido pelo Arquivo Histórico de Moçambique. Sete das oito salas estão ocupadas com material numismático. Não existem salas de apoio.

Conceito gerador

Vocacionado para a questão da moeda como objeto de troca, o museu divide-se em três secções.

A primeira ilustra a evolução dos sistemas de troca em África. Apresentam-se as anilhas, a manilhas e as missangas, como ilustração das formas de troca "primitivas". Apresenta depois a utilização dos metais como moedas. Apresenta as Handas (moedas em forma de H) criadas pelas sociedades bantas para os seus sistemas de trocas comerciais. Há uma grande variedade deste tipo de moedas (aspas, maçanetas, cruzetas).

A segunda secção, a mais rica em informação, apresenta a evolução dos sistemas de troca e das moedas em Moçambique. Os materiais de fabricação podiam utilizar o ouro (que se encontrava no Sul de Moçambique), o Ferro, o cobre e o Sal (utilizado sobretudo no Norte, na área do Lago Niassa. Nas zonas costeiras utilizava-se os Cauris, as conchas da ilha e o marfim. Na época pré colonial o metical era uma medida de quantidade em ouro correspondendo a 4,83 gramas. Como medidas múltiplas do metical apresenta-se a Pasta (100 meticais) e a Tanga (1/8) de metical. As medidas para o Marfim era o Bar, correspondendo a 293, 8 gramas e para os Cauris é a Pampa, correspondendo a 30 litros. Para as contas, uma fiada correspondia a 22 centímetros. Para as Missangas, a unidade de troca era 1 libote (10 fiadas), a matava (20 fiadas) e 1 maço (500 fiadas).

A leitura destas duas salas ilustra a relação do domínio do sistema comercial através do exercício do poder. A moeda ilustra o poder sobre o território (cunhagem) e sobre as pessoas (económico). A sua posse ilustra o exercício do poder e através da análise da sua circulação pode-se verificar a evolução do comércio. A exposição ilustra a afirmação do Estado Moçambicano como unidade autónoma, e justifica a escolha do Metical, uma antiga unidade de medida, como uma raiz à qual a independência dá um continuidade histórica.

Nas restantes salas apresentam-se coleções de moedas do mundo, coleções de medalhas. Apresenta-se ainda o processo de fabricação e sistema de cunhagem das moedas (através de fotografias).

Organização da exposição

A exposição organiza-se segundo uma linha cronológica e ilustra o simbolismo do poder do Estado sobre os instrumentos de troca. Procura-se identificar Moçambique como uma unidade (nacional) através da evolução do Metical. O circuito inicia-se, por indicação do guarda na sala dos artefactos mais antigos, e prossegue-se numa leitura diacrónica nas duas primeiras secções. Nas últimas salas são feitas leituras sincrónicas através duma narrativa que não exalta a diversidade da coleção. Os objetos encontram-se expostos em vitrinas.

Linguagem comunicacional

A linguagem comunicacional é clássica. Os objetos são expostos em vitrinas acompanhados da respetiva legendagem. A legendagem é clara, e contem a informação necessária para a compreensão dos objetos expostos (ou da intenção de produção de sentido do museólogo). Não existem sistemas complementares de iluminação ou som.

Espaço expográfico

O espaço expográfico é adequado à função. Trata-se do aproveitamento dum antigo edifício de estilo colonial, de um piso, com um corredor que abre para um pátio central. As amplas janelas e o pé direito elevado contribuem para uma boa iluminação e para um percurso de visita agradável. O circuito expositivo efetua-se em círculo através da sala, existindo por vezes elementos centrais com objetos notáveis ou de maior dimensão.

2.1.3. A Fortaleza de Maputo /Museu de Arte Contemporânea

Não se trata propriamente dum museu. É uma antiga fortaleza, onde se depositaram as estatutárias do tempo colonial, nomeadamente os heróis coloniais Mouzinho de Albuquerque[602] e António Ennes[603], duas das figuras que procederam à ocupação efetiva do território, um por via militar e o outro por via administrativa. Estão

[601] Na Revista Clio, volume 5, pp. 149-151, é publicado o "Curriculum" de Alexandre Lobato. Nele se refere que tendo sido Diretor Interino do Arquivo Histórico de Moçambique, "(…) fundou um Gabinete Numismático, cujo acervo constitui hoje o núcleo principal do Museu da Moeda de Moçambique" (CLIO, 1986, p 149)

[602] Mouzinho de Albuquerque (1855-1902). Militar de Cavalaria ficou célebre pela sua "campanha de pacificação" dos territórios do sul de Moçambique. A sua ação militar foi no entanto duma extrema violência contra as populações africanas.

[603] António José Ennes (1848-1901). Político e Escritor. Foi Ministro da Marinha e do Ultramar na sequência do Ultimato Britânico de 1890. Comissário Régio em Moçambique, onde acompanha e revolta Tsonga e preparou a campanha de Mouzinho. Os resultados da sua política colonial em Moçambique resultam da defensa do investimento em obras públicas e colonização em África. Veja-se (ENNES, 1893)

também presentes dois baixos-relevos, mostrando a prisão de Ngunhanha[604]. E um espaço fora do tempo. Uma viagem sem sentidos. O espaço é fundamentalmente utilizado para exposições temporárias de Arte.
No dia da nossa visita[605] estava patente uma exposição da US Aid, a organização de cooperação para o desenvolvimento americana, mostrando o conjunto de atividades e projetos desenvolvidos e Moçambique. O investimento americano no norte de Moçambique é muito grande. Tratam-se fundamentalmente de projetos turísticos. Em todos os projetos havia uma preocupação de mostrar o contributo para o desenvolvimento da comunidade. Nos exemplos apresentados eram valorizados os processos de participação da comunidade e os projetos de "turismo solidário"[606].
A Organização da exposição, a linguagem comunicacional e espaço expográfico deste local não são muito elaborados.

2.1.4. Museu de História Natural

Criado em 1913, como museu Provincial da colónia. "Deve-se a ideia da sua criação ao capitão Alberto Graça, professor da extinta Escola 5 de outubro. O novo museu ficou durante muito tempo, sendo uma dependência da referida escola. O seu primeiro diretor foi o capitão Alberto Graça." (FERREIRA, 1967, p 1). Era então uma síntese dos recursos e estilos de vida da colónia. A partir de 1915 o Museu passa a depender da Secretaria-geral e foi nomeado um novo diretor, o professor José Joaquim de Almeida, dos Serviços de Agricultura de Moçambique. No Ano seguinte, o Dr. Álvaro de Castro, Governador-Geral de Moçambique instalou o museu na Vila Joia[607], onde esteve instalado até 1932. Nesse ano o museu é instalado no edifício onde ainda se encontra, construído para uma escola primária. Pouco a pouco foi-se enriquecendo com novas coleções e foi objeto de várias transformações. (COSTA, 1989)
Em 1957 o museu deixa de estar afeto ao Liceu 5 de Outubro, que entretanto se havia passado a chamar Liceu Salazar (para onde havia retornado a tutela em 1928), ficando a depender da Direção dos Serviços de Instrução Pública. Em 1959 passa a depender dos serviços do Instituto de Investigação Científica de Moçambique. Em 1963, nas comemorações dos 50 anos do museu, a Fundação Gulbenkian apoiou a sua expansão, com a construção duma nova ala para a instalação dos serviços de Investigação Cientifica[608]. Previa-se em 1967 a ampliação das suas coleções com novas salas de etnografia e paleontologia e uma terceira fase, através duma remodelação interna do edifício, para uma exposição de mamíferos, aves, répteis
Nos anos de 1950 e 1953 publicam as "memórias" com resultados de investigação científica[609]. A investigação científica apenas se terá desenvolvido posteriormente a 1949 com o preenchimento do lugar de naturalista. "Esta atividade dirigiu-se no sentido de se proceder ao reconhecimento biológico de Moçambique no campo da etnologia" (FERREIRA, 1967, P 13). Até 1967 encontramos duas narrativas com a história das atividades do museu e das suas coleções.[610]. Com cerca de 100.000 visitantes ano (FERREIRA, 1967, p 12) e uma grande colaboração com universidades Sul-africanas. Mantinha também à data relações com os mais importantes museus de História Natural nomeadamente o Smithsonian Institut em Washington, que o diretor havia visitado. Essa colaboração permitiu uma publicação de trabalhos científicos em revistas da especialidade, documentos que estavam na época arquivados no Centro de Documentação do IICM. (FERREIRA, 1967, p 19)
Em 1976 passa a depender da Universidade Eduardo Mondlane. Tem como objetivos "A investigação nas áreas das ciências naturais e humanas a exibição de espécies naturais e artefactos etnográficos e a educação do público" (CHUQUELA, 2003).

---

[604]Ngungunhana: Imperador de Gaza e Herói Moçambicano. Foi vencido em 1895 em Chaimite pelas tropas portuguesas de António Ennes, deportado para os Açores onde morreu em 1906. Após a independência as suas ossadas retornaram a Moçambique onde é considerado um herói nacional.
[605] 18 de novembro de 2009
[606] Forma de turismo responsável, onde os promotores assumem que uma parte da renda gerada pela atividade é colocada ao serviço de projetos comunitários.
[607] A Vila Joia localiza-se no Jardim do Tunduru, um dos primeiros parques botânicos criados em África. Assim, para além da exposição em si mesmo, o jardim e os seus viveiros possibilitavam a realização do ideal iluminista (museu, jardim botânicos, biblioteca).
[608] Neste ano é publicado o álbum "Esculturas do Povo Maconde".
[609] Em Ferreira, 1967, 15 refere que foram publicados 5 "Memórias" que depois desta data terão sido continuados em Memória do Instituto de Investigação Científica de Moçambique.
[610] Para além do já citado trabalho de (FERREIRA, 1967), temos também a apresentação da atividade do museu pelo então diretor António Figueiredo Gome e Sousa, veja-se (MUSEU DR. ÁLVARO DE CASTRO, 1950, p. 5-19)

O museu é reabilitado em 2000. Desenvolve programas de "Educação Ambiental", que tinham como objetivo despertar os estudantes para a fauna de Moçambique. O programa fez aumentar o número de visitantes das escolas. Os objetivos dos serviços educativos são: Mostrar as coleções do museus, sensibilizar as crianças para os problemas ambientais, e da conservação da fauna, despertar o conceito de conservação, criar círculos de interesse da Fauna de Moçambique.
Em 2000 publicou-se o catálogo das espécies de fauna e, em 2002, e o catálogo etnográfico. A partir do inventário foi constituída uma base de dados do inventário e executado o registo fotográfico dos objetos do museu
O Conceito gerador: A geração deste museu insere-se no âmbito da museografia da primeira metade do século XX, com uma estrutura semelhante aos museus de ciência, com uma recolha sistemática de espécies (biológicas e etnográficas). Apresenta-se portanto as espécies botânicas segundo o princípio da taxonomia. No átrio interior sobressai uma representação da vida na savana africana, com animais embalsamados. Na sala lateral apresenta-se uma secção etnográfica. Aí encontramos um conjunto de estatuetas reunidas no sul de Moçambique, que estiveram numa exposição em 1967, Igualmente encontramos um conjunto de objetos "tradicionais"de uso na pesca, na cozinha, no repouso, na vida quotidiana, acompanhado de fotografias nas paredes que mostram o seu uso nos campos. Pela sua natureza devem corresponder aos objetos recolhidos durante as campanhas de valorização cultural. Uma outra exposição de cestaria Psikhelekedana recolhida na região de Maputo. Assim, ao espólio original, forma-se acrescentando coleções de etnografia numa busca de uma maior visibilidade dos contextos de ocupação humana do ambiente. As ações em torno do ambiente são de resto uma das principais atividades dos serviços educativos do museu.
Organização da exposição desenvolve-se segundo as técnicas clássicas. Os objetos encontram-se encerrados em vitrinas. Devido à sua antiguidade são visíveis os sinais de deterioração, notando-se aqui a ali algumas preocupações com a conservação dos objetos
A Linguagem comunicacional é simples. A etiqueta oferece a informação científica adequada, em caráter de máquina de escrever, sem cores. A iluminação é natural. Embora tivesse sido implementado um sistema sonoro para música ambiental (ao que percebemos sons da natureza) ele encontrava-se obsoleto e não apresentava sinais de utilização.
O Espaço expográfico é adequado e está instalado num edifício de estilo neogótico, construído para instalação duma escola primária, e que será posteriormente adaptado a museu.

2.1.5. Museu Nacional de Geologia

O Museu Nacional de Geologia foi aberto em 1992 pelo então presidente Joaquim Chissano, num edifício da Avenida 24 de Julho em Maputo. Este museu, que depende da Direção Nacional de Geologia, herdou o espólio do museu Freire de Andrade, fundado em 1943[611]. Em 1978 este museu foi encerrado por falta de condições. Atualmente encontra-se instalado num edifício de estilo neogótico que foi alvo de obras de recuperação em 2006. A entrada tem o valor de 50 Meticais. O museu distribui um folheto informativo
O Conceito gerador deste museu é a apresentação da diversidade geológica do país. Moçambique é do ponto de vista geológico muito rico e o seu espólio, constituído por amostras geológicas reunidas em Moçambique, mostra essa diversidade. Na primeira sala apresentam-se a evolução da história geológica da terra, a formação dos continentes. Aí são apresentados alguns fósseis. Na segunda sala apresenta-se uma maqueta à escala com a constituição do solo e relevo d país. Nas vitrinas apresentam-se amostras geológicas recolhidas em solo Moçambicano. Nas salas seguintes apresentam-se os elementos de cristalografia, as propriedades físicas dos minerais. Numa sala interior, sem luz natural, são exibidos as propriedades fluorescentes dos minerais. No final apresenta-se ainda uma amostra da utilização dos diversos tipos de minerais na vida quotidiana. Trata-se dum museu concebido com uma forte apresentação didática, com o objetivo de mostrar a diversidade e a importância da geologia. O museu apresenta ainda algumas curiosidades e raridade e de grande beleza decorativa
A organização da exposição é bem articulada com o seu conteúdo. Os objetos são apresentados de forma clara em função dos objetivos da exposição. Através da visita da exposição a consciência da diversidade geológica do continente e do país torna-se bastante clara. A observação da maqueta ilustra igualmente as razões da diferença entre o norte e o sul do país, a importância da sua rede hidrográfica, bem como os problemas que afetam as zonas costeiras face a forte pluviosidade. As maiorias dos objetos de pequena dimensão encontram-se em vitrinas. Os objetos de maior dimensão encontram-se expostos em suportes adequados
Linguagem comunicacional é eficiente. As etiquetas são claras, apresentam a informação técnica e cientifica adequada. A iluminação é bem executada permitindo uma boa visibilidade dos objetos exposta. O espaço

[611] Em 2 de maio de 1940 foi inaugurado do Museu Freire de Andrade, na repartição técnica de Industria e Geologia (criado pela portaria 4.255 de 26 de DEZ 1940), constituído por duas divisões: A divisão geológica e a industrial. Apenas a primeira foi instalada

expográfico está bem desenvolvido. A arquitetura do interior do edifício convida a um circuito programado onde a apresentação dos elementos expográficos surgem articulados de forma lógica.

2.1.6. Outros Museus[612]

O Museu da Revolução foi criado 25 de junho de 1978, com base numa recolha de documentação em arquivos em testemunhos orais. Conta a história de Moçambique desde a ocupação colonial até ao 3º Congresso da FRELIMO em 1977. Estava encerrado para Obras.
Museu Chissano, na Matola reúne os trabalhos do escultor. O mesmo acontece com Casa Museu Malangatana
O Museu Regional de Inhambane deve a sua origem às recolhas de peças efetuadas durante as Campanhas de Preservação Cultural. No entanto, por falta de condições foi encerrado ao público, reabrindo em 1996. Alda Costa descreve esse processo. (COSTA & GANDOLFO, 2003, p 14-15). No artigo descrevem-se os trabalhos levados a cabo entre 1995 e 1996 para estimular a iniciativa local na criação dum museu viável. O museu reabriu em 13 de setembro com projeto dos autores[613]. "*A 500 km ao norte de Maputo, o museu tinha sido criado por iniciativa do governo local para valorizar as tradições locais. A criação do museu inseria-se nas comemorações dos 260 anos da cidade e abriu ao público em dezembro de 1988. Foram nessa data realizadas várias exposições e lançada a primeira pedra do edifício, que ficaria concluído em 1989. A sala de exposições de 20 * 10 e dois gabinetes técnicos eram insuficientes para as funções museológicas. Os objetos em vitrinas não tinham boa visibilidade nem segurança. Não existia iluminação. Tinha um pequeno espólio documental e fotográfico sobre a história da cidade. O projeto de revitalização iniciado em 92 implicou a afetação dum técnico. A coleção é de base etnográfica foi crescendo. O projeto envolveu uma investigação sobre os objetos (feita em Maputo) e foram preparados os primeiros textos de interpretação. "Mas os objetos não falam por si próprios, era preciso interpreta-los e dizer ao público o que tinham de importante. Era necessário um contexto que os fizesse compreender*" (COSTA & GANDOLFO, 2003, p 14).
Com base na limitação de recursos, de espaços, de capacidade técnica foi preparado "um cenário onde os objetos e informações fossem valorizados". Romperam-se as paredes. Os expositores são redesenhados. Globalmente melhorou-se a estética da apresentação. Entre essas soluções está por exemplo a criação dum teto falso com a utilização das velas das embarcações dos pescadores. Uma embarcação foi incluída no museu para fazer de balcão. É nesse novo cenário que se monta a nova exposição. As funções dos objetos etnográficos foram analisadas através da participação da comunidade. Foram escolhidos e expostos um conjunto de significativo de peças sobre a vida diária, os usos do quotidiano, as tarefas da casa, a preparação dos alimentos, a pesca, a caça, a agricultura. O objetivo era compreender a vida das pessoas que os fabricavam. Foram colocados três manequins para simbolizar os modos de vestir. Na entrada o poema de Craveirinha "as saborosas tangerinas de Inhambane", (em português e gitonga) que faz a apresentação da cidade.
A população aproximou-se do museu através da curiosidade e a equipa de museologia também solicitou a colaboração da população, sobretudo das crianças para fazer uma escultura no interior do museu com objetos inúteis.
Num outro documento, ficamos também a saber a relação deste museu com os visitantes (COSTA, 1997). Nele, afirma-se que se procurou reunir os contributos das várias comunidades. O registo dos visitantes do museu (2.592 no ano 1), na maioria originários da comunidade (139 estrangeiros). As opiniões são globalmente favoráveis. As questões negativas incidem sobre falhas de elementos nos espólios. O museu desenvolveu atividades de formação de professores e de língua na comunidade.
Como Conceito gerador deste museu foi-nos apresentada uma proposta de "Viagem ao passado através duma fotografia colocada na porta. A decoração com motivos náuticos cria a sensação de viagem"

2.2. Museu Nacional de Etnografia em Nampula (MUSET)

Na tarde de 23 de agosto de 1956 foi solenemente inaugurado o então Museu Provincial de Nampula, na presença do Marechal Craveiro Lopes, à época presidente de Portugal em visita aos domínios coloniais de Moçambique. Inicialmente chamado Comandante Eugénio Ferreira de Almeida, foi criado com o objetivo de dar a conhecer a realidade do meio físico e biológico, incluindo o humano, do então distrito de Moçambique. Foi financiado pelos municípios de Nampula e António Ennes (Angoche), empresas particulares e colonos. Na época reunia peças da Província do Niassa (atualmente Nampula, Cabo Delgado e Niassa). O edifício instalado em edifício construído para museu (com projeto do arquiteto Mário Oliveira) dispunha de 7 secções: história,

[612] Museu que se encontravam encerados durante o nosso trabalho de campo
[613]Gianfranco Gandolfo, arquiteto italiano era à data colaborador cooperante do Departamento de Museus de Moçambique

etnografia (etnologia, paleontologia), numismática, e mineralogia, cinegética, pintura. Tinha mais de 4 mil itens de inventário[614].

O Boletim de 1960 apresenta uma descrição do museu à época da sua inauguração. "*O hall, a que o arquiteto Mário de Oliveira, autor do projeto, soube emprestar sobriedade e beleza, dá acesso pela esquerda, a um amplo salão, em que se encontram as secções de arqueologia, pinturas rupestres, caça, pesca, agricultura, indústrias rudimentares, ritos de passagem, danças folclóricas, musica, adornos, jogos e entreténs, cenas da vida doméstica, estatuárias, etc. E pela direita, à secretaria, arquivo, gabinetes, salas de estudo e de leitura. Subindo ao 1º andar deparamos, de um lado com a biblioteca, do outro com um salão enorme e bem ilumina-do, onde vemos as secções de história (espada e condecorações de Neutel de Abreu), de numismática, de mineralogia, conquiologia e cinegética. Impressiona agradavelmente a forma como o museu está montado: como os objetos "se encontram expostos e etiquetados, dentro e fora das vitrinas; a disposição destas e dos conjuntos de baile, pesca, caça etc. Recheio rico, expressivo, variado, com esmerada apresentação, de que resulta um documentário dos mais completos, minuciosos e sugestivos que nos tem sido dado a admirar no capítulo da etnografia, etnologia e folclore dos indígenas moçambicanos"* (MUSEU DE NAMPULA, 1960, 1, p. 1)

Os acervos mantêm-se até 1975 sem aquisições. Tinha máscaras macuas, macondes e ajauas, batuques de iniciação de rapazes e raparigas, símbolos fálicos, Achas de armas, azagaias, guizos, estiletes para tatuagens, pedras para limagem de dentes. Estatuária com cenas da vida doméstica. Foi concebido como um museu do "O povo do Norte". (KULYUMBA, 2002, p 14).

O projeto original previa a construção de mais alas, o que não aconteceu. Na época estavam previstos a construção de museus etnológicos para a região centro e Sul, com peças representativas dessas comunidades, fazendo coincidir a malha da organização dos museus com a malha dos espaços administrativos coloniais. Esses dois museus não foram construídos[615].

Com a independência e na sequência das campanhas de valorização cultural entre 1978 e 1981 apresentaram-se no museu várias exposições temporárias. Nesse último ano por questões de segurança o museu é encerrado a as suas coleções protegidas das ações de guerra civil que entretanto alastra no país. Em 1986, com a criação do Departamento de Museus, e a afetação de dois técnicos Alda Costa e Paulo Soares, assume-se a abertura deste museu (juntamente com o Museu Nacional de Arte em Maputo) como uma prioridade da política museológica do país, agora com a função de um Museu Nacional de Etnologia. Nesse ano incorporam-se no museu o património museológico das Campanhas de Valorização Cultural, e criam-se as orientações gerais para a prática museológica Um programa de crescimento flexível e faseado, que acaba por não acontecer. O programa envolvia a criação de 6 serviços (receção e acolhimento, administração de pessoal, preservação de coleções, documentação e investigação e produção de exposições e material educativo. Propõe-se a criação dum novo bloco para instalar os serviços de investigação, conservação e documentação e outras funções técnicas. foi feita também a formação de guias (pessoal) com apoio da ASDI (Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional). Fizeram-se missões de estudo e projetou-se realizar trabalhos de campo. Criou-se Fundo Bibliográfico com mais de 2.000 títulos. O projeto é ambicioso e pouco consistente com a prática.

A partir de 1987 inicia-se o Inventário das Coleções etnográficas. Neste projeto trabalhou o arquiteto italiano Gianfranco Gandolfo, tendo sido efetuado um registo fotográfico das peças. Atualmente o MUSET- tem como função a coordenação científica e metodológica da etnologia em todo o território de Moçambique. Tem ainda como competência o treino e a formação de pessoal, abrir outras estruturas no país. Ele concentra os meios de investigação em Etnologia. Entretanto no espaço do museu instalou-se provisoriamente a Comissão Instaladora da Universidade do Lúrio[616], o que limitou as atividades museológicas. Atualmente é seu diretor Pedro Guilherme Kulyumba, autor de vários trabalhos sobre as coleções do museu.

O museu dispõe de salas de reserva, biblioteca e espaços de serviços técnicos. No exterior está ainda instalado, um espaço cultural, com lojas de artesanato e restauração. As lojas de artesanato são fundamentalmente oficinas com trabalhos em escultura de madeira, joalharia e tecelagem. O museu desenvolve ainda um trabalho de educação na comunidade. Escreveu o seu diretor, inspirado nas palavras de Maria Célia Santos "Museus como vetor de Educação da Comunidade": "*O trabalho metódico, constante e persistente de convencer as autorida-*

[614] Entre 1960 e 1961 editam-se dois volumes do Boletim do Museu de Nampula, não conhecendo a sua continuidade.

[615] Embora na cidade da Beira tivessem sido recolhidos alguns objetos que se encontravam expostos na Biblioteca Municipal da Beira, construída em 1964, com apoio da Fundação Gulbenkian (BEIRA, 1975) e no museu de História Natural da então capital colonial de Lourenço Marques tivessem sido igualmente recolhidos alguns objetos etnográficos da região Sul.

[616] De acordo com a política de Descentralização, a universidade pública passou a ter, para além da Universidade Eduardo Mondlane no Maputo, as Universidades do Save na Beira e do Lúrio em Nampula

des e ao público usuário da importância singular dos museus e da necessidade, de a seu propósito ser desenvolvido todo um trabalho de consciência comunitária, tem de partir das próprias instituições museológica que devem cultivar no seio da comunidade, uma certa, por assim dizer, consciência museológica." (KULYUMBA, 2006, p 27)

O diretor do museu defende que o museu se deve transformar no ponto de encontro de "todos os interessados na atividade cultural", e portanto cabe aos museus "dinamizar ações culturais diversas" (KULYUMBA, 2006, p 28). Defende ainda que o museu se deve tornar num local de "ciência e cultura, de colóquios e tertúlias socioculturais e históricas" (KULYUMBA, 2006, p 28)

O Conceito gerador: Atualmente este museu, instalado em edifício próprio apresenta uma coleção de "tradições culturais". Essa exposição integra-se no âmbito do Projeto de Reorganização de 1986 (SOARES, 1991, p 65 - 72), e que simbolicamente foi inaugurado no dia do 31º aniversário da Frelimo e dos 18 anos da independência, após algumas obras de beneficiação estrutural. Nesse dia, onde os responsáveis máximos do país estiveram presente realizou-se a tradicional atuação dos grupos culturais[617].

Integra-se dentro das prioridades do Departamento de Museus. Transforma-se em Museu Nacional, com competências de desenvolver investigação, documentação e conservação. Concentrar recursos. No segundo piso apresenta-se a exposição "Arte Makonde – Tradição e modernidade" realizada em Paris, no Museu Nacional de Artes Africanas e Oceânicas de Paris (ano 1983?) com o objetivo: de "Contribuiu para conhecer e divulgar aspetos importantes do património etnográfico e artístico de Moçambique" (SOARES, 1991, p 69). É a base do Programa Projeto de Readaptação e Extensão do Museu Nacional de Etnologia. Esse mesmo programa que se encontra em exposição.

É talvez neste museu que mais se sente essa intenção de apresentar a tensão entre a tradição e a modernidade e entre a unidade e a diversidade de Moçambique. A Organização da exposição, procura, logo na entrada apresentar a diversidade dos grupos linguísticos, identificados como etnias. Mas, logo de seguida a proposta expositiva que se apresenta, os objetos passam a ser divididos por géneros. Eles deixam de ser representantes da etnia, para assumirem a sua função de pertença ao género. Assim, à direita os elementos femininos, à esquerda os masculinos. No topo da exposição, reunindo os objetos de iniciação, femininos e masculinos, apresentam-se os objetos acústicos e uma encenação de mascaras que contextualiza os rituais. Ainda na saída da sala apresenta-se um conjunto de objetos de uso quotidiano, que mostram as diferenças de materiais dos objetos etnográficos mostrados. É uma proposta expositiva dinâmica, construída com poucos recursos, mas com objetos criteriosamente escolhidos. Os objetos são apresentados em grupos funcionais, (caça, agricultura, cozinha, trabalho em madeira) em suportes com uma preocupação de uma apresentação estética. A liberdade com que são mostrados permite uma leitura ágil das peças.

No segundo piso, dedicado à arte Makonde foi durante muito tempo apresentada como uma representação da moçambicanidade. Este museu dispõe de vários objetos desta cultura. A sua exibição no segundo andar está no entanto subordinada aos princípios da diversidade apresentados no primeiro piso, não surgindo muito valorizada. Aliás nas reservas encontram-se objetos desta cultura bastante interessantes. Os guardas do museu quando questionados sobre a não exibição deste espólio apontavam para o exterior e afirmavam, com alguma cumplicidade, que ali fora se podia ver um museu vivo.

Linguagem comunicacional é adequada. Embora modesta em recursos ilustra através de painéis de parede com legendagem de informação sobre a contextualização dos objetos, a divisão funcional das peças apresentadas. Em cada objeto é identificado com nome, função e proveniência dentro do conjunto funcional. A iluminação é essencialmente natural.

O espaço expográfico é adequado à função expositiva. Construído de raiz em espaço aberto, permite várias soluções expositivas. Na exposição visitada as peças estão agrupadas nas paredes o que indicia a preocupação de construir um percurso lógico sucessivo.

2.3. Os Museus da ilha de Moçambique

A ideia de criação de museus na Ilha de Moçambique data de finais do século XIX. A Revolução Liberal Portuguesa em 1920, encadeada na independência do Brasil em 1815 levou a um olhar mais atento aos domínios africanos e orientais da coroa. O Marquês de Sá da Bandeira[618] é um destes protagonistas, tendo em de 19 de julho de 1838 mandado publicar uma portaria que, em nome da Rainha, manda o governador da província de

[617] Conforma Dossier de Imprensa, coligidas por Alda Costa no Departamento de Museus e gentilmente cedida para consulta.

[618] Bernardo de Sá Nogueira (1795-1876). Foi um dos militares que desembarcou no Mindelo. Foi em vários ministérios defensor do desenvolvimento dos territórios africanos da coroa, através da sua ocupação e estudo científico. É durante o seu ministério que é extinto o comércio de escravos com as colónias africanas (1836).

Moçambique, formar uma biblioteca, num edifício público adequado e — convidando os moradores para concorrerem para a sua formação. Da parte do reino serão enviados livros pertencentes dos extintos conventos das ordens religiosas. Além disso, acrescenta — *sua Majestade recomenda a creação dum museu, destinado principalmente á colleção dos productos mais raros de África; e ultimamente, a de um Jardim Botânico, que contenha as mais interessantes plantas africanas e sirva para aclimatar as de outras partes do globo*. (PEREIRA, 2005, p 73).

Durante o século XIX o interesse da Europa pela exploração dos territórios africanos cresce bastante. Por exemplo em 1855, O Reino de Portugal participa pela primeira vez numa Exposição Internacional (em Paris, França) apresentando uma secção Ultramarina. (BOLETIM DA AGENCIA GERAL DAS COLONIAS, 1931, p 186) Ainda em 1870 foi criado o Museu Colonial de Lisboa, para divulgação dos produtos coloniais. Entretanto recorde-se que em Portugal cresce igualmente um interesse pela preservação do Património. As primeiras notícias de uma preocupação com a preservação patrimonial em Moçambique datam de 1875 onde o General Carvalho e Menezes manda efetuar um conjunto de obras na Fortaleza de São Sebastião, onde em 1889 se irá proceder à instalação dum Museu. (ULTRAMAR, 1878). Este museu reunia materiais da Ilha e da Baía de Lourenço Marques, aguardando a reunião de objetos de outros distritos para abrir ao público. *Em officio nº 96 de 30 de março, submetti à aprovação de Sua Magestade a portaria pela qual criei um museu n'esta cidade, para por meio d'elle augmentar a riqueza do museu colonial de Lisboa e tornar conhecidos os produtos da província. Essa portaria vae appensa no grupo de documentos sob o nº 1 Grupo XIV. Estão as salas preparadas para o museu, aonde existem já muitos productos do districto de Moçambique e Lourenço Marques, e espero que se reúnam todos os districtos, para inaugurar e abrir ao público este estabelecimento".* (ULTRAMAR, 1878, p 71).

Este museu integra-se na lógica dos museus coloniais que reúnem produtos produzidos nas colónias com o objetivo de promover o seu comércio. Por isso se entende que partes dos objetos reunidos sejam posteriormente enviados para o Museu Colonial de Lisboa, para conhecimento na metrópole, como um vulgar catálogo de comércio. Em 1857 (ULTRAMAR, 1878, p 306) já tinha sido fundado em cada província uma Livraria com as principais obras de "*história, administração política e "outros assumptos que tivessem relação mais oum menos imediata com a governação dos estado, devendo ser anexo à biblioteca um museu de madeiras, minerais e demais produtos coloniais*" (ULTRAMAR, 1878, P 306)

Este segundo museu, que seria instalado no antigo convento de São Domingos, tinha então como fim "coligir a catalogar os produtos que podem servir ao conhecimento, estudo e aproveitamento das riquezas do país" (I), conservar no museu, um objeto e remeter outro para Lisboa, para o Museu Colonial (II) e formar uma biblioteca de livros (III). Abria ao público um dia por semana e os objetos são classificados de acordo com a classificação adotada para o museu colonial de Lisboa. Previa-se a publicação dum catálogo. O diretor era nomeado pelo Governador-Geral, que juntamente com uma praça de plantão à portaria são o único pessoal do museu.

Não sabemos se o museu foi efetivamente instalado, pois as obras ainda não tinham sido executadas na data da portaria (ULTRAMAR, 1878, p 309). Quase dez anos depois uma nova portaria do Governador de Moçambique, de 22 de fevereiro de 1889, manda proceder à instalação de um outro museu, agora já de natureza diferente na fortaleza. "Instalado pouco tempo depois, incluía objetos considerados de valor histórico, como armas, bandeiras, tambores e bastões pertencentes às autoridades locais" (COSTA, 2002, p 42) Este museu manteve-se até aos anos 50, quando parte do seu espólio é transferida para o Palácio de São Paulo.

Não é nosso objetivo neste apêndice fazer a história dos museus em Moçambique. Interessa-nos apenas inscrever a sua génese no âmbito da problemática da hegemonia colonial e mais particularmente os modos como os objetos patrimoniais são mobilizados para essa narrativa. No capítulo seguinte vermos em pormenor e evolução da narrativa patrimonial na ilha de Moçambique. Por agora quedamo-nos pela génese mais recente da questão da criação dos Museus da Ilha de Moçambique, que como já verificamos se encontra intimamente ligada com a ideia do Império colonial.

Para essa questão interessa mobilizar a constituição em 1956, em Lisboa, da Fundação Calouste Gulbenkian. Esta Fundação iniciou um ambicioso programa de apoio às artes que se estendeu às várias colónias africanas[619].

---

[619] "*O programa que em 1956 Azeredo Perdigão pôs em Marcha pretendia dar cumprimento às quatro finalidades da Fundação. Para as Arte Plásticas, para o Museu, e para a cultura artística, o diagnóstico contara com o contributo inicial de José Raposo de Magalhães, e posteriormente com Artur Nobre de Gusmão e João Couto. Madalena Perdigão teve a seu cargo, especialmente, a área da música, mas acabou por ocupar-se, de uma forma geral, de outros aspetos da criação artística. A ela se ficou a dever, inclusivamente, a decisão final de, no projeto do edifício da nova sede, se incluir o Grande Auditório, com as dimensões que hoje se apresenta."*

Azeredo Perdigão fez o estudo dos modelos de outras Fundações, em, particular as fundações americanas. A maioria das Fundações funcionava numa lógica de "protecionismo americano" e eram exclusivamente "dis-

Por norma os apoios concedidos por esta fundação efetuavam-se por solicitação das autoridades locais. Por exemplo, o museu de Nampula que já acima tratamos é certamente um dos primeiros casos de apoio concedidos por esta Fundação em Moçambique (RIBEIRO, 2006, p 309). Entretanto em 1965, a Fundação cria o "Serviço do Ultramar" que centralizava os apoios às colónias africanas[620].

É neste âmbito que os apoios à então colónia passam a ser considerados. A Ilha de Moçambique será um caso paradigmático desta construção. Vejamos em linhas gerais o processo M 184/93 depositado no Arquivo da Fundação Gulbenkian, e que reúne as várias peças documentais que se referem à Ilha de Moçambique ao longo dos anos[621]. Na sequência dos apoios ao Museu de Nampula e da visita presidencial a Moçambique em 1958, teriam ficado acordados um conjunto de apoios a conceder pela Fundação à província. Esses documentos não se encontram nos arquivos mas deles podemos ter um conhecimento indireto através da resposta do Chefe de Gabinete do Governo Geral da Província, o 1º tenente Artur Rodrigues Consolado, em 15 de maio de 1964. Este respondia à carta de 2 de outubro de 1963, de Victor de Sá Machado, então Diretor Adjunto dos Serviços da Presidência da Gulbenkian, sobre os subsídios entregues na colónia, como tinha ficado determinado, faltava aplicar o subsídio de 100.000$00 destinado "à instalação dum museu sacro, na capela do Palácio de São Paulo" (PROCESSO M184/93).

Ora segundo o Chefe de Gabinete do Governador, esse valor não tinha sido aplicado devido às objeções do Bispo de Nampula. Estas objeções, relatadas por Alexandre Lobato em carta de 21 de julho, eram "que o Bispo de Nampula, em cuja jurisdição se encontra a Igreja da Misericórdia da Ilha de Moçambique, não autoriza a transferência das peças de Igreja para a Capela do Palácio de São Paulo, onde ficara assente organizar o museu". Face a esta objeção, o subsídio reverteu assim para o Governo-Geral, devendo ser aplicado num futuro museu a decidir pelo Governo da Colónia e pelo bispo de Nampula[622].

Entretanto em 30 de outubro, o mesmo Victor de Sá Machado, em Carta endereçada ao Governo de Moçambique, solicita que sejam enviados os planos de instalação do Museu. A resposta à carta data já do ano seguinte, a 8 de janeiro, com coronel. Pil.Av Rui da Costa Cesário, chefe de gabinete do governador, a informar que "o plano para a instalação do Museu e Arte Sacra está ao cuidado da Comissão dos Monumentos Nacionais desta Província" e de que acordo com as indicações do Bispo de Nampula, "o arquiteto Pedro Quirino da Fonseca escolheu em 21/12/64, as dependências da Igreja da Misericórdia onde vai ser instalado o referido Museu". A acrescenta que a "informação solicitada será enviada logo que o plano esteja executado e aprovado pelo Bispo de Nampula, e de seguida enviada à Comissão dos Monumentos Nacionais".

Ora em 17 de agosto de 1965 o Presidente da Comissão informa a Fundação Gulbenkian do projeto. No ofício detalham-se as condições da escolha do local (Igreja da Misericórdia) pelo Bispo de Nampula, D. Manuel Medeiros Guerreiro. "As condições eram (AG -PROCESSO M 184/93: *"A continuidade da posse dos objetos pela igreja, e da sua não saída da igreja. A guarda dos objetos continuava confiada ao reverendo canónico, que podia utilizar algumas das peças em culto divino e a quem é confiada as chaves (pelo direito canónico só a Santa Sé pode dispor dos objetos;*

A escolha do local permitia um acesso fácil aos visitantes e as instalações previstas não serem necessárias às atividades da igreja. Além disso o local estava relacionado como "as primeiras instalações católicas na ilha".

O plano da ocupação, que é detalhada em duas plantas anexas (primeiro e segundo piso) é idêntico ao atual

Claustro e átrio, peças de interesse arqueológico religioso, lajes de campas, fragmentos de pedras antigas (material inventariado e disponível em outros locais da província)

Rés-do-chão Exposição de peças de talha, obras de arte em pintura, paramentos e panejamentos de altar

1º Andar, peças de ourivesaria religiosa"

No projeto chama-se ainda a atenção para as condições de conservação onde se evidenciava os problemas de conservação das madeiras face a condições de elevada temperatura e húmida. A valorização das imagens seria feita por iluminação indireta. As peças de ourivesaria seriam colocadas em vitrinas. Entretanto propunha-se a

---

tributivas". Azeredo queria, de acordo com a interpretação do testamento do fundador, conciliar a lógica distributiva com uma "atividade produtiva" e de com um caráter internacional. "Acrescente-se que o seu postulado que as fundações devem, de preferência, atuar em grande" (BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS, 1931, p 260)

[620] Este serviço foi substituído após a independência das colónias pelo Serviço de Cooperação, que funcionou até 1 de janeiro de 2003, data da sua extinção, revertendo para o Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano o conjunto de competências nesta área

[621] Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian (AG) PROCESSO M 184/93 – Museu de Arte Sacra – Ilha de Moçambique. Os dois últimos algarismos correspondem ao ano dos apoios. 1993 corresponde assim ao último ano em que ocorreram apoios financeiros de cooperação, sendo que nesse processo estão incluídos vários outros processos, com diferentes numerações, correspondentes a apoios realizados em datas anteriores.

[622] Apontamento manuscrito por Victor de Sá Machado em 21 de julho de 1964

execução de obras de adaptação do espaço com a substituição dos pavimentos, a renovação dos rebocos do interior, a substituição da caixilharia. Previa-se ainda a abertura de nichos para colocação da estatuária, o que não veio a acontecer na intervenção realizada. É ainda elencado o conjunto de 44 peças que vão ser colocadas no museu. Nas plantas os seus locais de implantação são sinalizados.

Entretanto Na sequência deste projeto por carta datada de 9 de agosto de 1965 a Comissão de Monumentos e Relíquias vai proporá à Fundação Gulbenkian um conjunto de "Novas "Propostas" (AG - PROCESSO M 115/65). Assinada pelo secretário Nuno Vaz Pinto solicita-se à Fundação Gulbenkian apoio para o que constitui um "plano de desenvolvimento museológico". Nesse plano pede-se apoio: PARA o "*Estudo e restauro das peças de arte religiosa existentes na Igreja da Misericórdia da Ilha de Moçambique".* Esse apoio seria aplicado num projeto "*Para estudar e classificar e restaurar as peças de arte religiosa a integrar no futuro museu",* Solicita-se ainda a deslocação de um especialista à ilha para efetuar o restauro "*in situ*" ou, se necessário escolher as peças que seriam transferidas para a "metrópole".

Pedem ainda apoio para o restauro do "*Astern Pattern Plate":* Trata-se de uma solicitação para estudo e recuperação do objeto instalado no Palácio do Sultão de Mascate, em Kionga, recuperado por uma missão da Gulbenkian. [623] E de seguida pede apoio para a *"Criação dum Museu histórico Militar na Fortaleza de S. Sebastião na Ilha de Moçambique"* com a finalidade de estudar e classificar as peças histórico militares já existentes (recolhidas), restaurar as peças e criar um museu na ala esquerda do Forte. Pedem ainda um apoio de 200 contos e o envio dum especialista durante o ano de 1966. Outro projeto em que se envolvem é a criação da *"Biblioteca da Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas",* com o objetivo de criar uma biblioteca especializada*; "Propõe a aquisição de obras da Gulbenkian, de estética, arte, museologia, arquitetura sacra, escultura, arte cerâmica e outras artes, engenharia militar, fotografia, história e arqueologia, etnografia, vida provada e folclore."* Manifestam ainda a intenção de criar e pedem apoio para a *"Criação de Museus de Conchas e Etnografia".* Este museu seria criado n*o "IBO, em Porto Amélia, na ilha de Moçambique e em Lourenço Marques, aproveitando os edifícios históricos para a instalação destes museus".* Segundo a comissão Este museu justificava-se face a riqueza das coleções particulares existentes, e porque *em termos de etnografia, apenas existia o Museu de Nampula e em Lourenço Marques, a secção etnográfica do Museu Machado de Casto (sic)" (*AG - PROCESSO, 115/65).

Esta proposta reflete já um objetivo de valorizar o património voltado para o desenvolvimento turístico do norte de Moçambique. Pretende-se uma valorização do IBO explorando as suas potencialidades e apoiando a reabilitação do edificado. Na ilha de Moçambique seria instalado no Forte de Santo António (existia na época o apoio dum cidadão alemão a viver nas chocas que se dispunha a oferecer a sua coleção de conchas) e de alguns particulares de Porto Amélia (atualmente Pemba) que também tinham coleções que se dispunham a oferecer. Em termos de calendários estes projetos estavam previstos para serem concretizados nos anos 1966 e 1967, com uma estimativa global de: 1ª Fase (1966) Porto Amélia e Ibo com 530 e 130 contos, e 2ª Fase, Ilha e Lourenço Marques, com 110 e 400 contos respetivamente.

Em resposta a este pedido, Victor de Sá Machado escreve uma carta em de 1 de fevereiro de 1966 (AG- Processo 115/65). Nele se diz em relação ao museu de Arte Sacra, uma vez que se tratam essencialmente de peças indo-portuguesas, será enviada a Dr.ª Madalena Cagial, conservadora do Museu e Arte Popular, ex-bolseira da Fundação, e à época a única especialista[624]. Em relação à peça de "*Astern Pattern Plate*", dado a sua natureza de peça de cerâmica, pede o envio duma fotografia para diagnóstico prévio.

Em relação à Fortaleza afirma: "A fortaleza de S. Sebastião, construída no início do século XVII, levanta problemas sérios de conservação; estamos mesmo em crer que a criação do museu histórico militar proposta pelo Secretário Provincial visaria ocupar um setor da fortaleza para lhe garantir, desse modo indiretamente, a sua conservação" (pagina 2). Nessa altura já se sabia que a Comissão que efetuava estudo da Nova Urbanização da Ilha tinha proposto a entrega da Fortaleza às forças Armadas para, assegurando a sua conservação, instalar uma colónia de Férias Para Militares (parte da fortaleza já era ocupada pela guarnição militar, refere num paragrafo, revelando conhecer a situação). Por esse motivo, diz que a instalação desse museu deveria ser efetuada pelos próprios militares. Atribui à biblioteca da Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas um subsídio de 50 contos. Em relação à proposta de instalação dos museus de conchas é considerada fraca. "*Parece-nos – tendo em conta a situação cultural de grande maioria das nossas cidade em África – pouco suscetível de dar a esses*

[623] É uma peça que desconhecemos o desenvolvimento. O projeto desenvolvido em 1966 não foi apresentado pelo Arquivo.

[624] Maria Madalena Cagial e Silva, antiga bolseira da Fundação, publica em 1964, um volumoso tratado de Arte Indo-portuguesa. Nesse trabalho efetua um recenseamento exaustivo da arte com influência Indiana. No recenseamento que fizemos, as peças de mobiliário que recenseia não apresentam semelhanças com as peças de mobiliários que irá encontrar na Ilha de Moçambique.

museus outra dimensão que a de meros e mortos depósitos de coleções de conchas ou de objetos de arte" (AG- PROCESSO 115/65) [625]

E dando o seu contributo para uma visão da museológica adianta: "*Na verdade, em um território onde a procura de cultura é passiva, os museus – que, em nosso entender, se justificam não apenas pela sua função estática, seja, a de guardar e preservar coleções, mas sobretudo, pela sua função dinâmica, pedagógica – têm que ser integrados em unidades vivas, onde se desenvolvem, com caráter de continuidade, manifestações culturais de natureza diversa. É as conceções da biblioteca-museu, com um pequeno auditório, que esteve na base da proposta do Museu do Luso e que informa (...) o programa das casas-museus em execução na metrópole.*" (AG- PROCESSO 115/65).

Na carta dá ainda a indicação de que existe aprovado um subsídio de 350 contos concedido em 1963 para a recuperação do palácio do Ibo, e que propõe a sua aplicação nessa proposta. Também não mostra acordo com os museus etnográficos na Ilha e em Porto Amélia (as coleções existentes deveriam ser encaminhadas para Nampula) e em Lourenço Marques, uma vez que existia a secção etnográfica no museu Álvaro de Casto, também não considera pertinente. Esse documento tem ainda inscrito o parecer de Azeredo Perdigão que concorda com a proposta de Victor de Sá Machado.

A correspondência entre a Comissão das Relíquias Históricas e a Fundação Gulbenkian prossegue, testemunhando uma grande proximidade na ação. Em março de 1966, por exemplo uma Carta do Governo - Geral de Moçambique solicitar a resposta urgente a algumas questões, nomeadamente à ida do especialista à Ilha de Moçambique, com a justificação de que a " *ponte está prestes a ser concluída e estima-se um aumento do fluxo de turistas"*. Sá Machado entretanto já havia comunicado que se havia decidido a ida da Madalena Cagial a Moçambique, durante um mês, em julho. (AG- PROCESSO 115/65) [626]A estadia acabará por se prolongar até setembro e dela será feito um relatório[627].

Deste trabalho resultará a abertura do Museu de Arte Sacra, em 1969 na Ilha de Moçambique, nos anexos da Igreja da Misericórdia, que eram as antigas dependências do hospital da Misericórdia. Espólio constituído por peças de culto recolhidas nas igrejas de ilha. Peças de ourivesaria em prata, escultura em madeira, mobiliário, pintura e têxteis, essencialmente constituído por vestes sacerdotais. Nas peças realça-se a influência da arte oriental, mas o ex-líbris da coleção é o Celebre Cristo feito por um escultor maconde.

Entretanto como vimos, decorrente das propostas da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas nesse mesmo ano iniciam-se as "Obras de Instalação do Museu-palácio de São Paulo, na Ilha de Moçambique, que em 1971 é inaugurado como Museu de Artes Decorativas. Estas obras visaram fazer do Palácio de São Paulo um Museu-residêncial usando mobiliário indo-português e mobiliário antigo. Uma vez que pouco mobiliário restara da antiga residência faustosa de estilo oriental que o Palácio parece ter sido, a Comissão reuniu "*mobiliário que foi comprado partido, na ilha e continente fronteiro e até em Lourenço Marques e restaurado na capital e integrar os Palácio dos Capitães Generais na sua época dourada dos séculos XVIII e XIX)*[628]*. Segundo a documentação o mobiliário reunido era constituído por peças indo-portuguesas, feitas de pau-preto de Moçambique e peças fabricadas na Ilha de Moçambique em estilo marcadamente indo-português. A documentação existente é ainda muito insuficiente. "São peças originárias do Oriente? São produzidas em Moçambique por artistas orientais ou segundo modelos orientais. Sabemos que alguns estudos foram feitos nos anos 60 por especialistas portugueses e é nossa intenção reuni-los. São cerca de 500 peças de mobiliário, camas, mesas-de-cabeceira, contadores, aparadores, mesas, cadeiras, arcas… Entre ela há dezassete peças de pau-preto trabalhadas à mão que constituem provavelmente a melhor mobília que o palácio conserva no seu antigo recheio."Na capela de São Paulo merece referência o púlpito de origem indiana do século XVII". (COSTA, 1994, p 38)*

Encerrado após a independência, o museu reabriu em durante os anos oitenta e será restaurado em 1998, período em que encerra, reabrindo novamente 2001. Na abertura serão incluídas quatro novas salas expositivas: a "Sala das porcelanas" com exposição das peças de serviço dos governadores, e a "Sala dos Adornos", com exposição de objetos de prata de produção local e regiões próximas", a "sala de exposições temporárias", que abriu com uma exposição de caixas escrivaninhas e a "cozinha" com os recipientes de cozinha e um conjunto de fotos recolhidas na ilha durante as campanhas de valorização cultural. Entretanto os serviços museológico tem vindo a ser recolhida documentação sobre o palácio e suas peças, (mobiliário do século XVIII, XIX e XX),

---

[625] Carta de Victor de Sá Machado de 1 de fevereiro de 1966, pag. 4

[626] Carta de Sá Machado de março de 1966

[627] Veja-se Anexo "Atividades de Madalena Cagigal na Ilha de Moçambique

[628] Em "Património Oriental em Moçambique: Património a Conhecer e a Construir." COSTA 1994, 38) a autora refere ofício de Alexandre Lobato, datado de 1970, dirigido ao Presidente da Câmara de Moçambique (Cadastro nº. M6) onde num ofício arquivado da antiga "Comissão dos Monumentos Históricos de Moçambique, encontramos o processo que relata e confirma estas palavras.

peças portuguesas, francesas, chinesas. Na altura da nossa visita o catálogo estava a ser informatizado no âmbito dum projeto de cooperação internacional.
Finalmente em 1972 com o apoio do Museu da Marinha, no piso térreo do Palácio de São Paulo abre o Museu da Marinha, constituída por peças de artilharia naval, âncoras, provenientes da Fortaleza de são Sebastião, antigos instrumentos náuticos, réplicas de embarcações locais e miniaturas de embarcações à escala provenientes de Lisboa. Em maio de 2009 a este museu é acrescentado uma 2ª fase, com o espólio das explorações de arqueologia naval[629].
Em síntese os Museus da Ilha de Moçambique, conhecido por MOSILHA, têm a sua génese num período muito particular da Ilha de Moçambique, em que tendo perdido a sua função administrativa, se busca uma nova especialidade do território. Essa nova especialização foi vista como sendo o turismo, atividade económica então emergente. O contexto da guerra colonial formata um modelo de museu como uma atração turística. A independência conserva o museu como espaço de memória dos colonizadores, ao mesmo tempo que procura criar outros espaços de memórias nacionais. Quando se desenvolve o processo de classificação da Ilha como Património da Humanidade, o modelo de museu ao serviço do turismo mantêm-se.
Esta situação produz um fator de tensão entre a afirmação da política cultural moçambicana e a sua herança colonial, em particular da herança portuguesa. Corajosamente, Alda Costa tem vindo a chamar a atenção para o fato de que este importante património, o "património oriental" é também uma herança moçambicana.
Ora como vimos, a base do conceito gerador deste museu é uma metonímia, idêntica ao que a política museológica do Estado Novo português através da musealização dos chamados "Palácios Nacionais". O que inicialmente se fez foi a invenção da "reconstituição" da época em que o Palácio era a residência dos capitães-generais. Essa metonímia é criada de forma consciente pelos portugueses que preenchem o espaço museu com objetos, uns adquiridos, outros mandados executar, e ainda outros oferecidos por famílias com origem na ilha. Essa exposição é posteriormente trabalhada pela museografia como uma recriação, uma encenação dum outro tempo. Ela no fundo apresenta um contacto entre a Europa e o Oriente (Goa). São tempos dos europeus, e a sua principal contradição é não retratar a herança africana desse tempo europeu (é necessário não esquecer que durante largos anos a principal renda da coroa portugueses provinha do trafico negreiro). Igualmente o mesmo sucede com a exposição de Arte-Sacra, no edifício da Misericórdia, que retrata aspetos duma religião, que tendo sido do colono, é hoje também pertença duma parte dos habitantes da ilha. Ora essa contradição seminal não invalida a qualidade dos objetos nem a qualidade do trabalho museológico que tem vindo a ser efetuado, nomeadamente os trabalhos de Investigação e documentação.
A exposição está organizada em circuito. Ela é visitável através de guia, (que tiveram uma formação específica) que acompanham os visitantes através das sucessivas salas fornecendo-lhes informações sobre as peças e sues usos. Dessa forma a linguagem comunicacional do museu é largamente condicionada pela informação fornecida pelos guias. Embora nas entradas de cada sala exista informação técnica sobre os objetos (TEIXEIRA, 2007), essa informação pouca utilização tem por parte dos visitantes. Nos dois outros museus, a informação é o processo expositivo é clássico, As peças pequenas estão em vitrinas e uma legenda técnica dá informação sobre a origem do objeto, material e dimensão.
O Espaço expográfico da exposição é adequado à função. O palácio dispõe de um amplo espaço de circulação. A igreja da Misericórdia apresenta um espaço, mais acanhado e obscurecido, devido ao fato da iluminação ser natural e as amplas janelas estarem, por proteção encerradas. Em novembro de 2009 os serviços do Departamento de Museus estavam a preparar um novo espaço expositivo deste acervo na Capela do Palácio de São Paulo.
Concluindo a nossa análise dos Museus da Ilha de Moçambique, que como já salientamos, embora formalmente tenham três nomes diferenciados, são geridos como uma única identidade. A visita formalmente desenrola-se com base em três núcleos diferenciados, com um recheio rico e diversificado e atualmente em bom estado de conservação[630].
A questão que normalmente é levantada, quer pelos responsáveis[631], quer pelos visitantes, é que este museu representa muito pouco da cultura moçambicana. Com efeito, como já salientamos, a sua herança africana encontra-se apenas representadas na cozinha, através de fotos e objetos artesanais, provavelmente recolhidos durante as campanhas de valorização cultural, e aí colocados nos anos 90, por uma questão de conformidade de

[629] Uma parte do importante espólio recolhido reverte a favor do Estado Moçambicano. Neste núcleo foram museografadas algumas peças, numa perspetiva didática dos processos de conservação. A maioria dos objetos apresentados referem-se a peças de cerâmica Ming, transportadas pelas embarcações para a Europa
[630] Na Ilha de Moçambique a humidade é sempre muito elevada, na maioria dos dias com valores superiores a 90 %, ao que acresce uma temperatura que oscila entre os 25 e 35 graus centígrados. É portanto um espaço propício a rápida deterioração dos objetos em madeira.
[631] Entrevista com o Dr. Silvério diretor do Museu, 24 de dezembro 2009

usos[632]. Não será fácil a solução. No entanto, através dos serviços educativos do museu tem-se utilizado a pátio interior para apresentação de exposições e a realização das atividades com a comunidade. Foi no âmbito dos trabalhos desenvolvidos nestes museus que tivemos uma oportunidade de testar os nossos instrumentos metodológicos duma museologia de libertação

3. Razões para um processo museológico crítico na ilha de Moçambique

Aqui chegados, depois de ter feito uma análise dos vários museus de Moçambique e da Ilha de Moçambique, há uma questão que interessa colocar. Sendo a museologia um processo de mediação entre a memória social (como objetos socialmente significativos) e os sistemas de regulação social (poderes de hegemonia). Constituindo a operação museológica uma interação entre a preservação e comunicação (destas memórias sociais reguladas pelos poderes sociais), o que é que significam as narrativas que encontramos.

Como vimos numa breve análise diacrónica, os diversos museus de Moçambique relacionam-se com dois momentos de poder. Por um lado a afirmação dum poder colonial, que se baseia na posse dum território, na exploração dos seus recursos, no desenvolvimento duma ocupação colonial com populações originárias na metrópole que organizam sistemas produtivos que integram a exploração dos recursos no âmbito da economia colonial e que colocam a população residente ao seu serviço. Esse poder colonial entrou em colapso em 1975 através duma guerra de libertação e emerge um poder nacional, com uma base num socialismo africano, que a partir de 1982 evolui para uma economia de mercado centralmente controlada. Esse é o segundo momento do poder social. Os vários museus de Moçambique apresentam essa narrativa. A sua concentração em Maputo traduz a centralidade da do poder nessa cidade, sendo que o tipo de museus criados se integram, ora na lógica da afirmação do poder colonial, ora na lógica da afirmação (ou busca) duma identidade nacional.

A esse respeito é particularmente elucidativo que três dos novos museus criados após a independência sejam precisamente o da Revolução (através da legitimação do novo poder) o da Moeda (através da afirmação da nação económica), e o de Arte (através da busca dum discurso identitário através da arte e da história). Ao mesmo tempo que os museus existentes se vão metamorfoseando em função das suas funções no âmbito da organização duma rede de equipamentos, fundamentalmente colocados ao serviço do sistema educativo, operação que é efetuada através da formatação da linguagem expositiva.

A afirmação da identidade nacional, como narrativa do novo poder é no entanto, numa observação do seu tempo, uma narrativa complexa e contraditória. Sendo que numa primeira fase se afirma pela negação do, legado colonial, o museu, como instituição desse legado é olvidada. Os objetos socialmente qualificados vão ser procurados através das campanhas de divulgação cultural, no âmbito do qual se recolhem muitos objetos, se faz muita investigação. Parte desse legado irá incorporar as novas políticas culturais que se instalam a partir da "democratização" do estado. A nova lógica do poder recupera a função do museu e integra e reformula os seus legados no âmbito da constrição dum estado de lógica nacional. A questão que no entanto emerge, e que em parte os espólios existentes demonstram, e que em Moçambique não existe uma unidade nacional fora da afirmação do Estado Nacional. Isto é, embora o poder político seja uno, ele partilha a gestão do social com outros poderes diversificados. E a emergência do diferente, da heterogeneidade marca a identidade do país nacional. E essa situação vai marcando as diferentes iniciativas museológicas.

E é neste contexto que os museus da Ilha de Moçambique são significativos para um entendimento do processo museológico moçambicano. Vimos que a sua constituição emerge no âmbito das políticas de desenvolvimento turístico. O museu é criado como uma atração turística. Essa génese inicial marca a sua condição atual. O espaço, apesar das sucessivas intervenções que tem sido alvo ao longo dos anos mantém a sua imagem contraditória enquanto espaço de memórias construído para uma narrativa fora do tempo. E em parte essa situação de espaço fora do tempo permanece por motivos da sua classificação (da ilha) como património da humanidade, onde a conservação do existente emerge como norma.

Preserva-se o que se presente em perigo de esquecimento ou de perda, foi o motivo da campanha internacional que culmina nessa classificação. A preservação é feita por antecipação, numa busca da fixação do valor. A conservação do valor social é uma operação necessária para a ação da comunidade. Assim, o processo de musealização consiste também numa escolha sobre o musealizável. Ou dito de outra forma numa operação que transforma o museável em musealizado Esta operação resulta de escolhas e disputas entre agentes, dos discursos e das interpretações predominantes. Considerando o museu da Ilha como o espaço onde ocorre um proces-

[632] Numa tapeçaria representando a ilha dos amores é possível ainda encontrar uma representação africana, através dum "indígena" que observa os navegadores, escondido atrás duma palmeira. Mais à frente analisaremos esta tapeçaria

so museológico, necessitamos de colocar a questão sobre o que é que os discursos do museu da ilha de Moçambique, enquanto narrativa, que tensões representam.

Ora se considerarmos a museologia como, já referimos, como um campo de diálogo entre a memória (e o esquecimento) e o poder (e a vontade de libertação) (CHAGAS, 2009), a partir das análises efetuadas aos processos museológicos em Moçambique podemos ver os diferentes tipos de tensões que foram sendo incorporados nas suas narrativas. No entanto, e ao contrario do que seria de esperar, os vários discursos museológicos forma incapazes de incorporar a comunidade no processo.

Os poderes produziram e geriram essas memórias e esses patrimónios preservados nos museus se deram origem a narrativas de significado plural e contraditório. Se por um lado o poder que produziu as suas narrativas de base acabou por aprisionar a "memória" num outro tempo; a libertação do jugo colonial em 1975, e as políticas museológicas prosseguidas, não conseguiram produzir narrativas alternativas que incluíssem nos espaços museológicos as memórias esquecidas. Se nos "novos museus de independência"a narrativa construída é coerente, tendo esses museus aplicado um conceito de nacionalidade, coerente com os objetivos políticos da época; nos museus da Ilha de Moçambique, a presença da metonímia não conseguiu ser ultrapassada. Apenas o Museu de Nampula, por trabalhar com objetos etnográficos, a operação de atualização da narrativa se tornou possível, incorporando, por vontade dos seus museólogos, as atualizações nos discursos e nas práticas museológicas.

Esse fenómeno é compreensível na dinâmica cultural do país. Apenas em 1983[633] a cultura começa a ganhar alguma formalização em termos duma Política Cultural institucionalizada, numa caracterização que podemos considerar de "orientação programática e política". Apesar dessa visão, com escassos recursos, quer económicos, financeiros, quer em pessoal qualificado, os museus não constituem uma prioridade na política cultural[634]. É uma época em que a cooperação internacional é decisiva para a incorporação de modernidade nos discursos museológicos. E essa renovação museológica chega, lentamente aos museus de Inhambane, Nampula e Ilha. Ela é essencialmente aplicada nos processos de conservação dos espólios existentes.

Centrando-nos no caso da Ilha de Moçambique, poderíamos perguntar o que fazer nestes museus, tão vinculados que nos surgem a um tempo passado, tão vigiados por uma comunidade internacional observadora da conservação da ilha "património da humanidade". Estes museus construídos para mostrar uma realidade que não existia[635] e ao mesmo tempo tão distantes das realidades dialéticas da vida vivida na sua envolvente. Talvez fosse difícil, nessas circunstâncias, fazer diferente do que os compromissos que foram tomados. Talvez não fosse possível deixar de dar continuidade a uma narrativa neutra na produção de interpretações, privilegiando a conservação do que existe.

Ora como vimos os campos essenciais do processo museológico são complementares. Sem uma articulação entre a conservação, a investigação e a divulgação as funções museológicas são afetadas. E se a isso adicionarmos a interrogação sobre a ligação entre estas museus e a ilha que os albergam, que conclusões se podem extrair. Ora o Palácio de São Paulo era a sede do poder colonial. Esse poder exercia-se sobre quem. Onde estão os outros no museus. Será que as fotografias expostas na cozinha são suficientes para mostrar as profundas diferenças sociais onde a sociedade colonial se fundava? E prosseguindo. Onde esta a ilha de hoje. Onde estão as suas vivências, as suas cores e os seus sentidos?

Ora segundo Mário Chagas nas suas considerações sobre o trabalho da memória, precisa que o uso desta ferramenta. "*Em termos práticos não há como separar a memória e a preservação do exercício do poder*" (CHAGAS, 2002, p 5) E prossegue, "*reconhecer a inseparabilidade entre memória e poder, entre preservação e poder, implica a aceitação que esse é um terreno de litígio e implica também a consciência de que o poder não é apenas repressor e castrador, é também semeador e promotor de memórias e esquecimentos, de preser-*

[633] Os órgãos de Estado na cultura foram criados em 1976 com a constituição da Direção Nacional de Cultura, (Portaria 39/76) no âmbito do Ministério da Educação e Cultura. Em 1983 foi criada a Secretaria de Estado da Cultura, pelo Decreto presidencial 84/83. Em 1987 é Criado o Ministério da Cultura, que em 1992 é a agregado à e Juventude. Entre 1994 e 1997 –A cultura surge no âmbito do Ministério da Cultura, Juventude e Desportos. Em 2005 a cultura passa novamente a uma secretaria do Ministério da Educação. Em 2010, o Ministério da Cultura é novamente criado.

[634] Em 2000, no V encontro de Museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa, Alda Costa no discurso de abertura afirmava: "Moçambique tem poucos profissionais de museus e também poucos museus embora seja antiga a sua existência entre nós e sejam significativas e variadas as coleções conservadas nos museus" (MINISTÉRIO DA CULTURA DE MOÇAMBIQUE /CNPCIM 2001, p 8)

[635] Como podemos verificar, parcialmente, pelos documentos do Arquivo da Fundação Gulbenkian, o Palácio de São Paulo é redecorado com mobiliário à época adquirido para esse efeito. Aliás peças semelhantes existem no Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa, provavelmente com uma mesma origem. Isso não invalida o valor museográfico dos objetos.

vações e destruições" (CHAGAS, 2002, p 5). Ou seja, com isto Mário Chagas defende que a memória não pode constitui uma prisão para o processo museológico. Memória e patrimónios são apenas objetos que resultam do exercício do poder e a sua relação constitui a "Imaginação Museal" o conceito que defende na sua tese.
Chagas defende que o trabalho museológico sobre a memória trabalha com as noções de património enquanto bens tangíveis e intangíveis e naturais A noção de patrimonialização, é uma operação que confere valor social, seja ele valor de saber, valor de transmissão de identidades dum tempo para outro tempo, ou mesmo dentro do mesmo tempo. A relação patrimonial é uma relação dinâmica, construída socialmente e fruto das tensões sociais e das lutas de poder. Na nova museologia, a responsabilidade pelo processo de patrimonialização é maior porque como diz Canclini "*as investigações sociológicas e antropológicas sobre as maneiras como se transmite o saber através das escolas e museus, demonstram que diversos grupos se apropriam de forma desigual e diferente da herança cultural. Não basta que as escolas e museus estejam abertas a todos, que sejam gratuitos e promovam todos os setores da sua ação difusora; à medida que descemos na escala económica e educacional, diminui a capacidade de apropriação do capital cultural transmitido por estas instituições*" (CANCLINI, 1994).
Segundo Chagas durante o século XX o património afirmou-se como uma herança preferencialmente diacrónica. Como um bem transmitido por via paterna, simbolicamente de modo autoritário. Ou seja, no exemplo do património nacional, a passagem dum bem, de valor inquestionável, como qualquer coisa de sagrada que deve ser preservada sem questionamento. Chagas defende um equilíbrio nesta abordagem patrimonial, com uma abordagem sincrónica. Trabalhar o património como uma herança de vida, como uma conexão da vida gerada no ventre materno, como uma dádiva divina. E é essa relação dialética entre o significado simbólico, fora do tempo, e a sua apropriação pelos membros da comunidade que lhe confere a dimensão "poética". É portanto na opção pelo sensível, que se encontra a possibilidade de se introduzir no trabalho patrimonial novos olhares e novas interpretações.
Essa característica da museologia como um campo do saber que opera sobre o ser humano e os seus objetos socialmente qualificados (os objetos patrimonializados) não tem necessariamente que operar sobre um espaço específico. O que é fundamental é o "*locus*", o olhar sobre a preservação e sobre o seu uso social.
Ora para responder adequadamente à pergunta sobre o que é que está a ser musealizado na ilha de Moçambique há que primeiro que recensear o universo patrimonial. Ou seja, para olhar o processo museológico na ilha é necessário identificar onde é que estão as conexões entre a memória social vivida pela comunidade e os objetos que esta qualifica. É será a partir dessa relação, num espaço a reinventar que poderemos inscrever uma nova proposta museológica para a Ilha de Moçambique.

APÊNDICE V

Atividade de Madalena Cagigal e Silva em Moçambique

O processo M 184/93 – Museu de Arte Sacra – Ilha de Moçambique do Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian contém o Dossier de Maria Madalena Cagigal e Silva[636], que relata as suas atividades na Ilha de Moçambique.

Contratada pela Gulbenkian como perita em Arte Oriental, embarca em 7 de julho de 1966 num avião da TAP para a então Cidade de Lourenço Marques. O seu objetivo era dar assistência técnica à constituição do futuro museu da Ilha de Moçambique. Pelo trabalho recebeu 75. 702$20. A Fundação Gulbenkian pagou a viagem e a estadia ficou a cargo das autoridades coloniais. Depois duma curta estadia em Lourenço Marques, onde contactou com a Comissão das Relíquias, viaja para a Ilha de Moçambique onde chega a 12 de julho. Em 14 de julho, escrevia o seguinte: "*Julgo que na Misericórdia se poderá realmente fazer um museu pequenino, mas muito bonito a agradável para o visitante. Tem até condições para alargamento futuro*"

Do trabalho que fez na ilha, para "*permitir aos órgãos locais executarem as atividades aprovadas e orçamentadas*" onde permaneceu um mês, fez um relatório que entregou 26 janeiro de 1967[637]. No processo está ainda uma peça com o título "Inventário dos Objetos Existentes na Igreja da Misericórdia, Destinados ao Futuro Museu da Ilha de Moçambique. O Inventário está dividido por temas: Litografias 1 peça; Vitral -1 peça; Cerâmica, 1 peça; Tecidos -2 peças; Mobiliário, 7 peças; Metal 63 peças; Pintura, 4 peças e Escultura 44 peças. O Inventário (ficha) tem quatro campos: A identificação da peça (em cima) com Nº de Ordem e Nº de Inventário; No campo da esquerda as informações internas da peça (Objetos, matéria, dimensões. Escola e época, autor e assunto). No campo da direita as informações administrativas e ações a desenvolver com as seguintes entradas: Data da incorporação, proveniência, conservação e colocação. Finalmente no rodapé da ficha um campo para "Descrição e Observações.

De acordo com a análise efetuada do conteúdo do Inventário as peças analisadas eram provenientes dos conventos e igrejas do Distrito, tendo sido recolhidas pelo pároco da Igreja da Misericórdia. As informações em arte sacra são bastante detalhadas. A peça mais referenciada é a do "**Cristo maconde** é a peça 9/66 um

---

[636] Maria Madalena Cagigal e Silva (1920-1986). Museóloga portuguesa foi bolseira da Fundação Calouste Gulbenkian em Londres. Os seus trabalhos dedicaram-se ao estudo da "Arte Indo Portuguesa". Em 1950 publica "Elementos para o estudo da influência oriental na decoração cerâmica portuguesa, séculos XVI-XVIII, uma Comunicação apresentada à 7ª Secção (ciências histórico-filosóficas) do XIII Congresso Luso-Espanhol, (CAGIGAL, 1950). Em 1956, "Uma Composição da Arte Indo-Portuguesa", (CAGIGAL, 1956). Em 1960 publica "Oratórios Indo-Portugueses: O oratório do Museu de Évora" (CAGIGAL, 1960). Em 1985 a "história e as relações artísticas entre Portugal e a Índia", (CAGIGAL, 1985). O termo Indo-português é utilizado para denominar a produção de mobiliário em madeira, peças em marfim efetuadas sobretudo entre os séculos XVI e XVIII e que mostram as relações entre os portugueses e a índia, especialmente Goa. O termo foi utilizado por, John Charles Robinson, em 1881, no "Catalogue of the Special Loan Exhibition of Spanish and Portuguese Ornamental Art". Em 1883, Sousa Viterbo em " A Exposição de Arte Ornamental. Notas ao Catálogo", refere a influência indiana de alguns objetos da exposição (colchas). A questão da origem dos artificies que elaboram as peças será profundamente discutida. E é nesse contexto que Madalena Cagigal e Silva (depois dos trabalhos de Reinaldo dos Santos e João Couto e Luís Keil) irá trabalhar a questão do "diálogo entre culturas". (um "estilo indo-português" como o produto de uma arte indígena adaptada às exigência da cultura ocidental) produzindo objetos de uso funcional ocidental, com iconografia e materiais e técnicas orientais. Essa arte é particularmente visível ao nível dos bordados, do mobiliário e das peças decorativas em marfim. Para Madalena Cagigal e Silva "o estilo indo-português caracteriza-se por uma combinação especial de elementos indianos e portugueses ou ocidentais recebidos através do nosso país, resultante da fusão das diferentes formas de emprego da decoração, escolha dos motivos e técnicas que parecem submetidas a orientação e tratamento característicos". Em Portugal o conceito é essencialmente usado em termos decorativos, dedicando pouca atenção à questão da produção técnica. Nos anos mais recentes têm sido efetuados estudos que aprofundam as teses de Cagigal e Silva

[637] Infelizmente, a Fundação Gulbenkian não disponibilizou este relatório, embora ele tenha sido facultado à Direção dos Museus de Moçambique, local onde o consultamos na nossa viagem, sem todavia termos tido tempo de o trabalhar com tempo.

crucifixo de madeira pintada. É dado como pertencente à Escola Portuguesas do século XVII com uma dimensão de 165 * 44 mm. Proveniente das Antigas Igrejas do Distrito e em mau estado de conservação.

Madalena Cagial descreve esta peça como "De cabeça inclinada sobre a direita, coroa de espinhos, sem braço, uma faixa larga a envolver-lhe o tronco e nas cochas (sic) e o pé direito colocado diante do esquerdo. Bastante Expressivo." Nas observações escreve: "Interessante. Restaurar"

Terminada a sua atividades regressa a Lisboa, em setembro de 66. Em 20 de setembro de 1966 escreve uma carta a Victor de Sá Machado a solicitar uma entrevista com caráter de urgência. Na ausência do secretário da presidência, pede para marcar uma reunião com urgência, à qual devia comparecer o Eng.º Vaz Pinto da Comissão de Relíquias Históricas. Embora a carta não diga o assunto, percebe-se pelos documentos seguintes, que se trata do "*mobiliário e outros artigos à Venda na Ilha de Moçambique, na Cabaceira Grande e na Cabaceira Pequena* "Nesta ultima localidade com um número significativo de exemplares. Dizia então: "*Julgo da maior vantagem e urgência a aquisição destes objetos, principalmente o mobiliário indo-português.*

1º Trata-se de um tipo de arte indo-portuguesa até hoje completamente desconhecido e que vem revelar um novo aspeto, o da arte indo-portuguesa não destinada a ocidentais, mas realizada para uso dos próprios indianos, no campo da arte não religiosa.

2º Porque as peças têm valor artístico incontestável e outras têm valor etnográfico da maior importância

3º Por agora se comprarem em condições económicas extremamente vantajosas, a preços quase irrisórios

4ª Para evitar a deterioração de mobiliário precioso que, a continuar nas casas onde se viu, dentro de poucos anos está completamente desfeito. E trata-se de peças únicas.

5º Para não sair do país onde também têm importância histórica e documental da acção civilizadora e cultural dos portugueses na Índia, peças tão valiosas

6º É urgente a aquisição para evitar a subida de preços ocasionadas pela procura dos comerciantes, turistas e outras pessoas interessadas

Escreve ainda uma observação*: "Todo o mobiliário necessitará de tratamento e, quase todo, de restauro.* Segue-se-lhe a lista do *"Mobiliário à venda em Moçambique":*

Cabaceira Grande

Mamudo Raiane (Antiga Feitoria árabe que foi depósito de escravos)

1 cama indo-portuguesa – 1.500$00

Cabaceira Pequena

Casa do Regulo –

Arca antiga – 1.000$00

1 cama indo portuguesa e 1 cómoda indo portuguesa (1.500$00)

1 pequeno escritório com ferragens embutidas, algumas em frizos e losangos, indo-português - 1.000$00

Mamade Raiane

1 Cama Indo-português e 1 canapé indo-português (1.000$00 3 250$00)

Casa da Família de Mamude Raiane

1 cama indo-portuguesa, 1 arca cómoda indo-portuguesa, 1 cómoda simples indo-portuguesa (2500$00, 1.000$00 e 2.000$00) se comprar todo oferece a papeleira. A cama grande foi a mais interessante que vi.

Cabaceira Pequena

Abacar Abdalah

1 Escritório indo-português – 300$00

2 Cadeira Indo-portuguesas

Observações e outras indicações

Por todas a parta havia cadeiras indo-portuguesas muito interessantes. O preço era 100$00.

Não pensei na sua compra na altura, razão pela qual não tirei indicações, mas parecia-me conveniente a aquisição também de camas indianas baixinhas que parecem bancos grandes com fundo de palha e 4 pés, a "cama do morto", como alguns a designam. Não tem interesse artístico, mas seria conveniente sob o ponto de vista etnográfico. Devem ser baratas.

Também não pensei na compra, mas seria importante fazer-se, digo até, da maior importância porque se trata de peças de ourivesaria antiga, puramente indianas e as colecções portuguesas dos museus são pobríssimas – nem conheço nenhuma que as tenha – de peças puramente indianas, de 2 peças de ouro (1 cinto de mulher e um colar) pertencente a um ourives da Ilha de Moçambique. Não posso precisar o preço, mas tenho ideia que o ourives pediu por uma (o cinto, se não me engano) entre 14 e 24.000$00. É caro, mas muito barato para aquilo que as peças são. Inclusivamente, melhor dizendo, seriam até mais preciosas numa colec-

ção na metrópole do que numa do Ultramar, embora lá ficassem muito bem, porque a arte indiana é aqui muito desconhecida

Não sei o nome do ourives, mas talvez o Senhor Arquitecto Rui Pimentel o saiba, porque nele fez várias aquisições e, de certeza, no poderá informar – penso até me escrever a pedir a indicação – o Senhor Luís Leite de Faria que nos levou a esse ourives e deverá deixar a ilha em Dezembro deste ano

Lisboa, 28 de Setembro de 1966

M. Madalena Cagial e Silva

É pena que o relatório de Madalena Cagigal não tenha sido disponibilizado. Sabemos, através da "**informação 307/67**[638]" dos Serviços de Belas Artes, que Madalena Cagial fez uma descrição exaustiva dos museus em Moçambique. Sabemos igualmente que o Capitulo III "Criação e Reforma de Museus de Moçambique ", (Noções Gerais de Museografia), escrito nas páginas 32-57 se tratava dum "cursilho de museografia"

Sabemos ainda em, em data não especificada, mas durante o ano de 1967, o então vogal da Comissão Portuguesas do ICOM, o Prof. Doutor Xavier da Cunha Marques, em 1967, promoveu em Lourenço Marques um encontro de Museólogos da África Meridional na sequência do I ciclo de Mesas Redondas Luso-Brasileiras de Museologia, realizado em 1966 na Fundação Gulbenkian.

Finalmente numa outra carta constante no processo, refere-se que o secretário Provincial de Moçambique Major Nuno Vaz Pinto pediu um subsídio de 50.000 $00 à Fundação para comprar peças de arte indo-portuguesas. As peças encontravam-se à venda em Moçambique e no continente (foram examinadas por Madalena Cagial durante a sua estadia). Era então necessário uma decisão urgente, antes que os colecionadores pudessem ter conhecimento. A comissão em Moçambique não tinha recursos para a aquisição, e o preço era bom, embora as peças necessitassem de restauro"

O objetivo deste apoio era *"Dentro do princípio de aproveitamento de recintos histórico artísticos para conveniente moldura do recheio que inventariou*", a Dr.ª. Madalena Cagigal tinha escrito no seu relatório que "*seria interessante ocupar o museu, não só estas dependências, mas também a Capela de São Paulo que lhe fica ao lado e que é absolutamente acessível para formar corpo com o museu*".

Concluindo o mesmo relatório com as seguintes considerações: *"Quando há uma colecção preciosa como a da ilha de Moçambique, é preferível fazer um museu modesto, mas a que se dê condições de se vir a desenvolver, do que não se fazer nada*" [639] Estamos em 1967. Dois Anos depois abrirá o Museu de Arte Sacra, durante as comemorações do 4º centenário da passagem do poeta Camões pela Ilha de Moçambique.

Em 1971, no palácio dos Governadores abrirá ao público o Museu de Artes Decorativas, sendo apresentadas um conjunto de, nas palavras da época peças de mobiliário indo-português, os mesmo que Madalena Cagigal havia identificado no Mussuril.

[638] Escrito por António Manuel Gonçalves
[639] Conclusões do Relatório de Madalena Cagigal